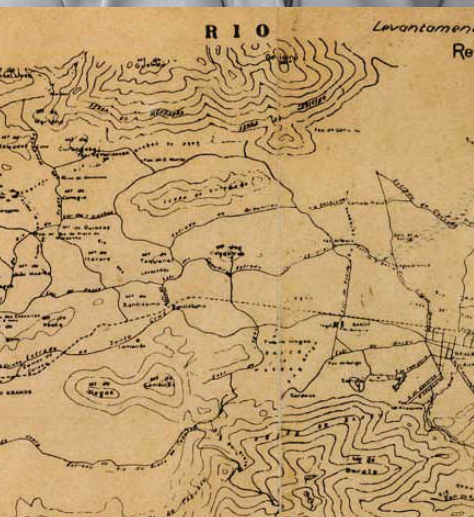




EULALIA
MARIA
LAHMEYER
LOBO



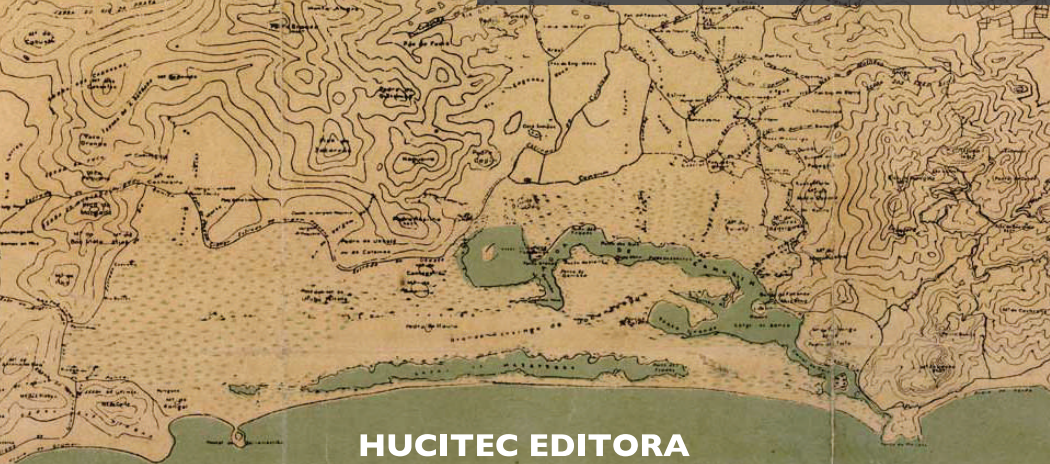
Revisão de 1907

JANEIRO

HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

do capital comercial
ao capital industrial e financeiro

2.^a edição ampliada



HUCITEC EDITORA

HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

do capital comercial ao capital industrial e financeiro

EDIÇÃO FAC-SIMILADA



ABPHE

Diretoria 2023-2025

Cláudia Alessandra Tessari (UNIFESP)
Presidenta

Milena Fernandes de Oliveira (UNICAMP)
Vice-Presidenta

Renata Bianconi (UNICAMP)
1.ª Secretária

Nelson Mendes Cantarino (UNICAMP)
2.º Secretário

Julio Cesar Zorzenon Costa (UNIFESP)
1.º Tesoureiro

Maísa Faleiros da Cunha (UNICAMP)
2.ª Tesoureira

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Região Norte

1º Titular – Siméia de Nazaré Lopes (UFPA) | 2º Titular – Leila Mourão Miranda (UFPA)

Região Centro-Oeste

1º Titular – Caroline Gonçalves (UFMS) | 2º Titular – Fabiano Quadros Rückert (UFMS)

Região Nordeste

1º Titular – Augusto Fagundes da Silva dos Santos (UEFS) | 2º Titular – Silvana Andrade dos Santos (USP)
Suplente – Natânia Silva Ferreira (UESC)

Região Sudeste

1º Titular – Thiago Alvarenga de Oliveira (UFF) | 2º Titular – Vitória Fernanda Schettini (UNIVERSO)
Suplente – Danielle Christine Othon Lacerda (UNIBRA)

Região São Paulo

1º Titular – Gustavo Pereira da Silva (UFSCar) | 2º Titular – Luciana Suarez Galvão (USP)
Suplente – Gabriel Almeida Antunes Rossini (UFABC)

Região Sul

1º Titular – Fábio Faria de Moraes (CIASC) | 2º Titular – Talita Alves de Messias (UNISINOS)

<https://www.abphe.org.br/>

Eulalia Maria Lahmeyer Lobo

HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

do capital comercial ao capital industrial e financeiro

EDIÇÃO FAC-SIMILADA



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HUCITEC
EDITORA

PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

São Paulo, 2024

© Direitos autorais, 2024,
de Luiza Leite Bruno Lobo & Lucia Lahmeyer Lobo
© Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 3892-7776)
lojahucitec.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial: MARIANA NADA
Preparação e revisão: DANIEL SARAIVA
Produção editorial: KÁTIA REIS
Assessoria editorial: MARIANA TERRA
Circulação: ELVIO TEZZA

NOTA DA EDIÇÃO:

Dada a dimensão da presente obra, a sua importância para a pesquisa histórica e a comemoração do centenário da professora Eulália Lobo (1924-2024) foi decidida a publicação fac-similada do original de 1978.

Os recursos para esse trabalho vieram do Programa de Pós Graduação e História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense e da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE).

A Hucitec agradece ao Professor CARLOS GABRIEL GUIMARÃES que, gentilmente, emprestou os originais do livro “História do Rio de Janeiro: do capital mercantil ao capital industrial e financeiro” para a digitalização e reconhecimento textual.

Os capítulos introdutórios que não fazem parte da edição original foram paginados como A1, A2, A3...

A Hucitec espera, assim, poder homenagear a todos os que conviveram com a vida e obra da professora EULÁLIA MARIA LAHEMEYER LOBO.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação

L799 Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer.
História do Rio de Janeiro : do capital comercial ao capital industrial e financeiro / Eulalia Maria Lahmeyer Lobo. – 2ª ed. amp. – São Paulo : Hucitec , 2024. – 89.411 kb. : il. ; PDF.

Edição fac-similada.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-8404-442-9

1. Rio de Janeiro. 2. História econômica. 3. Rio de Janeiro - condições econômicas. 4. Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer, 1924-3011. I. Título.

CDD 330.981

Ficha catalográfica elaborada por Camilla Castro de Almeida CRB-7/7400

SUMÁRIO

- 6A **Apresentação**
Cláudia Alessandra Tessari
- 9A **A obra e a historiadora**
Ismênia de Lima Martins
- 25A **A História do Rio de Janeiro e a revolução historiográfica de Eulália Maria Lahmeyer Lobo**
Luiz Fernando Saraiva & Carlos Gabriel Guimarães
- 40A **História do Rio de Janeiro e as transformações no mundo do trabalho: reflexões e perspectivas a partir de Eulália Lobo**
Guilherme Giesta & Matheus Sinder
- 65A **Referências**
- 73A **Edição fac-similada (1978): *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, Eulália Maria Lahmeyer Lobo**

APRESENTAÇÃO

Cláudia Alessandra Tessari

Presidenta, Diretoria ABPHE 2023-2025

O ano de 2024 marca 100 anos do nascimento de Eulalia Lahmeyer Lobo, a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) com grande satisfação e com o objetivo de ampliar o acesso às obras e fontes de pesquisa, apoia a reedição fac-similar e digital do livro *História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, obra fundamental da historiografia econômica e social brasileira.

Eulalia Lobo foi uma pioneira e uma desbravadora ao seu tempo, estando entre as primeiras historiadoras com título de doutora, sendo referência no ensino universitário e autora de vasta produção bibliográfica, como nos lembra Ismênia de Lima Martins em sua apresentação a esta nova edição.

Este livro, cuja reedição apresentamos, é um exemplo ímpar de seu pioneirismo.

Nos anos 1970, foi uma das primeiras a utilizar densamente de métodos quantitativos (estatística e econometria) para traçar sua análise da História Econômica do Rio de Janeiro, o que, por sua vez, só foi possível também pelo uso inovador da computação. Para a coleta dos dados, percorreu, com sua equipe de pesquisadores(as) — alguns(as) que viriam também a se constituir importantes professores(as) no campo da História Econômica —, arquivos públicos e acervos privados em busca de fontes inéditas, até então inacessíveis, construindo séries de dados originais.

Referência obrigatória para qualquer estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro nestes 46 anos desde sua publicação, seja por seu uso de maneira mais geral e qualitativa ou, como vem sendo utilizado desde o início dos anos 2000, como fonte de dados, tornou-se, ela mesma, quase uma fonte primária, como nos mostram Carlos Gabriel Guimarães e Luiz Fernando Saraiva em “40 anos depois, o livro não é apenas um clássico, mas uma poderosa base de dados que permite e estimula reflexões muito mais sofisticadas sobre vários períodos da nossa história” (p. 25A).

Pioneiros são também os temas abordados no livro, a ponto de introduzir, nos anos 1970, um novo tópico no debate acerca da história quantitativa do Brasil, a história dos preços (Ribeiro & Tessari, 2023). Além do mais, renovou a historiografia acerca da história do trabalho ao analisar o padrão de vida dos trabalhadores por meio de suas séries temporais originais de salários, preços, mobilidade, alimentação, habitação, como notaram Guilherme Giesta e Matheus Sinder.

O lugar de anteguarda foi ocupado por Eulalia Lobo também na institucionalização do campo da História Econômica no Brasil. Ela foi precursora e fundadora da ABPHE, fazendo parte do grupo de professores que se reuniram para discutir e organizar a entidade, sendo uma das anfitriãs da primeira Conferência de História de Empresas (1991), além de sediar, em sua própria residência, as primeiras reuniões de preparação do primeiro Congresso Brasileiro de História Econômica (1993), ambos eventos inaugurais da Associação (Ribeiro, 2017). Quando da escolha da primeira diretoria efetiva da ABPHE, em 1995, foi eleita vice-presidente. Teria nos

honrado como a primeira presidenta mulher, ainda nos anos 1990, se a saúde o tivesse permitido.

Pela grandeza dessa obra e pela presença de Eulalia, a ABPHE apoia agora sua disponibilização em nova edição. Que pesquisadoras(es) e leitoras(es) façam bom e intenso uso dela.

A obra e a historiadora

Ismênia de Lima Martins
Decana do PPGH-UFF

Apresentar ao leitor a *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, muito mais que uma honra, é um desafio emocional. Isto porque vejo satisfeito o meu grande desejo de viabilizar esta edição, não apenas para disponibilizá-la às novas gerações, mas, também, pela intenção de homenagear a autora cujo centenário de nascimento comemora-se este ano.

Tal intento concretizou-se graças ao apoio do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, por meio de sua coordenadora, professora doutora Maria Veronica Secreto de Ferreras, ex-aluna querida e orientanda da professora Eulalia Lahmeyer Lobo, à Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), pela sua presidenta Cláudia Alessandra Tessari e ao empenho de meus estimados colegas professores doutores Carlos Gabriel Guimarães e Luiz Fernando Saraiva.

A colaboração de todos, ainda que alinhada à admiração pela grande mestra, justifica-se, plenamente, do ponto de vista acadêmico, pois como se demonstra nos dois ensaios que se seguem a esta introdução, evidencia-se, através de argumentos qualitativos e quantitativos, para além da relevância, a sua penetração nos meios acadêmicos contemporâneos.

O primeiro deles, de Guimarães e Saraiva, trata da revolução historiográfica desencadeada em nosso meio acadêmico por Eulalia na década de 1970, apontando a originalidade e a relevância deste livro, que além de incorporar trabalhos anteriores, apresenta os resultados inéditos de uma extensa e original pesquisa documental em arquivos públicos e privados, inclusive de empresas e ordens religiosas, produzindo um volume colossal de dados, obtidos de um projeto coletivo por ela coordenado, que foram trabalhados através da estatística e da econometria, valendo-se do uso massivo da computação – práticas, até então, pouco usuais na pesquisa historiográfica brasileira.

Sobre a quantidade impressionante de informações, que resultou em um livro de 994 páginas de texto, Isaac Kerstenetzky, presidente do IBGE à época, responsável pelo prefácio da edição original, afirmou: “Nas mãos da professora Maria Eulalia Lahmeyer Lobo, este oceano de números, transforma-se em uma imagem histórica viva do Rio de Janeiro. Constitui, assim, importante contribuição para melhor compreensão da evolução econômica social do Brasil, pela importância, mesma, da antiga Capital da República (p. xxxvi).”

Carlos Gabriel e Luiz Fernando preocupam-se, ainda, em demonstrar que a *História do Rio de Janeiro* tornou-se referência nas décadas de 1980 e 90 em obras gerais e estudos clássicos, que tratando de questões econômicas sociais, o tinham como fonte. Tal é o caso dos livros de Nicolau Sevcenko (1983), Mauricio Abreu (1987), Ilmar Mattos (1994), John Schultz (1996) e Martha Abreu (1999).

Da mesma forma, valendo-se da econometria ou mensuração bibliométrica, demonstram a importância do livro de Eulalia ao longo das duas primeiras décadas deste nosso século XXI.

O segundo ensaio, dos professores Guilherme Giesta e Matheus Sinder, respectivamente mestrando e doutorando do Professor Luiz Fernando Saraiva, é particularmente relevante pois demonstra o interesse das novas gerações de pesquisadores pela *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*.

No alentado e original texto que produziram, os autores levantam a questão de que a obra examinada ultrapassa a evolução do capital comercial, industrial e financeiro, apresentando, também como protagonista, o “mundo do trabalho”, e ressaltam a originalidade de tal abordagem.

Quando o livro foi publicado, em 1978, a *História social do trabalho* ainda não se consolidara como tema de pesquisa em nosso universo acadêmico, e o citado ensaio demonstra que, ao estudar as formas de transição do capital no Rio de Janeiro, Eulália, procedendo à uma vigorosa revisão historiográfica e uma extensa e diversificada pesquisa documental, desvenda “os complexos, processos de continuidade e descontinuidade da vida dos trabalhadores”.

Concluindo, afirmam a importância da obra para a renovação historiográfica contemporânea não apenas fornecendo informações e dados sobre pesquisa dos mais variados temas sobre o Rio de Janeiro, mas destacando alguns daqueles que devem ser revisitados ou redescobertos. Por fim, verticalizam a análise de três deles: alimentação, habitação e mobilidade, evidenciando as potencialidades de pesquisas inovadoras que os resultados da colossal pesquisa coordenada por Eulália oferece.

Aos relevantes argumentos sistematizados pelos autores de ambos os ensaios, gostaria de chamar a atenção para as preocupações didáticas de Eulália, ou sua generosidade, que a obrigou, em uma robusta introdução, a reconstruir minuciosamente todos os procedimentos de pesquisa e o tratamento estatístico e econométrico dado às fontes, inclusive reproduzindo, de forma detalhada, as equações!

Por último, acrescento a existência de uma “cópia pirata” que, apesar da baixa qualidade, é muito consultada!

Tendo me esforçado em relatar as justificativas para esta publicação e encaminhado a reflexão sobre sua relevância acadêmica, estimulando à leitura dos dois referidos ensaios que se seguem a esta apresentação, devo tratar da autora, considerando a relevância e amplitude de sua produção historiográfica em outros campos e a riqueza existencial de quem travou todos os bons combates, que, inclusive, marcaram definitivamente sua obra.

Sinto-me tomada pela emoção, o que se justifica pelo fato de apresentar este livro e a trajetória de uma mestra, que se tornou uma grande amiga!

Eulalia Lobo e Maria Yedda Linhares eram as musas de minha geração! A admiração que granjearam por inovarem no ensino e na pesquisa expandiu-se consideravelmente quando foram aposentadas compulsoriamente, de forma arbitrária, pelo regime ditatorial que submetia a nação brasileira.

Não as tive como professoras, mas sim como colegas no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, onde ingressaram em 1978, antes da anistia! Tal façanha ocorreu graças ao “engenho e arte” da coordenadora do curso, professora doutora Aydil de Carvalho Reis, que desfrutava, pela sua capacidade de trabalho e talento para a gestão acadêmica, de grande prestígio nos Conselhos Superiores da Universidade, ainda permeados por representantes da Assessoria de Informação, órgão criado em todas as unidades federais de ensino à época da ditadura. Uma liberal no mais puro sentido do termo, a professora Aydil enfrentou os questionamentos valendo-se, inclusive, dos argumentos da campanha da anistia, que então já repercutia nacional e internacionalmente.

No início dos anos 1980, coordenei, ao lado delas, o primeiro projeto de história aprovado pela FINEP, que se intitulava “Cidade e Campo no Complexo Regional”. Dona Yedda dirigiu sub projetos na área rural, enquanto Eulalia e eu nos responsabilizávamos por aqueles relacionados à área urbana, com ênfase na classe trabalhadora, dando origem a importantes estudos sobre o desenvolvimento social e econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Dona Yedda tornou-se secretária de Educação no Governo Brizola (1983-1987 e 1991-1994), mas levou a termo a orientação de vários trabalhos. Eulalia foi reintegrada à UFRJ após a lei da anistia, em 1979, porém continuou a atuar na UFF e desenvolvemos muitas parcerias, mantendo o dinamismo das pesquisas, mesmo quando ela foi coordenadora de pós graduação no Rio e eu, pró reitora em Niterói. Trabalhando com fontes literárias, inclusive, minha amiga sempre gostava de lembrar uma crônica de João do Rio que descrevia a dureza do trabalho nas minas de carvão e exaltava a força e perseverança dos portugueses no trabalho, e afirmava: “Não negamos a nossa origem”! Isto porque somos filha e neta de portugueses!

Concluindo, registro que, apesar dos diferentes caminhos institucionais de Maria Yedda e Eulalia, a participação de ambas foi muito importante para consolidar a excelência que o PPGH da UFF desfruta até hoje.

No entanto, foi de Eulália que tornei-me amiga íntima! Animei-a a participar de congressos nacionais e internacionais, dividíamos os quartos e participávamos das “esticadas” com alunos ou jovens colegas! Além da saudade, tenho muito orgulho de ter sido colega e amiga número um daquela que foi professora emérita da UFRJ e da UFF, cuja trajetória é emblemática para a comunidade brasileira de historiadores.

Pelo lado materno, descendia de ilustre família de cafeicultores fluminenses do Vale do Paraíba. Seu pai era um bem sucedido imigrante português, comerciante, que se destacava do perfil tradicional deste grupo, uma vez que falava vários idiomas e prezava a vida intelectual. Isto talvez explique o fato de terem sido, Eulália e suas irmãs mais velhas, estimuladas a frequentarem a universidade numa época em que as moças pertencentes ao seu segmento social tinham como destino exclusivo, na maioria dos casos, o casamento.

Desde que escolheu o curso de história, Eulália sempre definiu a sua opção pela pesquisa. Não queria ser mais uma a compilar os autores clássicos, nem ficar presa aos limites de uma discussão historiográfica já superada. Na sua formação, beneficiou-se da erudição de seus professores, mas suas inquietações levaram-na a repensar os ensinamentos da história do Brasil, aprisionados num empiricismo empobrecedor.

Queria ir às fontes, mas não de qualquer maneira! Eram muitas as questões sobre a contemporaneidade do Brasil e da América Latina que a instigavam. As mudanças sociais e econômicas colocavam para a jovem historiadora problemas fundamentais sobre o presente e o futuro. O passado não era apenas um dado a mais para a erudição e o ornamento cultural, e tornava-se um instrumento ativo nas mãos de quem o questionava a partir do seu presente. O Brasil deveria ser compreendido tendo em conta a dinâmica interna de sua história, e não apenas seguindo os quadros explicativos da Europa Ocidental.

Estudou com afinco todos os clássicos — Capistrano, Varnhagen —, mas desde cedo — a partir de leituras de Caio Prado Jr. — rompeu com a visão tradicional e interessou-se pela história econômica, que propunha perspectivas metodológicas atraentes e criativas. Tal opção caracterizaria para sempre seu ofício de historiadora. Eulália, autora de vastíssima produção historiográfica, vivendo em um país subdesenvolvido, estaria sempre

atenta aos indicadores de pobreza e miséria, e sua obra seria profundamente marcada pelo compromisso social.

Na Universidade, entre seus professores, eram poucos os interlocutores e estavam todos fora da área da história do Brasil, como Josué de Castro e Artur Ramos. José Honório Rodrigues era o único a fazer uma campanha em prol da metodologia e da pesquisa, mas não era professor universitário!

Assim que terminou o curso, começou o doutorado e dedicou-se inteiramente à pesquisa, aprimorando seus estudos em universidades americanas, como North Caroline e Columbia. Sua tese tratou da Administração Colonial Luso-Espanhola na América. A escolha do tema tinha um caráter prático, porque era mais fácil ter acesso às fontes relativas a esse recorte do que sobre a Europa, mas, também, revelava o seu espírito crítico: a América Latina deveria ter a sua história: original, diferente e nova! O seu tempo era diverso do europeu, e o ritmo, evolução, e alternativas eram outras.

A jovem historiadora percebia que em relação à história da América, havia uma atitude do governo brasileiro de dar as costas para o Pacífico. O polo de atração era o Atlântico, o luso-tropicalismo! O meio acadêmico, os militares e a alta burocracia tendiam a exaltar a singularidade do Brasil, o seu “destino manifesto” e liderança. Tendia-se a considerar o país mais adiantado econômica, social e culturalmente do que os outros da América Latina. Afirmava: “os governos militares recentes [...] estavam voltados para o Atlântico afro-luso-brasileiro, e valorizavam o intercâmbio com as colônias da África” (Honorato & Lana, 2003).

Eulalia considerava que a América Latina poderia, pelas suas possibilidades, ter um papel fundamental na transformação do mundo. Infelizmente, não foi assim! Mas, de qualquer maneira, tornou-se a primeira pesquisadora sobre a América Latina no Brasil.

Seu trabalho *Administração colonial luso-espanhola nas Américas* inovou pela utilização do método comparativo. Segundo seu próprio depoimento, naquela época, estudos deste tipo eram muito raros, apesar de uma recomendação do Conselho Interamericano de Geografia neste sentido. Havia, por outro lado, uma certa resistência e preconceito pela já citada crença da superioridade do Brasil em relação à América Latina. Era como se o Brasil não fizesse parte dela! O estudo de Eulalia iria apontar noutra direção.

Contornando as dificuldades com o seu orientador, lançou-se à pesquisa de forma obstinada. Toda a documentação impressa a que tinha acesso no Rio de Janeiro — como a legislação das Índias, o Código Filipino, as Atas da Câmara — foi compulsada. Com o auxílio que conseguiu do Instituto de Cultura Hispânica e do Itamaraty, pesquisou no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, e no Arquivo Geral de Madrid. Encontrou em Jayme Cortesão — que lhe abriu sua Biblioteca particular — um excelente interlocutor “apesar da sua lusofilia”, como afirmou a historiadora (Vainfas & Gomes, 1992).

Foi sua a primeira tese de doutorado em história defendida por uma mulher no Brasil, e tal título lhe valeu a inclusão no *Dicionário de mulheres no Brasil* (Schumacher & Brasil, 2000).

Além dos estudos de história política, seu interesse pela América Latina atraiu-a para o campo da etno-história. Seu trabalho sobre os “chibchas” foi publicado na consagrada *Enciclopedye de la Pléiade* (Poirier, 1978).

A esta época, Eulalia já havia iniciado suas atividades docentes como auxiliar de ensino de história da América, cuja cátedra era ocupada pelo professor Sílvio Júlio de Albuquerque, que foi também seu orientador no doutorado.

Em entrevista concedida a Ronaldo Vainfas e Ângela de Castro Gomes por ocasião das comemorações dos 500 anos da América, Eulalia narra com muita graça as peripécias para uma boa convivência com o catedrático que, além do temperamento explosivo, não estimulava as análises inovadoras de sua jovem auxiliar.

Mas Eulalia não desistiu. A pesquisa não era apenas uma formalidade para a obtenção do título. Era um prazer e um compromisso! Iniciou um novo estudo, pesquisando a Coleção De Angelis — que se encontrava em parte na Biblioteca Nacional e em parte no Itamaraty — e concluiu um trabalho que deu origem à sua tese de livre docência, defendida em 1958, intitulada *Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis*. Mais uma vez elegia um tema em que a história da América Latina era a preocupação central. O estudo de caso revelava aspectos importantes envolvendo a história do Paraguai, da Bolívia, do Peru, do Brasil e até mesmo dos Estados Unidos.

Foi autora de outra alentada tese, apresentada para o concurso de cátedra, intitulada *Aspectos da atuação dos Consulados de Sevilha, Cádiz e América*

Hispânica na evolução econômica do século XVIII, em que estudou a expansão dos comerciantes espanhóis e o fortalecimento dos comerciantes locais como aspecto importante para a transformação que resultaria na criação de uma burguesia local com poder econômico e político influenciando, fortemente, o processo de Independência.

Importante ressaltar o esforço de Eulalia, não apenas para executar o seu trabalho de pesquisa, mas também para divulgá-lo, numa época em que o mercado editorial não se interessava por esse tipo de obra. A primeira edição de sua tese de doutorado foi custeada por ela mesma. Esgotada, mereceu uma segunda edição pela Biblioteca do Exército. Sob o título de *Processo administrativo Ibero-Americano: aspectos sócio-econômicos no período colonial*.

A relevância da divulgação das possibilidades de pesquisa oferecidas pelas instituições documentais e arquivistas brasileiras ficava patente em seus trabalhos, e teve grande influência em várias gerações de estudantes — a minha própria — a partir dos anos 1960.

Da mesma forma, abriu caminho para os incentivos à pesquisa. Isso também não foi fácil! Ela conta que teve de gastar muitas horas conversando e convencendo diversas autoridades que consideravam que a pesquisa histórica não devia ser apoiada, pois o Brasil tinha outras prioridades. Persistente, conseguiu a primeira bolsa de pesquisa da Capes!

Eulalia Lobo, na entrevista já citada, conta como ingressou no magistério superior. Disse que não queria, mas que era o único caminho viável para profissionalizar-se como pesquisadora.

Nesse aspecto, Eulalia constituiu-se também em referência obrigatória no ensino universitário de história no Brasil. Formou várias gerações de estudantes no nível de graduação e pós-graduação, tendo sempre como modelo a matriz indissociável do ensino e da pesquisa. O importante era dotar os alunos de condições teóricas e metodológicas para o exercício da crítica e a produção de novos conhecimentos.

Sua trajetória de docente é acompanhada pela obra de grande historiadora, com aproximadamente 200 títulos publicados, entre livros, artigos e conferências.

Do campo da história política e administrativa migrou para história econômica e social. Além de suas pesquisas relativas à América Latina, os

seus estudos sobre o Rio de Janeiro, história das empresas, industrialização, o movimento operário e imigração são referências em todos os inventários bibliográficos pertinentes.

Entre seus primeiros estudos de história política e latino-americana, na década de 1950, e o livro sobre seu pai, publicado em 2005, a produção da historiadora respondeu, durante meio século, a todos os desafios das diferentes conjunturas, metodologias e temas.

Eulalia primava por ser uma cidadã de seu tempo, e foi sempre no seu presente que encontrou as questões pertinentes e instigantes para refletir o passado.

Apesar dela mesmo ter sido especialista em vários temas, advertia sobre os perigos da especialização empobrecedora e chamava atenção para o fato de que toda história é sempre social. Afirmava que:

[...] tivemos durante muito tempo uma fase de história política, empiricista, dominante. Depois veio uma fase de predomínio da história econômica, com os *Annales*, que durou alguns decênios — essa ênfase na economia existiu independentemente de a abordagem ser marxista ou não. Agora temos a história das ideias, do cotidiano etc. Não podemos correr o risco de daqui a pouco não termos quem ensine a história da industrialização... Minha opinião é que as abordagens não devem ser excludentes. A sexualidade, por exemplo, é assunto muito importante, mas não podemos deixar de estudar em que economia, em que sociedade, as pessoas viveram com sua sexualidade (Vainfas & Gomes, 1992).

São vários os registros de seus depoimentos críticos sobre a história produzida no Brasil nos últimos 50 anos. Sobre as propostas cepalinas — concepções que também professou, acreditava que:

[...] A teoria da dependência, quando surgiu, ajudou a compreender o mundo da época. A tese dos choques adversos, a tese da dependência, a questão da modernização foram tentativas de explicação geral, a partir de modelos e tipologias. Foi um momento

importante, porque o que havia antes era uma massa enorme de trabalhos empíricos e o que fez foram tentativas de grandes interpretações. Não posso deixar de dar valor a esses esforços, mas hoje acho também que a teoria da dependência já se esgotou, que devemos partir para outras abordagens, outras teses interpretativas (ibidem).

Sobre as categorias instrumentais da história, também se pronunciou várias vezes, como no relato que se segue:

Ocorreu um processo de revisão profunda da história, questionando o seu caráter científico. O objeto da história, a realidade, seria inalcançável e apenas perceptível o seu reflexo. O espaço e o tempo não existem em si mesmos para esses críticos. O tempo único, universal, foi substituído pelo tempo subjetivo, de curta ou de longa duração, individual ou coletivo. O espaço físico, geográfico, poderia ser recortado em função do objetivo do pesquisador, da especificidade das fontes acessíveis (Honorato & Lage, 2003).

A expansão do campo do historiador também mereceu observações especiais:

Houve também uma ampliação do objeto da história, incluindo e valorizando temas tais como o gênero, a família e as redes familiares, o cotidiano e o privado, o marginal, os vencidos, os pobres, etc. simultaneamente declinou o interesse pela história econômica. Outro ponto importante foi o da tendência ao predomínio da história local e regional inicialmente em detrimento da visão de conjunto. Já se esboça uma reação às correntes de pensamento acima mencionadas: formou-se a Associação de Pesquisadores em Economia, cujos membros oriundos de todas as regiões do país têm estimulado o desenvolvimento da história econômica.

A história do gênero já ultrapassou a fase do situar a mulher entre a vitimização e a heroicização, resgatando, através do processo histórico, sua participação no todo social.

As biografias e histórias de empresas estão mais entrosadas no quadro sócio-econômico-cultural geral fazendo uma ponte entre a macro e micro história (ibidem).

Eulalia sempre defendeu a quantificação definindo-a como uma técnica e não um tipo de história:

O uso da quantificação em história foi motivo de polêmica, atribuindo-se um caráter político a ela. Creio que não se pode negar e importância de quantificar, e o que estava em jogo na realidade era a natureza do fato histórico, definido, tradicionalmente, como singular, não repetitivo (ibidem).

Ciro Flamarion Cardoso, em resenha sobre o livro *Portugueses en Brasil en el siglo XX* (Lobo, 1994), publicado originalmente em Madri, destacou o pioneirismo historiográfico de Eulalia Lobo em diferentes ocasiões: primeiro quando empreendeu uma comparação sistemática dos sistemas administrativos espanhol e português na América; depois, ao interessar-se pelas questões de preço, salário e níveis de vida no Rio de Janeiro do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, elaborando uma vasta síntese em dois tomos da *História econômica da cidade do Rio de Janeiro*; e, finalmente, ao produzir um primeiro estudo detalhado de todos os aspectos pertinentes à imigração portuguesa no Brasil do final do século XIX e do século XX.

Arno Wehling, presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, no discurso de recepção à Eulalia Lahmeyer Lobo àquela instituição, definiu sua produção como:

Fundada numa bem alicerçada técnica de pesquisa, exaustivamente documentada, sua obra se beneficia de sólida análise cujos pressupostos se enraízam nas melhores balizas das ciências sociais — notadamente a economia e a sociologia. A sua prática

interdisciplinar, entretanto, nunca a fez minimizar os traços epistemológicos e metodológicos tipicamente históricos, recusando-se às simplificações de considerar nosso território mero objeto de uma economia do passado ou uma sociologia retrospectiva (Wehling, 2000).

Na edição brasileira de seu livro sobre portugueses no Brasil, em 2001, Eulalia ampliou o estudo original, incorporando novas pesquisas. Sua experiência e maturidade intelectual permitiram-lhe, inclusive, o feliz cruzamento entre o existencial e a história. A correspondência de seu pai, comerciante português, homem de grande visão que acumulou conhecimento e erudição através de um esforço autodidata, foi trabalhada de forma exemplar como fonte histórica.

Entre 2002 e 2004, entusiasmada com esse material, trabalhou com afinco na biografia de seu pai, publicada em 2006.

Na condição de professora, Eulalia destacou-se não apenas como pesquisadora, mas, também, nos embates políticos e ideológicos, o que provocou a interrupção traumática de sua carreira, já referida.

A antiga Faculdade Nacional de Filosofia — a famosa FNFfi — foi dividida em várias escolas e institutos. Eulalia passou a dar aula no IFCS. O casarão da Rua Marquês de Olinda, em Botafogo, tornara-se um centro de debates e um local de grande agitação intelectual. A reforma universitária era muito debatida. Evaristo de Moraes Filho e Marina Vasconcellos — que o sucedeu na direção do IFCS — eram adeptos da reforma, que contrariava muitos interesses consolidados, como os da cátedra. Eulalia envolveu-se nesse debate, tendo sido, inclusive, membro da Comissão de Reforma.

A Universidade, naqueles anos de ditadura, tornara-se muito visada e, particularmente, o IFCS. As denúncias apontavam uma célula de comunistas e os conspiradores seriam Manoel Maurício, José Américo Pessanha, Maria Yedda Linhares, Evaristo de Moraes e... Eulalia Lobo!

Aposentada compulsoriamente, foi presa em 69 por ocasião da visita de Rockefeller ao Brasil, a chamada “Operação Gaiola”. Como disse Eulalia em seu depoimento: “Eles prenderam todo mundo que não queriam que falasse com Rockefeller e contrataram pessoas para fazerem manifestação a favor mediante pagamento” (Vainfas & Gomes, 1992). Eulalia ficou presa

uma semana. Entre os que reivindicavam a sua libertação estavam os adidos cultural e militar dos EUA, pois ela já havia sido convidada para o encontro com Rockefeller.

A narrativa de Eulalia sobre a sua prisão é deliciosa! Chegaram em sua residência, de madrugada, três pessoas armadas. Vinham prendê-la, mas não sabiam quem era ela. E ela lhes disse:

Não digo quem sou enquanto vocês não me disserem quem são! Vocês estão uniformizados, mas podem ter assaltado um quartel e roubado as fardas. Não têm um documento, uma ordem de vistoria, ou de prisão nada. Quero saber quem são vocês! (ibidem).

Seu marido, Dr. Bruno Lobo, ligou para seu cunhado, que era almirante, na época cogitado para ministro, e os homens acabaram se identificando: eram da 8ª Artilharia da Costa, no Leblon, e Eulalia teve que acompanhá-los. Foi levada ao gabinete do Comandante, que se mostrava pouco à vontade, e lhe disse:

O Exército que combateu a caça aos escravos, que proclamou a República, vem agora prender os cidadãos que não estão armados... não estão alterando a ordem pública. O Exército, que tem tantas tradições gloriosas, está reduzido a isso? (ibidem).

O Comandante, constrangido, dizia: “Não somos policiais”. E a ordem se inverteu: o comandante se defendendo e Eulalia atacando. Mesmo não havendo acusação formal, ficou presa. Diariamente perguntava ao comandante: “Qual é a acusação contra mim?” Ele não tinha o que responder e dizia: “Você teve muita sorte, porque se morasse mais perto do Humaitá teria tido um destino terrível, pois teria ido para uma unidade muito pior” (ibidem).

Sob o arbítrio, entre a jurisdição de uma unidade e outra, vencendo seus medos, Eulalia começou, na prisão, a escrever sua história sobre a América Latina.

Depois de solta, permaneceu 12 anos indo aos Estados Unidos para lecionar. Ia e voltava, continuando suas pesquisas no Brasil. Mais uma vez foi pioneira! Conseguiu um auxílio da Ford Foundation, que até então só concedia verba aos pesquisadores com filiação institucional. Tal dotação foi importante para custear a pesquisa sobre a história econômica do Rio de Janeiro.

Nossos amigos comuns da Universidade de São Paulo deram-lhe o título de grande dama da historiografia brasileira. Ela sempre ria quando comentávamos este título, afinal Eulalia não era dada a “damices” e muito pouco convencional! Nenhum protocolo a detinha se considerasse os encaminhamentos autoritários ou injustos, não importa o tipo de reunião.

Foi assim, por exemplo, na reunião da CAPES, quando iniciávamos nossos trabalhos como coordenadoras de pós-graduação – ela, da UFRJ e eu da UFF. Houve uma convocação de todos os programas, através dos comitês de área. Na época, os programas de história e economia eram juntos, e tínhamos muitas reivindicações, pois tais áreas já se achavam consolidadas na pós-graduação, cada uma delas com vários programas. O presidente da CAPES chegou, naturalmente atrasado, falou por mais de 40 minutos e se despediu nos desejando bom trabalho. Antes que ele se retirasse, Eulalia levantou-se, bateu as mãos, e disse: “Como! Nós o ouvimos e o senhor não vai nos ouvir?! Isso é no mínimo indelicado!” Passada a perplexidade, eu, Edgar De Deca e Wilson Cano, coordenadores de história e economia da UNICAMP, fizemos coro ao protesto da nossa líder, não restando ao presidente outra alternativa senão permanecer no plenário. Tivemos muitos ganhos, sendo o principal deles a separação dos comitês de história e economia, o que nos garantia maiores dotações e, sobretudo, bolsas para nossos estudantes.

Nem sempre, porém, suas estratégias eram de enfrentamento. Episódio exemplar ocorreu por ocasião da montagem do projeto FINEP, já referido anteriormente. O PADCT (Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) excluía as ciências humanas. No entanto, nenhum texto proibia o financiamento pela FINEP de projetos de pesquisa neste campo. O problema residia no fato do formulário obrigatório ser pensado levando em conta as especificidades da área tecnológica. No nosso caso, o preenchimento era particularmente difícil pois tratava-se de uma pesquisa sobre operários e condições de vida no século XIX e primeiras décadas do século XX. Portanto, era im-

possível satisfazer ao quesito, fundamental na apreciação, que exigia a especificação dos “mecanismos mais eficazes de incorporar os resultados da pesquisa aos setores produtivos da economia nacional”! Enquanto Yedda pensava em protestar, Eulalia sugeriu o recurso à artimanha apresentadas pelos cronistas portugueses do engenho e arte! Yedda recusou-se dizendo: “Isso é coisa de milico! Vamos destacar a importância das ciências sociais, inclusive a história, para as prioridades e os destinos sociais da tecnologia em nosso país!” Concorramos porque ela estava certa! Porém, consultei Magdalena Diegues Junior, à época funcionária da FINEP e muito simpática ao nosso projeto, que considerou que não teríamos chances sem satisfazermos àquele item do formulário. Eulalia e eu escrevemos um texto de quase duas páginas! Não lembro o que, pois não havia nexos com o real! Mas conseguimos a aprovação!

Muito mais eu poderia dizer sobre Eulalia Lobo e sua trajetória profissional, o que não caberia nos limites deste texto!

Não posso, porém, encerrar sem afirmar que maior que a importância da obra de Eulalia Lobo foi sua dimensão de humanidade. Diria melhor, que elas se equivalem, pois nossa homenageada consagrou o melhor de si, a sua profissão! Digo isto pensando em Lucien Febvre quando afirmou em *Viver a história* que: “Se não a amasse não seria historiador” (Febvre, 2009). O amor lhe deu forças para vencer os preconceitos e resistências, enfrentar o arbítrio e o autoritarismo, atender as exigências da vida familiar, resignar-se diante das perdas.

E o tempo dos colegas e amigos? E a generosa paciência com os estudantes e o estímulo aos jovens professores? E as alegres esticadas depois dos congressos? E sua competência para degustar os bons vinhos, que encantou o diretor da Real Vinícola do Porto! E o seu entusiasmo para dançar os ritmos nordestinos no Forró Forrado, o que deixou boquiaberto Eric Hobsbawm que, naquela oportunidade, a fotografou inúmeras vezes... E a sua alegria cantando a Internacional em um restaurante em Laranjeiras? E sua disposição permanente para novos projetos, mesmo tendo que vencer os limites físicos.

Em uma de suas últimas entrevistas, afirmou:

Eu não sinto medo de sair no Rio de Janeiro; saio tarde, frequentemente vou sozinha a lugares que as pessoas acham perigosos.

Ajudei a organizar um seminário na Favela da Maré, junto com pessoas da comunidade, até os traficantes passaram por lá, não sei se para assistir ou para verificar o que estava acontecendo (Vainfas & Gomes, 1992).

A morte de Eulalia Lobo livrou-a de seu corpo que, debilitado, a impedia de exercitar o que mais amava na vida: sua liberdade e escrever. Mas ela viverá para sempre através de sua obra, como uma referência obrigatória para os estudantes da história do Brasil. E enquanto viverem seus alunos e colegas, sua memória permanecerá como uma lembrança muito querida, iluminando uma boa ideia, incentivando um desafio ou provocando um sorriso!

A história do Rio de Janeiro e a revolução historiográfica de Eulalia Maria Lahmeyer Lobo

Luiz Fernando Saraiva

PPGH-UFF

Carlos Gabriel Guimarães

PPGH-UFF

A publicação do livro *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro* em 1978 pelo Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (IBMEC) e Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) coroou uma trajetória de muito sucesso acadêmico e ainda uma “viragem” intelectual muito importante na trajetória da professora Eulalia. Além da pesquisa coletiva, que será uma das suas marcas registradas a partir de então,

a obra também marca maior aproximação com a história econômica mais quantitativa e serial, que será outro importante destaque de sua produção. O livro foi ainda um grande impulso para a formação de pesquisadores que trabalharam como assistentes de pesquisa e tiveram os seus primeiros contatos com fontes durante o levantamento dos dados. Entre eles e que trabalharam diretamente no projeto (que durou de 1976 até 1978) estão Ricardo Salles, Angela Borba e Gilda Guilhon, estudantes de graduação em História da PUC-RJ. A pesquisa ainda se “aproveitou” de investigações anteriores quando Eulália possuía bolsas da Ford Foundation (1970 e 1971) e da Social Research Council (1971 a 1973) com pesquisadores como Octavio Canavarros, Zakia Feres, Sonia Gonçalves, Lucena Barbosa Madureira e outros.

Fruto indireto de pesquisas anteriores e direto do projeto do IBMEC, a obra resultou em dois volumes com poderosas e inestimáveis contribuições à história social e econômica do Rio de Janeiro e das condições gerais da sociedade brasileira entre os séculos XVIII — XX. Os dois volumes trazem um total de 255 tabelas e quadros em suas mais de 900 páginas, com informações sobre demografia, salários, inflação, preço de alimentos, fábricas, moeda. As fontes de pesquisa foram variadas e correspondem a maior parte da documentação primária que estava disponível à época. Eulália e sua equipe percorreram arquivos de diversas instituições entre públicas e privadas. Entre os acervos privados, dados foram levantados na Cervejaria Brahma, América Fabril, Fábrica Bangu, Corcovado e Moinho da Luz, além de diversos Jornais e o *Almanack Laemmert*. Entre as instituições públicas e religiosas, a Junta de Comércio, nos arquivos eclesiásticos das 22 paróquias constantes no Rio de Janeiro em 1900, na Santa Casa de Misericórdia e na Ordem Terceira de São Francisco, no Serviço de Estatística Econômica e Financeira, órgão ligado ao Ministério da Fazenda, além de pesquisas no Arquivo Nacional, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e diversos documentos de época, como teses de professores e estudantes da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Tais volumes de dados tratados de maneira estatística e econométrica (o que não era usual à época) foi um dos primeiros estudos históricos a fazer uso massivo da computação que começava no Brasil. Tais dados foram rea-

lizados nos computadores de instituições como a Fundação Getúlio Vargas e da Hidrologia S.A.

Sobre a atualidade dos dados constantes no *História do Rio de Janeiro*, podemos dizer, mesmo hoje, que:

Ainda que publicadas há mais de 40 anos, as obras desta professora seguem insuperáveis. Ciente de que os dados estatísticos disponíveis sobre aspectos decisivos da vida social eram falhos, a professora Lobo procurou reconstituir informações sobre salários de operários, custo de vida, hábitos de alimentação, custo de moradia e tantos outros indicadores que faziam transparecer a vida de milhares de pessoas ocultas por trás dos números. Muito deste esforço de compreensão das condições de vida dos trabalhadores resultou do acesso às velhas fichas de empregados em empresas, a livros-registro de salários e outros tantos materiais de uso cotidiano e que, com o tempo, transformam-se em testemunhos preciosos de um tempo passado (Marques & Saraiva, 2021, p. 10).

Para medir o impacto dessa obra para além de nossas percepções individuais ou descrições densas, optamos, bem ao estilo da professora Eulalia, em recorrer a uma técnica relativamente inédita e algo polêmica entre os pesquisadores de história; a *Cientometria*, ou a mensuração *bibliométrica* do livro *História do Rio de Janeiro* ao longo desses 40 últimos anos. Embora as origens dos estudos bibliométricos seja antiga — pelo menos desde o ano de 1926 com os estudos de Lotka ou 1966 com a criação do termo *Cientometria* por Nalimov —, só recentemente tem crescido nos meios científicos nacionais os estudos que tentam quantificar as contribuições científicas das diversas áreas do conhecimento e isso por pressão das agências nacionais de fomento à pesquisa, como a Capes, o CNPq, o SciELO e outros além de, obviamente, as internacionais.¹

¹ Sobre a cientometria e seus estudos no Brasil, cf. Alvarado, 1984.

Alvo de diversas críticas entre os pesquisadores das ciências humanas pela quantificação e os problemas inerentes a esses tipos de métodos, podemos lembrar as palavras de Eulalia na introdução do *História do Rio de Janeiro*, quando dizia

Na elaboração desse trabalho usamos a quantificação dos dados susceptíveis de um tratamento estatístico [...] Acreditamos que não se justifica considerarmos a quantificação como um método ou uma nova forma de fazer História. É apenas uma técnica. Discordamos dos que estabelecem uma oposição entre história qualitativa dos fatos singulares e quantitativa dos fatos repetitivos. Os dois aspectos se interpenetram; os fatos singulares explicam transformações conjunturais nas tendências das séries estudadas (p. 4).

Da mesma forma como pensava a professora Eulalia, isso significa que podemos avaliar quantitativamente a importância da obra citada e mais, que essa quantificação (ou essa técnica) nos ajuda a entender a(s) qualidade(s) inerente(s) da pesquisa feita e da manutenção de sua atualidade. Mais ainda, o estudo do alcance e impacto da obra nos ajuda a entender os próprios caminhos da pesquisa histórica entre nós.

Uma das formas mais comumente utilizada para avaliar o impacto de uma obra científica é o número de citações que a mesma recebe ao longo do tempo. Em linhas gerais, os especialistas das ciências da informação avaliam que essa produção tem uma evolução temporal; um livro ou um artigo científico teria uma “vida” e uma “morte”, ou seja, ele seria citado mais ou menos a partir de sua importância, e a partir de um determinado momento ele não seria mais citado — ou só raramente —, porque teria sido “superado” por outras pesquisas mais avançadas.²

Se o raciocínio tem a sua lógica para as ciências ditas duras (como física, química, biologia, matemática e outras), para as ciências humanas e a história em particular, as obras não “morrem”, ao contrário, elas são incorporadas ao estrato comum da área de pesquisa, passam a fazer parte

² O termo utilizado é o de “obsolescência”, para maiores informações cf. Alvarado, 2014, pp. 85-113.

da historiografia e serão sempre revisitadas na medida em que as pesquisas avançam. O quanto da obra *História do Rio de Janeiro* tornou-se um “clássico” que deve ser citado pela necessária construção do conhecimento ou o quanto os dados aportados nele permanecem atuais e imprescindíveis para a construção do conhecimento histórico é o que buscamos entender nesse “exercício”.

Os dados de citações de uma determinada obra podem ser auferidos em vários portais de periódicos científicos e bases de dados de (fatores de) impacto de periódicos e autores. Entre as mais comuns e utilizadas no país estão a ORCID, Web of Science, Scielo, ResearchGate, Scopus, JCR (*Journal Citations Reports*) e ainda o Google Scholar (ou Acadêmico), que optamos para essa pesquisa.

A escolha do Google Acadêmico é justificada por diversos motivos; além de ser uma das maiores bases de dados sobre periódicos, livros, teses e diversas produções científicas, a plataforma funciona independente do cadastro prévio do autor, como na maioria das bases citadas (como o ORCID e ResearchGate). Ou seja, o pesquisador, para ter a sua produção citada em uma dessas bases de dados, tem que necessariamente se cadastrar na mesma, alimentando-a com a sua produção acadêmica, o que não foi o caso da professora Eulalia.

Outro ponto importante é que o Google Acadêmico “percorre” as dissertações e teses dos programas de pós-graduação, também diferentemente das maiorias das bases de dados que concentram seus algoritmos de busca e indexação em periódicos científicos (como o Scielo ou o JCR). O que para alguns analistas seria sinal de debilidade (porque a “verdadeira” pesquisa científica se daria pelos periódicos científicos, revisão pelos pares e citações), em nosso caso revela a importância da obra *História do Rio de Janeiro* para a produção recente do conhecimento histórico nos programas de pós-graduação. Por último, “Em Humanidades, Literatura e Artes, Ciências Sociais e Negócios, Economia e Administração, as citações únicas do GA [Google Acadêmico] excedem 50% de todas as citações nas mesmas áreas” (Spinak, 2019).

A partir dessa discussão, pesquisamos o livro *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro* em múltiplas entradas (variações dos nomes encontrados) e ainda a produção da professora Eulalia

Lobo cadastrada nas citações do GA para termos uma dimensão da obra em tela, mas também da vasta produção da autora como um todo. Os principais dados estão dispostos na tabela a seguir.³

Tabela: Produção da professora Eulalia Lobo recuperada no Google Acadêmico

Citações GA	Coautor(es)	Título	Ano
521		História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro	1978
218		Imigração portuguesa no Brasil	2001
102	LB Madureira	Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930-resultados preliminares	1971
72		Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe-1930-1970	1992
66		História empresarial	1997
59	LA Carvalho, M Stanley	Questão habitacional e o movimento operário	1989
57		Processo administrativo ibero-americano: aspectos sócio-econômicos, período colonial	1962
33		Caminho de Chiquitos às missões guaraní de 1690 a 1718: ensaio interpretativo	1959
		Caminho de Chiquitos às missões guaraní de 1690 a 1718: ensaio interpretativo (II)	1959
		Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718: ensaio interpretativo (III)	1960
		Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718: ensaio interpretativo (IV)	1960
32		Portugueses en Brasil en el siglo XX	1994
27	O Canavarros, ZF Elia	Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930	1973
24		O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII	1975
24		História político-administrativa da agricultura brasileira: 1808-1889	1980

³ Os dados do Google Acadêmico (GA) foram levantados a partir do programa Harzing's Publish or Perish 8.12.4612.8838 com data de 15/04/2024. As referências completas aos textos da professora Eulalia Lobo estão no final dessa seção (p. 65A).

Citações GA	Coautor(es)	Título	Ano
21	EN Stotz	Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário—1880 a 1930	1985
19		Administração colonial luso-espanhola nas Américas	1952
15	EN Stotz	Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro: 1870-1894	1985
15		América Latina contemporânea: modernização--desenvolvimento—dependência	1970
15		A imigração portuguesa e a mão-de-obra do Rio de Janeiro na primeira república	2002
14	MB Levy	Estudos sobre a Rio Light	2008
13		Historiografia do Rio de Janeiro	1995
10		Fontes para a história do comércio da cidade do Rio de Janeiro	1998
9		Fronteiras étnicas na América Latina: fronteiras móveis	1999
8		Rio de Janeiro e Charleston: As Comunidades de Mercadores no Século XVIII	1970
8		Aspectos da influência dos homens de negócio na política comercial ibero-americana: século XVII	1963
8	A Oliveira	O Estado Novo e o sindicato corporativista, 1937-1945	1992
8		Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro da década de 1880 a 1920	1981
7		Aspectos da atuação dos consulados de Sevilha, Cádiz e da América Hispânica: na evolução econômica do século XVIII.	1965
7	MB Lévy	População e estrutura fundiária no Rio de Janeiro, 1568-1920	1984
6		Bartolomé de Las Casas e a lenda negra	1992
5		Alguns aspectos da história da mesa do bem comum dos mercadores	1965
5		Conflito e continuidade na história brasileira	1970
4		Brazil since 1889	1996
3	EN Stotz	Põe o retrato do velho, tira o retrato do velho. O movimento sindical e o fim da Era Vargas: uma avaliação	2004
3		O Estado e a política agrícola no Brasil do século XIX	1982
3		La revolución industrial y la vivienda popular en Río de Janeiro: 1880-1920	1980
3		Viagem e viajantes: o remoto, o desconhecido e o maravilhoso	1996

Citações GA	Coautor(es)	Título	Ano
3		Importância estratégica e econômica da Província de Santa Cruz de la Sierra durante a Guerra de Tríplice Aliança	1961
3	FSG Lisboa, M Simões	O Regime Militar e a reorganização sindical período de 1965-1970	1992
3	E Oliveira	O Estado Novo e o sindicalismo corporativista, 1937-1945	1970
3		Depoimento. Seminário Comemorativo dos 50 anos da FNF <i>i</i>	1989
		Eulalia	
2		Imigração e colonização no Chile colonial (1540-1565)	1967
2		Correspondência do comerciante português Antonio Dias Leite, residente no Rio no período de Pereira Passos (1903-1906)	2003
2		A Mesa do Bem Comum ou Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio e o consulado em Portugal	1961
2	LLL Maia	Cartas de Antônio Dias Leite (1870-1952): um olhar sobre uma época de transformação	2005
2		As experiências do Capitão James H. Tomb. na Marinha brasileira	1964
2		Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718: ensaio interpretativo (IV-conclusão)	
1		Maria Bárbara Levy, seu papel na historiografia econômica no Brasil	1999
1		Estado, Movimento Operário e Condições de Vida no Rio de Janeiro (1930-1960)	1992
0		A vanguarda literária dos operários no Brasil - 1880-1930	1989
0		O Estado centralizado, a crise econômica e o operariado (1930-1936): as condições de vida do operariado	1992
0		Os circuitos comerciais das empresas do ramo de tecidos, roupas e armarinhos do Rio de Janeiro: o estudo de dois casos	2002
0	A Oliveira	O Estado Novo e o sindicato corporativista-1937-1945: condições de vida e operariado	1992
0		A união dos trabalhadores metalúrgicos na construção do sindicato cooperativista: 1932-1945	1986
0		IMIGRAÇÃO E HISTORIA DE VIDA (Trajetória de seu pai, o imigrante Antonio Dias Leite)	2006
0	MB Levy	Industrialização, previdência social e urbanização: O papel das seguradoras	1995

Citações GA	Coautor(es)	Título	Ano
0	I de Lima Martins, B Kocher	Guias dos jornais operários do Rio de Janeiro	1988
0		Pós-graduação na Inglaterra e País de Gales	1965
0		El comportamiento económico en Brasil	1999

Da tabela, percebemos que a professora Eulalia tem um total de 1.484 citações de todas as pesquisas publicadas e recuperadas pelo GA. Dessas citações, pouco mais de um terço ou 35% foram somente de *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro* (521 citações). Em seus 46 anos, o livro tem um índice geral de 11,32 citações por ano. A despeito da importância dos demais trabalhos realizados pela professora Eulalia, é praticamente redundante dizer que a presente obra foi o seu livro mais importante e que maior impacto teve nas pesquisas sobre a história em geral e na história econômica em particular.

Também é significativo que o livro teve publicado resultados “anteriores” e “posteriores” e faz parte de uma pesquisa mais longa e ainda da transição da obra de Eulalia. Ainda em 1971 a professora Eulalia publicou o artigo *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930: resultados preliminares*, que obteve 104 citações no GA, e ainda o artigo de 1973 *Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930*, com 27 citações.⁴ Ambos artigos foram publicados na Revista Brasileira de Economia, ligada a Fundação Getúlio Vargas e que se relaciona a suas atividades desde a cassação de sua posição na UFRJ e ainda antes da sua entrada no PPGH da Universidade Federal Fluminense, como nos ensina a professora Ismênia de Lima Martins na alentada introdução da presente obra.

Mesmo depois da publicação do livro em 1978, Eulalia Lobo publicou artigos com desdobramentos de sua pesquisa, como em 1981 com o texto

⁴ Esse último foi publicado em coautoria com os pesquisadores bolsistas Otávio Canavarros; Zakia Feres Elias; Simone Novais e Lucena Barbosa Madureira.

Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro da década de 1880 a 1920, na Revista Nova América, ligada à Università degli Studi de Torino e que obteve oito citações segundo os dados do GA. Esse texto marca outra viragem na obra da professora Eulalia, que é em direção aos estudos dos movimento operários que irá a distinguir na fase final de sua produção e que terá a parceria de vários pesquisadores, como a publicação em 1985 de *Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro: 1870-1894* pela Revista Estudos Econômicos (USP), com 15 citações, e *Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário – 1880 a 1930* pela Revista do Rio de Janeiro (UERJ), com 21 citações, ambos em coautoria com Eduardo Stotz em 1985. Em 1989 a professora irá publicar o livro *Questão habitacional e o movimento operário* pela editora da UFRJ, com a participação de Lia Aquino Carvalho e Myrian Stanley e que irá alcançar 57 citações de acordo com o GA.

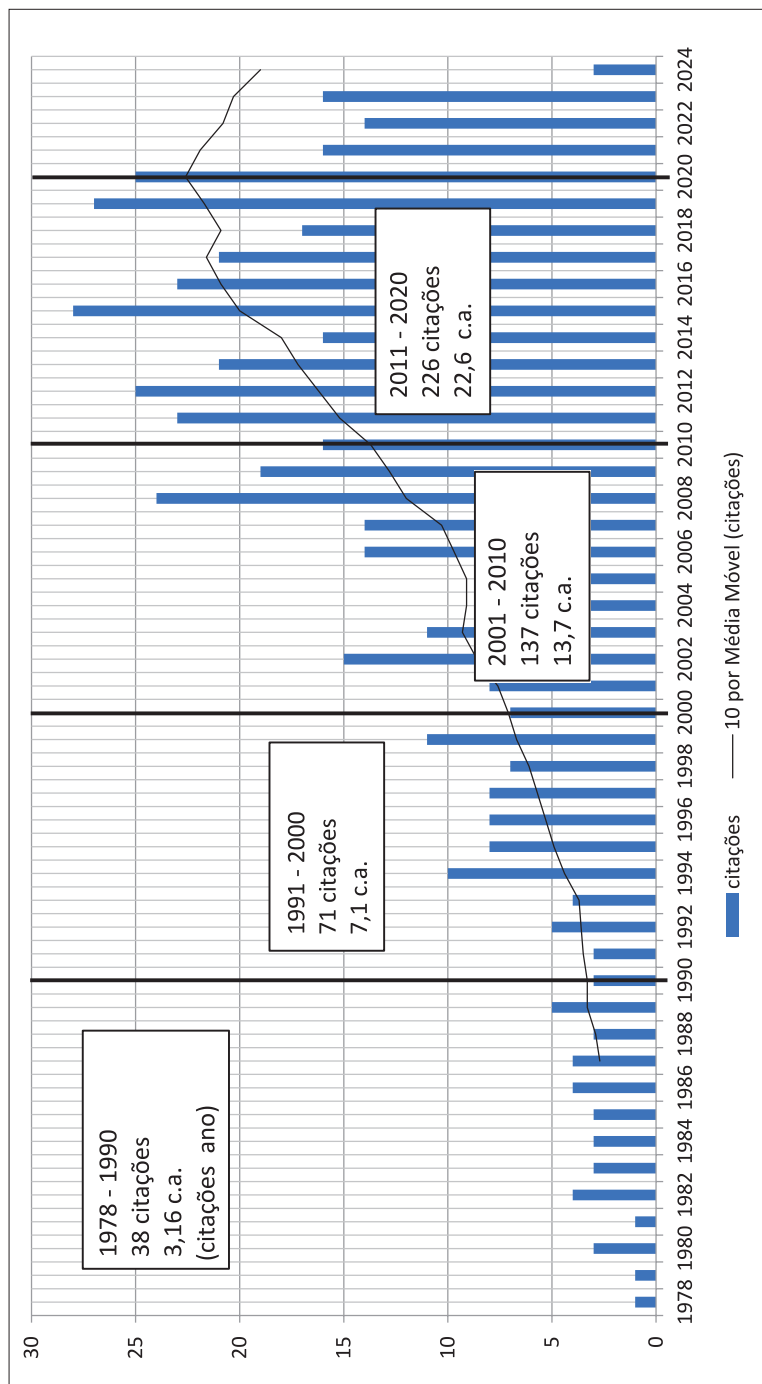
Feitas essas considerações, passamos a analisar o livro de maneira mais detalhada. Do total de 521 citações da obra entre 1980 até 2024, o número de citações da obra é crescente, como se pode perceber no gráfico a seguir (I). Após o lançamento do livro, ele começou a ser regularmente citado em diversas obras, sendo que durante as décadas de 1980 e 90, atingiu um total de 38 (1978-1990) e 71 (1991-2000) citações, respectivamente. Contrariando o que dizem os estudos bibliométricos sobre a letalidade de livros e artigos acadêmicos, o livro aumenta muito a sua visibilidade e alcance nas duas décadas seguintes. Entre 2001 e 2020, o livro recebeu um total de 363 citações (137 de 2001 a 2010, 226 de 2011 a 2020 e 49 de 2021 a 2024) ou cinco vezes mais. A questão é entender os possíveis motivos que levam uma obra dessa a ter esse tipo de comportamento na área da pesquisa em História.⁵

5 Evidentemente, o aumento do número de pesquisas (dissertações e teses), espaços e veículos de divulgação (como congressos e revistas científicas) aumentaram nos últimos anos — o que contribuiu para esse comportamento —, no entanto, a tendência ao aumento das citações da obra é sensível e consistente. Por exemplo, o número de dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (um dos maiores do país) aumentaram 376% entre as décadas de 1974-2000 e 2001-2020, enquanto o número de citações à obra de Eulalia aumentou 333%. Se tomarmos somente a área de Contemporânea I (que aborda o período de 1780 até 1920, central no livro em questão), cresceu 192%. Cf. Alvarenga & Saraiva, 2023.

Entre esses motivos, listamos dois em especial; o primeiro é a suposta crise da história econômica entre o campo das ciências sociais do Brasil e particularmente no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XX e o renascimento do interesse nesse tipo de pesquisa que tem se acentuado recentemente entre nós. Um segundo fator é a da qualidade e pioneirismo da pesquisa feita que passa, a partir da renovação dos estudos da história econômica e social, a ser uma importante e única base de dados sobre os variados temas tratados

A qualidade da pesquisa instituída é inegável; como dissemos acima, praticamente todos os espectros da vida social e econômica do Rio de Janeiro foram varridos pela professora Eulalia e sua equipe de pesquisadores; demografia, preços, salários, moedas, inflação e empresas foram listados pela pesquisa da professora Eulalia.

Gráfico I: Citações do livro História do Rio de Janeiro, 1980/2024⁶



Fonte: elaboração própria.

⁶ Levantamento feito no Google Acadêmico para a produção anual entre 1980 até 2020. A diminuição no número de citações nos últimos 6 anos pode estar relacionada a demora do algoritmo do Google em indexar todas as citações mais recentes.

Analisando as citações das décadas de 1980 e 1990, verificamos que as referências se concentram em obras gerais, textos clássicos que tratavam da capital do império e da república e que tinha o livro como fonte de informação geral acerca das questões sociais como trabalhadores, escravizados, urbanização e temas correlatos. Os livros mais representativos que se utilizaram da obra foram títulos como *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, de Nicolau Sevcenko de 1983; *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, de Maurício de Almeida Abreu em 1987; *O tempo saquarema*, de Ilmar Mattos de 1994; ou *A crise financeira da abolição, 1875-1901*, de John Schulz em 1996; ou ainda *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*, de Martha Abreu em 1999. A maioria das citações, mesmo nos artigos em periódicos, se referia a informações gerais, dados sobre legislação, decisões administrativas, quantitativos populacionais e outros semelhantes. Em momento algum estamos questionando a qualidade das obras citadas; todas são trabalhos de referências em seus respectivos temas. O que destacamos aqui é que esses autores se utilizaram do livro *História do Rio de Janeiro* de maneira qualitativa, ou seja, informações pontuais de um livro que tornou-se uma referência quase obrigatória sobre a história em sentido cronológico e factual.

Já no início da década de 2000, vemos que as pesquisas passam a “usar” os dados constantes no livro da professora Eulalia de maneira mais sistemática. Pesquisas como a de Manolo Florentino, *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*, publicado na revista *Topoi* da UFRJ em 2002, compilava dados demográficos, salariais e ainda sobre os custos de vida na capital do império para analisar as possibilidades, ou “margens”, que os escravizados teriam de amealhar pecúlios que os permitisse comprar as suas cartas de liberdade. Esse trabalho se desdobrou em pesquisas que aprofundaram essa percepção como, por exemplo, a dissertação de mestrado de Carlos Eduardo Valência Villa, defendida em 2008 e publicada como o livro *La producción de la libertad. Economía de los esclavos manumitidos en Río de Janeiro a mediados del siglo XIX* em 2011. No livro e nos artigos que se desdobraram, o autor utiliza os dados dos salários e preços dos alimentos levantados pela professora Eulalia para levantar o custo de vida da cidade e

o montante de dinheiro levantado pelas alforrias, comparando-o com outras atividades e categorias sociais.

O doutorado de Valência Villa, defendido em 2012, aprofundou essas metodologias ao comparar as atividades e condições de vida dos trabalhadores negros e livres no Rio de Janeiro e em Richmond entre o período de 1840 até 1860, à semelhança de outra pesquisa pioneira de Eulalia que comparava o Rio de Janeiro a Charleston.⁷ Publicado em 2016 com o título *Ao longo daquelas ruas. A economia dos negros livres em Richmond e Rio de Janeiro, 1840-1860*, a obra se utilizou largamente dos dados constantes no *História do Rio de Janeiro* na construção de séries que foram complementadas com transações cartoriais e registros de empregos nos jornais.

Também em pesquisa inédita sobre as classes sociais no Brasil nas décadas de 1870–1880, Rodrigo Goyena Silveira Soares publicou o artigo *Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do império. Notas preliminares sobre as classes imperiais* utilizando-se dos dados da obra para determinar as condições de vida da população livre do Rio de Janeiro, trazendo ainda as listas de qualificação eleitoral da década de 1870 para calcular um índice GINI da sociedade imperial brasileira no período.

Outras duas pesquisas que se utilizaram largamente dos dados constantes no livro da professora Eulalia foram as teses de doutorado de Clemente Gentil Penna, defendida em 2019, *Economias urbanas: capital, créditos e escravidão na cidade do Rio da Janeiro, c.1820-1860*, e a Thiago Alvarenga de Oliveira, em 2020, *A Caixa Econômica da Corte: desenvolvimento, centralização e expansão da poupança brasileira (1861-1889)*. Ambos os trabalhos foram publicados como livros em 2023 e usam copiosamente os dados constantes na obra de Eulalia para construir suas séries temporais de dados como crédito, inflação, novamente salários e possibilidades de interação econômicas das várias camadas sociais da cidade.

A diferença fundamental em relação as pesquisas das décadas de 1980 e 90 é que essas novas pesquisas partem de uma renovação da história eco-

⁷ A tese foi premiada em 2014 pela Associação Nacional dos Professores de História — seção Rio de Janeiro (ANPUH/RJ), justamente com o Prêmio de Pesquisa Eulalia Maria Lahmeyer Lobo. A obra de Eulalia foi o artigo “Comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII” na *Revista de História* em 1975.

nômica que combina elementos da Antropologia das Economias, a Nova Economia Institucional, a *New Economic History* (NEH), com técnicas de pesquisa mais complexas, onde o esforço realizado por Eulalia se revelou fundamental. Quarenta anos depois, o livro não é apenas um clássico, mas uma poderosa base de dados que permite e estimula reflexões muito mais sofisticadas sobre vários períodos da nossa história.

Na resenha publicada na *The Hispanic American Historical Review* sobre a obra, logo após o seu lançamento (1979), o historiador Richard E. Morse conseguiu classificar a obra como um *Vade Mecum* e ainda como uma *Rayuela* ou o “Jogo da Amarelinha”. Tal dupla classificação é extremamente interessante acerca das potencialidades que a obra alcançou ao longo do tempo. De um lado, o livro é de fato um manual de referência que irá acompanhar um estudante ao longo de sua formação e ainda depois em sua vida profissional. Ao mesmo tempo *Rayuela* foi um dos romances experimentais de maior sucesso da literatura latino-americana da 2.^a metade do século XX. Júlio Cortázar propõe, no início da obra, que o leitor percorra o livro a partir de dois caminhos possíveis (do primeiro capítulo ao 56º ou iniciar pelo capítulo 73º e percorrer aleatoriamente os demais). Na verdade o romancista propunha que cada leitura seria única de acordo com as inclinações do leitor.

Assim, *História do Rio de Janeiro* é um manual e ainda um mapa, pode ser seguido à risca ou pode ser um roteiro de viagem, como foi e continua sendo para os pesquisadores da História Econômica do Brasil e, em particular, do Rio de Janeiro.

História do Rio de Janeiro e as transformações no mundo do trabalho: reflexões e perspectivas a partir de Eulalia Lobo

Guilherme Giesta

PPGH-UFF

Matheus Sinder

PPGH-UFF

Em um primeiro momento, o leitor e a leitora do presente livro podem imaginar tratar-se de uma densa pesquisa historiográfica sobre a trajetória econômica do mundo do capital da cidade do Rio de Janeiro, no período que convencionamos chamar de longuíssimo século XIX. De fato, a

obra de Eulalia Lobo, aqui reeditada, aborda magistralmente essa trajetória. Porém, engana-se quem pensa que o universo temático deste livro se atém apenas ao mundo do “capital comercial, capital industrial e capital financeiro”. A outra face, o mundo do trabalho, também assume protagonismo nas páginas a seguir.

Quando publicado, em 1978, *História do Rio de Janeiro* se inseria em um contexto onde a história social do trabalho ainda dava seus primeiros passos no Brasil. Ainda assim, é possível identificar uma preocupação real com aspectos relevantes para os trabalhadores e que fundamentariam inúmeras temáticas de pesquisas posteriores: as habitações urbanas; o custo de vida dos trabalhadores; a mobilidade urbana; os preços e salários e, acima de tudo, a questão da mão-de-obra. A própria periodização da pesquisa utilizava como critérios as “relações de produção” e os “padrões de vida”. Ao falar do capital comercial, do capital industrial e financeiro, Eulalia também está desvendando os complexos processos de continuidade e descontinuidade da organização econômica-social da vida dos trabalhadores.

Nosso objetivo aqui é destacar o brilhantismo de Eulalia Lobo ao mensurar e investigar os processos econômicos e a qualidade de vida da mão-de-obra na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, selecionamos cinco eixos temáticos diretamente relacionados com os mundos do trabalho: alimentação; mobilidade; habitação; salários; e as transformações na mão-de-obra. Consideramos que esses cinco eixos estão presentes durante toda a argumentação e dissertação da obra de Eulalia, desde os primeiros dados, a partir de 1760, até a chegada no século XX, em 1945. Longe de serem isolados, esses eixos são conectados e interdependentes não apenas na descrição e apresentação que a autora faz deles, mas principalmente na experiência dos trabalhadores, sejam eles trabalhadores escravizados, livres, libertos, imigrantes e/ou nacionais na cidade do Rio de Janeiro. Para melhor explorá-los, o texto é dividido em duas grandes partes que perpassam esses cinco eixos: uma primeira parte discutindo a questão das mudanças da mão-de-obra no Rio de Janeiro, principalmente sobre o pós-abolição, considerando os níveis salariais; e uma segunda parte, onde apresentamos a vitalidade de temáticas abordadas por Eulalia para o desenvolvimento de pesquisas contemporâneas.

A partir dos anos 1990 e a consolidação de uma história social do trabalho, inúmeras temáticas abordadas por Eulalia foram se transformando em

áreas de interesse de pesquisas para além da história econômica: a alimentação dos trabalhadores e das crianças recém-nascidas; a habitação de escravizados; as reformas urbanas; as disputas e interações entre trabalhadores imigrantes e descendentes de escravizados; esses e outros temas assumiram relevância na historiografia atual. Nesse sentido, pretendemos não apenas apontar os legados da agenda de pesquisa da obra da professora Eulalia Lobo, mas ressaltar as potencialidades e novas perspectivas que ainda podemos encontrar desbravando as mais de duzentas tabelas nos dois volumes do livro.

Do trabalho dos escravizados ao trabalho livre: transformações e padrões de vida

“A integração do negro na sociedade de classes”; “passagem do trabalho escravo para o assalariado”; a “transição do trabalho escravo para o livre” são algumas das expressões correntes utilizadas pela sociologia e historiografia, especialmente aquelas produzidas nos anos 1940 a 1980, sobre a transformação do país de uma economia escravista para uma economia capitalista. O debate entorno da “transição” movimentou grandes nomes da historiografia, como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Emília Viotti, Kátia Mattoso, Vilma Almada, José de Souza Martins, Robert Slenes e até mesmo a Escola Sociológica Paulista se esmiuçaram sobre o tema. O envolvimento de nomes hoje considerados clássicos sobre essas “passagens” revelam como essa era uma questão relevante para a historiografia brasileira.

Afinal, o que fazia da investigação a respeito da “transição” do trabalho escravo para as formas posteriores de trabalho um elemento tão importante? Por um lado, compreender isso significava descortinar o processo de consolidação da economia capitalista no Brasil. Era entender como se formou a classe trabalhadora nacional, e, também, o mercado de trabalho. Era também compreender as origens dos baixos salários, o surgimento das periferias das grandes cidades e as desigualdades entre/no trabalho urbano e rural. Mas sobretudo era perceber os elementos de atraso e modernidade da nossa sociedade. Perguntas como “qual seria o legado da escravidão para a economia nacional?”;

“como o Brasil passou de relações de trabalho pré-capitalistas para capitalistas?”; “qual o papel do trabalho negro e do trabalho imigrante na formação da classe trabalhadora no Brasil?” conduziam a questão da “transição”.

Podemos observar que as respostas para essas perguntas foram múltiplas. Alguns, como Celso Furtado, enxergavam na questão da mão de obra um “problema”. Segundo ele, “Cabe tão somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país” (Furtado, 2007, pp. 144-5). A visão de Furtado era de que não a “escravidão” como um sistema, mas o trabalhador escravizado em si era a causa do entorpecimento econômico do Brasil e que por isso foi necessário a imigração de trabalhadores europeus, os quais considerava ter “demasiadas óbvias vantagens”. Essa perspectiva de Furtado sobre o “problema” da mão de obra foi recentemente revisitada por Elias Sampaio, que ressaltou os ecos racistas presentes nessa concepção.

Outra resposta para as perguntas da “transição do trabalho escravo para o livre” foi construída pela Escola Sociológica Paulista. Dentro da visão dessa escola, o fim da escravidão marcaria a ascensão do modo de produção capitalista no Brasil e a mudança para uma forma de trabalho mais eminente: o assalariamento. A transição para o trabalho “assalariado” é conceitualmente diferente de uma passagem para o trabalho “livre”. Essa visão da ESP é até hoje a mais difundida no senso comum e de maneira geral coaduna com os seguintes pontos: a transposição da interpretação da transição do trabalho no Oeste paulista como sendo uma explicação total, em que o trabalho dos escravizados nas lavouras de café foram sendo substituídos pelos imigrantes europeus brancos, primeiramente através do colonato e depois com o assalariamento — nas demais regiões do país, essa transição teria sido incompleta e inconclusa, daí o termo pré-capitalista. Essa perspectiva recebeu críticas da historiografia por razões consideráveis: uma visão “mecânica” da transição; a construção do mito da superioridade do trabalho branco imigrante; a construção de outro mito, a “modernidade” e “progressismo” liberal dos cafeicultores paulistas.

A obra de Eulalia Lobo, aqui apresentada, é capaz de romper com esses vícios na análise sobre a transição. Tendo como objeto a história econômica do

Rio de Janeiro, Eulalia estabeleceu respostas alternativas não apenas à formação do capitalismo no país, mas, como vamos observar, também à transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. Utilizando de seus levantamentos seriais e quantitativos, ela conseguiu revelar uma classe trabalhadora plural em seus ofícios e que se modificou entre o século XIX e o século XX.

Talvez a primeira grande contribuição de Eulalia Lobo tenha sido sua percepção mais complexa do mundo do trabalho do século XIX. Sua obra rompia com o que Maria Yedda Linhares denominava de historiografia “plantacionista”. Tal historiografia era aquela que enxergava o Brasil colonial/imperial apenas como uma grande lavoura monocultura voltada para atender as demandas externas. Nesse enfoque, o mundo do trabalho era analisado como uma relação entre dois blocos opostos: senhor e escravizados. Esses escravizados, por sua vez, seriam abordados como os trabalhadores braçais das plantações de açúcar, café, fumo e outros. Ao recortar sua análise no meio urbano do Rio de Janeiro, Eulalia encontrou uma realidade bem mais plural do que essa desenhada pela historiografia plantacionista: um conjunto de atividades voltadas para atender as demandas das dinâmicas urbanas e a coexistência entre trabalhadores livres e escravizados, além do emprego de escravizados em atividades que exigiam técnicas e habilidades específicas. O trabalho de escravizados e trabalhadores livres identificados nas manufaturas do Rio de Janeiro, por si só, é suficiente para questionar a explicação da “transição do trabalho escravo para o livre” como foi apresentada pela Escola Sociológica Paulista.

Eulalia reconhece a centralidade da economia agroexportadora brasileira, mas destaca as atividades artesanais e manufatureiras existentes no Rio de Janeiro como relevantes. Ela destaca que a existência de oficinas artesanais no Rio ocorria no início do século XIX na forma de corporações de ofício, onde geralmente os mestres e oficiais seriam livres e os aprendizes seriam escravizados. Essa mescla entre a continuidade de estruturas medievais, como as corporações de ofício, com a inserção de trabalho de escravizados torna o processo de desenvolvimento industrial no Rio de Janeiro peculiar em relação as linhas historiográficas clássicas, e revela uma grande contribuição de pesquisa da professora Eulalia. Essas oficinas artesanais, para Eulalia, também se expressavam culturalmente diante de uma cristandade católica a partir dos santos padroeiros de seus ofícios, como São José, padroeiro

protetor dos pedreiros, carpinteiros e marceneiros, e de São Jorge, santo protetor dos serralheiros, ferreiros, caldeireiros e demais ofícios relacionados as artes dos metais. As irmandades desses santos tinham importantes destinações econômicas na organização do setor fabril. Segundo Eulalia: concediam aprovação nos exames de habilitação de ofícios além das taxas de mão de obra além de funcionarem como um banco para as corporações.

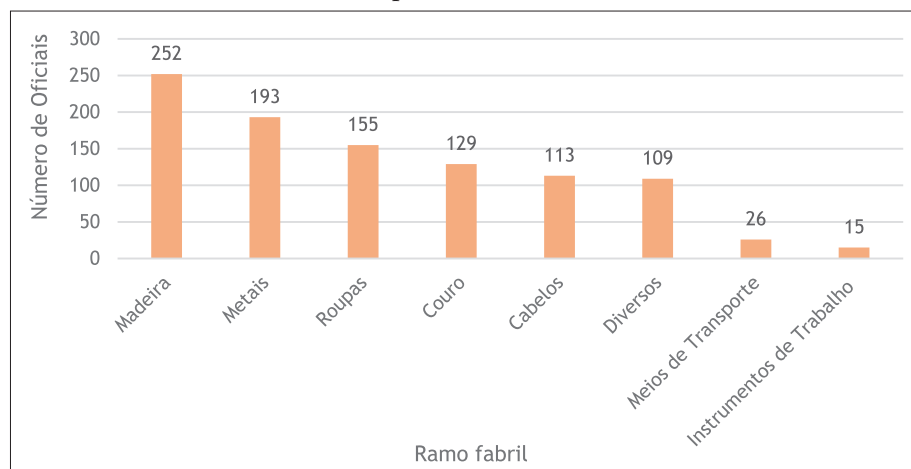
O fim das corporações de ofício em 1824 não significou o fim das irmandades de ofício, mas representaram o fortalecimento das atividades manufatureiras e principalmente, segundo Eulalia, a presença cada vez maior de escravizados nas práticas dos ofícios. Essas manufaturas se associavam as dinâmicas de processamento de produtos tropicais e transformações de matérias-primas. Apesar das escassas fontes, Eulalia consegue identificar trabalhadores escravizados nas manufaturas no período anterior à década de 1840. Os trabalhadores escravizados foram encontrados nos seguintes setores: em duas fábricas do ramo de metais; em uma fábrica de meias; fábricas de oleados, fábricas de sabão e velas; fábricas de fiação e tecelagem e fábricas de chapéus. Algumas dessas fábricas faziam uso de máquinas industriais, e na maioria coexistia o trabalho de escravizados com o de trabalhadores livres, por vezes identificados como brancos.

A partir da década de 1840, a economia do Rio de Janeiro será muito marcada pelas influências econômicas da expansão do café e também do crescimento do setor fabril. Eulalia destaca ser esse o período de introdução de máquinas à vapor e hidráulicas e de fortalecimento da proteção governamental da atividade industrial. O incentivo estatal através da Tarifa Alves Branco, somado com a liberação de capitais da extinção do tráfico e a guerra do Paraguai, levaram ao crescimento do setor fabril nas décadas de 1840-1860 e uma ampliação do universo dos ofícios e da coexistência do trabalho de escravizados e de trabalhadores livres. É nesse período, segundo Eulalia, que começa a se cristalizar uma diferenciação no mundo do trabalho das manufaturas para aquele existente no período das corporações de ofício através do emprego de operários assalariados. Ou seja, em um mesmo empreendimento, poderíamos encontrar trabalhadores escravizados e operários assalariados. Sendo assim, os trabalhadores livres não ficavam restritos às posições que antes eram de maior importância, como mestres e caixeiros, mas agora podiam atuar, também, como operários.

A atividade manufatureira foi se consolidando na cidade do Rio de Janeiro neste período. De acordo com o Censo de 1856 para a cidade do Rio, que contou com um universo de pesquisa de apenas 8.222 pessoas, cerca de 2.160 pessoas eram trabalhadores do setor fabril. Devido a precariedade desses dados, Eulalia faz uma estimativa da população que trabalhava em indústrias na cidade e chega no número de 14.850 operários. Não por acaso, é nesse período que o número de trabalhadores no interior das unidades produtivas manufatureiras e artesanais começa a aumentar. Estabelecimentos com mais de 50 operários vão tornando-se comuns no cenário carioca.

As valiosas tabelas do livro produzidas a partir de fontes históricas originais apresentaram importantes dados para enxergar os trabalhadores no Rio de Janeiro. A partir do *Relatório apresentado a Câmara Municipal da Corte*, em 1853, foi possível mapear os oficiais e seus ofícios na cidade do Rio de Janeiro. Carpinteiros, entalhadores, marceneiros, tanoeiros, tamanqueiros, caldeiros, cutileiros ferradores, ferreiros, funileiros, serralheiros, latoeiros, alfaiates, torneiros, sapateiros, escultores e tantos outros ofícios demonstram a complexidade e pluralidade do universo de trabalho na Corte. Atualmente, com *softwares*, é mais fácil transformar os dados compilados por Eulalia em informações gráficas. Esses dados abrem importantes agendas de pesquisa, como poderemos observar a seguir:

Gráfico 1: Número de Oficiais por ramo fabril no Rio de Janeiro em 1852

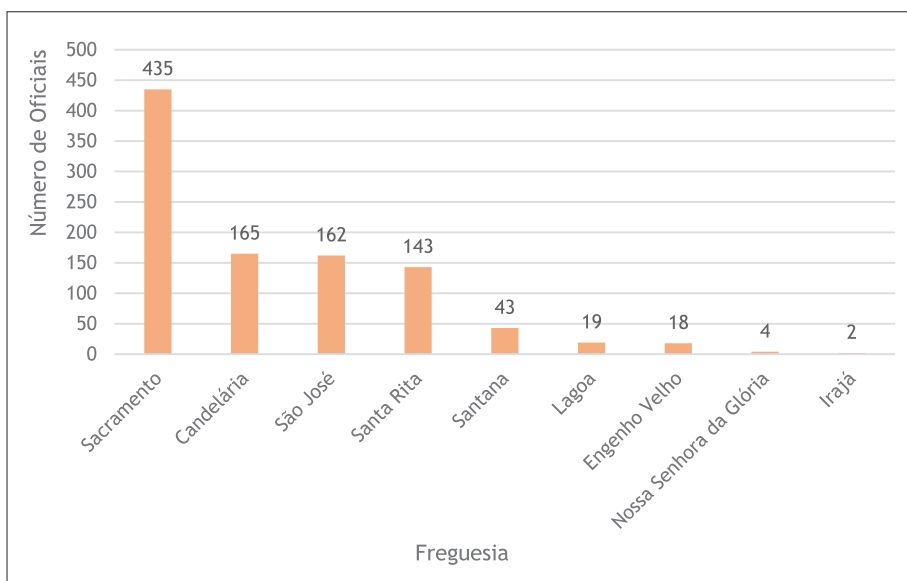


Fonte: LOBO, Eulalia, 1978. Retirada a partir dos dados das tabelas das páginas 282 e 283.

A distinção dos trabalhadores a partir das matérias-primas transformadas ou produtos finais indica um panorama das artes de ofício do período. A concentração de trabalhadores nos ofícios relacionados à madeira, enquanto poucos estavam destinados à fabricação de instrumentos, mostra como esse ainda era um período sem uma forte indústria de bens de capital. Além disso, a pluralidade de situações de trabalho no Rio de Janeiro abriu importantes agendas de pesquisa. Uma delas foi a do professor Geraldo Beauclair, que tendo como objeto o setor fabril fluminense, buscou criar uma interpretação dessas atividades como sendo “pré-industriais”. Sendo assim, é uma agenda muito poderosa investigar as dinâmicas e sociabilidades dos primeiros trabalhadores do setor fabril brasileiro. Outra agenda poderosa, concretizada por Luiz Carlos Soares, é a análise da escravidão urbana e suas especificidades: a mobilidade espacial, o papel estatal na repressão e as diferentes atividades em que escravizados relacionados à cidade atuavam, muitos deles como trabalhadores nas fábricas.

Além dessas agendas, outra muito importante aberta por Eulalia Lobo diz respeito à história da evolução urbana do Rio de Janeiro. A partir dos seus dados, é possível estabelecer comparações e dimensões de cada freguesia. Dados demográficos, industriais, comerciais, bancários, agrícolas e outros são avolumados em seus extensos levantamentos. Hoje, através das ferramentas de *software*, esses dados podem ser combinados, fornecendo novas perguntas e/ou diferentes respostas. Um exemplo seria observar a disposição dos trabalhadores de ofício no espaço da cidade; o que antes era um levantamento, agora podemos observá-lo graficamente:

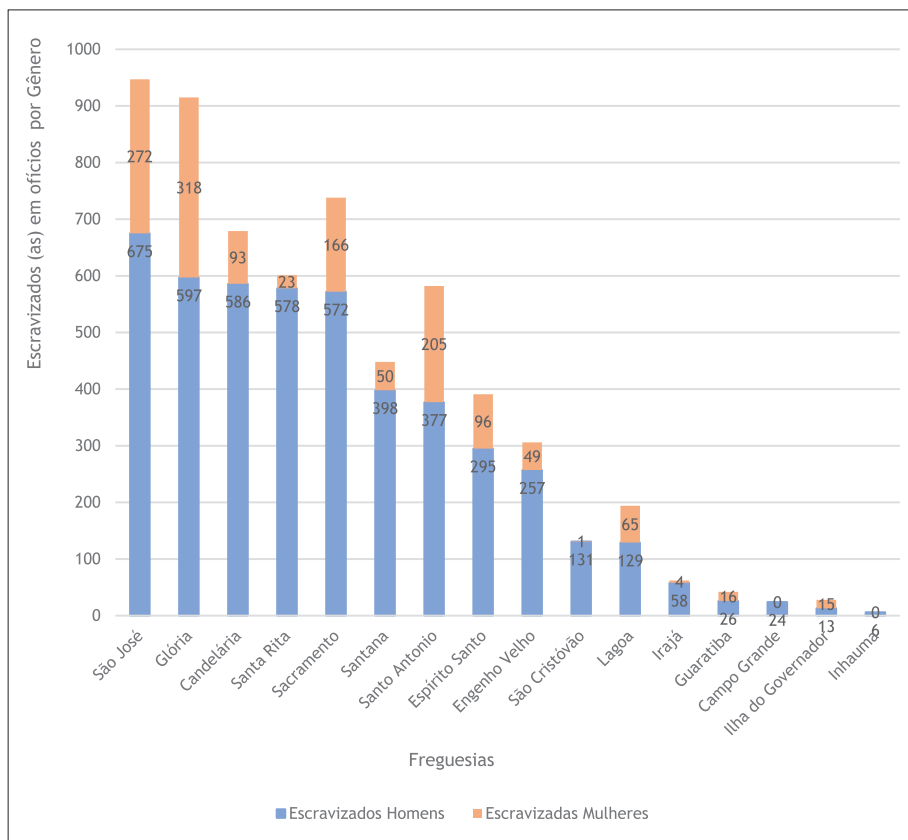
Gráfico 2: Número de oficiais por freguesias no Rio de Janeiro em 1852



Fonte: LOBO, Eulalia, 1978. Retirada a partir dos dados das tabelas das páginas 282 e 283.

Esses dados revelam que em meados do século XIX, as atividades técnicas da cidade estavam concentradas em sua região central, nas quatro principais freguesias: Sacramento, São José, Candelária e Santa Rita. Com Eulalia, aprendemos que compreender as transformações do trabalho no período da escravidão para o trabalho do período pós-abolição é observar as mutações espaciais do desenvolvimento urbano.

Gráfico 3: Proporção de escravizados em ofícios por gênero/por freguesia em 1870-1871



Fonte: LOBO, Eulalia, 1978. Retirada a partir dos dados das tabelas das páginas 366 até a página 435.

Há presença de escravizados em ofícios mecânicos em praticamente todas as freguesias do Rio de Janeiro. O gráfico deixa nítido que a proporção de escravizados que praticam ofício é maior entre homens em relação às escravizadas mulheres. Os mesmos dados poderão ser encontrados no livro sobre diversas outras profissões, a distribuição dessas por províncias, por sexo e pelo estatuto livre/escravizado. Sendo assim, Eulalia possibilita a construção

de um panorama do mundo do trabalho na cidade do Rio de Janeiro muito rico e capaz de aglutinar novas perguntas e problemáticas de pesquisas. O gráfico acima é apenas uma demonstração da variedade de informações e representações que podemos encontrar em seus dados.

Retomando o nosso debate norteador, a abolição da escravidão marca o momento derradeiro da “transição” do trabalho escravizado para o trabalho livre. Por um lado, o fim da escravidão coincidiu com um período de declínio/estagnação da lavoura cafeeira no estado do Rio de Janeiro. A queda de dinamicidade do setor agrícola da província ainda assim não diminuiu a importância do porto do Rio de Janeiro, que continuava a ser um dos mais pujantes do mundo, e que, no início da República, encontrava-se melhor integrado através das redes ferroviárias do que no momento da independência. De acordo com Eulalia, o setor fabril e o setor de serviços da cidade do Rio de Janeiro se expandiram nesse período. Essas transformações colocaram em voga um novo vocabulário a respeito dos trabalhadores: salários e preços. Por “salários e preços” Eulalia está entendendo o padrão de vida da população. Compreender o Rio de Janeiro do trabalho escravizado ao trabalho livre é também analisar os mecanismos que compõem o padrão de vida dos trabalhadores. Salário, preços, mobilidade, alimentação e habitação são os elementos que formam o que seria esse padrão de vida.

Somente a partir de um quadro sobre esse padrão será possível compreender as primeiras organizações de trabalhadores, a formação dos partidos operários ainda no século XIX e as greves e demais estratégias associativas e mutualistas de trabalhadores imigrantes, nacionais e os cidadãos oriundos do cativo. Durante o início do período republicano, pode-se notar o incremento de funcionários públicos, o crescimento no número de profissionais liberais, além dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço doméstico e de transportes urbanos. Esse crescimento de trabalhadores em todos os setores ocorreu também nas indústrias, onde, em 1890, contavam com 48.661 operários.

O cenário no decorrer do período da primeira república é de grande variação na carestia, nos empregos e nos preços. Analisando as fichas de grandes fábricas, como a fábrica da cervejaria Brahma, a América Fabril e Progresso Industrial, Eulalia identificou uma tendência de altos-salários

no período pré-primeira guerra mundial. Porém, segundo ela, esses salários deveriam ser observados à luz dos custos de vida: as reformas urbanas que destruíram os cortiços, empurrando parte dos trabalhadores para o subúrbio e fazendo com que parte dos salários fossem utilizados em outras habitações e deslocamento casa-trabalho, além, claro, do aumento dos preços dos alimentos de dieta base dos operários. Soma-se a esses fatores que parte dos operários eram contratados como diaristas, o que gerava uma instabilidade salarial constante entre os trabalhadores.

A composição da massa de trabalhados no início do século XX no Rio de Janeiro era um tanto quanto peculiar. Havia movimentos de continuidade e descontinuidade e o surgimento de novos conflitos. Por um lado, segundo Eulalia, havia uma rivalidade no mundo do trabalho entre os brasileiros e os imigrantes portugueses, rivalidade que dificultou, de certa maneira, a aglutinação dos interesses dos trabalhadores. É nesse período que os sindicatos começam a se fortalecer e novas ideologias se estabelecem: socialismo, anarquismo, anarco-sindicalismo. Enquanto isso, os operários tinham em seu contingente um número nada desprezível de mulheres e crianças trabalhando nas fábricas. Fábricas, aliás, que não representaram o fim das antigas oficinas artesanais. Essas oficinas continuaram em funcionamento e seguiam o “espírito” de artesãos com aprendizes. Essa é uma das grandes agendas de pesquisa abertas por Eulalia: observar a continuidade dos ofícios mecânicos e a interação desses com as fábricas e operários.

Os níveis salariais estavam vinculadas às oscilações econômicas. No período da grande guerra (1914-18), os salários caíram e os custos de alimentação cresceram. Essas análises salariais utilizadas por Eulalia partiam de uma fonte inovadora para a historiografia: as fichas dos empregados das fábricas. Moinho, Fábrica Brahma, América Fabril e outras tiveram seus arquivos vasculhados e sistematizados por Eulalia. Além de abrir uma agenda de pesquisa voltada para a história dessas empresas, ela também foi responsável por mapear os salários de diferentes empresas e a forma como trabalhadores e industriais se orientavam em diferentes contextos econômicos.

A partir dessa documentação, Eulalia consegue compreender as dinâmicas e tensões entre os trabalhadores e patrões, desde as organizações sindicais e outras formas de associação até a maneira de controle e repressão

utilizadas no interior das fábricas. De acordo com Eulalia, um dos exemplos de formas de controle da mão-de-obra é a que ocorre na Indústria América Fabril: uma grande admissão de mulheres para trabalhar na fábrica afim de diminuir o ativismo político no interior do empreendimento. Além disso, o emprego de crianças na produção também foi responsável por diminuir o ativismo político, ao mesmo tempo em que se pagava menores salários. A forma de contratação também foi outra forma de controle dos operários; mulheres geralmente eram contratadas como horistas, enquanto homens eram geralmente contratados por empreitadas. A facilidade em demitir era enorme. Grande parte da mão-de-obra era analfabeta, fossem brancos, negros ou mulatos. O grau de escolaridade era muito próximo. A partir disso, outra grande contribuição que Eulalia aborda é que no Rio de Janeiro, a chegada da mão de obra branca e imigrante não significou a expulsão ou deslocamento dos trabalhadores negros. Na América Fabril, 58,37% dos operários eram negros e 41,20% eram mulatos. Números próximos ocorrem em outras fábricas, demonstrando que o trabalho industrial no Brasil era exercido também pelos brasileiros e brasileiras descendentes do cativo.

Essa talvez seja a grande contribuição de Eulalia Lobo para a compreensão da “passagem” do trabalho escravizado para o livre: a multiplicidade de setores, serviços e empregos e a complexidade do mundo do trabalho. Ao fazer *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, Eulalia realizou um movimento dialético em observar a outra face da moeda: os trabalhadores e trabalhadoras. Seus dados permitem análises sofisticadas para todos os trabalhos sobre o Rio de Janeiro do século XIX até 1945. O valor dos salários de mulheres, homens e crianças listados em suas tabelas revelam relações de poder e gênero atreladas à exploração capitalista que ainda necessitam de maiores investigações. O mesmo se dá com os empregos e ofícios realizados por mulheres, homens e crianças: quais eram as preferências em relação ao trabalho infantil, ao trabalho feminino e ao trabalho masculino? Por mais que após a abolição os regimes de trabalho não necessariamente se converteram em regimes de trabalho assalariado, na cidade do Rio de Janeiro, os salários da empreitada, dos mensalistas e dos horistas se tornaram relevantes para interpretar o padrão de vida da classe trabalhadora e suas divisões internas.

É a partir dos seus dados que é possível ter uma visão alternativa sobre os rumos da força de trabalho no Brasil no pós-abolição. Ao indicar a presença nada desprezível de operários negros nas fábricas, rompe com as perspectivas preconceituosas de que a população negra seria boçalizada pela escravidão e inapta para o trabalho industrial. Desde meados do século XIX, Eulalia vem mostrando como, nas nascentes manufaturas e oficinas artesanais do Rio de Janeiro, a mão-de-obra não era estabelecimento apenas de brancos e/ou imigrantes. Pelo contrário; segundo os números por ela observados, houve a coexistência, em muitas fábricas, de trabalhadores livres com trabalhadores escravizados. Após a abolição, o interior da fábrica também era marcado pela pluralidade: brasileiros brancos, negros e mulatos e estrangeiros estavam partilhando o mesmo ambiente de trabalho. Seja nas fábricas ou no setor de serviços.

Em finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, a história econômica entrou em “crise”. Tratava-se do surgimento de um novo paradigma de raiz relativistas e que propunha colocar em xeque algumas das grandes características da história econômica: os recortes de larga duração; o sentido dos processos históricos; a quantificação dos dados. Todos esses elementos então questionados estão presentes na obra de Eulalia. Porém, ao contrário do que imaginaram, a sua obra (e a história econômica) não agonizaram. A riqueza de fontes utilizadas para construir o brilhante livro sobre a história do Rio de Janeiro é um alento aos historiadores contemporâneos. Sua obra indica caminhos, desvenda pedaços escondidos dos arquivos e ainda traz compilações de dados que, aliados às novas tecnologias, tornam a obra de Eulalia incontornável para qualquer trabalho sobre o Rio de Janeiro.

É essa grande diversidade de fontes que permite com que Eulalia fuja dos caminhos esquemáticos e mecanicistas de entender a mudança do trabalho escravizado para o livre. A combinação de fontes da imprensa com fontes oficiais de diferentes órgãos do Estado, somadas com arquivos particulares e documentos de empresas construiu um quadro bem acabado das múltiplas possibilidades no universo do trabalho no Rio de Janeiro. É a partir dessa complexidade que é possível abordar a transição: considerando elementos econômicos, políticos, culturais e a diversidade documental.

Nesse sentido, o retorno à sua obra é um renovo para a historiografia contemporânea. Em primeiro lugar, por fornecer instrumentos e informações para pesquisas das mais variadas matrizes sobre o Rio de Janeiro. Em segundo lugar, por assegurar que a análise de longa duração, as questões econômicas, o sentido da história e o quantitativo são relevantes para a história. E em terceiro lugar, por despertar temas atuais que precisam ser revisitados e redescobertos. Alguns desses temas e perspectivas nós abordaremos na segunda parte deste artigo. Dentro do âmbito das transformações no mundo do trabalho e nos padrões de vida dos trabalhadores, surgem alguns temas que carecem de aprofundamentos em novas perspectivas. Searas ainda abertas para os jovens historiadores. Seleccionamos aqui três temas caros para Eulalia: Alimentação, Habitação e Mobilidade.

Habitação

Os dados apresentados por Eulalia oferecem oportunidades para análises diversificadas e podem ser aplicados em novos enfoques metodológicos, influenciando particularmente as tendências atuais de estudo na historiografia contemporânea. Suas contribuições têm o potencial de fomentar investigações interdisciplinares e críticas sobre questões históricas e sociais, oferecendo novas perspectivas para a compreensão de processos históricos complexos. A utilização desses dados pode enriquecer debates acadêmicos e promover o avanço do conhecimento em diversos campos disciplinares, possibilitando análises mais abrangentes e contextualizadas das dinâmicas sociais e culturais ao longo do tempo.

A pesquisa de Eulalia nos traz contribuições significativas para as análises demográficas, especialmente no que concerne à questão das moradias. Sua pesquisa aborda desde antes do recenseamento de 1870, trazendo dados populacionais de brancos e escravizados, até o recenseamento de 1906, onde aborda taxas específicas como mortalidade, natalidade e nupcialidade. Os desafios da pesquisa historiográfica contemporânea espreitam novas temáticas e novas abordagens. Questões como acessibilidade financeira; segregação

socioeconômica e racial; falta de moradia e desabrigados; crescimento urbano descontrolado; sustentabilidade e planejamento urbano; crise habitacional durante pandemias e desafios relacionados à qualidade da habitação são alguns temas contemporâneos em voga não só nos estudos de história como em outras ciências sociais.

Assim sendo, os estudos da professora Eulalia oferecem valiosas e abrangentes perspectivas sobre a dinâmica populacional e as condições habitacionais, abordando temas como padrões de migração, distribuição populacional e qualidade das moradias. Ao explorar essas questões, sua pesquisa não apenas enriquece o entendimento acadêmico sobre os fenômenos demográficos, mas também fornece subsídios importantes para o desenvolvimento de políticas públicas e programas de intervenção voltados para a melhoria das condições de moradia e qualidade de vida das populações estudadas.

A pesquisa aborda possibilidades diversas de utilização dos dados demográficos e habitacionais, permitindo que novos pesquisadores identifiquem, por exemplo, tendências de crescimento populacional, migração, densidade populacional e composição demográfica ao longo de diferentes períodos históricos. A análise dessas tendências oferece novas perspectivas sobre a demanda habitacional no passado e auxilia na projeção da demanda futura, com base em estimativas demográficas e padrões históricos de ocupação.

Além disso, é viável identificar padrões de assentamento humano ao longo de diferentes períodos, englobando a expansão urbana, a constituição de bairros e comunidades, e a evolução dos padrões de ocupação residencial. Tais análises fornecem subsídios para investigações relacionadas ao desenvolvimento urbano, ao planejamento urbano e às políticas habitacionais em diferentes épocas, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e territoriais que influenciam as configurações urbanas atuais. Essa compreensão histórica e contextualizada é essencial para embasar decisões e intervenções voltadas para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano hoje.

Futuras abordagens têm o potencial de evidenciar as desigualdades socioeconômicas e étnicas associadas ao acesso à moradia ao longo do curso histórico. Essa abordagem permite investigar questões como segregação residencial, disparidades de renda, discriminação habitacional, racismo

ambiental e acesso desigual a serviços e infraestrutura relacionados à habitação. Ao examinar tais aspectos, é possível compreender mais profundamente os contextos sociais, econômicos e políticos que moldam as experiências habitacionais das comunidades ao longo do tempo, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e intervenções que visam mitigar as disparidades e promover a equidade habitacional.

Além disso, é factível investigar o impacto de políticas habitacionais anteriores sobre a demografia e a distribuição espacial da população. Esse escopo abrange análises acerca de programas de habitação pública, políticas de zoneamento, incentivos fiscais para o desenvolvimento imobiliário e outras intervenções governamentais e não governamentais voltadas para influenciar o mercado habitacional. A análise dessas políticas proporciona uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos e das dinâmicas sociais que moldam o cenário habitacional contemporâneo, possibilitando olhares relevantes para a formulação de políticas habitacionais mais eficazes e inclusivas.

Outra oportunidade relevante consiste em compreender como as comunidades enfrentaram desafios habitacionais no passado, o que pode subsidiar estratégias de resistência urbana e planejamento futuro. Ao investigar as respostas das populações a eventos como migrações em massa, recessões econômicas, desastres naturais e mudanças nas condições de trabalho, os pesquisadores podem extrair novos dados e concepções valiosas para a historiografia e para políticas e práticas contemporâneas de habitação. Essa análise histórica contribui para uma compreensão mais abrangente dos processos adaptativos e das estratégias de sobrevivência e resistência desenvolvidas pelas comunidades diante de desafios habitacionais, oferecendo compreensões pertinentes para a promoção de soluções habitacionais mais resilientes e sustentáveis no contexto urbano atual.

Alimentação

Outro tema de extrema importância que Eulalia nos apresenta de maneira abrangente é a transição do processo de manufatura para o processo indus-

trial, examinando essas mudanças desde a crise de 1888 até a década de 1920. A autora oferece uma visão ampla e detalhada das transformações ocorridas durante esse período, destacando os principais eventos, avanços tecnológicos e mudanças nas relações de produção que caracterizaram essa transição. Sua análise abarca não apenas os aspectos econômicos, mas também os impactos sociais, culturais e políticos decorrentes desse processo de industrialização, proporcionando assim uma compreensão mais abrangente e profunda das dinâmicas históricas em questão. Nesse sentido, uma questão que também pode ser abordada nas pesquisas de hoje é a questão da alimentação e dos hábitos alimentares no Brasil. Os registros históricos sobre alimentação fornecem uma visão detalhada dos padrões dietéticos, práticas agrícolas, sistemas de distribuição de alimentos e mudanças nas preferências alimentares ao longo do tempo. Esses dados permitem entender como a alimentação tem evoluído em resposta a fatores como mudanças ambientais, demográficas, econômicas e culturais.

Uma análise histórica dos dados econométricos sobre alimentação oferece perspectivas sobre padrões e tendências alimentares ao longo do tempo. Compreender a evolução dos hábitos alimentares ao longo das décadas é fundamental para contextualizar os desafios e as oportunidades contemporâneas relacionadas à alimentação. Essa compreensão histórica permite identificar mudanças significativas nos padrões de consumo, preferências alimentares e fatores socioeconômicos que influenciaram as escolhas alimentares das populações. Além disso, ao examinar as tendências alimentares ao longo do tempo, é possível analisar o impacto de eventos históricos, avanços tecnológicos, mudanças demográficas e culturais na dieta e na nutrição das sociedades. Essa perspectiva histórica é crucial para orientar políticas públicas, intervenções de saúde e estratégias de alimentação sustentável no contexto contemporâneo.

Eventos históricos, como guerras, crises econômicas, mudanças políticas e avanços tecnológicos, exerceram um impacto substancial nos padrões alimentares das populações ao longo da história. Uma análise econômica desses eventos pode evidenciar de que maneira as políticas alimentares, a disponibilidade de alimentos e os hábitos alimentares foram moldados ao longo do tempo. Ao examinar esses eventos sob uma perspectiva econômica,

é possível identificar as respostas adaptativas das sociedades às crises alimentares, as transformações nos sistemas de produção e distribuição de alimentos, bem como as mudanças nos padrões de consumo e nas preferências alimentares. Compreender o impacto desses eventos históricos na alimentação é essencial para informar estratégias de segurança alimentar e intervenções destinadas a promover segurança alimentar saudável e sustentável em contextos contemporâneos.

É possível destacar também que os registros históricos sobre alimentação fornecem ainda percepções importantes sobre as desigualdades no acesso a alimentos nutritivos e seguros ao longo do tempo. A análise desses dados revela as disparidades históricas que existiram no acesso à alimentação adequada em diferentes períodos. Compreender essas disparidades ao longo da história é fundamental para informar ações, políticas e intervenções destinadas a abordar as desigualdades alimentares contemporâneas. Ao examinar as causas e os padrões dessas desigualdades ao longo do tempo, é possível desenvolver estratégias mais eficazes para promover a segurança alimentar, reduzir a insegurança alimentar e garantir o acesso equitativo a uma alimentação saudável para todas as populações. As relações econômicas e sociais com a alimentação surgem como uma via para se estudar políticas econômicas num escopo específico ligado principalmente aos trabalhadores do Rio de Janeiro. Essa abordagem histórica também ajuda a contextualizar as políticas e práticas atuais relacionadas à alimentação e nutrição, permitindo uma análise mais abrangente e informada das questões de desigualdade alimentar.

Os dados sobre alimentação presentes nesta pesquisa podem ainda auxiliar a estudar assuntos ligados à sustentabilidade, tema tão presente nas pesquisas atuais e no panorama político global. Nos dias atuais, a sustentabilidade adquire primordial importância diante dos desafios ambientais, sociais e econômicos globais. Em um contexto de interdependência crescente e vulnerabilidade às mudanças climáticas, escassez de recursos naturais e disparidades socioeconômicas, a adoção de práticas sustentáveis torna-se imprescindível para assegurar a viabilidade das atuais e futuras gerações.

A promoção de abordagens sustentáveis em diversos setores, incluindo agricultura, energia, transporte, construção, consumo e gestão de resíduos, é essencial para a preservação dos ecossistemas, a redução da pegada am-

biental e a promoção da equidade social. Além disso, a sustentabilidade desempenha um papel relevante na promoção da justiça social, ao garantir acesso equitativo a recursos básicos e oportunidades econômicas, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras de atenderem às suas próprias necessidades. Assim sendo, a análise desses dados também pode destacar, através de estudos comparativos, o papel da tecnologia e da inovação na promoção da sustentabilidade alimentar, incluindo práticas agrícolas regenerativas, agricultura vertical, agricultura de precisão e produção de alimentos alternativos, como alimentos à base de plantas e proteínas alternativas.

Outra possível abordagem da análise histórica dos hábitos alimentares é proporcionar novos estudos significativos sobre a evolução da cultura alimentar no Rio de Janeiro. O entendimento das tradições alimentares e práticas culinárias ao longo do tempo desempenha um papel crucial na preservação e valorização da diversidade cultural na alimentação. Observar como os padrões alimentares se desenvolveram e foram influenciados por aspectos políticos, geográficos, climáticos, sociais, econômicos e históricos oferece uma compreensão mais profunda das identidades culturais e das relações entre alimentos e sociedade. Esse conhecimento histórico também auxilia na promoção do respeito e da compreensão intercultural, contribuindo para a construção de sociedades mais inclusivas e harmoniosas.

Os movimentos migratórios também desempenham um papel crucial na diversidade da cultura alimentar de uma região. A chegada de imigrantes traz consigo novos ingredientes, técnicas culinárias e tradições alimentares, enriquecendo a oferta gastronômica e promovendo a diversidade cultural. O tema da imigração foi também fortemente trabalhado por Eulalia em sua extensa obra. Por sua vez, as políticas de imigração e integração podem afetar a forma como as novas culturas alimentares são integradas e aceitas na sociedade receptora. A aceitação e valorização das práticas alimentares de diferentes grupos étnicos e culturais podem contribuir para uma sociedade mais inclusiva e diversificada. Em suma, a relação entre cultura alimentar, política de Estado, economia e movimentos migratórios é dinâmica e complexa, refletindo as interações entre identidade cultural, política pública, mercado e dinâmicas sociais em constante evolução.

Nossa inquietação em explorar o tema da alimentação é uma resposta direta à experiência global pós-pandemia de Covid-19, desencadeada em 2020. A partir desse contexto, observa-se um aumento significativo nos avisos relativos à interconexão entre os hábitos alimentares, a distribuição de renda e as disparidades sociais. A pandemia da Covid-19 tem servido como um catalisador para expor de forma exacerbada as desigualdades preexistentes relacionadas à alimentação em escala global. O contexto de restrições e *lockdowns*, imposto como medida de contenção do vírus, acentuou as dificuldades de acesso a alimentos nutritivos e suficientes, particularmente entre comunidades já vulneráveis.

As disparidades no acesso a alimentos saudáveis foram notadamente evidenciadas, sobretudo em regiões de baixa renda e em grupos minoritários, onde a crise econômica resultante do impacto da pandemia foi sentida de forma mais aguda. O fechamento das instituições escolares, por exemplo, privou muitas crianças de refeições escolares, uma fonte crucial de nutrição para muitos estudantes. Ademais, a interrupção das cadeias de abastecimento e a diminuição na demanda por produtos agrícolas afetaram diretamente os agricultores e trabalhadores rurais, exacerbando os desafios associados à segurança alimentar e à subsistência.

Neste cenário, os estudos históricos sobre alimentação desempenham um papel fundamental. Por meio da análise de crises anteriores, como guerras, desastres naturais e pandemias anteriores, tais estudos oferecem dados sobre os impactos desses eventos nos sistemas alimentares e nas respostas das comunidades afetadas. Essa análise histórica também permite identificar padrões de resiliência e estratégias adaptativas adotadas por diferentes grupos sociais em face de adversidades semelhantes no passado. Ao fornecer uma compreensão mais profunda dos sistemas alimentares e das estratégias de sobrevivência historicamente empregadas, os estudos acadêmicos neste campo auxiliam na formulação de respostas mais eficazes e contextualizadas para enfrentar os desafios alimentares contemporâneos decorrentes da pandemia da Covid-19.

Além disso, esses estudos contribuem para promover a conscientização e o engajamento comunitário em torno de soluções pertinentes para os desafios atuais. Por meio da identificação de políticas e intervenções bem-suce-

didadas, os estudos históricos oferecem reflexões valiosas para a construção de sistemas alimentares mais inclusivos, equitativos e sustentáveis, capazes de mitigar os impactos da crise alimentar e de estabelecer resiliência para crises futuras. Assim, a análise histórica sobre alimentação desempenha um papel crucial na compreensão das complexidades subjacentes às questões alimentares contemporâneas e na formulação de estratégias efetivas para enfrentar os desafios alimentares em tempos de crise global.

Mobilidade

Escolhemos também abordar a questão dos transportes na cidade do Rio de Janeiro e as possíveis abordagens historiográficas possibilitadas pela pesquisa da professora Eulalia. Os estudos históricos sobre transportes desempenham um papel fundamental na compreensão do desenvolvimento industrial, das reformas urbanas, das políticas estatais de transporte público e das questões econômicas relacionadas à produção industrial de meios de transporte, especialmente quando aplicados ao contexto da cidade do Rio de Janeiro. Tal temática pode ser percebida nas análises de Eulalia, principalmente, se observamos as tabelas em sua obra.

A história dos transportes está intrinsecamente ligada às reformas urbanas. No Rio de Janeiro, assim como em outras grandes cidades, as mudanças na infraestrutura de transporte muitas vezes desempenharam um papel central nas reformas urbanas. A expansão de sistemas de transporte, a construção de estradas e a modernização de infraestruturas contribuíram para remodelar a paisagem urbana e influenciaram a distribuição espacial da população e das atividades econômicas. O estudo histórico dos transportes também permite analisar as políticas estatais relacionadas ao transporte público. No Rio de Janeiro, assim como em outras cidades, as decisões governamentais em relação aos sistemas de transporte tiveram um impacto significativo na acessibilidade, na mobilidade urbana e na qualidade de vida dos habitantes. A evolução do transporte público, desde os bondes até os

sistemas de metrô e ônibus, reflete as prioridades políticas e as demandas da sociedade ao longo do tempo.

É necessário destacar ainda que o desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro — e do Brasil como um todo — também está intimamente ligado à produção industrial. A história dos transportes revela a importância da indústria automobilística, naval e ferroviária na economia local e nacional. As políticas governamentais, os investimentos em infraestrutura e as relações entre o setor público e privado desempenharam papéis-chave na promoção do crescimento industrial e na competitividade do setor de transportes.

Os dados desta obra podem estabelecer várias conexões com pesquisas historiográficas atuais e questões contemporâneas relacionadas aos transportes. A pesquisa historiográfica deste tema contribui significativamente para o debate acadêmico sobre a história dos transportes e suas implicações para a teoria e a prática nos campos da história, economia e planejamento urbanos, assim como de políticas públicas. A análise econométrica dos dados históricos sobre transportes na cidade do Rio de Janeiro pode contribuir para a formação de uma base sólida para entender as tendências ao longo do tempo. Isso permite aos pesquisadores contextualizar questões contemporâneas relacionadas aos transportes, mostrando como certos padrões se desenvolveram e influenciaram o estado atual da infraestrutura e da política de transporte na cidade.

Outra possibilidade oportuna de desenvolver a temática dos transportes é através do processo de georreferenciamento. A integração de análises de dados econômicos históricos sobre transportes com técnicas de georreferenciamento pode enriquecer a compreensão dos padrões espaciais e temporais do sistema de transporte urbano, bem como informar estratégias para o planejamento urbano sustentável e o desenvolvimento de políticas de transporte mais eficazes. O georreferenciamento permite mapear a infraestrutura de transportes, incluindo rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, estações de metrô e paradas de ônibus, proporcionando uma visão espacial detalhada da evolução da infraestrutura de transporte ao longo do tempo na cidade do Rio de Janeiro.

Essa técnica permitiria também calcular e visualizar padrões de acessibilidade a diferentes serviços e oportunidades urbanas, como empregos, escolas, hospitais e áreas comerciais, em relação à infraestrutura de transporte. Isso ajudaria a compreender como as mudanças na infraestrutura de transporte ao longo do tempo afetaram a acessibilidade e a distribuição espacial das atividades urbanas.

Outra possibilidade é estudar o impacto do transporte no desenvolvimento urbano, incluindo padrões de uso da terra, densidade populacional, valor imobiliário e gentrificação. Isso seria essencial para compreender como as decisões relacionadas ao transporte moldaram a configuração espacial da cidade ao longo do tempo, possibilitando novas perspectivas de grande importância para o planejamento urbano e a tomada de decisões políticas futuras. Os resultados desses estudos podem orientar o desenvolvimento de políticas de transporte mais eficazes, a localização de novas infraestruturas e investimentos, e a melhoria da acessibilidade e mobilidade urbana para os residentes da cidade do Rio de Janeiro.

Outro campo de pesquisa historiográfico que poderia debruçar-se sobre esses dados é a história ambiental. A história ambiental é uma abordagem que examina as interações entre as sociedades humanas e o meio ambiente ao longo do tempo. Ela se preocupa em entender como as atividades humanas, incluindo o transporte, influenciaram e foram influenciadas pelo ambiente natural. Os estudos que relacionam os meios de transporte e as atuais questões de meio ambiente e poluição se desenvolveriam ao combinar dados de tráfego (como volumes de veículos, padrões de movimento e densidade de tráfego) com dados de poluição do ar. Os pesquisadores podem realizar análises estatísticas para identificar correlações entre o volume de tráfego e os níveis de poluentes. Isso ajudaria a entender como o transporte influencia diretamente a qualidade do ar em diferentes partes da cidade.

Considerações Finais

Por último, é possível afirmar que *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro* representa uma contribuição

importantíssima de Eulalia Lobo para as novas gerações de historiadores. Esse trabalho é considerado um clássico da historiografia brasileira, caracterizado pela sua riqueza e abrangência, além de ser amplamente reconhecido pelos historiadores contemporâneos. A reedição desta obra marca um momento importante na historiografia, especialmente no campo da história econômica e social, representando um reconhecimento merecido para esta ilustre professora e historiadora. A obra ainda hoje apresenta novas perspectivas e possibilidades de exploração, oferecendo novos questionamentos e abordagens que se fazem necessários. E Eulalia Maria Lahmeyer Lobo nos presenteia com a obra que nos apontam caminhos relevantes.

Referências

- ALDEN, Dauril. *Charles R. Boxer: An Uncommon Life: Soldier, Historian, Teacher, Collector, Traveler*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001.
- ANDRADE, Rômulo Garcia. *Burocracia e economia na primeira metade do século XIX: a Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro, 1808-1850*. Dissertação. Mestrado em História. Niterói: UFF-PPGH, 1980.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- COSTA, Emilia Viotti. da. *Da Monarquia à República*. 6.^a ed. São Paulo: Unesp, 1999.
- CUNHA, Silvio Humberto & SARAIVA, Luiz Fernando. Historiografia da transição do trabalho escravo para o livre no Brasil. In: ALMICO, Rita de Cássia & PEREIRA, Walter. *História Econômica do Brasil Império*. São Paulo: Hucitec, 2022.
- DEAN, Warran. *A Industrialização de São Paulo*. 2.^a ed. São Paulo: Difel, 1970.
- FEBVRE, Lucien. *Vivre L'histoire*. Paris: Robert Lafont; Armand Colin, 2009.

- FREITAS FILHO, Almir & MARTINS, Margareth Guimarães. *Maria Barbara Levy: Historiadora de Empresas no Brasil*. s.d. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/almir-pita-freitas-filho_margareth-guimaraes-martins.pdf>. Acesso em: 20/5/2024.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2007.
- HAUSBERGER, Bernd; IBARRA, Antonio. *Comercio y poder en America colonial; los consulados comerciantes, siglos XVII-XIX*. Madri/Frankfurt-Cidade do México: Iberoamericana-Vervuert-Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de Expansão Paulista*. Organização Laura de Mello e Souza e de André Sekkel Cerqueira. Notas André Sekkel Cerqueira. 4.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da Historiografia. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Para uma nova História*. Organizador Marcos Costa. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004 [este texto foi editado pela primeira vez no jornal *O Estado de S.Paulo* - Suplemento Literário, 24/06/1973].
- HONORATO, Cezar & LAGE, Lana. Entrevista Eulalia Lobo. *Revista Rio de Janeiro*, n.º 10, maio-ago. 2003, pp.234-250.
- LEVY, Maria Barbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas. Esboços de História Empresarial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- LIBLIK, Carmen Silvia da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. Tese. Doutorado em História. Curitiba: UFPR-PPGH, 2017.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & COTNER, Robert. *As experiências do Capitão James H. Tomb. na Marinha brasileira (1865-1870)*. Revista Marítima Brasileira, Ministério da Marinha, 1964.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & KOCHER, Bernardo. *Ouve Meu Grito - Antologia de Poesia Operária*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero / Editora UFRJ, 1987.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & LEVY, Maria Bárbara. *Estudos sobre a Rio Light*. Rio de Janeiro: Instituto Light, 2008.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & LEVY, Maria Bárbara. Industrialização, Previdência social e urbanização: o papel das seguradoras. In: GUY MARTINIÈRE. (org.). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. XXXIV, 1995.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & LISBOA, Fátima. O Regime Militar e a Reorganização Sindical. Período de 1965-1970". In: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer et al. (Org.). *O Rio de Janeiro Operário. Natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & MADUREIRA, Lucena Barbosa. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930-resultados preliminares*.

- Revista Brasileira de Economia, 1971.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & MAIA, Laura Lahmeyer Leite. *Cartas de Antônio Dias Leite (1870-1952): um olhar sobre uma época de transformação*. Rio de Janeiro: Lidador Editora, 2005.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & MARTINS, Ismênia Lima; KOCHER, Bernardo. *Guias dos Jornais Operários do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF – Oficina de História, Instrumentos de Ensino e Pesquisa, 1988 (Instrumentos de Ensino e Pesquisa).
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & OLIVEIRA, Antônio de. O Estado Novo e o sindicalismo corporativista, 1937-1945. In: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (org.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, a conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro: Access, 1992.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Depoimento. Seminário Comemorativo dos 50 anos da FNF*. Rio de Janeiro: PROEDES, Série Memória e Documentação, n.º 003, 1989.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & OLIVEIRA, Antônio de. O Estado Novo e o sindicato corporativista – 1937-1945: condições de vida e operariado. In: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro, Access, 1992.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & SZMRESÁNYI, Tamás. Migração Portuguesa no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 23, n.º 45, 2003.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & STOTS, Eduardo. *Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro: 1870-1894*. São Paulo: Estudos Econômicos, 1985.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & STOTZ, Eduardo. Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário – 1880 a 1930. *Revista do Rio de Janeiro*, vol. 1, 1985.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer & STOTZ, Eduardo. *Põe o retrato do velho, tira o retrato do velho. O movimento sindical e o fim da era Vargas: uma avaliação*. Miami: Latin American Labor Occasional Paper, n.º 24, 2004.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer et al. *Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930*. Revista Brasileira de Economia, 1973.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Administração colonial luso-espanhola nas Américas*. Rio de Janeiro, Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1952.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Caminho de chiquitos às missões guaraníes (1690 a 1718)*. *Revista de História*, vol. 19 n.º 40, 1959.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Importância estratégica e econômica da província de Santa Cruz de la Sierra durante a Guerra da Tríplice Aliança. *Boletim de*

- História da Faculdade Nacional de Filosofia*, Rio de Janeiro, vol. 6, 1961.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Processo administrativo ibero-americano: aspectos sócio-econômicos, período colonial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1962.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Aspectos da influência dos homens de negócio na política comercial ibero-americana: século XVII*. Rio de Janeiro, 1963.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Alguns aspectos da história da Mesa do Bem Comum dos Mercadores. Séc. XVII e XVIII*. Separata do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, 1965a.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Aspectos da atuação dos consulados de Sevilha, Cádiz e da América Hispânica na evolução econômica do século XVIII*. Rio de Janeiro: GB, 1965b.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Pós-Graduação na Inglaterra e País de Gales. In: *Aula Inaugural do Curso de Pós-Graduação da Universidade do Brasil*, 1965c.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Imigração e Colonização no Chile colonial (1540-1565). *Revista de História*, São Paulo, vol. XXXV, n.º 71, 1967.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *América Latina contemporânea: modernização–desenvolvimento–dependência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970a.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Rio de Janeiro e Charleston: As Comunidades de Mercadores no Século XVIII. In: *Revista de História*, São Paulo, vol. 51, n.º 101, 1970b.
- 1975 LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, vol. 51, n.º 101, 1975.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, vols. 1 e 2, 1978.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História político-administrativa da agricultura brasileira: 1808-1889*. Ministério da Agricultura, 1980a.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *La revolución industrial y la vivienda popular en Río de Janeiro: 1880-1920*. Madri: Revista de Indias, 1980b.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro da década de 1880 a 1920*. Nova América: Universita degli Studi, Torino, vol. 1, n.º 4, 1981.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. O Estado e a política agrícola no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 2, n.º 3, 1982.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. População e estrutura fundiária no Rio de Janeiro, 1568-1920. *Anais do 4º Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo, ABEP, 1984.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. A vanguarda literária dos operários no Brasil - 1880-1930. *Hispanic Studies*, Columbia - South Carolina, vol. 1, n.º 4, 1989.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (org.). *Rio de Janeiro Operário: natureza do Estado*,

- conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Editora Access, 1992a.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Bartolomé de Las Casas e a lenda negra. In: VAINFAS, Ronaldo (org). *América em tempo de conquistas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992b.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *O Estado centralizado, a crise econômica e o operariado (1930-1936): as condições de vida do operariado*. Rio de Janeiro: Access, 1992c.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. O Estado Novo e o sindicato corporativista, 1937-1945. In: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro Operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992d.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Portugueses em Brasil en el siglo XX*. Madri: Mapfre, 1994.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Historiografia do Rio de Janeiro. *Historiografia Propostas e Práticas*. São Paulo: ANPUH, vol. 15, nº 30, 1995.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Brazil since 1889. *Latin America Encyclopedia*. Nova York: Scribners and Sons, 1996.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Viagem e viajantes: o remoto, o desconhecido e o maravilhoso. In: *III Colóquio Luso Brasileiro: Viagens e viajantes almocreves, bandeirantes, tropeiros e navegantes*. Niterói, 1996.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. História empresarial. In: FAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamaron. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Fontes para a história do comércio da cidade do Rio de Janeiro. *América Latina en la Historia Económica*. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, vol. 5, n.º 9, 1998.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. El comportamiento económico en Brasil. *Historia general de América Latina*. Paris: UNESCO: Trota, vol. 3, tomo 1, 1999a.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Fronteiras étnicas na América Latina: fronteiras móveis. *Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. História Fronteira*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, Florianópolis, 1999b.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Maria Bárbara Levy, seu papel na historiografia econômica no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*. vol. II, 1999c.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Migrações portuguesas para o Brasil: fins do século XIX à década de 1930: discurso de posse. *Revista do IHGB*. Ano 161, n.º 406, jan./mar. 2000.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. A imigração portuguesa e a mão-de-obra do Rio de Janeiro na primeira república. In: SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás.

- História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec, 2002a.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Os circuitos comerciais das empresas do ramo de tecidos, roupas e armarinhos do Rio de Janeiro: O estudo de dois casos. *Revista Convergência Luziada Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2002b.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Conflito e continuidade na história brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 79, 1970a.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Correspondência do comerciante português Antonio Dias Leite, residente no Rio no período de Pereira Passos (1903-1906). *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.º 10, 2003b.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Cartas de Antônio Dias Leite (1870-1952) – um olhar sobre uma época de transformações*. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 2005.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Imigração e história de vida. (Trajetória de seu pai, o imigrante Antonio Dias Leite). *Usos do Passado*, XII Encontro Regional de História. ANPUH-RJ, 2006. Disponível em: <<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Eulalia%20Maria%20Lahmeyer%20Lobo.pdf>>.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *As Viagens de Eulalia: China, Índia e sua Área de Influência*. Rio de Janeiro: Double M Multimeios Ltda, 2006 – CD-ROM.; Idem. *Viagens de Eulalia- Volume II: Mediterrâneo: conflitos entre o Oriente e o Ocidente*. Rio de Janeiro: Double M Multimeios Ltda, 2009 – CD-ROM.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; CANAVARROS, Octavio; FERES, Zakia; GONÇALVES, Sonia & MADUREIRA, Lucena Barbosa. A evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: vol. 25, n.º 4, out./dez. 1971. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/67>>.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; CARVALHO, L. A. & STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 1, 1989.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; MARTINS, Ismenia Lima & KOCHER, Bernardo. *Guias dos Jornais Operários do Rio de Janeiro*. Niterói-UFF: Oficina de História, Instrumentos de Ensino e Pesquisa, 1988.
- LOPES, Walter de Mattos. *A “Real Junta do Commercio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brazil e Seus Domínios Ultramarinos”: um Tribunal de Antigo Regime na Corte de dom João (1808-1821)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UF-PPGH, 2009.
- MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750-1834*. Lisboa: Ed. Estampa, 1997.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes & SARAIVA, Luiz Fernando. Prefácio. In: GOULARTI FILHO, Alcides & SAES, Alexandre Macchione (org). *História de empresas no Brasil organização geral da Associação Brasileira de*

- Pesquisadores em História Econômica (ABPHE)*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2021 (Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, vol. 3), p. 10.
- OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. *Raízes da Indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio F & S Editora, 1992.
- PEDREIRA, Jorge Luís. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um grupo social*. Tese (Doutorado em Sociologia e Economia Históricas). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- PELLI, Ronaldo. *Historiadora pioneira. Morre Eulália Maria Lahmeyer Lobo, a primeira mulher a defender uma tese de doutora em História no Brasil*. 1/06/2011. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20120314140551/http://www.revistadehistoria.com.br/secao/gente-da-historia/historiadora-pioneira>>. Acesso em: 15/01/2024.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa & TESSARI, Cláudia Alessandra. *Trajetórias e memórias de pesquisadoras em História Econômica no Brasil: 30 anos da ABPHE*. São Paulo: Hucitec, 2023.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. A presença de Eulália. In: SAES; Alexandre Macchione; RIBEIRO, Maria Alice Rosa & SAES, Flávio Azevedo Marques de (orgs.). *Rumos da História Econômica no Brasil. 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, vol. II, 1999. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/56/24>>. Acessado em: 17/12/2023.
- SARAIVA, Luiz Fernando & ALVARENGA, Thiago de Oliveira. *Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense 1974-2022*. Seminário de Autoavaliação do PPGH-UFF, Conferência, Niterói, 2023. DOI: 10.13140/RG.2.2.14398.29767.
- SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de cam" na capital do Brasil: escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7letras, 2011.
- SOARES, Rodrigo Goyena. Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do império. Notas preliminares sobre as classes imperiais. *TOPOI*, Rio de Janeiro, vol. 20, 2019.
- SPINAK, Ernesto. Google Acadêmico, Web of Science ou Scopus, qual nos dá melhor cobertura de indexação? [online]. *SciELO em Perspectiva*, 2019. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/11/27/google-academico-web-of-science-ou-scopus-qual-nos-da-melhor-cobertura-de-indexacao/>. Acesso em: 5/11/2021.
- STOTZ, Eduardo N. *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na Construção do Sin-*

- dicato Cooperativista: 1932-1945*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói: UFF, 1986.
- STOTZ, Eduardo Navarro; MARTINS, Margareth & NASCIMENTO, Marilui. *Eulalia Lobo (1924-2011): Amiga, historiadora comprometida e viajante observadora*.
- URBIZAGÁSTEGUI, Alvarado Rubén. *A Bibliometria no Brasil*. Ciência da Informação, vol. 13, n.º 2, 11, 1984.
- VAINFAS, Ronaldo & GOMES, Ângela de Castro. Entrevista com Eulalia Maria Lahmeyer Lobo. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 9, jul. 1992.
- VALLE PAVÓN, Guillermina del. *El Consulado de Comerciantes de la Ciudad de México y las finanzas novohispanas, 1592-1827*. Tesis doctoral. México: El Colegio del Mexico, 1997.
- WEHLING, Arno. Discurso de recepção à sócia Eulália Maria Lahmeyer Lobo, 1947. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, ano 160, n.º 406, pp. 105-107, jan.-mar. 2000.

Eulalia Maria Lahmeyer Lobo

HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

do capital comercial ao capital industrial e financeiro

Edição fac-similada

(1978)

HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

(DO CAPITAL COMERCIAL AO
CAPITAL INDUSTRIAL E FINANCEIRO)

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A autora agradece ao Governo Faria Lima o apoio recebido da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS
— IBMEC —

CONSELHO DIRETOR

Jorge Gerdau Johannpeter — Presidente
Adolpho Ferreira de Oliveira — Vice-Presidente

Conselheiros

Alfredo Nagib Rizkallah
Carlos Moacir Gomes de Almeida
Célio de Oliveira Borja
Júlio Rafael de Aragão Bozano
Luiz Carlos de Souza Rodrigues
Luis Maria Tápias Auguet
Sebastião Marcos Vital

Diretor-Geral

Horacio de Mendonça Netto

Sócios Honorários

Octávio Gouvêa de Bulhões
Fernando de Souza Ribeiro de Carvalho
Angelo Calmon de Sá

Agradecemos a contribuição do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. — BD-Rio — na consecução do presente projeto de pesquisa.



HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

(DO CAPITAL COMERCIAL AO
CAPITAL INDUSTRIAL E FINANCEIRO)

1º Volume

Editado em 1978 pelo
IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
Avenida Beira Mar – Anexo ao MAM
Caixa Postal 6047 – Rio de Janeiro

Capa, Ilustrações e Diagramação
Dep. Editorial – Seção de Arte e Criação

Coordenação Editorial
LEARTE SAINT-CLAIR

Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer.

História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro) Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

2 v. (liv, 994 p.) 22,5 cm.

Bibliografia: p. 947-94.

1. História econômica — 1760-1945 — Rio de Janeiro (cidade)
 2. Finanças — História — 1760-1945 — Rio de Janeiro (cidade)
- I. Título.

CDD: 330.9815

Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização do Editor

SUMÁRIO GERAL

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xi
LISTA DE TABELAS	xiii
PREFÁCIO	xxxiii
AGRADECIMENTOS	xxxvii
INTRODUÇÃO	1
1. CONFORMAÇÃO DA BURGUESIA MERCANTIL DO RIO DE JANEIRO, 1760-800	17
Reações Contra a Centralização Administrativa	24
A Burguesia Comercial do Rio de Janeiro e o Fastio do Ouro	27
Período do Declínio da Mineração do Ouro	35
Período de Recuperação da Economia de Plantação	41
2. ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NA ETAPA DE FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL, 1800-40.	73
Novas Articulações com o Mercado Mundial	75
Recursos Financeiros e Disponibilidades na Economia	81
A Atividade Comercial	83
O Comércio de Cabotagem	83
O Comércio com a África	90
O Comércio com Portugal e suas Ilhas	92
O Comércio com o Prata	94
O Comércio com a Europa	96
O Comércio com a Ásia	97
O Comércio com Havana e América do Norte	98
O Comércio Terrestre	99
Alternativas de Investimento Agrícola	101
A Atividade Artesanal e a Manufatura	105
Demografia Histórica	121
Salários e Preços	126

3. PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO E PREDOMINÂNCIA DA ECONOMIA DE PLANTAÇÃO DO CAFÉ, 1840-88	153
O Escoamento dos Produtos Primários através do Porto do Rio de Janeiro	155
O Comércio de Cabotagem e Longo Curso	161
A Atividade Agrícola	162
A Criação de Gado.	167
A Atividade Artesanal, Manufatureira e Industrial	170
A Atividade Comercial	206
A Estrutura Financeira e o Sistema de Crédito	209
Demografia Histórica do Período de 1840 a 1880	223
Salários e Preços	232
4. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA MANUFATURA PARA A INDÚSTRIA, DE 1888 À DÉCADA DE 20 DO SÉCULO XX	443
O Impacto do Encilhamento na Economia do Rio de Janeiro — 1890-913	445
Alterações no Comércio Externo	445
Alterações no Comércio Interno.	451
Alterações na Política Financeira e no Sistema de Crédito.	453
Demografia Histórica	469
A Atividade Manufatureira e Industrial	471
O Setor Secundário da Economia no Rio de Janeiro de 1890 a 1913.	471
Transformações da Produção Industrial no Rio de Janeiro de 1898 a 1913.	487
Custo da Alimentação, os Níveis Salariais e a Mobilidade Social no Rio de Janeiro de 1890 a 1913	501
A Primeira Guerra e seus Efeitos sobre a Economia e a Sociedade Urbana do Rio de Janeiro	509
O Comportamento do Comércio Exterior.	509
Dificuldades da Manufatura e da Indústria no Início do Conflito Mundial.	511
A Política Creditícia e a Superação da Crise.	513
As Transformações da Produção Industrial no Rio de Janeiro — 1914 a 1920.	516
Custo da Alimentação, os Níveis Salariais e a Mobilidade Social no Rio de Janeiro de 1914 a 1920	521

Década de 20 e o Desaceleramento Industrial	532
A Depressão do Pós-Guerra	532
A Produção Rural do Rio de Janeiro na Década de 20	536
As Transformações na Produção Industrial no Rio de Janeiro na Década de 20	537
Custo de Vida, Níveis Salariais e Mobilidade Social na Década de 20	548
5. PERÍODO DE DEPRESSÃO E DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, 1930-45.	829
O Comércio Externo de 1930 a 1945	831
O Crédito, a Política Monetária, Cambial e Fiscal de 1930 a 1945.	838
A Situação e as Transformações da Pecuária e da Agricultura no Distrito Federal de 1930 a 1945	844
O Processo de Industrialização no Rio de Janeiro de 1930 a 1945.	849
A Crise de 1929 a 1932	849
O Crescimento Industrial no Rio de Janeiro de 1932 a 1937/38	856
O Processo Industrial no Rio de Janeiro no Período de 1938 a 1945	857
A Situação do Comércio no Período da Segunda Guerra Mundial	863
A Mão-de-Obra e o Custo de Vida no Período de 1930 a 1945	866
CONCLUSÕES	931
ANÁLISE DAS FONTES PRIMÁRIAS	947
BIBLIOGRAFIA	963

SUMÁRIO DO 1º VOLUME

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xi
LISTA DE TABELAS	xxv
PREFÁCIO	xxxiii
AGRADECIMENTOS	xxxvii
INTRODUÇÃO	1
1. CONFORMAÇÃO DA BURGUESIA MERCANTIL DO RIO DE JANEIRO, 1760-800	17
Reações Contra a Centralização Administrativa	24
A Burguesia Comercial do Rio de Janeiro e o Fastio do Ouro	27
Período do Declínio da Mineração do Ouro	35
Período de Recuperação da Economia de Plantação	41
2. ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NA ETAPA DE FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL, 1800-40	73
Novas Articulações com o Mercado Mundial	75
Recursos Financeiros e Disponibilidades na Economia	81
A Atividade Comercial	83
O Comércio de Cabotagem	83
O Comércio com a África	90
O Comércio com Portugal e suas Ilhas	92
O Comércio com o Prata	94
O Comércio com a Europa	96
O Comércio com a Ásia	97

O Comércio com Havana e América do Norte	98
O Comércio Terrestre	99
Alternativas de Investimento Agrícola	101
A Atividade Artesanal e a Manufatura	105
Demografia Histórica	121
Salários e Preços	126
3. PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO E PREDOMINÂNCIA DA ECONOMIA DE PLANTAÇÃO DO CAFÉ, 1840-88	153
O escoamento dos Produtos Primários através do Porto do Rio de Janeiro	155
O Comércio de Cabotagem e Longo Curso	161
A Atividade Agrícola	162
A Criação de Gado	167
A Atividade Artesanal, Manufatureira e Industrial	170
A Atividade Comercial	206
A Estrutura Financeira e o Sistema de Crédito	209
Demografia Histórica do Período de 1840 a 1880	223
Salários e Preços	232

LISTA GERAL DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS – 1º VOLUME

- 1 – Índice de Custo de Vida 236

Mapa das Paróquias (anexo)

FIGURAS – 2º VOLUME

- 2 – Número de Companhias e Freqüência de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 1886-93 460
- 3 – Bancos, Companhias de Seguros, Tecidos e Transportes – Número e Freqüência de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 1890-93 461
- 4 – Número de Empresas Negociadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro Segundo a Data da Fundação 462
- 5 – Volume de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 1894-1911 465

LISTA GERAL DE TABELAS

CAPÍTULO 1

1.1.	Entradas no Porto do Rio de Janeiro em 1791 e Natureza da Carga.	59
1.2.	Demonstrativo dos Gêneros Exportados do Rio de Janeiro para Lisboa no Período de 1772 a 1807	60
1.3.	Gêneros não Identificados de 1772 a 1804	61
1.4.	Exportações do Rio de Janeiro para Lisboa e Importações de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1777	62
1.5.	Exportações do Rio de Janeiro para Lisboa e Importações de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1796	63
1.6.	Balanças Comerciais do Rio de Janeiro com o Reino; de Portugal com os seus Domínios e com as Nações Estrangeiras	65
1.7.	Participação do Brasil nas Exportações Portuguesas para as Outras Nações de 1796 a 1799	65
1.8.	Movimento de Navios entre o Rio de Janeiro e Lisboa de 1739 a 1763	66
1.9.	Movimento de Navios entre o Rio de Janeiro e Lisboa de 1764 a 1800	67
1.10.	Comércio a Varejo do Rio de Janeiro	68
1.11.	Negociantes Registrados, Comércio a Varejo e Oficinas do Rio de Janeiro	68

CAPÍTULO 2

2.1.	Porcentagem de Participação no Total das Exportações – 1821-1914	133
2.2.	Porcentagem Anual da Tendência do Crescimento em Termos de Renda do Comércio Brasileiro de Algodão, Açúcar e Café – 1822-1913	133
2.3.	Número dos Oficiais no Rio de Janeiro	133
2.4.	Distribuição da População Livre e Escrava e Fogos Segundo Freguesias	135
2.5.	Distribuição da População, Casas e Fogos Segundo Freguesias	136
2.6.	Distribuição da População Segundo Condição Civil e Sexo em 1821	136
2.7.	Batizados no Rio de Janeiro Segundo as Paróquias, de 1835 a 1840	137
2.8.	Batizados no Rio de Janeiro Segundo o Sexo, de 1835 a 1840	139
2.9.	Batizados no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840	140
2.10.	Óbitos no Rio de Janeiro Segundo as Paróquias, de 1835 a 1840	142
2.11.	Óbitos no Rio de Janeiro Segundo o Sexo, de 1835 a 1840	144
2.12.	Óbitos no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840	145
2.13.	Batizados e Óbitos no Rio de Janeiro Segundo a Condição – Relação entre Óbitos e Batizados no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840	147
2.14.	Casamentos no Rio de Janeiro Segundo as Paróquias, de 1835 a 1840.	148
2.15.	Casamentos no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840	150

CAPÍTULO 3

3.1.	Realocação de Escravos em 1823 e 1872	263
3.2.	Exportação do Café pela Província do Rio de Janeiro nos Exercícios de 1840/41 a 1849/50	263
3.3.	Exportação do Café Produzido na Província do Rio de Janeiro	264
3.4.	Exportação do Açúcar da Província do Rio de Janeiro para Países Estrangeiros e Outras Províncias do Império nos Exercícios de 1846/47 a 1851/52	264

3.5.	Estatística Oficial do Tesouro Nacional da Exportação do Açúcar do Rio de Janeiro para os Portos Estrangeiros nos Exercícios de 1846/47 a 1851/52	265
3.6.	Distribuição dos Engenhos na Província do Rio de Janeiro em 1852	265
3.7.	Comércio Exterior da Cidade do Rio de Janeiro e do Brasil de 1843 a 1888	266
3.8.	Navegação do Porto do Rio de Janeiro no Exercício de 1857/58 ..	270
3.9.	Dados sobre o Comércio Interno do Rio de Janeiro com Goiás e Minas Gerais nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66	271
3.10.	Comércio de Cabotagem por Valores Oficiais, e por Procedências, com Distinção os Gêneros Nacionais dos Estrangeiros nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66	271
3.11.	Comércio de Longo Curso Apresentando as Procedências e Destinos, nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66	272
3.12.	Principais Gêneros Exportados para o Estrangeiro por Valores e Quantidades, nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66	273
3.13.	Exportação do Rio de Janeiro e do Brasil nos Exercícios de 1864/65 a 1869/70	274
3.14.	Importação do Rio de Janeiro e do Brasil nos Exercícios de 1864/65 a 1869/70	274
3.15.	Comparação do Açúcar da Safra de 1860/61 Importado pelo Rio de Janeiro e Depositado em Diferentes Trapiches	275
3.16.	Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1856/57	276
3.17.	Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1857/58	276
3.18.	Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1858/59	277
3.19.	Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1859/60	277
3.20.	Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1860/61	278
3.21.	Entrada e Saída da Aguardente no 1º Semestre do Exercício de 1861/62	278
3.22.	Número de Fábricas do Rio de Janeiro, por Freguesias, em 1852 ..	279
3.23.	Número de Oficinas do Rio de Janeiro, por Freguesias, em 1852 ..	281
3.24.	Número de Oficiais do Rio de Janeiro, por Freguesias, em 1852. . .	282
3.25.	Número de Fábricas no Rio de Janeiro, nos Exercícios de 1852 e 1847-59.	283
3.26.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57 – Fábricas	284

3.27.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57 – Oficinas	287
3.28.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59 – Fábricas	290
3.29.	Relação das Fábricas do Rio de Janeiro com Despacho Livre de Matérias-primas, em 1857	293
3.30.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59 – Oficinas	294
3.31.	Estatística das Casas de Comércio e Outras que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59 – Oficiais	296
3.32.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57 – Oficiais	297
3.33.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59	298
3.34.	Estabelecimentos de Tecidos de Algodão no Brasil em 1866	298
3.35.	Importações do Brasil no Estrangeiro – Tecidos (valor em contos de réis)	299
3.36.	Fabricação Nacional de Chapéus – 1866	299
3.37.	Importação de Chapéus Estrangeiros pelo Brasil de 1º de Julho a 31 de Dezembro de 1865	300
3.38.	Fábricas Localizadas no Rio de Janeiro	300
3.39.	Oficinas e Oficiais Localizados no Rio de Janeiro.	307
3.40.	Comércio	315
3.41.	Serviços	328
3.42.	Fábricas do Rio de Janeiro Segundo os Dados das Exposições	334
3.43.	Estatística do Comércio – Segundo Levantamento Feito pelo Município – Rio de Janeiro – 1852	337

3.44.	Sociedades Anônimas e Comanditas Registradas no Tribunal do Comércio da Corte	343
3.45.	Sociedades Anônimas e Comanditas Registradas no Tribunal do Comércio da Corte	345
3.46.	Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1844 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57	346
3.47.	Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Comércio de Gêneros, Nacionalidades e Impostos (valores absolutos)	352
3.48.	Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Comércio de Gêneros e Comércio de Serviços, Nacionalidades e Impostos (percentual)	356
3.49.	Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Comércio de Serviços, Nacionalidades e Impostos (valores absolutos)	357
3.50.	Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Depósitos, Nacionalidades e Impostos (valores absolutos)	358
3.51.	Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Depósitos, Nacionalidades e Impostos (percentual)	359
3.52.	População por Paróquias, Casas e Fogos	360
3.53.	Distribuição das Profissões Segundo o Nível de Renda Salarial	361
3.54.	Batizados na Paróquia de Santana Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	363
3.55.	Óbitos na Paróquia de Santana Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	364
3.56.	Casamentos na Paróquia de Santana (1840-69)	365
3.57.	Profissões na Paróquia de Santana	366
3.58.	Batizados na Paróquia de Sacramento Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	366
3.59.	Óbitos na Paróquia de Sacramento Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	368
3.60.	Casamentos na Paróquia de Sacramento (1840-69)	369
3.61.	Profissões na Paróquia de Sacramento	370
3.62.	Batizados na Paróquia de Santa Rita Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	370
3.63.	Óbitos na Paróquia de Santa Rita Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	372
3.64.	Casamentos na Paróquia de Santa Rita (1840-69)	372
3.65.	Profissões na Paróquia de Santa Rita	373

3.66.	Batizados na Paróquia de São José Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	374
3.67.	Óbitos na Paróquia de São José Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	376
3.68.	Casamentos na Paróquia de São José (1840-69)	376
3.69.	Profissões na Paróquia de São José	377
3.70.	Batizados na Paróquia da Glória Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	378
3.71.	Óbitos na Paróquia da Glória Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	380
3.72.	Casamentos na Paróquia da Glória (1840-69)	380
3.73.	Profissões na Paróquia da Glória	381
3.74.	Batizados na Paróquia de Santo Antonio Segundo o Sexo e Condição (1855-69)	382
3.75.	Casamentos na Paróquia de Santo Antônio (1855-69)	383
3.76.	Profissões na Paróquia de Santo Antônio	384
3.77.	Batizados na Paróquia de Engenho Velho Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	384
3.78.	Óbitos na Paróquia de Engenho Velho Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	386
3.79.	Casamentos na Paróquia de Engenho Velho (1840-69)	386
3.80.	Profissões na Paróquia de Engenho Velho	387
3.81.	Batizados na Paróquia de São João Batista da Lagoa Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	388
3.82.	Óbitos na Paróquia de São João Batista da Lagoa Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	390
3.83.	Casamentos na Paróquia de São João Batista da Lagoa (1840-69)	390
3.84.	Profissões na Paróquia de São João Batista da Lagoa	391
3.85.	Batizados na Paróquia do Espírito Santo Segundo o Sexo e Condição (1866-69)	392
3.86.	Casamentos na Paróquia do Espírito Santo (1866-69)	393
3.87.	Profissões na Paróquia do Espírito Santo	393
3.88.	Batizados na Paróquia da Candelária Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	394
3.89.	Óbitos na Paróquia da Candelária Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	395

3.90. Casamentos na Paróquia da Candelária (1840-69)	396
3.91. Profissões na Paróquia da Candelária	397
3.92. Batizados na Paróquia de São Cristovão Segundo o Sexo e Condição (1859-69)	397
3.93. Casamentos na Paróquia de São Cristovão (1859-69)	398
3.94. Profissões na Paróquia de São Cristovão	399
3.95. Batizados na Santa Casa Segundo o Sexo e Condição (1840-57)	399
3.96. Óbitos na Santa Casa Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	400
3.97. Casamentos na Santa Casa (1840-57)	401
3.98. Batizados na Capela Imperial Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	402
3.99. Óbitos na Capela Imperial Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	403
3.100. Casamentos na Capela Imperial (1840-60)	404
3.101. Batizados na Paróquia de Campo Grande Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	405
3.102. Óbitos na Paróquia de Campo Grande Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	406
3.103. Casamentos na Paróquia de Campo Grande (1840-69)	407
3.104. Profissões na Paróquia de Campo Grande	408
3.105. Batizados na Paróquia de Jacarepaguá Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	408
3.106. Óbitos na Paróquia de Jacarepaguá Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	410
3.107. Casamentos na Paróquia de Jacarepaguá (1840-69)	410
3.108. Profissões na Paróquia de Jacarepaguá	411
3.109. Batizados na Paróquia de Inhaúma Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	412
3.110. Óbitos na Paróquia de Inhaúma Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	414
3.111. Casamentos na Paróquia de Inhaúma (1840-69)	414
3.112. Profissões na Paróquia de Inhaúma	415
3.113. Batizados na Paróquia de Guaratiba Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	416
3.114. Óbitos na Paróquia de Guaratiba Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	417
3.115. Casamentos na Paróquia de Guaratiba (1840-69)	418

3.116. Profissões na Paróquia de Guaratiba	419
3.117. Batizados na Paróquia de Irajá Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	419
3.118. Óbitos na Paróquia de Irajá Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	421
3.119. Casamentos na Paróquia de Irajá (1840-69)	421
3.120. Profissões na Paróquia de Irajá	422
3.121. Batizados na Paróquia de Santa Cruz Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	423
3.122. Óbitos na Paróquia de Santa Cruz Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	425
3.123. Casamentos na Paróquia de Santa Cruz (1840-69)	425
3.124. Profissões na Paróquia de Santa Cruz	426
3.125. Batizados na Paróquia da Ilha do Governador Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	427
3.126. Óbitos na Paróquia da Ilha do Governador Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	429
3.127. Casamentos na Paróquia da Ilha do Governador (1840-69)	429
3.128. Profissões na Paróquia da Ilha do Governador	430
3.129. Batizados na Paróquia da Ilha de Paquetá Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	431
3.130. Óbitos na Paróquia da Ilha de Paquetá Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	433
3.131. Casamentos na Paróquia da Ilha de Paquetá (1840-69)	433
3.132. Profissões na Paróquia da Ilha de Paquetá	434
3.133. Batizados no Rio de Janeiro Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	435
3.134. Óbitos no Rio de Janeiro Segundo o Sexo e Condição (1840-49) . .	437
3.135. Casamentos no Rio de Janeiro (1840-69)	437
3.136. Óbitos no Rio de Janeiro (1950-69)	438
3.137. Mortalidade no Rio de Janeiro Segundo as Idades (1865-69)	439
3.138. Número de Cortiços e sua População (1868)	440
3.139. Movimento da População Escrava no Rio de Janeiro (1877-1881) .	441
3.140. Movimento dos Descendentes da População Escrava no Rio de Janeiro (1877-1881)	442

CAPÍTULO 4

4.1. Exportações do Brasil (1906)	555
---	-----

4.2.	Exportações do Brasil (1906)	555
4.3.	Comércio Exterior do Porto do Rio de Janeiro e Brasil	556
4.4.	Comércio Exterior do Porto do Rio de Janeiro e Brasil	559
4.5.	Movimento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (1890-93)	561
4.6.	Número de Companhias e Freqüência de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro — 1886-93	561
4.7.	Freqüência de Negociações e Volume por Setor de Atividade — 1890-93	562
4.8.	Alguns Indicadores Seleccionados da Economia Brasileira — 1888-96	563
4.9.	Volume de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro — 1894-911	564
4.10.	Estatística Resumindo a Situação Atual dos Estabelecimentos Hor- tícolas do Distrito Federal (dezembro de 1907)	565
4.11.	Sociedades Anônimas e Companhias da Capital Federal em 1891 . .	566
4.12.	Número de Companhias Existentes em 1891 — Brasil	567
4.13.	Tecidos Fiação Nacional 1895 — (Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal) — Levantamento feito para a Exposição de 1895 .	568
4.14.	Censo Industrial — Distrito Federal — 1907	572
4.15.	Mão-de-Obra das Indústrias (D.F.) — 1907	577
4.16.	Levantamento Industrial do Distrito Federal — 1909	583
4.17.	Brasil — Produção em 1911 dos 14 Artigos de Fabricação Nacional sobre os quais Incide o Imposto de Consumo em 11.335 Estabeleci- mentos Fabris Existentes no Brasil	587
4.18.	Distrito Federal — Produção em 1911 dos Artigos sobre os quais Incide o Imposto de Consumo e de Conformidade com a Estatísti- ca do Centro Industrial do Brasil	588
4.19.	Produção Industrial do Estado do Rio — Estatística do Centro In- dustrial do Brasil (1911)	589
4.20.	Porcentagem entre a Produção Nacional e o Consumo Geral nos Anos de 1911, 1912 e 1913, Relativamente aos Artigos que Pagam Imposto de Consumo	590
4.21.	Fábricas de Lã, Juta e Seda — Quadro Regional — 1915	592
4.22.	Fábricas Têxteis do Brasil — Quadro Regional — 1915. Fiação e Tecidos de Algodão (inclusive malha, rendas, tiras bordadas e cor- tinados)	593
4.23.	Fábricas Têxteis do Brasil (algodão, lã, juta e seda) — Quadro Re- gional — 1915	595

4.24.	Importações do Rio de Janeiro — 1913/14	597
4.25.	Mudanças Sofridas pelas Exportações com o Início da Guerra	597
4.26.	Grande Quadro Estatístico Comparativo, Referente ao Decênio 1905 a 1915 — (As Fábricas Brasileiras de Fiação e Tecidos de Algodão em 1905 e 1915) — Os Dados de 1905 são Extraídos da “Recapitulação” da Estatística Detalhada das Fábricas de Fiação e Tecelagem de Algodão, Levantada em 1905 pelo Sr. Cunha Vasco e Reproduzida no Fascículo III do Boletim do Centro Industrial do Brasil, em Dezembro de 1905	598
4.27.	Resultados do Inquérito Industrial de 1907 Comparados com os Dados Estatísticos Obtidos no Censo das Indústrias Realizado em 1º de Setembro de 1920	602
4.28.	Estabelecimentos Industriais Recenseados em 1º de Setembro de 1920, Segundo a Época da Fundação, Anterior a 1850 ou a Partir dessa Data, em Períodos Quinquêniais	612
4.29.	Número de Estabelecimentos Industriais Recenseados, Capital Empregado, Principais Despesas Anuais e Valor da Produção em 1919 .	631
4.30.	Bangu — Média dos Salários por Seção — Ano Base = 1927	664
4.31.	América Fabril — Média dos Salários por Seção — Ano Base = 1927	674
4.32.	Média de Salário por Seção — Ano Base = 1943	679
4.33.	América Fabril — Número de Menores por Seção de Acordo com o Ano de Admissão	685
4.34.	América Fabril (operários) — Atividade, Sexo, Raça, Instrução e Estado Civil	691
4.35.	América Fabril — Forma de Remuneração (Nº de operários que recebem por empreitada, por diária, por hora ou por salário mensal, de acordo com a seção e o ano de admissão)	709
4.36.	Bangu (operários) — Atividade, Sexo, Instrução, Raça	717
4.37.	América Fabril (operários) — Motivo da Demissão	733
4.38.	Estabelecimentos Rurais — Distrito Federal — 1920	744
4.39.	Produção Industrial — Indústrias Sujeitas ao Imposto de Consumo — 1925-29 — Valor da Produção Segundo as Unidades Políticas . . .	745
4.40.	Valor da Produção Industrial do Distrito Federal, por Espécie, Sujeita ao Imposto de Consumo nos Anos de 1925 a 1929	746
4.41.	Preços dos Alimentos e Índices do Custo da Alimentação de Acordo com Ponderações Baseadas no Consumo de Três Classes Sociais .	748
4.42.	Ponderações da Alimentação de Três Classes Sociais	751

4.43.	Índices dos Salários Classificados Segundo o Valor Nominal em 1930 e Índices do Custo da Alimentação Correspondentes a Três Categorias Sócio-Profissionais	752
4.44.	Salários Nominais no Rio de Janeiro – Médias Anuais por Profissão	803
4.45.	Categorias (Séries Segundo Salários Nominais) Profissões (Por Categorias) Salários Reais (Por Profissão e Média por Categoria)	821
4.46.	População do Rio de Janeiro Segundo os Censos de 1906 e 1920	828

CAPÍTULO 5

5.1.	Principais Importações Quanto ao Valor e Matéria-Prima, para a Indústria – Porto do Rio de Janeiro – Valor em mil réis papel de 1930 a 1939 e Cr\$ 1.000 de 1940 a 1946	879
5.2.	Exportações de Manufaturados (Porto do Rio de Janeiro)	881
5.3.	Exportações do Rio de Janeiro (Manufaturados)	881
5.4.	Principais Exportações do Porto do Rio de Janeiro (valor a bordo em contos de réis de 1930 a 1940 e Cr\$ 1.000,00 de 1941 a 1946).	882
5.5.	Rede Bancária Brasileira (em 31/12)	883
5.6.	Propriedades Rurais Segundo Categoria de Superfície – Distrito Federal – 1939	883
5.7.	Distribuição da Propriedade Rural por Distrito – Rio de Janeiro – 1950	884
5.8.	Valor da Produção das Indústrias Sujeitas ao Imposto de Consumo	884
5.9.	Principais Resultados dos Censos de 1940 e 1950, Segundo a Classe e o Gênero de Indústria	885
5.10.	Capitais Aplicados, Pessoal Ocupado e Força Motriz, em 1º-1-1950, e Salários, Despesas de Consumo, Custo dos Serviços Contratados e Valor da Produção e da Transformação Industrial dos Estabelecimentos, no Ano de 1949, Segundo a Constituição Jurídica, a Classe e o Gênero de Indústria	889
5.11.	Capitais Aplicados, Pessoal Ocupado e Força Motriz, em 1º-1-1950, e Operários, Salários, Despesas de Consumo e Custo dos Serviços Contratados, e Valor da Produção dos Estabelecimentos, no Ano de 1949, Segundo Grupos de Capitais Aplicados, Grupos de Pessoal Ocupado e Grupos de Valor da Produção	891
5.12.	Potência dos Motores Primários Instalados nos Estabelecimentos Segundo a Constituição Jurídica, a Classe e o Gênero de Indústria	896
5.13.	Produção Industrial. Estabelecimentos Investigados pelos Inquéritos Econômicos do IBGE – Pessoal Ativo, Segundo o Sexo e a Categoria – 1944/45 – Alguns Ramos Industriais no Distrito Federal	898

5.14.	Produção Industrial — 1950 — Rio de Janeiro	899
5.15.	Produção Industrial — Distrito Federal — 1938	900
5.16.	Índices de Custo de Vida e de Salários	901
5.17.	Custo de Vida na Cidade do Rio de Janeiro — 1912-46 — Orçamento Mensal para uma Família de 7 Pessoas	902
5.18.	Custo de Vida na Cidade do Rio de Janeiro — 1912-46 — Orçamento Mensal para uma Família de 7 Pessoas	903
5.19.	Salários das Pessoas Empregadas no Comércio, Transporte, Estabelecimentos de Crédito — Aumento Salarial no Período de 1939 a 1943	905
5.20.	Salários dos Operários da Indústria — Aumento Salarial no Período de 1939 a 1943	905
5.21.	Gastos Mensais no Distrito Federal Segundo o Inquérito do Salário Mínimo (1938)	906
5.22.	Aumentos Salariais Segundo o Decreto Nº 5.978 de 1943	907
5.23.	Média Anual Aritmética de 19 Gêneros Alimentícios — Índices de 1937 a 1945 (Preços a Varejo no Distrito Federal) 1935 = 100 ...	907
5.24.	Variação da Ração Tipo (Calculada como Base do Salário Mínimo em Função dos Preços Médios Vigorantes nas Diversas Capitais) ..	907
5.25.	Índice do Salário Real Deflacionado no Distrito Federal — 1940-45	908
5.26.	Índice dos Salários Reais Médios do Brasil	908
5.27.	Índice dos Salários Mínimos e Médios — 1944-54	908
5.28.	Brahma — Variação Salarial por Seção — 1931 a 1945 — Ano Base 1943	909
5.29.	Fábrica Corcovado — Variação Salarial por Seção — Ano Base 1943	915
5.30.	Moinho da Luz — Variação Salarial por Seção — Ano Base 1943 ..	919
5.31.	Fábrica Moinho da Luz — 1933-38	924
5.32.	Fábrica Moinho da Luz — 1938-43	925
5.33.	Fábrica Moinho da Luz — 1943-45	926
5.34.	Companhia Cervejaria Brahma — 1931-37	927
5.35.	Companhia Cervejaria Brahma — 1938-43	928
5.36.	Companhia Cervejaria Brahma — 1943-45	929
5.37.	Fábrica Corcovado — 1934-37	930
5.38.	Fábrica Corcovado — 1938-45	930

LISTA DE TABELAS DO 1º VOLUME

CAPÍTULO 1

1.1.	Entradas no Porto do Rio de Janeiro em 1791 e Natureza da Carga.	59
1.2.	Demonstrativo dos Gêneros Exportados do Rio de Janeiro para Lisboa no Período de 1772 a 1807	60
1.3.	Gêneros não Identificados de 1772 a 1804	61
1.4.	Exportações do Rio de Janeiro para Lisboa e Importações de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1777	62
1.5.	Exportações do Rio de Janeiro para Lisboa e Importações de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1796	63
1.6.	Balanças Comerciais do Rio de Janeiro com o Reino; de Portugal com os seus Domínios e com as Nações Estrangeiras.	65
1.7.	Participação do Brasil nas Exportações Portuguesas para as Outras Nações de 1796 a 1799.	65
1.8.	Movimento de Navios entre o Rio de Janeiro e Lisboa de 1739 a 1763.	66
1.9.	Movimento de Navios entre o Rio de Janeiro e Lisboa de 1764 a 1800.	67
1.10.	Comércio a Varejo do Rio de Janeiro	68
1.11.	Negociantes Registrados, Comércio a Varejo e Oficinas do Rio de Janeiro	68

CAPÍTULO 2

2.1.	Percentagem de Participação no Total das Exportações – 1821-1914.	133
------	---	-----

2.2.	Porcentagem Anual da Tendência do Crescimento em Termos de Renda do Comércio Brasileiro de Algodão, Açúcar e Café – 1822-1913.	133
2.3.	Número dos Oficiais no Rio de Janeiro	133
2.4.	Distribuição da População Livre e Escrava e Fogos Segundo Freguesias.	135
2.5.	Distribuição da População, Casas e Fogos Segundo Freguesias	136
2.6.	Distribuição da População Segundo Condição Civil e Sexo em 1821	136
2.7.	Batizados no Rio de Janeiro Segundo as Paróquias, de 1835 a 1840	137
2.8.	Batizados no Rio de Janeiro Segundo o Sexo, de 1835 a 1840	139
2.9.	Batizados no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840	140
2.10.	Óbitos no Rio de Janeiro Segundo as Paróquias, de 1835 a 1840	142
2.11.	Óbitos no Rio de Janeiro Segundo o Sexo, de 1835 a 1840	144
2.12.	Óbitos no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840	145
2.13.	Batizados e Óbitos no Rio de Janeiro Segundo a Condição – Relação entre Óbitos e Batizados no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840	147
2.14.	Casamentos no Rio de Janeiro Segundo as Paróquias, de 1835 a 1840.	148
2.15.	Casamentos no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840.	150

CAPÍTULO 3

3.1.	Realocação de Escravos em 1823 e 1872	263
3.2.	Exportação do Café pela Província do Rio de Janeiro nos Exercícios de 1840/41 a 1849/50	263
3.3.	Exportação do Café Produzido na Província do Rio de Janeiro.	264
3.4.	Exportação do Açúcar da Província do Rio de Janeiro para Países Estrangeiros e Outras Províncias do Império nos Exercícios de 1846/47 a 1851/52	264
3.5.	Estatística Oficial do Tesouro Nacional da Exportação do Açúcar do Rio de Janeiro para os Portos Estrangeiros nos Exercícios de 1846/47 a 1851/52	265
3.6.	Distribuição dos Engenhos na Província do Rio de Janeiro em 1852	265
3.7.	Comércio Exterior da Cidade do Rio de Janeiro e do Brasil de 1843 a 1888.	266

3.8.	Navegação do Porto do Rio de Janeiro no Exercício de 1857/58 . . .	270
3.9.	Dados sobre o Comércio Interno do Rio de Janeiro com Goiás e Minas Gerais nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66	271
3.10.	Comércio de Cabotagem por Valores Oficiais, e por Procedências, com Distinção os Gêneros Nacionais dos Estrangeiros nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66	271
3.11.	Comércio de Longo Curso Apresentando as Procedências e Destinos, nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66	272
3.12.	Principais Gêneros Exportados para o Estrangeiro por Valores e Quantidades nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66	273
3.13.	Exportação do Rio de Janeiro e do Brasil nos Exercícios de 1864/65 a 1869/70	274
3.14.	Importação do Rio de Janeiro e do Brasil nos Exercícios de 1864/65 a 1869/70	274
3.15.	Comparação do Açúcar da Safra de 1860/61 Importado pelo Rio de Janeiro e Depositado em Diferentes Trapiches.	275
3.16.	Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1856/57	276
3.17.	Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1857/58	276
3.18.	Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1858/59	277
3.19.	Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1859/60	277
3.20.	Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1860/61	278
3.21.	Entrada e Saída da Aguardente no 1º Semestre do Exercício de 1861/62	278
3.22.	Número de Fábricas do Rio de Janeiro, por Freguesias, em 1852 . .	279
3.23.	Número de Oficinas do Rio de Janeiro, por Freguesias, em 1852 . .	281
3.24.	Número de Oficiais do Rio de Janeiro, por Freguesias, em 1852 . .	282
3.25.	Número de Fábricas no Rio de Janeiro, nos Exercícios de 1852 e 1847-59.	283
3.26.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57 – Fábricas.	284
3.27.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57 – Oficinas	287

3.28.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59 – Fábricas	290
3.29.	Relação das Fábricas do Rio de Janeiro com Despacho Livre de Matérias-primas, em 1857	293
3.30.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59 – Oficinas	294
3.31.	Estatística das Casas de Comércio e Outras que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59 – Oficiais	296
3.32.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57 – Oficiais	297
3.33.	Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59	298
3.34.	Estabelecimentos de Tecidos de Algodão no Brasil em 1866	298
3.35.	Importações do Brasil no Estrangeiro – Tecidos (valor em contos de réis)	299
3.36.	Fabricação Nacional de Chapéus – 1866	299
3.37.	Importação de Chapéus Estrangeiros pelo Brasil de 1º de Julho a 31 de Dezembro de 1865	300
3.38.	Fábricas Localizadas no Rio de Janeiro	300
3.39.	Oficinas e Oficiais Localizados no Rio de Janeiro.	307
3.40.	Comércio.	315
3.41.	Serviços.	328
3.42.	Fábricas do Rio de Janeiro Segundo os Dados das Exposições	334
3.43.	Estatística do Comércio – Segundo Levantamento Feito pelo Município – Rio de Janeiro – 1852.	337
3.44.	Sociedades Anônimas e Comanditas Registradas no Tribunal do Comércio da Corte.	343
3.45.	Sociedades Anônimas e Comanditas Registradas no Tribunal do Comércio da Corte.	345

3.46.	Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57 .	346
3.47.	Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Comércio de Gêneros, Nacionalidades e Impostos (valores absolutos) :	352
3.48.	Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Comércio de Gêneros e Comércio de Serviços, Nacionalidades e Impostos (percentual).	356
3.49.	Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Comércio de Serviços, Nacionalidades e Impostos (valores absolutos).	357
3.50.	Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Depósitos, Nacionalidades e Impostos (valores absolutos).	358
3.51.	Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Depósitos, Nacionalidades e Impostos (percentual).	359
3.52.	População por Paróquias, Casas e Fogos.	360
3.53.	Distribuição das Profissões Segundo o Nível de Renda Salarial	361
3.54.	Batizados na Paróquia de Santana Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	363
3.55.	Óbitos na Paróquia de Santana Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	364
3.56.	Casamentos na Paróquia de Santana (1840-69)	365
3.57.	Profissões na Paróquia de Santana.	366
3.58.	Batizados na Paróquia de Sacramento Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	366
3.59.	Óbitos na Paróquia de Sacramento Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	368
3.60.	Casamentos na Paróquia de Sacramento (1840-69).	369
3.61.	Profissões na Paróquia de Sacramento	370
3.62.	Batizados na Paróquia de Santa Rita Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	370
3.63.	Óbitos na Paróquia de Santa Rita Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	372
3.64.	Casamentos na Paróquia de Santa Rita (1840-69)	372
3.65.	Profissões na Paróquia de Santa Rita.	373
3.66.	Batizados na Paróquia de São José Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	374

3.67.	Óbitos na Paróquia de São José Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	376
3.68.	Casamentos na Paróquia de São José (1840-69)	376
3.69.	Profissões na Paróquia de São José	377
3.70.	Batizados na Paróquia da Glória Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	378
3.71.	Óbitos na Paróquia da Glória Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	380
3.72.	Casamentos na Paróquia da Glória (1840-69)	380
3.73.	Profissões na Paróquia da Glória	381
3.74.	Batizados na Paróquia de Santo Antonio Segundo o Sexo e Condição (1855-69)	382
3.75.	Casamentos na Paróquia de Santo Antonio (1855-69)	383
3.76.	Profissões na Paróquia de Santo Antonio	384
3.77.	Batizados na Paróquia de Engenho Velho Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	384
3.78.	Óbitos na Paróquia de Engenho Velho Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	386
3.79.	Casamentos na Paróquia de Engenho Velho (1840-69)	386
3.80.	Profissões na Paróquia de Engenho Velho	387
3.81.	Batizados na Paróquia de São João Batista da Lagoa Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	388
3.82.	Óbitos na Paróquia de São João Batista da Lagoa Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	390
3.83.	Casamentos na Paróquia de São João Batista da Lagoa (1840-69)	390
3.84.	Profissões na Paróquia de São João Batista da Lagoa	391
3.85.	Batizados na Paróquia do Espírito Santo Segundo o Sexo e Condição (1866-69)	392
3.86.	Casamentos na Paróquia do Espírito Santo (1866-69)	393
3.87.	Profissões na Paróquia do Espírito Santo	393
3.88.	Batizados na Paróquia da Candelária Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	394
3.89.	Óbitos na Paróquia da Candelária Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	395
3.90.	Casamentos na Paróquia da Candelária (1840-69)	396
3.91.	Profissões na Paróquia da Candelária	397

3.92.	Batizados na Paróquia de São Cristovão Segundo o Sexo e Condição (1859-69)	397
3.93.	Casamentos na Paróquia de São Cristovão (1859-69)	398
3.94.	Profissões na Paróquia de São Cristovão.	399
3.95.	Batizados na Santa Casa Segundo o Sexo e Condição (1840-57) . . .	399
3.96.	Óbitos na Santa Casa Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	400
3.97.	Casamentos na Santa Casa (1840-57).	401
3.98.	Batizados na Capela Imperial Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	402
3.99.	Óbitos na Capela Imperial Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	403
3.100.	Casamentos na Capela Imperial (1840-60)	404
3.101.	Batizados na Paróquia de Campo Grande Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	405
3.102.	Óbitos na Paróquia de Campo Grande Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	406
3.103.	Casamentos na Paróquia de Campo Grande (1840-69)	407
3.104.	Profissões na Paróquia de Campo Grande	408
3.105.	Batizados na Paróquia de Jacarepaguá Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	408
3.106.	Óbitos na Paróquia de Jacarepaguá Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	410
3.107.	Casamentos na Paróquia de Jacarepaguá (1840-69)	410
3.108.	Profissões na Paróquia de Jacarepaguá.	411
3.109.	Batizados na Paróquia de Inhaúma Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	412
3.110.	Óbitos na Paróquia de Inhaúma Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	414
3.111.	Casamentos na Paróquia de Inhaúma (1840-69).	414
3.112.	Profissões na Paróquia de Inhaúma	415
3.113.	Batizados na Paróquia de Guaratiba Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	416
3.114.	Óbitos na Paróquia de Guaratiba Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	417
3.115.	Casamentos na Paróquia de Guaratiba (1840-69)	418
3.116.	Profissões na Paróquia de Guaratiba	419

3.117. Batizados na Paróquia de Irajá Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	419
3.118. Óbitos na Paróquia de Irajá Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	421
3.119. Casamentos na Paróquia de Irajá (1840-69)	421
3.120. Profissões na Paróquia de Irajá	422
3.121. Batizados na Paróquia de Santa Cruz Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	423
3.122. Óbitos na Paróquia de Santa Cruz Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	425
3.123. Casamentos na Paróquia de Santa Cruz (1840-69)	425
3.124. Profissões na Paróquia de Santa Cruz.	426
3.125. Batizados na Paróquia da Ilha do Governador Segundo o Sexo e Condição (1840-69).	427
3.126. Óbitos na Paróquia da Ilha do Governador Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	429
3.127. Casamentos na Paróquia da Ilha do Governador (1840-69)	429
3.128. Profissões na Paróquia da Ilha do Governador	430
3.129. Batizados na Paróquia da Ilha de Paquetá Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	431
3.130. Óbitos na Paróquia da Ilha de Paquetá Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	433
3.131. Casamentos na Paróquia da Ilha de Paquetá (1840-69)	433
3.132. Profissões na Paróquia da Ilha de Paquetá.	434
3.133. Batizados no Rio de Janeiro Segundo o Sexo e Condição (1840-69)	435
3.134. Óbitos no Rio de Janeiro Segundo o Sexo e Condição (1840-49)	437
3.135. Casamentos no Rio de Janeiro (1840-69)	437
3.136. Óbitos no Rio de Janeiro (1850-69)	438
3.137. Mortalidade no Rio de Janeiro Segundo as Idades (1865-69)	439
3.138. Número de Cortiços e sua População (1868)	440
3.139. Movimento da População Escrava no Rio de Janeiro (1877-1881) . .	441
3.140. Movimento dos Descendentes da População Escrava no Rio de Janeiro (1877-1881)	442

PREFÁCIO

PREFÁCIO

A Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) e o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), em boa hora, decidiram patrocinar em co-edição a *História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*, de autoria da Professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo.

A autora, uma das mais ilustres historiadoras brasileiras, com brilhante carreira no magistério tanto no Brasil como no exterior, brinda-nos com uma análise fascinante da evolução econômica e social da cidade do Rio de Janeiro.

O livro contém acervo e análise valiosos de dados oriundos de ampla variedade de fontes pouco exploradas abrangendo levantamentos dos comerciantes, artesãos, fábricas, a partir de fontes tais como almanaques e relatórios de exposições e feiras, dos Ministérios do Reino e do Império, da Câmara Municipal, da Prefeitura, da Junta do Comércio, Agricultura e Navegação e os inquéritos da Sociedade Auxiliadora da Indústria.

O livro inclui também estudo dos dados paroquiais sobre natalidade, mortalidade, nupcialidade, sexo e condição social, e análise do custo de vida em termos de alimentação, dos salários, de condições da classe operária, do comércio interno e exterior, do mercado financeiro, do processo de industrialização, etc.

Difícilmente um livro terá, sobre os séculos XVIII e XIX, tão grande soma de dados estatísticos de fontes pouco exploradas, inclusive arquivos de fábricas.

Nas mãos da Professora Eulalia Maria Lahmeyer Lobo este oceano de números transforma-se em imagem histórica viva do Rio de Janeiro. Constitui, assim, importante contribuição para melhor compreensão da evolução econômica e social do Brasil, pela importância, mesma, da antiga Capital da República.

Este trabalho certamente está destinado a estimular contribuições de uma nova geração de cientistas sociais brasileiros não só para o período analisado, como para uma época mais próxima da nossa.

Isaac Kerstenetzky

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa só pôde se realizar graças à decisão do IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais) de financiar o projeto. Agradecemos ao IBMEC essa ajuda inestimável e, em especial ao seu Diretor-Geral, Horacio de Mendonça Netto, e ao Diretor Técnico, João Régis Ricardo dos Santos, aos quais devemos essa decisão, baseada na percepção da importância da ciência da História, em geral tão desprezada num meio como o nosso, cada vez mais dominado pelo espírito tecnocrata e unilateral.

Destacamos a colaboração da Professora Maria Bárbara Levy, Coordenadora de Pesquisa do IBMEC, co-autora do projeto e dos capítulos II, III e IV no que se refere ao levantamento de dados, sobretudo demográficos e financeiros e à elaboração e revisão crítica do trabalho. Os levantamentos das fontes demográficas do Rio de Janeiro foram iniciados na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Professora Maria Yedda Linhares e, posteriormente, concluídos na Universidade Federal Fluminense.

Desejamos consignar a cooperação prestada pelos estagiários Ricardo Salles, Angela Borba Cavalcante e Gilda Guillon, contratados pelo IBMEC e que trabalharam conosco no levantamento de dados, sendo que os dois primeiros também participaram na elaboração de quadros da produção e dos salários. Lucia Lahmeyer Lobo nos prestou ajuda voluntária e dedicada na pesquisa dos arquivos da Brahma e América Fabril, descobriu a tabela das sociedades anônimas e colaborou nas tabelas sobre demografia. Laerte Lobão Gomes e Manuel Assunção nos deu uma contribuição valiosa na realização de várias tabelas de salários.

Os estudos que realizamos anteriormente, contando com o trabalho de três estagiários, sobre preços e salários no Rio de Janeiro, financiados pela Ford Foundation e Social Science Research Council, nos facilitaram a realização desta pesquisa.

O Centro de Processamento de Dados da Fundação Getúlio Vargas ofereceu os seus serviços na elaboração dos preços e salários de 1820 a 1930. A Confederação

Nacional das Indústrias nos deu apresentações que permitiram o acesso aos arquivos das fábricas Brahma e Corcovado. O nosso amigo e ex-aluno Dr. Carlos Eduardo Bozizio nos facilitou material valioso sobre a América Fabril. Agradecemos também ao Almirante Moreira Maia e ao Dr. Carlos Jorge, graças aos quais conseguimos consultar os arquivos da Bangu e da Moinho da Luz.

Agradecemos à direção das fábricas Brahma, Corcovado, e América Fabril o bom acolhimento que tivemos.

Os dados sobre salários da fábrica Corcovado foram elaborados no Computador da Hidrologia S.A., graças à generosidade e espírito de colaboração de seu Diretor, Dr. Flávio Marcos Costa Rodrigues.

Rui Monteiro que está realizando um trabalho aprofundado sobre a Junta do Comércio prestou-nos uma inestimável colaboração no estudo da produção secundária no Rio de Janeiro no período de 1809 a 1849.

Nos sentimos muito gratos a Angela Klein, do Departamento Editorial do IBMEC, pela grande dedicação e eficiência na revisão deste trabalho.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O fato do Rio de Janeiro ser um centro cultural, político, financeiro e econômico de indiscutível importância (especialmente a partir de 1760), a falta de estudos mais profundos sobre a história da cidade como um todo, e a existência de fontes documentárias abundantes, porém pouco exploradas, nos levaram à escolha deste tema.

Apesar do caráter monográfico do presente trabalho, o seu objetivo ultrapassa os limites da descrição e narrativa de acontecimentos históricos encadeados cronologicamente da vida da cidade do Rio de Janeiro. Visa esclarecer a função desempenhada pelo Rio, no plano político, administrativo, econômico e financeiro de 1760 a 1945, numa área de influência bem maior do que o núcleo urbano e suburbano. Analisa o movimento do porto; as relações de produção nos setores primário, secundário e terciário da economia; a estrutura, os instrumentos financeiros e o sistema institucional de intermediação financeira; a interação dessas variáveis entre si e com a demografia, o poder aquisitivo dos assalariados e a mobilidade social.

O trabalho obedece a uma periodização baseada na identificação dos pontos de descontinuidade das estruturas econômica e financeira que significam transição e mudança nas relações de produção, nos padrões de vida, e na composição do grupo hegemônico ao nível político. O primeiro período, de 1760 a 1800, focaliza em particular a conformação da burguesia mercantil no contexto do declínio da mineração. O segundo, de 1800 a 1840, enfoca a organização econômica da etapa do Estado Nacional, o ressurgimento da plantação escravagista da cana-de-açúcar, o início da expansão do café, o escravagismo urbano e suas implicações nos níveis político, social e das relações de produção. O terceiro período, de 1840 a 1888, estuda os efeitos do predomínio da economia baseada na plantação de café, e o quarto período, de 1889 à década de 20, analisa a transição do artesanato para a manufatura, o início da industrialização e as transformações da burguesia mercantil sob o impacto da abolição e do declínio da economia de plantação na área de influência do Rio de Janeiro. O quinto período, de 1930 a 1945, trata em especial das características próprias do processo de industrialização do Rio de Janeiro, das transformações da função do porto e da área de influência da cidade.

Na elaboração desse trabalho usamos a quantificação dos dados susceptíveis de um tratamento estatístico, tais como os relativos ao comércio, capital investido, produção, preços, salários, demografia. Acreditamos que não se justifica considerarmos a quantificação como um método ou uma nova forma de História. É apenas uma técnica. Discordamos dos que estabelecem uma oposição entre história qualitativa dos fatos singulares e quantitativa dos fatos repetitivos. Os dois aspectos se interpenetram; os fatos singulares explicam transformações conjunturais nas tendências das várias séries estudadas.

Aceitamos a premissa de que a estrutura financeira consiste no conjunto dos elementos e das relações de financiamento que deve indicar as relações entre os agentes superavitários e os deficitários. O sistema institucional de intermediação financeira, que permite a adequação das necessidades de recursos financeiros às disponibilidades na economia, é de especial importância porque revela, ainda no início, as mudanças de orientação da economia, que pretendíamos detectar.

Para a compreensão desse sistema torna-se indispensável o estudo da criação dos ativos financeiros, de sua distribuição e controle e da moeda.

A estrutura financeira reage às solicitações de diferentes tipos de endividamento, modificando as instituições e instrumentos financeiros ou fazendo-os adquirir novas funções, de tal forma que uma outra estrutura surge através de diferentes articulações entre os seus elementos.

Como a estrutura financeira é um aparelho regulador entre o sistema de apropriação e a demanda interna final, ela se reveste do caráter de um meio de compreensão da estrutura econômica, das relações de produção e da superestrutura de uma sociedade.

Na interpretação do tema foi levado em conta que a unidade de tempo é diversa nos níveis econômico e financeiro, criando decalagens, mas que as relações entre as estruturas apresentam uma tendência à mútua adaptação. A estrutura econômica pode resistir ou apresentar predisposição à mudança e a estrutura financeira, pode estabelecer as condições para o desencadeamento das transformações mais ou menos rápidas na estrutura econômica ou emperrá-la por um período mais ou menos duradouro. Naturalmente foram consideradas as variáveis políticas que interferem privilegiando uma ou outra dessas estruturas no processo de interação.

Do ponto de vista da demografia histórica o Rio de Janeiro inicia o século XIX com 16 paróquias, além da Capela Imperial e da Santa Casa, onde também se faziam registros de batismos, casamentos e óbitos. Termina o século com 22 paróquias e a Capela Imperial transformada em Curato. Essas freguesias cobriam não apenas o município da Corte, mas toda a cidade do Rio de Janeiro (área urbana e suburbana).

Tomando o Manual de Fleury e Henry como parâmetro das observações possíveis no tratamento dos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, na

fase anterior ao registro civil, poderemos aquilatar o verdadeiro valor deste tipo de fonte para uma história urbana do Rio de Janeiro.

Foi feito o tratamento anônimo dos registros segundo Fleury e Henry (Fleury, M. et Henry, L. — *Nouveau Manuel de Depouillement et d'exploitation de l'état civil Ancien*. Paris 1965 p. 55 a 75), o tratamento abreviado anônimo é destinado a extrair dos registros algumas informações essenciais que interessam à demografia.

Não há dúvida de que nossos arquivos paroquiais satisfazem plenamente às rigorosas exigências técnicas mais avançadas. Trata-se de séries homogêneas suficientemente agrupadas no espaço, o que permite pensar que as lacunas são desprezíveis para qualquer paróquia, tanto urbana quanto suburbana. Todavia, é bem verdade que para as primeiras há um conjunto de dados mais ricos. Porém, enquanto registros, sem referirmo-nos ao seu conteúdo, cobrem em 90% o período de 1838 a 1869, o que é uma quantidade invejável para qualquer região.

Não tivemos problemas quanto à heterogeneidade de registros de diferentes qualidades (batismos, casamentos e óbitos) nos mesmos livros. Todas as paróquias possuem no mínimo cinco cadernos para cada ano, onde, em páginas numeradas, constam batismos de homens livres e escravos, casamentos e óbitos também de acordo com a condição.

Todos os assentos oferecem ao pesquisador além do ano, o mês e o dia em que se ratificou o batismo. A compilação desses dados nos permite realizar as curvas de concepção. Uma vez esse gráfico traçado, para cada ano, as flutuações de natalidade ficarão mais claras e a história local poderá explicar se se trata de um momento excepcional ou se há um ritmo constante de tendência, isto é, de evolução, de acordo com o número de habitantes.

Constante de todos os registros, o sexo é fornecido quer nomeadamente, quer pelo próprio nome de batismo.

Para o estudo da força de trabalho, ou de maneira genérica da mão-de-obra, é interessante notar o número de crianças de cada sexo, quer se trate de homens livres, quer de escravos, para uma real avaliação do potencial da população ativa da geração posterior.

Não constitui um problema o estudo do nascimento quanto à condição, porquanto em todos os registros consultados há a indicação precisa dos batismos de livres, libertos e escravos. Para as épocas em que se dispõe de recenseamentos globais da população, podemos traçar o índice do crescimento vegetativo, e mais ainda, fazer uma elucidativa comparação quanto ao mesmo índice em relação a homens livres e escravos.

Apenas a partir de 1850, a legitimidade se torna uma declaração praticamente obrigatória nos registros de livres. Pode-se elaborar a hipótese de que, na medida em

que o morgadio desaparece e a propriedade burguesa se firma, esse dado torna-se imprescindível. Não causa espanto que os escravos e as crianças deixadas na Roda sejam na sua maior parte ilegítimos, mas o número de ilegítimos livres reduz bastante a média de crianças concebidas entre as famílias livres, fornecendo dados interessantes sobre a psicologia social desta sociedade de moldes patriarcais.

A data do batismo não corresponde à data do nascimento e os assentos não são absolutamente explícitos quanto a esta defasagem no tempo. Apenas quando se trata de batismo de adultos, inerentemente associado à conversão, a idade é fornecida. Nos livros de escravos, em que os batismos de vários são resumidos em um só registro, não há a menor notícia de idade, o que poderia dar informações sobre os negros recém-chegados da África e logo impelidos a aceitar a ideologia religiosa dominante.

Da mesma maneira que os de batismo, os assentos de casamento apresentam extremo rigor cronológico fornecendo o dia, o mês e o ano do enlace. Conforme lembrou o professor Frédéric Mauro, em conferência realizada no Rio de Janeiro em 1967, a frequência sazonal de casamentos é extremamente importante para o estudo da urbanização, pelas conseqüências que acarreta.

O estado civil anterior é dado muito raro nos nossos registros, só surge quando o nubente era anteriormente viúvo e de muitas posses, com herdeiros do primeiro matrimônio. Impossibilita dessa forma um conhecimento mais profundo da estrutura de família.

Constitui alvo de curiosidade quando porventura encontramos as assinaturas dos noivos. Nem mesmo a assinatura em cruz ou a rogo, tão comum nas fontes notariais, é encontrada, apenas a monótona repetição da firma do pároco. O mesmo ocorre em relação aos padrinhos.

Além de referências nominais escassas dos pais dos nubentes, nada mais consta dos registros, salvo quando se trata de nobre titulado. Raras são as referências quanto à idade do casal. Apenas quando os noivos são parentes, o termo da licença acompanha a certidão. Não constam preciosas informações, corriqueiras nos registros levantados na Europa, e que sintomaticamente são desprezadas no Brasil.

Praticamente não existem livros para registros de casamentos de escravos separados dos de homens livres. São tão raras essas cerimônias, que não se torna necessário coletar o quinto indicado por Fleury e Henry. Há anos em que não atingem uma dezena!

A migração interna, que ainda não possui fonte quantitativa capaz de lhe dar a concreta dimensão, tem nos registros paroquiais, mais uma vez, frustradas as esperanças do pesquisador. Antes do recenseamento de 1872 a incógnita é total. Continuamos a contar apenas com informações qualitativas sempre imprecisas. As paróquias de origem, quando são citadas, referem-se a longínquas localidades portuguesas ou províncias em número tão reduzido que não pode ser suficiente para explicar o grande número de pessoas que procuravam a Corte para ali se fixarem.

Os registros de óbitos eram feitos em livros separados para homens livres e escravos, com data precisa, em detalhe, e o sexo facilmente identificável. E não é muito pouco, pois permite estudar as flutuações da mortalidade e situar as épocas das pestes e epidemias. Mas como calcular a média de vida? A partir de 1850 as informações sobre óbitos são cada vez mais precárias levando-nos a procurar as informações da Diretoria da Saúde Pública.

Como a estatística da Diretoria da Saúde Pública apresenta detalhes, tais como idade, *causa mortis*, nacionalidade e, para alguns anos, até profissão? Ao que tudo indica esses dados eram exigidos apenas nos cemitérios da cidade. Não eram as paróquias suas fontes de informação, disto estamos certos.

Vê-se pelo exposto que os registros paroquiais do Rio de Janeiro não revelam as variadas informações que são encontradas em seus congêneres franceses, por exemplo. Tal constatação não é meramente formal pois o nível jurídico-administrativo articula-se com o político, e este com o social.

A sociedade francesa do antigo regime, sob a direção do Estado, centralizador e burocrático, sempre atento às minúcias da administração e do fisco, não é comparável à sociedade brasileira, escravista e colonial, do século XIX. A ausência de uniformidade na maneira de registrar os atos, a omissão de informações referentes a profissões, idade, nacionalidade, naturalidade, mais do que inépcia ou desleixo espelha uma realidade que é bem diversa da européia. Na verdade, que realidade era essa? Esta é a pergunta que o historiador se faz previamente ao procurar detectar nesta documentação os traços que são tão familiares aos historiadores europeus da sociedade de corporações, camponeses, comerciantes e nobres do antigo regime ou de operários, burgueses, industriais e banqueiros do século XIX.

O Rio de Janeiro no século XIX, excluindo-se a última década, é sede de uma monarquia de origem européia, porto de exportação de produtos primários, centro de distribuição de uma economia agrária e dependente, expoente político, administrativo e financeiro de uma sociedade escravista em que a economia rural desempenha papel preponderante. Acrescente-se, ainda, o problema dos critérios que devem ser fixados para uma periodização capaz de exprimir as transformações por que passou essa sociedade no século XIX.

É, portanto, a partir da constatação dessas diferenças que cabe ao historiador social do Rio de Janeiro tirar o melhor proveito da orientação metodológica indicada por outras experiências, aprimorá-las, complementá-las e adaptá-las. Quando comprova que são insuficientes ou inadequadas, compete-lhe questionar e reelaborar num esforço constante de criação. (Linhares M. Y. e Levy, M. Bárbara *Problemas de Métodos em História Demográfica III* Colóquio de Metodologia Histórica do Brasil, Campinas 1972, mimeo.)

Quanto às duas escolhas das técnicas quantitativas — uma que opta pelos preços do mercado e outra pelos preços das instituições — não adotamos uma posição rígida, mas simplesmente nos submetemos às contingências dos dados existentes. Os

preços de instituições que usamos são inferiores aos do mercado, porque estas organizações compravam em grande quantidade, a preços que poderiam ser classificados de subatacado. Os preços do *Jornal do Commercio* também se referiam a unidades menores do que as de atacado e maiores do que as de retalho. A compatibilidade interna dos dados das fontes foi testada pela comparação dos preços das ordens com os do *Jornal do Commercio*, no período em que as três séries existiam. Maiores detalhes se encontram na parte referente a fontes.

Para o tratamento das fontes relativas a preços adaptamos as técnicas às informações disponíveis. ↵

Nas instituições as medidas usadas foram alqueires e sacos de farinha de mandioca, arroz e feijão; arrobas e libras de farinha de trigo, de açúcar, de café, de carne seca, de manteiga, de toucinho e de carne fresca; sacos, barricas, arrobas de bacalhau; medidas, barris e pipas de azeite de iluminação; varas e jardas de algodão. No *Jornal do Commercio* as unidades para a cotação de preços eram as seguintes: saco, medido em litros e depois em quilos, de arroz, de farinha de mandioca e de feijão; saco e barrica de farinha de trigo; lata e arroba de manteiga; arroba, saco e quilo de café; arroba e quilo de toucinho e carne seca; quintal, tina e caixa de bacalhau.

Alguns dados tiveram de ser desprezados pela impossibilidade de se conhecer a unidade, como por exemplo, saco e barrica de bacalhau, pipa e barril de azeite, peça de pano de algodão. Foi também rejeitada a caixa de bacalhau, apesar de se conhecer o seu peso, porque o produto embalado dessa forma era de proveniência e qualidade diferentes do importado em tina para o qual se obtivera uma série relativamente completa. Para se estabelecer a capacidade dos sacos usados na contabilidade da Santa Casa da Misericórdia, que nem sempre era especificada, foi necessário comparar-se com os da mesma época, contendo o mesmo produto, que figuravam na contabilidade da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e na dos hospitais militares que registravam capacidade e preço.

Finalmente, foi preciso uma pesquisa bastante extensa para se fixar o peso do conteúdo da tina de bacalhau, da barrica de farinha de trigo e se fazer a conversão dos litros de grãos e farinhas e de outras medidas ao sistema métrico.

Labrousse (Labrousse C. E. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIème siècle*. Paris, 1933) criticou o levantamento de preços em instituições devido à possibilidade de distorção decorrente de contratos de fornecimento a longo prazo e de descontos, e considerou as tabelas de preços oficiais mais sensíveis às variações da oferta e demanda no mercado. Em relação ao período 1820-930, foi necessário recorrer às instituições e ao *Jornal do Commercio*. Houve, no entanto, uma constante preocupação de manter o máximo possível de homogeneidade interna dos dados. Como as instituições não anotavam nem a origem nem a qualidade dos produtos, só de forma genérica, foram escolhidas nas listas do *Jornal do Commercio* as qualidades e proveniências que apresentassem o máximo de compatibilidade de preços. Também se adotou o critério de registro dos preços mínimos no *Jornal do Commercio*, considerando que os das instituições eram um pou-

co abaixo dos de varejo da praça, pelos motivos anteriormente apontados. Como existe um período de superposição de dados da Santa Casa da Misericórdia, da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e do *Jornal do Commercio*, foi possível fazer uma comparação dos preços e verificar que não havia discrepância entre eles. A partir de 1840, os preços de nove produtos foram levantados no *Jornal do Commercio*, o da carne fresca de vaca, só em instituições, e o do toucinho nas duas fontes.

Na programação para o computador foram estabelecidas as medidas anuais e os índices, e empregado o processo do desvio-padrão para a análise das séries. O número de dados obtidos só permitiu formar séries anuais e assim mesmo com algumas interrupções.

Foram estabelecidos três índices de custo de alimentação. Um baseado nos dados dos livros de contabilidade da Fábrica Moinho da Luz, sobre os gêneros alimentícios consumidos pelos operários escravos e imigrantes que viviam no prédio da empresa, enquanto não pagassem o custo de viagem. Outro foi formulado para os operários especializados mediante um ajuste dos elementos do custo da alimentação da Fundação Getúlio Vargas, (1949). O terceiro foi baseado num estudo do custo de vida feito pelo Ministério da Fazenda. Tinha por base uma família de sete pessoas de padrão de vida alto. O orçamento teórico mensal dessa família incluía alimentação, aluguel de casa de oito peças, combustível, luz, salários de duas crianças, vestuário, calçados, roupas de cama, farmácia, utensílios de casa, móveis, educação dos filhos, diversão. O estudo foi feito de 1912 (ano base) a 1945, quando o Serviço de Estatística Econômica e Financeira foi transferido do Ministério da Fazenda para o do Trabalho, Indústria e Comércio. A composição do consumo foi baseada num levantamento feito no Rio de Janeiro em 1912 e a coleta de dados se processou anualmente, na maioria dos bairros da cidade. Os preços dos gêneros alimentícios eram coletados nos últimos dias de cada mês nos bairros do Andaraí, Jardim Botânico, Copacabana, Laranjeiras, Rio Comprido, São Cristóvão, Tijuca, Urca e Vila Isabel.

A média aritmética ponderada era usada no cálculo. O estudo apresentava os números absolutos e os índices, tomando 1912 como ano base. (Levantamento do custo de vida no Brasil, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, Rio de Janeiro, 1946.)

Com o objetivo de verificar se as dietas se mantiveram inalteradas, foram consultadas narrativas dos viajantes que descreviam a alimentação das várias classes sociais do Rio de Janeiro e o trabalho de Antonio Correa de Souza Costa *Qual a alimentação que usa a classe pobre do Rio de Janeiro e sua influência sobre a mesma classe em 1865*. Esta última obra é uma tese para a Faculdade de Medicina, tendo o autor feito um levantamento direto, por meio de inquérito, das condições de alimentação da capital.

Estabelecidos três tipos de regimes alimentares, foram feitas as ponderações que constam do apêndice estatístico elaborado por Moacir Fioravante e que servem

de base ao gráfico da evolução do custo de alimentação, no Rio de Janeiro, entre 1820 e 1930. Para o período de 1930 a 1945 foram usados os levantamentos de custo de alimentação já existentes.

Nas tabelas finais são apresentados os três índices calculados e as três ponderações utilizadas.

A fórmula básica para o cálculo das variações anuais de preços tem a seguinte forma:

$$V_i = j_{\sum_{j=1}^n \frac{P_{ij}}{P_i - I_j} q_j} \quad (1)$$

sendo:

V_i = Variação de preços no ano i em relação ao ano $i - 1$

P_{ij} = preço do produto j no ano i

q_j = ponderação do produto j , em valor

Os dados de preços coletados originalmente eram mensais, no entanto, devido à falha muito freqüente de observações, optou-se pelo cálculo de índices anuais utilizando-se a média aritmética simples dos preços mensais.

No cálculo da média anual de preços, aplicou-se um teste para detenção de valores extremos e os preços não aceitos pelo teste foram eliminados da amostra.

Para aplicação do teste calculou-se para o preço mensal de cada produto uma variável t , assim definida:

$$t = \frac{\tau \sqrt{n-2}}{\sqrt{n-1-\tau^2}} \quad (2)$$

sendo:

$$\tau = \frac{X_i - \bar{X}}{s} \quad (3)$$

onde:

$$\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n} \quad (4)$$

a média anual de preços de cada produto

$$s = \frac{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}}{n} \quad (5)$$

a estimativa do desvio-padrão da amostra

x_i = o preço mensal observado

n = o número de preços observados no ano.

Como a variável t tem distribuição de Student com $n - 2$ graus de liberdade rejeitaram-se os preços observados quando

$$|t| > T s \%$$

Sendo $T s \%$ o valor da tabela da distribuição T com $n - 2$ graus de liberdade a um nível de significância de 5%.

Os produtos utilizados na elaboração dos índices foram açúcar, arroz, bacalhau, café, charque, farinha de trigo, farinha de mandioca, feijão e manteiga, perfazendo um total de nove produtos. Houve anos, entretanto, que não foi possível levantarem-se informações de preços de todos os nove produtos, sendo que o número de preços observados em cada ano é apresentado ao lado da tabela de índices para uma melhor avaliação do nível de confiabilidade nos índices em cada ano.

Com a variação, de ano para ano, do número de preços observados, foi necessária a utilização de certos artifícios para cálculo da fórmula (1).

Inicialmente fez-se igual a zero todas as médias de preços anuais não existentes e calculou-se a fórmula (1)

$$V_j = \frac{\sum_{i=1}^9 \frac{p_{ij}}{p_i - 1} q_j}{\sum q_j}$$

para $p_i \neq 0$ e $p_i - 1, j \neq 0$

Para estudar os salários tivemos a preocupação de selecionar profissões de nível de renda baixo, médio e alto. Incluímos o operário de construção ligado, inicialmente, às corporações e irmandades e o operário fabril. Fizemos comparações com amostras de salários de fábricas de tecidos (Corcovado) e bebidas (Brahma) com as séries dos salários da Fábrica Moinho da Luz para se ter uma visão mais representativa do universo manufatureiro da época. Essas fontes também forneceram as séries de advogados, médicos, gerentes e diretores de empresa, empregados de escritório.

Conseguimos obter nos arquivos das ordens religiosas já citadas todos os demais salários e também os de advogados e médicos.

Levantamos os seguintes salários no nível mais baixo de renda:

a) operários de construção; servente de obra, pedreiro, mestre de carpinteiro, pintor;

b) operários de manufatura e indústria, ferreiros, eletricitas, fabricantes de cartuchos (de velas), operários das máquinas, das prensas, dos alambiques, das caldeiras de velas e sabão, do entreposto, tanoeiros, empacotadores e, finalmente, carregadores.

No nível intermediário encontramos séries para as seguintes categorias: hortelão, cozinheiro, porteiro, ajudante de enfermeiro, enfermeira.

No nível superior de renda temos: médico, médico aposentado, farmacêutico, barbeiro, andador, escriturário, advogado, capelão, professor de primeiras letras, administrador do hospital, contador, empregados de escritório das fábricas, diretores de fábrica.

Para o período mais recente foram encontradas folhas de pagamento das fábricas Corcovado (1934-45) e Moinho da Luz (1933-45), e fichas de operários e empregados das fábricas Brahma (1904-45), Bangu (1890-930), contendo informações sobre sexo, instrução, raça, além de salários; América Fabril (1911-35), compreendendo além desses dados forma de contratação e motivo de demissão.

Foram obtidas médias aritméticas dos salários por especialização, considerando-se em separado chefes de seção e menores. O cálculo se fez em máquina de calcular multiplicando o pagamento por hora pelo número de horas de trabalho por

mês, antes de 1932, de acordo com os dados do Censo de 1906, após essa data, segundo a legislação trabalhista.

O processamento da pesquisa História dos Salários foi efetuado no sistema IBM 1130 da Fundação Getúlio Vargas e obedeceu às seguintes principais características:

I. As informações eram provenientes de diversas fontes: em consequência, havia diversas unidades de tempo (salários semanais, quinzenais, mensais etc.). O primeiro passo, portanto, foi proceder a uma crítica dos cartões com os dados originais convertendo-se os salários informados para uma unidade comum (mês).

II. Em seguida, foram calculadas médias anuais por profissão. A série compreendida 129 anos (1802 a 1930) e 40 profissões diferentes. Para cada profissão não havia necessariamente 12 informações por ano. Primeiro porque o salário de determinado mês, ano ou profissão, podia ter sido coletado em fontes diferentes. Neste caso, o salário médio daquele ano, daquela profissão, foi calculado pelo processo básico a seguir:

$$\bar{S}_{ia,ip} = \frac{\sum_{ii=1}^n S_{ii, ia, ip}}{F_{ia, ip}}$$

- \hat{S} = salário mensal informado
- ia, ip = indicador do ano e da profissão
- ii = indicador da informação
- n = nº de informações
- F = freqüência de casos
- \bar{S} = salário médio

Em segundo lugar, a informação podia-se referir à remuneração especial, do tipo gratificação, tarefa, etc.. Neste caso, ela foi adicionada ao somatório dos salários, sem entretanto ser computada no cálculo da freqüência, evitando-se assim que baixasse o salário médio e considerando-se como salário o total das remunerações de determinada pessoa em um dado mês.

III. Calculados estes salários médios por ano e por profissões, a etapa seguinte consistiu em se calcular 40 séries (uma para cada profissão) de 129 anos com a evolução dos salários.

$$ISM_{ia, ip} = \frac{SM_{ia, ip}}{SM_{ib, ip}} \times 100$$

SM = salário médio

ia, ip = indicador do ano e da profissão

ib = indicador do ano base

ISM = Índice do salário médio

IV. A quarta etapa consistiu no cálculo de salários médios ponderados para cada ano. Havia seis tipos de ponderação, refletindo cada um deles uma diferente estrutura ocupacional da população nos anos de 1842, 1850, 1872, 1890, 1906 e 1920. Algumas profissões não estavam representadas em uma ou mais dessas séries de ponderação. Assim sendo, os salários médios dessas profissões não foram computados no cálculo dos salários médios ponderados com base nas estruturas dos anos em que não estavam presentes tais profissões.

$$SMP_{ia} = \frac{\sum_{ip=1}^{40} SM_{ia, ip} \times P_{ie, ip}}{\sum_{ip=1}^{40} P_{ie, ip}}$$

SM = salário médio

P = ponderação

ia, ip = indicadores do ano e da profissão

ie = indicador da matriz de ponderações utilizadas

SMP = salário médio ponderado

para $SM_{ia, ip} \neq 0$ e

$P_{ie, ip} \neq 0$

Também nessa etapa, construídas as seis séries de salários médios ponderados, foram calculadas as correspondentes séries de índices. Para todas as séries adotou-se como base 100 o ano de 1916.

$$ISMP_{ia} = \frac{SMP_{ia}}{SMO_{ib}} \times 100$$

SMP = salário médio ponderado

ia = indicador do ano

ib = indicador do ano-base

ISMP = índice do salário médio ponderado

Era imprescindível adotarmos uma classificação sócio-profissional do Rio de Janeiro.

Usamos as classificações sócio-profissionais dos Censos, dos levantamentos e do *Almanack Laemmert* para quantificar cada categoria, na medida do possível.

A quantificação não foi feita como uma finalidade última, mas apenas como um instrumento para analisar as estruturas econômica e financeira, a demografia, interpretar as transformações e projetar as tendências.

No estudo das séries acima enumeradas não chegamos a construir modelos como o preconizado por Marchewsky que requer 52 variáveis. Apenas analisamos a interação das variáveis, as tendências seculares e os aspectos conjunturais em que interferem os fatos singulares, procurando fazer análises sincrônicas para cada período, e diacrônica do conjunto. Não concordamos com Marchewsky quando afirma que as séries só têm significação quando fazem parte de um modelo. Acharmos inclusive que a construção de um modelo pode, às vezes, distorcer a realidade, através da escolha arbitrária de variáveis ou adoção de pressupostos não apoiados na realidade empírica ou ainda, devido à projeção mecânica do presente no passado. De qualquer forma, os modelos só servem para interpretar no nível sincrônico e dificilmente se encontra um conjunto suficiente de séries para se tornar justificável o seu emprego.

**I – CONFORMAÇÃO DA BURGUESIA MERCANTIL DO
RIO DE JANEIRO, 1760-800**

1. CONFORMAÇÃO DA BURGUESIA MERCANTIL DO RIO DE JANEIRO, 1760-800

Na fundação da cidade do Rio de Janeiro estava marcado o destino mercantil da cidade. A Coroa portuguesa com todas as conotações mercantilistas preocupava-se fundamentalmente com a criação de centros costeiros de irradiação, capazes de magnetizar o que fosse produzido na região. Os portos eram o principal ponto de referência do comerciante metropolitano, na medida em que permitiam a centralização da produção e garantiam o direito de exclusividade do comércio. Era a aduana costeira que possibilitava ao Estado Absolutista português o controle da arrecadação do fisco, direito a que se reservava através do monopólio comercial.

A fundação da cidade do Rio de Janeiro não constitui uma exceção, no sentido de que aí o capital comercial deverá definir sua função de domínio sobre espaços colonizados. O controle do sistema colonial se faz na prática por quem domina os meios de circulação. O comerciante, no processo de acumulação, estará intimamente ligado de um lado, à burocracia metropolitana, e de outro aos proprietários dos meios de produção. Está na articulação destes três elementos a caracterização da estrutura social da cidade. O funcionamento específico do mecanismo de circulação das mercadorias outorgará aos comerciantes o domínio do sistema, que se estenderá muito mais além do simples âmbito econômico. Tudo está subordinado ao objetivo da produção para o mercado.

Na segunda metade do século XVI, Portugal conseguiu monopolizar o mercado europeu de açúcar, em franca expansão nessa época. A produção de açúcar da Ilha da Madeira estava sendo substituída pela do Nordeste e da Bahia, polarizando para essas regiões a maior soma de recursos da metrópole.

A ameaça francesa forçou a Coroa a tomar a iniciativa de estabelecer um povoamento permanente na Baía de Guanabara. A transferência do Rio de Janeiro para o Morro do Castelo em 1567 foi motivada pelas vantagens estratégicas oferecidas pelo novo local no interior da Baía de Guanabara, protegido por montanhas, lagos e

pântanos circundantes, sendo o melhor porto natural na rota para o sul, com fácil acesso ao suprimento de água e às planícies férteis limitadas pelo Morro do Castelo e os de Santo Antônio, São Bento e Conceição. Finalmente, o local escolhido na margem ocidental da Baía estava mais próximo da Serra do Mar, e portanto do planalto do interior, do que as planícies orientais. Os nativos foram gradualmente pacificados e parcialmente incorporados às missões, e os contrabandistas franceses repelidos se reagruparam na zona de Cabo Frio, o que permitiu ao Rio de Janeiro se expandir além da primitiva cerca de pau-a-pique dos primeiros anos de vida da cidade, ao longo da planície das margens da Baía de Guanabara. Por volta de 1580, já existiam três engenhos na região, e no fim do século a população era estimada em 3.850 habitantes, dos quais 750 eram portugueses, cerca de 100 negros e a maioria índios e mestiços. A escravidão indígena era o principal suporte da economia de plantação e se estendia a todas as atividades urbanas e rurais.

Durante o período de união das duas Coroas Ibéricas o poder da Câmara Municipal tendeu a se expandir em função do enfraquecimento da autoridade metropolitana, da invasão do Nordeste, do desgaste de Castela e da crise econômica do século XVII. Essa crise beneficiou a capitania do Rio de Janeiro que tinha que cobrir o déficit da produção do Nordeste, reduzida pelas conquistas holandesas, além de abastecer as forças militares e suprir com escravos a região de conflito. A exportação ilegal de escravos para Buenos Aires e a importação de prata, couro e sebo da região do Prata foram toleradas nessa época. Os escravos eram obtidos na África em troca de farinha de mandioca produzida na região do Rio de Janeiro, cachaça e tabaco vindos da Bahia.

Esta situação privilegiada do Rio de Janeiro dava forças à Câmara para se opor às autoridades eclesiásticas, civis e militares nomeadas pelo Rei. Os juízes ordinários e os vereadores eram eleitos pelo Colégio dos Homens Bons, do qual, no século XVI, eram excluídos oficialmente os assalariados, tais como empregados das plantações, feitores, mestres de açúcar, mecânicos, soldados das forças regulares, judeus e estrangeiros. No entanto, essas restrições eram freqüentemente desrespeitadas na prática.

Em 1624 chegou ao Rio de Janeiro um desembargador enviado pelo Governador-Geral da colônia para depurar o Colégio Eleitoral. Os residentes dos distritos rurais, na sua maioria proprietários de plantações ou lavradores (pequenos proprietários), foram privados de voto. Os donos de tabernas e varejistas também perderam o direito de participar das eleições municipais sob alegação de que eram diretamente interessados no tabelamento de preços, controle de pesos e medidas e de qualidade dos produtos — funções essas exercidas pela Câmara.

Estas medidas enfraqueceram o poder dos proprietários rurais e fortaleceram o setor urbano, particularmente o poder dos comerciantes atacadistas e exportadores. Também contribuíram para a Câmara conquistar o apoio popular urbano, na medida em que defende interesses mais amplos e enfrenta o poder régio e eclesiástico.

Os dois primeiros administradores eclesiásticos da Prelazia do Rio de Janeiro foram expulsos da cidade pela população, quando tentaram obrigar os moradores a comprar licenças da Igreja para adquirir escravos. Esse ato de revolta teve o apoio da Câmara. O próprio Governo municipal tomou a iniciativa de cancelar as Leis Régias de 1570 e 1609 que proibiam a escravização dos índios e chegou a substituir o administrador eclesiástico, Bartolomeu Simões Pereira, em 1605, quando ele pretendeu exigir a liberação dos nativos. O problema da escravidão indígena interessava praticamente a toda a população branca que se utilizava em menor ou maior escala desse tipo de mão-de-obra. O próprio juiz das capitanias do Sul foi deposto pela Câmara quando procurou cercear a sua autonomia, e o juiz ordinário da cidade foi preso por combater as novas cargas tributárias estabelecidas pelos Governadores, mas os memoriais e representações da Câmara à Coroa forçaram a substituição dos Governadores e a anulação dos recém-criados impostos.

A política da Câmara foi a de ampliar o seu âmbito de ação a fim de conquistar um apoio mais extenso, através da defesa das causas populares. Desafiava a Igreja e as ordens religiosas na questão indígena e limitava a conscrição de soldados da região para servir na guerra contra os holandeses. A interferência da Câmara na fixação dos fretes, conseguindo em 1639 absorver essa função, antes exercida pelo Governador, reflete a importância crescente do grupo dos comerciantes atacadistas e exportadores, não só no Rio de Janeiro, como no Império em geral.

O fortalecimento da burguesia urbana colonial era um fato novo no sistema colonial. No século XVI os mercadores portugueses estavam solidamente organizados em torno da Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio¹. Esta corporação dos grandes comerciantes de Lisboa estendia sua ação por todos os portos coloniais defendendo os direitos e privilégios dos grandes mercadores reinóis.

Durante o período de união das monarquias ibéricas (1580-640), todo o Império português foi submetido a uma forte centralização, característica do absolutismo mercantilista espanhol. Foi proibido o comércio entre Portugal e Brasil, feito através de pequenas caravelas praticamente desarmadas, cujo custo era reduzido e, paralelamente, instituído o Tribunal e Mesa do Consulado a fim de proteger o comércio de longa distância ameaçado pelos corsários e inimigos da Espanha². Na

¹ A Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio se originou da Irmandade do Espírito Santo da Pedreira. Era constituída por um intendente, deputados e procuradores das cinco corporações em que se dividiam os mercadores, segundo o tipo de comércio. A Mesa possuía um sistema de auxílio mútuo e de defesa dos interesses do grupo em sentido mais amplo.

² O Tribunal do Consulado estabelecido em Portugal em 1592 por Felipe II seguia o modelo dos de Burgos e Sevilha. Tratava-se de uma corte mercantil de caráter público que julgava por processo mais rápido e sumário. Era composto de um prior, quatro conselheiros, um fiscal, um tesoureiro e um feitor de suprimentos.

mesma oportunidade foi criado um imposto para custear as frotas comboiadas por naus de guerra.

A burguesia portuguesa reagiu a essas medidas "(...) considerando que a regulamentação das datas das viagens, o pagamento do imposto (3% ad valorem) para a proteção da frota e a obrigatoriedade do emprego de navios mercantes de maior tonelagem e menos rápidos do que a caravela eram desfavoráveis ao pequeno capitalista português e favoreciam os grandes capitalistas estrangeiros"³.

Mesmo depois do Consulado ter sido fechado em 1602 por ineficácia, o imposto para sustento do comboio foi mantido. Os comerciantes portugueses persistiram na luta contra o imposto, os comboios e as vantagens fiscais oferecidas aos navios estrangeiros de maior porte. Pode-se acompanhar a política dos mercadores nas reuniões do Conselho Ultramarino, na defesa do comércio livre, da abolição das frotas regulares e obrigatórias, do imposto de consulado e da participação de navios estrangeiros nas frotas. Eles conseguiram a anulação, em 1612, da Provisão Régia que isentava os proprietários rurais da execução por dívida dos bens de produção⁴.

No período de 1640 até o fim do século XVII os comerciantes recuperaram seu prestígio ao serem solicitados pela Coroa para contribuir para a guerra de independência, para o pagamento do dote de Dona Catarina de Bragança, a fim de as-

³ LOBO, Eulalia M. Lahmeyer. As frotas do Brasil. In: KONETZKE, Richard & KELLENBENZ, Hermann. *Jahrbuch für Geschichte von Staat Wirtschaft und Gessellschaft Lateinamerikas*. [s.l.] Köln Gratz: Böhlau Verlag, 1967. v. 4, p. 446-8.

⁴ a LISBOA. Biblioteca da Academia de Ciencias. *Alvara de 1592 criando o Consulado*. [mss.]

Ref.: Códice nº 321, fólio 100-1.

b LISBOA. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Livro dos registros da Alfandega do Porto*. [mss.]

Ref.: Livro I, fundo antigo, fólio 166.

c LISBOA. Arquivo Histórico Ultramarino. *Carta regia de Felipe II mandando processar os membros da Câmara do Porto por liderar rebelião contra os agentes fiscais que cobravam o imposto do Consulado, Madrid, 2 de março de 1603*. [mss.]

d ---. *Relatório do Juiz de Alfandega de Setubal, 1602*. [mss.]

Ref.: Reino, Papéis avulsos - Caixa 1.

e LISBOA. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Carta regia de Felipe II de 29 de novembro de 1601 referindo-se as rebeliões no Porto contra o Consulado*. [mss.]

segurar o apoio britânico, e para o pagamento da indenização à Holanda, imposto no tratado de paz feito com esse País.

Em 1640 as Autoridades do Rio de Janeiro aceitaram a dinastia de Bragança, o que era vital para o reino dada a situação estratégica do porto, próximo à Baía do Prata⁵. No entanto, a Autoridade Régia nessa zona era fraca. A publicação do Breve do Papa Urbano VIII proclamando a liberdade dos Índios, por exemplo, provocou um ataque da multidão ao Colégio dos Jesuítas (20 de maio de 1640), contida pelo Governador Salvador de Sá, através de sua guarda pessoal, mas principalmente em consequência de um compromisso negociado com o administrador eclesiástico e representantes das ordens religiosas, da nobreza e dos cidadãos. Os jesuítas se comprometeram a não liberar Índios escravos ou dar refúgio a escravos fugidos e conceder perdão aos amotinados. Em Santos e São Paulo os jesuítas foram expulsos da cidade.

Apesar de sua participação na rebelião, a Câmara do Rio de Janeiro recebeu da monarquia os privilégios do Governo municipal da cidade do Porto que eximiam os vereadores e juízes ordinários de punições a que estavam sujeitos os moradores comuns das vilas e cidades. Em 1644 esta Câmara obteve o direito de os sucessores interinos dos governadores da capitania em caso do cargo ficar vago inesperadamente e não haver instruções régias para a sucessão. Finalmente, em 1647, a Câmara recebeu o título de leal e o direito de exercer as funções militares de capitão-mor na ausência do governador e do alcaide-mor.

Com a irrupção da Revolta de Pernambuco contra a dominação holandesa, em julho de 1645, os ataques aos navios mercantes portugueses recrudesceram e a Coroa decidiu organizar um sistema regular de comboios e frotas que despertou o antagonismo dos comerciantes, proprietários de navios e proprietários de plantações. Opunham-se ao comboio e à utilização de navios grandes, geralmente estrangeiros e que possuíam maior capacidade de defesa, porque implicava num aumento dos impostos de entrada e saída das mercadorias e atraso do carregamento no Brasil.

O primeiro comboio, composto de dois galeões reais sob o comando de Salvador de Sá, partiu de Lisboa em dezembro de 1644, acompanhando a frota de navios mercantes armados. Em Salvador os grandes produtores de açúcar, os lavradores e os negociantes coligaram-se na recusa ao pagamento do imposto de avaria destinado ao custeio do comboio, na oposição à prioridade concedida na carga e na avaliação desta aos navios de mais de 200t. No compromisso celebrado entre a Câmara Municipal e o General do comboio e da frota, esse cedeu à pressão local reduzindo o imposto e aceitando, na frota comboiada, navios abaixo do limite. No Rio de Janeiro, representantes dos comerciantes, de grandes e pequenos proprietários rurais e do clero chegaram a um acordo com Salvador de Sá, mediante o qual navios de todos os tamanhos e mesmo desarmados seriam aceitos na frota, pagando

⁵ COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro, J. Olympio. 1965. p. 96, 111, 130, 175.

uma taxa de \$060 e um frete reduzido. Esse acordo representou uma vitória quase integral para os grupos locais⁶. Nesse ano, o Rio de Janeiro e a Bahia haviam contribuído para as expedições de recuperação de Angola, e em 1648 a primeira cidade levantou uma soma de 60 mil cruzados e organizou um corpo auxiliar de indígenas para a reconquista de Angola. Nessas circunstâncias a monarquia era forçada a ceder.

Reações Contra a Centralização Administrativa

Na década de 40 do século XVII os comerciantes obtiveram, com o apoio do Conselho Ultramarino, a permissão para o comércio direto entre o Brasil e Guiné, Cacheu, Ilha da Madeira e Índia, para a venda de escravos de Cabo Verde e Guiné para Castela e até um certo estímulo para prosseguir no contrabando com a Baía do Prata. A Companhia Comercial, criada em 1649, por iniciativa régia, era controlada pelos principais acionistas e tinha o monopólio do suprimento de bacalhau, vinho, farinha de trigo e azeite.

Os comerciantes portugueses repetiam nessa época as mesmas críticas feitas ao sistema de comboio. A Companhia provocava a alta dos fretes e a inflação dos gêneros do monopólio, daí a preferência dada aos navios de mais de 200t, geralmente estrangeiros. O pagamento desses fretes desestimulava os estaleiros e o comércio nacional, provocando a fuga de divisas e cerceando a liberdade de comércio. Estas críticas eram veiculadas por membros do Conselho Ultramarino e pelas Câmaras Municipais. Em 1650, 1654 e 1655, o Governador-Geral do Brasil e a Câmara do Rio de Janeiro queixaram-se da Companhia Geral, apontando os seguintes problemas: escassez dos gêneros do estanco, insuficiência de transportes para a exportação do açúcar e importação dos equipamentos necessários aos engenhos, taxas elevadas dos fretes e preços altos dos bens de consumo importados da metrópole. Finalmente, salientavam que a deficiência de vinho importado impedia o pagamento dos salários da guarnição militar do Rio de Janeiro, custeado pela renda do Imposto de Consumo daquela bebida. Acrescentavam ainda que a proibição da manufatura da cachaça, para favorecer o consumo de vinho, prejudicava os proprietários rurais, produtores e comerciantes.

Em 1653, o açúcar era usado no Rio de Janeiro como meio circulante, com um valor de \$200 por arroba, porém o produto valia no mercado local \$700 e no de Lisboa 3\$200. Esta última diferença, prejudicial à economia carioca, era decorrente da falta de transporte e da acumulação de estoques perecíveis no porto. O Governador da capitania não podia equilibrar o orçamento porque as rendas régias eram recebidas em açúcar desvalorizado. Para resolver estes problemas o Governador

⁶ BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola*. London, Univ. of London, 1952. p. 189.

dor, em desobediência aos estatutos da Companhia Comercial e às leis régias que favoreciam o seu monopólio, autorizou a produção e venda de aguardente, cobrando Imposto de Consumo e permitindo a partida de navios fora do comboio, sem defesa própria e de qualquer tipo, contanto que comprassem açúcar ao câmbio oficial.

As Câmaras Municipais do Brasil, a Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio, a maioria dos Governadores-Gerais da colônia e o Conselho Ultramarino eram contrários ao uso de navios estrangeiros, principalmente britânicos. Eram favoráveis ao incentivo da construção naval portuguesa não só para fins comerciais, mas também para segurança do Império. A posição está claramente definida no despacho do monarca, de 27 de julho de 1654, no parecer do Conselho Ultramarino: "Esta Companhia que causou tanto ódio, conquistou Pernambuco sem custar um vintém à Coroa, um objetivo que o Rei de Castela procurou alcançar e para o qual gastou tanto sem resultado e causou danos aos holandeses de cerca de seis milhões."⁷

É preciso lembrar que a Companhia era uma solução de emergência e a curto prazo para evitar os efeitos da pirataria e suprir as necessidades mais urgentes da guerra. Por outro lado, apesar de recorrer ao frete de navios estrangeiros, a Companhia servia de instrumento de mobilização forçada do capital judeu, investido de forma menos útil para a Coroa.

No Rio de Janeiro, a rebelião de 1660 contra Salvador de Sá estava inserida, ao menos em parte, nas questões comerciais. O descontentamento provinha do reinício da cobrança dos dízimos do açúcar e da gabela do sal, do estabelecimento de novo imposto sobre os imóveis para financiar o aumento da guarnição do Rio de Janeiro, do atraso do pagamento dos soldados e do abuso do poder por parte do Governador. Salvador de Sá distribuía lotes de terra e cargos públicos aos seus familiares, obrigava os cidadãos a fornecer trabalho escravo gratuito, madeira e bois aos seus estaleiros e a comprar gado exclusivamente nas suas fazendas. O Governador era também responsabilizado pela inflação decorrente da política de monopólio comercial. Salvador de Sá conseguiu debelar a Revolta de 6 de abril de 1661, mas a

7

- a SILVA, José Justino de Andrade e. *Coleção cronológica da legislação portuguesa*. Lisboa, F. X. de Souza, 1655. v. 6, p. 11.
- b RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Memorial do governador geral do Brasil contra a Companhia Comercial, 23 de junho de 1650. In: ---. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, 1928. v. 3, p. 11, 62.
- c ---. O governador geral protesta contra a Companhia Comercial, 7 de março de 1655. In: ---. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, 1928. v. 2, p. 237, 244.
- d LISBOA. Arquivo Histórico Ultramarino. *Despacho do reino consulta do Conselho Ultramarino sobre a Companhia de Commercio*. [mss.]

Ref.: Códice 15, fólio 54-5 verso e fólio 239-40.

monarquia engajada na guerra com a Espanha estava ansiosa para apaziguar a região e fazer concessões aos revoltosos. Salvador de Sá foi demitido, os novos impostos suprimidos e os líderes da rebelião anistiados, exceto Jerônimo Barbalho, condenado à morte numa corte marcial convocada por Salvador de Sá, no Rio de Janeiro.

A partir de 1663 a jurisdição do Governador do Rio de Janeiro foi reduzida em função dos abusos da oligarquia da família Sá. Paralelamente, o poder real foi enfraquecido em Portugal por pressão do Terceiro Estado, das Cortes e das Câmaras.

Em 1664, com o término da guerra, a Companhia de Comércio foi abolida e reorganizada a Junta de Comércio composta de quatro deputados nomeados pelo Rei: dois militares e dois negociantes, além de um tesoureiro.

Nas décadas de 60 e 70 do século XVII, os comerciantes se tornaram mais influentes, atuando através das juntas nas decisões sobre frotas, controles de navios, recrutamento da tripulação e elaboração das instruções para os generais das frotas. Os comerciantes atacadistas e exportadores ganharam o direito de avaliar as mercadorias para fins fiscais em troca da colaboração no custeio das frotas. Assim, eles alcançavam uma aspiração que vinha do século XVI.

Durante a crise comercial de 1668 a 1688, que estava ligada à queda dos preços dos principais produtos de exportação do Império português, a comunidade dos comerciantes desenvolveu a atividade fabril. Esse comportamento era bastante original para a época, visto que prevaleciam medidas fiscais sobre a balança comercial durante períodos de crise, e fortaleceu incontestavelmente a produção de manufaturados em Portugal.

O Brasil, obedecendo aos desígnios coloniais mantinha necessariamente uma balança comercial deficitária com a metrópole. A canalização do meio circulante para Portugal era constante o que criava sérios problemas de escassez de meios de pagamento na colônia. A circulação se limitava à existência de moedas desvalorizadas. Em épocas de crise, os produtores pagavam seus compromissos com os comerciantes com açúcar, cujo preço caía e por isso pagando menos que o valor real. No final do século XVII, os proprietários rurais estavam grandemente endividados com os comerciantes.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro lutou, nessa época, pela abolição do emprego do açúcar como meio circulante, o que refletia mais uma vez o interesse dos comerciantes. A Coroa aboliu a Lei de 1663 que determinava o uso da moeda desvalorizada no Rio de Janeiro e estabeleceu em 1669, nesta cidade, a Casa da Moeda.

Na luta pela implantação da Casa da Moeda e pela proibição de uso do açúcar como meio circulante, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro defendeu os interesses dos comerciantes credores. Essa posição contrastava com a assumida por

esse órgão do Governo em 1614, que forçara os comerciantes a aceitarem açúcar desvalorizado pelo valor oficial mais elevado.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro também se empenhou na fundação da Colônia do Sacramento com o fim de reabrir o comércio com Buenos Aires e a entrada da prata de Potosi.

No Sul, o desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar e da indústria açucareira, no século XVII, contribuiu para a ampliação do movimento do porto do Rio de Janeiro que mantinha intercâmbio com o Reino, as ilhas atlânticas, as colônias africanas e asiáticas, a Bacia do Prata e as demais capitanias do Brasil. A posição do Rio de Janeiro como defensor da fronteira sul também contribuía para a sua prosperidade como centro militar. Finalmente, uma incipiente manufatura e indústria, como a da construção naval, começaram a se expandir ligadas à plantação tropical, ao comércio e à defesa.

O Rio de Janeiro, que fora periférico à rota atlântica mais importante, passaria a ser o elo vital das rotas do açúcar e do ouro. No decorrer do século XVII, os comerciantes exportadores gradualmente superaram o grupo pressionador dos grandes fazendeiros dentro da Câmara Municipal, à medida que os produtores agrícolas entraram em crise com o declínio dos preços do açúcar, e os comerciantes exportadores e fornecedores de crédito ganharam força com a expansão das rotas comerciais, com o tráfico clandestino com a Bacia do Prata, com a liberação do intercâmbio dentro do Império e com a descoberta do ouro no planalto central.

A Burguesia Comercial do Rio de Janeiro e o Fastio do Ouro

A primeira metade do século XVIII se caracterizou pela prosperidade baseada no rápido crescimento da produção de ouro e diamantes.

A integração econômica do Brasil central através da mineração completou uma operosa estruturação centralizadora. A passagem para a administração metropolitana de atribuições que até então haviam se mantido nas mãos da iniciativa particular, visava garantir um controle amplo de toda a atividade mineradora. A descoberta e a exploração do ouro no Brasil, que a Coroa pretendia manter sob severa vigilância, era a brecha aberta para a recuperação da crise econômica na qual Portugal se debatera no último século. Restrições de toda a ordem foram impostas desde a produção de bens até à circulação de mercadorias.

Em 1699, o Brasil exportou, segundo os dados oficiais, 725kg de ouro para Portugal, em 1703 atingia a 4.350kg e em 1712 a 14.500kg, além do comércio clandestino impossível de se calcular⁸.

⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal e as frotas do açúcar e do ouro (1670-1770) *Revista de História*, São Paulo, 7(14-15): 684, jul./set. 1953.

O Rio de Janeiro foi o maior beneficiado com essa nova atividade econômica ao se converter no principal escoadouro dos metais e pedras preciosas para a Europa e centro da zona abastecedora da região mineira. A capitania do Rio de Janeiro exportava escravos, sal, farinha de mandioca, instrumentos de ferro e gêneros alimentícios produzidos na própria área.

Os escravos eram importados de Angola e Guiné ou eram provenientes das plantações de cana-de-açúcar da própria capitania, onde começou a se fazer sentir a falta de mão-de-obra. Os escravos eram comprados com ouro em pó ou em barras, com tabaco e com cachaça pelos comerciantes que procuravam evitar o pagamento do quinto régio sobre o metal precioso.

O Rio de Janeiro promoveu a abertura de uma via de comunicação mais direta para a região das minas em substituição ao caminho velho que partia de São Paulo. O caminho novo transpunha a Serra do Mar para atingir o Vale do Paraíba e seguia o Paraíba até a zona da mineração⁹.

A viagem do Rio de Janeiro às Minas Gerais levava em média de 10 a 12 dias. Outras picadas comunicavam Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais entre si e com o Sul; Espírito Santo com a Bahia e com o Nordeste. Inicialmente, a política régia restringiu o comércio das minas com o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Nordeste para evitar escassez de mão-de-obra nas plantações e a saída de ouro não quintado do planalto central.

Em 1703, a Coroa limitou a exportação de escravos para as minas a uma quota anual de 1.200 africanos do Rio de Janeiro, 1.300 de Pernambuco e outra da Bahia, não especificada nesta lei. No entanto, era difícil controlar a aplicação do sistema que foi abandonado oficialmente em 1715. CHARLES RALPH BOXER¹⁰ estima que 3 a 4 mil imigrantes de Portugal vinham anualmente para a exploração do ouro. ANTONIL¹¹ calcula que em 1709, a população engajada na mineração, agricultura e comércio em Minas Gerais, já se elevava a cerca de 30 mil pessoas, o que representava um mercado consumidor importante e abria possibilidades de contrabando de ouro.

Como os negócios ligados à intermediação de mercadorias capazes de satisfazer a demanda mineira se constituíam na maneira mais eficiente de apropriação da

⁹ ELLIS, Myriam. *Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras do Brasil século XVIII*. Rio de Janeiro, MEC, 1961.

¹⁰ BOXER, Charles Ralph. *The golden age of Brazil*. Berkeley, Univ. of California Press, 1962. p. 45, 49.

¹¹ ANTONIL, André João, pseud. de Giovanni Antonio Andreoni, S. I. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*. Lisboa, Officina Real Deslandiana, 1711.

renda gerada através da mineração, parte da população que afluíu ao Brasil nesta época se vinculou ao comércio. A centralização demográfica na área da mineração, aliada a uma multiplicidade de opções que garantissem um enriquecimento rápido, formou uma população extremamente móvel quer geográfica quer profissionalmente.

Na última década do século XVII e na primeira do XVIII, as Minas Gerais usufruíram de uma grande autonomia e as leis régias foram praticamente inoperantes. A Guerra dos Emboabas deu oportunidade à monarquia de intervir e implantar na região a soberania régia. As Autoridades do Rio de Janeiro estavam numa posição ideal para desempenhar o papel de agentes de subordinação da zona mineira à Coroa, dadas as vinculações comerciais do porto com o planalto.

Apesar do conflito, os impostos foram arrecadados na região das Minas Gerais e o comércio continuou a enriquecer o porto do Rio de Janeiro, a ponto de atrair os ataques dos corsários franceses Du Clerc e Duguay-Trouin. Em 1710, este último forçou a cidade a capitular, cobrando um resgate de 610 mil cruzados ouro, 100 caixas de açúcar e 200 cabeças de gado. Os moradores estavam suficientemente prósperos para atender rapidamente a essas exigências do invasor e até mesmo para comprar as mercadorias entregues e confiscadas por Duguay-Trouin.

Nas primeiras décadas do século XVIII, o ouro era contrabandeado para o Rio de Janeiro, Bahia e Recife e freqüentemente usado no comércio ilegal com a África Portuguesa ou com negociantes holandeses e ingleses na Costa da Guiné, apesar das alfândegas internas e do controle militar das fronteiras dos distritos mineiros e diamantíferos. Navios da Índia faziam escala no Rio de Janeiro e Salvador onde vendiam contrabando de artigos de luxo tais como laca e porcelana.

As medidas restritivas da Coroa para impedir que navios estrangeiros ancorassem no porto, beneficiavam os negociantes portugueses da metrópole e da colônia. Os mercadores nacionais com a conivência das Autoridades locais conseguiram eliminar as famílias de mercadores holandeses e ingleses que, segundo os tratados do século XVII, podiam residir na Bahia, Rio de Janeiro e Recife.

O Tratado de Methuen (1703), considerado responsável pelo declínio das manufaturas de tecidos em Portugal, não destruiu a prosperidade do comércio. Os negociantes portugueses conseguiram limitar as concessões feitas aos britânicos e manter o monopólio do intercâmbio com o Brasil. Em outubro de 1716, os comerciantes britânicos em Portugal reclamavam que só havia três casas de comércio inglesas na Bahia e uma no Rio de Janeiro e que o Governador desta capitania do sul tinha proibido que outra casa se estabelecesse, apesar dos tratados que permitiam a existência de quatro empresas dessa nacionalidade em cada um dos três principais portos do Brasil. Os portugueses alegavam que os ingleses estavam envolvidos no contrabando de ouro e escravos.

Por volta de 1730, os comerciantes britânicos em Lisboa e no Porto praticamente só comerciavam com o Brasil por intermédio de negociantes portugueses

destes portos¹². Os comerciantes portugueses tinham certamente uma boa participação nos lucros de ouro, do suprimento dos mercados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, fornecendo crédito e arrematando os contratos de arrecadação dos impostos das alfândegas internas.

Em 1742, a Coroa decidiu por em hasta pública um só contrato para as alfândegas de todas as rotas oficiais para o distrito mineiro. Esse contrato revelava que as alfândegas mais rendosas eram as das entradas velha e nova de Minas Gerais e São Paulo o que indica que o Rio de Janeiro era a principal via de saída dessa região¹³.

Os contratos subseqüentes mantêm a mesma diferença a favor do Rio de Janeiro, se bem que as somas totais tenham baixado no que diz respeito à dependência da queda da produção aurífera. De 1765 a 1767, a monarquia teve de assumir a administração das alfândegas por não encontrar contratantes.

Os direitos sobre as mercadorias de consumo vital, tais como alimentos ou bens de produção eram elevados, enquanto que os artigos de luxo estavam sujeitos a taxas baixas. No entanto, mesmo nas mercadorias de primeira necessidade havia uma margem alta de lucro¹⁴.

Em 1742, o contratante Francisco Gomes Ribeiro, residente do Rio de Janeiro, obteve o contrato do suprimento de carne para as Minas Gerais, o que estimulou a criação de gado nos Campos dos Goitacazes e beneficiou os comerciantes do Rio de Janeiro¹⁵.

A população escrava das Minas Gerais era estimada em 100.141 pessoas, tendo como base para o cálculo o imposto *per capita* que começou a ser cobrado em 1735. Seria provavelmente maior se levássemos em consideração o interesse dos proprietários de evadir o fisco, declarando um número menor de escravos do que o

¹² BOXER, Charles Ralph. Brazilian gold and British traders in the first half of the eighteenth century. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, North Carolina, Duke Univ. Press, 49(3):462, Aug. 1969.

¹³ O contratante pagou à Coroa 737.74080kg de ouro por ano pelas rotas nova e velha que comunicavam as minas com o Rio de Janeiro via São Paulo, e 501.35040 pelas trilhas da Bahia e Pernambuco, 221.18400 de Goiás, 36.86400 de Cuiabá, 7.3728 de Paranaguá e Paranapanema.

¹⁴ Em meados do século, um alqueire de sal custava \$ 720 no Rio de Janeiro, pagava \$ 750 na alfândega, mas era vendido por 3\$ 600 em Minas Gerais. Um quintal de ferro manufaturado valia de 4\$ 800 a 16\$ 000 no Rio de Janeiro, estava sujeito ao imposto de 4\$ 500 e obtinha 14\$ 000 nos mercados de Minas.

¹⁵ ELLIS, op. cit. acima nota 9.

real. Quando as Câmaras das vilas das Minas Gerais protestaram contra esse encargo, comentaram que as mercadorias eram recebidas sob consignação com prazo de quatro a cinco anos. Esse sistema de venda a crédito por parte dos comerciantes do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco contribuía para o crescente endividamento dos consumidores mineiros. Os comerciantes também ficavam prejudicados com a Capitação, pois teriam de pagar pelos escravos que estivessem em suas mãos.

No período do apogeu do ouro, havia três frotas regulares entre a metrópole e os portos do Rio de Janeiro, de Salvador e do Recife, além de uma frota secundária que se destinava ao Maranhão e Pará. Um código de entradas e saídas das frotas, de 1739 a 1763, demonstra o movimento desses portos. Nesses anos, 1.539 navios mercantes, 110 vasos de guerra, avisos e iates entraram em Lisboa provenientes do Brasil e do Oriente. A média de entradas de navios mercantes foi de 61,5. A flutuação do movimento de embarcações seguiu um ritmo de ciclos de curta duração, geralmente anuais. Em 1739, o número de navios em circulação atingiu um mínimo e, em 1740, um máximo.

Ao comércio do Oriente correspondem apenas 43 embarcações destinadas a Lisboa, das quais 28 fizeram escala na Bahia e na África.

Uma média de 22,9 entradas em Lisboa eram de navios provenientes da Bahia, dos quais 21,6 eram mercantes e os demais de guerra ou avisos. O Rio de Janeiro tinha uma participação menor com uma média de 14 navios mercantes entrando em Lisboa por ano. Se incluirmos a média das entradas de navios de guerra que transportavam de preferência ouro, quatro iates e quatro avisos, a média global do Rio de Janeiro se elevava a 15. Durante o período em estudo, houve 35 entradas em Lisboa de navios de guerra oriundos do Rio de Janeiro e 24 de Salvador — provavelmente a diferença decorria da exportação de ouro. Quanto às saídas de Portugal para os portos do Brasil, a participação do Porto se limitava a 156 navios. O Livro de Lenbransa de Entradas e Saídas não dá indicação da carga, e a classificação de barcos segundo o tipo de velame dificulta a tarefa¹⁶.

No término do período de 25 anos de que trata o Livro de Lenbransa de Entradas e Saídas, o valor da carga deve ter diminuído em consequência do declínio da mineração. Esse registro demonstra que as frotas funcionaram regularmente,

16

- a LISBOA. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Livro de Lembranças das entradas e saídas das frotas portuguesas e outros navios para a America e outros estados da India 1739-1793.* [mss.]

Ref.: Inventário dos livros pertencentes ao cartório da extinta Junta do Commercio. Caderneta 467, nº 1370, livro 74, código de 158 fólhos.

- b LOBO, op. cit. acima nota 3.

eram bem protegidas e compostas, nessa época, por navios cujos proprietários e comandantes eram portugueses.

As importações de Portugal consistiam em bacalhau, azeite de oliva, arroz, farinha de trigo, vinagre, sal, cachaça, cebolas, tecidos, instrumentos, produtos europeus reexportados, tais como tecidos de luxo, renda, passamanaria da França, lãs, equipamentos para engenhos e minas, ferragens, cutelaria, vestimentas, laticínios da Inglaterra e da Dinamarca, porcelana e sedas do Oriente.

O intercâmbio com a África se fazia através das escalas na África das frotas oficiais, mas principalmente por meio de navios de menor porte, construídos no Rio de Janeiro. Além dos escravos, que constituíam a base desse tráfico, importava-se marfim, cera, enxofre, óleo vegetal e certos tipos de roupa. Exportava-se para a África açúcar, carne seca, farinha de mandioca, aguardente, pólvora e tabaco. Do Oriente vinham diretamente para o Rio de Janeiro artigos de luxo, como laca, sedas e porcelana, e às vezes produtos da África; pois os navios provenientes da Índia Portuguesa faziam escala na África.

O comércio de cabotagem se expandiu consideravelmente na primeira metade do século XVIII, graças ao estímulo proporcionado pelos novos mercados internos surgidos na zona de mineração. Tradicionalmente, Buenos Aires era a abastecedora de peles, banha, carne seca, trigo e sobretudo prata. O Rio de Janeiro fornecia à Bacia do Prata escravos, açúcar, cachaça, mandioca e em época mais recente, aniz e tecidos de algodão rústico.

O comércio com a Bahia e Pernambuco apresentava nessa época uma balança favorável ao Rio de Janeiro que exportava mandioca, feijão, milho, cachaça, queijo de Minas Gerais, toucinho e na segunda metade do século, trigo e arroz em troca de cocos e tabaco. As capitânicas do Nordeste, à medida que iam se especializando cada vez mais na economia de plantação, necessitavam importar os gêneros básicos da alimentação e viam-se forçadas a remeter capital em moedas para saldar o déficit da balança comercial, suprimindo a permanente escassez de meio circulante no Rio de Janeiro. A praça do Rio de Janeiro era abastecida de carne pela região de Campos e pelo Rio Grande do Sul, e de peixe fresco por Santa Catarina.

Os ataques franceses, a necessidade de proteger as minas, a crescente evasão fiscal, o incremento de contrabando, a aspiração de expandir a soberania portuguesa à Bacia do Prata parecem ter sido os principais fatores que levaram a monarquia a ampliar a jurisdição do Rio de Janeiro à zona das minas e ao sul da colônia. Essa política não chegou a ser claramente formalizada, mas resultou de medidas graduais, pragmáticas.

No fim da Guerra de Sucessão da Espanha, Portugal garantiu a expansão territorial em direção ao Sul através do reconhecimento da Colônia do Sacramento. Gomes Freire de Andrada foi nomeado Governador e Capitão-Geral da capitania do Rio de Janeiro em 23 de abril de 1733, e a sua administração corresponde ao

período de expansão do poder dessa capitania. Em 3 de janeiro de 1735, foi designado Governador de Minas Gerais e encarregado de implantar o imposto *per capita* nessa região. No ano seguinte, após concluir essa tarefa, estava de volta ao Rio de Janeiro com o propósito de organizar a defesa da Colônia do Sacramento que estava cercada há mais de um ano pelas forças espanholas. Essa ameaça ao Império português estimulou a ocupação do Rio Grande do Sul em 1737, para consolidar as fronteiras. Nessa ocasião, Gomes Freire de Andrada recomendou à Coroa que todo Brasil meridional fosse subordinado à administração do Rio de Janeiro¹⁷.

Finalmente, uma Provisão, de 11 de setembro de 1748, estabeleceu que os Governadores e Comandantes da Colônia do Sacramento, Rio Grande, Ilha de Santa Catarina e Santos ficavam subordinados ao Capitão-General do Rio de Janeiro. As novas áreas de mineração de Goiás e Mato Grosso também passaram a ser supervisionadas por Gomes Freire de Andrada de 1737 até 1748, quando foram separadas de São Paulo. De 1733 até a sua morte em 1763, ele acumulou os cargos de Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, com os de Governador das Minas Gerais, de 1735 em diante, de Governador interino da Capitania de São Paulo de 1737 a 1739, que foi subordinada a ele como Comarca do Distrito do Rio de Janeiro, de 1748 a 1763. Em 1750, Gomes Freire de Andrada determinou que a aldeia de São Francisco do Sul e seu termo fossem destacados de São Paulo e incorporados à Santa Catarina. Esta vasta área do oeste e do sul da colônia, dependente administrativa e comercialmente do Rio de Janeiro, compreendia a maior parte da população do Brasil. Em 1749, a população de Santa Catarina foi estimada em 4.197 pessoas concentradas numa estreita faixa litorânea. A atividade básica era a agricultura de subsistência complementada pela pesca e produção de farinha de mandioca, salga de peixe, preparação de fibras e óleo de baleia para consumo local e para exportação. Um Relatório de 1753, referia-se a 6.336 pessoas que comungavam na Ilha e na costa adjacente. Esse dado serve de base para o cálculo de cerca de 7.200 habitantes da região. Na década de 70 do século XVIII, a população atingia a 10 mil pessoas, aproximadamente 0,6% da população da área colonizada do Brasil¹⁸. No final desse decênio, o Rio Grande ainda se limitava à periferia da Lagoa dos Patos e ao curso inferior dos

¹⁷ Salientou que a Colônia tinha ficado desde o início sob a jurisdição do Rio de Janeiro e o Porto de Santos de 1711 a 1720. Uma Provisão Régia de 11 de Agosto de 1738, transferiu a Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande, da Capitania de São Paulo para a do Rio de Janeiro e a Provisão de 4 de Janeiro de 1742, colocou a cidade de Laguna e seu termo (da Baía de Garoupas para o Sul sem limite definido) sob o Governo do Rio de Janeiro.

¹⁸

a ALDEN, Dauril. *Royal government in colonial Brazil*. Berkeley, Univ. of California Press, 1968. p. 72-3.

b ---. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. *Hispanic American Historical Review*, Durham, North Carolina, Duke Univ. Press, 43(2):175-205, May 1963.

rios Jacuí e Guaíba. O Censo mais antigo foi o de 1780, que dá uma população de cerca de 20 mil (1,3% da população total do Brasil colonizado).

A Câmara Municipal da Laguna ao lutar pela ocupação efetiva do Rio Grande de São Pedro salientava a fertilidade e bom clima da região, as qualidades do porto natural da Lagoa dos Patos, a abundância de gado selvagem entre a Lagoa e as Baías de Maldonado e Montevideu e acenava com a possibilidade da existência de metais preciosos na zona das Sete Missões Jesuíticas.

Gomes Freire de Andrada numa carta ao Rei, datada de 16 de novembro de 1737, se queixava da falta de recursos para manter a Colônia do Sacramento, abastecer as povoações do Rio Grande de São Pedro e suprir os navios de guerra da Coroa que faziam escala no porto do Rio de Janeiro¹⁹. No entanto, num curto espaço de tempo a situação se invertia e o Rio Grande e Santa Catarina passavam a fornecer gêneros alimentícios aos mercados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

A população de Minas Gerais foi estimada em 30 mil habitantes em 1709. No período de 1776 a 1782, quando já tinha passado o auge da produção aurífera, a população se elevava a 320 mil moradores, aproximadamente 20,5% do total da colônia. Goiás e Mato Grosso tinham nessa época, cerca de 55 mil (3,5%) e 21 mil, (1,3%) habitantes, respectivamente. Inversamente, São Paulo sofrera uma perda de população em benefício das zonas mineiras, ficando com apenas 117 mil (7,5% do total).

A capitania do Rio de Janeiro tinha aproximadamente 216 mil habitantes, 13,8% do total. A prosperidade desse porto já estava perfeitamente consolidada em meados do século XVIII.

Em 1711, ALPHONSE DE BEAUCHAMP²⁰ relatava que a população da capitania era de 20 mil e que em 1713, somente a do porto do Rio de Janeiro se elevava a 12 mil. Em 1748, um oficial do navio de guerra francês L'Arc en Ciel, escrevia nas suas memórias de viagem que a guarnição do Rio de Janeiro consistia de 800 a 900 soldados de infantaria, 100 granadeiros e 2 mil milicianos. Elogiava a abundância de frutas, legumes, peixe, porco, carne de vaca, carneiro, galinha, patos e gansos. O visitante ficou surpreendido com a frugalidade das refeições da elite branca que era baseada na farinha de mandioca, especiarias, peixe seco, frutas e vinho do porto, e que contrastava com o luxo das roupas feitas de tecidos de trama de fios de ouro e prata ou de seda, importados da França. Ele descreveu a cidade como desenvolvida a partir de uma praça central, cobrindo uma superfície de uma meia légua e tendo na sua maior parte ruas estreitas, irregulares, ladeadas de casas de um andar. O Abade Nicolas Louis de la Caille que permaneceu mais de um mês na cidade, janeiro e

¹⁹ ALDEN, op. cit. acima nota 18^a, p. 313.

²⁰ BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil*. Paris, Education et Jurisprudence, 1815, v. 3, p. 396.

fevereiro de 1751, ao contrário de seu conterrâneo, ficou impressionado com as ruas regulares e belas, as casas de pedra e tijolos e as janelas e portas de gelosia. Elogiou as igrejas que apesar de não terem bastante altura, eram decoradas no interior com frisas, altares laterais e balcões na nave principal. A praça em frente ao porto era espaçosa e harmoniosa e a magnífica baía perfeitamente defendida por sete fortalezas; duas na entrada, duas no meio e três na parte mais retirada. A terra era fértil e havia abundância de laranjas, limões, bananas, goiabas, cocos, mangas e cajus. Os gêneros básicos de alimentação eram a farinha de mandioca e o peixe. DE LA CAILLE²¹ estimou a população em 50 mil habitantes.

RENÉ COURTE DE LA BLANCHARDIÈRE²² que esteve no Rio de Janeiro, no período de dezembro de 1748 a janeiro de 1749, também apreciou a arquitetura, as residências, as ruas regulares mas achou que as igrejas eram "(...) *bien décorées en dedans mais remplies de colifichets*". As tropas regulares atingiam a 1.800 homens vestidos e treinados. A elite se apresentava elegantemente vestida, acompanhando a moda francesa, as mulheres só apareciam em público nas igrejas e transitavam nas ruas em cadeiras ou redes seguidas por uma procissão de escravos domésticos negros. O viajante francês notou a abundância de aves domésticas, peixes, frutas tropicais e uvas.

Período do Declínio da Mineração do Ouro

De 1750 a 1777, o comércio do Rio de Janeiro entrou numa fase de declínio. A política mercantilista do Marquês de Pombal agravou os problemas dos negociantes locais que sofriam o efeito da crise da mineração e da guerra entre Portugal e Espanha. Em dezembro de 1763, o Conde da Cunha informou à Coroa que o Tesouro estava vazio e a dívida do Estado na colônia se elevava a 218:131\$976. O Vice-Rei do Brasil, Dom Luiz de Almeida Portugal, relatava que em 1769, as dívidas da Coroa atingiam 3 milhões de cruzados ou 1.200.000\$000, e alguns credores não tinham recebido pagamento algum nos últimos sete anos. Em 1771, o valor da dívida era de 4 milhões de cruzados. Cinco anos depois, o Marquês do Lavradio avisava à Corte que estava planejando levantar um empréstimo de 200 mil cruzados no Rio de Janeiro e se não conseguisse obter essa soma seria forçado a recorrer à renda do quinto para atender às despesas da Coroa. Na década de 70 do século XVIII, os bens imóveis dos jesuítas expropriados foram vendidos pela Coroa para satisfazer às despesas orçamentárias²³. A crise financeira teve um efeito desastroso sobre o comércio do Rio de Janeiro.

²¹ CAILLE, Nicolas Louis de la, *sac.* *Journal historique du voyage fait au Cap de Bonne-Espérance.* Paris, Guillyn, 1763. p. 119-34.

²² BLANCHARDIÈRE, René Courte de la, *sac.* *Nouveau voyage fait au Pérou.* Paris, L'Imp. de Delaquette, 1751. p. 177-92.

²³ ALDEN, op. cit. acima nota 18^a, p. 216, 262, 313, 347.

A decadência da mineração do ouro começou a se fazer sentir desde meados do século XVIII. O esgotamento das jazidas, a técnica deficiente, a falta de espírito associativo, as regulamentações de caráter administrativo unicamente preocupadas em cogitar do tributo, a inexistência de uma política migratória eficaz, tudo contribuiu para a degradação econômica das regiões mineiras. A mineração sofreu então seu colapso final.

Em 1763, o sistema de frotas foi abolido pela Coroa em virtude da queda das exportações de ouro e ao alto custo do comboio. Nessa ocasião, o Marquês de Pombal reforçou as medidas de controle ao contrabando, extinguiu o Imposto de Capitania e restaurou o sistema do quinto. No entanto, o declínio da produção do ouro persistiu e, de 1765 a 1767 a monarquia não conseguiu arrendar as alfândegas do distrito mineiro. Estima-se que entre 1760 e 1777, o valor das exportações de ouro caíram de £ 4.800 mil para £ 3 milhões²⁴.

As transações mercantis nas Minas Gerais eram de maneira freqüente feitas a crédito²⁵. Esse sistema empenhava o mineiro aos comerciantes locais que em cadeia sucessiva deviam às praças do Rio de Janeiro e Bahia, sendo que os negociantes destas cidades, por sua vez, deviam grandes somas aos de Lisboa e esses, por seu turno, à feitoria britânica²⁶.

Aos mineiros, na primeira metade do século XVIII, eram abertos créditos a taxas de 25% a 30%. O delírio da mineração levou muitos à ruína com a execução de seus bens que eram arrematados em hasta pública. O Governo metropolitano, tentando socorrer os mineiros e resguardar-se dos prejuízos, promulgou a Lei da Trintena, em 19 de fevereiro de 1752, pela qual todos os mineiros que possuíssem mais de 30 escravos só poderiam ser executados sobre a terça parte dos lucros das lavras. Esse privilégio, que agraciava os mineiros de maior porte, redundou em prejuízo porque abalou o sistema de crédito, precipitando a decadência.

À medida que a atividade econômica começa a declinar evidencia-se a dependência dos produtores em relação ao capital comercial. Como adaptador entre a produção e a demanda, o sistema de crédito não deve levar à extorsão ou à falência de setores sociais; deve ter como objetivo apenas garantir uma velocidade maior nas

²⁴ BOXER, op. cit. acima nota 12.

Portugal estava com uma balança comercial desfavorável com a Inglaterra e tinha que cobrir o déficit pela remessa de ouro. O valor do ouro exportado de Portugal para Falmouth era em média de um milhão de libras esterlinas por ano, no período de 1766 a 1769 e em 1764 atingia a soma de £1.186.714, exclusive as remessas dos particulares.

²⁵ "Em uma palavra e sem a menor contradição, o protesto simplesmente de pagar para o futuro, vale hoje nesta Capitania, como dinheiro e as fazendas nas demais partes do mundo".

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, USP, 1951. (História da Civilização Brasileira, 12).

²⁶ AZEVEDO, João Lucio de. *Épocas de Portugal econômico*. Lisboa, Classica, 1929. p. 353.

trocas, antecipando ganhos futuros. Se, porém, o mercado financeiro desempenha um papel usurário, envolvendo em laços de dependência crescentes aqueles que a ele recorrem como tomadores — como foi o caso do sistema de crédito neste momento crítico — verifica-se que não se tratava de um mero erro de projeção quanto às garantias dadas pelos grandes proprietários. Consta-se, o que é mais importante, que o capital comercial era a forma por excelência de acumulação, donde o dinheiro se constituía numa mercadoria oferecida no mercado com vistas à sua própria acumulação, através da diferença entre o preço da compra e o preço da venda. Os comerciantes, como possuidores daquela e de outras mercadorias, submetem os produtores, elevando sempre a relação desta diferença. Quando, por várias circunstâncias de mercado, o preço do produto cai, a burguesia produtora é obrigada a reduzir sua taxa de lucro enquanto o capital comercial permanece com a taxa anterior, tendo como instrumento a elevação da taxa de juros. Fica assim caracterizado o domínio da circulação sobre a produção numa economia pré-capitalista envolta nas práticas mercantilistas.

A fundação de Companhias de Comércio monopolistas visava estimular a produção e o comércio e liberar Portugal da dependência para com a Inglaterra. Apesar da preocupação do Marquês de Pombal com a autonomia do Império português, os capitalistas estrangeiros eram aceitos como acionistas nas Companhias de Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba e dos vinhós do Alto Douro. Os estatutos dessas Companhias autorizavam o frete de navios estrangeiros e proibiam navios portugueses, que não pertenciam a acionistas, de participar do comércio das regiões reservadas às Companhias de Comércio. Somente os acionistas com 5 mil ações ou mais participavam da eleição do diretor e da administração das Companhias. Os pequenos acionistas eram representados na administração por reduzido número de membros. A instituição da Junta do Comércio também prejudicou a livre empresa. Os estatutos da Junta, datados de 1756, davam a esse órgão o controle das alfândegas, das frotas e da cobrança dos impostos e fretes, além da jurisdição sobre processos mercantis.

Essa medida atingia diretamente o pequeno comércio feito com o Brasil. Este foi um dos maiores triunfos das Companhias monopolistas, pois a perseguição movida pelo Estado a esses pequenos concorrentes ativos e numerosos garantiu plena centralização dos lucros. Quando, em 1777, Pombal é deposto, os comerciantes de Lisboa que não haviam se associado às Companhias fizeram uma representação à Rainha pedindo sua extinção. Neste documento verifica-se que os setores mercantis marginalizados pela formação das Companhias de Comércio organizadas sob a égide de Pombal reivindicavam, depois da deposição do Ministro, a liberdade de comércio entre Portugal e sua colônia²⁷.

²⁷ “Representação feita em 1777 à Rainha, por 48 comerciantes de Lisboa no sentido de não ser prorrogado o prazo de exclusividade das Companhias Pombalinas”.

Faziam parte das Mesas de Inspeção um comerciante exportador de tabaco ou açúcar, um lavrador (pequeno proprietário que supria cana-de-açúcar ao engenho do grande proprietário) e um grande fazendeiro possuidor de engenho, escolhido pela Câmara Municipal.

A instalação do aparelho burocrático do Governo central da colônia no Rio de Janeiro, em 1763, contribuiu para um cumprimento mais estrito das Leis Régias que limitavam as atividades comerciais. O Conselho de Economia recebeu amplos poderes para elaborar o orçamento e rever os métodos de contabilidade. Mesas de Inspeção foram estabelecidas no Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, em abril de 1751.

No entanto, a Câmara já não representava nessa época, os interesses dos negociantes, dos fazendeiros e dos lavradores em virtude da política centralizadora da Coroa, iniciada a partir de 1750. A criação do cargo de juízes de fora nomeados pelo Rei e a subordinação estrita das Câmaras aos Tribunais de Apelação da monarquia anularam a autonomia municipal.

As Mesas de Inspeção deviam promover a maior produtividade da agricultura tropical e do beneficiamento do açúcar e do tabaco, introduzindo nova tecnologia, controlando o contrabando, punindo os defraudadores do fisco, fixando os preços dos principais artigos de exportação, supervisionando o cais e os embarques de carga. Os comerciantes também se sentiam ameaçados pela Ordem Régia determinando o estabelecimento de Casas de Fundição em Vila Rica, Salvador, Rio das Mortes, Cerro Frio e Cuiabá (março de 1751) e pelo fechamento de quase todas as lojas no distrito diamantífero de Cerro Frio.

As Casas de Fundição limitaram a circulação de ouro em pó, o que prejudicava tanto o comércio ilegal quanto o legal. A proibição do exercício da profissão de ourives no Rio de Janeiro fazia parte da mesma política.

As Mesas do Bem Comum e as Câmaras Municipais em Portugal e no Brasil protestaram contra essas medidas. Queixavam-se de que a Companhia elevava os preços dos produtos importados, não supria adequadamente os mercados locais de mercadorias e escravos e cobrava fretes exorbitantes.

De acordo com os estatutos das Companhias de Comércio, elas só podiam vender por atacado. Produtores e comerciantes locais podiam vender a retalho e usar navios das Companhias, pagando frete e seguro. Na prática, as Companhias, face aos monopólios de transporte, discriminavam na escolha da carga, negando espaço ou elevando o frete e o seguro²⁸.

²⁸ LOBO, Eulália M. Lahmeyer. Alguns aspectos da história da Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócios, século XVII e XVIII. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 59, Coimbra, 1965. v. 2, p. 5-9.

Dentro da mesma linha política de absolutismo monárquico e mercantilismo foram tomadas medidas de restrição à liberdade do comércio inter-colonial. Através do Alvará de 19 de junho de 1772, foi proibido aos navios que regressassem da Ásia fazerem escala em Luanda e Angola e venderem artigos da África ou do Oriente nos portos do Brasil. Outras medidas limitavam o comércio direto de escravos e demais produtos da África com o Brasil. Somente as ilhas portuguesas do Atlântico permaneceram com o direito de intercâmbio direto com o Brasil (Alvará de 20 de julho de 1758)²⁹.

JORGE BORGES DE MACEDO³⁰ julga que a política de Pombal visava converter a aristocracia rural da metrópole numa classe comerciante, criando estímulo para o investimento de capitais nessa atividade. Pombal fundou cursos de comércio a fim de dar melhor *status* social à atividade mercantil e criou condições privilegiadas para os investidores nas grandes Companhias Comerciais.

A política comercial do período de 1750 a 1777 se caracterizou pela proteção ao grande comerciante do Reino em detrimento do pequeno comerciante da metrópole e da colônia. Paralelamente, houve um declínio dos mesteres e das Câmaras Municipais e uma expansão da produção manufatureira em maior escala. Essas medidas visavam obter melhor produtividade na agricultura de exportação (vinhos e produtos tropicais) e na manufatura e autonomia de Portugal em relação à Inglaterra no mercado internacional. No entanto, redundavam em crescente dependência do Império em relação ao investimento de capitais estrangeiros nas atividades comercial e manufatureira.

Um documento anônimo sobre a decadência da América Portuguesa, escrito em 1777, parece refletir o estado de espírito dos comerciantes³¹. A análise da situação do Brasil se inicia com a Bahia que ainda era a região mais populosa e brilhante da colônia: exportava uma média de 168 baús de açúcar, sua produção de tabaco e de couro estava em ascensão e o comércio com a Costa da Mina em pleno florescimento. Essa região não tinha sofrido as conseqüências da política de Pombal. O Rio de Janeiro, que experimentara uma grande prosperidade durante o ciclo do ouro e o auge do tráfico negreiro com Angola, fora profundamente afetado durante o reinado de D. José. Até 1759, a produção do ouro era em média de 130 arrobas por ano.

²⁹ LOBO, Eulalia M. Lahmeyer. *Processo administrativo lbero-americano*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1962. p. 491-545.

³⁰ MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal - alguns aspectos*. Porto, Portuguesa, 1957.

³¹ RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Discursos sobre a decadência em que se acha a nossa America relativo aos seus estabelecimentos e commercio, 1777*. [mss.]

No tempo da chegada das frotas, a praça do Rio de Janeiro ficava repleta de mercadores e as feiras duravam três meses e eram as maiores do mundo. O contrabando pela Colônia do Sacramento tinha contribuído com vários milhões de cruzados para a prosperidade do Rio de Janeiro. A Coroa recebia o quinto do ouro, vendia cargos públicos e aumentava os preços de arrendamentos dos contratos das alfândegas internas da zona mineira. A Alfândega rendia por ano, em média, 1.080 mil cruzados. A capitania era grande produtora de açúcar, cachaça, arroz, anil, café de excelente qualidade, couros, óleos e barba de baleia, pau-brasil e drogas medicinais. Com as reformas de Pombal, a prosperidade do Rio de Janeiro foi gradualmente desaparecendo e o volume do comércio de fazendeiros exportadores e comerciantes se reduziu à metade. Os preços cobrados pela Companhia pelos escravos e mercadorias eram excessivos e muitos artigos importados inadequados à demanda local. A dívida dos negociantes do Rio de Janeiro com a Companhia se elevava a 1.020\$000, em virtude dos fretes e seguros altos e a escassez de suprimento que contribuía para a inflação nesse porto.

A Companhia tinha exercido um poder tirânico em Pernambuco, que teve como consequência o fechamento da maioria das fábricas de sola, em contraste com a prosperidade reinante na Bahia que estava livre da ingerência da Companhia. Nesta capitania régia os engenhos, as fábricas de sola e atanados e as de tabaco estavam florescentes.

Um exemplo do efeito nefasto da política pombalina era o do comércio do Rio de Janeiro com a Baía do Prata. Pombal estabeleceu um imposto de 1% sobre a prata importada da Colônia do Sacramento. Essa medida deve ter provocado uma atitude repressiva por parte da Espanha que tomou enérgicas medidas para suprimir o contrabando, antes tolerado.

A Coroa portuguesa recebeu muito menos com o imposto angariado sobre a prata do que antes, recebia de taxas alfandegárias sobre mercadorias importadas do Brasil pela Colônia do Sacramento; com o declínio deste intercâmbio o prejuízo do Rio de Janeiro foi de cerca de 4 milhões de cruzados.

A produção de arroz estava em declínio e o inventor da máquina de descascar e polir o arroz não conseguira crédito em Portugal para continuar em atividade. O quinto régio estava reduzido a apenas 107 arrobas de ouro e os mineiros achavam-se em tal crise que não eram capazes de pagar as dívidas aos comerciantes do Rio de Janeiro. O contrato régio para a exploração de brilhantes causara uma decadência da exploração das pedras preciosas. As Companhias Comerciais criadas por Pombal não tinham capital para pagar as Letras de Câmbio no prazo, nem para fornecer crédito à Coroa que via-se na contingência de solicitar empréstimos aos comerciantes. As Companhias também se revelaram incapazes de promover a renovação da Marinha Mercante porque, ao invés das Companhias congêneres da Inglaterra e da Holanda, não se engajaram na construção naval, preferindo fretar navios estrangeiros. Finalmente, prejudicaram a indústria nacional e os consumidores coloniais, importando manufaturas estrangeiras e trazendo mercadorias que não atendiam à demanda local.

O documento concluíra que as Companhias de Comércio não tinham correspondido à expectativa oficial e ao contrário causaram graves prejuízos aos comerciantes portugueses.

Período de Recuperação da Economia de Plantação

Após esse período de crise, nota-se uma fase de recuperação das plantações e da exportação de produtos tropicais. Nas últimas décadas do século XVIII, a revolução no Haiti provocou o colapso da produção açucareira da Ilha e contribuiu para a reabertura dos mercados europeus ao açúcar do Império português.

Nos nove anos de 1790 a 1799, o preço do açúcar proveniente do Brasil se elevou no mercado de Amsterdan de 0,33 para 0,81 *guilders*³². A exportação de algodão da colônia se beneficiou com o declínio dos concorrentes em consequência das guerras napoleônicas e da Independência dos Estados Unidos. Nessa década, a exportação do arroz da Carolina do Sul e do couro da Bacia do Prata se reduziu dando melhor oportunidade ao Brasil no mercado internacional.

De 1769 a 1778, o número de engenhos de açúcar em Campos quase dobrou, o número de escravos se elevou de 3.192 para 4.871 e a produção de açúcar teve um aumento de 235%. Entre 1775 e 1805, a exportação de açúcar pelo porto do Rio de Janeiro quadruplicou quanto ao volume e sextuplicou quanto ao valor. Nesse período, houve uma considerável expansão do cultivo do arroz, anil, café, fibras vegetais e da criação do bicho da seda na capitania do Rio de Janeiro.

Em 1781, a Coroa portuguesa proibia a importação de arroz da Carolina do Sul que era substituído pelo produto brasileiro. A exportação de arroz do Rio de Janeiro para o Reino atingia a 176 mil arrobas em 1796. No Rio Grande do Sul foi iniciada com sucesso a plantação de trigo e a exportação desse cereal atingia a 94 mil alqueires por ano, sendo o Rio de Janeiro o principal mercado consumidor³³.

No final do século XVIII, o comércio floresceu em função desse renascimento agrícola. Esta recuperação econômica tinha um caráter meramente conjuntural e se ligava à abertura de brechas para os produtos brasileiros no comércio internacional³⁴.

Vide Tabela 1.1 pág. 59

³² AMARAL, Luis. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional, 1940. v. 2, p. 216-7. (Brasília)

³³ ALDEN, op. cit. acima nota 18^a, p. 364.

³⁴ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959. p. 89-92.

As entradas de embarcações no porto do Rio de Janeiro em 1791, atingiam a um total de 625, sendo 38 de maior porte da rota do Reino, duas da Ilha de Faial e 16 da África. O comércio de cabotagem compreendia um total de 579 unidades de pequena tonelagem, como se pode observar na Tabela 1.1, baseada no Almanaque Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1792³⁵.

A maioria provinha do Rio Grande do Sul, dos Campos de Goitacazes, de Parati, da Ilha Grande, da Bahia, do Rio de São João, de Guaratiba, de Santa Catarina, de Cabo Frio, da capitania do Rio de Janeiro, do Recife e de São Sebastião, em ordem decrescente de importância numérica. A natureza da carga do comércio de cabotagem consistia quase que exclusivamente de mantimentos, alguns para consumo local, outros para reexportação com destino a Portugal, tais como aguardente, arroz e couros. As grandes zonas exportadoras de açúcar e aguardente para o Rio de Janeiro eram Campos dos Goitacazes, Rio São João, Cabo Frio, Macaé, capitania do Rio de Janeiro e São Sebastião, destacando-se a primeira região como a maior produtora. O Rio Grande do Sul era o principal supridor de carne seca, trigo em pequena proporção e couros destinados ao mercado interno da capital do vice-reinado e à exportação. A natureza da carga e as quantidades globais de mantimentos se encontram nos almanaques e nos registros da Alfândega do Rio de Janeiro, quanto aos gêneros de cabotagem³⁶.

O Almanaque Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro fornece apenas a carga de gêneros alimentícios, provenientes de Portugal e ilhas como um todo sem discriminar os portos de procedência. Os principais eram trigo, pequena quantidade de cevada, bacalhau, azeite, azeitona, vinho, aguardente de uva, sardinhas, frutas secas, nozes, presunto, paio, toucinho, queijo, manteiga, massas, chocolate, óleos e biscoitos. As Tabelas 1.4 e 1.5 relativas ao comércio com Lisboa em 1777 e 1796 apresentavam em cruzados os valores das grandes categorias em que

³⁵ NUNES, Antonio Duarte. Almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1792. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 266:213, jan./mar. 1965.

³⁶

a NUNES, op. cit. acima nota 35, p. 210-1.

b NUNES, Antonio Duarte. Almanaque histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1794. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 266:281-4, jan./mar. 1965.

c ——. Almanaque histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1799. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 267:197-8, abr./jun. 1965.

d BRASIL. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Arquivo. *Livro de entradas das embarcações neste Porto do Rio de Janeiro, 1793-1802* [mss.]

se dividiam as importações e exportações. Nas duas balanças o item de tecidos representava aproximadamente 2/3 do total. Em 1777 apresentava o valor de 411:730\$934 num total de 638:755\$674. Em 1796 os três itens de lanifícios, linifícios e sedas importadas somavam 484:190\$526, porém deve-se acrescentar os tecidos do Reino e do Oriente, vindos diretamente ou através da Casa da Índia, que constituíam a quase totalidade da rubrica, produtos das fábricas de Portugal e do Oriente. Na primeira rubrica estavam contidos baetão, baetilha, algodão, lona, chita, cambraia, cassa bretonha, pano de lã, druguete de lã, tafetá, cetim de cores, veludo, selbute e damasco de ouro que correspondiam a maior parcela. Excluindo os tecidos, havia uma série de artigos que somavam 77:258\$365 num total de produtos das fábricas portuguesas de 369:312\$259. Dentre estes destacavam-se os lenços (34:889\$900) e as fitas de seda (11:723\$000).

Vide Tabela 1.2 pág. 60

Vide Tabela 1.3 pág. 61

Vide Tabela 1.4 pág. 62

Vide Tabela 1.5 pág. 63

Quanto aos produtos do Oriente somente 60:024\$752 eram de artigos variados num total de 195.523.628, sendo 135:498\$875 o valor dos tecidos. Dentre os artigos acima mencionados, destacam-se lenços (17:872\$620) e cangas pintadas (33:175\$383). O total dos artigos da Índia, recebidos por baldeação da Casa da Índia, era constituído por tecidos. As especiarias nessa época representavam uma soma insignificante da rubrica de artigos do Oriente. O total de tecidos era, portanto, de 960:149\$443, incluindo os estrangeiros, os do Reino, os do Oriente e os da Casa da Índia num valor global de importações do Rio de Janeiro em Lisboa de 1.437.931\$253, representando uma proporção de cerca de 2/3, como em 1777. O valor dos tecidos em 1796 era mais do dobro de 1777. Em segundo lugar, nos dois anos em estudo, vinham os mantimentos, cujo valor mais do que quadruplicara. Em 1796 os metais e artigos de metal que eram classificados numa só categoria estavam em terceiro lugar. Em 1777 ocupava o terceiro lugar o item de roupas e o quarto, o de metais e artigos de metal que somados atingiam 42:112\$220³⁷.

A característica do predomínio da importação de tecidos, roupas e artigos de armarinho de luxo se mantinha. Na categoria de artigos de metal estavam compreen-

37

- a PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Arquivo. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1777*. [mss.]

Ref.: SGC 5-10.

- b RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1796*. [mss.]

Ref.: 11, 4, 20.

didos artigos de armarinho, ferragens, ferramentas e utensílios domésticos, implementos agrícolas.

Vide Tabela 1.6 pág. 65

As balanças comerciais do Rio de Janeiro com Portugal apresentaram um saldo negativo em 1776 e 1777 e positivo em 1796, 1798, 1800. Em 1797 e 1799 o saldo foi negativo e no conjunto do período de 1796 a 1799 para o qual temos balanças ininterruptas, o saldo negativo global foi de 2 milhões de cruzados. A tendência da balança do Rio de Janeiro com Portugal era, portanto, deficitária, mesmo nos anos do apogeu do renascimento agrícola da região.

Essa tendência decorria do tipo de exportação de mantimentos — sobretudo açúcar que por si só atingia a mais de 50% das exportações do Rio de Janeiro para Lisboa, em 1777. Em 1796 a proporção de mantimentos em relação ao total diminuiu, sendo de menos de 1/3. Os gêneros alimentícios tornaram-se mais variados com o incremento das exportações de arroz que quase quadruplicaram e com o aparcimento do café. Em 1796 o ouro ocupava o primeiro lugar na pauta das exportações; o couro e as madeiras continuavam a ocupar posição de destaque guardando aproximadamente as mesmas proporções entre si. Os subprodutos da baleia permaneceram com valor estacionário. Surgiu também o algodão, porém em pequena proporção. O conjunto das exportações do Rio de Janeiro para Lisboa pode ser observado na Tabela 1.5. Apesar das pequenas modificações da pauta das exportações do Rio de Janeiro, elas ainda se concentravam em alguns produtos tropicais, ouro, couro e madeiras, no final do século, e as importações eram quase exclusivamente de produtos manufaturados.

A principal causa da expansão do comércio português foi o aumento das exportações do Reino para o Brasil que se elevaram de 13 milhões de cruzados de 1798 a 1799. As exportações da metrópole para o Brasil, em 1799, excederam de 8 milhões de cruzados o total das exportações para todo o Império português em 1798. O Brasil converteu-se, nessa época, no principal mercado para as manufaturas portuguesas que valiam 6.106 mil de cruzados em 1796; 7.160 mil em 1797; 10.329 mil em 1798; 14.080 mil em 1799³⁸. De 1775 a 1783 manifestou-se uma tendência para o superávit do comércio exterior de Portugal que, segundo VITORINO MAGALHÃES GODINHO³⁹, se consolidou a partir de 1786.

³⁸ SOUZA, José Antonio Soares de. O Brasil e as manufaturas portuguesas (1796-1809) *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1958.

O autor baseia-se nas balanças comerciais relativas aos anos de 1796, 1797, 1798 e 1799.

³⁹

a GODINHO, Vitorino Magalhães. *Prix et monnaies au Portugal*. Paris, A. Colin, 1955.

b RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1799*. [mss.]

Ref.: folio 65 verso.

A participação do Brasil na exportação total do Reino era vital.

Vide Tabela 1.7 pág. 65

Em 1792⁴⁰ o comércio transatlântico compreendia 27 entradas no Rio de Janeiro de Lisboa e do Porto, duas do Faial, duas da Ilha de São Miguel e 30 da África. Portanto, houve um declínio de entradas provenientes do Reino e da África decorrente da insegurança em virtude das guerras napoleônicas. O comércio de cabotagem também se reduziu de 569 para 540 embarcações. Em 1791 foram registradas 10 entradas de navios estrangeiros, em 1792, 24 entradas.

Em 1799 o número total de entradas de navios portugueses transatlânticos e de cabotagem baixou para 346, e o de navios estrangeiros aumentou para 27. Nesse período houve uma expansão no comércio com os Estados Unidos diretamente e através do Reino mas que não foi suficiente para modificar a tendência à baixa já assinalada⁴¹.

O balanço comercial desfavorável do Rio de Janeiro forçava a saída do ouro da colônia para a metrópole.

CORCINO MEDEIROS DOS SANTOS⁴² calculou a média anual da saída de dinheiro do Rio de Janeiro para Lisboa, transportado pelas naus de guerra, em 1.060:276\$248. Segundo o mesmo autor a média das remessas dos particulares pelos navios mercantes era de 171:150\$735 por ano, somando 1.231:236\$973 por ano para o período de 1773 a 1800. Neste cálculo não entra o dinheiro de sua majestade, o dos defuntos e ausentes e o que normalmente entrava nas transações comerciais. Esse problema ainda era agravado porque, a partir de 1768, houve uma marcada tendência ao declínio da emissão de moedas pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro. HAROLD JOHNSON⁴³ apresenta uma tabela dos índices, tomando o ano

⁴⁰ NUNES, op. cit. acima nota 36^b.

⁴¹ NUNES, op. cit. acima nota 36^c.

⁴² SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O comércio do Porto do Rio de Janeiro com o de Lisboa de 1763 a 1808 (contribuição ao estudo da importância comercial do Porto do Rio de Janeiro no século XVIII)* [s.n.t.] p. 252-4.

⁴³

a JOHNSON JR., Harold B. A preliminary inquiry into money, prices, and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823. In: ---, *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, Univ. of California Press, 1973. p. 231-89.

Os índices nos quais o autor se baseia encontram-se na seguinte fonte:

b MAPPA de toda a qualidade de Moedas que girão nesta Capitania, cunhadas na Real Casa da Moeda no Rio de Janeiro no anno de 1798. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 46:191-3, 1883.

de 1768 como 100, na qual em 1796 o nível estava em 51,57. Este autor ainda observa que as moedas fracionárias de cobre que mais escasseavam na praça do Rio de Janeiro eram cunhadas em menor quantidade do que as de ouro e prata. Esta falta era agravada pelo aumento de produção e população no fim do século. Da África provinham os escravos, óleos, cera, enxofre, madeira e marfim.

Segundo os dados sobre o comércio africano, obtidos por HERBERT KLEIN⁴⁴, foram utilizadas 375 embarcações no tráfico negreiro entre Angola, Luanda e o Rio de Janeiro, de 28 de julho de 1795 e 18 de março de 1811. Noventa e um por cento desse total era de três tipos de navios: a corveta, o bergantim e o galeão, sendo que essa nomenclatura obedecia ao critério do velame. Quanto à capacidade de carga era semelhante, uma média de 400 a 500 peças da África. Klein estimou que a importação de escravos em 1795 orçava em 11 mil, tendo sofrido uma baixa para 7 mil em 1798 e tornado a subir para 11 mil de novo, em 1800. A terceira zona de exportação de escravos para o Rio de Janeiro, após Angola-Luanda e Benguela, era a Costa da Mina. Nesse período de expansão das plantações tropicais (1795-800), o Rio de Janeiro recebia aproximadamente a metade de todos os escravos importados pelo Brasil. Klein calcula que o índice de mortalidade na viagem atingisse a 95 em mil.

Corcino Medeiros dos Santos faz uma estimativa da capacidade de carga das embarcações do comércio do Rio de Janeiro com Portugal. Segundo ele, eram da ordem de 150t para mais. Os bergantins e brigues eram igualmente de 150t a 200t, mas raramente foram usados na carreira do Rio de Janeiro. Os tipos de navios predominantes nessa rota eram a nau, a corveta e a fragata — a primeira de 1.000t a 2.000t, a segunda de 800t a 1.000t e a terceira de 400t a 800t. No último quartel do século XVIII apareceram navios de mais de 2.000t na carreira do Rio de Janeiro. O comércio de cabotagem se fazia em pequenas embarcações assim como o comércio com a África pois a duração das viagens era bem menor.

Pelos documentos existentes não é possível calcular a tonelagem média no trânsito entre Rio de Janeiro, Lisboa e Porto. CORCINO MEDEIROS DOS SANTOS⁴⁵ dá uma média de 90 dias na viagem entre o Rio de Janeiro e Lisboa, sendo que a duração tendia a diminuir no final do século XVIII.

Vide Tabela 1.8 pág. 66

Vide Tabela 1.9 pág. 67

As duas tabelas do movimento dos navios entre o Rio de Janeiro e Lisboa de 1739 a 1800 se baseiam em registros que só forneciam o ano, o destino, o nome da embarcação e do capitão, se iam incorporadas às frotas e se eram naus e fragatas de

⁴⁴ KLEIN, Herbert. The trade in African slaves to Rio de Janeiro, 1796-1811. *The Journal of African History*, Cambridge, Gt. Brit., Cambridge Univ. Press, 10 (4):533-48, 1969.

⁴⁵ SANTOS, op. cit. acima nota 42, p. 153-4.

guerra, avisos e iates. O registro do período de 1763 a 1800, levantado por Corcino Medeiros dos Santos, continha informações genéricas sobre o tipo de carga, geralmente açúcar e outros gêneros do Rio de Janeiro para Lisboa, e sal e fazendas de Lisboa para o Rio de Janeiro. Nota-se uma discrepância entre os dados de entradas dos Almanques de 1791, 1792 e 1799 em comparação com este último registro, possivelmente porque navios que partiam de Lisboa com outro destino faziam escala no Rio de Janeiro, ou em virtude de arribadas forçadas⁴⁶.

Já observamos que a média de entradas em Lisboa de navios provenientes do Rio de Janeiro era de 13,3 mercantes e de 15,1 incluindo fragatas, naus de guerra, avisos e iates, sendo inferior à da Bahia que atingia 21,6 quanto aos mercantes, e 22,9 quanto a outros tipos de embarcação, no período de 1739 a 1763 (que ainda corresponde a alguns anos de prosperidade da exploração aurífera). É interessante observar que do Rio de Janeiro partiam 35 naus de guerra e da Bahia 24 apenas. É provável que essa diferença decorresse do tipo de exportação; o ouro era embarcado de preferência em naus de guerra, dado o seu alto valor e pequeno volume. O número de frotas em 25 anos foi de 19 para o Rio de Janeiro, 17 para a Bahia, 15 para Pernambuco e Paraíba, nove para o Grão-Pará e Maranhão. A média de entradas em Lisboa para as capitanias do Nordeste era de 17 navios mercantes e de 18 ao todo e a da Amazônia e Maranhão de quatro e 1/8 de navios mercantes e de cinco ao todo.

Houve apenas 156 entradas de navios do Porto, concentradas entre 1740 e 1757 exceto o ano de 1742. As embarcações dessa proveniência participaram quase que exclusivamente das frotas da Bahia e de Pernambuco. Só figuraram nas do Rio de Janeiro no período de 1741 a 1755. Em conjunto, houve apenas 156 entradas de navios do Porto de 1739 a 1763 num total de 1.539 entradas em Lisboa de todo o Império. As frotas funcionaram regularmente e os navios avulsos foram raros exceto quanto às frotas de Pernambuco e Paraíba que não tinham uniformidade. A do Grão-Pará e Maranhão só apareceu no registro a partir de 1750.

Houve apenas 25 entradas em Lisboa de embarcações da África e ilhas; a média dos navios mercantes do Oriente foi de 1,4 ao ano e ao todo de 1,7.

Observa-se uma alternância anual do número de navios: geralmente um ano de baixa era seguido por outro de alta. Nos anos de 1741, 1749, 1752, 1758 e 1760

46

a LISBOA. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. op. cit. acima nota 16^a.

b LISBOA. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, op. cit. acima nota 16^a.

c LOBO, op. cit. acima nota 3.

d SANTOS, op. cit. acima nota 42, p. 272-343 A.

O autor baseou-se nas listas semanais dos navios que entravam e saíam do porto de Lisboa (Biblioteca da Marinha, Lisboa 15 volumes) e no marco dos navios, códice nº 1 a 35.

não houve frota para o Rio de Janeiro nem movimento de navios isolados que fosse registrado oficialmente. Em contrapartida, o ano de 1740 (32), de 1753 (30), de 1759 (22) e de 1761 (22) apresentavam número elevado de entradas em Lisboa. Os anos de auge de entradas em Lisboa do conjunto dos domínios portugueses correspondiam aos das frotas da Bahia, as mais numerosas do Brasil. A média das entradas era de 61,5.

As entradas das naus de guerra se concentraram no período do conflito e declinaram próximo da data da assinatura do Tratado de Paz de 1763.

No ano de 1763 foram registradas 84 entradas de navios em Lisboa em virtude do acúmulo de carga de açúcar dos dois anos antecedentes na Bahia. A mobilização do transporte para a Bahia reduziu para quatro o número de entradas de embarcações provenientes do Rio de Janeiro nesse ano.

A crise da produção do ouro em 1732 e a seca de 1736 prejudicaram o movimento de navios em 1739. Em compensação o ano de 1749 registrou o auge de entradas de todo o período até 1763 (108). O Rio de Janeiro contribuiu com 32 unidades para esse total.

As duas frotas mais numerosas do Rio de Janeiro foram a de 1753 (30), em virtude da falta de transporte do ano anterior, e a de 1755 (37). Os anos de 1762 a 1765 apresentaram uma baixa provavelmente vinculada à abolição das frotas e ao declínio da produção aurífera. A elevação do número de navios da carreira do Rio de Janeiro em 1766 deve ter sido consequência do término da Guerra dos Sete Anos e do acúmulo de carga.

No período de 1769 a 1777 só foi registrada uma nau de guerra, saindo de Lisboa para o Rio de Janeiro e regressando ao porto de origem em 1770. Em 1778 reapareceram três naus e uma fragata de guerra nos registros oficiais, certamente em decorrência da Guerra de Independência dos Estados Unidos.

A média de entradas de embarcações em Lisboa provenientes do Rio de Janeiro foi de 14,6 entre 1764 e 1777, e de 22,9 de 1778 a 1800. Obviamente esse aumento de número e de tonelagem das embarcações correspondeu à fase de recuperação da agricultura tropical e da exportação do açúcar, aguardente e arroz.

De 1778 a 1800 só foram registradas 11 naus de guerra nos anos da Guerra de Independência dos Estados Unidos e da França. Os menores números de entradas de navios mercantes correspondiam aos anos dos conflitos. O mínimo (1) ocorreu em 1765, e em 1798 só houve quatro entradas em Lisboa de navios provenientes do Rio de Janeiro, porém essa falta de transporte foi compensada pelos números elevados de 1797 (32) e de 1799 (40). As tabelas 1.8 e 1.9 relativas ao movimento de navios entre o Rio de Janeiro e Lisboa forneceram todos os detalhes sobre o número de embarcações.

O Relatório do MARQUÊS DO LAVRADIO⁴⁷ à Coroa descrevia a decadência do comércio do Rio de Janeiro no auge da crise do ouro. Segundo o Vice-Rei, a maioria dos comerciantes dessa cidade eram agentes de casas de negócio portuguesas. As companhias tinham geralmente pequena duração e os membros eram sócios em um número restrito de mercadorias, pois funcionavam como comissários de empresas do Reino quanto à maioria dos artigos. De acordo com a mesma fonte, os mercadores mais prósperos obtinham lucro sobretudo nas comissões sobre mercadorias e navios, apesar de exportarem também por conta própria para Portugal e outros Países através do Reino. O Marquês do Lavradio criticava os comerciantes locais pela falta de iniciativa em exportar novos produtos para os mercados europeus e pela incapacidade de fazer a escrita e a contabilidade das firmas. Essa falha ocasionava constantes conflitos entre sócios e agentes, principalmente quando a empresa comercial tinha um caráter dual com mercadores locais como sócios para certas mercadorias e agentes para outras. Afirmava ainda que a única empresa comercial baseada exclusivamente em sociedade, sem agentes ou comissários, era a de Francisco de Araújo Pereira. Salientou, por outro lado, que a Aula de Comércio, fundada por iniciativa do Marquês de Pombal já estava produzindo resultados satisfatórios, formando contadores capazes.

Uma das causas da crise, segundo o Vice-Rei, era a vinda de comissários volantes da Europa que não pagavam frete pela mercadoria que traziam como se fosse bagagem pessoal, nem comissão aos agentes comerciais, nem aluguel de armazéns e supriam diretamente os comerciantes a retalho a custos mais reduzidos do que os dos comerciantes por atacado, registrados no Rio de Janeiro.

A falta de transporte regular também prejudicava os negociantes que estavam acostumados a vender nas feiras na época da chegada das frotas, sem necessidade de gastos de estocagem das mercadorias. As vendas para Minas Gerais eram feitas a crédito para pagamento na chegada ou partida da frota seguinte. Os comerciantes do Rio de Janeiro reclamavam que os moradores de Minas Gerais tinham instalado manufaturas e fiações nas fazendas e passaram a reduzir as importações de tecidos europeus. Estavam produzindo naquela capitania não só tecidos grosseiros para os escravos, como também tecidos de linho, algodão e lã para as famílias. Os mineiros já não vinham regularmente ao Rio de Janeiro como no tempo das feiras e adiavam indefinidamente o pagamento das dívidas. Os negociantes afirmavam que antes da

47

- a LAVRADIO, Luiz de Almeida Soares Portugal Alarcão Eça Mello Silva e Mascarenhas, *marquês do*. Relatório. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 4:453-76, 1842.
- b ---. Relatório. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 76, 1913.

abolição das frotas em 1763, eles recebiam de 400 mil a 500 mil cruzados de mercadorias e vendiam de 300 mil a 400 mil cruzados no curto prazo de tempo em que as frotas estavam ancoradas no porto. Dessa forma, podiam satisfazer aos seus credores quase que imediatamente. Em 1778, os comerciantes não conseguiam vender sequer entre 200 mil a 300 mil cruzados de mercadorias, por ano, e os negociantes menores nem chegavam a ter um volume de vendas, por ano, no valor de 50 mil cruzados.

Em resposta a essas reclamações, o Vice-Rei escreveu às Autoridades de Minas Gerais, exigindo que promovessem o fechamento das manufaturas de tecidos e estabeleceu uma feira no Rio de Janeiro na estação seca para atrair os consumidores mineiros. No entanto, o Vice-Rei não obteve sucesso com essas medidas, nem no esforço de proibir a vinda de comissários volantes disfarçados em marinheiros que agiam de conivência com os funcionários da Alfândega. A feira do Largo da Glória estabelecida pelo Vice-Rei durou apenas de 1771 a 1779.

O próprio Vice-Rei considerava que a dívida da Coroa com o comércio do Rio de Janeiro, que atingia a 5 milhões de cruzados, era uma das causas principais da crise. Ele recomendou à monarquia o pronto pagamento da dívida como o único meio de recuperar o comércio local. O relatório termina com uma análise não só dos esforços para estimular a agricultura e introduzir o cultivo do arroz, anil, sisal e a criação de cochiniha, mas também do descontentamento dos comerciantes com o monopólio régio do anil, recusando-se a fornecer crédito para essa atividade. Finalmente, o Vice-Rei sugeria que este monopólio fosse abolido para favorecer o comércio.

Os levantamentos de negociantes registrados, lojas a varejo e oficinas em 1779, 1792, 1794 e 1799 dão uma idéia da situação e transformação do comércio, artesanato e manufatura durante a crise e no final do século XVIII quando a depressão econômica já estava sendo superada⁴⁸.

Os almanaques obedeciam ao mesmo critério, mas o levantamento de 1779 compreendia uma série de atividades não incluídas naquelas fontes e faltavam algu-

48

- a MEMORIAS publicas e economicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos, por observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 47:44-5, 1884. part. 1.
- b NUNES, op. cit. acima nota 36^a.
- c NUNES, op. cit. acima nota 36^b.
- d NUNES, op. cit. acima nota 36^c.

mas que foram mencionadas nas listas de 1792, 1794 e 1799. Essas diferenças podem ser observadas na Tabela 1.11.

As categorias de negociantes registrados e lojas a varejo sem especificação, não existentes em 1779, apresentaram uma elevação no período de 1792 a 1794 e uma queda em 1799, possivelmente em decorrência da crise de transporte de 1798. A estatística de 1799 provavelmente se referia ao ano anterior.

O subtotal de comércio de alimentos e bebidas, exceto as casas de café e os botequins que não foram incluídos em todos os anos, evoluiu da seguinte forma: 221 em 1779; 233 em 1792; 250 em 1794 e 351 em 1799.

O subtotal do comércio de mercadorias subtraídos os ramos não existentes nos dados dos almanaques e nos de 1779 apresentava os seguintes resultados: 208 em 1779; 161 em 1792; 177 em 1794; 193 em 1799. A fim de uniformizar os dados foram suprimidas também as 59 lojas de ouro lavrado e prata de 1799, se bem que nesse caso não devia se tratar de omissão nos levantamentos anteriores, mas, provavelmente não existiam por causa das proibições régias de 1766 e 1785 de lavar ouro e prata no Brasil.

O aparecimento de lojas de louça da Índia e fábricas, em 1792 e 1794, deveria ser consequência do incremento do intercâmbio com o Oriente no final do século XVIII.

As categorias de armazéns, barracas, bancas, casas de negociantes e comissários só figuravam em 1779.

O subtotal do comércio a varejo e oficinas associadas, em 1779 incluía ourives de prata e ouro, lavrantes e lapidários em número total de 122, todas sem uso face às restrições do Governo metropolitano. Havia ainda 78 unidades de ramos de atividades que não foram levadas em consideração nos levantamentos da década de 90 do século XVIII. Suprimidas essas unidades e as dos ramos de seleiros, serreiros, penteeiros que não existiam em 1779, os subtotais de comércio a varejo associado a oficinas passavam a ser 388 (1779), 321 (1792), 353 (1794) e 419 (1799). Os subtotais de comércio de serviços, após a uniformização de critérios, passaram a ser de 85, 88, 72, 72, nos anos de 1779, 1792, 1794, 1799.

Vide Tabela 1.10 pág. 68

Nas oficinas havia uma produção artesanal, e também consertava-se e vendiam-se os artigos.

Além das atividades consignadas nos levantamentos estudados, havia outras de caráter artesanal e manufatureiro.

O Conde de Rezende afirmava que no Rio de Janeiro estavam estabelecidos em 1790, 375 mestres e 1.500 aprendizes de ourives e prateiros apesar da proibição de 1766 que, segundo o Governo da época, deixara sem ocupação 400 ourives.

Portanto, essa atividade clandestina se expandira entre 1766 e 1790 segundo informações das Autoridades máximas da região⁴⁹. Os almanaques de 1792, 1794 e 1799 registravam três bate-folhas em cada ano, que trabalhavam com metais comuns e prata. Em 1799 figuravam dois torneiros de prata. O número elevado de lojas de ouro e prata lavrados em 1799 era indício do dinamismo dessa atividade oficialmente proibida⁵⁰.

O Decreto de 1785 vedava a manufatura de bens de consumo, inclusive a ourivesaria, no Brasil, visando em especial as oficinas de tecidos de algodão e de seda. A manufatura de tecidos de algodão grosseiro se concentrava em Minas Gerais e os comerciantes do Rio de Janeiro eram contrários a essa produção que fazia concorrência aos artigos congêneres que importavam de Portugal. Nos levantamentos estudados o número de serigueiros (fabricantes de seda) declinou de 30 em 1779 para 17 em 1799 e as categorias de tecelões de algodão grosso (cinco) de surradores de couro (10) e de fabricantes de chapéus de sol (cinco) de 1779 não figuravam nas listas de lojas e oficinas da década de 90 do século XVIII.

Vide Tabela 1.11 pág. 68

As principais atividades de produção de artigos de consumo do Rio de Janeiro eram: o artesanato de couro (sapateiros, correiros, seleiros, surradores do couro) que atingia 166 oficinas-lojas em 1779; de metal não precioso (ferreiros, serralheiros, caldeiros, latoeiros, funileiros, torneiros, ferradores), 100 unidades; de madeira (entalhadores, serreiros, marceneiros, tanoeiros), 84 unidades; de tecidos (tecelões de seda e algodão), 35 unidades. Os armadores e polieiros (em número de 18 apenas) exerciam uma atividade de tipo manufatureiro e industrial. A construção naval era uma indústria significativa face à facilidade de matéria-prima (madeira, fibras para cordas) e demanda de embarcações para a caça da baleia, comércio de cabotagem e tráfico com a África. O Marquês do Lavradio fundou uma fábrica de cordoaria usando fibras de cânhamo e guaxima, para suprir as necessidades dos estaleiros par-

⁴⁹ TOURINHO, Eduardo. *Revelação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. p. 210.

50

a AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos, 1958. v. 2, p. 207.

b SANTOS, Francisco Marques dos. A ourivesaria no Brasil antigo. *Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 4(12):625-67, maio/jun. 1940.

ticulares e oficiais. O Conde da Cunha mandou construir o Arsenal da Marinha por determinação régia. Ele se destinava fundamentalmente a reparos das embarcações que fundeavam no Rio de Janeiro.

No entanto, em 1774 foi determinada a construção de um navio de guerra de grande porte, o São Sebastião, de 59,6m de comprimento. BOUGAINVILLE⁵¹ se referia à construção, em 1767, de navios de linha e fragatas no Arsenal. Em 1798, a fragata Princesa do Brasil era fabricada num estaleiro particular, Estaleiro da Ribeira da Marinha no Rio de Janeiro. RAYNAL⁵² comentava a importância crescente dos comerciantes coloniais do Rio de Janeiro e da Bahia na construção de navios da carreira da África e no tráfico negreiro que se estendia às ilhas de Cabo Verde, às costas ocidental e oriental da África. Usavam navios de 40t a 60t construídos naqueles portos e recrutavam os operários para os estaleiros e as tripulações na população negra e mulata local⁵³.

Em 1770, Martinho de Melo e Castro se queixava de que os armadores e comerciantes do Brasil e os estrangeiros excluía Portugal do tráfico negreiro. Em 1791, 16 dos 57 navios usados no comércio transatlântico do Rio de Janeiro pertenciam à carreira da África, em 1793; 24 do total de 67 e em 1798, 22 do total de 79. O Conde de Rezende informava em 1799 que 23 navios da frota estavam em reparos no Arsenal do Rio de Janeiro⁵⁴.

As principais atividades industriais do Rio de Janeiro estavam vinculadas ao beneficiamento da cana-de-açúcar, do tabaco (em pequena escala), e do arroz (descascação e polimento), à produção da aguardente, ao preparo do anil, das fibras vegetais (fabricação de cordoaria, de cânhamo e guaxima), e da tecelagem de seda, extração do óleo, barbatanas, espermacete de baleia, preparo do sal.

Nesse período de auge da plantação tropical (1799), a capitania do Rio de Janeiro tinha 616 engenhos de açúcar (324 desse total estavam localizados nos Cam-

⁵¹ BOUGAINVILLE, Louis Antoine de. *Voyage autour du monde, par la frégate du Roi la Boudeuse, et la Flûte l'Étoile - en 1766, 1767 & 1769*. 2. ed. Paris, Saillant & Nyon, 1772. t. 1.

⁵² RAYNAL, Guillaume Thomas François. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce européen dans les deux Indes*. Genève, Jean-Léonard Pellet, 1781. v. 5, cap. 20, p. 24-5.

⁵³ FLEIUSS, Max. *História da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, Melhoramentos, 1928.

⁵⁴ SANTOS, op. cit. acima nota 42, p. 143.

pos dos Goitacazes) e 253 de aguardentes de cana-de-açúcar, 406 fábricas de anil em 1784 (Rio de Janeiro e Cabo Frio)⁵⁵.

O tabaco, o anil, a caça da baleia⁵⁶, a extração de sal, eram monopólios régios. O contrato para a caça e exploração da baleia era posto em hasta pública pelo Governo, mas geralmente na arrematação dava-se preferência aos comerciantes de Lisboa⁵⁷.

As corporações se faziam representar através das irmandades e estavam subordinadas à Câmara que regulava os preços das mercadorias, fiscalizava os pesos e medidas, supervisionava os exames de mestres, avaliava a qualidade dos produtos. Os artífices e mecânicos podiam votar no Rio de Janeiro para a eleição dos membros do Governo municipal.

Os negociantes locais e metropolitanos participavam da exploração de sal e financiavam a aquisição de terras, a plantação, a compra de equipamentos, a construção de engenhos de açúcar e aguardente. Eles não só davam crédito aos grandes fazendeiros como aos lavradores que às vezes se associavam para construir engenhos. No processo citado por DAURIL ALDEN⁵⁸ em que lavradores de Campos apelaram

55

a FREIRE, Felisberto Firmino de Oliveira. *História da cidade do Rio de Janeiro (1500-1900)*. Rio de Janeiro, Tip. do Brasil, 1912.

b ----. *História da cidade do Rio de Janeiro (1500-1900)*. Rio de Janeiro, Tip. do Brasil, 1914. v. 2, p. 771.

56 ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial, feitorias, baleeiras, técnicos, monopólios, comércio e iluminação*. São Paulo, USP, Melhoramentos, 1968.

Já vimos que no final do século as indústrias de derivados da baleia para exportação estavam em declínio.

57 A produção de anil foi estimulada pela isenção de impostos e concessão de bônus. O tabaco era manufaturado em pequena proporção no Rio de Janeiro. A maior parte do couro já era importado beneficiado do Rio Grande do Sul. Já vimos que a seda continuava a ser fabricada no Rio de Janeiro, apesar das proibições régias. A produção fabril de cânhamo teve um pequeno surto, assim como o beneficiamento do arroz (fábricas de descascar arroz).

58

a ALDEN, Dauril. The growth and decline of indigo production in colonial Brazil: a study in comparative economic history. *The Journal of Economic History*, 21(1), Mar. 1965.

b ----. Manoel Luiz Vieira: an entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's eighteenth century agricultural renaissance. *Hispanic American Historical Review*, Durham, North Carolina, Duke Univ. Press, 39(4):521-37, Nov. 1959.

Este artigo analisa a indústria de beneficiamento de arroz no Rio de Janeiro.

para o Vice-Rei pedindo isenção de confisco de engenho por não pagamento de dívida à semelhança de privilégio concedido pela Coroa aos grandes fazendeiros, observa-se o conflito entre produtores de açúcar devedores e comerciantes credores. As agro-indústrias eram financiadas de um modo geral pelos comerciantes que também controlavam até certo ponto a exportação.

A expansão da agricultura de exportação e o aumento da população do Rio de Janeiro favoreceram o comércio. A população passou de cerca de 30 mil habitantes em 1760 para 38.707 em 1780 e 43.376 em 1799. O primeiro dado é apenas uma estimativa⁵⁹. Da lista de 126 mercadores por atacado de 1794, praticamente igual a de 1791, somente cerca de 32 eram proprietários rurais e a maioria destes adquiriu terras na velhice. Portanto, não parece ser típico do Rio de Janeiro o chamado burguês-senhorial ou comerciante-proprietário rural que é considerado característico das sociedades coloniais ou semi-coloniais, inseridas nas economias de plantação tropical.

De um modo geral, os comerciantes eram abastados e usufruíam de prestígio social que se refletia na freqüente agraciação com a Ordem de Cristo que lhes dava *status* aristocrático. Dessa forma, não sentiam necessidade de se enobrecer tornando-se proprietários rurais. Aliás, Pombal se esforçara por modificar esses padrões de comportamento do tipo medieval⁶⁰.

ANDREW GRANT⁶¹ comeñtou que o preconceito contra o comércio e a manufatura tinham declinado e que a população do Rio de Janeiro se dedicava cada vez mais a essas atividades.

⁵⁹ ALDEN, op. cit. acima nota 18^a, p. 357.

⁶⁰ Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil, Rio de Janeiro, 1951 (para os anos 1760 e 1799).

a MEMÓRIAS, op. cit. acima nota 48^a, p. 25, 46-51.

b RIO DE JANEIRO. Archivo Publico Nacional. *Publicações do Archivo Publico Nacional*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1906. v. 5, p. 1-18.

c ----. ----. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1911. v. 11, p. 225-9.

d ----. ----. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1939. v. 36, p. 241-330.

e ----. Relação de algumas cartas das sesmarias concedidas em território da capitania do Rio de Janeiro, 1714-1800. In: ----. *Publicações do Archivo Nacional*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1968. v. 61.

f WEECH, J. Friedrich von. *Reise über England und Portugal nach Brasilien und den Vereinigten Staaten des la Plata Stromes Während den Jahren 1823 bis 1827*. München, Gedruckt bei Fr. X. Auer, 1831. part. 1.

⁶¹ GRANT, Andrew. *History of Brazil*. London, P. Beyer, 1809.

Apesar das condições desfavoráveis para o desenvolvimento de uma burguesia mercantil numa sociedade de plantação tropical, os negociantes do Rio de Janeiro tinham constituído em fins do século XVIII um forte grupo de pressão, individualizado e independente dos grandes fazendeiros, capaz de fornecer crédito ao Rei e aos proprietários rurais e que se fazia representar na Câmara Municipal e diretamente junto ao Rei e aos órgãos de cúpula da administração da metrópole.

TABELAS

TABELA 1.1 – Entradas no Porto do Rio de Janeiro em 1791 e Natureza da Carga

	Número de Embarcações e Proveniência	Carga
COMÉRCIO TRANSATLÂNTICO	22 Lisboa 15 Porto 1 Figueira 38 de Portugal (subtotal)	Vinho, aguardente de uva, trigo, farinha de trigo, azeite, azeitonas, sardinhas, vinagre, paios, chouriços, nozes, amêndoas, ameixas, passas, biscoitos, bacalhau, queijo, cravo, canela, manteiga e presunto.
	2 Ilha de Faial	Aletria, erva-doce, pimenta, chocolate, cevada, aguardente de uva e vinho.
	6 Angola 10 Benguela 16 da África (subtotal)	6.255 escravos, cera, óleo, enxofre, madeira marfim e sal.
COMÉRCIO DE CABOTAGEM	92 Rio Grande do Sul	Couros, carne, trigo, peixe.
	87 Campos de Goitacazes	Açúcar, mel, feijão, arroz, em menor escala.
	86 Parati	Toucinho, cachaça, tabaco, galinhas, chá, milho, peixe, arroz, feijão, café e mate.
	69 Ilha Grande	Cachaça, mel, açúcar, arroz, feijão, trigo; café, cebola, galinhas, goma.
	27 Bahia	Vinho, sal, vinagre, bacalhau, manteiga, oriundos do Reino, cocos, moeda corrente para saldar a balança comercial negativa para a Bahia.
	27 Guaratiba	Amendoim, açúcar, milho, arroz, feijão, trigo, café, cebola, abóbora, animais domésticos.
	26 Rio São João	Açúcar.
	20 Santa Catarina	Peixe seco, milho, feijão preto, trigo, café, goma.
	18 Cabo Frio	Açúcar, peixe, feijão preto e contrabando de sal.
	12 Macaé	Açúcar.
	11 Capitania do Rio	Açúcar, cachaça, couros e arroz.
	10 Recife	Vinho, vinagre, bacalhau, oriundos do Reino, sal, cera, anil, madeira, algodão, óleo de peixe, cocos e milho.
	10 São Sebastião	Açúcar, peixe, feijão preto, café, marmelada, goma.
	84 de Várias Partes	

Fonte: NUNES, Antonio Duarte. Almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1792. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp Nacional, 266:211, jan./mar. 1965.

TABELA 1.2 – Demonstrativo dos Gêneros Exportados do Rio de Janeiro para Lisboa no Período de 1772 a 1807

Ano	Açúcar (arroba)	Aguardente (pipa)	Anil (arroba)	Arroz (saca)	Goma (arroba)	Algodão (arroba)	Café (arroba)	Courama				Madeiras				Baleia		Farinha (saca)		
								Couro	Atanado	Meios de sola	Vaquetas	Taboado	Coucoeiros	Toros	Pranchas	Azeite (pipa)	Barbatana (arroba)			
1772	131.535	875		396	1.840	115		39.260	4.948	1.148	1.841					87	37	2.504	4.284	697
1773	80.184	85		15	23.548	178		27.197	6.381	838		1.164	5.820	783	20	3.735	2.640	153		
1774	156.515	113		789	13.812			34.682	5.200			390	1.784	682	5	2.338	13.600	124		
1775	23.779			315	1.016			500	1.100			48	100			2.102	1.689	135		
1776	106.773	128		161	18.339	245		42.657	5.527		1.010	913	1.323	3.426	25	3.136	6.136	180		
1777	103.926	138	22	1.147	12.746			28.800	20.547			8.748	2.052	1.368		2.339	3.361	123		
1778	634.349	336		482	9.140	28.904		71.549	7.273	3.480	1.195	1.510	8.960	1.227	939		1.220	680		
1779	127.741	423		388	9.111	59.816	635	10	33.302	4.409		105	2.202	7.374	2.682	50	1.924	3.992	278	
1780	154.944	426		82	8.300	10.808	2.975	60	30.528	6.855			1.264	2.346	1.421	216	2.564	11.756	499	
1781	146.082	452	316	12.550	6.057	1.780		10	30.076	9.849	223	1.095	1.272			4.688	8.395	1.346		
1782	144.220	468	1.134	4.794	3.720	255		810	57.210	7.807	178		680	793	265		2.893	6.704	827	
1783	91.750	455	560	4.728	15.958	1.515		120	191.766	3.523	810	57	578	895	27		3.531	8.812	280	
1784	180.141	1.322	770	5.298	37.238	2.330		70	164.178	20.611	300	2.403	4.340	871	686		6.559	20.772	314	
1785	101.671	1.680	1.285	8.178	31.584	1.380		25	78.669	5.987	419	724	2.551	1.018			5.189	5.888	9.390	
1786	84.053	603	1.170	6.072	6.612	330		445	58.230	2.850			2.494	220	670	2.577	4.323	7.312	2.053	
1787	117.140	855	8.350	6.750	7.892	620		345	44.388	6.450	600	2.333	498	400	1.532		3.305	6.366	233	
1788	104.646	485	1.250	1.650	17.596	70		560	41.718	6.658	145	2.196	1.638	1.505	1.638		3.983	4.520	654	
1789	110.027	360	3.768	2.003	16.406	155		625	42.469	7.060	300		292	700	257		1.480	3.784	368	
1790	115.616	425	7.195	4.152	23.504	895		470	60.862	5.895	346	1.883	482		1.179	84	1.499	5.784	2.398	
1791	144.045	1.302	2.515	696	18.796	1.110		609	78.274	6.265	750	759		522	1.245	36	57	2.756	4.080	654
1792	221.765	2.028	3.035	14.360	1.141	2.795		2.752	100.266	7.245	1.484		3.586	2.448		1.337	2.019	5.792	300	
1793	140.916	591	1.700	2.848	3.724	800		180	57.632	1.427	2.540		3.026	132	253		360	624	2.184	335
1794	222.032	1.335	7.539	5.523	9.890	5.583		3.171	79.653	6.028			2.014	1.416	696			1.145	2.000	118
1795	102.165	266	2.750	800	5.140	1.050		235	55.750	1.927	195	3.144	674					158	384	178
1796	384.077	1.195	485	5.570	14.137	590		6.672	117.862	7.200	2.010		1.224	2.186	310			245	320	426
1797	174.425	440	550	3.332	905	72		5.231	16.625	1.083		6.596	336	38				410	872	129
1798	257.885	1.033	149	2.089	14.448	1.398		9.648	88.929	2.420	1.638		438	1.686	304			190	600	163
1799	400.282	1.000	777	3.566	13.688	880		5.325	116.875	4.668	1.070		941	166	96					118
1800	487.225	820	166	4.431	7.238	1.630		10.574	226.484	6.166	840		1.801	597	436	203	360			176
1801	535.209	888	254	3.414	4.668	2.000		9.465	256.318	7.370	324	2.234	300	572		117				510
1802	329.247	440	230	2.069	4.152	2.000		2.185	135.390	11.846	400	2.320	360	490				4.290		545
1803	178.697	1.108	1.014	8.563	7.778	5.552		39.497	163.406	6.648	1.769	1.837	1.875	2.592	136		260			360
1804	171.263	1.154	1.322	2.464	21.452	4.529		36.458	230.347	6.930	604		1.307	1.277	1.338					1.815
1805	228.095	799	1.443	7.547	6.882	2.608		44.041	222.161	7.750	1.818		728	1.057	320					1.039
1806	316.372	889	3.686	6.642	3.585	3.449		39.667	406.103	4.125	1.873		680	1.483	38					128
1807	250.201	1.972	4.141	4.287	3.452	1.792		48.749	128.775	3.400	1.468		739	1.751	1.180		23			563

Fonte: SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O comércio do Porto do Rio de Janeiro com o de Lisboa de 1763 a 1808 (contribuição ao estudo da importância comercial do Porto do Rio de Janeiro no século XVIII)* [s.n.t., dat.] p. 197.

TABELA 1.3 – Gêneros não Identificados de 1772 a 1804

Ano	Secos				Secos e Molhados			Molhados			Não Especificados									
	Barris	Pipas	Caixas	Feixos	Barris	Pipas	Anco- retas	Barris	Pipas	Anco- retas	Barris	Pipas	Caixo- tes	Caixas	Anco- retas	Embru- lhos	Báú	Cunhe- tes	Sacas	
1772					1729						99		13							
1773					894								12			2				
1774										2	4		61		2	1	1			
1775					158										2					
1776					1768				12	6	40	32	145		12	6				
1777										2		3	50		37	3		57		
1778														30	10	2			82	
1779			32		5			5	3	5				136	14	3		8	7	
1780				71								4	108	5	15				35	
1781				15								8	98	10	3	1	2	79	86	
1782					280				107	22	150	1	43	10	22	7	1	19	64	
1783	473												157	2	2	2		9	11	
1784	721		16	65	201	123		152	6		88	13	105	113	9	2	45	2	112	
1785	288				175		26	93	26			70	127	1		3		8	8	
1786	172			12									87	257	2	4			14	
1787													290	225		53	4	9	40	
1788	149			14			1	30					89			12			33	
1789													75	18	100	60	32	3	10	99
1790	220			2	55			38		50	209	1	142	43		16	2	33		
1791	329	103						66	6				115	10	6		3	36	3	
1792					32			5					102		3	5			2	
1793												32	45	8	10	6	5	10		
1794	26				11								16			8			4	
1795												30	18	2	5	10			2	
1796										2	12					7		2	2	
1797	27				79			69	4		46	15	19		4			12	9	
1798				2	8		3						15			4		1	3	
1799	155	1	30	1	52			11	3			11	4	29	11					
1800	57	44						15					9	9	22	10			48	
1801	42	10						28	25		24	43	15	30				7	52	
1802	26				3			5			14	56	6	10					8	
1803	21			2				5	8			6	9		12	2	1	3	1	
1804					15		7	2			11		18		3	5		3	2	

Fonte: SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O comércio do Porto do Rio de Janeiro com o de Lisboa de 1763 a 1808 (contribuição ao estudo da importância comercial do Rio de Janeiro no século XVIII)* [s.n.t., dat.] p. 199-200.

TABELA 1.4 — Exportações do Rio de Janeiro para Lisboa e Importações de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1777

(em cruzados)

Exportações	<i>Mantimentos</i>	
	Açúcar refinado	114:155\$650
	Açúcar mascavo	18:831\$750
	Cachaça	3:330\$000
	Arroz	3:669\$760
	Farinha de mandioca	45\$000
	Melaço	360\$000
	Subtotal de mantimentos:	140:392\$160
	<i>Atanados</i> 53:298\$200	
	<i>Madeiras</i>	
Aduelas	269\$160	
Tábuas e Troncos	1:409\$000	
Couçoeiras	1:401\$000	
Subtotal de madeiras:	3:079\$160	
<i>Subprodutos da Baleia</i>		
Óleo de Baleia	16:068\$800	
Barba de Baleia	18:305\$000	
Espermacete	3:909\$600	
Óleo de Espermacete	5:388\$800	
Subtotal de subprodutos da Baleia	43:672\$200	
Goma	7:647\$600	
Cabelo	43\$240	
Anil	704\$000	
Diversos	962\$600	
TOTAL GERAL:	249:799\$160	
Importações	<i>Categorias</i>	
	Mantimentos	48:562\$320
	Tecidos	411:730\$934
	Roupas	44:162\$020
	Artigos de Armário exclusive os de Metal	26:061\$610

cont.

conclusão	
Importações	Artigos de Metal 28:268\$770
	Metais (aço e ferro em barra) 13:843\$450
	Drogas de Botica 1:047\$105
	Livros 2:492\$300
	Diversos 40:155\$791
	TOTAL: 638:755\$674

Fonte: PORTUGAL, Ministério das Obras Publicas. Arquivo. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal*. Lisboa, 1776-1800 [mss.]

TABELA 1.5 – Exportações do Rio de Janeiro para Lisboa e Importações de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1796

Exportações	<i>Mantimentos</i>	
	Açúcar refinado	571:844\$700
	Açúcar mascavo	64:257\$500
	Arroz	23:241\$000
	Café	19:795\$050
	Cachaça	15:988\$000
	Mel	48\$000
	Subtotal de mantimentos:	695:174\$250
	<i>Ouro</i>	1.725:591\$713
	<i>Couro</i>	151:985\$040
	<i>Drogas</i>	
	Anil	104:796\$160
	Ipecacuanha	25:632\$000
	Subtotal de drogas:	130:428\$160
	<i>Madeiras</i>	
Tábuas	3:553\$550	
Aduelas	24\$000	
Tonéis	76\$800	
Toros de pau (quintais)	114\$100	
Toros (unidades)	6\$000	
Varas de parreira	14\$400	
Subtotal de madeiras:	3:788\$850	

cont.

conclusão

Exportações	<i>Vários Gêneros</i>		
	Goma	10:665\$200	
	Azeite de peixe	27:709\$600	
	Barba de baleia	7:760\$000	
	Algodão	1.674\$400	
	Cola	19\$200	
	Pontas de Abada	116\$000	
	Subtotal de vários gêneros:	47.944\$400	
	TOTAL GERAL:	2.754.912\$413	
Importações	<i>Mantimentos</i> 211.625\$209		
	<i>Lanifícios</i> 239.666\$057		
	<i>Linifícios</i> 198.052\$649		
	<i>Sedas</i> 46.471\$820		
		Subtotal de tecidos	484.190\$526
	<i>Artigos produzidos nas fábricas do reino</i> 369.312\$259		
	quase só tecidos		
	<i>Artigos do Oriente</i> 195.523\$628		
	quase só tecidos		
	<i>Artigos do Oriente</i> 48.406\$148		
	importados através da Casa da Índia		
<i>Metais</i> 74.278\$695			
<i>Drogas</i> (tintas, minerais, sais, raízes, etc.) 13.274\$062			
<i>Miscelânea</i> (alcatrão, alcatrão não mineral, porcelana inglesa, livros, leques, resinas) 13.306\$500			
<i>Papel</i> 14.534\$544			
<i>Outros produtos</i>			
Não especificados 12.479\$682			
	TOTAL:	1.436.931\$253	

Fonte: RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Balança Geral do Comercio do Reyno de Portugal*. Rio de Janeiro, 1801. [mss.]

Ref.: 11, 4, 10

TABELA 1.6 – Balanças Comerciais do Rio de Janeiro com o Reino; de Portugal com os seus Domínios e com as Nações Estrangeiras

Especificação	1776	1777	1789	1796	1797	1798	1799	1800
<i>Balança Comercial do Rio de Janeiro com o Reino</i>								
Importação de Lisboa	1.132.647.025	638.755.674	—	1.433.931.253	2.772.676.383	2.142.589.128	4.556.641.222	2.879.533.614
Exportação para Lisboa	265.819.930	249.799.160	—	2.754.912.413	576.954.902	3.298.572.672	3.909.290.760	4.520.734.860
Saldo	866.827.095	388.956.514	—	1.317.981.160	2.195.721.481	1.155.983.544	647.350.462	1.641.201.246
Importação do Porto	556.402.157	454.928.509	—	918.893.147	892.272.207	1.181.018.688	1.961.174.961	1.162.150.530
Exportação para o Porto	88.921.670	43.469.575	—	947.269.308	321.781.201	1.419.115.610	598.612.010	319.720.320
Saldo	467.480.487	411.458.934	—	28.376.161	570.491.006	238.096.924	1.362.562.951	842.430.210
Importação de Viana	—	—	—	5.288.330	—	36.556.490	—	—
Exportação para Viana	—	—	—	—	16.982.350	—	—	—
Saldo	—	—	—	5.288.330	16.982.350	36.556.490	—	—
Importação de Figueira	—	—	—	113.063.306	56.319.716	53.182.100	56.856.080	38.772.300
Exportação para Figueira	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo	—	—	—	113.063.306	56.319.716	53.182.100	56.856.080	38.772.300
<i>Balança Geral do Rio de Janeiro</i>								
Importação total	1.689.049.182	1.093.684.183	—	2.474.170.036	3.721.268.306	3.413.346.404	6.574.672.263	4.080.456.444
Exportação total	354.741.600	293.268.735	—	3.702.181.721	915.718.453	4.717.688.782	4.507.902.770	4.840.455.180
Saldo total	1.334.307.582	800.415.448	—	1.228.011.685	2.805.549.853	1.304.341.878	2.066.769.493	759.998.736
<i>Balança Geral do Império Português com seus Domínios</i>								
Importação de Portugal	—	—	—	33.534.065.042	13.799.270.688	32.005.090.872	37.923.105.719	44.124.825.559
Exportação para Portugal	—	—	—	18.819.048.713	24.129.134.406	31.046.254.675	51.146.208.483	33.800.000.000
Saldo total	—	—	—	14.715.016.329	10.329.863.798	958.836.197	13.223.102.764	1.324.825.559
<i>Balança Geral do Império Português com as Nações Estrangeiras</i>								
Importação de Portugal	16.791.198.054	6.397.054.541	24.059.238.576	31.392.344.573	36.245.399.597	36.823.000.000	49.388.000.000	50.078.000.000
Exportação de Portugal	12.303.007.668	4.904.627.352	18.836.148.607	40.033.156.598	29.557.170.024	37.634.000.000	44.220.000.000	51.712.000.000
Saldo	4.488.190.386	1.492.427.195	5.223.089.969	8.640.212.025	6.688.229.573	811.000.000	5.168.000.000	1.633.000.000

* resultados arredondados.

Fonte: ^aLISBOA. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1799*. mss.

^bPORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Arquivo. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal*. Lisboa, 1776-7. [mss.]

^cRIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal*. Rio de Janeiro, 1796-1800. [mss.]

TABELA 1.7 – Participação do Brasil nas Exportações Portuguesas para as Outras Nações de 1796 a 1799 (em cruzados)

	REINO	BRASIL
1796	9.779.000	24.709.000
1797	8.930.000	16.973.000
1798	11.819.000	22.203.000
1799	12.197.000	25.506.000

Fonte: LISBOA. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1814*. [mss.]

Ref.: 196 cademeta 467 do Inventário dos livros da extinta Junta do Commercio.

TABELA 1.8 – Movimento de Navios entre o Rio de Janeiro e Lisboa de 1739 a 1763

Anos	Entradas de Navios em Lisboa, provenientes do Rio de Janeiro				Saídas de Lisboa com destino ao Rio de Janeiro			
	Navios Mercantes	Naus de Guerra	Avisos	lates	Navios Mercantes	Naus de Guerra	Avisos	lates
1739	11	—	—	—	23	1	—	—
1740	29	3	—	—	—	—	—	—
1741	—	—	—	—	25	1	—	—
1742	17	2	—	—	26 (3 fora da frota)	1	—	—
1743	21 (1 fora da frota)	2	—	1	24	3 (fora da frota)	—	—
1744	1	1	1	—	34	1	—	—
1745	23 (1 fora da frota)	2 (1 fora da frota)	—	—	20	—	—	—
1746	10	2 (1 fora da frota)	—	—	29	—	1	—
1747	18	2 (1 fora da frota)	1	—	26 (2 fora da frota)	—	—	—
1748	18	1	—	1	23 (1 fora da frota)	—	—	—
1749	—	2	—	1	34 (3 fora da frota)	1	—	—
1750	17	2 (1 fora da frota)	—	—	16	1	—	—
1751	14	2	—	—	—	—	—	—
1752	—	—	—	—	28	—	—	—
1753	28 (1 fora da frota)	2 (1 fora da frota)	—	—	24 (1 fora da frota)	—	—	—
1754	12	3 (1 fora da frota)	1	—	—	—	—	—
1755	35	2 (1 fora da frota)	—	—	22 (1 nau inglesa)	—	—	—
1756	17 (1 fora da frota)	2 (1 fora da frota)	—	—	10 (1 nau inglesa)	1	—	—
1757	15	2 (1 fora da frota)	—	—	12 (1 fora da frota)	2 (1 fora da frota)	—	—
1758	—	1	—	—	19	1	—	—
1759	22	—	—	—	—	—	—	—
1760	—	2	—	—	29	—	—	—
1761	21 (1 fora da frota)	1	—	—	17	—	—	—
1762	1	—	—	—	—	—	—	—
1763	4 (1 fora da frota)	1 nau da Índia	2	—	10	2 (1 fora da frota)	—	—
Totais	334	37	4	3	451	15	1	0
Médias por ano :	13,3	1,4	—	—	18	0,6	—	—
Total de Frotas	19	—	—	—	20	—	—	—
Média Global	15,1	—	—	—	18,7	—	—	—

Fonte: ^aLISBOA. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Livro de Lembranças das entradas e saídas das frotas portuguesas e outros navios para a América e outros estados da Índia, 1739-1793.* [mss.]

Ref.: Inventário dos livros pertencentes ao cartório da extinta Junta do Commercio, caderneta 467 nº 1-370, Livro 74, 158 folios.

^bLOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. As frotas do Brasil. In: KONETZKE, Richard & KELLENBENZ, Hermann. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas.* [s.l.] Böhlau Verlag Kolm Graz, 1967. p. 475-6.

TABELA 1.9 – Movimento de Navios entre o Rio de Janeiro e Lisboa de 1764 a 1800

Anos	Entradas de navios provenientes do Rio de Janeiro no porto de Lisboa			Saídas do porto de Lisboa com destino ao Rio de Janeiro		
	Navios Mercantes	Navios de Guerra	Avisos Charruas Paquetes do Rei	Navios Mercantes	Navios de Guerra	Avisos Charruas Paquetes do Rei
1764	8	2 (1 nau, 1 navio)	—	2	—	—
1765	1 ¹	1	—	29 (1 fora da frota)	1 (nau)	—
1766	26 ²	2	—	10	1	—
1767	10	1	—	9	—	—
1768	1	—	—	12	—	—
1769	16	—	—	11	—	—
1770	17	1	—	12	1	—
30/12/70	—	—	—	15 (10/2/71)	—	—
5/1/71	12	—	—	19/12/72	—	—
1772	20	—	—	7	—	—
1773	11	—	—	3	—	—
1774	18	—	—	9	—	—
1775	20	—	—	9	—	—
1776	19	—	—	19	—	—
1777	13	—	—	9	—	—
1778	23 ³	4 (3 naus, 1 fragata)	1	15	—	1 aviso
1779	20	—	—	20	1 (fragata)	—
1780	18	2 (1 nau, 1 fragata)	—	12	—	—
1781	23 ⁴	—	—	11	—	—
1782	11	1 (fragata)	—	—	1 (fragata)	—
1783	27	2 (naus de guerra)	—	24	—	—
1784	31 ⁵	—	—	26	1 (nau)	1 charrua
1785	17	1 (fragata)	—	21	—	—
1786	15	—	—	8	—	—
1787	19 ⁶	—	—	18	—	—
1788	16	—	—	12	—	—
1789	13	—	—	14	—	—
1790	18 (1 holandês)	—	—	15	—	1 charrua
1791	15	—	1 (charrua)	14	—	—
1792	15	1 (fragata)	—	16	—	—
1793	17	—	1 (paquete)	10	—	—
1794	12	—	—	6	—	—
1795	11	—	—	3	—	—
1796	14	—	—	6	—	—
1797	32	—	—	4	—	—
1798	4	—	—	4	—	—
1799	40	—	—	15	—	—
1800	38	—	—	1	—	—

- 1 Término das frotas
- 2 Término da guerra dos Sete Anos
- 3 Guerra de independência dos Estados Unidos
- 4 Começa a predominar o açúcar na carga
- 5 Ano de auge da política de fomento agrícola
- 6 Reinício das frotas – período das guerras napoleônicas

Fonte: SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O comércio do Porto do Rio de Janeiro no século XVII (contribuição ao estudo da importância comercial do Porto do Rio de Janeiro)* [s.n.t., dat.] p. 216-343 A.

TABELA 1.10 — Comércio a Varejo do Rio de Janeiro

Especificação	1779	1792	1794	1799
Comércio de alimentos preparados e bebidas . .	221	233	250	351
Comércio de mercadorias	208	161	177	193
Comércio e oficinas associados	388	321	353	419
Comércio de serviços	85	88	72	72

Fonte: ^aMEMORIAS publicas e economicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos, por observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 47:44-5, 1884. part. 1.

^bNUNES, Antonio Duarte. Almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o anno de 1792. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 266:210-1, jan. /mar. 1965.

^cNUNES, Antonio Duarte. Almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o anno de 1794. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 266:281-4, jan. /mar. 1965.

^dNUNES, Antonio Duarte. Almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o anno de 1799. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 267:197-8, abr. /jun. 1965.

TABELA 1.11 — Negociantes Registrados, Comércio a Varejo e Oficinas do Rio de Janeiro

RAMOS	NÚMERO DE UNIDADES			
	1779	1792	1794	1799
Negociantes Registrados	—	124	126	97
Lojas de varejo sem especificação	—	142	158	134

cont.

cont.

RAMOS	NÚMERO DE UNIDADES			
	1779	1792	1794	1799
Comércio de alimentos preparados e bebidas				
Casas de café	—	32	26	40
Casas de Pasto	14	17	18	17
Tavernas	196	216	*232	334
Botequins	21	—	—	—
Subtotal de alimentos e bebidas	<u>231</u>	<u>265</u>	<u>276</u>	<u>391</u>
Comércio de Mercadorias				
Estancos de Tabaco	42	18	24	35
Boticas	25	31	38	28
Lojas de:				
Louça fina e vidro	24	—	—	9
Louça da Índia e fábrica	—	12	14	—
Ouro lavrado	—	—	—	18
Prata lavrada	—	—	—	41
Relojoeiros	5	6	6	10
Alfaiates	89	90	90	85
Ferragens	19	15	18	24
Livreiros	4	1	1	2
Fazendas	140	—	—	—
Negros novos	34	—	—	—
Breu, estopa, etc.	5	—	—	—
Couros	12	—	—	—
Vendas de Quitandeiras	141	—	—	—
Açougues maiores e menores	13	—	—	—
Estanques de azeite de baleia	2	—	—	—
Casas de Padaria	14	—	—	—
Louça da Bahia	16	—	—	—
Seleiros	3	—	—	—
Subtotal de comércio mercadorias	<u>588</u>	<u>173</u>	<u>191</u>	<u>252</u>
Armazéns de:				
Cachaça, vinho e óleo	71	—	—	—
Carne seca	46	—	—	—
Gêneros Alimentícios	15	—	—	—
Arroz	12	—	—	—
Madeira	18	—	—	—

cont.

cont.

RAMOS	NÚMERO DE UNIDADES			
	1779	1792	1794	1799
Toucinho e fumo	6	—	—	—
Trapiches	3	—	—	—
Subtotal de armazéns	<u>171</u>	—	—	—
Barracas de:				
Mascate	8	—	—	—
Quitandeiras	181	—	—	—
Peixe (bancas)	124	—	—	—
Subtotal de barracas e bancas	<u>313</u>	—	—	—
Casas de Negociantes Comissários	<u>98</u>	—	—	—
Comércio e Oficinas Associados				
Sapateiros	128	111	111	135
Latoeiros e Funileiros	33	21	21	20
Entalhadores	15	7	7	12
Ferreiros	21	23	24	11
Serralheiros	19	7	10	25
Caldeiros	8	7	10	7
Segeiros	5	6	6	5
Seleiros	—	28	28	34
Serigueiros	30	20	22	17
Serreiros	—	19	—	—
Tanoeiros	16	18	18	22
Marceneiros	53	35	38	64
Ferradores	8	6	8	9
Penteiros	—	4	4	4
Lapidadores (sem uso)	23	36	36	19
Torneiros e Soldadores	5	7	4	4
Bate-folhas	6	3	3	3
Violeiros	5	6	6	4
Cravadores (sem uso)	23	—	—	20
Correiros	28	—	—	10
Formeiros e Salteiros	—	—	—	3
Pintores	8	8	-10	32
Torneiros de prata	—	—	—	2
Cereiros	13	—	19	—
Chapeleiros que fabricam chapéus de sol	5	—	—	—
Armadores	5	—	—	—

cont.

conclusão

RAMOS	NÚMERO DE UNIDADES			
	1779	1792	1794	1799
Surradores de couro	10	—	—	—
Tecelões de algodão grosso	5	—	—	—
Pixeleiros	8	—	—	—
Pilagraneiros	9	—	—	—
Polieiros	2	—	—	—
Espingardeiros	8	—	—	—
Mecanistas que obram com chifre	8	—	—	—
Ourives de prata sem uso	58	—	—	—
Ourives de ouro sem uso	10	—	—	—
Tendas de lavrantes sem uso	8	—	—	—
Escultores	5	—	—	—
Subtotal	<u>588</u>	<u>372</u>	<u>385</u>	<u>462</u>
Comércio de Serviços				
Cabeleiros	29	27	30	20
Barbeiros	49	52	52	37
Tinturarias	11	6	6	15
Casas de alugadores de segas	6	—	—	—
Casas de alugadores de carros	9	—	—	—
Subtotal de serviços	<u>104</u>	<u>85</u>	<u>88</u>	<u>72</u>
TOTAL GERAL	<u>2.093</u>	<u>1.161</u>	<u>1.224</u>	<u>1.408</u>

*e Armazéns.

Fonte: ^aMEMORIAS publicas e economicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos, por observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 47:44-5, 1884. part. 1.

^bNUNES, Antonio Duarte. Almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o anno de 1792 e 1794. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 266:159-290, jan./mar. 1965.

^cNUNES, Antonio Duarte. Almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o anno de 1799. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 267:93-214, abr./jun. 1966.

**II – ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NA ETAPA DE FORMAÇÃO
DO ESTADO NACIONAL, 1800-40**

2. ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NA ETAPA DE FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL, 1800-40*

Novas Articulações com o Mercado Mundial

O século XIX assistiu não só à formação do Estado Nacional mas também à manutenção do modelo econômico primário exportador e de uma tácita dependência de novo tipo, através da participação no sistema capitalista mundial. O crescimento deste sistema engendrou substanciais transformações nas relações pré-capitalistas das áreas periféricas. A expansão do sistema capitalista não se deu apenas através de uma relação de troca entre produtos manufaturados e produtos primários, baseada pela divisão internacional do trabalho. Isto seria continuar com o mesmo tipo de relação comercial dos séculos anteriores, tendo a metrópole, como simples intermediária, sido riscada do conjunto de relações e simplesmente substituída por uma hegemonia inglesa. O fato novo e decisivo foi a formação social brasileira orientada para contribuir na elevação da taxa média de juros.

Tendo o Rio de Janeiro se tornado o centro das atividades mercantis, essa hipertrofia comercial deu à burguesia um caráter mais complexo. A projeção da cidade como centro exportador autônomo colocou grande parte dos comerciantes em contato direto com o comércio internacional, envolvendo-os em relações cujos montantes e trâmites exigiam um porte bem maior do que aquele conhecido no período colonial. Os liames de dependência iam se entrelaçando em contas correntes, preço de fretes, instabilidade de cotação dos produtos agrícolas e imprescindibilidade dos manufaturados europeus. A Revolução Industrial na Inglaterra, a estrutura do modo de produção capitalista então implantado alcançam e envolvem a estrutura da produção escravista, projetam-se na ideologia livre cambista e assentam as bases de um jogo comercial que se explicita numa divisão internacional do trabalho.

No quadro do mercado mundial capitalista a teoria dos custos comparativos e as afirmações relativas às vantagens que todos os países obtêm da divisão internacional do trabalho justificavam que as desigualdades econômicas enraizadas e que a exploração internacional repousassem sob as leis imanentes do mercado mundial. Essa

* Em colaboração com Maria Bárbara Levy.

teoria se constitui no sustentáculo da defesa do livre cambismo e no suporte das vantagens da especialização essencialmente agrícola. Para a Inglaterra, o liberalismo foi alicerçado por circunstâncias excepcionais, sobretudo a superioridade incontesteável e o monopólio de fato da indústria britânica. Nos demais países capitalistas, como a Alemanha e os Estados Unidos, o livre cambismo não foi mais que um parêntese efêmero.

A burguesia mercantil urbana do Rio de Janeiro estará implicada num processo de dependência para com a Inglaterra que repousa sobre simples relações de troca, mas cujas raízes estão nas relações internacionais de produção.

No seio da formação social brasileira a burguesia mercantil aparecerá ainda como capaz de se apropriar de maior parcela do produto. Porém, a predominância do comércio não se encerra mais nos quadros mercantilistas de uma acumulação comercial da metrópole, uma relação alicerçada no pacto colonial eventualmente suscetível de ruptura. A partir do momento em que o elemento essencial é a dominação do modo de produção capitalista na Inglaterra, uma determinada combinação das forças produtivas com as relações sociais cria condições objetivas de manutenção do domínio britânico. A promoção de uma divisão internacional do trabalho, torna inevitável um desenvolvimento polarizado das forças produtivas mundiais. A formação social brasileira estará a partir do século XIX subordinada ao modo de produção capitalista através do mercado mundial. Apenas através, porque as relações de dominação não podem se constituir ao nível das trocas, mas estão enraizadas ao nível da produção, subordinada aos interesses dominantes ingleses. A burguesia de origem portuguesa reteve parcela significativa do controle do comércio varejista e atacadista em comparação, por exemplo, com a burguesia local da Argentina. Como essas relações de dependência não são diretas elas implicam na expansão do comércio que acaba mascarando as relações subjacentes à base real da subordinação. A relação entre a Inglaterra e o Brasil no século XIX é aparentemente sublinhada pelo tipo de relações de troca que apenas oculta o fato importante da penetração do modo de produção capitalista na economia brasileira e das mudanças de estrutura que o movimento mercantil provoca na economia mundial capitalista.

A partir de 1800, os comerciantes do Rio de Janeiro começaram a sentir os efeitos da concorrência britânica. Portugal fez um acordo nesse ano com a Inglaterra, concedendo-lhe o direito de comerciar diretamente com o Brasil. O Contador Geral do Tesouro e o Contador Chefe da Superintendência Geral dos Contrabandos e Descaminhos dos Reais Direitos em seus Domínios, Maurício José Teixeira de Moraes, criticava o acordo na introdução à balança comercial do Império português no ano de 1801⁶². Ele assinalava que o valor das exportações portuguesas para o Brasil havia diminuído 18 milhões de cruzados de 1799 a 1808, apesar do valor total das importações da colônia ter permanecido igual, em virtude da concorrência britânica.

⁶² RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Balança Geral do Reyno de Portugal com seus domínios*. Rio de Janeiro, 1801. [mss.]

De 1796 a 1799, as exportações de bens manufaturados portugueses para o Brasil se elevaram de 6.106 mil cruzados para 14.080 mil, e em 1800 caíram para 9.600 mil. As importações de artigos manufaturados pelo Rio de Janeiro se expandiram de 1.818.326 cruzados em 1796 para 3.140.003 em 1797, 3.602.530 em 1798, 5.979.530 em 1799, mas declinaram para 3.988.535 em 1800.

As queixas dos comerciantes se polarizavam contra a concorrência britânica e dos comissários volantes. Um memorial solicitava ao Rei medidas para coibir os vendedores ambulantes que vinham ao Rio de Janeiro como patrões de navio, marinheiros, empregados domésticos, alugavam dois ou três escravos e vendiam nas ruas. Também reclamavam contra os leilões de produtos importados da Inglaterra que concorriam com aqueles regularmente vendidos nas lojas que pagavam impostos, aluguéis e tinham outras despesas de manutenção.

Outro memorial não datado afirmava que as casas de comércio britânicas que só deviam vender por atacado, estavam negociando a retalho. Enquanto os comerciantes estrangeiros burlavam a lei e ficavam impunes, o juiz da Alfândega do Rio de Janeiro se preocupava quase exclusivamente com buscas nas lojas portuguesas para confiscar mercadorias não taxadas. Finalmente, o memorial pedia o direito de apelação das sentenças deste juiz para o Tribunal de Relação. Outro documento desse tipo acusava os comerciantes britânicos de arruinar o comércio português metropolitano e colonial⁶³.

A luta dos comerciantes portugueses para acabar com a concorrência dos britânicos e para abolir o privilégio no pagamento dos direitos alfandegários é descrita por HIPPOLYTE TAUNAY e PRIOR⁶⁴. O livro do negociante THOMAS ASHE⁶⁵,

63

- a RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Representação dos homens de negócio e mais comerciantes do Rio de Janeiro ao Rei, 25 de abril, 1815.* Rio de Janeiro [s.d., mss.]

Ref.: II, 34, 27, 24.

- b ---. *Representação dos negociantes de fazendas do Rio de Janeiro, sobre os prejuízos que lhes causara a concorrência com os ingleses e pedindo a S.A.R. a suspensão das leis de extravio.* Rio de Janeiro [s.d., mss.]

Ref.: II, 34, 25, 23.

- c ---. *Representação dos mercadores com lojas de varejo.* Rio de Janeiro s.d., mss.]

Ref.: II, 34, 27, 10.

64

- a TAUNAY, Hippolyte. *Le Brésil ou histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume.* Paris, Nepveu, 1822. p. 102-6. (Passage des panoramas, 26).

- b PRIOR, James. *Voyage along the eastern coast of Africa, to Mosambique, Johanna, and Quiloa to St. Helena; to Rio de Janeiro, Bahia, and Pernambuco in Brazil; in the Nisus frigate,* London, R. Phillips, 1819.

- 65 ASHE, Thomas. *A commercial view and geographical sketch of the Brazils in South America, and of the Island of Madeira.* London, Allen, 1812.

escrito nessa época, procurava chamar a atenção dos comerciantes britânicos para as potencialidades do mercado brasileiro e sugeria que eles substituíssem os portugueses, aproveitando a oportunidade da guerra na Europa e dos privilégios que os portugueses tinham sido forçados a conceder a partir de 1800.

Em meio à recessão econômica mundial, a chegada e instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro constituíram um impacto capaz de redefinir as relações entre metrópole e colônia. Esta tornara-se de fato, o centro do Império português, onde simetricamente coincidia o eixo econômico com o político. Com a burocracia metropolitana chegavam inúmeros comerciantes ingleses, representantes da hegemonia econômica britânica. Essa convergência aclarava interesses e condições que a distância do aparelho administrativo e o monopólio haviam obscurecido.

Em 1808, os ingleses consolidaram sua posição privilegiada com a concessão da liberdade de comércio. Os tratados de 1810 asseguraram à Inglaterra tarifas preferenciais além de direitos de extra-territorialidade. Finalmente, a posição da Grã-Bretanha como intermediária no reconhecimento da independência do Brasil por parte de Portugal lhe valeu a confirmação dos impostos alfandegários baixos sobre a importação das manufaturas inglesas.

O Rio de Janeiro, capital estratégica da colônia, ampliava sua função portuária e centralizadora. Com o comércio liberado e a burocracia instalada, dilatou-se a tendência potencial inerente à cidade desde a sua fundação, o que não implicou necessariamente na eliminação de sua componente agrária, a mais antiga e tipicamente brasileira.

O volume do comércio do Brasil com Portugal declinou drasticamente após a invasão do reino pelas tropas francesas, recuperando-se gradualmente a partir de 1815. Durante os anos das guerras napoleônicas e do bloqueio continental, o comércio do Brasil com a Europa ficou bastante reduzido. Contribuiu ainda para a crise desse período a concorrência do açúcar de beterraba que começou a ser produzido em maior escala no início do século XIX.

"A memória sobre o estado atual da indústria na cidade do Rio de Janeiro e lugares circunvizinhos"⁶⁶, de autoria do Conde de Gestas, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria, escrito em 1836, descrevia o declínio da lavoura da cana-de-açúcar e da produção do açúcar no Estado do Rio de Janeiro, comparando com a do café que estava em ascensão. Julgava que esse contraste decorria da falta de inovação técnica no plantio da cana-de-açúcar e preparo do açúcar e a concorrência do açúcar da beterraba. Nessas primeiras décadas do século XIX observa-se também a migração da mão-de-obra escrava para a nova atividade agrícola.

⁶⁶ GESTAS, Aymar Marie Jacques, *conde de*. A memória sobre o estado atual da indústria na cidade do Rio de Janeiro e lugares circunvizinhos. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, (3):72-92, 1837.

No período de 1809 a 1829, as Letras de Câmbio só eram negociadas através do Banco do Brasil, do Tesouro ou dos mercadores britânicos. O Tesouro comprou dólares de prata espanhóis que circulavam como moeda estrangeira ao câmbio de \$750 por dólar, e recunhou moedas brasileiras de prata, com a prata contida nas estrangeiras, colocando-as no mercado ao câmbio de \$915. Dessa forma, o próprio Tesouro criou uma tendência inflacionária e o País pagou por cada milhão de dólares espanhóis de prata 21:120\$000 devido à super-valorização desse metal precioso por parte do Tesouro que comprou a 22 a prata que valia 17.

O Tesouro era o agente de compra de todos os suprimentos do Governo, do pagamento das dívidas públicas. Compreendia a Casa da Moeda e controlava o mercado de barras de ouro e prata. O Tesouro era responsável pelas obrigações emitidas ao tempo dos vice-reis em troca de empréstimos públicos que ainda não tinham sido resgatados em 1819.

No Rio de Janeiro, na segunda década do século XIX, só havia câmbio com a Inglaterra e Buenos Aires e no último caso tratava-se, sobretudo, de transações do Tesouro e não de comércio propriamente dito. Como já foi mencionado anteriormente, de 1763 a 1809, mantivera-se uma tendência deflacionária. A cunhagem de moedas apresentou uma baixa de 1768 a 1796, apesar do aumento da população e da produção agrícola-tropical nas últimas décadas do século XVIII. O total das emissões da Casa da Moeda entre 1768 a 1796, atingiu apenas 60.183.646\$045.

O Banco do Brasil procurou manter uma política deflacionária de 1809 a 1813, apesar do aumento do consumo e da população do Rio de Janeiro, decorrente da vinda da família real e da alta burocracia portuguesa. No entanto, de 1814 a 1823, verificou-se um grande aumento de emissões e uma forte pressão inflacionária⁶⁷. Ainda reforçou essa tendência o gradual declínio da exportação de moedas para a metrópole e a expansão das moedas de cobre de menor valor que começaram a circular em 1777.

Somente em 1822 ocorreu novamente fuga de meio circulante, quando D. João VI e seu séquito regressaram a Portugal convertendo o papel-moeda em moeda metálica no Banco do Brasil e fazendo a Caixa do estabelecimento baixar para 200:000\$000. Esta degeneração das notas em papel-moeda inconversível não chegava a preocupar os acionistas para os quais a situação do Banco era altamente rendosa. Os dividendos em 1817 chegaram a 22,75%, calculados sobre o vulto dos empréstimos ao Governo e, como os juros eram pagos com novas emissões, sua distribuição era fácil.

Os metais preciosos desapareceram de circulação, permanecendo apenas as notas do Banco e as moedas de cobre. Segundo a Lei de Gresham, quando duas moedas ligadas por uma relação legal de valor circulam ao mesmo tempo dentro de um país, aquela que é considerada como a melhor das duas tende a desaparecer, ou,

⁶⁷ JOHNSON JR., op. cit. acima nota 43^a, p. 243-4.

a moeda má expulsa a moeda boa. Foi nessa situação que o Banco atendeu às solicitações de cobertura financeira acarretadas pela Independência. O Banco tornou-se uma instituição da qual o Estado era o maior cliente⁶⁸.

Quando em 1826 o Parlamento foi aberto, a insatisfação política já era grande e o descrédito do Banco do Brasil era uma das plataformas da Oposição. Como o Governo continuasse a sacar, a extinção do Banco passou a ser o alvo dos liberais que atacavam a instituição que financiava D. Pedro I. O decreto de liquidação do Banco do Brasil e a abdicação são fatos historicamente articulados.

Em 1829, quando o Banco do Brasil foi fechado, a circulação fiduciária se elevava a 19:174\$000 que equivalia à dívida do Tesouro à Caixa do Banco (18:301\$000).

O Governo procurou sanar o problema da inflação estabelecendo nova circulação monetária em 1833, fixando o câmbio oficial em 43 2/100 pence o 1\$000.

Por volta de 1835 começou a se consolidar uma circulação monetária nacional e a declinar a especulação com as moedas provinciais de valores diversos que eram recunhadas para esse fim. Em 1837 o Tesouro recolheu a moeda de cobre desvalorizada e parcialmente falsificada custando essa operação de saneamento 35.000\$000⁶⁹.

Apesar dessas medidas, ANDREWS⁷⁰ se refere à circulação das moedas de cobre cuja cotação foi desvalorizada de \$040 em 1837 para \$080 em 1838. Segundo esse comerciante, as moedas de ouro e prata cunhadas no Brasil eram pouco usadas nos negócios; as pequenas transações se faziam com moeda de cobre e as grandes com papel-moeda.

A burguesia mercantil inglesa tinha sido por demais atingida pelo bloqueio napoleônico e pelas restrições norte-americanas para deixar que a recomposição de forças no Brasil se fizesse sem a sua interferência. Abertos os portos brasileiros ainda que a título precário, numerosos mercadores formaram a Associação dos Comerciantes que traficam para o Brasil, cuja finalidade era defender os associados podendo até intervir junto a órgãos do Governo. Avivaram-se os interesses de comercian-

⁶⁸ A soma de descontos a particulares montava em apenas 600\$000 enquanto o Estado devia 6.805:000\$000 e 600\$000 em 1817.

⁶⁹ a CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro, Pimenta Mello, 1930.

b. ---. *La politique monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1910.

⁷⁰ ANDREWS, Christopher Columbus. *Brazil its conditions and prospects*. New York, D. Appleton, 1887. p. 63-6.

tes que se dirigiam principalmente para o Rio de Janeiro ou como representantes de firmas inglesas, abrindo aqui filiais, ou por conta própria. Logo tomaram conta das ruas comerciais mais importantes aquelas que desembocavam no porto⁷¹.

Os códices de registros de ofícios e casas de comércio nos anos de 1790, 1791 e 1792 só assinalavam um estrangeiro, Jacob Munier, francês, que vendia galões de ouro e prata. Em 1790 constavam 30 ramos de casas de comércio e 599 registros; em 1791, 27 ramos e 1.031 registros; em 1792, 24 ramos e 985 registros; em 1822, 42 ramos e 2.461 registros. Em 1827 já se nota substancial aumento da influência estrangeira, 269 negociantes em lojas registradas nacionais e 84 estrangeiras; em 1842, 71 e 90; em 1850, 322 e 263 respectivamente⁷². JOHN LUCCOCK⁷³, comerciante inglês tinha mencionado 60 negociantes britânicos no Rio de Janeiro.

Este comerciante percorrendo em 1808 o distrito do comércio por atacado do Rio de Janeiro, situado entre a Rua da Quitanda e o mar, comentava que os armazéns estavam repletos de produtos destinados à exportação que não podiam ser embarcados para Portugal em virtude da invasão do Reino.

Recursos Financeiros e Disponibilidades na Economia

Luccock, comerciante inglês, julgava que em 1808 os negociantes da praça do Rio de Janeiro ainda não estavam familiarizados com o sistema de crédito a juros e que não tinham uma idéia clara do valor e influência do capital "(...) *nor confidence sufficient in each other, to lend it upon Bonds, nor to discount acceptances. There was indeed, a sort of paper security in use, called credito, but it answered none of the various purposes of a paper currency. It amounted to little more than acknow-*

⁷¹ LEVY, Maria Bárbara. Alguns aspectos de demografia histórica do Rio de Janeiro (1808-1889). In: COLLOQUES INTERNATIONAUX SUR L'HISTOIRE QUANTITATIVE DU BRÉSIL 1800-1930, Paris, 1971. *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930.* Paris, CNRS, 1973.

⁷²

a BRASIL. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Arquivo. *Códices de registros de licença de comércio e ofícios do Senado da Camara do Rio de Janeiro, 1790, 1791, 1792, 1822.* [mss.]

Levantamentos dos dados feitos por Hortencia Baamonte e Ondemar Ferreira Dias.

b ALMANACK DOS NEGOCIANTES DO IMPÉRIO DO BRASIL. Rio de Janeiro, Plancher-Seignot, 1842.

⁷³ LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and the southern part of Brazil taken during a residence of ten years in that country from 1808 to 1818.* London, S. Leigh, 1820, p. 30, 581.

ledgement of the debt and a declaration that the creditor was, at some time or other, to be satisfied out of the goods and estate of the debtor, when all other measures of payment had failed"⁷⁴. O fiador só era compelido a pagar a dívida quando o devedor fosse declarado insolvente por lei e quando os dividendos dos seus bens tivessem perdido 100% do seu valor. Na prática era demorado, custoso e difícil de fazer o fiador pagar, o que criava uma situação de desconfiança do crédito.

Luccock atribui uma grande importância ao Banco do Brasil, fundado em 1809, na transformação da mentalidade dos comerciantes. Até então as cidades se ressentiam da falta de meio circulante capaz de atender aos giros comerciais. Maiores ainda eram as solitações governamentais. O expediente de criação e elevação dos impostos logo generalizou a situação objetiva de carência de recursos financeiros. A criação do Banco do Brasil tinha por objetivo fornecer os meios para as despesas do Estado. Era uma instituição de crédito organizada para aumentar o meio circulante e representava uma vitória contra a mentalidade metalista dominante em Portugal.

A distribuição de ações, o pagamento de dividendos, revelaram as possibilidades de crédito e especulação ao acanhado meio comerciante do Rio de Janeiro. O Banco também criou facilidade de pagamento a crédito no comércio com outras regiões.

Os comerciantes ofereciam crédito aos trabalhadores manuais, até o valor da metade de seu salário. Os produtos do País eram geralmente vendidos a crédito, a prazo de três meses. Negociava-se o café, a carne, o peixe fresco, o bacalhau, o sal, o querosene e a lenha à vista, a farinha de mandioca, alimento básico do pobre, a seis meses de crédito ou à vista com desconto de 6%⁷⁵.

Os comissários eram os banqueiros diretos dos cafeicultores. Os estabelecimentos de crédito recusavam-se a aceitar o endosso dos fazendeiros, mas emprestavam ao comissário, à sua firma ou mediante Letras endossadas por outros comerciantes. Os empréstimos dos comissários eram feitos sobre a colheita, ou tinham como garantia os escravos que o fazendeiro possuísse.

Liquidado o Banco do Brasil, teve início um período de emissão de papel-moeda do Tesouro Nacional, no qual se substituíu o *pagará à vista* das antigas notas pelo mais vago *se pagará*.

O banco particular mais duradouro e importante foi o Banco Comercial do Rio de Janeiro, fundado em 1838, que se organizou com um capital de 2.000:000\$000 para crédito comercial. Não podendo acumular depósitos suficientes para ampliar as transações passou a emitir *vales*, certificados nominais ou ao

⁷⁴ LUCCKOCK, op. cit. acima nota 73, p. 579.

⁷⁵ ANDREWS, op. cit. acima nota 70.

portador, emitidos pela direção do Banco sobre a Caixa para serem pagos no mínimo três dias depois de apresentados. Não se tratava propriamente de papel-moeda, mas sim de papel comercial, pois rendia juros e expirava em data fixa.

Tanto os juros como o prazo eram ilusórios: a 2% ao ano, os vales de 200\$000 rendiam \$333 por mês, conseqüentemente, no fim do trimestre, período previsto para a operação, quase nada devia ser recebido.

Esta prática generalizava-se nas outras praças à medida em que novos bancos comerciais se fundavam: Maranhão (1846), Pará (1846), Bahia (1847), Pernambuco (1851). No Rio de Janeiro, em 1851, organizava-se um segundo banco de grande importância, o Banco do Brasil de Mauá, com o vultoso capital de 10:000\$000.

O período de 1800 a 1840 se caracterizou pela expansão do sistema monetário, pelo início dos estabelecimentos modernos de crédito, pelo declínio das instituições tradicionais tais como a Mesa do Bem Comum e as Irmandades e pela presença dos comissários de café e das firmas exportadoras. Essas transformações se processaram de forma bastante tumultuada com forte inflação, agravada pela crise comercial e pelo declínio da economia açucareira.⁷⁶

A Atividade Comercial

O Comércio de Cabotagem

Luccock elaborou quadros do comércio do Rio de Janeiro de abril de 1813 ao primeiro trimestre de 1817, baseados nos dados oficiais que proporcionam um panorama da situação do porto nesse período.

O comércio de cabotagem estava tradicionalmente ligado ao capital colonial brasileiro e em parte ao português, porém, a partir de 2 de junho de 1816 foi oficialmente proibida a participação estrangeira. Os marinheiros eram recrutados no

76

- a AGRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernization in Brazil 1850-1914*. Cambridge, Gt. Brit., Cambridge Univ. Press. 1968. p. 15-74.
- b LEVY, Maria Bárbara. *História dos bancos comerciais no Brasil; estudo preliminar*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1972. [mimeo]
- c ALMANAQUE DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE 1824. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1969. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 278:197-360, jan./mar. 1968.

Brasil e no Reino e as embarcações eram na sua maior parte construídas na própria colônia. A partir de 1808, as embarcações foram aperfeiçoadas, a armação de pele torcida e os cabos de fibra de palmeira foram substituídos pelos de corda, as velas de fazenda leve de algodão por tecido mais apropriado. Nessa época, generalizou-se o uso do quadrante e do compasso, o que permitiu a escolha de rotas mais diretas em lugar das tradicionais que acompanhavam a costa de perto. No entanto, as embarcações usadas nesse tráfico ainda eram de pequeno calado, lanchas de 50t; sumacas de 100t, brigues de 150t e navios de 200t. As caravelas estavam em fase de desaparecimento no início do século XIX. Nos percursos longos os brigues eram de 400t e os navios de 600t.

O comércio de cabotagem com o Sul foi dividido por LULLCOCK⁷⁷ nos seguintes distritos: Ilha Grande, Santos, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

No primeiro distrito mencionado, os principais portos eram os da Ilha Grande e Parati e os secundários, Guaratiba, Sepetiba, Itaguaí, Mangaratiba. As viagens num sentido duravam de três a quatro dias e as importações consistiam em gêneros alimentícios (aguardente de cana-de-açúcar, arroz, café, toucinho, milho, açúcar, amendoim, farinha de mandioca, cocos, legumes, cebolas, tabaco); materiais de construção, (tábuas, madeiras, cimento, ripas); combustíveis (lenha, carvão), ferro, peles. Mantinha-se o mesmo tipo de carga do século XVIII, com pequenas variantes. As exportações do Rio de Janeiro eram: sal (proveniente da região de Araruama e Cabo Frio); carne (oriunda de Minas Gerais e do planalto central); trigo e farinha de trigo (importados da Bacia do Prata e dos Estados Unidos); vinho (de Portugal); cocos (do Nordeste), vinagre, milho, farinha de mandioca, óleo de peixe, materiais de construção (telhas, cimento, tijolos, madeira), materiais de construção naval (breu, resina proveniente dos Estados Unidos), escravos.

DISTRITO DA ILHA GRANDE IMPORTAÇÃO

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	8.300
1814	jan./dez.	9.750
1815	jan./dez.	7.850
1816	jan./dez.	9.750
1817	jan./mar.	2.050

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 3.300t; 1900t, 2.850t.)

O comércio do Rio de Janeiro com a região de Santos empregava o mesmo tipo de embarcação, predominando as lanchas. As viagens num sentido levavam de

⁷⁷ LULLCOCK, op. cit. acima nota 73, p. 606-28.

oito dias (de julho a setembro) a 14 dias (de abril a junho) ou 15 a 16 dias (de janeiro a março e de outubro a dezembro). Esse distrito compreendia os portos de Santos, São Sebastião, Cananéia, Parnaguá (Paranaguá), Iguape, Bertioiga ou Buruquioca, Guaratuba e Ubatuba (de pequeno calado, somente acessível a canoas).

Figuravam na lista de importações as mercadorias anteriormente mencionadas, exceto madeira, lenha, ripas, carvão, ferro e cebolas e outros gêneros que não constavam do intercâmbio Rio de Janeiro — Ilha Grande: mate, sal, peixe, banha, óleos, trigo, farinha de guerra, queijos, louça de cerâmica vidrada, tijolos, telhas, tábuas, barris, pipas, algodão, casca de arueira para curtir couro, borracha. A exportação do Rio de Janeiro era muito pouco variada, consistia em sal, escravos, vinhos, carne, bebidas alcoólicas, farinha de mandioca, azeitonas, produtos da terra, ferro, pipas, vidro, louça de cerâmica vidrada.

DISTRITO DE SANTOS
IMPORTAÇÃO

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	5.460
1814	jan./dez.	9.516
1815	jan./dez.	6.070
1816	jan./dez.	8.380
1817	jan./mar.	2.520

(2.520t foi uma carga abaixo dos primeiros trimestres de 1814 e 1815, e acima de 1816 que foi de 1.900t.)

O comércio com o distrito de Santa Catarina se assemelhava aos demais do sul do Brasil quanto ao tipo de mercadorias e meios de transporte. Importava-se peixe, óleo, cebolas, milho, farinha de mandioca e de trigo, carne, legumes, arroz, amendoim, farinha de guerra (a partir de 1814), alho, sebo, café, tabaco (1816), aguardente de cana-de-açúcar, açúcar (a partir de 1817), peles, solas, louça de cerâmica vidrada, cimento (a partir de 1815). O Rio de Janeiro exportava cimento, ferragens, louça de cerâmica vidrada, potes de ferro (1814), pipas, suprimentos militares, pólvora (1816) escravos, açúcar, vinho, sal, tabaco, óleos, vinagre, bebidas alcoólicas (1817).

As viagens num sentido duravam de 12 a 14 e até 19 dias, (estas últimas de julho a setembro). Os portos mais freqüentados eram os de Santa Catarina, Rio São Francisco, Itapecoroia, Laguna e outros menores.

DISTRITO DE SANTA CATARINA
IMPORTAÇÃO

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	3.750
1814	jan./dez.	7.100
1815	jan./dez.	5.800
1816	jan./dez.	5.150
1817	jan./dez.	1.650

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 1.850t; 1.900t; 800t.)

O comércio com o distrito do Rio Grande do Sul se fazia exclusivamente com os portos situados dentro da barra do Rio Grande do Sul. A duração da viagem num sentido variava de 17 a 26 dias sendo que o período mais longo ocorria de janeiro a março. As sumacas e os brigueiros predominavam quase que exclusivamente nesta rota. As transações divergiam das demais partes da região Sul pela pequena variedade de importações e pela grande variedade de exportações. As primeiras se reduziam à carne seca, carne salgada hidratada, trigo, farinha de trigo, sebo, manteiga, peles. As exportações compreendiam bebidas alcoólicas, vinho, sal, vinagre, açúcar, óleo de peixe, tábuas, farinha, tabaco, milho, toucinho (1814), arroz, louça de cerâmica vidrada, tijolos, tábuas, telhas (1815), ferro, equipamentos militares, pólvora (1814), escravos, cerveja (1815).

DISTRITO DO RIO GRANDE
IMPORTAÇÃO

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	18.460
1814	jan./dez.	20.050
1815	jan./dez.	23.550
1816	jan./dez.	20.700
1817	jan./mar.	2.800

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 6.400t, 5.800t e 1.900t.)

O comércio do Rio de Janeiro com a Costa Norte do Brasil foi dividido por LUCOCK⁷⁸ nos seguintes distritos: Cabo Frio, Campos dos Goitacazes, Espírito Santo, Porto Seguro, Bahia, Pernambuco.

O comércio de Cabo Frio se fazia quase que exclusivamente em lanchas, face à pequena duração do percurso de três a seis dias (a maior duração ocorria no período

⁷⁸ LUCOCK, John, op. cit. acima nota 77.

do de abril a setembro). Os principais portos eram Cabo Frio, Macaé e Rio das Ostras. Esses dois últimos só eram acessíveis a barcos. A lista das importações incluía sal, peixe, milho, legumes, arroz, farinha de mandioca, açúcar, café, aguardente, mel, tabaco (1815), manteiga, cimento e tábuas, sarrafos, arcos, lenha e carvão, banheiras e tinas ou cuias para tomar banho; algodão (1814), fustão. As cargas do Rio de Janeiro para Cabo Frio eram de carne, sebo, vinho, sal, farinha de mandioca, trigo e farinha de trigo (1816), aguardente, bebidas alcoólicas, toucinho, louça de cerâmica vidrada, ferro, algodão (1816).

**DISTRITO DE CABO FRIO
IMPORTAÇÃO**

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	7.250
1814	jan./dez.	10.400
1815	jan./dez.	10.950
1816	jan./dez.	11.300
1817	jan./mar.	2.850

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 3.450t, 3.250t e 2.900t.)

No distrito de Campos dos Goitacazes só havia comércio com os portos do Rio Paraíba do Sul feito por meio de lanchas e sumacas. As viagens, num sentido, levavam de cinco a nove dias (a duração maior ocorria de abril a junho). As importações típicas eram açúcar, aguardente de cana e mel. Figuravam ainda nas cargas de Campos para o Rio de Janeiro, arroz, milho, farinha de mandioca (1816), pranchas, madeira, fustão, pau-rosa (1815), algodão. A zona de Campos dos Goitacazes recebia do Rio de Janeiro vinagre (1815), sal, rosca, biscoito, carne, vinho, bebidas alcoólicas (1814), manteiga, sebo, toucinho, farinha de trigo, trigo, farinha de mandioca, óleos, queijo, milho (1816), tabaco, louça de barro vidrado, mobília, vime, ferro, escravos.

**DISTRITO DE CAMPOS DOS GOITACAZES
IMPORTAÇÃO**

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	4.050
1814	jan./dez.	10.250
1815	jan./dez.	9.000
1816	jan./dez.	13.300
1817	jan./mar.	1.800

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 4.100t, 1.300t, 3.000t.)

No distrito do Espírito Santo, os portos do rio Guaraparí, Benevente, Itapemirim, Piuma, Camapuan ou Cabapua e Almeida mantinham intercâmbio com o

Rio de Janeiro, sendo que os três últimos em muito menor volume. A duração das viagens ia de cinco dias (de janeiro a março) até 10 dias (de abril a junho).

O Rio de Janeiro recebia dessa região: milho, farinha de mandioca, sal (1816), arroz, legumes, açúcar, aguardente de cana, cebolas (1817), tabaco (1815), tábuas, caixas de açúcar, combustível, fazenda de algodão grosseira, fustão, redes, mecha de algodão. Remetia para o Espírito Santo: carne, farinha de mandioca, trigo, farinha de trigo, roscas, sal (1816), milho, queijo (1815), tabaco, louça de barro vidrado (1814), mobília, equipamentos militares (1815).

) DISTRITO DO ESPÍRITO SANTO
IMPORTAÇÃO

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	1.750
1814	jan./dez.	3.450
1815	jan./dez.	2.850
1816	jan./dez.	2.800
1817	jan./mar.	550

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 900t, 650t, 700t.)

O comércio entre o Rio de Janeiro e Porto Seguro se fazia através dos portos de Porto Seguro, Prado na foz do Jucuruçu, Alcobaça na foz do Itanhaém, Caravelas na Baía das Garoupas e São Mateus (os dois últimos de difícil acesso). Reduzia-se a um número pequeno de mercadorias: farinha de trigo, milho, aguardente de cana-de-açúcar, açúcar, legumes, casca de aroeira, algodão e, a partir de 1814, madeira no que se refere à importação do Rio de Janeiro; carne, toucinho, farinha de trigo e vinho a partir de 1814, quanto à exportação do Rio de Janeiro. A duração do percurso nas lanchas e sumacas usadas nessa rota era de oito dias (de janeiro a março) e de 15 dias (de abril a junho).

DISTRITO DE PORTO SEGURO
IMPORTAÇÃO

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	1.500
1814	jan./dez.	3.800
1815	jan./dez.	1.350
1816	jan./dez.	600
1817	jan./mar.	200

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 1.500t, 550t, 50t.)

No distrito da Bahia estavam situados alguns dos melhores portos do Norte: Salvador, Ilhéus, São Jorge e alguns em condições precárias, como Rio Real e Sergipe. As viagens num sentido eram realizadas na sua maioria por lanchas, sumacas, brigues e navios, estes últimos em menor proporção, e levavam em média 11 dias

(de janeiro a março) e 20 (de julho a setembro).

As cargas eram mais variadas do que as dos outros distritos da costa norte: secos, milho, açúcar, vinho, farinha de mandioca, peixe, manteiga, aguardente, gim, ticum, óleos, carne condimentada (1815), cocos (1816), tabaco; material de construção naval (cordoaria, alcatrão, panos para vela); material de construção (tijolos, cimentos, vidros, tábuas), cera, sulfú, aço (1817), pedra de moinho, escravos. As exportações do Rio de Janeiro eram quase todas de outras proveniências; produtos da Índia, mercadorias da China, trigo e farinha de trigo do sul, escravos na sua maioria da África, tabaco em grande parte importado, além da farinha de mandioca, toucinho, queijo (1817), vinagre, peles, cera.

**DISTRITO DA BAHIA
IMPORTAÇÃO**

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	1.600
1814	jan./dez.	4.000
1815	jan./dez.	3.450
1816	jan./dez.	3.500
1817	jan./mar.	1.850

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 1.450t, 1.000t, 500t.)

O distrito de Pernambuco se estendia da costa norte do rio São Francisco até a fronteira setentrional do Brasil. No entanto, entre 1813 e o primeiro trimestre de 1817 só chegaram ao Rio de Janeiro embarcações provenientes de Pernambuco, Alagoas e Paraíba além de pequeno número de navios não mercantes do Ceará, Maranhão e Pará, trazendo madeira para construção. As viagens consumiam de 15 dias (de janeiro a março) até 21 dias (de abril a junho) nas sumacas e brigues em uso na época. O Rio de Janeiro importava desse distrito: sal, secos, açúcar, cocos, farinha de mandioca, vinho (1814), vinagre (1814), óleos, aguardente de cana, manteiga (1816), cebolas (1816); material de construção naval (cordoaria, resina); lenha e madeira para construção civil; salpêtre (para a produção de pólvora) ferro e estanho. O Rio de Janeiro exportava açúcar, farinha de trigo, toucinho, legumes, chá, café (1814), óleo de peixe (1814), arroz (1815), bebidas alcoólicas (1816), centeio (1816), milho (1817), sal (1817), tabaco, peles.

**DISTRITO DE PERNAMBUCO
IMPORTAÇÃO**

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	2.500
1814	jan./dez.	3.050
1815	jan./dez.	1.950
1816	jan./dez.	2.950
1817	jan./mar.	1.950

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 1.700t, 900t, 900t.)

O comércio de cabotagem se caracterizava nessa segunda década do século XIX pela estabilidade na composição da carga, praticamente a mesma das últimas décadas do século XVIII. Fundamentalmente continuavam predominando os gêneros alimentícios, os materiais de construção civil e naval, alguns metais, tecidos (em menor escala) e escravos. As inovações consistiam nos equipamentos militares em virtude da guerra, nesse período — matéria-prima para o fabrico de pólvora no Rio de Janeiro — nas exportações de alguns produtos do artesanato e manufatura do Rio de Janeiro, tais como louça de barro vidrada, mobília e no incremento do comércio do trigo e dos materiais de construção. A vinda da família real, dos cortesãos e da alta burocracia de Portugal estimulava consideravelmente a construção no Rio de Janeiro, criando uma onda inflacionária dos preços dos produtos ligados a essa atividade.

Observa-se que quanto à carga, o comércio com a costa sul e norte apresentava-se com uma tendência à estabilidade em relação aos portos mais próximos em ambas as direções, e ao declínio quanto aos mais distantes. No caso das regiões meridionais a invasão da Cisplatina pelos portugueses, os conflitos com a Espanha primeiro e com as províncias do Prata em seguida, dificultavam o tráfico.

Em todos os quadros, exceto os referentes ao Rio Grande, Espírito Santo e Porto Seguro, verifica-se um declínio marcado do volume de carga em 1815 e uma recuperação em 1816, certamente ligados aos acontecimentos na Europa; Congresso de Viena e restauração da paz. Nos três quadros acima referidos não houve uma compensação em 1816, mantendo-se a queda da tonelagem da carga nesse ano.

A evolução do comércio de cabotagem nesses anos era de estabilidade ou de declínio.

O Comércio com a África

Ao contrário do que sucedia no tráfico costeiro, o comércio com a África tendia a se ampliar se bem que o volume das cargas fosse modesto mesmo com esse aumento. O Brasil substituiu Portugal no intercâmbio com a África a partir de 1808. Do ponto de vista da navegação à vela a colônia estava melhor situada do que a metrópole, aliás, engajada nas guerras europeias. O distrito da África Ocidental incluía Benguela, Angola, Rio Zair ou Congo, Rio Camarões, Benin, São Tomás, Calabar. As viagens num só sentido variavam de 37 dias (de janeiro a março e de julho a agosto), a 40 dias (de outubro a dezembro) e 46 dias (de abril a junho) com as embarcações usadas na época, brigues e navios. O comércio com a África se caracterizava pela pequena variedade de mercadorias, e pela tendência dos preços desses artigos de se manterem praticamente inalterados, exceto os dos escravos. Segundo HAROLD JOHNSON⁷⁹, essa estabilidade dos preços seria consequência não só do monopólio régio sobre vários produtos desse intercâmbio como pau-brasil, rapé, tabaco em pó, como também do tipo de produção dessa região da África que ainda não tinha se integrado à economia do mercado. O Rio de Janeiro importava da África Ocidental escravos, cera, óleo de palmeira, óleo de amendoim, marfim, sulfú

⁷⁹ JOHNSON JR., op. cit. acima nota 43^a.

(1814); madeira para construção naval e exportava aguardente e tabaco usados na compra de escravos, gêneros alimentícios (farinha de mandioca, arroz, açúcar, vinho, farinha de trigo (1815), peixe (1816), ferro, pólvora, telhas (1815).

DISTRITO DA COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA
IMPORTAÇÃO

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	4.950
1814	jan./dez.	4.950
1815	jan./dez.	5.050
1816	jan./dez.	5.800
1817	jan./dez.	1.250

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 1.450t, 1.150t, 1.500t.)

O comércio com a África Oriental (Moçambique e Quelimane) era prejudicado pela longa duração das viagens: 67 dias (de outubro a dezembro), 74 (de abril a junho). Era impossível retornar ao Rio de Janeiro no período de julho a setembro. As embarcações usadas eram brigues e navios com capacidade de carga de 400 a 600t respectivamente.

Importava-se de Moçambique e Quelimane escravos, marfim, ouro em pó e a partir de 1815 acrescentaram-se outros artigos, carapaças de tartarugas e rano. Exportava-se principalmente açúcar, aguardente de cana-de-açúcar, vinho (1816). O quadro não fornece tonelagem, mas calculando-se a carga de importação pelo tipo de embarcações — brigues e navios que nessa carreira eram de 400 a 600t — ela seria de 1.200t em 1813; 2.600t em 1814; 2.600t em 1815; 3.400t em 1816, nula em 1817. Era freqüente os navios partirem vazios do Brasil para a costa oriental da África, mas não há indicação do tipo de embarcações que iam com lastro e sem carga.

Luccock atribuiu uma grande importância a esse comércio porque estimulava a construção naval, a formação de um corpo de marinheiros brasileiros, rendia impostos para o Tesouro e supria o Rio de Janeiro de mão-de-obra.

No entanto, o volume da carga, excluindo a de escravos, não chegava a modificar o panorama geral de depressão do comércio do Brasil. Nesse período ocorreu uma grande alta dos preços dos escravos de \$50 mil em 1766 para \$140 a \$150 mil em 1821⁸⁰.

⁸⁰ JOHNSON JR., op. cit. acima nota 43^a.

O Comércio com Portugal e suas Ilhas

O comércio do Rio de Janeiro com o Reino e as ilhas portuguesas do Atlântico mantinha-se em nível baixo de carga nesses anos e apresentava uma tendência ao declínio. A lista de importações apresentadas por Luccock deve estar incompleta porque falta a maioria dos artigos manufaturados. Figuravam nessa pauta: sal, vinho, vinagre, secos, bebidas alcoólicas, peixe, óleo, azeitonas, manteiga, frutas, feragens, chapéus, cimento, papel, vidro, equipamentos navais, pedras de calçamento. Nota-se o desaparecimento das exportações originárias do Reino de manufaturas de tecidos de rendas, passamanaria, artigos de luxo em geral e de reexportações de produtos congêneres da Europa. As cargas de retorno do Rio de Janeiro para Portugal mantinham o padrão tradicional da colônia: açúcar, arroz, café, tabaco, peles, farinha de mandioca, sebo, acrescentando-se os produtos reexportados: trigo, mercadorias da Índia e China, salpêtre, alúmen. O volume da carga pode ser avaliado à base do tipo de embarcações que eram usadas — brigues e navios e poucas sumacas. A duração da viagem era ligeiramente menor do que a da rota da África Ocidental, 67 dias (de abril a dezembro), 54 dias (de janeiro a março). Parece válido admitir que a tonelage seria igual à das embarcações do mesmo tipo usadas na rota para a África Ocidental: 400t para os brigues e 600t para os navios. Como no intercâmbio entre o Brasil e o Reino e ilhas portuguesas do Atlântico, não há registro de navios transitando sem carga, o cálculo da tonelage fica facilitado. Além dos navios e brigues, figuravam cinco sumacas cuja capacidade era de 100t.

DISTRITO DE PORTUGAL E ILHAS DO ATLÂNTICO
PERTENCENTES AO IMPÉRIO LUSO
IMPORTAÇÃO

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	9.800
1814	jan./dez.	28.300
1815	jan./dez.	21.100
1816	jan./dez.	36.900
1817	jan./mar.	8.200

(O primeiro trimestre de 1817 é inferior ao de 1816, 9.900t, superior ao de 1815, 7.400t, equivalente ao de 1814, 8.600t.)

Em 1815/16, nota-se a mesma flutuação já observada quanto ao comércio ao longo da costa brasileira. Excluído o excedente de 1816, compensatório dos baixos níveis de 1815, a tendência de 1817, a julgar pelo primeiro trimestre, é ser ligeiramente inferior à carga de 1814. O comércio se apresentava, portanto, limitado em volume e com uma tendência à estabilidade.

Se compararmos o valor em mil-réis do comércio do Brasil com o de Portugal, observaremos um aumento das exportações do Brasil de 1800 a 1801, um declínio de 1801 a 1802, um período de estabilidade de 1803 a 1804, uma nova alta em 1805 seguida de uma baixa moderada em 1807 e catastrófica em 1808. De 1809 a 1813 o valor das exportações se manteve num nível baixo. Iniciou-se a recuperação em 1814, porém ficou muito aquém do nível médio dos anos de 1801 a 1807. Entre 1814 e 1819, registrou-se uma estabilidade do valor com uma flutuação para alta em 1815, 1816 e 1818. A evolução do valor em mil-réis refletia a crise das guerras napoleônicas e a melhoria do intercâmbio em termos relativos após o Congresso de Viena⁸¹.

Os dados relativos ao volume de carga de açúcar também expressavam essa crise. Em 1806 o Brasil exportava 1.500 mil arrobas de açúcar; em 1809, 660 mil arrobas; em 1812, 460 mil. O preço unitário do açúcar bruto de engenho de melhor qualidade caiu, em Lisboa, de 1\$600 para 1\$550 entre 1806 e 1809 e elevou-se novamente para 1\$700 em 1812, enquanto que no auge do reflorescimento da economia de plantação, em 1796, era de 2\$450⁸².

⁸¹ SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)* 4. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1962.

Quadro demonstrativo do comércio do Brasil com Portugal de 1796 a 1819.

Ano	Exportação (em mil-réis)	Importação (em mil-réis)	Lucros	Perdas
1800	12.528:000\$000	9.432:000\$000	3.096:000\$000	—
1801	14.776:400\$000	10.680:000\$000	4.096:400\$000	—
1802	10.353:200\$000	10.151:600\$000	201:600\$000	—
1803	11.332:000\$000	9.928:400\$000	1.403:600\$000	—
1804	11.199:600\$000	11.383:200\$000	—	183:600\$000
1805	13.948:400\$000	9.505:200\$000	4.443:200\$000	—
1806	14.153:600\$000	8.426:000\$000	5.727:600\$000	—
1807	13.927:600\$000	6.952:800\$000	6.974:800\$000	—
1808	546:800\$000	1.510:800\$000	—	964:000\$000
1809	4.819:200\$000	3.437:600\$000	1.381:600\$000	—
1810	3.683:200\$000	2.932:400\$000	750:800\$000	—
1811	3.633:200\$000	2.792:400\$000	840:800\$000	—
1812	3.987:600\$000	2.463:600\$000	1.524:000\$000	—
1813	4.796:400\$000	3.587:200\$000	1.209:200\$000	—
1814	7.005:600\$000	5.691:200\$000	1.314:600\$000	—
1815	9.059:200\$000	8.233:600\$000	825:600\$000	—
1816	9.663:600\$000	10.304:000\$000	—	640:400\$000
1817	8.308:800\$000	8.567:600\$000	—	258:800\$000
1818	9.646:000\$000	7.939:600\$000	1.707:000\$000	—
1819	7.516:800\$000	6.546:400\$000	970:400\$000	—

⁸² SIMONSEN, op. cit. acima nota 81, p. 382-3.

O período de 1827 a 1831 é de recuperação. A crise de 1837 a 1845 afetou sobretudo a exportação do açúcar cujo declínio se acentua face à concorrência do Caribe e do açúcar de beterraba e às restrições imoostas à importação do Brasil nos mercados consumidores da França e Inglaterra⁸³.

O Comércio com o Prata

O terceiro ramo do comércio do Rio de Janeiro analisado por Luccock é realizado fora do Império português, dividido nos seguintes distritos: Rio da Prata, Europa do Sul, Europa do Norte, Ásia, Havana e América do Norte.

No entanto, esse autor incluiu no comércio com o Prata a Província Cisplatina que, nessa época, era parte do Império e no intercâmbio com a Ásia, várias possessões portuguesas.

⁸³ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1860. p. 208, 215.

Tabela da exportação do café da Província do Rio de Janeiro de 1817 a 1839

Anos	Quantidades (arrobas)	Anos	Quantidades (arrobas)
1817	318.032	1831	2.241.245
1818	371.345	1832	2.394.750
1819	269.574	1833	2.808.460
1820	539.000	1834	2.803.795
1826	1.304.450	1835	3.237.190
1827	1.754.500	1836	3.579.465
1828	1.845.735	1837	3.285.025
1829	1.875.535	1838	3.833.480
1830	1.958.925	1839	4.446.620

Tabela da exportação do açúcar da Província do Rio de Janeiro 1711 e de 1827 a 1840

Anos	Quantidades (arrobas)	Anos	Quantidades (arrobas)
1711	353.500	1835	1.149.990
1827	1.173.000	1836	1.087.440
1828	1.146.264	1837	894.138
1829	1.200.764	1838	1.002.538
1830	1.302.924	1839	996.284
1831	1.100.200	1840	673.832
1832	832.250		
1833	856.694		
1834	901.930		

Obs.: Inclui exportação externa e para as demais províncias do Império.

O comércio do Prata se achava prejudicado pela invasão portuguesa da banda oriental, o conflito com a Espanha e a tomada de Olivença, sendo considerado oficialmente ilegal.

Na rota do Prata eram usadas lanchas, brigues, sumacas e um pequeno número de navios. As viagens para Montevidéu num sentido consumiam de 20 a 21 dias (de abril a dezembro) e 28 dias (de janeiro a março) e para Buenos Aires, 22 dias (de abril a setembro), de 26 a 27 dias (de outubro a março). As importações do Rio de Janeiro eram praticamente as mesmas do período colonial, apenas com pequenas variantes: mate (1816), sebo, carne (1816), trigo, farinha de trigo, frutas, legumes, queijo, farinha de mandioca, materiais de construção naval (alcatrão, cordoaria (1816)), produtos derivados da pecuária (couro, peles, crina) e casca de aroeira usada na curtição do couro, salpêtre, óleo de baleia, pipas. Causa estranheza a farinha de mandioca figurar na lista das importações dessa área.

As exportações do Rio de Janeiro para o Prata eram mais variadas nesses anos do que no século XVIII. Figuravam em primeiro lugar nas cargas com destino a Montevidéu e Buenos Aires, os produtos tropicais, como açúcar, aguardente de cana-de-açúcar, café, arroz, algodão, tabaco, (reexportado); produtos da Índia; materiais de construção (madeira, tábuas, cimento); materiais de construção naval (alcatrão, cordoaria, cabos); gêneros alimentícios e bebidas (trigo, farinha de trigo, farinha de mandioca, sal, legumes, vinagre, mel, doces) ferro, papel, escravos.

**DISTRITO DO PRATA
IMPORTAÇÃO**

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	4.750
1814	jan./dez.	7.300
1815	jan./dez.	14.900
1816	jan./dez.	8.900
1817	jan./mar.	800

(A carga do primeiro trimestre de 1817, 800t, é consideravelmente inferior à dos primeiros trimestres de 1816, 3.600t e de 1815, 4.300t e superior ao de 1814, 600t.)

A carga excepcional de 1815 parece decorrer de uma acumulação de estoque de 1813/14. Os primeiros trimestres sempre apresentavam menor volume de carga porque era o período do ano das viagens mais longas, portanto, a carga total de 1813 deveria ser aproximada à de 1814. Em 1816 o volume de carga volta ao normal, bastante baixo nessa época.

O Comércio com a Europa

O comércio do Brasil com a Europa do sul era muito reduzido face à distância e aos conflitos do início do século. As viagens variavam de 54 a 59 dias (de janeiro a março e de julho a setembro). Levavam 62 dias (de outubro a dezembro). As importações eram de vinho e *brandy*, bebidas alcoólicas, papel e óleos e as exportações, basicamente, de gêneros tropicais: açúcar, tabaco, peles, sebo.

DISTRITO DA EUROPA DO SUL
IMPORTAÇÃO

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	nula
1814	jan./dez.	400
1815	jan./dez.	350
1816	jan./dez.	550
1817	jan./mar.	nula

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 200t.)

As exportações eram escassas a julgar pelo número insignificante de embarcações utilizadas: duas em 1813; duas em 1814; uma em 1815; duas em 1816; duas em 1817 (1º trimestre). O volume das exportações deveria ser equivalente ao das importações se compararmos o número de navios e se considerarmos que não havia retornos de embarcações vazias.

O comércio com a Europa do Norte incluía os portos de New Haven, Liverpool, London, Plymouth, Bordeaux e Nantes.

O comércio com a Inglaterra não empregava navios ou marinheiros brasileiros; as importações do Rio de Janeiro eram quase exclusivamente de artigos de luxo e as exportações de produtos tropicais.

As importações do Rio de Janeiro, sobretudo as originárias da Europa setentrional, aumentaram 10 vezes de 1808 a 1817 e quatro vezes de 1813 a 1817, segundo Luccock. O crescente desequilíbrio da balança comercial era interpretado por Luccock como um sintoma do crescimento econômico do Brasil, e o tráfico com a Inglaterra era julgado benéfico porque introduzia as noções de capital, especulação e crédito e os instrumentos de crédito no comércio colonial brasileiro. A lista de importações compreendia alcatrão, breu, madeira, ferro, vinho, bebidas alcoólicas, secos, queijos, sal. As exportações eram de café, tabaco, peles, pimenta. As viagens se faziam nos brigues e navios entre 61 e 62 dias (de outubro a março), em 54 dias (de abril a junho) e em 78 dias (de julho a agosto). Segundo Luccock, o

valor das importações britânicas efetuadas pelo Brasil era de £ 3 milhões por ano; metade desse total se destinava ao Rio de Janeiro. O pagamento se fazia em Letras de Câmbio, café, açúcar, peles e algum algodão. O volume do comércio com a Inglaterra e a França ainda era muito limitado, devido às guerras européias.

DISTRITO DA EUROPA DO NORTE IMPORTAÇÃO

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	400
1814	jan./dez.	1.600
1815	jan./dez.	1.200
1816	jan./dez.	800
1817	jan./mar.	300

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 400t, 600t, 600t. O primeiro trimestre de 1817 foi portanto inferior aos primeiros trimestres dos anos precedentes.)

O Comércio com a Ásia

O distrito da Ásia incluía a Índia, Bengal, Calcutá, Goa, Sumatra, Macau, portanto, duas colônias portuguesas. Nessas longas viagens predominavam os navios. Duravam 105 dias (de abril a junho), 122 (de janeiro a fevereiro), 144 a 150 (de julho a dezembro). As mercadorias consistiam, basicamente, em especiarias e artigos de luxo, tecidos, sedas, nanquins, chá, arroz, porcelanas, chapéus, papel, fogos de artifícios, brinquedos, sulfú, chumbo, tutanaga, cobre da China. As exportações eram de produtos tropicais: ferro, aço e produtos da Europa reexportados.

O comércio direto de Portugal com a Ásia quase desaparecera e o Brasil se encontrava em boa posição geográfica nos chamados estreitos do Atlântico para substituir a metrópole nesse intercâmbio. A viagem de ida e volta à Índia se fazia, em média, em 10 meses e à China, em 14 meses. O juro legal no Brasil era de 6% ao ano e os créditos que se obtinham na praça do Rio de Janeiro para financiar essas viagens eram de 5% a 7%, respectivamente. Antes da partida dos navios as obrigações da Índia eram negociáveis até com 40% de desconto, mas o seu valor ia aumentando na medida em que chegavam notícias favoráveis da viagem. Geralmente o capital empregado consistia em barras de ouro ou no dólar de prata espanhol. Qualquer que fosse o prêmio do ouro na ocasião da viagem, ele sempre representava um custo a

mais para os comerciantes na negociação do empréstimo. Cada embarcação com destino à Ásia carregava, em média, 400.000\$000 em barras, que, ao câmbio baixo que prevalecia nesses anos, valia aproximadamente £ 100 mil. Luccock estimava que £ 500 mil saíam por ano do Rio de Janeiro para manter o comércio com a Ásia. Às vezes essa soma atingia £ 800 mil e até mesmo £ 1 milhão. Na torna viagem a carga principal era de tecidos de algodão que o Brasil parcialmente revendia para a América do Sul, África e Portugal, e de tecidos hindus que faziam concorrência aos irlandeses no mercado do Rio de Janeiro e constituíram a matéria-prima da manufatura régia de algodões estampados, localizada nessa cidade.

Os artigos mais importantes provenientes da China eram chá, tecidos de nanquins, sedas, estanho, cobre e chumbo, reexportados na sua maior parte para portos europeus e americanos.

É impossível calcular a tonelagem da carga do comércio com a Ásia pela grande variedade de calado dos navios que não eram especificados nas listas.

O Comércio com Havana e América do Norte

Finalmente, o Rio de Janeiro mantinha comércio com Havana e os Estados Unidos. As viagens prejudicadas pelos ventos desfavoráveis, levavam até 118 dias (nos meses de janeiro a março). Eram usados geralmente brigues e excepcionalmente navios. As cargas de importação consistiam sobretudo em: matéria-prima para a indústria naval (alcatrão, breu), madeira, vinho, rum, café, açúcar de Havana. Na medida em que o suprimento de trigo do sul do Brasil declinou, os Estados Unidos passaram a ser exportadores de trigo e farinha de trigo para o Rio de Janeiro. Nessa época, a carga de exportação era somente de carne. Segundo Luccock, os Estados Unidos importavam barras de ouro e produtos orientais, mas esses itens não figuravam na pauta. O volume de carga era insignificante.

DISTRITO DE HAVANA E AMÉRICA DO NORTE IMPORTAÇÃO

ANOS	PERÍODO	TOTAL em t
1813	abr./dez.	nula
1814	jan./dez.	400
1815	jan./dez.	600
1816	jan./dez.	nula
1817	jan./mar.	200

(A carga dos primeiros trimestres anteriores foi de 400t, 400t, e 0t.)

Em conjunto, os dados fornecidos por Luccock e obtidos nas fontes oficiais revelaram um panorama de estabilidade no comércio de cabotagem com as regiões mais próximas; de declínio no intercâmbio com as regiões distantes; uma baixa do comércio com Portugal e Bacia do Prata; uma certa expansão no comércio com a África e Ásia em função da falta de concorrência portuguesa e um volume muito reduzido de tráfico com a Europa e com a América do Norte e o Caribe. Havia, portanto, uma tendência geral desfavorável, resultante em grande parte da conjuntura europeia.

No entanto, o Rio de Janeiro ainda mantinha um movimento marítimo muito superior ao da Bahia. O número total de navios que entrou, em 1816, no porto do Rio de Janeiro, exceto os engajados no tráfico de cabotagem foi de 1.062; em Salvador de 290, sendo que os números totais de saídas foram, respectivamente, de 862 e 214.

O Comércio Terrestre

Além do comércio marítimo desenvolvia-se o comércio terrestre, apesar da péssima condição das estradas. A estrada do leste percorria a Praia Grande, Guaxendiba, Iguassu e se dirigia ao Espírito Santo, a uma distância de 300 milhas do Rio de Janeiro. Nesse comércio se empregava em média 70 mulas por dia (cada mula carregava de 45,4 a 50,8kg). Os gêneros negociados eram os mesmos do comércio marítimo.

A estrada do norte se iniciava no Porto de Estrela, no fundo da Baía de Guanabara e tinha um movimento de 250 mulas carregadas por dia. Era o mais importante eixo de comunicação terrestre. Ia até Vila Bela no planalto central, a uma distância linear de 900 milhas e real de 1.800 milhas. Esse caminho se ramificava para Cabo Frio e para o Leste. Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso supriam o Rio de Janeiro de gado. Minas Gerais também exportava toucinho, queijo, tecidos grosseiros de algodão, ouro, pedras preciosas. O comércio de retorno consistia em manufaturas provenientes da Europa e da Ásia, escravos, instrumentos agrícolas e para a agro-indústria. Na Província do Rio de Janeiro havia dois grandes centros de intercâmbio com a capital, Macacu e Magé. As exportações do primeiro se escoavam pelo Porto das Caixas e as do segundo pelo Porto de Estrela que também era o término da estrada do norte.

Dentro de um circuito de seis léguas de Macacu, estavam situadas as Paróquias de Vila Nova, São João do Itaboraí, Nossa Senhora da Conceição, Tambi. As exportações para o Rio de Janeiro eram de mandioca, feijão, açúcar (o principal produto), milho, arroz em pequena quantidade. A população dessa zona era de 9 mil habitantes nessa época. Magé fica situada a três léguas de Macacu e a uma légua da Baía de Guanabara. Em torno de Magé se desenvolveram a quatro milhas a nordeste a Paróquia de Ajuda, a duas léguas a oeste a de São Nicolau e a sudeste as Paróquias de Nossa Senhora da Guia, de Nossa Senhora da Piedade e Inhumirim e de

Nossa Senhora do Pilar. Todas essas paróquias usavam, ao menos parcialmente, o Porto de Estrela para a exportação de feijão, farinha, milho, algum açúcar, arroz, pequena quantidade de café, banana, mandioca. Finalmente, a estrada do oeste ligava o Rio de Janeiro a São Paulo e ao Rio Grande do Sul. Essa província meridional enviava gado, mulas, ovelhas, peles, couros. Os rebanhos tinham de fazer escalas para repouso e engorda ao longo do percurso de 800 mil milhas. O Rio de Janeiro vivia sobretudo da atividade comercial, a produção urbana era limitada. O artesanato se encontrava nas freguesias urbanas e a agricultura e criação, nas suburbanas. O centro comercial a varejo se concentrava na Rua da Quitanda e o por atacado entre a Rua da Quitanda e o mar.

Havia uma grande abundância de frutas e legumes produzidos nas hortas, pomares e chácaras da cidade. A variedade de frutas era imensa: cambium, mamão, figo, melão, melancia, laranja, lima, tangerina, limão, castanha de cacau, de caju, amendoim, côco, maracujá, cajú, grumixana, araçá, fruta de conde, goiaba, tamarindo, pitanga, jambo, jaboticaba, banana, manga, abacaxi. Praticamente todos os relatos dos viajantes que visitaram o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, elogiam as frutas e os legumes e tubérculos: couve, alface, salsa, maxixe, quiabo, pimentão, pimenta, rabanetes, fava, feijão, ervilha, nabo, abóbora, batata doce, cebola, cenoura, espinafre, pastinaca. Também havia grande oferta a preço baixo de carne de porco, peixe, galinha originária da Europa, da Guiné e de Angola, pato e peru. Viajantes e moradores reclamavam da escassez e da má qualidade da carne de vaca, carneiro e ovelha. Quase não havia criação de gado na cidade e circunvizinhanças. As reses, ovelhas e carneiros vinham de regiões distantes (Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul). O leite também era escasso e caro. O queijo ou era importado da Europa ou de Minas Gerais, acessível apenas aos consumidores de rendas médias ou altas.

A criação na Província do Rio de Janeiro era feita em campos naturais, pobres. Nos distritos de Magé, Nova Friburgo e Macaé e na fronteira de Minas Gerais havia em 1828, aproximadamente, 100 a 150 cabeças de gado bovino, principalmente vacas leiteiras, e uma pequena produção local de queijo.

Na Fazenda Imperial de Santa Cruz, a 10h de distância da capital, havia criação de gado. No entanto, a principal atividade era a de receber rebanhos de gado de corte, que provinham de São Paulo, para engorda. A fazenda dispunha de 1.500 negros mas a criação se fazia de forma rústica extensiva.

Os campos de Minas Gerais, São Paulo, e mesmo do sertão do oeste eram considerados melhores do que os pastos da Província e subúrbios do Rio de Janeiro.

Na segunda década do século XIX chegavam ao Rio de Janeiro das Províncias de Mato Grosso e Goiás, dois rebanhos de 150 a 200 cabeças, cada um, por ano. A

guerra no Sul destruíra em grande parte o gado selvagem do pampa. As ovelhas eram importadas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e consideradas de qualidade inferior. Geralmente os carneiros eram criados nas plantações para consumo local dos escravos e por isso faltavam nos mercados urbanos. São Paulo, Minas Gerais e, em menor proporção, o Rio Grande do Sul, abasteciam o Rio de Janeiro de suínos. No vale da Tijuca se encontravam plantações de anil, mandioca, café, cacau, cana-de-açúcar e extensiva produção de bananas, laranjas e limas⁸⁴. Luccock descreveu a sua visita às plantações de café de Mawke, Le Sange e do Conde de Asseca na Tijuca. As plantações de cana-de-açúcar do Rio de Janeiro possuíam até 1 mil escravos⁸⁵.

Alternativas de Investimento Agrícola

J. FRIEDRICH VON WEECH⁸⁶ descrevia em 1827 as oportunidades e alternativas para os diversos tipos de imigrantes que viessem para o Rio de Janeiro. Considerava um ótimo investimento para o imigrante possuidor de pequeno capital fazer uma horta no centro urbano. Segundo essa fonte, seria necessário 200.000\$000 a 250.000\$000 de capital de giro para se lançar nesse investimento, incluindo nas despesas: sustento da família, aluguel ou compra de um escravo ou contratação de família de colonos, consumo do adubo, arrendamento do terreno. Se o imigrante estabelecesse horta no subúrbio ou regiões mais distantes, seria necessário um capital de 300.000\$000 a 350.000\$000 devido ao custo do transporte dos produtos para o mercado. No primeiro ano o capital cobriria os custos, mas a partir do segundo já teria lucro.

Sugeriu como outra alternativa o aluguel de pequena propriedade para criar gado leiteiro. Em um ano o investidor gastaria 2.294\$520 incluindo o custo do plantio da grama ou capim, a compra de seis vacas e bezerros, uma cavalgadura e quatro negros (dois de primeira qualidade), do mobiliário, dos utensílios da casa, do vasilhame da leiteria, o aluguel de dois negros para plantar capim, o empréstimo de um feitor, o pagamento do sustento da família do imigrante, do pessoal de serviço, da construção e melhoramento do estábulo e da casa, dos juro do inventário móvel e imóvel e da quota anual do arrendamento da terra. No primeiro ano, cinco meses eram consumidos no plantio do capim e a produção do leite se limitava a 180 dias dos sete meses restantes. O estrume era empregado para fertilizar o solo da granja e pequena parte vendida por 50\$000. A venda do leite rendia 2\$880 por dia e

⁸⁴ GRANT, op. cit. acima nota 61.

⁸⁵ ASHE, op. cit. acima nota 65.

⁸⁶ WEECH, J. Friedrich von. *Brasiliens gegenwärtiger Zustand und Colonialsystem besonders in bezug auf Landbau und Handel zunächst für Auswanderer*. Hamburg, Bei Hoffman und Campe, 1828. Livro 1, p. 72-3, 80, 168-9.

518\$400 por ano. O custo do segundo ano se reduzia a 830\$720 em virtude da eliminação dos custos do plantio do capim, da construção do estábulo e da casa, da compra de mobiliário, utensílios etc.. Permaneciam os gastos de sustento de família, pessoal doméstico, escravos e a compra de mais duas vacas. A venda do estrume e do leite no segundo ano rendia 1:152\$000 que descontadas as despesas (830\$720), dava um lucro de 321\$280, aproximadamente 1% do capital investido nos dois primeiros anos, além do valor dos bens adquiridos (casa, estábulo, móveis, utensílios), e do preço dos escravos, do gado e cavalgadura que atingia a soma de 1:122\$000 no fim de dois anos.

Se o imigrante dispusesse de um capital maior, o melhor negócio no Rio de Janeiro seria investir numa plantação de cana-de-açúcar ou de café.

Em 1827, o custo de uma plantação de café no primeiro ano, segundo os cálculos desse autor era de 6:149\$600 supondo que a terra fosse obtida gratuitamente. Na lista das despesas figuravam: custo de mensuração da terra, transporte, construção da moradia, um forno para tijolos, aquisição do mobiliário e pertences da casa, instrumentos de trabalho; compra de seis negros ladinos e 12 negros novos, uma cavalgadura, empréstimo do feitor, meio ano do custo de operação da olaria, manutenção do pessoal doméstico, dos escravos, da família, tarefas especiais não especificadas; juros de 255\$600 dos bens inventariados cujo valor foi estimado em 4:260\$000. No segundo ano, o fazendeiro devia comprar mais 12 negros, construir um moinho, além de sustentar família, domésticos e escravos; pagar tarefas especiais e os juros de 417\$600 dos bens inventariados, cujo valor já atingia 6:960\$000. O total das despesas do segundo ano era de 3:667\$600. No terceiro ano o custo se reduzia ao sustento da família, pessoal doméstico e escravos, juros de 417\$000 dos bens inventariados no valor de 6:960\$000, além do pagamento das tarefas especiais, pequena soma, provavelmente destinada a despesas extras. A despesa total do terceiro ano se limitava a 967\$000. O custo em três anos era de 10:784\$000.

Em três anos com 27 negros podia-se plantar um cafezal de 40 mil pés, partindo da premissa que um negro podia supervisionar 1 mil pés e um branco 1.500. No entanto, como uma parte dos escravos tinha de ser empregada nas construções, no cultivo de gêneros de subsistência e no transporte, seriam necessários 50 negros para um cafezal de 40 mil pés. No terceiro ano 20 mil pés já estariam produzindo uma colheita de 200 arrobas; no quarto ano, 40 mil pés estariam dando 600 arrobas, e no quinto ano 800 arrobas. Tomando como base do cálculo o preço médio do café de segunda qualidade boa, de 1824 a 1828, o valor das vendas que só se iniciavam no terceiro ano seria o seguinte:

Terceiro ano	200 arrobas a 2\$400	480\$000
Quarto ano	600 arrobas a 2\$400	1:440\$000
Quinto ano	800 arrobas a 2\$400	<u>1:920\$000</u>
		3:840\$000

O autor avaliou os lucros no quinto ano de operação da empresa, pressupondo que os gastos no quarto e quinto anos seriam iguais aos do terceiro ano. Nesse caso,

a despesa total ao término do quinto ano seria de 12:718\$000. Retirando-se dos custos os juros do inventário dos cinco anos, esses se reduziram a 10:794\$400. A diferença entre esta soma e o valor das vendas era de 6:954\$400, compensada pelo valor dos bens que no terceiro ano já eram avaliados em 6:960\$000. O lucro do quinto ano, se o custo fosse igual ao do terceiro ano 967\$000 menos os juros de 417\$000 e as vendas no valor de 1:920\$000, seria de 1:370\$000. A margem do benefício era suficientemente grande para garantir lucro mesmo que o preço do café caísse a 1\$000 réis, o mínimo dos anos imediatamente anteriores a 1827, e ainda que o custo do carregamento do café no porto do Rio de Janeiro continuasse a aumentar na proporção do período de 1817 a 1826⁸⁷.

Weech em princípio desaconselhava o investimento numa plantação de cana-de-açúcar porque requeria maior número de construções e, portanto, um capital de giro mais elevado do que uma plantação de café. O engenho compreendia uma série de compartimentos amplos, com cobertura de telha para evitar o incêndio. Outro problema era o da energia para mover o moinho. Weech julgava que, se não fosse possível usar energia hidráulica, seria melhor abandonar a idéia de investir no cultivo da cana-de-açúcar. A tração animal era muito cara (compra de 20 pares de bois, sustento dos animais, despesas com o pasto, com o milho e o risco de doenças). A instalação e manutenção do engenho e o fabrico das caixas de açúcar exigiam a contratação de um carpinteiro permanente.

CELSO FURTADO⁸⁸ acrescenta a esses argumentos, os seguintes: os pés de café não precisavam ser replantados periodicamente como os de cana-de-açúcar; a fazenda de café no Estado do Rio de Janeiro era instalada aproveitando-se uma mão-de-obra escrava preexistente e a terra era abundante e barata.

Havia duas qualidades de cana-de-açúcar plantadas na Província do Rio de Janeiro: a da terra e a de caiena. A primeira produzia um açúcar que cristalizava melhor e crescia nos morros e ladeiras. A queima e a plantação se faziam em setembro e a terra tinha de ser de novo revolvida após três meses. Em 12 meses as canas-de-açúcar amadureciam e deviam ser cortadas a foíce. O caldo de cana era purificado na casa de purgar com potássio ou sebo. Após esse processamento, deixava-se o cal-

⁸⁷ WEECH, op. cit. acima nota 86, p. 171.

PRODUTO	MEDIDA	1817 Réis	1818 Réis	1819 Réis	1820 Réis	1821 Réis
Café	Arroba	298.686	348.136	252.413	460.454	526.931
		1822 Réis	1823 Réis	1824 Réis	1825 Réis	1826 Réis
Café	Arroba	760.241	925.000	1.120.000	915.677	1.300.000

⁸⁸ FURTADO, op. cit. acima nota 34.

do esfriar e em seguida era levado para secar. No Rio de Janeiro o açúcar era classificado como: açúcar redondo, meio redondo, batido, meio batido e mascavo. O açúcar branco de todos os tipos era embalado em caixas de madeira de 42 arrobas cada uma.

Para a empresa ser rentável, o investidor devia montar um alambique para produzir cachaça. Era preferível trazer da Europa a fornalha, os aparelhos de queima que podiam ser comprados em boas condições em Londres ou Hamburgo.

O custo do primeiro ano de investimento numa fazenda de cana-de-açúcar foi avaliado em 19:332\$000, portanto, um pouco mais do triplo do gasto no primeiro ano de organização de uma plantação de café e ainda partindo da premissa que o investidor recebeu a terra do Governo. Os itens enumerados nas despesas foram: custo da medição de terra, da construção de moradia, do engenho (casa de purgar, de secar), do local para o alambique e instalações das máquinas, do forno, da olaria, das cabanas dos escravos, compra dos utensílios da casa e dos instrumentos de trabalho, acabamento das construções da fábrica e da olaria, compra de 10 negros ladinos e 50 negros novos; duas cavalgadas; empréstimo de dois feitores e do fabricante de tijolos, manutenção da família, pessoal doméstico e dos negros (roupa e alimentação), tarefas específicas, juros do inventário, avaliado em 15:240\$000⁸⁹. No segundo ano de investimento ainda havia a construção de um engenho de farinha de mandioca, de uma serraria, acabamento dos dois engenhos de cana-de-açúcar e de farinha, empréstimo e manutenção de um moleiro, de dois especialistas no fabrico do açúcar, de dois feitores, manutenção e roupa dos negros, e da própria família, compra de quatro pares de bois de tração, de duas vacas, de 20 bezerros, tarefas especiais, juros de 1:338\$800 do inventário de 17:230\$000. O custo do segundo ano era de 5:496\$200 e o total dos dois primeiros anos 24:828\$200; quase o triplo do investimento na fazenda de café em igual período.

Somente no segundo ano se iniciava o plantio da cana-de-açúcar e 55 negros eram necessários para essa tarefa. Cada um devia produzir uma caixa de açúcar de 42 arrobas e uma pipa de 120 garrafas de cachaça. O preço médio da arroba na década de 20 do século XIX era de 2\$800 e o da pipa de 50\$000. A renda do segundo ano seria, portanto, de:

2.310 arrobas de açúcar	6:468\$000
55 pipas de aguardente	<u>2:750\$000</u>
Total de	9:218\$000

No terceiro ano as despesas compreendiam: empréstimo e sustento da serraria, empréstimo de vários especialistas no fabrico de aguardente, sustento e vestimenta de dois negros feitores, dos negros da lavoura e da família, tarefas especiais, juros do

⁸⁹ WEECH, J. Friedrich von. *Brasilien gegenwärtiger Zustand und Colonialsystem besonders in bezug auf Landbau und Handel zunächst für Auswanderer*. Hamburg, Bei Hoffman und Campe, 1828. Livro 3, p. 178-9.

inventário e atingiam a soma de 2:320\$000, mais do dobro das fazendas de café. Não sendo comprados mais negros, as despesas do quarto ano se reduziam a 2:000\$000. As entradas anuais seriam de 9:218\$000, deixando um lucro de 7:218\$000. Ao término de quatro anos o capital estava pago e os negros, construções e animais do inventário passavam a ser lucro líquido do investidor.

Na Província do Rio de Janeiro, um grande inimigo da cana-de-açúcar era a formiga que precisava ser constantemente controlada. Após três anos os pés de cana-de-açúcar deviam ser arrancados com as raízes e queimados, a cinza podia ser usada como adubo e o solo aproveitado para semear milho, feijão e plantar mandioca. Em seguida o solo era deixado sem cultivo e fazia-se outra plantação de cana-de-açúcar mais adiante.

Em conjunto, o investimento rentável na plantação de cana-de-açúcar tinha de ser de proporções maiores do que no cafezal, mesmo nas condições ideais para se dispor de energia hidráulica. A participação do algodão, açúcar e café no total das exportações brasileiras e as tendências de crescimento dessas atividades refletiam as condições desfavoráveis do açúcar e a ascensão do café.

Vide Tabela 2.1 pág. 133

Vide Tabela 2.2 pág. 133

Os preços de exportação do café, açúcar branco e algodão foram desfavoráveis de 1826 a 1830; de 1831 a 1832 houve uma alta não tendo sido alcançado, porém, os níveis de 1826, seguindo-se uma baixa que se tornou mais acentuada de 1837 a 1845 e em 1848, acompanhando a conjuntura dos Países capitalistas dominantes: Inglaterra, França, Estados Unidos.

A Atividade Artesanal e a Manufatura

Quando FRIEDRICH VON WEECH⁹⁰ analisou as alternativas para um imigrante na Província do Rio de Janeiro em 1828, apontou em primeiro lugar a possibilidade de estabelecer horta, criação de vacas leiteiras, ou, se tivesse maior capital, tornar-se fazendeiro de café ou cana-de-açúcar. A única outra sugestão foi montar manufatura de cal, de sabão ou de óleo vegetal que podia ser estabelecida com técnica simples e matéria-prima barata, sendo que somente a potassa era importada.

As atividades artesanal e manufatureira ocupavam uma posição de segundo plano na economia do Rio de Janeiro, prejudicadas pelas limitações do mercado interno numa sociedade escravagista, pela concorrência estrangeira, pela falta de uma política orientada no sentido da produção interna, mesmo após a Independência.

⁹⁰ WEECH, op. cit. acima nota 86, p. 76.

A abertura dos portos, medida de caráter legislativo que encerrou o compromisso colonial, atingiu apenas o comércio exterior, sem pretender abalar as relações econômicas de produção ou circulação interna. O levantamento da proibição às manufaturas foi, na prática, neutralizado pela assinatura de acordos privilegiados com a Inglaterra. As bases do absolutismo e do mercantilismo não foram atingidas e os exemplos de sua permanência são suficientemente abundantes para não dar margem a simplificações. Mantiveram-se as proibições quanto à abertura de caminhos e do deslocamento pessoal. Estabeleceu-se o livre cambismo para as mercadorias inglesas e especialmente portuguesas.

A pequena dimensão do artesanato e da manufatura pode ser atribuída ao caráter agrário exportador da economia que não se voltava para iniciativas que introduzissem relações de produção distintas das formas escravistas dominantes. JOSÉ DA SILVA LISBOA ⁹¹, era um bom representante do pensamento dominante da elite da colônia no início do século no que se refere às possibilidades do desenvolvimento da indústria no Brasil. Ele julgava que a colônia deveria seguir o exemplo da América do Norte pois: *"O Brazil pode ainda por longo tempo ter muita indústria e riqueza, sem estabelecer as Fábricas refinadas, e de luxo que distinguem a Europa. As Fábricas que por ora mais convêm ao Brazil são as que proxivamente se associão á Agricultura, Commercio, Navegação e Artes da geral accomodação do povo."*

Lisboa analisava as dificuldades de implantar uma fábrica porque: *"A mão-d'obra he ahi [Brasil] commumente muito cara; e he mui difficil ajuntar jornaleros em taes estabelecimentos; por que cada hum quer trabalhar antes por sua conta do que pela alheia; e o baixo preço das terras excita a muitos artistas a abandonarem o seu officio, para se darem a agricultura."*

Em seguida salientava o problema da concorrência inglesa que destruíra fiações e tecelagens iniciadas na colônia, e a falta, no Brasil, de certas matérias-primas, como seda e lã, que também prejudicava essas iniciativas.

Julgava que se aplicavam ao Brasil as palavras de Talleirand referentes a América do Norte dando: *"(...) ás razões terminantes porque esta, mui entendidamente, pelos hábitos e interesses geraes do povo, preferia a agricultura ás manufacturas, achando mais conta em ser supprida destas por Inglaterra, pela barateza e perfeição das obras, e pela facilidade de fazerem os Capitalistas inglezes longos créditos aos Americanos nas remessas das suas fazendas, e de todas as sortes de fundos."*

Os Estados Unidos tinham prosperado e as fábricas se desenvolveram no tempo devido, o mesmo aconteceria no Brasil no futuro. Inicialmente a colônia deveria concentrar os esforços nas artes que não sofriam das restrições e monopólios existentes na Europa sob o regime das corporações.

⁹¹ CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil.* Salvador, Typ. M. A. da Silva, 1811. part. 6, p. 2, 3, 8, 10, 11, 16, 19, 33, 44.

Finalmente, argumentava que o "(...) número dos indivíduos das classes superiores mal chega para dirigir aquelle geral trabalho do paiz, [agricultura] e occupar-se nos empregos e profissões militares, civis, ecclesiásticas e literárias, sem que não pôde existir Nação culta". Julgava que o escravo era somente apto para o trabalho braçal. "Consideramos que ainda estamos, por assim dizer, com o machado e enxada na mão, lutando com desertos e matos. Colhamos por ora os productos espontâneos que a Natureza nos offerece. Ella he a nossa gratuita ou barata Manufactureira e prepara a maior parte das obras, e riqueza que precisamos." Procurava ainda combater o que ele considerava o preconceito de que só a atividade fabril era superior porque requeria indústria no sentido de trabalho engenhoso em contraposição ao trabalho braçal e afirmava que as outras atividades também exigiam inteligência e capacidade. O autor dedicou a maior parte do livro à defesa do livre cambismo. Elogiava o alvará de 1º de abril de 1808 que dava liberdade de estabelecer qualquer arte ou indústria no Estado do Brasil e nos domínios ultramarinos, mas fazia restrições ao alvará de 28 de abril de 1809 que concedeu privilégio exclusivo por 14 anos aos inventores e introdutores de alguma nova máquina ou invenção nas artes, indulto do pagamento de direitos das matérias-primas importadas para as fábricas e dos de exportação das obras manufaturadas. Essa última Lei contradizia os princípios da livre concorrência e na opinião do autor prejudicava o Estado que deixava de receber os direitos acima referidos, além de perder os direitos de igual quantidade de semelhantes fazendas estrangeiras que seriam excluídas pela concorrência das colônias e parte dos benefícios da exportação dos gêneros coloniais face à redução da importação de manufaturados estrangeiros. O autor fazia uma distinção entre as indústrias naturais que se desenvolviam espontaneamente em virtude de condições favoráveis de mão-de-obra, matéria-prima, mercado e indústrias promovidas artificialmente por meio da proteção do Estado as quais eram indesejáveis e que ele denominava de contra naturais. Estabelecia os seguintes requisitos essenciais à introdução e prosperidade das fábricas: "I) capitães disponíveis; II) vasta população; III) abundância de subsistência e de matérias primas; IV) demanda do paiz; V) superioridade aos estrangeiros em barateza e perfeição de obra; VI) diffusão de intelligência; VII) Franqueza do Commercio e indústria; VIII) Privilégios, Premios e Honras aos Inventores nas Artes e Sciencias.". Em seguida a essa enumeração examinava cada um desses requisitos em relação ao Brasil, concluindo que: os capitais estavam empregados de forma mais segura e remunerativa na agricultura, comércio, navegação e artes do que na indústria; escasseava a população; os gêneros de subsistência e a matéria-prima eram caros; a demanda efetiva era restrita; a qualidade da produção era inferior; a difusão da cultura era limitada. Preconizava a abolição dos estatutos de mestranças ou dos grêmios e corporações dos ofícios e do terrível sistema dos monopólios que predominaram na Europa e a concessão dos privilégios, prêmios, honras aos inventores nas artes e ciências, mas condenava a extensão dessas medidas aos meros introdutores de inovações.

Finalmente, admitia como possibilidades para o Brasil, as manufaturas domésticas conduzidas pelos lavradores nos intervalos dos trabalhos do campo, tais como panos para camisas, toalhas, vestidos, calçados para o povo e o artesanato urbano. Esse era na realidade o panorama da época.

O Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX se inseria numa economia de plantação escravagista que apresentava as características apontadas por EUGENE GENOVESE⁹² para esse modo de produção.

O investimento predominante na terra, típico da economia de plantação não se verificava na primeira metade do século quando ainda se podia obter terra de graça na Província do Rio de Janeiro. Os cálculos de Weech, por exemplo, se baseavam nessa premissa.

Os outros aspectos de economia de plantação escravagista se manifestaram no Rio de Janeiro, tais como, investimento prioritário na mão-de-obra escrava, a dependência da burguesia comerciante e manufatureira dos interesses da agricultura tropical de exportação. Aliás as atividades comerciais mais importantes eram as de exportação do açúcar, algodão e café, e de importação de escravos. O crédito estava vinculado primeiramente ao comércio, mas também à plantação através dos comissários e baseado na previsão do valor da colheita e do estoque dos escravos do fazendeiro. Quanto à saída de capitais para a metrópole, típico da economia de plantação escravagista colonial, tendeu a declinar com a mudança da sede da capital do Império português para o Rio de Janeiro e desapareceu com a Independência.

Portanto, as atividades fora do âmbito da plantação e do comércio tinham um caráter marginal. Em termos relativos o artesanato era mais importante do que a manufatura.

Para distinguirmos uma categoria de produção da outra, devemos conceituá-las cada uma delas.

A produção artesanal foi a primeira a se separar da atividade agrícola. O artesão possui os instrumentos do trabalho e às vezes a matéria-prima, usa a técnica manual, produz individualmente o objeto acabado. Geralmente trabalha por encomenda e pode receber pagamento em espécie ou matéria-prima. Inicialmente só vende sem ser por encomenda as manufaturas rejeitadas pelo freguês ou feitas nas horas vagas. Essas características do artesanato são compatíveis com uma sociedade cuja atividade predominante é a agricultura tropical escravagista e o comércio de exportação que absorvem o capital disponível escasso em virtude da balança comercial desfavorável desse tipo de economia.

A transformação do artesanato em manufatura se faz pela divisão do trabalho decorrente da necessidade de atender a um mercado interno mais extenso. O capital desempenha um papel importante na organização da manufatura, na compra da matéria-prima em larga escala, barateando o custo da produção. As técnicas continuam predominantemente manuais e requerendo pequeno investimento. A divisão do trabalho implica na divisão das operações da produção e às vezes de cada opera-

⁹² GENOVESE, Eugene. *The political economy of slavery*. New York, Pantheon Book of Random House, 1967.

ção. A manufatura pode compreender trabalhadores assalariados, produtores semi-autônomos e tarefeiros domésticos. Os produtores na manufatura não possuem a matéria-prima, nem o objeto acabado e só eventualmente os instrumentos de trabalho. Já se verifica portanto, a separação entre os representantes do trabalho e do capital. A atividade manufatureira se desenvolve freqüentemente através de uma rede de pequenas e médias unidades entrelaçadas pelo capital mercantil. Do momento em que a técnica é principalmente manual não há vantagem de estabelecer unidades de larga escala.

A indústria implica numa revolução técnica, na rejeição do trabalho manual e do estabelecimento pequeno e médio e requer como pré-condição um mercado interno integrado e a emergência do capital industrial. A indústria não é compatível com a agricultura tropical escravagista, com a hegemonia do comércio de exportação de gêneros agrícolas e com a conseqüente falta de capital disponível para investimento na produção secundária. Ela só pode surgir dentro de uma economia de plantaço em caráter marginal, no beneficiamento dos produtos agrícolas ou por interferência do Estado.

Na empresa industrial os trabalhadores foram privados da posse dos meios de produção, reduzidos à condição de assalariados, concentrados num local, especializados em tarefas num processo parcelado de fabricação que substituiu os instrumentos manuais pela máquina, e que forçou uma operação em maior escala para ser rentável.

O artesanato era organizado sob a forma de corporações. No modelo europeu, os membros dessa instituição eram proprietários dos bens de produção. No Rio de Janeiro, de um modo geral, somente os mestres e oficiais eram proprietários porque na categoria de aprendizes predominavam os escravos.

As atividades artesanais ainda permaneciam vinculadas ao sistema corporativo apesar da Lei de 25 de março de 1824, artigo 179, item 25, que abolia as corporações de ofícios, seus juízes, escrivães e mestres.

Segundo as tradições portuguesas, os ofícios eram divididos em 24 corporações que elegiam os seus juízes, formando a Casa dos 24, reconhecida em 1383, e que por sua vez, elegiam um presidente denominado juiz do povo e um escrivão, os quais participavam do Senado da Câmara.

Cada grêmio tinha seus estatutos aprovados pelo Governo municipal. Os membros da Casa dos 24 precisavam ser maiores de 40 anos e obter duas partes dos votos dos eleitores. A Casa dos 24 só foi extinta em Portugal em 31 de maio de 1834.

Os 24 grêmios organizaram-se em Irmandades ou Confrarias, tendo cada uma um santo protetor como patrono e formavam as Bandeiras formalmente instituídas em 3 de dezembro de 1771. Havia em Portugal 11 ofícios embandeirados que gozavam de maior prestígio. Os ofícios não embandeirados eram os de tanoeiro, cerie-

ro, ourives de ouro e prata, lapideiro, cordoeiro, alternando com os de sapateiro e cordoeiro de linho⁹³.

No Rio de Janeiro parece não ter havido Casa dos 24, mas os oficiais mecânicos eram representados no Senado da Câmara pelos mestres. O Auto de correição do ouvidor João de Souza de Cardenas, de 16 de abril de 1624, já sugeria que a Câmara do Rio de Janeiro pedisse licença ao Rei para eleger dois mestres do povo "(...) por haver nesta cidade muito crescimento de gente e de pobreza da terra que de tudo tem necessidade"⁹⁴. Os mestres foram muito atuantes nos séculos XVII e XVIII.

No Rio de Janeiro foram muito importantes as Irmandades: de São José compreendendo os ofícios de pedreiro, carpinteiro, ladrilheiro, marceneiro e a de São Jorge que congregava os ofícios de serralheiro, ferreiro, cutileiro, espingardeiro, pilheiro, latoeiro, funileiro, caldeiro, cepadeiro, dourador, seleiro. Existem referências também às Irmandades de Santo Eloi, a qual pertencia o ofício de ourives e a de São Crispim e São Crispiniano associada ao ofício de sapateiro. LUIS CARLOS PALMEIRA⁹⁵, descobriu os registros no Senado da Câmara do compromisso ou regulamento das Irmandades Embandeiradas de São Jorge e São José. Em 19 de junho de 1822, os ourives apresentaram o seu regimento ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro⁹⁶.

As Irmandades fiscalizavam os juízes dos ofícios, elaboravam junto com os vereadores da Câmara o regimento de taxas da mão-de-obra, concediam licença para

⁹³ FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas do Rio de Janeiro, as bandeiras dos ofícios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 140:13-135, 1921.

⁹⁴

a AUTO da correição dos ouvidores do Rio de Janeiro 16 de abril 1624. *Revista de Documentos para a História do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo do Distrito Federal, 1:397, 1894.

b GONÇALVES, Lopes. As corporações e as bandeiras de ofícios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 206:171-91, jan./mar. 1950.

⁹⁵ PALMEIRA, Luis Carlos. Arquitetos do Senado da Câmara. *Boletim do Serviço de Museus*, Rio de Janeiro, Div. do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, 2(3):31-41, 1969.

⁹⁶

a REGIMENTO dos Ourives. *Boletim do Serviço de Museus*, Rio de Janeiro, Div. do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, 2(3):52-6, 1969.

b ROHAN, Amadeu de Beaupaire. *Memória histórica da Igreja e da Irmandade de São José*. Rio de Janeiro, Tip. Jornal do Commercio, 1923.

o exercício da arte e estabeleciam as condições do exame de habilitação. Os mestres de loja aberta tinham de pagar jóia, prestações mensais às Irmandades, e participar das procissões do santo protetor do ofício. A irmandade podia requerer o fechamento das lojas que não pagassem a jóia, por meio do juiz competente. Os oficiais de cada ofício tinham o direito de eleger juiz e escrivão. Nenhum aprendiz podia ser admitido a oficial sem quatro anos de prática e depois de examinado pela mesa da Bandeira correspondente à Irmandade. Nenhum mestre podia ter em casa mais de quatro aprendizes. O juiz e o escrivão de ofício anexo a uma irmandade, podiam impedir o exame de habilitação de ofício se o artífice não tivesse pago a jóia e as mensalidades e sido registrado como irmão⁹⁷.

As irmandades e as corporações desempenhavam importante papel mesmo depois do fechamento oficial das corporações. As irmandades funcionavam como Bancos, defendiam os interesses das corporações.

Gradualmente, no correr da primeira metade do século XIX, as corporações de ofícios foram se enfraquecendo devido ao emprego de escravos como aprendizes, à concorrência, à atividade artesanal nas casas dos senhores de escravos e à quebra dos padrões de qualidade dos artigos manufaturados e do controle de preços.

Já em 1771, o juiz e escrivão do ofício de sapateiro da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano, recorriam à justiça para que fosse cumprido o regimento do ofício de 1764 que proibia preto ou pardo ter loja aberta ou vender sapatos pelas ruas. Exigiam também que os mestres do ofício não tivessem mais de dois aprendizes quando proprietários de lojas grandes e um quando donos de pequenos negócios.

O juiz e mesários da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano da Corte e outros de loja aberta do ofício de sapateiro representavam ao Rei em 1813 sobre a inconveniência de se deixar vender, na rua, obras feitas em casas particulares por escravos cativos, mulheres e pessoas imperitas. Em 1820 e 1827, reclamavam que as mesmas transgressões do regimento do ofício continuavam a ser praticadas⁹⁸.

⁹⁷ REGISTRO do compromisso da Irmandade de São Jorge dos Ferreiros desta cidade do Rio de Janeiro. *Revista de Documentos para a História da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo do Distrito Federal, 4, dez. 1897.

⁹⁸

a BRASIL. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. *Códice sapateiros - autos, 1771-1772*. [mss.]

Ref.: 50. I. II.

b ---. *Documentos sobre ofícios de juizes e escrivães de sapateiros 1813-1827*. [mss.]

Ref.: 50. I. 12.

O declínio das corporações decorreu em parte da rápida expansão da população urbana e do gradual crescimento da atividade fabril, sobretudo na década de 40 do século XIX.

No período de predomínio da atividade artesanal, os registros de licença de comércio e ofícios do Senado da Câmara nos forneceram os seguintes dados:

ATIVIDADES ARTESANAIS

ANOS	RAMOS	REGISTROS
1790	22	109
1791	25	110
1792	25	89
1822	29	235

Nesse período aumentaram percentualmente os seguintes artífices: barbeiros, espingardeiros, violeiros, ferradores e tanoeiros, e diminuíram os alfaiates, corrieiros, ferreiros, marceneiros, sapateiros e tintureiros. Os carpinteiros, serigueiros e serralheiros apresentaram uma tendência à alta, porém com variações durante o período. O aumento total de 1790 a 1822 foi de 11,5%. Nem todos os ofícios foram registrados nos quatro anos estudados e somente 19 mantiveram-se constantes⁹⁹.

Vide Tabela 2.3 pág. 133

Observa-se na Tabela 2.3 um pequeno aumento dos ramos de ofício, 29 em 1822, para 30 em 1844 e 46 em 1850, o que parece indicar a transformação do sistema produtivo nesse intervalo de tempo. Esse quadro é um indício indireto do enfraquecimento das corporações que faziam proliferar os ofícios.

A manufatura era uma atividade secundária, basicamente associada ao processamento dos produtos tropicais (produção de café, açúcar, cachaça, farinha de mandioca, beneficiamento do arroz, do anil, das fibras vegetais, fabricação de tecidos rústicos de algodão). Uma exceção significativa era a da construção naval. Nestas atividades somente alguns cargos de direção e técnicos mais especializados eram assalariados.

Luccock, referindo-se ao período de sua estada no Rio de Janeiro de 1808 a 1818, fez menção às seguintes manufaturas localizadas na capital: de fazendas para velas de navio e de estampanaria de algodão que trabalhava com matéria-prima da Índia e era administrada por gerente com treino na Inglaterra.

⁹⁹ BRASIL. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Arquivo, op. cit. acima nota 72^a.

"A memória sobre o estado atual da indústria na cidade do Rio de Janeiro e lugares circunvizinhos"¹⁰⁰ dá-nos uma idéia da situação da manufatura em 1836. O Conde de Gestas, autor da Memória e membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, descreveu o declínio da lavoura da cana-de-açúcar e da produção do açúcar atribuindo-o à falta de técnica. As máquinas de espremer, o modo de secar as formas e as estufas eram inferiores aos dos concorrentes estrangeiros. A preparação do café menos complicada que a do açúcar apresentava um melhoramento mais rápido. O uso das máquinas de socar, descascar e peneirar, feitas no Rio de Janeiro, diminuía a demanda de mão-de-obra e poupava a vida dos escravos. No entanto, o processo obsoleto de dessecação ao sol continuava a ser empregado. No beneficiamento da mandioca praticamente não se usavam máquinas para descascar, ralar, espremer, secar ou torrar a fécula. O autor da Memória criticou a falta de iniciativa para produzir ao menos tecidos de algodão grosseiros para o trabalhador escravo. Quanto à manufatura de peças de vestuário, as mais importantes eram as fábricas de solas e chapéus de seda produzidos com matéria-prima importada. Dessas atividades a produção de açúcar e o beneficiamento do café apresentavam, além da divisão do trabalho, o emprego de máquinas e de trabalhadores escravos e livres assalariados nas funções especializadas.

Os curtumes usavam couro e folhas de mangue para o processamento, ambos de origem local. A construção de carros era prejudicada pela escassez de muares e o mau trato dos animais. O Memorial classifica a produção de tijolos, telhas e cal como sendo precária, os produtos eram pouco cozidos, irregulares, e no preparo da cal de marisco, o combustível usado era excessivo. Somente a louça vidrada e ordinária apresentava ótima qualidade. Elogia a competência dos carpinteiros de obra branca, dos mestres empregados no fabrico de navios de guerra e mercantes, dos pedreiros e dos ferreiros, (apesar da penúria de ferramentas de trabalho), dos artífices em obras de agulha: rendas, bordados, tecidos. Todo esse tipo de produção tinha um caráter marcadamente artesanal.

Não havia, em 1837 estatística fabril, porém os principais estabelecimentos eram três fundições de ferro e cobre que pertenciam a Ferrez, Paris & Parot e Fleury, todos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria e que produziam foles e tornos, bombas e peças hidráulicas de metal. Esses estabelecimentos preferiam a maquinaria à técnica manual.

A oficina de Fructuoso Luiz da Motta fabricava tecidos largos de seda com fios importados e produzidos na região e com fios de prata e ouro, tecidos de algodão e galões. Apesar da sua pequena dimensão já empregava máquinas especializadas.

O francês Gouffet instalara em 1835 uma fábrica de oleados e tapetes na Ilha de Mocangué.

¹⁰⁰ GESTAS, op. cit. acima nota 66.

Havia ainda nessa época duas fábricas de papel e papelão, uma delas do francês Gaillard, mais moderna, empregando mecanismo movido a água, usando trapos e outras matérias-primas locais e uma de papel, papelão. Em fins da década de 30 do século XIX, tinham sido montadas no município da Corte algumas pequenas fábricas de sabão, uma de maior escala, do inglês Gardner, na Ilha do Governador e outra de sabonetes finos coloridos em Benfica, fábricas de velas comuns e de espermacete, e de pentes. A fábrica de velas e sabão de Lajoux era uma das poucas bem instaladas. Na fabricação de chapéus destacava-se a de Constant. A maioria dessas atividades apresentavam o caráter de manufatura porque já obedeciam ao critério de divisão do trabalho e produziam para um mercado relativamente mais amplo.

Em geral, o Conde de Gestas critica a falta de proteção à manufatura por parte do Governo, preocupado quase que exclusivamente com os problemas políticos. Segundo ele, o Estado não tomava medidas contra a concorrência estrangeira ou para favorecer a importação de máquinas e matérias-primas. Somente uma fábrica de papel e estamperia do Andaraí tinha recebido crédito de uma loteria promovida pelo Estado.

Esse quadro geral de artesanato, manufatura e indústria no Rio de Janeiro e circunvizinhanças apresenta os traços típicos de um centro urbano, inserido numa zona de produção escravagista e de plantação, em que prevaleciam a falta de estímulo à atividade fabril, a escassez do mercado, a predominância da fabricação de artigos de luxo, a precariedade da técnica e do equipamento. A descrição de 1837 caracteriza toda a década de 30 do século XIX. No relatório do ano seguinte a Sociedade Auxiliadora, que dava pareceres sobre a qualidade dos produtos e oferecia prêmios aos inventores de máquinas fabris, referia-se à disputa, no mercado, de duas fábricas de velas: a do Dr. Pestana e a de Victorino Garcia Duarte; e ao estabelecimento da fábrica de chapéus de pena de garça por José Julio de Barros. A Sociedade queixava-se da concorrência estrangeira, da falta de transportes e do espírito de iniciativa. Não se apresentaram nesse ano candidatos aos prêmios oferecidos aos inventores e introdutores de novos processos fabris. Em 1839 só foram assinaladas pela Sociedade Auxiliadora duas fábricas novas: de papel no Andaraí Pequeno e de cera na Praia Vermelha.

Os documentos da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação que será designada no correr do trabalho apenas como Junta do Comércio, revelam a existência de 101 estabelecimentos que receberam provisão de fábrica no Rio de Janeiro e Niterói, de 1809 a 1849, ano que precedeu o do fechamento dessa instituição.

No ramo de metais havia 12 fábricas; no de química duas; fiação e tecidos sete; fiação de ouro e prata, galão e canutilho duas; congêneres três (carda uma; estamperia de tecido importado uma; meia uma) papel duas; estamperia de papel três (sendo que uma também fabricava papelão); alimento nove; bebida três; rapé quatro; pente cinco; sabão 12; sabão e vela três; vela três; chapéu 12; couro três; fósforo; óleo vegetal; graxa, tinta e vinagre artificial; sebo; louça de barro; tanoaria; mo-

bília; carruagem; espelho; piano; colchão; asfalto; funda de goma elástica; vidro e cristal (uma em cada).

A Junta do Comércio propunha à Regência a concessão de provisão de fábrica, de acordo com o critério de produção em ponto grande, julgando a escala segundo os critérios de número de trabalhadores, grandeza dos edifícios, emprego de máquinas, circulação de capital, variedade de produtos, utilidade real das manufaturas para o País e seus habitantes¹⁰¹.

Em resposta à consulta da Regência, a Junta do Comércio definia oficina como o estabelecimento industrial onde um ou mais indivíduos se empregam no trabalho de qualquer arte mecânica; fábrica o que emprega muitas oficinas; manufatura o que compreende diversas fábricas. Essa noção revela que não se cogitava de qualquer mudança das relações de produção nos três tipos de empresa. O capital somente influiria no sentido de aumentar a escala, de ampliar o mercado, de incrementar a produção *per capita* do trabalhador. A Junta do Comércio aconselhava a Regência a não conceder provisão de fábrica a oficinas de indústria vulgar, de lucroso e trivial fabrico e de uso já conhecido no País.

As medidas protecionistas do Governo permitiram a manufatura no Brasil (19 de abril de 1808), concederam isenção de direitos de importação de matérias-primas e máquinas e de exportação de produtos manufaturados (28 de abril de 1809), restringiram estes privilégios àquelas empresas que tivessem provisão de fábrica, mas acrescentaram os de exclusividade de produção para inventores, introdutores ou aperfeiçoadores de máquinas e técnicas e imunidades e isenções para os empregados de fábricas (26 de janeiro de 1813). A Junta do Comércio opinava, na consulta de 1838, que as fábricas não deveriam buscar fundos nos cofres nacionais, mas sim nos Bancos e nas associações particulares, e aconselhava à Regência que concedesse o lucro líquido de, no máximo, duas loterias por ano às fábricas que introduzissem uma produção nova, para o seu aperfeiçoamento.

Nessa época os Bancos eram em pequeno número, de caráter comercial e especulativo e o Banco do Brasil servia exclusivamente os interesses do Governo.

Somente três empresas pertenciam ao Governo no período de 1809-49: as de tecidos da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Catumbi e os Arsenais Régios. O Colégio das Fábricas e a fábrica da Lagoa Rodrigo de Freitas foram extintos, sendo alegado pelo Governo que outros interesses da Coroa eram prioritários. Aliás a própria Junta do Comércio na consulta acima citada da Regência, em 1838, julgava que o interesse primordial do Estado deveria ser a agricultura.

As máquinas do Colégio e da fábrica da Lagoa Rodrigo de Freitas foram parcialmente vendidas aos particulares, a prazo, parcialmente doadas em caráter tempo-

¹⁰¹ RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional. Junta do Comércio. Agricultura, Fábricas e Navegação caixas 423, 424, 425, 426, 427 e 428 (processos relativos a fábricas) [mss.] Resposta da Junta à Consulta da Regência sobre política em relação às fábricas. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1838, caixa 429, pacote 2. [mss.]

rário; os oficiais de tecer, fiar e de outras especialidades foram cedidos em caráter temporário e os escravos aproveitados nos jardins públicos da cidade.

As fábricas beneficiadas pelas loterias públicas foram, aparentemente, selecionadas de acordo com os critérios da Junta do Comércio, de favorecer apenas novos tipos de produção que as oficinas não fabricavam. Parece que houve também uma preocupação em dar preferência a empresas que só empregassem ou dessem prioridade aos operários livres, talvez em virtude da expansão da cafeicultura na década de 40 do século XIX, absorvendo um número crescente de braços, na época de maior repressão dos ingleses ao tráfico negreiro. Possivelmente havia receio de um bloqueio britânico.

Na década de 40 do século XIX, o Governo passou a se interessar pelo desenvolvimento das fábricas. O relatório de 1849 do Ministério do Império incluía um quadro de fábricas protegidas por loterias ou prestações dos cofres nacionais. Eram ao todo sete, sendo cinco beneficiadas desde 1841: vidros, fiação e tecelagem de algodão que só ia funcionar a partir de 1850; tecidos; papel, que empregaria de 80 a 90 pessoas e forneceria £ 3 mil de papel por dia e outra de papel já em funcionamento.

Uma fábrica de algodão de Andaraí Pequeno que recebera 100.000\$000 dos cofres nacionais em 1847 e a fundição de ferro e mecanismos de Irineu Evangelista de Souza, na Ponta da Areia, que obtivera 300.000\$000 dos cofres públicos em 1848, estavam incluídos na lista de 1849.

Dentre as cláusulas das concessões figuravam as de não admitir trabalho escravo ou de africanos livres e de manter na fábrica 10 meninos brasileiros, proporcionando-lhes instrução elementar, religiosa e industrial.

Os dados sobre os estabelecimentos protegidos pelo Império na década de 40 do século XIX evidenciavam que eles produziam em maior escala, operavam sob o regime de divisão do trabalho, usavam máquinas e operários livres assalariados. As fábricas de tecidos de algodão possuíam de 50 a 70 teares, diversificados e uma delas empregava 116 operários livres, dos quais 16 eram brasileiros. Vinte e dois teares produziam de 1.200 a 1.400 varas de tecido, portanto, já se tratava de máquinas de tipo industrial.

As oficinas de construção naval do Barão de Mauá (fundição de ferro e mecanismos) funcionava com 350 operários especializados. A ordem de grandeza da operação era bem maior do que a tradicional. As corporações e grêmios compunham-se de um mestre, geralmente livre, proprietário dos instrumentos de trabalho e de um a quatro aprendizes, e a manufatura das décadas de 20 e 30 do século XIX (fábricas de velas, sabão, tecidos, galões, chapéus, pentes, cera etc.) tinham por volta de 20 a 40 operários, em sua maioria escravos.

No relatório de 1850 foi incluído um mapa estatístico dos privilégios concedidos pelo Governo durante esse ano que acrescentava seis fábricas à lista anterior: de *coupés-chaises*, calçados, tijolos e telhas, óleos vegetais, velas de estearina, máquinas

de descascar café e uma empresa de ônibus para Vila Iguazu. A duração das concessões variava de 10 a 20 anos¹⁰².

A nova atitude governamental também se evidenciava, nessa época, nas tarifas alfandegárias protetoras Alves Branco (1844) que procuravam solucionar o problema das manufaturas estarem operando abaixo da capacidade instalada. A fábrica do Andaraí Pequeno só usava 25 dos seus 60 teares no início da década de 40 do século XIX. Essa mudança da política parece ter sido provocada pelo término do tratado com a Inglaterra, pelo desejo de majorar as rendas alfandegárias, pela necessidade de fomentar a produção de certos produtos indispensáveis (materiais de construção, meios de transporte, tecidos, artigos de vestuário, máquinas de beneficiar o café) caso o conflito com a Inglaterra, principal fornecedor de artigos manufaturados, se agravasse em virtude da não renovação do tratado e da questão do tráfico negreiro. O aspecto conjuntural desse surto torna-se mais aparente quando em 1856, de todas as fábricas auxiliadas pelo Governo restava apenas, no município da Corte, a fábrica de galões de Frutuoso Luiz da Motta, cujo estado era precário¹⁰³.

Num total de 128 proprietários, incluindo as três empresas do Governo, 34 foram identificados ou se auto-identificaram como comerciantes. Destes, três eram sócios de fábrica de pianos; dois de fábrica de papel; cinco de fábrica de moagem de trigo; três de fábrica de sabão e velas; dois de fábrica de metais; um de um industrial numa fábrica de espelhos; quatro de duas fábricas de galões, fios de ouro e prata e 14 eram proprietários únicos de suas empresas. Oito proprietários, cuja profissão não é conhecida, e um industrial se associaram a comerciantes em quatro fábricas, elevando o total dos proprietários negociantes e seus associados a 43. Alguns proprietários únicos eram industriais antes de instalar suas fábricas no Rio de Janeiro: Huben, fabricante de seges em Lisboa, Moyaux armador na França, Guilherme Müller produtor de sabão na Alemanha. Cláudio Antonio Guinand, francês, tra-

102

- a BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório ao Ministério dos Negócios do Império, apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão, 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário do Estado Visconde de Mont'Alegre*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1850.

Quadro 16: "Fábricas Protegidas por Loterias com Prestação dos Cofres Nacionais"

- b ---. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império, apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 3ª Sessão, 8ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado Visconde de Mont'Alegre*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1851.

"Mapa estatístico dos privilégios concedidos durante o anno de 1850".

- 103 BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império, apresentado na 1ª Sessão, 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857.

balhou no Brasil como feitor antes de estabelecer fábrica de fundas de goma elástica no Rio de Janeiro. Dessa forma, o total de proprietários cuja profissão foi averiguada, incluindo os três estabelecimentos do Governo e os dois de nobres (Marquis de Gabriæ, proprietário de refinaria de licores e Ignacio Pinto d'Amaral, fidalgo do Guarda Roupas da Casa Real, dono de fiação e tecelagem) atinge a 51.

É um número bastante significativo para se poder afirmar a importância do capital comercial, sobretudo considerando-se as limitações da documentação usada pois nem todos os comerciantes se matriculavam e os não matriculados eram frequentemente omitidos nos almanaques e ignorados nos registros da Junta do Comércio. Por outro lado, os Registros de Estrangeiros se restringem ao período de 1823 a 1839¹⁰⁴.

Os 43 proprietários de profissão conhecida e os oito associados a eles eram donos de 29 fábricas e os 77 de profissão ignorada, de 72 fábricas, sendo que destes, 63 eram proprietários individuais ou firmas e 14 sócios em nove fábricas.

104

- a RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional. *Registro de estrangeiros 1823-1830*. Rio de Janeiro, Ougarit, 1961.
- b ---. *Registro de estrangeiros 1831-1839*. Rio de Janeiro, Ougarit, 1962.
- c ALMANACK DOS NEGOCIANTES DO IMPÉRIO DO BRASIL. Rio de Janeiro, Plancher - Seignot, 1827.
- d ALMANACK NACIONAL DO COMMERCIO DO IMPERIO DO BRASIL. Rio de Janeiro, E. Seignot - Plancher, 1832.
- e ALMANACK IMPERIAL DO COMMERCIO E DAS CORPORACÕES CIVIS E MILITARES DO IMPÉRIO DO BRASIL. Rio de Janeiro, P. Plancher - Seignot, 1829.
- f SURIGUÊ, Sebastião Fabregas. *Almanak geral do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Commercial Fluminense, 1836; 1838.
- g* ALMANACK LAEMMERT ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1845.
- * No texto e nos demais rodapés será citado apenas como Almanack Laemmert.
- h ---. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1849.
- i NUNES, op. cit. acima nota 36^c.
- j ALMANAQUE DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE 1824, op. cit. acima nota 76^c.
- k RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional. Caixa 393 pacote 1 pedidos de matrícula de comerciantes. [mss.]

É altamente provável que uma boa parte dos proprietários de fábricas de profissão desconhecida fosse originária dos proprietários de oficinas onde se fabricava e vendia, todavia não existem meios de identificá-los. De qualquer forma, a documentação da Junta do Comércio deixa claro que não havia nessa época uma política Colbertista de industrialização promovida pelo Estado. Tratava-se fundamentalmente de capital comercial expandindo a produção de oficinas artesanais sem modificar as relações de trabalho¹⁰⁵.

A maioria dos documentos não fornece dados sobre mão-de-obra, sendo que somente 35 fábricas num total de 101 informaram sobre mão-de-obra. Nota-se que algumas empresas que receberam provisão de fábrica tinham caráter de oficina e artesanal, como três do ramo de metais (a primeira com um mestre e um aprendiz; a segunda com dois mestres, e a terceira com um mestre e escravos); uma de chocolate com um oficial chocolateiro e três aprendizes; uma de pianos com sete oficiais; uma de meias com três oficiais e dois escravos, e uma de galões e canutilhos com três oficiais e um aprendiz.

As restantes 27 tinham maior número de trabalhadores, sendo geralmente os oficiais-mestres, contra-mestres, administradores brancos, livres e os demais escravos.

A presença de administrador ou diretor e de caixeiros, sugere uma modificação do sistema artesanal em que o mestre é o proprietário dos instrumentos e produz artigo acabado, sem estar sob uma direção centralizada.

Uma fábrica de metais tinha 14 oficiais livres, 11 escravos; no ramo de tecidos e fição, uma unidade dispunha de dois mestres livres e 16 escravos, outra, de quatro mestres (um para cada operação em que se desdobrava o processo produtivo), 20 operários livres e 10 escravos. Essa última, sob a administração da Junta do Comércio, era uma típica manufatura, tendo operários assalariados e escravos na sede da fábrica, e 15 pessoas trabalhando por conta própria e vendendo o produto ao dirigente da empresa. A fábrica do Governo da Lagoa Rodrigo de Freitas dispunha de dois mestres de fiar e tecer e 16 escravos no valor de 2:356\$256 em 1822. A fábrica de asfalto funcionava com dois contra-mestres e 30 escravos; a de oleados com quatro oficiais brancos e 14 oficiais pretos. Em cinco fábricas de sabão havia 75 escravos, uma média de 15 por unidade, variando do mínimo de seis em uma, ao máximo de 21 e 17 trabalhadores livres, numa média de 3,4. Três delas tinham dirigentes e quatro contavam com cinco caixeiros. Uma fábrica de sabão declarou apenas que empregava seis trabalhadores livres não especificados e escravos em número indeterminado. Nas duas fábricas de sabão e velas encontravam-se, numa três trabalhadores livres, 21 escravos, um administrador e dois caixeiros e em outra quatro livres e 16 escravos. Nas fábricas de sabão os carpinteiros que faziam as caixas eram geralmente livres.

¹⁰⁵ RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional. Junta do Comércio caixas 423 fábricas de tecidos; caixa 424 vidros e tijolos; caixa 425 chapéus, sabão e velas; caixa 426 gêneros alimentícios e rapé; caixa 427 metais; caixa 428 produtos químicos, produtos de barro e argila; caixa 429 Consulta da Regência 1838. [mss.]

Nas nove fábricas de chapéu que deram informações, predominavam os livres (194), dos quais cinco eram pretos, (média de 21,5 por unidade). Os escravos eram 134, uma média de 16,7 por unidade, sendo que uma fábrica não usava escravos. A maioria dos escravos era de propriedade e a minoria alugada.

Além das cinco fábricas de tipo oficina, do ramo de metais já mencionado, que se concentram entre 1810 e 1823, e de uma de chapéus, havia cinco outras que não declararam ter escravos: de metais (70 a 100 operários) de papel e estampanaria (10 operários) de vidro e cristais (40 operários) graxa, tinta e vinagre (cinco ou sete operários), sabão (oito operários, três administradores, um mestre, dois carpinteiros). Não se sabe se os proprietários de fábrica omitiram a informação sobre escravos propositalmente. Se acrescentamos a esta lista os estaleiros do Barão de Mauá já mencionados, que usavam 73 escravos e 122 homens livres, verificamos que em 36 fábricas apenas 11 não declararam que possuíam escravos. Em 25 fábricas 424 empregados e operários eram livres e em 23, 418 escravos (em duas fábricas do primeiro total não havia determinação do número de escravos). Se descontamos essas duas fábricas o total de livres se reduz a 417 e se deduzirmos os empregados (nove caixeiros, três administradores, um guarda livros) fica reduzido a 404. O número de escravos era menor nas atividades de tipo artesanal, como pequenas oficinas de metais, galões, meias, pianos, alimentos e chapéus¹⁰⁶.

Quanto à produção só existem 27 informações das fábricas de tecidos, do Catumbi que vendia 281\$970 de fazendas e possuía um estoque no valor de 386\$274, em 1819, de estampanaria e papel, 800 libras por dia de vinagre, 350 a 400 pipas por dia de oleados, 208 tapetes grandes, 208 pequenos por ano, além de outros por encomenda. A produção de sabão por ano em sete fábricas era de 8.265.400 libras (37.938.186kg) e 150.100 arrobas (1.251.500kg) (três de 1849, uma de 1847, uma de 1836, uma de 1834, uma sem data). Em 1847/48, sete fábricas de chapéus produziram 300.253 chapéus. Duas delas tinham uma organização do tipo manufatureiro, uma com 28.800 unidades feitas na fábrica e 10 mil por artesãos ou assalariados domésticos e outra com 38.280 na fábrica e 21.480 fora.

Em 1839 uma fábrica de chapéus produzia 21.600 chapéus em 1841 duas produziam 40.409 e 41.481 e, em 1846, uma fábrica produzia 69.542, a cifra mais alta do conjunto. Somente uma fábrica de chapéus possuía máquina.

Cinco das oito fábricas de sabão apresentavam uma média de três caldeiras grandes com capacidade para 7t cada uma, e as outras possuíam duas caldeiras. Além dessas, havia caldeiras pequenas, tinas para lixívia e refrigeradores.

Uma fábrica de sabão dispunha de um engenho de oito c.v.. No inventário de duas fábricas de tecidos do Governo figuravam: no da Lagoa Rodrigo de Freitas, cinco teares de meias, 13 teares, estando seis desmanchados na ocasião do inventá-

¹⁰⁶ Os documentos relativos a essas fábricas são de 1809 a 1823; 1809 a 1813; 1813; 1849; 1811 a 1830; 1842-1847.

rio, dois engenhos de fiar e fiação, dois engenhos de cortar arames, uma fieira, duas cardas; no da fábrica do Catumbi 25 teares, três engenhos de fiar, três máquinas de cardar, duas máquinas de fiar (30 fusos) número indeterminado de teares de meias, um sarilho e duas urdideiras. Uma fábrica particular comprou parte dessas máquinas do Governo. Uma fábrica de galões tinha dois pares de rodas de fazer palhetas, 12 fieiras de puxar ouro das bancas, quatro fieiras de puxar ouro em grosso das bancas e nove tornos de fios, além de quatro bancas. Uma fábrica de papel dispunha de uma máquina de cortar trapos, outra de quatro cilindros para preparar massa, uma de fazer papel, um engenho a vapor e uma prensa hidráulica. Duas destilarias possuíam três alambiques cada uma. Uma fábrica de óleos vegetais tinha uma máquina de quatro c.v., uma prensa hidráulica e pedras de moinho. A fábrica de asfalto estava equipada com quatro caldeiras fixas, quatro de fabricação, 20 caldeiras volantes, dois engenhos de moer e socar, um forno. Pode-se observar por esse panorama geral que a produção secundária era fundamentalmente manual ou a base de instrumentos simples.

Demografia Histórica

Foram fatores importantes na inflação e nas transformações sócio-econômico-financeiras, a alta taxa de aumento da população, nesse período, e a rápida urbanização dos subúrbios do Rio de Janeiro, apesar da tendência à depressão do setor exportador.

As estatísticas demográficas para o Rio de Janeiro, anteriores ao recenseamento de 1870, eram estimativas mais ou menos próximas da realidade.

Neste período de 70 anos constam os seguintes arrolamentos: o primeiro foi mandado executar pelo Vice-Rei, Conde de Rezende, em 1799; o segundo foi organizado no Reinado de D. João VI em 1821, o terceiro foi empreendido pelo Ministro do Império Bernardo de Vasconcellos, em 1838; o quarto foi feito sob a orientação do Ministro da Justiça e organizado por Haddock Lobo em 1849, o quinto ainda não estava concluído em 1871.

Dos anos estudados neste capítulo nos interessa analisar somente os três primeiros.

A estatística de 1799 restringia-se à área urbana do Rio de Janeiro, composta de apenas quatro paróquias: Sacramento (Sé-Catedral), Candelária, São José e Santa Rita com um total de 43.376 habitantes, excluindo a tropa situada nessa cidade. Deste total figuravam 14.986 escravos.

O arrolamento seguinte foi empreendido pelo ouvidor de Comarca Joaquim José de Queiroz em 1821.

A pesquisa se preocupou com a condição civil, sexo, idade (maiores e menores de sete anos) estado civil e raça¹⁰⁷. Compreendia as áreas urbana e suburbana ou rural. Da primeira constavam as quatro paróquias citadas em 1799 e a de Santana com um total de 79.321 habitantes, da segunda, nove paróquias (Engenho, Lagoa, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Inhaúma, Guaratiba, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá) com um total de 33.374 habitantes. O total geral elevava-se a 112.695 habitantes.

Este Censo apresenta falhas sensíveis, com coincidências que fazem duvidar da apuração como a assinalada por JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA E SILVA¹⁰⁸ quando vê a correspondência perfeita entre o número de casados de um e de outro sexo. Esta igualdade é impossível pois os casos de separação por desquite e principalmente por ausência deviam ser comuns.

Em 1799 as proporções de homens livres e de escravos eram de 69,5% e 34,5% respectivamente. Os livres propriamente ditos presumivelmente brancos constituíam 45,1%, 24.163 em números absolutos, e os libertos (pardos e mulatos) 20,4%, 4.227 em números absolutos e os escravos 14.986 habitantes.

A taxa do crescimento anual médio urbano entre 1799 e 1821 foi de 2,8%. O cálculo da taxa pode ter sido ligeiramente prejudicado pela exclusão dos militares no Censo de 1799.

Em 1821, a proporção de homens livres e de escravos era de 54,4% e 45,6%, respectivamente. A vinda da Corte e o afluxo de escravos devem ter sido responsáveis pelo ritmo elevado de aumento da população. Em números absolutos, o total de livres era de 57.605; 43.139 nas paróquias urbanas e 14.466 nas suburbanas e o de escravos era de 55.090; 36.182 e 18.908 nas paróquias urbanas e suburbanas, respectivamente.

Vide Tabela 2.4 pág. 135

¹⁰⁷ RESUMO total de população que existia no anno de 1799 compreendidas as quatro freguesias desta Cidade do Rio de Janeiro, até o último de dezembro do dito anno; também dos que nasceram e faleceram no mesmo anno de 1799. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de M. G. Ribeiro, 21:288, 1858.

¹⁰⁸ BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório apresentado à Assembléa Geral da 4ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. In: ---. *Relatório da Directoria Geral de Estatística*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1872. (Anexo H).

Em 1838 a estatística incluía as mesmas cinco paróquias urbanas de 1821 além de três novas: Lagoa, Glória e Engenho Velho; as duas últimas figuravam em 1821 como suburbanas. Os totais de 1838 das zonas urbanas e suburbanas eram de 97.162 e 39.916 respectivamente, e o geral de 137.078.

O recenseamento de 1821 apresenta especial interesse por sua data estar próxima da Independência e por envolver a população das paróquias rurais. O objetivo do levantamento da população era calcular o número de eleitores que nomeariam deputados às Cortes portuguesas.

Vide Tabela 2.5 pág. 136

Vide Tabela 2.6 pág. 136

A taxa de crescimento anual urbana foi de 1,2% e a suburbana de 1,1% e a global de 1,17% entre 1821 e 1838.

Em 1838 havia 75.525 pessoas livres (60.025 nas paróquias urbanas e 18.500 nas rurais) e 58.553 escravos (37.137 na cidade e 21.416 nos subúrbios). A população livre representava 57,3% da população total tendo havido, portanto, um aumento percentual em relação a 1821.

Entre os habitantes livres estava incluída a população estrangeira no total de 9.530 habitantes, dos quais 9.246 arrolados nas freguesias urbanas e 284 nos subúrbios, número esse por demais insignificante para atingir a realidade.

Tendo em vista a precariedade dos Censos deste período recorreremos aos arquivos paroquiais onde eram registrados os batizados, casamentos e óbitos da população do Rio de Janeiro.

Apenas a partir de 1835 é possível uma investigação populacional nas paróquias do Rio de Janeiro. No período anterior, a dispersão dos livros de registro de batizados, casamentos e óbitos impede qualquer conclusão mais homogênea. Sabemos que nesta época o Brasil possuía uma população rarefeita e que a ameaça constante de impedimento do tráfico africano tornavam prementes atitudes que buscassem solucionar o problema. Segundo o relatório do Ministério do Império figuravam-se duas soluções quais sejam, integrar a população indígena e incentivar a imigração estrangeira. Quanto aos índios *"andam elles a par dos meios de subsistência, e como estes não sejam trabalhosos entre nós, medidas policiaes que tendão, se não a extirpar, ao menos a diminuir a preguiça, bastarão para conseguir o fim. Quanto ao segundo [imigrantes] convem observar que o que até agora se há praticado com a aquisição de Colonos, não tem produzido os bons efeitos, que outros Paizes tem alcançado"*¹⁰⁹.

¹⁰⁹ BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Sessão Ordinária 1836 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado José Ignacio Borges.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1836.

As informações sobre a população do Brasil eram bastante escassas. O Estado podia dispor apenas dos mapas irregularmente enviados pelos párocos sobre os quais não podiam ter certeza da exatidão. Qualquer que fosse o nível da informação, a população parecia insuficiente para o vasto território do País. A concessão de sesmarias e isenções a companhias e indivíduos que se comprometessem a cultivar a terra com mão-de-obra livre era a solução mais eficiente vista até aquele momento.

A cidade do Rio de Janeiro apresentava condições particulares quanto ao resto do Brasil e não podia ser classificada como sub-povoada. No período entre 1835 e 1840 os nascimentos apresentaram a tendência observada na Tabela 2.7.

Vide Tabela 2.7 pág. 137

As paróquias urbanas apresentavam população certamente bem maior que as rurais. Santana reunia a maior população urbana seguida por São José, Sacramento, Santa Rita, e as paróquias rurais mais povoadas eram Campo Grande, Jacarepaguá e Inhaúma.

No estudo da população nascida no Rio de Janeiro segundo o sexo verificamos o excesso de natalidade dos homens em relação às mulheres, tendência oposta a que se verificará no estudo da mortalidade (Vide Tabela 2.8.).

Vide Tabela 2.8 pág. 139

Em todos os anos, com exceção de 1836, os batismos foram sempre superando os níveis anteriores. Os batizados do sexo masculino foram sempre mais numerosos que os femininos de tal maneira que, somados todos os batismos durante os seis anos, os meninos superam as meninas em 5,53%.

Se levarmos em consideração a população nascida no Rio de Janeiro segundo sua condição poderemos verificar sua conceituação em determinadas paróquias na medida em que estejam mais ou menos urbanizadas. Porém, como não dispomos de um recenseamento total da população, fica difícil determinar a fecundidade segundo a condição (Vide Tabela 2.9).

Vide Tabela 2.9 pág. 140

O conjunto das informações fica prejudicado pela própria inexistência do registro civil o que nos limita ao registro paroquial. Muitas crianças morriam antes de serem levadas à pia batismal e os números levantados não incluem aqueles que não pertenciam à religião católica. Para esses anos não há como contornar estas objeções, na medida em que não havia qualquer preocupação em estudar a mortalidade infantil.

O levantamento dos óbitos da cidade do Rio de Janeiro levou-nos à elaboração do quadro de seus valores absolutos e da respectiva distribuição nas paróquias da cidade (Vide Tabela 2.10).

Vide Tabela 2.10 pág. 142

No estudo da mortalidade, no Rio de Janeiro, verificamos que a mortalidade entre os homens atingia a cifras bem superiores às das mulheres de tal maneira que somadas todas as mortes durante os seis anos os homens superam as mulheres em 15,9% (Vide Tabela 2.11).

Vide Tabela 2.11 pág. 144

Até 1838 o número de mortes supera sempre o dos anos anteriores. A partir desta data até 1840, a tendência é regressiva. Torna-se interessante analisar a mortalidade segundo a condição não só em termos de conjunto da cidade mas também por paróquia (Vide Tabela 2.12).

Vide Tabela 2.12 pág. 145

Na falta de um recenseamento geral confiável para o período torna-se impossível determinar a proporção entre a mortalidade de livres e escravos. Podemos entretanto, realizar a comparação entre os batismos e os óbitos segundo a condição (Vide Tabela 2.13).

Vide Tabela 2.13 pág. 147

Chama logo a atenção o fato de haver uma desproporção entre o número de batizados e o de óbitos, excedendo esses últimos em relação aos primeiros. É preciso buscar a origem deste fenômeno, pois o início do desenvolvimento da produção cafeeira na Província do Rio de Janeiro, no leste paulista e na região fronteira de Minas Gerais repercutiu sobre a cidade, cujo porto escoava toda a produção. Tudo leva a crer que a população do Rio de Janeiro aumentava, o que é facilmente explicável pelo grande surto comercial ligado à circulação do café.

Em nenhum desses anos parece ter ocorrido grande epidemia que levasse a um aumento desproporcional da mortalidade. Todavia, os dados sobre a mortalidade são mais confiáveis que os de batizados pois o registro do óbito é mais abrangente que o da natalidade. Resta ainda acentuar a corrente migratória, principalmente entre a população escrava, que é incentivada neste período. Devemos cogitar então sobre o fato de que o número de imigrantes livres e escravos era capaz de superar a acentuada mortalidade e ainda deixar um saldo positivo capaz de manter o crescimento populacional. Falta-nos a estatística de entrada de estrangeiros e uma avaliação concreta dos escravos que entrando pelo porto do Rio de Janeiro se fixassem na cidade para solidamente comprovarmos a hipótese.

Os dados que dispomos, todavia, indicam uma proporção sempre maior de nascimentos entre a população livre do que entre os escravos. Quanto aos óbitos, apesar de atingirem de maneira drástica tanto os homens livres quanto os escravos, a proporção é muito mais gritante em relação a esses últimos, como no ano de 1838, quando os óbitos de escravos atingiram 63,4% dos nascimentos desta mesma condição.

O estudo comparado entre a natalidade e a mortalidade mostra que nascia uma média de 5,5% mais meninos que meninas e morria uma média de 15,9% mais homens que mulheres.

Lamentavelmente a falta de um levantamento global confiável da população nesta época não nos permite conhecer a média de vida no Rio de Janeiro (Vide Tabela 2.14).

Vide Tabela 2.14 pág. 148

Podemos verificar através da consulta aos livros de registro de casamentos nas paróquias que o número de casamentos era bem baixo (Vide Tabela 2.15).

Vide Tabela 2.15 pág. 150

Apesar da população escrava diminuir cada ano com uma alta taxa de mortalidade e possuir uma capacidade de reprodução muito baixa é assim mesmo irrisória a quantidade de casamentos que se verifica. Apesar de batizados como católicos, os casamentos de escravos não eram realizados pelos seus senhores pois o laço indissolúvel que representava, dificultava a venda em separado de cada uma das partes do casal.

Por outro lado, o número de crianças livres ilegítimas não se afasta muito de 10% anuais, o que indica que a prática do matrimônio entre a população livre estava bem aquém da preconizada pela ideologia religiosa dominante.

Salários e Preços

Na década de 20 do século XIX a produção ainda estava dominada pelas corporações que fixavam as taxas salariais e preços dos artigos, controlavam a qualidade dos artigos produzidos e mantinham a hierarquia de aprendizes, oficiais, mestres e juízes. As corporações organizavam-se sob a forma de irmandades que por sua vez defendiam os interesses dos ofícios, fornecendo-lhes, inclusive, crédito. Finalmente, tinham voz no Governo da cidade por intermédio dos juízes.

Nesse período o tipo de produção era artesanal no sentido de que os mestres na sua maioria eram proprietários dos meios de produção, não havia especialização

de trabalho numa linha de produção, e as unidades eram pequenas, usando técnica e equipamento reduzidos, contando com um a dois aprendizes de início e até quatro ou cinco na fase final.

Na década de 30 do século XIX acentuou-se a expansão da manufatura com regime assalariado e de escravidão, já desligada da agro-indústria. Na década de 40 do século XIX houve um declínio do trabalho artesanal e um distanciamento entre as manufaturas de velas, sabão, pentes, chapéus e as de maior escala, de construção naval, fundição, vidros, tecidos. Estas últimas caracterizavam-se pelo trabalho livre assalariado pelo Governo, pelo volume de operários e da produção, pela técnica mais avançada.

Nessa mesma década, o crédito tradicional, através das irmandades, cofres de órfãos, Mesa do Bem Comum que não chegou a se institucionalizar, entrava em declínio. Os bancos se multiplicaram nos anos 50, entretanto os comerciantes ainda eram os principais prestamistas, dando crédito aos consumidores e financiando a agricultura através das Casas Comissárias. O artesanato estava associado ao comércio e grande parte das manufaturas era instalada com capital comercial.

Nesse mesmo período, a mão-de-obra também apresentava grandes transformações. O preço do escravo do sexo masculino de primeira qualidade subiu de 51\$200 em 1766 a 140\$000 – 150\$000 em 1820/21, aproximadamente 175%. Em 1842 o preço de escravo do sexo masculino ferreiro, atingia a 1:100\$000¹¹⁰.

Vimos pelos Censos que houve um considerável aumento percentual dos escravos de 1790 a 1831, porém entre 1821 e 1838 houve um declínio, em relação à população total, revelando que o suprimento de mão-de-obra não estava satisfazendo a demanda numa fase de taxa de crescimento global elevada. Houve uma segunda fase de ascensão de 1842 a 1857 quando os operários escravos adultos, do sexo masculino, da fábrica de velas de Lajoux no Rio de Janeiro custavam 1:800\$000¹¹¹.

A estatística de 1849 apresentava um considerável aumento percentual de escravos no Rio de Janeiro em relação a 1838, possivelmente em virtude do receio da iminente proibição do tráfico negreiro que estimulou a importação de africanos. Por outro lado, o sistema fabril e o cultivo do café consolidaram-se na década de 40 do século XIX, ampliando a demanda de mão-de-obra. Finalmente, a partir de 1850 e sobretudo de 1853, o suprimento de escravos da África declinou drasticamente, sendo substituído pelo contrabando e importação do Nordeste.

110

a SOARES, Ubaldo. *A escravatura da Santa Casa de Misericórdia*. Rio de Janeiro, Fundação Romão de Mattos Duarte, 1958. p. 32-3.

b JOHNSON JR., op. cit. acima nota 43^a.

111 FÁBRICA MOINHO DA LUZ. Arquivo. *Diário da Fábrica Luz Stearica 1856 a 1858*. v. 1, p. 201, 316, 370, 414. [mss.]

No período de 1820 a 1850 houve, de modo geral, uma tendência de elevação dos salários, apesar dos períodos de inflação.

Não conseguimos dados relativos a salários de gerente e operários de fábrica, administrador de hospital, enfermeiro, farmacêutico, professor primário. Nesse período havia relativa escassez de operários livres assalariados, de gerentes e de administradores de hospital por causa do trabalho escravo, da produção artesanal e da falta de especialização de funções. O cargo de administrador só apareceu mais tarde nos livros de contabilidade dos hospitais das ordens religiosas, da Santa Casa e mesmo do hospital militar. A maioria das enfermeiras eram irmãs e freiras ou escravas que não recebiam remuneração. A profissão de farmacêutico era exercida pelo boticário. Os padres e membros de ordens religiosas ocupavam-se do ensino primário, havendo poucos professores pagos pelo Governo.

Outro problema para obter certo tipo de salário é o do fechamento das manufaturas dessa época e perda dos arquivos.

Nas séries salariais que pudemos levantar verificou-se uma variação entre os assalariados dos vários níveis de renda. No nível inferior notamos que houve ligeira melhora do poder aquisitivo do servente de pedreiro, uma insignificante perda para o mestre de pedreiro e uma queda relativamente maior para os mestres de pintor e carpinteiro.

Acreditamos que o declínio do poder aquisitivo dos mestres decorreu da gradual dissolução do sistema das corporações após a sua extinção oficial, abrindo a possibilidade de ascensão social para os aprendizes, serventes e estimulando o trabalho escravo nos ofícios, o que teria agravado a alta do preço dos escravos, levando em última instância a uma preferência pelo trabalhador livre.

Nas listas de profissões dos almanaques pode-se observar que o número de mestres de pedreiro e carpinteiro era reduzido para atender à necessidade de um centro urbano em expansão.

O maior declínio do padrão salarial dos mestres de pintor e carpinteiros parece refletir o fato de que o primeiro não pertencia à corporação e irmandade e o carpinteiro era considerado de menor *status* que o marceneiro e entalhador¹¹².

As categorias de enfermeiro, hortelão e barbeiro tiveram uma melhoria do poder aquisitivo. Os salários de enfermeiros ainda não sofriam a concorrência da enfermeira que recebia menos, e os dos barbeiros, a do médico.

O hortelão só declinou de importância com a crescente urbanização, apenas iniciada nesse período e com a expansão do cultivo do café.

¹¹² SANTOS, Agenor Noronha dos. Um litígio entre marceneiros e entalhadores - autos de execução de 1759-1761. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*, Rio de Janeiro, MEC, (6) 1946.

Os salários do nível de renda mais alto, tais como profissionais liberais, médico, advogado, andador (espécie de procurador das ordens religiosas) e do sacristão sofreram considerável baixa do poder aquisitivo maior do que a dos trabalhadores de construção.

É difícil avaliar a renda real dos médicos e advogados, pois além dos salários recebidos nas ordens, podiam acumular com outros pagos por instituições e ter remuneração de clínica e freguesia particulares.

Os salários das ordens religiosas equivaliam aos pagos pelas fábricas, segundo os dados de época posterior.

No período em estudo, o advogado sofria a concorrência do andador e dos rúbulas e o médico do barbeiro-sangrador, boticário e curandeiros. Os almanaques de 1842 e 1850 assinalaram considerável aumento das profissões de barbeiro, nove para 29, (em 1850 os barbeiros foram registrados como barbeiros-sangradores) e de boticários, de 17 para 72. Segundo o mesmo tipo de fontes havia 18 médicos formados e 104 cirurgiões práticos em 1827; 33 médicos formados, 21 cirurgiões formados e 70 práticos, em 1829; 36 médicos formados em 1812 (faltavam dados sobre cirurgiões) e 234 médicos e cirurgiões em 1850^{1 13}.

O número de advogados era bem pequeno, 36 em 1827, apenas 15 licenciados pela Casa de Suplicação em 1829, 19 em 1842 e 70 em 1850.

A baixa proporcionalmente maior do poder aquisitivo dos profissionais liberais, do andador e do sacristão deve ser atribuída também à maior alta dos preços dos alimentos que compunham a sua dieta.

No período de 1820 a 1850 houve uma tendência à alta dos preços dos gêneros alimentícios no mercado do Rio de Janeiro em contraste com a baixa dos preços dos principais produtos de exportação.

113

- a ALMANACK DOS NEGOCIANTES DO IMPÉRIO DO BRASIL, op. cit. acima nota 104^c.
- b ALMANACK IMPERIAL DO COMMERCIO E DAS CORPORAÇÕES CIVIS E MILITARES DO IMPÉRIO DO BRASIL, op. cit. acima nota 104^e.
- c PEQUENO ALMANACK DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Viúva Ogier, 1842.
- d ALMANACK LAEMMERT. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1840.
- e ÔNODY, Oliver. *A inflação brasileira (1820-1958)*. Rio de Janeiro [s.ed.] 1960. p. 27.

As guerras no Sul, a Revolta Cisplatina (abril/1825), a incorporação da banda oriental pela Argentina (outubro de 1825) e o bloqueio de Buenos Aires prejudicaram o abastecimento do Rio de Janeiro de farinha de trigo e carne seca, provenientes do Rio Grande do Sul e da Bacia do Prata. Antes mesmo do conflito pela posse da Província Cisplatina, o cultivo do trigo entrou em declínio no Rio Grande do Sul. A partir de 1820 essa queda da produção agravou-se face à destruição provocada pelas guerras e às exigências do abastecimento das tropas. A Bacia do Prata e os Estados Unidos substituíram gradualmente o Rio Grande do Sul no suprimento de trigo e de carne seca para o porto do Rio de Janeiro.

O déficit orçamentário decorrente da crise das exportações, dos conflitos no Sul, agravou-se atingindo a 42,6% em 1826. Para fazer face a esse problema o Governo aumentou a circulação de papel-moeda de 61,1% de 1826 a 1827.

A Guerra dos Farrapos de 1835 a 1845 produziu os mesmos efeitos sobre o abastecimento do Rio de Janeiro já assinalados em relação a 1825, somente em proporções bem mais significativas. O déficit orçamentário elevou-se a 3,0% em 1837; baixou para 17,4% no ano seguinte e atingiu 36,1% em 1838; 28,3% em 1840; 40,6% em 1841; 46,7% em 1842. O Governo aumentou a circulação monetária de 49,7% de 1834 a 1836; de 11,7% de 1835 a 1836; de 2,0% de 1836 a 1837; de 12,7% de 1837 a 1838 e de 24,6% de 1840 a 1841. Nos últimos anos de guerra civil as emissões foram consideravelmente reduzidas.

Durante esse período o menor poder aquisitivo das exportações provocou o aumento dos preços dos gêneros de importação, tais como: manteiga proveniente da França, bacalhau de Halifax, etc..

Finalmente, a alta taxa de crescimento da população entre 1838 e 1849 deve ter contribuído para aumentar a circulação monetária, e a inflação e a consolidação da produção cafeeira desviavam braços da agricultura de gêneros alimentícios para consumo local. Os membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria queixavam-se em 1840 da carestia dos alimentos por causa da expansão da cafeicultura.

TABELAS

TABELA 2.1 — Percentagem de Participação no Total das Exportações — 1821-1914

Produto	1821-23	1871-73	1912-14
Algodão	25,8	16,6	2,9
Açúcar	23,1	12,3	0,3
Café	18,7	50,2	60,4

Fonte: LEFF, Nathaniel H. Economic development and regional inequality; origins of the Brazilian case. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Mass., Harvard Univ., 86(2), May 1972.

TABELA 2.2 — Percentagem Anual da Tendência do Crescimento em Termos de Renda do Comércio Brasileiro de Algodão, Açúcar e Café — 1822-1913

Produto	1822-913	1822-73	1874-913
Algodão	1,4	4,1	insignificante
Açúcar	insignificante	2,3	-7,0
Café	5,0	6,2	3,6

Fonte: LEFF, Nathaniel H. Economic development and regional inequality; origins of the Brazilian case. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Mass., Harvard Univ., 86(2), May 1972.

TABELA 2.3 — Número dos Oficiais no Rio de Janeiro

Categorias	1822	1844	1850
Abridores de metal	—	8	12
Alfaiates	6	28	99
Armadores de anjos	—	—	4
Armadores estufadores	—	16	9
Armadores	1	—	—
Bainheiros	—	3	2
Barbeiros e sangradores	91	13	29
Bauleiros	3	11	6
Bombeiros	1	—	16
Bordadores	—	8	7

cont.

cont.

Categorias	1822	1844	1850
Cabeleireiros	2	8	16
Caldereiros	—	11	11
Carpinteiros e mestres de obras *	1	6 *	30 *
Chapeleiros	2	6	33
Colchoeiros	15	9	29
Costureiras modistas	—	—	25
Corrieiros	2	—	12
Curtidores e surradores	—	3	5
Cuteleiros	—	6	10
Douradores	—	6	13
Empalhadores	—	—	5
Encadernadores	—	15	7
Entalhadores e escultores	—	1	2
Espelheiros e esmaltadores *	—	—	4 *
Espingardeiros	4	5	4
Estamparias e gravações	—	6	8
Ferradores	12	—	—
Ferreiros	1	11	41
Fundidores galvanizadores	—	3	3
Fundidores	—	5	8
Funileiro e latoeiro	4	13	40
Gravadores de vidro	—	—	—
Lampistas	—	—	4
Lapidários	—	—	3
Latoeiros	3	—	—
Marceneiros	11	7	54
Ourives	7	—	—
Pedreiros	—	—	4
Pintores	—	10	18
Pentieiros	3	—	—
Polieiros	2	—	2
Relojoeiros	13	14	—
Sapateiros	9	18	72
Serralheiros	3	—	—
Serigueiros	23	13	17
Sombreireiros	3	—	—

cont.

conclusão

Categorias	1822	1844	1850
Tamanqueiros	—	—	13
Tanoeiros	2	—	26
Tintureiros	2	—	—
Torneiros	3	5	13
Torneiros em metal	1	—	—
Vestimenteiros	—	—	2
Violeiros	3	—	4

* A segunda categoria só figura nos dados assinalados pelo asterisco.

Fonte: ^aALMANAQUE DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE 1824. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1969. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional 278:197-360, jan./mar. 1968.

^bALMANACK LAEMMERT. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1844.

^cALMANACK DE ARTE E PROVÍNCIAS. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1850.

TABELA 2.4 — Distribuição da População Livre e Escrava e Fogos Segundo Freguesias

	FREGUESIAS	FOGOS	HABITANTES		
			LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
Urbanas	Candelária	1.434	5.405	7.040	12.445
	S. José	2.272	11.373	8.438	19.811
	Santa Rita	1.742	6.949	6.795	13.744
	Sacramento ¹	3.352	12.525	9.961	22.486
	Santana	1.351	6.887	3.948	10.835
	Soma	10.151	43.139	36.182	79.321
Rurais	Engenho Velho	546	1.871	3.006	4.877
	S. João da Lagoa	246	937	1.188	2.125
	Irajá	376	1.577	2.180	3.757
	Jacarepaguá	457	2.561	3.280	5.841
	Inhãúma	303	1.127	1.713	2.840
	Guaratiba	588	2.642	2.792	5.434
	Campo Grande	604	2.480	3.148	5.628
	Ilha do Governador	182	708	987	1.695
	Paqueta	127	563	614	1.177
Soma	3.429	14.466	18.908	33.374	
Resumo	Urbanas	10.151	43.139	36.182	79.321
	Rurais	3.429	14.466	18.908	33.374
	Soma	13.580	57.605	55.090	112.695

¹ Antiga Sé Catedral.

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império, sessão ordinária*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1839. (Levantamento de M.B. Levy)

TABELA 2.5 – Distribuição da População, Casas e Fogos Segundo Freguesias

FREGUESIAS		POPULAÇÃO	CASAS	FOGOS	
Urbanas	Candelária	10.113	1.153	1.289	
	S. José	14.410	1.647	2.094	
	Santa Rita	14.557	2.095	2.061	
	Sacramento	24.256	3.322	3.843	
	Glória	6.568	982	854	
	Santana	15.773	2.499	2.528	
	Engenho Velho	8.166	1.212	856	
	Lagoa	3.319	512	392	
Soma		97.162	13.422	13.917	
Rurais	Irajá	5.034	430	305	
	Jacarepaguá	7.302	647	640	
	Inhaúma	3.091	333	335	
	Guaratiba	9.385	815	811	
	Campo Grande	7.519	767	698	
	Santa Cruz	3.677	237	239	
	Illa do Governador	2.391	262	247	
	Illa de Paquetá	1.517	142	164	
Soma		39.916	3.633	3.439	
Resumo	Urbanas	97.162	13.422	13.917	
	Rurais	39.916	3.633	3.439	
	Soma		137.078	17.055	17.356

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império, sessão ordinária*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1839. (Levantamento de M.B. Levy)

TABELA 2.6 – Distribuição da População Segundo Condição Civil e Sexo em 1821

CONDIÇÃO CIVIL E SEXO		FREGUESIAS		TOTAL
		URBANAS	RURAIS	
Livres	Homens	32.419	7.428	39.847
	Mulheres	27.606	11.072	38.678
	Total	60.025	18.500	78.525
Escravos	Homens	22.192	12.391	34.583
	Mulheres	14.945	9.025	23.970
	Total	37.137	21.416	58.553
Resumo	Homens	54.611	19.819	74.430
	Mulheres	42.551	20.097	62.648
	Total	97.162	39.916	137.078

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império, sessão ordinária*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1839. (Levantamento de M.B. Levy)

TABELA 2.7 – Batizados no Rio de Janeiro Segundo as Paróquias, de 1835 a 1840

Paróquias Urbanas	Anos	Santana		Sacramento		Santa Rita		São José		Glória		
	1835	11,2	575	16,9	863	9,7	500	12,7	650	2,1	109	
	1836	10,8	541	16,0	799	10,1	507	9,8	491	4,0	200	
	1837 ¹		642		782		488		499		292	
	1838	13,7	743	14,1	765	8,6	469	9,3	507	7,1	385	
	1839	10,9	600	14,7	809	8,6	472	13,6	745	4,2	230	
	1840	10,9	590	15,8	852	11,2	607	10,4	564	4,1	224	
	Anos	Engenho Velho		Lagoa		Candelária		Santa Casa		Capela Imperial		
	1835	4,8	247	1,6	82	6,2	317	7,1	365	0,1	10	
	1836	6,2	314	1,9	97	6,1	305	7,4	371	0,1	7	
	1837 ¹		298		110		303		378		6	
	1838	5,2	282	2,2	123	5,5	302	7,1	386	0,1	6	
	1839	5,0	275	2,2	122	6,0	333	8,1	446	0,1	8	
1840	5,4	292	2,0	111	5,9	318	7,6	412	0,2	12		
Paróquias Rurais	Anos	Campo Grande		Jacarepaguá		Inhaúma		Guaratiba		Irajá		
	1835	6,8	349	5,7	296	1,9	100	5,0	256	2,4	126	
	1836	6,2	312	5,5	279	1,8	91	5,9	295	2,7	138	
	1837 ¹		325		277		97		296		153	
	1838	6,2	338	5,0	276	1,9	103	5,4	297	3,1	168	
	1839	5,2	289	5,3	293	2,2	124	5,4	297 ³	2,8	154	
	1840	6,2	334	4,6	249	1,6	88	5,7	310	2,9	158	
	Anos	Santa Cruz		Ilha do Governador		Ilha de Paquetá		Total				
	1835	3,2	166	0,9	47	0,9	49	5107				
	1836	3,0	152	1,0	53	0,7	37	4989				
	1837 ¹		154		53		47	5202				
	1838	2,8	156	0,9	53 ²	1,0	57	5416				
	1839	2,4	135	1,5	83	1,1	61	5476				
1840	2,5	135 ⁴	1,2	68	0,8	48	5372					

- ¹ Por falta de informações homogêneas nas paróquias no ano de 1837, foi calculada a média aritmética do ano imediatamente anterior e posterior.
- ² Por falta de informação sobre batizados no ano de 1838 na paróquia da Ilha do Governador repetiu-se o dado anterior.
- ³ Por falta de informação sobre batizados no ano de 1839 na paróquia de Guaratiba repetiu-se o dado anterior.
- ⁴ Por falta de informação sobre batizados no ano de 1840 na paróquia de Santa Cruz repetiu-se o dado anterior.

Fonte: ^aRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santana, Paróquia de Santana. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Obs.: Antigamente, a cidade do Rio de Janeiro era dividida em jurisdições religiosas, chamadas freguesias ou paróquias. Não confundir os nomes das freguesias ou paróquias com os nomes dos bairros atuais.

^bRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Santíssimo Sacramento, Paróquia do Santíssimo Sacramento. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^cRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santa Rita de Cássia, Paróquia de Santa Rita. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^dRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São José, Paróquia de São José. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^eRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Glória, Paróquia de Nossa Senhora da Glória. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^fRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Francisco Xavier, Paróquia do Engenho Velho. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^gRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São João Batista da Lagoa, Paróquia de São João Batista da Lagoa. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^hRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

ⁱRIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. Arquivo. *Códices de batizados*. [mss.]

- ^JRIO DE JANEIRO (Cidade) Curia Metropolitana. Arquivo da Capela Imperial. *Códices de batizados.* |mss.|
- ^KRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Desterro, Paróquia de Campo Grande. Arquivo. *Livros paroquiais.* |mss.|
- ^LRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Loreto, Paróquia de Jacarepaguá. Arquivo. *Livros paroquiais.* |mss.|
- ^MRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Tiago, Paróquia de Inhaúma. Arquivo. *Livros paroquiais.* |mss.|
- ^NRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Salvador do Mundo, Paróquia de Guaratiba. Arquivo. *Livros paroquiais.* |mss.|
- ^ORIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Paróquia de Irajá. Arquivo. *Livros paroquiais.* |mss.|
- ^PRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Paróquia de Santa Cruz. Arquivo. *Livros paroquiais.* |mss.|
- ^QRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, Paróquia da Ilha do Governador. Arquivo. *Livros paroquiais.* |mss.|
- ^RRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Senhor Bom Jesus do Monte, Paróquia da Ilha de Paquetá. Arquivo. *Livros paroquiais.* |mss.|

Levantamento de M.B. Levy

TABELA 2.8 – Batizados no Rio de Janeiro Segundo o Sexo, de 1835 a 1840

ANOS	HOMENS	MULHERES	EXCESSO DE HOMENS	TOTAL
1835	2684	2423	261	5107
1836	2518	2471	47	4989
1837 ¹	2631	2571	44	5202
1838	2744	2672	72	5416
1839	2844	2632	210	5476
1840	2785	2587	198	5372

¹ Por falta de informações homogêneas nas paróquias no ano de 1837, foi calculada a média aritmética do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Paróquias. Arquivo. *Livros paroquiais.* |mss.| (Levantamento de M.B. Levy)

TABELA 2.9 — Batizados no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840

Paróquias	1835		1836		1837		1838		1839		1840		
	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	
Urbanas	Santana	310	265	304	237	402	240	500	243	392	208	340	250
	Sacramento	451	412	456	343	450	331	445	320	464	345	467	385
	Santa Rita	278	222	285	222	283	205	281	188	254	218	388	219
	São José	328	322	274	217	227	221	281	226	502	243	296	268
	Glória	56	53	74	126	142	150	211	174	113	117.	115	109
	Engenho Velho	100	147	128	186	117	181	106	176	130	145	120	172
	Lagoa	39	43	54	43	58	51	63	60	57	65	58	53
	Candelária	134	183	140	165	134	169	128	174	129	204	121	197
	Santa Casa	365	—	371	—	378	—	386	—	446	—	412	—
	Capela Imperial	7	3	7	—	5	1	4	2	6	2	9	3
Rurais	Campo Grande	166	183	160	152	174	150	189	149	169	120	187	147
	Jacarepaguá	123	173	115	164	118	159	121	155	127	166	95	154
	Inhãúma	38	62	39	52	39	58	39	64	46	78	38	50
	Guaratiba	170	86	155	140	159	137	163	134	163 ¹	134 ¹	173	137
	Irajá	51	75	46	92	47	106	48	120	62	92	39	119
	Santa Cruz	50	116	44	108	42	111	41	115	40	95	40 ⁴	95 ⁴
	Ilha do Governador	26	21	36	17	37	17	36 ²	17 ²	55	28	53	15
	Ilha de Panamé	18	31	17	20	20	27	23	34	27	34	19	29
Fontes	2710	2397	2705	2284	2885	2317	3065	2351	3182	2294	2970	2402	
o ³	53,0	46,9	54,2	45,7	55,4	44,5	56,5	43,4	58,1	41,8	55,2	44,7	

¹ Por falta de informações homogêneas nas paróquias no ano de 1837, foi calculada a média aritmética do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informação sobre batizados no ano de 1838 na paróquia da Ilha do Governador repetiu-se o dado anterior.

³ Por falta de informação sobre batizados no ano de 1839 na paróquia de Guaratiba repetiu-se o dado anterior.

⁴ Por falta de informação sobre batizados no ano de 1840 na paróquia de Santa Cruz repetiu-se o dado anterior.

Fonte: ^aRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santana, Paróquia de Santana. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^bRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Santíssimo Sacramento, Paróquia do Santíssimo Sacramento. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^cRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santa Rita de Cássia, Paróquia de Santa Rita. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^dRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São José, Paróquia de São José. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

- ^eRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Glória, Paróquia de Nossa Senhora da Glória. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^fRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Francisco Xavier, Paróquia do Engenho Velho. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^gRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São João Batista da Lagoa, Paróquia de São João Batista da Lagoa. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^hRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ⁱRIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. Arquivo. *Códices de batizados*. |mss.|
- ^jRIO DE JANEIRO (Cidade) Curia Metropolitana. Arquivo da Capela Imperial. *Códices de batizados*. |mss.|
- ^kRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Desterro, Paróquia de Campo Grande. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^lRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Loreto, Paróquia de Jacarepaguá. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^mRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Tiago, Paróquia de Inhaúma. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ⁿRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Salvador do Mundo, Paróquia de Guaratiba. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^oRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Paróquia de Irajá. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^pRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Paróquia de Santa Cruz. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^qRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, Paróquia da Ilha do Governador. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^rRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Senhor Bom Jesus do Monte, Paróquia da Ilha de Paquetá. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|

TABELA 2.10 – Óbitos no Rio de Janeiro Segundo as Paróquias, de 1835 a 1840

ANOS	Paróquias Urbanas									
	Santana	Sacramento	Santa Rita	São José	Glória	Engenho Velho	Lagoa	Candelária	Santa Casa	Capela Imperial
1835	9,0 600	9,6 637	4,4 291	4,1 275	0,7 48	4,7 317	1,0 71	3,2 217	44,9 2969 ¹	0,2 14
1836	6,8 494	11,2 805	5,4 390	4,7 341	0,8 62	5,2 380	1,2 91	4,1 298	43,2 3102 ³	0,3 22
1837 ⁴	535	770	379	333	130	411	110	243	3259	20
1838	7,6 576	9,7 735	4,9 369	325	2,6 198	5,9 443	1,7 129	2,5 189	45,5 3417 ⁵	0,2 19
1839	6,8 491	9,8 705	4,8 345	4,1 299	2,8 206	6,4 469	1,7 127	2,5 182	44,3 3185 ⁷	0,0 4
1840	7,4 502	10,8 736	6,5 445	3,7 255	1,8 128	5,6 379	1,7 116	2,3 161	42,9 2909 ⁹	0,1 12

ANOS	Paróquias Rurais							Total	
	Campo Grande	Jacarepaguá	Inhaúma	Guaratiba	Irajá	Santa Cruz	Ilha do Governador		Ilha de Paqueta
1835	5,4 362	3,1 211	1,1 79	2,9 198	2,2 146 ²	1,1 75	0,8 55	0,6 46	6611
1836	3,7 270	3,0 222	0,2 70	2,9 208	2,3 166	1,7 133	1,1 80	0,6 47	7171
1837 ⁴	267	227	76	198	149	98	80	55	7338
1838	3,5 265	3,0 232	1,1 83	2,5 188	1,7 132	0,8 63	1,0 80 ⁶	0,8 63	7506
1839	4,4 321	3,1 217	0,8 61	2,6 188 ⁸	2,2 167	1,5 108	0,7 57	0,7 55	7187
1840	4,5 306	3,4 235	0,7 54	2,5 171	2,0 140	1,5 108 ¹⁰	0,9 65	0,5 38	6760

¹ 1760 mortos foram apenas sepultados pela Santa Casa.

² Este total não inclui sepultados em 3 dos cemitérios de Irajá

³ 1837 mortos foram apenas sepultados pela Santa Casa.

⁴ Por falta de informações homogêneas nas paróquias no ano de 1837, foi calculada a média aritmética do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ 2075 mortos foram apenas sepultados pela Santa Casa.

⁶ Por falta de informações sobre óbitos no ano de 1838 na paróquia da Ilha do Governador repetiu-se o dado anterior.

⁷ 1851 mortos foram apenas sepultados pela Santa Casa.

⁸ Por falta de informações sobre óbitos no ano de 1839 na paróquia de Guaratiba repetiu-se o dado anterior.

⁹ 1960 mortos foram apenas sepultados pela Santa Casa.

¹⁰ Por falta de informações sobre óbitos no ano de 1840 na paróquia de Santa Cruz repetiu-se o dado anterior.

- Fonte: ^aRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santana, Paróquia de Santana. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^bRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Santíssimo Sacramento, Paróquia do Santíssimo Sacramento. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^cRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santa Rita de Cássia, Paróquia de Santa Rita. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^dRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São José, Paróquia de São José. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^eRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Glória, Paróquia de Nossa Senhora da Glória. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^fRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Francisco Xavier, Paróquia do Engenho Velho. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^gRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São João Batista da Lagoa, Paróquia de São João Batista da Lagoa. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^hRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ⁱRIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. Arquivo. *Códices de batizados*. |mss.|
- ^jRIO DE JANEIRO (Cidade) Curia Metropolitana. Arquivo da Capela Imperial. *Códices de batizados*. |mss.|
- ^kRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Desterro, Paróquia de Campo Grande. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^lRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Loreto, Paróquia de Jacarepaguá. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|

^mRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Tiago, Paróquia de Inhamã. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

ⁿRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Salvador do Mundo, Paróquia de Guaratiba. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^oRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Paróquia de Irajá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^pRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Paróquia de Santa Cruz. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^qRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, Paróquia da Ilha do Governador. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^rRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Senhor Bom Jesus do Monte, Paróquia da Ilha de Paquetá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M.B. Levy

TABELA 2.11 – Óbitos no Rio de Janeiro Segundo o Sexo, de 1835 a 1840

ANOS	HOMENS	MULHERES	EXCESSO DE HOMENS	TOTAL
1835	3855	2756	1099	6611
1836	4119	3052	1067	7171
1837 ¹	4223	3115	1108	7338
1838	4327	3179	1148	7506
1839	4260	2927	1333	7187
1840	3891	2869	1022	6760

¹ Por falta de informações homogêneas nas paróquias no ano de 1837, foi calculada a média aritmética do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Paróquias. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M.B. Levy)

TABELA 2.12 – Óbitos no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840

Paróquias	1835		1836		1837 ⁴		1838		1839		1840		
	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	
Urbanas	Santana	402	198	338	156	373	162	408	168	342	149	347	155
	Sacramento	448	191	549	256	527	242	506	229	467	238	506	230
	Santa Rita	214	77	304	86	209	89	276	93	255	90	308	137
	São José	224	51	238	103	242	91	246	79	211	88	195	60
	Glória	34	14	52	10	90	39	129	69	129	77	83	45
	Engenho Velho	101	216	140	240	141	270	142	301	166	303	130	249
	Lagoa	27	44	41	50	45	65	49	80	58	69	60	56
	Candelária	78	139	132	166	113	130	94	95	94	88	74	87
	Santa Casa	1481 ¹	1508 ¹	1385 ³	1717 ³	1373	1886	1362 ⁵	2055 ⁵	1387 ⁷	1798 ⁷	1352 ⁹	1557 ⁹
	Capela Imperial	13	1	22	–	20	–	19	–	3	1	12	–
Rurais	Campo Grande	156	206	107	163	105	162	104	161	126	195	118	188
	Jacarepaguá	69	142	75	147	75	151	76	156	75	142	88	147
	Inhaúma	37	42	27	43	26	50	25	58	25	36	24	30
	Guaratiba	88	112	108	100	105	93	102	86	102 ⁸	86 ⁸	88	83
	Irajá	61 ²	95 ²	72	94	62	87	52	80	65	102	63	77
	Santa Cruz	14	61	38	95	19	71	16	47	18	92	16 ¹⁰	92 ¹⁰
	Ilha do Governador	28	27	32	48	32	48	32 ⁶	48 ⁶	23	34	30	35
	Ilha de Paquetá	22	24	20	27	22	32	25	38	28	27	9	29
Total	3463	3148	3670	3501	3666	3672	3663	3843	3572	3615	3503	3257	
%	52,3	47,6	51,1	48,8	49,9	50,0	48,8	51,1	49,7	50,2	51,8	48,1	

¹ 1760 mortos foram apenas sepultados pela Santa Casa.

² Este total não inclui sepultados em 3 dos cemitérios de Irajá.

³ 1837 mortos foram apenas sepultados pela Santa Casa.

⁴ Por falta de informações homogêneas nas paróquias no ano de 1837, foi calculada a média aritmética do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ 2075 mortos foram apenas sepultados pela Santa Casa.

⁶ Por falta de informações sobre óbitos no ano de 1838 na paróquia da Ilha do Governador repetiu-se o dado anterior.

⁷ 1851 mortos foram apenas sepultados pela Santa Casa.

⁸ Por falta de informações sobre óbitos no ano de 1839 na paróquia de Guaratiba repetiu-se o dado anterior.

⁹ 1960 mortos foram apenas sepultados pela Santa Casa.

¹⁰ Por falta de informações sobre óbitos no ano de 1840 na paróquia de Santa Cruz repetiu-se o dado anterior.

- Fonte: ^aRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santana, Paróquia de Santana. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^bRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Santíssimo Sacramento, Paróquia do Santíssimo Sacramento. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^cRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santa Rita de Cássia, Paróquia de Santa Rita. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^dRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São José, Paróquia de São José. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^eRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Glória, Paróquia de Nossa Senhora da Glória. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^fRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Francisco Xavier, Paróquia do Engenho Velho. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^gRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São João Batista da Lagoa, Paróquia de São João Batista da Lagoa. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^hRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ⁱRIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. Arquivo. *Códices de batizados*. [mss.]
- ^jRIO DE JANEIRO (Cidade) Curia Metropolitana. Arquivo da Capela Imperial. *Códices de batizados*. [mss.]
- ^kRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Desterro, Paróquia de Campo Grande. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^lRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Loreto, Paróquia de Jacarepaguá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^MRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Tiago, Paróquia de Inhamã. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^NRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Salvador do Mundo, Paróquia de Guaratiba. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^ORIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Paróquia de Irajá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^PRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Paróquia de Santa Cruz. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^QRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, Paróquia da Ilha do Governador. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^RRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Senhor Bom Jesus do Monte, Paróquia da Ilha de Paquetá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M.B. Levy

TABELA 2.13 – Batizados e Óbitos no Rio de Janeiro Segundo a Condição – Relação entre Óbitos e Batizados no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840

ANOS	LIVRES E LIBERTOS %	ESCRAVOS %
1835	27,7	31,3
1836	35,6	53,3
1837 ¹	35,5	58,4
1838	19,5	63,4
1839	12,2	57,5
1840	17,9	35,5

¹ Por falta de informações homogêneas nas paróquias no ano de 1837, foi calculada a média aritmética do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Paróquias. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M.B. Levy)

TABELA 2.14 – Casamentos no Rio de Janeiro Segundo as Paróquias, de 1835 a 1840

ANOS	Paróquias Urbanas																			
	Santana	Sacramento	Santa Rita	São José	Glória	Engenho Velho	Lagoa	Candelária	Santa Casa	Capela Imperial										
1835	15,2	72	17,6	83	8,9	42	9,7	46	4,2	20	3,3	16	1,9	9	5,3	25	1,2	6	0,8	4
1836	13,2	64	20,2	98	7,8	38	10,3	50	4,7	23	4,5	22	1,2	6	6,4	31	1,2	6	0,4	2
1837 ¹		69		104		48		53		27		26		3		36		14		1
1838	11,9	74	17,7	110	9,3	58	9,0	56	4,9	31	4,9	31	0	—	6,7	42	3,5	22	0	—
1839	10,2	52	17,2	87	11,2	57	12,6	64	1,7	9	4,1	21	0,7	4	4,7	24	3,9	20	0,7	4
1840	12,8	66	17,7	91	10,1	52	11,8	61	3,8	20	8,9	46	0,7	4	5,6	29	2,7	14	1,1	6

ANOS	Paróquias Rurais								Total								
	Campo Grande	Jacarepaguá	Inhaúma	Guaratiba	Irajá	Santa Cruz	Ilha do Governador	Ilha de Paquetá									
1835	9,3	44	5,7	27	2,3	11	4,2	20	2,9	14	3,6	17	2,1	10	0,6	3	469
1836	6,4	31	4,5	22	1,8	9	7,8	38	2,8	14	1,4	7	2,8	14	0,8	4	479
1837 ¹		49		29		7		45		13		6		14		4	550
1838	10,7	67	5,7	36	0,8	5	8,3	52	2,0	13	0,9	6	2,2	14 ²	0,6	4	621
1839	8,5	43	3,9	20	1,9	10	10,2	52 ³	1,9	10	2,5	13	1,7	9	1,1	6	505
1840	7,1	37	3,8	20	0,9	5	5,6	29	2,5	13 ⁴	0,9	5	0,5	3			514

- ¹ Por falta de informações homogêneas nas paróquias no ano de 1837, foi calculada a média aritmética do ano imediatamente anterior e posterior.
- ² Por falta de informação sobre casamentos no ano de 1838 na paróquia da Ilha do Governador repetiu-se o dado anterior.
- ³ Por falta de informação sobre casamentos no ano de 1839 na paróquia de Guaratiba repetiu-se o dado anterior.
- ⁴ Por falta de informação sobre casamentos no ano de 1840 na paróquia de Santa Cruz repetiu-se o dado anterior.

Fonte: ^aRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santana, Paróquia de Santana. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^bRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Santíssimo Sacramento, Paróquia do Santíssimo Sacramento. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^cRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santa Rita de Cássia, Paróquia de Santa Rita. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^dRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São José, Paróquia de São José. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^eRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Glória, Paróquia de Nossa Senhora da Glória. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

- ^fRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Francisco Xavier, Paróquia do Engenho Velho. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss. |
- ^gRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São João Batista da Lagoa, Paróquia de São João Batista da Lagoa. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss. |
- ^hRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss. |
- ⁱRIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. Arquivo. *Códices de batizados*. |mss. |
- ^jRIO DE JANEIRO (Cidade) Curia Metropolitana. Arquivo da Capela Imperial. *Códices de batizados*. |mss. |
- ^kRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Desterro, Paróquia de Campo Grande. Arquivo. *Livros paroquiais*. mss.
- ^lRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Loreto, Paróquia de Jacarepaguá. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss. |
- ^mRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Tiago, Paróquia de Inhamá. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss. |
- ⁿRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Salvador do Mundo, Paróquia de Guaratiba. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss. |
- ^oRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Paróquia de Irajá. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss. |
- ^pRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Paróquia de Santa Cruz. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss. |
- ^qRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, Paróquia da Ilha do Governador. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss. |
- ^rRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Senhor Bom Jesus do Monte, Paróquia da Ilha de Paquetá. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss. |

Levantamento de M.B. Levy

TABELA 2.15 – Casamentos no Rio de Janeiro Segundo a Condição, de 1835 a 1840

Paróquias	1835		1836		1837 ¹		1838		1839		1840		
	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	Livres e Libertos	Escravos	
Urbanas	Santana	69	3	63	1	66	3	69	5	51	1	85	1
	Sacramento	81	2	96	2	103	1	110	–	87	–	87	4
	Santa Rita	36	6	37	1	46	1	56	2	57	–	52	–
	São José	45	1	47	3	49	2	51	5	60	4	60	1
	Glória	20	–	20	3	25	1	31	–	9	–	20	–
	Engenho Velho	14	2	19	3	23	3	27	4	20	1	36	10
	Lagoa	9	–	5	1	2	–	–	–	2	2	3	1
	Candelária	25	–	28	3	34	2	41	1	23	1	28	1
	Santa Casa	6	–	6	–	14	–	22	–	20	–	14	–
	Capela Imperial	4	–	2	–	1	–	–	–	4	–	6	–
Rurais	Campo Grande	27	17	25	6	38	11	51	16	35	8	29	8
	Jacarepaguá	15	12	18	4	19	10	20	16	11	9	12	8
	Inhaúma	9	2	6	3	5	1	5	–	10	–	5	–
	Guaratiba	12	8	26	12	37	7	49	3	49 ³	3 ³	20	9
	Irajá	10	4	49	95	10	43	11	2	6	4	12	1
	Santa Cruz	7	10	4	3	4	2	4	2	5	8	5 ⁴	8 ⁴
	Ilha do Governador	10	–	14	–	14	–	14 ²	–	9	–	5	–
Ilha de Paquetá	3	–	4	–	4	–	4	–	6	–	3	–	
Total	402	67	429	50	497	53	565	56	464	41	462	52	
%	85,7	14,2	89,5	10,4	90,3	9,6	90,6	9,0	91,8	8,1	89,8	10,1	

- ¹ Por falta de informações homogêneas nas paróquias no ano de 1837, foi calculada a média aritmética do ano imediatamente anterior e posterior.
- ² Por falta de informação sobre casamentos no ano de 1838 na paróquia da Ilha do Governador repetiu-se o dado anterior.
- ³ Por falta de informação sobre casamentos no ano de 1839 na paróquia de Guaratiba repetiu-se o dado anterior.
- ⁴ Por falta de informação sobre casamentos no ano de 1840 na paróquia de Santa Cruz repetiu-se o dado anterior.

Fonte: ^aRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santana, Paróquia de Santana. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^bRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Santíssimo Sacramento, Paróquia do Santíssimo Sacramento. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^cRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santa Rita de Cássia, Paróquia de Santa Rita. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^dRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São José, Paróquia de São José. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

- ^eRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Glória, Paróquia de Nossa Senhora da Glória. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^fRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Francisco Xavier, Paróquia do Engenho Velho. Arquivo. *Livros paroquiais*. mss.
- ^gRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São João Batista da Lagoa, Paróquia de São João Batista da Lagoa. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^hRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ⁱRIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. Arquivo. *Códices de batizados*. |mss.|
- ^jRIO DE JANEIRO (Cidade) Curia Metropolitana. Arquivo da Capela Imperial. *Códices de batizados*. |mss.|
- ^kRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Desterro, Paróquia de Campo Grande. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^lRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Loreto, Paróquia de Jacarepaguá. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^mRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Tiago, Paróquia de Inhaúma. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ⁿRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Salvador do Mundo, Paróquia de Guaratiba. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^oRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Paróquia de Irajá. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^pRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Paróquia de Santa Cruz. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^qRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, Paróquia da Ilha do Governador. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|
- ^rRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Senhor Bom Jesus do Monte, Paróquia da Ilha de Paquetá. Arquivo. *Livros paroquiais*. |mss.|

**III – PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO E PREDOMINÂNCIA
DA ECONOMIA DE PLANTAÇÃO DO CAFÉ, 1840-88**

3. PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO E PREDOMINÂNCIA DA ECONOMIA DE PLANTAÇÃO DO CAFÉ, 1840-88*

O escoamento dos Produtos Primários através do Porto do Rio de Janeiro

O surto exportador de café deflagrado pela expansão do mercado norte-americano deslocou as plantações para o Vale do Paraíba que passou a ser a zona de maior produção. Pelo Rio de Janeiro escoava a riqueza dos cafezais do planalto, concentrando assim o movimento comercial desta atividade que se estendia pelas terras fluminenses, Zona da Mata, Espírito Santo e nordeste paulista. As estradas de ferro, que foram abertas para servir a região, reforçaram a liderança da cidade como canalizadora das exportações de café sem concorrência substancial até 1890. O Rio de Janeiro era também centro redistribuidor de escravos, abastecedor das fazendas, importador de produtos manufaturados e ponto de convergência do comércio de cabotagem. Essa hipertrofia comercial será capaz de fundamentar todas as nuances da vida urbana no correr do século XIX.

As condições em que a atividade cafeeira surgia eram bem distintas daquelas dos séculos anteriores. Não há dúvidas de que alguns elementos essenciais conservavam-se inalterados, tais como: as relações de produção escravistas, dominantes no campo; a propriedade da terra, monopolizada por um pequeno número de grandes proprietários; e finalmente, a monocultura de exportação, ainda o caminho por excelência de acumulação de capital.

Para o conjunto das demais atividades produtivas, entretanto, o trabalho escravo deixara de ser a mais eficiente forma de valorização do produto. O capital imobilizado no momento da compra do escravo não se reproduzia sempre de acordo com as expectativas, nem nas atividades econômicas rurais decadentes, nem na instabilidade da produção urbana.

O próprio Estado, a partir do momento em que concede a extinção do tráfico negreiro em 1850, reconhece-se incapaz de garantir a reprodução das relações de

* Em colaboração com Maria Bárbara Lévy.

produção escravistas. Esta atitude permitiu a realização de capitais empatados em mão-de-obra escrava sub-utilizada, através de sua venda para os cafeicultores. Ao mesmo tempo em que a nova atividade exportadora concentrava os estoques de escravos, as demais regiões passavam a comprar a força de trabalho livre.

A introdução do assalariamento possibilitou a compra da força de trabalho no mercado, liberando capitais até então investidos em mão-de-obra e promovendo maior circulação monetária. São bastante evidentes as alterações provocadas na economia a partir deste momento. Entretanto, para o escopo deste trabalho têm especial relevância aquelas que, apesar de não serem as mais significativas, influíram mais diretamente no comércio.

A generalização do assalariamento permitiu que o fluxo de renda permanecesse, pelo menos em parte, no mercado interno. Até então, o capital empregado na reposição de escravos dirigia-se para o comerciante negreiro sem que essa inversão se constituísse num acréscimo da renda interna. A população livre e assalariada contribuiu para que parte do capital investido no mercado de trabalho retornasse à unidade de consumo familiar, provocando uma maior circulação no mercado interno.

A partir de 1840 vai se acentuando o declínio da exportação do algodão e do açúcar na medida em que crescia a do café. A participação do café nas rendas de exportação do Brasil já representava em 1871-73, 50,2% do total, em comparação com 16,6% do algodão e 12,3% do açúcar. Após 1874, a disparidade entre esses três produtos ainda se acentuou mais. Em 1912-14, o café atingia a 60,4% e o algodão e o açúcar se reduziam a 2,9% e 0,3%. Esta disparidade pode ser observada melhor na Tabela 2.2 do Capítulo II deste trabalho.

Parte da produção do açúcar do Nordeste passou a suprir o mercado do Estado do Rio de Janeiro, cada vez mais dependente do abastecimento externo.

A decadência da economia açucareira estava ligada à concorrência do açúcar de beterraba produzido na Europa, à preferência dada pela Inglaterra e França à importação desse produto de suas colônias. Aliás, a mesma prioridade era concedida ao algodão e pelo Tratado de 1810 a Inglaterra excluía do seu mercado o açúcar, o tabaco e café brasileiros. Por outro lado, o atraso tecnológico da produção nordestina de açúcar em comparação com a da Luisiana e Cuba dificultava a conquista de uma quota do mercado norte-americano pelo Brasil.

Já vimos anteriormente que uma rentável plantação de café representava um investimento menor do que uma plantação de cana-de-açúcar, devido ao alto custo dos animais de carga e tração e da montagem do engenho e alambique.

Outro fato que influenciou nesse deslocamento da economia foi a tendência dos preços do café no mercado internacional. Eles se elevaram em relação aos do açúcar,

a uma taxa de 1,2% a mais entre 1828 e 1873. Os preços do algodão também não subiram proporcionalmente aos do café. LEFF¹¹⁴ assinala também que o câmbio era estabelecido em função do café e para que o açúcar do Nordeste fosse rentável, seria necessário uma desvalorização da moeda maior do que aquela requerida pelo café.

Na medida em que se alteravam os preços no mercado internacional no sentido da valorização do café e queda na cotação do açúcar e do algodão, a produtividade marginal da mão-de-obra empregada na cultura do café era bem maior do que aquela alcançada na agricultura do açúcar e do algodão. É importante ressaltar mais uma vez que a composição orgânica do capital era bastante diferente, a produção do café envolvia investimento maior em mão-de-obra, enquanto a do açúcar e do algodão exigiam relativamente maior proporção de capital fixo.

Dessa forma, a zona cafeeira sulista passou a importar escravos do Nordeste. A importância da realocação de escravos pode ser apreciada na Tabela 3.1.

Vide Tabela 3.1 pág. 263

Quanto ao Norte deve-se compreender: Amazonas, Pará e territórios; Nordeste: Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Fernando Noronha; o Sudeste: Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; o Centro-Oeste: Mato Grosso e Goiás.

De 1872 a 1890 a população do Sudeste cresceu a uma taxa de 2,3% e a do Nordeste de 1,4%, inferior à média global do Brasil, de 1,6%.

A inflação e o câmbio desfavorável ao Brasil, na segunda metade do século, garantiam aos exportadores de café maior quantidade de moeda nacional por libra exportada, mas as condições de concorrência no mercado internacional impediam que o mesmo ocorresse com o açúcar e o algodão. Esses dois produtos restringem-se cada vez mais à satisfação das necessidades do mercado interno, onde a inflação e o câmbio baixo agravavam os custos de produção.

Finalmente, a abolição do tráfico negreiro liberou capitais de investimento para a cafeicultura.

Apesar desse estancamento do suprimento de escravos africanos, o preço do escravo se estabilizou no Rio de Janeiro entre 1857 e 1864, em virtude do abastecimento do Nordeste e da expansão e barateamento dos meios de transporte que deixaram de absorver escravos na mesma proporção do período anterior¹¹⁵.

¹¹⁴ LEFF, Nathaniel H. Economic development and regional inequality; origins of the Brazilian case. *The Quarterly Journal of Economics Cambridge, Mass.*, 86(2) May 1972.

¹¹⁵ O preço dos escravos adultos do sexo masculino, operários da fábrica de Velas Luz Stearica baixou em 1857 de 1:800\$000 para 1:200\$000, mantendo-se nesse nível até 1864.

a FÁBRICA MOINHO DA LUZ. Arquivo, op. cit. acima nota 111.

b FÁBRICA MOINHO DA LUZ. Arquivo. *Diário da Fábrica Luz Stearica 1859 a 1864*. v. 2, p. 144, 254, 347, 445, 468, 520 [mss.]

A economia de plantação de café do vale do Paraíba resistiu bem às crises internacionais de preços que repercutiam no setor exportador brasileiro.

De 1853 a 1860, durante o período de instabilidade de preços do café, açúcar e algodão, ocorreu a crise bancária de 1857/58. Esta foi superada pela adoção de uma política deflacionária e por meio de um empréstimo externo. O Governo restringiu o poder de emissão de vales dos bancos independentes e procurou controlar as sociedades anônimas. Os preços dos gêneros alimentícios baixaram de 1859 a 1860 e a estabilidade parecia restabelecida.

O quadriênio de depressão, de 1865 a 1868, foi precedido pela crise bancária de 1864. A mobilização das tropas e a necessidade de desviar alimentos para abastecer os militares no sul concorreram para essa crise.

Nessa ocasião os fazendeiros tinham dificuldades em obter empréstimos, dando como garantia o capital representado pelos escravos, em virtude do receio da abolição da escravatura. No vale do Paraíba houve nesse ano um surto de doença do café que agravou a situação econômica regional. São Paulo sofreu menos pelo fato de empregar uma maior proporção de mão-de-obra livre na lavoura. De 1865 a 1868, os preços do café baixaram, prorrogando a fase de depressão.

A crise de 1873-75 estava vinculada ao abandono da política de proteção alfandegária adotada durante a Guerra do Paraguai e à deflação. A solução adotada foi a do aumento de emissões e a obtenção de empréstimo externo para ampliar o crédito à produção.

A seca do Nordeste, 1877/78, a queda dos preços do café e da borracha em 1878, prolongaram a recessão até 1879. O preço do café baixava de novo em 1880; o do açúcar em 1881 e do algodão em 1882.

Em 1888/89, a abolição da escravatura provocava uma redução da colheita do café à metade. Os preços do café, algodão e açúcar mantiveram-se baixos de 1890 a 1908, apenas com ligeira recuperação em 1892, 1893 e 1904.

Com o gradual declínio da cafeicultura da Província do Rio de Janeiro, a economia urbana se modificou pela realocação de recursos de capital e mão-de-obra. Daí a ampliação e diversificação de atividades vinculadas ao setor secundário e terciário.

O comércio do Rio de Janeiro sofreu um declínio com a decadência da cafeicultura e a economia urbana se modificou, ampliando-se os setores secundário e terciário.

O café exportado pela Província do Rio de Janeiro apresentou uma elevação substancial no seu valor de 1845 a 1848, um ligeiro declínio de 1848 a 1849 e novamente uma recuperação de 1849 a 1850¹¹⁶.

Vide Tabela 3.2 pág. 263

Ferreira Soares comparou o incremento das exportações em dois quadriênios anteriores a 1840 com o aumento entre 1830 e 1851, quando se verificou uma expansão bem maior do volume das exportações.

Quadriênio de 1817-20 média das exportações	374.712 arrobas
Quadriênio de 1826-29 média das exportações	1.695.055 arrobas
Aumento de 352,9%	1.320.343 arrobas
Decênio de 1830-39, média das exportações	3.058.895 arrobas
Decênio de 1840/41 a 1849-51, média das exportações	<u>6.605.335 arrobas</u>
Aumento de 115,9%	3.546.440 arrobas

Finalmente, Ferreira Soares analisou o período de 1849/50 a 1858/59.

Vide Tabela 3.3 pág. 264

A procedência do café exportado pelo Rio de Janeiro no período de 1852 a 1859 se distribui da seguinte forma:

do Rio de Janeiro	78,62%
de Minas Gerais	7,8 %
de São Paulo	11,1 %
da Bahia	0,42%
do Espírito Santo	2,06% ¹¹⁷

116

a [BORGES, Thomaz Pompeu Accioly] A conjuntura no Brasil desde 1822; estudos especiais. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, FGV, 2(4):19-27, abr. 1948.

Esse artigo analisa a evolução dos preços em libra-ouro no mercado externo do café, açúcar branco e algodão que chegaram a representar 80% das exportações brasileiras.

b HASELBALG, Carlos A. et alii. *O setor financeiro no Brasil; aspectos históricos*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1970.

c LEVY, op. cit. acima nota 76^b.

¹¹⁷ SOARES, op. cit. acima nota 83, p. 215-6.

As estatísticas apresentadas por Ferreira Soares relativas às exportações de açúcar para o exterior revelavam um declínio de 1846 a 1849 e uma expansão de 1850 a 1852. No entanto, nota-se no volume uma grande diferença em arrobas entre os mapas oficiais da Mesa do Consulado da Corte e a estatística oficial do Tesouro Nacional, sem nenhuma explicação satisfatória para essa discrepância.

Nesse período de 1846 a 1852 verificou-se um aumento considerável das exportações da Província do Rio de Janeiro para as demais províncias do Império. Portanto, apesar da queda das exportações para o exterior, teria havido um aumento de produção. Porém, não se tem dados disponíveis sobre o consumo interno da Província do Rio de Janeiro que possam confirmar essa interpretação.

Vide Tabela 3.4 pág. 264

Vide Tabela 3.5 pág. 265

Vide Tabela 3.6 pág. 265

Vide Tabela 3.7 pág. 266

Além desses dois produtos principais — café e açúcar — o Rio de Janeiro exportava as seguintes mercadorias originárias da Província do Rio de Janeiro: aguardente de cana-de-açúcar, melaço, amendoim, arroz pilado, açúcar, batata, cacau, chá, doces diversos, farinha de mandioca, feijão, milho, tamarindo, tapioca, toucinho, ipecacuanha, goma de polvilho; charuto, cigarro, fumo em rolo e rama, rapé; esteira, lã, algodão em rama e fio; ouro em pó, objetos de ouro, jóias, pedras preciosas; couro vacuno, sola, cabelo, crina; sabão, tamanco, madeiras diversas.

Vide Tabela 3.8 pág. 270

Os navios estrangeiros eram na maior parte ingleses, norte-americanos, franceses e hamburgueses. Os de grande cabotagem eram nacionais, usados nos percursos entre a Corte e as demais províncias do Império.

Em 1859 havia no Rio de Janeiro 241 firmas comerciais por atacado, de importação, 192 de exportação e 51 companhias. No decorrer da segunda metade do século XIX, a participação das casas estrangeiras de exportação do café foi aumentando consideravelmente.

As tabelas relativas ao comércio do Rio de Janeiro de longo curso para os exercícios de 1863/64, 1864/65 e 1865/66, apresentavam uma ascensão do volume das transações entre 1863 e 1865, seguida de uma queda no ano seguinte. O valor das importações provenientes da Inglaterra se elevou a 37.685:000\$000 no primeiro exercício e declinou nos subseqüentes para 29.825:000\$000 e 23.225:000\$000. Representava uma alta percentagem do valor total das importações que foi de 70.633:000\$000, 67.707:000\$000 e 51.125:000\$000 para os períodos acima mencionados.

A França vinha em segundo lugar, a uma considerável distância, seguida pelas províncias do Prata e Estados Unidos, na pauta das importações. A América do

Norte ocupava a segunda posição na lista das exportações brasileiras devido ao crescente consumo de café. A balança comercial desfavorável com a Inglaterra era compensada parcialmente apenas pelo saldo positivo no intercâmbio com os Estados Unidos, havendo um déficit para o Rio de Janeiro na balança comercial global.

A média de arrobas de café exportadas foi de 7.964.598, superior a de 6.605.335, do período de 1840 a 1850. No entanto, a maior diferença pode ser observada na média do valor anual que passou de 19.585.244\$000 de 1840 para 50.371.333\$000 de 1863 a 1866.

Quanto ao açúcar, a quantidade exportada caiu violentamente nesses anos, de 574.503 arrobas (exercícios de 1863 a 1864) para 154.319 arrobas (exercícios de 1865 a 1866). Se compararmos essas cifras com as duas tabelas anteriores, também verificamos o declínio em relação ao período de 1850 a 1852. Nesses anos de 1863 a 1866 a exportação do algodão tornara-se insignificante.

O Comércio de Cabotagem e Longo Curso

Quanto ao comércio de cabotagem, o Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia conservavam-se numa posição de destaque. A balança comercial era desfavorável ao Rio em proporção crescente. Esses dados evidenciavam a dependência cada vez maior da economia de plantação cafeeicultora especializada, ao suprimento de gêneros alimentícios de outras províncias do Império. (Vide Tabelas 3.9, 3.10, 3.11, 3.12.) A balança comercial global tornava-se favorável ao Rio de Janeiro face à exportação de produtos estrangeiros importados para os principais portos da costa do Brasil. (Vide Tabelas 3.13, 3.14)¹¹⁸.

Vide Tabela 3.9 pág. 271

Vide Tabela 3.10 pág. 271

Vide Tabela 3.11 pág. 272

Vide Tabela 3.12 pág. 273

No período de 1863 a 1866 temos alguns dados sobre o comércio interno do Rio de Janeiro com Goiás e Minas Gerais. (Vide Tabela 3.9.)

¹¹⁸ BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão, 13ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado da mesma repartição, Manoel Pinto Souza Dantas.* Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1867. (Anexo S, nº 5)

Anexo 5; quadros nº 5 e 6 – Demonstração do Commercio de Longo curso nos exercícios abaixo declarados, apresentando as procedências e destinos e commercio de cabotagem por valores officiaes e por procedências com distinção dos gêneros nacionaes e dos estrangeiros (Quadros elaborados pela Comissão de Estatística do Ministério dirigida por Sebastião Ferreira Soares).

Apesar da importância de Goiás e Minas Gerais no abastecimento de carnes, toucinho e tecidos grosseiros, o valor do comércio interno era insignificante ainda em meados do século.

No período de 1864/65 a 1869/70, a participação da Província do Rio de Janeiro nas exportações totais do Brasil tendeu a crescer. A balança comercial com os países estrangeiros permaneceu negativa de 1863 a 1867; tornou-se favorável em 1867/68, equilibrada em 1868/69 e novamente desfavorável em 1869/70.

Vide Tabela 3.13 pág. 274

Vide Tabela 3.14 pág. 274

Nota-se, portanto, que mesmo na época do apogeu do café havia uma tendência ao déficit no intercâmbio do Brasil com o exterior.

Em 1871, a Província do Rio de Janeiro exportou 11.790.005 arrobas de café, sendo que a cifra global para o Império atingia 15.630.080 arrobas. A Província do Rio de Janeiro remetia para o exterior o quádruplo das de São Paulo, Bahia, Ceará e Espírito Santo reunidas.

No exercício de 1871/72 a Província do Rio de Janeiro exportava apenas 167.534 arrobas de açúcar num total para o Brasil de 1.104.848 arrobas. A Província do Rio de Janeiro figurava em nono lugar, após Pernambuco e Bahia (os maiores produtores), Alagoas, Sergipe, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará¹¹⁹.

Somente a partir de 1888 se manifestou a crise do comércio da Província e do porto do Rio de Janeiro em consequência do declínio da produção do café no vale do Paraíba substituída pela criação extensiva nas terras esgotadas por esse cultivo.

A Atividade Agrícola

O Rio de Janeiro ainda possuía um setor agrário importante no século XIX. Não havia nesse período uma ruptura entre o meio urbano e o rural. A evolução da agricultura seguiu a mesma linha na província e na cidade, uma estagnação do setor de cultivo da cana-de-açúcar e de produção do açúcar e uma expansão da cafeicultura.

PIZARRO ARAÚJO¹²⁰ nas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* que entregou à imprensa em 1820, enumerava 51 engenhos de açúcar nas paróquias do Rio

¹¹⁹ BARRETO, Rozendo Moniz. *Exposição nacional de 1875, notas e observações*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1876.

¹²⁰

a ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro, *sac. Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1943/51. 10 v.

b ----. ----. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1945. v. 3, p. 10, 175, 206.

c ----. ----. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1946. v. 4, p. 32, 77.

d ----. ----. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1947. v. 5, p. 104, 236.

de Janeiro, e FERREIRA SOARES¹²¹ apresentava um total de 58 em 1852. O *Almanack Laemmert* de 1857 recenseava 28 fazendas de cana-de-açúcar, sete de aguardente, 150 de café, duas de gado e sete de produção indefinida. Esses dados mostram a predominância absoluta da plantação do café. O total das propriedades agrárias fornecido por essa fonte, 199, ficava muito aquém do total de 887 do Censo de 1856, provavelmente porque este incluía pequenas e médias propriedades e o *Almanack* apenas plantações. O Relatório da Feira de 1873 referia-se a 400 fazendas de criação de café e de cereais no Rio de Janeiro¹²².

Em 1892, um Censo da Diretoria de Higiene e Assistência Pública do Rio de Janeiro dava um total de 49 hortas e capinzais nas circunscrições urbanas e 246 hortas e capinzais e 122 lavouras nas suburbanas¹²³. Nota-se, portanto, o gradual declínio da plantação em consequência do crescimento e consolidação da manufatura, da expansão do comércio e do aperfeiçoamento do sistema de transportes.

No entanto, o aumento da mão-de-obra ocupada no setor primário parece excessiva. É verdade que havia uma fruticultura ampla nas chácaras e nas grandes propriedades em certas paróquias e uma horticultura para consumo doméstico. Mesmo assim, parece que no setor primário devia haver um desemprego disfarçado. O declínio da cafeicultura e a substituição dessa atividade pela pecuária extensiva que ocupava pouca mão-de-obra deve ter causado uma migração do campo para o Rio de Janeiro de lavradores que não tinham condições de serem absorvidos pela indústria, comércio ou mesmo pelo serviço doméstico.

¹²¹ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1860.

¹²² a ALMANACK DE ARTE E PROVÍNCIAS. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857.

b BRASIL. Ministério dos Negócios de Justiça e Eclesiásticos. *Relatório do Ministério de Justiça e Eclesiásticos. Anexo D*. In: ---. *Relatório da Secretaria da Polícia da Corte apresentado por Ernesto Ferreira França Lindolf*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1856.

Contém o Censo de 1856.

c DAS KAISERREICH BRASILIEN AUF DER WIENER WELTAUSSTELLUNG VON 1873. Rio de Janeiro, Universal Buchdruckerei von E. e H. Laemmert, 1873.

¹²³ RIO DE JANEIRO. Conselho Municipal da Intendência. *Relatório do Conselho Municipal, apresentado pelo Coronel Henrique Valadares, setembro de 1893*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1894. (Anexo 18 Diretoria de Higiene e Assistência Pública: circunscrições urbanas, hortas e capinzais; Anexo 21: circunscrições suburbanas, hortas, capinzais e lavoura.)

Nos primeiros anos da década de 50 do século XIX a carestia dos gêneros alimentícios foi particularmente acentuada, motivando um inquérito realizado pelo Ministério do Império em 1853. Os pareceres das províncias do Império incluídos no levantamento são de certa forma aplicáveis à do Rio de Janeiro e portanto merecem ser considerados.

Os presidentes das províncias do Amazonas, Ceará, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, deram prioridade aos seguintes fatores na interpretação da alta de preços dos gêneros alimentícios: escassez de braços escravos, exceto Santa Catarina e Paraná; transferência da mão-de-obra da lavoura de subsistência para a exploração da goma elástica (Amazonas) e para o cultivo da cana-de-açúcar, do café, do mate (Paraná); desinteresse do liberto em produzir gêneros alimentícios; falta de técnica na agricultura; esgotamento do solo; precariedade dos transportes; secas nos anos anteriores; ferrugem no trigo e doença da cana-de-açúcar em Santa Catarina. As províncias do Paraná e de Sergipe, apontaram as epidemias de cólera-morbo e de *febre amarela* como responsáveis pela escassez de mão-de-obra, e a de Santa Catarina, a migração de braços da lavoura para outras regiões do País. Várias províncias incluíram como causa da carestia o excesso de meio circulante. Nota-se também nesse documento que certas regiões, como o Nordeste e o Leste, especializaram-se nas plantações tropicais em consequência da alta dos preços dos produtos de exportação enquanto outras, como as do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul transformaram-se em zonas abastecedoras de alimentos¹²⁴.

A Província e a cidade do Rio de Janeiro sofriam as consequências do mesmo tipo de problema: escassez de mão-de-obra absorvida pela economia de plantação de café. As epidemias de *febre amarela* e cólera-morbo (1855/56) tinham provocado um declínio da população entre 1849 a 1856, agravando ainda mais a baixa da produção de gêneros alimentícios.

A análise da lista de preços dos alimentos da praça do Rio de Janeiro publicada pelo *Jornal do Commercio*, a partir de 1840 sob os títulos *Preços Correntes da Praça* e, mais tarde, *Revista do Mercado*, permite acompanhar um processo de substituição de gêneros produzidos na Província por produtos importados de regiões mais distantes. O feijão preto do Rio Grande do Sul suplantou o feijão local; a farinha de mandioca de Porto Alegre, a de Magé e Suruí; o açúcar mascavo de Campos teve de ser suplementado pelo do Nordeste; a farinha de trigo que vinha do Sul do Brasil na sua maior parte começou a ser suplementada quase exclusivamente pelos

¹²⁴ BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. . . *Relatório do Ministério dos Negócios do Império, apresentado na 2ª Sessão, 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro, Typ. Laemmert, 1858. (Anexo 6: Pareceres da comissão encarregada de consultar sobre as causas da carestia dos gêneros alimentícios.)

Estados Unidos. A carne seca da Bacia do Prata passou a predominar sobre a importada do Rio Grande do Sul¹²⁵.

Os dados sobre o comércio de cabotagem já analisados mostram o déficit da balança comercial do Rio de Janeiro em virtude do aumento das importações sobretudo de gêneros alimentícios no período de 1840 a 1870.

Vide Tabela 3.15 pág. 275

Vide Tabela 3.16 pág. 276

Vide Tabela 3.17 pág. 276

Vide Tabela 3.18 pág. 277

Vide Tabela 3.19 pág. 277

Vide Tabela 3.20 pág. 278

Vide Tabela 3.21 pág. 278

O mapa comparativo do açúcar que entrou no Rio de Janeiro (safra de 1860/61) evidencia a crescente participação do Nordeste no suprimento do Rio de Janeiro. (Vide Tabelas 3.15, 3.16, 3.17, 3.18, 3.19, 3.20 e 3.21.)

A produção de açúcar branco e mascavo de Campos declinou de 1859/60 para 1860/61 e a do Nordeste aumentou. A aguardente produzida na província e na capital satisfazia a demanda em 1856/57; era insuficiente para o consumo do município em 1857/58, e apenas atendia à demanda da cidade em 1859/60 e 1860/61. Portanto, era preciso importar do Nordeste a fim de exportar para outras províncias tradicionalmente supridas pelo Rio de Janeiro. Em 1882, o Rio de Janeiro consumia

125

a PREÇOS correntes da Praça. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1870/1900.

b REVISTA do mercado. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1870/1900.

A estatística sobre importação e reexportação de carne seca no mercado do Rio de Janeiro de 1872 mostra a absoluta predominância da região hispano-platina no abastecimento de carne seca. De Porto Alegre e Rio Grande do Sul vinham para o mercado do Rio de Janeiro 406.592 arrobas; de Montevidéu e Entre Rios 1.768.235 arrobas; de Buenos Aires 514.676 arrobas e eram reexportadas 400.228 arrobas. Em 1873 as importações de Porto Alegre e Rio Grande do Sul reduziam-se a 364.160 arrobas; as de Montevidéu e Entre Rios baixavam ligeiramente para 1.360.194 arrobas e as de Buenos Aires elevavam-se a 821.484 arrobas e reexportaram-se 362.741 arrobas.

Em 1882 o Rio Grande do Sul inclusive Porto Alegre, fornecia 75.738 arrobas; Entre Rios e Montevidéu 886.444 arrobas; Buenos Aires 523.960 arrobas. O Rio de Janeiro reexportava 328.660 arrobas. Nota-se a manutenção do predomínio de Entre Rios e Montevidéu e a baixa de consumo.

c MAPA da importação e reexportação da carne seca no mercado do Rio de Janeiro nos anos de 1872 e 1873 e seu consumo no último quinquênio. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 42: 135, 1874.

d MERCADO da carne seca. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 51:46, 1883.

21.198 pipas de aguardente, produzindo 15.843, importando a diferença e reexportando 612 pipas¹²⁶.

As áreas de produção agrícola permaneceram praticamente as mesmas no século XIX e início do século XX: Campo Grande, Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Engenho Velho.

Ao tempo de ARAÚJO PIZARRO¹²⁷ todas essas paróquias produziam cana-de-açúcar, arroz, mandioca, café e legumes. Inhaúma e Ilha do Governador também eram regiões de fruticultura. A paróquia da Lagoa, que era zona agrícola em 1820, tinha passado a circunscrição tipicamente urbana em 1872. Nesse ano, as fazendas de café predominavam na Ilha do Governador, Inhaúma, Campo Grande e Guaratiba e a lavoura da cana-de-açúcar declinava em Irajá, Guaratiba e Campo Grande. Segundo a revista *A Lavoura*¹²⁸ e ARISTIDES CAIRE¹²⁹, no início do século XX a fruticultura dominava em Jacarepaguá, Gávea, Tijuca, Engenho Velho e Méier (plantações em larga escala de bananeiras) e no Irajá, Inhaúma, Bonsucesso, Campo Grande, produção diversificada em chácaras. Segundo NORONHA SANTOS¹³⁰, a fruticultura e viticultura se desenvolveram no Engenho Velho, Glória, Lapa e Gávea em chácaras e jardins.

A maior parte da produção vinha para o mercado por via marítima ou por carroças, mesmo depois da construção das estradas de ferro. A revista *A Lavoura* comentava, em 1900, que as Estradas de Ferro Norte e Central, que cortavam Inhaúma, não eram usadas como meio de transporte face às tarifas elevadas. O mesmo ocorria em relação à Leopoldina, Rio D'Ouro e Corcovado. O Relatório da Exposição de 1873 em Viena se refere a 800 embarcações usadas no transporte de mercadorias no Rio de Janeiro.

126

a RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1861. *Relatório da Exposição Nacional de 1861*. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862. (Anexo 7)

b MERCADO de aguardente. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 51:45, 1883.

127 ARAÚJO, op. cit. acima nota 120^a.

128 A LAVOURA. *Boletim da Sociedade Nacional da Agricultura Brasileira da Capital Federal*, Rio de Janeiro, 4(30) jun. 1900.

129 CAIRE, Aristides. *Fruticultura no Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1917.

130 SANTOS, Francisco Noronha. *Chorographia do Districto Federal*. Rio de Janeiro, Typ. Villas Boas, 1902.

A Criação de Gado

A criação de gado era reduzida e se concentrava em Irajá, Campo Grande, Jacarepaguá, Santa Cruz. Nesta última paróquia estavam situadas 17 pastagens entre o mar e os rios Itaguai e Guandu, formando um quadrado de 12km de lado. Na década de 80 do século XIX, a criação do gado tomou certo impulso em Bangu e Campo Grande onde o maior criador da época, Celestino Gaspar de Oliveira, chegou a ter 10 mil cabeças de gado bovino. A maior parte do gado para consumo do Rio de Janeiro era importada de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e zona Platina.

Nos meses de julho e agosto formavam-se as boiadas em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, sendo o gado mineiro o mais valorizado. Alfenas, Santo Antonio do Machado e Passos eram as melhores invernações do gado de consumo do Rio de Janeiro na década de 50 do século XIX, as de Passos abrigavam 20 mil reses destinadas à capital.

A partir de 1873 o gado do sul adquiria uma importância crescente no mercado do Rio de Janeiro e no final da década de 80 do século XIX, as invernações de Uberaba, em Minas Gerais, e Franca do Imperador, em São Paulo, monopolizavam o fornecimento do gado bovino do oeste para o Rio de Janeiro.

Desde o tempo colonial a Câmara fazia leilões do contrato de abastecimento de carne verde do Rio de Janeiro por períodos de um ano, ou mais, arrematando com o indivíduo ou a sociedade que oferecesse melhores condições. Inicialmente o abate do gado era livre; após a instalação dos matadouros pela Câmara, esta procurou controlar o corte. Uma das principais rendas do Governo municipal provinha do contrato dos impostos sobre o gado em pé e sobre a libra de carne e, a partir de 1882, sobre a pesagem do gado. Esta, além de ser uma fonte de renda, também era uma medida de controle de qualidade e do estado de saúde do gado. Finalmente, a Câmara procurou estabelecer tabela de preço da carne e sistema de fiscalização.

O primeiro matadouro municipal foi o de São Cristóvão, iniciado em 1845 e terminado em 1852; o de Santa Cruz começou em 1873 e foi inaugurado em 1881.

No decorrer do século XIX houve um permanente conflito entre os criadores e invernistas e os marchantes. Estes negociavam as reses em grosso para a matança e a retalho para os açougues. Constituíam um pequeno grupo que monopolizava o comércio da carne. Os criadores e invernistas procuravam quebrar esse monopólio enviando, com as boiadas, consignatários ou comissários ou mesmo boiadeiros que vendessem a carne diretamente aos consumidores ou aos açougues. A Câmara Municipal também tentava fazer baixar o preço da carne, destruindo o monopólio dos marchantes. De 1825 a 1855 três marchantes — Francisco José de Melo e Souza, José Ferreira e o francês Reinaud — controlavam praticamente todo o comércio de carne do Rio de Janeiro. Em 1858 a União Mineira-Paulista formada por antigos comissários e marchantes passou a dominar o comércio da carne. Uma das firmas mais

importantes da União era a de João Ignacio França Xavier. Esse grupo impunha o preço aos criadores e invernistas e aos consumidores. Em 1858 essa sociedade entrou em conflito com a Câmara em virtude de sua pretensão de ter o uso exclusivo do matadouro público. Em 1853, a Câmara tornou obrigatória a pesagem do gado em pé que entrasse no matadouro e em 1857 deu preferência aos criadores quanto ao matadouro. A União que incluía os principais marchantes e contratantes da carne verde e que tinha ligações na Corte obteve um Decreto Imperial de 9 de dezembro de 1857, transferindo o controle da condução, venda e corte do gado da Câmara para o Chefe de Polícia da Corte que anulou as posturas acima citadas e entrou em acordo com a União.

A Câmara enfraquecida procurava inutilmente, em 1863, restaurar a preferência ao criador no matadouro público e, em 1866, impedir que os atravessadores de gado levassem as reses para vender em Calhamaço, na paróquia de Inhaúma. As posturas municipais de 11 de dezembro de 1875 tornavam obrigatória não só a invernada na Fazenda Imperial de Santa Cruz ou no Realengo de Campo Grande, de todo o gado que se destinasse ao Rio de Janeiro, como também as vendas das reses nesses locais pelos criadores ou boiadeiros.

Os marchantes apoiados pelo Chefe de Polícia desobedeciam as posturas e desviavam o gado da Feira de Vicente de Carvalho, no Município do Rio de Janeiro para a Feira de Maxambomba, na província fluminense, fora da jurisdição da Câmara dessa cidade.

Os protestos contra o aumento do preço da carne obrigaram o Ministro do Império a mandar a força pública fechar a Feira de Maxambomba em 1876 e a baixar o preço do quilo de carne de 1\$000 para \$400. A Câmara restabeleceu a pesagem obrigatória do gado no matadouro, porém não conseguiu fazer respeitar a medida. Foi posta em prática somente em 1882 com a inauguração do matadouro de Santa Cruz. Finalmente, em 1886, a Câmara recuperava o controle sobre a condução, venda e corte do gado e impunha a matança pelo próprio Governo municipal, regime que foi abolido em 1891 porque estava dando prejuízo.

Em 1884 a Câmara se orgulhava de ter destruído o monopólio dos marchantes. *"A Administração actual firme no resultado da sua reforma começou por introduzir no matadouro, até então explorado pelos marchantes exclusivamente, um novo elemento — os açougueiros — que reconhecendo as vantagens da nova organização ahi permanecerão e actualmente são talvez mais de 100 os açougueiros que compram gado para cortar por conta própria, dispensando por esta forma a interferência dos marchantes."*¹³¹ Segundo a Câmara a compra direta dos açougueiros,

131

a GONÇALVES, Aureliano Restier. Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro 1500-1900. *Revista de Documentos para a História da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, 3, 1952.

b BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL. Rio de Janeiro, Câmara Municipal, abr. 1884.

eliminando os marchantes baixou os preços da carne para o consumidor de \$480 e \$500 o quilo para \$440 e \$460. Os marchantes que encareciam a carne de 20%, eram umas 25 pessoas. Em 1884, além de 100 açougueiros, centenas de boiadeiros podiam vender a carne no matadouro público.

No relatório sobre os matadouros, apresentado por José Ferreira Nobre, no período de 1881 a janeiro de 1883, a Câmara se considerava vitoriosa em relação ao Poder Legislativo e ao Conselho de Ministros, por ter conseguido romper o monopólio dos marchantes. Afirmava que nos 40 anos anteriores as províncias criadoras de gado perderam 50.000.000\$000 na venda de gado aos monopolistas. Os marchantes compravam a carne a preço baixo e ficavam com o couro, sebo, chifres e outros subprodutos de graça, o que representava em 1881-83, 16\$000 de benefícios por rês. A carne representava 75% do valor do gado e os outros produtos 25%.

A Câmara, mediante concorrência, conseguiu organizar 30 açougues municipais onde se venderia a carne cortada no matadouro pelos proprietários de gado a 20% menos do preço dos açougues particulares.

O matadouro administrado pela Câmara eliminava o gado doente, oferecia serviços modernos de corte e preparo de subprodutos¹³².

A importância do matadouro pode ser avaliada pela comparação da renda desse estabelecimento que foi de 509:228\$160 em 1883; de 507:401\$000 em 1884; de 524:032\$600 em 1885, com a renda anual da Câmara que era de 1:200\$000 em 1881.

Em 1882 foram abatidas 113.526 reses, em 1883, 120.612 reses e em 1884, 179.618 reses. Em 1889 Minas Gerais tributou o gado que se importava dessa Província, que era a maior fornecedora do Rio de Janeiro, causando uma crise e um encarecimento da carne. A matança caiu nesse ano para 12.000 reses. Em 1893 foi conseguida a abolição do imposto.

Em 1896 a receita da Câmara era de 33.583:436\$396 e a despesa de 33.532:324\$628 e o imposto do gado era de 466:828\$000.

Em 1895 o número de reses e vitelas abatidas era de 155.135 e em 1896, de 143.099 o que representava um aumento insignificante num período de mais de

¹³² RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal da Corte. *Relatório apresentado a Ilma. Câmara Municipal da Corte pelo Dr. José Ferreira Nobre.* Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1883.

10 anos¹³³. O gado suíno e lanígero era abatido livremente na primeira metade do século. Em 1851 foi extinto o matadouro público municipal de suínos, e a matança de suínos e lanígeros passou para o matadouro de Santa Cruz. (Os suínos e carneiros eram criados na própria Província do Rio de Janeiro.)

Apesar dos esforços da Câmara, o abastecimento de carne verde continuava insuficiente e cara, e o preço da carne tendeu a subir, continuando a ser um alimento exclusivo da classe burguesa. A falta de produção local e a precariedade do transporte continuaram sendo os principais problemas. As ferrovias só eram usadas em pequena parte do trajeto percorrido pelas boiadas. O transporte marítimo da região platina também não era satisfatório.

A Atividade Artesanal, Manufatureira e Industrial

No contexto do predomínio da economia de plantação, o setor secundário só poderia ter um caráter marginal. A função essencial do Rio de Janeiro nessas décadas era a de centro exportador do café.

No entanto, dentro desse quadro geral, pode-se observar algumas modificações significativas na década de 40 do século XIX, quando começou a ser introduzida a máquina a vapor ou o motor hidráulico em algumas manufaturas, e o Governo imperial tomou as primeiras medidas de proteção à atividade fabril, tais como a imposição de tarifas alfandegárias mais elevadas (1844), a concessão de empréstimos do produto da venda de bilhetes da Loteria do Estado e isenção de impostos a certas empresas.

133

- a RHODES, Anacleto Fragoso. Rendimento do matadouro para os anos de 1883, 1884 e 1885. *Boletim da Câmara Municipal*, Rio de Janeiro :51, fev. 1881.
- b RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal da Corte. *Relatório da Câmara Municipal da Corte, apresentada pelo Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, Presidente da Câmara*. Rio de Janeiro, Typ. Cruzeiro, 1881.
- c ---. *Relatório à Câmara Municipal do Diretor Interino do Matadouro Público, Antonio Barroso Ferreira*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1884.
- d ---. Ata da 16ª Sessão Ordinária da Câmara em 10 de julho de 1885, acompanhada de mapa feito pelo Vereador Dr. Pereira Lopes, das reses abatidas de 1882 a 1884. *Boletim da Câmara Municipal*, Rio de Janeiro, Câmara Municipal, 1885.
- e DISTRITO FEDERAL. Relatório do Prefeito do Distrito Federal, parte estatística elaborada pelo Diretor da Diretoria do Interior e Estatística, In: ---. *Relatório do Diretor do Matadouro de Santa Cruz*. Rio de Janeiro, 1897. (Anexo 8)

Na década de 50 do século XIX, a abolição do tráfico negreiro liberou capitais que em parte se dirigiram ao setor secundário da economia. Nessa ocasião foi publicado o Código Comercial (1850) e se organizaram as sociedades anônimas e Comanditas de tipo comercial, de crédito e fabril. No final da década de 40 e durante a década de 50 do século XIX, o sistema bancário moderno se estabeleceu no Rio de Janeiro e nas províncias.

Os setores secundário e terciário estavam sujeitos às flutuações do preço internacional do café, às crises cíclicas bancárias de 1857, 1864 e 1875 e às restrições impostas pela economia escravagista.

A Guerra do Paraguai propiciou um surto industrial em decorrência da expansão de demanda de armas, pólvora, navios, tecidos, roupas, calçados para a tropa, e da nova política de facilidade de crédito, de proteção alfandegária e de liberação dos escravos que se engajassem nas forças combatentes brasileiras.

O abandono das medidas fiscais e creditícias após 1870 e a crise de 1875 provocaram uma retração da economia agravada pela evolução dos preços do café no mercado internacional.

No entanto, a partir de 1860 o processo de desagregação da economia escravagista de plantação, antagônica ao capitalismo se acentuava e adquiria caráter irreversível.

O crescimento e ramificação do sistema ferroviário e rodoviário, a melhoria dos meios de transporte, a gradual liberação dos escravos e o afluxo de imigrantes ampliaram o mercado consumidor suprido pelo Rio de Janeiro e contribuíram para uma expansão dos setores secundário e terciário entre 1875 e a década de 80 do século XIX.

Nos anos de 1888 e 1889 ocorreu uma transformação radical do sistema de crédito que deixou de servir quase exclusivamente aos interesses de produção e comercialização do café; a economia de plantação do vale do Paraíba entrou num declínio irreversível; a liberação dos escravos desorganizou o sistema de mão-de-obra; houve uma modificação do modelo político e uma redistribuição do poder.

As fontes estatísticas existentes sobre o setor secundário da economia no Rio de Janeiro no período de 1840 a 1888 se resumem fundamentalmente às listas de fábricas, oficinas, artesanatos e lojas registradas pelo Governo municipal e publicadas anualmente pelo *Almanack Laemmert*¹³⁴; aos quadros estatísticos publicados pelo Ministério da Fazenda para o Brasil e para o Município da Corte de 1856/57,

¹³⁴ Os *Almanack Laemmert* começaram a ser publicados no Rio de Janeiro a partir de 1840 pela Tipografia E. e H. Laemmert do Rio de Janeiro. (publicação anual)

1858/59 e 1859; ao publicado pelo Ministério da Justiça¹³⁵ relativo às sociedades anônimas e Comanditas (1851 a 1865) e aos dois levantamentos do Governo municipal (1852 e 1908). Os cinco quadros dos Ministérios contêm dados sobre capital realizado das firmas ou valor locativo das empresas. Os do Ministério da Fazenda foram elaborados para satisfazer as necessidades de cobrança de Imposto de Renda sobre o capital ou sobre o valor locativo que foi estabelecido em 1844.

Os almanaques e a estatística de 1852 do Município fornecem apenas informações sobre o número de unidades nos setores de fábricas, oficinas, lojas e artesãos ou oficiais. O levantamento de 1908 contém um estudo retrospectivo da indústria no Rio de Janeiro. Finalmente, os Relatórios das Exposições realizadas no Rio de Janeiro em 1861, 1866, 1873, 1875 e 1881 constituem fontes preciosas sobre a indústria e o artesanato do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.¹³⁶

¹³⁵ BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 12ª Legislatura*. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1866. (Anexo 1: Mapa das Sociedades Anônimas)

¹³⁶

- a WANDERLEY, João Maurício. *Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1857.
- b HOMEM, Francisco de Sales Torres. *Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.
- c RELATÓRIO GERAL E RELATÓRIO DOS JURYS DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1861. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.
- d CATÁLOGO DA SEGUNDA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1866. Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1866.
- e REGO, Antonio José de Souza. *Relatório da Segunda Exposição de 1866, publicado por ordem do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1869. part. 1.
- f CASTRO, Agostinho Victor Borja. *Relatório da Segunda Exposição de 1866, publicado por ordem do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1869. part. 2.
- g DAS KAISERREICH BRASILIEN AUF DER WIENER WELTAUSSTELLUNG VON 1873, op. cit. acima nota 122^o.
- h BARRETO, op. cit. acima nota 119.
- i RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1908. *Notícia sobre o desenvolvimento da indústria fabril no Districto Federal e sua situação actual*. Milano, Typ. de Treves, 1908.
- j RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal da Corte. *Relatorio apresentado à Ilma Câmara Municipal da Corte pelo presidente da mesma Candido Borges Monteiro em 7 de janeiro de 1853*. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil de Rodrigues e Cia., 1855.

Segundo a *Notícia sobre o Desenvolvimento da Indústria Fabril no Distrito Federal e sua Situação Actual*¹³⁷, as atividades fabris mais importantes localizadas no Rio de Janeiro no período de 1840 a 1860 eram as de chapéus, calçados, tecidos, fundições e serralherias, cervejas, selins, móveis, velas e produtos químicos. Somente um pequeno número de fábricas era dotado de motores hidráulicos ou a vapor que tinham em média de 30 a 50 cavalos de potência.

Em 1850 havia, no Brasil, 46 fábricas de chapéus de pelúcia, de seda, de feltro e de sol, das quais seis estavam localizadas no Rio de Janeiro. Esse dado se referia apenas às empresas de maior porte, o número total era bem mais elevado¹³⁸. A fabricação de chapéus foi a que melhor resistiu à concorrência estrangeira no século XIX.

Essas empresas, na sua maioria de caráter familiar e manufatureiro, produziam em pequena escala para o mercado local. Os proprietários eram brasileiros ou portugueses.

As fábricas de calçados¹³⁹ apresentavam as mesmas características das de chapéus, ou seja, quase não empregavam máquinas. Apenas uma empresa empregava máquinas, dispunha de 120 operários e tinha um capital de 100:000\$000. Essas manufaturas diferiam das corporações apenas pelo emprego de operários assalariados. A maioria delas além de fabricar, também vendia calçados.

O setor de tecidos era muito pouco desenvolvido, havendo apenas duas fábricas no Rio de Janeiro. A de Andaraí Pequeno era somente uma estamparia, fundada em 1820 e que em 1841 começou a produzir tecidos de algodão grosseiro e mais tarde tecidos finos e fios para velas, graças à ajuda governamental e às melhorias técnicas introduzidas pelo Gerente estrangeiro, Carlos Usnar. Em 1841 operava com 900 fusos, dispunha de motores hidráulicos e empregava 22 operários. Fechou em 1864 em virtude da concorrência estrangeira e as máquinas foram transferidas para a Fábrica de Tecidos Santa Tereza em Parati.

¹³⁷ RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1908, op. cit. acima nota 136¹.

¹³⁸ A fábrica de chapéus de sol de Falque e Cia., fundada em 1840, na Rua da Quitanda, era uma das mais antigas do Rio de Janeiro. Em 1842 a firma de produção de chapéus de pêlo Braga e Rocha se instalou na Rua de São Pedro, mudando várias vezes de denominação, na medida em que ia incorporando novos sócios. A fábrica de chapéus de pêlo de Bernardo Raythe foi estabelecida em 1847 na Rua de São Pedro, passando para a família Barros Taveira Torres em 1877. A fábrica de José Alves Carneiro datava de 1854, sendo adquirida pela família Gonçalves e Braga em 1867 e Henrique Irmão e Moreira em 1881. Ficava situada no Largo de Santa Rita. Ainda do mesmo ramo eram as fábricas de Felipe Correa de Mesquita Borges (1857), comprada por Fernandes Braga e Cia., em 1867, localizada na Rua de São Pedro e a de Braga e Costa e Cia., estabelecida em 1860 na mesma rua e mais tarde transferida para Botafogo.

¹³⁹ Nesse período destacavam-se três firmas: as de Antonio Gonçalves de Carvalho e Cia. (1857), a fábrica Adão (1858) pertencente à família Pereira Santos, localizada respectivamente nas Ruas do Príncipe e da Alfândega e a de Gonçalves de Carvalho e Cia..

A fábrica de São Pedro de Alcântara, no Andaraí, era dirigida por Joaquim Diego Hertley. Obteve empréstimo do Estado de 100:000\$000, recebendo metade dessa quantia em 1847. Em 1852 possuía 76 teares, um motor a vapor de força de 30 cavalos e utilizava 56 operários. Fechou por falta de proteção tarifária contra a concorrência estrangeira e dificuldades em obter mão-de-obra especializada. A indústria de tecidos só se consolidou no Rio de Janeiro na década de 80 do século XIX.

A quarta atividade manufatureira importante era a de fabricação de selins que declinou na década de 1860-70 com a expansão dos novos meios de transporte. Quatro empresas fabricavam em maior escala: a de Francisco José Correa Araujo, fundada em 1854; a de Francisco da Silva Monteiro em 1851, ambas na Rua da Conceição; a de Antonio Gonçalves Marinho (1845) e a de João Mattos Guimarães (1859) na Rua do Sabão, atual General Câmara.

Um dos ramos fabris mais desenvolvidos no Rio de Janeiro era o das fundições, serralherias e estabelecimentos de trabalhos de metal. Distinguiam-se as fundições de ferro e bronze de Miguel Couto dos Santos e a de Hargreaves e Irmão, fundadas em 1841 e 1859, respectivamente. Constavam ainda do estudo feito em 1908 a fundição e oficina de bombeiro hidráulico estabelecida por Francisco Candido da Costa em 1851 na Travessa de Santa Rita; a fundição de tipos, galvanoplastia e estereotipia, montada em 1849 na Rua da Assembléia; duas oficinas de caldeireiro (a de Coelho Saldanha, 1844, na Rua dos Pescadores e a de Pedro Rougeot, 1845, na Rua do Livramento) e uma oficina mecânica industrial que compreendia trabalhos de serralheiro e de ferreiro (1849) na Gamboa¹⁴⁰.

Algumas empresas de fundição e trabalhos de metais chegavam a ter de 100 a 200:000\$000 de capital inicial, tais como as de Bouchard Sobrinho, Francisco Candido da Costa, Francisco de Souza Ferreira, F. Hallier e Costa Ferreira e Cia..

No estudo de 1908 distinguiam-se as fundições de ferro e bronze, fundadas em 1841, respectivamente, por Miguel Couto dos Santos e Hargreaves e Irmão. Constavam ainda deste estudo uma fundição e oficina de bombeiro elétrico (estabelecida por Francisco Candido da Costa, em 1851, na Travessa de Santa Rita), uma fundição de tipos, galvanoplastia e estereotipia (montada em 1849 na Rua da Assembléia), duas oficinas de caldeireiro (a de Coelho Saldanha (1844) na Rua dos Pescadores e a de Pedro Rougeot (1845) na Rua do Livramento) e uma oficina me-

¹⁴⁰ A oficina de Rougot foi ampliada, acrescentando-se às instalações iniciais uma fundição. A fábrica de ferraria de Joaquim Gomes (1840) na Rua da Saúde, a serralheria de José Joaquim Teixeira (1855) na Rua da Prainha, as fábricas de balanças de Regis Couteville (1854) na Rua São José, de aparelhos de gás de E. Lenoble (1855) na Rua da Assembléia e a de ferraduras de Henrique Pinto Alves Brandão (1856) Rua da Assembléia, completavam o quadro desse tipo de atividade manufatureira. Segundo a mesma fonte havia 30 funileiros no Rio de Janeiro que usavam processos artesanais e trabalhavam por conta própria.

cânica industrial (fundada em 1849 na Gamboa), que compreendia trabalhos de seralheiro e ferreiro.

Nas décadas de 50 e 60 do século XIX, a maioria dos móveis era feito à mão e dentre os poucos instrumentos usados, o torno era o principal. A produção só servia o mercado local em virtude da falta de transporte¹⁴¹

Encontravam-se ainda no Rio de Janeiro fábricas de papel como as de Francisco Borges da Silva na Estrada Velha da Tijuca, fundada em 1860 e a de papéis pintados de Caetano Garcia, instalada em 1853 na Rua do Conde, hoje Rio Branco. Outro ramo importante de atividade fabril era o de velas. A maioria das empresas, de pequeno porte, produzia velas de sebo. Somente duas, de maiores proporções, manufaturavam velas de cera: a de Francisco Antonio Monteiro e Companhia (1847) na Rua do Sabão e a de Edmundo Lajoux, Luz Stearica, depois vendida para o Barão de Mauá.

Uma indústria tradicional no Rio de Janeiro era a de materiais de construção, compreendendo as olarias e caieiras que fabricavam cal de marisco com cascalho extraído da Baía de Guanabará. A maioria das caieiras estavam localizadas nas ilhas da Baía e as olarias nas paróquias suburbanas. Havia ainda uma empresa de construções, fundada em 1858, na Ponta do Caju, e que em 1890 passou a ser designada Companhia Edificadora.

Vide Tabela 3.22 pág. 279

O levantamento feito pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1852 é bem mais completo do que o trabalho elaborado em 1908¹⁴². No recenseamento de 1852 foram discriminadas fábricas, oficinas e casas de negócio por ramos de atividades enumeradas em ordem alfabética e por paróquia. Essa fonte fornece apenas o número de unidades, faltando dados sobre capital, máquinas, produção, número de operários. Não se conhecem os critérios usados para classificar as empresas nas diversas categorias acima enumeradas.

Na categoria de fábricas havia um total de 50 ramos, sendo o mais importante quanto ao número de unidades, o de produção de fumo com 114 empresas. Vinham a seguir os ramos de alimentos e bebidas com 109; o de chapéus com 57; o de impressão com 42; o de velas e sabão com 29; o de veículos de transporte com 21; o de artefatos de madeira com 19; o de artigos de metal com 14; os de papel e papelão com cinco e os de vidro e couro com três cada um. Todos os demais ramos enumerados no quadro das fábricas eram constituídos apenas por uma ou duas unidades. O total das unidades se elevava a 419, distribuído nas paróquias de Sacramento,

¹⁴¹ Dentre as fábricas de móveis de maior importância figurava a de José de Oliveira, fundada em 1850 e que mudou de proprietário várias vezes, passando para Francisco José Moreira, em 1852, que deu sociedade na firma aos irmãos em 1857 e para Moreira Santos e Companhia, em 1887. A fábrica de móveis de Bento F. da Costa Guimarães, que datava de 1858, foi vendida para Manoel Passos Lago em 1867 e para José Pinto Teixeira em 1879.

¹⁴² RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal da Corte, op. cit. nota 136.

São José, Candelária, Santa Rita, Santana, Engenho Velho, Nossa Senhora da Glória, Lagoa, Inhaúma, Jacarepaguá e Guaratiba. O setor de alimentos e bebidas apresenta-se distorcido em virtude do grande número de padarias. Se descontamos as padarias o total se reduz a 12 unidades apenas.

Muitas fábricas vendiam os seus próprios produtos mas a atividade básica era a de manufatura.

Vide Tabela 3.23 pág. 281

Vide Tabela 3.24 pág. 282

As oficinas, cuja função principal era a de consertar, também produziam artefatos e serviços. Geralmente tinham menor número de operários e trabalhavam em escala menor do que as fábricas. Na estatística de 1852 foram levantadas 33 oficinas divididas em 13 ramos. Quatorze estavam situadas na paróquia de Sacramento, e 12 na de Engenho Velho. Dos 12 ramos, o mais desenvolvido era o das carroças com 14 unidades. Afora as fábricas e oficinas foi feito o levantamento de oficiais ou artesãos que trabalhavam sob a forma autônoma, na sua maioria proprietários dos meios de produção e que representavam uma sobrevivência das corporações. Dentre os oficiais, um grande número produzia e vendia manufaturas e a minoria apenas vendia serviços. Em 1852 foram enumerados 46 ramos, compreendendo 991 oficiais, dos quais 435 estavam estabelecidos na paróquia de Sacramento e a maior parte dos restantes, nas de São José, Candelária e Santa Rita.

Se compararmos os levantamentos feitos pela Prefeitura em 1908 referente ao período de 1840 a 1860 e o de 1852, nota-se uma série de divergências quanto aos dados relativos a fábricas:

Vide Tabela 3.25 pág. 283

A manufatura de tabaco não era incluída na análise retrospectiva de 1908 e figurava como atividade importante em 1852. A quase totalidade dessas discrepâncias parece decorrer do fato da estatística de 1852 ser mais completa, compreendendo as pequenas empresas fabris, oficinas e um maior número e variedade de oficiais que foram desprezadas no estudo retrospectivo feito em 1908.

No Capítulo anterior assinalamos o aumento de 11,5% do número de oficiais ou artesãos de 1790 a 1822¹⁴³. Nesse intervalo de tempo apenas 19 tipos de oficiais se mantiveram constantes. Em 1822 figuravam 30 ramos e 233 artesãos e em 1852, 46 ramos compreendendo 991 oficiais ou artesãos. As categorias novas eram as de abridores, caldeiros, costureiros, cravadores, douradores, empalhadores, encadernadores, entalhadores, escultores, gaioleiros, lampistas, litografistas, maquinistas, modistas, pasteleiros, pintores, segeiros, seleiros, tamanqueiros, vestimenteiros.

¹⁴³ BRASIL. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Arquivo, op. cit. acima nota 72^a.

Possivelmente não se exigia registro no Senado da Câmara de modistas, costureiras, vestimenteiras que trabalhavam em casa. Não apareciam, em 1852, as categorias de bombeiros, chapeleiros e sombreiros provavelmente por não terem resistido à concorrência das fábricas de chapéus e das oficinas que os absorveram como assalariados.

Os dados do *Almanack Laemmert* de 1852¹⁴⁴ compreendem apenas 15 ramos e um número consideravelmente menor de artesãos. Torna-se, pois, claro o fato de que os registros no Senado da Câmara e o recenseamento da Prefeitura eram bem mais completos do que os do Almanack.

Em 1852 os ramos de atividades artesanais mais importantes eram os de artigos de madeira (252), de metais (193), de roupas (155), de couro (129). O ramo que mais se desenvolveu entre 1822 e 1852 foi o de metais, o que confirmava as observações do estudo de 1908. (Vide Tabela 3.24.)

As estatísticas fiscais feitas pelo Ministério da Fazenda relativas ao Brasil em 1856/57 e 1858/59 e ao Rio de Janeiro em 1857, davam uma idéia sobre o capital, o número e o tipo de empresas: fábricas, oficinas, casas de comércio e sobre o aluguel pago pelos imóveis usados como local de trabalho pelos estabelecimentos ou pelos oficiais ou artesãos autônomos desprovidos de capital.

Vide Tabela 3.26 pág. 284

Na tabela das fábricas do Brasil em 1856/57, 45,18% do número global de unidades correspondia ao setor de alimentos e bebidas; 19,32% ao do fumo; 13,30% ao de tecidos, roupas e armarinho, formando um total de 77,80%. (Vide Tabela 3.26.)

No setor de alimentos e bebidas havia 608 empresas, das quais 266 só pagavam impostos sobre o valor locativo, 267 possuíam menos de 1.000\$000 de capital e somente 18 declaravam 3.000\$000 ou mais de capital. Predominavam os estabelecimentos portugueses (263), vindo em seguida os brasileiros (223) e os de outras nacionalidades (122).

As fábricas de alimentos e bebidas representavam 62,82% das unidades que possuíam menos de 1.000\$000 de capital; 67,85% das empresas de 1 a 2.000\$000 de capital; 100% das de 2 a 3.000\$000. O setor de alimentos e bebidas era, portanto, o mais importante tanto do ponto de vista do número de estabelecimentos como do capital.

O segundo setor industrial de acordo com o critério de número de unidades era o do fumo. Nesse ramo de atividade o domínio dos portugueses era bem mais acentuado. Eles possuíam 157 dos estabelecimentos, os brasileiros 66 e pessoas de outras nacionalidades 37. A indústria de fumo dispunha de menos capital do que a

¹⁴⁴ ALMANACK LAEMMERT. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1852.

de bebidas e alimentos. Nenhuma fábrica estava nas categorias de 2 a 3:000\$000 ou de 3:000\$000 ou mais, de capital. No entanto, é possível que dentre as 17 fábricas isentas de pagamento de imposto alguma tivesse capital dessa ordem de grandeza. Cento e noventa e nove fábricas de fumo só pagavam imposto sobre o valor locativo dos imóveis e só tinham um capital de giro mínimo.

O setor de tecidos, roupas e armarinho era um dos poucos dominados por estrangeiros não portugueses, estando estes em segundo lugar e os brasileiros em último. A maioria das empresas estava classificada como tendo menos de 1:000\$000 de capital e pagando por aluguel. A atividade mais importante era a de fabricação de chapéus, 165 unidades num total de 179. A maioria (89) só pagava imposto sobre o valor locativo do imóvel da fábrica.

O setor de sabão e velas representava 5,64% do total das fábricas do País. Das 76 empresas, 50 eram portuguesas, 15 estrangeiras de outras origens e apenas 11 brasileiras. Mais da metade das fábricas (47) era constituída por unidades muito pequenas que só pagavam imposto sobre o valor locativo.

Dos quatro setores analisados o de sabão e velas apresentava a mais alta percentagem de empresas sem capital investido, com imóvel alugado e empregando trabalho manual. O setor de produção de artefatos de couro compreendia 4,02% do total de fábricas. Essa atividade era quase inteiramente monopolizada pelos estrangeiros não portugueses. O ramo de atividade mais importante desse setor, a manufatura de sapatos, não era incluída como fábrica provavelmente por causa de seu caráter artesanal e por estar associada à venda da mercadoria. Os cortumes e as fábricas de couros envernizados, marroquins e lombilhos dispunham de pouco capital. Cinquenta empresas tinham menos de 1:000\$000 de capital, três eram isentas e uma pagava sobre o valor locativo.

As fábricas de materiais de construção representavam apenas 3,56% do total do parque industrial da época. Os brasileiros possuíam a maior parte dos estabelecimentos, ou seja, 39 dos 48. A maioria (30) era isenta de imposto e 18 firmas tinham menos de 1:000\$000 de capital. Segundo essa estatística existiam oito fundições no País, 0,59% de todas as unidades recenseadas. Três eram isentas de imposto e apenas uma dispunha de capital de mais de 3:000\$000, quatro pagavam imposto sobre o valor locativo. Os estrangeiros não portugueses eram proprietários de seis das oito fundições.

Das 22 serrarias que constavam no quadro, sete eram isentas e 15 pagavam sobre o valor locativo. Os brasileiros possuíam 10 firmas, os portugueses nove e outros estrangeiros três.

As fábricas de papel e papelão representavam apenas 0,66% do total com nove empresas igualmente divididas entre brasileiros, portugueses e outros estrangeiros. Nesse ramo de atividade, empresa alguma pagava imposto à base de capital investido.

As fábricas de produtos químicos, 0,38% do total, eram na sua maioria de brasileiros. Apenas uma pagava imposto na categoria de 1:000\$000 ou menos de capital, uma era isenta e três pagavam sobre o valor locativo.

Das 77 fábricas de ramos diversos, somente 14 pagavam imposto na categoria de 1:000\$000 ou menos de capital. Havia ao todo no País, em 1856/57, 1.346 fábricas das quais 152 eram isentas de imposto, 425 tinham capital de menos de 1:000\$000; 28 de 1 a 2:000\$000; sete de 2 a 3:000\$000; 31 de 3:000\$000 ou mais; e 703 só pagavam imposto em razão do aluguel por falta de capital investido.

A característica mais destacada nessa época era a da falta de capital investido no setor secundário da economia o que revelava indiretamente o predomínio da manufatura. Tanto neste ramo, como no artesanato, o trabalhador direto possuía os meios de trabalho, porém o artesão controlava o próprio processo produtivo, enquanto que na manufatura o trabalhador direto perdera esse controle. O artesanato e a manufatura que absorviam menos capital e que se baseavam na força manual eram mais compatíveis com a economia de plantação escravagista predominante nessa época que consumia o capital na lavoura, na comercialização dos produtos tropicais e na importação de escravos do Nordeste. Outra característica importante era a da preponderância dos portugueses. A maioria das fábricas pertencia a portugueses (593), sendo que os brasileiros eram donos de 430 e os estrangeiros de outras nações de 323.

O número das oficinas se elevava a 3.372, mais do dobro das fábricas. Para facilitar a análise dividimos as oficinas nos ramos de madeira, metal, couro, meios de transporte, roupas e modas, instrumentos de trabalho, material de construção, armas, imprensa, objetos ornamentais e diversas.

O ramo mais importante era o de artigos de metal com 25,36% do total de unidades recenseadas, vindo em seguida os ramos diversos com 19,37%; o couro com 18,15%; o de madeira com 17,08% e o de roupas e modas com 14,09%. Eram isentas de imposto 1.854 oficinas, mais de 50% do total; 764 pagavam à base do valor locativo, 682 à base de menos de 1:000\$000. Apenas 45 dessas unidades pagavam imposto na categoria de 1 a 2:000\$000 e cinco na de 2 a 3:000\$000 e 22 na categoria de mais de 3:000\$000.

Esses dados revelavam que as oficinas eram empresas de menor escala em comparação com as fábricas. Algumas oficinas tinham produção de tipo fabril como as de imprensa, mas na sua maioria apenas forneciam serviços ou faziam reparos.

Os portugueses possuíam 1.191 oficinas, os demais estrangeiros 711 e os brasileiros 1.470. Trata-se da primeira indicação da perda de hegemonia dos portugueses.

Nessa época, 1856/57, o número de oficiais ou artesãos autônomos tinha declinado em relação à primeira metade do século XIX. Consideramos como artesãos os trabalhadores manuais que não pagavam impostos sobre o capital investido e

que não figuravam nas listas de fábricas e oficinas da estatística do Ministério da Fazenda¹⁴⁵. Eram apenas 55 e as maiores percentagens desse total correspondiam aos empalhadores 27,27%, aos pintores 29,09%, aos daguerreotipistas 14,54% e aos entalhadores 10,9%.

Todos esses artífices não pagavam imposto sobre o capital apenas sobre o valor locativo. O pequeno número de oficiais deveria decorrer do declínio da corporação e da tendência das fábricas, oficinas e do processo manufatureiro de produção, absorverem esses trabalhadores manuais autônomos. Provavelmente também muitos deles não alugavam imóvel e portanto não figuravam nessa estatística feita com finalidade fiscal.

Vide Tabela 3.27 pág. 287

Vide Tabela 3.28 pág. 290

A estatística das casas de comércio e outras, elaborada pelo Ministério da Fazenda relativo ao ano de 1858/59¹⁴⁶ indicava um incremento das fábricas do setor de alimentos e bebidas que passou de 45,18% para 50,89% e de 608 para 979 unidades e um grande aumento das unidades, de mais de 3:000\$000 de capital, de 18 para 42. O setor do fumo sofreu pequena redução percentual de 19,32% para 16,44%, apesar do número de unidades ter aumentado de 260 para 314 porque o total de fábricas recenseadas em 1856/57 era de 1.346 e em 1858/59 de 1.910, um aumento substancial para esse pequeno intervalo de tempo. O setor de tecidos, roupas e armarinho teve uma baixa de 13,30% para 8,59% e do ponto de vista numérico houve uma queda de 179 para 164 unidades em virtude do declínio da indústria de chapéus de 165 para 152. Essa atividade estava sendo prejudicada pela concorrência estrangeira e falta de proteção oficial que criasse barreiras à importação do chapéu estrangeiro. Somente 94 fábricas de chapéus do Rio de Janeiro eram beneficiadas apenas com o despacho livre de matérias-primas em 1857.

145

a WANDERLEY, op. cit. acima nota 136^a.

b WANDERLEY, op. cit. acima nota 136^a.

Anexo nº 50 Estatística das Casas de Comercio e outras de que trata o capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de junho de 1844 do Município da Corte e diversas Províncias do Império.

Exercício de 1856-1857 (Diretoria Geral das Rendas Públicas, 15 de abril de 1857. Sub-Diretor Interino Antonio José de Castro).

146 HOMEM, op. cit. acima nota 136^b.

Anexo 64 Estatística de Casas de Comercio e outras de que trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de junho de 1844, do Município da Corte e Províncias do Império (Primeira Sub-Diretoria de Rendas Públicas, 20 de abril de 1859, Sub-Diretor Interino Antonio José de Castro).

O setor de sabão e velas teve uma melhora, de 76 unidades passou a 96, mas percentualmente, apresentou leve queda de 5,64% em 1856/57 para 5,03% em 1858/59. Segundo uma estatística de 1857, 19 fábricas de sabão e velas localizadas na capital eram beneficiadas com o despacho livre de matérias-primas¹⁴⁷, porém não havia barreira à importação do artigo congênera estrangeiro.

O setor de artefatos de couro também baixou percentualmente de 4,02% para 1,94% e o número de unidades decresceu de 54 para 37 em 1858/59 não figuravam os cortumes nessa categoria. O setor de materiais de construção declinou de 3,56% para 2,51%, sendo que o número de empresas, 48, permaneceu inalterado. O número de fundições também não sofreu modificação, mas houve um aumento percentual do setor de metais de 0,59% para 0,68%; em virtude das novas linhas de produção: laboratórios metalúrgicos (2) e fábricas de camas de ferro (3). O número de serrarias aumentou de 22 para 29 representando 1,52% do total de unidades em 1858/59.

A percentagem de fábricas de papel e papelão ficou praticamente a mesma, 0,66% em 1856/57, e 0,68% em 1858/59, no entanto, o número de empresas se elevou de nove para 13.

O setor de produtos químicos sofreu uma redução de 0,38% do total para 0,26%, permanecendo as mesmas cinco empresas. A produção de meios de transportes contava apenas com três estaleiros em 1856/57, mas se expandiu em 1858/59 para 11 estaleiros, duas fábricas de cadeirinhas e 18 de carroças, correspondendo a 1,62% do total de unidades dessa última estatística. Um ramo inteiramente novo era o de ferramentas ou bens de capital que figurava em 1858/59 com 0,42% do total de fábricas.

O setor de ramos diversos foi o que mais aumentou, passando de 77 empresas para 173, de 5,72% para 9,06% do total. Apareceram ramos novos como os de fabricação de colchões (65 empresas), palmilhas de tamancos (três), fogos de artifício (56), leques (uma), pasta de algodão (uma), pianos (três), velas de navio (seis), ventiladores (uma). Houve, portanto, um aumento considerável de unidades e uma diversificação da produção.

Os portugueses continuavam a ser majoritários como donos de 858 fábricas, enquanto que os demais estrangeiros eram proprietários de 390 e os brasileiros de 671, proporcionalmente menos do que na estatística anterior.

Do total de 1.910 fábricas, 256 eram isentas de pagamento de imposto, 671 possuíam menos de 1.000\$000; 52 de 1 a 2.000\$000; sete de 2 a 3.000\$000; 53

¹⁴⁷ WANDERLEY, op. cit. acima nota 136^a.

Anexo nº 68 Relação das fábricas estabelecidas no Município da Corte que gozão da concessão de despacho livre de matérias primas (Diretoria das Rendas Públicas, 15 de abril de 1897. Sub-Diretor Interino Antonio José de Castro).

de 3.000\$000 ou mais e 871 só dispunham de capital de giro. Portanto, acentuava-se a tendência de predomínio de empresas pequenas de mínimo capital investido ou dispondo apenas de capital de giro. As empresas que conseguiam isenção eram geralmente as que dispunham de pouco capital e que necessitavam de proteção oficial. As duas estatísticas que analisamos mostram que o número de fábricas estimado no estudo feito por ocasião da estatística de 1912 era muito falho. Segundo essa fonte haveria apenas 267 fábricas fundadas antes de 1889. Uma análise retrospectiva feita em 1919 afirmava que entre 1849 e 1864 tinham-se restabelecido 44 novas fábricas no Brasil. Entretanto, os Censos de 1856/57 e de 1858/59 evidenciavam que, apenas nesse intervalo de tempo, 564 fábricas novas tinham sido fundadas no Brasil. Esse mesmo estudo dava um total de 903 fábricas no Brasil quando em 1858/59 já existiam 1.910¹⁴⁸.

Vide Tabela 3.29 pág. 293

Vide Tabela 3.30 pág. 294

Em 1858/59, as oficinas tinham atingido o número de 4.258, um aumento substancial em relação a 1856/57 quando se reduziram a 3.372.

O ramo de metal continuava sendo o mais importante com 27,57% do total e compreendendo 1.174 unidades em comparação com 855 unidades e uma percentagem de 25,36% em 1856/57. Em segundo lugar, vinha o ramo do couro com uma participação de 18,60%, ligeiramente maior do que a de 1856/57. Nesse setor destacavam-se as oficinas de sapateiros, 447 num total de 612, em 1856/57, 555 num total de 792 em 1858/59.

Em terceiro lugar estavam os ramos diversos que não puderam ser incorporados em categorias maiores, correspondiam a 16,84% do total de oficinas e 717 unidades. Em 1856/57 o número de unidades era de apenas 653, mas a percentagem se elevava a 19,37%. Somente alguns ramos permaneceram idênticos, como as oficinas de bombeiros, escultores, lapidadores, relojoeiros, tintureiros, violeiros e guitarreros, bauleiros, naturalistas. Desapareceram as oficinas de maquinistas e poleeiros, de palmilheiros e surgiram as de vidraceiros, cabeleireiros, gaioleiros e ferreadores.

O setor de madeira declinou percentualmente de 17,08% para 16,67%, porém o número de unidades passou de 576 a 710. O setor de roupas e modas que aumentou percentualmente de 14,09% a 16,44% e numericamente de 475 para 700 unidades.

148

a FALCÃO, Pedro Barreto. Evolução industrial. *Revista Brasileira de Economia e Estatística*, Rio de Janeiro, IBGE. Diretoria de Estatística e Produção. Ministério da Agricultura 3(3), jul. 1938.

b ——. *Revista Brasileira de Economia e Estatística*, Rio de Janeiro, IBGE. Diretoria de Estatística e Produção. Ministério da Agricultura, 3(4), out. 1938.

O setor de meios de transporte que figurava, em 1856/57, com 2,87% do total declinou para 1,34%, em face do desaparecimento das fábricas de carroças, de velas, de embarcações e de construção naval que só pode ser atribuído à falha da estatística de 1858/59. O setor de instrumentos de trabalho ou bens de capital continuava pequeno, 0,57% em 1856/57 e 0,68% em 1858/59. O número de oficinas se elevava de 19, na primeira estatística, para 29 na segunda. A maioria dos instrumentos de trabalho era importado nessa época.

Das 4.258 oficinas, 2.434 eram isentas de pagamento de imposto, 758 tinham capital realizado abaixo de 1.000\$000; 71 de 1 a 2.000\$000; 12 de 2 a 3.000\$000; 38 de mais de 3.000\$000 e 945 só possuíam capital de giro. O panorama era bem semelhante ao de 1857/58. O aumento foi de 1,1 vezes na categoria de menos de 1.000\$000; de 1,6 vezes na de 1 a 2.000\$000; de 2,3 vezes de 2 a 3.000\$000 e de 1,7 vezes na de mais de 3.000\$000. Manteve-se a proporção de mais de 50% de isentas, e as que só possuíam capital de giro tiveram um aumento de 1,3 vezes.

Do total de 4.258 oficinas, 2.022 eram brasileiras, 1.381 portuguesas e 854 pertenciam a outros estrangeiros. Portanto, os brasileiros permaneciam minoritários.

Vide Tabela 3.31 pág. 296

O número de oficiais continuava insignificante, de apenas 57. Em 1856/57 não figuravam os ourives e douradores que representavam 26,31% do total em 1858/59. Esse era um artesanato tradicional que se desenvolvera já no século XVIII e só se pode atribuir a omissão em 1856/57 à falha da estatística. Os empalhadores continuavam com uma percentagem elevada 22,81%, porém menor do que a na estatística anterior; os pintores autônomos não figuravam, provavelmente absorvidos pelas oficinas de pintura (23), enquanto que na estatística de 1856/57 eram computados apenas 16 pintores. Os daguerreotipistas declinaram numericamente de oito para quatro e percentualmente de 14,54% para 7,02%.

Aliás, as oficinas de litografia passaram de 10 para 15 e as tipografias de 38 em 1856/57 para 49, em 1858/59. A percentagem de entalhadores se elevou de 10,91% para 19,30%. Os retratistas que eram 7,27% do total, participavam com 19,30% em 1858/59.

A maioria das oficinas pertencia aos estrangeiros, predominando os portugueses. As proporções em 1858/59 eram de 34 estrangeiras, dos quais 20 portuguesas, e 23 brasileiras, e em 1856/57, 43 estrangeiras, das quais 27 portuguesas e 12 brasileiras.

Encontramos uma relação de fábricas estabelecidas no Município da Corte que gozavam do privilégio de despacho livre de matérias-primas, que data de 1857¹⁴⁹. A Tabela 3.29 que continha 54 fábricas representava apenas uma peque-

¹⁴⁹ WANDERLEY, op. cit. acima nota 136^a.

Anexo nº 68 Relação das Fábricas estabelecidas no Município da Corte, que gozam da concessão do despacho livre de matérias primas. (Diretoria Geral de Rendas, 15 de Abril de 1857, Sub-Diretor Interino Antonio José de Castro).

na percentagem do total. No *Almanack Laemmert* de 1857 foram enumeradas 636 fábricas e 145 indústrias registradas no Rio de Janeiro. Não se conhecem os critérios de distinção entre um tipo e outro de empresas. Nesse total de 636 figuravam 111 fábricas de fumo, 94 fábricas — lojas de chapéus e de vários artigos de vestuário e de tecidos, 45 de sabão e velas, 14 de licores e refrescos, 13 de café torrado, duas de aguardente, 24 refinadoras de açúcar, várias de chocolate, conservas alimentares, azeite, vinagre, massas; quatro olarias, 28 de cal, cinco de telhas, uma de louça, 12 serrarias, duas de cola, 25 tipografias, uma de motores a vapor, oito estaleiros.

Vide Tabela 3.32 pág. 297

Vide Tabela 3.33 pág. 298

As 145 indústrias se dividiam nos ramos de abridores de metal, alfaiates, espingardeiros, estampas e gravuras, e outras. O tipo de indústrias dá a impressão de que se tratava de artesanato¹⁵⁰. O número de 636 fábricas é inteiramente compatível com os dados globais para o Brasil das tabelas de 1856/57 e 1858/59.

As 54 indústrias da Tabela referente ao ano de 1857 podiam ser classificadas no setor de bebidas e alimentos (uma fábrica de vinagre e duas de cerveja); de tecidos, roupas (15 fábricas de chapéus, duas de tecidos, tapetes e oleados); de couro (duas fábricas); de metal (três fundições, uma fábrica de artigos de metal); de fumo (seis fábricas de rapé); de sabão e velas (19); de vidros (uma); de cordoaria (uma); de gás (uma).

O valor em contos de réis da produção se concentrava no setor de fundição e metais 37,17% do total, em virtude da participação nesse ramo dos metais preciosos.

O setor de sabão e velas se situava logo abaixo com 31,23% do total do valor da produção das indústrias contidas nesse quadro. O número de fábricas nesse setor era idêntico ao do Almanack. Em terceira posição estava o setor de tecidos, vestimentas, chapéus, com 19,77% do valor da produção industrial, sendo que a maior parte desse subtotal era representada pelas fábricas de chapéus. Quanto ao setor de couros não figuravam o valor da produção e a quantidade produzida. Também não constavam as fábricas de sapatos que constituíam a atividade mais importante desse setor.

As fábricas de rapé eram apenas 11 e representavam 3,23% do total do valor da produção da tabela. Alimentos e bebidas figuravam com 2,24%, gás com 0,01% e cordoaria com 0,45%. O número de unidades no setor de alimentos e bebidas era insignificante em relação ao total fornecido pelo Almanack do mesmo ano. O gás ainda era pouco usado nessa época, a iluminação se fazia na sua maior parte com velas e só havia uma fábrica de gás para iluminação e combustível.

¹⁵⁰ ALMANACK LAEMMERT.

Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857.

O total de operários empregados em 50 das indústrias da relação do Ministério da Fazenda era de 1.290, sendo 640 estrangeiros e 650 nacionais; 451 escravos e 199 livres. A média nessas empresas era de 25 operários. A fabricação de gás empregava um número mais elevado de operários. Somente as indústrias de chapéus, sabão e velas empregavam mulheres.

O Censo de 1856 do Rio de Janeiro apresentou uma distribuição dos habitantes da cidade segundo as ocupações. Os critérios são muito falhos e a classificação abrangia apenas 8.222 pessoas de um total de 151.776¹⁵¹. Esse número era insignificante mesmo se fossem descontados os inativos e os escravos que ascendiam a 48.282 pessoas nessa época, e que foram excluídos da classificação. O cálculo global da população ficou prejudicado pela falta de dados relativos a três paróquias, Sacramento (muito populosa), Jacarepaguá e Ilha de Paquetá, e a alguns quarteirões das paróquias de Candelária, Santa Rita, Santana, Santo Antonio, Engenho Velho, todas urbanas.

Na distribuição ocupacional de 1856, havia 39 pessoas na indústria (empresários, gerentes) e 1.900 nos ofícios, 160 nas artes (artesãos) e 2.160 trabalhadores.

No Almanack de 1856 os oficiais eram em número de 789. Se tomássemos uma média de 25 operários por empresa e multiplicássemos pelas 594 fábricas e indústrias que figuravam no Almanack, daria um total de 14.850 operários, de uma população global do Rio de Janeiro de 151.776 — certamente maior em face das falhas já apontadas nesse Censo. Esse cálculo estaria provavelmente mais próximo da realidade do que os dados da classificação sócio-profissional do Censo e do Almanack¹⁵². A relação das indústrias também mostrava a grande dependência das manufaturas da importação de matérias-primas estrangeiras e o pequeno volume físico da produção. Os escravos excluídos da classificação sócio-profissional eram empregados tanto na manufatura como no artesanato e no comércio.

Excluindo-se o levantamento feito pelo Governo municipal em 1852, o *Almanack Laemmert*, as listas das fábricas beneficiadas pelo Governo federal com alguma concessão e o quadro das sociedades anônimas, não foram encontradas outras

¹⁵¹ BRASIL. Ministério dos Negócios de Justiça e Eclesiásticos, op. cit. acima nota 122^b.

¹⁵² BRASIL. Ministério dos Negócios de Justiça e Eclesiásticos, op. cit. acima nota 122^b.

Empregados públicos:

Clero	26	Artes	160	Ofícios diferentes	1.900
Fazenda	—	Comércio	1.412	Sem ofício	176
Justiça	—	Letras	24	Trabalhadores	2.160
Milícia	—	Marinha	30	Lavradores	—
Diversos	10	Medicina	8	Diversas Ocupações	1.390
Agricult.	887	Indústria	39	Total	8.222

fontes estatísticas até 1861, quando se realizou a primeira Exposição no Rio de Janeiro e se organizou um inquérito sobre a produção. Para o período de 1840 a 1860 só possuímos informações sobre o número de fábricas, de oficinas e oficiais ou artesãos e casas de negócios do Rio de Janeiro, exceto na lista incompleta de 1857 de fábricas beneficiadas com isenção de Imposto de Importação de matérias-primas que analisamos anteriormente. Nesses 20 anos, o comércio manteve uma posição de primazia seguido pelo setor de oficinas, e a manufatura ocupava o último lugar quanto ao número de unidades. Os dados do Almanack não permitem distinguir oficiais autônomos, mas as estatísticas de 1852 do Governo municipal e as do Brasil, baseadas no Imposto de Consumo, indicavam um declínio dos oficiais autônomos ou artesãos.

Se compararmos os dados do *Almanack Laemmert* de 1845, primeiro ano em que os dados eram mais completos, com os de 1852 e de 1857, pode-se ter uma idéia aproximada da taxa de crescimento dos três setores acima mencionados¹⁵³. Em 1845 havia 501 oficinas e oficiais, em 1852, 665 e em 1857, 1.228. Nos primeiros sete anos ocorreu um aumento de apenas 1,3 vezes, enquanto que no segundo período de cinco anos o aumento foi de 1,9 vezes. O número de fábricas teve uma taxa de crescimento menor, passou de 267 em 1845 para 311 em 1852 (1,2 vezes), e de 311 para 636 em 1857 (2 vezes).

O número de casas de negócio que era de 1.932 em 1845, passou a 2.590 em 1852 (pouco mais de 1,3 vezes) e a 3.772 em 1857 (1,4 vezes). O crescimento foi maior nos três setores no período de 1852 a 1857 do que no anterior, e as oficinas e oficiais também tiveram uma taxa de expansão maior.

O crescimento relativamente modesto da manufatura se acentuou a partir de 1850 sob o influxo da abolição do tráfico de escravos, do enriquecimento da cidade como porto exportador do café e do apaziguamento das lutas políticas da oposição. Somente a partir de 1850 apareceram as sociedades anônimas, e apenas a partir de 1855 adquiriram importância. O aumento numérico não modificou o predomínio da produção manufatureira em relação à industrial como se pode observar pelos quadros gerais do Brasil.

O *Almanack Laemmert* não incluía todas as empresas dos três setores o que pode ser observado pela comparação das listas desse guia do Rio de Janeiro com o Censo do Governo municipal de 1852. O número de oficinas e oficiais (665), o de fábricas (311) e o de lojas (2.590), representavam 64%, 71% e 66%, respectivamente.

153

- a ALMANACK LAEMMERT. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1845.
- b ALMANACK LAEMMERT. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1852.
op. cit. acima nota 144.
- c ALMANACK LAEMMERT, op. cit. acima nota 150.

te, dos totais do Censo. Os dados globais para o Brasil nas tabelas 3.26 e 3.27 de Imposto de Renda e de aluguel revelavam a posição marginal das fábricas e oficinas na economia da época, que sofriam de falta de operariado especializado, escassez do mercado interno devido em parte à própria escravidão; concorrência da mercadoria congênere e falta de uma política governamental favorável à produção secundária. As concessões de crédito, de loterias, de isenção de impostos sobre importação de matérias-primas e equipamentos, os impostos sobre produtos manufaturados concorrentes eram insuficientes para assegurar o desenvolvimento de manufatura em virtude da profunda associação entre o Estado e os interesses da economia de planta-ção.

Pode-se estimar que as 636 fábricas do Rio de Janeiro acrescidas das 129 padarias (765 unidades) existentes em 1857 representavam 56% do total de fábricas do Brasil (1.346), fornecido pelo Censo do Imposto de Renda de 1856/57. O número de operários do Rio de Janeiro seria de 19.515 aproximadamente, nessa data. Os ramos de atividades mais importantes eram os de alimentos e bebidas que incluindo as 129 padarias atingia a 210 unidades, seguido de fumo com 128; de vestuário, tecidos, armário com 107; de velas, sabão e óleos com 45; de meios de transporte (seges, carruagens, estaleiros) com 32; de madeira com 18. O setor do couro que figurava apenas com quatro unidades, adquiria grande importância se fossem acrescentadas as oficinas que eram em número de 136. As atividades específicas que se destacavam eram as de beneficiamento dos produtos da agricultura de plantação (aguardente, torrefação de café, refinação do açúcar) e a fabricação de calçados e de chapéus.

Toda a produção manufatureira fabril e artesanal sofria da falta de capital e de energia que nessa época era principalmente manual, e da necessidade de importar matéria-prima.

Uma fonte importante relativa à produção secundária eram os Relatórios das Exposições realizadas na Corte em 1861, 1866, 1875 e 1881, preparatórias das internacionais de Londres, Paris, Viena, Buenos Aires.

Nas três primeiras Exposições atribuiu-se maior importância ao setor de produção primária, mas as empresas fabris e os artesãos também participaram. O estudo retrospectivo da indústria feito pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1908 contém uma tabela comparativa das empresas fabris nos anos acima citados. Consultando os Relatórios das Exposições verificamos que era necessário fazer uma série de retificações e praticamente reelaborar a tabela que vem inserida nesse capítulo.

O Relatório da Comissão Organizadora da Exposição de 1861, fornecia o número de unidades em cada ramo fabril e algumas informações sobre as empresas. No setor de alimentos e bebidas apenas 11 fábricas se fizeram representar na Exposição.

A fábrica de vinagre tinto, pertencente a Pedro Antonio Brasil e localizada na Rua da Imperatriz, empregava três operários livres e um trabalhador escravo, além do proprietário que também servia como mão-de-obra na firma e tinha capacidade de produzir 400 pipas por ano.

Havia ainda nesse ramo a fábrica de conservas alimentares da viúva Castagnier e a de conservas de doces e frutas de Deroche & Cia.. Esta última exportava produtos para a França, Inglaterra e Alemanha.

A fábrica de licores, conhaque e genebra, situada na Rua de São Pedro e de propriedade de Peixoto Braga dispunha de dois alambiques, produzindo 40 mil garrafas por ano e utilizando 10 operários brancos livres e três escravos.

A única fábrica de cerveja então existente tinha uma produção de 24 a 27 mil garrafas que em 1861 se elevou para 222.750 garrafas e 123 barris com 1.543 medidas. Os operários eram em número de 16 e o valor da fábrica foi estimado nessa data em 75.000\$000. Essa era a empresa que produzia em mais larga escala no setor de alimentos e bebidas¹⁵⁴.

As fábricas de tecidos não prosperaram no Rio de Janeiro em virtude da falta de proteção alfandegária contra a concorrência estrangeira, da exigência de pagamento de imposto sobre o algodão bruto importado de Pernambuco e da escassez de operários especializados. Em 1812 foram montadas no Rio de Janeiro três fábricas: uma de algodão e seda e as duas outras de algodão. Todas faliram.

Em 1820 estabeleceu-se uma fábrica de estampa de tecidos de algodão no Andaraí Pequeno que foi protegida pelo Governo com o financiamento resultante de 10 loterias. Utilizava matéria-prima importada da Índia. Em 1840 entrou em falência em face da concorrência de tecidos britânicos. Em 1841 foi fundada por Frederico Guilherme uma fábrica de tecidos de algodão também no Andaraí Pequeno. Possuía 500 fusos, motores hidráulicos e dispunha de 22 operários. Foi fechada em 1864, as máquinas desmontadas e transferidas para a pequena fábrica de fios em Parati, na Província do Rio de Janeiro.

Na década de 40 do século XIX inaugurou-se outra fábrica de tecidos no Andaraí, a de São Pedro de Alcântara de propriedade de Joaquim Diego Hertley, que sofreu ampliações em 1852, tendo nesse ano, 76 teares, motor a vapor com força de 30 cavalos e uma fabricação de 1.000m de pano liso por dia, 12.000m por mês, e o número de operários se elevava a 56. Também abriu falência antes de 1861.

Na ocasião da Exposição de 1861 só existiam no Rio de Janeiro duas fábricas de tecidos no Andaraí, a de Frederico Guilherme e uma de meias de algodão que usava força hidráulica e produzia 120 a 150 dúzias de pares de meias por ano. Ambas já não existiam em 1886. Nesse ano só funcionavam ainda duas fábricas na província, a de Santo Aleixo no município de Magé e a de Santa Tereza em Parati. A primeira, fundada por Moran em 1849, contava em 1866 com 20 fiandeiras, 2.640 fusos e motor hidráulico de 25 cavalos. Dispunha de uma mão-de-obra de 160 operários, em 1861, e de 126 em 1866, de ambos os sexos, predominando as mulheres e crianças. Fabricava tecidos grossos para roupas de escravos e colonos, sacos, al-

¹⁵⁴ RELATÓRIO GERAL E RELATÓRIO DOS JURYS DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1861, op. cit. acima nota 136^c.

godão cardado e barbante. Em 1861 fabricava 63.000m de pano por dia, em 1866, 556 mil varas de tecido por ano e 28 mil libras de fio em novelo no valor de 250.000\$000, aproximadamente.

Vide Tabela 3.34 pág. 298

A fábrica de Santa Tereza que comprara as máquinas da que fora desmontada no Andaraí, possuía apenas 350 fusos, dos quais 270 tinham começado a funcionar em 1865 e um motor hidráulico de 10 cavalos. Produzia em 1866, 30 mil libras de fio em novelo e consumia a mesma quantidade de algodão bruto, acrescida de 10% para compensar a parte que forma a borra das cardas. Em 1866 trabalhavam nessa fábrica 10 homens e 10 crianças de 10 a 17 anos.

O proprietário da Fábrica Santo Aleixo em 1866, Comendador J. Antonio de Araujo Filgueiras, se queixava ao relator da Comissão Organizadora da Exposição do Rio de Janeiro, realizada nesse ano, que o Governo se recusava a isentar de imposto o algodão bruto importado de Pernambuco e a impedir a entrada de tecido grosseiro, imitação do produto de Santo Aleixo feito na Inglaterra com matéria-prima inferior à nacional proveniente da Índia. O Brasil exportava algodão bruto e importava o produto manufaturado; a produção da Província do Rio de Janeiro e a do Brasil representavam uma proporção insignificante do valor dos tecidos importados.

Agostinho Victor Borja Castro fez um inquérito sobre a indústria de fiação e tecelagem em 1866 que permite dimensionar o valor da produção nacional em comparação com o valor das importações¹⁵⁵.

Vide Tabela 3.35 pág. 299

A produção nacional representava apenas 6% do valor da importação de tecidos de algodão no Brasil. A produção da Província do Rio de Janeiro era insignificante no conjunto do País. As indústrias mais importantes nesse ramo se concentravam na Bahia, mais próxima da matéria-prima de melhor qualidade e possivelmente dispondo de um mercado maior para tecidos grosseiros em virtude da menor proporção de escravos na população.

A indústria de chapéus era uma das mais importantes no Rio de Janeiro, mas na década de 60 do século XIX também é afetada pela concorrência. O Relatório da Exposição de 1861 apresentava apenas 82 fábricas de chapéus de todas as qualidades estabelecidas no Rio de Janeiro. O Relatório de 1866 incluía uma análise mais detalhada dessa atividade fabril e um inquérito sobre a produção.

¹⁵⁵ CASTRO, Agostinho Victor Borja. *Relatório da Segunda Exposição Nacional de 1866, publicado por ordem do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro, Typ. Nac., 1869. part. 2, p. 54.

A matéria-prima para chapéus de feltro e seda era quase toda importada, principalmente da França. Até 1841, esse País proibira a exportação de pelos de coelho e lebre preparados, e de 1841 a 1847 tinha sujeito esse artigo a um direito de saída de 20% *ad valorem*.

Durante as décadas da proibição, os fabricantes da capital do Império empregavam o pelo da lontra do Rio Grande do Sul e Uruguai, mas com a liberação das exportações deram preferência à matéria-prima francesa porque o pelo da lebre era mais longo e barato do que o da lontra.

Após 1847 desapareceu o chapéu de lontra e a totalidade da matéria-prima passou a vir da França e da Alemanha, em menor proporção. Em 1864 o Brasil importou da França 70 milhões de peles de lebre e coelho, sendo 9/10 desse total de peles de coelho.

Com a produção de chapéus em maior escala, deu-se uma especialização de funções, separando-se as fábricas de preparação de pelos ou lanugem das de chapéu. Também se organizaram indústrias paralelas de enfeites de chapéu, caixas de papelão e de caixões de madeira para acondicionamento desse produto¹⁵⁶.

Vide Tabela 3.36 pág. 299

A concorrência provinha do artigo congêneres importado. O inquérito de 1866 se referia a 21 fábricas no Brasil, das quais nove estavam localizadas no Rio de Janeiro, e o levantamento de 1861 apresentava 82 fábricas nesta mesma cidade. Segundo os resultados de levantamentos de 1873 havia 23 fábricas no Brasil, sendo seis em São Paulo, 10 no Rio de Janeiro e sete no restante do País. Todas as firmas incluídas na lista de 1866 tinham vários operários e a média era de 21. É provável que uma parte das 82 fábricas de 1861 fosse composta de chapeleiros autônomos, trabalhando por conta própria. No entanto, o relator da comissão de 1866 assinalava o declínio da indústria em decorrência da crescente importação de chapéus estrangeiros.

Vide Tabela 3.37 pág. 300

A importação anual era de aproximadamente 300 mil chapéus, sendo 250 mil de palha e o restante de seda, lã e feltro, este último em menor proporção. O valor oficial era de 600.000\$000 aproximadamente, a metade do real que seria de 1.200.000\$000.

¹⁵⁶ O chapéu de feltro era fabricado pelo entrelaçamento de pêlos de lebre, coelho ou lontra, formando uma pasta que era submetida à água quente e a um apisamento para adquirir a forma de estofo, sendo depois enformado e lustrado com o ferro. O chapéu de seda era armado sobre um esqueleto de *galette* ou feltro grosseiro untado de verniz impermeável e recoberto de pelúcia de seda. Os chapéus de palha eram fabricados em todo o País mas os de seda e pêlo quase que exclusivamente no Rio de Janeiro.

Portanto, a indústria nacional superava em 375.000\$000 a estrangeira e era uma das atividades mais importantes do Rio de Janeiro apesar da falta de proteção governamental. Na realidade, empregava uma mão-de-obra superior àquela indicada na Tabela 3.38 em decorrência das atividades fabris que se desenvolveram para satisfazer a demanda da indústria de chapéus. Também nesse setor trabalhavam muitos autônomos.

O segundo ramo fabril de grande importância era o de calçados. Não foi feito um inquérito em 1861-66 sobre essa indústria. O Relatório da primeira Exposição do Rio de Janeiro mencionava a existência de 159 lojas e fábricas de calçados, o de 1866 mencionava 21 fábricas. Agostinho Victor Borja Castro, relator da Exposição de 1866, procurou calcular o mercado consumidor do Rio de Janeiro, partindo do pressuposto que da população de 450 mil pessoas, apenas 2/3, isto é, 300 mil gastassem quatro pares de sapatos por ano e que, portanto, o consumo seria de 1.200 pares por ano. Admitindo-se que cada par de sapatos deixasse de lucro com o sapateiro 1\$800, o valor criado seria de 2.160.000\$000, sem considerar o custo da matéria-prima.

A importação de sapatos pelo Rio de Janeiro no semestre de 1º de julho a 31 de dezembro de 1865 foi de 227.333 pares, sendo 112.304 para homens e 115.029 para senhoras e meninas, no valor oficial de 330.645\$725, não compreendendo 154.301 pares e mais uns volumes despachados livres de direitos para a tropa de mar e terra e 969 para as províncias. Em média a importação do Rio de Janeiro era de 450 mil pares por ano.

Deduzindo-se do consumo global estimado em 2.160.000\$000 o valor dos calçados importados do estrangeiro, 700.000\$000 segundo o valor oficial e o dobro segundo o valor real, ainda havia um mercado considerável na capital do Império. Segundo esses cálculos, a produção do Rio de Janeiro teria um valor de 760.000\$000 sem levar em conta a produção destinada à exportação para Minas Gerais, São Paulo e outros centros consumidores do interior.

A fabricação de calçados no Rio de Janeiro era de boa qualidade, as empresas empregavam o trabalho mecânico, máquinas de costura Singer e máquinas de cortar sola. A oficina de Roesch & Irmãos possuía uma máquina Lamerrier para fabricar parafusos e introduzi-los na sola, obtendo uma economia de 40% sobre o trabalho manual de coser solas. O maior industrial de sapatos do Rio de Janeiro em 1866 era Moriamé que produzia por ano 50 mil pares e contratava 100 operários na sua empresa. No entanto, ele já tivera produção maior.

Este declínio da produção de sapatos decorria da concorrência estrangeira, da falta de proteção governamental e da precariedade da produção de matéria-prima no Brasil. A matéria-prima importada do estrangeiro estava sujeita a direitos elevadíssimos de entrada, às vezes maiores do que se pagava pelo calçado estrangeiro importado. O Estado nem sequer comprava os sapatos para os militares nos produtores nacionais.

Os couros eram apenas salgados e secos e exportados pelo Brasil que importava os couros curtidos na Europa. As solas fabricadas no Brasil também eram de qualidade inferior às européias.

No Rio de Janeiro, em 1861, havia somente um curtume e duas fábricas de couros curtidos e envernizados. Estas usavam folha de mangue ou casca de angico no beneficiamento do couro que se destinava a chapéus, selins, malas, baús e outros artefatos e no preparo de solas garrotilhadas. O couro do sul também era precariamente beneficiado em virtude do método de marcação do gado feita a ferro em brasa, das formas de abate etc.. O Brasil importava em 1865, 850.000\$000 de couro estrangeiro, sendo 300.000\$000 para o consumo da cidade do Rio de Janeiro, o maior centro produtor de artigos de couro do Império. Além das fábricas de sapatos havia 21 de arreios e selins, três de encadernação, várias de malas, baús etc..

O Relatório de 1861 mencionava cinco fábricas de charutos e três de rapé: a fábrica de charutos de Baum e Costañera que usava matéria-prima de Havana e da Bahia e contava com 30 operários; a de Pascoal Falos que importava fumo da Bahia e da Zona da Mata e dispunha de 20 operários; a de Domingos Falos que empregava fumo da Bahia e tinha uma mão-de-obra de 16 a 18 pessoas, e a de Neves e Guimarães que não forneceu informações à comissão da Exposição de 1861.

A fábrica de rapé, Princesa Carioca, foi estabelecida em 1861 em São Cristóvão com um capital realizado de 20.000\$000 inclusive seis máquinas movidas a braço e uma a vapor que ainda não fora instalada em 1861. Não se tem informações sobre as duas outras fábricas de rapé da Corte, pertencentes a João Paulo Cordeiros e Estevão Gasse.

A maioria da produção de móveis se fazia em pequenas oficinas de marcenaria ou por artesãos trabalhando por conta própria que não enviaram amostras às feiras. Em 1861 figurava apenas uma fábrica de móveis a de Marturier. A matéria-prima nacional para essa atividade era obtida com facilidade, da mesma forma que o operariado especializado.

A louça de barro era produzida de forma artesanal, não figurando amostras nas Exposições de 1861 e 1866.

A fabricação de sabão e velas estava representada por oito empresas em 1861, sendo que apenas a firma Luz Stearica produzia velas de cera. Nessa época, estava protegida por altos direitos alfandegários sobre as velas estrangeiras e tinha isenção de impostos sobre a importação de matéria-prima: pavios, ácido ólico. A Companhia Luz Stearica se constituía como sociedade anônima e incorporara várias empresas menores concorrentes.

Em 1861 havia quatro fábricas de produtos farmacêuticos e químicos na Corte que apresentaram grande número de produtos na Exposição.

Em 1852 já existiam fábricas de tinta de escrever no Rio de Janeiro. Em 1866 duas se destacavam: a de J. V. Ramos, de tinta preta que recebeu medalhas em

exposições internacionais, e a de Monteiro que tinha a primazia na produção de tinta roxa. Esta última foi instalada em 1862; fabricava 869 vidros em 1862, mais do dobro em 1863 e 59.000 litros em 1865.

Havia duas fábricas de papel pintado estabelecidas na Corte em 1861.

Quanto aos materiais de construção, as olarias e caieiras, bastante numerosas no Rio de Janeiro, não se fizeram representar nas Exposições de 1861 e 1866.

Existiam duas fábricas de vidro na Corte que se beneficiavam da abundância da matéria-prima nacional de ótima qualidade. Uma dessas empresas era subvencionada pelo Estado.

Havia cinco tipografias particulares em 1861, as de George Leuzinger, J. B. Lombarets, E. e H. Laemmert, B. L. Garnier e a de João Paulo Ferreira Dias, além da Nacional, fundada em 1808.

No setor de metal, fundições e máquinas, nota-se um grande desenvolvimento da produção de instrumentos de trabalho requeridos pela agricultura e agro-indústria.

Em 1861 figuravam 10 firmas desse ramo; em 1866, cinco e em 1873, 17. Nas amostras de produtos do Rio de Janeiro encontravam-se instrumentos para a lavoura e beneficiamento de produtos agrícolas, tais como, picaretas, cavadeiras, alviões, anchos, enxadas, pás, arados, raspadores, arrancadores de raízes e de tubérculos, máquinas para cortar cipós, para socar café e cereais, ventiladores para café, moinhos para refinamento de farinhas grossas, máquinas para o fabrico de açúcar, de mandioca e de milho, caldeirões para engenhos e engenhocas. A máquina de secar café e cereais compunha-se de um ventilador, uma fornalha e um cilindro formado por dois tubos superpostos. O café era aquecido a uma temperatura média de 50° a 60° e em seguida impelido pelo ventilador para o espaço entre os dois tubos onde era triturado, saindo o ar pelos orifícios do tubo externo.

Produziam-se também instrumentos de cirurgia, de ótica, de náutica, de agrimensura, formas de sapateiros, foles de ferreiro e de ourives, tornos, manequins, máquinas a vapor de alta e baixa pressão até 60 cavalos.

O Arsenal de Marinha da Corte tinha uma oficina de fundidores com dois fornos, um para bronze e outro para ferro e uma máquina de 12 cavalos; uma oficina de torneiros equipada com tornos; duas máquinas de aplainar, duas de furar, uma de contornar, uma de atarrachar; uma oficina de laminadores, dispondo de duas máquinas de furar radiais, e uma oficina de caldeireiros.

O Arsenal empregava 541 operários, dos quais 233 eram aprendizes; e destes 86 eram menores de idade. Os operários eram das seguintes especialidades: carpinteiros de obra branca, calafates e poleeiros. Nos cinco anos anteriores a 1861 produziu: quatro máquinas oscilantes de 40 cavalos para vapores de rodas, uma máquina

de 24 cavalos para motor de oficina, várias caldeiras e estavam em construção duas corvetas a hélice.

As 185 fábricas representadas na Exposição de 1861 correspondiam a 16% do total de unidades que constavam da lista do *Almanack Laemmert* desse ano, 1.117 urbanas e 29 suburbanas (1.146). Esse total por sua vez, equivalia aproximadamente a 70% do total, se considerarmos válido o cálculo feito para 1852, comparando com o resultado do Censo do Governo municipal.

Entre 1857 e 1861 houve um aumento considerável do número de fábricas de 765 para 1.117, cerca de 1,5 vezes. O setor de oficiais e oficinas sofreu uma baixa de 1.228 para 984 (972 urbanas e 12 suburbanas) mantendo-se as tendências já assinaladas; o de comércio teve uma alta de 3.772 para 4.705. Entre 1861 e 1866 manifestou-se uma baixa geral ligada à crise de 1864 já analisada. Os dados dos Relatórios das Exposições e do *Almanack* indicavam esse declínio. Segundo essa última fonte, houve uma queda no número de fábricas de 1.146 para 1.083, de oficiais e oficinas de 972 para 933, de casas de negócios de 4.705 para 4.671. O número de fábricas representadas nas Exposições de 1861 e 1866 baixou de 185 para 94, passando de 15% para 8,1% do total do *Almanack*.

Vide Tabela 3.38 pág. 300

Em 1861 o ramo mais importante das fábricas continuava sendo o de alimentos e bebidas com 251 unidades urbanas e 15 suburbanas, seguido do de tecidos, roupas e armarinho com 162 unidades urbanas e uma suburbana. O setor de alimentos e bebidas guardava a primazia pela inclusão das padarias (147 urbanas e 14 suburbanas). As atividades mais importantes eram as de refinação do açúcar, fabricação de rapadura, destilação de aguardente e torrefação do café. Nas paróquias suburbanas existiam ainda nessa data 18 fazendas de açúcar, 12 de aguardente e 120 de café. No ramo do vestuário predominava a produção de chapéus. O ramo do fumo contribuía com 162 unidades e o do couro com 187, correspondendo 156 a sapatos. O setor do metal participava com 82 unidades e o da madeira com 19 (móveis e serrarias). As fábricas de velas compreendiam 33 unidades urbanas e uma suburbana que lutavam com o problema da importação de pavios, óleo e máquinas. Dentre os oficiais e oficinas, o ramo da madeira era o mais desenvolvido com 374 unidades, seguindo-se o do metal com 265 unidades urbanas e seis suburbanas, predominando os funileiros. Destacava-se ainda o de roupas, tecidos e armarinho com 83 unidades.

Em 1866 não houve uma alteração na importância relativa dos setores, fábricas, oficiais e oficinas e comércio, nem nos ramos de cada setor.

O declínio das fábricas entre 1861 e 1866 concentrou-se nos ramos dos alimentos e bebidas, fumo e couros; o dos oficiais e oficinas nos de madeira, roupas, tecidos, armarinhos, vidros; o do comércio no de metais, tintas, roupas, tecidos, armarinhos, crédito e escritórios. O declínio das atividades de escritórios de vendas e de crédito é uma conseqüência direta da crise de 1864.

Entre 1866 e 1873 ocorreu uma queda no número de fábricas de 1.083 para 965, segundo o Almanack, e para 90, nos Relatórios das Exposições. O número de oficiais e oficinas se elevou de 933 para 1.046 e o de lojas de 4.671 para 5.506. O impacto da Guerra do Paraguai só se fez sentir, portanto, na produção de oficinas e no comércio. Os ramos das oficinas que experimentaram um crescimento mais acentuado foram os de madeira, sobretudo marcenaria, carpintaria e mestres de obras e serrarias; de roupas, principalmente alfaiates; de couro, corrieiros e enfiadores. O crescimento nos ramos de roupa e carpintaria parecem ser uma consequência de demanda da Guerra.

Vide Tabela 3.39 pág. 307

Vide Tabela 3.40 pág. 315

Vide Tabela 3.41 pág. 328

A elevação do número de unidades de comércio se verificou nos ramos de alimentos e bebidas, roupas, tecidos e armarinhos, metal, fumo, artigos de couro, negócios de agro-pecuária e produtos farmacêuticos. A Guerra deve ter estimulado essas atividades, aumentando a demanda para abastecimento da tropa.

No Relatório da Exposição de 1873 figuravam 90 fábricas, o mesmo número que em 1866, quase 10% do total do Almanack.

No ramo de alimentos e bebidas observa-se um declínio da produção de cerveja em garrafas de 222.750 para 100 mil, um incremento da produção de pipas ou barris, de 123 para 6 a 7 mil. O número de operários se elevou de 16 para 400 de 1866 para 1873. Apareceram as primeiras fábricas de águas minerais e tônicas; as de bebidas alcóolicas não se fizeram representar na Exposição. A principal atividade no ramo de alimentos era a de refinação de açúcar e produção de aguardente que não aparecia nas Exposições.

A indústria de tecidos só reapareceu no Rio de Janeiro em 1881. A partir de 1873 a concorrência por este mercado deveria aumentar com o estabelecimento de duas grandes tecelagens em Petrópolis que iriam começar a produzir breve. As fábricas de Santo Aleixo e de Santa Tereza, situadas na província, que também supriam a demanda da Corte, continuavam a existir e tinham se expandido. Todas as fábricas que constavam do catálogo de 1866 tinham permanecido e várias outras fábricas foram abertas em São Paulo. Em 1873 a produção de fios e tecidos de algodão nacional se elevava de 3.944.600m para 4.510.000m, um aumento de 12%.

O número de teares passara de 385 para 460; o de fusos de 14.875 para 84.875; o de operários de 768 para 1 mil e o valor da produção de 2.116:200\$ para 2.500:000\$000. A produção da Província do Rio de Janeiro continuava modesta em relação ao total do Brasil. As fábricas de Santo Aleixo e Santa Terêza tinham uma produção anual de 523.050m de tecidos de algodão, branco e colorido, ligeiramente menor do que a de Santo Aleixo em 1866.

As fábricas de chapéus do Rio de Janeiro se elevaram de nove para 10 e as do Brasil de 21 para 23, no período de 1866 a 1873. O número de operários passou de

468 para 500. A produção de chapéus de seda declinou de 39.400 para 34 mil e a de feltro aumentou de 314 mil para 406 mil. O valor da produção em contos de réis manteve-se quase idêntico, ligeiramente menor. A produção total em 1873 era de 470 mil chapéus no valor de 1.600:000\$000.

O Relatório de 1873 não apresentava informação alguma sobre a indústria de calçados, curtumes, couros e artefatos de couros, nem sobre as indústrias de fumo, indicando apenas uma redução para quatro. Os móveis de madeira, que não figuravam em 1866 reapareceram na Exposição de 1873 com apenas uma firma nova, a de Francisco Alves Moreira & Cia..

No ramo de sabão e velas figuravam 25 empresas mais importantes em vez das oito e sete das duas exposições anteriores. Em 1873 as empresas maiores usavam máquinas a vapor. Essas 25 fábricas produziam 850 mil caixas de velas no valor de 5.750:000\$000, 730 mil caixotes de sabão no valor de 1.700:000\$000 e 780 pipas ou 327 mil litros de óleo no valor de 140:000\$000.

Quanto aos produtos químicos e farmacêuticos ocorreu um declínio das empresas representadas. Segundo o Almanack, o número de fábricas de produtos farmacêuticos se elevou de 116 em 1866 para 138 em 1873. As indústrias de papel pintado, de vidro e tipografias não participaram dessa Exposição

O setor de fundições, metal e máquinas apresenta um considerável aumento. Em 1873 existiam no Rio de Janeiro 17 fundições de primeira grandeza, sem contar o Arsenal de Marinha e a fundição do Estado. Dos 17 estabelecimentos privados, 11 produziam artefatos de ferro fundido e seis de bronze, cobre e latão. Ocupavam 700 operários e o valor da produção era de 2.460:000\$000, sendo 2.140:000\$000 de ferro e 320:000\$000 de outros metais.

O Relatório da Exposição de 1875 era muito pobre em informações, talvez em consequência da crise que ocorreu nesse ano¹⁵⁷. Segundo os dados do *Almanack Laemmert* relativos a 1875, do total de 1.049 fábricas, o setor de alimentos e bebidas com 256 unidades representavam 24,40% do total, e o de tecidos, roupas e armarinhos com 250 unidades, 23,83%. A fabricação de artigos de couro e metal correspondiam a 120 unidades, 11,44% e 106 unidades, 10,10%. No ramo de alimentos e bebidas se acentuava o predomínio da torrefação do café e as padarias continuavam em primeiro lugar, apesar do ramo de fazendas estar diminuindo nas paróquias suburbanas, passando de 199 em 1861 para 135 em 1875. Naturalmente, nesse ano, a plantação do café ainda estava no auge no Vale do Paraíba. O setor de oficiais e oficinas também não sofreu mudança na importância relativa dos vários ramos. O do metal permaneceu como um dos mais importantes com 252 unidades, aproximadamente 22,64% do total.

157

a DAS KAISERREICH BRASILIEN AUF DER WIENER WELTAUSSTELLUNG VON 1873, op. cit. acima nota 122^c.
 b BARRETO, op. cit. acima nota 119.

Funileiros e latoeiros eram os mais numerosos. O ramo da madeira ocupava o segundo lugar com 268 unidades, 24,07% do total, predominando as carpintarias (124) que se beneficiavam de usar matéria-prima local. Vinha em seguida o ramo de roupas, tecidos, armarinhos, predominando os alfaiates com 134 unidades, 19,94% do total. O quarto ramo em ordem decrescente de importância numérica era o do couro com 91 unidades, 8,17% do total. Essa atividade continuava prejudicada pela precariedade dos cortumes tanto no Rio de Janeiro como no sul do País. Quanto ao comércio não houve mudança de ordem de importância dos ramos. Portanto, entre 1873 e 1875 houve apenas um aumento quantitativo dos três setores de fábricas, oficiais e oficinas e comércio. A crise de 1875 prejudicou a produção secundária e o comércio.

As representações dos artistas chapeleiros e fabricantes de chapéus e o debate com os comerciantes esclarecem alguns aspectos da depressão da indústria no final da década de 70 do século XIX. Os artistas chapeleiros apresentaram um apelo à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional datado de 5 de julho de 1876 para que esta organização tomasse a defesa da indústria nacional de chapéus. O documento iniciava com uma descrição dessa manufatura no Rio de Janeiro.

Distinguia as fábricas de montar das de fular. As primeiras armavam chapéu com algodão, linho, lã, seda, fibras, ou feltro e cobriam a carcaça com algodão, linho, lã, seda, pelúcia, feltro ou outra matéria de tipo elástico. As fábricas de fular enfelpavam o pelo de certos animais como lontra, coelho, lebre, por meio de máquinas e água fervendo. As primeiras já tinham atingido alto grau de perfeição e os seus produtos podiam competir com os europeus. Obtinham prêmios nas exposições internacionais. No entanto, o Governo não dava proteção a este ramo da indústria. Por exemplo, as fábricas de montar importavam da Europa carapuças de pelo de lebre ou ovelha chamadas *chemises-manchons* que eram fabricadas na Alemanha, Bélgica e França e custavam entre 3 e 4 francos, mesmo com o desconto de 8 a 10%. Nas alfândegas do Brasil esse produto era classificado para fins de imposto de entrada como chapéu abatido ou enformado, portanto, como artigo acabado quando na verdade era uma matéria-prima semi-elaborada para fabricação de chapéus. Segundo essa classificação errônea, esse produto custava 1\$800 e pagava de imposto 1\$740 quando o custo da montagem do chapéu feita no Brasil era de 4\$000. Portanto, apenas o revestimento externo importado custava quase tanto quanto toda a montagem da carcaça do chapéu, elevando o preço deste para 7\$540. O preço do chapéu estrangeiro importado era de 6\$240, beneficiando-se de uma diferença de 1\$300 a menos em relação ao nacional porque pagava de direito 1\$740, tanto quanto a *chemise-manchon* ou simples revestimento. Havia, portanto, na cobrança de direitos uma discriminação contra a indústria nacional¹⁵⁸.

¹⁵⁸ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Arquivo. *À sociedade auxiliadora da Indústria Nacional oferecem os artistas chapeleiros*. Rio de Janeiro, Typ. Economica de Machado, 1876.

Os artistas chapeleiros e os fabricantes apresentaram duas representações à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em agosto de 1876. A primeira solicitava que a Sociedade intercedesse junto ao Governo para elevar os direitos alfandegários sobre os chapéus estrangeiros de lebre e de lã.

Os fabricantes nacionais de chapéus de lebre e lã precisavam importar pelos, drogas para tintas, goma-laca, forros, fitas, tanto de lã como de seda, sujeitos a tarifas alfandegárias. Era, portanto, necessário cobrar direitos elevados sobre o produto acabado estrangeiro para garantir a sobrevivência da indústria nacional.

Em virtude da falta de proteção a fabricação de chapéus entrou em declínio e os artistas chapeleiros quase "(...) que são só empregados nas fábricas de chapéus de preço baixo de 1\$100 a 3\$000 únicos com que o estrangeiro não pode concorrer; resultando por tanto diminuição no salário do artista, de 40 a 50%. Acresce ainda que o fabricante, a fim de concorrer em preços com o chapéu estrangeiro, tem sido obrigado a introduzir na fábrica machinas dos sistemas os mais aperfeiçoados com os quaes acabou maior quantidade de obra e despesa numero consideravel de operarios. Não é isto uma censura ao fabricante que desta forma procura melhorar os seus interesses, acompanhando o progresso do presente seculo, tanto mais, que dessas machinas resultão grandes beneficios para o artista, tomando-lhe a arte mais suave, mas é fato que o consumo não comportando a importação juntamente com o fabrico, o operario ve-se obrigado a ir procurar em outros trabalhos meios de subsistencia para si e para sua familia, pondo em risco de morte esta industria, que já occupava entre as demais do Império um lugar dos mais proeminentes"¹⁵⁹. Os artistas chapeleiros também previam uma expansão do fabrico do chapéu de lã, que ainda era bastante pequeno, se houvesse proteção alfandegária. O documento não só solicitava à Sociedade que tentasse obter essa proteção como também protestava contra a sugestão apresentada à Sociedade no dia 5 de julho de 1876 por Joaquim Alvaro de Armada, fabricante de chapéus, em nome de fabricantes e comerciantes de chapéus da Corte.

Os fabricantes e comerciantes de chapéus da Corte eram contrários à elevação dos direitos sobre os chapéus de lebre e lã estrangeiros, solicitada por fabricantes de chapéus de lebre e grande número de artistas chapeleiros do Rio de Janeiro.

Os fabricantes e comerciantes, encabeçados por Joaquim Alvaro de Armada, argumentavam que a importação de todas as matérias-primas do estrangeiro e a falta de mão-de-obra especializada e de máquinas colocavam a fabricação nacional de chapéus sem condições de concorrer com o produto congênera estrangeiro.

Afirmavam que mesmo quando em 1874, a pedido dos fabricantes, foi reformada a tarifa alfandegária, elevando-se os direitos sobre os chapéus de lebre, estes continuaram a ser importados ainda em maior escala.

¹⁵⁹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Arquivo, op. cit. acima nota 158.

Segundo esse documento o processo de tinturaria era atrasado, faltava regularidade no feltro e a capacidade de produção era limitada, não podendo satisfazer o mercado. Os autores da sugestão duvidavam que as fábricas nacionais pudessem produzir 30 dúzias de chapéus em tempo limitado. Segundo essa proposta "(...) a causa de seu pouco desenvolvimento [da indústria de chapéus] está em três pontos essenciais: primeiro falta de braços; segundo falta de matérias primas nossas; terceiro a falta de capital, que foge das indústrias pelas duas primeiras razões". A solução seria a baixa ou isenção dos direitos alfandegários sobre as matérias-primas importadas "(...) ou qualquer outro favor sem vir agravar mais a posição do consumidor, como por exemplo, a edificação de casas de baixo preço com todas as condições hygienicas para os seus operarios e suas familias"¹⁶⁰.

Os artistas chapeleiros apresentaram um novo documento em resposta ao contraprotesto dos comerciantes de chapéus. De início se reconheciam fracos para lutar contra os comerciantes. "*A nossa voz é fraca, pôde, talvez ser abafada pelos sophismas do egoismo que tenta monopolisar interesses em beneficio proprio e em proveito do estrangeiro (...)*"¹⁶¹.

Os artistas chapeleiros afirmavam que somente 17 estabelecimentos da Corte podiam ser denominados legitimamente como fábricas de chapéus, sendo que desse total 15 eram produtoras de chapéus de lebre, castor etc. e duas de chapéus de seda, uma das quais pertencia a J. Alvaro Armada & Cia..

Os outros estabelecimentos desse ramo que antes haviam sido fábricas, em 1876 já haviam se convertido em depósitos de chapéus estrangeiros. A própria fábrica de montar chapéus em carcaça, de Alvaro Armada, tinha, em 1876, pouco mais da metade dos operários que antes empregava.

Havia, portanto, um número muito grande de artistas desempregados, sendo que a decadência da indústria não provinha da falta de mão-de-obra. A qualidade da produção nacional não poderia ser considerada inferior à estrangeira pois a indústria do Brasil era apenas de montar o chapéu com matérias-primas semi-elaboradas vindas do estrangeiro, e concluía o documento que a causa do declínio da indústria só

¹⁶⁰ ARMADA, Joaquim Alvaro. *Contraprotesto dos abaixo assignados fabricantes e commerciantes de chapéus desta Corte.* Rio de Janeiro, Arquivo da Confederação Nacional das Indústrias, 1876.

Documento impresso.

Recortes de jornal anexados ao documento, não sendo especificado o periódico responsável por tais publicações, embora fique subentendido que se trata do Jornal do Commercio.

¹⁶¹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Arquivo. *Os artistas chapeleiros e o contraprotesto dos commerciantes de chapéus.* [s.n.t., dat.]

Documento impresso.

poderia ser atribuída à crescente importação de chapéus estrangeiros. Finalmente os artistas chapeleiros e fabricantes de chapéus condenavam a doutrina de que as indústrias cujas matérias-primas fossem importadas devessem ser extintas. Davam como exemplo da tese contrária as indústrias de tecidos de algodão na Europa que eram prósperas e geravam capital e empregos. Faziam uma distinção entre a indústria de chapéus de seda que importava ingredientes elaborados, da fabricação de chapéus de lebre que recebia matéria-prima bruta.

Destacavam ainda que o progresso da indústria acarretaria a produção das matérias-primas no Brasil. Concluíam que somente prosperavam as nações que protegiam a indústria, ao lado da agricultura.

Somente a elevação dos salários induziria à melhoria do nível técnico dos operários. Quanto à reforma alfandegária observavam os artistas chapeleiros que os chapéus de lã estrangeiros pagavam uma tarifa de \$500 até 1868 quando foi elevada para \$600; os chapéus de lebre estavam sujeitos a uma taxa de 1\$200 até 1868 quando foi reduzida a 1\$000. Em 1874 os direitos de 1\$200 sobre os chapéus de lebre foram restabelecidos. Portanto, em 1874 não houve aumento dos direitos dos chapéus de lã e apenas foi restaurada a taxa anterior a 1868 sobre os chapéus de lebre. A elevação da tarifa sobre os chapéus de lã em 1868 foi demasiado pequena para ter qualquer impacto.

Até 1874 a indústria nacional resistia à concorrência, porém em 1876, com a moda do chapéu alto que atingia até 18cm, as fábricas empregavam o dobro de material importado e os chapéus estrangeiros pagavam os mesmos direitos de entrada do período anterior.

Garantiam, finalmente, os artistas chapeleiros que o consumidor não seria prejudicado com a elevação dos direitos sobre os chapéus porque os comerciantes importavam chapéus a 3\$910 que eram vendidos de 9\$000 até 12\$000.

No Rio de Janeiro já se preparavam as tintas pretas tão perfeitas em brilho e fixidez como as melhores francesas. As 15 fábricas de chapéus de lebre do Rio de Janeiro eram bem montadas com pessoal competente, dispunham de mais de 500 operários e máquinas modernas. As fábricas que contavam com 50 a 80 operários e máquinas, tinham capacidade para produzir 1 mil a 1.400 chapéus por dia e as de menor escala até 200 chapéus por dia. Diziam os artistas chapeleiros que *"Affirmar, pois, que no Brazil não ha fabricas que apromptem, em um tempo limitado, a não ser menos de tres ou quatro dias, 30 duzias de chapeus é um sophisma imbecil, é uma falsidade estulta."*¹⁶² Essa afirmativa fora feita pelos comerciantes no seu contraprotesto.

Finalmente criticavam os fabricantes que não tinham se solidarizado com a resposta ao contraprotesto dos comerciantes porque *"(...) não convirá a qualquer*

¹⁶² CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Arquivo, op. cit. acima nota 161, p. 32.

*fabrica manter grossos capitaes, empregados em machinismos com alguns operarios para a fabricaçao somente de chapéus ordinarios, unicos com os quaes os chapéus de lã estrangeiros não podem competir*¹⁶³.

Vide Tabela 3.42 pág. 334

Esse debate sobre as condições da indústria de chapéus, uma das mais importantes da Corte, revelava o total desinteresse do Governo em relação à indústria, à atitude dos comerciantes desfavorável aos fabricantes e ao poderio destes que fizeram silenciar os donos de fábricas. Esses documentos também mostram o pequeno impacto da política de elevação de direitos no período da Guerra, modificada em 1874, em detrimento da atividade fabril. A atitude dos artistas chapeleiros revelava perfeita compreensão do problema da indústria e dos interesses em jogo, criticando os comerciantes, os fabricantes e o Governo que estava somente interessado na agricultura.

A Exposição de 1881 no Rio de Janeiro nos proporcionou um panorama da indústria nas vésperas do encerramento do período de predomínio da economia de plantação. Nesse ano o Conselheiro José Antonio Saraiva, Ministro da Fazenda, nomeou uma Comissão de Inquérito Industrial, composta de três membros que colheu uma série de dados sobre as indústrias principais da capital.

Em relação ao setor de alimentos e bebidas só dispomos de informações da própria Exposição que evidenciavam o aumento de empresas de produção de conservas alimentícias, de doces cristalizados, de massas alimentícias e de fábricas de cerveja e de limonada gasosa.

A grande transformação entre 1873-75 e 1881 ocorreu no setor de tecidos que passou a desenvolver uma atividade de tipo industrial que constituía um sintoma de transição da manufatura para a indústria. Já descrevemos as repetidas falências das fábricas de tecidos no Rio de Janeiro que não resistiram à concorrência de produtos estrangeiros e provenientes do Estado.

A fábrica de Santa Rita de Hargreaves & Irmão, fundada em 1877, após a crise de 1875, possuía em 1881, 700 fusos, 50 teares, um motor de 50 c.v. e contava com 100 operários. A produção anual era de 350.000m de tecidos de algodão riscado, liso e entrançado. A fábrica de São Lázaro, estabelecida em 1878 por J. M. Teixeira de Azevedo na Praia dos Lázaros, possuía 21 teares, sendo nove para meias, e dispunha de 70 operários. A Fábrica Rink datava de 1879, tinha 110 teares, um motor de 50 c.v. e a mão-de-obra se elevava a 150 operários. A produção anual era de 1.500.000m de riscados, lisos e entrançados, brins e camisas. A Fábrica Aliança de 1880, organizada por Laranja e Silva e Wittaker, era a de maiores proporções com

¹⁶³ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Arquivo, op. cit. acima nota 162.

3.000 fusos, 100 teares, 16 engenhos de cardar, máquinas de fição e motor de 320 c.v.. Trabalhavam nessa empresa 210 operários e a produção atingia a 2.000.000m de tecidos de algodão variados. Em 1881 a produção de tecidos de algodão no Rio de Janeiro era de 4.500.000m por ano e empregava 530 operários. Em 1885 a produção das 48 fábricas de todo o Brasil era de 20.595.000m e a mão-de-obra atingia a 3.172 operários, o que indicava a importância do Rio de Janeiro nesses valores globais¹⁶⁴. Nas novas indústrias de tecidos a escala de operações, o número de operários, o uso de força motriz e de máquinas já levava a uma especialização de funções, a um desligamento dos operários do controle da produção que, portanto, já era do tipo industrial.

Ainda no setor de tecidos, roupas e armarinhos, o ramo de chapéus continuava importante. Em 1866 havia 21 fábricas no Brasil, uma mão-de-obra de 460 operários e uma produção de 408 mil chapéus no valor de 1.575.000\$000. Nove dessas fábricas estavam situadas no Rio de Janeiro. Em 1873 havia 23 fábricas no Brasil, das quais 10 localizadas no Rio de Janeiro. A maior destas fábricas era a de Costa Braga & Cia., que dispunha de 80 operários em 1866. Para combater a concorrência, os fabricantes costumavam usar rótulos estrangeiros nos seus produtos. Em 1876 os artistas chapeleiros mencionavam a existência de 17 fábricas, sendo 15 de lebre e castor.

De 1873 a 1881 houve uma grande transformação nessa atividade, o trabalho manual foi substituído por máquinas de fabricação européia. A concorrência dos chapéus mais baratos estrangeiros arruinou a manufatura brasileira de chapéus de pelo de lebre no final da década de 70 do século XIX. A Comissão de Inquérito de 1881 constatou a existência no Rio de Janeiro de sete fábricas de pelúcia de seda e 15 de feltro e lã. O capital investido era de 1.206.000\$000, o número de operários empregados de 680, o número de máquinas usadas 209 com uma força de 115 c.v.; os salários pagos anualmente atingiam a soma de 679:000\$000, o número de chapéus produzidos 726 mil e o valor da produção a 1.815:000\$000. A firma Barros Taveira e Torres, com 170:000\$000 de capital, 113 operários produzia 152 mil chapéus, superando a de Braga & Costa & Cia. que apesar de um capital investido de 250:000\$000 e de uma mão-de-obra de 101 operários, produzia somente 96 mil chapéus. Portanto, a produção de chapéus passara de uma fase artesanal e manufatureira sem emprego de máquinas em que os artistas chapeleiros controlavam parte da produção para uma fase industrial com o uso de máquinas de força motriz e a separação entre a direção e o produtor direto, que ainda não se efetudara em 1876 quando os artistas chapeleiros tinham voz ativa na produção.

A indústria de calçados continuava sendo de grande importância. Em 1881 havia 117 oficinas de dois a seis operários cada uma e seis grandes fábricas. O capi-

164

a RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1908, op. cit. acima nota 136ⁱ, p. 25-60.b STEIN, Stanley. *The Brazilian cotton manufacture: textile enterprises in an underdeveloped area 1850-1950*. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press, 1971. p. 191.

tal realizado dessas últimas era de 433:000\$000, o número de operários ocupados de 825 e o valor da produção anual de 1.994: 000\$000, maior do que o da produção de chapéus. Essas seis fábricas produziam 332 mil pares de sapatos por ano, dispunham de 95 máquinas e de uma força motriz de 11 c.v.. A atividade industrial já superava a artesanal e manufatureira, representada pelas 117 pequenas oficinas com uma produção de 600:000\$000, uma mão-de-obra de 468 operários, sendo 25% destes aprendizes. O trabalho nas oficinas era feito exclusivamente a mão e controlado pelos próprios operários. A produção se reduzia a 100 mil pares por ano.

As fábricas de calçados mais importantes eram as de Antonio Gonçalves de Carvalho & Cia., à Rua da Alfândega, e as de Chathiard e Alaphilipe, à Rua da Assembléia. A fabricação de calçados continuava a lutar contra a concorrência do produto estrangeiro. Os direitos alfandegários de importação eram insignificantes. De 1878 a 1879 os direitos sobre 1.364.176 pares de sapatos importados pelo Rio de Janeiro foi de apenas 892: 201\$000 ou \$653 por par. A produção do Rio de Janeiro se restringia a 432 mil pares, enquanto entravam pelo porto mais de 1 milhão de pares.

Somente 1/4 dos couros, peles e solas que se empregavam na fabricação eram de produção nacional. Nas seis grandes fábricas de calçados o valor das matérias-primas era de 918:000\$000, quase a metade do valor da produção dessas empresas (1.994: 000\$000), enquanto que os salários valiam apenas 612: 000\$000. O elevado custo da matéria-prima prejudicava a formação de um mercado interno.

O problema da má qualidade do produto dos curtumes perdurava em 1881 em virtude da concorrência estrangeira. A comissão incumbida do inquérito sobre a indústria do Rio de Janeiro em 1881 só conseguiu obter informações de 29 fábricas de artefatos de couro (selins, arreios, malas e bolsas), estimando que essas empresas representavam 1/3 do total. O capital realizado dessas firmas era de 107: 000\$000, o valor da produção de 503: 000\$000 e o número de operários 114. Esse setor manteve o aspecto predominantemente artesanal e manufatureiro.

As fábricas de fumo representadas nas Exposições se elevaram de seis para 10 entre os anos de 1875 e 1881, porém a comissão não forneceu informações sobre o capital, produção ou número de operários desse setor da produção secundária.

A fabricação de móveis sofreu um aumento considerável das Exposições de 1873-1875 para a de 1881, de um e cinco, respectivamente, para 24 unidades. Em 1881 essas empresas possuíam uma mão-de-obra de 470 operários, tinham um capital declarado de 416: 000\$000 que a comissão estimava em 500: 000\$000 e dispunham de uma força motriz de 30 cavalos apenas, sendo predominante o trabalho manual. A produção de 24 fábricas era de 1.600: 000\$000, somente a das oito maiores atingia a 940: 000\$000.

Esse setor que era quase exclusivamente dominado pelas oficinas de marcenaria modificou-se com o aparecimento da indústria de móveis. No entanto, ainda existiam 80 marcenarias, pequenas oficinas usando trabalho quase que exclusiva-

mente manual e com um capital investido de 240:000\$000. A mão-de-obra se compunha de 320 artesãos. Notava-se, portanto, um avançado processo de transição para a indústria nesse setor de atividades que era um dos únicos que empregava matéria-prima nacional; madeiras, (jacarandá, vinhático, peroba, canela, cedro, pequiá, pau-marfim, pau-rosa), álcool e cola. Das fábricas de móveis então existentes, a mais importante era a de Moreira Santos & Cia. na Rua Senador Pompeu.

No setor de sabão e velas, houve uma redução de fábricas representadas em confronto com as Exposições anteriores. Deve ter havido um declínio dessa atividade de fabril em decorrência da expansão do consumo de gás de iluminação.

Um maior número de fábricas de louça se fez representar na Exposição de 1881. Nessa amostra, apareceram os primeiros exemplares de artigos de perfumaria das fábricas do Rio de Janeiro e aumentaram os de tinta de escrever. A indústria de vidro deixou de existir em 1873, e não foram exibidas amostras de formas de sapatos em 1881.

Um setor que apresentou grande transformação foi o de indústria metalúrgica. As fundições e oficinas de metais foram favorecidas pela carestia dos transportes nos séculos XVIII e primeira metade do século XIX e mais tarde pelas isenções de impostos sobre a importação de matérias-primas.

Segundo o Relatório da Comissão incumbida em 1853 da revisão da tarifa aduaneira de 1844, havia dois estabelecimentos metalúrgicos de grande porte na Província do Rio de Janeiro, sendo um deles o de Mauá em Niterói; três na Bahia; dois em Pernambuco e 16 em Minas Gerais.

Além desses estabelecimentos maiores, existiam no Rio de Janeiro em 1853, 46 fundições e oficinas de ferreiro e serralheiro, 18 de maquinistas e trabalhos de bombeiro. Segundo os Relatórios das Exposições, o Rio de Janeiro contava em 1861 com 10 fundições de grandes proporções, em 1866 com cinco, em 1873 com 17 e em 1881 com 34.

Em 1873 o valor da produção era de 2.460:000\$000, em 1881 de 10.200:000\$000 e o número de operários se elevava de 700 para 1.030. Havia ainda os estabelecimentos oficiais não incluídos nesses levantamentos: Arsenal de Marinha de Guerra, oficinas da Estrada de Ferro Central.

No ano de 1881 o setor da indústria metalúrgica era o mais importante quanto ao capital realizado, ocupava o segundo lugar quanto ao emprego de máquinas a vapor, ao valor da produção e ao número de operários. A fabricação de sapatos usava uma mão-de-obra mais numerosa decorrente da grande proporção de autônomos e do trabalho manual predominante. Havia 12 estabelecimentos metalúrgicos no Rio de Janeiro em 1881 que empregavam de 50 a 220 operários cada um.

Do ponto de vista do número de unidades os dados do *Almanack Laemmert* indicam entre 1875 e 1881 um aumento das fábricas de 1.049 para 1.243, um declí-

nio das oficinas e oficiais de 1.113 para 900 e do comércio de 5.529 para 5.884. O número de expositores era de 267 indústrias, 21% daquele total.

Já mencionamos anteriormente que durante a Guerra do Paraguai havia sido invertida a tendência anterior de crescimento das fábricas e baixa do número de oficiais e oficinas que torna a aparecer de 1875 a 1881. A crise de 1875 teve o efeito de fazer falir as empresas mais fracas e de provocar uma certa concentração de capital e transformações do processo produtivo. O *Almanack Laemmert* não indicava modificações substanciais na ordem dos ramos de atividade em cada setor, apenas na indústria; o couro e o fumo superavam o ramo de tecidos, roupas e armarinhos com 239 e 197 unidades respectivamente, em comparação com 151 deste último ramo. Só figuravam duas das quatro fábricas de tecidos de algodão no *Almanack Laemmert* de 1881. No ano seguinte, estavam registradas oito. O Almanack de 1881 também se apresentava falho quanto às fábricas de móveis que não figuravam e às oficinas de marcenaria que se restringiam a 65 ao invés das 81 levantadas pela Comissão da Feira de Amostras de 1881. O crescimento do ramo de metal com 101 unidades confirmava os dados da Exposição. Também se notava a expansão de tipografias (31), meios de transporte (51) apesar do declínio do número dos estaleiros após a Guerra do Paraguai, e de vidros e louças (28). O Almanack também indicava o declínio das fábricas de velas, apenas seis, e a expansão de oficinas de aparelhos de gás, 27 em 1881, e duas de eletricidade. As primeiras apareceram nessa fonte em 1878 e em 1880. O setor de comércio guardava as mesmas proporções entre os diversos ramos, exceto no comércio de serviços em que o ramo de escritórios superou com 549 unidades o de alimentos com 517. Nota-se um declínio de toda a atividade comercial fabril e de oficinas nas paróquias suburbanas em 1881.

A decadência da atividade cafeeicultora transparece na baixa das comissões de café, na redução do comércio de escravos e na diminuição das fazendas de café nas paróquias suburbanas de 120 em 1861 para 13 em 1881 e no crescimento das de cana-de-açúcar.

No setor de crédito havia em 1881 42 unidades, compreendendo casas bancárias, de câmbio e descontos, de penhor e de dinheiro a prêmio¹⁶⁵.

Notava-se, portanto, uma transição do sistema artesanal e manufatureiro para o industrial nos ramos de tecidos, de chapéus, de calçados, de móveis e metalúrgicos, sendo que o primeiro já se encontrava em 1881 em plena fase industrial. Essa transição começou a ocorrer após a crise de 1875 que contribuiu para provocá-la.

A década de 80 do século XIX se caracterizou pela abolição da escravatura e pelo encerramento do período de predomínio da plantação do café e da função do porto do Rio de Janeiro como maior exportador desse produto.

¹⁶⁵ ALMANACK LAEMMERT.

Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1881.

A Atividade Comercial

O comércio era a atividade mais importante em meados do século XIX. No setor de alimentos e bebidas havia 1.129 unidades; no de tecidos, roupas e armarinhos 673; no de artefatos de madeira 95; no de metal 97; no de produtos farmacêuticos 76; no de materiais de construção 59 e no de louças 55.

O comércio de meios de transporte era de grande importância com 74 unidades, e no comércio de serviços destacavam-se os serviços de alimentação e bebidas com 1.251 unidades, os escritórios comerciais e as casas de bilhetes de loteria.

Os demais ramos de comércio tinham um número bem inferior de unidades, como as lojas de artigos de couro (30 apenas), as de papel e livros (20), as de pianos e instrumentos de música (16), as de instrumentos de trabalho (sete) e artigos de decoração (sete).

Nota-se a importância das lojas de artigos de luxo, tais como de louças estrangeiras; de tecidos importados, de modas, de instrumentos de música e de artigos de decoração. Essa oferta correspondia à demanda de uma sociedade em que uma grande parte da população era constituída por escravos e uma elite tinha grande poder aquisitivo.

Vide Tabela 3.43 pág. 337

Em 1852 havia 3.882 lojas, incluindo 21 depósitos, 419 fábricas, 33 oficinas e 991 oficiais ou artesãos, ao todo 5.325 estabelecimentos dessas categorias. Moravam nas paróquias urbanas (Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita, Santana, Lagoa, Glória e Engenho Velho), em 1849, 127.051 pessoas livres e libertas e 78.855 escravos, sendo o excedente a favor da população livre de 48.196 habitantes. Nas paróquias suburbanas (Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba) os livres e libertos compreendiam 28.813 habitantes, os escravos 31.747 e o excedente de população escrava era de 2.934. O total de livres e libertos elevava-se à 155.864 e de escravos a 110.602. Era, portanto, natural que lojas, fábricas, oficinas e artesãos se concentrassem nas paróquias de Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita, Santana, Nossa Senhora da Glória e Engenho Velho.

Vide Tabela 3.44 pág. 343

Vide Tabela 3.45 pág. 345

Nas Tabelas 3.44 e 3.45 das sociedades anônimas e Comanditas de 1851 a 1865, causa surpresa o pequeno montante de capital das firmas de importação e exportação. O comércio de comissões na coluna de representação também estava vinculado ao comércio do café no mercado externo, mas mesmo assim, tem-se a impressão que o capital real deveria ser maior do que o declarado.

O setor de serviços dispunha de pequena soma de capitais o que era natural pois a assistência à saúde e à educação, e o serviço público eram atividades exerci-

das fundamentalmente pelo Estado. A própria imigração e a colonização eram em larga medida uma iniciativa recente do Governo. O investimento em transportes apenas se iniciava nessa época.

No setor do comércio interno, as sociedades que negociavam com alimentos e bebidas eram as mais bem dotadas de capital. Vinham em segundo lugar, quanto ao volume do capital, as sociedades que comerciavam com fazendas, armarinhos e roupas e em terceiro com artigos de couro, louças e ferragens. A maior parte dos artigos manufaturados eram importados.

Vide Tabela 3.46 pág. 346

Segundo as estatísticas fiscais, feitas pelo Ministério da Fazenda para 1856/57, o total no setor de comércio era de 20.809 unidades. A percentagem mais alta desse total, 37,08%, correspondia à venda de serviços de alimentos preparados e de bebidas que compreendia 7.718 tavernas, botequins, casas de pasto e ranchos. Em seguida vinham as lojas de tecidos, armarinhos e roupas com 21,58% e as de alimentos e bebidas em bruto que representavam 16,18% do total. Na primeira atividade predominavam os brasileiros, proprietários de 4.403 desses estabelecimentos. Os portugueses eram donos de 2.825 e outros estrangeiros de 462. A grande maioria desses tipos de comércio pagava imposto sobre o capital, inferior a 1.000\$000.

No setor de tecidos, armarinhos e roupas havia 4.491 lojas por atacado e a varejo, sendo 2.652 brasileiras, 1.365 portuguesas e 417 estrangeiras. A grande maioria, 1.592, dispunha apenas de menos de 1.000\$000 de capital, mas havia um número relativamente alto (717) que estava na categoria de 3.000\$000 ou mais. Trabalhava-se de casas importadoras de tecidos estrangeiros que atendiam ao mercado de artigos de luxo.

As casas de negócio de venda de mantimentos e bebidas pertenciam na sua maioria a brasileiros, 1.620, e na sua maioria a estrangeiros; 1.387 aos portugueses e 347 a pessoas de outras nacionalidades. De um total de 3.354 unidades nesse ramo do comércio, 1.208 ficavam na categoria de menos de 1.000\$000 de capital.

Após os três ramos de comércio acima mencionados encontrava-se, em ordem decrescente quanto ao número de lojas, o ramo de vendas de serviços variados, tais como, escritórios comerciais, de profissionais liberais e casas de loteria. Representava apenas 9,81% do total de estabelecimentos de comércio recenseados. Dos 2.036 estabelecimentos desse gênero, 1.561 pertenciam a brasileiros (1.067 dessas firmas estavam na categoria de menos de 1.000\$000 de capital).

Todos os demais ramos de negócios discriminados na tabela 3.46 representavam menos de 1% do total de unidades. Ficavam situados predominantemente numa categoria de pagar imposto sobre o aluguel os seguintes ramos de negócios: couro, metais e madeira. Em conjunto, as casas comerciais brasileiras predominavam (11.645 unidades), vindo em segundo lugar as portuguesas (7.206) e em último as estrangeiras de outras nacionalidades (1.847). Os portugueses formavam a maioria apenas

quanto à propriedade de fábricas; 10.052 casas de negócios tinham menos de 1:000\$000 de capital; 1.311 possuíam um capital de 1 a 2:000\$000, 681 de 2 a 3:000\$000 e 1.235 de 3:000\$000 ou mais e, finalmente, 5.756 só pagavam imposto sobre o valor locativo do imóvel.

O capital se concentrava, portanto, no setor do comércio, o que era natural numa sociedade em que dominava a economia agrária e de plantação.

Vide Tabela 3.47 pág. 352

Vide Tabela 3.48 pág. 356

Vide Tabela 3.49 pág. 357

Vide Tabela 3.50 pág. 358

Vide Tabela 3.51 pág. 359

Na estatística das casas de comércio elaborada pelo Ministério da Fazenda relativa ao período de 1858/59 nota-se um grande aumento do número total de unidades de 20.809 para 34.026. O setor de serviços de alimentos e bebidas participava com uma percentagem mais alta, 36,70%, compreendendo 12.487 unidades. No entanto, era ligeiramente menor do que em 1856/57, 37,08%, apesar do número de unidades ter aumentado consideravelmente.

O setor de tecidos, de roupas e armarinhos continuava em segundo lugar com 24,26% ao invés de 21,58% e quase o dobro de unidades, 8.255.

Em terceiro lugar estava o setor de venda de alimentos e bebidas com 14,72% do total e correspondendo a 5.009 unidades. A percentagem mais alta abaixo desta era a de diversos com 8,68% e ramos mais variados e numerosos do que em 1856/57. Os escritórios participavam com 7,78% do total e constituíam um dos ramos mais importantes dentro do serviço após alimentos e bebidas.

Havia 75 agências de crédito em 1856/57 e apenas 54 em 1858/59. A diferença decorria principalmente do desaparecimento das 53 casas de comissão que figuravam na primeira estatística. De qualquer forma o setor de crédito era bem pequeno para todo o Brasil. As casas de negócio de artigos de farmácia representavam 1,74%, do total com 591 boticas, um grande incremento em relação às 368 existentes em 1856/57. Ainda na categoria de mais de 1% estavam as casas de artigos de couro, 1,15% do total, com 391 unidades das quais 305 eram de sapatos. De 1856/57 figuravam com 244, sendo 198 de calçados correspondente a 1,17%.

As lojas de artigos de metal representavam 1,05%, um pouco menos do que em 1856/57, 1,39%. De 272 unidades passaram a 356, sendo 292 de ferragens a varejo. Todos os demais ramos que figuravam na estatística representavam menos de 1% do total.

Das 34.026 casas de negócio, 1.907 eram isentas, mais de 50% (19.405) tinham menos de 1:000\$000 de capital e um número insignificante, 2.049, ficava na categoria de mais de 3:000\$000. Pagavam impostos apenas na base do valor do aluguel do imóvel 7.360 casas de negócio.

O predomínio dos proprietários brasileiros (22.098) se acentuou em 1858/59, sendo mais do dobro de portugueses (9.421). Em 1856/57 os brasileiros eram apenas 1,6 vezes mais numerosos do que os portugueses. Os estrangeiros de outras nacionalidades, proprietários de lojas passaram de 1.847 para 2.375.

Em conjunto havia uma expansão considerável do número de unidades, mas se manteve a importância relativa dos setores de fábricas, oficinas e comércio e dos respectivos ramos. O predomínio de grande número de pequenas unidades, dispondo de pouco capital caracterizava o setor secundário e terciário da economia. A maioria das empresas (fábricas, oficinas e casas de negócio) ou tinham menos de 1.000\$000 de capital ou só possuíam capital de giro. Esse dado estatístico caracterizava o aspecto marginal dessas atividades inseridas no contexto da economia de plantação que absorvia a maior parte do capital e crédito disponíveis. É difícil de se verificar qual era a participação do Rio de Janeiro nessas estatísticas globais.

No setor do comércio o *Almanack Laemmert* de 1856 apresentou um levantamento de 3.206 negócios, compreendendo 49 ramos diferentes de lojas, 28 ramos de armazéns e as pequenas casas de negócio do mercado, enquanto que no Censo demográfico de 1856 o setor de comércio era composto de 1.412 estabelecimentos. Provavelmente, boa parte da categoria de diversas ocupações não definidas deveria ser absorvida pelo comércio.

De acordo com o Relatório da Exposição realizada no Rio de Janeiro em 1861 no setor do comércio os ramos de alimentos e bebidas absorvia em 1861, 1.758 unidades urbanas e 12 suburbanas, o ramo de metais 277 e o de vestuário, tecidos e armarinhos 573. Somente estes três ramos correspondiam a 70,77% do total de casas de negócio.

No comércio de serviços, destacavam-se os de alimentos, 186 unidades urbanas e 153 suburbanas, o de escritórios e agências com 403 unidades salientando-se os agentes de vendas por consignação, serviços de cabeleireiros e barbeiros, e de transportes¹⁶⁶.

A Estrutura Financeira e o Sistema de Crédito

No decorrer do século XIX, os elementos da estrutura financeira, Ativos, mercados e instituições se multiplicaram e adquiriram complexidade até então desconhecida. Esta expansão foi moderada na primeira metade do período, e tomou um impulso muitas vezes caótico no final do século. Com a instalação de estabelecimentos bancários e da Bolsa, surgiram instituições públicas e privadas, caiu em desuso ou permaneceu um grande número de Ativos Financeiros que movimentava as principais praças do País. Ao lado das relações diretas de endividamento surgiram relações realizadas por intermediários financeiros. Se bem que a estrutura financeira estivesse ligada à estrutura econômica e que se possa observar uma constante tendência à mútua adaptação, os descompassos da estrutura financeira promoveram distorções profundas na canalização dos recursos existentes. A penetração do capi-

¹⁶⁶ RELATÓRIO, op. cit. acima nota 136^c.

tal financeiro internacional, as idéias monetaristas ortodoxas, as desordenadas intervenções do Estado somavam-se às diferentes situações conjunturais para constituírem-se em fatores da maior relevância, capazes de tornar a estrutura financeira em um obstáculo à reprodução do sistema.

Inicialmente, os Ativos Financeiros eram pouco diversificados; além dos meios primários de pagamento, apenas as notas promissórias e as Letras de Câmbio eram utilizadas. As Letras de Câmbio eram usadas como instrumento de transferência de divisas para pagamentos derivados das operações do comércio internacional. Além desta utilização corrente, as cambiais podiam representar concessões de crédito para o comércio externo. A negociação desses títulos no mercado de divisas criava condições para políticas especulativas as mais variadas, através da manipulação das diferentes taxas de desconto que incidiam sobre este título.

Segundo Sebastião Ferreira Soares: "(...) *pode-se afirmar que até 1852 os commerciantes do Rio de Janeiro podião ser apontados como modelos de Honradez a todos os negociantes do mundo; mas desde que a febre das emprezas por associações anonymas nos accommeteu, e com ela o immoral jogo da agiotagem sentio-se uma rápida transformação na circunspecção e critério de grande parte dos nossos negociantes e das outras classes sociais que a essas aleatórias especulações se entregão.*"¹⁶⁷

A pacata vida urbana, ainda revelando hábitos coloniais, era periodicamente abalada por crises financeiras que acabaram por imprimir um caráter altamente especulativo a todas aquelas atividades que não estavam diretamente vinculadas à agricultura. As aplicações se faziam predominantemente a curto prazo e as elevadas taxas de juros compensavam os riscos excessivos de um mercado que a todo momento se debatia em crises de liquidez.

A estrutura financeira notabiliza-se pela extrema sensibilidade às manipulações de caráter político-jurídico. No processo de formação do Estado Nacional, a rusticidade das relações de endividamento permitiu que a ação reguladora do poder político promovesse maior apropriação por parte do Poder Público. Durante toda a primeira metade do século XIX as instituições e os Ativos Financeiros criados visaram satisfazer os gastos públicos. As necessidades do comércio eram satisfeitas através da abertura de outras comportas que imprimissem maior velocidade na circulação de uma disponibilidade de crédito mais ampla.

Com o restabelecimento das exportações no Nordeste e o início da carreira ascensional do café no Vale do Paraíba, as instituições financeiras privadas começaram a surgir. Os bancos comerciais apareceram no final da década de 30 do século XIX e se consolidaram na década seguinte. Apesar da legislação reconhecer ape-

¹⁶⁷ SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1864.* Rio de Janeiro, E. E. Laemmert, 1864. p. 11-2.

Rev. Econ. de F.C.V.

Banco
(América)

nas no Tesouro a faculdade de emissão, os vales bancários atendiam às exigências de numerário provocadas pelo crescente giro dos negócios. "Os bancos comerciais canalizavam os recursos das atividades rurais florescentes para a cidade, onde uma burguesia mercantil se apropriava de uma parcela desses lucros dando movimento aos seus negócios."¹⁶⁸

Os vales bancários circulavam ao lado do papel-moeda emitido pelo Governo. A criação deste Ativo Financeiro distribuído e controlado pelo Banco fornece um quadro da tentativa de adaptação da instituição financeira às reais necessidades de endividamento da economia. Essa prática generalizou-se em outras praças à medida que os novos bancos comerciais se fundavam.

A possibilidade de alteração na estrutura dos Ativos dos agentes do sistema promoveu adequação das necessidades financeiras às novas disponibilidades econômicas emergentes com o restabelecimento das exportações no Nordeste e com a carreira ascensional do café no Vale do Paraíba. As atividades rurais direta ou indiretamente vinham dinamizar o comércio e o artesanato dos centros urbanos.

O capital mercantil envolvido com o tráfico negreiro apresentava uma relação puramente externa quanto ao modo de produção escravista que permanecia independente e intocado pelo capital. O capital mercantil quando ligava-se ao modo de produção o fazia em parte a fim de explorá-lo mais eficientemente, em parte para investi-lo no serviço de mercados mais amplos.

A Lei que aboliu o tráfico de escravos em 1850 provocou, sem a menor dúvida, algumas alterações significativas no modo de produção. Essa circunstância é de especial pertinência quando uma massa de capital se desloca de investimentos até então realizados nas costas africanas e no custeio das expedições e refluí às praças brasileiras. O negócio de escravos realizado no comércio interprovincial não era capaz de absorver todo o capital envolvido no comércio internacional, mesmo se descontarmos do volume total o capital que emigrou com a deportação de portugueses traficantes.

Os rumos destes investimentos, no entanto, não se acham claramente traçados e compõem um complexo de tendências diversas cuja natureza e dinamismo diferem muito nos diversos setores alternativos.

Se uma parte dos mercadores de escravos alocou recursos diretamente na produção, servindo historicamente como um dos caminhos de transição ao capitalismo, guardando um caráter especulativo de ganhos vultosos a curto prazo, não é menos certo que o mercado financeiro arrebanhou grande parte destes recursos, sendo capaz de permitir a captação por produtores diretos que começavam a organizar a produção em bases capitalistas. Esses dois caminhos não permaneceram distintos em todo o seu curso, muitas vezes fundiram-se e cruzaram-se. Como se mostra especialmente característico nos períodos de transição, os interesses apresentavam uma

¹⁶⁸ LEVY, op. cit. acima nota 76^b, p. 19.

curiosa mistura e as linhas divisórias entre o capital comercial e o capital dirigido para manufaturas mudavam rapidamente. A despeito desta complexidade, no entanto, certas tendências amplas se destacavam e apresentavam nuances de um domínio crescente do capital sobre a produção num ritmo acidentado mas ascendente. Em uma série de novas manufaturas o trabalho assalariado começava a ser empregado em escala considerável.

De modo semelhante, a agricultura de exportação em níveis crescentes, procurava alguns investimentos seguros na cidade onde pudesse resguardar o capital que deveria ser gasto parceladamente, no período de entressafra.

A convergência destes fatores provocou um real aumento na produção e uma diversificação maior nos investimentos. Tratava-se de um crescimento quantitativo em estágio inicial, suficiente para justificar investimentos em mão-de-obra assalariada e garantir certo nível de rentabilidade ao capital.

A coincidência entre a abolição do tráfico, a multiplicação de instituições bancárias e o primeiro surto manufatureiro não é eventual. Barão de Mauá, um dos mais importantes banqueiros da época, explica textualmente essa relação: "(...) reunir os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato era irrevogável"¹⁶⁹.

A manutenção das taxas de investimento na produção foi obtida através de um processo inflacionário com emissões do segundo Banco do Brasil. O direito de emissão do triplo dos fundos disponíveis tivera sua origem numa autorização que visava atender o financiamento das colheitas no Nordeste; mas na prática, o crédito foi aberto ao comércio e às manufaturas urbanas. A apropriação facultada pela inflação, num primeiro momento, permitiu uma canalização de novos recursos no sentido de alimentar os investimentos diretos na produção.

A política econômica passou a obedecer a orientação de abertura de créditos. A faculdade de emissão foi generalizada a diversos bancos com o objetivo de manter os níveis de financiamento à produção. A coincidência entre esta política emissionista e a crise econômica mundial, em 1857, promoveu uma reação em cadeia de caráter recessivo, expondo a debilidade de resistência de um processo de investimentos diretos na produção no quadro de uma economia atrelada ao comércio exterior.

Quando foi publicado o novo Código Comercial as sociedades anônimas e Comanditas ficaram sujeitas ao registro no Tribunal do Comércio da capital do Im-

¹⁶⁹ MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza. *visconde de. Autobiografia*. Rio de Janeiro, Z. Valverde, 1948.

pério, o que permitiu a elaboração de um quadro dessas organizações, de 1850 a 1865, pelo Ministério da Justiça¹⁷⁰.

No documento original as sociedades foram enumeradas em ordem cronológica, seguindo-se informações sobre a data do registro, objeto da empresa, capital inicial, ações em que se dividia o capital e duração prevista.

A partir desses dados foi feito um reagrupamento das sociedades segundo atividades, capital por atividade e número de unidades.

Logo à primeira vista se observa a pequena alocação de capitais no setor primário e secundário da economia e o reduzido número de unidades que se organizou sob a forma de sociedades anônimas (2.815:200\$000 no primeiro e 1.790:500\$000 no segundo). Essa distribuição é típica do período em estudo, durante o qual as atividades fabris eram marginais.

O setor terciário dominava, e dentro dele o subsetor de crédito era o que dispunha de maior soma de capitais, 74.987.000\$000.

Quando as sociedades anônimas se organizaram em 1851, só estavam funcionando na praça do Rio de Janeiro o Banco Comercial, e o segundo Banco do Brasil. O primeiro desses estabelecimentos foi fundado em 1838 com o capital de 5.000.000\$000, distribuído em 10 mil ações. Os estatutos desse Banco foram aprovados em 1842 e o capital foi logo realizado. O seu objetivo era o de auxiliar o comércio adotando o sistema de banco de descontos e depósitos.

O Barão de Mauá se associou a capitalistas e comerciantes formando o segundo Banco do Brasil, aprovado por Decreto, em 2 de julho de 1851, e contando com um capital de 10.000.000\$000 dividido em 20 mil ações. Segundo Ferreira Soares, o capital realizado nesses dois Bancos não excedia a 13.000.000\$000 em 1851.

O capital de 5.300.000\$000 que figurava em 1851 na tabela das sociedades anônimas, provinha do Banco Comercial do Rio de Janeiro registrado em 8 de janeiro de 1851 com um capital de 5.000.000\$000 e da Caixa Econômica do Rio de Janeiro com 300.000\$000, registrada em 28 de outubro de 1851 com o objetivo de receber dinheiro a prêmio. A fusão do Banco Comercial e do segundo Banco do Brasil em julho de 1853, formou um novo estabelecimento o terceiro Banco do Brasil, registrado como sociedade anônima, com o objetivo de depósitos, descontos e emissão, em 28 de março de 1854 com um capital de 30.000.000\$000, dividido em 150 mil ações de 200\$000 cada uma.

¹⁷⁰ BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministro da Justiça apresentado à 4ª Sessão da 12ª Legislatura*. Rio de Janeiro, Typ. Universal H. Laemmert, 1866. (Anexo I: Mapa das Companhias ou Sociedades Anônimas registradas no Tribunal do Comércio da capital do Império desde a execução do código comercial de 1850 até dezembro de 1865.)

Em 1853 foi estabelecido o Banco Rural e Hipotecário na Corte com o capital de 8.000.000\$000 dividido em 20 mil ações. Este estabelecimento de crédito empregava apenas uma parcela pequena de seu capital em hipotecas urbanas no município da Corte.

Completava o montante de 44.000.000\$000 em 1854 o Banco Mauá Mc Gregor & Cia., registrado em 16 de agosto de 1854, com o objetivo de comércio e de operações bancárias, com o capital de 6.000.000\$000, sendo 5.000.000\$000 de fundos de comanditas. Nos livros de contabilidade e de atas da fábrica de velas e sabão Luz Stearica fundada por Lajoux e comprada pelo Barão de Mauá, verifica-se que o Banco Mauá Mc Gregor & Cia. era o grande financiador dessa empresa.

O Banco Comercial e o segundo Banco do Brasil antes da fusão não tinham o direito de emissão. Contudo, emitiam Letras e vales que não eram pagáveis à vista; os do primeiro estabelecimento de crédito no prazo de 10 dias e os do segundo no prazo de cinco dias. O Banco Comercial só podia emitir vales até 1/3 do seu capital e o do Brasil no valor de 50%.

Ferreira Soares julgava que o capital de aproximadamente 13.000.000\$000 na praça do Rio de Janeiro em 1851 satisfazia às necessidades dos negócios de importação e exportação.

O papel-moeda, título governamental inconversível, vago na declaração estampada *se pagará* era tão importante quanto os vales bancários que atendiam às exigências de numerário necessário ao crescente giro dos negócios. A legislação, entretanto, permanecia reconhecendo apenas ao Tesouro Nacional a faculdade de emissão.

A eficiência operacional era ainda muito baixa sendo necessário manter altos encaixes de garantia a fim de poder reembolsar vales destinados ao envio de dinheiro para outras praças do Brasil. Este provincialismo circulatório onerava as trocas e estreitava o mercado interno. De acordo com o crédito de cada estabelecimento, fazia-se um câmbio entre os papéis, em favor da circulação mais depreciada e ainda em detrimento da instituição mais sólida que se arriscava a ter toda a sua emissão refluindo à Caixa, para ser convertida em moeda metálica ou papel-moeda oficial.

Em 1857 foram criados cinco Bancos com direito de emitir, quatro na Província e um na Corte, denominado Banco Comercial e Agrícola com um capital de 20.000.000\$000, dividido em 100 mil ações. Nessa mesma ocasião o Banco Hipotecário recebeu o direito de emitir, o qual já fora concedido ao Banco do Brasil em 1854. Portanto, nesse ano havia três Bancos no Rio de Janeiro com direito de emitir além da Caixa Econômica e do Banco Mauá Mc Gregor & Cia..

O aparecimento do sistema de crédito no século XIX não pode ser definido como um novo grau de complexidade do capital dinheiro, mas sim como um rompimento com aqueles caminhos historicamente determinados de acumulação de capital, a partir do momento em que formas desenvolvidas das relações de produção capitalista tornam-se dominantes em escala mundial.

As operações de crédito devem ser analisadas tendo em vista os agentes de produção do produto social e não apenas os agentes de circulação de mercadorias. O capitalista financeiro adianta ao capitalista industrial capital-dinheiro no sentido mais estrito da palavra, isto é, valor capital sob a forma de dinheiro—Este capital-refluirá para o capitalista financeiro tão logo esteja completo o circuito da produção. Fica condicionado um retorno constante ao capital produtivo reconvertido em capital monetário num contínuo processo de financiamento da reprodução do sistema. Nas relações entre os agentes econômicos, um setor ligado à produção de mercadorias e outro ao financiamento da primeira, explicam porque ambas repartem entre si o fruto do trabalho social. O capital financeiro é uma parcela do capital total funcionando de maneira autônoma e assegurando o financiamento das operações para o conjunto dos capitalistas industriais e comerciais. O capitalista financeiro funciona como centralizador e redistribuidor das disponibilidades monetárias para servir ao funcionamento da produção. No momento da transformação dos valores das mercadorias em preços de produção ocorre a divisão entre o lucro da empresa e a taxa de juros. A taxa de juros não representa o preço do dinheiro, mas sim a divisão do-lucro bruto entre dois possuidores de capital-a-títulos diferentes. As disponibilidades monetárias não são mais alugadas como mercadorias, escapam das determinações de equivalência para vincularem-se à produção social da qual participam através da determinação da taxa de juros. No interior das formações sociais onde o modo de produção capitalista ainda não dominava, como no caso do Brasil, mas que estava subordinada ao capitalismo através do mercado mundial, a tendência foi a de conservação-dissolução do modo de produção escravista. A predominância desta tendência estava ligada a um conjunto de determinações decorrente da dominação exterior do capitalismo: lento ritmo de desenvolvimento das forças produtivas provocado por uma especialização internacional desvantajosa.

Estabelece-se a existência de um centro de acumulação de capital no exterior, para onde converge o capital financeiro, portador de sua parcela do produto social brasileiro. O papel desempenhado pelo capital financeiro, enquanto elemento dominante do processo de reprodução, fica assim particularmente visível como um instrumento de manutenção de uma especialização desvantajosa no mercado mundial. A economia monetária, que está na base do sistema de crédito, contribui para ocultar as condições capitalistas nas quais o sistema financeiro funciona de maneira específica, conservando a base mercantil de todo o sistema, portanto, sua base monetária. Por outro lado, exerce uma função ativa no mecanismo de acumulação de capital que não se evidencia na aparência superficial das relações de circulação de mercadorias.

Em 1857 não houve uma contrapartida de aumento do comércio proporcional ao do meio circulante. Ao contrário, nesse ano se fizeram sentir as consequências da crise comercial dos Estados Unidos e da Europa que causou no Brasil um prejuízo estimado em 2.500.000\$000. As exportações permaneceram estacionárias, os produtos do comércio exterior ficaram quase sem cotações e os anos de 1856 e 1857 foram de má colheita. Aliás, o período de 1853 a 1860 caracterizou-se pela instabilidade dos preços dos gêneros alimentícios no Rio de Janeiro. A crise de

1856/57 estava articulada com a inflação na Europa e nos Estados Unidos decorrentes do brusco afluxo do ouro com a descoberta de minas na Califórnia e na Austrália o que acarretou uma baixa na importação de produtos tropicais.

A crise de 1856/57 foi superada em parte por um empréstimo externo, e levou o Governo a adotar uma política deflacionária, restringindo o poder de emissão de vales dos bancos independentes e procurando controlar as sociedades anônimas.

Apesar dessas medidas, houve um acréscimo de 1.129:000\$000 de capital de crédito em 1858. A firma Almeida Reis & Cia. se registrou em 26 de julho de 1858 com o objetivo de comércio de descontos, empréstimos e depósitos com um capital de 1.000:000\$000, sendo 450:000\$000 de fundos de comandita, e a firma Antonio Joaquim de Mello se registrou em 30 de setembro de 1858 com a finalidade de comércio de descontos, dispondo como capital inicial do montante de 129.028:645\$000, constituído exclusivamente por fundos de comandita. Em 1859 surgiu o estabelecimento de Costa Guimarães & Cia. na categoria de comércio de caixa depositária, com capital inicial de 50:000\$000, dos quais 30:000\$000 eram em comandita. Houve, portanto, nos anos subsequentes à crise de 1857 um declínio na entrada de novos capitais de crédito na praça do Rio de Janeiro.

Em dezembro de 1859, as emissões dos Bancos Comercial e Agrícola da Bahia, de Pernambuco, do Maranhão, do Rio Grande do Sul e do Banco Rural Hipotecário se reduziam a 14.310:590\$000; a do Banco do Brasil a 40.861:890\$000 e a do papel-moeda do Governo a 40.700:618\$000, perfazendo um total de meio circulante de 95.873:098\$000. Nessa época a circulação de ouro e prata era quase nula. Ferreira Soares julgava que o montante dos meios de pagamento não era excessivo, considerando que o valor das importações e exportações era de 200.000:000\$000 e que o sistema de crédito estava fundamentalmente vinculado ao comércio exterior.

A política anti-inflacionária procurou fechar todos os canais de emissão de Ativos financeiros. Foi radicalmente proibida a emissão de notas, bilhetes, vales, papel ou qualquer título ao portador, sendo feita ressalva apenas a recibos.

Embora o equilíbrio entre as transações comerciais e o meio circulante já ter se restabelecido em 1859, houve uma corrida à casa bancária Antonio José Alves Souto, em 1858, que foi amparada por empréstimos particulares e do Banco do Brasil a fim de evitar a sua falência. Em 1863 o Banco do Brasil abria novamente um crédito de 20.000:000\$000 a favor desse estabelecimento.

Em abril de 1859 foi aprovada a abertura de 16 Bancos no Brasil com um capital total de 373.600:000\$000, dos quais 11 deveriam se instalar na Corte com 364.000:000\$000 daquele total. Dos aprovados para a Corte, nenhum pôde se instalar visto não possuírem o capital necessário. Em agosto desse ano Silva Ferraz substituiu Salles Torres Homem na Pasta da Fazenda e nomeou uma comissão de inquérito sobre a questão bancária e financeira.

A Lei de 22 de agosto de 1860 que resultou das recomendações da comissão, exigia garantia de lastro ouro para as emissões. A nova política de restrição às emissões e ao crédito acarretou a liquidação forçada de muitas casas, em 1860. Nesse ano só se registrou como sociedade anônima no setor de crédito a casa de comércio de operações bancárias Duarte Souza Kannichfeld & Cia. a 15 de março, com um capital de 800.000\$000. Em 1861 formou-se a firma Silva Pinto Mello & Cia. no comércio de operações bancárias com 400.000\$000, em 1862 a de Miranda Jordão & Cia. com 600.000\$000, a de D'lilion e Marques Braga com 200.000\$000 e a de Caldeira Torres e Penalva com 500.000\$000. Nesse ano foi aprovado o London and Brazilian Bank com £ 1 milhão e com 1.000.000\$000 na Corte. Finalmente, em 1864 o Brazilian Portuguese Bank se registrou no Rio com 1.000.000\$000. Esses dois Bancos dispunham de capitais ingleses, possuíam experiência na emissão de uma nova forma de moeda fiduciária, cujo uso já se vinha fazendo desde o início do século — o cheque. O cheque oferecia a comodidade de nele se poder inscrever a quantia exata do pagamento, independente de troco, e de constituir, uma vez pago pelo Banco, um recibo de quitação. O cheque exigirá entretanto, um grau de confiança muito maior do que a nota do Banco. A nota tinha aceitação generalizada, ou curso legal, ao passo que o valor do cheque ficava subordinado a duas condições: a existência do depósito contra o qual era sacado e a solvabilidade do Banco.

A entrada dessas instituições financeiras estrangeiras no mercado exigiu uma competência que inexistia nas casas bancárias nacionais. A credibilidade do sistema financeiro tornou-se mais impositiva: "Em pouco tempo os banqueiros particulares sentiram o peso da concorrência dos bancos brasileiros organizados em sociedades anônimas e dos novos bancos ingleses, que tomavam os seus depósitos de uma maneira vexaminosa (...)"¹⁷¹.

A desorganização causada por essa concorrência desigual se generalizou no sistema financeiro nacional redundando na crise de crédito de 1864.

Os objetivos do capital financeiro inglês, que se instala no Brasil antes de o fazer em qualquer outro país da América Latina, são, todavia, de dimensões bem mais expressivas que a mera concorrência com os bancos nacionais. Compreendem a expansão de depósitos e a formação de condições excelentes de enriquecimento com a especulação cambial graças ao direito ilimitado de saques sobre as matrizes. O papel de maior relevância que exercem é exatamente permitir que se operem as exportações de capital inglês que passa a ser investido no Brasil. Esses Bancos garantem a preservação do Brasil como território a ser desfrutado pelos investimentos ingleses.

¹⁷¹ Before long the private bankers were feeling the weight of competition both from the Brazilian joint-stock bank and the new British banks, which attracted deposits away from them to an embarrassing extent (...). (T. do A.).

Ferreira Soares não considerou como fator preponderante da crise de 1864 o volume da circulação monetária. Em dezembro de 1859, o restante de papel-moeda e bilhetes bancários era de 95.873:000\$000 e em fevereiro de 1864, 84.259:400\$000. Portanto, houve uma redução num período em que as exportações passaram a exceder as importações em 12.057:000\$000 em média, nos anos de 1858 a 1863, o que foi favorecido pelos preços do café, algodão e açúcar que se elevaram de 1860 a 1864. Ferreira Soares estimava que de 1853 a 1863 o Brasil havia perdido um total de 224.000:000\$000 em decorrência do déficit da balança comercial nos anos de 1858/59 e 1860/61 de 4.000:000\$000, da remessa anual para satisfazer a dívida com Londres de 6.000:000\$000, das remessas de portugueses residentes no Brasil para as famílias em Portugal de 10.000:000\$000 por ano; das despesas de viajantes brasileiros no exterior de 2.400:000\$000 em média, por ano.

fatores

A crise de 1864 parece estar relacionada a fatores independentes do volume das emissões tais como, a mobilização de tropas e necessidade de desviar alimentos para abastecer o Sul, a dificuldade dos fazendeiros do Vale do Paraíba de obter empréstimos dando como garantia os escravos, em virtude do receio da abolição. Nos últimos livros de contabilidade do Moinho da Luz (antiga Luz Stearica) os preços dos escravos estabilizaram-se de 1857 a 1864 quando foram desvalorizados. A doença do café e a incapacidade de obter crédito criaram uma depressão na zona do Vale do Paraíba. A cafeicultura em São Paulo era menos dependente do escravo para obter crédito e as casas comissárias em geral não foram afetadas pela crise bancária que se restringiu fundamentalmente à praça do Rio de Janeiro.

Houve também um fator especulativo: a venda de ações de bancos e sociedades anônimas antes dos estatutos serem aprovados. A casa bancária José Domingos Ferreira faliu em 1858, dando um prejuízo à praça do Rio de Janeiro de 2.500:000\$000 e a casa bancária de Antonio José Alves Souto & Cia. fechou por insolvência em 10 de setembro de 1864, originando a crise. Nessa ocasião esse estabelecimento tinha um crédito do Banco do Brasil de 14.000:000\$000 que equivalia a uma proporção injustificavelmente elevada do fundo de capital do Banco do Brasil, aumentado em 1862 para 33.000:000\$000.

O fechamento da casa bancária Antonio José Alves Souto & Cia. deflagrou o pânico e a corrida para a retirada maciça de capitais das Casas Gomes & Filhos, é Montenegro & Lima & Oliveira Bello que também tiveram de fechar. Todas essas firmas não eram registradas como sociedades anônimas. Tomavam dinheiro em conta corrente com retiradas livres, dando vales pagáveis à vista.

Para remediar a crise o Governo suspendeu o troco em ouro dos bilhetes do terceiro Banco do Brasil que passaram a ter curso forçado e regulou a forma de liquidação das falências das casas bancárias. Nessa oportunidade o terceiro Banco do Brasil perdeu o direito de emissão.

Ferreira Soares calculava que o montante do débito dos banqueiros e das casas comerciais que suspenderam os seus pagamentos e entraram em liquidação era superior a 80.000:000\$000.

O sistema financeiro encontrava-se distorcido face à incapacidade dos instrumentos de crédito disponíveis em atender às solicitações da economia real. A orientação deformada da política financeira do Governo voltava-se apenas para satisfazer as exigências dos seus credores no exterior, diminuindo para tanto a oferta de crédito interno.

Vista por outro ângulo, a crise pressionou pouco os bancos britânicos e a quebra de muitos Bancos competidores provocou a abertura de novas contas nos bancos britânicos graças ao nível de credibilidade que gozavam no sistema.

Desde 1864 as operações financeiras passaram a gravitar em torno do Banco do Brasil e dos bancos estrangeiros. Quando a Guerra do Paraguai eclodiu, emissões foram necessárias para atender às solicitações bélicas, alargaram-se conseqüentemente os limites impostos pela capacidade de consumo.

A partir daí o Banco do Brasil perdeu o direito de emissão, iniciando-se assim um regime de papel-moeda puramente governamental que perdurou até 1888. Mas essa política foi largamente compensada pela inflação constante. O Governo se tornou desse modo o maior agente de crédito interno; ao mesmo tempo ele aumentava os impostos e recolhia ouro, inflacionava e comprava.

O período de 1860 a 1880 é, pois, profundamente influenciado pela Guerra do Paraguai.

A Caixa de Amortização passou a ser o organismo emissor, mas apesar do esforço do Governo em reduzir o crédito, a inflação ressurgiu em conseqüência do aumento da demanda e do desvio de alimentos, calçados, roupa e outros artigos de consumo da praça do Rio de Janeiro para a frente de batalha, durante os anos de 1865 a 1870.

Nesta fase de carência de metal os bancos estrangeiros faziam operações de caráter especulativo. Os bancos nacionais, por sua vez, sofriam forte concorrência por parte do Governo. Para responder às necessidades de liquidação das despesas de guerra, o Tesouro emitiu títulos de curto prazo a 6%. Os Bancos só podiam pagar esses juros para os depósitos a prazo, e para os depósitos à vista menos ainda. A atratividade deste investimento drenava dinheiro para as caixas oficiais e, se bem que retornasse à circulação com os pagamentos efetuados, criava um sensível vazio na circulação por um lapso de tempo.

Os preços do café, algodão e do açúcar tiveram um aumento no período de 1860 a 1864, e entraram em baixa de 1865 a 1868, causando déficit na balança comercial, sendo saldado em ouro que por sua vez se valorizou.

A Guerra do Paraguai gerou uma série de despesas que só podiam ser saldadas em ouro. Além deste fluxo constante de metal para o exterior, havia um movimento sazonal de ouro para diferentes pontos do País, conforme a época da colheita e exportação dos produtos primários. Numa certa época, o café fluía aos portos do Rio

de Janeiro e de Santos. O açúcar e o algodão eram exportados em períodos diferentes. A borracha chegava mais tarde. Não sendo superabundante o numerário disponível, as transações locais, momentaneamente aumentadas pelo acesso do produto das colheitas aos mercados, exigiam remessas periódicas de dinheiro, que durante a fase correspondente empobreciam as praças de onde o papel-moeda era exportado, e este só retornava lentamente dada a dificuldade de comunicação.

O Rio de Janeiro sofria sérias perturbações com a drenagem periódica de dinheiro: subiam os descontos, a taxa de juros se elevava, os negócios paravam por falta de dinheiro e de moeda.

Foram aumentados os impostos internos, as taxas alfandegárias de importação, sendo 15% destas cobradas em ouro. No período de 1865 a 1870 fundaram-se dois bancos na Corte e três na Província, aumentando o crédito disponível.

A desvalorização da moeda, a elevação das taxas alfandegárias e o aumento da demanda interna favoreceram novo surto fabril e manufatureiro. A baixa salarial neste período também deve ter contribuído para esse incremento do setor secundário da economia, dando maior margem de lucro às empresas, visto que o principal consumidor era o Governo.

Datam desse quinquênio o estabelecimento de seis novas companhias industriais, sete de seguros, cinco de carris urbanos, dois de estradas.

Após esses anos de expansão ocorreu a crise de 1875 motivada, ao menos em parte, pela contração da economia, com o término da Guerra, pela revisão das tarifas e abandono da cobrança em ouro de 15% dos Impostos de Importação, e pelo aceleração da abolição da escravatura que afetava a agricultura do café no Vale do Paraíba. Os fazendeiros dessa zona passaram a ter dificuldade em obter crédito dando como garantia os escravos, em virtude do receio da abolição. Os preços dos escravos vinham se desvalorizando desde 1864¹⁷².

A cafeicultura em São Paulo era menos dependente do escravo como meio de obter crédito, e as casas comissárias em geral não foram afetadas pela crise bancária. Aliás os bancos estavam vinculados ao comércio e em menor escala à produção agrária ou fabril. Somente em 1886 foi criada a Carteira de Crédito Agrícola no Banco do Brasil, a primeira do País. De 1868 a 1872 o preço do café subiu ligeiramente, tornando a baixar em 1873.

Essa variação de preços no mercado internacional valorizou a moeda e favoreceu a importação de bens manufaturados competitivos com os produzidos no País.

Nos anos de pós-guerra foram fundados bancos mercantis nos principais portos e o Banco Predial e Comercial e Hipotecário de Campos que podia conceder cré-

172

a FÁBRICA MOINHO DA LUZ. Arquivo, op. cit. acima nota 111.

b FÁBRICA MOINHO DA LUZ. Arquivo, op. cit. acima nota 115^b.

ditos até 3/4 do valor dos bens de raiz. No Rio de Janeiro se estabeleceu em 1873 o Deutsch Brasilianische Bank¹⁷³.

Numa praça como o Rio de Janeiro, sofrendo de carência de papel-moeda em consequência do resgate dos Bancos e pela atração que exerciam as Letras do Tesouro, como único investimento seguro, o afluxo de numerário do mercado corrente para os cofres oficiais era constante.

Em 1875, o Governo contraiu um empréstimo em Londres de £5 milhões a 5%, emitido com um deságio de 3 1/2%, do qual utilizara apenas £ 1,1 milhão. Em abril, o Governo pretendeu sacar as restantes £3,9 mil do seu saldo, mas não conseguiu completar essa operação.

Os bancos deveriam reunir os fundos indispensáveis em moeda nacional para comprar os saques sobre Londres. Nesse momento, os depósitos dos bancos ascendiam a 68.000:000\$000 e o encaixe total desses estabelecimentos não chegava a 5.000:000\$000. Com uma margem de segurança de apenas 7,3% pressionaram seus devedores, a fim de provocar o retorno dos fundos. Impossibilitados de atender imediatamente seus compromissos, iniciou-se nova onda de falências no Rio de Janeiro. Às falências dos devedores seguiram-se as dos credores. O Banco Nacional foi o primeiro, imediatamente seguido pelo Banco Mauá e o Deutsch Brasilianische Bank.

No fim de abril a crise tornou-se insustentável. O Presidente do Conselho, Visconde do Rio Branco, apresentou o projeto que se tornou lei em 29 de maio de 1875¹⁷⁴.

Para solucionar a crise, o Tesouro emitiria 25.000:000\$000 em Letras ao portador, a juros de 5 1/2%, resgatáveis de quatro a 12 meses e recebíveis com os juros vencidos, nas repartições fiscais, sob a forma de pagamento de impostos. Esse investimento bastante atraente drenaria assim para os cofres públicos quantia idêntica, reduzindo a massa monetária. Essa emissão especial seria destinada a auxiliar os bancos de depósito, mediante garantia de Títulos da Dívida Fundada, Letras do Te-

¹⁷³ A falência de Mauá não se ligava apenas à crise local, mas também à impossibilidade de liquidar a tempo suas disponibilidades no Uruguai. (...) *era preciso a todo o transe sustentar a praça [de Montevidéu] com recursos financeiros (...)* Ao terminar a Guerra achei-me comprometido com uma soma assás forte do débito do Governo Oriental, e o estado econômico da República, que tive de apreciar nessa ocasião, representando um verdadeiro cadáver, causou-me sério receio de a perder; tive em seguida de entranhar-me nas veias econômicas enfraquecidas dessa sociedade, criando-me os perigos que em 1868 produziram o primeiro choque violento na posição da casa Mauá.

MAUÁ, op. cit. acima nota 169, p. 118.

¹⁷⁴ BRASIL. Leis, decretos, etc. *Lei nº 2.565 de 29 de maio de 1875.* Rio de Janeiro, 1875.

souro e Títulos da Dívida Flutuante, ou outros considerados seguros pelo Governo. A curto prazo o Governo emitiria 25.000:000\$000 em moeda corrente para realizar imediatamente a operação com os bancos. Enfim, a massa monetária retirada de circulação a ela retornaria por intermédio do sistema bancário. Esta Lei foi renovada em 1885 e largamente utilizada no início da República.

As alternativas do valor da moeda em função das flutuações de preço no mercado internacional, as mudanças da política alfandegária e creditícia do Governo, e as repetidas crises bancárias impediam que os custos de expansão fabril pudessem ser consolidados nesse período¹⁷⁵.

Em termos gerais nota-se um declínio entre 1866 e 1873 e 1873 e 1875, anos para os quais existem alguns dados estatísticos que refletem o término da Guerra do Paraguai e a crise de 1875. Entre 1861 e 1866 também se verificou uma baixa, possivelmente motivada pela crise de 1864, porém de 1875 a 1881 houve uma acentuada expansão.

A liberação de 800 mil escravos, na sua maioria da região do Vale do Paraíba, abalou o sistema de crédito agrícola que se baseava nessa região nas colheitas e nos escravos e provocou o declínio de 50% da produção do café nesse ano. O Império negociou um empréstimo em Londres no valor de £20 milhões para fazer face à crise. A Lei de novembro de 1888 permitiu novas emissões baseadas em Títulos da Dívida Pública e metal na proporção de 1:3 sobre os fundos da emissão, depositados no Tesouro. Três bancos foram autorizados a emitir bilhetes conversíveis em ouro: o Banco Nacional do Brasil, o Banco de São Paulo e o Banco do Comércio. Graças ao preço favorável do café no mercado internacional, à expansão do plantio em São Paulo e ao empréstimo, não foi necessário fazer a emissão sobre os Títulos. No entanto, a partir de 1888, iniciou-se um período de forte inflação. Nesses primeiros anos da República, a desvalorização da moeda, a cobrança da taxa ouro nos impostos alfandegários, a rápida e contínua baixa do câmbio encarecendo o custo das manufaturas, da embalagem e dos fretes desencorajavam a importação. Apesar do Governo dar alta prioridade aos interesses do café, as facilidades de crédito para a indústria, as isenções de impostos sobre matérias-primas e equipamentos se ampliaram. A partir de 1888 a atividade fabril do Rio de Janeiro já não estava sujeita à escassez periódica de circulação fiduciária decorrente dos empréstimos na época das colheitas do café (maio a agosto). Por outro lado, a abolição da escravatura punha à disposição das fábricas e do comércio do Rio de Janeiro uma mão-de-obra barata e favorecia a entrada de imigrantes. Toda essa conjuntura propicia o encerramento do período do predomínio da economia de plantação escravagista.

¹⁷⁵ LEVY, op. cit. acima nota 76^b, cap. 7, p. 31-5.

Demografia Histórica do Período de 1840 a 1880

A Roberto Jorge Haddock-Lobo deve-se o arrolamento da população do Rio de Janeiro em 1849. Apesar do auxílio de Eusebio Matoso Câmara, então Ministro da Justiça, o trabalho não resultou perfeito. Os motivos foram sintetizados pelo autor que expõe claramente as condições sob as quais eram feitos os recenseamentos neste período.

“Toda a certeza e perfeição possível de um recenseamento depende exclusivamente da exactidão dos alistamentos chamados de família, mórmente si elle é o primeiro a que com regra se procede. Já se vê que todo o nosso cuidado devia ser levado para este lado.

“Com effeito a pedido nosso ordenou o Sr. Chefe de Policia, em fins de Julho do anno proximo passado, a todos os subdelegados de sua jurisdicção, para que sem perda de tempo obtivessem, por intermedio de seus inspectores, um minucioso alistamento, por modo que de cada fogo ou casa se lhe remetesse uma lista, na qual deverião constar não só todas as pessoas que habitavão, com declaração do sexo, nacionalidade, idade, estado, profissão e condição, mas ainda com a da freguezia, districto, quarteirão, nome da rua, e numero da casa. Todas estas declarações e principalmente a ultima nos serão necessarias para a boa execução do trabalho e para podermos fiscalizar si o numero das listas que nos deverião ser apresentadas era na realidade o exacto e o verdadeiro.

“Logo que o alistamento, assim recolhido, principiou de nos vir as mãos, grande foi o trabalho e paciência que foi preciso despender para o externarmos da confusão em que quasi todo elle viera, e organizal-o methodicamente, segundo a numeração cardinal dos prédios das diversas ruas a que dizia respeito. Conseguido isto, passámos a examinar si a numeração se achava seguida e quaes as faltas que se davão.

“É sabido de todos o estado lastimoso em que se acha a numeração dos prédios da cidade. Em todas as ruas se vêem prédios sem numeração e outros numerados por letra do alphabeto; e ruas inteiras ha que nem um só numero têm! Dessa sorte como nos poderia ser facil o exame que pretendiamos fazer? Ocorreu-nos felizmente a idea de sahir desta difficuldade servindo-nos dos livros do lançamento da decima urbana, existentes na Recebedoria do municipio, onde com a maior perfeição e clareza achamos descriptos todos os prédios, seus pavimentos, nomes de proprietários e inquilinos. Era uma tarefa incommoda e trabalhosa, mas não impossível; e assim sendo, cumpria vencel-a, como de facto vencemos, graças à bondade do mui digno administrador daquella repartição que, condoido do incommodo e perda de tempo que por muitos dias alli gastámos, chegou ao ponto de facilitar esse exame consentindo que para nossa casa trouxessemos os proprios cadernos, que havião servido de base ao lançamento dessa época.

“Deste modo e com dados tão preciosos, tivemos então de observar immensas faltas; porque quarteirões havia em que o número das listas, que faltavão, excedia ao das que nos havião sido mandadas. Que inexactidão se não daria si por ventura houvessemos acreditado na fidelidade dos primeiros dados enviados?”

“Verificadas as faltas, e lançadas com toda a clareza em tantas relações quantos erão os quarteirões das differentes freguezias, pedimos de novo que nos houvessem de enviar as listas de famílias alli apontadas.

“Foi na satisfação d’esta exigencia que grandes difficuldades nos sobrevierão, a ponto de quasi desanimarmos da empresa, visto que, sendo estas faltas pertencentes pela maior parte a chefes de familias remissos e que não podem ser compellidos a este dever em consequência de tal ou qual consideração, que gozão inherente aos lugares que exercem, grande paciencia, dedicação e trabalho era mister despendere com semelhantes recalcitrantes e desobedientes à lei. Por isso, desde que os Inspectores se vião a braços com individuos taes, ou tratavão de illudir a exigencia desculpando-se umas vezes com a não existencia do predio de que se reclamava a lista, ou então que não pertencia ao seu quarteirão, ou finalmente ainda com a salvadora tangente de que o predio se achava desoccupado na época em que havião procedido ao alistamento, quando pelo lançamento da decima se via completamente o contrario.

“Descrever os passos que então démos, as horas que gastámos em pura perda, as vezes que officiámos para solver todas as duvidas e questões propostas no que tivemos sempre por mais util o empregar a phrase do supplicante do que a ordem da autoridade que nos fôra conferida, seria uma narração longa, enfadonha e pouco agradável. Para que ao menos se possa fazer uma idéa aproximada, bastará dizer que, sempre que não nos satisfazião as informações recebidas, tratavamos de ir pessoalmente aos próprios lugares da questão e ahi conhecermos até que ponto erão ellas exactas.

“Com estas diligencias foi que pudemos recolher um alistamento quasi completo; poisque de 21.694 fogos ou habitações, que tanto têm as oito differentes freguezias da Côrte, vierão-nos às mãos 21.336 listas de familia, além de relações especiaes, e exactissimas de todos os conventos, hospitaes, casas de caridade, arsenaes, prisões, e aquartelamentos. Vierão por consequente a faltar 358 listas, cujos chefes se negarão absolutamente a entregal-as. Ainda assim, apezar desta falta, que chamaremos insignificante, não se poderá ressentir della o nosso recenseamento, porque calculámos proporcionalmente a população que poderíamos dar. Fizemos mais ainda: démos demais em todos os quarteirões 5 por cento sobre a apuração obtida; pratica que é de costume empregar-se como correctivo daquella população que pôde escapar ou negar-se ao alistamento.

“Pelo que respeita as 8 freguezias que fóra da Côrte, não podíamos por certo empregar a mesma fiscalização, visto que não estão ellas sujeitas ao imposto da decima urbana. Todavia servimo-nos para esse fim de outros dados, de informações particulares e do conhecimento proprio que temos de quasi todas ellas; e podemos assegurar sua exactidão, tanto quanto é para desejar.

"No methodo de apuração seguimos o mais trabalhoso, porém, o mais seguro; isto é, apurámos lista por lista, individuo por individuo, e todas as suas respectivas classificações.

"Abandonámos a classificação por côres e profissões.

"A primeira, porque, além de odiosa, deveria sahir muito imperfeita pela infidelidade com que cada individuo faria de si proprio a necessaria declaração; comtudo poder-se-ha saber muito aproximadamente qual é a somma da gente de côr, si se diminuirem da totalidade todos os individuos escravos, libertos, e mais um terço dos livres.

"Abandonámos a segunda pela seguinte razão:

"Todo individuo cujo meio de vida não é muito decente, dá-se de ordinario como vivendo de agencias; aquelle outro, que não passa de vendedor de animaes, appellida-se negociante; este que apenas é um simples guarda-vigia, arvora-se em um empregado publico, e sic de ceteris. De maneira que por fim teriamos uma classificação immensa de negociantes, de empregados publicos, etc., e que bem longe estaria de preencher esta lacuna, servindo-nos de outros dados mais exactos, na continuação do trabalho a que procedemos ainda."¹⁷⁶

Em 1849 existiam oito paróquias urbanas, as mesmas de 1838, e nove suburbanas, as do Censo anterior acrescidas da de Santo Antonio. O total da população urbana atingia a 205.906 e o da suburbana a 60.560 e o geral a 266.466. Entre 1838 e 1849 a taxa do crescimento anual médio da população foi de 7,1% para as paróquias urbanas e de 3,7% para as suburbanas.

Em 1849, 127.051 entre livres e libertos e 78.855 escravos moravam na cidade, sendo a população livre majoritária em 48.196. Nos subúrbios, os livres e libertos compreendiam 28.813 habitantes, os escravos 31.447 e o excedente de população escrava era de 2.634. O total de livres e libertos elevava-se a 155.864 e de escravos a 110.302.

Em números absolutos, a população de escravos da cidade superava a dos subúrbios, no entanto, nos subúrbios era majoritária em relação à branca e à mestiça. Na cidade, 48,8% da população era escrava e 51,2% livre, nos subúrbios havia 55,7% de escravos e 43,3% de livres. A percentagem global de livres caiu de 57% para 47% entre 1838 e 1849. Nota-se que a taxa de crescimento é excessivamente elevada assim como a queda percentual dos livres. Analisando a validade da estatística de 1849, podemos salientar que o diretor do Censo, Jorge Haddock Lobo, declarou ter usado o imposto da décima urbana para calcular a população das paróquias urbanas, e para a das suburbanas serviu-se apenas de informações de particulares e do próprio conhecimento.

¹⁷⁶ LOBO, Roberto Haddock. *Reflexões acerca da mortalidade da cidade do Rio de Janeiro em todo o ano de 1847.* Rio de Janeiro, Typ. Imp. 1848.

Mesmo admitindo-se a hipótese de Haddock Lobo de que o Censo de 1838 havia sido demasiado baixo e que a população já havia atingido nesse ano a 150 mil habitantes em vez de 137.078, seria difícil que em 11 anos alcançasse a cifra de 266.831 moradores.

Segundo nossos cálculos baseados nas estatísticas mortuárias da Corte e tomando a proporção mais favorável de mortes nesse período (1838-49) de uma para cada 23,85 para a população livre e de uma para cada 15,88 para a escrava, a população em 1849 deveria ser de 186.228 habitantes.

Haddock Lobo atribuiu o aumento excepcional da população à imigração e ao aumento de importação de escravos. Essa tendência é conhecida pois os proprietários rurais receavam o fechamento do tráfico negroiro.

Segundo o Censo, havia em 1849, 46.373 livres e libertos estrangeiros no Rio de Janeiro e 66 mil escravos vindos da África, perfazendo um total de 112.373 estrangeiros e 44.602 escravos nascidos no Brasil. A população daquela cidade, excluindo os estrangeiros, seria de 154.093 habitantes. A estatística de 1838 não forneceu dados sobre a entrada de estrangeiros, escravos nascidos no Brasil e importados, o que torna impossível uma avaliação do impacto da imigração no crescimento urbano. As imperfeições da estatística de 1849 devem ter causado uma certa distorção das taxas excepcionais de 3,7% e 7,1% e a global de 6,3% entre 1838 e 1849.

Para o período de 1821 e 1849, as taxas médias anuais de crescimento da população foram de 2,5% (suburbana), 3,1% (urbana) e 3,1% (global).

Nesses dois estudos estão as críticas das fontes estatísticas e análises das taxas de crescimento da população.

Além desse arrolamento, tentou-se organizar na Secretaria de Polícia o mapa da população no ano de 1856 o qual acompanhou o Relatório de 4 de abril de 1857 do seu chefe Antonio Thomaz de Godoy.

Tendo sido feito o recenseamento por intermédio dos subdelegados, não foram cobertas as paróquias de Sacramento, Jacarepaguá e Ilha de Paquetá e as da Candelária e Santana o foram de maneira incompleta. Desse modo a tentativa não conseguiu bom resultado.

A população apurada foi de 151.776 habitantes, a saber:

Quanto à condição:

Livres	103.494
Escravos	48.282

Quanto ao sexo:

Homens	83.051
Mulheres	68.725

Quanto à nacionalidade:

Brasileiros	84.869
Estrangeiros	66.907

Quanto à idade:

Menores	68.751
Maiores	83.025

Quanto ao estado:

Solteiros	110.323
Casados	36.989
Viúvos	4.464

Mandado executar pelo Ministro do Império Paulino José Soares de Souza, ficaram responsáveis pelo arrolamento de 1870, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, Francisco de Faria Lemos, Izidro Borges Monteiro, Domingos de Andrade Figueira e José Vicente Jorge. Muito mais rico em dados que os anteriores, procuraremos dele extrair apenas os dados que possibilitem comparações. Assim teremos distribuição regional da população:

11 Paróquias urbanas	192.002
8 Paróquias rurais	<u>43.379</u>
Total da População	235.381

A população livre e escrava se dividia da seguinte forma:

Cidade — Livres e libertos de um e outro sexo	154.649
Escravos de um e outro sexo	<u>36.353</u>
Excedente a favor da população livre	118.296
Rural — Livres e libertos de um e outro sexo	30.640
Escravos de um e outro sexo	<u>13.739</u>
Excedente a favor da população livre	16.901

Quanto à nacionalidade:

	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Livres e libertos nacionais	59.363	61.009	120.372
Escravos nascidos no País	16.681	19.652	36.333
Excedente a favor das mulheres:	4.617		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Livres e libertos estrangeiros	48.438	16.479	64.917
Escravos estrangeiros	8.838	4.921	13.759
Excedente a favor dos homens:	35.876		

Os resultados gerais desse recenseamento constam da tabela 3.52, onde figura a população arrolada, o número de edifícios particulares e o número de fogos discriminados por paróquia.

Vide Tabela 3.52 pág. 360

O Censo de 1870 dava uma idéia da disponibilidade de mão-de-obra na Corte. Nesse ano a população global do Rio de Janeiro era de 235.381 habitantes dos quais 192.002 viviam nas paróquias urbanas (Sacramento, Antiga Sé, Candelária, São José, Santa Rita, Santana, Lagoa, Glória, Engenho Velho, Santo Antonio, São Cristóvão, Espírito Santo). As duas últimas ainda eram classificadas como suburbanas no Censo de 1856. Aliás, em 1870 estas já estavam reduzidas a oito (Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Inhaúma, Guaratiba, Ilha do Governador, Ilha de Paquetá, Santa Cruz) e a população dessa zona semi-rural limitava-se a 43.379 moradores.

No entanto, a taxa de crescimento anual médio entre 1856 (151.776 habitantes) e 1870 (235.381 habitantes) foi de 4,4% bem superior à dos períodos anteriores¹⁷⁷.

Entre 1856 e 1870 quase houve uma estagnação do número absoluto de escravos que era de 48.282 e 50.092, respectivamente, e uma baixa percentual em relação à população total em 1870.

A proporção de libertos aumentou consideravelmente nesse intervalo de tempo, deprimindo o nível salarial da mão-de-obra livre. Não parece que a concorrência de estrangeiros tenha sido significativa. Se compararmos os dados dos dois Censos de 1856 e 1870 verificamos que a média anual dos imigrantes estrangeiros que permaneceram no Rio de Janeiro foi de 840,6.

¹⁷⁷ De 1799 a 1821 foi de 2,8% (exclusivamente urbana); de 1821 a 1838 1,17% (taxa global); de 1838 a 1849 6,3% (global); de 1849 a 1872 0,1% (global) e 0,3% (urbana). A baixa da população urbana entre 1849 e 1856 já foi analisada anteriormente.

A estatística de 1856 dava uma entrada de 9.416 estrangeiros naquele ano, o que leva a crer que uma percentagem muito alta deste contingente não ficava na Corte.

Os recenseamentos de 1870 e 1872 foram os primeiros feitos sistematicamente, baseados em critérios seguros e apresentando uma perfeita compatibilidade de informações. O aumento de estrangeiros residentes no Rio de Janeiro entre essas duas datas foi de 2.601 por ano, em média. Portanto, a partir de 1870 a contribuição dos estrangeiros nas atividades econômicas desenvolvia-se consideravelmente.

A classificação ocupacional do Censo de 1870 distribuía a população ativa da seguinte forma:

Eclesiásticos	424
Militares	7.646
Empregados Públicos	3.066
Profissionais Liberais	2.806
Comerciantes	21.583
Capitalistas	245
Proprietários	1.562
Lavradores	13.560
Pescadores	1.393
Marítimos	1.603
Manufaturas, Artes e Ofícios	44.381
Agências	3.275
Serviços Domésticos	53.160
Sem Profissão Conhecida	80.717
TOTAL	235.421¹⁷⁸

No setor primário da economia o dado mais significativo é o de 13.560 lavradores, contrastando com a cifra de 103 do Almanack de 1857 que excluía os escravos. Essa diferença refletia provavelmente a rapidez do processo de liberação dos escravos. Na estatística de 1872, figuravam apenas 174 escravos como pescadores e 5.695 como lavradores; o que parece confirmar essa hipótese.

No Censo de 1870, 44.381 habitantes estavam empregados no setor secundário (manufatura, artes e ofícios) e havia 822 proprietários de manufaturas e fábricas, número bastante mais elevado do que o das fábricas que se fizeram representar em 1861 (185), 1866 (90), 1873 (90), menos de 1/8 em relação ao último ano.

¹⁷⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1920, introdução, resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*. Rio de Janeiro, 1922. v. 1.

O número de 44.381 artífices e operários representava um incremento substancial em relação à estimativa feita para 1856 da ordem de 14 mil.

Se analisarmos o montante de operários das 10 profissões manuais ou mecânicas do Censo de 1872 verificaremos que do total de 18.091, a maioria concentra-se nos seguintes setores: metais (928), madeiras (5.920), vestuário (2.519), chapéus (498), calçados (2.000), couros e peles (479), canteiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros (928), construção (2.738). Nessas duas categorias deveriam estar incluídos oficiais ou artesãos trabalhando de forma autônoma e sendo donos dos meios de produção. Uma parte dos jornaleiros deveria estar empregada no setor secundário pois em 1907 constituía 80% da mão-de-obra fabril.

Os artífices que correspondiam, grosso modo, aos oficiais atingiam a um total de 9.428 em 1872 e compreendiam apenas, nessa época, 498 escravos.

Se somarmos os 18.091 operários, os 9.428 artífices, e as 11.592 costureiras, classificadas como profissão manual em 1872, obtemos um resultado de 39.111 que parece perfeitamente compatível com os 44.381 indivíduos ocupados no setor secundário da economia (manufatura, artes e ofícios) indicado em 1870.

Se adicionarmos os 9.428 artífices e as 11.592 costureiras, temos um quadro global aproximado dos ofícios em 1872 composto de 21.020 pessoas. Se quisermos comparar os dados dos Censos de 1870 e 1872 com os do *Almanack Laemmert* de 1857, já vimos que houve uma grande discrepância quanto aos lavradores, apenas 103, nessa fonte que só considerava os agricultores livres. O *Almanack* não fornecia dados quanto aos trabalhadores escravos e livres das oficinas, fábricas e indústrias. O Censo de 1856 dava 1.900 oficiais e 2.160 trabalhadores. Portanto, um número extremamente reduzido em comparação aos dados de 1870 (44.381) e de 1872 (39.111). Foi feita, neste trabalho, uma estimativa à base da média dos operários das fábricas que figuravam na tabela das indústrias da Corte de 1857, isentas de imposto sobre matérias-primas importadas, multiplicada pelo número de empresas (oficinas 789, fábricas 636, indústrias 145) fornecido pelo *Almanack* desse ano, obtendo uma mão-de-obra da ordem de grandeza de 19.515. Essa estimativa parece válida, pois os escravos não estão incluídos nos cálculos do Censo e do *Almanack*. O número de ofícios, segundo o *Almanack*, aumentou de 789 em 1856 para 9.428 em 1872. Esses dados indicariam um grande dinamismo do setor tradicional do artesanato. Os dados do *Almanack Laemmert* de 1857 eram menos compatíveis com os dados das estatísticas fiscais do Ministério da Fazenda do que os do Censo de 1856.

Em 1856/57 segundo a estatística do Ministério da Fazenda havia 3.372 oficinas em todo o Brasil e 55 oficiais autônomos e, segundo o Censo, 1.900 oficiais no Rio de Janeiro, enquanto que no *Almanack* constavam apenas 789. É provável que o aumento tenha sido de 1.900 para 9.428 entre 1856 e 1872.

A distribuição ocupacional dos escravos em 1872 era a seguinte: 498 artífices ou oficiais; 527 marítimos, 174 pescadores; 1.384 costureiras; 5.695 lavradores; 22.842 domésticos; 5.785 criados e jornaleiros e 9.899 sem profissão.

Se descontarmos os artífices escravos dos dados de 1872, reduz-se a 8.930 o número de artífices livres. Mesmo com essas restrições houve um grande aumento do setor oficinas e provavelmente diminuição dos autônomos, difícil de quantificar.

Os tipos de manufaturas não parecem ter se modificado substancialmente quanto à técnica, dimensão de empresas e ramos de produção. Continuavam a predominar bebidas e alimentos, roupas e armarinhos, metais, madeiras, couro, inclusive calçado. A julgar pelo número de operários em 1872, a construção civil teve grande impulso.

A maior diferença em relação a 1856 era o desaparecimento da participação dos escravos das atividades manufatureiras principais.

No setor terciário, encontramos no Censo de 1870, 21.583 comerciantes, guarda-livros e caixeiros, no *Almanack Laemmert* de 1857 havia 3.206 casas de comércio, excluídos, portanto, os caixeiros e guarda-livros. Em 1856/57 existiam em todo o Brasil 20.749 casas comerciais o que leva a crer que o Almanack subestimou o número de casas de comércio no Rio de Janeiro, sobretudo porque a proporção entre lojas e oficiais, fábricas e indústrias era apenas ligeiramente mais alta quando a diferença deveria ser maior, mesmo descontando caixeiros, guarda-livros e operários. Já vimos que em 1852 o Almanack representava 60% do Censo. Em 1870 a diferença de pessoas empregadas nos dois setores, comércio e manufatura, era de 21.583 e 44.381, respectivamente, mas essa estatística incluía caixeiros, guarda-livros e artífices.

As cifras relativas aos militares eram exageradamente altas em 1870 (7.646) em função da Guerra do Paraguai, mas declinaram em 1872 (5.474) em consequência da desmobilização.

A redução do número de empregados públicos entre essas duas datas de 3.066 para 2.498, número resultante da soma das rubricas de empregados públicos, juízes e oficiais de justiça em 1872, é difícil de explicar; provavelmente decorreu da diferença de critérios.

O número dos membros do clero também diminuiu de 424 para 264, o que condizia com a atitude secularizante e anticlerical do Império e com a tendência da evolução da sociedade urbana após a Independência.

Em 1872 as profissões liberais (médicos 394, cirurgiões 44, farmacêuticos 369, parteiros 54, advogados 242, procuradores 151, notários e escrivães 85, professores e homens de letras 897) eram exercidas por 2.196 pessoas. Houve insignificante aumento em relação ao Almanack de 1857 quanto às categorias comparáveis, ex-

ceto os farmacêuticos, (médicos e cirurgiões 412, parteiras 18, farmacêuticos 79, advogados 108, professores 129). Considerando-se que a população cresceu a uma taxa de 4,4% em média por ano deveria haver grande escassez de profissionais em todos esses ramos. O dado de 1872 não é comparável ao de 1870 porque nesse último ano só foi atribuído um valor global, mal definido, à profissão literária na classificação ocupacional. O aumento de médicos entre o Censo de 1856 e o de 1872 era considerável, de oito para 438, porém segundo o *Almanack Laemmert* havia uma diferença bem menor¹⁷⁹.

Salários e Preços

A tendência geral de baixa do poder aquisitivo salarial manifestou-se na segunda metade do século XIX sendo mais sensível no período de 1853 a 1859, nas crises de 1857, de 1864, da Guerra do Paraguai e de 1875 em que a inflação elevou o custo dos alimentos, como se pode observar nas tabelas e gráficos de preços e salários. A alta mortalidade de 1850 e 1855 em virtude das epidemias de *febre amarela* e *cólera-morbo* reduziu a oferta de mão-de-obra temporariamente. Nesses anos a taxa de mortalidade mais do que dobrou em relação à média do período. Em 1865 a epidemia de varíola também devastou a população urbana, porém a concentração de tropas no Rio de Janeiro e a remessa de alimentos para a frente de guerra provocou uma carestia sem precedentes no século XIX. Ainda durante o conflito, a epidemia de *cólera-morbo* de 1867/68 atingiu a população do Rio de Janeiro.

O declínio do poder aquisitivo salarial de 1865 a 1870 distribuiu-se desigualmente segundo os vários níveis de renda. O servente de pedreiro sofreu substancial

179

a BRASIL. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, op. cit. acima nota 178.

b ALMANACK LAEMMERT. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1852/71.

Segundo esta fonte havia no Rio de Janeiro 246 médicos e cirurgiões em 1852, 296 em 1853, 287 em 1854, 311 em 1855, 328 em 1856, 412 em 1857, 342 em 1858, permanecendo entre 340 e 367 até 1861, 391 em 1862, 334 em 1863, 318 em 1864, 250 em 1865, permanecendo por volta de 250 até 1868, elevando-se para 331 em 1873, 372 em 1874 e 405 em 1875.

Os advogados eram apenas 77 em 1852, 93 em 1853, 103 em 1854, ficando em pouco mais de 100 até 1860, passando a 136 em 1861, 149 em 1862, 176 em 1863, 185 em 1864, 211 em 1865, caindo para 182 e 184 em 1866 e 1867 e se elevando para 208 em 1868, baixando para 184 em 1873 e tornando a subir para 205 em 1874 e 211 em 1875.

perda de poder aquisitivo, provavelmente correlacionada com o declínio da construção civil durante a Guerra. A oferta de pedreiros e de mestres de pedreiros livres manteve-se muito restrita na segunda metade do século, de acordo com os dados do *Almanack Laemmert*¹⁸⁰.

É provável que muitos pedreiros não se registrassem ou não figurassem nas listas desse guia por não precisarem anunciar o seu trabalho. De 1865 a 1870 manteve-se um número de 12 pedreiros, de 11 em 1868 e novamente 12 em 1873 e o de pedreiros e mestres-de-obra também fica praticamente inalterado: nove em 1865; 10 em 1866; sete em 1867; nove em 1868; sete em 1873. Portanto, manteve-se uma oferta bem rígida.

Os carpinteiros tiveram uma melhora de poder aquisitivo, apesar da inflação, possivelmente decorrente da grande demanda da construção naval incrementada durante a Guerra. Havia sete estaleiros de 1860 a 1863; oito a partir de 1864, além de quatro construtores navais; 10 estaleiros e construtores navais em 1868, declinava para oito construtores navais e um estaleiro em 1873 e oito construtores em 1875. Esses dados não incluem os estaleiros do Governo nem indicam o aumento de produção.

O número de carpinteiros sempre foi muito mais elevado do que o de pedreiros e de pedreiros e mestres-de-obra. Em 1852 constavam da lista do *Almanack* 37 carpinteiros e mestres-de-obras; em 1853, 46; em 1854, 47; em 1855, 56; em 1856, 61; em 1857, 57; em 1858, 62; em 1859, 57. Faltavam dados nos anos de 1860 a 1867 e em 1868 figuravam 90; em 1871, 102; em 1872, 117 e em 1873, 95, indicando aumento da oferta durante o período da Guerra e o imediatamente posterior, e queda para 76 e 88 em 1874 e 1875. Portanto, o aumento de trabalho deve ter superado a oferta de mão-de-obra. Não encontramos informações relativas aos pintores e advogados no período da Guerra do Paraguai. A partir de 1850 a abolição do tráfico, a demanda da lavoura e a mortalidade dos negros, 1/3 maior do que a dos brancos, devia reduzir o número de artífices escravos.

Todos os salários das demais categorias existentes no levantamento (barbeiro, hortelão, porteiro, enfermeiro, capelão, médico, andador) tiveram um declínio de padrão de vida. Apenas o escriturário, o sacristão e o boticário obtiveram aumentos salariais que compensaram a elevação dos preços dos gêneros alimentícios. Já vimos que a oferta de médicos-cirurgiões se elevou de 250 (1865 a 1868) para 312, 315,

¹⁸⁰

ALMANACK LAEMMERT. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1852/67.

Em 1854 e 1855 havia um pedreiro, em 1856 (2), em 1857 (6), em 1858 (7), em 1859 e 1860 (10), em 1861 (12), em 1862 (9), em 1863 (11), de 1864 a 1867 (12). Os pedreiros, mestres de obra variavam entre três e sete de 1852 a 1859; de nove a 11 entre 1860 e 1866 e reduziam-se a sete em 1867.

331 em 1869, 1870 e 1873, portanto, um aumento substancial em termos relativos. Os médicos-cirurgiões eram ajudados pelos barbeiros-sangradores. Estes eram em número de 13 em 1844, de 27 em 1845, de 25 em 1846, de 36 em 1847, de 39 em 1848, de 31 em 1849, de 29 em 1850 e 27 em 1851. Em 1852 o número se elevou consideravelmente para 50. De 1855 a 1859 permaneceu na casa dos 60. Em 1860 o número se elevou para 90, em 1861 para 110 sofrendo pequenas oscilações até 1864 e tendo um novo aumento em 1865 para 117. Em 1868 já atingia 124, declinando no pós-guerra para 119, 105 e 94 nos anos de 1873, 1874 e 1875. Portanto, as categorias de médico-cirurgião e barbeiro sofreram um aumento de oferta durante a Guerra, o que deverá ter contribuído para a perda de poder aquisitivo salarial. Os horticultores livres eram em número extremamente reduzido numa sociedade baseada no trabalho escravo.

Os horticultores ou hortículos começaram a aparecer nas listas do Almanack em 1847. Desse ano até 1851 o número se elevou de três para sete. Em 1853 passou a 12, oscilando entre nove e 11, no período de 1854 a 1859. Baixou para uma faixa entre seis e nove de 1860 a 1864. Durante os anos de guerra, 1865 a 1867, manteve-se o número de 12 e de 1868 a 1871 de 11. De 1871 a 1875 variou entre 11 e 12. As oscilações foram tão pequenas que a perda do poder aquisitivo durante os anos de guerra deve estar vinculada exclusivamente ao aumento dos preços dos gêneros alimentícios.

As categorias de porteiro, enfermeiro, capelão e andador não figuravam nas listas de profissões do Almanack e dos censos, sendo impossível dimensioná-las.

A melhoria do boticário deve estar ligada à importância adquirida pela profissão devido ao aumento da população mais elevado entre 1865 e 1870, e à escassez de médicos e barbeiros-sangradores. Segundo o *Almanack Laemmert* em 1842 havia 13 boticários para 36 farmácias no Rio de Janeiro e em 1850, 29 boticários para 72 farmácias. Em 1857/58 existiam no Rio de Janeiro 79 farmácias e uma fábrica de produtos farmacêuticos e os boticários-sangradores eram apenas 63 em 1857 e 56 em 1858. Em 1860 atingiam o número de 90, em 1861 de 110, subindo para 117 em 1865, o que representava uma oferta proporcional ao número de farmácias 82, 85 e 92. Nos anos iniciais da Guerra, o número de boticários aumentou para 124 em 1868 e o das farmácias para 99. Em 1873, 1874 e 1875, anos em que o número de farmácias não se alterou substancialmente (113, 111 e 119), o número de boticários baixou para 119, 105 e 94. Portanto, apesar do aumento dos boticários em proporção maior do que o número de farmácias, só foi atingido um equilíbrio entre demanda e oferta a partir de 1860.

O aumento salarial superior ao do custo dos alimentos do sacristão devia estar vinculado à extrema escassez desses auxiliares do clero decorrente da política do Império de cortar as verbas da Igreja, agravada pelas despesas da Guerra.

Quanto à melhoria de padrão do escriturário seria uma conseqüência da crescente institucionalização e burocratização da Corte favorecendo essa profissão.

A tendência geral à baixa do poder aquisitivo salarial refletia as crises inflacionárias de 1857, 1864, 1865-70 e 1875, a liberação dos escravos deprimindo o salário dos livres, a taxa mais elevada do crescimento da população de 1865 a 1870, 4,4% ao ano, sem um aumento proporcional da atividade produtiva do Rio de Janeiro. Já vimos que a manufatura e as oficinas mantiveram um caráter marginal, que o número de fábricas declinou entre 1866 e 1873 e que o número dos oficiais, oficinas e das casas de negócio aumentou aproximadamente 1,1, menos de 1/4 da taxa de crescimento da população. Teria de haver forçosamente uma alta taxa de desemprego deprimindo os níveis salariais. Aliás, na classificação sócio-profissional de 1870, aproximadamente 1/3 do total era constituído pelos sem profissão definida, vindo em seguida o serviço doméstico que encobria um desemprego disfarçado. Em 1872 havia 92.106 sem profissão num total de 274.972 e 55.011 pessoas no serviço doméstico. Essas eram as categorias mais numerosas.

Se compararmos as posições segundo o índice do nível de renda das categorias sócio-profissionais levantadas em 1839 e 1880, verificamos que continuaram na categoria mais baixa de rendas o porteiro, o hortelão, o barbeiro e o servente de obra. O cozinheiro se elevou para um segundo nível de renda em 1880. O ajudante de enfermaria baixou de nível de renda em 1880.

O pedreiro, o carpinteiro, o pintor, o enfermeiro, o médico e o capelão conservaram a mesma hierarquia no segundo nível de renda, o sacristão e o andador declinaram de nível de renda e o escriturário manteve-se no nível mais alto.

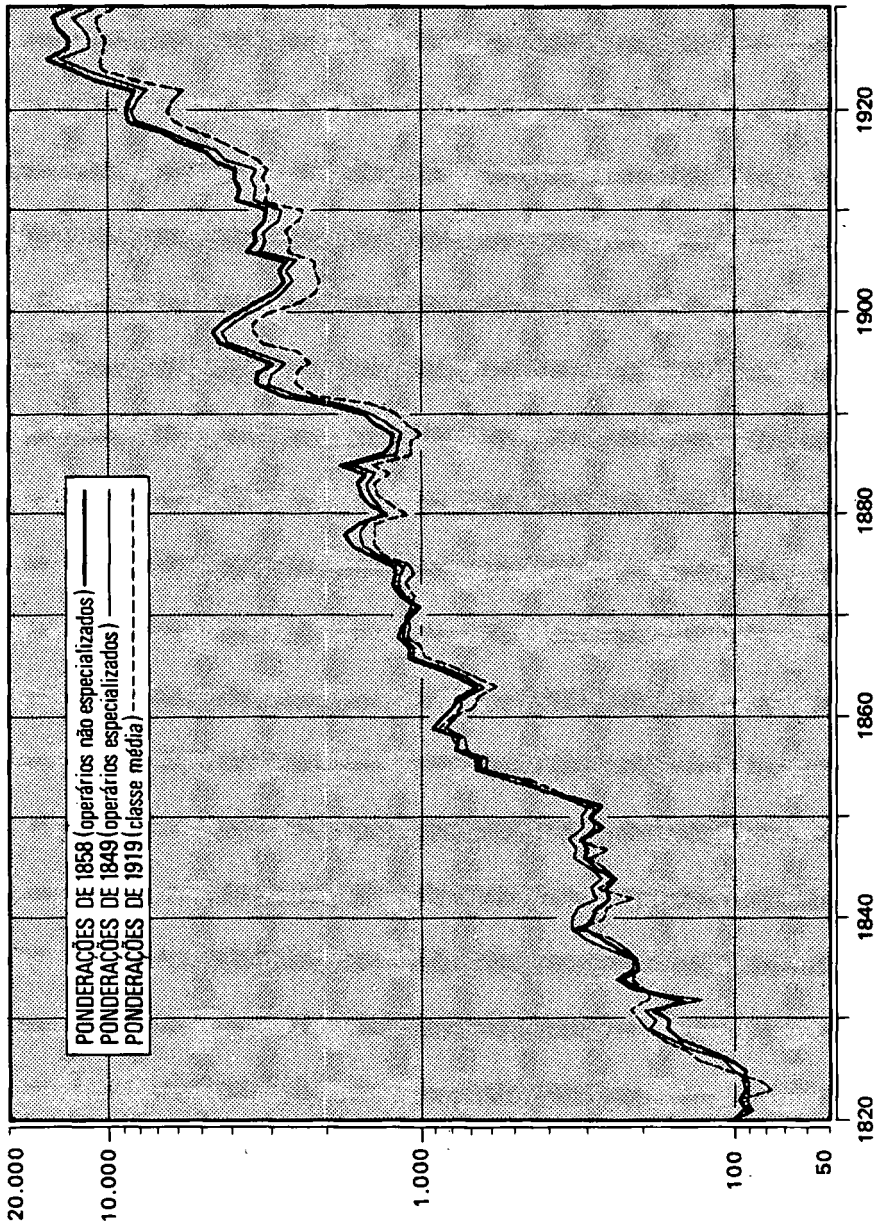
As diferenças de posição na hierarquia dos níveis de renda foram mínimas entre 1839 e 1880 para as categorias estudadas.

A Tabela 3.53 contém uma lista das categorias sócio-profissionais distribuídas em quatro níveis de índices de salários em 1839 e 1880.

Os salários de médico e advogado deveriam ser inferiores a renda real em virtude dos proventos da clínica e dos casos particulares. A posição relativamente boa do pedreiro, carpinteiro e pintor refletia a escassez de operários especializados já analisada através dos dados do Almanack. O andador servia nas irmandades e confrarias como mensageiro, mas na prática era valorizado porque desempenhava um papel próximo ao do rábula. O boticário até certo ponto exercia a medicina. Já nos referimos à escassez do clero o que elevava a hierarquia salarial do capelão.

A falta de mobilidade social observada refletia as pequenas mudanças na economia durante o predomínio da economia de plantação e do escravagismo. O artesinato e a manufatura ainda predominavam, dando uma posição favorável aos pedreiros, carpinteiros e pintores, que se beneficiavam também da escassez dos escravos já analisada.

FIGURA 1 — Índice de Custo de Vida



Na introdução do recenseamento realizado em 19 de setembro de 1920, Oliveira Viana afirma: "*O censo de 1870 foi considerado mais perfeito dentre todos os que se realizaram, na Côrte, ou capital do Brasil, na vigência do passado regimem.*"¹⁸¹

O termo de comparação fica, pois, prejudicado em consequência da discussão do recenseamento de 1849. Torna-se, então, imprescindível pesquisarmos em outras fontes, recorrendo sempre ao Censo de 1870 como único ponto de referência. Entretanto, podemos ter uma noção das proporções relativas à população distribuída quanto à condição, nacionalidade e sexo na cidade e paróquias rurais.

A paróquia de Santana concentrava as atividades manufatureiras e artesanais da cidade, além de possuir um ativo comércio varejista. A população, na maioria de rendas baixas, se aglomerava em cortiços. Uma série de órgãos públicos tinham sua sede nesta paróquia: Ministério da Guerra, Casa da Moeda, Inspetoria de Obras Públicas, Quartel Central do Corpo de Bombeiros, o Senado Federal e a Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil. Situavam-se, também, 15 edifícios públicos, 3.339 edifícios particulares, uma igreja, uma prisão, quatro quartéis, dois hospitais e casas de saúde, e 5.461 fogos em 1870.

A paróquia foi criada em 1814 tendo como sede a antiga Igreja de Santana, demolida em 1856 para ser levantada em seu lugar a Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil. Reconstituída na Rua Barão de Capaneira foi aberta aos fiéis em 1878.

A participação da população da paróquia de Santana na população da cidade do Rio de Janeiro apresenta uma leve tendência a aumentar no decorrer dos anos de 1840 a 1869. Em 1870, quando houve o recenseamento completo da cidade, a população da paróquia se constituía em 13,8% da cidade, havendo, portanto, proximidade entre este dado e a participação dos nascimentos. Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio um batizado para cada 35 habitantes, visto que mesmo antes da abolição do tráfico, nascimentos na população escrava eram em menor quantidade. Os nascimentos entre os sexos estavam relativamente bem distribuídos. (Vide Tabela 3.54.)

Verificando as listas de óbitos de cada paróquia, referentes aos anos disponíveis, constatamos uma tendência constante de aumento, exceção feita aos anos de 1845, 1848 e 1849.

Como a população livre deveria ser maior que a escrava nesta paróquia, a mortalidade recai em maior proporção nesta faixa da população, atingindo equilibradamente homens e mulheres. (Vide Tabela 3.55.)

Vide Tabela 3.54 pág. 363

Vide Tabela 3.55 pág. 364

¹⁸¹ BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, op. cit. acima nota 178.

Os casamentos na paróquia de Santana eram freqüentes, excedendo sempre a participação percentual dos nascimentos. (Vide Tabela 3.56.)

Na paróquia de Santana era grande o número de artesãos e também muito expressivo o de pessoas empregadas no serviço doméstico. (Vide Tabela 3.57.)

A paróquia de Sacramento fazia limite com a da Candelária, e tinha as mesmas características comerciais desta. O comércio importador e exportador era a atividade principal. Aí também ficavam o Tesouro Nacional, o Tribunal de Contas, a Escola de Belas Artes, além da maior parte dos teatros da cidade.

Nesta paróquia situavam-se sete edifícios públicos, 3.274 edifícios particulares, 11 igrejas, seis quartéis, cinco hospitais, casas de saúde e 5.788 fogos em 1870.

A paróquia de Sacramento foi criada em 1826. Esta antiga freguesia era formada por ruas tortuosas e estreitas, na maioria anteriores à transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro.

Em 1840 a paróquia de Sacramento ainda era a mais populosa da cidade, a tendência no decorrer do século, entretanto, foi reduzir a sua participação percentual. Segundo o recenseamento de 1870 se constituía em 9,6% da população total.

Vide Tabela 3.56 pág. 365

Vide Tabela 3.57 pág. 366

Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio um batizado para 36,2 habitantes.

A distribuição dos batismos entre sexo e condição mostrava-se bem homogênea até 1849. A partir desta data, porém, nota-se que a participação de nascimentos de mulheres escravas decaiu em benefício dos de homens livres coincidindo com a extinção do tráfico. Finalmente a distinção entre os sexos torna-se secundária dado o crescente predomínio da população livre.

Utilizando o recenseamento de 1870 verificamos que a paróquia de Sacramento reunia 8,8% da população livre masculina, 9,8% da feminina, compondo-se de 9,2% da população livre e que, apesar da população escrava haver reduzido em termos relativos, a paróquia ainda concentrava 11,3% em ambos os sexos da população escrava. (Vide Tabela 3.58.)

(Apenas até 1851 nos foi possível alinhar homogeneamente as informações sobre óbitos por paróquia.) (Vide Tabela 3.59.)

Para a paróquia de Sacramento não foi possível verificar, com base nos anos para os quais dispomos de dados, se os óbitos se dão em maior número que os batizados, caso que fugiria ao comportamento global da população da cidade.

Vide Tabela 3.58 pág. 366

Vide Tabela 3.59 pág. 368

A prática do matrimônio era bem comum na paróquia de Sacramento. Se considerarmos que há uma grande aproximação entre a participação percentual dos batizados registrados e a participação percentual da paróquia no conjunto da população da cidade, podemos concluir que a proporção de casamento era bem maior nesta paróquia que nas demais. (Vide Tabela 3.60.)

Em 1870, as atividades comerciais, artesanais e manufatureiras eram predominantes na paróquia e a população escrava predominava nos serviços domésticos. (Vide Tabela 3.61.)

A paróquia de Santa Rita possuía as mais importantes casas comerciais de café, muitos trapiches, estaleiros além de oficinas artesanais e manufatureiras. Nela estava situada a Praça do Mercado da Harmonia, construída em 1855. Nesta paróquia situavam-se oito edifícios públicos, 2.595 edifícios particulares, sete igrejas, duas prisões, seis quartéis, um hospital e 4.351 fogos em 1870.

A paróquia de Santa Rita foi criada em maio de 1721, desmembrada da paróquia da Candelária. Em 1814, uma parte foi desanexada para a criação da paróquia de Santana.

Tomando o recenseamento de 1870 como base, temos para o último quinquênio, um batizado para 39,2 habitantes.

Vide Tabela 3.60 pág. 369

Vide Tabela 3.61 pág. 370

Até 1850 a distribuição dos nascimentos entre homens e mulheres livres e escravos era bastante equilibrada. Após a abolição do tráfico esta composição se altera em benefício dos homens livres, sendo o número de escravos, especialmente do sexo feminino, cada vez mais insignificante. (Vide Tabela 3.62.)

Quanto aos anos para os quais obtivemos informações sobre óbitos por paróquia, constatamos um acréscimo nos anos de 1847 e 1848 na curva de mortalidade. A mortalidade nesta paróquia recaiu sempre mais sobre a população livre, mesmo nos 10 anos (1840-1849) em que os nascimentos eram igualmente distribuídos. (Vide Tabela 3.63.) Na paróquia de Santa Rita não se verifica um excesso de mortalidade sobre a natalidade comum para o conjunto da população do Rio de Janeiro.

Os casamentos eram freqüentes na paróquia, atingindo sempre índices comparativos mais altos que os batizados. (Vide Tabela 3.64.)

Vide Tabela 3.62 pág. 370

Vide Tabela 3.63 pág. 372

Vide Tabela 3.64 pág. 372

Observando a Tabela 3.65 verifica-se que Santa Rita concentrava uma população artesanal e manufatureira só sobrepujada pelo serviço doméstico.

A paróquia de São José foi criada, em 1753, do desmembramento de uma parte do antigo curato da Sé. Em 1809 e 1834 desanexaram partes do seu território, que passaram às paróquias da Lagoa e da Glória, respectivamente. Em 1854, a criação da paróquia de Santo Antonio reduziu sua área de jurisdição.

Na paróquia de São José situava-se um grande número de casas comerciais, além de oficinas artesanais e manufatureiras. Aí ficava o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, que por sua importância para a demografia histórica será estudado separadamente. A Câmara dos Deputados, o Arsenal de Guerra e a Secretaria da Indústria, Viação e Obras Públicas eram, entre outros, prédios importantes desta paróquia.

Situavam-se, também, 21 edifícios públicos, 1.833 edifícios particulares, 10 igrejas, oito quartéis, quatro hospitais, 3.773 fogos em 1870.

A participação dos nascimentos da paróquia de São José no total da cidade manteve-se estável no período de 1840 a 1869, com uma leve tendência ao declínio. Segundo o recenseamento de 1870 a população da paróquia se constituía em 8,5% do Rio de Janeiro.

Vide Tabela 3.65 pág. 373

Tomando a população da paróquia de 1870 como base, temos para o último quinquênio um batizado para cada 39,5 habitantes. Até 1850 a distribuição dos batizados de acordo com sexo e condição era bastante homogênea. A partir desta data a participação dos escravos não cessa de se reduzir. (Vide Tabela 3.66.)

Se verificarmos a frequência de óbitos distribuídos segundo a condição, concluiremos que a percentagem maior recai sobre a população livre, e quanto ao sexo, que atingiam mais os homens. (Vide Tabela 3.67.)

Na paróquia de São José não se verifica um excesso de mortalidade sobre a natalidade comum para a população global do Rio de Janeiro. Os casamentos eram frequentes na paróquia se compararmos aos batizados. (Vide Tabela 3.68.)

Vide Tabela 3.66 pág. 374

Vide Tabela 3.67 pág. 376

Vide Tabela 3.68 pág. 376

A atividade mais generalizada na paróquia era a artesanal ou manufatureira seguida da comercial, apesar de grande percentagem da população não haver prestado informação sobre a profissão exercida. Os escravos eram utilizados principalmente no serviço doméstico. (Vide Tabela 3.69.)

A paróquia de Nossa Senhora da Glória foi criada em 1834, sendo desmembrada do território da de São José. Inicialmente ocupada por quatro imensas chácaras, o processo de urbanização a atingiu, alimentando o comércio e algumas atividades manufatureiras e artesanais. Procurada pela aristocracia para aí fixar residências

de alto luxo como o Palácio dos Barões de Nova Friburgo, no Catete, que serviu durante 63 anos de residência oficial dos Presidentes da República. Os hotéis e casas de pensão de mais alta categoria aí se situavam.

Nesta paróquia situavam-se 18 edifícios públicos, 1.894 edifícios particulares, três igrejas, uma prisão, três quartéis, um hospital, 3.146 fogos em 1870.

A participação dos nascimentos da paróquia da Glória no total do Rio de Janeiro sofre uma tendência à expansão seguida de uma pequena regressão no final do período, em consequência da abertura de novas áreas residenciais na cidade. Segundo o recenseamento de 1870 a população da paróquia se constituía em 7,9% do total do Rio de Janeiro.

Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio uma média de um batizado por 40 habitantes.

Vide Tabela 3.69 pág. 377

Paróquia essencialmente residencial, a Glória nunca possuiu uma população escrava majoritária. Os escravos eram utilizados no serviço doméstico principalmente, e só começaram a ser substituídos depois de 1860. É visível o equilíbrio dos nascimentos entre os sexos, qualquer que fosse a condição. (Vide Tabela 3.70.)

Nos anos em que foi possível fazer um levantamento dos óbitos por paróquia não foi constatado um número maior de mortes que nascimentos. (Vide Tabela 3.71.) Quanto à mortalidade, se verificarmos a frequência de óbitos distribuídos segundo a condição, concluiremos que a percentagem maior recaía sobre as mulheres e homens livres.

Os casamentos na paróquia eram frequentes com uma participação percentual maior que os nascimentos. (Vide Tabela 3.72.)

A população da Glória se concentrava nas atividades artesanais e manufatureiras e no serviço doméstico. (Vide Tabela 3.73.)

Vide Tabela 3.70 pág. 378

Vide Tabela 3.71 pág. 380

Vide Tabela 3.72 pág. 380

Vide Tabela 3.73 pág. 381

Na paróquia de Santo Antonio havia grande atividade comercial, artesanal e manufatureira. No convento de Santo Antonio havia o cemitério da Ordem. A paróquia de Santo Antonio foi desmembrada dos territórios de São José, Santana e Sacramento e criada em 1854. Em 1865 foi desmembrada uma parte do seu território para criar a nova paróquia do Espírito Santo.

Nesta paróquia situavam-se 12 edifícios públicos, 1.621 edifícios particulares, quatro igrejas, dois quartéis, três hospitais, 3.495 fogos em 1870.

Os nascimentos na paróquia de Santo Antonio aumentam a cada ano com exceção de 1861. Segundo o recenseamento de 1870 sua população reunia 7,4% do total do Rio de Janeiro, parcela idêntica à percentagem dos nascimentos no ano anterior.

Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio um batizado para cada 35,9 habitantes.

Fundada depois da abolição, a participação da população escrava sempre foi reduzida. A distribuição dos nascimentos segundo o sexo era bastante equilibrada. (Vide Tabela 3.74.)

A freqüência dos casamentos deve ter sido grande na paróquia, pois o índice ultrapassa o de nascimentos. (Vide Tabela 3.75.)

Vide Tabela 3.74 pág. 382

Vide Tabela 3.75 pág. 383

Santo Antonio era uma paróquia essencialmente artesanal e manufatureira em 1870. (Vide Tabela 3.76.)

A paróquia do Engenho Velho era principalmente um centro de casas de recreio de campo. Suas terras se constituíam em fazendas e sítios. Possuía alguma lavoura de mandioca, arroz, cacau, café e milho nas terras dos engenhos que pertenceram aos padres jesuítas, depois convertidos em sítios que abrangiam a posteriormente criada paróquia do Espírito Santo (1865). A atividade manufatureira estava vinculada à transformação da cana-de-açúcar, atividade iniciada também pelos jesuítas.

A região é banhada pelo rio Maracanã e na Tijuca estava colocado o reservatório que recebia as águas deste rio e dos demais das vertentes da serra. O bairro da Tijuca limita esta paróquia com Jacarepaguá no Alto da Boa Vista, coberto pela floresta tropical.

O matadouro municipal ficou situado nesta paróquia de 1853 até 1881, quando foi transferido para Santa Cruz. Em região que, posteriormente (1873), passou a caber à paróquia do Engenho Novo, se situava o Prado de corridas Jockey Club, o mais antigo do Rio de Janeiro.

Vide Tabela 3.76 pág. 384

Nesta paróquia situavam-se cinco edifícios públicos, 1.416 edifícios particulares, três igrejas, uma prisão, três quartéis, um hospital e 2.143 fogos em 1870.

A Matriz, situada na Rua São Francisco Xavier, foi construída pelos jesuítas, proprietários da fazenda de Engenho Velho, em 1585. Originalmente, a paróquia de Engenho Velho estava integrada à paróquia do Irajá só tendo se desmembrado em 1795. Em 1856 e 1865 respectivamente, do seu território se destacaram as paróquias de São Cristóvão e Espírito Santo.

A participação dos nascimentos na paróquia do Engenho Velho no total do Rio de Janeiro foi crescente durante o século XIX, dando razão para que por duas vezes fosse desmembrada, o que justifica a queda do percentual relativo neste período. Segundo o recenseamento de 1870 a população do Engenho Velho se constituía em 5,6% da população do Rio de Janeiro.

Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio um batizado para 40 habitantes.

A população escrava era majoritária na paróquia até que os efeitos da abolição do tráfico comesçassem a se fazer sentir em 1855. Manteve-se quase sempre uma proporção maior de nascimentos masculinos entre os escravos e um índice razoavelmente homogêneo entre a população livre. (Vide Tabela 3.77.)

Vide Tabela 3.77 pág. 384

Nos anos em que encontramos informações regulares sobre óbitos, constatamos uma redução, iniciada em 1849, brusca demais para nos sentirmos absolutamente seguros sobre esses últimos dados. (Vide Tabela 3.78.) A tendência da mortalidade da população do Engenho Velho era atingir cifras maiores do que as de batizados, tendência, aliás, geral para a cidade.

A freqüência de casamentos na paróquia era razoável, ultrapassando quase sempre o percentual de nascimentos. (Vide Tabela 3.79.)

Superado o passado agrícola, a população da paróquia estava envolvida no serviço doméstico e secundariamente vinculada ao artesanato e à manufatura. (Vide Tabela 3.80.)

Vide Tabela 3.78 pág. 386

Vide Tabela 3.79 pág. 386

Vide Tabela 3.80 pág. 387

A paróquia de São João Batista da Lagoa foi criada em 1809, desmembrando-se o seu território da paróquia de São José. No decorrer do século XIX foi assumindo aspecto essencialmente residencial. O bairro de Botafogo era o mais procurado para residência das famílias de mais altas rendas do 2º Reinado. A enseada de Botafogo, entre os Morros da Viúva e da Urca, era coberta por jardins e chácaras de mansões suntuosas. Por isso mesmo o comércio local cresceu para atender ao consumo desta população. Fazia parte da paróquia o arrabalde de Copacabana, ainda praticamente desabitado assim como Ipanema. Até 1873 integrava esta paróquia a Gávea, onde estava situada a Lagoa Rodrigo de Freitas, entre a Serra da Gávea e o mar.

Nesta paróquia se encontrava o cemitério de São João Batista, um dos mais importantes do final do século. Situavam-se sete edifícios públicos, 1.350 edifícios particulares, três igrejas, uma prisão, 10 quartéis, dois hospitais, 1.683 fogos em 1870.

Segundo o recenseamento de 1870 a população da paróquia se constituía em 4,8% do total da população do Rio de Janeiro. Tomando este dado como base, temos para o último quinquênio um batizado para 44,6 habitantes.

Até próximo à extinção do tráfico, a maior parte dos nascimentos era de escravos. A partir de 1850, entretanto, esta participação começa a se reduzir. A distribuição dos nascimentos quanto ao sexo era razoavelmente homogênea. (Vide Tabela 3.81.)

Vide Tabela 3.81 pág. 388

Quanto à mortalidade, a taxa mais alta desta paróquia refere-se ao ano de 1843. Nos anos em que temos dados disponíveis sobre óbitos por paróquia, constatamos para a paróquia de São João Batista da Lagoa uma mortalidade acentuada de escravos, especialmente do sexo masculino. A tendência geral da mortalidade da paróquia era ser maior que a natalidade. (Vide Tabela 3.82.) Por outro lado, os casamentos nesta paróquia acompanhavam de perto a taxa de participação dos nascimentos. (Vide Tabela 3.83.)

As atividades artesanais e manufatureiras, nesta paróquia, empregavam mão-de-obra livre, e o serviço doméstico, a escrava. (Vide Tabela 3.84.)

Vide Tabela 3.82 pág. 390

Vide Tabela 3.83 pág. 390

Vide Tabela 3.84 pág. 391

A paróquia do Espírito Santo se originou de um desmembramento, realizado em 1865, das paróquias de São Cristovão, Santo Antonio e Engenho Velho. Esse desmembramento foi provocado pelo acelerado processo de urbanização decorrente do retalhamento de antigas chácaras como a de Mata Porcos e dos Coqueiros. Para a plena ocupação da área foi necessário aterrar os mangues e atoleiros que cercavam Santa Tereza. A paróquia já surgiu, portanto, com um importante comércio varejista e alguma atividade manufatureira.

Para o estudo demográfico da cidade é importante ressaltar que aí se situava o importante cemitério do Catumbi da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Paula, inaugurado em 1850, onde foram construídas capelas com jazigos de famílias abastadas da cidade. Situavam-se, também, 15 edifícios públicos, 1.301 edifícios particulares, duas igrejas, três prisões, dois quartéis, 1.972 fogos em 1870.

A velha igreja Matriz do Espírito Santo foi demolida em 1899 e construído em seu lugar um novo templo.

A participação da paróquia do Espírito Santo durante seus quatro anos de vida anteriores ao recenseamento geral foi estável tendendo a aumentar. No ano de 1868 o número de batizados foi inferior ao do ano anterior. Em 1870, a participação da população da paróquia no total do Rio de Janeiro era de 4,5%.

Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para esses anos uma média de um batizado para 46 habitantes.

Quanto à população escrava da paróquia, esta já era insignificante quando foi fundada. A distribuição dos nascimentos por sexo era bastante homogênea. (Vide Tabela 3.85.)

A prática do casamento na paróquia seguia de perto a tendência geral da cidade. (Vide Tabela 3.86.)

A atividade doméstica envolvia a maior parte da população, seguida da atividade manufatureira e artesanal. (Vide Tabela 3.87.)

A paróquia da Candelária ficava situada na parte comercial do Rio de Janeiro, denominada Cidade Velha. Era habitada por muitos estrangeiros, em sua maioria portugueses. Aí se concentrava importante comércio importador e exportador, além de grande número de casas comerciais, diversas oficinas artesanais e serviços de maneira geral. Ficavam situados na paróquia muitos edifícios públicos como o Paço Imperial, a Praça do Mercado, a Praça do Comércio e a Caixa de Amortização, criada em 1827, a Alfândega do Rio de Janeiro e o Arsenal de Marinha desde 1764. Nella estavam também situados consulados, bancos nacionais e estrangeiros, além de companhias de navegação, escritórios de sociedades anônimas, de estrada de ferro, o telégrafo inglês e companhias de seguros.

Vide Tabela 3.85 pág. 392

Vide Tabela 3.86 pág. 393

Vide Tabela 3.87 pág. 393

Na Beira Mar ficava o mercado com barracas e bancas para a venda de legumes e peixes.

A atual Praça XV de Novembro durante o século XIX recebeu diversas denominações: Largo do Carmo, Terreiro do Paço, Largo do Paço, Largo do Palácio e Praça D. Pedro II, última denominação antes da Proclamação da República. O chariz em forma de pirâmide, atualmente ainda existente, foi construído no Governo de Luiz de Vasconcelos, junto ao mar, encarregando-se do desenho o mestre Valentim.

O Paço Imperial, atual Repartição Geral dos Telégrafos, foi residência dos Vice-Reis, de D. João VI e de D. Pedro I. Durante o reinado de D. Pedro II, o Paço Imperial só abria suas portas para recepções de caráter oficial. Nesta paróquia situavam-se, também, oito edifícios públicos, 1.160 edifícios particulares, sete igrejas e 1.406 fogos em 1870.

A Matriz da paróquia, sob a invocação de N. S. da Candelária, foi criada segundo Duarte Nunes em 1628, tendo sido a segunda paróquia criada na cidade do Rio de Janeiro. Monsenhor Pizarro diz ter sido construída por Antonio Martins Pal-

ma e sua mulher como agradecimento depois de uma tempestade durante uma viagem às Índias de Espanha. Baltazar Lisboa atribui o nome da igreja simplesmente ao fato de haver sido construída com a madeira de uma nau encalhada na praia cujo nome era Candelária¹⁸².

A paróquia da Candelária no decorrer do século XIX reduziu sensivelmente sua participação no conjunto da distribuição da população do Rio de Janeiro. Segundo o recenseamento de 1870 a população da paróquia se constituía em 3,9%.

Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio um batizado por 49,1 habitantes.

A população escrava era bem maior que a população livre, daí os efeitos da abolição do tráfico apenas terem começado a se fazer sentir a partir de 1858. A composição da população por sexo era predominantemente feminina entre os livres e libertos e masculina entre os escravos. (Vide Tabela 3.88.)

Para os anos cujos dados se apresentaram suficientemente homogêneos para a avaliação dos óbitos, não chegamos a notar qualquer anormalidade, sendo que a taxa de mortalidade desta paróquia em ano algum chegou a ultrapassar a taxa de natalidade. Se verificarmos a frequência de óbitos segundo o sexo e a condição neste período constatamos uma distribuição anual variável. (Vide Tabela 3.89.)

Vide Tabela 3.88 pág. 394

Vide Tabela 3.89 pág. 395

A estrutura de casamentos na paróquia apresentava a frequência geral da cidade. (Vide Tabela 3.90.)

A atividade comercial ultrapassava em 1870 qualquer outra, inclusive a manufatureira e artesanal. Os escravos eram principalmente utilizados no serviço doméstico. (Vide Tabela 3.91.)

A paróquia de São Cristovão foi criada em 1856, separando-se o seu território da paróquia do Engenho Velho, do qual fazia parte. Era animada por um comércio local e se caracterizava por ser essencialmente residencial. O fornecimento d'água era o mais aperfeiçoado do Rio de Janeiro. A água vinha do rio D'Ouro e das nascentes do Iguá, e era conduzida às caixas que ficavam no Morro da Caixa D'água, através de encanamentos com 48.300 metros.

182

a ARAUJO, op. cit. acima nota 120^a.

b LISBOA, Baltazar da Silva. Anais do Rio de Janeiro. In: SANTOS, Francisco Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965.

Na Quinta da Boa Vista, situada nesta paróquia, ficava o palácio da família imperial, e além disso, situavam-se quatro edifícios públicos, 1.354 particulares, uma prisão, seis igrejas, um quartel, um hospital e 1.574 fogos em 1870.

Três cemitérios ficavam nesta paróquia, na Praia de São Cristovão: o pertencente à Ordem Terceira do Carmo, o da Ordem Terceira da Penitência e o do Caju ou de São Francisco Xavier.

Vide Tabela 3.90 pág. 396

Vide Tabela 3.91 pág. 397

As informações sobre batizados, casamentos e óbitos na paróquia de São Cristovão datam de dois anos depois da sua fundação. A participação dos nascimentos nesta paróquia foi mais ou menos constante no período. Segundo o recenseamento de 1870, a população da paróquia se constituía em 3,9% do total da cidade. Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio um batizado por 31 habitantes. Entretanto, os casamentos se realizaram sempre numa proporção menor que a dos batizados. (Vide Tabela 3.93.)

Como fora criada após a extinção do tráfico, não podia existir nesta paróquia número muito representativo de escravos. A distribuição da população entre os diferentes sexos era, independente da condição, homogênea. (Vide Tabela 3.92.)

Essencialmente residencial, grande parte da população se dedicava ao serviço doméstico, especialmente os escravos. (Vide Tabela 3.94.)

Vide Tabela 3.92 pág. 397

Vide Tabela 3.93 pág. 398

Vide Tabela 3.94 pág. 399

A instituição da Santa Casa da Misericórdia foi organizada em 1567. Possuía esta Casa de Caridade 25 enfermarias para homens, mulheres e crianças. As funções de enfermeiras eram exercidas por irmãs de caridade que também administravam a entidade. Mantinha um consultório no hospital para os pobres, além de uma média de 10 mil doentes anuais, sem distinção de culto ou nacionalidade. A assistência médica era exercida por professores da Escola de Medicina e alunos que praticavam nas enfermarias. O serviço de enterros foi entregue à Irmandade desde 1851. Arrecadava a Santa Casa receita de prédios de sua propriedade, foros, contribuições de loterias, legados, atas da renda pública, taxas de doentes abastados e do serviço funerário.

Eram dependentes da Irmandade a Roda dos Expostos, os Hospitais de Irajá, N.S. da Saúde, N.S. do Socorro e o Recolhimento dos Órfãos.

Na consulta aos livros de batizado da Santa Casa, mais especificamente no setor da Casa dos Expostos não é encontrado qualquer escravo. Evidentemente, o escravo, encarado como mercadoria valiosa, não era abandonado na Roda. (Vide Tabela 3.95.)

O número de óbitos era expressivo não só porque aí se tratavam os enfermos mais graves, como a Santa Casa encarregava-se de grande parte dos enterros da cidade. (Vide Tabela 3.96.)

Nenhum casamento de escravo e uma quantidade irrisória de casamentos de livres foi registrada. (Vide Tabela 3.97.)

Vide Tabela 3.95 pág. 399

Vide Tabela 3.96 pág. 400

Vide Tabela 3.97 pág. 401

A Capela Imperial registrava casamentos, batizados e óbitos servindo diretamente à família imperial e seus servidores mais diretos. As informações para a segunda metade do século são bastante escassas. Não se pode traçar uma tendência crescente para os batizados, em números absolutos, referente aos anos para os quais dispomos de dados.

A proporção de batizados de escravos era bem reduzida, não sendo possível definir o critério que permitia o batizado de escravos nesta Capela, que certamente não estava aberta a todos os servidores do palácio nesta condição. (Vide Tabela 3.98.)

O registro de óbitos na Capela assenta um número maior do que de nascimentos, apesar de representar uma proporção estável em relação ao conjunto da mortalidade do Rio de Janeiro. (Muito raramente os óbitos de escravos eram registrados na Capela Imperial.) (Vide Tabela 3.99.)

Quanto aos casamentos, não se encontra registrado casamento algum de escravo. Através da Tabela 3.101 verificamos que o ano de 1843 registrou o maior número de casamentos nesta Capela. (Vide Tabela 3.100.)

Vide Tabela 3.98 pág. 402

Vide Tabela 3.99 pág. 403

Vide Tabela 3.100 pág. 404

A população da paróquia de Campo Grande era constituída principalmente pelos habitantes das grandes fazendas de gado e engenhos, além de lavradores pobres e pequenos comerciantes. A região, em grande parte montanhosa, tinha clima saudável, exceto nos trechos pantanosos onde febres eram comuns em consequência da insalubridade. Situam-se nesta paróquia as seguintes serras: do Bangu, do Barata, de Martaraca, do Mendanha, do Rio da Prata, de Santa Eugênia e da Varginha, sendo a mais importante a do Barata por sua maior extensão. Banham suas terras muitos rios dos quais os principais são o Irajá e o Meriti. O Irajá forma-se em pequenos pântanos e deságua próximo da foz do Meriti, a pouca distância das ruínas do velho Palácio Episcopal. O Meriti nasce na Serra do Bangu, banha extensas terras da paróquia e limita a cidade do Rio de Janeiro com o município de Iguaçú no Estado do

Rio de Janeiro. É conhecido em diversos lugares da freguesia por onde corre pelos nomes de antigos fazendeiros e possuidores de escravos.

Nesta paróquia situavam-se um edifício público, 1.305 edifícios particulares, três igrejas, duas prisões, um quartel, e 1.739 fogos em 1870.

Os primeiros povoadores da região foram Manuel de Barcelos Domingos e seus filhos que no século XVII fundaram uma capela nos campos do Bangu, com o nome de N. S. do Destino da Mão de Deus, separando-se então Campo Grande das paróquias de Irajá e de Jacarepaguá.

Esta Capela teve curta vida. Em 1808 um vigário fixou residência na paróquia e passou a exercer as funções de culto numa segunda capela edificada em homenagem a mesma padroeira.

Do relatório de CANDIDO BORGES MONTEIRO¹⁸³, depois Visconde de Itaúna, Presidente da Câmara Municipal em 1855, constam tabelas estatísticas com mais de 1 mil prédios em Campo Grande, além de 59 casas de negócio. Nesta paróquia o Senado da Câmara possuía uma sesmaria para servir de descanso e pastagem do gado que fosse importado para o consumo da cidade do Rio de Janeiro.

A participação dos nascimentos na paróquia de Campo Grande tendeu a uma redução apesar de raros serem os anos em que os batizados foram inferiores ao ano anterior.

Segundo o recenseamento de 1870, a população desta paróquia constituía 4% do global da cidade. Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio um batizado para 28,5 habitantes, um nível razoavelmente alto de natalidade, portanto.

Apesar de ser uma paróquia rural, Campo Grande nunca teve um índice majoritário de escravos no século XIX. A proporção entretanto, se mantém por longo período mesmo após a extinção do tráfico. (Vide Tabela 3.101.)

Vide Tabela 3.101 pág. 405

Se verificarmos a frequência de óbitos, constatamos que há uma subida vertiginosa por volta de 1844 até 1847. Os óbitos distribuídos segundo sexo e condição nos permite concluir que a mortalidade recaía mais sobre as mulheres do que sobre os homens livres e que a mortalidade entre os escravos era maior que a natalidade. (Vide Tabela 3.102.)

Quanto a casamentos, esta prática, na paróquia de Campo Grande, era bastante irregular no decorrer do século XIX. (Vide Tabela 3.103.)

¹⁸³ RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal da Corte, op. cit. acima 136.

Observando a Tabela 3.104 verificamos que a população livre e escrava dedicava-se essencialmente à atividade agrícola.

Vide Tabela 3.102 pág. 406

Vide Tabela 3.103 pág. 407

Vide Tabela 3.104 pág. 408

A paróquia de Jacarepaguá se notabilizava pela produção de aguardente, café, milho, frutas e hortaliças. Treze grandes proprietários possuíam a maior parte das suas terras.

O clima da região era um dos mais salubres da cidade. As Serras da Tijuca e de Jacarepaguá, ramificações da Cordilheira Oriental, estão situadas nesta paróquia. Uma série de rios e riachos regam a região, e deságuam, na maior parte, na Lagoa de Jacarepaguá.

Nesta paróquia situavam-se um edifício público, 905 particulares, três igrejas, 984 fogos em 1870.

O número de nascimentos na paróquia de Jacarepaguá tende a uma redução sensível no decorrer do século XIX.

Segundo o recenseamento de 1870 a participação da população da paróquia no conjunto do Rio de Janeiro era de 3,2%.

Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio a média de um batizado por 29,2 habitantes.

A maioria da população de Jacarepaguá, antes da extinção do tráfico, era escrava, o que se constata pelo número de batizados desta condição. (Vide Tabela 3.105.)

Vide Tabela 3.105 pág. 408

Para os anos em que foi possível obter informações sobre óbitos por paróquia não constatamos uma mortalidade superior à natalidade. Em nenhum ano há cifras alarmantes de mortalidade.

Se verificarmos a freqüência de óbitos segundo a condição e o sexo, concluiremos que a mortalidade era maior que a natalidade entre os homens escravos e em menor escala para as mulheres escravas. (Vide Tabela 3.106.)

A prática do casamento era pouco generalizada na igreja da paróquia, raramente ultrapassando a participação dos nascimentos. (Vide Tabela 3.107.)

Apesar da população livre estar concentrada na lavoura e os escravos no serviço doméstico, é preciso ressaltar que 67,6% da população recenseada em 1870, nesta paróquia, não declarou a profissão. (Vide Tabela 3.108.)

Vide Tabela 3.106 pág. 410

Vide Tabela 3.107 pág. 410

Vide Tabela 3.108 pág. 411

Inhaúma era a mais importante paróquia rural ou suburbana, com comércio regular e manufaturas de couro e barro, principalmente. A atividade agrícola envolvia a lavoura de arroz, milho, feijão, batata, legumes e frutas variadas. No início do século XVII, eram proprietários das terras de Inhaúma os padres jesuítas que cultivavam cana-de-açúcar na área do Engenho Novo. O Vale de Inhaúma abrangia uma área extensa e fértil, lavrada por escravos e rendeiros, estendia-se para o sertão abrangendo o Andaraí e o Engenho Novo. Depois da expulsão dos jesuítas, suas terras foram confiscadas e retalhadas para serem arrematadas. A produção de açúcar continuou sendo importante no século XIX. Somente na região limítrofe de Engenho Novo e de São Cristovão havia facilidade de transporte. A urbanização da paróquia se deu aceleradamente no final do século.

Nesta paróquia situavam-se cinco edifícios públicos, 957 edifícios particulares, duas igrejas e 935 fogos em 1870.

A Matriz sob a invocação de São Tiago, foi organizada em 1745 na capela do mesmo nome datada de 1684, depois transferida para a localidade do Engenho da Rainha, onde D. Carlota Joaquina se refugiou dos rigores da etiqueta oficial.

A contribuição percentual de nascimentos na paróquia de Inhaúma foi relativamente estável durante o século XIX. Segundo o recenseamento de 1870, a população da paróquia constituía 3% do conjunto da cidade, proporção equivalente à metade dos índices de nascimentos. Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio um batizado para 55 habitantes, relação esta bastante baixa.

O reflexo da extinção do tráfico só vai se fazer sentir cinco anos após a medida haver sido tomada, o que é indicado pela redução dos nascimentos entre os escravos que em período anterior deveriam constituir mais da metade da população. (Vide Tabela 3.109.)

Vide Tabela 3.109 pág. 412

Nos anos para os quais dispomos de dados sobre a distribuição de óbitos por paróquia, constatamos que 1845 e 1849 foram aqueles em que houve maior mortalidade, que atingia maciçamente a população escrava em índices sempre muito superiores à natalidade. (Vide Tabela 3.110.)

A prática do casamento na paróquia era freqüente, excedendo sempre a participação percentual dos batizados. (Vide Tabela 3.111.)

O recenseamento de 1870 mostra a grande concentração de militares nesta paróquia em função dos quartéis existentes. A atividade agrícola ainda era importante só superada pelo serviço doméstico. (Vide Tabela 3.112.)

A paróquia de Guaratiba foi uma das mais prósperas da cidade do Rio de Janeiro, sofrendo sensível decadência no decorrer do século XIX, decadência esta atribuída por NORONHA SANTOS¹⁸⁴ às secas que consumiam plantações e cafezais, e por essa razão sua lavoura, no final do século, era pequena. Possuía extensos planaltos onde era criado o gado. Explorava essencialmente madeiras de lei, abundantes na região.

Vide Tabela 3.110 pág. 414

Vide Tabela 3.111 pág. 414

Vide Tabela 3.112 pág. 415

A atividade comercial se desenvolvia especialmente através dos portos de Sepetiba, Guaratiba e Sernambetiba. Guaratiba é banhada de norte a sul por rios e riachos dos quais o principal é o Piração. Grande parte do território é montanhoso e alagadiço nas zonas do litoral. O clima quente aliado aos grandes pântanos tornava a região bastante insalubre.

Nesta paróquia situavam-se três edifícios públicos, 1.116 particulares, quatro igrejas, uma prisão, e 1.145 fogos em 1870.

A participação da população de Guaratiba tendeu a decair no transcorrer do século XIX. Segundo o recenseamento de 1870 a população se constituía em 2,9% do global da cidade, índice bem mais baixo que o da natalidade.

Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio a média de um batizado por 25,4 habitantes, nível alto de natalidade, considerando a cidade do Rio de Janeiro.

Os nascimentos eram mais freqüentes entre os homens livres, sendo que a população escrava deveria ser inferior. Antes mesmo da abolição do tráfico se iniciou a rápida contração da população escrava. (Vide Tabela 3.113.)

Vide Tabela 3.113 pág. 416

Para os anos em que foi possível levantar informações específicas sobre os óbitos nesta paróquia, constatamos que a mortalidade era inferior à natalidade, tendência contrária ao do conjunto da população da cidade. O período 1844/45 acusa uma elevação no número de óbitos. A distribuição da mortalidade entre os sexos era homogênea, recaindo sobretudo na população escrava. (Vide Tabela 3.114.)

¹⁸⁴ SANTOS, Francisco Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965.

A prática do casamento era pouco comum na paróquia, se considerarmos o seu índice comparado ao da natalidade. (Vide Tabela 3.115.)

No final do século, a terra era trabalhada principalmente pela população livre, apesar de parte significativa da população escrava existente se concentrar na lavoura. (Vide Tabela 3.116.)

A lavoura da paróquia de Irajá era a mais importante da cidade, envolvendo frutas, batatas e hortaliças. Sobreviveram durante o século XIX grandes proprietários, existindo no final do século pelo menos seis latifúndios. O comércio varejista era bastante desenvolvido.

Vide Tabela 3.114 pág. 417

Vide Tabela 3.115 pág. 418

Vide Tabela 3.116 pág. 419

O clima era bom, exceto nos locais pantanosos onde era comum a ocorrência de febres, freqüentes nas zonas de mangues do Rio de Janeiro. Os rios Irajá, Meriti e Pavuna regam vastíssimas terras da localidade. O Irajá e o Meriti deságuam na Baía de Guanabara, limitando esta paróquia com o município de Iguaçú, Estado do Rio. O rio Pavuna lança-se no Meriti no lugar chamado Três Barras. O canal da Pavuna começou a ser construído em 1827. Existiam junto ao rio Pavuna grandes trapiches alfundegados pertencentes a particulares.

Situavam-se nesta paróquia um edifício público, 924 edifícios particulares, três igrejas, duas prisões, dois quartéis, um hospital, e 984 fogos em 1870.

Criada em 1644, o território da paróquia de N. S. da Apresentação de Irajá incluía os termos de Jacarepaguá (desmembrada em 1661), Campo Grande (desmembrada em 1673), Engenho Velho (em 1795) e Inhaúma (em 1743), no qual além das grandes propriedades jesuítas, havia 12 engenhos de açúcar e aguardente.

A participação da população da paróquia de Irajá no conjunto da cidade do Rio de Janeiro tende a aumentar no decorrer dos anos 1840-69. Em 1870, a população da paróquia constituía 2,4% da cidade, taxa inferior à participação dos batizados. Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio um batizado para 21,5 habitantes. Quanto à população escrava, somente após 1855 o número de batizados se reduz, refletindo, assim, os efeitos da abolição do tráfico. (Vide Tabela 3.117.)

Vide Tabela 3.117 pág. 419

Para os anos de que dispomos de dados sobre a distribuição dos óbitos por paróquia, constatamos uma tendência constante e retrações significativas apenas em 1843 e 1846. A mortalidade da população era bastante homogênea, não se encontrando grandes distorções na distribuição, quer por sexo, quer por condição. (Vide Tabela 3.118.)

Os casamentos na paróquia de Irajá não eram muito freqüentes, geralmente com uma participação percentual inferior à dos batizados. (Vide Tabela 3.119.)

A agricultura e o artesanato eram as atividades por excelência da mão-de-obra livre, enquanto o serviço doméstico era essencialmente atividade escrava. (Vide Tabela 3.120.)

Vide Tabela 3.118 pág. 421

Vide Tabela 3.119 pág. 421

Vide Tabela 3.120 pág. 422

No final do século XIX a paróquia de Santa Cruz estava decadente, o comércio era insignificante e a lavoura em acentuado declínio. Toda a paróquia pertenceu no período colonial aos padres jesuítas que aí possuíam extensa criação de gado, olarias, armazéns, oficinas e engenhos de açúcar, além de grande número de escravos. A Fazenda de Santa Cruz, desapropriada quando da expulsão dos jesuítas, foi incorporada à Coroa com a denominação de Imperial e Nacional Fazenda de Santa Cruz.

Nesta paróquia situavam-se um edifício público, 403 edifícios particulares, uma igreja, uma prisão, dois quartéis, um hospital e 417 fogos em 1870.

Esta paróquia, em 1833, foi anexada por decreto ao Município da Corte, separando-se do termo de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. (No Curral de Ferros se situava o cemitério da localidade.)

A participação da população da paróquia de Santa Cruz no total da cidade do Rio de Janeiro apresenta nítida tendência à redução entre 1840 e 1869. Em 1870, a população da paróquia se constituía em 1,5% da cidade, havendo portanto, aproximação entre esse dado e a participação dos casamentos. Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o último quinquênio um batizado para 35 habitantes.

Os efeitos da abolição do tráfico só se fizeram sentir 15 anos depois quando o número de batizados de escravos se reduziu frente ao de homens livres. (Vide Tabela 3.121.)

Vide Tabela 3.121 pág. 423

Nos anos para os quais dispomos de dados sobre os óbitos na paróquia, verificamos uma tendência constante a uma natalidade maior que a mortalidade, contrariamente à tendência geral da cidade. Apenas em 1847 houve uma mortalidade maior de homens livres do que de nascimentos naquele ano. Mesmo a população escrava da paróquia de Santa Cruz apresentava, em números absolutos, uma natalidade maior que a mortalidade. (Vide Tabela 3.122.)

Fica difícil traçar a tendência dos casamentos na paróquia em decorrência de sua extrema variância no tempo. (Vide Tabela 3.123.)

A atividade agrícola concentrava a população livre e escrava, apesar de grande número de escravos estar utilizado no serviço doméstico. (Vide Tabela 3.124.)

A ocupação econômica da paróquia da Ilha do Governador se deu paralelamente à fundação da cidade do Rio de Janeiro. O Governador Salvador Corrêa de Sá estabeleceu um engenho nesta Ilha, e até 1822 era conhecida como a Ilha dos Sete Engenhos por possuir em seu território sete estabelecimentos de moagem de cana-de-açúcar.

Vide Tabela 3.122 pág. 425

Vide Tabela 3.123 pág. 425

Vide Tabela 3.124 pág. 426

A Ilha apresentava pequeno comércio e algumas atividades artesanais importantes como a produção de tijolos, telhas, cerâmica e cal. A lavoura dedicava-se à produção de hortaliças que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro. A pesca absorvia a maior parte da mão-de-obra e se constituía na atividade da população pobre, assim como a exploração da madeira e lenha. É a maior ilha da Baía de Guanabara, o clima é quente e sujeitava a população a *febres palustres* intermitentes.

Nesta paróquia situavam-se 410 edifícios particulares, quatro igrejas, uma prisão e 414 fogos, em 1870. A sua Matriz, Capela de N. S. da Ajuda, foi edificada em 1710 e reedificada sucessivamente em 1743 e 1811, tendo sido destruída por um incêndio em 1871.

A participação dos nascimentos na paróquia da Ilha do Governador manteve-se estável no decorrer do século XIX. Segundo o recenseamento de 1870, a população da paróquia se constituía em 1,1% do Rio de Janeiro, cifra bastante próxima da taxa de natalidade. Tomando a população da paróquia em 1870 como base, temos para o quinquênio último, um batizado para cada 30,5 habitantes.

Apesar de ser uma paróquia rural, a população escrava jamais foi majoritária e mesmo antes da extinção do tráfico, sua proporção era bastante reduzida. (Vide Tabela 3.125.)

Vide Tabela 3.125 pág. 427

Para os anos em que foi possível recolher dados sobre óbitos, não se localizou nenhuma cifra alarmante, com exceção de 1845, quando atinge uma taxa realmente bastante alta. A mortalidade recaía principalmente sobre a população escrava e em especial sobre os homens. (Vide Tabela 3.126.) Na paróquia da Ilha do Governador, a mortalidade excedia a natalidade de uma maneira geral.

Os casamentos na paróquia acompanhavam de perto o Índice de natalidade. (Vide Tabela 3.127.)

Vide Tabela 3.126 pág. 429

Vide Tabela 3.127 pág. 429

Vide Tabela 3.128 pág. 430

A paróquia da Ilha de Paquetá possuía um comércio regular e fornecia cal, cocos, hortaliças e grande quantidade de peixes para a cidade. A pesca era um dos recursos principais da maior parte da população composta por lavradores e embarca-dícos. (Vide Tabela 3.132.) A Ilha era cercada de chácaras desde o 1º Reinado, ser-vindo de estação balneária para a aristocracia. Separou-se de Magé na província do Rio de Janeiro em 1816. Sua Matriz é a Igreja Senhor Bom Jesus do Monte.

Nesta paróquia situavam-se um edifício público, 218 edifícios particulares, três igrejas, uma prisão, um quartel e 190 fogos em 1870.

A participação dos nascimentos na paróquia da Ilha de Paquetá manteve uma leve tendência à redução durante o período de 1840-69. Segundo o recenseamento de 1870, a população da paróquia se constituía em 0,5% do Rio de Janeiro, índice bem próximo ao de sua natalidade. Tomando a população da paróquia em 1870 co-mo base, temos um batizado para cada 36 habitantes no último quinquênio.

Apesar da população livre ser majoritária, a população escrava acompanhava de perto seu número. Entretanto, a queda da participação de escravos começa a ocorrer antes mesmo de haver sido abolido o tráfico. A distribuição da população por sexo de acordo com a condição era bastante homogênea. (Vide Tabela 3.129.)

Para os anos em que foi possível recolher informações sobre óbitos, notamos que a partir de 1844/45 se inicia uma tendência a uma mortalidade superior à nata-lidade.

Vide Tabela 3.129 pág. 431

A mortalidade atingia mais os homens que as mulheres independentemente da condição. (Vide Tabela 3.130.)

A prática do casamento na paróquia era reduzida, sendo o índice de casamen-tos bastante menor que o de natalidade. (Vide Tabela 3.131.)

O alto índice do serviço doméstico na paróquia indicava uma população ainda muito vinculada à economia de subsistência. (Vide Tabela 3.132.)

Para uma visão do conjunto apresentamos as tendências dos batizados, casa-mentos e óbitos no Rio de Janeiro. (Vide Tabela 3.133, 3.134 e 3.135.)

A partir de 1850 não dispomos mais de informações suficientemente homogê-neas nas paróquias para que possamos fazer uma análise da mortalidade na cidade do Rio de Janeiro. Tivemos assim que recorrer aos Relatórios da Diretoria da Saúde Pública. (Vide Tabela 3.137.)

Vide Tabela 3.130 pág. 433

Vide Tabela 3.131 pág. 433

Vide Tabela 3.132 pág. 434

Vide Tabela 3.133 pág. 435

Vide Tabela 3.134 pág. 437

Vide Tabela 3.135 pág. 437

Chama logo a atenção o aumento na taxa de mortalidade em 1850 se compararmos com os anos anteriores. Para explicar o aumento da mortalidade deste ano, basta a epidemia de *febre amarela* que fez 4.160 vítimas. Alegava-se na época que a "(...) chegada de inúmeros aventureiros que se dirigião à California e que aqui se demoravão por mais ou menos tempo determinando a aglomeração de povo no interior da cidade (...)", assim como o aumento rápido da entrada de escravos, às vésperas da extinção do tráfico, portadores de moléstias como bexigas e desinterias pútridas, (das quais morriam às dezenas) que contaminaram a população e contribuíram para aumentar a mortalidade daquele ano.

A oscilação da mortalidade entre 1851 e 1854 pode ser atribuída ainda à *febre amarela* que nunca deixou de agir, apesar disso a média não se afastou da do período de 1848 e 1849.

Em 1855, o Rio de Janeiro foi assolado pela primeira vez pela epidemia de cólera-morbo, com 4.828 vítimas, fazendo elevar a cifra da mortalidade para 11.180. Tornou a cair o número de óbitos em 1856, ano em que não ocorreram epidemias nem de cólera-morbo nem de *febre amarela*.

Vide Tabela 3.136 pág. 438

A mortalidade continua com sua tendência ascendente, entre 1857 e 1860, oscilando anualmente em função da violência da epidemia de *febre amarela*. Em 1861 e 1864 a proporção sofre uma queda. Finalmente torna a elevar-se em 1865, em virtude de uma intensa epidemia de varíola e outras moléstias decorrentes da aglomeração das tropas com destino ao Paraguai. Depois a tendência gradualmente decresce até 1869, apesar de, em 1867 e 1868, a cólera-morbo haver grassado novamente.

A mortalidade ordinária flutuava entre 8.200 a 8.600 e daí só se afastava quando epidemias atuavam sobre a população. Assim os óbitos deviam atingir 2,5% da população, sem considerar a mortalidade epidêmica.

A mortalidade dos escravos que regulava em mais de 1/3 da dos livres e libertos, tende a decrescer sensivelmente nestes últimos anos, demonstrando que depois da abolição do tráfico esta população se reduziu muito em função do reduzido número de nascimentos.

Essas considerações, abrangendo o estudo das oscilações da mortalidade, parecem estar ligadas às influências de aclimatação e péssimo estado de higiene em

que vivia a população escrava e dos diversos estrangeiros que começavam a chegar em grande escala. As elevações extremas da cifra da mortalidade davam-se em anos em que grassaram epidemias trazidas por imigrantes, com exceção da *febre amarela* típica dos trópicos.

As cifras de mortalidade eram atribuídas às condições climáticas. Entretanto, estudos mais detalhados provaram que as condições dos terrenos próximos ao nível do mar, com pequenos declives para o escoamento das águas precipitadas em abundância eram as principais responsáveis pela insalubridade do Rio de Janeiro. Esse problema podia ser contornado por obras de engenharia. (Vide Tabela 3.137.)

O número de nascimentos neste período (1865-1869) elevava-se a 31.257, sendo que sua média anual era de 6.255. Portanto, sendo a média anual da mortalidade no primeiro ano de vida representada por 689,6, aproxima-se de 11% dos nascimentos, sendo, pois, uma quantidade excessiva.

Segundo o relatório do Dr. Luiz Silva Brandão apresentado ao Excelentíssimo Provedor da Santa Casa da Misericórdia, atribua-se este alto índice de mortalidade à sífilis, doença que constituía 1/3 das entradas na Santa Casa.

A proporção da mortalidade entre os dois sexos é maior nos homens que nas mulheres, em função de maior imigração de população masculina e da população flutuante típica dos portos comerciais; as faixas etárias que apresentavam taxa de mortalidade mais alta, eram de 25 a 40 anos e de 40 a 55, faixas em que ocorria com maior frequência a tísica pulmonar. Na faixa de um a sete anos a taxa de mortalidade era provocada por sífilis, moléstias gastro-intestinais, respiratórias e pela tuberculose.

Vide Tabela 3.137 pág. 439

A mortalidade era proporcionalmente maior nas paróquias onde a população, embora espalhada por grande extensão de território, vivia aglomerada em diversos núcleos constituídos pelos cortiços, nos quais inexisteriam condições higiênicas, como se pode verificar pelas informações prestadas pelos subdelegados de polícia das diversas paróquias.

Vide Tabela 3.138 pág. 440

Compunha-se essa população de 13.555 homens e 8.374 mulheres; 16.852 adultos e 5.077 menores, 96.630 brasileiros e 12.299 estrangeiros.

Examinando a questão por outro lado, e procurando saber quais as paróquias em que preponderavam as moléstias dependentes de causas permanentes de insalubridade, chegamos ao seguinte resultado: Santana ocupava o primeiro lugar, sendo seguida na ordem de proporção por Santa Rita, Santo Antonio, Glória, São José e Espírito Santo. Foram consideradas moléstias dependentes das condições endêmicas

locais, as febres de infecção, tísica pulmonar, tuberculose e moléstias do tubo gastro-intestinal.

A Seção de Estatística fez publicar no relatório do Ministro do Império uma estatística da população escrava e sua descendência. Esse exame estatístico abarca mais de 80% da população escrava. (Vide Tabela 3.139.)

A tendência à redução do número global de escravos é uma constante no quinquênio, acelerando-se nos dois últimos anos.

O afluxo de escravos de outros municípios se reduz anualmente, em especial em 1881, quando esse número é insignificante.

A quantidade de escravos que é transferida para outros municípios é sempre inferior àquela dos escravos que vem para o Rio de Janeiro, com exceção de 1881 em que há uma pequena diferença a favor daqueles que deixam o Rio de Janeiro.

A taxa anual de mortalidade de 2% nos dois primeiros anos, tende a cair levemente até 1,8% no último ano.

As alforrias nos últimos três anos aumentam percentualmente, indicando uma tendência marcante de generalização desta prática nas vésperas da abolição. (Vide Tabela 3.140.)

A tendência ao aumento do número global de descendentes da população escrava é inversa à verificada entre os escravos.

A migração desta população livre de outros municípios para o Rio de Janeiro é pequena a princípio, mas tende a se tornar significativa nos anos subseqüentes. Insignificante é a tendência contrária, isto é, os beneficiados pela Lei do Ventre Livre geralmente permaneciam no Rio de Janeiro.

A taxa de mortalidade da população livre, descendente de escrava é mais alta do que aquela encontrada entre os escravos propriamente ditos, porém tende a se igualar no final do período.

Vide Tabela 3.139 pág. 441

Vide Tabela 3.140 pág. 442

TABELAS

TABELA 3.1 – Realocação de Escravos em 1823 e 1872

REGIÃO	POPULAÇÃO					
	ES CRAVA		LIVRE		TOTAL	
	1823	1872	1823	1872	1823	1872
Norte	3%	2%	3%	4%	3%	3%
Nordeste	54%	32%	51%	49%	52%	47%
Sudeste	39%	59%	37%	37%	38%	40%
Sul	1%	6%	7%	7%	5%	7%
Centro-Oeste	3%	1%	2%	2%	2%	2%

Fonte: LEFF, Nathaniel H. Economic development and regional inequality; origins of the Brazilian case. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Mass., Harvard Univ., 86(2), May 1972.

TABELA 3.2 – Exportação do Café pela Província do Rio de Janeiro nos Exercícios de 1840/41 a 1849/50

(Valores Oficiais)

EXERCÍCIOS	QUANTIDADE DE ARROBAS	PREÇO MÉDIO	VALOR EXPORTADO
1840/41	4.982.221	3\$519	17.544:647\$000
1841/42	5.482.731	3\$286	18.002:288\$000
1842/43	5.843.476	2\$902	16.929:581\$000
1843/44	6.206.841	2\$878	17.780:749\$000
1844/45	6.052.771	2\$811	17.087:477\$000
1845/46	6.720.221	3\$028	20.446:846\$000
1846/47	7.598.864	2\$761	21.028:910\$000
1847/48	9.201.355	2\$632	24.237:026\$000
1848/49	8.258.046	2\$502	20.735:398\$000
1849/50	5.706.833	3\$866	22.059:518\$000
	66.053.359		195.852:440\$000

Fonte: SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1860. p. 209-10.

TABELA 3.3 – Exportação do Café Produzido na Província do Rio de Janeiro

EXERCÍCIOS	ARROBAS	PREÇO MÉDIO	VALOR EXPORTADO
1849/50	5.706.833	3\$866	22.059:518\$000
1853/54	8.063.033	4\$071	32.828:328\$000

Aumento de produção, de preço e de valor

2.356.200 arrobas (41,28%), \$205 (5,3%), 10.768:810\$000 (48,81%)

EXERCÍCIOS	ARROBAS	PREÇO MÉDIO	VALOR EXPORTADO
1853/54	8.063.033	4\$071	32.828:328\$000
1858/59	8.711.014	4\$541	39.558:736\$000

Aumento de produção, de preço e de valor

647.981 arrobas – \$470 – 6.730:408\$000

Fonte: SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brasil.* Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1860. p. 211.

TABELA 3.4 – Exportação do Açúcar da Província do Rio de Janeiro para Países Estrangeiros e Outras Províncias do Império nos Exercícios de 1846/47 a 1851/52

EXERCÍCIOS	DESTINOS	QUANTIDADE	TOTAL ARROBAS
1846/47	Estrangeiro	986.422	1.211.824
	Províncias	225.402	
1847/48	Estrangeiro	793.220	972.619
	Províncias	179.399	
1848/49	Estrangeiro	766.763	1.017.809
	Províncias	251.046	
1849/50	Estrangeiro	793.478	1.182.403
	Províncias	388.925	
1850/51	Estrangeiro	788.416	1.055.538
	Províncias	267.122	
1851/52	Estrangeiro	906.342	1.427.160
	Províncias	520.818	

EXPORTAÇÃO MÉDIA ANUAL – 1.144.559

Fonte: SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brasil.* Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1860. p. 216.

Esta tabela foi elaborada de acordo com os mapas oficiais da Mesa do Consulado da Corte.

TABELA 3.5 – Estatística Oficial do Tesouro Nacional da Exportação do Açúcar do Rio de Janeiro para os Portos Estrangeiros nos Exercícios de 1846/47 a 1851/52

EXERCÍCIOS	QUANTIDADE DE ARROBAS
1846/47	359.067
1847/48	383.026
1848/49	230.752
1849/50	448.527
1850/51	579.043
1851/52	625.205
	2.625.620

Média Anual: 456.405 arrobas

Fonte: SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimentícios no Imperio do Brasil.* Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1860. p. 215-6.

TABELA 3.6 – Distribuição dos Engenhos na Província do Rio de Janeiro em 1852

MUNICÍPIOS	ENGENHOS	MUNICÍPIOS	ENGENHOS
Corte	58	Niterói	25
Cabo Frio	11	Parafba do Sul	5
Campos	431	Parati	18
Capivari	10	Piraf	10
Iguassu	32	Rezende	42
Itaboraí	38	Rio Bonito	18
Itaguaí	10	Santo Antonio Sá	11
Macaé	9	S. João da Barra	24
Magé	3	Squarema	11
Maricá	13	Vassouras	9

Fonte: SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimentícios no Imperio do Brasil.* Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1860. p. 215-6.

TABELA 3.7 – Comércio Exterior da Cidade do Rio de Janeiro e do Brasil de 1843 a 1888

Anos	1843 Importação	1844 Exportação	1844 Importação	1845 Exportação	1845 Importação
Rio de Janeiro	31.032:412\$	23.846:352\$	31.001:702\$	22.599:321\$	26.795:251\$
Total Brasil	55.289:343\$	43.800:283\$	57.228:019\$	47.059:398\$	50.654:827\$
Anos	1846 Exportação	1846 Importação	1847 Exportação	1847 Importação	1848 Exportação
Rio de Janeiro	26.303:668\$	25.995:876\$	25.994:862\$	24.025:747\$	31.029:528\$
Total Brasil	53.674:391\$	52.640:970\$	52.449:000\$	47.470:321\$	57.181:824\$
Anos	1848 Importação	1849 Exportação	1849 Importação	1850 Exportação	1850 Importação
Rio de Janeiro	29.924:075\$	27.328:757\$	29.726:717\$	26.342:904\$	39.162:270\$
Total Brasil	51.529:103\$	56.290:000\$	56.027:605\$	55.032:000\$	76.918:619\$
Anos	1851 Exportação	1851 Importação	1852 Exportação	1852 Importação	1853 Exportação
Rio de Janeiro	35.749:152\$	56.681:270\$	37.961:608\$	48.116:874\$	37.778:571\$
Total Brasil	67.788:170\$	92.860:121\$	66.640:304\$	87.332:156\$	73.644:724\$
Anos	1853 Importação	1854 Exportação	1854 Importação	1855 Exportação	1855 Importação
Rio de Janeiro	46.051:244\$	37.711:432\$	47.415:383\$	51.171:341\$	50.158:749\$
Total Brasil	84.854:899\$	76.842:490\$	85.359:106\$	90.698:615\$	91.233:821\$
Anos	1856 Exportação	1856 Importação	1857 Exportação	1857 Importação	1858 Exportação
Rio de Janeiro	49.176:486\$	67.922:825\$	55.121:675\$	69.539:746\$	44.421:609\$
Total Brasil	94.431:315\$	125.226:230\$	114.546:981\$	130.207:607\$	96.199:725\$
Anos	1858 Importação	1859 Exportação	1859 Importação	1860 Exportação	1860 Importação
Rio de Janeiro	68.540:352\$	51.974:658\$	60.229:412\$	57.599:786\$	72.979:831\$
Total Brasil	127.722:619\$	106.805:972\$	113.027:995\$	112.957:972\$	123.720:345\$
Anos	1861 Exportação	1861 Importação	1862 Exportação	1862 Importação	1863 Exportação
Rio de Janeiro	79.083:786\$	58.222:834\$	57.845:011\$	49.621:604\$	52.810:706\$
Total Brasil	123.171:163\$	110.531:189\$	120.719:942\$	99.172.708\$	122.479:996\$

cont.

cont.

Anos	1863 Importação	1864 Exportação	1864 Importação	1865 Exportação	1865 Importação
Rio de Janeiro	70.633:356\$	54.224:641\$	67.706:951\$	62.572:339\$	80.709:067\$
Total Brasil	125.613:655\$	131.120:395\$	131.600:464\$	141.068:470\$	137.766:842\$

Anos	1866 Exportação	1866 Importação	1867 Exportação	1867 Importação	1868 Exportação
Rio de Janeiro	60.628:952\$	80.458:064\$	73.844:227\$	81.251:943\$	85.821:885\$
Total Brasil	157.087:558\$	143.483:745\$	156.020:906\$	140.612:350\$	185.270:067\$

Anos	1868 Importação	1869 Exportação	1869 Importação	1870 Exportação	1870 Importação
Rio de Janeiro	89.221:144\$	89.221:288\$	86.984:338\$	71.075:350\$	63.710:142\$
Total Brasil	168.510:228\$	202.700:000\$	168.174:169\$	197.265:321\$	162.400:000\$

Anos	1871 Exportação	1871 Importação	1872 Exportação	1872 Importação	1873 Exportação
Rio de Janeiro	78.164:692\$	69.438:520\$	66.071:669\$	76.065:525\$	102.088:782\$
Total Brasil	166.469:995\$	150.300:000\$	190.522:541\$	158.500:000\$	214.621:741\$

Anos	1873 Importação	1874 Exportação	1874 Importação	1875 Exportação	1875 Importação
Rio de Janeiro	95.385:777\$	86.995:877\$	95.394:884\$	103.091:351\$	101.356:148\$
Total Brasil	152.800:000\$	189.893:606\$	167.549:181\$	208.494:257\$	172.149:044\$

Anos	1876 Exportação	1876 Importação	1877 Exportação	1877 Importação	1878 Exportação
Rio de Janeiro	100.544:412\$	87.392:400\$	101.036:900\$	90.227:400\$	92.236:000\$
Total Brasil	183.601:546\$	156.886:000\$	195.563:300\$	163.517:000\$	187.403:600\$

Anos	1878 Importação	1879 Exportação	1879 Importação	1880 Exportação	1880 Importação
Rio de Janeiro	91.029:300\$	106.061:300\$	95.024:700\$	112.090:000\$	96.545:900\$
Total Brasil	162.392:400\$	206.453:000\$	173.645:300\$	222.351:700\$	179.668:000\$

Anos	1881 Exportação	1881 Importação	1882 Exportação	1882 Importação	1883 Exportação
Rio de Janeiro	115.332:400\$	96.190:386\$	88.346:310\$	102.485:336\$	91.989:799\$
Total Brasil	230.962:900\$	182.251:691\$	209.851:448\$	190.263:850\$	197.032:536\$

cont.

conclusão

Anos	1883 Importação	1884 Exportação	1884 Importação	1885 Exportação	1885 Importação
Rio de Janeiro	103.588.689\$	86.726.766\$	91.144.415\$	109.145.024\$	103.699.482\$
Total Brasil	202.530.000\$	216.011.500\$	178.431.000\$	224.300.477\$	197.502.000\$

Anos	1886 Exportação	1886 Importação	1887 Exportação	1887 Importação	1888 Exportação
Rio de Janeiro	92.469.238\$	159.039.311\$	150.733.245\$	131.369.306\$	95.752.919\$
Total Brasil	191.393.987\$	207.204.000\$	263.519.000\$	260.998.859\$	212.592.272\$

Fonte: ^aBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 7ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Interino dos Negócios da Fazenda Antonio Paulino Limpo de Abreo.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1848. (Quadro 22)

^bBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Ministro Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda Joaquim José Rodrigues Torres.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1851. (Quadro 39)

^cBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1857. (Quadros 53, 56)

^dBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859. (Quadros 46, 51)

- ^eBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 12ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1865. (Quadros 86, 88)
- ^fBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral na 2ª Sessão da 13ª Legislatura pelo Ministro Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda Zacarias de Goes e Vasconcellos.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1868. (Quadros 99, 101)
- ^gBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda Visconde do Rio Branco.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1873. (Quadros 47, 48)
- ^hBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Relatorio do Ministro da Fazenda.* Rio de Janeiro, 1875. (Falta folha de frontispicio; Quadro 46)
- ⁱBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e Interino da Fazenda Barão de Cotegipe.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1877.
- ^jBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Ministro Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda José Antonio Saraiwa.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1880. (Quadro 41)
- ^kBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 18ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda Murtinho Alvares da Silva Campos.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1882. (Quadro 35).

^lBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 18ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda José Antonio Saraiva.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1882. (Quadro 43)

^mBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 19ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda José Antonio Saraiva.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1885. (Quadro 35)

ⁿBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 20ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda J. Belisario Soares Souza.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1886. (Quadro 36)

^oBRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio do Ministerio dos Negocios da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado da Fazenda João Alfredo Corrêa de Oliveira.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1889. (Quadro 32)

TABELA 3.8 – Navegação do Porto do Rio de Janeiro no Exercício de 1857/58

ESPECIFICAÇÃO	NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO
Navegação a longo curso (navios estrangeiros)	1.121	513.103	14.524
Navegação de grande ca- botagem (maioria nacio- nal)	1.096	154.033	11.528
TOTAL	2.217	667.136	26.052

Fonte: SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimentícios no Imperio do Brasil.* Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp. 1860, p. 206.

TABELA 3.9 – Dados sobre o Comércio Interno do Rio de Janeiro com Goiás e Minas Gerais nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66

Exercício	COMÉRCIO			
	1863/64	1864/65	1865/66	
Longo Curso	124.858.000\$000	133.305.000\$000	118.854.000\$000	
Cabotagem	25.939.000\$000	29.655.000\$000	26.583.000\$000	
TOTAL	150.797.000\$000	162.960.000\$000	145.447.000\$000*	
Comércio Interno	Goiás	4.500.000\$000	5.000.000\$000	4.000.000\$000
	Minas	10.500\$000	12.000.000\$000	11.000.000\$000

* Erro no original

Fonte: BRASIL. Ministerio da Agricultura, Comercio e Obras Publicas. *Relatório do Ministerio da Agricultura, Comercio e Obras Publicas, apresentado na 1ª Sessão da 13ª Legislatura por Manoel Pinto Souza Dantas.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1867.

TABELA 3.10 – Comércio de Cabotagem por Valores Oficiais, e por Procedências, com Distinção os Gêneros Nacionais dos Estrangeiros nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66

Especificação	1863/64			1864/65			1865/66		
	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total
IMPORTAÇÃO									
Pará	119.000\$	3.000\$	122.000\$	11.000\$	98.000\$	109.000\$	27.000\$	30.000\$	57.000\$
Maranhão	86.000\$	23.000\$	89.000\$	2.000\$	3.000\$	5.000\$	4.000\$	8.000\$	12.000\$
Ceará	29.000\$	10.000\$	39.000\$	2.000\$	3.000\$	5.000\$	\$	\$	\$
Rio Grande do Norte	30.000\$	\$	30.000\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
Pernambuco	1.281.000\$	185.000\$	1.466.000\$	2.004.000\$	96.000\$	2.100.000\$	1.284.000\$	174.000\$	1.458.000\$
Alagoas	299.000\$	1.000\$	300.000\$	458.000\$	\$	456.000\$	264.000\$	\$	264.000\$
Sergipe	35.000\$	\$	35.000\$	66.000\$	\$	66.000\$	8.000\$	\$	8.000\$
Bahia	1.248.000\$	274.000\$	1.522.000\$	2.572.000\$	176.000\$	2.748.000\$	976.000\$	739.000\$	1.715.000\$
Espirito Santo	80.000\$	5.000\$	85.000\$	32.000\$	\$	32.000\$	46.000\$	\$	46.000\$
São Paulo	687.000\$	95.000\$	782.000\$	1.109.000\$	\$	1.109.000\$	888.000\$	23.000\$	911.000\$
Paraná	100.000\$	8.000\$	108.000\$	46.000\$	3.000\$	49.000\$	52.000\$	12.000\$	64.000\$
Santa Catarina	173.000\$	18.000\$	191.000\$	183.000\$	\$	183.000\$	54.000\$	3.000\$	57.000\$
Rio Grande do Sul	2.489.000\$	96.000\$	2.585.000\$	3.217.000\$	41.000\$	3.258.000\$	1.566.000\$	41.000\$	1.607.000\$
Mato Grosso	75.000\$	\$	75.000\$	33.000\$	\$	33.000\$	\$	\$	\$
	6.711.000\$	718.000\$	7.429.000\$	9.733.000\$	420.000\$	10.153.000\$	5.169.000\$	1.030.000\$	6.199.000\$
EXPORTAÇÃO									
Pará	29.000\$	27.000\$	56.000\$	60.000\$	51.000\$	111.000\$	74.000\$	23.000\$	97.000\$
Maranhão	97.000\$	37.000\$	134.000\$	184.000\$	34.000\$	218.000\$	161.000\$	26.000\$	187.000\$
Ceará	1.000\$	44.000\$	45.000\$	90.000\$	31.000\$	121.000\$	\$	\$	\$
Rio Grande do Norte	\$	\$	\$	11.000\$	\$	11.000\$	\$	\$	\$
Paraíba	3.000\$	2.000\$	5.000\$	4.000\$	28.000\$	33.000\$	\$	\$	\$
Pernambuco	830.000\$	355.000\$	1.185.000\$	1.180.000\$	245.000\$	1.425.000\$	1.047.000\$	301.000\$	1.348.000\$
Alagoas	59.000\$	88.000\$	147.000\$	\$	214.000\$	214.000\$	40.000\$	172.000\$	212.000\$
Sergipe	41.000\$	22.000\$	63.000\$	31.000\$	59.000\$	90.000\$	39.000\$	25.000\$	64.000\$
Bahia	595.000\$	484.000\$	1.079.000\$	1.270.000\$	297.000\$	1.567.000\$	66.000\$	413.000\$	479.000\$
Espirito Santo	242.000\$	452.000\$	694.000\$	236.000\$	557.000\$	793.000\$	250.000\$	580.000\$	830.000\$
São Paulo	1.019.000\$	8.153.000\$	9.172.000\$	1.370.000\$	7.466.000\$	8.836.000\$	1.351.000\$	8.363.000\$	9.717.000\$
Paraná	310.000\$	1.433.000\$	1.743.000\$	278.000\$	1.579.000\$	1.857.000\$	281.000\$	1.868.000\$	2.129.000\$
Santa Catarina	192.000\$	623.000\$	815.000\$	154.000\$	697.000\$	851.000\$	200.000\$	938.000\$	1.138.000\$
Rio Grande do Sul	947.000\$	1.757.000\$	2.704.000\$	1.533.000\$	1.842.000\$	3.375.000\$	1.660.000\$	2.526.000\$	4.186.000\$
Mato Grosso	75.000\$	593.000\$	668.000\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
	4.440.000\$	14.070.000\$	18.510.000\$	6.401.000\$	13.101.000\$	19.502.000\$	5.149.000\$	15.235.000\$	20.384.000\$

Fonte: BRASIL. Ministerio da Agricultura, Comercio e Obras Publicas. *Relatório do Ministerio da Agricultura, Comercio e Obras Publicas, apresentado na 1ª Sessão da 13ª Legislatura por Manoel Pinto Souza Dantas.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1867. (Anexo S, quadros 5, 6. Comissão dirigida por Sebastião Soares Ferreira)

TABELA 3.11 – Comércio de Longo Curso Apresentando as Procedências e Destinos, nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66

Especificação		1863/64	1864/65	1865/66
IMPORTAÇÃO PROCEDÊNCIAS	Grã-Bretanha	37.685.000\$	29.825.000\$	23.225.000\$
	França	14.252.000\$	17.857.000\$	12.163.000\$
	Repúblicas do Prata	6.975.000\$	8.583.000\$	8.148.000\$
	Estados Unidos	3.139.000\$	3.305.000\$	2.933.000\$
	Cidades Hanseáticas	2.453.000\$	1.475.000\$	1.842.000\$
	Portugal	2.242.000\$	2.255.000\$	2.822.000\$
	Bélgica	1.289.000\$	1.702.000\$	649.000\$
	Espanha	1.059.000\$	1.215.000\$	1.280.000\$
	Itália	493.000\$	396.000\$	271.000\$
	Suécia e Dinamarca	497.000\$	379.000\$	139.000\$
	Áustria	309.000\$	345.000\$	396.000\$
	Diversas procedências	240.000\$	370.000\$	257.000\$
		<u>70.633.000\$</u>	<u>67.707.000\$</u>	<u>54.125.000\$</u>
	Mercadorias livres de direitos	3.065.000\$	4.100.000\$
Ditas por conta do Estado	10.662.000\$	4.716.000\$	
	<u>70.633.000\$</u>	<u>81.434.000\$</u>	<u>62.941.000\$</u>	
Soma	70.633.000\$	81.434.000\$	62.941.000\$	
Dinheiro	20.075.000\$	8.476.000\$	21.760.000\$	
EXPORTAÇÃO DESTINOS	Grã-Bretanha	19.823.000\$	15.304.000\$	17.639.000\$
	Estados Unidos	15.325.000\$	13.444.000\$	21.834.000\$
	França	9.537.000\$	12.483.000\$	10.172.000\$
	Suécia e Noruega	1.666.000\$	1.694.000\$	1.001.000\$
	Repúblicas do Prata	1.458.000\$	2.156.000\$	2.683.000\$
	Itália	958.000\$	357.000\$	179.000\$
	Turquia	597.000\$	808.000\$	1.222.000\$
	Áustria	370.000\$	215.000\$	60.000\$
	Espanha	545.000\$	262.000\$	163.000\$
	Rússia	793.000\$	679.000\$	1.465.000\$
	Bélgica	498.000\$	169.000\$	203.000\$
	Cidades Hanseáticas	456.000\$	769.000\$	1.187.000\$
	Dinamarca	397.000\$	2.526.000\$	957.000\$
	México e Chile	314.000\$	150.000\$	\$
Portugal	1.218.000\$	2.512.000\$	1.669.000\$	
Diversos países	\$	9.045.000\$	195.000\$	
	<u>53.955.000\$*</u>	<u>62.573.000\$</u>	<u>60.629.000\$</u>	

* Erro no original.

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apresentado na 1ª Sessão da 13ª Legislatura por Manoel Pinto Souza Dantas.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1867.

TABELA 3.12 – Principais Gêneros Exportados para o Estrangeiro por Valores e Quantidades nos Exercícios de 1863/64 a 1865/66

	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
1863/64	Aguardente de cana	Canadá	353.682	221:000\$
	Algodão em rama	Arroba	30.402	489:000\$
	Açúcar	Idem	574.503	1.854:000\$
	Café pilado	Idem	6.810.343	45.962:000\$
	Couros secos e salgados	Idem	94.558	626:000\$
	Diamantes	Oitava	5.332	2.652:000\$
	Fumo em corda	Arroba	98.140	684:000\$
	Ouro em pó e em barra, e prata	Oitava	31.808	114:000\$
	Diversos objetos	1.623:000\$
				54.225:000\$
1864/65	Aguardente de cana		596.579	270:000\$
	Algodão em rama		31.201	533:000\$
	Açúcar		283.777	1.015:000\$
	Café pilado		8.791.247	53.235:000\$
	Couros secos e salgados		415.854	546:000\$
	Diamantes		7.951	3.976:000\$
	Fumo em corda		88.882	828:000\$
	Ouro em pó e em barra, e prata		198.440	795:000\$
	Diversos objetos	1.375:000\$
				62.573:000\$
1865/66	Aguardente de cana		479.953	216:000\$
	Algodão em rama		216.323	2.859:000\$
	Açúcar		154.319	655:000\$
	Café pilado		8.292.204	51.917:000\$
	Couros secos e salgados		241.680	653:000\$
	Diamantes		3.778	1.957:000\$
	Fumo em corda		98.243	1.205:000\$
	Ouro em pó e em barra, e prata		557.636	124:000\$
	Diversos objetos	1.043:000\$
				60.629:000\$

Fonte: BRASIL. Ministerio da Agricultura, Comercio e Obras Publicas. *Relatorio do Ministerio da Agricultura, Comercio e Obras Publicas, apresentado na 1ª Sessão da 13ª Legislatura por Manoel Pinto Souza Dantas.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1867.

TABELA 3.13 – Exportação do Rio de Janeiro e do Brasil nos Exercícios de 1864/65 a 1869/70

Especificação	1864/65	1865/66	1866/67
Província do Rio	62.572:539\$000	60.628:000\$000	73.844:227\$000
Total do Brasil	141.083:446\$000	157.087:000\$000	156.253:022\$000
Especificação	1867/68	1868/69	1869/70
Província do Rio	85.821:885\$000	89.221:288\$000	71.075:350\$000
Total do Brasil	185.270:000\$000	207.722:633\$000	197.265:521\$000

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Publicas. *Relatório do Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Publicas, apresentado na 1ª Sessão da 13ª Legislatura por Manoel Pinto Souza Dantas.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1872.

TABELA 3.14 – Importação do Rio de Janeiro e do Brasil nos Exercícios de 1864/65 a 1869/70

Especificação	1864/65	1865/66	1866/67
Província do Rio	67.706:954\$000	80.709:067\$000	80.458:064\$000
Total do Brasil	131.745:341\$000	137.766:842\$000	143.145:583\$000
Especificação	1867/68	1868/69	1869/70
Província do Rio	81.251:943\$000	89.221:144\$000	86.984:338\$000
Total do Brasil	140.556:802\$000	168.510:288\$000	168.174:169\$000

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Publicas. *Relatório do Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Publicas, apresentado na 1ª Sessão da 13ª Legislatura por Manoel Pinto Souza Dantas.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1872.

TABELA 3.15 — Comparação do Açúcar da Safra de 1860/61 Importado pelo Rio de Janeiro e Depositado em Diferentes Trapiches

TRAPICHES	CAIXAS			BARRICAS			SACOS	
	Branco	Masc.	Total	Branco	Masc.	Total	Total	
CAMPOS	Cleto	103	2,149	2,252	12	1,843	1,855	...
	Silvino	89	89	...
	Pedra do Sal	213	213	...
	Portas	5	5	1	341	342	...
	Maia	18	390	408	25	456	481	...
	Vallongo	109	2,269	2,378	44	2,075	2,119	...
	Damião	138	1,725	1,863	56	2,258	2,314	...
	Pinheiro
	Vapor
	Gamboa
		368	6,538	6,906	138	7,275	7,413	44,931
Safra de 1859/60	698	7,228	7,926	472	7,333	7,805	61,441	
Aumento na última safra	
Diminuição na última safra	330	690	1,020	334	58	392	16,510	
NORTE	Cleto	384	384	1	123	124	16,354
	Silvino
	Pedra do Sal
	Portas	16	16	264	2	266	12,073
	Maia	93	392	485	492	622	1,114	42,199
	Vallongo	28	233	261	269	1,242	1,511	41,533
	Damião
	Pinheiro	80	259	339	272	519	791	29,148
	Vapor	2,200
	Gamboa	166	579	745	1,653	1,070	2,723	55,756
		367	1,863	2,230	2,951	3,578	6,529	199,263
Safra de 1859/60	351	1,648	1,999	3,775	2,346	6,121	139,224	
Aumento na última safra	16	215	231	...	1,232	408	40,039*	
Diminuição na última safra	824	

* Erro no original.

Fonte: RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1861. *Relatório da Exposição Nacional de 1861*; nºs 7, 9, 10, 11, 12. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

TABELA 3.16 – Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1856/57

ENTRADAS				SAÍDAS			
PROCEDÊNCIAS	PIPAS	1/2	BARRIS	DESTINOS	PIPAS	1/2	BARRIS
Província do Rio de Janeiro e Corte . . .	9,194	34	200	Para consumo do município	8,785	218	30
Espírito Santo . . .	113	—	—	Para as províncias do Império	5,152	168	382
Sergipe	1,918	306	344	Para exportação . .	1,025	12	49
Alagoas	586	4	36				
Bahia	767	39	35				
Pernambuco	2,318	36	90				
	<u>14,896</u>	<u>419</u>	<u>705</u>		<u>14,962</u>	<u>398</u>	<u>801*</u>

* Erro no original.

Fonte: RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1861. *Relatorio da Exposição Nacional de 1861*; n^{os} 7, 9, 10, 11, 12. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

Obs.: A diferença que se nota entre as entradas e saídas foi satisfeita com o saldo do ano anterior.

TABELA 3.17 – Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1857/58

ENTRADAS				SAÍDAS			
PROCEDÊNCIAS	PIPAS	1/2	BARRIS	DESTINOS	PIPAS	1/2	BARRIS
Rio de Janeiro . . .	7,846	68	329	Para consumo do município	8,258	197	372
Espírito Santo . . .	37	—	—	Para as províncias do Império	5,330	304	330
Santa Catarina . . .	5	2	43	Para exportação . .	918	19	67
S. Paulo	61	—	36				
Bahia	1,593	70	135				
Pernambuco	2,045	—	—				
Alagoas	1,461	10	22				
Sergipe	2,199	388	272				
	<u>15,247</u>	<u>538</u>	<u>837</u>		<u>14,506</u>	<u>520</u>	<u>769</u>

Fonte: RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1861. *Relatorio da Exposição Nacional de 1861*; n^{os} 7, 9, 10, 11, 12. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

TABELA 3.18 – Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1858/59

ENTRADAS				SAÍDAS			
PROCEDÊNCIAS	PIPAS	1/2	BARRIS	DESTINOS	PIPAS	1/2	BARRIS
Província do Rio de Janeiro e Corte	9,685	39	263	Para consumo do município	6,852	119	292
Espírito Santo	72	—	—	Para as províncias do Império	4,425	152	214
Santa Catarina	3	—	1	Para exportação ..	2,463	125	45
S. Paulo	18	—	10				
Sergipe	1,421	462	403				
Alagoas	663	2	1				
Bahia	1,072	7	2				
Pernambuco	2,183	26	108				
Maranhão	181	—	—				
	<u>15,298*</u>	<u>536</u>	<u>788</u>		<u>13,740</u>	<u>396</u>	<u>551</u>

* Erro no original.

Fonte: RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1861. *Relatório da Exposição Nacional de 1861*; n^{os} 7, 9, 10, 11, 12. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

TABELA 3.19 – Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1859/60

ENTRADAS				SAÍDAS			
PROCEDÊNCIAS	PIPAS	1/2	BARRIS	DESTINOS	PIPAS	1/2	BARRIS
Província do Rio de Janeiro e Corte	10,793	26	509	Para consumo do município	7,608	94	568
Espírito Santo	83	—	—	Para as províncias do Império	3,927	135	299
S. Paulo	103	4	53	Para exportação ..	1,973	53	218
Sergipe	643	64	165				
Bahia	385	66	66				
Alagoas	246	10	—				
Pernambuco	483	—	6				
	<u>12,736</u>	<u>170</u>	<u>799</u>		<u>13,508</u>	<u>282</u>	<u>1,085</u>

Fonte: RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1861. *Relatório da Exposição Nacional de 1861*; n^{os} 7, 9, 10, 11, 12. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

TABELA 3.20 – Entrada e Saída da Aguardente no Exercício de 1860/61

ENTRADAS				SAÍDAS			
PROCEDÊNCIAS	PIPAS	1/2	BARRIS	DESTINOS	PIPAS	1/2	BARRIS
Rio de Janeiro	10,323	73	566	Para consumo do município	8,022	62	450
Pernambuco	1,027	—	57	Para as províncias do Império	3,415	67	195
Alagoas	571	1	78	Para exportação ..	663	4	33
Sergipe	298	38	64				
Bahia	561	13	—				
Rio Grande	52	—	—				
S. Paulo	42	—	2				
Espírito Santo	30	—	—				
	<u>12,904</u>	<u>125</u>	<u>767</u>		<u>12,100</u>	<u>133</u>	<u>678</u>

Fonte: RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1861. *Relatorio da Exposição Nacional de 1861*; nºs 7, 9, 10, 11, 12. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

TABELA 3.21 – Entrada e Saída da Aguardente no 1º Semestre do Exercício de 1861/62

ENTRADAS				SAÍDAS			
PROCEDÊNCIAS	PIPAS	1/2	BARRIS	DESTINOS	PIPAS	1/2	BARRIS
Província do Rio de Janeiro e Corte	6,667	6	182	Para consumo do município	4,107	31	266
Bahia	952	19	15	Para as províncias do Império	2,466	21	107
Alagoas	728	1	88	Para exportação fora do Império ..	459	4	61
Pernambuco	618	40	46				
Sergipe	425	54	143				
S. Paulo	27	1	1				
Espírito Santo	18	—	2				
	<u>9,435</u>	<u>121</u>	<u>477</u>		<u>7,032</u>	<u>56</u>	<u>434</u>

Fonte: RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1861. *Relatorio da Exposição Nacional de 1861*; nºs 7, 9, 10, 11, 12. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

TABELA 3.22 – Número de Fábricas do Rio de Janeiro, por Freguesias, em 1852

FÁBRICAS	Sacramento	São José	Candelária	Santa Rita	Santa Ana	N. Sra. da Glória	Lagoa	Eng. Velho	Inhaúma	Itajá	Jacarepaguá	Campo Grande	Guaratiba	TOTAIS
Alimentos e Bebidas														
Vinagres				1										2
Chocolates				1										1
Águas Minerais				1				1						1
Torrefações de café		1												1
Socarias de arroz	1													1
Refinação de açúcar	3	2	1											6
Padarias	21	12	12	17	11	7	2	8	2		1		4	97
Subtotal														109
Fumo														
Charutos	44	30		3	17	8	3	1		1				107
Tabacos						1								2
Rapés				1	2					1				4
Cigarros	1													1
Subtotal														114
Madeiras														
Carpintarias							2	1						3
Marcenarias														1
Serrarias	2	3		1										6
Tanoarias					8	1								9
Subtotal														19
Couro														
Couros envernizados								1						1
Curtumes								2						2
Subtotal														3
Metal														
Fundições em cadinhos					2									2
Fundições de Tipos		1												1
Tipos	1													1
Ferrarias				4				2	4					10
Subtotal														14
Papéis e Papelões														
Papéis e papelões				1				4						5
Subtotal														5
Velas e Sabão														
Velas de sebo	10	3	1	4	5		1	1						25
Sabão					3			1						4
Subtotal														29
Tecidos, Roupas, Armarinho														
Chapéus	28	9	11	4										57
	(8 de sol)	(3 de sol)	(7 de sol)											
Franjas		1												1
Subtotal														58

cont.

conclusão

FÁBRICAS	Sacra- mento	São José	Cande- lária	Santa Rita	Santa Ana	N. Sra. da Glória	Lagoa	Eng. Velho	Inhaúma	Irajá	Jacare- paguá	Campo Grande	Guaratiba	TOTAIS
Meios de Transportes														
Segeas		3		6	7									16
Carroças		2												2
Navios				3										3
Subtotal														21
Materiais de Construção														
Vidros		2 (lapida- ções)												2
* Vidraçarias				1										1
* Olarias								2						2
Subtotal														5
Instrumentos de Trabalho														
Formas		1												1
Fundas			1											1
Subtotal														2
Impressão														
* Estamparias de música	1													1
* Litografias	2	1												3
* Tipografias	5	6	6											17
Subtotal														21
Decorações														
Flores			2											2
Subtotal														2
Ramos Diversos														
Escovas	1													1
Caixas de Jóias	1	1												2
Cestas	1													1
Camas	1													1
Roihas	1													1
Paneias								1						1
Polimento de pedras-mármore		2 (1 p/tú- mulos)												2
Figuras de mosaico	2													2
Asfalto					1			1						2
Algodão								2						2
Cordas				1										1
Pentes			1											1
Subtotal														17
Total geral														419

* Empresas não classificadas como fábricas pelo município.

Fonte: RIO DE JANEIRO. Camara Municipal da Corte. *Relatorio apresentado à Ilma. Camara Municipal da Corte pelo presidente da mesma Cândido Borges Monteiro à Camara em 7 de janeiro de 1853.* Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil de Rodrigues, 1855.

TABELA 3.23 — Número de Oficinas do Rio de Janeiro, por Freguesias, em 1852

Oficinas de	Freguesias	Sacra- mento	Cande- lária	São José	Santa Rita	Santa Ana	N. Sra. da Glória	Lagoa
1. Funileiros		—	—	—	—	—	—	—
2. Batedores de folha		1	—	—	—	—	—	—
3. Bombeiros		—	—	1	—	—	—	—
4. Carpinteiros		—	—	—	—	1	—	—
5. Carroças		2	—	—	—	1	—	—
6. Consertadores de órgãos		—	—	1	—	—	—	—
7. Cravadores		4	—	—	—	—	—	—
8. Daguerreotipistas		3	—	—	—	—	—	—
9. Encadernadores		—	—	1	—	—	—	—
10. Lampeões de gás		3	—	—	—	—	—	—
11. Lapidários		1	—	—	—	—	—	—
12. Arçueiros		—	—	1	—	—	—	—
13. Surradores de couros		—	—	1	—	—	—	—
Totais por Freguesia		14	0	5	0	2	0	0

Oficinas de	Freguesias	Eng. Velho	Inhaúma	Irajá	Jacare- paguá	Campo Grande	Guaratiba	TOTAIS
1. Funileiros		1	—	—	—	—	—	1
2. Batedores de folha		—	—	—	—	—	—	1
3. Bombeiros		—	—	—	—	—	—	1
4. Carpinteiros		—	—	—	—	—	—	1
5. Carroças		11	—	—	—	—	—	14
6. Consertadores de órgãos		—	—	—	—	—	—	1
7. Cravadores		—	—	—	—	—	—	4
8. Daguerreotipistas		—	—	—	—	—	—	3
9. Encadernadores		—	—	—	—	—	—	1
10. Lampeões de gás		—	—	—	—	—	—	3
11. Lapidários		—	—	—	—	—	—	1
12. Arçueiros		—	—	—	—	—	—	1
13. Surradores de couros		—	—	—	—	—	—	1
Totais por Freguesia		12	0	0	0	0	0	33

Fonte: RIO DE JANEIRO. Camara Municipal da Corte. *Relatorio apresentado à Ilma. Camara Municipal da Corte pelo presidente da mesma Cândido Borges Monteiro à Camara em 7 de janeiro de 1853.* Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil de Rodrigues, 1855.

TABELA 3.24 – Número de Oficiais do Rio de Janeiro, por Freguesias, em 1852

Oficiais do Ramo	Freguesias										TOTALS		
	Sacra-mento	São José	Candó-lária	Santa Rita	Santa Ana	N. Sra. da Glória	Lagoa	Eng. Velho	Inhaúma	Irajá		Jacare-paguá	Campo Grande
Madeira													
1. Carpinteiros	30	8	8	18	1	-	-	-	-	-	-	-	65
2. Entalhadores	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
3. Marceneiros	89	32	7	-	2	-	-	-	-	-	-	-	130
4. Tapanqueiros	4	-	8	13	-	-	-	-	-	-	-	-	25
5. Tanoeiros	10	5	1	10	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Subtotal													252
Metals													
6. Abridoros	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
7. Caldereiros	7	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	8
8. Cutileiros	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
9. Douradores	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
10. Ferradores	6	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	9
11. Ferreiros	12	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	32
12. Funileiros	22	-	7	5	2	-	1	-	-	-	-	-	37
13. Lampistas	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
14. Latoeiros	4	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
15. Ourives	18	10	20	2	2	-	-	-	-	-	-	-	52
16. Serralheiros	9	6	2	3	7	-	-	-	1	-	-	-	28
Subtotal													193
Modas e Roupas													
17. Alfaiteiros	44	28	29	11	5	2	12	2	-	-	-	-	133
18. Bordadores	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
19. Costureiros	11	-	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	17
20. Modistas	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
21. Vestimenteiros	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Subtotal													155
Instrumentos de Trabalho													
22. Torneiros	10	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
23. Maquinistas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Subtotal													15
Couro													
24. Correiros	16	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-	20
25. Encadernadores	4	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6
26. Sapateiros	-	31	23	30	4	-	4	3	-	1	-	-	96
27. Seleiros	2	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Subtotal													129
Cabelos													
28. Barbeiros	34	16	14	21	12	-	-	8	-	-	-	-	105
29. Cabeleiros	1	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
30. Penteiros	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Subtotal													113
Meios de Transportes													
31. Segeiros	17	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18
32. Armadores	4	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Subtotal													25
Diversos													
33. Escultores	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
34. Pintores	9	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
35. Cravadores	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
36. Espingardeiros	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
37. Fogeteiros	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	6
38. Litografistas	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
39. Relojoeiros	11	4	3	-	-	-	-	2	-	-	-	-	20

cont.

conclusão

Oficiais do Ramo	Freguesias											TOTALS		
	Secre- mento	São José	Cande- lária	Santa Rita	Santa Ana	N. Sra da Glória	Lagoa	Eng. Velho	Inhaúma	Irajá	Jacare- paguá		Campo Grande	Guara- tiba
40. Tintureiros	3	2	1											6
41. Violeiros	2		1											3
42. Pasteleiros		1												1
43. Bauleiros	4		6											10
44. Colchoeiros	11	6	8	5	1									31
45. Empalhadores	8	1												9
48. Gaioleiros	2													2
Totais por Freguesia e Geral	435	162	165	143	43	4	19	18	0	2	0	0	0	991

Fonte: RIO DE JANEIRO. Camara Municipal da Corte. *Relatorio apresen-
tado à Ilma. Camara Municipal da Corte pelo presidente da mesma
Cândido Borges Monteiro à Camara em 7 de janeiro de 1853.* Rio
de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil de Rodrigues, 1855.

TABELA 3.25 – Número de Fábricas no Rio de Janeiro, nos Exercícios de 1852 e 1847-59

Fábricas	1852	1847-59
Tecidos Andaraí	—	2
Chapéus	57	6
Calçados		2
Papel	5	1
Velas	25 (15 de cera e as restantes de sebo)	1 (cera)
Móveis	1	1
Fundições	2	3

Fonte: ^aRIO DE JANEIRO. Camara Municipal da Corte. *Relatorio apresen-
tado à Ilma. Camara Municipal da Corte pelo presidente da mesma
Cândido Borges Monteiro à Camara em 7 de janeiro de 1853.* Rio
de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil de Rodrigues, 1855.

^bRIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1908. *Noticia sobre o
desenvolvimento da industria fabril no Distrito Federal e sua situação
actual.* Milano, Typ. de Treves, 1908.

Para ser distribuído na Exposição Nacional de 1908.

TABELA 3.26 – Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57 – Fábricas

FÁBRICAS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTO	A RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Alimentos e Bebidas												
Aguardentes	63	58	5	—	18	47	—	—	—	601\$800	—	\$
Águas Minerais	1	—	—	1	—	—	—	—	—	80\$000	1	400\$000
Azeites	2	1	—	1	2	—	—	—	—	\$	—	\$
Cafés Moídos	22	5	15	2	—	—	—	—	—	463\$200	22	2.318\$000
Cervejas	16	—	2	14	—	8	—	—	—	416\$400	8	1.570\$000
Chocolates	3	—	—	3	—	—	—	—	—	92\$000	3	460\$000
Licores	15	4	10	1	—	2	—	—	—	608\$400	13	3.914\$000
Massas	3	—	1	2	—	—	—	—	—	138\$000	3	690\$000
Vinagres	3	—	2	1	—	—	—	—	—	210\$000	3	1.050\$000
Refinarias de Açúcar	34	7	25	2	1	3	—	—	2	1.095\$000	26	4.884\$000
Óleos Vegetais	3	3	—	—	3	—	—	—	—	\$	—	\$
Padarias	439	142	203	94	8	207	18	7	18	13.948\$400	184	50.344\$000
Socarias de Arroz	4	3	—	1	3	—	—	—	—	12\$800	—	64\$000
	608	223	263	122	31	267	19	7	18	17.668\$000	268	68.692\$000
	45,18%	51,87%	44,35%	37,78%	20,39%	62,82%	67,85%	100%	58,06%	45,45%	37,83%	42%
Roupas e Armariños												
Tecidos Algodão	3	2	—	1	3	—	—	—	—	\$	—	\$
Chapéus de Pelo	134	30	63	41	12	20	3	—	10	6.847\$640	89	25.658\$200
Coletes de Senhora	3	—	—	3	—	—	—	—	—	118\$000	3	590\$000
Galões	1	1	—	—	—	—	—	—	—	30\$000	1	150\$000
Luvás	1	—	1	—	—	—	—	—	—	40\$000	1	200\$000
Óleados	1	—	—	1	—	—	—	—	—	20\$000	1	100\$000
Chapéus de Sol	31	—	3	28	1	—	—	—	—	1.774\$400	30	8.872\$000
Tecidos	5	5	—	—	6	—	—	—	—	\$	—	\$
	179	38	67	74	21	20	3	0	10	7.830\$040	125	35.560\$200
	13,30%	8,83%	11,30%	22,92%	13,82%	4,71%	10,76%	%	32,26%	20,14%	17,78%	21,75%
Couro												
Envernizamentos de Couros	1	—	—	1	—	1	—	—	—	12\$000	—	\$
Cortumes	30	4	—	26	3	27	—	—	—	\$	—	\$
Marroquim	1	—	—	1	—	—	—	—	—	60\$000	1	300\$000
Lombilhas	22	3	—	19	—	22	—	—	—	281\$600	—	\$
	54	7	—	47	3	50	0	0	0	353\$600	1	300\$000
	4,02%	1,62%	%	14,56%	1,98%	11,76%	%	%	%	0,90%	0,14%	0,18%

cont.

cont.

FÁBRICAS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTO	A RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Sabão e Velas												
Sabão	20	3	12	5	4	1	-	-	-	830\$400	15	4.088\$000
Sabão e Velas	2	1	-	1	2	-	-	-	-	\$	-	\$
Velas de Sebo	52	6	37	9	2	13	3	-	2	1.853\$800	32	7.732\$000
Velas de Cera	1	-	1	-	1	-	-	-	-	\$	-	\$
Velas de Stearina	1	1	-	-	1	-	-	-	-	\$	-	\$
	76	11	50	16	10	14	3	0	2	2.683\$200	47	11.820\$000
	5,64%	2,55%	8,43%	4,65%	6,57%	3,29%	10,75%	%	6,45%	6,91%	6,68%	72,2%
Materiais de Construção												
Cal	19	17	2	-	19	-	-	-	-	\$	-	\$
Vidros	1	-	-	1	1	-	-	-	-	\$	-	\$
Olarias	28	22	1	5	10	18	-	-	-	230\$400	-	\$
	48	39	3	6	30	18	0	0	0	230\$400	0	\$
	3,56%	9,07%	0,50%	1,86%	19,73%	4,24%	%	%	%	0,59%	%	%
Metais												
Fundições	8	2	-	6	3	-	-	-	1	296\$800	4	1.284\$000
	0,59%	0,46%	%	1,86%	1,88%	%	%	%	3,22%	0,77%	0,57%	0,79%
Madeira												
Serrarias	22	10	9	3	7	-	-	-	-	520\$000	15	2.602\$000
	1,64%	2,33%	1,51%	0,83%	4,60%	%	%	%	%	1,34%	2,13%	1,60%
Fumo												
Rapés	8	1	4	3	2	-	-	-	-	64\$000	6	1.020\$000
Tabacos	1	1	-	-	-	1	-	-	-	12\$800	-	\$
Charutos	244	61	149	34	16	39	3	-	-	7.727\$200	187	35.840\$000
Cigarros	7	3	4	-	-	1	-	-	-	157\$000	6	724\$000
	260	66	167	37	17	41	3	0	0	7.961\$000	199	37.584\$000
	19,32%	15,34%	26,47%	11,45%	11,18%	9,64%	10,75%	%	%	20,48%	28,30%	22,99%

cont.

conclusão

FÁBRICAS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTO	A RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Papel										\$	-	\$
Papéis	6	1	3	2	6	-	-	-	-	\$	-	\$
Papéis Pintados	2	1	-	1	2	-	-	-	-	20\$000	1	100\$000
Papelões	1	1	-	-	-	-	-	-	-	20\$000	1	100\$000
	9	3	3	3	8	0	0	0	0	20\$000	1	100\$000
	0,66%	0,70%	0,50%	0,93%	5,26%	%	%	%	%	0,06%	0,14%	0,06%
Produtos Químicos												
Fósforos	2	1	1	-	-	1	-	-	-	32\$000	1	100\$000
Produtos Químicos	1	-	-	1	1	-	-	-	-	\$	-	\$
Cola	1	1	-	-	-	-	-	-	-	60\$000	1	300\$000
Laboratório Homeopático	1	1	-	-	-	-	-	-	-	80\$000	1	300\$000
	5	3	1	1	1	1	0	0	0	162\$000	3	700\$000
	0,38%	0,70%	0,16%	0,31%	0,66%	0,24%	%	%	%	0,39%	0,42%	0,43%
Diversos												
Camas de Lona	1	-	1	-	-	-	-	-	-	24\$000	1	120\$000
Crinas	1	-	1	-	-	-	-	-	-	12\$800	1	64\$000
Escovas	2	1	-	1	-	-	-	-	-	100\$000	2	500\$000
Flores Artificiais	5	1	-	4	1	-	-	-	-	200\$000	4	1.000\$000
Fogos de Artificios	40	15	25	-	9	13	-	-	-	398\$000	18	1.152\$000
Pentes	15	6	6	3	5	1	-	-	-	238\$400	9	1.118\$000
Rolhas	1	-	1	-	-	-	-	-	-	12\$800	1	64\$000
Graxas	2	1	1	-	-	-	-	-	-	38\$800	2	184\$000
Órgãos	1	-	1	-	-	-	-	-	-	40\$000	1	200\$000
Asfalto	3	1	2	-	1	-	-	-	-	80\$000	2	400\$000
Caixas de Jóia	3	-	2	1	2	-	-	-	-	12\$800	1	64\$000
Estaleiros	3	3	-	-	3	-	-	-	-	\$	-	\$
	77	28	40	9	21	14	0	0	0	1.151\$800	42	4.868\$000
	5,72%	6,51%	6,75%	2,79%	13,82%	3,29%	%	%	%	2,98%	5,96%	2,97%
TOTAL	1346	430	593	323	152	425	28	7	31	38.864\$640	703	163.528\$200

Fonte: WANDERLEY, João Maurício. *Proposta e Relatório do Ministerio da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1857.

TABELA 3.27 – Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57 – Oficinas

OFICINAS DE	NP DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTOS	NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRA	PORTUGUESA	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$	DE 1 A 2.000\$	DE 2 A 3.000\$	DE 3.000\$ OU MAIS			
Madeira												
Carpinteiro	108	18	82	10	105	1	—	—	—	104\$800	2	460\$000
Marceneiro	304	135	84	85	230	54	1	—	4	1.180\$800	15	1.548\$000
Tanoeiro	108	30	74	4	20	31	1	—	—	2.390\$400	58	9.868\$000
Tamanqueiro	56	10	45	1	7	22	1	—	1	1.014\$800	25	3.368\$000
	578	191	285	100	382	108	3	0	5	15.317\$800	98	15.242\$000
	17,08%	13%	23,93%	14,07%	19,32%	15,84%	6,66%	%	22,73%	30,40%	12,82%	11,01%
Metal												
Abridor	3	—	1	2	—	—	—	—	—	140\$000	3	700\$000
Caldreiro	26	5	11	10	3	5	1	—	—	1.159\$600	17	5.378\$000
Cutileiro	12	2	3	7	6	—	—	—	—	177\$600	6	888\$000
Ferreiro	285	91	99	95	154	106	8	1	3	1.914\$200	13	1.237\$000
Funilheiro	161	77	55	29	23	54	2	—	—	3.220\$540	82	12.448\$700
Galvanizador	1	—	1	—	—	—	—	—	—	80\$000	1	300\$000
Gravador	1	—	1	—	—	—	—	—	—	40\$000	1	200\$000
Laminador	1	—	1	—	—	—	—	—	—	12\$800	1	64\$000
Latoeiro	19	4	13	2	2	2	—	—	—	427\$600	15	2.010\$000
Lampista	7	—	1	6	—	—	—	—	—	376\$000	7	1.880\$000
Ouvires	238	118	54	64	77	60	10	—	8	4.186\$400	81	14.492\$000
Ouvires e Filigraneiro	27	17	10	—	—	7	—	—	—	779\$200	20	3.448\$000
Serralheiro	37	7	17	13	19	4	—	—	—	324\$000	14	1.364\$000
Ferrador	35	6	25	4	28	6	—	—	—	89\$600	1	64\$000
Camas de Ferro	4	—	—	4	1	—	—	—	—	180\$000	3	800\$000
	855	327	291	237	313	244	21	1	11	13.066\$740	265	45.271\$700
	25,36%	22,25%	24,43%	33,33%	16,88%	35,77%	46,66%	20%	50%	25,93%	34,68%	32,69%
Couro												
Correeiro	55	17	20	18	4	16	2	1	—	1.456\$400	32	5.908\$000
Encadernador	18	8	4	6	5	—	—	—	—	783\$600	11	3.918\$000
Selairo	93	45	29	19	38	36	3	1	1	1.228\$800	16	3.190\$000
Sapateiro	447	184	171	92	229	132	7	—	—	3.468\$800	79	8.198\$000
Surrador de Couro	1	—	—	1	1	—	—	—	—	\$	—	\$
	612	262	224	136	276	184	12	2	1	6.937\$600	138	21.212\$000
	18,15%	17,14%	18,80%	19,13%	14,84%	26,98%	26,66%	40%	4,54%	13,76%	18,06%	15,32%

cont.

OFICINAS DE	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTOS	NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRA	PORTUGUESA	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Meios de Transporte												
Seguro	45	5	16	24	30	5	—	2	1	608\$000	7	2.220\$000
Fabricante de Carroças	22	4	14	4	20	—	—	—	—	52\$800	2	264\$000
Fabricante de velas de navio	3	2	1	—	3	—	—	—	—	\$	—	\$
Armador	27	14	13	—	8	7	2	—	—	483\$200	10	1.768\$000
	97	25	44	28	81	12	2	2	1	1.144\$000	19	4.262\$000
	2,87%	17,01%	3,70%	3,93%	3,30%	1,75%	4,44%	40%	4,54%	2,71%	2,48%	3,07%
Roupas/Motas/Tecidos												
Alfaiates	445	227	150	68	295	88	2	—	—	2.473\$200	60	8.534\$000
Vestimenteiros	1	1	—	—	—	—	—	—	—	60\$000	1	300\$000
Sirigueiros	29	8	17	4	—	5	1	—	4	1.854\$080	19	8.050\$400
	475	236	167	72	295	93	3	0	4	4.387\$280	80	14.884\$400
	14,09%	16,05%	14,02%	10,13%	15,91%	13,64%	6,66%	%	18,18%	8,70%	10,47%	10,75%
Instrumentos de Trabalho												
Ferramentas de Sapateiro	1	—	—	1	—	—	—	—	—	48\$000	1	240\$000
Torneiros	17	3	9	5	17	—	—	—	—	\$	—	\$
Formeiros	1	—	—	1	—	—	—	—	—	72\$000	1	360\$000
	19	3	9	7	17	0	0	0	0	120\$000	2	600\$000
	0,57%	0,21%	0,76%	0,88%	0,81%	%	%	%	%	0,24%	0,27%	0,43%
Material de Construção												
Vidraceiros	9	1	8	—	2	1	1	—	—	178\$600	5	734\$000
Aparelhos de Latrinas Inodoras	1	—	—	1	—	—	—	—	—	30\$000	1	150\$000
	10	1	8	1	2	1	1	0	0	208\$600	6	884\$000
	0,29%	0,08%	0,87%	0,14%	0,11%	0,14%	2,22%	%	%	0,41%	0,78%	0,64%
Imprensa												
Litografias	10	4	1	5	5	—	—	—	—	92\$800	5	464\$000
Tipografias	38	35	3	—	31	—	—	—	—	252\$800	7	1.264\$000
	48	39	4	5	36	0	0	0	0	345\$800	12	1.728\$000
	1,43%	2,86%	0,33%	0,70%	1,94%	%	%	%	%	0,69%	1,58%	1,25%

cont.

conclusão

OFICINAS DE	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTOS	NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRA	PORTUGUESA	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Armas												
Armeiros	8	1	-	7	1	3	-	-	-	478\$400	4	2.200\$000
Espingardeiros	1	-	1	-	1	-	-	-	-	\$	-	\$
	9	1	1	7	2	3	0	0	0	478\$400	4	2.200\$000
	0,26%	0,06%	0,84%	0,98%	0,11%	0,44%	%	%	%	0,94%	0,53%	1,59%
Objetos Ornamentais												
Estufadores e Tapeceiros	4	-	-	4	-	-	-	-	-	116\$800	4	4.000\$000
Douradores de Figuras	14	8	4	2	8	8	-	-	-	\$	6	584\$000
	18	8	4	6	8	0	0	0	0	116\$800	10	4.584\$000
	0,53%	0,54%	0,33%	0,85%	0,44%	%	%	%	%	0,23%	1,30%	3,31%
Diversos												
Bombeiros	3	-	1	2	-	2	-	-	-	48\$000	1	240\$000
Colchoeiros	51	10	39	2	4	12	-	-	-	1.929\$500	35	8.880\$000
Diversos	443	347	71	25	443	-	-	-	-	\$	-	\$
Escultores	4	1	1	2	3	-	-	-	-	40\$000	1	200\$000
Lapidadores de Vidros	1	-	-	1	-	-	-	-	-	48\$000	1	240\$000
Palmitistas p/ Tamancos	3	-	3	-	3	-	-	-	-	\$	-	\$
Relojeiros	90	10	12	68	14	15	3	-	-	2.974\$500	58	13.812\$800
Tintureiros	8	-	1	7	5	2	-	-	-	65\$500	1	200\$000
Violeiros e Guitarreiros	8	4	4	1	-	-	-	-	-	116\$000	5	580\$000
Naturalistas	1	-	1	-	-	-	-	-	-	60\$000	1	300\$000
Sauleiros	32	14	18	-	5	6	-	-	-	2.892\$000	21	2.892\$000
Maquinistas	4	-	4	2	-	-	-	-	-	45\$600	2	228\$000
Potapeiros	5	1	3	1	1	-	-	-	-	51\$200	4	256\$000
	653	387	154	112	483	37	3	0	0	8.270\$500	130	27.826\$900
	19,37%	26,32%	12,93%	15,76%	26,06%	5,42%	6,66%	%	%	6,41%	17,01%	19,95%
TOTAL	3.372	1.470	1.191	711	1.854	682	45	5	22	50.394\$320	764	138.486\$900

Fonte: WANDERLEY, João Maurício. *Proposta e Relatório do Ministerio da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1857.

TABELA 3.28 – Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59 – Fábricas

FÁBRICAS	SETORES	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	QUE PAGAM NA RAZÃO DE CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTOS
			BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS		MEIOS DE 1.000\$ 12 \$800	DE 1 A 2.000\$ 20 \$000	DE 2 A 3.000\$ 30 \$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40 \$000			
Alimentos e Bebidas													
Socarias de Arroz		7	5	1	1	4	—	1	—	1	1	64\$000	72\$800
Alambiques		11	4	7	—	1	1	—	—	9	1.218\$000	256\$000	
Águas Minerais		2	—	1	1	—	—	—	—	2	600\$000	176\$800	
Refinarias e Alambiques		134	123	11	—	35	99	—	—	—	\$	94\$000	
Azeites		8	3	2	3	6	—	—	—	2	350\$000	1.267\$200	
Carvejas		23	—	2	21	1	9	—	—	13	2.910\$000	12\$800	
Chocolatas		6	2	1	3	2	1	—	—	3	460\$000	6.630\$400	
Licores		15	4	8	3	3	2	—	1	9	2.864\$000	422\$400	
Massas		1	—	1	—	—	—	—	—	1	240\$800	48\$000	
Refinarias de Açúcar		40	6	32	3	1	2	—	6	31	6.020\$000	1.469\$800	
Vinagras		5	—	4	1	—	1	—	—	4	1.980\$000	40\$800	
Vinhos		1	—	1	—	—	1	—	—	—	\$	20\$000	
Padarias		726	271	326	126	12	335	36	6	34	74.728\$000	21.493\$600	
		879	417	397	162	65	450	38	6	42	378	91.434\$800	34.994\$400
Tecidos, Roupas, Armarinhos													
Camisas		3	—	—	3	—	—	—	—	—	3	1.140\$000	78\$000
Chapéus		162	32	57	63	16	27	3	—	6	100	31.169\$820	5.689\$964
Colates de Senhora		3	—	—	3	—	—	—	—	—	3	1.230\$000	20\$000
Galões		2	1	1	—	—	—	—	—	—	2	650\$000	329\$000
Tecidos		3	2	1	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Oleados		1	—	—	1	—	—	—	—	—	1	100\$000	48\$000
		164	35	59	70	19	27	3	—	6	109	34.289\$820	6.184\$964
Couros													
Marroquins		1	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Lombinhos		34	7	—	27	1	33	—	—	—	—	—	—
Arções		2	—	1	1	2	—	—	—	—	—	—	—
		37	7	1	29	4	33	—	—	—	—	—	—
Sabões e Velas													
Sabão		23	6	13	4	4	2	1	—	1	15	5.020\$000	1.089\$800
Sabão e Velas		13	2	9	2	3	1	—	—	—	9	2.694\$000	551\$800
Velas		60	10	38	12	9	12	4	1	2	32	7.540\$000	1.851\$000
		96	18	61	18	16	15	6	1	3	56	15.254\$000	3.492\$200
Materiais de Construção													
Olarias		27	20	1	6	8	19	—	—	—	—	—	243\$200
Cajetras		19	18	1	—	19	—	—	—	—	—	—	72\$000
Vidros		2	1	—	1	1	—	—	—	—	1	120\$000	24\$000
		48	39	2	7	26	19	—	—	—	1	120\$000	339\$200

cont.

cont.

SETORES FÁBRICAS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	QUE PAGAM NA RAZÃO DE CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTOS
		BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Meios de Transporte												
Cadeirasinhas	2	2	-	-	-	1	-	-	-	1	96\$000	70\$000
Estaleiros	11	3	8	-	11	-	-	-	-	-	-	-
Carroças	18	-	16	2	17	-	-	-	-	1	64\$000	228\$000
	31	5	24	2	28	1	-	-	-	2	160\$000	298\$000
Fornos												
Charutos	295	69	183	43	19	80	3	-	-	193	42.732\$000	1.886\$800
Cigarros	8	6	2	-	1	1	-	-	-	6	958\$000	104\$800
Rapés	9	-	4	5	4	-	-	-	-	5	720\$000	144\$000
Tabacos	2	1	1	-	-	1	-	-	-	1	300\$000	72\$800
	314	76	190	48	24	82	3	-	-	205	44.710\$000	2.208\$400
Metais												
Fundições	8	2	1	5	2	2	-	-	2	2	1.120\$000	280\$000
Laboratórios												
Metalúrgicos	2	1	1	-	-	-	-	-	-	2	184\$000	38\$800
Camas de ferro	3	-	2	1	1	-	-	-	-	2	390\$000	78\$000
	13	3	4	6	3	2	-	-	2	6	1.694\$000	396\$800
Papéis												
Papelões	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	200\$000	40\$000
Papéis	3	-	1	2	3	-	-	-	-	-	-	-
Papéis pintados	9	3	5	1	2	-	-	-	-	7	1.350\$000	870\$000
	13	3	7	3	5	-	-	-	-	8	1.550\$000	910\$000
Produtos Químicos												
Produtos Químicos	3	2	1	-	1	-	-	-	-	2	920\$000	184\$000
Colas	2	1	-	1	1	-	-	-	-	1	100\$000	20\$000
	5	3	1	1	2	-	-	-	-	3	1.020\$000	204\$000

cont.

conclusão

SETORES FÁBRICAS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	QUE PAGAM NA RAZÃO DE CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTOS
		BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Madeiras Serrarias	29	6	16	7	12	2	-	-	-	15	3.462\$000	718\$000
Ferramentas Bens de Capital												
Ferramentas para Sapateiros	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	240\$000	48\$000
Foles	2	-	-	2	-	-	-	-	-	2	440\$000	88\$000
Formas	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	200\$000	40\$000
Tipos	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	64\$000	28\$000
Fundas	3	-	-	3	-	-	-	-	-	3	1.400\$000	280\$000
	8	-	-	8	-	-	-	-	-	8	2.344\$000	484\$000
Diversas												
Colchões	65	20	42	3	10	13	-	-	-	42	10.652\$000	2.296\$600
Caixas para Jóias	4	-	4	-	3	-	-	-	-	1	360\$000	72\$000
Palmilhas para Tamanco	3	-	2	1	3	-	-	-	-	-	-	-
Escovas	2	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-
Flores Artificiais	6	1	-	5	1	-	-	-	-	5	1.600\$000	320\$000
Fogos de Artificios	56	23	33	-	14	25	1	-	-	16	1.024\$000	541\$000
Graxas	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	64\$000	12\$000
Leques	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Orgãos	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	200\$000	40\$000
Pastas Algodão	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Pentes	20	10	10	-	9	-	-	-	-	11	1.496\$000	299\$200
Pianos	3	1	1	1	2	1	-	-	-	-	-	12\$800
Roihas	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	64\$000	12\$800
Velas de Navio	6	3	2	1	6	-	-	-	-	-	-	-
Ventiladores	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Asfaltos	2	1	-	1	-	-	-	-	-	2	420\$000	84\$000
	173	59	96	18	50	40	3	-	-	80	15.880\$000	4.454\$600
TOTAL	1.910	871	858	379	256	671	52	7	53	871	211.918\$620	54.664\$564

Fonte: HOMEM, Francisco de Sales Torres. *Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

TABELA 3.29 – Relação das Fábricas do Rio de Janeiro com Despacho Livre de Matérias-primas, em 1857

FÁBRICAS	SETORES	VALORES	EMPREGADOS				ESCRAVOS		NÚMERO	DIREITOS QUE DEVIAM PAGAR
			NACIONAIS		ESTRANGEIROS		HOMENS	MULHERES		
			HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES				
Alimentos e Bebidas (Cerveja/Vinagre)		120.000\$000 2,36%	2 1,16%	—	18 2,82%	—	8 1,83%	—	28 2,18%	4.442\$760 1,97%
Tecidos, Vestimentas (Chapéus, tecidos de seda, tapetes e oleados)		1.059.000\$000 20,88%	30 17,34%	22 84,61%	180 28,21%	2 100%	138 31,65%	5 33,33%	377 29,38%	83.609\$669 37,00%
Cordoaria		24.000\$000 0,47%	—	—	10 1,57%	—	7 1,60%	—	17 1,32%	3.264\$000 1,44%
Couros Envernizados Marroquins, & C.		—	—	—	—	—	—	—	—	3.330\$571 1,47%
Fundição		2.000.000\$000 39,44%	49 28,32%	—	96 15,05%	—	14 3,21%	—	159 12,39%	180\$250 0,08%
Gás		512\$000 0,01%	73 42,20%	—	233 38,52%	—	70 16,05%	—	378 29,31%	6.552\$000 2,90%
Metais		—	4 2,31%	—	—	—	1 0,23%	—	5 0,39%	2.157\$950 0,95%
Rapés		173.960\$000 3,43%	—	—	10 1,57%	—	40 9,17%	4 26,66%	47 3,66%	54.965\$715 24,32%
Sabões		1.693.160\$350 33,39%	15 8,67%	4 15,38%	91 14,26%	—	158 38,24%	6 40%	274 21,35%	55.856\$720 24,72%
Vidros		—	—	—	—	—	—	—	—	11.580\$500 5,12%
54		5.070.632\$350	173	26	638	2	438	15	1.283	225.940\$135

Fonte: WANDERLEY, João Maurício. *Proposta e Relatório do Ministerio da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1857.

TABELA 3.30 – Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59 – Oficinas

SETORES	Nº DE CASAS	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DE CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTO
		BRASI-LEIRAS	PORTU-GUESAS	OUTRAS		MEIOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
OFICINAS												
Madeira												
Carpinteiros	148	38	98	12	144	2	–	–	–	–	–	25\$600
Marceneiros	353	131	110	112	274	59	3	–	4	13	1.260\$000	1.227\$200
Taneiros	142	44	91	7	44	20	1	–	4	73	12.396\$500	2.915\$300
Tamanqueiros	69	15	53	1	8	29	1	–	–	31	4.225\$000	1.236\$200
	710	228	350	132	470	110	5	–	8	117	17.881\$500	5.404\$300
Metal												
Abridores	3	–	–	3	1	–	–	–	–	2	500\$000	100\$000
Caldeiros	47	12	19	16	14	13	1	–	–	19	6.684\$000	1.323\$200
Cutileiros	14	–	4	10	7	–	–	–	–	7	1.278\$000	255\$600
Ferreiros	413	172	135	106	292	105	5	1	3	7	976\$000	1.780\$200
Funiteiros	243	121	94	28	63	68	3	1	1	117	18.604\$700	4.721\$340
Galvanisadores	1	–	–	1	–	–	–	–	–	1	300\$000	60\$000
Gravadores	6	3	1	2	4	–	–	–	–	2	300\$000	60\$000
Laminadores	1	1	–	–	–	–	–	–	–	1	64\$000	12\$900
Latoeiros	36	11	21	4	9	7	1	–	–	19	2.106\$000	530\$000
Ourives	332	187	83	82	156	72	11	4	8	81	15.494\$000	4.680\$400
Ourives Filigraneiros	29	22	7	–	1	–	–	–	–	28	6.174\$000	\$
Serralheiros	49	14	19	16	34	2	–	–	–	13	1.319\$000	289\$400
	1.174	543	363	266	671	267	21	6	12	297	52.799\$700	13.813\$040
Couro												
Correiros	64	18	26	20	16	14	6	1	–	27	5.184\$000	1.368\$000
Curtidores de Couro	40	6	2	32	33	6	–	–	1	1	2.000\$000	504\$000
Encadernadores	18	8	5	5	15	–	–	–	–	3	314\$000	62\$800
Saleiros	109	56	31	21	43	38	6	2	3	17	4.360\$000	1.658\$400
Poleiros*	6	2	3	1	4	–	–	–	–	2	128\$000	25\$600
Sapateiros	555	282	185	88	331	166	10	–	3	45	4.616\$000	3.368\$000
	792	372	252	167	442	223	22	3	7	95	18.602\$000	6.984\$800
Meios de Transporte												
Segeiros	57	10	14	33	39	8	–	–	3	7	2.020\$000	6.264\$000
Tecidos, Roupas – Modas e Armarinhos												
Alfaiates	667	367	224	76	492	83	14	3	4	61	10.898\$000	3.900\$000
Bordadores	3	2	–	1	2	–	–	–	–	1	120\$000	24\$000
Sirgueiros	30	11	18	1	2	5	–	–	2	21	6.720\$000	1.288\$000
	700	390	242	78	496	88	14	3	6	63	16.738\$000	5.212\$000
Ferramentas – bens de capital												
Torneiros	29	9	14	6	26	3	–	–	–	–	–	38\$400

cont.

conclusão

SETORES OFICINAS	Nº DE CASAS	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DE CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTO
		BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Imprensa												
Litogravadores	15	4	3	8	10				4	804\$000	173\$800	
Tipografistas	49	40	9		44				5	1.264\$000	252\$800	
	84	44	12	8	54				9	2.068\$000	426\$400	
Armas												
Armeiros	9	1	1	7	1	2	2		3	2.000\$000	505\$600	
Espingardeiros	6	2	2	2	2	3			1	84\$000	55\$200	
	15	3	3	9	3	5	2		4	2.084\$000	560\$800	
Ramos Diversos												
Bombeiros	4	1	1	2	2				2	368\$000	73\$600	
Lapidadores	3	1		2	2				1	240\$000	48\$000	
Tintureiros	18	2	2	14	15	2			1	200\$000	65\$600	
Que não vieram explicadas	409	341	47	21	194	4			211	40.194\$400	8.090\$080	
Escultores	18	15	2	1	11	2			5	536\$000	132\$800	
Pintores	23	9	5	9	20	3					38\$400	
Vidraceiros	8	1	4	3	1	1	2		4	600\$000	172\$800	
Violeiros e Guitarreiros	8	3	5		3				5	524\$000	104\$800	
Bauleiros	46	27	19		9	4	4		29	8.858\$000	1.922\$360	
Ratojeiros	108	17	9	80	23	19	1		63	15.274\$800	3.318\$160	
Cabeleiros	18	1	5	10	10	1		1	4	440\$000	140\$000	
Ferradores	51	14	31	6	43	7			1	84\$000	102\$400	
Naturalistas	5		1	4					5	1.130\$000	226\$000	
Vestimenteiros	1	1							1	300\$000	60\$000	
Gaioleiros	1			1					1	120\$000	24\$000	
	717	433	131	153	333	43	7		333	68.848\$200	14.519\$000	
Total	4.258	2.022	1.381	854	2.434	758	71	12	38	179.142\$400	53.222\$740	
Artigos de Madeira	16,87%	10,93%	25,34%	15,48%	19,31%	14,51%	7,04%	50%	21,06%	12,39%	9,88%	10,15%
Artigos de Metal	27,57%	26,85%	26,29%	31,39%	23,46%	35,22%	29,58%	25%	31,46%	31,83%	29,47%	25,10%
Artigos de Couro	18,60%	18,40%	18,25%	19,56%	18,16%	29,42%	30,98%		18,42%	10,06%	9,27%	13,12%
Meios de Transportes	1,34%	0,49%	1,01%	3,87%	1,80%	1,05%		25%	7,89%	0,74%	1,13%	11,76%
Têxteis, Roupas — Modas	16,44%	18,79%	17,52%	9,13%	20,40%	12,93%	19,72%		15,79%	8,79%	9,34%	9,79%
Ferramentas, bens de capital	0,68%	0,45%	1,01%	0,70%	1,07%	0,39%						0,07%
Imprensa	1,50%	2,18%	0,87%	0,94%	2,22%	0,13%				0,95%	1,04%	0,80%
Armas	0,35%	0,15%	0,22%	0,12%	0,12%	0,66%	2,82%		2,63%	0,42%	1,18%	1,05%
Diversos	16,84%	21,41%	9,48%	17,91%	13,68%	5,67%	9,85%		2,63%	35,26%	38,49%	27,27%

* Fabricante de peça de náutica de madeira ou metal para manobrar cabos de couro ou corda.

Fonte: HOMEM, Francisco de Sales Torres. *Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

TABELA 3.31 — Estatística das Casas de Comércio e Outras que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59 — Oficiais

OFICIAIS	Nº DE CASAS	NACIONALIDADES			ISENTAS DO IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DO CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTO
		BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Retratistas	11 19,30%	1 4,35%	2 10%	8 57,14%	11 19,30%	—	—	—	—	—	\$	\$
Empalhadores	13 22,81%	5 21,74%	8 40%	—	13 22,81%	—	—	—	—	—	\$	\$
Entalhadores	11 19,30%	6 26,09%	5 25%	—	11 19,30%	—	—	—	—	—	\$	\$
Ourives Douradores	15 26,31%	11 47,83%	1 5%	3 21,43%	15 26,31%	—	—	—	—	—	\$	\$
Surradores de Couro	1 1,75%	—	—	1 7,14%	1 1,75%	—	—	—	—	—	\$	\$
Officinas de Máquinas	2 3,51%	—	—	2 14,28%	2 3,51%	—	—	—	—	—	\$	\$
Daguerreotypistas	4 7,02%	—	4 20%	—	4 7,02%	—	—	—	—	—	\$	\$
Total	57	23	20	14	57							

Fonte: **HOMEM**, Francisco de Sales Torres. *Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

TABELA 3.32 – Estatística das Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57 – Oficiais

OFICIAIS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTOS	NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRA	PORTUGUESA	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Retratistas	4 7,27%	--	1 3,7%	3 18,75%	4 7,41%	--	--	--	--	\$	--	\$
Empalhadores	15 27,27%	6 50%	7 25,92%	2 12,5%	15 27,77%	--	--	--	--	\$	--	\$
Pintores	16 29,09%	4 33,33%	8 29,63%	4 25%	15 27,77%	1 100%	--	--	--	12\$800 100%	--	\$
Gaioleiros	1 1,82%	--	--	1 6,25%	1 1,85%	--	--	--	--	\$	--	\$
Entalhadores	6 10,91%	--	6 22,22%	--	6 11,11%	--	--	--	--	\$	--	\$
Bordadores	2 3,64%	2 16%	--	--	2 3,70%	--	--	--	--	\$	--	\$
Daguerreotypistas	8 14,54%	--	4 14,81%	4 25%	8 14,81%	--	--	--	--	\$	--	\$
Arçoeiros	3 5,45%	--	1 3,7%	2 12,5%	3 5,55%	--	--	--	--	\$	--	\$
Total	55	12	27	16	54	1	--	--	--	12\$800	--	\$

Fonte: WANDERLEY, João Maurício. *Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1857.

TABELA 3.33 – Estatística das Casas de Comércio e outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1858/59

FÁBRICAS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES				ISENTAS	CAPITAL					NA BAIXO DE 20% DE ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTO
		BRASIL-LEIRAS	PORTUGUESES	OUTRAS			MENOS DE 1.000\$	DE 1 A 2.000\$	DE 2 A 3.000\$	DE 3.000\$ OU MAIS	DE 40.000\$			
Alimentos e Bebidas	50,89%	81,40%	48,15%	41,28%	23,83%	87,03%	71,15%	85,71%	74,54%	43,28%	43,14%	84,01%		
Tecidos/Roupas e Armazinhos	8,59%	5,22%	6,88%	17,95%	7,42%	4,02%	5,77%	-	10,91%	12,51%	18,18%	11,27%		
Couros	1,94%	1,04%	0,12%	7,43%	1,56%	4,92%	-	-	-	-	-	-		
Sabões	5,03%	2,85%	7,11%	4,81%	8,25%	2,23%	9,81%	-	-	8,43%	7,09%	6,38%		
Materiais de Construção	2,51%	6,81%	0,23%	1,78%	10,94%	2,83%	-	14,29%	9,09%	0,11%	0,05%	0,82%		
Mais de Transportes	1,82%	0,75%	2,80%	3,33%	10,94%	0,15%	-	-	-	0,23%	0,07%	0,54%		
Fumos	16,44%	11,33%	22,14%	12,31%	9,37%	12,22%	5,77%	-	-	23,54%	21,09%	4,03%		
Metalis	0,68%	0,45%	0,47%	1,54%	1,17%	0,30%	-	-	3,84%	0,69%	0,79%	0,72%		
Papéis e Papelões	0,68%	0,45%	0,82%	0,77%	1,95%	-	-	-	-	0,92%	0,73%	1,86%		
Produtos Químicos	0,26%	0,45%	0,12%	0,26%	0,78%	-	-	-	-	0,34%	0,48%	0,37%		
Madeiras	1,52%	0,99%	1,88%	1,79%	4,69%	0,30%	-	-	-	1,72%	1,63%	1,31%		
Ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Bens de Capital	0,42%	-	-	2,05%	-	-	-	-	-	0,92%	1,10%	0,88%		
Diversos	9,08%	8,79%	11,19%	4,81%	19,53%	5,96%	5,77%	-	-	9,18%	7,49%	8,14%		

Fonte: **HOMEM**, Francisco de Sales Torres. *Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

TABELA 3.34 – Estabelecimentos de Tecidos de Algodão no Brasil em 1866

Nomes dos Estabelecimentos	Localização Províncias	Operários	Fusos	Teares	Força Hidráulica cavalos	Força Motriz a vapor cavalos	Tecido Fabricado por ano (metros)	Fio Fabricado por ano gramas	Valor da Produção contos de réis
1. Santo Aleixo	do Rio	150	2.640	52	25	-	605.000	12.866.000	350.000\$
2. Santa Tereza	do Rio	20	350	-	10	-	-	18.642.000	40.000\$
3. Todos os Santos	da Bahia	200	4.600	136	128	-	1.100.000	321.650.000	570.000\$
4. Nossa Senhora do Amparo	da Bahia	90	2.412	48	30	-	660.000	45.950.000	450.000\$
5. Santo Antonio do Queimado	da Bahia	90	1.000	30	-	18	352.000	-	150.000\$
6. Conceição	da Bahia	60	1.200	35	35	-	495.000	-	230.000\$
7. Modelo	da Bahia	110	1.248	39	-	18	550.000	18.380.000	250.000\$
8. Fernão Velho	Alagoas	33	1.625	40	50	-	180.600	-	65.200\$
9. Canna do Reino	de Minas Gerais	15	240	5	10	-	22.000	-	10.000\$
		768	15.315	385	288	36	3.944.600	415.388.000	2.115.200\$

Fonte: **CASTRO**, Agostinho Victor Borja. *Relatório da Segunda Exposição de 1866, publicado por ordem do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1869. p. 49. part. 2.

TABELA 3.35 – Importações do Brasil no Estrangeiro – Tecidos (valor em contos de réis)

ANO	ALGODÃO	LÃ	LINHO	SEDA	MISTAS
1860	27.514:978\$	5.783:570\$	2.986:218\$	3.405:531\$	2.531:633\$
1861	34.435:526\$	5.116:674\$	2.699:187\$	2.988:048\$	2.213:819\$
1862	34.938:768\$	3.916:984\$	2.366:073\$	2.139:542\$	2.797:581\$
1863	23.827:407\$	3.967:059\$	2.170:397\$	3.187:718\$	2.486:071\$
1864	26.947:944\$	4.433:187\$	3.191:028\$	2.481:897\$	3.291:598\$
1865	35.371:455\$	5.711:692\$	3.965:555\$	2.456:863\$	3.644:184\$
MÉDIA	30.506:011\$	4.821:527\$	2.896:409\$	2.609:933\$	2.827:481\$

Fonte: CASTRO, Agostinho Victor Borja. *Relatorio da Segunda Exposição de 1866, publicado por ordem do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1869. p. 49. part. 2

TABELA 3.36 – Fabricação Nacional de Chapéus – 1866

NOME DAS FÁBRICAS	SEDA	FELTRO	FANTASIAS E OUTROS	Nº DE OPERÁRIOS	VALOR DA PRODUÇÃO (contos de réis)
Agostinho Machado & Cia.		30.000		30	99.000\$000
Armada & Guimarães	10.000		13.000	15	100.000\$000
Bernardes S. Rayth		41.000	7.000	65	250.000\$000
Châtel & Cia.	6.000		3.000	9	60.000\$000
Costa Braga e Cia.	3.600	60.000	6.000	80	300.000\$000
Gonçalves S. Braga		22.000	2.000	30	75.000\$000
José de Araujo Motta		23.000	1.200	32	77.000\$000
Machado Dias Abreu		24.000		26	70.000\$000
Pereira de Castro & Irmão	10.000		8.000	15	90.000\$000
Braga Costa S. Cia.		20.000	4.000	26	75.000\$000
F. C. Borges		12.000		16	36.000\$000
J. A. de Siqueira	5.000			6	36.000\$000
J. M. P. de Castro	2.200		3.800	6	40.000\$000
Barcello S. Vianna		15.000		16	35.000\$000
Brochado S. Cardoso	1.200		1.200	5	15.000\$000
Castro S. Vianna		10.000		12	30.000\$000
J. F. Campos Arcos	500	9.000	2.000	15	40.000\$000
J. Lemos Pinheiro		16.000		18	45.000\$000
M. A. M. de Mello		10.000	1.000	14	34.000\$000
Roberto A. de Almeida		20.000	3.000	20	70.000\$000
Victor Marat	900			2	7.000\$000
21	39.400	312.000	55.200	458	1.584:000\$000

Fonte: CASTRO, Agostinho Victor Borja. *Relatorio da Segunda Exposição de 1866, publicado por ordem do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1869. p. 49. part. 2.

TABELA 3.37 — Importação de Chapéus Estrangeiros pelo Brasil de 1º de julho a 31 de dezembro de 1865

CHAPÉUS	QUANTIDADE	VALOR
Seda, feltro e lã	30.647	55:342\$000
Palha do Chile, finos	18.788	62:680\$000
Palha ordinária	20.914	69:810\$000
Diversas palhas	84.552	115:812\$000
TOTAL	154.901	303:644\$000

Fonte: CASTRO, Agostinho Victor Borja. *Relatorio da Segunda Exposição de 1866, publicado por ordem do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1869. p. 49. part. 2.

TABELA 3.38 — Fábricas Localizadas no Rio de Janeiro*

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Vidros	26	29	30	31	29	31	34	33
Total		29 2,59%					34 3,17%	
Objetos Ornamentais								
Figuras de gesso	1	1	2	2	1	1	1	1
Total		1 0,08%					1 0,09%	
Imprensa								
Tipografias	29	30	32	32	35	31	31	31
Total		30 2,80%					31 2,89%	
Meios de Transporte								
Seges e Carruagens	39	40	40	37	31	31	34	30
Seges, Liteiras, etc.	29	33	32	32	29	31	30	28
Lanternas de Seges	1	1	1	—	—	—	—	—
Carroças	—	—	7	6	7	7	7	6
Construção Naval	4	4	4	4	3	4	4	7
Estaleiros	7	7	7	7	8	8	8	8
Total		85 7,60%					78 7,28%	

cont.

cont.

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Tecidos, Roupas, Armarinho								
Chapéus Finos	20	22	25	24	26	25	23	22
Lojas de Chapéus	49	55	57	55	62	46	48	47
Colchões e Colchoeiro	36	38	40	34	32	33	38	39
Chapéus	2	2	2	2	2	2	3	2
Coletes	5	5	8	8	7	7	6	6
Flores de Seda	7	6	6	7	6	6	7	7
Chapéus de Sol	28	28	28	28	30	32	28	29
Douraduras e Uniformes Militares	1	1	3	2	2	3	3	3
Tecelagem de Algodão	2	3	4	4	4	4	4	4
Bonés	2	2	2	3	—	—	—	—
Total		162					160	
		14,50%					14,92%	
Alimentos e Bebidas								
Chocolate	12	12	11	8	9	10	10	10
Conservas Alimentares	2	2	2	2	3	2	2	2
Padarias	141	147	139	140	129	135	138	145
Refinarias de Açúcar	26	27	28	28	27	26	29	25
Licores, Refrescos	14	13	13	14	12	11	9	10
Azeite de Sebo	6	6	5	5	5	5	5	4
Torrificações de Café	22	34	37	33	37	41	35	30
Vinagre	6	7	10	6	8	9	7	10
Massas	2	3	2	2	3	2	2	2
Água Mineral	—	—	—	—	3	4	4	6
Total		251					241	
		22,47%					22,48%	
Produtos Químicos e Farmacêuticos								
	3	4	3	3	3	3	3	3
Total		4					3	
		0,35%					0,30%	
Velas, Sabão, Graxa								
Graxa	—	—	—	—	—	—	—	—
Velas do Sebo	33	33	30	29	30	26	30	26
Total		33					30	
		2,95%					2,80%	
Fumo								
Charutos e Cigarros	138	158	144	163	161	150	137	137
Estancos e Tabaco	4	4	4	5	4	4	4	5
Total		162					141	
		14,50%					13,15%	
Instrumentos de Trabalho								
Formas e Instrumentos para Sapateiro	6	6	6	7	7	7	6	6
Instrumentos Cirúrgicos	5	3	3	3	3	3	4	4
Instrumentos Musicais	1	3	4	4	4	5	5	5
Máquinas a Vapor	1	2	2	3	4	6	6	6
Burras, Balanças	3	3	4	3	3	3	3	2
Total		17					24	
		1,52%					2,24%	
Material de Construção								
Olarias	5	7	6	2	3	5	4	3
Asfalto e Mármore	3	3	3	3	3	3	3	3
Total		10					7	
		0,89%					0,67%	

cont.

cont.

	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887
Couro								
Caixas de Selins	4	3	3	3	2	2	3	2
Calçados	2	2	2	4	5	5	5	6
Couros Envernizados	1	2	2	3	3	3	3	2
Fundas	4	3	3	4	4	4	5	4
Calçados e Sapatos	153	156	163	138	133	130	135	108
Selins	24	21	23	23	21	21	23	22
Total		187					174	
		18,74%					18,23%	

	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887
Metal								
Camas de Ferro	4	5	6	6	7	7	6	5
Fogões	3	6	7	8	11	9	8	7
Relógios	69	71	73	80	82	75	74	73
Total		82					88	
		7,34%					8,21%	

	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887
Diversos								
Banheiras	2	—	—	—	—	—	—	—
Fósforos	4	4	4	5	5	2	2	2
Diversas	33	33	28	29	24	29	38	34
Rolhas	2	2	2	2	2	2	—	—
Cordoarias	1	1	1	1	—	—	—	—
Bilhares	3	3	4	2	2	1	1	2
Folhas	2	2	2	3	2	1	—	—
Caixas para Velas	—	—	—	—	2	3	3	2
Baldes	—	—	—	—	—	—	—	3
Total		45					44	
		4,02%					4,10%	

	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887
Madeira								
Móveis	7	6	6	9	7	4	4	4
Serrarias	10	13	12	11	11	13	12	10
Total		19					16	
		1,70%					1,49%	

Total de Fábricas 1117 + 29 nos subúrbios 1072+11 nos subúrbios

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Alimentos e Bebidas								
Água Mineral	9	—	—	—	—	7	25	8
Azeite de Sebo	6	—	—	—	—	4	5	6
Torrefações de Café	52	—	—	—	—	32	27	34
Padarias	146	—	—	—	—	156	171	149
Refinarias de Açúcar	28	—	—	—	—	27	31	31
Chocolates	11	—	—	—	—	7	7	5
Conservas Alimentares	4	—	—	—	—	—	—	—
Licores, Refrescos	8	—	—	—	—	11	13	14
Massas	1	—	—	—	—	—	1	2
Vinagre	11	—	—	—	—	9	8	7
Total						253		258
						26,21%		24,40%

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Tecidos, Roupas, Armazinho								
Chapéus de Sol	37	—	—	—	—	34	34	35
Chapéus	42	—	—	—	—	38**	9	70
Chapéus finos	68	—	—	—	—	67	72	68
Coletes	7	—	—	—	—	10	9	7

cont.

cont.

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Tecelagens e Fiações de Algodão	3	—	—	—	—	2	3	3
Bonés	—	—	—	—	—	4	3	2
Douraduras e Uniformes Militares	3	—	—	—	—	2	6	5
Flores de Seda	8	—	—	—	—	12	12	14
Colchões e Colchoeiros	40	—	—	—	—	39	34	46
Total						206		250
						21,34%		23,83%
Metal								
Fogões	10	—	—	—	—	7	8	9
Camas de Ferro	11	—	—	—	—	9	8	7
Relógios	70	—	—	—	—	73	86	90
Total						89		106
						9,22%		10,10%
Imprensa								
Tipografias	29	—	—	—	—	38	42	49
Litografias	—	—	—	—	—	—	33	—
Total						38		49
						3,93%		4,67%
Couro								
Couros Envernizados	4	—	—	—	—	2	2	4
Calçados e Sapatos	143	—	—	—	—	104	79	67
Selins	18	—	—	—	—	25	26	30
Calçados	6	—	—	—	—	5	7	8
Fundas	5	—	—	—	—	7	8	10
Total						143		129
						14,81%		11,44%
Fumo								
Charutos e Cigarros	37	—	—	—	—	34	34	35
Estanços e Tabaco	4	—	—	—	—	—	3	4
Total						34		39
						3,62%		3,72%
Sabão, Velas, Graxas								
Graxa	—	—	—	—	—	—	—	—
Velas de Sebo	30	—	—	—	—	26	23	29
Velas de Cera	—	—	—	—	—	2	—	2
Total						28		31
						2,90%		2,95%
Instrumentos de Trabalho								
Instrumentos Cirúrgicos	4	—	—	—	—	5	6	8
Instrumentos Musicais	3	—	—	—	—	2	4	5
Máquinas a Vapor	6	—	—	—	—	10	11	14
Formas e Instrumentos de Sapateiro	5	—	—	—	—	7	8	2
Burras, Balanças	2	—	—	—	—	4	3	3
Total						28		30
						2,90%		2,86%
Meios de Transporte								
Sege e Carruagens	34	—	—	—	—	19	21	18
Carroças	10	—	—	—	—	9	10	10
Construtores Navais	10	—	—	—	—	8	—	8
Estaleiros	—	—	—	—	—	1	—	—
Total						37		36
						3,83%		3,43%

cont.

cont.

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
 Vidros e Louças								
Louças Finas		-	-	-	-	2	-	2
Vidros	29	-	-	-	-	29	29	33
Total						31		35
						3,21%		3,34%
Produtos Químicos e Farmacêuticos								
Colas	2	-	-	-	-	3	-	3
Produtos Químicos e Farmacêuticos	3	-	-	-	-	2	2	2
Pomadas	-	-	-	-	-	-	4	4
Total						5		9
						0,51%		0,86%
Tintas								
Tintas para escrever	-	-	-	-	-	10	9	8
Total						10		8
						1,03%		0,76%
Material de Construção								
Olaria	2	-	-	-	-	2	3	4
Asfalto e Mármore	3	-	-	-	-	2	-	3
Tubos para Água	2	-	-	-	-	-	1	4
Total						4		11
						0,41%		1,04%
Madeira								
Móveis	2	-	-	-	-	-	-	-
Serrarias	8	-	-	-	-	10	14	11
Total						10		11
						1,03%		1,05%
Objetos Ornamentais								
Figuras de Gesso	1	-	-	-	-	-	1	-
Total								
Diversos								
Rolhas	-	-	-	-	-	-	-	-
Bilhares	2	-	-	-	-	-	-	3
Caixas de Salins	2	-	-	-	-	2	2	3
Caixas para Jóias	2	-	-	-	-	-	4	2
Caixas para Encaixotar Fazendas	-	-	-	-	-	8	11	13
Balões	1	-	-	-	-	-	-	-
Aparelhos Ortopédicos	-	-	-	-	-	-	4	3
Diversos	39	-	-	-	-	30	37	28
Folhas	-	-	-	-	-	2	2	2
Ventiladores para Café	-	-	-	-	-	4	-	-
Fósforos	4	-	-	-	-	3	4	4
Cordoarias	-	-	-	-	-	-	-	-
Total						49		58
						5,07%		5,53%
Total de Fábricas						965		1049
		1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
Alimentos e Bebidas								
Torrefações de Café		48	36	31	33	44	47	44
Água Mineral		8	4	8	8	7	7	

cont.

cont.

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
Chocolata	8	8	7	6	7	9	8
Conservas Alimentares	—	—	—	—	—	—	—
Licores e Refrescos	12	14	12	11	12	13	23
Vinagre	6	6	7	6	7	8	10
Padarias	150	144	133	149	169	165	173
Refinarias de Açúcar	31	31	29	30	36	34	36
Massas	3	2	2	1	3	4	4
Azeite de Sebo	6	6	4	3	3	3	—
Total						290	
						23,33%	
Couro							
Furdes	8	9	10	9	10	11	10
Couros Envernizados	2	2	3	3	3	3	—
Selins	22	17	22	23	21	24	—
Calças de Selina	2	2	2	1	1	2	2
Calçados	11	16	24	24	175	199	218
Calçados e Sapatos	44	36	29	27	—	—	—
Total						239	
						19,30%	
Fumo							
Tabaco em pó	—	—	—	—	—	—	11
Estanco e Tabaco	5	5	3	3	5	3	—
Charutos e Cigarros	57	40	38	49	179	194	—
Total						197	
						15,84%	
Tecidos, Roupas e Armarinho							
Chapéus Finos	59	15	17	23	22	15	—
Chapéus	—	52	—	54	59	69	68
Chapéus de Sol	35	34	31	29	35	38	35
Chapéus	2	2	62	1	2	2	—
Bonés	—	1	2	3	3	3	—
Coletas	6	7	7	6	6	6	9
Tacetagens e Fleçoes de Algodão	—	1	1	2	3	2	8
Flores de Seda	12	11	10	13	14	14	17
Douraduras e Uniformes Militares	6	3	6	6	6	4	4
Luzas	—	—	—	—	—	—	3
Total						151	
						12,14%	
Metal							
Fogões	10	12	8	—	8	14	15
Camas de Ferro	6	5	5	4	5	6	6
Relógio	90	81	75	80	96	81	—
Total						101	
						8,12%	
Instrumentos de Trabalho							
Burras e Balanças	5	5	4	4	4	4	7
Máquinas a Vapor	—	18	—	—	—	—	—
Instrumentos Cirúrgicos	8	8	10	11	10	11	—
Instrumentos de Música	4	6	7	7	7	5	—
Máquinas a Vapor	15	—	19	23	22	22	—
Formas e Instrumentos para Sapateiro	2	2	2	1	2	1	—
Ventiladores para Café	—	5	6	6	6	5	—
Foles	—	3	—	3	3	3	3
Total						51	
						4,10%	

cont.

cont.

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
Meios de Transporte							
Seges e Carruagens	16	11	10	9	8	8	—
Carroças	9	8	8	4	9	10	—
Seges, Liteiras, etc.	24	21	20	20	22	27	33
Diques	—	—	—	—	—	—	3
Estaleiros e Construtores Navais	10	10	7	6	7	5	9
Total						51	
						4,10%	
Imprensa							
Tipografias	48	49	48	41	30	31	47
Total						31	
						2,49%	
Vidros e Louças							
Vidros	30	29	25	23	23	26	39
Louça	—	2	2	2	2	2	—
Total						28	
						2,25%	
Tintas							
Tintas para Escrever	—	5	5	6	6	8	7
Total						8	
						0,51%	
Material de Construção							
Oliarias	6	6	6	5	4	4	5
Tubos para Água	—	3	4	4	3	3	—
Ladrilhos	—	—	—	—	—	—	6
Asfalto e Mármore	2	2	2	1	2	1	2
Total						8	
						0,51%	
Sabão, Velas e Graça							
Graça	1	—	—	—	—	—	—
Velas de Sebo	16	18	14	18	5	6	1
Velas de Cera	—	3	3	5	—	—	7
Total						6	
						0,40%	
Produtos Químicos e Farmacêuticos							
Produtos Químicos e Farmacêuticos	3	3	3	3	3	3	—
Pomadas	—	4	3	3	—	—	—
Colas	—	—	3	1	2	1	—
Total						4	
						0,32%	
Objetos Ornamentais							
Figuras de Gesso	—	—	—	—	—	—	—
Total						—	
Madeira							
Móveis	1	—	—	—	—	—	—
Serrarias	13	16	13	14	20	23	25
Total						23	
						1,80%	

cont.

conclusão

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
Diversos							
Cordearias	-	-	-	-	-	-	-
Rolhas	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	38	29	37	25	29	-
Bilhares	-	-	-	-	-	-	4
Caixas para Encaixotar Fazendas	-	-	8	5	7	14	17
Caixas para Jóias	-	2	2	2	2	2	4
Fósforo	-	2	2	2	2	-	-
Aparelhos Ortopédicos	-	-	-	4	4	4	-
Sacos Vazios	-	-	-	-	-	5	6
Balões	-	-	-	-	-	-	-
Caixas para Velas	-	-	-	-	-	-	-
Formicidas	-	-	-	-	-	-	5
Caixas para Chapéus	-	-	2	-	-	-	-
Total						54	
						4,40%	
TOTAL DE FÁBRICAS							1,242

* Só foram computados os totais e percentuais dos anos de 1861, 1866, 1873, 1875 e 1881 para fins de comparação com outros dados estatísticos.

** Aproximação entre os anos 1872 e 1874.

Fonte: ALMANACK LAEMMERT. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1860-82.

TABELA 3.39 – Oficinas e Oficiais Localizados no Rio de Janeiro

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Metal								
Abridores de Metal	19	15	12	14	14	14	12	13
Bordadores (ouro, prata)	7	5	5	5	4	4	4	5
Bronzeadores e galvanizadores	3	1	1	2	3	2	2	2
Caldereiros	14	12	11	11	11	11	13	14
Cutelleiros	9	13	13	11	12	10	10	10
Fundidores galvanizadores	17	15	15	18	18	19	17	18
Ferrarias	18	20	25	25	28	30	31	28
Ferreiros e serralheiros	57	69	68	69	64	65	63	58
Funileiros, latoeiros	72	70	77	79	67	75	77	73
Lampistas	12	11	11	10	12	11	10	10
Bainheiros	2	2	2	3	2	2	2	2
Douradores	19	18	15	17	19	18	16	20
Espingardeiros	4	4	5	4	4	4	5	6
Enrançadores de arames	3	3	2	3	2	2	2	3
Fundidores de sinos	4	4	3	3	3	3	3	3
Fundidores de tipos	3	3	3	3	3	3	2	2
Total		265					269	
		27,26%					28,83%	

cont.

cont.

	1860	1881	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Madeira								
Carpinteiros e Mestres de obras	—	—	—	—	—	—	—	—
Tamanqueiros	13	17	19	17	16	20	21	17
Tanoarias	38	37	31	29	28	32	30	27
Bauleiros	11	12	13	12	12	13	13	12
Escultores entalhadores	13	14	12	13	13	9	10	10
Escultores formeiros	2	1	1	1	1	1	.1	1
Escultores douradores	3	2	3	3	3	3	3	3
Marcenarias	126	131	137	121	101	115	100	80
Mestres calafates	5	6	6	6	6	6	7	8
Total		220					185	
		22,63%					19,83%	
Roupas, Tecidos e Armarinhos								
Alfaiates	134	146	142	138	123	118	115	116
Tintureiros	5	4	4	5	5	6	7	8
Tintureiros alfaiates	1	1	2	2	2	1	—	—
Sirqueiros	19	18	18	18	16	19	17	18
Vestimenteiros	2	2	3	3	3	3	2	4
Modistas, Costureiras	54	68	66	55	52	45	50	54
Consertadores de leques	3	4	6	4	6	7	5	5
Total		243					196	
		25%					21,01%	
Couro								
Carrieiros e Enfardadores	4	4	4	5	5	5	5	3
Curtidores	1	1	1	2	3	3	3	2
Carrieiros e Forradores	22	15	17	17	21	22	23	24
Encadernadores	29	23	27	27	26	24	23	24
Total		43					54	
		4,42%					5,79%	
Construção								
Pedreiros	10	12	9	11	12	12	12	12
Pedreiros e Mestre de Obras	9	9	11	9	10	9	10	7
Mestres canteiros	5	5	5	4	3	3	2	2
Total		26					24	
		2,67%					2,57%	
Vidros								
Engarrafadores de vinho	2	3	2	2	2	2	2	2
Gravadores em vidro	3	2	2	1	1	1	—	—
Espelhos	5	4	4	4	3	3	2	2
Consertadores de vidro e louça	—	3	3	2	2	—	1	7
Total		12					5	
		1,23%					0,54%	

cont.

cont.

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Fotografia								
Daguerreotipistas e Fotógrafos	12	17	21	29	30	28*	25	—
Fotógrafos	—	—	—	—	—	—	32	31
Total		17					57	
		1,75%					6,11%	
Alimentos								
Salsicheiros	3	3	4	5	6	3	3	3
Pasteleiros	4	4	4	3	3	3	3	3
Casas de aprontar fiambres	1	1	1	1	1	1	1	1
Total		8					7	
		0,82%					0,75%	
Música								
Copistas de Música	2	2	2	2	2	2	1	1
Violaeiros	6	6	6	6	6	7	7	6
Total		8					8	
		0,82%					0,86%	
Fumo								
Cigarreiros	—	—	—	—	—	—	—	—
Papel								
Pautadores de papel	3	4	4	4	4	3	4	4
Total		4					4	
		0,41%					0,43%	
Instrumentos de Trabalho								
Instrumentos náuticos e de engenharia	2	2	3	3	3	3	—	—
Total		2					—	
		0,20%						
Diversos								
Empalhadores	6	12	7	6	8	18	5	5
Armadores de Anjos	2	3	3	3	3	3	2	3
Armadores Estofoadores	10	10	10	10	9	11	10	10
Preparadores de História Natural	3	3	3	4	2	1	2	2
Restauradores de objetos quebrados	1	—	—	—	—	—	—	—
Estamparias e Gravações	12	12	12	13	13	14	12	12
Torneiros, madeiras e metais	12	15	13	11	9	10	12	13
Esmaltadores	3	3	4	4	3	2	2	2
Armadores de gala para festa de igrejas	4	5	6	4	5	4	4	4
Aparelhadores de gás	—	5	7	7	9	7	8	9

cont.

cont.

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Óticas	—	—	—	—	—	—	—	1
Litogravuras	15	17	18	18	18	18	18	20
Maquinistas e bombeiros	20	20	20	20	22	26	23	25
Poleiros	4	4	4	4	4	3	3	3
Galeiros	2	2	2	3	2	3	4	4
Iluminações	2	1	—	3	4	9	10	8
Fogueteiros	1	8	9	7	8	6	6	6
Lapidários	4	4	2	1	2	2	2	2
Alvareiros da praça	—	—	—	2	2	1	1	1
Total		124					124	
		12,76%					13,29%	
TOTAL		972					933	

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Metal								
Abridores de Metais	13	—	—	—	—	13	11	10
Fundidores galvanizadores	21	—	—	—	—	20	21	23
Fundidores de sinos	2	—	—	—	—	3	3	2
Fundidores de tipos	1	—	—	—	—	2	2	2
Fúneiros, latoeiros	78	—	—	—	—	71	67	62
Ferreiras	31	—	—	—	—	19	15	12
Ferreiros e Serralheiros	69	—	—	—	—	60	62	58
Escultores Formeiros	1	—	—	—	—	1	1	—
Escultores Douradores	3	—	—	—	—	5	7	8
Mestres, Calafates	7	—	—	—	—	4	3	3
Caldereiros	15	—	—	—	—	14	17	16
Espingardeiros	6	—	—	—	—	5	5	5
Bronzeadores e Galvanizadores	3	—	—	—	—	1	4	4
Lampistas	11	—	—	—	—	9	7	6
Bordadores (ouro, prata)	4	—	—	—	—	3	3	3
Laborat. metal-metais prec.	1	—	—	—	—	1	1	1
Cutaleiros	10	—	—	—	—	9	10	11
Douradores	17	—	—	—	—	17	19	20
Entranchadores de arame	2	—	—	—	—	4	4	4
Bainheiros	2	—	—	—	—	2	2	2
Total						263		252
						25,14%		22,64%
Madeira								
Tamanqueiros	14	—	—	—	—	10	8	11
Tanoerias	29	—	—	—	—	21	22	18
Escultores Entalhadores	13	—	—	—	—	7	8	9
Mercenarias	84	—	—	—	—	95	76	88
Carpinteiros e Mestres de Obras	90	—	—	—	—	87	112	124
Bauleiros	10	—	—	—	—	18	20	15
Mestres calafates	7	—	—	—	—	4	3	3
Total						242		268
						23,13%		24,07%

cont.

cont.

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Roupas, Tecidos, Armarinho								
Modistas, Costureiras	60	—	—	—	—	60	45	68
Singueiros	19	—	—	—	—	13	11	9
Alfaiates	130	—	—	—	—	135	135	134
Tintureiros	7	—	—	—	—	8	8	7
Tintureiros alfaiates	—	—	—	—	—	—	—	—
Enformadores e Lavadores de Chapéus	6	—	—	4	4	4	—	4
Total						220		222
						21,03%		19,94%
Couro								
Corrieiros e Forradores	28	—	—	—	—	—	—	28
Corrieiros e Enfardadores	4	—	—	—	—	28	24	26
Curtidores	3	—	—	—	—	2	2	2
Encadernadores	28	—	—	—	—	30	32	35
Total						60		91
						5,73%		8,17%
Construção								
Pedreiros	11	—	—	—	—	12	13	13
Pedreiros e Mestres de Obra	9	—	—	—	—	7	13	9
Mestres Canteiros	2	—	—	—	—	1	1	1
Estucadores	6	—	—	—	—	1	1	2
Total						21		25
						2,00%		2,24%
Vidros e Louças								
Vidros e Louças	2	—	—	—	—	3	4	4
Engarrafadores de Vinho	3	—	—	—	—	3	3	4
Espelhos	3	—	—	—	—	3	6	7
Gravadores em Vidro	—	—	—	—	—	—	—	—
Total						9		15
						0,86%		1,34%
Fotografias								
Daguerreotipista e Fotógrafo	—	—	—	—	—	21	21	—
Fotógrafos	38	—	—	—	—	24	—	28
Total						45		28
						4,30%		2,33%
Alimentos								
Pasteleiros	3	—	—	—	—	2	2	2
Total						2		2
						0,19%		0,17%
Música								
Copistas de Música	1	—	—	—	—	1	1	1
Violeiros	7	—	—	—	—	6	6	7
Total						7		8
						0,66%		0,71%

cont.

cont.

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Fumo								
Cigarreiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total						-		-
Papel								
Pautadores de Papel	3	-	-	-	-	3	4	4
Total						3		4
						0,28%		0,35%
Instrumentos de Trabalho								
Oficina de Instrumentos Náuticos	3	-	-	-	-	2	2	3
Total						2		3
						0,19%		0,26%
Tintas								
Pintores de Seges, Liteiras, etc.	29	-	-	-	-	29	-	33
Esmaltadores	2	-	-	-	-	2	2	2
Total						31		35
						2,96%		3,14%
Diversos								
Armadores de Gala	4	-	-	-	-	-	-	7
Alvicaireiros da Praça	1	-	-	-	-	-	-	-
Oficina Ótica	1	-	-	-	-	-	-	-
Litogravuras	20	-	-	-	-	27	-	34
Maquinistas e Bombeiros	25	-	-	-	-	31	31	30
Iluminação	9	-	-	-	-	11	13	14
Aparelhadores de gás	19	-	-	-	-	14	19	19
Armadores de Anjos	2	-	-	-	-	3	2	3
Armadores Estofadores	9	-	-	-	-	9	13	11
Consertadores de Leques e Objetos	5	-	-	-	-	7	8	5
Empalhadores	10	-	-	-	-	5	8	7
Torneiros, Madeira e Metais	15	-	-	-	-	8	9	9
Poleiros	2	-	-	-	-	1	2	1
Fogueteiros	7	-	-	-	-	7	8	3
Preparadores de História Natural	2	-	-	-	-	3	5	3
Geoleiros	4	-	-	-	-	4	-	5
Lapidários	4	-	-	-	-	2	2	3
Estamparias e Gravuras	11	-	-	-	-	8	10	8
Total						141		182
						13,47%		14,55%
Total de Oficinas						1046		1113
	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	
Madeira								
Tamanqueiros	11	14	13	11	13	18	14	
Bauleiros	10	11	10	7	6	7	7	
Carpinteiros e Mestres de Obras	90	64	37	39	56	77	-	
Escultores Entalhadores	10	8	6	6	6	7	9	

cont.

-cont.

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
Escultores Formeiros	—	—	11	—	—	—	—
Escultores Douradores	9	11	—	9	13	15	—
Tanoarias	12	10	7	7	9	16	18
Marcenarias	62	40	41	28	49	65	71
Mestres Calafates	2	3	2	2	1	1	—
Total						204	—
						22,66%	
Metal							
Fundidores Galvanizadores	14	14	17	16	15	15	16
Fundidores de Sinos	2	2	2	2	2	2	3
Fundidores de Tipos	2	2	2	3	4	3	3
Funileiros, Latoeiros	54	55	55	55	65	69	113
Lampistas	8	10	9	7	—	—	—
Ferrarias	—	—	6	4	8	10	11
Ferreiros e Serralheiros	47	46	41	38	50	58	58
Bordadores (ouro, prata)	4	5	5	4	4	3	—
Bronzeadores e Galvanizadores	1	2	2	1	1	2	—
Caldereiros	12	17	17	16	16	15	16
Abridores de Metais	11	10	12	8	12	10	12
Entraçadores de Arames	—	—	4	4	4	4	4
Cuteleiros	10	8	7	8	—	—	8
Douradores	15	14	13	16	8	6	16
Bainheiros	2	1	1	1	—	—	—
Carris de Ferro	—	—	—	—	—	—	4
Placas para Numeração Cidade	—	—	—	1	1	1	—
Total						198	—
						22,00%	
Tecidos, Roupas e Armarinhos							
Sirgueiros	9	9	10	10	9	8	9
Alfaiates	138	143	110	91	122	115	119
Modistas e Costureiras	74	55	68	52	53	47	68
Tintureiros	6	7	3	7	5	6	6
Tintureiros Alfaiates	—	—	—	—	—	—	—
Vestimenteiros	—	5	5	3	5	—	—
Enformadores e Lavadores de Chapéus	—	—	6	4	10	16	15
Total						192	—
						21,33%	
Couro							
Correiros e Enfardadores	1	1	1	1	3	3	—
Curtidores	2	2	2	2	7	8	3
Encadernadores	21	23	20	16	16	19	17
Correiros e Forradores	20	18	—	23	25	32	44
Surradores	—	—	—	—	—	—	2
Total						62	—
						6,89%	
Fotografia							
Daguerreotipista e Fotógrafo	—	—	—	—	—	—	—
Fotógrafos	17	23	22	22	18	18	—
Total						18	—
						2,00%	

cont.

cont.

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
Materiais de Construção							
Pedreiros	16	10	8	4	3	5	—
Pedreiros e Mestres de Obras	7	—	4	5	5	7	88
Mestres Canteiros	3	3	3	3	4	3	6
Total						15	
						1,67%	
Música							
Violeiros	7	5	7	6	7	7	7
Copistas de Música	1	1	2	2	1	1	1
Total						8	
						0,89%	
Alimentos							
Pasteleiros	2	2	2	2	2	2	—
Salsicheiros	—	2	2	2	2	2	4
Total						4	
						0,44%	
Viños							
Engarrafadores de Vinho	3	5	5	3	3	5	4
Gravadores em Vidro	—	—	—	—	—	—	—
Total						5	
						0,55%	
Instrumentos de Trabalho							
Instrumentos Náuticos	—	2	—	2	2	2	23
Total						2	
						0,22%	
Mármore e Gesso							
Marmoristas	—	—	—	—	—	—	22
Estucadores	—	—	—	2	2	2	2
Total						2	
						0,22%	
Fumo							
Cigarreiros						—	
Total							
Papel							
Pautadores de Papel	2	2	2	1	1	1	4
Total						1	
						0,11%	

cont.

conclusão

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
Diversos							
Empalhadores	6	3	5	16	10	9	10
Espelheiros	10	12	9	9	9	10	17
Espingardeiros	5	4	4	4	5	5	5
Preparadores de História Natural	5	5	5	5	4	4	—
Estamparias e Gravuras	8	7	7	7	7	6	—
Esmaltadores	2	2	2	2	2	1	1
Fogueteiros	3	6	9	8	7	8	13
Litogravuras	28	26	21	14	16	21	24
Maquinistas e Bombeiros	30	27	34	31	39	39	—
Armadores de Anjos	4	4	4	4	4	6	—
Armadores Estufadores	12	13	13	11	20	14	18
Torneiros, Madeira e Metais	6	4	5	8	11	14	18
Poleiros	1	1	1	1	1	1	1
Gaioleiros	—	4	2	2	2	4	4
Aparelhadores de Gás	—	—	17	20	24	27	36
Objetos de Iluminação	—	—	16	9	14	13	12
Lapidários	1	1	1	1	1	1	1
Armadores de Gala	—	—	5	5	—	—	9
Consertadores de Leques e Objeto de Artes	—	—	3	6	3	4	—
Alvicaresiros da Praça	—	—	—	—	—	—	—
Eletricidade	—	—	—	—	3	2	5
Total						189	
						21,00%	
TOTAL DAS OFICINAS							900

*Média entre 1862 e 1865 = 25.

Fonte: ALMANACK LAEMMERT.

Rio de Janeiro, Typ. Universal de La-

emmert, 1860-82.

TABELA 3.40 – Comércio*

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Alimentos e Bebidas								
Sal	10	9	10	12	9	7	7	9
Tapioca, Goma e								
Araruta	3	3	3	3	1	—	—	—
Vinhos	121	156	149	146	152	149	171	167
Secos e Molhados								
(atacado)	62	62	59	59	61	59	53	49
Mantimentos secos								
nacionais	132	130	137	142	142	144	151	144
Secos e Molhados								
(varejo)	715	841	1044	1048	1052	1118	1094	1101
Aguardente	11,	9	7	8	4	6	6	5

cont.

cont.

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Chá	44	46	42	39	37	34	35	35
Azeite	2	3	4	4	4	3	3	3
Gelo e frutas	1	1	1	2	2	3	2	2
Carne seca, toucinho, mate	64	67	72	76	76	72	73	76
Arroz	5	7	6	5	4	3	3	2
Café e Ensaque	57	49	50	48	43	40	34	24
Conservas Alimentares	14	14	15	14	14	14	13	12
Açúcar	32	28	28	27	25	20	22	20
Farinha de Trigo	9	11	11	13	15	13	14	16
Água Mineral	1	1	4	4	4	5	6	6
Praça do Mercado								
Aves e Verduras								
Cereais	111	111	112	112	112	112	112	112
Peixe								
Carnes (açougue)	91	103	106	92	96	90	88	90
Hortícolas	8	7	6	7	9	12	12	12
Total	1758						1899	
	47,73%						51,12%	
Tecidos, Armarinho, Vestuário								
Modas	48	55	58	58	59	51	46	44
Chapéus	8	9	8	8	11	9	6	6
Chapéus de sol e bengalás	3	4	4	6	5	5	4	5
Fazendas para armadores, Galões	1	1	1	1	1	1	1	1
Fazendas secas(imp.)	194	194	194	186	177	161	164	182
Roupa Feita	164	158	161	161	171	165	165	167
Velas para navios	—	2	2	2	2	2	2	2
Lãs para bordar	11	11	11	11	11	8	9	8
Rendas	7	9	8	6	6	6	5	5
Panos de Algodão	15	14	11	11	10	9	8	7
Fazendas secas importadas	118	113	106	139	102	93	93	76
Loja de meias	2	3	2	2	2	2	2	2
Total	573						505	
	15,56%						13,59%	
Metais								
Loja de belchiores	5	5	7	7	7	6	9	10
Ferragens	121	130	131	131	111	103	95	92
Ferro, aço, Chumbo, etc.	20	16	18	18	18	16	16	13
Negoc. ouro e prata	115	119	127	131	119	119	119	120
Negociantes de diamantes brutos e lapid.	5	7	6	6	7	7	8	6
Total	277						247	
	7,52%						6,65%	

cont.

cont.

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Fumo								
Rapé	13	13	14	14	14	16	15	15
Fumo, Artigos de Minas	16	15	15	15	16	18	17	20
Charutos (Havana-Bahamas)	28	36	37	45	49	54	69	61
Total	64						101	
	1,74%						2,72%	
Couro								
Selins, arreios	7	6	9	10	10	10	9	10
Calçados	44	55	57	61	83	83	88	88
Couros	19	21	18	19	20	19	18	17
Total	82						115	
	2,23%						3,10%	
Livros e Papel								
Papel e Material de Escritório	24	22	24	26	22	22	27	30
Livros	18	18	17	16	16	15	17	19
Papel Pintado	7	5	7	7	6	6	5	3
Total	45						49	
	1,22%						1,32%	
Instrumentos de trabalho								
Instrumentos musicais	22	27	28	24	28	30	30	31
Inst. náuticos, óticos	10	10	11	11	11	12	14	13
Ferramentas para relojoeiros, etc.	1	1	1	1	1	2	2	2
Fogos e pertences de cozinha	3	5	—	—	—	—	—	—
Balanças, pesos e medidas	2	2	2	2	2	1	1	1
Obj. História Natural	10	9	8	9	6	4	4	4
Total	54						51	
	1,47%						1,38%	

cont.

cont.

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Madeira								
Armazéns Madeira								
Móveis	39	36	38	38	32	30	33	34
Madeira	57	55	52	47	45	40	44	39
Total	91						77	
	2,47%						2,08%	
Agro-Pecuária								
Negócios de Gado	4	2	4	10	11	12	7	7
Sementes	7	8	8	10	7	8	9	10
Total	10						16	
	0,27%						0,43%	
Escravos								
Negócios de Escravos								
Ladinos	8	8	4	10	10	9	8	9
Total	8						8	
	0,22%						0,21%	
Produtos Farmacêuticos								
Sanguessugas	10	10	10	8	6	7	6	4
Drogas, Prod. Farm.	20	19	21	24	22	22	25	20
Drogas	61	59	74	80	60	61	61	70
Perfumarias	21	21	20	20	17	24	24	20
Total	109						116	
	2,96%						3,13%	
Material de Construção								
Maçames	18	17	17	17	17	17	17	16
Armazéns - Material para Obras	24	28	23	25	23	26	26	22
Total	45						43	
	1,22%						1,16%	
Sabão, velas, cera								
Cera	9	12	10	10	11	11	14	15
Total	12						14	
	0,32%						0,38%	
Tintas								
Tintas e Vernizes	41	40	41	36	29	26	23	23
Total	40						23	
	1,09%						0,62%	

cont.

cont.

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Louças, Cristais e Vidros								
Louças e Cristais	67	60	61	57	59	64	62	63
Total	60			62				
	1,63%			1,87%				
Diversos								
Armazéns, pedras de moinho	2	2	2	2	2	3	3	2
Carvão de pedra	10	11	14	14	13	18	18	14
Mármore	12	8	9	11	13	13	11	12
Produtos: Índia	3	—	—	—	—	—	—	—
Gêneros norte-americanos	6	4	5	10	11	13	15	8
Bahia e América do Norte	23	21	20	18	17	12	13	16
Quinquilharias	13	13	13	14	13	11	13	13
Casquinhas	6	9	9	8	7	7	8	8
Gravuras	10	10	13	13	14	13	13	11
Fogos de Artíficos	4	5	5	4	4	4	4	3
Miudezas	232	248	220	215	208	191	158	194
Ramos de flores naturais	4	1	3	4	5	4	4	4
Brinquedos	13	13	14	13	12	13	13	9
Cola	2	1	1	1	1	1	1	1
Lastro de Navios	1	1	1	1	1	2	1	2
Vassouras e escovas	—	—	—	2	2	2	2	3
Vendedores de passarinhos	2	—	—	—	—	—	—	—
Total.....	345			275				
	9,37%			7,42%				
Depósitos								
Trepiches Alfandeg.	18	19	17	17	20	19	22	20
Depósitos, Sabão,								
Velas e Cola	10	17	15	14	17	18	15	16
Depósitos Máquinas								
de Costura	4	4	3	4	5	8	7	7
Depósitos de Papelão	5	4	5	4	4	4	4	4
Depósitos de Pante	4	5	4	4	4	5	5	4
Depósitos de Pianos								
e Órgãos	10	10	9	8	11	7	8	8
Depósitos de Rapé	9	8	8	8	9	10	10	8
Depósitos de Sabão								
e Óleos	28	29	28	27	25	25	22	21
Depósitos de Camisas	4	6	6	6	7	8	8	6
Depósitos de Cerveja	12	8	11	8	11	13	13	16
Estância de lenha	3	—	—	—	—	—	—	—
Total	110			114				
	2,99%			3,08%				
TOTAL	3683			3715				

cont.

cont.

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Alimentos e Bebidas								
Sal	8	-	-	-	-	8	8	9
Tapioca, Goma, Araruta	-	-	-	-	-	-	-	-
Vinhos (atacado)	168	-	-	-	-	168	193	181
Secos e Molhados (atacado)	44	-	-	-	-	-	-	-
Mantimentos Secos do País	176	-	-	-	-	135	240	232
Secos e Molhados (Varejo)	1120	-	-	-	-	1118	1000	1008
Arroz	2	-	-	-	-	-	-	-
Açúcar	21	-	-	-	-	27	29	18
Azeite	3	-	-	-	-	4	4	3
Café e Ensaque	29	-	-	-	-	40	61	48
Carne Seca, Toucinho, Mate e Arroz	81	-	-	-	-	80	80	74
Praça do Mercado								
Aves e Verduras	112	-	-	-	-	112	112	188
Cereais	-	-	-	-	-	-	76	-
Peixe	-	-	-	-	-	-	2	2
Aves e Ovos	-	-	-	-	-	1	2	2
Farinha de Trigo	18	-	-	-	-	26	28	26
Gêneros norte-americanos	12	-	-	-	-	16	21	21
Conservas Alimentares	15	-	-	-	-	8	12	11
Chá	36	-	-	-	-	37	38	34
Aguardente, Mel	8	-	-	-	-	6	12	7
Carnes (açougue)	171	-	-	-	-	147	127	106
Total						1933	1968	
						48,28%	44,85%	
Vestuário/Armarinho/Tecidos								
Fazendas Secas (importadas)	186	-	-	-	-	185	143	132
Roupas Feitas	161	-	-	-	-	227	265	264
Chapéus de Sol e Bengales	4	-	-	-	-	7	8	-
Fazenda p/armador, galões	1	-	-	-	-	-	-	2
Fazendas Secas Importadas	86	-	-	-	-	112	154	77
Chapéus	5	-	-	-	-	4	4	3
Armazéns Velas para Navios	2	-	-	-	-	2	-	2
Rendas	6	-	-	-	-	4	5	5
Rendas Modas	43	-	-	-	-	76	69	64
Panos de Algodão	8	-	-	-	-	8	8	10
Lãs para Bordar	7	-	-	-	-	6	7	7
Loje de Meias	3	-	-	-	-	8	8	8
Total						639	574	
						16,30%	13,08%	
Metal								
Ferragens	94	-	-	-	-	110	124	117
Ferro, Aço, Chumbo, etc.	14	-	-	-	-	12	13	14
Ouro e Prata	126	-	-	-	-	126	109	106
Belchiores	17	-	-	-	-	7	8	6
Total						255	243	
						6,08%	5,53%	

cont.

cont.

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Fumo								
Fumo, Artigos de Minas	23	-	-	-	-	23	25	29
Fumo Bahia e América do Norte	17	-	-	-	-	19	21	20
Charutos (Havana-Bahamas)	75	-	-	-	-	130	136	151
Rapé	14	-	-	-	-	14	14	12
Total						186		212
						4,45%		4,83%
Couro								
Couro Calçados	81	-	-	-	-	122	151	165
Couro Couros	15	-	-	-	-	13	15	16
Selins, Arreios	10	-	-	-	-	17	18	18
Total						152		199
						3,64%		4,53%
Papel								
Papéis Pintados	3	-	-	-	-	5	4	5
Papéis e Material de Escritório	33	-	-	-	-	31	31	31
Livros	25	-	-	-	-	20	24	20
Total						56		56
						1,34%		1,27%
Instrumentos de Trabalho								
Instrumentos de Música	28	-	-	-	-	23	-	23
Instrumentos Náuticos, Óticos	13	-	-	-	-	16	18	22
Balanças, Pesos e Medidas	3	-	-	3	3	5	6	7
Objetos de Pesca	-	-	-	-	-	-	-	2
Ferramentas p/dentista, etc.	2	-	-	-	-	4	-	16
Total						48		70
						1,15%		1,59%
Objetos Ornamentais								
Gravuras	11	-	-	-	-	9	-	17
Imagens	2	-	-	-	-	6	-	8
Total						15		25
						0,36%		0,56%
Agro-Pecuária								
Sementes	9	-	-	-	-	11	11	12
Gado	10	-	-	8	9	6	-	4
Total						17		16
						0,41%		0,36%

cont.

cont.

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Escravos								
Escravos Ladinos	7	-	-	-	-	3	7	6
Total						3		6
						0,07%		0,13%
Produtos Farmacêuticos								
Sanguessugas	3	-	-	-	-	4	5	3
Drogas	70	-	-	-	-	55	-	46
Perfumarias	20	-	-	-	-	43	47	45
Drogas, Prod. Farm.	25	-	-	-	-	36	73	79
Total						138		173
						3,30%		3,94%
Material de Construção								
Material p/Obras	23	-	-	-	-	22	21	24
Maçames	15	-	-	-	-	13	14	11
Total						35		35
						0,84%		0,73%
Sabão, Velas, Cera								
Cera	14	-	-	-	-	17	17	16
Total						17		16
						0,41%		0,36%
Tintas								
Tintas e Vernizes	22	-	-	-	-	17	18	16
Total						17		16
						0,41%		0,36%
Louças e Vidros								
Louças e Cristais	68	-	-	-	-	87	90	92
Total						87		92
						2,08%		2,09%
Mármore e Gesso								
Mármore	16	-	-	-	-	16	18	19
Total						16		19
						0,38%		0,43%
Diversos								
Carvão de Pedra e Coke	13	-	-	-	-	7	8	11
Pedras p/moinho	2	-	-	-	-	2	2	2
Diamantes	6	-	-	-	-	-	9	7
Lastro p/navios	2	-	-	-	-	1	-	1
Brinquedos	8	-	-	-	-	13	11	10
Obj. Hist. Natural	4	-	-	-	-	-	6	5
Ramos de Flores Naturais	4	-	-	-	-	4	4	5
Fogos de Artifício	3	-	-	-	-	5	6	6
Produtos: Índia, Estados Unidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Casquinhas	10	-	-	-	-	8	12	9

cont.

cont.

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Quinquilharias	13	—	—	—	—	14	15	16
Miudezas	186	—	—	—	—	228	238	266
Livros Antiquários	—	—	—	—	—	12	9	9
Saveiros	1	—	—	—	—	1	1	5
Vassouras e Escovas	3	—	—	—	—	4	4	4
Total						298		348
						7,15%		7,88%
Armazéns								
Armazéns de Madeira	—	—	—	—	—	—	—	—
Móveis	46	—	—	—	—	69	80	69
Madeira	42	—	—	—	—	30	39	38
Armazéns	—	—	—	—	—	—	—	—
Total						89		95
						2,13%		2,16%
Depósitos								
Depósitos Especiais de Drogas	—	—	—	—	—	28	35	45
Depósitos Sabão, Velas e Cola	18	—	—	—	—	15	19	20
Depósitos Gelo e Frutas	2	—	—	—	—	5	5	4
Depósito Extrato de Carne	—	—	—	—	—	—	—	1
Depósitos Produtos Diversos	—	—	—	—	—	—	—	2
Depósito Águas Minerais	7	—	—	—	—	—	—	11
Trapiches Alfandegados	20	—	—	—	—	21	13	18
Depósito de Oleados	5	—	—	—	—	—	6	5
Depósitos de Cola	1	—	—	—	—	—	—	1
Depósitos Máquina de Costura	8	—	—	—	—	22	22	19
Estâncias de Lenha	—	—	—	—	—	3	3	3
Carvão Vegetal	—	—	—	—	—	—	—	1
Carnias	15	—	—	—	—	12	7	19
Carveja	26	—	—	—	—	20	19	19
Papelão	4	—	—	—	—	2	4	5
Pentas	4	—	—	—	—	3	2	3
Planos e Órgão	7	—	—	—	—	10	11	8
Rapê	7	—	—	—	—	6	8	7
Sabão e Óleos	22	—	—	—	—	28	29	35
Total						176		228
						4,19%		5,15%
Total de Comércio						4176		4387
	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	

Alimentos e Bebidas**Armazéns**

Arroz	—	—	—	—	—	—	—
Açúcar	15	13	15	13	12	13	17
Azeite	3	3	1	1	1	1	1
Café e Ensaque	45	32	16	11	19	23	34
Carne Seca, Toucinho, Mate	72	85	77	71	77	89	—

cont.

cont.

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
Praça do Mercado							
Aves e Verduras							
Cereais							
Peixes	85	75	188	188	188	201	165
Armazéns de Conservas Alimentares							
Armazéns	11	14	14	13	19	23	42
Farinha de Trigo	22	28	21	16	18	23	22
Chá	32	40	30	30	—	—	23
Aguardente	7	9	14	15	14	16	18
Sal	7	10	9	11	8	9	10
Tapioca, Goma, Araruta							
Vinhos	93	68	147	163	173	183	207
Secos e Molhados (atacado)							
Mantimentos Secos Nacionais							
Secos e Molhados (varejo)	117	100	113	105	117	157	232
Água Mineral	1083	1072	919	1114	1262	1310	1313
Carne (açougues)	—	—	17	13	28	26	16
Armazéns de Aves e Ovos	99	61	42	24	64	66	73
Total	2	—	—	—	—	—	—
						2140	
						52,02%	
Tecidos, Roupas e Armarinhos							
Modas	80	133	105	95	110	123	138
Fazendas Secas (imp.)	130	185	142	128	153	130	138
Roupas Feitas	288	344	233	228	243	268	263
Chapéus	2	1	—	—	—	—	—
Fazendas Secas Importadas	134	125	79	85	90	87	95
Lãs p/Bordár	6	9	8	7	6	7	6
Rendas	5	3	3	3	3	—	—
Armazéns de Panos de Algodão	12	10	5	5	5	5	—
Chapéus de Seda e Bengales	—	—	—	3	—	—	—
Especiais de Meias	7	—	—	10	8	7	7
Armadores e Galões	—	—	3	—	—	—	—
Total						627	
						15,24%	
Metal							
Ferragens	131	145	127	126	128	120	134
Ferro, Aço, Chumbo, etc.	12	19	15	13	13	13	15
Negoc. Ouro e Prata	123	109	97	102	116	130	—
Ferralheiros	—	—	—	—	—	—	—
Belchiores	5	3	2	2	4	—	172
Total						263	
						6,38%	
Drogas e Perfumaria							
Drogas, Prod. Farm.	61	45	71	39	32	35	—
Perfumarias	46	57	58	43	42	42	39
Drogas	—	—	—	46	—	—	—
Sanguessugas	3	3	4	4	3	3	4
Penaceias	—	—	—	—	43	44	48
Total						124	
						3,01%	

cont.

cont.

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	
Madeira								
Madeiras	34	53	35	40	60	53	—	
Móveis	47	47	23	23	30	54	52	
Total							107	
							2,60%	
Papel								
Papéis Pintados	3	4	8	10	9	11	8	
Papel e Mat. Escritório	31	37	35	29	38	35	33	
Livros (lojas)	28	28	21	24	35	38	30	
Revistas e Jornais	—	—	—	—	—	—	37	
Total							84	
							2,04%	
Instrumentos de Trabalho								
Instrumentos de Música	22	28	27	31	28	30	—	
Instrumentos Náuticos, Óticos	24	25	25	21	19	18	30	
Lojas de Ferramentas para Dentistas, etc.	—	12	10	—	10	12	13	
Lojas de Balanças, Pesos e Medidas	—	—	8	7	8	8	—	
Lojas de Objetos e Artigos de Pescaria	—	—	3	3	3	3	3	
Total							71	
							1,72%	
Louças e Vidros								
Louças e Cristais	83	65	56	89	61	64	70	
Total							64	
							1,55%	
Fumo								
Lojas de Fumo, Artigos de Minas	42	42	28	28	—	—	7	
Lojas de Fumo Bahia e Am. Norte	—	19	15	17	34	43	—	
Lojas de Rapé	17	14	14	13	—	—	—	
Lojas de Tabaco em Pó	—	—	4	—	—	—	11	
Lojas de Charutos (Havane-Bahamas)	154	150	94	101	—	—	251	
Total							43	
							1,04%	
Mármore e Gesso								
Lojas de Mármore	16	20	20	17	23	27	—	
Total							27	
Cera								
Cera	20	28	21	20	28	22	—	
Total							22	
							0,53%	

cont.

cont.

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	
Couro								
Selins, Arreios	—	—	—	—	—	—	—	
Calçados	170	168	130	117	—	—	—	
Couros	16	21	19	19	16	20	—	
Negociantes de Couro	—	—	—	—	—	—	22	
Total							20	
							0,48%	
Objetos Ornamentais								
Objetos Gravuras	19	21	18	14	13	14	14	
Objetos Ornamentais	—	—	—	—	—	2	4	
Total							18	
							0,39%	
Material de Construção								
Material p/ Obras	22	31	25	28	—	—	57	
Material Maçames	6	18	10	9	11	10	10	
Total							10	
							0,24%	
Tintas								
Tintas e Vernizes	14	14	11	14	11	10	11	
Total							10	
							0,24%	
Combustível								
Carvão de Pedra	10	13	7	8	9	8	11	
Total							8	
							0,19%	
Agro-Pecuária								
Sementes	14	13	14	13	—	—	—	
Negoc. de Gado	3	3	2	2	3	4	4	
Total							4	
							0,10%	
Escravos								
Negociação de Escravos Ladinos	4	3	20	5	—	—	—	
Total								
Depósitos								
Depósitos de Sabão e Velas	—	—	12	12	—	—	—	
Depósitos de Gelo e Frutas	—	—	2	4	7	8	18	
Depósitos de Pedras p/ Moinhos	—	—	—	2	2	1	—	
Depósitos Especiais de Drogas	34	34	—	48	—	—	45	
Depósitos de Trapiches Alfandegados	18	18	17	19	20	21	5	
Depósitos de Cola	—	—	2	—	—	1	1	

cont.

conclusão

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
Depósitos de Produtos Diversos	—	—	3	—	—	—	—
Depósitos de Vidros p/ Drogas	7	—	9	6	9	8	—
Depósitos de Máquinas de Costura	20	20	24	23	23	19	48
Depósitos de Extrato de Carne	—	—	—	1	1	1	—
Depósitos de Órgãos e Pianos	8	6	7	13	10	9	45
Depósitos de Camisas	7	8	9	9	12	10	—
Depósitos de Cervejas	18	17	21	21	29	35	38
Depósitos de Papelão	6	5	4	4	3	3	8
Depósitos de Rapé	8	7	8	6	6	6	13
Depósitos de Pentas	2	2	2	2	2	2	—
Depósitos de Sabão e Óleos	24	23	19	18	27	31	—
Depósitos de Sabão Vegetal	—	2	2	1	1	1	2
Depósitos de Oleados	8	—	8	8	8	8	11
Estância de Lenha	—	—	—	1	2	3	5
Total						187	
						4,06%	
Diversos							
Gêneros Norte-Americanos	25	20	18	17	18	26	27
Produtos: Índia	—	—	—	—	—	—	—
Fogos de Artifício	8	9	8	6	7	7	—
Brinquedos	13	15	14	12	13	16	15
Objetos História Natural	—	—	3	3	3	3	—
Quinquilharias	15	20	18	14	16	15	18
Casquinhas	9	11	8	7	7	3	—
Miudezas	256	241	172	175	223	230	281
Livreiros Antiquários	—	—	7	11	—	—	11
Negociantes de Diamantes	4	—	3	1	3	3	4
Vassouras e Escovas	—	—	2	1	1	2	—
Lastro para Navios	—	1	—	1	—	—	—
Imagens	—	—	8	6	3	2	—
Aguardas para Navios	—	1	—	—	—	—	—
Stereometra	—	—	—	—	—	—	—
Armazéns de Velas p/ Navios	—	—	—	1	—	—	—
Ramos de Flores Naturais	—	—	—	3	—	—	—
Total						307	
						7,46%	
TOTAL DE COMÉRCIO. ...						4114	

* Só foram computados os totais e percentuais dos anos 1861, 1866, 1873, 1875 e 1881 para fins de comparação com outros dados estatísticos.

Fonte: ALMANACK LAEMMERT.

Rio de Janeiro, Typ. Universal de La-

emmert, 1860-82.

TABELA 3.41 – Serviços

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Escritórios								
Agentes de Licença de Casas Comerciais	5	—	3	3	4	3	3	3
Corretores Juramentados	—	—	—	—	—	—	—	—
Despachantes	7	8	6	6	4	9	13	11
Consignações de Açúcar	22	21	19	17	17	16	15	13
Comissões de Gêneros	235	349	336	338	302	328	294	240
Agências Teatrais	—	—	1	1	1	—	—	—
Agências de Leilões	14	18	18	18	17	13	14	—
Cobreadores de Comércio	—	7	10	8	5	4	4	3
Agências Gerais	3	—	—	—	—	—	—	—
Agências Comerciais e Comissões	9	6	8	11	10	10	6	9
Total		409					349	
		40,01%					36,51%	
Crédito								
Câmbio e Descontos	27	50	36	25	20	26	26	18
Dinheiros a Prêmio	43	43	18	14	13	14	13	13
Casas Bancárias	—	—	—	8	9	10	11	10
Total		93					50	
		9,09%					5,23%	
Materiais de Construção								
Empresários de Calçadas	2	4	4	3	3	5	6	5
Empresários de Obras	1	4	5	4	5	5	5	5
Total		8					11	
		0,78%					1,15%	
Meios de Transporte								
Saveiros	2	2	1	1	1	1	1	1
Alugadores de Liteiras etc.	7	5	5	5	5	5	5	3
Cocheiras (aluguel)	22	18	19	18	18	15	14	15
Carros (aluguel)	—	—	—	—	—	—	—	—
Triburis (aluguel)	27	27	24	22	23	25	25	22
Transporte de Café	—	—	—	—	1	1	1	1
Aluguéis de Carroças p/ levar trastes	4	—	4	5	5	5	—	7
Agências de Mudanças	—	—	—	1	1	1	2	2
Total		52					48	
		5,08%					5,02%	
Metal								
Laboratórios de Metais Preciosos	2	2	2	2	1	1	1	1
Total		2					1	
		0,19%					0,10%	

cont.

cont.

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Cabelo								
Barbeiros e Sangradores	90	110	109	109	105	117	118	112
Artistas entrançadores de Cabelos	4	—	5	4	4	4	5	5
Cabeleiros	19	27	24	27	24	27	32	31
Total	137			155				
	13,40%			16,21%				
Alimentos								
Cafés, Botequins, Bilhares	40	47	44	42	45	58	59	70
Confeitarias	34	34	37	38	40	33	34	35
Casas de Pasto	95	105	107	100	118	110	121	117
Total	186			214				
	18,19%			22,38%				
Hotelaria								
Quartos e Salas para Alugar	9	10	18	18	16	11	7	6
Hotéis	56	58	64	60	62	63	64	65
Total	68			71				
	6,65%			7,43%				
Domésticos								
Copeiros	3	3	18	19	13	11	10	8
Lavadeiras e Engomadeiras	12	36	70	38	36	26	17*	9
Empresas de Higiene Doméstica	3	4	5	7	10	8	7	3
Total	43			34				
	4,20%			3,56%				
Agro-Pecuária								
Consignação de Gado								
Diversos								
Banhos Públicos	5	5	5	5	4	4	4	4
Serviços Enterros	9	9	4	4	4	4	3	3
Aluguéis de Pianos	—	1	1	1	1	1	—	—
Total	15			7				
	1,46%			0,73%				
Escravos								
Consignações de Escravos	5	5	4	4	10	12	13	16
Escravos (aluguel)	6	4	5	6	3	3	3	2
Total	9			16				
	0,88%			1,67%				
Total	1022			856				

cont.

cont.

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Escritórios								
Agências de Leilões	-	-	-	-	-	-	-	-
Corretores Juramentados	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de Gêneros	459	-	-	-	-	464	516	499
Agências de Emigração	-	-	-	-	-	-	-	5
Cobreadores de Comércio	-	-	-	-	-	-	6	3
Consignação de Açúcar	11	-	-	-	-	-	-	8
Despachantes	-	-	-	-	-	8	7	4
Contadores	6	-	-	-	-	-	-	7
Agentes de Licenças de Casas Comerciais	2	-	-	-	-	2	-	2
Agências Comerciais & Comissões	6	-	-	-	-	-	5	11
Total						474		539
						46,02%		47,20%
Crédito								
Câmbio e Descontos	18	-	-	-	-	18	-	25
Dinheiro a Prêmio	11	-	-	-	-	-	-	10
Dinheiro sobre Penhores	-	-	-	-	-	-	-	7
Casas Bancárias	7	-	-	-	-	3	3	3
Total						21		45
						2,04%		3,94%
Construção								
Empresa p/ Edificação de Casas	-	-	-	-	-	1	-	1
Empresários de Calçadas	4	-	-	-	-	1	1	3
Empresários de Obras	3	-	-	-	-	4	5	5
Total						6		9
						0,58%		0,79%
Meios de Transporte								
Alugadores de Liteiras etc.	3	-	-	-	-	2	3	1
Cocheiras — aluguel	15	-	-	-	-	9	5	4
Carros — aluguel	24	-	-	-	-	12	13	12
Táliburis — aluguel	-	-	-	-	-	4	4	-
Empresa de Mudanças	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluguéis de Carroças p/ levar Trastes	6	-	-	-	-	-	-	3
Reboque Navios a Vapor	1	-	-	-	-	-	-	-
Total						27		20
						2,62%		1,75%
Cabelos								
Cabeleireiros	27	-	-	-	-	31	36	38
Barbeiros e Sangradores	124	-	-	-	-	119	105	94
Artistas Entrançadores de Cabelo	4	-	-	-	-	-	-	3
Total						150		135
						14,56%		11,82%
Alimentos								
Confeitarias	44	-	-	-	-	39	52	54

cont.

cont.

	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875
Casas de Pasto	134	-	-	-	-	125**	116	126
Cafés, Botequins, Bilhares	71	-	-	-	-	66	72	98
Total						230		278
						22,33%		24,34%
Hotelaria								
Quartos e Salas p/ Alugar	7	-	-	-	-	7	7	-
Hospedarias e Estalagens	-	-	-	-	-	11	18	22
Hotéis	61	-	-	-	-	67	70	61
Total						85		83
						8,25%		7,27%
Domésticos								
Copeiros	8	-	-	-	-	4	3	2
Lavadeiras e Engomadeiras	11	-	-	-	-	7	-	6
Empresa p/ Lavagem de Casa	-	-	-	-	-	-	-	3
Total						11		11
						1,07%		0,96%
Escravos								
Consignações de Escravos	15	-	-	-	-	12	13	11
Escravos - aluguel	-	-	-	-	-	-	-	-
Total						12		11
						1,16%		0,96%
Agro-Pecuária								
Consignação de Gado	-	-	-	-	-	5	5	-
Total						5		-
						0,48%		
Diversos								
Serviços Enterros	4	-	-	-	-	3	3	3
Banhos Públicos	5	-	-	-	-	6	7	7
Empresa Brasileira de Anúncios	-	-	-	-	-	-	-	1
Total						9		11
						0,87%		0,96%
Total de Serviços						1030		1142
		1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
Escritório								
Corretores Juramentados		-	-	-	-	-	40	-
Comissão de Gêneros		515	401	374	381	425	479	-
Agência de Liquidação de Heranças		-	-	2	-	-	-	-
Cobreadores de Comércio		-	-	-	7	4	4	-
Agência de Emigração		-	-	-	2	1	-	-
Comissários de Café		-	-	-	-	-	-	105

cont.

cont.

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	
Despachantes	—	—	5	—	2	2	2	
Consignação de Açúcar	9	6	4	1	1	1	—	
Licenças p/ Casas Comerciais	—	—	—	—	—	—	—	
Bilhetes de Loteria	—	—	—	—	—	13	28	
Agências Comerciais e Comissões	13	—	—	5	8	10	13	
Total							549	
							37,34%	
Alimentos								
Casas de Pasto	104	125	96	109	177	185	158	
Cafés, Borequins, Bilhares	118	98	92	82	144	146	166	
Restaurantes	16	19	16	8	—	—	—	
Confeitarias	55	65	51	55	68	67	74	
Relação dos Quiosques e Chalhés na Corte e nos Subúrbios	—	—	—	119	119	119	119	
Total							517	
							35,17%	
Cabelo								
Cabeleireiro	46	41	37	26	25	34	36	
Barbeiros e Sangradores	81	83	72	81	119	130	141	
Entrançadores de Cabelo	—	—	—	2	2	—	—	
Total							164	
							11,15%	
Crédito								
Casas que Empréstam sob Penhor	8	—	5	6	6	5	—	
Dinheiro a Prêmio	12	17	15	11	12	10	16	
Câmbio e Descontos	18	21	15	16	22	25	27	
Casas Bancárias	—	—	—	4	3	2	16	
Total							42	
							2,85%	
Meios de Transporte								
Alugadores Liteiras etc.	1	1	1	1	1	1	1	
Cocheiras — aluguel	3	1	2	2	2	3	10	
Carros — aluguel	—	—	—	—	—	—	—	
Tílburis — aluguel	9	9	—	6	5	7	23	
Alugadores de Seges e Carruagens	—	—	6	—	—	—	—	
Empresas de Mudanças	—	—	5	4	3	4	3	
Aluguéis de Embarcações Miúdas	6	—	10	—	9	9	—	
Saveiros	2	2	—	7	—	—	—	
Aluguel de Carroças para Levar Trastes	—	—	—	3	—	—	—	
Estradas de Ferro	—	—	—	—	—	—	17	
Reboque de Navios a Vapor	—	—	—	2	2	2	2	
Transporte de Mercadorias	—	—	—	—	—	—	6	
Transporte Marítimo de Mercadorias	—	—	—	—	—	—	7	
Total							26	
							1,76%	

cont.

cont.

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	
Hotelaria								
Hotéis	71	77	79	73	105	114	119	
Quartos e Salas – aluguel	–	–	–	–	–	–	–	
Hospedaria e Estalagens	–	13	14	14	15	19	18	
Total							133	
							9,04%	
Escravo								
Consignações de Escravo	12	19	5	11	21	7	7	
Escravos de Aluguel	–	–	–	–	–	–	–	
Total							7	
							0,47%	
Domésticos								
Copeiros	2	1	2	1	1	2	2	
Lavadeiras, Engomadeiras	–	8	7	4	6	3	3	
Empresa de Higiene Doméstica	–	–	–	4	–	–	5	
Empresa p/ Lavagem de Casas	5	–	–	–	1	1	2	
Total							6	
							0,40%	
Material de Construção								
Empresários de Obras	5	–	5	4	4	3	–	
Empresários de Calçadas	–	–	–	2	3	1	5	
Total							4	
							0,27%	
Metal								
Laboratório de Metais Preciosos	–	–	–	–	–	–	–	
Total								
Comunicação								
Estações Telegráficas	–	–	–	–	–	–	8	
Total								
Agro-Pecuária								
Consignação de Gado	–	–	–	–	–	–	–	
Total								

cont.

conclusão

	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
Diversos							
Banhos Públicos	7	7	6	6	7	9	10
Serviço de Enterros	3	3	2	3	3	1	—
Cia. Brasileira de Anúncios	—	—	—	1	—	—	—
Casas de Saúde	—	—	—	—	9	12	10
Total						22	
						1,49%	
TOTAL DE SERVIÇOS						1.470	

* Média entre os anos de 1865 e 1867

** Média entre os anos de 1868 e 1874

Fonte: ALMANACK LAEMMERT. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1860-82.

TABELA 3.42 – Fábricas do Rio de Janeiro Segundo os Dados das Exposições

FÁBRICAS	1861	1866	1873	1875	1881
Alimentos e Bebidas					
Azeite e Óleos	2	1	1	1	2
Vinagres	1	3	1	1	3
Doces Cristalizados	1	—	1	2	9
Conservas Alimentares	1	4	—	—	5
Massas Alimentares	—	1	—	1	3
Bebidas Alcoólicas	3	4	2	5	9
Cervejas	1	4	—	1	5
Limonadas Gasosas	—	1	1	1	1
Chocolates	2	1	3	3	2
Tecidos — Roupas — Armarinhos					
Tecidos de Algodão	2	—	—	—	4
Tecidos de Seda	1	—	—	—	—
Oleados	1	—	—	—	—
Roupas Brancas	—	—	—	—	7
Chapêus de Pelo, Feltro, Palha	82 ¹	9	10	5 ¹	22
Luvas	—	—	—	1	2

cont.

conclusão

FÁBRICAS	1861	1866	1873	1875	1881	
Couros						
Cortumes		1	-	-	-	
Couros Curtidos Envernizados						
Oleados	1	4				
Couros	2			11	29	29
Selins e Arreios	21					
Calçados	21 fábricas ²	21	falta infor- mação	falta infor- mação	(117 oficinas) 7	
Encadernação		3	-	-		
Fumo		8	8	4	6	10
Madeira						
Móveis		1	-	1	5	24
Tamancos		-	-	-	-	2
Metal						
Metal (Fundição Máquinas)		4	5	17	3	29
Metalurgias		-	-	-	-	34
Diversas						
Papéis Pintados		2	1	1	-	2
Produtos Químicos e Farmacêuticos		4	10	3	4	24
Sabão e Velas		8	7	25	4	7
Cola		-	-	1	1	-
Ladrilhos Hidráulicos		-	1	-	-	-
Vidros		2	1	-	-	-
Louça de Barro		-	-	1	3	4
Formas de Calçado		-	1	1	-	-
Instrumentos de Música		-	-	2	3	2
Tintas para Escrever		-	2	2	2	3
Vernizes		-	1	-	1	1
Flores Artificiais		-	-	1	-	-
Jóias		1	-	1	-	-
Produtos Cordoalha		1	2	-	-	-
Construção Naval		-	-	-	-	1
Galvanoplastia		-	-	-	-	1
Tipografias		6	-	-	-	5
Sinos		-	-	-	-	1
Bilhares		2	2	-	2	2
Perfumaria		-	-	-	-	2
Objetos de Cabelo		-	-	-	-	3
		185	94	90	84	267

- ¹ Provavelmente parte das 82 unidades era de lojas e fábricas. Outras fontes informam que em 1875 havia 17 fábricas.
- ² Em 1861 havia 159 lojas e fábricas de calçados supondo-se que 21 fossem fábricas baseadas no dado de 1866.

Fonte: ^aRELATÓRIO GERAL E RELATÓRIO DOS JURYS DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1861. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

^bREGO, Antonio José de Souza. *Relatorio da Segunda Exposição de 1866, publicado por ordem do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1869. part. 1.

^cDAS KAISERREICH BRASILIEN AUF DER WIENER WELTAUSSTELLUNG VON 1873. Rio de Janeiro, Universal Buchdruckerei von E. e H. Laemmert, 1873.

^dRIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1908. *Notícia sobre o desenvolvimento da indústria fabril no Distrito Federal e sua situação actual.* Milano, Typ. de Treves, 1908. Para ser distribuído na Exposição Nacional de 1908.

TABELA 3.43 — Estatística do Comércio — Segundo Levantamento Feito pelo Município — Rio de Janeiro — 1852

COMÉRCIO	FREGUESIAS													TOTAIS
	SACRA- MENTO	SÃO JOSÉ	CANDE- LÁRIA	SANTA RITA	SANTA ANA	N. SRA. DA GLÓRIA	LAGOA	ENG. VELHO	INHAÛ- MA	IRAJÁ	JACARE- PAGUÁ	CAMPD GRANDE	GUARA- TIBA	
Alimentos e Bebidas														
Acougues	—	59	54	22	20	13	2	18	4	2	2	—	—	196
Talhos de carne	118	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	118
Quitandas, secos	14	7	2	—	—	6	6	4	—	—	—	—	—	39
" polvilho	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Armazéns														
Mantimentos	20	10	53	22	17	—	3	—	—	—	—	—	—	125
Secos e molhados	17	7	—	27	—	—	—	—	2	—	—	—	—	53
Carne seca	—	2	42	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	44
Farinha de Trigo	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Açúcar	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Sal e Sabão	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Bancas de:														
Cereais	—	—	48	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	48
Peixe	—	—	29	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	29
Verduras e Aves	—	—	34	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	34
Quitandas de Verduras	115	73	4	29	80	28	—	3	—	—	—	—	—	332
Casas de vender pão e biscoito	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Confeitarias	11	3	5	2	5	3	—	—	—	—	—	—	—	29
Armazéns de café	—	2	15	32	—	—	—	—	1	—	—	—	—	50
Casas café moído	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Lojas chá e rapé	—	—	15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15
" " e cachaça	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Armazém de vinhos	—	5	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9
Sub-total														1.130
Fumo														
Armazéns de fumo	—	—	19	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22
Estanques, tabaco	1	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4
Sub-total														26
Armarinhos Roupas Tecidos														
Armarinhos	70	26	—	19	21	8	3	16	2	1	19	26	1	212
Lojas de galão	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
" de fazendas	2	—	78	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	80
" " consignações fazendas	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Lojas de fazenda	90	31	135	49	3	3	—	1	3	1	—	—	12	328
" de sirqueiros	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7

cont.

cont.

COMÉRCIO	FREGUESIAS													TOTAIS
	SACRAMENTO	SÃO JOSÉ	CANDELÁRIA	SANTA RITA	SANTA ANA	N. SRA DA GLÓRIA	LAGOA	ENG. VELHO	INHAÚMA	IRAJÁ	JACAREPAGUÁ	CAMPO GRANDE	GUARATIBA	
Lojas de modas e fazendas	-	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
.. de fazenda e roupas feitas	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
.. de roupas feitas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
.. de chapéus	-	-	13	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
Sub-total														673
Couro														
Lojas de calçados	1	1	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
Lojas de couro	2	2	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Sub-total														30
Madeira														
Armazéns de madeira	-	12	-	24	2	4	-	4	-	-	-	-	-	46
Lojas de marceneiros	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Armazéns de mobílias	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Lojas de móveis	-	11	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Estâncias de lenha	-	1	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Quitandas carvão lenha	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Casas de vendas de lenha	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Sub-total														95
Metal														
Armazéns de Ferro	-	-	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Lojas de Ferro	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Lojas de Ferragens	8	-	57	7	2	2	-	1	3	1	-	-	-	81
Lojas de Lameções	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Lojas de Latoeiros	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Lojas de Funileiros	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Sub-total														97
Papel, Papelão, Livros														
Lojas Papel e Livros	3	1	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
Sub-total														20

cont.

cont.

COMÉRCIO	FREGUESIAS													TOTAIS
	SACRA- MENTO	SÃO JOSÉ	CANDE- LÁRIA	SANTA RITA	SANTA ANA	N. SRA. DA GLÓRIA	LAGOA	ENG. VELHO	INHAU- MA	IRAJÁ	JACARE- PAGUÁ	CAMPO GRANDE	GUARA- TIBA	
Materiais de Construção														
Armazém Massames	-	1	5	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
Lojas Materiais	-	11	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18
.. de Vidros	11	-	1	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	16
.. de Tintas	-	1	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
.. de Pintores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Sub-total														59
Decoração														
Lojas Espelhos	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Lojas Flores	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Lojas gravadores filmes	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sub-total														7
Instrumentos de Trabalho														
Lojas Formas Calçados	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Ferros de cirurgia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Instrumentos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Casas de vender pesos, medidas, balanças	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fundas	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Sub-total														7
Produtos Farmacêuticos														
Boticas	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	23	6	14	8	11	5	2	5	-	-	-	-	-	74
Sub-total														76
Instrumentos de música														
Casas de vender piano	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Lojas " " "	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
.. " afinar	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
.. " música	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Lojas de instrumentos de música	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Sub-total														18

cont.

cont.

COMÉRCIO	FREGUESIAS													TOTAIS
	SACRA- MENTO	SÃO JOSÉ	CANDE- LÁRIA	SANTA RITA	SANTA ANA	N. SRA. DA GLÓRIA	LAGOA	ENG. VELHO	INHAÚ- MA	IRAJÁ	JACARE- PAGUÁ	CAMPO GRANDE	GUARA- TIBA	
Louça														
Armazéns louças	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
Lojas e Quitandas de louças do país	9	4	2	2	3	2	-	2	1	1	-	-	-	26
Lojas e Armazéns de louças estrangeiras	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Sub-total														55
Meios de Transportes														
Casas de cadeirinhas	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Cocheiras de aluguer seges e carros	16	6 (de car- ros)	-	1	-	5	2	-	-	-	-	-	-	30
Casas de animais de trato	7	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
" de aluguer animais	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
" de aluguer cavalos	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Cocheiras	-	-	-	-	9	-	-	5	-	-	-	-	-	14
Casas de ônibus	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sub-total														74
De Ramos Diversos														
Belchiores	9	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	17
Quinquilharias	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Basares	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Lojas de armamento	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Lojas de obras de cabelo	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Lojas de encarnar santos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Lojas de jóias	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Lojas de casquinhos	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Lojas de drogas	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Lojas de cera	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Armazéns algodão	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Armazéns enfiador	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Casas de ventier gamelas	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Lojas de estufador	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Lojas de colchoaria	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Lojas de perfumaria	4	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Sub-total														61

cont.

cont.

COMÉRCIO	FREGUESIAS													TOTALS
	SACRA- MENTO	SÃO JOSÉ	CANDE- LÁRIA	SANTA RITA	SANTA ANA	N. SRA. DA GLÓRIA	LAGOA	ENG. VELHO	INHAÚ. MA	IRAJÁ	JACARE- PAGUÁ	CAMPO GRANDE	GUARA- TIBA	
Depósitos														
Diversos														
Depósitos de objetos fundição	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Depósitos de Papelão	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Depósitos de Sabão	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Depósitos de Bichas	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Depósitos de camas	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sub-total														7
Alimentos														
Depósitos de vinagre	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Depósitos de licores	6	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Depósito pão	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sub-total														10
Fumo														
Depósitos de rapé	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Depósitos de charutos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sub-total														3
Total Depósitos														20
Comércio de Serviços														
Escritório de Comissões	-	-	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Comerciais	20	2	25	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51
Consignações de escravos	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Casas de comissões de escravos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Escritórios de Loteria provinciais	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Casas de bilhetes Loteria	32	4	-	3	-	-	1	2	-	-	-	-	-	42
Sub-total														126
Cambistas														
Casas de Câmbio	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Casas de Câmbio	-	-	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Sub-total														8

cont.

conclusão

COMÉRCIO	FREGUESIAS													TOTALS
	SACRA- MENTO	SÃO JOSE	CANDE- LÁRIA	SANTA RITA	SANTA ANA	N. SRA. DA GLÓRIA	LAGOA	ENG. VELHO	INHAÚ- MA	IRAJÁ	JACARE- PAGUÁ	CAMPO GRANDE	GUARA- TIBA	
Corretores de navios	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de alimentação														
Tavernas	234	120	42	164	193	71	39	129	23	28	35	33	39	1,150
Botequins	16	15	6	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	41
Casas de Pasto	26	11	7	7	5	2	1	1	-	-	-	-	-	60
Sub-total														1,251
Serviços Distração														
Gabinetes Leitura	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bilhares	7	7	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
Sub-total														21
Serviços de Hotelaria														
Estalagens	5	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Hospedarias	1	4	4	-	1	-	-	2	1	1	-	-	-	14
Sub-total														22
Serviços de Utilidade Pública														
Casas de Banho	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Casas de Saúde	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Leilões	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Sub-total														7
Total geral das casas de comércio														3,882

Fonte: RIO DE JANEIRO. Camara Municipal da Corte. *Relatorio apresentado à Ilma. Camara Municipal da Corte pelo presidente da mesma Cândido Borges Monteiro à Camara em 7 de janeiro de 1853.* Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil de Rodrigues, 1855.

TABELA 3.44 – Sociedades Anônimas e Comanditas Registradas no Tribunal do Comércio da Corte.

Atividades	Setor Terciário																	
	Comércio de Serviços											Comércio de Mercadorias						
	Crédito		Transporte			Serviços						Alimentos e Bebidas	Secos e Molhados	Café	Fumo	Louças e Ferragens	Fazendas	
	Casas Bancárias e Bancos	Seguros	Marítimo	Ferrovário	Terrestre	Educação	Serviço Público	Casa de Saúde	Hotel	Diversões	Decorações							Imigração e Colonização
Período																		
1851	5.400:	3.100:	780:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150:	-	-	-	30:	63:
1852	-	-	800:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9:	-	-	-	50:2
1853	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89:	-	-	-	-	600:
1854	74.000:	2.000:	-	-	5.000:	-	-	-	4:	-	1.200:	-	28.4	34.5	-	-	-	150:
1855	-	-	950:	-	2.540:	400:	-	-	-	-	500:	-	-	13.7	-	6:	105.1	448.5
1856	-	17.000:	100:	38.000:	-	-	10.000:	-	-	-	-	-	98:	33.8	216.8	-	5:	177.1
1857	20.000:	-	-	-	-	-	500:	-	-	-	1.000:	-	104.7	72:	-	-	71:	264:
1858	1.129:	24.000:	3.000:	-	-	-	-	-	25:	-	-	-	114.4	364.3	-	-	73.9	395.7
1859	50:	-	600:	-	-	-	800:	8.5	5:	-	28.5	-	122.4	189.6	131:	38:	216.3	382.8
1960	800:	2.500:	2.000:	24:	-	-	40:	-	-	11.1	-	-	10:	218.1	168:	40:	100:	330:
1861	1.000:	-	2.600:	-	200:	-	-	-	-	-	-	-	130.7	348.9	555:	33:	140:	866.7
1862	1.700:	1.000:	700:	19:	32:	-	650:	-	-	-	-	-	196:	308.9	60:	121.8	228.3	778.8
1863	-	5.001:	-	1.000:	612:	-	-	-	10:	-	-	-	163:	231.1	30:	116:	66.2	362:
1864	1.000:	-	60:	-	-	-	-	-	20:	1.5	-	-	104.4	326.8	280:	050	207:	524.4
1865	-	-	700:	-	-	-	600:	-	-	-	-	-	749.7	500:	277:	7.1	181.8	840.8
Totais	105.079:	54.601:	12.290:	39.043:	8.384:	400:	12.590:	8.5	35:	30.5	39.6	2.700:	2.060.7	2.650.7	1.717.8	361.95	1.424.6	6.234:

cont.

Atividades	Setor Terciário										Setor Primário			Setor Secundário					
	Comércio de Mercadorias										Produção Primária			Produção Secundária					
	Amarinho e Vestuário	Jóias	Perfumes Sabão Velas	Produtos Químicos Drogas	Madeiras	Móveis e Colchoaria	Couros	Papel	Importação e Exportação	Representação	Extração Mineral	Animais Domésticos	Hortigranjeiros e Agricultura	Pescas	Fiação e Tecidos	Perfumaria Sabão e Velas	Química	Olearia	Publicações
Período																			
1851	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1852	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1853	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1854	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000:	-	-	-	-	500:	-	-	-	
1855	53:	-	-	-	15:	-	2.200:	-	27:	-	100:	-	-	300:	-	-	-	-	
1856	130:	-	-	-	30:	10:	-	-	6:	-	-	-	-	-	-	-	-	200:	
1857	6.6	-	-	-	-	-	-	-	20:	125:	-	-	100:	-	-	500:	-	-	
1858	49.3	16:	-	14:	-	2.5	-	128:	413.6	-	-	-	-	28:	-	-	-	-	
1859	87.2	6:	18.2	22.5	-	6:	24.3	40:	55:	-	-	250:	-	4:	-	-	-	-	
1860	170.2	77.4	38:	-	-	-	-	-	119:	5.2	-	-	-	-	-	-	-	-	
1861	88.7	40:	20:	100:	24:	-	-	80:	130:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1862	109.9	123:	42.6	3:	-	-	61.4	38:	115:	-	-	-	-	-	-	-	-	250.1	
1863	111:	40:	7.2	-	-	-	36.2	-	624:	1:	-	-	-	-	-	-	-	-	
1864	211.1	-	-	3:	-	11.7	-	20.7	20.7	250:	100:	-	-	14:	-	-	-	12:	
1865	85.2	20:	-	45.3	-	10:	16:	32:	110:	561.2	-	-	-	-	-	-	18.4	-	
Totais	1.102.2	322.4	126.0	187.8	69:	40.2	2.337.9	90.7	398.7	2.426.4	1.105.3	100:	250:	100:	346:	500:	500:	18.4	462.1

Fonte: BRASIL. Ministerio da Justiça. *Relatorio do Ministerio da Justiça, apresentado à Assembleia Geral Legislativa à 4ª Sessão da 12ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Universal H. Laemmert, 1866. (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.45 – Sociedades Anônimas e Comanditas Registradas no Tribunal do Comércio da Corte

Período	Atividades		Setor Terciário																Setor Primário				Setor Secundário															
	Comércio de Serviços								Comércio de Mercadorias																													
	Crédito	Transporte	Serviços						Alimentos	Sacos e Moedas	Carfê	Fumo	Loesas e Ferragens	Fazendas	Armarinho Vestuário	Algas	Perfumes Sabão e Velas	Produtos Químicos e Drogas	Machire	Móveis Colchoeira	Couro	Papel	Importação	Exportação	Representação	Extração Mineral	Animais Domésticos	Produtos Florengan- jatos	Pescas	Fiação e Têxteis	Perfumaria Sabão e Velas	Química	Ólearia	Publicações				
1851	2	6	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
1852	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
1853	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
1854	3	1	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
1855	-	-	3	-	2	1	-	-	-	1	2	-	1	3	7	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
1856	-	2	1	1	-	-	1	-	-	-	1	3	3	-	1	6	3	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
1857	1	-	-	-	-	1	-	-	-	1	4	2	-	2	13	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-		
1858	2	3	3	-	-	-	-	-	1	-	7	9	-	2	10	3	1	-	1	-	1	-	-	2	3	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
1859	1	-	2	-	-	1	1	1	-	1	5	11	1	1	6	8	4	1	2	3	-	1	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1860	1	2	1	1	-	-	1	-	-	1	2	12	1	1	3	4	4	3	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1861	2	-	2	-	1	-	-	1	-	-	9	9	3	3	3	14	3	2	1	1	1	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1862	3	1	2	1	2	-	1	-	-	-	6	12	1	6	5	13	4	3	2	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	
1863	-	2	-	1	2	-	-	-	-	1	-	7	17	1	3	2	11	3	1	1	-	-	-	-	-	-	5	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1864	1	-	1	-	-	-	-	1	1	-	9	17	4	1	7	15	11	-	-	1	-	2	-	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
1865	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	9	13	2	2	7	14	7	1	-	1	-	1	1	2	2	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Totais	16	16	20	4	8	1	6	2	3	3	2	3	63	109	16	18	42	120	44	12	7	8	3	6	6	4	9	28	5	1	1	1	4	1	1	1	4	

Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça, apresentado à Assembleia Geral Legislativa à 4.ª Sessão da 12.ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Universal H. Laemmert, 1866. (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.46 – Casas de Comércio e Outras de que Trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de Junho de 1884 do Município da Corte e Diversas Províncias do Império nos Exercícios de 1856/57

CASAS COMERCIAIS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTOS	NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRA	PORTUGUESA	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 128\$00	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Alimentos e Bebidas												
Acougues	874	560	237	77	7	533	8	1	5	18.685\$600	322	57.568\$000
Armazéns de Aguardentes	2	—	2	—	—	—	—	—	—	408\$000	2	200\$000
de Açúcar	98	58	35	2	12	3	1	—	12	10.344\$408	68	40.039\$000
de Azeite	6	—	5	—	—	—	—	—	—	3.940\$000	8	1.970\$000
de Café	144	78	57	11	8	19	—	1	7	18.597\$600	111	90.222\$000
de Chá	12	7	5	—	—	—	—	—	—	1.424\$000	12	7.120\$000
de Farinha de Trigo	8	1	5	—	—	—	—	—	—	532\$800	8	2.664\$000
de Mantimentos de Molhados P/Atacado	71	19	50	2	—	1	—	—	—	3.908\$400	70	19.478\$000
de Molhados a Varejo	85	13	52	—	—	—	—	—	—	10.780\$000	85	53.900\$000
de Sal	350	146	137	67	9	93	39	27	110	14.494\$400	72	38.570\$000
de Sacos e Molhados	47	24	21	2	—	21	8	4	4	1.512\$000	10	4.016\$000
de Toucinho e Queijo	148	40	108	—	—	36	2	—	—	6.418\$408	110	44.588\$000
de Vinagre	637	312	260	85	—	487	33	25	40	12.900\$580	72	19.564\$900
de Vinhos	10	1	8	—	—	2	—	—	—	941\$800	8	4.580\$000
Bancas de Feixe	1	—	1	—	—	—	—	—	—	20\$000	1	100\$000
Barracas	23	3	13	7	—	—	—	—	—	1.884\$000	23	9.420\$000
Casas de Quitanda	27	13	10	4	27	—	—	—	—	\$	—	\$
Casas de vender Pólvilha	26	7	18	—	—	—	—	—	—	414\$400	26	2.072\$000
Confeitarias	628	303	227	98	624	3	—	—	—	51\$200	1	64\$000
Lojas de cocos e cebolas	3	1	2	—	—	—	—	—	—	65\$600	3	328\$000
Armazéns de Carne Seca	34	7	22	5	—	2	—	—	—	2.822\$000	32	12.982\$000
	115	27	85	3	—	28	—	1	—	2.968\$600	30	14.843\$000
	115	27	85	3	—	28	—	1	—	5.470\$400	86	25.410\$000
	3.354	1.820	1.387	347	685	1.208	80	59	178	121.015\$980	1.135	456.687\$900
	18,18%	13,91%	19,25%	18,79%	39,69%	12,01%	6,79%	8,68%	14,41%	19,77%	19,72%	23,84%
Roupas, Armarinhos e Tecidos												
Armarinhos	311	137	155	19	2	45	7	3	10	14.006\$700	244	63.998\$500
Lojas de chapéus de pelo	24	3	12	8	7	7	—	—	10	489\$800	—	\$
Lojas de fazenda p/atacado	208	44	35	129	—	—	—	—	19	37.858\$000	189	185.490\$000
Lojas de fazenda a varejo	3.684	2.428	1.071	185	67	1.539	565	389	878	99.876\$220	448	150.340\$100
Lojas de fitas	1	—	—	1	—	—	—	—	—	80\$000	1	400\$000
Lojas de galões	1	—	—	1	—	—	—	—	—	100\$000	1	500\$000
Lojas de lã de bordar	5	—	3	2	—	—	—	—	—	338\$000	5	1.680\$000
Lojas de Modas	29	—	—	29	—	—	—	—	—	2.894\$800	29	13.474\$000
Lojas de Modas e Costuras	18	3	—	13	14	—	—	—	—	52\$800	2	264\$000

cont.

cont.

CASAS COMERCIAIS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTOS	NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRA	PORTUGUESA	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Lojas de Roupas Feitas	123	12	83	28	—	1	—	—	—	7.485\$600	122	37.414\$000
Armazéns de algodão	89	25	6	1	13	—	—	—	—	1.188\$500	16	5.942\$500
	4.491	2.052	1.365	417	103	1.592	592	372	717	163.976\$220	1.055	459.503\$100
	21,58%	22,77%	18,95%	22,58%	6,01%	15,83%	45,16%	54,62%	58,05%	26,79%	18,33%	23,99%
Courros												
Armazéns de Couro	18	6	1	11	—	—	—	—	12	685\$700	8	1.028\$500
Lojas de Calçado	198	41	130	27	—	7	2	1	—	6.589\$000	188	37.087\$000
Lojas de Courros	26	6	15	7	5	1	—	—	3	1.720\$800	19	7.840\$000
	244	53	146	45	5	8	2	1	15	18.995\$500	213	41.065\$500
	1,17%	0,45%	2,03%	2,44%	0,29%	0,07%	0,15%	0,15%	1,21%	1,46%	3,70%	2,14%
Material de Construção												
Armazéns de cabos	3	—	3	—	—	—	—	—	3	120\$000	—	\$
Armazéns de Materiais	40	19	21	—	—	1	—	—	—	2.106\$000	39	10.466\$000
Lojas de tintas	14	2	11	1	—	—	—	—	—	924\$000	14	4.620\$000
Lojas de vidros	9	3	5	1	—	1	—	—	—	532\$800	8	2.600\$000
Lojas de maçames e poleames	27	7	8	11	—	—	—	2	1	4.014\$000	24	18.570\$000
	93	31	49	13	—	2	—	2	4	7.696\$800	85	37.256\$000
	0,44%	0,26%	0,68%	0,70%	%	0,01%	%	0,30%	0,32%	1,25%	1,48%	1,94%
Metais												
Armazéns de Ferro	14	12	2	—	—	—	—	—	—	2.020\$000	14	10.100\$000
Armazéns de Ferro e Ferragem p/atacado	5	2	—	3	—	—	—	—	—	640\$000	5	3.200\$000
Armazéns de Ferro e Ferragens a varejo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$	—	\$
Lojas de ferragem P/Atacado	7	2	5	—	—	—	—	—	—	1.860\$000	7	9.300\$000
Lojas de ferragem a varejo	230	98	122	10	—	10	13	22	66	17.008\$400	119	68.602\$000
Lojas de logões de ferro	2	1	1	—	—	—	—	—	—	144\$000	2	720\$000
Belchiores	14	6	7	1	1	1	—	—	—	306\$800	12	1.470\$000
	272	121	137	14	1	11	13	22	66	21.978\$200	159	91.392\$000
	1,30%	1,03%	1,90%	0,76%	0,06%	0,10%	0,99%	3,23%	5,34%	3,59%	2,76%	4,77%
Madeiras												
Armazéns de Lenha	32	4	28	—	2	1	—	—	—	845\$600	29	4.164\$000
Armazéns de Madeira	96	43	51	2	—	10	5	2	—	7.748\$200	79	37.208\$000
Lojas de Móveis	95	20	60	15	1	2	1	—	—	5.130\$800	91	25.426\$000
	223	67	139	17	3	13	6	2	—	13.725\$600	199	66.796\$000
	1,07%	0,57%	1,93%	0,92%	0,17%	0,12%	0,46%	0,30%	%	2,24%	3,46%	3,48%

PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO E PREDOMINÂNCIA DA...

347

cont.

CASAS COMERCIAIS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTOS	NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRA	PORTUGUESA	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Fumo												
Armazéns de Fumo	17	5	11	1	—	—	—	—	—	1.307\$200	17	6.536\$000
Estantes de tabaco	7	3	4	—	—	—	—	—	—	220\$800	8	1.104\$800
Lojas de rapé	2	—	—	2	—	—	—	—	—	220\$000	2	1.100\$000
	26	8	15	3	1	—	—	—	—	1.747\$800	26	8.740\$000
	0,12%	0,06%	0,21%	0,16%	0,06%	—	—	—	—	0,28%	0,43%	0,45%
Papel												
Lojas de Livros	20	10	4	6	—	2	—	—	—	1.520\$800	18	7.476\$000
Lojas de Livros e Papel	20	7	11	2	—	3	—	—	—	778\$846	12	3.002\$200
Lojas de Papel de Embrulho	1	—	1	—	—	—	—	—	—	12\$800	1	64\$000
Lojas de Papel Pintado	5	—	4	1	—	—	—	—	—	720\$000	5	3.600\$000
	46	17	20	9	—	5	3	—	2	3.032\$440	36	14.142\$200
	0,22%	0,14%	0,28%	0,49%	—	0,04%	0,22%	—	0,16%	0,49%	0,62%	0,73%
Produtos Químicos												
Drogas												
Cara e chá	26	13	7	6	1	10	1	—	2	1.616\$800	12	6.944\$000
	19	9	10	—	—	1	—	—	—	1.176\$000	18	5.816\$000
	45	22	17	6	1	11	1	—	2	2.792\$800	30	12.760\$000
	0,21%	0,19%	0,23%	0,32%	0,06%	0,10%	0,06%	—	0,16%	0,45%	0,52%	0,66%
Serviços de Alimentos												
Botequins	20	6	2	12	2	15	—	—	—	300\$800	3	544\$000
Casas de Pasto	158	28	90	40	20	34	—	—	—	5.214\$000	104	23.894\$000
Ranchos	36	19	15	2	—	36	—	—	—	460\$800	—	\$
	7.449	4.347	2.695	379	203	5.154	425	138	63	138.906\$900	1.466	288.878\$500
*Tavernas	55	3	23	29	—	—	—	—	—	4.984\$400	55	22.422\$000
Botequins e Bilhares	7.718	4.403	2.825	462	205	5.258	425	138	63	148.866\$900	1.628	335.738\$500
	37,08%	37,81%	39,21%	25,01%	13,13%	52,11%	32,42%	20,26%	5,10%	24,48%	28,28%	17,53%
Serviços												
Boticas	368	279	64	25	3	210	18	13	10	9.707\$800	114	29.348\$000
Dentistas	10	—	2	8	10	—	—	—	—	\$	—	\$
Escritórios Advogados	323	315	8	—	4	236	7	—	—	6.737\$800	78	17.885\$000
Escritórios Comerciais	412	204	108	100	12	34	11	9	27	23.534\$800	319	107.648\$000
Escritórios Companhias	15	14	—	1	—	—	—	—	—	1.972\$000	15	9.860\$000
Escritórios Contadores e Dis- tribuidores	6	6	—	—	—	4	—	—	—	98\$400	2	236\$000
Escritórios Corretores	16	15	1	—	—	—	—	—	—	1.972\$000	16	9.860\$000

cont.

CASAS COMERCIAIS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTOS	NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRA	PORTUGUESA	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Escritórios de Escrivão, Tabelião e Distribuídos.	59	59	--	--	4	41	--	--	--	704\$000	14	896\$000
Escritórios Loterias	2	2	--	--	--	--	--	--	--	160\$000	2	800\$000
Cartórios Judiciais	575	575	--	--	4	525	10	--	--	8.000\$800	36	5.404\$000
Agências de Leilão	46	35	10	1	44	--	--	--	--	140\$000	2	700\$000
Casas de Consignação de Escravos	13	4	8	1	--	1	--	--	--	1.030\$000	12	5.084\$000
Barbeiros e Aplicadores de Sangue-sugas	176	51	112	16	88	15	4	--	--	1.572\$400	72	6.502\$000
Cabeleiros	12	2	8	4	8	1	--	--	--	76\$800	3	320\$000
	2.036	1.561	319	156	177	1.067	50	22	37	55.706\$800	683	194.544\$000
	9,78%	13,40%	4,43%	8,45%	10,33%	10,61%	3,81%	3,23%	2,89%	6,10%	11,86%	10,15%
Objetos Ornamentais	3	--	--	3	--	--	--	--	--	700\$000	3	3.500\$000
Lojas de Espelhos e Quadros	7	1	1	5	1	--	--	--	--	410\$000	6	2.050\$000
Lojas de Obras de Mármore	1	--	--	1	--	--	--	--	--	30\$000	1	150\$000
Lojas de Quadros	11	1	1	9	1	--	--	--	--	1.140\$000	10	5.700\$000
	0,05%	0,008%	0,01%	0,49%	0,06%	--	--	--	--	0,18%	0,17%	0,29%
Instrumentos de Trabalho	4	--	--	4	--	--	--	--	--	400\$000	4	2.000\$000
Instrumentos de Cirurgia	3	1	2	--	--	--	--	--	--	92\$800	3	464\$000
Instrumentos Náuticos	7	1	2	4	--	--	--	--	--	492\$800	7	2.464\$000
	0,03%	0,01%	0,03%	0,22%	--	--	--	--	--	0,08%	0,12%	0,12%
Serviços Hospedagem	19	--	3	16	2	8	--	--	--	1.095\$200	9	4.964\$000
Hóteis	107	50	28	29	76	25	4	--	2	480\$000	--	\$
Hospedarias	9	4	5	--	9	--	--	--	--	\$	--	\$
Estatagens	135	54	36	45	87	33	4	--	2	1.575\$200	9	4.964\$000
	0,64%	0,46%	0,50%	2,44%	5,08%	0,32%	0,30%	--	0,16%	0,25%	0,16%	0,25%
Crédito	2	2	--	--	--	--	--	--	--	1.560\$000	2	7.800\$000
Bancos	53	25	23	5	--	1	1	--	3	6.596\$800	48	32.220\$000
Casas de Comissão	7	5	2	--	--	--	--	--	--	1.324\$000	7	6.620\$000
Casas de Câmbio	13	11	2	--	--	--	--	--	--	360\$000	13	1.800\$000
Cautelistas	75	43	27	5	--	1	1	--	3	9.840\$800	20	48.440\$000
	0,36%	0,36%	0,37%	0,27%	--	0,01%	0,08%	--	0,24%	1,60%	1,22%	2,52%

PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO E PREDOMINÂNCIA DA . . .

cont.

cont.

CASAS COMERCIAIS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTOS	NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRA	PORTUGUESA	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Música												
Pianos e Músicas	19	1	4	14	3	-	-	-	-	1.004\$000	16	5.020\$000
Instrumentos de Música	4	3	1	-	-	-	-	-	-	250\$000	3	1.100\$000
Músicas	2	1	1	-	-	-	-	1	-	33\$000	2	164\$000
	25	5	6	14	3	-	-	1	-	1.286\$000	21	6.284\$000
	0,12%	0,04%	0,68%	0,76%	0,17%	-	-	0,15%	-	0,21%	0,36%	0,32%
Diversão												
Casas de Jogo	19	14	4	1	18	-	-	1	-	30\$000	-	\$
Casas de Bilhar	11	4	3	4	9	-	-	-	-	60\$000	2	300\$000
	30	18	7	5	27	-	-	1	-	90\$000	2	300\$000
	0,14%	0,19%	0,09%	0,27%	1,58%	-	-	0,15%	-	0,01%	0,03%	0,01%
Armas												
Casas de Vender Pólvora	1	1	-	-	-	1	-	-	-	12\$800	-	\$
Lojas de Armamento	1	-	-	1	-	-	-	-	-	40\$000	-	\$
	2	1	-	1	-	1	-	-	-	52\$800	-	\$
	0,009%	0,01%	-	0,05%	-	0,009%	-	-	0,08%	0,008%	-	-
Louça												
Louças e Vidros	101	31	58	12	-	2	5	2	9	9.119\$520	83	42.869\$600
Louças Finas e do País	13	5	8	-	1	-	-	-	-	648\$800	12	3.244\$000
Louças do País	15	9	3	3	2	3	-	-	2	250\$400	8	660\$000
	129	45	69	15	3	5	5	2	11	10.018\$720	103	46.773\$600
	0,61%	0,38%	0,93%	0,81%	0,17%	0,04%	0,38%	0,30%	0,89%	1,63%	1,79%	2,44%
Agro-Pecuária												
Armazéns de Capim	1	-	1	-	-	1	-	-	-	12\$800	-	\$
Armazéns de Favelo	1	-	1	-	-	-	-	-	-	140\$000	1	700\$000
	2	-	2	-	-	1	-	-	-	152\$800	1	700\$000
	0,009%	-	0,03%	-	-	0,01%	-	-	-	0,02%	0,02%	0,03%
Depósitos												
Depósitos de Açúcar	4	1	3	-	-	-	-	-	-	80\$000	4	400\$000
Depósitos de Animais	1	1	-	-	1	-	-	-	-	\$	-	\$
Depósitos de Carvão de Pedra	1	-	-	1	-	-	-	-	-	160\$000	1	800\$000
Depósitos de Gelo	2	-	2	-	-	-	-	-	-	147\$000	2	735\$000
Depósitos de Madeiras	1	-	1	-	1	-	-	-	-	\$	-	\$
Depósitos de Vetas	1	-	-	1	-	-	-	-	-	120\$000	1	600\$000

cont.

conclusão

CASAS COMERCIAIS	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	CAPITAL				IMPOSTOS	NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO
		BRASILEIRA	PORTUGUESA	OUTRAS		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Armazéns de Depósitos	219	121	60	38	151	-	-	-	-	4.717\$600	68	23.588\$000
Trapiches	24	17	4	3	24	-	-	-	-	\$	-	\$
	253	140	70	43	177	-	-	-	-	5.224\$600	76	26.123\$000
	1,21%	1,20%	0,97%	2,33%	10,33%	-	-	-	-	0,85%	1,32%	1,36%
Diversos												
Armazéns de Diversos Objetos	200	96	80	24	48	61	21	7	27	4.248\$800	36	8.790\$000
Armazéns de Espirito	1	-	-	1	-	-	-	-	-	40\$000	1	200\$000
Armazéns de Breu	1	1	-	-	-	-	-	-	-	12\$800	1	64\$000
Casas de Vender Carvão	35	5	22	8	-	-	-	-	-	900\$000	35	4.500\$000
Cocheira de Animais e Seges de Aluguel	140	56	60	22	18	23	-	-	-	5.393\$200	99	25.494\$000
Lojas de Casquinhas	2	1	-	1	-	-	-	-	-	400\$000	2	2.000\$000
Lojas de Diversos Objetos	1.131	584	380	141	118	758	96	52	107	17.462\$400	-	\$
Lojas de Objetos de Cabelo	3	-	3	-	-	-	-	-	-	66\$800	3	334\$000
Lojas de Perfumarias	16	-	-	16	-	1	1	-	-	1.540\$800	14	7.540\$000
Lojas de Sanguessugas	9	1	8	-	-	9	-	-	-	115\$200	-	\$
Quinquilharias	54	36	14	4	30	4	2	-	-	1.272\$000	18	5.904\$000
	1.592	782	567	217	214	856	120	59	134	31.448\$000	209	54.826\$000
	7,65%	6,71%	8%	11,75%	12,49%	8,51%	9,15%	8,66%	10,85%	5,13%	3,63%	2,86%
Total	20.809	11.645	7.206	1.847	1.713	10.052	1.311	681	1.235	611.858\$360	5.756	1.915.199\$800

* A soma do item nacionalidades e impostos não corresponde ao nº de unidades no original.

Fonte: WANDERLEY, João Maurício. *Proposta e Relatório do Ministerio da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1857.

TABELA 3.47 – Casas de Comércio e Outras (Brasi), 1858/59) – Comércio de Gêneros, Nacionalidades e Impostos (valores absolutos)

SETORES	NP DE CASAS	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DO CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DE ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTO
		BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS NAÇÕES		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Alimentos e Bebidas												
Acougues	1.172	777	309	88	8	752	3	1	4	404	73.618\$900	24.568\$800
Armazéns de Aguardente	4	2	2	—	—	—	1	1	2	—	—	130\$000
Casas de Vender Açúcar	80	51	29	—	4	5	3	—	8	60	42.534\$700	8.150\$840
Casas de Vender Café Moído	29	6	19	4	—	3	—	—	—	26	2.568\$000	552\$000
Armazéns de Café	158	84	65	9	—	41	—	1	11	105	82.326\$000	17.460\$000
Armazéns de Carne Seca	154	44	109	1	—	22	2	1	128	34.087\$000	7.209\$000	
Armazéns de Sacris	80	48	30	2	—	71	2	—	1	8	692\$000	1.127\$200
Armazéns de Marçamentos	230	55	169	6	—	10	3	2	—	215	75.820\$000	15.412\$000
Armazéns de Farinha de Tapioca	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	300\$000	60\$000
Armazéns de Farinha de Trigo	22	9	9	4	—	—	—	—	—	22	8.966\$000	1.793\$200
Casas de Vender Polvilho	3	1	2	—	—	—	—	—	—	3	258\$000	51\$800
Casas de Quitandas	883	480	144	259	881	—	—	—	—	2	178\$000	25\$000
Armazéns de Sal	43	24	18	1	—	15	7	3	11	7	2.880\$000	1.438\$000
Toucinho Queijo	10	1	9	—	—	—	—	—	—	9	4.980\$000	1.008\$800
Molhados por Atacado	221	69	112	40	—	23	10	11	101	76	32.450\$000	11.354\$400
Molhados a Varejo	763	539	218	36	—	522	48	22	34	187	102.600\$000	30.181\$600
Molhados	982	669	260	63	2	754	91	48	84	15	5.888\$000	17.407\$200
Armazéns de Azeite	3	—	2	1	—	—	—	—	—	3	1.100\$000	220\$000
Armazéns de Vinagre	2	1	—	—	—	—	—	—	—	2	320\$000	648\$000
Armazéns de Espirítos	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	250\$000	50\$000
Armazéns de Vinhos	27	4	16	7	—	—	—	—	—	27	11.444\$000	2.228\$800
Casas de Vender Bebidas Espirituosas	4	—	3	1	—	—	—	—	—	4	1.300\$000	260\$000
Enscadores	1	—	—	1	—	—	—	—	—	1	\$	40\$000
Bancas de Paixe	30	14	12	4	30	—	—	—	—	—	—	—
Lojas de Chá	30	22	8	—	—	3	—	—	—	27	12.196\$000	2.477\$600
Armazéns de Doces	3	3	—	—	—	—	—	—	—	3	630\$000	126\$000
Armazéns de Drogas	33	14	16	3	—	3	4	—	1	25	\$	—
	5.006	2.817	1.583	529	825	2.225	174	88	259	1.338	497.427\$100	145.010\$240
Fumos												
Armazéns de Fumo	18	8	10	2	—	1	—	—	—	17	8.646\$000	1.742\$000
Estranques de Tabaco	5	2	3	—	—	—	—	—	—	5	884\$000	176\$800
Lojas de Charutos	38	26	7	—	10	8	—	—	—	20	1.930\$000	428\$000
Lojas de Rapé	4	1	1	2	—	2	—	—	—	2	1.106\$000	245\$600
	65	35	21	9	10	11	—	—	—	44	12.566\$000	2.642\$800
Metals												
Armazéns de Cobre	1	1	—	—	—	—	—	—	—	1	84\$000	12\$800
Armazéns de Ferro	18	6	12	1	—	—	—	—	—	18	12.480\$000	2.482\$000

cont.

cont.

COMÉRCIO	SETORES	NACIONALIDADES				ISENTAS DE IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DO CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DE ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTO
		Nº DE CASAS	BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS NACÕES		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Comércio Geral													
	Armazéns de Ferro e Ferragens por Atacado	15	4	4	7	-	-	-	-	-	15	13.630\$000	2.726\$000
	Lojas de Dourador	13	9	3	1	10	-	-	-	-	3	334\$000	68\$800
	Lojas de Ferragens por Atacado	7	2	1	4	-	-	-	-	-	7	60.080\$000	1.216\$000
	Lojas de Ferragens a Varejo	292	148	133	11	1	41	18	21	73	138	80.737\$000	20.582\$200
	Lojas Lampistas	7	-	1	6	3	-	-	-	-	4	1.500\$000	300\$000
	Lojas de Objetos de Arama	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	Lojas de Objetos de Bronze	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	200\$000	40\$000
	Lojas de Objetos Galvanizados	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	400\$000	80\$000
		356	169	156	31	15	41	18	21	73	188	169.405\$000	27.517\$800
Madeiras													
	Armazéns de Madeira	112	53	52	7	-	12	3	5	3	89	44.776\$000	9.438\$800
	Armazéns de Móveis	124	36	68	20	1	6	2	-	-	115	31.142\$000	6.345\$000
	Estâncias de Lenha	29	2	27	-	-	3	-	-	-	28	3.112\$000	660\$800
		265	91	147	27	1	21	5	5	3	230	79.030\$000	18.444\$600
Couros													
	Armazéns de Couro	82	40	25	17	-	31	1	6	9	35	11.982\$500	3.353\$000
	Lojas de Calçado	305	100	169	38	8	22	2	1	1	271	46.348\$500	9.661\$300
	Lojas de Selins	4	-	2	2	-	-	-	-	-	4	780\$000	156\$000
		391	140	196	55	8	53	3	7	10	310	59.111\$000	13.170\$300
Tecidos Roupas e Armário													
	Lojas de Roupas Feitas	115	14	75	26	-	6	-	-	-	109	33.992\$000	6.875\$200
	Armários	388	165	195	28	2	78	11	2	20	275	75.010\$000	17.080\$000
	Casas de Alugar Vestimentas Baile	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	64\$000	12\$800
	Lojas de Fazenda por Atacado	294	62	99	133	1	1	2	3	107	180	173.911\$000	39.205\$000
	Lojas de Fazendas a Varejo	7.341	5.396	1.650	235	6	3.998	1.052	574	1.118	593	222.542\$960	178.862\$990
	Lojas de Fitas	2	-	-	2	-	-	-	-	-	2	800\$000	100\$000
	Lojas de Lã para Bordar	4	-	3	1	-	-	-	-	-	4	1.560\$000	312\$000
	Lojas de Modas	12	-	2	10	2	-	-	-	-	10	2.590\$000	518\$000
	Lojas de Costura	30	8	10	12	9	-	-	-	-	21	7.804\$000	1.560\$800
	Lojas de Chapéus de Paló	62	20	29	13	2	16	5	-	8	34	6.128\$000	1.157\$200
	Lojas de Chapéus de Sol	6	2	-	4	-	2	-	-	-	4	1.170\$000	259\$800
		8.255	5.667	2.063	485	22	4.100	1.070	579	1.251	1.233	625.569\$960	245.943\$590

cont.

cont.

SETORES	Nº DE CASAS	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DO CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DE ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTO
		BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS NAÇÕES		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
COMÉRCIO												
Papelés, Papelões, Livros												
Lojas de Livros	20	4	4	12	—	1	1	—	2	16	5.072\$000	1.227\$200
Lojas de Livros e Papel	47	16	22	9	—	5	2	—	2	38	13.726\$200	2.628\$240
Lojas de Papel	3	1	1	1	1	—	—	—	—	2	400\$000	80\$000
	<u>70</u>	<u>21</u>	<u>27</u>	<u>22</u>	<u>1</u>	<u>6</u>	<u>3</u>	<u>—</u>	<u>4</u>	<u>56</u>	<u>19.198\$200</u>	<u>4.236\$440</u>
Materiais de Construção												
Armazéns de Cal	3	2	1	—	—	—	—	—	—	3	504\$000	100\$000
Armazéns de Maçames e Poiteames	25	4	12	9	—	—	—	1	2	22	20.860\$000	4.282\$000
Armazéns de Materiais	32	14	17	1	—	—	—	—	—	32	8.522\$000	1.704\$400
Lojas de Vidros	17	2	14	1	1	1	—	—	—	15	4.244\$000	861\$600
Lojas de Tintas	14	4	10	—	—	1	—	—	—	13	4.240\$000	860\$800
	<u>91</u>	<u>26</u>	<u>54</u>	<u>11</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>—</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>85</u>	<u>38.370\$000</u>	<u>7.808\$800</u>
Louças												
Louças Finas do País	14	3	11	—	—	—	—	—	—	14	5.140\$000	1.028\$000
Louças do País	40	18	10	12	12	2	1	—	—	25	2.932\$000	632\$000
Louças e Vidros	101	33	56	9	—	1	—	—	—	100	50.744\$000	10.181\$600
	<u>155</u>	<u>54</u>	<u>80</u>	<u>21</u>	<u>12</u>	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>139</u>	<u>58.816\$000</u>	<u>11.821\$600</u>
Meios de Transportes												
Lojas de Armador	33	23	10	—	3	14	2	—	2	12	1.988\$000	696\$800
Cocheiras de Animais e Seges de Aluguel	175	71	81	23	22	43	—	—	8	102	31.080\$000	7.086\$400
	<u>208</u>	<u>94</u>	<u>91</u>	<u>23</u>	<u>25</u>	<u>57</u>	<u>2</u>	<u>—</u>	<u>10</u>	<u>114</u>	<u>33.068\$000</u>	<u>7.783\$200</u>
Produtos de Farmácia												
* Boticas	581	470	83	37	4	378	39	20	12	138	37.205\$000	14.139\$400
Instrumentos de Trabalho												
Instrumentos de Cirurgia	1	—	—	1	—	—	—	—	—	1	500\$000	100\$000
Instrumentos de Náutica	3	1	1	1	1	—	—	—	—	2	1.094\$000	212\$800
Instrumentos de Ótica	1	1	—	—	—	—	—	—	—	1	400\$000	80\$000
	<u>5</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>4</u>	<u>1.994\$000</u>	<u>392\$800</u>

cont.

conclusão

SETORES	Nº DE CASAS	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DO CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DE ALUGUÉL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTO
		BRASILEIRAS	PORTUGUESAS	OUTRAS NAÇÕES		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
COMÉRCIO												
Objetos de Decoração												
Lojas de Espelhos e Quadros	6	--	--	8	--	--	--	--	--	6	4.350\$000	870\$000
Lojas de Estampas	1	--	--	1	--	--	--	--	--	1	400\$000	80\$000
Lojas de Quadros	5	1	1	3	--	--	--	--	--	5	820\$000	164\$000
	12	1	1	10	--	--	--	--	--	12	5.570\$000	1.114\$000
Diversos												
Armazéns de Algodão	18	13	4	1	7	--	1	--	--	10	3.865\$000	793\$000
Armazéns de Depósitos	402	196	134	72	264	1	--	--	--	147	50.304\$000	10.070\$600
Armazéns de Diversos Objetos	226	125	87	14	4	133	32	6	20	31	9.175\$000	5.157\$400
Armazéns de Cabos	7	4	3	--	--	--	--	--	--	2	1.500\$000	300\$000
Armazéns de Objetos de Mármore	14	--	3	11	2	--	--	--	--	12	2.940\$000	588\$000
Armazéns de Objetos Norte-americanos	1	--	1	--	--	--	--	--	--	1	400\$000	80\$000
Armazéns de Piano	19	--	2	17	2	--	--	--	--	17	5.880\$000	1.176\$000
Casas de Vender Carvão	54	3	50	1	--	--	--	--	--	54	4.052\$000	810\$400
Barracas	32	13	18	1	1	--	--	--	--	31	5.127\$000	1.025\$400
Betchoras	7	1	5	1	--	--	--	--	--	7	960\$000	192\$000
Casas de Vender Pólvora	5	1	4	--	--	3	--	--	--	2	360\$000	110\$400
Lojas de Armamento	1	--	--	1	--	--	--	--	1	--	--	40\$000
Lojas de Barbeiro	188	58	98	32	113	18	2	--	--	55	3.778\$000	1.026\$000
Lojas de Cera	6	4	4	--	--	--	--	--	--	8	1.270\$000	254\$000
Lojas de Jóia	61	48	6	7	--	32	--	--	5	24	3.954\$000	1.400\$000
Lojas de Músicas	6	2	1	3	--	--	--	--	--	6	--	--
Lojas de Cabelo	4	1	--	3	--	--	--	--	--	4	434\$000	86\$800
Lojas de Casquinhas	3	1	1	1	--	--	--	--	--	3	2.300\$000	460\$000
Lojas de Objetos de Escritório	1	1	--	--	--	--	--	--	--	1	120\$000	24\$000
Lojas de Perfumarias	18	4	2	13	--	--	1	--	--	18	7.464\$000	1.512\$000
Lojas de Quinquilharia	33	10	18	4	--	7	--	--	--	26	7.870\$000	1.623\$000
Lojas Estofados e Tapeteiro	3	--	--	3	1	--	--	--	--	2	2.500\$000	500\$000
Lojas de Diversos Objetos	1.818	1.038	578	200	3	1.341	182	127	169	6	9748\$000	31.769\$000
Instrumentos de Música	5	3	2	--	--	--	--	1	1	3	1.100\$000	290\$000
	2.955	1.526	1.022	385	387	1.535	228	134	198	473	118.127\$000	58.278\$600

* Nesses ramos existe erro no original

** Nesses ramos existe erro na parte relativa a nacionalidade no original

TABELA 3.48 – Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Comércio de Gêneros e Comércio de Serviços, Nacionalidades e Impostos (percentual)

COMÉRCIO	SETORES	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DO CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTOS
			BRASI-LEIRAS	PORTU-GUESAS	OUTRAS NAÇÕES		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
	Alimentos e Bebidas	14,76%	13,20%	16,59%	22,27%	48,51%	11,47%	7,95%	8,36%	12,64%	18,18%	20,79%	12,74%
	Fumos	0,19%	0,16%	0,22%	0,38%	0,52%	0,06%	-	-	-	0,60%	0,53%	0,23%
	Metais	1,05%	0,76%	1,66%	1,31%	0,79%	0,21%	0,82%	1,99%	3,56%	2,55%	7,08%	2,42%
	Madeiras	0,78%	0,41%	1,56%	1,14%	0,05%	0,11%	0,25%	0,47%	0,15%	3,13%	3,30%	1,44%
	Couros	1,15%	0,63%	2,08%	2,32%	0,42%	0,27%	0,14%	0,66%	0,49%	4,21%	2,47%	1,16%
	Tecidos, Roupas e Armarinho	24,32%	25,64%	21,90%	19,58%	1,15%	21,13%	48,90%	54,99%	61,05%	16,75%	21,97%	21,60%
	Papéis, Papelões e Livros	0,21%	0,10%	0,29%	0,93%	0,05%	0,03%	0,14%	-	0,20%	0,76%	0,80%	0,37%
	Materiais de Construção	0,27%	0,12%	0,57%	0,46%	0,05%	0,01%	-	0,09%	0,10%	0,15%	1,60%	0,69%
	Louças	0,46%	0,24%	0,85%	0,88%	0,63%	0,02%	0,05%	-	-	1,89%	2,46%	1,04%
	Meios de Transportes	0,61%	0,43%	0,97%	0,97%	1,31%	0,61%	0,09%	-	0,49%	1,55%	1,38%	0,68%
	Produtos de Farmácia	1,74%	2,13%	0,88%	1,56%	0,21%	1,95%	1,78%	1,90%	0,59%	1,88%	1,55%	1,24%
	Instrumentos de Trabalho	0,01%	0,01%	0,01%	0,08%	0,05%	-	-	-	-	0,05%	0,08%	0,03%
	Objetos de Decoração	0,04%	0,00%	0,01%	0,42%	-	-	-	-	-	0,16%	0,23%	0,10%
	Diversos	8,71%	6,91%	10,85%	16,21%	20,29%	7,91%	10,42%	12,43%	9,66%	6,43%	4,85%	5,21%
	Serviços												
	Alimentos e Bebidas	36,79%	38,16%	37,52%	19,83%	14,94%	47,31%	27,61%	16,62%	8,05%	28,18%	17,15%	20,00%
	Hotelarias	0,57%	0,35%	0,66%	2,32%	7,08%	0,15%	0,23%	0,19%	0,05%	0,30%	0,39%	0,22%
	Diversões	0,18%	0,07%	0,27%	0,84%	2,15%	0,01%	-	-	-	0,23%	0,16%	0,07%
	Estabelecimentos de Crédito	0,16%	0,15%	0,14%	0,29%	-	-	-	-	0,15%	0,69%	0,94%	0,83%
	Escritórios	7,80%	10,27%	2,12%	7,49%	1,42%	9,03%	1,65%	1,99%	2,83%	10,24%	11,16%	6,99%

Fonte: HOMEM, Francisco de Sales Torres. *Proposta e Relatório do Ministerio da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

TABELA 3.49 – Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Comércio de Serviços, Nacionalidades e Impostos (valores absolutos)

SETORES	Nº DE CASAS	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DO CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTOS
		BRASI-LEIRAS	PORTU-GUESAS	OUTRAS NAÇÕES		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
COMÉRCIO DE SERVIÇOS												
Alimentos e Bebidas	12.141	8.371	3.335	386	270	9.086	603	172	162	1.848	348.990\$000	209.398\$800
* Tavernas	101	23	40	38	2	42	—	1	—	58	22.378\$000	6.012\$000
Botecoims	188	23	128	36	13	35	—	2	3	132	26.428\$800	6.874\$800
* Casas de Pasto	15	9	5	1	—	15	—	—	—	—	—	—
Ranchos	6	—	—	6	—	—	—	—	—	6	764\$000	152\$800
Pastelarias	38	6	26	4	—	3	1	—	—	32	13.718\$000	7.088\$400
Confeitarias	12.487	8.432	3.535	471	285	9.181	604	175	165	2.074	410.277\$000	227.824\$800
Hotelaria												
Estalagens	7	1	6	—	7	—	—	—	—	—	—	—
Hospedarias e Hotéis	188	77	56	55	128	30	5	2	1	22	9.430\$000	2.470\$000
	195	78	62	55	135	30	5	2	1	22	9.430\$000	2.470\$000
Diversões												
Botecoims e Bilhar	17	2	10	5	—	1	—	—	—	16	3.744\$000	761\$800
Tivoli	1	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	12\$800
Casas de Bilhar	19	5	4	9	17	—	—	—	—	1	100\$000	20\$000
Casas de Jogo	24	8	11	5	24	—	—	—	—	—	—	—
	60	15	25	20	41	2	—	—	—	17	3.844\$000	794\$400
Estabelecimentos de Crédito												
Bancos	3	3	—	—	—	—	—	—	—	3	—	14.700\$000
Escritórios de dar Dinheiro e Prêmio	10	5	5	—	—	—	—	—	—	10	1.820\$000	1.772\$000
Escritórios de Descontos	6	2	3	1	—	—	—	—	—	6	1.290\$000	364\$000
Casas de Câmbio	14	9	3	2	—	—	—	—	—	11	10.420\$000	2.202\$000
Escritórios de Corretores	21	15	2	4	—	—	—	—	—	21	8.860\$000	1.772\$000
	54	34	13	7	—	—	—	—	—	51	22.390\$000	20.812\$000
Escritórios, Agências, Companhias												
Escritórios de Advogados	602	597	5	—	2	486	6	5	7	98	20.193\$000	10.808\$400
Agências	8	4	4	—	—	3	—	—	—	5	854\$000	208\$200
Escritórios Comerciais	433	220	104	109	1	52	8	15	41	314	118.248\$000	26.645\$400
Companhias	19	12	3	4	—	—	—	—	—	19	12.567\$000	2.512\$400
Casas de Consignações	21	15	6	—	—	12	1	—	3	5	3.200\$000	833\$680
Casas Consignações de Escravos	16	5	11	—	—	—	—	—	—	16	3.298\$000	658\$600
Casas de Comissões	205	87	62	56	1	2	—	—	—	202	84.922\$000	17.010\$060
Escritórios e Casas de Loteria	9	7	2	—	—	2	—	—	—	7	1.718\$000	467\$200
Escritórios de Dentistas	9	—	2	7	9	—	—	—	—	—	—	—
Casas de Banho	2	—	—	2	2	—	—	—	—	—	—	—

cont.

conclusão

SETORES	Nº DE CASAS	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DO CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTOS
		BRASI-LEIRAS	PORTU-GUESAS	OUTRAS NAÇÕES		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
COMÉRCIO DE SERVIÇOS												
Cartórios Judiciais	1.309	1.309	—	—	12	1.194	21	1	6	76	8.322\$000	17.787\$600
Agências de Leilão	15	14	1	—	—	1	—	—	—	14	12.600\$000	2.532\$800
	2.648	2.270	200	178	27	1.752	36	21	56	754	266.918\$000	79.577\$320

* Nesses ramos existe erro na parte relativa a nacionalidade no original

** Nesses ramos existe erro no original

Fonte: HOMEM, Francisco de Sales Torres. *Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

TABELA 3.50 -- Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) -- Depósitos, Nacionalidades e Impostos (valores absolutos)

SETORES	Nº DE CASAS	NACIONALIDADES			ISENTAS DO IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DO CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTOS
		BRASI-LEIRAS	PORTU-GUESAS	OUTRAS NAÇÕES		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
DEPÓSITOS												
Alimentos												
Depósitos de Bacalhou	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	630\$000	120\$000
Depósitos de cocos e bolos	30	—	29	1	—	—	—	—	—	30	17.476\$000	264\$000
Depósitos de licores	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	200\$000	36\$000
	32	—	31	1	—	—	—	—	—	32	18.306\$000	420\$000
Metais												
Depósitos de fogões de ferro	2	—	1	1	—	—	—	—	—	2	720\$000	144\$000
Papéis												
Depósitos de papello	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	64\$000	40\$000
Sabão & Velas												
Depósitos de Sabão & Velas	4	1	3	—	—	—	—	—	—	4	2.712\$000	12\$800
Depósitos de Velas	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	72\$000	694\$400
Depósitos de Velas de Composição	1	1	—	—	—	—	—	—	—	1	140\$000	14\$400
	8	2	4	—	—	—	—	—	—	6	2.924\$000	721\$800

cont.

conclusão

SETORES	Nº DE CASAS	NACIONALIDADES			ISENTAS DO IMPOSTO	QUE PAGAM NA RAZÃO DO CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTOS
		BRASI-LEIRAS	PORTU-GUESAS	OUTRAS NAÇÕES		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
DEPÓSITOS												
Depósitos de sanguessugas	41	7	29	5	-	8	-	-	-	33	2.960\$000	542\$400
Combustíveis												
Depósitos de carvão de pedra	3	-	1	2	-	-	-	-	-	3	1.320\$000	264\$000
Depósitos de gás	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	4	1	1	2	1	-	-	-	-	3	1.320\$000	264\$000
Depósitos de gelo	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	180\$000	36\$000
Trapiches	67	46	13	8	6	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	33.943	22.098	9.421	2.375	1.907	19.405	2.188	1.053	2.049	7.360	2.392.760\$260	1.138.390\$480

Fonte: HOMEM, Francisco de Sales Torres. *Proposta e Relatório do Ministerio da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

TABELA 3.51 – Casas de Comércio e Outras (Brasil, 1858/59) – Depósitos, Nacionalidades e Impostos (percentual)

SETORES	Nº DE UNIDADES	NACIONALIDADES			ISENTAS DE IMPOSTOS	QUE PAGAM NA RAZÃO DO CAPITAL				NA RAZÃO DE 20% DO ALUGUEL	VALOR LOCATIVO	IMPOSTO
		BRASI-LEIRAS	PORTU-GUESAS	OUTRAS NAÇÕES		MENOS DE 1.000\$ 12\$800	DE 1 A 2.000\$ 20\$000	DE 2 A 3.000\$ 30\$000	DE 3.000\$ OU MAIS 40\$000			
Alimento	0,09%	-	0,33%	0,04%	-	-	-	-	-	0,43%	0,77%	0,04%
Metal	0,01%	-	0,01%	0,04%	-	-	-	-	-	0,03%	0,03%	0,01%
Papel	0,00%	-	0,01%	-	-	-	-	-	-	0,01%	0,00%	0,00%
Sabão e Velas	0,02%	0,01%	0,04%	-	-	-	-	-	-	0,06%	0,12%	0,06%
Sanguessuga	0,12%	0,03%	0,31%	0,21%	-	0,04%	-	-	-	0,45%	0,12%	0,05%
Combustível	0,01%	0,00%	0,01%	0,08%	0,05%	-	-	-	-	0,04%	0,06%	0,02%
Gelo	0,00%	-	0,01%	-	-	-	-	-	-	0,01%	0,01%	0,00%
Trapiches	0,27%	0,21%	0,14%	0,34%	0,31%	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: HOMEM, Francisco de Sales Torres. *Proposta e Relatório do Ministerio da Fazenda, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

TABELA 3.52 – População por Paróquias, Casas e Fogos

PARÓQUIAS		POPULAÇÃO	CASAS	FOGOS
URBANAS	Candelária	9.239	1.175	1.406
	São José	20.220	1.876	3.773
	Santa Rita	23.810	2.619	4.351
	Sacramento	24.429	3.303	5.788
	Glória	18.624	1.920	3.146
	Santana	32.686	3.362	5.461
	Santo Antonio	17.427	1.642	3.495
	Espírito Santo	10.796	1.323	1.972
	Engenho Velho	13.195	1.429	2.143
	Lagoa	11.304	1.373	1.683
	São Cristóvão	9.272	1.367	1.574
Soma		191.002	21.389	34.792
RURAIS	Irajá	5.746	933	984
	Jacarepaguá	7.633	909	984
	Inhaúma	7.190	964	935
	Guaratiba	6.918	1.124	1.145
	Campo Grande	9.593	1.312	1.339
	Santa Cruz	3.445	409	417
	Ilha do Governador	2.504	415	414
	Ilha de Paquetá	1.260	224	190
Soma		44.289	6.290	6.408
RESUMO	Urbanas	191.002	21.389	34.792
	Rurais	44.289	6.290	6.408
	Total	235.291	27.679	41.200

Fonte: ^aRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^bRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São José, Paróquia de São José. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

^cRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santa Rita de Cássia, Paróquia de Santa Rita. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

- ^dRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Santíssimo Sacramento, Paróquia do Santíssimo Sacramento. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^eRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Glória, Paróquia de Nossa Senhora da Glória. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^fRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santana, Paróquia de Santana. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^gRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santo Antonio dos Pobres, Paróquia de Santo Antonio. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^hRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Espírito Santo, Paróquia do Espírito Santo. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ⁱRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Francisco Xavier, Paróquia do Engenho Velho. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^jRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São João Batista da Lagoa, Paróquia de São João Batista da Lagoa. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]
- ^kRIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Cristóvão, Paróquia de São Cristóvão. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.53 – Distribuição das Profissões Segundo o Nível de Renda Salarial

1839	1880
0-15	0-60
Porteiro	Porteiro
Hortelão	Hortelão
Barbeiro	Barbeiro
Servente de Obra	Servente de Obra
Cozinheiro	Enfermeira
	Ajudante de Enfermagem

cont.

conclusão

1839	1880
15—40 Pedreiro Carpinteiro Pintor Médico Advogado Capelão Ajudante de Enfermaria Enfermeira	60—130 Pedreiro Carpinteiro Pintor Cozinheiro Médico Médico Aposentado Boticário Enfermeira Capelão Sacristão Andador
40—60 Andador Sacristão	
60 Escriturário	130—250 Escriturário Administrador de Hospital

Fonte: ^aORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA. Arquivo. *Maços de salários*. [mss.]

^bRIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. Arquivo. *Maços de salários*. [mss.]

^cFÁBRICA MOINHO DA LUZ. Arquivo. *Folhas de Pagamento*. [mss.]

TABELA 3.54 — Batizados na Paróquia de Santana Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	28,1	166	29,4	174	19,3	114	23,0	136	10,9	590
1841	27,3	177	28,9	187	21,9	142	21,7	141	12,1	647
1842	31,4	217	29,1	201	18,8	130	20,4	141	12,1	689
1843	27,8	204	31,8	233	19,9	146	20,3	149	12,5	732
1844 ¹		218		219		147		146		730
1845	31,7	231	28,0	204	20,4	149	19,6	143	13,1	727
1846	32,8	246	30,9	232	20,6	155	15,6	117	13,3	750
1847	37,1	312	28,9	243	21,4	180	12,3	104	14,7	839
1848	29,8	225	31,8	240	20,1	152	18,1	137	12,9	754
1849	33,8	302	31,4	280	15,8	141	18,8	168	14,1	891
1850	33,0	288	30,8	269	18,7	163	17,3	151	14,9	871
1851	31,3	295	18,4	290	18,4	171	18,2	169	13,6	925
1852 ²		314		304		179		158		955
1853	33,7	332	32,2	317	19,1	188	14,9	147	14,9	984
1854 ³		364		349		163		167		1043
1855	35,9	396	34,5	381	12,6	139	16,9	187	16,5	1103
1856	38,0	297	36,4	285	10,7	84	14,7	115	12,7	781
1857	37,2	239	35,3	227	16,2	104	11,4	73	10,6	643
1858 ⁴		303		270		88		62		723
1859	45,7	367	38,9	313	8,9	72	6,3	51	13,5	803
1860	44,9	387	36,7	316	7,5	65	10,8	93	14,6	861
1861	42,5	380	38,2	342	9,7	87	9,5	85	14,9	894
1862 ⁵		404		363		73		77		917
1863 ⁵		404		363		73		77		917
1864	42,2	401	43,3	411	6,6	63	7,5	71	15,1	946
1865	46,1	446	39,7	384	7,8	76	6,3	61	16,4	967
1866	43,3	401	42,3	392	7,4	69	6,8	63	15,4	925
1867	45,9	421	41,9	385	6,9	64	5,1	47	14,9	917
1868	44,4	397	43,1	385	6,2	56	5,9	55	14,1	893
1869	38,1	360	49,7	470	5,7	54	6,3	60	13,5	944

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

- ³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santana, Paróquia de Santana. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Livros paroquiais comparados com relatórios do Ministério do Império.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.55 – Óbitos na Paróquia de Santana Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	32,6	164	36,4	183	16,7	84	14,1	71	7,4	502
1841	34,5	205	35,6	212	13,9	83	16,0	95	7,5	595
1842	33,5	196	37,0	217	14,5	85	14,8	87	8,0	585
1843	33,0	227	38,6	265	15,0	103	13,2	91	8,6	686
1844 ¹		206		233		98		92		629
1845	32,3	185	35,3	202	16,1	92	16,1	92	8,5	571
1846	32,1	220	35,4	243	15,9	109	16,5	113	9,1	685
1847	34,9	282	33,1	268	17,5	142	14,3	116	9,3	808
1848	34,4	275	33,6	269	17,2	138	14,6	117	8,8	799
1849	33,2	232	32,8	229	17,6	123	16,3	114	7,8	698

- ¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santana, Paróquia de Santana. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.56 — Casamentos na Paróquia de Santana (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	12,8	66	1855	19,8	164
1841	15,5	101	1856	17,0	137
1842	13,9	95	1857	14,8	121
1843	13,4	78	1858 ⁴		120
1844 ¹		88	1859	13,6	118
1845	17,6	98	1860	19,4	206
1846	17,3	88	1861	14,3	150
1847	15,9	83	1862 ⁵		130
1848	14,2	80	1863 ⁵		130
1849	18,3	119	1864	14,8	147
1850	16,8	107	1865	1,6	16
1851	18,2	135	1866	17,7	212
1852 ²		131	1867	19,0	199
1853	18,3	126	1868	14,0	154
1854 ³		145	1869	17,3	177

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santana, Paróquia de Santana. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

TABELA 3.57 – Profissões na Paróquia de Santana

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	22	...	22	22
Militares	1.284	...	1.284	1.284
Empregados Públicos	684	...	684	684
Profissão Literária	332	29	361	361
Comerciantes	1.948	196	2.144	2.144
Capitalistas	11	11	22	22
Proprietários	100	90	190	190
Lavradores	21	3	24	1	3	4	28
Pescadores	86	...	86	12	...	12	98
Marítimos	87	...	87	87
Manufatura, Artes e							
Ofícios	5.488	675	6.163	398	50	448	6.611
Agências	211	13	224	224
Serviço Doméstico	230	3.898	4.128	861	1.615	2.476	6.604
Sem Profissão Conhecida	5.297	7.239	12.536	969	822	1.791	14.327

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.58 – Batizados na Paróquia de Sacramento Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	28,7	245	26,0	222	23,2	198	21,9	187	15,8	852
1841	27,1	230	27,8	236	24,5	208	20,5	174	15,8	848
1842	31,6	263	27,8	231	19,5	162	20,9	174	14,5	830
1843	29,0	261	24,6	221	24,5	220	21,8	196	15,4	898

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES		
1844 ¹		263		231		200		193	887
1845	29,9	264	27,3	241	20,5	181	21,6	191	15,9 877
1846	28,0	236	27,6	233	21,9	185	22,3	188	14,9 842
1847	28,0	245	28,6	250	22,6	198	20,6	180	15,3 873
1848	29,8	279	28,8	269	20,2	189	21,0	197	16,0 934
1849	32,1	314	24,4	239	20,4	200	22,9	224	15,4 977
1850	27,6	246	30,4	271	22,1	197	19,7	176	15,2 890
1851	29,5	298	28,9	292	21,7	219	19,8	200	14,9 1009
1852 ²		298		298		191		182	969
1853	32,0	298	32,6	304	17,5	163	17,7	165	14,0 930
1854 ³		283		288		159		152	862
1855	33,5	267	29,3	233	19,6	156	17,4	139	11,9 795
1856	35,2	246	36,1	252	15,7	110	12,7	89	11,1 697
1857	37,2	268	36,1	260	14,7	106	11,9	86	11,9 720
1858 ⁴		261		269		98		85	713
1859	35,9	254	39,5	279	12,6	89	11,8	84	11,9 706
1860	41,5	324	37,6	293	10,5	82	10,2	80	13,2 779
1861	37,7	257	43,2	294	8,6	59	10,2	70	11,3 680
1862 ⁵		293		286		65		66	710
1863 ⁵		293		286		65		66	710
1864	40,5	272	40,2	270	10,7	72	8,4	57	10,7 671
1865	44,8	318	40,3	286	6,6	47	8,1	58	12,0 709
1866	47,0	315	38,2	265	7,4	50	5,8	39	11,1 689
1867	46,4	303	40,4	264	5,5	36	7,6	50	10,6 653
1868	43,0	290	41,9	282	8,3	56	6,6	45	10,6 673
1869	42,7	283	44,2	293	6,1	41	6,8	45	9,4 662

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

- ⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Santíssimo Sacramento, Paróquia do Santíssimo Sacramento. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.59 – Óbitos na Paróquia de Sacramento Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	31,7	234	36,9	272	16,1	119	15,0	111	10,8	736
1841	29,7	240	33,4	270	19,3	156	17,5	142	10,2	808
1842	30,6	226	38,5	284	15,4	114	15,3	113	10,1	737
1843	32,0	288	39,6	356	13,0	117	15,2	137	11,2	898
1844 ¹		255		300		108		114		777
1845	33,8	222	37,2	244	14,9	98	13,8	91	9,8	655
1846	33,7	257	37,7	288	16,1	123	12,3	94	10,1	762
1847	35,3	311	34,3	303	14,7	130	15,5	137	10,2	881
1848	32,0	293	37,3	342	15,8	145	14,7	135	10,1	915
1849	34,1	266	37,3	291	17,0	133	11,5	90	8,7	780

- ¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Santíssimo Sacramento, Paróquia do Santíssimo Sacramento. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.60 – Casamentos na Paróquia de Sacramento (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	17,7	91	1855	12,4	103
1841	22,5	146	1856	13,0	105
1842	19,3	132	1857	15,5	127
1843	21,4	124	1858 ⁴		122
1844 ¹		118	1859	13,5	117
1845	20,0	111	1860	13,7	145
1846	19,9	101	1861	11,9	125
1847	19,8	103	1862 ⁵		122
1848	23,8	134	1863 ⁵		122
1849	19,1	124	1864	11,1	111
1850	14,6	94	1865	10,7	105
1851	16,1	120	1866	8,5	102
1852 ²		114	1867	11,3	119
1853	15,6	107	1868	9,9	104
1854 ³		105	1869	10,7	110

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858, foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade). Matriz do Santíssimo Sacramento, Paróquia do Santíssimo Sacramento. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

TABELA 3.61 – Profissões na Paróquia de Sacramento

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	23	...	23	23
Militares	85	...	85	85
Empregados Públicos	287	...	287	287
Profissão Literária	323	28	351	351
Comerciantes	3.773	377	4.150	...	7	7	4.157
Capitalistas	18	7	25	25
Proprietários	63	47	110	110
Lavradores	28	1	29	29
Pescadores	5	...	5	1	...	1	6
Marítimos	17	...	17	2	...	2	19
Manufatura, Artes e							
Ofícios	4.381	2.189	6.570	572	166	738	7.308
Agências	204	1	205	7	...	7	212
Serviço Doméstico	528	1.090	1.618	1.337	1.761	3.098	4.716
Sem Profissão Conhecida	2.403	4.108	6.511	323	267	590	7.101

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatórios do Ministério dos Negócios do Império, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.62 – Batizados na Paróquia de Santa Rita Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL					
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES						
1840	37,8	230	26,0	158	20,1	122	15,9	97	11,2	607
1841	23,0	127	25,0	142	28,0	154	23,0	127	10,2	550
1842	26,4	153	26,9	156	24,3	141	22,2	129	10,1	579
1843	22,5	135	22,6	136	33,3	200	21,5	129	10,3	600
1844 ¹		151		136		173		140		600

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHE- RES		HOMENS		MULHE- RES			
1845	27,8	167	22,6	136	24,3	146	25,1	151	10,8	600
1846	26,8	178	23,5	156	26,0	173	23,5	156	11,7	663
1847	26,0	170	24,6	161	27,1	177	22,0	144	11,4	652
1848	23,2	164	24,1	170	34,7	245	17,8	126	12,1	705
1849	23,7	187	23,0	182	35,0	276	18,1	143	12,4	788
1850	28,1	178	24,5	155	26,4	167	20,8	132	10,8	632
1851	24,4	205	19,9	167	37,5	315	18,1	152	12,3	839
1852 ²		211		180		301		147		839
1853	26,0	218	23,0	193	34,1	286	16,8	141	12,6	838
1854 ³		247		214		236		135		832
1855	33,3	276	28,5	236	22,4	186	15,5	129	12,4	827
1856	32,7	224	30,1	206	21,9	150	15,2	104	11,1	684
1857	33,7	245	35,7	258	17,8	130	12,9	94	12,0	727
1858 ⁴		251		251		117		84		703
1859	37,8	257	35,7	243	15,4	105	10,8	74	11,4	679
1860	36,7	249	40,8	277	10,7	73	11,6	79	11,5	678
1861	38,1	246	40,5	261	10,5	68	10,7	69	10,7	644
1862 ⁵		268		264		63		62		657
1863 ⁵		268		264		63		62		657
1864	42,3	279	41,4	273	8,1	54	8,0	53	10,5	659
1865	45,6	296	38,1	247	9,1	59	7,0	46	11,0	648
1866	46,5	274	39,4	232	6,4	38	7,4	44	9,8	588
1867	49,0	287	40,1	235	5,6	33	5,1	30	9,5	585
1868	42,6	262	41,9	258	5,7	35	9,7	60	9,7	615
1869	44,2	264	43,6	260	6,2	37	5,8	35	8,5	596

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santa Rita de Cássia, Paróquia de Santa Rita. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.63 – Óbitos na Paróquia de Santa Rita Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	36,4	162	38,8	146	15,5	69	15,2	68	6,5	445
1841	32,3	138	33,8	144	19,0	81	14,7	63	5,3	426
1842	39,1	148	29,8	113	16,4	62	14,5	55	5,1	378
1843	39,9	174	30,9	135	16,5	72	12,6	55	5,4	436
1844 ¹		157		126		79		49		411
1845	36,4	141	30,4	118	21,9	85	11,1	43	5,8	387
1846	34,4	160	28,6	133	21,3	99	15,5	72	6,2	464
1847	36,1	189	34,7	182	15,8	83	13,1	69	6,0	523
1848	37,5	212	28,8	163	18,0	102	15,5	88	6,2	565
1849	36,5	184	30,8	155	18,8	95	13,7	69	5,6	503

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santa Rita de Cássia, Paróquia de Santa Rita. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.64 – Casamentos na Paróquia de Santa Rita (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	10,1	52	1855	18,8	156
1841	11,5	75	1856	14,5	117
1842	10,4	71	1857	15,9	130
1843	8,6	50	1858 ⁴		131
1844 ¹		59	1859	15,2	132
1845	12,0	67	1860	13,0	138
1846	12,6	64	1861	16,6	173
1847	12,5	65	1862 ⁵		141
1848	10,8	61	1863 ⁵		141
1849	11,9	77	1864	11,6	116

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1850	12,1	78	1865	14,0	137
1851	11,8	88	1866	10,3	124
1852 ²		80	1867	11,7	123
1853	10,3	71	1868	12,4	131
1854 ³		114	1869	10,9	112

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santa Rita de Cássia, Paróquia de Santa Rita. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.65 – Profissões na Paróquia de Santa Rita

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	41	12	53	53
Militares	1.282	...	1.282	1.282
Empregados Públicos	200	3	203	203
Profissão Literária	113	4	117	117
Comerciantes	2.732	106	2.838	2.838
Capitalistas	5	3	8	8

cont.

conclusão

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Proprietários	63	32	95	95
Lavradores	7	1	8	8
Pescadores	64	...	64	64
Marítimos	674	...	674	65	...	65	739
Manufatura, Artes e							
Ofícios	4.490	153	4.643	578	23	601	5.244
Agências	130	49	179	1	13	14	193
Serviço Doméstico	209	3.665	3.874	634	1.160	1.794	5.668
Sem Profissão Conhecida	2.654	2.611	5.265	1.547	486	2.033	7.298

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatórios do Ministério dos Negócios do Império, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.66 – Batizados na Paróquia de São José Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	28,0	158	24,4	138	23,4	132	24,1	136	10,4	564
1841	28,8	147	28,4	145	21,0	107	21,6	110	9,5	509
1842	26,2	134	28,3	145	22,3	114	23,0	118	8,9	511
1843	28,4	165	26,0	151	20,8	121	24,5	142	9,9	579
1844 ¹		159		161		127		139		586
1845	25,8	153	28,6	170	22,4	133	23,1	137	10,7	593
1846	27,6	149	30,6	165	20,6	111	21,0	113	9,5	538
1847	27,2	154	24,4	138	25,3	143	23,1	131	10,1	566
1848	30,1	194	26,9	173	21,9	141	20,9	135	11,0	643
1849	25,2	168	26,9	179	26,7	178	21,0	140	10,5	665

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1850	28,4	195	26,5	182	25,5	175	19,5	134	11,7	686
1851	28,6	201	24,3	171	26,9	189	19,9	140	10,3	701
1852 ²		192		184		170		121		667
1853	29,0	183	31,2	197	23,9	151	16,0	101	9,6	632
1854 ³		178		172		129		100		584
1855	32,5	174	27,5	147	21,3	114	18,6	100	8,0	535
1856	31,5	171	45,9	249	11,8	64	10,7	58	8,8	542
1857	36,2	152	33,6	141	15,0	63	15,0	63	6,9	419
1858 ⁴		176		156		59		59		450
1859	41,7	201	35,5	171	11,4	55	11,2	54	8,1	481
1860	40,6	187	34,5	159	10,0	46	14,7	68	7,8	460
1861	43,5	203	35,4	165	11,8	55	9,2	43	7,7	466
1862 ⁵		208		164		45		46		463
1863 ⁵		208		164		45		46		463
1864	49,4	235	34,3	163	8,6	41	7,5	36	7,5	475
1865 ⁶		208		171		38		35		451
1866	42,2	181	42,0	180	8,1	35	7,4	32	7,1	428
1867	43,3	250	43,8	253	6,7	39	6,0	35	9,4	577
1868	40,6	221	43,9	239	7,5	41	7,9	43	8,6	544
1869	39,8	222	46,1	257	8,1	45	5,9	33	7,9	557

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

⁶ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1865 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São José, Paróquia de São José. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.67 – Óbitos na Paróquia de São José Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	35,2	90	41,1	105	10,9	28	12,5	32	3,7	255
1841	38,5	109	42,0	119	9,5	27	9,9	28	3,6	283
1842	40,3	131	39,3	128	7,3	24	12,9	42	4,4	325
1843	36,2	187	34,8	180	13,9	72	14,9	77	6,4	516
1844 ¹		165		153		64		64		446
1845	38,0	143	33,5	126	14,8	56	13,5	51	5,6	376
1846	34,9	143	34,9	143	16,8	69	13,2	54	5,4	409
1847	36,1	176	37,3	182	12,7	62	13,7	67	5,6	487
1848	40,9	198	34,1	165	12,8	62	12,0	58	5,3	483
1849	38,9	177	32,3	147	15,4	70	13,2	60	5,1	454

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São José, Paróquia de São José. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.68 – Casamentos na Paróquia de São José (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	11,8	61	1855	9,9	82
1841	8,3	54	1856	9,7	78
1842	12,3	84	1857	9,7	80
1843	14,5	84	1858 ⁴		84
1844 ¹		82	1859	10,3	89
1845	14,4	80	1860	6,5	96
1846	14,5	74	1861	8,7	91
1847	12,3	64	1862 ⁵		96
1848	11,5	65	1863 ⁵		96
1849	11,7	76	1864	9,8	98
1850	10,1	65	1865 ⁶		98

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1851	13,7	102	1866	7,2	87
1852 ²		94	1867	8,7	92
1853	12,5	86	1868	9,3	98
1854 ³		84	1869	8,9	91

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

⁶ Por falta de informações foi repetido o dado do ano anterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São José, Paróquia de São José. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.69 – Profissões na Paróquia de São José

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	78	117	195	195
Militares	630	...	630	630
Empregados Públicos	294	...	294	294
Profissão Literária	335	28	363	363
Comerciantes	2.362	131	2.493	1	3	4	2.497
Capitalistas	18	48	66	66

cont.

conclusão

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Proprietários	46	58	104	104
Lavradores	9	2	11	1	...	1	12
Pescadores	40	...	40	1	...	1	41
Marítimos	237	...	237	150	...	150	387
Manufatura, Artes e							
Ofícios	3.669	1.723	5.392	675	276	951	6.343
Agências	212	4	216	5	...	5	221
Serviço Doméstico	359	791	1.150	679	1.203	1.882	3.032
Sem Profissão Conhecida	1.946	3.780	5.726	152	167	319	6.045

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.70 – Batizados na Paróquia da Glória Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	23,6	53	27,6	62	24,5	55	24,1	54	4,1	224
1841	27,5	78	28,9	82	21,9	62	21,5	61	5,2	283
1842	23,5	79	24,4	82	25,8	87	26,1	88	5,9	336
1843	27,3	72	26,9	71	22,8	60	22,8	60	4,5	263
1844 ¹		60		62		60		62		244
1845	21,3	48	23,5	53	27,1	61	28,0	63	4,0	225
1846	22,4	53	22,4	53	25,8	61	29,2	69	4,1	236
1847	23,0	61	24,9	66	24,9	66	27,1	72	4,6	265
1848	23,1	67	25,2	73	23,1	67	28,3	82	4,9	289
1849	22,5	57	21,7	55	28,4	72	27,2	69	4,0	253

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1850	22,5	60	24,0	64	29,3	78	24,0	64	4,5	266
1851	30,0	91	25,0	75	23,3	70	21,3	64	4,4	300
1852 ²		106		75		72		60		313
1853	37,4	122	23,0	75	22,3	73	17,1	56	4,9	326
1854 ³		117		84		72		61		334
1855	32,6	112	27,4	94	20,6	71	19,2	66	5,1	343
1856	29,1	90	29,4	91	20,3	63	21,0	65	5,0	309
1857	34,5	123	24,7	88	23,8	85	16,8	60	5,8	356
1858 ⁴		133		111		74		58		376
1859	36,2	144	33,5	133	16,1	64	14,1	56	6,7	397
1860	39,7	135	34,1	116	14,7	50	11,4	39	5,8	340
1861	36,5	134	38,6	142	15,8	58	8,9	33	6,1	367
1862 ⁵		156		155		57		45		413
1863 ⁵		156		155		57		45		413
1864	35,7	160	14,7	168	14,7	66	11,8	53	7,1	447
1865	39,6	197	38,8	193	10,8	54	10,6	53	8,4	497
1866	39,2	178	36,7	167	8,8	40	15,1	69	7,5	454
1867	40,0	182	41,5	189	9,8	45	8,5	39	7,4	455
1868	44,7	195	34,6	151	9,4	41	11,2	49	6,9	436
1869	44,0	202	39,6	182	8,0	37	8,2	38	6,5	459

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Glória, Paróquia de Nossa Senhora da Glória. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.71 – Óbitos na Paróquia da Glória Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	31,2	40	33,5	43	20,3	26	14,8	19	1,8	128
1841	31,7	55	26,5	46	20,2	35	21,3	37	2,1	173
1842	31,6	55	28,7	50	20,6	36	18,9	33	2,3	174
1843	38,6	53	34,3	47	15,3	21	11,6	16	1,7	137
1844 ¹		44		48		20		19		131
1845	28,0	35	40,0	50	15,2	19	16,8	21	1,8	125
1846	32,6	45	34,0	47	13,0	18	20,2	28	1,8	138
1847	32,4	58	31,8	57	13,9	25	21,7	39	2,0	179
1848	30,6	54	35,2	62	15,9	28	18,1	32	1,9	176
1849	28,6	41	37,7	54	19,5	28	13,9	20	1,6	143

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Glória, Paróquia de Nossa Senhora da Glória. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.72 – Casamentos na Paróquia da Glória (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	3,8	20	1855	5,5	46
1841	4,3	28	1856	6,8	55
1842	3,6	25	1857	5,5	45
1843	4,1	24	1858 ⁴		53
1844 ¹		29	1859	7,0	61
1845	5,9	33	1860	7,0	75
1846	6,7	34	1861	7,4	78
1847	5,5	29	1862 ⁵		82
1848	4,0	23	1863 ⁵		82

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1849	4,0	26	1864	8,8	88
1850	4,8	31	1865	9,1	89
1851	4,1	31	1866	5,6	67
1852 ²		29	1867	6,9	73
1853	3,9	27	1868	8,4	89
1854 ³		36	1869	8,9	91

- ¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Glória, Paróquia de Nossa Senhora da Glória. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.73 – Profissões na Paróquia da Glória

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	24	...	24	24
Militares	1.296	...	1.296	1.296
Empregados Públicos	283	...	283	283
Profissão Literária	264	70	334	334

cont.

conclusão

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Comerciantes	1.330	60	1.390	1.390
Capitalistas	9	16	25	25
Proprietários	112	133	245	245
Lavradores	12	1	13	13
Pescadores	21	...	21	21
Marítimos	44	...	44	44
Manufatura, Artes e							
Ofícios	2.228	1.360	3.588	497	318	815	4.403
Agências	50	1	51	51
Serviço Doméstico	340	493	833	1.072	1.598	2.670	3.503
Sem Profissão Conhecida	2.204	4.427	6.631	230	131	361	6.992

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.74 — Batizados na Paróquia de Santo Antonio Segundo o Sexo e Condição (1855-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1855	32,6	63	26,9	52	19,1	37	21,2	41	2,8	193
1856	34,0	129	27,1	103	20,8	79	17,9	68	6,1	379
1857	29,5	116	31,8	125	19,3	76	19,3	76	6,4	393
1858 ¹		124		131		65		72		392
1859	34,0	133	34,7	136	13,8	54	17,3	68	6,6	391
1860	31,8	139	35,0	153	15,8	69	17,2	75	7,4	436
1861	36,5	146	36,5	146	14,0	56	12,7	51	6,6	399
1862 ²		157		165		63		59		444
1863 ²		157		165		63		59		444
1864	40,7	186	34,4	157	12,2	56	12,5	57	7,2	456
1865	32,5	158	41,7	203	15,0	73	10,6	52	8,2	486

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1866	42,6	198	35,1	163	11,6	54	10,5	49	7,7	464
1867	40,4	191	38,9	184	12,2	58	8,2	39	7,7	472
1868	46,6	227	36,7	179	9,8	48	6,7	33	7,7	487
1869	41,0	213	42,9	223	8,4	44	7,5	39	7,4	519

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santo Antonio dos Pobres, Paróquia de Santo Antonio. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.75 – Casamentos na Paróquia de Santo Antonio (1855-69)

ANOS	CASAMENTOS	
1855	2,7	22
1856	6,1	49
1857	8,0	65
1858 ¹		70
1859	8,6	74
1860	7,3	77
1861	8,1	84
1862 ²		86
1863 ²		86
1864	9,7	96
1865	9,0	88
1866	8,0	96
1867	8,4	88
1868	8,9	93
1869	7,7	79

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Santo Antonio dos Pobres, Paróquia de Santo Antonio. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.76 – Profissões na Paróquia de Santo Antonio

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	15	...	15	15
Militares	68	...	68	68
Empregados Públicos	353	3	356	356
Profissão Literária	398	25	423	423
Comerciantes	1.260	51	1.311	1.311
Capitalistas	17	22	39	39
Proprietários	65	49	114	114
Lavradores	8	2	10	10
Pescadores	3	...	3	3
Marítimos	8	...	8	8
Manufatura, Artes e							
Ofícios	2.267	1.264	3.531	377	205	582	4.113
Agências	795	19	814	232	37	269	1.083
Serviço Doméstico	171	690	861	618	1.037	1.655	2.516
Sem Profissão Conhecida	2.232	4.274	6.506	331	531	862	7.368

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.77 – Batizados na Paróquia de Engenho Velho Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	15,4	45	25,6	75	32,1	94	26,7	78	5,4	292
1841	20,4	71	18,1	63	31,1	108	30,2	105	6,4	347
1842	26,8	102	23,6	90	29,4	112	20,0	76	6,6	380
1843	21,7	83	20,4	78	32,0	122	25,7	98	6,5	381
1844 ¹		96		80		108		85		369
1845	30,3	108	22,7	81	26,6	95	20,2	72	6,4	356

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1846	21,5	74	26,1	90	27,6	95	24,7	85	6,1	344
1847	24,9	93	26,8	100	21,4	100	21,4	80	6,5	373
1848	24,9	101	24,6	100	27,9	113	22,4	91	6,9	405
1849	24,7	107	21,9	95	29,7	129	23,5	102	6,8	433
1850	22,8	106	22,1	103	33,1	154	21,7	101	7,9	464
1851	21,8	113	22,7	118	33,7	175	21,6	112	7,6	518
1852 ²		120		131		149		110		510
1853	25,4	128	28,4	143	21,7	122	31,4	109	7,5	502
1854 ³		142		147		113		96		498
1855	31,4	155	30,8	152	20,8	103	16,8	83	7,4	493
1856	30,9	144	27,4	128	24,0	112	17,5	82	7,6	466
1857	37,5	192	29,1	149	17,4	89	15,8	81	8,4	511
1858 ⁴		146		131		73		76		426
1859	29,3	100	33,1	113	17,0	58	20,5	70	5,7	341
1860	32,9	127	36,3	140	17,1	66	13,5	52	6,5	385
1861	33,9	139	40,2	165	12,4	51	13,4	55	6,8	410
1862 ⁵		139		148		61		58		406
1863 ⁵		139		148		61		58		406
1864	33,8	142	36,9	155	13,8	58	15,2	64		419
1865	34,9	149	30,7	131	16,1	69	13,8	59		408
1866	35,6	107	34,3	103	14,0	42	16,0	48	5,0	300
1867	37,0	113	41,6	127	9,8	30	11,4	35		305
1868	40,9	115	34,8	98	11,0	31	13,1	37	4,4	281
1869	38,0	114	43,0	129	12,0	36	7,0	21	4,3	300

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Francisco Xavier, Paróquia do Engenho Velho. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.78 – Óbitos na Paróquia de Engenho Velho Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	18,7	71	15,5	59	36,9	140	28,7	109	5,6	379
1841	20,1	88	15,1	66	41,0	179	23,6	103	5,5	436
1842	22,6	101	20,8	93	31,3	140	25,1	112	6,1	446
1843	21,8	106	25,1	122	28,1	137	24,8	121	6,1	486
1844 ¹		97		99		132		111		439
1845	30,1	88	26,0	76	43,4	127	34,5	101	4,3	392
1846	20,0	82	22,4	92	33,9	139	23,6	97	5,4	410
1847	21,2	120	23,7	134	28,4	161	26,5	150	6,5	565
1848	23,0	126	19,3	106	34,1	187	23,4	128	6,0	547
1849	26,0	128	22,6	111	30,7	151	20,5	101	5,5	491

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Francisco Xavier, Paróquia do Engenho Velho. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.79 – Casamentos na Paróquia de Engenho Velho (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	8,9	46	1855	7,3	61
1841	6,0	39	1856	8,3	67
1842	4,4	30	1857	7,4	61
1843	5,3	31	1858 ⁴		56
1844 ¹		36	1859	5,9	51
1845	7,4	41	1860	5,4	58
1846	8,6	44	1861	7,3	77
1847	6,1	32	1862 ⁵		71
1848	6,7	38	1863 ⁵		71
1849	7,1	46	1864	6,9	69
1850	7,8	50	1865	8,3	81

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1851	7,4	55	1866	5,6	68
1852 ²		53	1867	4,6	48
1853	7,5	52	1868	4,3	46
1854 ³		56	1869	4,9	50

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Francisco Xavier, Paróquia do Engenho Velho. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.80 – Profissões na Paróquia de Engenho Velho

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	14	...	14	14
Militares	171	...	171	171
Empregados Públicos	183	2	185	185
Profissão Literária	93	34	127	127
Comerciantes	407	18	425	425
Capitalistas	12	4	16	16
Proprietários	73	33	106	106
Lavradores	74	4	78	78

cont.

conclusão

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Pescadores
Marítimos	8	...	8	5	...	5	13
Manufatura, Artes e							
Ofícios	832	390	1.222	257	49	306	1.528
Agências	306	18	324	3	...	3	327
Serviço Doméstico	1.078	994	2.072	1.087	1.542	2.629	4.701
Sem Profissão Conhecida	1.841	2.800	4.641	462	401	863	5.504

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.81 — Batizados na Paróquia de São João Batista da Lagoa Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	27,9	31	24,3	27	23,4	26	24,3	27	2,0	111
1841	26,5	30	23,0	26	25,6	29	24,7	28	2,1	113
1842	23,8	31	26,1	34	20,7	27	29,2	38	2,2	130
1843	20,5	24	23,9	28	23,9	28	31,6	37	2,0	117
1844 ¹		20		23		25		26		94
1845	21,4	15	25,7	18	30,0	21	22,8	16	1,2	70
1846	18,7	18	28,1	27	30,2	29	22,9	22	1,7	96
1847	14,8	12	20,9	17	34,5	28	29,6	24	1,4	81
1848	13,4	7	15,3	8	32,6	17	38,4	20	0,8	52
1849	21,3	16	21,3	16	32,0	24	25,3	19	1,1	75
1850	25,3	40	31,0	49	17,7	28	25,9	41	2,7	158

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1851	27,6	39	29,0	41	21,9	31	21,2	30	2,0	141
1852 ²		39		39		29		29		136
1853	29,7	39	28,2	37	20,6	27	21,3	28	1,9	131
1854 ³		53		49		29		30		161
1855	35,2	67	31,5	60	23,6	31	16,8	32	2,8	190
1856	26,8	59	29,0	64	23,6	52	20,4	45	3,5	220
1857	28,8	64	30,1	67	20,2	45	20,7	46	3,6	222
1858 ⁴		73		55		50		46		224
1859	35,8	81	19,4	44	24,3	55	20,3	46	3,8	226
1860	34,0	80	37,8	89	12,7	30	15,3	36	4,0	235
1861	38,5	86	32,7	73	11,6	26	17,0	38	3,7	223
1862 ⁵		86		90		30		36		242
1863 ⁵		86		90		30		36		242
1864	33,0	87	40,6	107	12,1	32	14,0	37	4,2	263
1865	36,2	90	36,6	91	13,7	34	12,3	33	4,2	248
1866	38,2	102	38,9	104	10,4	28	12,3	33	4,4	267
1867	38,4	96	41,2	103	9,2	23	11,2	28	4,0	250
1868	36,4	91	37,2	93	11,6	29	14,8	37	3,9	250
1869	42,8	107	40,8	102	8,0	20	8,4	21	3,5	250

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São João Batista da Lagoa, Paróquia de São João Batista da Lagoa. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.82 — Óbitos na Paróquia de São João Batista da Lagoa Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	24,1	28	27,5	32	22,4	26	25,8	30	1,7	116
1841	19,2	20	30,7	32	22,1	23	27,8	29	1,3	104
1842	25,4	31	20,4	25	27,8	34	26,2	32	1,6	122
1843	32,3	44	16,1	22	25,7	35	25,7	35	1,7	136
1844 ¹		31		18		28		27		104
1845	25,0	18	18,0	13	29,1	21	27,7	20	1,0	72
1846	14,8	16	22,2	24	29,6	32	33,3	36	1,4	108
1847	18,8	17	12,2	11	42,2	38	26,6	24	1,0	90
1848	16,2	13	18,7	15	37,5	30	27,5	22	0,8	80
1849	16,0	12	18,6	14	37,3	28	28,0	21	0,8	75

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São João Batista da Lagoa, Paróquia de São João Batista da Lagoa. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.83 — Casamentos na Paróquia de São João Batista da Lagoa (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	0,7	4	1855	1,2	10
1841	2,7	18	1856	2,3	19
1842		—	1857	3,0	25
1843	0,6	4	1858 ⁴		28
1844 ¹		2	1859	3,7	32
1845		—	1860	3,4	37
1846	3,7	19	1861	3,9	41
1847	2,3	12	1862 ⁵		44
1848	2,1	12	1863 ⁵		44
1849	2,3	15	1864	4,0	40
1850	3,4	22	1865	5,8	57

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1851	2,6	20	1866	3,1	37
1852 ²		27	1867	3,6	38
1853	5,1	35	1868	3,5	37
1854 ³		22	1869	4,8	49

- ¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São João Batista da Lagoa, Paróquia de São João Batista da Lagoa. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.84 – Profissões na Paróquia de São João Batista da Lagoa

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	11	28	39	39
Militares	632	...	632	632
Empregados Públicos	127	1	128	128
Profissão Literária	141	48	189	189
Comerciantes	598	11	609	609
Capitalistas	7	12	19	19
Proprietários	61	48	109	109
Lavradores	126	11	137	35	18	53	190

cont.

conclusão

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Pescadores	83	...	83	10	...	10	93
Marítimos	13	...	13	13
Manufatura, Artes e							
Ofícios	873	310	1.183	129	65	194	1.377
Agências	66	...	66	66
Serviço Doméstico	727	1.988	2.715	874	960	1.834	4.549
Sem Profissão Conhecida	1.305	1.544	2.849	230	212	442	3.291

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.85 — Batizados na Paróquia do Espírito Santo Segundo o Sexo e Condição (1866-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1866	43,0	81	40,2	79	6,3	12	8,5	16	3,1	188
1867	41,7	107	43,7	112	7,8	20	6,6	17	4,3	256
1868	42,1	89	41,7	88	7,5	16	8,5	18	3,3	211
1869	45,2	124	37,5	103	9,4	26	7,6	21	3,9	274

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Espírito Santo, Paróquia do Espírito Santo. Arquivo. *Livros paroquiais.* [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.86 – Casamentos na Paróquia do Espírito Santo (1866-69)

ANOS	CASAMENTOS	
	1866	7,5
1867	3,4	36
1868	4,2	44
1869	3,7	38

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Espírito Santo, Paróquia do Espírito Santo. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.87 – Profissões na Paróquia do Espírito Santo

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	6	...	6	6
Militares	52	...	52	52
Empregados Públicos	323	1	324	324
Profissão Literária	212	8	220	220
Comerciantes	521	5	526	526
Capitalistas	1	3	4	4
Proprietários	73	32	105	105
Lavradores	33	1	34	4	...	4	38
Pescadores	4	...	4	3	...	3	7
Marítimos	57	...	57	5	...	5	62
Manufatura, Artes e							
Ofícios	2.113	589	2.702	295	96	391	3.093
Agências	74	1	75	13	1	14	89
Serviço Doméstico	515	2.462	2.977	389	682	1.071	4.048
Sem Profissão Conhecida	1.042	932	1.974	118	130	248	2.222

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.88 – Batizados na Paróquia da Candelária Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRÉS E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	20,1	64	17,9	57	35,8	114	26,1	83	5,9	318
1841	18,8	61	18,8	61	35,2	114	26,9	87	6,0	323
1842	15,0	53	19,3	68	36,6	129	28,9	102	6,1	352
1843	15,4	59	18,7	72	39,9	153	25,8	99	6,5	383
1844 ¹		57		66		156		98		377
1845	14,8	55	16,1	60	43,1	160	25,8	96	6,7	371
1846	21,6	77	16,8	60	39,3	140	22,1	79	6,3	356
1847	18,9	67	18,9	67	44,3	157	17,7	63	6,2	354
1848	17,4	66	19,3	73	39,4	149	23,8	90	6,5	378
1849	16,3	71	17,9	78	34,5	150	31,1	135	6,8	434
1850	10,8	4	27,0	10	40,5	15	21,6	8	0,6	37
1851	17,6	54	24,8	76	36,2	111	21,2	65	4,5	306
1852 ²		57		68		116		57		298
1853	20,6	60	20,6	60	41,9	122	16,8	49	4,3	291
1854 ³		61		55		112		51		279
1855	23,5	63	18,3	49	37,8	101	20,2	54	4,0	267
1856	26,9	63	24,7	58	26,4	62	21,7	51	3,8	234
1857	26,4	58	25,5	56	25,5	56	22,3	49	3,6	219
1858 ⁴		61		60		47		50		218
1859	28,8	63	29,3	64	17,8	39	23,8	52	3,6	218
1860	34,2	62	35,3	64	17,1	31	13,2	24	3,0	181
1861	31,6	63	37,1	74	15,5	31	15,5	31	3,3	199
1862 ⁵		63		69		31		27		190
1863 ⁵		63		69		31		27		190
1864	34,7	67	35,7	69	16,0	31	13,4	26	3,0	193
1865	32,4	61	36,7	69	15,9	30	14,8	28	3,1	188
1866 ⁶		70		72		25		22		189
1867 ⁶		70		72		25		22		189
1868	40,2	81	39,8	80	10,9	22	8,9	18	3,1	201
1869	39,4	69	41,1	72	9,7	17	9,7	17	2,5	175

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

- ³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.
- ⁶ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1866 e 1867 foi calculada a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.89 – Óbitos na Paróquia da Candelária Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	17,3	28	28,5	46	18,6	30	35,4	57	2,3	161
1841	20,7	43	32,3	67	19,3	40	27,5	57	2,6	207
1842	24,8	36	33,1	48	19,3	28	22,7	33	1,9	145
1843	22,7	38	34,7	58	16,1	27	26,3	44	2,1	167
1844 ¹		45		44		34		40		163
1845	32,2	51	18,9	30	25,3	40	23,4	37	2,3	158
1846	37,2	67	23,3	42	23,3	42	16,1	29	2,4	180
1847	36,4	58	18,8	30	28,9	46	15,7	25	1,8	159
1848	26,3	54	20,4	42	30,7	63	22,4	46	2,2	205
1849	35,9	60	23,3	39	25,1	42	15,5	26	1,8	167

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.90 – Casamentos na Paróquia da Candelária (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	5,6	29	1855	4,8	40
1841	4,0	26	1856	3,3	27
1842	5,7	39	1857	4,6	38
1843	5,1	30	1858 ⁴		40
1844 ¹		28	1859	4,8	42
1845	4,5	25	1860	3,5	38
1846	4,5	23	1861	4,1	43
1847	6,7	35	1862 ⁵		35
1848	5,1	29	1863 ⁵		35
1849	5,8	38	1864	2,5	25
1850	5,4	35	1865	3,6	36
1851	4,5	34	1866 ⁶		34
1852 ²		31	1867 ⁶		34
1853	4,0	28	1868	3,9	41
1854 ³		34	1869	3,4	35

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

⁶ Por falta de informações para os anos de 1866 e 1867 foi calculada a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.91 – Profissões na Paróquia da Candelária

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	4	...	4	4
Militares
Empregados Públicos	12	...	12	12
Profissão Literária	166	4	170	170
Comerciantes	4.488	24	4.512	4.512
Capitalistas	11	3	14	14
Proprietários	11	4	15	15
Lavradores	4	...	4	4
Pescadores
Marítimos	14	...	14	4	...	4	18
Manufatura, Artes e							
Ofícios	609	155	764	586	63	649	1.413
Agências	47	...	47	47
Serviço Doméstico	112	99	211	698	545	1.243	1.454
Sem Profissão Conhecida	442	919	1.361	152	63	215	1.576

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.92 – Batizados na Paróquia de São Cristóvão Segundo o Sexo e Condição (1859-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1859	39,3	91	36,3	84	13,4	31	10,9	25	3,9	231
1860	37,8	97	38,2	98	10,9	28	12,8	33	4,3	256
1861	36,5	91	41,3	103	12,8	32	9,2	23	4,1	249
1862 ¹		109		105		28		25		267
1863 ¹		109		105		28		25		267
1864	40,3	112	41,0	114	9,8	27	10,0	25	4,4	278

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1865	48,0	137	36,4	104	8,0	23	7,3	21	4,8	285
1866	40,2	118	43,6	128	7,8	23	8,1	24	4,8	293
1867	44,6	141	40,5	128	7,5	24	7,2	23	5,1	316
1868	47,9	142	37,8	112	6,7	20	7,4	22	4,6	296
1869	39,8	120	44,5	134	6,9	21	8,6	26	4,3	301

¹ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Cristovão, Paróquia de São Cristovão. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.93 – Casamentos na Paróquia de São Cristovão (1859-69)

ANOS	CASAMENTOS	
1859	4,8	41
1860	4,0	42
1861	5,2	54
1862 ¹		41
1863 ¹		41
1864	3,4	34
1865	3,4	33
1866	3,4	41
1867	4,4	46
1868	4,8	50
1869	3,2	33

¹ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Cristovão, Paróquia de São Cristovão. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.94 – Profissões na Paróquia de São Cristóvão

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	9	...	9	9
Militares	34	...	34	34
Empregados Públicos	164	3	167	167
Profissão Literária	107	...	107	107
Comerciantes	603	2	605	605
Capitalistas	3	...	3	3
Proprietários	75	50	125	125
Lavradores	50	2	52	6	...	6	58
Pescadores	143	...	143	10	...	10	153
Marítimos	30	...	30	4	...	4	34
Manufatura, Artes e							
Ofícios	800	13	813	131	1	132	945
Agências	404	67	471	35	5	40	511
Serviço Doméstico	86	1.211	1.297	574	845	1.419	2.716
Sem Profissão Conhecida	1.317	2.130	3.447	161	197	358	3.805

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.95 – Batizados na Santa Casa Segundo o Sexo e Condição (1840-57)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES		
1840	54,6	225	45,3	187	7,6	412
1841	52,0	220	47,9	203	7,9	423
1842	51,0	210	48,9	201	7,2	411
1843	50,8	220	49,1	213	7,4	433
1844 ¹		229		201		430
1845	55,9	239	44,0	188	7,7	427
1846	50,0	278	49,8	277	9,8	555

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL
	HOMENS	MULHE- RES	HOMENS	MULHE- RES	
1847	49,3	245	50,6	251	8,7 496
1848	50,5	240	49,4	235	8,1 475
1849	51,9	258	48,0	239	7,8 497
1850	53,9	282	46,0	241	8,9 523
1851	50,4	281	49,5	276	8,2 557
1852 ²		288		297	585
1853	48,0	295	51,9	319	9,2 614
1854 ³		276		282	558
1855	51,0	257	48,9	246	7,5 503
1856	51,4	269	48,5	254	8,5 523
1857	46,2	250	53,7	291	8,9 541

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. Arquivo. *Códices de batizados*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.96 – Óbitos na Santa Casa Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL
	HOMENS	MULHE- RES	HOMENS	MULHE- RES	
1840					42,9 2.909
1841 ¹	1.158	674	1.193	653	46,6 3.678
1842	1.179	444	1.130	526	44,9 3.279
1843 ²	1.142	559	1.119	527	42,0 3.347
1844 ³	1.077	474	1.012	477	3.040

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
1845 ⁴	1.013	390	906	427	41,0 2.736
1846 ⁵	1.069	416	1.095	474	40,8 3.054
1847 ⁶	1.127	421	1.483	567	41,8 3.598
1848 ⁷	1.168	445	1.819	670	45,2 4.102
1949 ⁸	1.693	710	1.526	658	51,5 4.587

¹ Apenas 2.244 mortos foram sepultados.

² Apenas 2.247 mortos foram sepultados.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Apenas 1.789 mortos foram sepultados.

⁵ Apenas 1.973 mortos foram sepultados.

⁶ Apenas 2.385 mortos foram sepultados.

⁷ Apenas 2.767 mortos foram sepultados.

⁸ Apenas 2.239 mortos foram sepultados.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. Arquivo. *Códices de óbitos*. [ms.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.97 – Casamentos na Santa Casa (1840-57)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	2,7	14	1849	0,3	2
1841	1,0	7	1850	1,2	8
1842	0,1	1	1851	0,9	7
1843	0,3	2	1852 ²		7
1844 ¹		4	1853	1,1	8
1845	1,2	7	1854 ³		7

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1846	0,7	4	1855	0,7	6
1847	1,5	8	1856	2,2	18
1848	0,1	1	1857	1,7	14

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. Arquivo. *Códices de casamentos*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.98 — Batizados na Capela Imperial Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	50,0	6	25,0	3	16,6	2	8,3	1	0,2	12
1841	14,2	1	85,7	6	—	—	—	—	0,1	7
1842	38,4	5	61,5	8	—	—	—	—	0,2	13
1843	60,0	6	40,0	4	—	—	—	—	0,1	10
1844 ¹	—	4	—	5	—	—	—	—	—	9
1845	22,2	2	66,6	6	—	—	11,1	1	0,1	9
1846	57,1	4	42,8	3	—	—	—	—	0,1	7
1847	75,0	3	25,0	1	—	—	—	—	—	4
1848	50,0	2	50,0	2	—	—	—	—	—	4
1849	100,0	2	—	—	—	—	—	—	—	2
1850	50,0	1	50,0	1	—	—	—	—	—	2
1851	100,0	2	—	—	—	—	—	—	—	2
1852 ²	—	1	—	1	—	—	—	—	—	2

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL
	HOMENS	MULHE- RES	HOMENS	MULHE- RES	
1853	—	—	100,0	2	— 2
1854	—	—	—	1	— 1
1855	—	—	—	—	— —
1856	100,0	4	—	—	— 4
1857	100,0	3	—	—	— 3
1858	—	1	—	—	— 1
1859	—	—	—	—	— —
1860	100,0	3	—	—	— 3
1861	100,0	1	—	—	— 1
1862 ³	—	1	—	—	— 2
1863 ³	—	1	—	—	— 2
1864	50,0	1	50,0	1	— 2
1865	66,6	2	33,3	1	— 3
1866	50,0	1	50,0	1	— 2
1867	100,0	4	—	—	— 4
1868	50,0	1	50,0	1	— 2
1869	66,6	2	33,3	1	— 3

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Curia Metropolitana. Arquivo da Capela Imperial. *Códices de batizados*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.99 — Óbitos na Capela Imperial Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL
	HOMENS	MULHE- RES	HOMENS	MULHE- RES	
1840	—	5	—	7	0,1 12
1841	35,7	5	42,8	6	0,1 11
1842	83,3	10	16,6	2	0,1 12

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL					
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES						
1843	66,6	10	33,3	5	—	—	0,1	15		
1844 ¹	—	12	—	4	—	—	—	16		
1845	82,3	14	17,6	3	—	—	0,2	17		
1846	81,8	9	18,1	2	—	—	0,1	11		
1847	52,9	9	23,5	4	17,6	3	5,8	1	0,1	17
1848	46,1	6	38,4	5	7,6	1	7,6	1	0,1	13
1849	57,1	4	42,8	3	—	—	—	—	0	7

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Curia Metropolitana. Arquivo da Capela Imperial. *Códices de óbitos*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.100 — Casamentos na Capela Imperial (1840-60)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	1,1	6	1851	0,4	3
1841	0,7	5	1852 ²		2
1842	0,5	4	1853	0,2	2
1843	1,2	7	1854 ³		1
1844 ¹		6	1855		—
1845	1,0	6	1856	0,4	1
1846	0,7	4	1857		—
1847	0,1	1	1858		—
1848	0,1	1	1859		—
1849	0,4	3	1860	0,1	2
1850	0,3	2			

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Curia Metropolitana. Arquivo da Capela Imperial. *Códices de casamentos*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.101 – Batizados na Paróquia de Campo Grande Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	26,6	89	29,3	98	23,9	80	20,0	67	6,2	334
1841	31,1	104	21,5	72	25,4	85	21,8	73	6,2	334
1842	29,3	112	22,2	85	26,1	100	22,2	85	6,7	382
1843	27,7	92	24,6	82	23,7	79	23,7	79	5,7	332
1844 ¹		82		74		77		61		294
1845	27,8	71	26,2	67	29,0	74	16,8	43	4,6	255
1846	27,8	71	26,2	67	29,0	74	16,8	43	4,5	255
1847	22,5	51	23,4	53	27,8	63	26,1	59	3,9	226
1848	30,6	62	28,7	58	18,3	37	22,2	45	3,4	202
1849	30,4	77	31,2	79	18,5	47	19,7	50	4,0	253
1850	36,5	105	25,0	72	19,1	55	19,1	55	4,9	287
1851	32,2	125	27,0	105	20,8	81	19,8	77	5,7	388
1852 ²		108		106		77		64		355
1853	28,5	92	32,9	106	22,6	73	15,8	51	4,8	322
1854 ³		103		112		77		68		360
1855	28,8	115	29,8	119	20,1	80	21,1	84	5,9	398
1856	38,7	106	30,4	105	21,4	74	17,3	60	5,6	345
1857	29,8	109	27,6	101	22,4	82	20,0	73	6,0	365
1858 ⁴		120		100		78		68		366
1859	35,5	130	27,0	99	20,2	74	16,9	63		366
1860	25,6	80	29,8	93	23,0	72	21,4	67	5,3	312
1861	21,5	83	23,5	91	14,7	57	14,2	55	6,4	286
1862 ⁵		87		93		60		55		295
1863 ⁵		87		93		60		55		295
1864	29,6	84	32,5	92	17,6	50	20,1	57	4,5	283
1865	34,3	103	31,6	95	20,3	61	13,6	41	5,1	300
1866	34,0	109	31,2	100	16,2	52	18,4	59	5,3	320
1867	36,4	131	34,8	125	12,2	44	16,4	59	5,8	359
1868	31,4	105	38,6	129	13,1	44	16,7	56	5,2	334
1869	36,5	134	31,8	117	17,9	66	13,6	50	5,2	367

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Desterro, Paróquia de Campo Grande. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.102 — Óbitos na Paróquia de Campo Grande Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	19,6	60	18,9	58	38,2	117	23,2	71	4,5	306
1841	24,7	76	23,7	73	27,3	84	24,1	74	3,8	307
1842	22,8	74	20,9	68	30,5	99	25,6	83	4,4	324
1843	21,7	64	24,4	72	32,8	95	21,4	63	3,6	294
1844 ¹		79		80		97		69		325
1845	26,1	93	24,7	88	27,8	99	21,3	76	4,8	356
1846 ²	26,1	93	24,7	88	27,8	99	21,3	76	4,8	356
1847	33,3	107	37,0	119	15,8	56	13,7	44	3,8	326
1848	22,7	55	22,7	55	28,0	68	26,4	64	2,6	242
1849	23,7	42	38,9	69	15,8	28	21,4	38	1,9	177

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de dados sobre os óbitos em 1846 foi repetida a informação de 1845.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Desterro, Paróquia de Campo Grande. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.103 — Casamentos na Paróquia de Campo Grande (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	7,1	37	1855	5,1	43
1841	6,0	39	1856	4,2	34
1842	6,7	46	1857	3,1	26
1843	7,9	46	1858 ⁴		27
1844 ¹		33	1859	3,3	29
1845	3,7	21	1860	3,1	33
1846	2,1	11	1861	3,4	36
1847	1,9	10	1862 ⁵		47
1848	6,9	39	1863 ⁵		47
1849	4,3	28	1864	2,9	29
1850	3,9	25	1865	9,5	93
1851	5,1	38	1866	6,2	75
1852 ²		40	1867	3,6	38
1853	6,1	42	1868	3,9	41
1854 ³		42	1869	1,6	17

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Desterro, Paróquia de Campo Grande. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

TABELA 3.104 – Profissões na Paróquia de Campo Grande

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	3	...	3	3
Militares	270	...	270	270
Empregados Públicos	4	...	4	4
Profissão Literária	3	...	3	3
Comerciantes	106	...	106	106
Capitalistas
Proprietários	32	3	35	35
Lavradores	1.578	1.943	3.521	1.031	1.009	2.040	5.561
Pescadores
Marítimos	1	...	1	1
Manufatura, Artes e							
Ofícios	102	12	114	24	...	24	138
Agências	3	...	3	3
Serviço Doméstico	291	485	776	129	152	281	1.057
Sem Profissão Conhecida	956	896	1.852	281	279	560	2.412

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatórios do Ministério dos Negócios do Império, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.105 – Batizados na Paróquia de Jacarepaguá Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	17,2	43	20,8	52	30,1	75	31,7	79	4,6	249
1841	27,2	78	25,8	74	28,3	81	18,5	53	5,3	286
1842	24,0	69	21,6	62	30,3	87	24,0	69	5,0	287
1843	22,2	74	16,3	61	32,5	108	26,8	89	5,7	332
1844 ¹		70		59		106		85		320

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1845	21,0	65	18,7	58	33,9	105	26,2	81	5,6	309
1846	23,9	61	18,0	46	25,4	65	32,5	83	4,5	255
1847	23,7	62	23,7	62	26,8	70	25,6	67	4,6	261
1848	20,2	50	27,1	67	27,1	67	25,5	63	4,2	247
1849	23,8	52	22,9	50	25,2	55	27,9	61	3,4	218
1850	29,2	72	28,0	69	23,1	57	19,5	48	4,2	246
1851	25,2	59	29,9	70	23,5	55	21,3	50	3,4	234
1852 ²		67		60		63		54		244
1853	29,4	75	20,0	51	27,8	71	22,7	58	3,8	255
1854 ³		63		45		64		54		226
1855	26,2	52	19,6	39	28,7	57	25,2	50	2,9	198
1856	23,6	61	25,9	61	25,9	67	26,7	69	4,2	258
1857	26,9	67	28,9	72	20,0	50	24,0	60	4,1	249
1858 ⁴		64		73		61		58		256
1859	23,0	61	27,9	74	26,7	71	21,1	56	4,4	262
1860	31,5	97	26,0	80	23,7	73	18,5	57	5,2	307
1861	26,2	70	25,0	67	24,7	66	23,9	64	4,4	267
1862 ⁵		77		78		65		53		273
1863 ⁵		77		78		65		53		273
1864	25,2	59	32,4	76	26,4	62	15,8	37	3,7	234
1865	24,6	81	31,8	90	20,8	59	18,7	53		283
1866	31,7	87	31,7	87	19,3	53	17,1	47	4,5	274
1867	23,7	65	27,7	76	15,6	43	13,1	36	3,5	220
1868	35,5	95	30,1	81	18,2	49	16,3	44	4,2	269
1869	30,9	81	36,2	95	15,6	41	17,1	45	3,7	262

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858, foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Loreto, Paróquia de Jacarepaguá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.106 — Óbitos na Paróquia de Jacarepaguá Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRÁVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	15,3	36	22,1	52	35,3	83	27,2	64	3,4	235
1841	24,3	66	15,1	41	30,9	84	29,5	80	3,4	271
1842	17,8	43	19,5	47	35,2	85	27,3	66	3,3	241
1843	21,4	50	15,0	35	37,7	88	25,7	60	2,9	233
1844 ¹		43		38		86		65		232
1845	15,5	36	18,1	42	36,2	84	30,1	70	3,4	232
1846	19,9	51	20,3	52	31,6	81	28,1	72	3,4	256
1847	21,8	57	19,9	52	35,2	92	22,9	60	3,0	261
1848	19,4	53	20,5	56	35,1	96	24,9	68	3,0	273
1849	24,8	48	16,0	31	30,0	58	29,0	56	2,1	193

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Loreto, Paróquia de Jacarepaguá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.107 — Casamentos na Paróquia de Jacarepaguá (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	3,8	20	1855	1,9	16
1841	4,0	26	1856	3,4	28
1842	5,4	37	1857	3,0	25
1843	5,8	34	1858 ⁴		20
1844 ¹		25	1859	1,8	16
1845	2,8	16	1860	2,1	23
1846	2,9	15	1861	1,0	11
1847	3,8	20	1862 ⁵		24
1848	3,0	17	1863 ⁵		24
1849	2,4	16	1864	1,9	19
1850	4,9	32	1865	4,4	43

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1851	3,5	26	1866	2,1	26
1852 ²		30	1867	3,1	33
1853	5,1	35	1868	1,7	18
1854 ³		25	1869	2,7	28

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora do Loreto, Paróquia de Jacarepaguá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.108 – Profissões na Paróquia de Jacarepaguá

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	3	...	3	3
Militares
Empregados Públicos	7	...	7	7
Profissão Literária	1	...	1	1
Comerciantes	44	1	45	45
Capitalistas
Proprietários	5	...	5	5
Lavradores	609	191	800	800

cont.

conclusão

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Pescadores	20	...	20	20
Marítimos
Manufatura, Artes e							
Ofícios	161	67	228	228
Agências	34	...	34	4	...	4	38
Serviço Doméstico	66	670	736	199	389	588	1.324
Sem Profissão Conhecida	1.354	1.386	2.740	1.325	1.097	2.422	5.162

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatórios do Ministério dos Negócios do Império, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.109 – Batizados na Paróquia de Inhaúma Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	25,0	22	18,1	16	22,7	20	34,0	30	1,6	88
1841	22,7	15	33,3	22	28,7	19	15,1	10	1,2	66
1842	19,6	26	21,9	29	28,0	37	30,3	40	2,3	132
1843	16,9	22	23,0	30	33,0	43	26,9	35	2,2	130
1844 ¹		21		27		34		25		107
1845	23,5	20	27,0	23	30,5	26	18,8	16	1,5	85
1846	19,5	18	20,6	19	33,6	31	26,0	24	1,6	92
1847	27,2	27	23,2	23	24,2	24	25,2	25	1,7	99
1848	20,8	24	13,9	16	38,2	44	26,9	31	1,9	115
1849	22,0	22	24,0	24	25,0	25	29,0	29	1,5	100
1850	24,7	25	30,6	31	22,7	23	21,7	22	1,7	101
1851	33,3	37	17,1	19	24,3	27	25,2	28	1,6	111
1852 ²		42		30		23		26		121
1853	35,6	47	30,3	40	15,1	20	18,9	25	1,9	132
1854 ³		38		37		23		26		124

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1855	23,9	28	29,0	34	23,0	27	23,9	28	1,7	117
1856	33,3	30	27,7	25	26,6	24	12,2	11	1,4	90
1857	27,5	27	34,6	34	23,4	23	14,2	14	1,6	98
1858 ⁴		36		37		22		21		116
1859	34,0	46	28,8	39	16,2	22	20,7	28	2,2	135
1860	40,7	42	33,9	35	13,5	14	11,6	12	1,7	103
1861	33,3	37	32,4	36	19,8	22	14,4	16	1,8	111
1862 ⁵		44		45		16		13		118
1863 ⁵		44		45		16		13		118
1864	37,1	49	43,9	58	10,6	14	8,3	11	2,1	132
1865 ⁶		47		52		13		13		125
1866	37,2	44	39,8	47	10,1	12	12,7	15	1,9	118
1867	43,9	62	40,4	57	9,2	13	6,3	9	2,3	141
1868	37,5	56	42,9	64	8,0	12	11,4	17	2,3	149
1869	39,6	48	40,4	49	9,0	11	10,7	13	1,7	121

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

⁶ Por falta de informações homogêneas calculamos a média dos anos imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Tiago, Paróquia de Inhaúma. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

TABELA 3.110 – Óbitos na Paróquia de Inhaúma Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	24,0	13	20,3	11	22,2	12	33,3	18	0,7	54
1841	23,8	10	28,6	12	28,6	12	19,0	8	0,5	42
1842	27,6	13	12,7	6	31,9	15	27,6	13	0,6	47
1843	10,8	14	16,2	21	34,8	45	37,9	49	1,6	129
1844 ¹		17		19		39		37		112
1845	20,0	19	17,8	17	34,7	33	27,3	26	1,4	95
1846	19,8	25	20,6	26	39,6	50	19,8	25	1,6	126
1847	23,0	15	29,2	19	32,3	21	15,3	10	0,7	65
1848	20,0	19	17,8	17	37,8	36	24,2	23	1,0	95
1849	25,2	28	13,5	15	32,4	36	28,8	32	1,2	111

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Tiago, Paróquia de Inhaúma. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.111 – Casamentos na Paróquia de Inhaúma (1840-69)

ÂNOS	CASAMENTOS		ÂNOS	CASAMENTOS	
1840	0,9	5	1855	1,4	12
1841	0,7	5	1856	1,6	14
1842	1,9	13	1857	1,2	10
1843	1,3	8	1858 ⁴		9
1844 ¹		8	1859	1,0	9
1845	1,6	9	1860	2,2	24
1846	0,5	3	1861	1,7	18
1847	1,9	10	1862 ⁵		24
1848	2,1	12	1863 ⁵		24
1849	1,2	8	1864	2,7	27
1850	1,7	11	1865 ⁶		27
1851	1,6	12	1866	2,2	27
1852 ²		10	1867	2,1	23
1853	1,1	8	1868	2,2	24
1854 ³		10	1869	3,1	32

- ¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.
- ⁶ Por falta de informações para o ano de 1865 foi repetido o dado do ano anterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Tiago, Paróquia de Inhaúma. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.112 – Profissões na Paróquia de Inhaúma

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	3	5	8	8
Militares	1.827	...	1.827	1.827
Empregados Públicos	51	1	52	52
Profissão Literária	18	...	18	18
Comerciantes	135	12	147	147
Capitalistas	1	...	1	1
Proprietários	43	31	74	74
Lavradores	677	58	735	407	58	465	1.200
Pescadores	64	...	64	15	...	15	79
Marítimos	13	...	13	13
Manufatura, Artes e							
Ofícios	295	14	309	6	...	6	315
Agências	15	...	15	15
Serviço Doméstico	263	1.246	1.509	92	377	469	1.978
Sem Profissão Conhecida	694	534	1.228	89	146	235	1.463

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.113 — Batizados na Paróquia de Guaratiba Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	27,7	86	28,0	87	20,9	65	23,2	72	5,7	310
1841	28,3	63	30,1	67	20,2	45	21,1	47	4,1	222
1842	27,1	67	21,0	52	29,9	74	21,8	54	4,3	247
1843	27,5	68	29,9	74	22,2	55	20,2	50	4,2	247
1844 ¹		72		72		53		53		250
1845	29,7	75	28,1	71	19,8	50	22,2	56	4,5	252
1846	33,2	87	29,7	78	15,6	41	21,3	56	4,6	262
1847	36,4	83	28,5	65	16,2	37	18,8	43	4,0	228
1848	33,0	75	29,5	67	22,4	51	14,9	34	3,9	227
1849	34,8	109	29,7	93	18,8	59	16,6	52	4,9	313
1850	28,9	66	30,2	69	21,4	49	19,2	44	3,9	228
1851	34,5	102	32,5	96	17,6	52	15,2	45	4,3	295
1852 ²		102		91		49		42		284
1853	37,3	102	31,5	86	16,4	45	14,6	40	4,1	273
1854 ³		112		97		38		42		289
1855	40,0	122	35,0	107	10,1	31	14,7	45	4,5	305
1856	29,7	64	33,0	71	15,3	33	21,8	47	3,5	215
1857	35,4	72	33,9	69	16,2	33	14,2	29	3,5	203
1858 ⁴		80		77		40		39		236
1859	32,4	87	31,3	84	17,5	47	18,6	50	4,5	268
1860	39,1	76	31,4	61	14,9	29	14,4	28	3,3	194
1861	39,9	109	29,6	81	13,9	38	16,4	45	4,5	273
1862 ⁵		93		83		36		34		246
1863 ⁵		93		83		36		34		246
1864	30,6	75	38,7	95	16,7	41	13,8	34	3,9	245
1865	41,6	113	35,0	95	12,5	34	10,7	29	4,6	271
1866	35,5	96	32,2	87	17,4	47	14,8	40	4,5	270
1867	43,1	111	28,7	74	12,4	32	15,5	40	4,1	257
1868	41,1	116	30,4	86	13,4	38	14,8	42	4,4	282
1869	38,9	108	35,0	97	7,5	21	18,4	51	3,9	277

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

- ³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Salvador do Mundo, Paróquia de Guaratiba. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.114 – Óbitos na Paróquia de Guaratiba Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	30,9	53	20,4	35	26,3	45	22,2	38	2,5	171
1841	25,1	51	27,0	55	26,6	54	21,1	43	2,5	203
1842	24,2	52	21,4	46	26,1	56	28,0	60	2,9	214
1843	28,5	57	28,0	56	23,5	47	20,0	40	2,5	200
1844 ¹		61		58		51		44		214
1845	28,6	65	25,9	59	23,7	54	21,5	49	3,4	227
1846	27,3	56	28,2	58	25,8	53	18,5	38	2,7	205
1847	26,1	71	32,8	89	23,2	63	17,7	48	3,1	271
1848	25,8	53	22,7	47	31,8	66	19,8	41	2,2	207
1849	25,9	53	26,4	54	25,9	53	21,5	44	2,2	204

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Salvador do Mundo, Paróquia de Guaratiba. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.115 – Casamentos na Paróquia de Guaratiba (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	5,6	29	1855	3,0	25
1841	4,9	32	1856	3,1	25
1842	6,1	42	1857	2,4	20
1843	3,6	20	1858 ⁴		17
1844 ¹		18	1859		15
1845	2,8	16	1860	1,7	25
1846	3,1	16	1861	2,2	23
1847	2,3	12	1862 ⁵		37
1848	3,7	21	1863 ⁵		37
1849	4,4	29	1864	2,4	24
1850	5,3	34	1865	7,6	75
1851	3,1	23	1866	3,0	47
1852 ²		17	1867	4,7	50
1853	1,7	12	1868	2,4	26
1854 ³		18	1869	2,5	26

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de São Salvador do Mundo, Paróquia de Guaratiba. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

TABELA 3.116 – Profissões na Paróquia de Guaratiba

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	1	...	1	1
Militares	2	...	2	2
Empregados Públicos	6	2	8	8
Profissão Literária	2	...	2	2
Comerciantes	59	...	59	59
Capitalistas
Proprietários	27	5	32	32
Lavradores	1.337	1.379	2.716	530	548	1.078	3.794
Pescadores	151	...	151	13	...	13	164
Marítimos	16	...	16	2	...	2	18
Manufatura, Artes e							
Ofícios	96	440	536	26	16	42	578
Agentes	4	6	10	10
Serviço Doméstico	102	198	300	94	161	255	555
Sem Profissão Conhecida	671	581	1.252	218	225	443	1695

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.117 – Batizados na Paróquia de Irajá Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	13,2	21	11,3	18	46,8	74	28,4	45	2,9	158
1841	27,2	30	18,1	20	22,7	25	31,8	35	2,0	110
1842	16,8	25	20,2	30	41,8	62	20,9	31	2,6	148
1843	30,1	35	21,5	25	27,5	32	20,6	24	1,9	116
1844 ¹		35		26		28		23		112

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1845	31,7	34	24,2	26	23,3	25	20,5	22	1,9	107
1846	34,5	38	30,9	34	20,0	22	14,5	16	1,9	110
1847	27,1	29	28,9	31	24,2	26	19,6	21	1,8	107
1848	23,0	26	24,7	28	28,3	32	23,8	27	1,9	113
1849	30,1	44	26,0	38	22,6	33	21,2	31	2,3	146
1850	26,5	34	32,8	42	17,9	23	22,6	29	2,2	128
1851	23,5	33	23,5	33	29,2	41	23,5	33	2,0	140
1852 ²		28		36		37		33		133
1853	18,2	23	30,1	38	25,3	32	26,1	33	1,8	126
1854 ³		22		36		29		27		143
1855	12,5	20	21,2	34	15,6	25	13,1	21	2,4	100
1856	16,7	24	30,0	43	23,0	33	30,0	43	2,3	143
1857	27,5	32	29,3	34	17,2	20	25,8	30	1,9	116
1858 ⁴		39		36		34		27		135
1859	29,2	45	24,6	38	31,1	48	14,5	23	2,6	154
1860	31,0	23	25,6	19	17,5	13	25,6	19	1,2	74
1861	21,1	63	25,6	76	24,1	72	29,1	87	4,9	298
1862 ⁵		62		67		65		67		261
1863 ⁵		62		67		65		67		261
1864	22,5	68	23,8	72	27,4	83		79	4,8	302
1865	25,4	94	27,2	101	29,8	92	22,4	83	6,2	370
1866	25,3	69	26,4	72	22,7	62	25,3	69	4,5	272
1867	22,9	55	23,5	50	22,9	55	24,5	52	3,4	212
1868	28,3	72	25,1	64	20,8	53	25,5	65	4,0	254
1869	26,9	62	25,2	58	22,1	51	25,6	59	3,2	230

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Paróquia de Irajá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.118 – Óbitos na Paróquia de Irajá Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	27,1	38	17,8	25	34,2	48	20,7	29	2,0	140
1841	26,9	41	23,6	36	26,3	40	23,0	35	1,9	152
1842	24,2	25	28,1	29	26,2	27	21,3	22	1,4	103
1843	29,2	24	26,8	22	28,0	23	15,8	13	1,0	82
1844 ¹		29		31		22		14		96
1845	30,2	33	35,7	39	20,1	22	13,7	15	1,6	109
1846	26,6	24	27,7	25	28,8	26	16,6	15	1,2	90
1847	27,4	34	27,4	34	28,2	35	16,9	21	1,4	124
1848	19,3	28	24,8	36	35,1	51	20,6	30	1,6	145
1849	29,7	36	23,1	28	34,7	42	12,3	15	1,3	121

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Paróquia de Irajá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.119 – Casamentos na Paróquia de Irajá (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	2,5	13	1855	1,4	12
1841	1,3	9	1856	1,4	12
1842	2,3	16	1857	1,4	12
1843	1,3	8	1858 ⁴		16
1844 ¹		8	1859	2,3	20
1845	1,2	7	1860	0,6	7
1846	0,1	1	1861	1,1	12
1847	0,9	5	1862 ⁵		32
1848	1,0	6	1863 ⁵		32
1849	2,0	13	1864	3,1	31
1850	1,2	8	1865	7,8	77

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1851	1,3	10	1866	5,0	60
1852 ²		13	1867	2,7	29
1853	2,3	16	1868	4,0	43
1854 ³		14	1869	3,0	31

- ¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Paróquia de Irajá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.120 – Profissões na Paróquia de Irajá

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	2	...	2	2
Militares	11	...	11	11
Empregados Públicos	49	...	49	49
Profissão Literária	11	4	15	15
Comerciantes	79	...	79	79
Capitalistas	2	...	2	2

cont.

conclusão

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Proprietários	21	10	31	31
Lavradores	490	75	565	565
Pescadores	35	...	35	35
Marítimos
Manufatura, Artes e							
Ofícios	374	36	410	58	4	62	472
Agências	61	...	61	61
Serviço Doméstico	236	607	843	632	550	1.182	2.025
Sem Profissão Conhecida	803	1.129	1.932	252	215	467	2.399

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.121 – Batizados na Paróquia de Santa Cruz Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	17,0	23	12,5	17	33,3	45	37,0	50	2,5	135
1841	14,9	19	11,0	14	39,3	50	34,6	44	2,3	127
1842	15,1	22	17,2	25	28,9	42	38,6	56	2,5	145
1843	17,9	28	12,8	20	31,4	49	37,8	59	2,6	156
1844 ¹		26		22		42		53		143
1845	17,8	23	18,6	24	27,9	36	35,6	46	2,3	129
1846	18,9	30	18,3	29	32,9	52	29,7	47	2,8	158
1847	19,8	25	15,8	20	29,3	37	34,9	44	2,2	126
1848	20,2	29	13,9	20	31,4	45	34,2	49	2,4	143
1849	19,5	29	14,8	22	40,5	60	25,0	37	2,3	148

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1850	22,0	35	12,1	19	26,7	42	38,8	61	2,6	157
1851	19,7	32	16,0	26	30,2	49	33,9	55	2,3	162
1852 ²		28		24		50		44		146
1853	18,4	24	17,6	23	38,4	50	25,5	33	1,9	130
1854 ³		26		30		51		44		151
1855	15,7	27	21,0	36	30,9	53	32,1	55	2,5	171
1856	13,2	19	20,2	29	30,7	44	22,3	32		124
1857	17,3	27	19,8	31	32,0	50	30,7	48	2,5	156
1858 ⁴		28		24		49		47		148
1859	20,7	29	12,1	17	34,2	48	32,8	46	2,3	140
1860	23,6	30	21,4	27	26,9	34	27,7	35	2,1	126
1861	26,3	24	24,1	22	21,9	20	27,4	25	1,5	91
1862 ⁵		28		25		26		31		110
1863 ⁵		28		25		26		31		110
1864	33,3	37	18,0	20	19,8	22	28,8	32	1,7	111
1865	18,5	21	27,4	31	23,8	27	30,0	34	1,9	113
1866	29,3	34	21,6	25	19,8	23	29,3	34	1,9	116
1867	30,7	32	33,6	35	15,3	16	20,1	21	1,6	104
1868	30,0	27	23,3	21	23,3	21	23,3	21	1,4	90
1869	21,1	15	23,9	17	33,8	24	21,1	15	1,0	71

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Paróquia de Santa Cruz. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

TABELA 3.122 – Óbitos na Paróquia de Santa Cruz Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	9,2	10	5,5	6	46,2	50	38,8	42	1,5	108
1841	15,6	15	13,5	13	40,6	39	30,2	29	1,2	96
1842	20,0	13	15,3	10	38,4	25	26,1	17	0,8	65
1843	19,2	15	17,9	14	35,8	28	26,9	21	0,9	78
1844 ¹		15		15		33		24		87
1845	14,7	14	15,7	15	40,0	38	29,4	28	1,4	95
1846	29,8	26	8,0	7	29,8	26	32,1	28	1,1	87
1847	26,0	37	23,2	33	22,5	32	28,1	40	1,6	142
1848	29,7	22	9,4	7	24,3	18	36,4	27	0,8	74
1849	11,9	8	8,9	6	40,2	27	38,8	26	0,7	67

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Paróquia de Santa Cruz. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.123 – Casamentos na Paróquia de Santa Cruz (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	2,5	13	1855	0,8	7
1841	3,5	23	1856	0,7	6
1842	4,5	31	1857	1,5	13
1843	2,4	14	1858 ⁴		10
1844 ¹		11	1859	0,8	7
1845	1,4	8	1860	7,2	7
1846	0,5	3	1861	1,1	12
1847	3,0	16	1862 ⁵		16
1848	1,9	11	1863 ⁵		16
1849	2,4	16	1864	1,8	18

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1850	3,2	21	1865	2,1	26
1851	2,1	16	1866	2,2	27
1852 ²		16	1867	0,6	7
1853	2,3	16	1868	0,7	8
1854 ³		12	1869	0,6	7

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Paróquia de Santa Cruz. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.124 – Profissões na Paróquia de Santa Cruz

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	1	...	1	1
Militares	1	...	1	1
Empregados Públicos	8	...	8	8
Profissão Literária	3	...	3	3
Comerciantes	40	4	44	44
Capitalistas
Proprietários	...	2	2	2

cont.

conclusão

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Lavradores	201	291	492	172	392	564	1.056
Pescadores	58	...	58	12	...	12	70
Marítimos	1	...	1	1
Manufatura, Artes e Ofícios	31	2	33	33
Agências	9	28	37	37
Serviço Doméstico	1	...	1	456	666	1.122	1.123
Sem Profissão Conhecida	365	482	847	101	118	219	1.066

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.125 — Batizados na Paróquia da Ilha do Governador Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	36,7	25	41,1	28	13,2	9	8,8	6	1,2	68
1841	41,1	35	27,0	23	20,0	17	11,7	10	1,5	85
1842	40,0	30	36,0	27	10,6	8	13,3	10	1,3	75
1843	13,3	26	44,0	22	37,2	2	15,2	9	1,0	59
1844 ¹		24		23		7		13		67
1845	29,3	22	30,6	23	16,0	12	24,0	18	1,3	75
1846	34,6	26	33,3	25	20,0	15	12,0	9	1,3	75
1847	24,2	17	41,4	29	11,4	8	22,8	16	1,2	70
1848	39,7	29	28,7	21	12,3	9	19,1	14	1,2	73
1849	44,1	34	36,3	28	10,3	8	9,0	7	1,2	77
1850	53,6	51	27,3	26	10,5	10	8,4	8	1,6	95
1851	39,7	37	30,1	28	19,3	18	10,7	10	1,3	93
1852 ²		38		31		15		12		96

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1853	40,8	40	33,6	33	12,2	12	13,2	13	1,4	98
1854 ³		38		29		15		10		92
1855	40,6	35	30,2	26	20,9	18	8,1	7	1,2	86
1856	32,8	22	35,8	24	16,4	11	14,9	10	1,0	67
1857	27,4	17	54,8	34	6,4	4	11,2	7	1,0	62
1858 ⁴		25		34		7		6		72
1859	39,5	32	41,9	34	11,1	9	7,4	6	1,3	81
1860	54,8	51	45,1	42		—		—	1,5	93
1861	30,7	28	41,7	38	12,0	11	15,3	14	1,5	91
1862 ⁵		37		36		9		7		89
1863 ⁵		37		36		9		7		89
1864	44,0	33	40,0	30	10,6	8	5,3	4	1,1	75
1865	44,8	35	41,0	32	11,5	9	2,5	2	1,3	78
1866 ⁶		35		32		9		2		78
1867 ⁷		39		37		6		4		86
1868 ⁸		43		41		2		7		93
1869	46,2	43	44,0	41	2,1	2	7,5	7	1,3	93

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

⁶ Por falta de informações para o ano de 1866 repetimos o dado do ano anterior.

⁷ Por falta de informações para o ano de 1867 calculamos a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁸ Por falta de informações para o ano de 1868 repetimos o dado do ano posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, Paróquia da Ilha do Governador. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.126 – Óbitos na Paróquia da Ilha do Governador Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	30,7	20	15,3	10	33,8	22	20,0	13	0,9	65
1841	40,3	21	26,9	14	28,8	15	3,6	2	0,6	52
1842	28,1	18	25,0	16	34,3	22	12,5	8	0,8	64
1843	33,3	21	15,8	10	31,7	20	19,0	12	0,7	63
1844 ¹		32		20		23		8		83
1845	43,1	44	28,4	29	24,5	25	3,9	4	1,5	102
1846	27,1	22	33,3	27	32,0	26	7,4	6	1,0	81
1847	32,7	19	27,5	16	31,0	18	8,6	5	0,6	58
1848	22,5	16	29,5	21	29,5	21	18,3	13	0,7	71
1849	26,0	12	17,3	8	45,6	21	10,8	5	0,5	46

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, Paróquia da Ilha do Governador. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.127 – Casamentos na Paróquia da Ilha do Governador (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	0,9	5	1855	1,8	15
1841	2,1	14	1856	1,3	11
1842	1,1	8	1857	0,6	5
1843	1,8	11	1858 ⁴		7
1844 ¹		7	1859	1,0	9
1845	0,5	3	1860	1,2	13
1846	0,1	1	1861	0,6	7
1847	2,1	11	1862 ⁵		13
1848	1,9	11	1863 ⁵		13
1849	1,3	9	1864	1,7	17

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1850	1,7	11	1865	1,5	15
1851	2,0	15	1866 ⁶		15
1852 ²		14	1867 ⁷		13
1853	1,8	13	1868 ⁸		11
1854 ³		14	1869	1,0	11

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

⁶ Por falta de informações para o ano de 1866 repetiu-se o dado do ano anterior.

⁷ Por falta de informações para o ano de 1867 calculou-se a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁸ Por falta de informações para o ano de 1868 repetiu-se o dado do ano posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, Paróquia da Ilha do Governador. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.]

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.128 – Profissões na Paróquia da Ilha do Governador

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	1	...	1	1
Militares

cont.

conclusão

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Empregados Públicos	6	1	7	7
Profissão Literária	1	...	1	1
Comerciantes	59	...	59	59
Capitalistas
Proprietários	4	4	8	8
Lavradores	55	4	59	23	34	57	116
Pescadores	406	...	406	94	...	94	500
Marítimos	7	...	7	136	...	136	143
Manufatura, Artes e Ofícios	56	...	56	13	15	28	84
Agências	1	...	1	15	...	15	16
Serviço Doméstico	26	589	615	67	171	238	853
Sem Profissão Conhecida	362	335	697	64	45	109	806

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.129 – Batizados na Paróquia da Ilha de Paquetá Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL					
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES						
1840	20,8	10	18,7	9	37,5	18	22,9	11	0,8	48
1841	31,1	19	19,6	12	31,1	19	18,0	11	1,1	61
1842	24,4	11	28,8	13	28,8	13	17,7	8	0,7	45
1843	27,7	15	35,1	19	22,2	12	14,8	8	0,9	54
1844 ¹		15		16		9		7		47
1845	36,5	15	31,7	13	14,6	6	17,0	7	0,7	41
1846	46,5	17	25,6	10	10,2	4	20,5	8	0,6	39

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHE-RES		HOMENS		MULHE-RES			
1847	40,0	16	32,5	13	10,0	4	17,5	7	0,7	40
1848	16,2	7	32,5	14	39,5	17	11,6	5	0,7	43
1849	24,4	11	33,3	15	15,5	7	26,6	12	0,7	45
1850	34,7	16	21,7	10	13,0	6	30,4	14	0,7	46
1851	28,2	13	34,7	16	19,5	9	17,3	8	0,6	46
1852 ²		13		14		10		7		44
1853	31,7	13	29,2	12	26,8	11	12,1	5	0,6	41
1854 ³		14		12		8		4		38
1855	17,4	15	13,9	12	5,8	5	4,6	4	1,2	36
1856	41,6	15	25,0	9	11,1	4	22,2	8	0,5	36
1857	35,8	14	48,7	19	10,2	4	5,1	2	0,6	39
1858 ⁴		13		13		6		3		35
1859	36,6	11	23,3	7	23,3	7	32,4	5	0,5	30
1860	32,4	12	24,3	9	29,7	11	13,5	5	0,6	37
1861	31,2	15	43,7	21	12,5	6	12,5	6	0,8	48
1862 ⁵		14		16		7		4		41
1863 ⁵		14		16		7		4		41
1864	38,8	21	38,8	21	11,1	6	11,1	6	0,8	54
1865	30,7	8	50,0	13	11,5	3	7,6	2	0,4	26
1866	44,8	22	36,7	18	34,6	6	6,1	3	0,8	49
1867	50,0	19	39,4	15	7,8	3	2,6	1	0,6	38
1868	28,9	11	57,8	22	5,2	2	7,8	3	0,6	38
1869	44,8	13	37,9	11	3,4	1	13,7	4	0,4	29

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Senhor Bom Jesus do Monte, Paróquia da Ilha de Paquetá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.130 – Óbitos na Paróquia da Ilha de Paquetá Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS				ESCRAVOS				TOTAL	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES			
1840	7,8	3	15,7	6	47,3	18	28,9	11	0,5	38
1841	12,0	7	17,2	10	50,0	29	20,6	12	0,7	58
1842	33,3	11	15,1	5	33,3	11	18,1	6	0,4	33
1843	24,4	12	24,4	12	40,8	20	10,2	5	0,6	49
1844 ¹		13		13		17		11		54
1845	22,4	13	22,4	13	24,1	14	31,0	18	0,8	58
1846	21,4	12	19,6	11	50,0	28	8,9	5	0,7	56
1847	9,2	5	25,9	14	44,4	24	20,3	11	0,6	54
1848	9,3	6	15,6	10	51,5	33	23,4	15	0,7	64
1849	12,1	8	13,6	9	57,5	38	16,6	11	0,7	66

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Senhor Bom Jesus do Monte, Paróquia da Ilha de Paquetá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.131 – Casamentos na Paróquia da Ilha de Paquetá (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1840	0,5	3	1855	0,8	7
1841	0,1	1	1856	0,1	1
1842	1,0	7	1857	—	—
1843	0,5	3	1858 ⁴		1
1844 ¹		5	1859	0,1	1
1845	1,0	6	1860	1,1	12
1846	0,3	2	1861	0,6	7
1847	0,5	3	1862 ⁵		8
1848	0,0	—	1863 ⁵		8
1849	0,3	2	1864	0,4	4

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS		ANOS	CASAMENTOS	
1850	1,0	7	1865	0,6	6
1851	0,8	6	1866	0,5	7
1852 ²		4	1867	0,3	4
1853	0,1	1	1868	2,2	2
1854 ³		4	1869	6,2	3

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Cidade) Matriz do Senhor Bom Jesus do Monte, Paróquia da Ilha de Paquetá. Arquivo. *Livros paroquiais*. [mss.] (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.132 – Profissões na Paróquia da Ilha de Paquetá

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Eclesiásticos	1	...	1	1
Militares	1	...	1	1
Empregados Públicos	7	1	8	8
Profissão Literária	...	1	1	1
Comerciantes	30	...	30	30

cont.

conclusão

Profissões	Condição						Total Geral
	Livres			Escravos			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
Capitalistas	1	...	1	1
Proprietários	8	9	17	17
Lavradores
Pescadores	39	...	39	39
Marítimos	3	...	3	3
Manufatura, Artes e							
Ofícios	89	76	165	165
Agências	66	5	71	71
Serviço Doméstico	...	246	246	340	152	492	738
Sem Profissão Conhecida	105	80	185	185

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatórios do Ministério dos Negócios do Império, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.133 — Batizados no Rio de Janeiro Segundo o Sexo e Condição (1840-69)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
1840	1.542	1.428	1.243	1.159	5.372
1841	1.505	1.452	1.265	1.116	5.341
1842	1.609	1.539	1.325	1.219	5.692
1843	1.589	1.540	1.430	1.263	5.822
1844 ¹	1.598	1.501	1.355	1.211	5.665
1845	1.607	1.462	1.280	1.159	5.508
1846	1.661	1.604	1.253	1.115	5.633
1847	1.672	1.590	1.318	1.080	5.660
1848	1.647	1.634	1.375	1.146	5.802
1849	1.860	1.712	1.464	1.279	6.315

cont.

conclusão

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL
	HOMENS	MULHE- RES	HOMENS	MULHE- RES	
1850	1.804	1.683	1.242	1.088	5.817
1851	2.017	1.899	1.613	1.238	6.767
1852 ²	2.054	1.968	1.529	1.149	6.700
1853	2.091	2.036	1.446	1.060	6.633
1854 ³	2.168	2.047	1.340	1.092	6.647
1855	2.244	2.057	1.234	1.125	6.660
1856	2.037	2.057	1.066	957	6.117
1857	2.075	2.056	1.020	891	6.042
1858 ⁴	2.104	2.014	984	878	5.980
1859 ⁵	2.132	1.972	948	860	5.912
1860	2.201	2.071	786	802	5.860
1861	2.175	2.197	815	810	5.997
1862 ⁶					5.999
1863 ⁶					5.999
1864	2.359	2.361	791	747	6.258
1865	2.309	2.166	750	655	5.880
1866	2.417	2.250	646	684	5.997
1867	2.570	2.412	578	561	6.121
1868	2.593	2.433	614	665	6.305
1869	2.832	2.442	595	600	6.469

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

⁵ A partir de 1859 não obtivemos informações sobre batizados na Santa Casa.

⁶ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: Dados constantes nas tabelas anteriores sobre batizados em cada paróquia do Rio de Janeiro. (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.134 – Óbitos no Rio de Janeiro Segundo o Sexo e Condição (1840-49)

ANOS	LIVRES E LIBERTOS		ESCRAVOS		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
1840	1.966	1.537	1.925	1.332	6.760
1841	2.348	1.890	2.174	1.490	7.902
1842	2.362	1.631	1.993	1.308	7.294
1843	2.526	1.991	2.069	1.366	7.952
1844 ¹	2.377	1.773	1.941	1.267	7.358
1845	2.227	1.554	1.813	1.169	6.763
1846	2.377	1.724	2.115	1.262	7.478
1847	2.692	1.968	2.514	1.434	8.608
1848	2.651	1.863	2.964	1.578	9.056
1849	3.032	1.973	2.499	1.386	8.890

¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.

Fonte: Dados constantes nas tabelas anteriores sobre óbitos em cada paróquia do Rio de Janeiro. (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.135 – Casamentos no Rio de Janeiro (1840-69)

ANOS	CASAMENTOS	ANOS	CASAMENTOS
1840	514	1855	827
1841	648	1856	804
1842	681	1857	817
1843	578	1858 ⁴	840
1844 ¹	566	1859 ⁵	863
1845	554	1860	1.058
1846	507	1861	1.042
1847	519	1862 ⁶	1.018
1848	561	1863 ⁶	1.018
1849	647	1864	993
1850	641	1865	977
1851	741	1866	1.193

cont.

conclusão

ANOS	CASAMENTOS	ANOS	CASAMENTOS
1852 ²	713	1867	1.046
1853	685	1868	1.049
1854 ³	756	1869	1.020

- ¹ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1844 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ² Por falta de informações homogêneas para o ano de 1852 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ³ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1854 foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁴ Por falta de informações homogêneas para o ano de 1858, foi calculada a média do ano imediatamente anterior e posterior.
- ⁵ A partir de 1859 não obtivemos informações sobre casamentos na Santa Casa.
- ⁶ Por falta de informações homogêneas para os anos de 1862 e 1863 calculou-se a média dos dois anos imediatamente anteriores e posteriores.

Fonte: Dados constantes nas tabelas anteriores sobre casamentos em cada paróquia do Rio de Janeiro. (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.136 – Óbitos no Rio de Janeiro (1850-69)

ANOS	CONDIÇÕES						TOTAL GERAL
	LIVRES			ESCRAVOS			
	SEXOS			SEXOS			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
1850	3.824	747	4.571	1.458	713	2.171	6.742
1851	2.024	1.512	3.536	546	341	887	4.423
1852	4.658	2.074	6.732	1.649	871	2.520	9.252
1853	3.708	2.059	5.767	1.720	1.044	2.764	8.531
1854	3.009	1.931	4.940	1.596	947	2.543	7.483

cont.

conclusão

ANOS	CONDIÇÕES						TOTAL GERAL
	LIVRES			ESCRAVOS			
	SEXOS			SEXOS			
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
1855	4.223	2.513	6.736	2.939	1.505	4.444	11.180
1856	3.329	1.969	5.298	1.774	1.013	2.787	8.085
1857	4.540	1.999	6.539	1.494	911	2.405	8.944
1858	4.741	2.286	7.027	1.650	1.044	2.694	9.721
1859	4.183	2.177	6.360	1.452	854	2.306	8.666
1860	5.547	2.747	8.294	1.773	1.074	2.847	11.141
1861	3.927	2.161	6.088	1.610	944	2.554	8.642
1862	3.746	2.366	6.112	1.625	980	2.605	8.717
1863 ¹	3.909	2.280	6.189	1.521	935	2.456	8.645
1864	3.374	2.403	5.777	1.433	959	2.392	8.169
1865 ¹	4.676	2.485	7.161	1.541	898	2.439	9.600
1866 ¹	3.268	2.268	5.536	1.389	810	2.199	7.735
1867 ¹	3.673	1.953	5.626	1.893	1.104	2.997	8.623
1868 ¹	4.089	2.173	6.262	1.220	712	1.932	8.194
1869 ¹	4.473	2.377	6.850	1.164	678	1.842	8.692
TOTAL	78.921	42.480	121.401	31.447	18.337	49.784	171.185

¹ Os números dos óbitos dos sexos masculino e feminino, tanto dos livres como dos escravos foram calculados proporcionalmente, a fim de completar esta tabela porque os relatórios dos mesmos anos apenas informam sobre o total.

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71. (Quadro da mortalidade da cidade do Rio de Janeiro no período 1850-69).

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.137 – Mortalidade no Rio de Janeiro Segundo as Idades (1865-69)

IDADES \ ANOS	1865	1866	1867	1868	1869	TOTAL
Dias	156	136	123	428	666	1.509
Meses	328	198	416	278	719	1.939

cont.

conclusão

ANOS	1865	1866	1867	1868	1869	TOTAL
IDADES						
De 1 a 7 anos	552	329	707	544	1.128	3.260
De 7 a 15 anos	618	297	656	502	291	2.364
De 15 a 25 anos	897	818	1.200	1.525	1.016	5.456
De 25 a 40 anos	1.393	1.318	2.151	1.978	1.838	8.678
De 40 a 55 anos	1.700	1.838	1.368	1.645	1.382	7.933
De 55 a 70 anos	1.408	1.477	997	690	735	5.307
De 70 a 85 anos	1.150	1.208	674	264	280	3.576
De 85 a 100 anos	1.133	902	321	46	60	2.462
Ignoradas	265	174	10	464	573	1.486
TOTAIS	9.600	8.695	8.623	8.364	8.688	43.970

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à 2ª e 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870/71.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.138 – Número de Cortiços e sua População (1868)

PARÓQUIAS	CORTIÇOS	QUARTOS	HABITANTES
Santana	154	2.661	6.458
Santo Antonio	69	1.587	3.558
Santa Rita	50	1.043	2.763
Glória	107	1.133	2.376
São José	44	929	2.022
Espírito Santo	65	758	1.918
Engenho Velho	42	458	769
Lagoa	45	268	733
Sacramento	31	491	693
São Cristóvão	35	343	639
Candelária	—	—	—

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorio do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentado à Assembleia Geral da 14ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1869.

Levantamento de M. B. Levy

TABELA 3.139 – Movimento da População Escrava no Rio de Janeiro (1877-1881)

Especificação	Anos				
	1877	1878	1879	1880	1881
Em 31 de dezembro de 1876					
Homens	21.401	20.811	20.073	19.317	18.173
Mulheres	20.841	20.570	20.147	19.833	19.112
Total	42.242	41.381	40.220	39.150	37.285
Vieram de Outros Municípios					
Homens	893	726	679	673	296
Mulheres	1.042	988	1.067	1.054	406
Total	1.935	1.714	1.746	1.727	702
Faleceram					
Homens	530	508	447	438	369
Mulheres	301	375	269	291	298
Total	831	883	716	729	667
Libertaram-se					
Homens	379	298	469	586	534
Mulheres	491	490	577	726	708
Total	870	788	1.046	1.312	1.242
Mudaram para Outros Municípios					
Homens	574	658	549	793	452
Mulheres	521	546	535	758	294
Total	1.095	1.204	1.084	1.551	746
Em 31 de dezembro de 1877					
Homens	20.811	20.073	19.317	18.173	17.114
Mulheres	20.570	20.147	19.833	19.112	18.218
Total	41.381	40.220	39.150	37.285	35.332

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorio do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentado à Assembleia Geral da 3ª Sessão da 18ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Leão Velloso.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883. (Levantamento de M. B. Levy)

TABELA 3.140 – Movimento dos Descendentes da População Escrava no Rio de Janeiro (1877-1881)

Especificação	Anos				
	1877	1878	1879	1880	1881
Em 31 de dezembro de 1876					
Homens	1.889	2.129	2.345	2.565	2.778
Mulheres	1.856	2.118	2.401	2.609	2.873
Total	3.745	4.247	4.746	5.174	5.651
Foram Matriculados					
Homens	334	291	313	298	270
Mulheres	333	360	281	325	280
Total	667	651	594	623	550
Vieram de Outros Municípios					
Homens	13	55	35	43	32
Mulheres	13	56	45	52	31
Total	26	111	80	95	63
Faleceram					
Homens	106	115	109	107	81
Mulheres	80	113	89	96	63
Total	186	228	198	203	144
Mudaram para Outros Municípios					
Homens	1	15	19	21	40
Mulheres	4	20	29	17	29
Total	5	35	48	38	69
Em 31 de dezembro de 1877					
Homens	2.129	2.345	2.565	2.778	2.959
Mulheres	2.118	2.401	2.609	2.873	3.092
Total	4.247	4.746	5.174	5.651	6.051

Fonte: BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorio do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentado à Assembleia Geral da 34 Sessão da 18ª Legislatura pelo Ministro e Secretario dos Negocios do Imperio Leão Velloso.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883.

HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

(DO CAPITAL COMERCIAL AO
CAPITAL INDUSTRIAL E FINANCEIRO)

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A autora agradece ao Governo Faria Lima o apoio recebido da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS
— IBMEC —

CONSELHO DIRETOR

Jorge Gerdau Johannpeter — Presidente
Adolpho Ferreira de Oliveira — Vice-Presidente

Conselheiros

Alfredo Nagib Rizkallah
Carlos Moacir Gomes de Almeida
Célio de Oliveira Borja
Júlio Rafael de Aragão Bozano
Luiz Carlos de Souza Rodrigues
Luis Maria Tápias Auguet
Sebastião Marcos Vital

Diretor-Geral

Horacio de Mendonça Netto

Sócios Honorários

Octávio Gouvêa de Bulhões
Fernando de Souza Ribeiro de Carvalho
Angelo Calmon de Sá

Agradecemos a contribuição do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. — BD-Rio — na consecução do presente projeto de pesquisa.



HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

(DO CAPITAL COMERCIAL AO
CAPITAL INDUSTRIAL E FINANCEIRO)

2º Volume

Editado em 1978 pelo
IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
Avenida Beira Mar – Anexo ao MAM
Caixa Postal 6047 – Rio de Janeiro

Capa, Ilustrações e Diagramação
Dep. Editorial – Seção de Arte e Criação

Coordenação Editorial
LEARTE SAINT-CLAIR

Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer.

História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro) Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

2 v. (liv, 994 p.) 22,5 cm.

Bibliografia: p. 947-94.

1. História econômica – 1760-1945 – Rio de Janeiro (cidade)
 2. Finanças – História – 1760-1945 – Rio de Janeiro (cidade)
- I. Título.

CDD: 330.9815

Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização do Editor

SUMÁRIO DO 2º VOLUME

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xlvii
LISTA DE TABELAS	xliv
4. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA MANUFATURA PARA A INDÚSTRIA, DE 1888 À DÉCADA DE 20 DO SÉCULO XX	443
O Impacto do Encilhamento na Economia do Rio de Janeiro – 1890-1913.	445
Alterações no Comércio Externo	445
Alterações no Comércio Interno.	451
Alterações na Política Financeira e no Sistema de Crédito.	453
Demografia Histórica	469
A Atividade Manufatureira e Industrial	471
O Setor Secundário da Economia no Rio de Janeiro de 1890 a 1913.	471
Transformações da Produção Industrial no Rio de Janeiro de 1898 a 1913.	487
Custo da Alimentação, os Níveis Salariais e a Mobilidade Social no Rio de Janeiro de 1890 a 1913	501
A Primeira Guerra e seus Efeitos sobre a Economia e a Sociedade Urbana do Rio de Janeiro	509
O Comportamento do Comércio Exterior.	509
Dificuldades da Manufatura e da Indústria no Início do Conflito Mundial.	511
A Política Creditícia e a Superação da Crise	513

As Transformações da Produção Industrial no Rio de Janeiro – 1914 a 1920.	516
Custo da Alimentação, os Níveis Salariais e a Mobilidade Social no Rio de Janeiro de 1914 a 1920	521
A Década de 20 e o Desaceleramento Industrial	532
A Depressão do Pós-Guerra	532
A Produção Rural do Rio de Janeiro na Década de 20	536
As Transformações na Produção Industrial no Rio de Janeiro na Década de 20	537
Custo de Vida, Níveis Salariais e Mobilidade Social na Década de 20	548
5. PERÍODO DE DEPRESSÃO E DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, 1930-45.	829
O Comércio Externo de 1930 a 1945	831
O Crédito, a Política Monetária, Cambial e Fiscal de 1930 a 1945.	838
A Situação e as Transformações da Pecuária e da Agricultura no Distrito Federal de 1930 a 1945	844
O Processo de Industrialização no Rio de Janeiro de 1930 a 1945.	849
A Crise de 1929 a 1932	849
O Crescimento Industrial no Rio de Janeiro de 1932 a 1937/38	856
O Processo Industrial no Rio de Janeiro no Período de 1938 a 1945	857
A Situação do Comércio no Período da Segunda Guerra Mundial	863
A Mão-de-Obra e o Custo de Vida no Período de 1930 a 1945	866
CONCLUSÕES.	931
ANÁLISE DAS FONTES PRIMÁRIAS	947
BIBLIOGRAFIA.	963

LISTA DE ILUSTRAÇÕES DO 2º VOLUME

FIGURAS

- | | |
|---|-----|
| 2 – Número de Companhias e Frequência de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 1886-93 | 460 |
| 3 – Bancos, Companhias de Seguros, Tecidos e Transportes – Número e Frequência de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 1890-93 | 461 |
| 4 – Número de Empresas Negociadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro Segundo a Data da Fundação | 462 |
| 5 – Volume de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 1894-1911 | 465 |

LISTA DE TABELAS DO 2º VOLUME

CAPÍTULO 4

4.1.	Exportações do Brasil (1906)	555
4.2.	Exportações do Brasil (1906)	555
4.3.	Comércio Exterior do Porto do Rio de Janeiro e Brasil	556
4.4.	Comércio Exterior do Porto do Rio de Janeiro e Brasil	559
4.5.	Movimento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (1890-93)	561
4.6.	Número de Companhias e Freqüência de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 1886-93	561
4.7.	Freqüência de Negociações e Volume por Setor de Atividade – 1890-93.	562
4.8.	Alguns Indicadores Selecionados da Economia Brasileira – 1888-96	563
4.9.	Volume de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 1894-911	564
4.10.	Estatística Resumindo a Situação Atual dos Estabelecimentos Hortícolas do Distrito Federal (dezembro de 1907)	565
4.11.	Sociedades Anônimas e Companhias da Capital Federal em 1891	566
4.12.	Número de Companhias Existentes em 1891 – Brasil	567
4.13.	Tecidos Fiação Nacional 1895 – (Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal) – Levantamento feito para a Exposição de 1895.	568
4.14.	Censo Industrial – Distrito Federal – 1907	572
4.15.	Mão-de-Obra das Indústrias (D.F.) – 1907	577
4.16.	Levantamento Industrial do Distrito Federal – 1909	583

4.17.	Brasil – Produção em 1911 dos 14 Artigos de Fabricação Nacional sobre os quais Incide o Imposto de Consumo em 11.335 Estabelecimentos Fabris Existentes no Brasil	587
4.18.	Distrito Federal – Produção em 1911 dos Artigos sobre os quais Incide o Imposto de Consumo e de Conformidade com a Estatística do Centro Industrial do Brasil	588
4.19.	Produção Industrial do Estado do Rio – Estatística do Centro Industrial do Brasil (1911)	589
4.20.	Porcentagem entre a Produção Nacional e o Consumo Geral nos Anos de 1911, 1912 e 1913, Relativamente aos Artigos que Pagam Imposto de Consumo	590
4.21.	Fábricas de Lã, Juta e Seda – Quadro Regional – 1915	592
4.22.	Fábricas Têxteis do Brasil – Quadro Regional – 1915. Fiação e Tecidos de Algodão (inclusive malha, rendas, tiras bordadas e cortinados).	593
4.23.	Fábricas Têxteis do Brasil (algodão, lã, juta e seda) – Quadro Regional – 1915.	595
4.24.	Importações do Rio de Janeiro – 1913/14	597
4.25.	Mudanças Sofridas pelas Exportações com o Início da Guerra	597
4.26.	Grande Quadro Estatístico Comparativo, Referente ao Decênio 1905 a 1915 – (As Fábricas Brasileiras de Fiação e Tecidos de Algodão em 1905 e 1915) – Os Dados de 1905 são Extraídos da “Recapitulação” da Estatística Detalhada das Fábricas de Fiação e Tecelagem de Algodão, Levantada em 1905 pelo Sr. Cunha Vasco e Reproduzida no Fascículo III do Boletim do Centro Industrial do Brasil, em Dezembro de 1905.	598
4.27.	Resultados do Inquérito Industrial de 1907 Comparados com os Dados Estatísticos Obtidos no Censo das Indústrias Realizado em 1º de Setembro de 1920	602
4.28.	Estabelecimentos Industriais Recenseados em 1º de Setembro de 1920, Segundo a Época da Fundação, Anterior a 1850 ou a Partir dessa Data, em Períodos Quinquênis	612
4.29.	Número de Estabelecimentos Industriais Recenseados, Capital Empregado, Principais Despesas Anuais e Valor da Produção em 1919.	631
4.30.	Bangu – Média dos Salários por Seção – Ano Base = 1927	664
4.31.	América Fabril – Média dos Salários por Seção – Ano Base = 1927	674
4.32.	Brahma – Média de Salário por Seção – Ano Base = 1943	679
4.33.	América Fabril – Número de Menores por Seção de Acordo com o Ano de Admissão	685

4.34.	América Fabril (operários) – Atividade, Sexo, Raça, Instrução e Estado Civil	691
4.35.	América Fabril – Forma de Remuneração (Nº de operários que recebem por empreitada, por diária, por hora ou por salário mensal, de acordo com a seção e o ano de admissão)	709
4.36.	Bangu (operários) – Atividade, Sexo, Instrução, Raça	717
4.37.	América Fabril (operários) – Motivo da Demissão	733
4.38.	Estabelecimentos Rurais – Distrito Federal – 1920	744
4.39.	Produção Industrial – Indústrias Sujeitas ao Imposto de Consumo – 1925-29 – Valor da Produção Segundo as Unidades Políticas	745
4.40.	Valor da Produção Industrial do Distrito Federal, por Espécie, Sujeita ao Imposto de Consumo nos Anos de 1925 a 1929	746
4.41.	Preços dos Alimentos e Índices do Custo da Alimentação de Acordo com Ponderações Baseadas no Consumo de Três Classes Sociais.	748
4.42.	Ponderações da Alimentação de Três Classes Sociais.	751
4.43.	Índices dos Salários Classificados Segundo o Valor Nominal em 1930 e Índices do Custo da Alimentação Correspondentes a Três Categorias Sócio-Profissionais	752
4.44.	Salários Nominais no Rio de Janeiro – Médias Anuais por Profissão	803
4.45.	Categorias (Séries Segundo Salários Nominais) Profissões (Por Categorias) Salários Reais (Por Profissão e Média por Categoria)	821
4.46.	População do Rio de Janeiro Segundo os Censos de 1906 e 1920	828

CAPÍTULO 5

5.1.	Principais Importações Quanto ao Valor e Matéria-Prima, para a Indústria – Porto do Rio de Janeiro – Valor em mil réis papel de 1930 a 1939 e Cr\$ 1.000 de 1940 a 1946	879
5.2.	Exportações de Manufaturados (Porto do Rio de Janeiro)	881
5.3.	Exportações do Rio de Janeiro (Manufaturados)	881
5.4.	Principais Exportações do Porto do Rio de Janeiro (valor a bordo em contos de réis de 1930 a 1940 e Cr\$ 1.000,00 de 1941 a 1946)	882
5.5.	Rede Bancária Brasileira (em 31/12)	883
5.6.	Propriedades Rurais Segundo Categoria de Superfície – Distrito Federal – 1939.	883
5.7.	Distribuição da Propriedade Rural por Distrito – Rio de Janeiro – 1950.	884

5.8.	Valor da Produção das Indústrias Sujeitas ao Imposto de Consumo	884
5.9.	Principais Resultados dos Censos de 1940 e 1950, Segundo a Classe e o Gênero de Indústria	885
5.10.	Capitais Aplicados, Pessoal Ocupado e Força Motriz, em 1º-1-1950, e Salários, Despesas de Consumo, Custo dos Serviços Contratados e Valor da Produção e da Transformação Industrial dos Estabelecimentos, no Ano de 1949, Segundo a Constituição Jurídica, a Classe e o Gênero de Indústria	889
5.11.	Capitais Aplicados, Pessoal Ocupado e Força Motriz, em 1º-1-1950, e Operários, Salários, Despesas de Consumo e Custo dos Serviços Contratados, e Valor da Produção dos Estabelecimentos, no Ano de 1949, Segundo Grupos de Capitais Aplicados, Grupos de Pessoal Ocupado e Grupos de Valor da Produção	891
5.12.	Potência dos Motores Primários Instalados nos Estabelecimentos Segundo a Constituição Jurídica, a Classe e o Gênero de Indústria	896
5.13.	Produção Industrial, Estabelecimentos Investigados pelos Inquéritos Econômicos do IBGE — Pessoal Ativo, Segundo o Sexo e a Categoria — 1944/45 — Alguns Ramos Industriais no Distrito Federal	898
5.14.	Produção Industrial — 1950 — Rio de Janeiro	899
5.15.	Produção Industrial — Distrito Federal — 1938	900
5.16.	Índices de Custo de Vida e de Salários	901
5.17.	Custo de Vida na Cidade do Rio de Janeiro — 1912-46 — Orçamento Mensal para uma Família de 7 Pessoas	902
5.18.	Custo de Vida na Cidade do Rio de Janeiro — 1912-46 — Orçamento Mensal para uma Família de 7 Pessoas	903
5.19.	Salários das Pessoas Empregadas no Comércio, Transporte, Estabelecimentos de Crédito — Aumento Salarial no Período de 1939 a 1943	905
5.20.	Salários dos Operários da Indústria — Aumento Salarial no Período de 1939 a 1943	905
5.21.	Gastos Mensais no Distrito Federal Segundo o Inquérito do Salário Mínimo (1938)	906
5.22.	Aumentos Salariais Segundo o Decreto Nº 5.978 de 1943.	907
5.23.	Média Anual Aritmética de 19 Gêneros Alimentícios — Índices de 1937 a 1945 (Preços a Varejo no Distrito Federal) 1935 = 100 . . .	907
5.24.	Variação da Ração Tipo (Calculada como Base do Salário Mínimo em Função dos Preços Médios Vigorantes nas Diversas Capitais) . . .	907

5.25.	Índice do Salário Real Deflacionado no Distrito Federal – 1940-45	908
5.26.	Índice dos Salários Reais Médios do Brasil	908
5.27.	Índice dos Salários Mínimos e Médios – 1944-54.	908
5.28.	Brahma – Variação Salarial por Seção – 1931 a 1945 – Ano Base 1943.	909
5.29.	Fábrica Corcovado – Variação Salarial por Seção – Ano Base 1943	915
5.30.	Moinho da Luz – Variação Salarial por Seção – Ano Base 1943. . .	919
5.31.	Fábrica Moinho da Luz – 1933-38	924
5.32.	Fábrica Moinho da Luz – 1938-43	925
5.33.	Fábrica Moinho da Luz – 1943-45	926
5.34.	Companhia Cervejaria Brahma – 1931-37	927
5.35.	Companhia Cervejaria Brahma – 1938-43	928
5.36.	Companhia Cervejaria Brahma – 1943-45	929
5.37.	Fábrica Corcovado – 1934-37	930
5.38.	Fábrica Corcovado – 1938-45	930

IV – O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA MANUFATURA PARA A INDÚSTRIA, DE 1888 À DÉCADA DE 20 DO SÉCULO XX

4. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA MANUFATURA PARA A INDÚSTRIA, DE 1888 À DÉCADA DE 20 DO SÉCULO XX

*O Impacto do Encilhamento na Economia do Rio de Janeiro
1890-913*

Alterações no Comércio Externo

A crise de 1888 modificou drasticamente a economia da Província e da cidade do Rio de Janeiro.

Nos anos de 1889/90 a 1893/94 o Rio de Janeiro ainda manteve a sua posição de primazia na exportação do café. Após o Encilhamento, esse porto passou a segundo plano como via de escoamento desse produto. Nesses anos a inflação prejudicou as importações que em 1893 e 1894 ainda eram inferiores às exportações. Infelizmente não encontramos dados nas publicações oficiais para os anos de 1889 a 1892, mas a desvalorização do câmbio criava uma balança positiva apesar do declínio das exportações do café. Independentemente do período do Encilhamento, já se manifestava uma tendência desfavorável da balança comercial do porto do Rio de Janeiro a partir de 1881/82, conservando-se esse déficit até 1930.

Essa tendência era oposta à da balança comercial do Brasil que apresentou um saldo positivo nesse período, exceto em 1885/86, 1913, e 1927-29. (O excedente das exportações se acentuou a partir de 1900.) A posição favorável do Brasil decorria da expansão da cafeicultura em São Paulo, mas as exportações do café eram deslocadas em larga escala do porto do Rio de Janeiro para o de Santos. Em 1902/03 esse último porto exportava o dobro das exportações feitas pela capital.

A Província do Rio de Janeiro foi a mais atingida pela Abolição da Escravatura associada a um esgotamento do solo na região do Vale do Paraíba. A produção do café reduziu-se de 2.229 mil sacas de 60kg em 1880 para 1.309 mil em 1889. Apesar dos esforços do Governo da República para promover a recuperação da agricultura através da facilidade de crédito, da moratória das dívidas dos fazendeiros e da política imigratória, a baixa da produção do café persistiu no Vale do Paraíba, e no Estado, onde não se fizeram novas plantações, sendo que em 1920 a produção era de 1.360 mil sacas apenas.

Em contraste com a estagnação da agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais substituiu as lavouras esgotadas do Triângulo Mineiro e do sul do Estado pelas novas terras dos contrafortes da Serra do Mar (Zona da Mata) até as imediações de Carangola e Caratinga. Em São Paulo abriam-se novas frentes agrícolas além das Serras da Mantiqueira e do Mar, no planalto do interior, onde o solo vulcânico de alta fertilidade e pouco acidentado era extremamente favorável às plantações de café¹⁸⁵.

A queda de 50% da produção do café em 1888 foi compensada pelos altos preços do produto no mercado mundial. As doenças nos cafezais asiáticos a partir de 1880 beneficiaram o Brasil. A política imigratória federal e estadual e as condições dos países de origem, na Europa, favoreciam um suprimento abundante de mão-de-obra.

Na década de 1880 a produção do café oscilou entre 4 e 6 milhões de sacas de 60kg, exceto em 1888 quando desceu para 3 milhões, enquanto que a mundial ficou entre 3 e 4 milhões. Nos últimos 10 anos do século a diferença se acentuou mais ainda, e de 1897 em diante o Brasil passou a produzir o dobro dos outros países¹⁸⁶. A posição predominante do Brasil o colocou numa posição mais vulnerável durante a crise que se iniciou na Europa em 1892/93 e que repercutiu nos Estados Unidos em 1894. A política monetária brasileira e mais tarde o Acordo de Taubaté visavam reduzir os efeitos desta crise no Brasil.

O Estado do Rio de Janeiro se considerava prejudicado pela política de valorização do café, como pode ser observado nos debates na Câmara dos Deputados, principalmente os da Sessão de 26 de novembro de 1908. Nessa oportunidade estava em discussão o projeto número 394, autorizando o Governo a garantir até o máximo nominal de £15 milhões o empréstimo externo que o Estado de São Paulo contraísse para liquidar as operações efetuadas para a valorização do café em 1906. Cogitava-se, também, nessa sessão de decretar medidas uniformes e imediatas, para impedir a exportação do café de tipos baixos, inclusive o tipo sete americano, para melhorar a qualidade do produto exportado. O representante do Estado do Rio de

185

^a PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973. p. 167, 176.

^b MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios; contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo, Dep. de Cultura, 1939 (Coleção XXV)

^c CARONE, Edgar. *A república velha (Instituições e classes sociais)*. São Paulo, DIFEL, 1970. p. 27.

186 CARONE, op. cit. acima nota 185^c, p. 30.

Janeiro, Paulino de Souza, que votara contra o Acordo de Taubaté fez um discurso nessa sessão do Legislativo analisando a situação do estado. Segundo ele, os efeitos da crise de superprodução e baixa dos preços do café não prejudicavam substancialmente o Estado de São Paulo porque "(...) o que se perde na diminuição dos preços é largamente compensado com o aumento da massa de produtos exportados (...) apesar de ser a crise constituída pela baixa do preço do café aumenta continuamente o valor da exportação do Estado." Afirava ainda que "(...) a crise se fez sentir apenas no nível dos fazendeiros que investiram um capital caro recebendo um juro inferior ao esperado. No estado do Rio a situação era diferente e a crise se manifestava: não só pela baixa de preços como também e sobretudo pela diminuição da produção"¹⁸⁷. O valor oficial da exportação declinara de 85.000.000\$000 em 1896 para 27.000.000\$000 em 1907.

No Estado do Rio de Janeiro, não havia superprodução e era necessário refazer e até mesmo plantar novos cafezais nas terras ainda aproveitáveis, para substituir os antigos. Paulino de Souza julgava que o Estado do Rio de Janeiro deveria continuar a vender todo seu café, mesmo de tipos baixos, e aproveitar as suas últimas terras apropriadas a esta lavoura para facilitar a transição da monocultura para a policultura, por meio do renascimento da agricultura da cana-de-açúcar, da criação do gado, da pequena lavoura e simultaneamente dar impulso à indústria.

A exportação de São Paulo orçou em mais de 15 milhões de sacas de café, ao passo que a produção exportada pela capital federal e que compreendia os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais orçou em 4 milhões. No entanto, a Alfândega do Rio de Janeiro rendeu 56.000.000\$000 papel e 31.000.000\$000 ouro e a de Santos 33.000.000\$000 papel e 18.000.000\$000 ouro porque a região de São Paulo tinha uma importação 50% menor do que a do Rio de Janeiro. Esse era um sintoma de que a capital não se empobrecera substancialmente com a crise da lavoura do café, porém mudara de função. Outra evidência desse fato era a renda do Imposto de Consumo que atingiu 19.000.000\$000 no Rio de Janeiro em 1908, enquanto que em São Paulo foi somente de 11.000.000\$000, embora a capital e o Estado do Rio de Janeiro tivessem 1.800 mil habitantes e o Estado de São Paulo, inclusive a capital, 2.300 mil habitantes.

Condenava, portanto, o Deputado Paulino de Souza, o Presidente do Estado do Rio de Janeiro por ter aprovado o Acordo de Taubaté e por ser solidário na dívida de 15.000.000\$000, destinados unicamente a manter um gênero decadente de produção — o café — em seu território. O deputado pelo Rio de Janeiro considerava inclusive que o empréstimo destinado a retirar da circulação o excedente de produção do café de São Paulo era prejudicial até a esse próprio Estado, na medida em que o capital escasso e caro podia ter sido investido em novas atividades mais lucrativas. Nessa ocasião também se discutia no Congresso o projeto para exporta-

¹⁸⁷ RIO DE JANEIRO. Archivo Publico Nacional. *Documentos parlamentares. Sessão de 26 de novembro de 1908.* Rio de Janeiro, 1908.

ção única do café pelo Governo federal. O Centro Comercial do Rio de Janeiro era contrário ao monopólio do Governo na compra e venda de café, e favorável à destruição do produto dos tipos sete e abaixo desse.

No final do século XIX e início do século XX havia uma luta entre São Paulo e Rio de Janeiro em torno do problema do café, prevalecendo o ponto de vista do primeiro em relação à política de valorização e à creditícia. No Estado do Rio de Janeiro a oligarquia do café entrou em declínio nessa época.

Apesar dessa perda de predomínio na exportação do café, o Rio de Janeiro figurava entre os 15 principais portos do mundo e em terceiro lugar no continente americano, após Nova Iorque e Buenos Aires. Somente nos primeiros anos do século XX, Buenos Aires ultrapassou o Rio de Janeiro em volume de comércio, em virtude da expansão extraordinária da agricultura nas Províncias do Prata.

Em 1902 o Rio de Janeiro foi colocado na estatística elaborada pelo Departamento de Estado Norte-Americano em 31º lugar porque não foi levado em conta o comércio de cabotagem de longa distância, só sendo computado o comércio transatlântico que era de 1.600.000 a 1.700.000t. No entanto, o comércio de cabotagem do Rio de Janeiro com a Bahia a 1.300km, Pernambuco a 20.000km e Manaus a 50.000km era semelhante, quanto à distância, ao transatlântico. Em 1879 entraram no porto do Rio de Janeiro 1.313 navios transatlânticos (1.075.847t) e 1.628 de cabotagem (513.564t), perfazendo um total de 2.941 unidades com uma tonelagem global de 1.589.411t. O valor das importações era de 91.029.000\$000 e o das exportações de 106.061.000\$000.

Em 1888 a crise ainda não se fazia sentir plenamente, o número de navios transatlânticos se reduzia a 1.193, com capacidade de carga de 1.487.652t, e 1.274 de cabotagem, com 560.619t, atingindo um total de 2.472 navios e 2.048.271t.

Em 1886 o Rio de Janeiro já controlava quase a metade do valor do comércio exterior total do Brasil. Em 1888 a importação da capital era no valor de 131.369:306\$000, aproximadamente a metade da do País que se elevava a 260.998:859\$000, porém o valor da exportação (95.752:919\$000) era de menos da metade do valor global (212.592:272\$000).

O período de 1889 a 1898 caracterizou-se pela crise de produção do café e das finanças, sendo que a maior queda das exportações do café pelo porto do Rio de Janeiro ocorreu em 1893/94 e 1894/95. Em 1897/98 deu-se uma recuperação no volume das exportações, continuando porém o Rio de Janeiro em posição inferior a Santos, como porto de saída do café.

No exercício de 1901/02 verificou-se uma grande elevação do volume das exportações do café pelo Rio de Janeiro. Em 1902 o movimento da entrada nesse porto era de 1.987 navios transatlânticos e de cabotagem de longa distância, com uma tonelagem global de 2.632.231t. Portanto, nesse ano já tinha se efetuado a recuperação da crise de 1888.

Em 1906 entravam na capital 2.386 navios a vapor e veleiros do comércio transatlântico e de cabotagem com uma tonelagem de 3.443.004, o que representava mais de 1/3 de aumento, no período de 1888 a 1906. Essa expansão da carga ocorreu, apesar da crise do café em 1906, em decorrência da superabundância da produção nas terras novas de São Paulo, forçando a baixa de 1 milhão de sacas na exportação (aproximadamente 60.000t) em relação a 1902, para evitar uma queda excessiva do preço.

Vide Tabela 4.1 pág. 555

O principal produto do primeiro grupo (animais e produtos derivados) era o couro, no valor de 3.704:000\$000, com um volume de 6.132.454kg.

No segundo grupo (minerais e derivados) destacava-se o ouro (7.293:000\$000), o manganês (117.314t, no valor de 5.000:000\$000), as areias monásticas (477.700kg, no valor de 111:000\$000) e os diamantes e pedras preciosas (615:000\$000).

O terceiro grupo (vegetais e derivados) compreendia 50 produtos diversos, salientando-se ainda o café e alguns outros artigos enumerados na Tabela 4.2.

Vide Tabela 4.2 pág. 555

O valor da exportação de 112.442:000\$000 era ligeiramente mais elevado do que o do ano anterior 106.873:000\$000, apesar da redução da saída do café, em virtude da diversificação dos produtos remetidos para o exterior.

Em 1906 as importações do Rio de Janeiro, no valor de 203.411:000\$000, equivaliam a um pouco menos da metade do total do Brasil e as exportações apenas a 1/7.

Esses dados indicavam a mudança de função do porto do Rio de Janeiro que perdia sua importância como exportador de café e ganhava como centro distribuidor de artigos importados e como mercado consumidor.

O Rio de Janeiro recebia do exterior produtos classificados nas seguintes categorias:

- Classe I — animais vivos (gado cavalari, lanígero e vacum);
- Classe II — matérias-primas aplicadas às artes e indústrias, algodão, cabelos, peles, couros, penas, bambu, junco, vime, chumbo, estanho, zinco, ferro e aço, metais, metalóides, metais preciosos, minerais, derivados de animais (espermacete, estearina, sebo, graxas, lã) linha, madeiras, matérias-primas para perfumes, pintura, tinturaria, produtos químicos, artigos vegetais, (sementes, cevada, lúpulo, fumo em folha);

Classe III – artigos manufaturados;

Classe IV – artigos de alimentação e forragem.

As duas categorias de maior valor eram as classes III e II.

Em 1906 as importações do Brasil eram principalmente da Inglaterra, ficando a Alemanha em segundo lugar, os Estados Unidos em terceiro e a Argentina em quarto. Quanto ao valor das exportações brasileiras, os Estados Unidos ocupavam o primeiro lugar, a Alemanha o segundo e a Inglaterra o terceiro.

As importações de alimentos tais como arroz, batatas, carne seca, manteiga, queijos, tinham diminuído no final do século XIX e em 1904 representavam 61.288.000\$000; em 1905, 55.900.000\$000 e em 1906 apenas 52.134.000\$000 contos de reis papel.

O movimento do porto do Rio de Janeiro sofria menos com as flutuações do mercado internacional do que os de Santos, Manaus ou Belém porque quase já não dependia exclusivamente de um produto.

Vide Tabela 4.3 pág. 556

Vide Tabela 4.4 pág. 559

As condições de operação do porto do Rio de Janeiro melhoraram consideravelmente no início do século XX, em virtude da quase inexistência da *febre amarela*, e da construção e equipamento do cais¹⁸⁸.

Com a remodelação do porto foi suprimido o transbordo de carga quando do embarque e desembarque dos navios maiores, que não podiam encostar no antigo cais, para os menores, capazes de atracar, e o custo dessa operação foi reduzido substancialmente, assim como o tempo nela consumido.

188 O Decreto de 1902, do Presidente Rodrigues Alves, para construção do porto, previa a demolição de 2 mil imóveis. A firma Rotschild & Sons de Londres fez um empréstimo de £ 8,5 milhões para essa obra, garantindo por uma taxa adicional de 2% sobre as importações.

O Governo federal contratou a firma inglesa Walker & Cia. para fazer as obras que se iniciaram em 1904.

Foi construído um cais contínuo de 3.500m de comprimento e de 15m de profundidade, 5m acima da maré média. Começava no fundo do golfo de São Cristóvão e terminava no Arsenal de Marinha. Numa segunda etapa o cais foi estendido de São Cristóvão à ponta do Caju numa distância de 2.000m. Foi feito um aterro de 100m junto ao cais, sendo uma zona de 25m reservada às gruas e manutenção de mercadorias, uma segunda zona, de 35m destinada às vias férreas e hangares e uma terceira, de 40m, às vias de acesso, de transporte e à armazenagem de produtos.

Um canal de acesso de 500m de profundidade foi aberto, comunicando o cais com o interior.

Em todo o período do início do século até 1930 manteve-se a característica das importações superarem as exportações.

Alterações no Comércio Interno

Em 1906 o porto do Rio de Janeiro servia a uma população de 811.443 habitantes na capital, e de 1.500 mil do Estado, cuja superfície era de 68.982km² acrescida de 1.116km² do Distrito Federal.

O desenvolvimento das ferrovias ampliara em larga medida o mercado consumidor suprido através do porto do Rio de Janeiro. As linhas principais nessa época eram as da Leopoldina que se estendiam ao norte do Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e nordeste de Minas Gerais, tendo 1.441km de extensão.

A Estrada de Ferro Central do Brasil, antiga D. Pedro II, era a grande linha de penetração com 723km. Bifurcava no vale do Paraíba, indo um ramo para Minas Gerais e outro para São Paulo. O Governo federal tinha unificado no início do século as bitolas das ferrovias dos Estados de São Paulo (496km de extensão) e do Rio de Janeiro. A capital de São Paulo era por sua vez o ponto de convergência de uma rede ferroviária de 4.404km.

Através de São Paulo, o Rio de Janeiro podia se comunicar com a rede sul do País, de 1.740km, que abrangia Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo o ponto final em Uruguaiana. A Estrada de Ferro Central do Brasil também se ligava com a ferrovia do noroeste de São Paulo, ainda em construção em 1906, que se destinava a estabelecer o intercâmbio com Corumbá, em Mato Grosso. O "hinterland" mais importante do porto do Rio de Janeiro no início do século XX, era o Estado de Minas Gerais com uma superfície de 575.000km² e 4.500 mil habitantes.

O manganês exportado pelo porto do Rio de Janeiro provinha de seis companhias de mineração de Minas Gerais que enviavam ao Distrito Federal 200.000t desse minério, em 1906. O número de cabeças de gado que vinha deste Estado para a capital se elevou de 98 mil em 1890 para 273 mil em 1905, e 337.173 em 1906. Eram oriundos do mesmo Estado laticínios, ouro, diamantes, café, tecidos. Por outro lado, Minas Gerais recebia do Rio de Janeiro artigos manufaturados de produção local e importados.

O caminho de ferro do oeste, em construção em 1906, partia de Formiga no Estado de Minas Gerais, a 584km da capital, e se destinava a Goiás, a 1.000km de distância. O Rio de Janeiro importava dessa região gado que percorria um caminho de terra de 1.584km, sendo necessário 20 dias para chegar a Goiás por essa via.¹⁸⁹

¹⁸⁹ Entre 1866 e 1870 foram construídos 1.056km de linhas férreas novas, sendo o total construído no final do quadriênio de 1.801km; entre 1876 e 1890, 1.597km; entre 1881 e 1885, 3.532km; entre 1886 e 1890, 3.007km; entre 1891 e 1895, 3.030km; entre 1896 e 1900, 2.349km; e entre 1901 e 1905, 1.465km.

^a GRAHAM, op. cit. acima nota 76^a.

As linhas de navegação nacionais, como o Lloyd Brasileiro, usufruíam do monopólio do comércio de cabotagem. Essa companhia de transportes marítimos, a mais importante do Brasil em 1906, dispunha de 20 navios de 5.000 a 6.000t formando um total de 72.000t. As linhas do Lloyd se estendiam em direção ao sul até Montevidéu e Buenos Aires, e ao norte até Manaus a 50.000km do Rio de Janeiro. Este porto recebia do Nordeste tabaco em folha para a produção de fumo e exportação, cacau, algodão para a manufatura de tecidos e para a exportação, açúcar para consumo local e exportação. Do Amazonas vinha a borracha, destinada principalmente à exportação. O Rio de Janeiro importava do Sul carne seca, couro, lã, peles para o consumo das indústrias da capital e exportação, e carvão de pedra para satisfazer a demanda local.

O aumento das hortas, a redução das tarifas ferroviárias e as ampliações da rede férrea ao tempo de Campos Salles (1898-902) melhoraram o abastecimento da cidade. A crise do suprimento do gado em virtude do imposto criado por Minas Gerais sobre cabeça de gado exportada para o Rio de Janeiro em 1889, foi parcialmente solucionada pelo Distrito Federal com a isenção de imposto, conseguida em 1892, e a ampliação das pastagens de Santa Cruz que em 1894 podiam alimentar 5 mil cabeças. Havia ainda 10 outras fazendas de gado no Rio de Janeiro, além das de Piraí, de estocagem e engorda, para o suprimento do mercado urbano.

O abastecimento melhorou apesar do litígio em torno do contrato de fornecimento de carne verde, entre vários pretendentes e o Governo, que durou de 1891 a 1900¹⁹⁰.

Em 1908 o comércio ambulante sofreu um declínio, reduzindo-se a 5.870 unidades, em consequência da proibição de licenças para vendedores de peixe e de verduras junto ao mercado, no distrito da Candelária e o comércio fixo se elevou para 13.586 licenças de lojas, excluindo indústrias. Em 1909 o número de licenças de volantes aumentou ligeiramente para 6.216, e o comércio estabelecido compreendia 14.304 licenças.

Em 1910 os números eram respectivamente 5.956 e 15.235; em 1911, 6.503 e 15.262 e em 1912, 6.663 e 16.486. Em 1913 a crise causou uma baixa considerável para 16.545 licenças para todo o comércio. Em 1916 as cifras alcançaram um máximo, 19.161 para as casas de negócios estabelecidas e 6.572 para os mascates li-

¹⁹⁰ GONÇALVES, op. cit. acima nota 131^a, p. 293-5.

cenciados, perfazendo o total de 25.733, que refletia o auge do comércio após a crise de 1913/14, em decorrência do estancamento das importações de bens de consumo¹⁹¹.

O movimento da praça do Rio de Janeiro entre 1901 e 1912 indicava um maior número de falências de sociedades comerciais nos anos de 1901 (105), em consequência da crise bancária do ano anterior, 1907 (102), 1908 (109) e 1909 (164), provavelmente decorrentes da queda do preço do café em 1906 e 1908. As falências diminuíram em 1910 e 1911 e tornaram a aumentar em 1912¹⁹².

Nessa época, o abastecimento da capital se fazia de forma mais eficaz devido à transformação dos meios de transporte. Os gêneros alimentícios de produção nacional da Tabela 4.49 vinham pela navegação de cabotagem, Estradas de Ferro Central do Brasil, Leopoldina e do Estado do Rio e pela Cantareira. O consumo de carne verde do Rio de Janeiro de 1893 a 1912 apresentava uma elevação insignificante até 1908, sobretudo levando-se em conta as altas taxas de crescimento da população. A quantidade de gado ovino e suíno abatida para consumo do Rio de Janeiro, aumentou entre 1909 e 1912, enquanto que a de gado ovino se manteve estacionária por longo tempo e sofreu um declínio entre essas datas. A produção de carne verde bovina oscilou sem alcançar uma expansão (a não ser em 1911 e 1912), a da suína teve a mesma evolução e a da ovina um descenso.

Alterações na Política Financeira e no Sistema de Crédito

De início, a Proclamação da República e o receio de que o País entrasse numa fase de anarquia provocaram um declínio do câmbio, uma queda dos títulos brasileiros no exterior e uma retração das emissões por parte do Banco do Brasil.

¹⁹¹ a DISTRICTO FEDERAL. Prefeitura. Directoria Geral de Estatística. Relatório da Prefeitura do Districto Federal, Directoria Geral de Estatística, Prefeito Milciades de Sá Freire e Director Aureliano Gonçalves de Souza Portugal. In: ---. *Anuario de Estatística Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. Villas Boas, 1919. v. 3. (fascículo 2; 1912-1916)

b ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL, 1908/12. Rio de Janeiro, IBGE, 1917.

c BOLETIM DA PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Rio de Janeiro, Typ. Oficinas Graphics do País, :109, 1915.

d RESUMO da estatística dos volantes. *Boletim da Prefeitura do Districto Federal*, Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, :131, mar. 1917.

¹⁹² ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1908/12, op. cit. acima nota 191^b, p. 135-9.

Prudentemente, somas consideráveis de capital retraíram-se e o crédito encaixeceu desmedidamente. O êxodo de capitais e a recessão do crédito, reações típicas da desconfiança provocada pela nova organização política, criaram uma atmosfera de expectativa.

Os banqueiros e a associação comercial sugeriram ao Governo da República a substituição do lastro ouro por apólices para os 10 Bancos que obtiveram permissão para emitir. Acreditava-se que dessa forma o Governo conseguiria liquidar a dívida interna, reduzindo anualmente os juros dos títulos como reservas para emissão de notas de Banco e forçando os Bancos a separar uma quantia anual de pelo menos 10% de seus lucros, que substituiriam parte dos títulos do Governo com reservas bancárias.

Os estabelecimentos de crédito eram favoráveis a essa medida porque os dispunha de depositar o lastro ouro no Tesouro Nacional. O Decreto de 17 de janeiro de 1890 estabeleceu as novas condições de emissão, acima descritas, e dividiu o País em três regiões: a do norte; a do centro e a do sul. Do total de 450.000:000\$000 das emissões, cabiam ao centro (Rio de Janeiro (sede), São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina) 200.000:000\$000.

O sistema bancário vinculado ao comércio de exportação e à agricultura sofreu uma revolução, passando a abranger descontos, hipotecas, penhor agrícola, adiantamentos sobre meios de produção, empréstimos industriais para construção civil e de estradas de ferro, docas, portos etc., compra e venda de terras para colonização, drenagem, irrigação do solo, exploração de minas. Os bancos emissores podiam conceder terras devolutas para colonização, indústria, construção de estradas; isenção de impostos, e de direitos alfandegários sobre importações para as empresas que fundassem. Foi criado o Banco de Crédito Popular que emprestava a operários e pequenos agricultores sob palavra ou por antecipação de colheitas, e a Caixa de Pênhor Nacional também destinada a fornecer crédito barato a pessoas de rendas baixas¹⁹³.

A crise de 1888/89 a 1894 foi mais grave do que as anteriores — decorrentes de flutuações de preços do café no mercado, do declínio do valor do escravo (1864 e 1873-78) e das dificuldades de financiamento, porque além desses fatores houve a Abolição da Escravatura, a queda da produção no Vale do Paraíba, a seca do Nordeste e nos anos subseqüentes a recuperação da lavoura em São Paulo acarretando superprodução e declínio do preço do café que prolongou a fase de depressão.

A magnitude da crise foi agravada pelas despesas com a repressão das Revoltas no Sul e da Armada.

A crise do café abriu uma brecha no sistema de dominação que permitiu a ascensão temporária ao poder de grupos que não eram oriundos da classe dos grandes

¹⁹³ LEVY, op. cit. acima nota 76^b, p. 42.

proprietários de terra. (Durante o 2º Império os partidos Liberal e Conservador tinham se alternado no Poder.) De acordo com o estudo realizado por JOSÉ MURILO DE CARVALHO¹⁹⁴ o Partido Liberal teve 15 ministérios com uma duração de 13 anos e quatro meses, o Conservador 14 ministérios com uma vigência de 26 anos e o Progressista seis ministérios com uma permanência de seis anos e um mês.

A origem social dos membros dos ministérios de 1840 a 1889, quanto ao Partido Conservador, era de 47,54% de proprietários rurais, 13,12% de comerciantes, 18,03% de outras profissões e 21,31% sem informação, quanto ao Liberal era de 47,83% de proprietários rurais, 8,69% de comerciantes, 26,09% de outras atividades não definidas e 17,39% sem informação.

O autor concluiu no seu ensaio que o conflito entre liberais e conservadores era fundamentalmente entre a oligarquia rural, regional e a oligarquia hegemônica do café.

Os membros do Partido Republicano do Rio de Janeiro (1870) apresentavam uma maioria de profissionais liberais (63,15%) e de comerciantes (14,04%), e apenas 1,76% de proprietários rurais. O Partido Republicano de São Paulo (1878) ainda compreendia uma alta percentagem de proprietários de terra (30,56%) e era bem mais conservador. (Os republicanos do Rio de Janeiro e os oficiais do exército que lideraram a Proclamação da República não eram oriundos, na sua maioria, da classe proprietária de terras e da burguesia comercial associada a ela.)

No fim do Império mais da metade dos generais ainda possuía título de nobreza sanguínea (os cadetes), mas a quase totalidade desses títulos era concedida a filhos de militares. Os filhos da nobreza civil que recebiam título de soldados particulares tinham quase desaparecido. De um total de 60 oficiais superiores, 29 eram filhos de militares, e 31 de pais que exerciam outras profissões. A origem social dos oficiais superiores evoluía da nobreza para um recrutamento endógeno. Não havia qualquer vínculo definido entre os militares e o Governo Imperial que restringira os efetivos e os recursos do estabelecimento militar após a Guerra do Paraguai. A entrada dos militares e do Partido Republicano no Poder foi de curta duração, de 1889 a 1894 quando os interesses da cafeicultura dominante de São Paulo conseguiram eleger Prudente de Morais. É claro que o grupo do café permaneceu poderoso mesmo nesses anos o que fica evidenciado pela verba de 50.000:000\$000 de assistência à agricultura concedida de 1888 a 1890, segundo o Relatório do Ministério

194

^a CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira República: o poder desestabilizador. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, Belo Horizonte, Univ. Federal de Minas Gerais, (1):113-88, mar. 1974.

^b ———. A composição social dos partidos políticos imperiais. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, Belo Horizonte, Univ. Federal de Minas Gerais, (2):1-34, dez. 1974.

da Fazenda de 1891. No entanto perdeu o domínio quase exclusivo do crédito de que antes usufruía. A burocracia, o estabelecimento militar, as profissões liberais, se expandiram com a ampliação do poder do Estado com a iniciativa de educação de massa.

A burguesia comercial tradicional que financiava a colheita do café, açúcar, e borracha perdeu prestígio e cresceu uma nova burguesia comercial, interessada em investimento nos transportes, nos serviços em geral, e na indústria, que estava sendo propiciada pela abertura de crédito a essas atividades, pela desvalorização da moeda que dificultava a importação de mercadorias competitivas sem impedir a de máquinas e a de tecnologia, pela integração do mercado de mão-de-obra, pelo aumento do mercado consumidor em virtude da Abolição da Escravatura e pela migração dos trabalhadores rurais para a cidade, barateando os salários.

A composição de classes no Poder, todavia, se alterara e a manutenção da política bancária deveria englobar os interesses que politicamente emergiram com a República. A partir do desenvolvimento econômico proporcionado pelos lucros da cafeicultura surgia uma pequena burguesia urbana ligada ao comércio, às profissões liberais, às manufaturas e à burocracia. Relativamente pouco desenvolvida, essa classe não se constituiu num grupo de pressão suficientemente forte, capaz de romper com o poder político das oligarquias regionais. Suas aspirações gravitavam em torno de objetivos industrialistas que durante a fase de implantação da República foram parcialmente atendidas. A canalização dos Ativos Financeiros disponíveis para investimentos de caráter industrial foi a perspectiva aberta pela conciliação de classes no poder, quando a República estava ainda por ser consolidada¹⁹⁵.

Somente nessa época o capital comercial e bancário investido na produção secundária poderia revolucionar as relações de produção e dar início à indústria. VILLELA e SUZIGAN¹⁹⁶ atribuíram uma grande importância ao fato de o aumento do papel-moeda (de 3,5 vezes entre 1889 e 1894) ter ocorrido paralelamente ao declínio da produção (prejudicada pela Abolição da Escravatura e seca do nordeste em 1889) na interpretação do aumento médio anual dos preços de 20% e da desvalorização do câmbio nesse período.

A enorme expansão dada à circulação fiduciária causou verdadeiro alarme. A baixa do câmbio era atribuída essencialmente às emissões e à expansão do crédito.

¹⁹⁵ SAES, Decio Azevedo Marques de. *O civilismo das camadas médias urbanas na primeira República brasileira (1889-1930)* Campinas, UEC, 1973. p. 3-10 [mimeo.]

¹⁹⁶ VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento econômico brasileiro 1889-1945.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. p. 33.

A praça agitava-se, entretanto, procurando sondar as origens da pressão cambial, que aumentava a cada dia. Uma comissão de banqueiros foi constituída para proceder a um exame da situação dando o seguinte parecer: "*Além destas causas geraes e patentes, alguns dos signatários d'este parecer opinaram que podem concorrer também para a depreciação da nossa moeda a emissão de papel bancário e a cobrança em ouro dos impostos aduaneiros. A maioria porém, opina, quanto à emissão bancária que, nos limites actuais e mesmo ampliada prudente e gradativamente não pode ella por si só concorrer para a baixa do câmbio.*

"*Releva, porém, reconhecer que a transformação do trabalho agrícola e o desenvolvimento das indústrias, disseminadas por uma enorme extensão do paiz, obrigando ao pagamento de salário a todos os trabalhadores ruraes e a operários de toda a espécie empregados na construção de estradas de ferro, melhoramento de portos, exploração de minas, fábricas e usinas, exige hoje muito maior somma de meio circulante da qual grande parte permanece por muito tempo inactiva no interior do paiz, retida não só pelos próprios operários como principalmente pelos industriais e lavradores, que são forçados a ter sommas avultadas em depósito, para acudir as suas necessidades em virtude do diffícil e moroso transporte de dinheiro a tão longinquas paragens; provinha d'ahi que a somma effectivamente em circulação é muito menor do que a totalidade da emissão.*"¹⁹⁷

A desvalorização da moeda e a tarifa ouro dificultavam a importação de manufaturas competitivas com a indústria nacional mas não impediram a de equipamentos requeridos pela renovação tecnológica, sobretudo pelo crescimento da produção de energia elétrica.

A tarifa de maio de 1890 estabelecia que 20% dos direitos alfandegários de importação seriam cobrados em ouro, a de outubro 100% em ouro. Em janeiro de 1891 foi revogada a taxa ouro e substituída por uma sobretaxa de 25%, e em 1892 por tarifas de 50 a 60% *ad valorem* cobradas em papel-moeda.

Apesar dessa política alfandegária visar o aumento das rendas do Estado para fazer face às despesas públicas (acrescidas com o estabelecimento da República e expansão dos transportes) resultava positiva para a indústria cujos representantes não dispunham de poder para impor uma política favorável aos seus interesses. Por outro lado a produção secundária era favorecida pela Lei Bancária de 1888 que ampliava o crédito para essa atividade econômica.

A política de emissões bancárias aumentou consideravelmente o nível dos meios de pagamento. Este acréscimo teve imediato efeito sobre o custo do crédito, expresso pela taxa de juros, tornando-o mais barato e estimulando as aplicações em Ativos Reais, produtivos, em princípio. Estas aplicações ficam evidenciadas se não pelo produto interno bruto, que se apresenta no período com taxas negativas

¹⁹⁷ GAZETILHA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1891.

ou levemente positivas, pela potência energética instalada, que demonstra uma mudança na fisionomia da economia no sentido de um processo de industrialização. Esse processo determinou, por sua vez, a afluência ao mercado de uma série de haveres financeiros, uns de generalização recente, outros de receptividade já tradicional. No primeiro caso se enquadravam as ações e debêntures que passavam a atrair o interesse do público após as alterações na Lei das Sociedades Anônimas. No segundo, as cambiais, direitos de saque no exterior, papel corriqueiro em uma economia de exportação, e as notas promissórias muito comuns em função do papel desempenhado pelo comércio, assim como as Letras Hipotecárias que ressurgiram com vigor em função da crise da lavoura escravista e da preocupação do Estado em minorar suas conseqüências. Apenas os Títulos da Dívida Pública diminuíram em termos de quantidade ofertada depois de haverem se tornado lastro para as emissões bancárias. A recessão na oferta destes títulos contribuiu, sem dúvida alguma, para abrir mercado para os demais Ativos. Isto ocorreu porque, como já tivemos oportunidade de ressaltar, o conservadorismo nas preferências de poupança dos grandes latifundiários levava-os sempre a investir em títulos do Governo. Retraída esta oferta, natural seria que estes investimentos se dirigissem para outras das diversas novas alternativas que se ofereciam no mercado. Esses Ativos, como fica claro, surgiram em decorrência da apropriação de Ativos Reais, e seu volume é capaz de indicar o endividamento admitido pela economia.

A aceleração do processo inflacionário, nesse período, foi de uma taxa negativa de -16,1% a.a. em 1887, ano que marcou o início das especulações com títulos bancários, para 84,9% a.a. em 1891, quando fervilhava o Encilhamento. Inicialmente o processo inflacionário intenso tendeu a provocar uma substituição de Ativos Líquidos em favor dos menos líquidos, e de Ativos financeiros em geral em favor de Ativos tangíveis.

O declínio no preço do café que se manteve baixo até 1908, com ligeira recuperação em 1892, 1893 e 1904, acarretava uma redução das rendas governamentais decorrentes na sua maioria dos impostos sobre a importação, provocando déficits orçamentários agravados pelas despesas militares com as Revoltas da Armada e com as obras públicas.

A especulação havia deixado a Bolsa de Valores em baixa, se concentrando em campo mais profícuo, qual seja, o das operações cambiais. O Relatório da Fazenda do ano anterior já denunciava esse fato e procurava buscar soluções: *"Contra as anomalias da instabilidade do câmbio, cujas oscilações em nosso país obedecem mais ao capricho da usura sem escrúpulos do que aos efeitos das leis económicas, o remédio decisivo é a cobrança em ouro dos direitos de consumo (...) até que tenhamos preparado a circulação metálica e poupado o 'tesouro' às surpresas e absurdos das flutuações da praça, quando tem necessidade de concorrer na compra de cambiais para as despesas no exterior. Mediante a adopção desta exigência fiscal, amenisada para o contribuinte pela supressão dos direitos addicionaes, teremos inicia-*

da a corrente do ouro para o nosso mercado, de modo a evitar a enormidade dos sacrifícios, que custam ao Estado as diferenças de câmbio."¹⁹⁸

A desorganização financeira propiciava todo tipo de operações cambiais. A mecânica deste jogo era simples: vendia-se ou comprava-se saques no exterior sem cobertura e esperava-se a chegada das mercadorias exportáveis que forneciam os recursos necessários para as liquidações, nas datas do vencimento. Esta era uma típica especulação altista, consistindo em ganhar ou perder em diferenças de câmbio. Os primeiros sucessos dessas operações foram obtidos em setembro de 1894.

Examinando detidamente os livros do Registro Oficial de Cotações de Títulos e Valores da Bolsa, nota-se que desde 1886 se delineava um movimento de intensa especulação que mais tarde veio a dar no Encilhamento. No período 1876-86 houve um acréscimo de 1,067% nas transações bolsistas, e de 231% em relação ao número de companhias com títulos cotados em pregão. Estes totalizavam 53, setorizados da seguinte forma: 16 Bancos; 11 companhias de seguro; duas de fiiação e tecidos; 21 de transportes e três de serviços públicos. Esta divisão se manteve em 1887 com alterações insignificantes, ao contrário do número de transações que sofreu um aumento de 33%.

A partir de 1889 o Encilhamento vai eclodir diretamente na Bolsa de Valores. Os três anos que se seguem são marcados por *booms* permanentes. O aumento das transações bolsistas é de 84% em 1889, de 98% em 1890, e de 45% em 1891.

No entanto, é apenas em 1890 que aumenta de fato o número de companhias com papéis negociados. Neste ano, 114 empresas participam do movimento de títulos, se dividindo entre: 43 Bancos, sete companhias de seguros, 10 de fiiação e tecidos, três de alimentos e bebidas, 22 de transportes, oito de serviços públicos, duas de extração mineral, três de comércio, cinco de construção civil, uma de construção naval, três de recreação e esportes, duas de colonização e cinco cujos setores não foram identificados.

A partir de 1892 inicia-se um acentuado declínio no movimento da Bolsa de Valores que tem seu desfecho em 1893, coincidindo com a organização da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos. Mesmo com as medidas de saneamento no mercado de títulos promovidas pela corporação dos corretores, a Bolsa de Valores conseguiu manter um movimento de 47 transações durante o ano, o que corresponde a um aumento de 132% em relação a 1886. (Tabelas 4.5, 4.6, 4.7, Gráficos II, III, IV.)

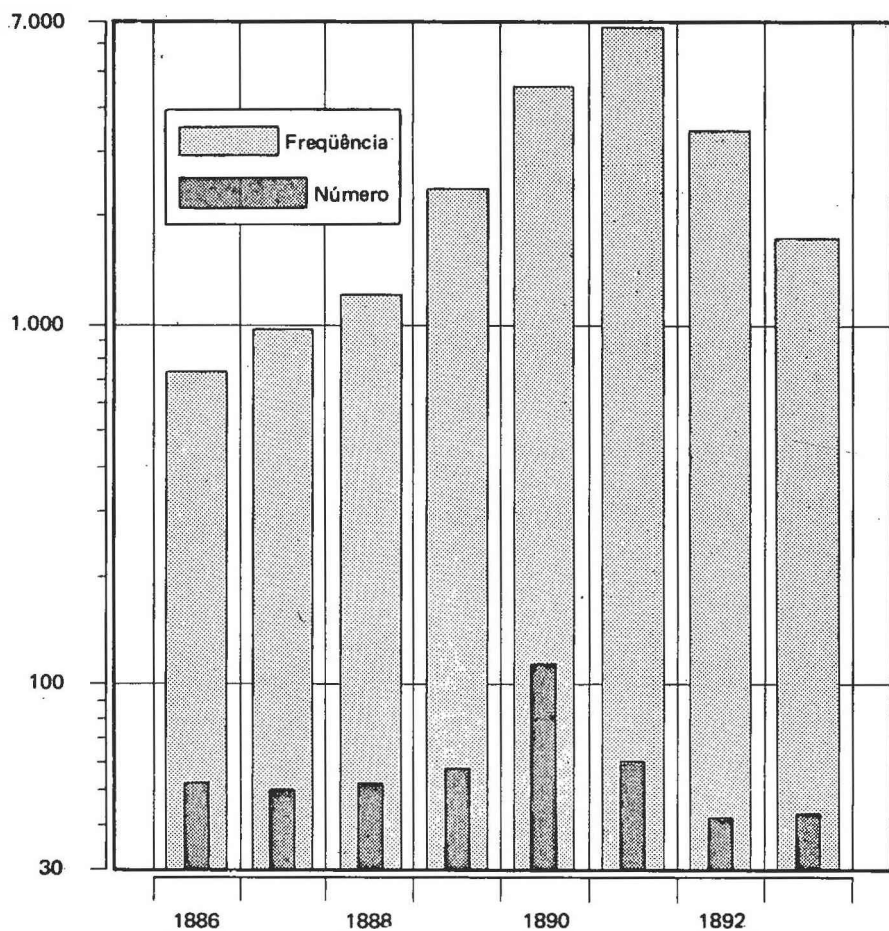
Vide Tabela 4.5 pág. 561

Vide Tabela 4.6 pág. 561

Vide Tabela 4.7 pág. 562

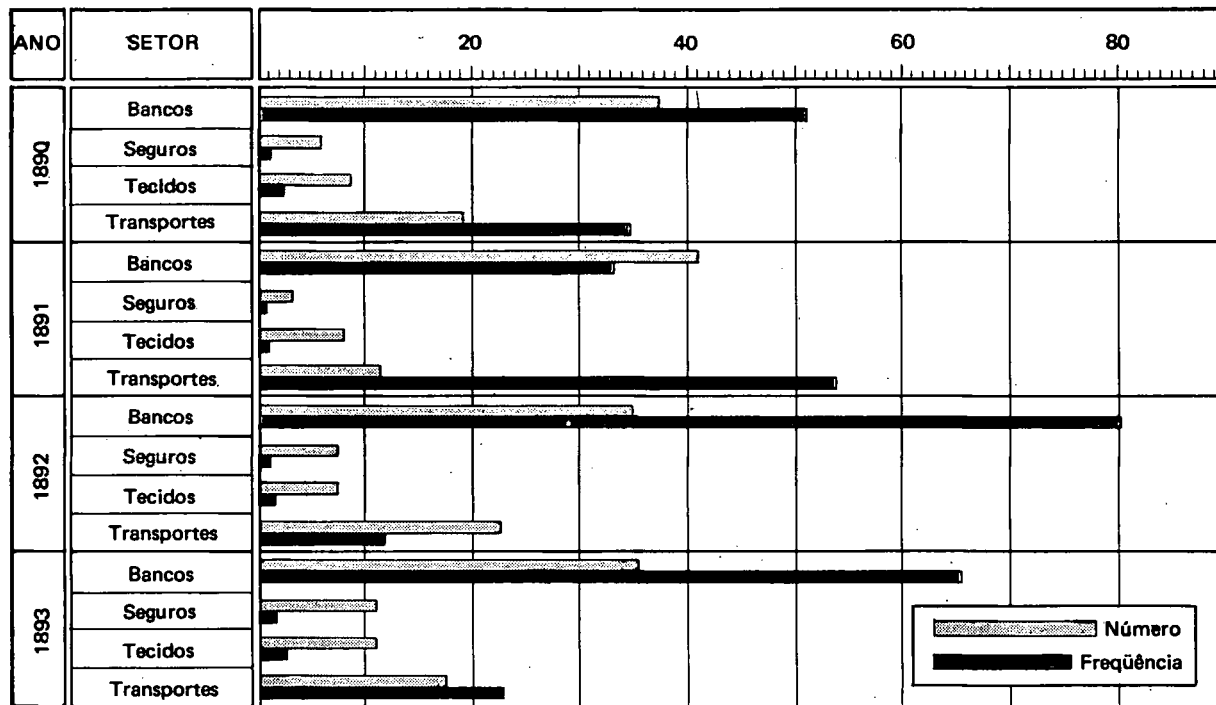
¹⁹⁸ FREIRE, Felisberto Firmino de Oliveira. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro dos Negócios da Fazenda.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1894. p. 29.

FIGURA 2 – Número de Companhias e Freqüência de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 1886-93



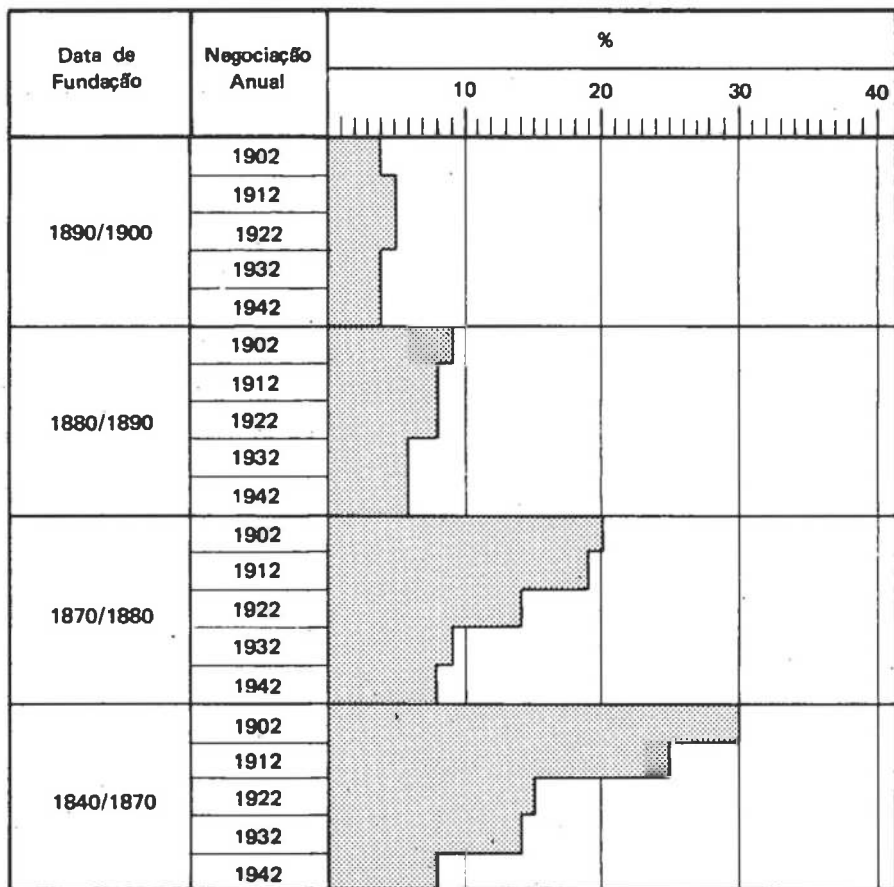
Fonte: LEVY, Maria Bárbara. *Historia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Apud. CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro. *Livro de cotações oficiais de titulos e valores*. Rio de Janeiro. 1886-93.

FIGURA 3 – Bancos, Companhias de Seguros, Tecidos e Transportes – Número e Freqüência de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 1890-93



Fonte: LEVY, Maria Bárbara. *Historia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Apud. CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro, *Livro de cotações oficiais de titulos e valores*. Rio de Janeiro, 1890-3.

FIGURA 4 – Número de Empresas Negociadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro Segundo a Data da Fundação



Fonte: LEVY, Maria Bárbara. *Historia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Apud. CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro. *Livro de cotações oficiais de títulos e valores*. Rio de Janeiro, 1840-1900.

Se levarmos nossa preocupação em definir o real significado do Encilhamento até a última análise, podemos verificar no arquivo de registro das sociedades anônimas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro as companhias que existiam no ano de 1891 e o seu capital realizado.

Destas empresas, a grande maioria se manteve com cotação na Bolsa de Valores por muitos anos, e até que o processo de industrialização por substituição de importações se afirmasse depois da II Guerra, eram elas que respondiam essencialmente pelo parque industrial do Brasil. Pelo Gráfico IV pode-se facilmente acompanhar esta afirmação verificando que as empresas fundadas entre 1890 e 1900 dominaram a demanda por títulos durante 40 anos.

As incorporações, no início da República foram usadas inúmeras vezes para encobrir a especulação e a má fé. Entretanto, o legado da política financeira destes primeiros anos republicanos foi o de iniciar a ruptura entre a manufatura e a indústria como processos produtivos distintos. Na verdade há uma reavaliação do mercado interno a partir do momento em que as condições quer relativas à oferta de mão-de-obra quer relativas ao capital já existiam. As crises periódicas de 1857, 1864 e 1875 e futuramente a de 1900 provocaram sistemáticos movimentos de expansão e desapropriação através de falências das manufaturas existentes, criando as condições para uma centralização industrial às custas da conquista dos mercados servidos pelas empresas incapazes de vencer as contínuas flutuações da política financeira.

Vide Tabela 4.8 pág. 563

A localização industrial obedecia, em princípio, ao seguinte critério: proximidade do mercado consumidor, da fonte de matérias-primas e dos mercados de capital. Entre 1890 e 1900 o Rio de Janeiro preenchia estas condições melhor que qualquer outro lugar do País. A capital federal era um mercado consumidor de primeira grandeza, em consequência da presença do aparelho administrativo atraindo, portanto, o estabelecimento de indústrias. Para os distintos setores industriais, o acesso às matérias-primas e às máquinas necessárias à produção ocorreu através do comércio de cabotagem ou do transatlântico. Em ambos os casos o Rio de Janeiro, como cidade portuária, apresentava vantagens indiscutíveis. Finalmente, se abria como o maior centro financeiro do País, como sede do Banco do Brasil e da maior parte dos grandes Bancos e finalmente da maior Bolsa de Valores¹⁹⁹.

Do ponto de vista do mercado de consumo e de trabalho o Rio de Janeiro era incontestavelmente a maior cidade brasileira. Entre 1890 e 1900 a população aumentou 33% passando de 522.651 para 691.565 habitantes. O então Distrito Fe-

¹⁹⁹ LEVY, Maria Bárbara. Formação de mão-de-obra no Brasil. In: SEMINÁRIO DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, 1972. *Ciclo de preleções - Forum sobre recursos humanos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, CTP, 1972.

deral era uma cidade quase três vezes maior que São Paulo o que significa — dada a hipótese do poder aquisitivo *per capita* ser semelhante nas duas cidades — um mercado de consumo também quase três vezes mais amplo²⁰⁰.

De tudo isso resulta que condições muito concretas e objetivas coexistiam no início do novo regime político capazes de alicerçar o movimento industrialista que muitos pretendem desconhecer, considerando-o fictício, especulativo e demagógico.

O Encilhamento — a especulação com títulos — foi seguido pela especulação cambial. Bem menos conhecida que a *febre de Bolsa*, sucedeu-a quase automaticamente. Logo após o mercado haver se retraído, entre 1892 e 93, passou a atividade especulativa a agir no mercado de câmbio. O vulto das transações era bem maior que o do Encilhamento, apesar desta atividade não ter jamais envolvido a população menos informada. Era um jogo de especialistas, especuladores que de fato conheciam o mercado no qual atuavam. A especulação cambial foi por isso mesmo muito mais sofisticada que o Encilhamento e mais desconhecida para o historiador. (Tabela 4.9.)

Vide Tabela 4.9 pág. 564

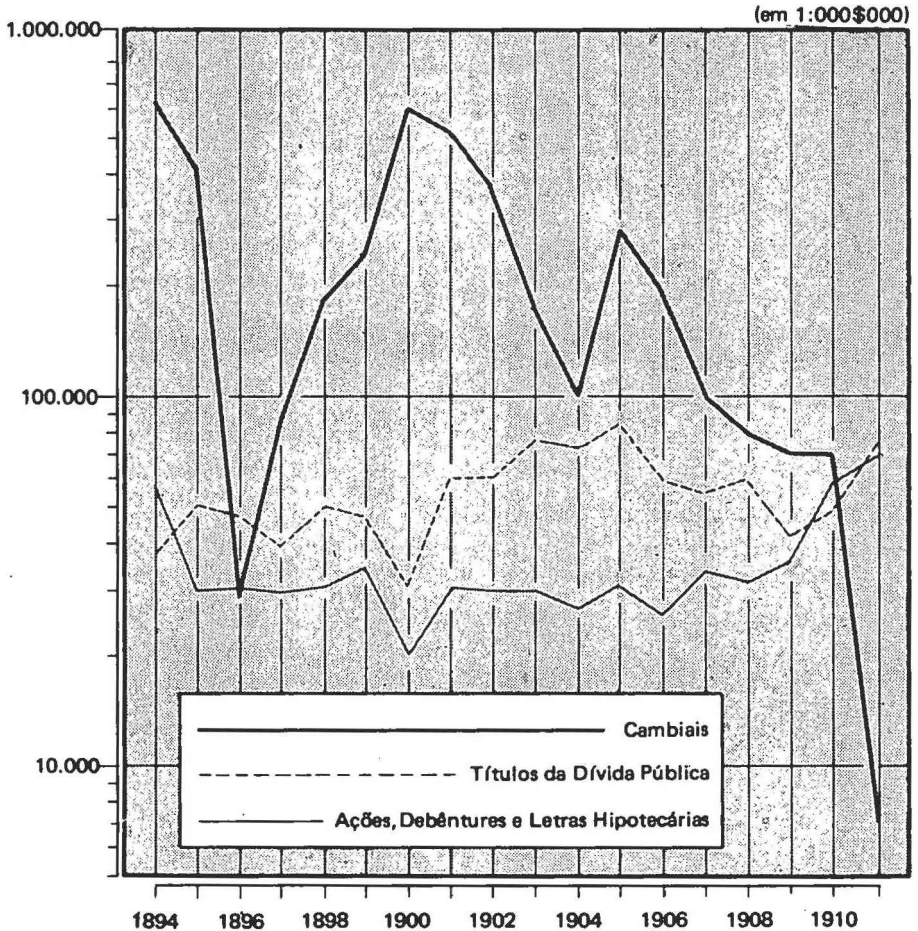
Para dar uma idéia do volume de especulações, basta lembrar que nas épocas normais de safra, em que havia Letras sobre as praças estrangeiras em abundância, tempo em que o comércio se abastecia de cambiais para cobrir seus compromissos no estrangeiro, a soma mensal de saques regulava entre £1.500 mil, que distribuídas por 25 dias úteis, dariam uma média de £60 mil. Porém, quando a especulação começou a assumir proporções consideráveis, só no período de 3 a 7 de abril de 1893 foram negociadas £250 mil em cambiais por dia. Esta atividade provocou imediata queda na cotação da moeda nacional. A relação de causa e efeito entre esses dois elementos — circulação e cotação — nem sempre foi percebida, levantando-se uma série de argumentos que contribuíram para desviar a discussão do ponto central que era a inflação decorrente do aumento de velocidade da circulação dos meios de pagamento em virtude da especulação e conseqüente desvalorização da moeda.

Mesmo que se avenge que esta quantia desmesurada de libras transacionadas poderia originar-se do registro duplo de operações, por deficiência ou obscuridade das notas dos corretores, ainda assim a diferença era surpreendente.

Procurar a justificativa na insuficiência de venda de café nesta época se choca com o fato de que, tendo a Baía de Guanabara passado seis meses fechada em função da Revolta da Armada, a importação também sofreu idêntica retração por inter-

²⁰⁰ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Ed. Nacional/USP, 1968. p. 47.

FIGURA 5 — Volume de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro — 1894-1911



Fonte: LEVY, Maria Bárbara. *Historia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Apud. CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PÚBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro. *Relatorio*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1894-1911.

cepção dos transportes, ficando também reduzidas as necessidades do comércio de demanda de cambiais²⁰¹.

Outra alegação plausível seria pensar que o Governo para satisfazer seus compromissos com o exterior tivesse entrado como concorrente tomador de cambiais. Porém, o Governo, para atender às despesas com a sufocação da Revolta no Rio de Janeiro e no Sul, procurou cambiais e a praça não se ressentiu, mantendo-se o câmbio superior à taxa de 10 1/2d., sem gravar o comércio.

A origem da baixa cambial só pode residir no fato de terem sido realizadas vendas de cambiais a descoberto, em volume considerável, antes da safra. Os tomadores desses papéis passaram a atuar no sentido de forçar a baixa do câmbio. No momento da liquidação dos compromissos aqueles que haviam vendido cambiais, sem de fato possuí-las, foram forçados a comprá-las no mercado a preços mais elevados do que aqueles aos quais haviam fechado as operações. A procura ostensiva de cambiais no mercado pelos vendedores a descoberto concorreu substancialmente para a baixa do câmbio, promovendo um encadeamento progressivo de especulação com a gradual elevação das somas em jogo.

A especulação se baseava nas possíveis variações no curso do câmbio, cujo ganho incerto resultava de contingências que o impulsionasse quer para alta quer para baixa. Alguns especuladores manobravam no sentido de provocar a variação para alta, dando um crédito fictício aos valores, outros, interessados na baixa, provocavam o descrédito, numa luta acirrada no mercado de câmbio.

A conversibilidade continuava a ser o objetivo cada vez mais distante dos Ministros da Fazenda do Brasil. Joaquim Murinho fará dela o centro de sua política econômica. Torna-se por isso importante esclarecer os argumentos em que se baseava essa ortodoxia monetária para compreendermos seu reflexo no sistema bancário.

A teoria monetária do século XIX estava enquadrada nas solicitações da economia européia. Tinha como princípio geral o fato de que se todos os países se baseassem no padrão-ouro, o ouro disponível tenderia a distribuir-se em função das necessidades do comércio internacional. Se um País importasse mais do que exportasse, sairia o ouro, reduzindo o meio circulante. A saída do ouro implicaria na queda dos preços, e, portanto, num estímulo às exportações e numa redução das importações num mecanismo de correção automática.

201

Durante a Revolta da Armada, a Camara Syndical dos Corretores viu-se na contingência de procurar local mais garantido contra os projéteis que eram lançados sobre a parte comercial da cidade. Para continuar a funcionar regularmente, a Bolsa de Valores aceitou funcionar no salão do Banco Paris e Rio de Janeiro. Como resultado do manifesto dos revoltosos o prazo do crédito se retraiu. O câmbio que fechara no dia 5 de setembro de 1893 à taxa de 12 1/8, abriu frouxo a 11 1/2 no dia 6, baixando a 10 3/4 no dia 9, primeiro dia útil após aquele.

Aplicada ao Brasil, provocava essa teoria profundas distorções. Apenas através de exportações se obtinha a moeda necessária para cobrir as importações, não existindo uma produção interna de artigos que pudessem substituí-la. Os nossos financistas estavam presos a uma série de preceitos doutrinários do padrão-ouro. Todos os seus esforços estarão concentrados numa tarefa vã: submeter o sistema econômico às regras financeiras que prevaleciam na Europa. A recessão econômica que tal política provocou foi o preço da experiência histórica.

Em 1899 o Estado se vê na contingência de consolidar a dívida externa através de um *funding loan* e suspender as garantias de lucros a favor de diversas estradas de ferro. O acordo com os credores previa a suspensão das amortizações das dívidas até 30 de junho de 1911 e uma emissão de no máximo £10 milhões, tendo como garantia a primeira hipoteca das rendas da alfândega do Rio de Janeiro e em segundo lugar, das outras alfândegas do Brasil. Nenhum outro empréstimo poderia ser negociado pelo Governo brasileiro até julho de 1901. À medida que o Governo emitisse títulos, depositava o valor equivalente em papel-moeda ao câmbio de 18 dinheiros no London and River Plate Bank, no London and Brazilian Bank e no Brasilianische Bank für Deutschland, devendo este papel ser retirado da circulação e destruído ou empregado em Letras de Câmbio. O ouro era exportado, criando-se um fundo em Londres e reduzia-se o papel-moeda em circulação. As emissões que se elevavam a 51,6% em 1890 e 71,8% em 1891, baixaram para um nível de 0,2% em 1898.

A deflação decorrente da moratória, a estagnação dos capitais da indústria que aumentaram a partir de 1895 como já se observou, a retração dos negócios, a redução das importações devido ao preço baixo do café e a necessidade de remeter ouro para o exterior contribuíram para a crise bancária de 1900.

Acrescente-se a esses fatores a concorrência dos bancos estrangeiros aos nacionais, sendo que os primeiros podiam sacar livremente de suas matrizes e não pagavam as comissões a que os nacionais estavam sujeitos²⁰². ANNIBAL VILLELA e WILSON SUZIGAN²⁰³ consideram que a recuperação do câmbio e o aumento do preço do café em 1900 produziram um saldo nesse ano que pressionou a liquidez dos Bancos.

O Banco da República do Brasil (fusão do Banco do Brasil e do Banco dos Estados Unidos do Brasil) devia desempenhar o papel de controlador do câmbio, mas sofria as conseqüências das manobras especulativas, altistas e baixistas dos bancos estrangeiros. O Banco da República sentindo-se em dificuldade solicitou ao Go-

²⁰² LEVY, op. cit. acima nota 76^b, p. 53.

²⁰³

^a VILLELA & SUZIGAN, op. cit. acima nota 196, p. 37-9.

^b ÓNODY, op. cit. acima nota 113^e.

verno a autorização para emitir 50.000:000\$000 de papel-moeda não sendo atendido, o que deflagrou uma corrida a este estabelecimento de crédito e o fechamento dessa instituição no dia seguinte. Na mesma ocasião faliram os Bancos Rural e Hipotecario, Lavoura e Commercio e o Banco Commercial. A crise de 1900 aprofundava o enfraquecimento do sistema de crédito nacional face ao estrangeiro, acentuando a dependência do Brasil dos credores. Em 1901, o Governo fazia novo empréstimo no exterior no valor do dobro da quantia de consolidação da dívida externa a fim de rescindir o contrato de 50% das ferrovias com as quais o Governo ainda mantinha acordos de garantias de juros.

No período de administração do Ministro Joaquim Murinho (1898-902) a indústria foi considerada como artificial, sobrevivendo à custa da desvalorização cambial e das tarifas alfandegárias que também protegiam os cafeicultores ineficientes. O Ministro da Fazenda julgou a crise de 1900 benéfica "pois foi o fruto de uma força irresistível a atuar sobre o restabelecimento do equilíbrio financeiro e econômico do país"²⁰⁴.

Apesar da valorização da taxa de câmbio e da falta de proteção governamental, a indústria do Rio de Janeiro não entrou em colapso. De 1903 a 1913 houve um grande afluxo de capitais estrangeiros e o Governo lançou um programa de obras públicas que beneficiou particularmente o Rio de Janeiro. A crise de superprodução do café e o Acordo de Taubaté apesar de atrair crédito e recursos para essa atividade, favoreceu indiretamente a indústria. O empréstimo de £4 milhões obtido em bancos estrangeiros (Brasilianische Bank für Deutschland, J. Henry Schroder de Londres e National City Bank) e suplementado pelas casas exportadoras, permitiu a compra de quase 8 milhões de sacas de café de tipos inferiores ao tipo sete, ao preço médio de fr.42,5. Um imposto de fr.3 por saca exportada garantia o pagamento de juros e amortização dos empréstimos efetuados. A política do café adotada pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro nessa época forçou o Governo federal a comprar café de tipos mais baixos para evitar o descontentamento dos produtores.

O sucesso dessa política exigia uma desvalorização da moeda a um nível que garantisse uma renda monetária interna satisfatória para os cafeicultores, paralelamente à manutenção e elevação do preço do café no mercado externo. A fim de realizar esse objetivo foi criada pelo Governo federal a Caixa de Conversão em 1906 que recebia depósitos permutáveis por bilhetes emitidos a 15 dinheiros até o limite de £20 milhões ou 320.000:000\$000. Desta forma a Caixa manipulava o câmbio e provocava a desvalorização da moeda até o nível desejado. Em maio de 1910 esse limite foi atingido e teve de ser ampliado.

O quarto Banco do Brasil, criado em substituição ao Banco da República, tinha o Presidente e o Diretor da Carteira de Câmbio designados pelo executivo federal, e também desempenhava a função de controlar o câmbio.

²⁰⁴ LEVY, op. cit. acima nota 202.

O papel do Estado nesse período pode ser resumido como "avalista, agente bancário e manipulador baixista do câmbio, tudo para satisfazer a absorção crescente de financiamento pela agricultura que sustentava a balança comercial"²⁰⁵. Não interessa do ponto de vista histórico discutir alternativas teóricas da política do café, do momento que o grupo de pressão do complexo do café, abalado em 1888, tornava a ser hegemônico por volta de 1906, dentro do bloco no Poder, deslocando os militares.

No entanto, apesar da subordinação do crédito aos interesses do café através de bancos nacionais, estrangeiros, da Caixa de Amortização e do Banco do Brasil, a indústria pôde sobreviver após o Governo Murinho graças à manipulação do câmbio que visava assegurar a renda de cafeicultores e exportadores desse produto.

Em 1913 houve uma redução brusca das exportações do Brasil e um déficit na balança comercial, compensado pelo afluxo de capitais do exterior e pela política de Caixa de Conversão.

Demografia Histórica

O crescimento da população a uma taxa muito mais elevada em virtude da migração de escravos libertos da zona rural para a urbana, à intensificação da imigração e ao saneamento do Rio de Janeiro (controle da cólera-morbo, e da *febre amarela*), favorecia a expansão industrial aumentando a oferta de mão-de-obra e o mercado consumidor.

A densidade do Rio de Janeiro que era de cerca de 247 habitantes por km² em 1872, passou a 409 em 1890, 620 em 1900 e 722 em 1906. Nesse último Censo a densidade da zona urbana (158.316km²) era de 3.928 habitantes por km², enquanto que a da zona suburbana se reduzia a 191 habitantes por km², exceto em Inhaúma, onde se elevava a 1.568 habitantes por km². Nenhum dos outros distritos suburbanos atingia a densidade de 300 habitantes por km². Em 1906, o Rio de Janeiro era a única cidade do Brasil com mais de 500 mil habitantes, e abaixo dela estavam São Paulo e São Salvador com apenas um pouco mais de 200 mil.

A população da capital era de 274.972 em 1872, 522.651 em 1890, aproximadamente de 691.565 em 1900 e de 811.443 em 1906. Os recenseamentos de 1872 e 1890 incluíam, o primeiro, os ausentes na época do Censo e o segundo, a população regular e flutuante. O de 1900 foi considerado muito falho pelo próprio Governo que classificou o resultado como uma estimativa; o de 1906 foi o mais perfeito. O ritmo acelerado do crescimento da população decorria em parte do afluxo de libertos e de imigrantes. Os nacionais eram em número de 190.689 em 1872,

²⁰⁵ LEVY, op. cit. acima nota 76^b.

398.299 em 1890 e 519.849 em 1900 e os estrangeiros 84.283 (30,65% do total), 124.352 (23,80%) e 171.716 (24,83%), respectivamente.

A mortalidade por moléstias transmissíveis sofreu grande declínio do quinquênio de 1898 a 1902 para o de 1903 e 1907; de 9,95 habitantes por mil para 7,95.

As doenças compreendidas eram a febre tifóide, empaludismo, varíola, sarampo, escarlatina, difteria, gripe, desintéria, peste, febre amarela, lepra, beriberi, tuberculose. As maiores reduções referem-se à febre amarela cujo coeficiente diminuiu de 1,02 óbitos por 1 mil habitantes de 1898 a 1902 para 0,26 de 1903 e 1907 e à tuberculose que passou de 4,42 mortes para 3,97 por 1 mil habitantes.

Os coeficientes globais de mortalidade foram de 21,88 em 1905, 20,74 em 1906, e de 19,02 em 1907. As taxas aritméticas de crescimento anual da população que eram de 2,32% entre 1872 e 1890 e de 2,08% entre 1890 e 1900, passaram a 3,52% no período de 1900 a 1910.

Apesar desses progressos, no Distrito Federal as taxas de nupcialidade e natalidade eram baixas e a de mortalidade alta, em comparação com Niterói, São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba²⁰⁶.

O declínio da taxa de mortalidade decorreu dos esforços de saneamento, construção de esgotos, derrubada de cortiços, surto de construções de habitações populares pelo Governo e pelas indústrias, campanha de vacinação, de extinção do inseto transmissor da *febre amarela*, melhoria do abastecimento da cidade.

A Lei de 9 de dezembro de 1882 concedia privilégio de importação isenta de impostos e outros benefícios às firmas que construíssem casas populares higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevados do solo e com boa aeração. Em 1887, a empresa de construção Evoneas Fluminense, sucessora de Américo de Castro obteve concessões para construir vilas operárias. Arthur Sauer conseguiu maiores benefícios através do Decreto de 8 de fevereiro de 1888 para uma companhia que foi incorporada em 1889, destinada a construir 3 mil casas e que em dezembro desse ano já iniciava as obras no Rio de Janeiro²⁰⁷. As fábricas Progresso Industrial do Brasil em Bangu (1890), Mavilis e Bonfim no Caju, Cruzeiro no Andaraí (1895), Luz Stearica em São Cristóvão, Brahma no centro (1904), e Corcovado começaram a construir casas operárias nessa época. O Governo do Distri-

²⁰⁶ BOLETIM COMEMORATIVO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908. Rio de Janeiro, Directoria Geral de Estatística, 1908. p. 24-6.

²⁰⁷ BRASIL. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Arquivo. *Códices 40.3.35 e 40.4.48 intitulados, casas para operários e classes pobres do Rio de Janeiro.* [mss.]

to Federal, por sua vez, começara em 1892 a demolição de grande número de cortiços no centro para fazer as obras de modernização do porto e construção do cais. A reforma do serviço sanitário e a moderna orientação do novo diretor da Saúde Pública, Oswaldo Cruz, contribuiu poderosamente para reduzir a mortalidade.

A Atividade Manufatureira e Industrial

O Setor Secundário da Economia no Rio de Janeiro de 1890 a 1913

Podemos concluir, com base no que já foi dito, que as condições de crédito, de câmbio, de política alfandegária, de transportes, de crescimento da população, e de abastecimento da cidade favoreceram a expansão do setor secundário da economia urbana e a transição da manufatura para a indústria. Aproximadamente metade das empresas que figuram no primeiro Censo industrial moderno do Brasil, o de 1907, se estabeleceram entre 1889 e 1907, e sobreviveram, em 1891, à crise do Enclihamento.

O crédito dirigido à indústria serviu de preferência à fundação de novas fábricas, sendo que a maioria das já instaladas em 1889 se descapitalizou. Nesses anos de acentuada inflação houve um desequilíbrio entre o aumento de capital investido e o de produção, possivelmente por falta de capital de giro.

Apesar das dificuldades de importação, muitas fábricas obtiveram créditos e compraram no exterior a maquinaria e equipamento necessários, mesmo no período de maior inflação (1888 a 1894).

Vide Tabela 4.10 pág. 565

O Censo de 1907 incluiu o levantamento das hortas, mas desprezou as plantações e lavouras, insignificantes nessa época. O total das hortas no Distrito Federal era de 912 unidades, portanto, entre 1892 e 1906 tinham mais do que triplicado. Houve um aumento consideravelmente maior do que o da população que passou de 522.651 habitantes em 1890 para 811.443 habitantes em 1906²⁰⁸.

O quadro estatístico da horticultura mostra a importância que essa atividade tinha readquirido, o que facilitou indiretamente o crescimento da indústria barateando o custo da alimentação e da mão-de-obra.

Não é possível comparar os dados relativos a lavradores e horticultores de 1856/57 com os das estatísticas mais recentes porque nesses recenseamentos mais

²⁰⁸ RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1908, op. cit. acima nota 136¹, p. 97.

remotos não se incluíam os escravos que constituíam a principal mão-de-obra agrícola. O Almanack de 1857 já citado, registrava 103 lavradores e 11 horticultores; o Censo de 1870 levantou 13.570 lavradores; o de 1872, 17.021; o de 1890, 12.485 e o de 1906, 21.417, dos quais 3.838 eram horticultores. Nota-se, portanto, uma baixa da atividade agrícola seguida de uma acentuada expansão entre 1890 e 1906.

Os preços dos gêneros alimentícios no Rio de Janeiro acompanham essa evolução; primeiro uma fase de acentuada carestia, depois, sobretudo no período do Governo de Campos Sales (1898-902), uma baixa, correspondendo a uma melhora de padrão de vida.

As principais fontes relativas à produção secundária do Rio de Janeiro nesse período são os Relatórios da Exposição de 11 de dezembro de 1888 no Campo de Marte, (preparatória da Exposição Universal de Paris realizada em 1889), da Exposição de 1895; da Segunda Feira Anual de 1919; o Censo industrial de 1907, promovido pelo Distrito Federal com o apoio do Centro Industrial do Brasil; as estatísticas de 1909 e de 1911 elaboradas pelo Centro Industrial do Brasil e a de 1920, realizada pelo Governo federal. Finalmente os relatórios da Camara Syndical dos Corretores, os livros e atas das Assembléias de Acionistas, da Diretoria, e do Conselho Fiscal de várias empresas também foram consultados para a análise da indústria nesse período²⁰⁹.

²⁰⁹

^a RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1908, op. cit. acima nota 136ⁱ.
Contém o Relatório da Exposição de 1888.

^b BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Relatorio do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1896.
Contém o Relatório da Exposição de 1895.

^c BOLETIM COMEMORATIVO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908. Rio de Janeiro, Directoria Geral de Estatística, 1908.
Contém a estatística de 1907.

^d CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Brasil e suas riquezas naturais e suas indústrias; indústria de transportes e fabril*. Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas M. Orosco, 1909.
Contém a estatística de 1909.

Centro Industrial do Brasil, antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Grêmio fundado em 1820.

- ^e ——. *Estatística da indústria fabril nacional em 1911*; calculos baseados na arrecadação do imposto de consumo. Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Sociedade Anonima Progresso, 1913.
- ^f FEIRA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL, 2, Rio de Janeiro, 1919. *Livro da Feira*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1922.
- ^g BRASIL. Ministério da Agricultura e Indústria. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1927. v. 5, part. 1.
Contém o censo industrial de 1907.
- ^h CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro. *Relatorio, anexo ao apresentado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda por José Claudio da Silva presidente da Camara Syndical*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1899.
- ⁱ ——. *Relatorio, apresentado ao Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda por José Claudio da Silva presidente da Camara Syndical*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1905.
- ^j COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA. *Livros de Actas da Assembleia de Accionistas da Companhia Cervejaria Brahma*. [mss.]
- ^k ——. *Livros de Actas das Reuniões da Directoria com o Conselho Fiscal da Companhia Cervejaria Brahma*. [mss.]
- ^l COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Livros de Actas da Assembleia de Accionistas da Companhia Progresso Industrial do Brasil*. [mss.]
- ^m COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PAU GRANDE. *Livros de Actas da Companhia Fiação e Tecidos Pau Grande*. [mss.]
Atual América Fabril.
- ⁿ COMPANHIA INDUSTRIAL DE SABÃO E VELAS. *Livros de Actas da Assembleia de Accionistas da Companhia Industrial de Sabão e Velas*. [mss.]
Antiga Luz Stearica, atual Moinho da Luz.

A participação da indústria na Exposição de 11 de dezembro de 1888 no Rio de Janeiro foi muito pobre, comparecendo apenas 51 fábricas. Os ramos mais numerosos eram os de bebidas e alimentos (11 unidades); o de produtos de fumo (sete unidades); o de móveis de madeira (seis unidades); o de produtos químicos (cinco unidades); o de artefatos de couro (quatro unidades); o de tintas de escrever (três unidades); o de fundições e máquinas (duas unidades); o de louça de barro (duas unidades). (Essa Exposição não refletia uma retração real da indústria como se pode observar pelos dados do Almanack, mas apenas uma perturbação da vida do País, decorrente da Abolição da Escravatura que dificultou o uso dos transportes, criou incerteza e prejudicou a participação das indústrias.

O Relatório da Camara Syndical dos Corretores de Fundos Públicos da Capital Federal inclui um levantamento das companhias e sociedades anônimas no auge da crise do Encilhamento, em 1891. Das 1.395 companhias e sociedades anônimas existentes no Rio de Janeiro, a Camara Syndical conseguiu apurar o capital de 717 delas, no valor de 2.031.933:756\$000, correspondente ao capital social de 3.984.663:456\$000. Não obteve informações sobre a parte que foi realizada do capital social de 222 companhias que atingia a quantia de 646.959:500\$000.

As companhias de fiação e tecidos correspondiam a 10 empresas com 40.308:500\$000 de capital social realizado, sendo 36 o número total do Brasil com um capital de 48.158:000\$000. O capital realizado destas 10 empresas representava 1,09% do total das 717 companhias estudadas pela Câmara Sindical. (Não havia fábricas de fiação e tecidos entre as 222 companhias de capital realizado desconhecido.) As fábricas eram as seguintes: Fiação e Tecidos Aliança; América Fabril; Carioca; Fiação e Tecidos Confiança Industrial; Fiação e Tecidos Corcovado; Jardim Botânico; Companhia Progresso Industrial do Brasil; Rink; Fiação e Tecidos Rio de Janeiro; União Industrial São Sebastião, compreendendo as fábricas São Cristovão e São João, Bonfim; São Lázaro e São Felix. A Jardim Botânico não foi considerada na tabela anexa porque não chegou a realizar capital e a São Felix era de camisas de meia.

Os 134 Bancos e casas bancárias absorviam 43% do capital realizado das 717 companhias da Tabela 4.11.

Vide Tabela 4.11 pág. 566

Essa extraordinária expansão estava vinculada à política de crédito e emissões mais amplas. Em maio de 1888 o capital das sociedades anônimas da cidade do Rio de Janeiro era de 411.000:000\$000, dos quais 118.500:000\$000 pertenciam aos Bancos, 28% do total. De maio de 1888 a novembro de 1889 o capital das novas empresas elevava-se a 403.000:000\$000, sendo 324.000:000\$000 dos Bancos. Em 1890 o capital total dos Bancos era de 828.150:000\$000, 42% do total das sociedades anônimas e em 1891 representava 43%.

A partir de 1894 foram adotadas medidas de contenção para reduzir os déficits orçamentários decorrentes dos gastos excepcionais com as forças militares, da queda da receita dos impostos sobre a importação, agravada pelo declínio do preço do café em 1896. Em fins desse ano, o Governo retirou o direito de emissão dos Bancos que passou a ser monopólio do Estado, o Tesouro encampou as notas bancárias em circulação e determinou a conversibilidade total.

Em 1898 o Governo se encontrava com um déficit orçamentário elevado em consequência do preço do café continuar desfavorável no mercado internacional, do aumento de despesa militar e do crescente serviço da dívida externa que se elevou de 53% nos 10 primeiros anos da República, atingindo a 53,2% das despesas do Governo federal nesse ano. Como a renda dos cafeicultores era alta, estimulava a extensão da lavoura e a superprodução agravando o círculo vicioso dos preços baixos externos e da queda da principal renda do Governo, a dos Impostos de Importação²¹⁰.

Vide Tabela 4.12 pág. 567

Na Tabela 4.12 das sociedades anônimas de 1891 o setor de transportes era o mais importante, após o bancário, sobretudo na parte relativa a estradas de ferro. As de Cabo Frio, Caeté, Carangola, Leopoldina, Macaé, Campos, Maricá e Espírito Santo, interessavam diretamente à capital, além dos grandes troncos de comunicação com Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, São Paulo e o sul, cujos benefícios para o porto já analisamos.

Se somarmos às companhias de navegação, ferrovias e carris urbanos, pode-se ter uma idéia da verdadeira revolução de transportes que ocorreu no final do século XIX e início do XX. No quadro de 1891 para o Rio de Janeiro, os transportes absorviam 21% do total do capital realizado.

Merece destaque a importância adquirida pelas companhias de engenhos centrais com 11.851:000\$000 de capital. Esse setor estava sofrendo uma modernização, substituindo-se as engenhocas pelas usinas e, indiretamente, se beneficiando do declínio do café na área do Rio de Janeiro.

210

^a HASENBALG, op. cit. acima nota 116^b, p. 13.

^b LEVY, op. cit. acima nota 76^b, p. 44-5.

^c VILLELA & SUZIGAN, op. cit. acima nota 196, p. 35-7.

O Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de maio de 1896 sobre a Exposição de 1895 é uma fonte bem mais completa do que o Relatório de 1888²¹¹. A Exposição de 1895 contou com 594 expositores, sendo 268 da capital federal e do Estado do Rio de Janeiro.

A matéria-prima nacional era usada em larga escala pelas fábricas de tecidos, e exclusivamente pelas de móveis, que mandavam vir madeira de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro. As fábricas de chapéus e de calçados continuavam importando do estrangeiro lã cardada, pelos, peles, carneiras, fitas, cordéis, elásticos, drogas de tinturaria e couros curtidos, o que as colocava em situação de inferioridade face à concorrência de produtos britânicos congêneres.

O Relatório da Exposição continha um levantamento mais detalhado da indústria de tecidos e fiação no Estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. (Vide Tabela 4.13.)

Vide Tabela 4.13 pág. 568

As empresas de Fiação Tecelagem e Tinturaria Aliança, Companhia Progresso Industrial do Brasil, América Fabril (Fábrica Cruzeiro), Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, Companhia União Industrial (Seção Meias), Fábrica São Felix, Fábrica São Lázaro, Fábrica de Tecidos Rink, Companhia de Tecidos de Seda Brasileira, Companhia União Industrial São Sebastião (Seção Rendas), Companhia União Industrial São Sebastião (Fábrica São João), Companhia União Industrial São Sebastião (Fábrica Bomfim), Companhia União Industrial (Fábrica São Cristovão), Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial estavam localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

A capital federal possuía 14 indústrias de tecidos, sendo o total para o resto do País de 55 das quais 10 ficavam no Estado do Rio de Janeiro e serviam o mercado da capital. O Nordeste contava com apenas 20 indústrias, tendo perdido o predomínio que antes desfrutava.

²¹¹ BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, op. cit. acima nota 209^b.

Destacavam-se as indústrias de tecidos (sobretudo de algodão), de móveis e de madeira; de chapéus, de calçados, de produtos químicos e farmacêuticos, de alimentos e bebidas (fábricas de cerveja Babylonia; de massas (de farinha, Moinho Inglês); de óleos; de vinhos, licores, aguardente; xaropes, vinágrs, de torrefação de café; de refinaria de açúcar), de fumo, de fósforos, de papelão, de máquinas, de lapidação de vidro, de materiais de construção (olarias, caieiras, cimento hidráulico), 13 fundições de latão, cobre, ferro e folha de Flandres, serralherias, forjas, estaleiros.

Só se dispõe de dados relativos ao capital de três das 14 indústrias (19.000:000\$000), o que não permite ter uma idéia do investimento nesse setor.

A produção aumentou consideravelmente: mais de 11 vezes entre 1881 e 1895. No primeiro ano citado era de 4.500.000m de tecidos de algodão por ano, no segundo atingia a 46.240.720m, não se levando em conta a produção de duas fábricas que não forneceram esse dado no inquérito feito na oportunidade da Exposição, e uma que produzia somente meias.

O número de operários que em 1881 era de 530 passou a 5.435, excluindo duas fábricas que não enviaram informações, e o de fábricas aumentou de quatro para 14.

A média de operários por fábrica se elevou de 132 para 388. A quantidade de teares aumentou de 1.181 em 1881 para 4.706 em 1895, apenas faltando dados relativos a três unidades nesse último ano. Das quatro fábricas de 1881 — Santa Rita, São Lázaro, Rink e Aliança — persistiram a de São Lázaro, Rink e Aliança, que datavam de 1878, 1879 e 1880, respectivamente.

Não conhecemos a data da inauguração de três das 14 fábricas de 1895, mas sabemos que eram posteriores a 1881. Quanto às demais, duas foram abertas em 1887, uma em 1889, três em 1893, e uma em 1895, portanto, metade era de 1887 ou de ano posterior a essa data. A expansão dessa atividade industrial se acelerou, por conseguinte, com o aumento do crédito e da população urbana, a Abolição da Escravatura, e com a inflação que dificultava a entrada do produto estrangeiro.

A indústria de tecidos era a mais independente quanto à matéria-prima. A Companhia União Industrial São Sebastião (Fábrica São João) importava juta em fio da Índia, para produção de tecidos de juta, aniação e canhamoço para sacos.

A seção de meias e a de rendas dessa Companhia usavam fios nacionais e estrangeiros. A Fábrica de Tecidos Rink que trabalhava com fio de lã e tecidos para cortinas, panos mesclas, diagonais, flanelas, casimiras, além de feltro e confecções, importava a matéria-prima do Cabo da Boa Esperança. A Companhia de Tecidos de Seda Brasileira usava fio importado nos tecidos de seda, chamalotes, otomanas e crepes. Portanto, das 14 unidades apenas cinco recebiam matéria-prima do estrangeiro, três não forneceram informações e seis usavam matéria-prima nacional. Nas quatro fábricas que supriram dados os operários nacionais superavam em grande proporção os estrangeiros apesar do aumento da corrente imigratória.

Em 1898, o Relatório da Camara Syndical dos Corretores de Fundos Públicos da Capital Federal²¹² dava uma lista de sociedades anônimas e companhias contendo informações sobre a data de fundação e capital realizado. Os Bancos representa-

²¹² CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PÚBLICOS DE CAPITAL FEDERAL, op. cit. acima nota 209^h.

vam a maior percentagem de capital apesar da política deflacionária. Nota-se nessa descrição das sociedades anônimas e companhias uma tendência à fusão das empresas e à redução do capital.

O Banco da República do Brasil era o antigo Banco do Brasil integrado com o da República dos Estados Unidos do Brasil, que por sua vez tinha incorporado os Bancos Internacional, Nacional do Brasil e o dos Estados Unidos do Brasil.

Foi previsto que o capital inicial de 190.000:000\$000 se reduziria a 100.000:000\$000 e a faculdade emissora do Banco foi extinta pelo Decreto 2.406, de 6 de dezembro de 1896.

O Banco Rural Hipotecário começou a operar em 1854 com um capital inicial de 8.000:000\$000, sendo 6.000:000\$000 realizados. O capital foi ampliado para 16.000:000\$000 em 1859, porém o Banco continuou funcionando com 8.000:000\$000 apenas. Em 1887 o capital social passou a 20.000:000\$000 e o realizado a 10.000:000\$000 e em 1892 este último atingia a 15.000:000\$000.

O Banco Comercial do Rio de Janeiro, organizado em 11 de maio de 1866 tinha um capital inicial de 12.000:000\$000, reduzido em 1878 por causa da crise de 1875 para 4.000:000\$000 e elevado sucessivamente para 5.000:000\$000 em 1884, para 12.000:000\$000 em 1886, atingindo 20.000:000\$000 em 1889.

O Banco do Comércio começou a funcionar em fevereiro de 1875 com um capital realizado de 6.000:000\$000, aumentado em 1889 para 20.000:000\$000 e em 1895 reduzido para 16.000:000\$000.

O Banco da Lavoura e do Comércio criado na época da plena inflação, em 11 de setembro de 1889 com um capital de 20.000:000\$000, sofreu uma redução para 10.000:000\$000 em 1898, na fase de deflação da política governamental.

O Banco Nacional Brasileiro, sociedade anônima, fundado em 1893, dispunha de um capital inicial de 25.000:000\$000, 40% do qual foi realizado, reduzido em outubro desse ano a 10.000:000\$000 em janeiro de 1898 a 3.500:000\$000 e em fevereiro desse ano elevado a 5.000:000\$000.

O Banco Intermediário do Rio de Janeiro constituído em 1889 com um capital de 1.000:000\$000 não alterou o seu fundo social em função da política deflacionária do Estado.

O Banco do Rio de Janeiro e Mato Grosso abriu a sua sede na capital, em dezembro de 1890 com carteira comercial e industrial. Possuía um capital de 20.000:000\$000, sendo apenas emitidas ações no valor de 10.000:000\$000, das quais foram integralizadas 5.000:000\$000 e apenas 20% dos restantes 5.000:000\$000.

O Banco de Crédito Rural e Internacional, estabelecido em julho de 1890, contava com um capital de 25.000:000\$000, reduzido em 1892 a 10.000:000\$000; em 1893 a 8.000:000\$000 e em 1898 a 5.426:000\$000.

O Banco Brasileiro era uma sociedade anônima com sede no Rio de Janeiro, com um capital realizado de 8.000:000\$000 que absorvera do Banco Industrial.

A expansão do número de Bancos e do capital de que dispunham no auge da inflação facilitou o estabelecimento das indústrias e a importação de equipamentos.

A Companhia Fiação e Tecidos Aliança que, em 1886, tinha um capital inicial de 1.600:000\$000, aumentou em 1892 para 6.000:000\$000 e em 1894 para 10.000:000\$000, um incremento de cerca de 6,3 vezes. O capital já realizado permaneceu estacionário entre 1895 e 1898. Em 1889 contraiu um empréstimo com o antigo Banco do Brasil na importância de 2.000:000\$000, dividida em 10 mil debêntures de 200\$000 cada uma.

A Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande, organizada em 23 de julho de 1885 como companhia anônima com um capital de 400:000\$000, montou inicialmente uma fábrica de tecidos de algodão e lã na fazenda de Pau Grande, na raiz da serra de Petrópolis. Em 1890 já haviam sido concluídos os trabalhos de instalação da meiraria, a montagem da fábrica de tecidos e da de correias e solas e concluído os ramais ferroviários até a estação da Raiz da Serra. O capital da empresa foi aumentado de 400:000\$000 para 600:000\$000 nessa oportunidade. Em julho de 1890, os bens da Companhia eram avaliados em 1.421:415\$000, e em outubro de 1891 a sociedade adotava o nome de Companhia América Fabril, adquiria a fábrica Cruzeiro do Sul por 300:000\$000, estabelecida com o capital de 1.800:000\$000. Essa expansão do fundo visava habilitar a sociedade a montar a fábrica Cruzeiro do Sul no Rio de Janeiro. A diretoria foi autorizada em novembro de 1892 a contrair um empréstimo por obrigações ao portador até a quantia de 1.800:000\$000 destinado ao resgate do empréstimo anterior ao pagamento da Dívida Flutuante, à montagem da Fábrica Cruzeiro, à importação de máquinas, à construção de engenho de cana-de-açúcar e à formação de capital de giro.

Em 4 de julho de 1894 já estavam resgatadas as debêntures da dívida anterior fundada, e paga a Dívida Flutuante. No mês seguinte a diretoria propunha aos acionistas a elevação do capital a 2.400:000\$000 em decorrência da valorização dos bens da companhia. Em 10 de dezembro de 1895, estando concluída e funcionando a Fábrica Cruzeiro no Andaraí, foi reduzido o número de ações à metade para facilitar a realização do capital no valor de 2.400:000\$000. Cinquenta por cento do total das ações com 30% do capital realizado seriam reduzidas à metade, ficando com 60% de capital realizado, e o restante das ações seria totalmente integralizado. Em 1895 foi feita uma reavaliação do Ativo por causa da desvalorização da fábrica

de meias e do engenho do Carmo. No entanto, esse reajuste não chegava a abalar a empresa que continuava distribuindo dividendos, tendo lucros e constituindo dois fundos de reserva. O capital da companhia permaneceu inalterado até 1898^{2 13}.

Essa empresa obteve lucros, aumentou o capital e se expandiu graças à facilidade de empréstimos e ao declínio da concorrência.

A Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, fundada em 31 de outubro de 1889 com um capital de 2.400:000\$000, teve o seu capital integralizado e elevado para 4.500:000\$000 em outubro de 1894 (um aumento de 1,9 vezes aproximadamente) ficando estacionário até 1898. A companhia fez um empréstimo por debêntures no valor de 2.400:000\$000 em 1892, que terminou de resgatar em janeiro de 1895, contraindo outro, nesse mesmo mês, com o Banco da República do Brasil, no valor de 2.000:000\$000, a juros de 7%, ao prazo de 15 anos, tendo já amortizado 80:000\$000 em 1898.

A Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, instalada em Vila Isabel em 22 de abril de 1885, com um capital inicial de 600:000\$000, resolveu elevá-lo em 14 de novembro de 1888, para 1.200:000\$000; em 1891, para 2.400:000\$000; em 1892, para 3.600:000\$000 e em 1894, para 6.000:000\$000 (capital realizado), um incremento de mil vezes. De 1894 a 1898 não houve alteração do capital. Essa companhia realizou três empréstimos por debêntures, tendo sido resgatados os dois primeiros e restando o terceiro, de 3.200:000\$000, do qual 200:000\$000 já tinham sido resgatados.

A Fábrica de Aniação de Botafogo, estabelecida em 25 de fevereiro de 1896, manteve o capital inicial de 500:000\$000, integralizado, até 1898.

A Fábrica São João, de tecidos de juta, tinha um capital de 1.200:000\$000 em 1897, que nas assembléias de 1898 e 1899 foi realizado e elevado ao dobro.

A Companhia de Fiação e Tecidos São Felix fabricava fio de algodão e de outras fibras para a produção de meias. O capital inicial em 1891 era de apenas 500:000\$000 e foi reduzido para 450:000\$000 em julho de 1892 e suas ações integralizadas. Realizara um empréstimo sob forma de bônus com o Banco da República do Brasil no valor de 280:000\$000, vencível em setembro de 1898.

A nova Fábrica Rink de Tecidos tinha um fundo social de 1.200:000\$000 já realizado. Foi fundada em 1898, em substituição à antiga Rink que já existia em 1891.

A lista do Relatório de 1898 da Câmara Sindical não incluía a Companhia Progresso Industrial do Brasil, mais conhecida como Bangu, que figurava na Tabela de 1891 e na de 1895. Foi constituída em 1889 com um capital de 3.000:000\$000,

²¹³ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PAU GRANDE. *Livro das Actas das Assembléas dos Accionistas de 1885 a 1920 da Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande.* v. 1. |mss.]

com o propósito de construir uma fábrica de chitas e morins com 1.200 teares, pelo preço de 4.100:000\$000. Em 1891 decidiu-se fazer um empréstimo para concluir as obras da fábrica e remontar o engenho da Fazenda do Retiro, inaugurado em julho de 1890. Entre os acionistas da companhia em 1891, figuravam o Banco do Comércio do Rio de Janeiro, o Nacional do Brasil, o dos Estados Unidos do Brasil, o das Classes Laboriosas, o do Brasil, e o da Lavoura e do Comércio do Brasil. O empréstimo no valor de 3.000:000\$000, representado por debêntures ao portador, a juros de 7% ao ano negociadas através dos Bancos Rural e Hipotecário e Rio e Mato Grosso. O empréstimo era no valor do capital inicial o que dá uma idéia da facilidade de crédito, que existia nessa época, para montar novas fábricas. Em 1892 constavam entre os acionistas o Banco Brasileiro e Português, o do Comércio do Rio de Janeiro, o de Crédito Real do Brasil, e o da República dos Estados Unidos do Brasil.

Em março de 1893 foi inaugurada a fábrica de tecidos Bangu e os Bancos Internacional do Brasil e Rural e Hipotecário que tomaram a incumbência de lançar as ações na praça, tendo sido todas subscritas, e ainda obter empréstimo para capital de giro com o Banco da República do Brasil.

Nesse ano, eram acionistas os Bancos Auxiliar, Brasileiro e Português, Comércio do Rio de Janeiro, Crédito Real do Brasil, Intermediário do Rio de Janeiro. Essa facilidade de financiamento ocorria apesar da Revolta da Armada e do estoque de mercadorias estrangeiras terem prejudicado as vendas de tecidos da Bangu, em 1893. Em 1894 a Bangu estendia as suas operações até a Bahia, Pará e Porto Alegre, apresentando saldo no balanço. Em 1896, apesar da fábrica não estar trabalhando com toda sua capacidade, tinha dado lucro e satisfeito juros e amortizações dos três empréstimos realizados com o Banco da República do Brasil, Banco Rural e Hipotecário e Banco da República. Em 1895 houve saldo negativo em consequência da desvalorização dos tecidos inventariados do estoque existente em 31 de dezembro de 1894.

Em 1897 já não existiam estoques e foi saldada a dívida com o Banco Rural e Hipotecário. O valor das vendas diminuíram de 7.038:419\$260 em 1897 para 5.361:941\$680 em 1898, em decorrência das esperanças de melhoria do câmbio, o que se confirmou em 1899 quando as vendas se restabeleceram. Nesse ano o capital foi aumentado para 6.000:000\$000 dividido em 30 mil ações integralizadas^{2 14}.

214

^a COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatorio da Companhia Progresso Industrial do Brasil da Directoria às Assembleas Gerais de Accionistas*. Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1890.

Arquivo da Fábrica Bangu.

b _____. _____. Rio de Janeiro, Typ. M. Maximino, 1891-7.

c _____. _____. Rio de Janeiro, Typ. H. Ribeiro, 1896.

d _____. _____. Rio de Janeiro, Typ. M. Maximino, 1897.

e _____. _____. Rio de Janeiro, Typ. Altino, 1898-9.

Apesar das dificuldades de importação de máquinas e equipamentos, da Revolta da Armada, do recesso da valorização da moeda em 1898, os fatores favoráveis à industrialização permitiram uma grande expansão e a transição da manufatura para a indústria. A análise dos levantamentos de indústrias de fiação e tecidos de 1891, 1895 e 1898 mostram que essas empresas subsistiram à crise de 1891 e se expandiram. Já observamos anteriormente o crescimento do número de indústrias de tecidos de quatro para 14 e da produção de 11 vezes entre 1881 e 1895.

Em 1891 havia uma lista de 11 empresas e em 1895 de 14. Da primeira constava a Fábrica Jardim Botânico que não chegou a se formar. A Fábrica Carioca desapareceu no intervalo entre as duas datas e em 1895 surgiu uma outra indústria, a Companhia de Tecidos de Seda. A lista de 1898 é menos completa, contendo oito unidades, inclusive a Fábrica de Aniagem de Botafogo fundada em 1896, mas pode-se acrescentar a Companhia Progresso Industrial ou Bangu, havendo, portanto, oito fábricas que figuravam em 1891, 1895 e 1898. As principais empresas: Aliança, América Fabril, Companhia Fiação e Tecidos Corcovado, Companhia Fiação e Tecidos Confiança Industrial, Rink, Companhia Progresso Industrial (Bangu) permaneceram e se expandiram.

A União Industrial São Sebastião figurava em 1891 com quatro unidades (São João, São Cristovão, Bomfim e a própria sede) em 1895 com cinco (as três já mencionadas, a seção de rendas e a de meias) e em 1898 com uma (São João). No entanto, a fábrica Bomfim continuou a existir e foi adquirida pela América Fabril em 1903. A Fábrica Carioca, que figurava em 1891, também continuou a funcionar e foi comprada pela América Fabril em 1911. As Companhias São Lázaro e de Tecidos de Seda desapareceram.

Em 1898 o capital investido nas oito companhias mencionadas pela Câmara Syndical excluindo a de Aniagem de Botafogo (fundada em 1896) era de 32.950:000\$000 e em 1891 o capital dessas companhias era de 13.120:000\$000. Em 1895 o capital de sete empresas, excluída a Rink que não forneceu esse dado, (São João, Confiança Industrial, América Fabril, Aliança, Progresso Industrial, Corcovado e São Felix) era de 27.550:000\$000, e em 1891 o capital dessas mesmas companhias era de 11.920:000\$000. Houve, portanto, um aumento de capital substancial, sobretudo entre 1891 e 1894. O número de empresas se reduziu, aparentemente, no setor pioneiro de fiação e tecidos de 11 em 1891 para oito em 1898, segundo as listas da Câmara Sindical, porém a do último ano não incluía três fábricas. O capital da maioria dessas empresas permaneceu estacionário entre 1894/95 e em 1898, sendo as únicas exceções as fábricas São João e Bangu. Se considerarmos que o aumento do papel-moeda emitido foi de 3,5 vezes entre 1889 e 1894, somente as

Companhias Fiação e Tecidos Aliança, Fiação e Tecidos Confiança Industrial tiveram um aumento de capital de proporção superior ao das emissões.

O Relatório da Câmara Sindical de 1898 fornecia também dados sobre sociedades anônimas que exploravam meios de transporte. Havia uma grande expansão no Rio de Janeiro desse ramo de atividades. A Companhia Ferro Carril Vila Isabel se estabelecera como sociedade anônima em setembro de 1872 com um capital de 3.000:000\$000 e a Ferro Carril Carioca se constituiu em janeiro de 1891 com um capital de 2.500:000\$000, aumentado no mesmo mês para 5.000:000\$000. Contraiu um empréstimo com o Banco da República do Brasil em bônus e hipoteca no valor de 1.330:000\$000.

A Companhia São Cristovão, também sociedade anônima, era a sucessora da Rio de Janeiro Street Railway & Co. Limited que dispunha de 4.000:000\$000 de capital inicial, aumentado para 6.000:000\$000 em 1890. A companhia tinha linhas de carris, das vertentes de Paula Matos à Tijuca e São Cristovão. A Companhia de Ferro Carril do Jardim Botânico substituíra a Botanical Garden Railroad fundada em Nova Iorque, ficando com a concessão da linha e da eletricidade até 1930. Começou a funcionar em 4 de março de 1882 com um capital inicial no montante de 10.000:000\$000, elevado para 12.000:000\$000 em janeiro de 1891 e para 14.000:000\$000 em setembro do mesmo ano. Obteve um empréstimo em bônus com o Banco da República de 1.485:000\$000.

A Companhia Cantareira e Viação Fluminense resultou da fusão em 1899 da Empresa de Obras Públicas do Brasil e da Companhia de Navegação da Bahia do Rio de Janeiro, denominada Ferry, tendo um capital inicial de 7.000:000\$000 e obtendo um empréstimo de £ 787.500 em 2 de julho de 1890. A companhia de carros Tattersal Moreaux, de compra e venda de carros, animais, arreios, forragens e aluguel de carruagens, organizou-se em 1891 com um capital inicial de 1.000:000\$000.

O total das sociedades anônimas do setor de meios de transporte se elevava a 42.000:000\$000, compreendendo seis empresas. Os aumentos de capital dessas companhias tinham sido bem menores do que nas de fiação e tecidos.

Dentre as sociedades anônimas figuravam as empresas jornalísticas, tais como: a sociedade anônima Gazeta de Notícias, organizada em 1891 com 2.000:000\$000 de fundos e a Rodrigues e Companhia do Jornal do Comércio, formada em 1892 com 3.500:000\$000. As empresas de construções civis ocupavam lugar de destaque nessa fase de remodelação da cidade. A Empresa de Construções Civis do Rio de Janeiro foi fundada em 1891 com 15.000:000\$000 de capital, reduzido após o Encilhamento para 2.000:000\$000. A Empresa de Saneamento do Rio de Janeiro, estabelecida em 1889 com 10.000:000\$000, explorava a concessão do Decreto do Legislativo de 8 de fevereiro de 1888 que beneficiava com privilégio de isenção de Impostos sobre Importação de materiais de construção, de concessão de terrenos e de edifícios, a firma que edificasse casas populares. Os estatutos da Empresa de Saneamento do Rio de Janeiro foram reformados três vezes (1889,

1890 e 1892) sem alteração do fundo social. No entanto conseguiu negociar um empréstimo de 3.128:000\$000, emitindo 15.625 debêntures para resgatar outro, contraído em 1890, de £ 200 mil. A Empresa possuía quase todas as vilas operárias do Rio de Janeiro que estavam substituindo os antigos cortiços (Vilas Ruy Barbosa, Arthur Sauer, Senador Soares, Sampaio), pedreiras, caieiras, olarias e explorações de mármore. A fábrica Sebastianópolis de telhas, tijolos e produções cerâmicas se constituiu como sociedade anônima em 1894, com 200:000\$000 de capital.

A fabricação de sapatos continuava a se fazer por métodos tradicionais, formando-se apenas uma empresa maior, a Invencível Companhia Manufatureira de Calçados S.A., cujo capital se reduziu de 800:000\$ em 1890 para 620:000\$ em 1894. Constituíram-se, ainda, duas companhias de fabricação de fósforos, a Companhia Casa de Saúde Dr. Eiras e a de Quiosques do Rio de Janeiro.

A maioria das Companhias de Seguros surgiu antes do Encilhamento e se descapitalizou durante a fase inflacionária. As mais antigas datavam de 1858 (Fidelidade e Sociedade Bancária de Seguros) e de 1872 (Companhia de Seguros Integridade e Companhia de Seguro Confiança, ambas de seguros marítimos e terrestres). A primeira sofreu redução de capital em 1890 e 1898, para 1/4 do original que era de 8.000:000\$000 e a segunda só emitiu ações no valor da metade do fundo social previsto. Quatro se organizaram no período 1886/87: Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Vigilância (2.000:000\$000); Companhia de Seguros Atalaia (2.000:000\$000); Companhia de Seguros Terrestres, União Comercial dos Varejistas (500:000\$000) e Prosperidade Seguros Marítimos e Terrestres (2.000:000\$000). Completavam a lista de empresas de seguros de 1898 as Companhias União dos Proprietários, que datava de 1894 e se destinava a seguros terrestres, urbanos e suburbanos (500:000\$000) e a Sul América de seguros de vida e terrestres, instituída em 1896 (5.000:000\$000).

De todas essas companhias, apenas a de Seguros Terrestres União Comercial dos Varejistas aumentou o capital durante a fase inflacionária do início da República.

Somente um número muito reduzido das empresas de produção se constituiu como sociedade anônima ou companhia. De todas as sociedades anônimas existentes em 1898, as fábricas de tecidos e fiação foram as únicas que tiveram aumentos substanciais de capital no período de inflação. Essa facilidade de crédito foi decisiva na aquisição de maquinaria.

A Companhia Progresso Industrial do Brasil (Bangu) contratou a construção da fábrica com a firma de Londres Morgan Snell e Companhia e importou 1.200 teares, máquinas de alvejar, tinturaria e estampanaria. O construtor foi Henrique de

Morgan Snell e os contra-mestres vinham da Inglaterra. A fábrica possuía motores de 1.100 cavalos destinados ao preparo de algodão, motor de 500 cavalos para os teares e de 300 cavalos para estampanaria, num total de 1.900 cavalos, todos do tipo *compound* britânicos.

Até 1900 havia dificuldades de ampliar as máquinas por causa da falta de suprimento de água. Foram abertos poços e adquirida uma nova fonte de energia hidráulica. Em 1905/06 foi possível uma grande renovação tecnológica com o início da utilização da energia elétrica. Nesse último ano a fábrica Bangu dispunha de 72 teares (todos ingleses), duas máquinas Hank Wending, uma Peru Wending, uma Druce Wending da seção de medideiras, 37.340 fusos na seção de fiação, e máquina de quatro jogos para aproveitamento dos restos de fio e estopa.

A América Fabril tinha na fábrica inicial de Pau Grande 370 teares e dispunha de 450 cavalos de força hidráulica; na fábrica Bomfim, no Cajú, adquirida em 1903, estavam instalados 580 teares movidos à energia mecânica e elétrica; na Mavilis havia, em 1911, 720 teares mecânicos e instalações elétricas; na Cruzeiro 895 teares mecânicos e motores elétricos e na Carioca teares mecânicos e instalações elétricas.

Segundo os dados da Exposição do Rio de Janeiro de 1881, já citados, apenas três indústrias de tecidos dispunham de 420c.v., faltando informações sobre a quarta fábrica desse ramo então existente.

As fábricas de outros tipos de produção também passaram por uma renovação técnica na mesma época. A Companhia Luz Stearica, fundada em 1848 por Edmundo Lajoux para produzir velas de estearina, a única no gênero no Rio de Janeiro, foi adquirida por Mauá e sócios em maio de 1854. Em 1850, o Governo concedera a Edmundo Lajoux o monopólio do fabrico de velas de estearina por 14 anos. Em 1857 a fábrica usufruía de isenção de impostos sobre certas matérias-primas, mesmo assim teve déficit até 1864 em virtude do alto custo da matéria-prima importada (glicerina, estearina, gorduras, pavios) e a concorrência das velas francesas. Em 1858 foi tentada a venda da companhia, não tendo aparecido candidatos. Em 1860 iniciou-se uma renovação técnica com a importação de máquina de destilação de oleína da França e no ano seguinte uma segunda da mesma proveniência. O técnico francês Edmond Michel ficou responsável pelo funcionamento das máquinas.

Em 1862 havia uma perfeita destilação da oleína e total aproveitamento da matéria-prima, porém o déficit em 31 de dezembro de 1866 ainda se elevava a 147.892:621\$000, aumentado nesse ano pela desvalorização dos escravos que constituíam a mão-de-obra da fábrica.

Em 1868 o déficit ficou reduzido a 58.530:653\$000 em consequência do preço baixo e estável das gorduras importadas, e a diretoria sugeriu a compra de

mais um alambique para perfazer o total de cinco e mais um aparelho de saponificação para completar quatro²¹⁵.

Em 1872 o capital foi aumentado para 6.000:000\$000, mas nesse mesmo ano um incêndio destruiu as instalações e a companhia contratou a reconstrução com o técnico francês Etienne Bernach. Em 24 de novembro de 1890 a Companhia Indústria de Sabão e Velas adquiriu por 300:000\$000 a concessão feita pelo Governo a Manoel Gomes da Costa Figueiredo, de isenção de impostos e direitos de importação sobre toda matéria-prima imprescindível ao fabrico de velas, e em 1891 se fundiu com a Luz Stearica e elevou o seu capital a 3.500:000\$000²¹⁶.

A companhia entrou numa fase de prosperidade com o barateamento das importações de matéria-prima e com a redução da concorrência nacional e estrangeira. Em outubro de 1891 o Ministro da Fazenda ameaçava revogar a isenção de direitos. O seu sucessor, Barão de Lucena, fez um acordo com a companhia de pagar indenização e de manter a isenção de impostos por três anos. Em março de 1892 esse

215

^a LUZ STEARICA. *Livro de Actas da Directoria de Luz Stearica de 29.5.1854 a 18.5.1872.* v. 1. [mss.]

Arquivo da Fábrica Moinho da Luz.

^b BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura. *Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, apresentado a 3ª sessão da 15ª legislatura.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1873. (Anexo G: Privilegios Uteis a Indústria Fabril p. 25)

^c COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL, op. cit. acima nota 214^a.

^d COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatorio da Companhia Progresso Industrial do Brasil da Directoria às Assembleas Gerais dos Accionistas.* Rio de Janeiro, Typ. Altino, 1900.

^e _____. _____. Rio de Janeiro, Imp. da Fabrica, 1905-6.

^f COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PAU GRANDE, op. cit. acima nota 213. Arquivos da Bangu e América Fabril.

216

COMPANHIA INDUSTRIAL DE SABÃO E VELAS. *Livro de Actas das Assembleas Gerais da Companhia Industrial de Sabão e Velas de 1890 a 1931.* v. 1. [mss.]

Arquivo da Fábrica Moinho da Luz.

acordo foi revogado e, segundo a Companhia Industria de Sabão e Velas, por pressão de um dos diretores da companhia rival, Industrial de Stearica, que era parente de um dos membros do Ministério. Em fevereiro de 1898 o litígio entre a Companhia Industria de Sabão e Velas, que adotou o nome de Luz Stearica em 1892, e a Companhia Industrial de Stearina ainda não terminara. Nesse ano a justiça deu ganho de causa à Luz Stearica. O Governo retirou a concessão de isenção de impostos sobre a importação de matérias-primas nessa ocasião, pagando uma indenização, julgada inferior ao valor real pela Luz Stearica. Em 1899 a Luz Stearica absorvia várias empresas concorrentes, inclusive a Companhia Industrial de Stearina e ficava com o monopólio da produção de velas de estearina.

A Luz Stearica apresentou lucros a partir de 1890 e teve facilidades de empréstimos em 1891 para capital de giro; em 1895 para obras e equipamentos em virtude do incêndio nas instalações da fábrica, e para resgate de parte do empréstimo anterior. Em 1896 já estavam totalmente resgatadas as debêntures, e em 1898 era contratado outro empréstimo para pagar os saldos das contas correntes e distribuir dividendos, cujo valor estava empregado em matérias-primas estocadas anteriormente à revogação da isenção de Impostos de Importação. O empréstimo se fez por meio de debêntures e através do Banco Nacional Brasileiro. Na primeira fase de existência da indústria os créditos e empréstimos eram negociados pelo Banco Mauá & Mc Greggor. Em 1901 o capital da empresa elevou-se para 5.000.000\$000.

A evolução dessa fábrica é bem representativa das transformações da indústria do Rio de Janeiro nessa fase. Somente com a desvalorização da moeda nacional, a concentração das empresas do mesmo ramo e as facilidades de crédito para renovação tecnológica foi possível entrar num período de balanço favorável. A importação de máquinas é acelerada após a desvalorização dos escravos e a política de mandar vir imigrantes portugueses como mão-de-obra. A Luz Stearica sofria da desvantagem de importar a matéria-prima e compensada graças a facilidade de crédito. O privilégio de isenção de Impostos de Importação era estimado em metade do capital da empresa quando foi extinto em 1898 (1.750.000\$000).

Transformações da Produção Industrial no Rio de Janeiro de 1898 a 1913

Já analisamos a importância decisiva do período de 1888 a 1898 na transformação parcial da manufatura em indústria, no declínio do artesanato e na expansão do volume de produção. Verificamos também as possibilidades de sobrevivência que surgiram para a indústria, apesar da tendência deflacionária e anti-industrial do Governo de 1898 a 1902, como consequência indireta da política de valorização do café, iniciada em 1906.

O levantamento feito pelo Centro Industrial em 1907, por solicitação do Ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, refletia os resultados da grande expansão e transformação ocorridas entre 1888 e 1894, seguidas de uma redução da taxa de crescimento dos setores de ponta.

Conhecemos três publicações oficiais dos resultados do Censo: a da *Notícia sobre o Desenvolvimento da Indústria Fabril no Distrito Federal* editada em 1908; a do *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908* desse mesmo ano, e a do *Recenseamento Realizado em 1 de dezembro de 1920*, editado pela Diretoria Geral de Estatística. A primeira dessas fontes forneceu um total de 726 empresas, sendo 216 pequenas, isto é, tendo de um a cinco operários; 306 médias, dispoñdo de seis a 40 operários e 204 grandes, contando com mais de 40 operários por unidade.

As pequenas empresas se concentravam nas seguintes atividades de caráter artesanal: produção de alimentos (duas fábricas de moagem de cereais, duas de doces, quatro de massas alimentícias, 12 de águas minerais gasosas); produção de artefatos de madeira (40 fábricas de tamancos, 35 de móveis e decorações); produção de chapéus (15 de feltro, lã e palha, seis de palha, oito de bonés); produção de couro (nove fábricas de calçados, sete de arreios e selins, quatro de malas e bolsas); produção de artigos de metal (três fundições, quatro fábricas de folha de flandres, quatro de telas e objetos de arame); produção de substâncias químicas (duas fábricas); produção de materiais de construção (seis fábricas de tijolos e telhas); produção de roupa e artigos de armarinho (cinco fábricas de espartilho e duas de passamanaria), três fábricas de vassouras, seis de caixas de jóias, duas de papel e papelão, uma de fabricação e encarnação de santos, uma de bilhares, uma de véus incandescentes para lâmpões de gás.

As fábricas maiores eram típicas das empresas dos ramos pioneiros da grande transformação da manufatura em indústria. Todas as fábricas de tecidos, 28 das 57 fundições, cinco das 11 empresas de fumo, seis das sete de gravatas, 10 das 22 de cerveja e a de refinação de açúcar eram grandes empresas. A maioria do parque industrial era constituída pelas empresas médias. O critério de classificação em grandes, médias e pequenas unidades, de acordo com o número de operários, se superpuñha até certo ponto ao da força motriz e do investimento em máquinas.

Somente no quadro publicado no *Boletim Comemorativo da Exposição de 1908* havia informações sobre o valor do investimento em máquinas e força motriz. O total de empresas nessa publicação era de 753. Figurava uma série de fábricas que não constavam da *Notícia sobre o Desenvolvimento da Indústria Fabril*, talvez porque nem todos os questionários tivessem sido respondidos na ocasião da primeira edição dos resultados do Censo. No setor de alimentos constavam 145 padarias e três fábricas de conservas; no de tecidos, roupas e armarinhos, 91 alfaiatarias, 15 fábricas de bengalas e chapéus de sol; no de couro, oito de sandálias e chinelos, e cor-tumes; no de materiais de construção, 10 de cal; duas de asfalto, uma de rolhas, duas de objetos de vime, uma de bandeiras, 10 serrarias, duas de objetos de ferro para construção, uma de ferraduras, uma de tipos, cinco de estamperia em metal, uma de latas.

Por outro lado, faltavam nessa segunda publicação duas fábricas de jóias, uma de carimbos de borracha, duas de chumbo de caça, duas de fabricação e encarnação de imagens, 28 de tijolos e telhas, uma de venezianas e biombos, num total de 36, provavelmente englobados nas 47 indústrias diversas, não especificadas.

Na publicação do Boletim Comemorativo para o total de 753 unidades, o valor global do investimento em máquinas era de 41.674:000\$000, e o do capital das empresas de 136.690:000\$000.

Os dados estatísticos publicados em 1924, referentes ao Censo industrial de 1907²¹⁷, apresentavam um total de 638 empresas. Nessa apresentação foram suprimidas várias fábricas para reduzir apenas aquelas que também figuravam no Censo de 1920, para efeito de comparação. Algumas empresas que só responderam ao inquérito de 1907 tardiamente, constam apenas desta última publicação. Na Tabela 4.14 foram consolidados os resultados das três edições acima mencionadas, figurando um total de 1.101 empresas.

Vide Tabela 4.14 pág. 572

Vide Tabela 4.15 pág. 577

O setor de alimentos e bebidas compreendia o maior número de empresas (280) e o mais elevado valor de produção (72.258:203\$000), apesar do capital empregado (31.189:000\$000), do número de operários (4.310), do investimento em máquinas (5.286:980\$000) e da força motriz (4.875c.v.) serem inferiores aos do setor de tecidos, roupas e armarinhos. Portanto, o setor mais tradicional tinha maior produtividade do que o mais moderno, onde o processo de produção industrial se consolidava em maior escala. A maior produtividade de alimentos e bebidas provavelmente decorria da menor elasticidade da demanda de alimentos num período de crise e retração econômica.

Nota-se, aliás, dentro do setor, que a produtividade é relativamente menor em bebidas, artigo de menor necessidade e maior elasticidade de renda, em moagem de cereais e refinação de açúcar.

No setor de alimentos e bebidas destacavam-se alguns ramos que já tinham atingido plenamente o processo industrial: os de moagem de cereais, de refinação de açúcar, de fabricação de chocolate, de cerveja, e de torrefação de café.

²¹⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura e Indústria. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*; população do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1924.

Os quatro moinhos de cereais tinham um investimento em máquinas de 860.000\$000 e dispunham de 2.750c.v.; as seis refinarias, 2.602.000\$000, e apenas 785c.v.; a fabricação de chocolate e torrefação de café, 1.095.000\$000, e apenas 63c.v.. No subsetor de bebidas, a cerveja era o ramo mais recente e renovador com 828c.v., e já entrara na fase de produção industrial. Faltavam informações sobre 122 das 145 padarias e nove das 14 torrefações de café. O setor de tecidos, roupas e armarinho incluía 221 unidades com um valor de produção de 62.402.532\$000 relativo a 147 empresas, visto que 70 das 190 alfaiatarias e quatro das 13 fábricas de roupa branca não forneceram dados à comissão de Censo.

Esse setor ocupava o primeiro plano quanto ao capital investido 87.670:759\$000, número de operários, 14.033; força motriz, 11.213c.v., valor das máquinas 24.804:010\$000 e se situava abaixo do setor de alimentos e bebidas quanto ao número de empresas e ao valor da produção. A baixa produtividade deve ser atribuída à grande elasticidade renda em relação a tecidos e chapéus, tornando essas atividades mais sensíveis à recessão econômica, caracterizada pela crise bancária de 1900 e pela superprodução do café em 1906. Já salientamos que as indústrias têxteis se revelaram as mais vulneráveis em 1900.

O ramo de fiação de tecidos e renda se destacava, absorvendo 76.077:259\$000 do capital empregado no setor, utilizando 10.281 operários e investindo 23.524:540\$000 em máquinas, em 21 das 23 fábricas e dispo de força motriz de 10.762c.v.. A produtividade era baixa, sendo o valor da produção de apenas 42.935:532\$000.

A fabricação de chapéus era a atividade mais importante do setor após fiação e tecidos com 5.863:000\$000 de capital investido; 8.176:000\$000 de valor de produção, 1.558 operários, 1.004:800\$000 empregados em máquinas em sete fábricas e uma força motriz de 392c.v., relativa a 11 das 53 empresas. Esse ramo apresentava algumas empresas com características de produção industrial, mas a maioria era artesanal e manufatureira. Já observamos que 15 unidades de produção de chapéus de feltro, lã e palha, seis exclusivamente de palha e oito de bonés tinham em média de um a cinco operários, classificando-se como pequenas empresas. O problema da elasticidade renda elevada e, portanto, da redução de demanda se aplicava também ao ramo de chapéus.

Os ramos de roupas e artigos de armarinho representavam investimento de capital, valor de produção e de máquinas, número de operários e força motriz insignificantes. Os alfaiates ainda estavam numa fase artesanal como se pode observar pelo tipo de reivindicações da União dos Artistas Alfaiates, pelo trabalho quase exclusivamente manual, pelo grande número de oficinas e existência de mestres, aprendizes. O maior valor de capital investido, após os setores de alimentos, bebidas e de tecidos, era os setores de roupas e armarinho e o de diversos, constituído por 18 atividades fabris variadas. Este último compreendia 71 empresas, e o capital empregado em 69 dessas unidades era de 23.323:500\$000. No entanto, o número de operários (1.562), o investimento em máquinas (2.244:780\$000), a força motriz de apenas

477c.v. e o valor da produção de 7.204:000\$000 eram extremamente baixos. As três atividades mais importantes quanto ao capital empregado eram a fabricação de cordoalha, asfalto e fósforos.

Quanto aos demais setores, era alto o investimento nas 14 fábricas de sabão e velas (9.326:000\$000) com um valor de produção de 11.904:000\$000, um investimento em máquinas de 1.871:200\$000, uma força motriz de 675c.v. e mão-de-obra de 709 operários. Nota-se que a produtividade também era baixa nesse setor que se modernizara.

O setor de produtos de madeira era o que apresentava maior produtividade com 7.201:000\$000 de capital empregado e um valor de produção de 21.795:500\$000. Era, no entanto, pouco mecanizado, tendo apenas 773:700\$000 aplicados em equipamentos para 21 das 133 unidades que compunham o setor. O total de força motriz era de 1.270 c.v. relativo a apenas 43 empresas. As 46 fábricas de tamancos só usavam força manual e 40 delas só tinham de um a cinco pessoas que eram artesãos, proprietários dos instrumentos de trabalho. Somente as serrarias apresentavam caráter de indústria nesse setor. Nesse período de crise as atividades tradicionais resistiam melhor do que as modernas.

O capital empregado no setor de artigos de couro era de 8.224:000\$000 e o valor da produção relativamente elevado (18.729:000\$000). A força motriz se concentrava na fabricação de sapatos (154 c.v., em 58 unidades) e em cortumes (200 c.v., em uma unidade). As oito empresas de fabricação de malas e bolsas dispunham apenas de três c.v., as 16 de selins e arreios de 40 c.v., e as oito de sandálias e chinelos de 28 c.v.. Somente 24 das 61 fábricas de calçados tinham capital empregado em máquinas, no valor de 1.160:000\$000 e oito das de sandálias e chinelos, no valor de 95:000\$000. Os operários se concentravam no ramo de calçados que absorvia 3.345, num total de 4.157.

A fabricação de sapatos estava em crise, tendo ocorrido a primeira greve geral do ofício em 28 de agosto indo até 16 de novembro de 1906, no Rio de Janeiro, promovida pela União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros. No Censo de 1907 figuravam 69 unidades; na pesquisa elaborada por MARIA CECILIA BAETA NEVES²¹⁸ foram levantados 127 estabelecimentos, sendo mais da metade composta de oficinas que empregavam aproximadamente 20 operários. A maior empresa dispunha de um pouco mais de 100 operários. Já vimos que nove das fábricas de calçados tinham apenas de um a quatro operários. Já existia uma relativa especialização de pespontadores, canadores, acabadores, chineleiros, empregados do corte. Ainda eram admitidos aprendizes e utilizado o trabalho caseiro constituído principalmente por mulhe-

²¹⁸ NEVES, Maria Cecília Baeta. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, 13(2):49-66, jun. 1973.

res, crianças e artesãos mais idosos. Os artesãos que trabalhavam nas oficinas eram assalariados, mas possuíam os seus instrumentos de trabalho e, freqüentemente, parte da matéria-prima.

Na ocasião da greve de 1906, um porta-voz dos industriais afirmava que não podia melhorar o padrão salarial dos operários porque neste País só duas indústrias odiosamente privilegiadas (tecidos e fósforos) conseguiam resultados financeiros, e podiam oferecer melhor remuneração²¹⁹. Os industriais queixavam-se da falta de proteção tarifária contra o produto concorrente e esperavam que o Estado reprimisse a greve promovida pela União Auxiliadora. Continuava a existir o problema já analisado da má qualidade da matéria-prima nacional. Em 1907 só figurava um cortejo no Rio de Janeiro e o beneficiamento do couro não melhorara de padrão no Rio Grande do Sul. Os industriais de sapatos se organizaram em 1906 no Centro das Indústrias de calçados e correlativos. Uma das finalidades do Centro era a de impedir a greve parcial por meio da transferência de operários de um estabelecimento para outro. Esse propósito se frustrara porque as oficinas de caráter artesanal se recusavam a participar dessa política.

A União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros fundada em 1899 tinha 1.248 sócios em 1903, quando dirigiu uma greve para obter aumentos salariais. A maioria dos trabalhadores domiciliares e parte dos artesãos de oficinas não pertenciam à União. No entanto, esta organização conseguiu uma adesão crescente à tabela de salários que reivindicava. Em 15 de setembro de 1906, operários e artesãos de 60 estabelecimentos tinham aprovado a greve e o Centro das Indústrias de Calçado capitulava em 16 de novembro de 1906. O caráter da luta tinha sido no plano das relações empregador-operário, sem reivindicações que envolvessem mudanças sociais ou políticas, apesar do caráter anarquista que prevalecia no movimento operário da época, sobretudo dos imigrantes italianos, espanhóis e portugueses, numerosos nessa atividade. Os grevistas tinham obtido apoio financeiro da Associação dos Trabalhadores em Trápiche e Café, União dos Estivadores, União dos Foguistas, União dos Artistas Alfaiates, União Operária do Engenho de Dentro, Resistência dos Marinheiros e Remadores, União Auxiliadora dos Artistas Chapeleiros e outras.

Das 19 fábricas de fumo que constavam do Censo de 1907 somente quatro enviaram informações sobre investimento em máquinas que era de 93:150\$000. A força motriz permanecia insignificante, apenas 99 c.v.. O capital empregado nas 19 unidades era mínimo (1.108.000\$000), o número de operários era de 390 e o valor da produção de 2.776.000\$000, relativo a 11 empresas. Esse setor e o de artefatos de madeira não sofreram expansão, porém não estavam em crise por não depende-

219 CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatório da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária do anno de 1906.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1906.

rem de matéria-prima importada. Eram afetados pela recessão do mercado, todavia menos atingidos pela deflação e importação de artigos congêneres estrangeiros do que o setor de couro, por exemplo, que comprava no exterior a matéria-prima.

A produção de velas e sabão se destacava no Censo de 1907 pelo investimento relativamente elevado em máquinas (1.871:200\$000), principalmente na fabricação de velas, e em particular nas de cera. Já vimos que a indústria de velas se beneficiaria com um processo de concentração de empresas, de isenção de impostos sobre matérias-primas, de mecanização, de facilidade de crédito e de substituição do escravo pelo imigrante. No Censo, constavam 14 fábricas com 9.326:000\$000 de capital empregado, valor de produção de 11.904:000\$000, 709 operários e 675 c.v..

Os setores de produtos químicos e análogos, de instrumentos de trabalho, de meios de transporte e de papel e papelão se apresentavam com um nível muito baixo de capitalização, e de valor de produção, um investimento mínimo em máquinas e uma disponibilidade de força motriz insignificante. O único ramo que se destacava era o da construção naval, com 2.252 c.v.. Nessa atividade o processo de produção industrial já se encontrava muito avançado.

É difícil analisar o setor de metal porque nas diversas publicações variam as categorias em que foi dividida essa atividade. Preferimos adotar a nomenclatura da publicação de 1920: fundições e obras sobre metais, artefatos de folha de flandres, artefatos de tela e arame e fábricas de alfinetes e pregos, para efeito de comparação com os dados da estatística de 1909.

Nesse setor, 56 das 57 fundições dispunham de 513 c.v.. Somente quatro dessas empresas enviaram informações sobre o valor de suas máquinas que era de 156:841\$000. Esses dados davam uma idéia da pequena escala das unidades desse ramo. As 12 fábricas de artefatos de folha de flandres só contavam com 10 c.v., 736:000\$000 de capital empregado, 1.094:000\$000 de valor de produção, e se caracterizavam pela produção artesanal ou de oficinas. O ramo de artefatos de tela e arame apresentava as mesmas características. Do total do valor de produção do setor de metais que era de 14.957:500\$000, 13.123:500\$000 correspondiam a 56 fundições.

O panorama fornecido pelo Centro Industrial do Brasil do parque industrial do Rio de Janeiro, em 1906, indicava uma falta de dinamismo dos ramos pioneiros da transformação da manufatura em indústria na fase do Encilhamento, e um crescimento do número de unidades dos ramos mais tradicionais, inclusive das atividades artesanais. Essas tendências parecem ser o reflexo da redução do crédito, da deflação e facilidade de importação de artigos competitivos que caracterizou o período pós-Encilhamento.

Se compararmos o ramo de tecidos, inclusive rendas e bordados em 1907 com os levantamentos anteriores verificamos que em 1881 havia quatro fábricas; em 1891, 15; em 1895, 14; em 1898, 11 (em virtude da deflação e processo de concen-

tração de empresas) e em 1907, 23. A força motriz que era de 420 c.v. em 1881 se elevava para 10.762 em 1907. No entanto, outro tipo de dados, mostrava, indiretamente, que o grande aumento se deu entre 1881 e 1894.

O capital investido em oito das 15 fábricas de 1891 que prestaram informações, era de 13.120.000\$000; em sete das 14 de 1895 se elevava a 27.550.000\$000; e em oito empresas de 1898, atingira a 32.950.000\$000. É preciso lembrar que entre 1894 e 1898 a taxa de aumento de capital se reduziu em virtude da retração da economia.

O capital das 15 fábricas de 1891 era de 40.308.000\$000 e o das 23 de 1907, de 76.077.259\$000. O ritmo de investimento que declinara em 1894/95 e 1898, retomou um crescimento relativamente mais acelerado após esse último ano, sobretudo levando-se em conta que 1891 foi o auge da inflação.

O número de teares passou de 281 em 1881 (quatro fábricas) para 4.660 (11 fábricas) em 1895, atingindo a 8.180 em 1907.

O número de operários da indústria têxtil era de 850 em 1881 (quatro unidades); 5.435 em 1895 (12 unidades); 10.309 em 1907 (23 unidades). A média por fábrica passou de 132 em 1881 a 452 em 1895 e a 448 em 1907.

A produção era de 6.350.000m em 1881 (quatro unidades), de 37.611.070m em 1895 (10 unidades) e de 75.213.968m de tecidos de algodão, 430.000m de lã, 600.000m de linho, 10.000.000m de juta, e 41.200kg de tecidos de meia, em 1907.

No primeiro intervalo de 14 anos o aumento de produção fora de 9 vezes, no segundo intervalo de 11 anos reduziu-se a menos do dobro, quanto aos tecidos de algodão. Essa menor taxa de crescimento da produção também se refletia na menor produtividade do capital empregado.

Já mencionamos os problemas de crédito, de dificuldades de pagamento da matéria-prima em 1900, da retração do mercado interno em 1900 e 1906 e da grande importação de bens de consumo que representavam mais de 1/3 do total entre 1901 e 1907, em virtude da valorização da moeda brasileira.

Dispomos ainda de alguns dados comparativos quanto às indústrias de calçados, de chapéus, de metal. A primeira destas compunha-se de seis grandes fábricas e 117 oficinas em 1881, (tendo 900 operários e artesãos, 11 c.v. de potência e um valor de produção de 4.994.000\$000) e de 69 fábricas, em 1907. Provavelmente, muitas destas deveriam ser consideradas oficinas. O valor da produção de 15.989.000\$000 que figurava em 1907 referia-se a 23 unidades, a força motriz de 182c.v. a 66 unidades, e 3.521 operários e artesãos à totalidade das empresas. O aumento foi portanto considerável do ponto de vista quantitativo e também qualitativo, revelando o início da introdução das máquinas e da concentração de unidades, de 123 para 69. No conjunto do parque industrial a fabricação de calçados perdeu importância entre 1881 e 1907.

Em 1881 a Comissão de Inquérito Industrial obteve informações de 29 estabelecimentos de fabricação de selins e arreios com 114 operários, e 500.000\$000 de valor de produção que estimou ser 1/3 da realidade. Em 1907 existiam apenas 16 unidades com um valor de produção de 1.361.000\$000 e 243 operários o que representava um declínio em termos absolutos, bastante natural, considerando-se a revolução dos transportes no Distrito Federal. (Em 1881 e 1907 havia apenas um cortume no Rio de Janeiro.)

Constavam do levantamento de 1881, 22 fábricas de chapéus com 680 operários, força motriz de 115 c.v. e 1.815.000\$000, de valor de produção. Em 1907 figuravam 53 unidades mas esse aumento era enganador porque sabemos por outras fontes, já citadas, que havia um número maior de empresas em 1881, tendo o inquérito desprezado as pequenas oficinas artesanais. Em 1876 os artistas chapeleiros se referiam a 17 fábricas, afirmando que outros fabricantes tinham se convertido em depósitos de chapéus estrangeiros. O valor da produção se elevara em 1907 a 8.176.000\$000 (mais do quádruplo do de 1881) e a potência a 392 c.v. em 11 empresas, o que leva a crer que apenas essas unidades, fossem comparáveis às 17 fábricas de 1876. A redução de 17 para 11 seria condizente com o processo de concentração de empresas.

A indústria de móveis contava em 1881 com 24 estabelecimentos maiores e 80 pequenas oficinas, tendo a seu serviço 470 operários, 30 c.v. e orçando a sua produção anual em cerca de 1.600.000\$000. Em 1907 havia 59 fábricas de móveis, sendo seis de ferro com um valor de produção de 7.371.000\$000, 926 operários e 174 c.v., em 11 unidades. (O valor aumentara mais do quádruplo.) O crescimento da força motriz, aumentado mais do quádruplo, correspondia à redução do número de unidades com o desaparecimento de parte do setor artesanal.

Em 1881 o setor de metal se encontrava em pleno florescimento com 34 estabelecimentos, 1.030 operários, 350 c.v. e valor da produção mais alto de todo o parque industrial nesse ano, 10.200.000\$000. Existiam ainda 29 serralharias, duas fábricas de chumbo e 13 oficinas de caldeiros.

Em 1907 a metalurgia perdera importância em termos relativos com um valor de produção menor do que o da fabricação de alimentos e bebidas, tecidos, roupas e armário, ou mesmo, de tecidos, de artigos de couro e de madeira. O aumento do valor da produção em relação a 1881 era pequeno, de 4.951.000\$000; o do número de estabelecimentos, de duas unidades; o da força motriz de 196 c.v.; e o do número de operários, de 1.784.

Vide Tabela 4.16 pág. 583

A estatística elaborada pelo Centro das Indústrias em 1909 era menos completa do que a de 1907, compreendia 670 unidades apenas, faltando dados sobre padarias, conservas, torrefação de café, azeites e óleos, alfaiatarias, sandálias e chinelos, cal, tijolos e telhas, venezianas e biombo, caixas de papelão, chumbo de caça,

bandeiras, asfalto, louças de barro, carimbos de borracha, e rolhas. Por outro lado, figuravam alguns ramos em 1909 que não constavam em 1907; artigos de ótica, máquinas, fotografia.

Não é possível comparar o subsetor de alimentos em virtude das faltas assinaladas em relação a 1909. O de bebidas alcoólicas compreendia nos dois Censos o mesmo número de unidades, 54. O capital empregado, o número de operários, o valor da produção e a força motriz permaneceram praticamente iguais. No setor de tecidos, roupas e armarinho, faltavam alfaiatarias que eram em número de 91, em 1909. Os dados relativos à fiação e tecidos eram absolutamente idênticos, se bem que em 1909 houvesse uma fábrica que não enviou informações: a de fiação e tecidos situada à Rua Conde de Bonfim. Além das omissões já assinaladas, nota-se que, em 1909, o declínio de unidades de produção de roupa branca (de 13 para nove) pode ter correspondido apenas a uma concentração de empresas porque o valor da produção era praticamente idêntico (3.395:000\$000 em 1907 e 3.375:000\$000 em 1909) e o capital empregado aumentou substancialmente entre as duas datas, passou de 570:000\$000 relativo a sete fábricas para 1.121:000\$000 relativo a nove. As fábricas de espartilhos reduziram-se de nove para sete, porém o capital empregado continuou quase igual e o valor da produção aumentou de apenas 5:000\$000. O número de unidades no ramo de chapéus elevou-se de 53 para 68, o capital investido, de 5.863:000\$000 para 8.890:000\$000, e o valor da produção de 8.176:000\$000 para 11.451:000\$000. O tipo de fabricação que deve ter se expandido foi o de oficinas de trabalho manual porque a força motriz baixou de 392 para 290 c.v. e 23 c.v. de potência de gás e eletricidade. Os ramos de armarinho somavam 1.126:000\$000 de capital empregado e 2.721:000\$000 de valor de produção em 1909 e 1.118:000\$000 e 2.808:000\$000, respectivamente, em 1907. As unidades se reduziram de 17 para 15 apesar do valor da produção ter aumentado ligeiramente.

No total do setor de tecidos, roupas e armarinho as unidades diminuíram de 221 para 121 mas a diferença em capital empregado foi insignificante (de 87.668:759\$000 em 1907 para 87.502:269\$000 em 1909), quanto ao valor da produção, (de 62.402:532\$000 para 60.545:932\$000) e a força motriz de 11.213,4 c.v. para 12.104 c.v. 42 c. e 31 c.v. de potência de eletricidade e 11 de gás.

Houve, portanto, um processo de concentração de empresas, porém, menor do que o número de unidades indicava porque as alfaiatarias continuaram existindo, apenas não figurando na estatística de 1909. Descontando-se essa atividade, a diferença de unidades reduzia-se de 130 em 1907 para 121 em 1909. O número de operários baixou de 14.033 para 13.776, provavelmente em virtude da expansão da mecanização que se revelava na ampliação da força motriz.

No setor do couro observava-se a mesma diminuição do número de unidades, de 94 para 82, que se verificava apenas no ramo de calçados. O capital empregado no setor de couro se elevou ligeiramente, de 8.224:000\$000 para 8.299:000\$000, e o valor da produção sofreu uma pequena queda de 18.729:000\$000 para 17.644:000\$000. O número de operários se elevou de 4.157 para 4.262, porém o dado de força motriz de 389 c.v. 83 c. de gás, em 1909, era incompleto, faltando o valor da potência elétrica.

O setor de madeira compreendia 133 unidades na primeira estatística e passou a 71 em consequência do declínio das fábricas de móveis e tamancarias. O capital empregado apresentava uma redução insignificante, de 7.201:000\$000 para 6.918:000\$000, o mesmo ocorrendo com o valor da produção, de 21.795:500\$000 para 21.115:500\$000. O número de cavalos-vapor se ampliou de 1.270 para 1.459 e o de operários de 2.078 para 2.691. Os dados indicavam uma redução do artesanato de tamancos que só usava força manual e uma ampliação de escala das unidades.

O setor de fumo se compunha, em 1909, de quase a metade das fábricas existentes em 1907, no entanto 10 unidades em 1909 tinham um capital empregado de 1.080:000\$000, e 19, no Censo anterior, de 1.108:000\$000. O número de operários declinou de 390 para 374, o valor da produção global passou de 2.776:000\$000, relativo a 11 fábricas, para 2.556:000\$000 referente a 10 unidades. A quantidade de cavalos-vapor caiu de 99 para 37, mas em 1909 era empregada força manual e 15 c.v. de força elétrica. O setor do fumo parecia ter estacionado nesse intervalo de tempo entre os dois Censos. O setor de metal apresentava um declínio de 80 para 72 unidades e uma mudança qualitativa, em virtude do ramo de artigos de chumbo e zinco que só apareceu em 1909 e ao menor número de fundições nesta última data. O capital empregado e o valor da produção eram apenas ligeiramente inferiores em 1909 em relação a 1907 (Vide Tabelas 4.14 e 4.16), verificando-se, portanto, a mesma concentração de empresas já assinalada em outros ramos de atividades. A diferença no número de operários de 2.814 para 2.694 era pequena e a da força motriz de 546 c.v. para 499, era mais do que compensada por 43 c.v. de gás e 45 de eletricidade, exceto uma potência elétrica não dimensionada.

Em 1909, o ramo de sabão e velas incluía 14 unidades, correspondia a um investimento de 8.726:000\$000, a um valor de produção de 11.904:000\$000, a uma mão-de-obra de 705 indivíduos e 425 c.v. de força motriz, em 1909. As mesmas 14 fábricas representavam um capital empregado maior (9.326:000\$000), um valor de produção igual, um número de operários quase idêntico (709) e uma baixa surpreendente da força motriz que era de 675 c.v. e passou a 425, talvez decorrente da ampliação de investimento e do valor da produção de lamparinas e véus incandescentes de lampeões a gás, em 1909.

A comparação da indústria de materiais de construção fica prejudicada pela falta de resposta aos Questionários do Centro das Indústrias de vários ramos dessa atividade, em 1909.

O ramo de meios de transportes apresentava o mesmo número de estaleiros e uma redução do número de fábricas de material de transporte, de 13 para 11, provavelmente pela concorrência dos ferrocarris urbanos e trens.

No setor de papel e papelão o número de fábricas baixou para a metade, faltando o ramo de caixas de papelão e reduzindo-se os de papel e papelão e de papéis pintados. O capital empregado e o valor da produção não diminuíram proporcionalmente ao número de unidades. A força motriz passou de 91 c.v. em 15 fábricas em 1907 para 30 c.v. e 101 cavalos de potência hidráulica e a gás e o número de operários declinou, correlatamente, de 564 para 374 operários.

O ramo de instrumentos de trabalho ficou com 11 unidades nos dois Censos, porém a sua composição se modificou substancialmente com o acréscimo em 1909 da fabricação de artigos de ótica e máquinas. Era uma atividade em que havia pequeno investimento e força motriz mínima, de 78 c.v., em 1909, menos do que em 1907, apesar do capital empregado nessas indústrias ter aumentado.

A fabricação de produtos químicos quase que se manteve inalterada, apenas diminuindo ligeiramente o número de perfumarias e de manufaturas de tintas para escrever, resultando numa baixa de 47 para 43 unidades no conjunto do setor. O capital empregado e o valor da produção sofreram apenas pequenas mudanças. O número de operários se elevou de 611 para 759 e a força motriz baixou de 471 para 438 c.v. além de quantia insignificante de energia de outras fontes. Os ramos diversos somavam 71 unidades em 1907 e 69 em 1909 face à supressão dos ramos de objetos de vime, chumbo de caça, bandeiras, asfalto, louça de barro, carimbos de borracha e rolhas e acréscimo de fotografia, nesta última data. O capital empregado baixou consideravelmente, de 23.313.500\$000 para 9.188.000\$000 porém o valor da produção se elevou ligeiramente e a força motriz de 477 para 788 c.v. e 11 c. de gás e eletricidade.

A diferença em capital empregado era em larga medida atribuível à fábrica de asfalto que figurava no primeiro Censo. Com um investimento de 9.450.000\$000 e um valor de produção insignificante de apenas 700.000\$000 e a de rolhas com 5.440.000\$000 e um valor de produção de 150.000\$000. Os ramos mais importantes em 1909 eram fósforos (indústria protegida pelo Estado) e cordalha. Em termos gerais a comparação revelava uma concentração de empresas e uma estabilização da produção e do investimento, um aumento da força motriz e um uso mais extensivo da energia elétrica. Essa falta de crescimento global da indústria entre 1907 e 1909 estava vinculada à valorização cambial, à crise internacional de 1908 que acarretou redução da renda do Imposto de Importação em 70% e reaparecimento dos déficits orçamentários que perduraram até 1913, ano em que surgiu outra crise internacional.

Só temos notícia de novo levantamento da produção secundária em 1911, feito pelo Centro Industrial do Brasil, referente aos artigos sobre os quais incidia o Imposto de Consumo. Eram estes apenas bebidas, vinagre, conservas, tecidos, chapéus, calçados, sabão e velas, fumo, produtos químicos, fósforos e somente tratava do valor da produção dessas mercadorias.

Deve-se observar que o ramo de bebidas teve um grande aumento do valor da produção (de 13.982:000\$000 em 1909 para 17.405:000\$000) em 1911. A produção do vinagre manteve-se com o mesmo valor, a de conservas (doces) sofreu um pequeno aumento de 2.206:000\$000 para 2.802:000\$000. O ramo de tecidos experimentou uma grande expansão de 42.839:532\$000 em 1907 para 66.859:000\$000 em 1911. O ramo de chapéus teve uma taxa de crescimento menor, de 11.451:000\$000 para 13.091:000\$000. O aumento do valor da produção de calçados foi reduzido de 17.644:000\$000 para 18.325:000\$000. O ramo de sabão e velas sofreu um declínio de 11.904:000\$000 para 10.800:000\$000, provavelmente em virtude da expansão de outros meios de iluminação. A fabricação de fumo continuava em ascensão, passando de 2.556:000\$000 para 4.596:000\$000. A produção de fósforos que estava em fase ascensional com proteção alfandegária manteve o valor de produção de 460:000\$000. Finalmente, os produtos de perfumaria tiveram um grande aumento passando de 910:000\$000 para 1.510:000\$000.

É interessante observar a retomada do crescimento da produção secundária, após a crise de 1909 e antes de 1913, apesar da Caixa de Conversão, criada em 1906, coibir a excessiva valorização da moeda.

As tabelas da produção de 1911, 4.17, 4.18 e 4.19, mostravam a importância do Rio de Janeiro no panorama geral do Brasil, exceto quanto a fumo e fósforos. O Distrito Federal não tinha condições de competir com o nordeste quanto à indústria de fumo que era pequena na capital. O importante é que os setores pioneiros, tecidos e bebidas tiveram um novo surto de expansão. É pena não se ter dados relativos a moagem de cereais e refinação de açúcar, que também eram setores de ponta na transformação da indústria do Distrito Federal.

Vide Tabela 4.17 pág. 587

Vide Tabela 4.18 pág. 588

Vide Tabela 4.19 pág. 589

O total da indústria de tecidos no Brasil se compunha, em 1914, de 304 fábricas sendo que 36 estavam localizadas no Distrito Federal. Estas tinham um capital de 112.738:862\$000, um valor de produção de 77.480:000\$000, dispoendo de uma mão-de-obra de 17.610 operários. A potência em 1911 era de 9.433 c.v., 5.850 kw, 1.385 c.v., 350 cavalos de força hidráulica muito superior a de 1909 (11.757 c.v.). Os valores globais para o Brasil eram os seguintes: 331.845:000\$000 (capital);

332.498:000\$000 (valor da produção); 91.979 (número de operários). Houve, portanto, um grande crescimento da indústria de tecidos entre 1911 e 1914, do valor da produção e em relação a 1909, do número de empresas.

Em 1914 o Distrito Federal produzia 66.270:000\$000 de tecidos de algodão, 11.210:000\$000 de juta, lã, seda e linho, e consumia 11.370:000\$000 quilos de algodão em rama.

Vide Tabela 4.20 pág. 590

Em 1911 a média de relação entre produção nacional e consumo dos produtos que pagavam Imposto de Consumo (fumos, bebidas, fósforos, sal, calçado, velas, perfumarias, especialidades farmacêuticas, vinagre, conservas, cartas de jogar, chapéus, bengalas e tecidos) era de 75,47%; em 1912 elevava-se para 77,09% e, em 1913, para 77,87%, sendo que em 1913 havia cerca de 12.000:000\$000 de tecidos não sujeitos ao Imposto de Consumo²²⁰.

O Centro Industrial do Brasil realizou um estudo da indústria de fiação e tecidos de algodão, lã, juta e seda referente ao ano de 1915 para a Conferência Algodoeira que se realizou no Rio de Janeiro. Nessa análise o Distrito Federal figurava com 36 indústrias de fiação, (tecidos, bordados, rendas, tiras de algodão, de tecidos de lã e juta) com um capital de 65.990:000\$000, empréstimos no valor de 31.389:000\$000 e reservas de 15.359:862\$000, perfazendo uma soma de 112.738:862\$000, superior a do capital empregado em 1911 (101.248:000\$000). Esses dados se referem a 33 unidades, exceto quanto a reservas que se refere a 20 num total de 36. O valor da produção sofreu uma alta de 66.859:000\$000 para 77.480:000\$000, e o número de operários de 14.035 para 17.610. A força motriz atingia a 31.053 cavalos, na razão de 736w, por cavalo, em 31 fábricas que deram informações. As 13 fábricas de tecidos de algodão dispunham de 11.483 teares e 338.326 fusos; as de rendas de 79 teares; as de lã de 497 teares e 1 mil fusos, as de juta de 371 teares.

Vide Tabela 4.21 pág. 592

Vide Tabela 4.22 pág. 593

Vide Tabela 4.23 pág. 595

220

^a CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, op. cit. acima nota 209^e.

^b CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinaria do anno de 1915.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1915.

Quadro Estatístico da Produção das fábricas de tecidos de 1914, p. 239. Quadro discriminando por Estado a produção de tecidos de algodão e o consumo de algodão em rama, p. 240. Quadro de percentagem entre a produção nacional e o consumo geral nos anos de 1911, 1912, 1913, relativamente aos artigos que pagam imposto de consumo.

O Distrito Federal, nessa época, ocupava o segundo lugar no Brasil, após São Paulo, quanto a lã, juta, seda e algodão, como se pode observar nas Tabelas 4.21, 4.22 e 4.23. As Tabelas 4.14 e 4.15 davam uma idéia da expansão das indústrias têxteis no Distrito Federal. Em conjunto a força motriz passara de 10.762c.v., em 1907, para 11.757. em 1909, e para 31.053c.v. em 31 fábricas das 36 existentes em 1915. (Vide Tabelas 4.14, 4.16 e 4.23.)

O comércio interno da praça do Rio de Janeiro sofreu oscilações menos sensíveis do que as da indústria em conseqüência das crises internacionais porque usufruiu de melhores facilidades de crédito. O sistema bancário estava tradicionalmente ligado ao comércio externo, interno e à especulação cambial. Portanto, nota-se uma progressão homogênea, a despeito das crises, no número de licenças concedidas às casas comerciais.

Em 1905 o número de licenças das lojas era de 13.786; em 1906 de 13.982 e o de volantes, 5.066 e 5.274 nesses dois anos. Em 1907 o comércio fixo atingia a 14.553, incluindo nesse total 1.285 indústrias e restando, portanto, 13.268 casas de comércio. Havia 6.385 negociantes ambulantes, licenciados, nesse ano²²¹.

Custo da Alimentação, os Níveis Salariais e a Mobilidade Social no Rio de Janeiro de 1890 a 1913

Entre 1870-72 e 1890 observou-se uma grande expansão do setor terciário, principalmente do comércio e das profissões liberais. O aumento dos funcionários públicos foi de 10.712, incluindo os militares, para 17.254 compreendendo também a polícia. Os militares sofreram uma redução nos seus quadros com o término da Guerra do Paraguai, seguida de um aumento em conseqüência das Revoltas na Armada e no sul. Os membros do clero declinaram de 424 em 1870 para 264 em 1872 e 213 em 1890. Com o advento da República já não eram funcionários públicos sustentados pelo Estado, deixando de ser vocação atraente para os pobres. O número de profissionais liberais elevou-se de 2.383 em 1872 para 7.133 em 1890 e as atividades comerciais que absorviam 21.583 habitantes passaram a empregar 48.048 pessoas. Ainda no setor terciário, 9.470 moradores da cidade trabalhavam em transporte. Somente o serviço doméstico perdeu importância, contando apenas com um contingente de mão-de-obra de 74.785 indivíduos em 1890 superior ao de 1870 (53.160) e ao de 1872 (55.011).

221

^a CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Centro Industrial na Conferência Algodoeira*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1917.

^b ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1908/12, op. cit. acima nota 191b.

A indústria compreendia em 1890 artes e ofícios com 5.859 artífices e manufaturas com 48.661 operários, perfazendo um total de 54.520 indivíduos.

O setor primário estava em franco declínio sobretudo quanto às atividades pastoris e extrativas (pesca, caça, exploração de pedreiras).

Em 1870 figuravam 13.560 lavradores, em 1872, 17.021 e em 1890, 12.485. O predomínio de pequenas propriedades e o declínio de produção do café eram responsáveis pela redução do contingente de lavradores.

Houve acentuada baixa da categoria dos sem profissão de 80.717 (1870) e 92.106 (1872) para 48.100 (1890) em decorrência da grande expansão dos setores secundário e terciário, após 1881.

Em conjunto o setor terciário que apresentava grande dinamismo absorvia a maior parte da população ativa; o primário era quase residual.

Em 1906 a mão-de-obra do setor primário agrícola era de 24.411 e em conjunto com a pecuária e a atividade extrativa, atingia 25.575. A população ativa do setor secundário abrangia 115.779 pessoas e a do setor terciário, 62.062 do comércio, 14.946 das profissões liberais, 15.831 das forças militares e policiais, 14.692 da burocracia, 626 do clero, e 117.904 do serviço doméstico. O número de profissionais liberais duplicou entre 1872 e 1890, quase triplicando entre 1890 e 1906.

A mão-de-obra do comércio teve um aumento de aproximadamente 200%, entre 1872 e 1890, e baixou a taxa de crescimento entre 1890 e 1906. Os quadros dos militares, da polícia e dos empregados públicos expandiam-se extraordinariamente de 17.254 em 1890 para 30.793 pessoas em 1906, incluindo os bombeiros que representavam uma parcela insignificante. O serviço doméstico cresceu pouco e o clero triplicou no período entre os dois Censos. O setor primário recuperou um ritmo de expansão sobretudo quanto à fruticultura, mas a principal mudança foi o aumento da atividade industrial que ocupava 54.520 pessoas em 1890 e 115.779 em 1906. Já analisamos os fatores que contribuíram para o surto industrial no Rio de Janeiro; a inflação dificultando as importações, a facilidade de crédito nos primeiros anos da República, a expansão dos transportes, a grande inovação tecnológica, o aumento da população²²². Após 1898 o barateamento da alimentação facilitou a expansão da indústria.

²²² As taxas aritméticas de crescimento anual de população foram 2,32% de 1872 a 1890; 2,08% de 1890 a 1900; 3,52% de 1900 a 1910.

No período posterior à Guerra do Paraguai, de 1875 a 1913 aproximadamente, nota-se uma tendência para a baixa do custo de alimentação interrompida por duas crises: a de 1888 a 1897 que afetou todas as categorias sócio-profissionais estudadas, (exceto o sacristão e o porteiro) e a de 1906, de maior repercussão, que atingiu todas as categorias. A elevação do poder aquisitivo no período de 1874/75 a 1887 decorria do surto industrial e do reajuste, que se verificou após a Guerra do Paraguai, da baixa do preço dos gêneros alimentícios e da absorção dos libertos durante o conflito. A deterioração do poder aquisitivo de 1888-97 estava ligada à crise do café, ao Encilhamento, às Revoltas na Armada e no sul, elementos causadores de uma alta do preço da alimentação, que o crescimento industrial não pode compensar.

No Governo de Campos Salles (1898-902) houve uma baixa dos preços dos principais gêneros alimentícios, em consequência do barateamento do custo do transporte, especialmente ferroviário e expansão dos meios de transportes, estímulo ao cultivo local de arroz, de outras lavouras de subsistência e da horticultura; término das revoltas; política deflacionária. Simultaneamente à baixa do custo de alimentação havia um surto industrial no Rio de Janeiro que favorecia os assalariados. Essa melhoria salarial não se estendeu a todas as categorias sócio-profissionais. A mão-de-obra de construção, exceto servente de obras, e os operários não especializados das fábricas de sabão e velas (seções de embalagem, cartuchos e prensas da Companhia Luz Stearica), tiveram um aumento salarial, enquanto que os mais especializados sofreram uma baixa. Os salários das outras categorias sócio-profissionais apresentaram alta, exceto os do sacristão, andador, professor primário, porteiro e hortelão que diminuíram ligeiramente. Os salários que aumentaram mais, proporcionalmente, foram os de administrador de hospital e escriturário. Um dos fatores desse aumento salarial foi o grande surto de construções populares no Rio de Janeiro a partir da Lei de 9 de dezembro de 1882 que concedia privilégio de importação, isenção de impostos e outros benefícios às firmas que construíssem casas populações higiênicas.

Em 1887 as empresas de construção Evoneas Fluminense sucessora de América de Castro, obtiveram concessões para construir vilas operárias. Arthur Sauer conseguiu maiores benefícios através do Decreto de 8 de fevereiro de 1888 para uma companhia que foi incorporada em 1889 a fim de construir 3 mil casas, e em dezembro iniciava as obras no Rio de Janeiro. A partir de 1903 a grande remodelação da cidade manteve o ritmo de construções. Havia, portanto, crescente demanda de operários de construção, mestres de obra, engenheiros e de mão-de-obra industrial.

A profissão de andador estava em declínio em virtude da concorrência de despachantes e advogados.

O administrador de hospital era uma profissão nova que apareceu por volta de 1875 e estava em ascensão, em consequência do aumento da população, do esforço de saneamento da cidade. O crescimento da burocracia com a implantação da República, e desdobramento de ministérios acarretava maior procura de escriturários.

Na fábrica de tecidos Progresso Industrial mais conhecida como Bangu, numa amostra de 560 fichas de operários admitidos de 1888 a 1931, nota-se uma tendência à alta salarial acentuada de todas as categorias existentes em 1892 e 1893. Nos dois anos subseqüentes, a elevação se reduziu a apenas algumas categorias. Em 1898 houve uma inversão, caracterizada pelo declínio de todas as categorias, exceto cardas, cuja média salarial se manteve. A baixa refletia o término da influência do Encilhamento sobre a expansão industrial. A falta de crédito que já se manifestava em 1900, a retração do mercado interno, a valorização da moeda e o aumento de importações provocavam uma recessão. A indústria de tecidos em particular sofria da alta dos preços. O aumento salarial atingiu somente algumas categorias salariais em 1904, porém em 1905 abrangeu todas. Em 1907 os salários continuavam a elevar-se, com exceção da seção de teares. Em 1909 houve uma crise e descenso salarial, motivando greves.

As fichas da Brahma apresentam um incremento salarial acentuado entre 1904 e 1906, com exceção do setor de fabricação, nesse último ano, mas a amostra é insignificante. Em 1907 houve baixa salarial, correspondendo à crise da indústria de 1900 a 1906-09.

Na amostra da América Fabril faltam os anos de 1915 e 1916 e as informações de 1911 a 1914 são insignificantes.

Os alimentos sofreram alta marcada entre 1905 e 1906. O índice de preços de alimentos da ponderação de 1858, que corresponde à da dieta do operário não especializado, teve uma alta de 54,89 para 74,87; no índice da ponderação de 1949, da Fundação Getúlio Vargas, adaptado à dieta do operário especializado e assalariado do setor de serviços de menor hierarquia, a elevação foi de 56,27 para 72,20 e, finalmente, o índice da ponderação de 1919, usado para a classe abastada, foi de 56,37 para 69,87. A perda de poder aquisitivo foi, portanto, mais acentuada para os assalariados de menores rendas.

Contribuíram para a crise o desvio do crédito para a política do café, o estrangulamento da indústria e comércio pela falta de recursos financeiros, e a política deflacionária facilitando as importações. Nesse período as condições de vida do operário e dos artesãos se agravaram consideravelmente, provocando uma mudança de atitude dos trabalhadores. As reformas urbanas desses anos destruíram os cortiços do centro e obrigaram o operariado a se mudar para lugares mais distantes e a pagar transporte.

A Avenida Central com 1.800m de comprimento e 33m de largura foi construída, servindo de via de comunicação entre o novo cais no sopé do Morro de São Bento e a Praia de Santa Luzia atrás do Morro do Castelo. A abertura da Avenida requereu a demolição de 641 casas de comércio e renda e custou ao Governo federal 8.000:000\$000, ficando pronta em 15 de novembro de 1905. A Prefeitura construiu a Avenida Beira Mar que começava na Praia de Santa Luzia e percorria o contorno da Baía, numa extensão de 5km e 200m, até a Praia de Botafogo. Cortando essas duas novas artérias foram construídas ruas transversais que atravessaram as ve-

lhas paróquias industriais e os quarteirões de cortiços habitados pelos proletários. Foram derrubados os cortiços do Centro, os armazéns e trapiches do bairro marítimo (Candelária, São José, Santana e Santa Rita) numa extensão de aproximadamente 13ha.

No século XIX tinham predominado as corporações, mesmo depois de sua extinção oficial e as sociedades mutualistas, cujos objetivos principais eram assistenciais, e de aperfeiçoamento do ofício. Na década da Abolição da Escravatura, em 1890, desenvolveram-se as organizações de caráter étnico, no Rio de Janeiro, sobretudo de portugueses, tais como a Congregação dos Artistas Portugueses (1883), o Centro Galego, e o Centro Cosmopolita. Por volta de 1890, com a expansão da manufatura e a transformação dos setores de ponta na indústria e a deterioração do padrão de vida começaram a se constituir as associações de resistência que usavam a greve como meio de reivindicação. No Rio de Janeiro as mais ativas foram: União dos Operários Gráficos, União dos Trabalhadores em Estiva e Carvão Mineral, Aliança dos Operários de Calçado, Associação de Resistência dos Cocheiros e Carroceiros, União dos Foguistas de Marinha Mercante e Lanchas do Porto, Associação Operária da Indústria de Mobiliário, União de Fábricas de Tecidos e União Protetora dos Chapeleiros.

Nessa mesma década de 90 do século XIX formaram-se os partidos operários de caráter socialista reformista, tais como: o Partido Operário do Rio de Janeiro (1890), o Partido Operário Independente (que procurava integrar o operário, como cidadão, na luta pela melhoria do padrão de vida, respeitando o Estado e a ordem jurídica), o Partido Socialista, de caráter coletivista, fundado no Rio de Janeiro em 1902. O Congresso Operário de 1892 discutiu o Código Civil, organizou um programa de reformas e melhoria de condições de vida do proletário e fundou o Partido Socialista Brasileiro, como instrumento de luta dentro dos quadros políticos vigentes.

No início do século XX o anarquismo tendeu a predominar na liderança do movimento operário, apesar dos libertários, na maioria imigrantes, serem uma minoria. No entanto, eram os mais atuantes, favoreciam a ação direta, o emprego de greves e da revolução, como armas de combate ao capitalismo e de destruição do Estado. No período de 1898 a 1906 houve 36 manifestações no Rio de Janeiro, sendo 17 greves e 19 de natureza variada²²³. A crise bancária de 1900 provocou uma es-

223

^a MARAN, Sheldon Leslie. *Anarchists, immigrants and the Brazilian labor movement, 1890-1920*. [s.n.t., mimeo.]

Recorremos a esta excelente monografia para fazermos uma correlação entre o anarquismo e a evolução do padrão de vida no Rio de Janeiro.

^b CANAVARROS, Otavio. *O movimento de preços e salários no Rio de Janeiro e sua articulação com a conjuntura social 1850-1930*. Rio de Janeiro, [s.ed.] 1972. [Tese de mestrado apresentada à USP, mimeo.]

tagnação dos negócios na capital e nesse ano ocorreu a greve dos cocheiros que era uma das organizações de resistência. Em 1902 a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, apoiada pelos artistas chapeleiros, ambos da corrente de resistência, propunha aumento salarial e uma tabela uniforme de pagamento. Em fevereiro de 1903 a maioria dos fabricantes aceitara a tabela.

Em fins de 1902 e início de 1903, Pinto Machado começou a organizar os operários de tecidos das fábricas da capital e em maio de 1903 levava uma petição de 4 mil assinaturas ao presidente, solicitando a jornada de oito horas de trabalho para os adultos e de seis horas para as crianças. No mês seguinte os operários de manutenção do Lloyd, com o apoio do Centro das Classes Operárias da Gávea, constituído principalmente de marítimos, conseguiram forçar a demissão do Diretor dessa companhia de navegação.

Em agosto de 1903 foi deflagrada a maior greve do Distrito Federal até essa época, iniciada pela Federação dos Operários de Tecidos, recém-formada e envolvendo os artistas sapateiros, pintores, gráficos, artistas chapeleiros, estivadores e outros. A Federação reivindicava a jornada de oito horas de trabalho e 40% de aumento salarial. A greve foi vencida pela violenta repressão policial e os grevistas despedidos pelos industriais.

Nos anos de 1902 e 1905 organizaram-se, além da Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos, os sindicatos dos tipógrafos e dos chapeleiros e a Federação das Associações de Classe.

Em agosto de 1904 estivadores do Rio de Janeiro entraram em greve em solidariedade aos de Santos, mas esse movimento colapsou sem obter resultados.

Nesse ano o Centro das Classes Operárias da Gávea e outras correntes operárias, além das militares e positivistas se manifestaram contra a vacina anti-variólica obrigatória que feria os princípios libertários anti-estatais dos anarquistas.

A lei passou em 18 de novembro desse ano, provocando rebeliões operárias e a revolta dos cadetes da Escola Militar. Nesse complô chefiado pelo General Silvestre Travassos para derrubar o presidente, estavam envolvidos os líderes Barbosa Lima e Lauro Sodré que tinham apoio operário.

O movimento anarquista tomou impulso a partir de 1906 quando as condições de vida pioraram consideravelmente, em virtude da crise da indústria e da elevação do custo dos alimentos. Realizou-se nesse ano o segundo Congresso Operário no Centro Galego, no qual predominou a corrente do sindicalismo revolucionário. Um grande número de teses foram apresentadas sobre as condições de vida do operariado. As posições adotadas foram contrárias a uma política de partido e favoráveis ao sindicato como órgão de resistência econômica e não de assistência. Foi decidido nesse Congresso a criação da Confederação Operária Brasileira; a organização

de federações por indústria ao invés de ofício e a restrição ao emprego remunerado nos sindicatos²²⁴

Em 1906 houve uma série de greves em São Paulo e no Rio de Janeiro dos portuários e de vários ofícios. A União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros foi reconstituída e organizou uma tabela salarial, além de exigir que os grevistas não sofressem represálias. A União constituiu um fundo para sustento dos grevistas e obteve ajuda da Associação dos Trabalhadores em Trapiches de Café, União dos Estivadores, União dos Foguistas, União dos Artistas Alfaiates, União Operária do Engenho de Dentro, Resistência dos Marinheiros e Remadores, e União Auxiliadora dos Chapeleiros²²⁵. Os sapateiros conseguiram obter os benefícios que pleiteavam graças ao apoio financeiro dessas organizações e possibilidade que ofereceram aos grevistas de trabalhar noutras atividades. A falta de solidariedade dos fabricantes de sapato em virtude da sua heterogeneidade (artesãos, industriais, proprietários de manufaturas) também favoreceu os operários, artistas chapeleiros, tarefeiros, jornaleros, e trabalhadores domiciliares.

Em 17 de dezembro de 1906, os cocheiros, carroceiros e carregadores de armazéns declararam-se em greve. A Associação de Resistência dos Cocheiros e Carroceiros conseguiu obter dos patrões aumento salarial, melhor horário de trabalho e pagamento no primeiro domingo do mês.

Em 30 de maio de 1906 realizou-se no Rio de Janeiro o comício de solidariedade aos ferroviários da Companhia Paulista. A crise enfraquecia os industriais, mas, em termos gerais, o movimento operário era prejudicado pela recente origem escrava, rural ou imigrante da mão-de-obra. Os imigrantes, na maioria portugueses, vinham do meio agrário, e o índice de analfabetismo era muito alto, pois o imigrante se mudava para o Brasil movido pela miséria em Portugal. Antes da abolição da escravidão, os imigrantes tinham o mesmo padrão do escravo na fábrica, tendo a mesma dieta, alojamento e roupa, trabalhando sem remuneração em média dois anos para pagar a viagem, alimento e abrigo. (Os Diários da Fábrica Moinho da Luz, já mencionados, descrevem estas condições de vida.)

Segundo a lei de 1907, que durou até 1921, o imigrante estava sujeito à deportação de forma sumária, bastando para tanto um relatório policial acusando-o de subversão mesmo sem provas. A expulsão se fazia por decreto, sendo isentos somente os estrangeiros com dois ou mais anos de residência, casados com mulher brasileira, viúvos de brasileira ou tendo filho(s) nascido(s) no País. Outros fatores de enfra-

²²⁴ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Edgalit, 1962. p. 252. (Temas brasileiros)

Essa obra contém um levantamento das manifestações operárias no Brasil.

²²⁵ NEVES, op. cit. acima nota 218.

quecimento do movimento operário eram o uso pelo Governo da repressão policial e militar, a substituição de operários em casos de emergência por trabalhadores rurais, e a represália contra os grevistas por parte das empresas. A participação de mulheres e crianças na mão-de-obra industrial dificultava a organização da resistência operária. As lutas inter-étnicas no Rio de Janeiro, a rivalidade entre portugueses e brasileiros que vinha do tempo da colônia também constituíam fator de divisão entre o operariado. A mão-de-obra não era tipicamente operária por que incluía artesãos que trabalhavam por conta própria como aprendizes, dentro de um espírito, até certo ponto, pré-capitalista. Muitas atividades importantes no Distrito Federal, como a de fabricação de sapatos, chapéus, e artigos de vestuário usavam o trabalho doméstico, sendo que esses trabalhadores ofereciam resistência a entrar nos sindicatos. A maioria dos operários era constituída por diaristas, ou indivíduos que trabalhavam por empreitada sem qualquer segurança. O aparecimento dos sindicatos modernos por volta de 1907 e o início de um movimento operário estavam relacionados com a expansão e transformação, no final do século, da manufatura em indústria, em alguns setores, abolição da escravatura, elevação do número de operários, vinda de alguns imigrantes com novas ideologias socialistas, anarquistas e anarcosindicalistas. O período de predomínio da corrente socialista reformista correspondeu a uma fase de melhoria salarial e do poder aquisitivo e o período de expansão do anarquismo correspondeu aos anos de agravamento do padrão de vida (1905/06). Nesses anos, a atitude do Estado que não reconhecia sequer a existência de um problema social, estimulava a proliferação de uma ideologia dos libertários, de combate ao regime como um todo.

No Censo de 1907 o número de horas de trabalho no turno diurno variava de oito a 11 horas nos turnos de dia e de noite e somente os fabricantes de chocolate, de calçados, os serralheiros e os alfaiates usufruíam de um horário mais reduzido²²⁶.

Nessa época a maioria do operariado tinha uma jornada de 12 horas. O número de brasileiros era de 15.583 e de estrangeiros de 5.778, acrescidos de 862 sobre os quais os dados eram incompletos. Do total de 21.361 trabalhadores relativo a 315 indústrias, 2.859 eram crianças e 4.316 mulheres que representavam um peso morto na organização sindical e no movimento operário.

O Censo da população do Distrito Federal em 1906 apresentava um total de 115.779 operários, sendo 51.249 estrangeiros, 313 de nacionalidade ignorada e 64.217 brasileiros. As mulheres brasileiras eram 15.913 e as estrangeiras apenas 6.303, concentradas estas últimas na indústria do vestuário. O imigrante era na sua maioria adulto, do sexo masculino, solteiro ou casado, em menor proporção, mas que vinha sem a família.

²²⁶ BRASIL. Ministerio da Agricultura e Industria. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento realizado em 20 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1924. v. 2, pt. 2: População do Rio de Janeiro/Distrito Federal. p. 382-91.

Contém o Censo Industrial de 1907.

Os estrangeiros se concentravam na metalurgia, produtos químicos, vestuário, transportes, indústrias relativas e ciências, letras, artes, e artigos de luxo. A mão-de-obra dos dois primeiros ramos teve pequena atuação política. Na indústria do vestuário, apenas os chapeleiros e sapateiros eram participantes da luta operária e nesses dois ramos predominavam os brasileiros. Em 1906 o operariado já contava na população total que atingia 811.443 habitantes.

No início de 1890 o ataque de filoxera às videiras do norte de Portugal causou desemprego em massa, agravado pela crise bancária, contribuindo para estimular a imigração para o Brasil. No final desta década a estagnação da economia portuguesa forçou a emigração não só de habitantes das zonas rurais como dos centros urbanos, Porto e Lisboa. Em 1890 a população do Rio de Janeiro de 522.651 habitantes, incluía 124.352 estrangeiros. Estes eram em minoria, na categoria de proprietários rurais no Distrito Federal. Concentravam-se no comércio, conforme já observamos, e também na indústria, como operários ou proprietários, no artesanato, ou como proprietários de imóveis para renda.

O movimento dos Jacobinos no final do século XIX combateu os comerciantes e senhorios portugueses, considerando-os exploradores e procurou anular o direito que lhes tinha sido concedido, quando a República outorgou a cidadania brasileira aos portugueses residentes no País, de serem funcionários públicos. Durante o Governo de Floriano Peixoto a colônia portuguesa foi acusada de favorecer a Revolta da Armada. Diocleciano Martyr, líder dos Jacobinos no Rio de Janeiro, tentava angariar a simpatia do operariado criticando os portugueses, donos de cortiços e armazéns, de abusarem do povo, porém essa ideologia ultra-nacionalista não teve grande aceitação no meio do proletariado do Rio de Janeiro. Com a derrota da armada e o atentado contra o Presidente Prudente de Moraes, em que os Jacobinos se envolveram, foi possível reprimir esse movimento que entrou em declínio. Sheldon Leslie Maranh, já citado, referiu-se a um conflito entre pretos, mulatos e portugueses, trabalhadores dos Trapiches de café do Rio de Janeiro, causando o fracasso da greve de 1908 e eventualmente o declínio do sindicato, mas, de um modo geral, a luta inter-étnica não foi uma característica muito importante do operariado do Rio de Janeiro.

De 1907 a 1912 as obras de remodelação da cidade, a melhoria do crédito, a estabilização da moeda contribuíram indiretamente para a melhoria salarial.

A Primeira Guerra e seus Efeitos sobre a Economia e a Sociedade Urbana do Rio de Janeiro

O Comportamento do Comércio Exterior

Em 1908/09 houve uma baixa no valor das exportações seguida de uma ligeira melhora em 1910, novamente uma alta em 1913 e uma queda acentuada em 1914, decorrente da Primeira Guerra Mundial. Em 1915/16 o valor das exportações supe-

rou o de 1903 e em 1917 verificou-se um aumento seguido de uma queda de valor e tonelagem em 1918. Em 1919 o valor aumentou apesar da redução da tonelagem.

De 1910 a 1914 o capital novo estrangeiro foi de £141.448 mil. Deduzidos os empréstimos públicos para resgatar dívidas, entrou em termos de capital real nesses cinco anos £100 milhões. Declinando a corrente de capital, foi necessário restringir a importação. Em 1913, entraram 17.769:355\$000, (em espécies metálicas e notas de Banco, o equivalente a 10.292:950\$000 ouro) e em 1914 as cifras se reduziram respectivamente a 12.438:580\$000 e 7.367:652\$000, apenas.

As importações declinaram com o início do conflito mundial mas se recuperaram em 1916/17 sem contudo retomar o nível de 1914. Em 1918 o valor das importações superou o de 1913 e continuou num ritmo crescente até 1928. As importações foram prejudicadas em 1914 não só pela dificuldade e insegurança de transportes para os países beligerantes como também pela queda do câmbio a partir de agosto desse ano, em decorrência do declínio da corrente de capital estrangeiro para o Brasil. O País necessitava anualmente para juros, amortização do capital estrangeiro, remessa de lucros (sobretudo das casas de importação e exportação) e remessa de dinheiro por imigrantes, uma quantia que variava de £20 milhões a £25 milhões.

As importações tornaram a se elevar no período entre 1918 e 1928 em virtude da demanda acumulada de matérias-primas e equipamentos, provocada pelo conflito mundial, e da expansão da economia, principalmente do setor primário.

Durante a Guerra as classes de produtos que sofreram maiores restrições de importação foram os artigos manufaturados e matérias-primas.

Vide Tabela 4.24 pág. 597

Quanto às exportações houve um declínio global, mas um aumento da Classe II (minerais e seus produtos) em virtude da demanda de guerra. A Classe III, vegetais e seus produtos, foi a que apresentou maior descenso, em consequência da queda das exportações do café de 2.444.060 sacas para 2.224.558 e o do valor de 99.466:135\$000 papel (valor a bordo) para 72.095:490\$000, de 1913 para 1914.

Vide Tabela 4.25 pág. 597

Essas modificações por sua vez influíram na transformação da economia do Rio de Janeiro e do seu *hinterland*, mantendo-se o declínio das exportações e o desequilíbrio da balança comercial em toda a década de 20 do século XX.

*Dificuldades da Manufatura e da Indústria no Início
do Conflito Mundial*

Em 1914 a corrente de capitais foi paralisada e os preços do café sofreram uma queda substancial provocando uma corrida à Caixa de Conversão, o que causou o seu fechamento. Nessa oportunidade, foi negociado novo acordo sobre a consolidação da dívida externa e abandonada a política deflacionária pelo Governo. A redução das exportações e a crise cambial provocaram o corte das importações.

Os diretores de várias indústrias de tecidos pediram a convocação de uma assembléia do Centro Industrial face à crise de 1914, à retração dos negócios, do crédito e à possibilidade de desemprego maciço.

Na reunião dos sócios do Centro Industrial em abril de 1914 foram discutidas as seguintes propostas dos industriais: de se fazer um acordo com as empresas para reduzirem as horas de trabalho nas fábricas; de se solicitar amparo do Governo perante a crise de numerário, o retraimento comercial, a queda dos preços dos estoques de pano e de se tomarem medidas para melhorar as entregas do algodão em rama pelos produtores. A maioria decidiu deixar em aberto a questão das horas de trabalho, aguardar as deliberações do Governo quanto ao crédito e aos preços e adiar o debate sobre os produtores de algodão²²⁷. Nas reuniões do Centro Industrial de 5 a 14 de agosto, os industriais formularam reivindicações a serem entregues ao Senado, sendo a principal, uma emissão que não fosse de bônus do Tesouro para compensar a retirada de 400.000:000\$000 da circulação, nesse ano. A emissão de papel-moeda de curso forçado serviria para o pagamento das dívidas ao Tesouro e auxílio à lavoura, ao comércio, à indústria e aos Bancos, por intermédio do Banco do Brasil. Tendo cessado a entrada de ouro só era possível colocar em circulação o papel-moeda de curso forçado; bônus e inscrições de nada serviriam pois não seriam descontados. Terminada a guerra, seria possível resgatar a moeda fiduciária. O Centro Industrial também se pronunciava nessa ocasião contra a moratória que estava sendo debatida no Congresso e que só seria aceitável como medida prévia da emissão.

O Centro propunha, ainda, abandonar a exigência de ser brasileiro nato para participar do comércio de cabotagem, permitindo assim mobilizar os navios estrangeiros detidos em portos brasileiros, para o transporte marítimo e estabelecer uma escala de prioridades de carga que seria a seguinte:

- a) gêneros alimentícios;
- b) combustíveis;
- c) matérias-primas para as indústrias estabelecidas no País;
- d) quaisquer outras mercadorias.

²²⁷ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, op. cit. acima nota 220^b, p. 88-98.

O Centro Industrial tornou a se reunir em 10, 11 e 12 de agosto decidindo pedir audiência à Comissão de Finanças do Legislativo para expor o seu ponto de vista sobre o projeto de emissão de João Luiz Alves. A Comissão não conseguiu modificar o projeto na parte relativa ao crédito aos Bancos que permaneceu de 100.000:000\$000, o que não teve efeito substancial, no sentido de aliviar o crédito ao comércio e à indústria.

Em 24 de agosto de 1914 reuniram-se as assembléias do Centro Industrial e da Associação Comercial com o propósito de discutir a forma de obter ampliação de crédito. O problema se agravava face à exigência dos produtores de algodão de serem pagos à vista antes do embarque da mercadoria, quando era de praxe a venda pelos comissários às fábricas, ao prazo de seis meses. Os comissários recebiam Letras dos fabricantes que eram levadas aos Bancos para desconto, porém esses estabelecimentos passaram a se recusar a receber as Letras.

Houve uma sessão conjunta da Associação Comercial e do Centro Industrial, da qual resultou uma resolução comum, de solicitar ao Ministro da Fazenda que tomasse as medidas para normalizar o mercado de algodão, datada de 24 de agosto de 1914. Essa reivindicação não foi atendida e, em 9 de setembro de 1914, o Centro Industrial se dirigia ao Ministro da Fazenda, Rivadavia Correa, afirmando que a indústria não tinha sido contemplada com facilidades de crédito, como a lavoura e o comércio. No entanto, afirmava o Centro Industrial, a indústria de tecidos de algodão que "(...) era a maior produção nacional de utilidades, depois do café e da borracha (...)" via-se obrigada a pagar à vista as Letras de algodão e os salários de seus numerosos operários. As grandes casas comerciais diminuíram as suas compras em consequência da falta ou atraso dos pagamentos dos comerciantes do interior. Nessa conjuntura as indústrias caminhavam para o fechamento se o Banco do Brasil não as ajudasse diretamente mediante descontos, *warrants*, cauções, depósitos e outras operações de crédito e indiretamente pelo desconto das Letras passadas pelos fabricantes aos seus vendedores de matérias-primas.

Posteriormente, a diretoria do Centro Industrial teve uma entrevista com o Presidente do Banco do Brasil que se recusou a descontar as Letras do algodão e a facilitar o crédito. Os industriais também apresentaram uma série de reivindicações a propósito da reforma alfandegária e da expansão do Imposto de Consumo, com o qual o Governo pretendia compensar o declínio das rendas alfandegárias. No entanto, não foram atendidos. A diretoria do Centro Industrial, constituída por Jorge Street, da indústria de tecidos; Gabriel Osorio de Almeida; M. A. da Costa Pereira, Julio B. Ottoni, da Luz Stearica; J. M. da Cunha Vasco e Julio Pedrosa Lima, concluía o Relatório de 1914 formulando: "*(...) ardentes votos para que essa grande lição (a da guerra) inspire os nossos Poderes Públicos, em sentido favorável à actividade fabril nacional, desde alguns annos, productora de riquezas que, pelo seu valor, rivalisam com as creadas pelas nossas industrias agrícolas e extractiva constituem a exportação do Brazil. Só assim o nosso paiz poderá preparar-se para afastar a tyran-*

nia commercial do vencedor de amanhã."²²⁸ Jorge Street, era o grande defensor da reforma alfandegária que foi debatida no Congresso nos anos de 1909, 1910, 1913-15 e de novo em 1919 e 1920. Ele combatia a tese de que a alta do custo de vida advinha da proteção alfandegária. Em 1905 a indústria obtivera a elevação de 50%, da taxa ouro sobre os Impostos de Importação que recaíam sobre certos produtos alimentícios, matérias-primas similares às nacionais, semi-industrializados e 35% sobre os demais²²⁹.

As forças contrárias à indústria nacional, consumidores e exportadores, lutavam pela unificação da cota ouro em 40%.

As atitudes do Governo em 1914 revelaram a fraqueza dos industriais, face aos interesses da lavoura e do comércio. Nessa época havia uma inadequação do sistema bancário, de origem especulativa para servir às necessidades da produção em geral.

A Política Creditícia e a Superação da Crise

Em 1914 foi negociado um segundo *funding loan* com um capital nominal de £15 milhões, os títulos emitidos ao par, ao prazo de 63 anos, ao juro anual de 5% e com as mesmas garantias do anterior. Os juros de todos os empréstimos a vencer de 1º de agosto de 1914 a 31 de julho de 1917 seriam pagos em títulos desse empréstimo e o Governo não poderia contrair novo empréstimo até 1º de agosto de 1917.

Foi declarada a moratória, prorrogada pelo Congresso em 15 de setembro de 1914 por 90 dias e sancionada em 24 de agosto de 1914, autorizando o Governo a emitir em notas do Tesouro Nacional até a quantia de 250.000:000\$000, sendo 100.000:000\$000 destinados a empréstimos a Bancos que seriam resgatados até 31 de dezembro de 1915. Já vimos que os industriais desejavam empréstimo mais elevado dos Bancos e eram contrários a notas do Tesouro Nacional.

No final de 1914 as caixas dos Bancos, que formavam um consórcio que recebera empréstimo do Governo, se apresentavam aumentadas com somas muito aproximadas às do empréstimo que, portanto, não fora aplicado para facilitar e desenvolver as operações de crédito.

²²⁸ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatório do Centro Industrial do Brasil, para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária do ano de 1915.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1918. p. 275-85.

²²⁹

^a CARONE, op. cit. acima nota 185^c, p. 84-6.

^b LUZ, Nícia Villela. O industrialismo e o desenvolvimento econômico do Brasil 1808-1920. *Revista de História*, São Paulo, USP, 14(56):271-85, out./dez. 1963.

Para aliviar a situação foram lançadas Apólices da Dívida Pública, vencendo juros (decretos de 3 e 5 de fevereiro e de 4 de março de 1915). Eram no valor nominal de 100\$000 e logo se desvalorizaram em 50%. Os Bancos usavam essas apólices pelo valor nominal para pagar ao Governo. Os depósitos e as operações de desconto continuavam a diminuir mas o dinheiro em caixa aumentava. Dessa forma os Bancos não desempenhavam o papel de agentes anticíclicos promotores do comércio e da produção.

Finalmente o Congresso autorizou o Executivo, em 28 de agosto de 1915, a auxiliar a economia por meio do Banco do Brasil que ficava habilitado a realizar operações de crédito, baseadas em emissão na quantia que fosse necessária, ao juro de 5%. A lei previa a prorrogação até 31 de dezembro de 1916 dos prazos para liquidação dos contratos de empréstimos aos Bancos, estipulados na Lei de 24 de agosto de 1914. O Banco do Brasil também ficara autorizado a retirar do Fundo de Garantia até 50.000:000\$000 papel para atender à crise.

A partir do segundo semestre de 1915 as Caixas Econômicas foram autorizadas a fazer empréstimo, sob caução de Apólices, da Dívida Pública e de Letras do Tesouro. A melhor arrecadação do Imposto de Consumo compensara em parte as perdas do Governo com o declínio do imposto alfandegário de importação.

A partir de 1916 iniciava-se uma recuperação que se converteu em pequena expansão econômica em 1917 e 1918 e a nova crise só emergiu em 1920/21.

O Presidente do Banco do Brasil, Homero Batista, (designado para esse cargo em 1914), no Relatório de 1916, foi favorável a atribuir a esse estabelecimento de crédito a capacidade de emissão a fim de se obter o saneamento do meio circulante nacional. Era defensor do crédito comercial legítimo e da criação de um banco central, numa segunda etapa. Julgava que o Tesouro não podia ser eficaz na direção de uma política monetária porque estava estreitamente vinculado aos problemas do equilíbrio orçamentário e o Banco do Brasil absorvido pelas questões comerciais. O banco central teria como lastro de suas emissões, ouro e títulos financeiros e poderia regular a moeda e o crédito de acordo com as necessidades reais, sem pressões imediatistas.

O Relatório do Banco do Brasil de 1916 analisava a importância de incumbência que recebera do Governo de empregar 39.000:000\$000 em crédito agrícola, através de suas 23 agências distribuídas pelo País.

Em 1916 e nos anos imediatamente subsequentes, a Sociedade Nacional de Agricultura, o Centro Industrial do Brasil, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Federação das Associações Comerciais do Brasil, o Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro foram favoráveis à criação de um banco central²³⁰. Na

²³⁰ NEUHAUS, Paulo. A doutrina do crédito legítimo e o primeiro Banco Central Brasileiro. *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, Rio de Janeiro, IBMEC, 1(1): 157-75, jan./aur. 1975.

Câmara e na imprensa também havia uma corrente de opinião de apoio ao projeto de fundar um banco central. No entanto, o próprio sucesso do Banco do Brasil em atender à lavoura, ao comércio e à indústria, a partir de 1916, tendia a enfraquecer a implantação do banco central e criar fortes grupos de interesse favoráveis àquela instituição. Em 1917 os agricultores de São Paulo obtiveram o apoio do Governo federal para a segunda valorização do café e foi fundado o Instituto do Café, neste estado.

O Governo federal emitiu 150.000.000\$000 para auxiliar a safra e o Instituto apenas regulava as entregas, equilibrando a oferta e a demanda. O produto estocado era financiado pelo Banco do Estado de São Paulo até 50% do seu valor. A firma Lazard Brothers adiantava ao Banco os recibos necessários e criava-se novo imposto sobre saca de café para fazer face a esse compromisso.

Dessa forma multiplicavam-se os interesses em conservar o Banco do Brasil com o poder e as funções que passou a ter após 1916, suprimindo as deficiências do sistema bancário e do Tesouro Nacional. Por outro lado, o banco central, apresentado nessa ocasião como um caminho para a restauração do padrão ouro, passou a se configurar como uma ameaça para exportadores inflacionistas.

Com a recuperação do crédito, a elevação dos preços dos artigos manufaturados, e a dificuldade de importação, a indústria do Rio de Janeiro experimentou um novo surto, a partir de 1916, inclusive a de tecidos que conquistou mercado externo, antes suprido pela Inglaterra. Também se expandiu a produção no Brasil de gêneros alimentícios e matérias-primas para atender a demanda crescente européia. A importância adquirida pela indústria se revelava parcialmente no acesso ao crédito, a partir de 1916, que lhe fora negado na fase deflacionária de 1898-902 e na crise de 1913 a 1915. Nessa crise a indústria sofreu a falta de crédito, o aumento do Imposto de Consumo da reforma alfandegária que não oferecia a proteção desejada, além do declínio dos salários e do poder aquisitivo. A mudança da política de crédito em 1916 foi decisiva em impedir uma debacle da indústria e sobretudo do seu setor mais avançado, o de tecidos. A crise de 1900 e o enfraquecimento do sistema bancário nacional se refletia em 1914 e 1915 no Ativo do balanço dos Bancos da praça do Rio de Janeiro. Os valores dos bancos estrangeiros eram de 655.579.000\$000 em 1914 e de 832.341.000\$000 em 1915, e os dos nacionais se reduziam a 435.993.000\$000 e a 691.934.000\$000, nesses anos. Em 1816, 1817 e 1818 os valores dos bancos estrangeiros passaram a 855.043.000\$000; 901.583.000\$000; e 180.695.000\$000, enquanto que os dos nacionais superaram essas quantias em 873.886.000\$000; 1.052.783\$000 e 1.194.031\$000, respectivamente. Com o término do conflito, os bancos nacionais perderam a vantagem adquirida e, em 1919, os bancos estrangeiros tinham um Ativo de 1.880.153\$000 (papel-moeda) no Distrito Federal e os nacionais, 1.759.711\$000²³¹.

²³¹ BRASIL. Ministério da Fazenda. Directoria de Estatística Comercial. Escritório de Informações do Brasil. *Commercio exterior do Brasil 1915-1919*. Paris, 1919. p. 186-7.

*As Transformações da Produção Industrial no Rio de Janeiro
1914 a 1920*

Portanto, após um período de estagnação da indústria de tecidos de 1898 a 1906-09, ocorreu uma fase de grande expansão, dessa última data a 1915. Apesar da crise da importação de equipamentos, do crédito e do fornecimento de algodão em rama em 1914, já analisadas, a indústria de tecidos se beneficiou com a expansão do crédito e desvalorização da moeda adotadas em resposta à depressão do início da Guerra Mundial. A ampliação da demanda que já não era satisfeita pela importação desempenhou um papel importante nesse surto da indústria têxtil. Nesse mesmo estudo da indústria de tecidos feito pelo Centro Industrial do Brasil, nota-se que o aumento dos empréstimos foi de 107% entre 1905 e 1915 e o de capital e reserva de 94% para todo o País. No Distrito Federal foi de 43% e no Estado do Rio de Janeiro de 34%, entretanto no Estado de São Paulo atingiu 293% revelando ter havido maior investimento neste Estado do que na capital federal e no Estado do Rio de Janeiro em conjunto. Tanto em 1905 como em 1915 o Distrito Federal recebeu maior soma de empréstimos do que São Paulo e o acréscimo do valor dos empréstimos na capital foi de 371%, enquanto que em São Paulo foi de 283%.

Entre 1905 e 1915 o valor da produção cresceu em maior proporção em Alagoas, seguindo-se Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe, Minas Gerais, Distrito Federal (76%) e Ceará. Os Estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte sofreram um declínio do valor da produção. (Vide Tabela 4.26.)

Vide Tabela 4.26 pág. 598

O surto em Alagoas, Maranhão, Sergipe e Ceará decorria em grande parte da proximidade da matéria-prima de melhor qualidade. Em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal o fator preponderante deve ter sido a expansão do mercado e facilidades de empréstimo. A indústria no Rio de Janeiro teve um aumento de operários proporcionalmente maior (95%) do que de teares (57%) e de fusos (61%). Em São Paulo se deu o contrário, o crescimento da mão-de-obra foi de 192%, o de teares de 226% e o de fusos de 240%. No entanto, a elevação da força motriz na capital foi de 371%, enquanto em São Paulo se limitou a 283%.

Para compararmos o conjunto do parque industrial do Rio de Janeiro, temos de recorrer apenas às estatísticas de 1907 e 1920, porém, mesmo assim foi necessário reduzir o número de ramos de fábricas pois alguns não figuravam no último Censo.

Os resultados do inquérito de 1907 comparados com as informações relativas às indústrias análogas recenseadas em 1920 podem ser visualizadas no quadro elaborado em 1920^{2 3 2}.

Vide Tabela 4.27 pág. 602

Os capitais empregados em 1907 representavam pouco menos de 2/5 (39%) dos investidos nas indústrias congêneres de 1920. As proporções de 1907, quanto à força motriz eram de 32,9% da existente em 1920, de 67,9% da dos operários daquela data, de pouco mais de 36,3% do valor da produção naquela data.

Portanto, o aumento da mão-de-obra pesou pouco na expansão industrial da capital. A qualidade da força motriz se modificou com o declínio do uso do vapor que passou de 85% do total para menos de 50%. Essas comparações globais ficam prejudicadas, até certo ponto, pela redução das indústrias consideradas no Censo de 1907, que passaram de 1.101 para 638. Foram suprimidas para fins de comparação, 347 manufaturas, na sua maioria com investimento, valor de produção e força motriz pequenos, mas com um número razoável de operários, a maioria era de alfaiatarias (91), padarias (145), tijolos e telhas (28), torrefação de café (14), cal (10). A quase totalidade das restantes produzia artigos de armarinho, jóias, alimentos, objetos de vime, de barro, fósforos e asfalto.

O critério adotado em 1920 considerava que essas atividades não deveriam ser definidas como indústria face ao uso quase exclusivo de força manual e pequena dimensão das empresas que, às vezes, tinham caráter predominantemente comercial, como por exemplo padarias e confeitarias. De todas essas categorias suprimidas, apenas asfalto (9.450:000\$000) e fósforos (5.200:000\$000) representavam um investimento maior, entretanto o valor da produção era baixo. Não foram consideradas 116 unidades de outros ramos, em virtude da sua reduzida escala de produção, como tamancarias, ou ao seu caráter quase exclusivamente comercial ou de oficina. Estavam nessas condições as unidades de produção de sapatos, reduzidas de 61 para 57; doces, de 19 para sete; roupa branca, de 13 para nove; espartilhos ou coletes, de nove para sete; móveis e decorações, de 59 para 28; fumos, de 19 para 10; fundições e obras sobre metais, de 57 para 56; carros e carroças, de 13 para 11; papel e papelão, de sete para cinco; papel pintado, de oito para seis; perfumarias, de 11 para oito; tintas de escrever, de três para duas; cordoalha, de quatro para três; bilhares, de três para dois; caixas para jóias, de sete para duas; moagem de cereais, de nove para quatro; e tamancarias, de 46 para 15.

^{2 3 2} BRASIL. Ministério da Agricultura e Indústria. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920; agricultura e indústrias.* Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1924. v. 2, part. 2.

Comparando-se o capital empregado por grupos de indústrias destacava-se o de tecidos com um aumento de 139,6% de capital empregado, de 160,8% de força motriz e de 71,9% de mão-de-obra. Um dos maiores aumentos percentuais quanto ao capital empregado e número de operários foi na indústria de gelo — denominada nessas estatísticas, produção e transmissão de forças físicas — em face do pequeno investimento em 1907, porém o valor da produção só se elevou de 75,4%. A indústria de couro teve um crescimento considerável quanto ao capital empregado 318%, o maior em relação a todo o conjunto, quanto à força motriz, de 1.039%, e ao valor da produção 613%, e bem pequeno, de 61%, quanto ao número de operários.

A categoria de couro e peles nesta classificação compreendia apenas cortumes, malas e bolsas, sendo que os primeiros passaram de uma a oito empresas. Finalmente começava-se a resolver o problema do suprimento da matéria-prima semibeneficiada, já não sendo necessário mandar curtir na Europa e reimportar o produto. A indústria de calçados, incluída em vestuário e toucador, também experimentou grande desenvolvimento, de 205,8%, quanto ao capital empregado e as 57 unidades de 1907 se multiplicaram para 164. A fabricação de selins e arreios que era classificada como construção de aparelhos de transporte, teve uma redução de 63,3% quanto ao capital empregado, 19,8% quanto à mão-de-obra, 23,3% em relação ao valor da produção. Essa evolução já vinha se processando antes de 1907, em virtude do declínio do uso do cavalo no Rio de Janeiro.

A fabricação de arreios e selins, incluída em aparelhos de transporte, estava em declínio por motivos óbvios, assim como a de carros e carroças, em virtude da expansão de ferrocarris. Na construção de barcos, o descenso era fictício, decorrente do fato da empresa de Niterói, uma das maiores, ter sido incluída no Censo de 1907 e excluída no do Distrito Federal, de 1920, que também omitia o Arsenal de Marinha e outros estabelecimentos oficiais.

O ramo de madeira ocupava o terceiro lugar, após gelo e couro, quanto ao aumento do capital empregado (303%), e o quinto em relação à força motriz (530%), porém a elevação do valor da produção foi insignificante, de 31%, assim como a da mão-de-obra (5%). Nesta distribuição dos grupos de indústrias, o ramo de madeira compreendia apenas serrarias e formas para calçados. A produção de móveis teve pequeno aumento quanto ao capital empregado (58,3%), mas elevado quanto à força motriz (328,4%), à mão-de-obra (62,7%) e ao valor da produção (98,7%). As tamarcaias que aumentaram de 15 para 59 continuaram a não empregar força motriz e tiveram um aumento de capital investido de 53,9%. O valor da produção aumentou 130%, mais do que proporcionalmente.

O ramo de alimentação e bebidas que nesta classificação incluía, estranhamente, os preparados de fumo, teve uma alta no capital empregado de 220%; na força motriz de 204%; na mão-de-obra de 101%; no valor da produção de 292%, sendo esta uma alta elevação ocorrida entre 1907 e 1920.

Excluindo fumo, os ramos pioneiros nas transformações de manufaturas para indústria nesse setor — o da cerveja e o da moagem de cereais — foram os que experimentaram maior expansão de investimento, 197,7% e 187%, seguidos do ramo de doces, 135%. Quanto ao aumento da força motriz, esta última atividade era a que ocupava o primeiro lugar (820,7%), ficando moagem de cereais (203,7%) e cerveja (132,5%), em segundo e terceiro lugares. O maior aumento do valor de produção foi o do chocolate de 369,3%, ficando logo abaixo o de doces (331,1%), o de cerveja (317,8%), e o de moagem de cereais (256,8%). O capital de investimento do setor de fumo ampliou-se na proporção de 1.686,8%, a força motriz de 1.627%, a mão-de-obra de 529,7%, e o valor da produção de 1.606,8%. A maior alta do valor da produção após fumo, couro e alimentos, foi a de indústrias relativas às ciências, letras e artes, e indústrias de luxo (255%). Esse setor compreendia apenas instrumentos de música e caixas de jóias e, apesar da expansão, continuava sendo sem maior importância, representando pequeno investimento em valores absolutos e não usando força motriz.

Abaixo desse setor estava situado o de vestuário e de toucador, com um aumento de 204% no valor da produção. Dentro desse setor o ramo que sofreu uma expansão extraordinária foi o de chapéus de pano e gorros (de 12.055,5%). A indústria de chapéus de lã, feltro e palha que já vinha sofrendo da concorrência estrangeira, teve uma taxa de crescimento relativamente pequena (de 73,8%). Essa atividade também era prejudicada pela necessidade de importar a matéria-prima.

O investimento na metalurgia cresceu de 195,5%; a força motriz, de 325%; a mão-de-obra, de 80%, e o valor da produção, de 119%.

Todos os demais setores se expandiram com taxas inferiores a 100%, tais como cerâmica, produtos químicos, exceto construção de aparelhos de transporte e edificação que sofreram uma baixa de 29,5% e 55% na mão-de-obra e de 10,3%, no valor da produção e aumento de apenas 20,4%.

O setor de edificação (marmoarias, gesso, papéis pintados) e o de produtos de cerâmica, vidros e cristais, ou tiveram pequeno aumento ou baixa no valor da produção. Estava nesse último caso a produção de ladrilhos hidráulicos cujo valor declinou de 38,4%. Essa evolução parece natural se levarmos em consideração que em 1907 estava sendo realizado um grande plano de obras públicas e urbanização do Rio de Janeiro e que em 1920 havia uma crise da economia de exportação e uma estagnação dos negócios.

O investimento na produção de sabão e velas de sebo se expandiu de 68,5% e se reduziu de 51,3% na fabricação de velas de cera e lamparinas. A força motriz permaneceu inalterada, houve redução de 39,9% e 20,5% da mão-de-obra, aumento de 35,4% e diminuição de 28,5% do valor da produção, respectivamente. Essa falta de dinamismo desse tipo de indústria devia decorrer da expansão do uso da luz elétrica.

Os ramos que aumentaram substancialmente foram os de artefatos de borracha, beneficiados pela existência de abundante matéria-prima nacional e de graxa para sapatos que teve uma alta considerável, continuando porém a ser uma atividade de pequena significação. Os dados relativos ao ramo de perfumaria ficaram deturpados pela redução do número de empresas em 1907 para fins de comparação.

Do total de 1.542 indústrias recenseadas em 1920, o número de estabelecimentos que figuravam como sendo fundados até 1889 era de 139 e de 1890 a 1919 de 1.403. Já vimos que o inquérito de 1907 indicou a existência de 1.101 indústrias das quais os recenseadores de 1920 só consideraram 638, de acordo com os critérios adotados por eles para esse último levantamento e que não eram claramente definidos. A cifra de 638 indústrias era visivelmente inferior à realidade, bastando confrontá-la com os dados do Almanack ou da Exposição de 1895, ou mesmo de 1881, para se verificar a diferença. (Vide Tabelas 4.28 e 4.29.)

Vide Tabela 4.28 pág. 612

Vide Tabela 4.29 pág. 631

Provavelmente esse número se referia apenas às fábricas que sobreviveram até 1920 e mesmo assim era exageradamente baixo.

Apesar de serem consideradas somente as indústrias que ainda existiam em 1920 e mesmo assim subestimadas, esses dados são interessantes por mostrarem as variações no ritmo de crescimento da produção secundária. Este se acelerou no período de 1865 a 1874, período da Guerra do Paraguai e dos efeitos desta sobre tarifas e política monetária; em 1880-84, fase final de desarticulação da economia escravagista de plantação do café; e em 1890-99, anos que correspondem à abolição, inflação, expansão do crédito, crescimento demográfico, transformação dos transportes, e inovação tecnológica. À crise bancária de 1900, à do café de 1906 e à deflação, correspondeu uma desaceleração do crescimento da indústria. De 1907 a 1909 verificou-se um novo surto, apesar da crise de 1908, em virtude da moderação da política deflacionária através da Caixa de Estabilização imposta pelo grupo do café.

Finalmente houve uma taxa de aumento bastante elevada entre 1910 e 1914, apesar da crise de 1913/14, sendo que a maior expansão de todo o período desde 1849 ocorreu de 1914 a 1919 graças à inflação, facilidades de crédito, colapso de importações, expansão do mercado interno e conquista de mercado externo²³³.

233

Os setores e ramos de fabricação que se destacaram nesse surto industrial foram tecidos de malha, estopa, vassouras, escovas, chapéus de palha, cortumes, tanoarias, tamancos, objetos de vime e bambu, oficinas mecânicas, cofres de ferro, ferragens, parafusos, artefatos de bronze, vidros e cristais, olarias, tintas e vernizes, graxa, sabão, artefatos de borracha, papelão, papel, sacos de papel, refinação de gorduras animais, moagem de cereais, torrefação de café, chocolate, doces, confeitos, conservas de carne, manteiga, vinagre, chapéus para senhoras, camisas e roupa branca, coletes, suspensórios, cintas, polainas, calçados de couro, móveis, colchões, cimento e gesso, escadas e esquadrias, gelo e gás, estojos e caixas para jóias.

Praticamente todas essas atividades se beneficiaram diretamente do mercado interno preexistente que deixava de ser suprido pelas importações. As fábricas de tecidos, calçados, manufaturas de metal, chapéus, roupas, sabão e cortumes sofriam há muito da concorrência européia. Por exemplo, somente com a guerra a manteiga de Minas Gerais conseguiu suplantar a francesa no mercado do Rio de Janeiro. A expansão durante os anos do conflito, só se deu a partir de 1915 e 1916 e foi liderada pelas indústrias tradicionais, pouco mecanizadas e não pelos setores de ponta, tais como, tecidos e cerveja. O valor da produção em 1920 atingia a 677.553:090\$ (relativo a 1.542 unidades) e em 1907 era de 233.428:803\$ (referente a 1.101 unidades), tendo ocorrido um aumento de quase 30 vezes. A desproporção entre o crescimento das unidades e do valor acentuava o processo de concentração de empresas se bem que em 1920 ainda existisse grande número de pequenas firmas.

Em 1920 predominavam as empresas pertencentes a firmas individuais, sociedades em nome coletivo e em Comandita (1.442). Havia apenas 100 sociedades de capital e mistas.

Custo da Alimentação, os Níveis Salariais e a Mobilidade Social no Rio de Janeiro de 1914 a 1920

Em decorrência da crise comercial de 1913 e do início do conflito mundial, os preços dos alimentos sofreram uma acentuada alta como se pode observar no gráfico dos custos de alimentação.

Os salários baixaram de 1914 a 1918, acarretando uma queda do poder aquisitivo que se estendeu a todos os operários da fábrica Moinho da Luz (das seções de máquinas, alambiques, caldeiras, depósito e forja). As gratificações foram reduzidas em 1914 e 1915 para certas categorias de operários e elevadas para outras, porém em 1916, 1917 e 1918 caíram para todas. Os salários dos diretores do Moinho da Luz permaneceram estacionários. (Vide Tabela 4.43.)

Vide Tabela 4.30 pág. 664

Na amostra de 560 fichas da fábrica de tecidos Companhia Progresso Industrial ou Bangu, já mencionadas, nota-se que em 1911 houve uma recuperação das médias salariais, após a crise de 1909. Em 1914 e 1915 essas médias caíram na quase totalidade das categorias. Em 1914 a indústria se queixava de falta de crédito que só conseguiu em 1915, quando o conflito mundial tornou premente o fomento da produção de bens manufaturados. No entanto, o declínio salarial se manteve até 1917, quando, em decorrência da greve geral, começou a aumentar (1918 a 1920). (Vide Tabela 4.30.)

Vide Tabela 4.31 pág. 674

As fichas de admissão de operários da América Fabril no período de 1911 a 1935, de uma amostra de 820 operários, com uma interrupção nos anos de 1915 e 1916, contêm muito poucas informações sobre o período de 1911 a 1920. O salário do setor de fiação se manteve idêntico entre 1912 e 1919, caindo em 1920; o do setor de maçarocas declinou entre 1913 a 1922. O salário dos menores de várias especialidades baixou fortemente de 1911 a 1918, mas se recuperou ligeiramente em 1920, sem, no entanto, alcançar o nível de 1911; tornou a subir em 1922, ficando ainda aquém do valor de 1920. Os adultos de várias especialidades (pedreiro, servente, operário da sala de algodão) tiveram um aumento salarial em 1919 seguido de redução em 1920 em consequência da recessão do pós-guerra. (Vide Tabela 4.31.)

Vide Tabela 4.32 pág. 679

A maioria das fichas de operários da Brahma (vide Tabela 4.32) apresenta uma elevação salarial de 1911 a 1914. O ano de 1916 foi em geral de declínio que se prolongou por 1917. Em 1918 houve uma alta, exceto na categoria de outros e de máquinas, provavelmente resultante da greve do ano anterior, pois as condições tinham melhorado para a indústria, a partir de 1915. Os salários tenderam a se estabilizar em 1919 e a aumentar em 1920. Os de vendedor tiveram uma ascensão muito maior do que a da média dos operários da fábrica, em consequência da guerra em 1918, o que confirmava a possibilidade das empresas concederem aumento antes dessa data. Em contrapartida, os salários de vendedor sofreram uma queda mais acentuada do que a da média, em 1919 e 1920.

Aliás, as Atas das Assembléias e das diretorias da Moinho da Luz, da Bangu, da América Fabril e da Brahma relativas a 1912, 1913 e 1914, analisadas mais adiante nesse item, se referiam a lucros, dividendos e expansão de investimentos no período de 1911 a 1920.

Os salários de gerente, diretor e chefe de escritório mantiveram-se inalterados em 1912, 1916 e 1918, elevando-se 1/3 em 1919. O chefe da seção de gelo teve o salário majorado nos anos de 1913, 1915, 1919 e 1920. A categoria de outros, englobando operários de várias especialidades menos importantes na fabricação de cerveja, teve evolução inversa à geral, baixando a média de 1917 para 1918 e recuperando-se em 1920.

Portanto, em conjunto, verificamos uma coincidência da evolução salarial da fábrica de velas Moinho da Luz, da Brahma, e da Bangu, de queda de 1914 a 1917, aproximadamente, e de recuperação em 1918, 1919 e 1920, com ligeiras variantes.

Somente na América Fabril não houve alta no final da guerra e no ano de 1919, porém a amostra é muito pequena. A queda decorria da crise de crédito já mencionada, mas a expansão do financiamento em 1915 não acarretou uma melhoria imediata, que só foi obtida mediante greves. Os dados das fichas de operários da América Fabril e da Bangu são esclarecedores dos motivos da fraqueza do movimento operário.

Num total de 1.674 admissões de operários e de sete professores da escola mantida pela América Fabril, no período de 1911 a 1935 (exclusive os anos de 1915 e 1916), 807 (48,21%) eram do sexo masculino e 867 (51,79%) do sexo feminino. Esses dados confirmavam as declarações dos empresários, sócios do Centro Industrial, sobre as vantagens de contratar mulheres para debilitar o ativismo político do proletariado pois o padrão salarial era equivalente para ambos os sexos. A contratação de menores também oferecia a mesma atração, além dos salários serem mais baixos. Eles constituíam uma proporção elevada do total, 43,49% (728 em números absolutos), em comparação com 946 adultos (56,51% do total). Aliás, nem mesmo a escola da fábrica, que representava um custo adicional, foi mantida.

Vide Tabela 4.33 pág. 685

Vide Tabela 4.34 pág. 691

Vide Tabela 4.35 pág. 709

Outro recurso usado pela América Fabril para controlar os operários era o de concentrar os menores e as mulheres no setor de fiação onde predominava, quase de forma absoluta, a contratação na modalidade de horista. No outro setor de maior importância, o de teares, os adultos do sexo masculino constituíam a grande maioria, quase a totalidade e eram admitidos sob a forma de empreitada, podendo ser sumariamente dispensados. (Vide Tabelas 4.33 e 4.34.)

No conjunto da amostra de admissão (1.674) 43,31% era de empreitada, 54,48% de horistas e 2,21%, apenas, de mensalistas. Havia, portanto, toda a facilidade de demitir, seja por motivos políticos, seja em função de períodos de recessão de economia. As flutuações do número de contratados acompanhavam as da economia; um aumento em 1917, 1918 e 1920, sob o influxo do crescimento da produção durante a guerra; um declínio em 1921 sob o impacto da retomada da concorrência internacional no pós-guerra. Os totais de admissões variavam muito em números absolutos, orçando de quatro a 20, de 1911 a 1920.

A proporção de analfabetos era bastante elevada, 32,01% (536 em números absolutos) do conjunto da amostra, o que deveria influir na fraqueza do movimento operário. Os brancos constituíam 66,97% do total (1.121); os pretos 14,28% (244) e os mulatos 18,46% (309). Não parece ter havido no Rio de Janeiro, um deslocamento maciço dos pretos e mulatos, sob o influxo da imigração, como se costuma afirmar que ocorreu em São Paulo. (Vide Tabela 4.35.)

A fábrica Bangu apresentava uma maioria absoluta de pretos (58,37%) e mulatos (41,20%) na amostra de admissões estudada, reduzindo-se os brancos a 0,43% (em números absolutos 272,192 e 2, respectivamente). É muito provável que na América Fabril tenha sido superestimado o número de brancos, computando mulatos nessa categoria. (Vide Tabela 4.36.)

Vide Tabela 4.36 pág. 717

Não havia uma grande diferença quanto ao grau de instrução entre brancos, mulatos e pretos. De 1911 a 1923 nas fichas da América Fabril, havia 38 analfabetos brancos num total de admissões de 114; oito mulatos em 24 e cinco pretos num total de 22. De 1924 a 1928 havia 146 brancos analfabetos num total de 412; 29 mulatos analfabetos num total de 106; 35 pretos analfabetos num total de 81.

Os analfabetos se concentravam na seção de teares, de 1911 a 1926, onde predominava a forma de contratação por empreitada, a mão-de-obra mais sujeita a demissão.

A proporção de 31,33% de analfabetos na Bangu e de 68,67% de alfabetizados (em números absolutos 320 e 146), onde só havia 0,43% de brancos, é perfeitamente comparável com a de 33,32% da América Fabril, onde os brancos constituíam 66,97% do total e os mulatos e pretos 32,74%.

As fichas de admissões da Bangu apresentavam uma pequena maioria do sexo masculino 50,21% (234 em números absolutos) e 49,79% do sexo feminino (232).

Na Tabela 4.34 da América Fabril, figurava ainda o estado civil que se distribuía da seguinte forma: 4,00% (67) viúvos; 63,08% (1.056) solteiros; 32,92% (551) casados. No entanto descontando-se os menores, o total de solteiros se reduz para 328, passando a haver uma maioria tão acentuada de casados que provavelmente se manteria mesmo se levássemos em conta que alguns menores, sobretudo do sexo feminino eram casados. Nos dados da Bangu não aparecia a informação sobre estado civil.

Vide Tabela 4.37 pág. 733

Quanto aos motivos de demissão nas fichas da América Fabril, havia um domínio absoluto da categoria de *livre vontade*, 83,81% (1402), seguindo-se em importância por outros motivos, 9,44% (158); por saúde, 3,05% (51); por faltar muito ao trabalho, 2,87% (48); por atos de violência, 0,72% (12); por motivo político, 0,10% (3). Causa surpresa, a primeira vista, a proporção elevada de pessoas que pediram demissão por livre vontade. Observando-se os dados mais detalhadamente, logo se verifica que a demissão por falta de trabalho é muito baixa, mesmo em anos de crise, nos quais aumenta consideravelmente o número de demissões por livre vontade, na categoria de empreitada na seção de fição. Por exemplo, em 1929 a demissão por falta de trabalho é de apenas 10 horistas, número ligeiramente maior do que no ano anterior, enquanto que saíram 225 por livre vontade, na quase totalidade fiadores por empreitada. Em 1930 apenas seis foram despedidos por falta de trabalho e nos anos seguintes até 1935, inclusive, nenhum, face à redução das admissões já mencionada e à elevada saída por livre vontade. Fica, portanto, claro que nos momentos de crise o reajuste se fazia através da não renovação da empreitada registrando a demissão como se fora de livre vontade. Esse procedimento tinha a vantagem de reduzir o número de operários adultos do sexo masculino, que potencialmente eram mais susceptíveis de se rebelar.

A saída por motivo político se limitou a uma pessoa em 1919 e a duas em 1933. O primeiro foi acusado de ter participado da greve de 23 de outubro de 1919 e de ser grevista e comunista. Era branco, do sexo masculino, trabalhando por empreitada, na seção de teares. As demissões de 1933, de caráter político, foram pelos seguintes motivos: despedido por se achar envolvido na greve irrompida em 8 de outubro e terminada em 23 de outubro de 1934, e por cogitar de uma greve. Um era operário por empreitada da seção de teares, do sexo masculino, outro horista, do setor de fiação, do sexo feminino.

A categoria de outros motivos englobava dispensas sem motivo explícito, em virtude do serviço militar, por transferência para outras fábricas da companhia, por não assumir ou por abandono do emprego, por dever fiança, por danificar máquinas ou pano, por não gostar de trabalhar, por mentir, para casar, por ter sido licenciado e estar empregado em outra empresa, por apresentar certificado falso de idade, apenas um por aposentadoria, e sete professores por fechamento de escola.

A grande instabilidade da mão-de-obra se refletia também no fato de um só operário, de uma amostra de 1.674 indivíduos admitidos, ter sido aposentado. O fechamento da escola era indicativo do comportamento das grandes empresas da época, de um dos setores industriais mais importantes.

Abaixo da categoria de outros motivos, vinha a de motivo de saúde, seguindo-se por faltar muito ao trabalho, cometer atos de violência contra outros operários ou chefes, e, por último em importância numérica, por motivos políticos.

No período de 1908 a 1916 ocorreram 41 manifestações operárias no Rio de Janeiro, das quais 13 foram greves, de 1916 a 1927 reduziram-se a 36 com caráter predominante de reivindicação salarial^{2 3 4}.

Em julho de 1907 a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral organizou uma greve de protesto contra a tentativa dos patrões de reduzir os salários de 6\$000 para 5\$000.

Em 1908 ocorreu a greve dos trabalhadores dos trapiches do café em solidariedade aos das docas de Santos, que exigiam a jornada de oito horas. Neste último porto, o Governo usou a polícia, o exército e a marinha contra os grevistas, além de substituí-los no trabalho por agricultores. O Ministro dos Transportes, Pedro Calmon, conseguiu terminar com a resistência dos empregados das docas com a falsa promessa de aumento salarial.

²³⁴ CANAVARROS, op. cit. acima nota 223b.

Em 1909 os operários da indústria têxtil de Vila Isabel entraram em greve não conseguindo obter aumento de salários.

Os operários de calçados, mais bem organizados, tiveram êxito na reivindicação de elevação dos salários, mediante uma greve em 1911.

Em maio desse ano realizou-se no Rio de Janeiro uma reunião para revigorar a Federação Operária, fechada pela polícia. Em 27 de setembro fundava-se na capital o sindicato dos pintores que aceitava como princípio de sua organização a luta de classes.

Em 1912 os trabalhadores das docas de Santos, que tinham entrado de novo em greve para alcançar o incremento salarial prometido em 1908, apelaram para solidariedade do operariado do Rio de Janeiro, sem sucesso. Nesse ano se realizava no Distrito Federal um congresso operário de orientação socialista-reformista que debateu os seguintes pontos: jornada de oito horas, direito ao descanso semanal, indenização das vítimas do trabalho, redução do trabalho das mulheres e crianças, seguro contra desemprego, salário máximo e mínimo, instrução e educação. Esse congresso teve o apoio do Governo Hermes da Fonseca e se caracterizou por uma marcada conotação política antianarquista. A Lei de Deportação de 1913 restringia as isenções a estrangeiros que já estivessem vivendo há dois anos ou mais no Brasil, casados com brasileiras, viúvos de brasileiras ou tendo filho dessa nacionalidade.

Em 1º de maio de 1913, realizou-se um comício no Largo de São Francisco organizado pela Federação Operária e dispersado pela polícia que também invadiu a sede da Federação. Em junho e agosto os operários promoveram dois comícios, o primeiro de protesto contra a Lei de Deportação e o segundo reclamando do desemprego forçado e da alta dos gêneros alimentícios. Os anarquistas adotaram a posição da greve revolucionária contra a Guerra Mundial e a Confederação dos Operários Brasileiros convocou um congresso operário de orientação anarquista, em setembro de 1913. Em 1914 multiplicaram-se as manifestações contra a guerra, as reclamações contra o desemprego, a redução dos dias de trabalho e o atraso do pagamento. Em 1º de maio de 1915 os operários fizeram um comício no Largo de São Francisco, seguido de desfile pelas ruas principais e discursos denunciando a exploração dos trabalhadores e condenando a guerra. Em setembro, a Confederação Operária Brasileira convocava o proletariado para um Congresso Internacional da Paz, a ser realizado em outubro, no Rio de Janeiro.

Em março de 1916 a polícia invadia a sede da Confederação Operária Brasileira, prendendo líderes e operários ativistas, o que não impedia a greve, em julho de 1916, da Federação dos Operários do Rio de Janeiro, em solidariedade com a de São Paulo.

Em 1917 os operários das fábricas de tecidos do Rio de Janeiro e São Paulo abandonaram o trabalho, sendo que os operários da fábrica Corcovado resistiram ao ataque da polícia.

A Federação Operária que contava com 30 mil sócios procurou generalizar o movimento dentro do espírito de greve geral insurrecional, mas não conseguiu o apoio da Federação Marítima, e da Associação dos Gráficos. Somente os operários da indústria de móveis (50 a 60 mil) responderam ao apelo paralisando as fábricas. Os operários da indústria têxtil conseguiram a semana de 56 horas, a jornada de trabalho de nove horas e 30 minutos, 10% de aumento salarial e readmissão dos grevistas.

A Liga dos Operários em Calçado, a União dos Cortadores de Calçados, e a União dos Alfaiates, obtiveram apenas redução na semana de trabalho.

A Associação dos Gráficos resolveu declarar greve em fins de agosto de 1917, resistindo até setembro, quando entrou em acordo com as indústrias, na base de um aumento de 10% e o reconhecimento de fato do sindicato como representante dos operários nas negociações. Em novembro de 1917 realizou-se uma grande concentração dos operários do Rio de Janeiro e Niterói, no Campo de Santana.

No ano seguinte a situação tornava-se ainda mais difícil com a entrada do Brasil na guerra e o estabelecimento do estado de sítio. Em agosto entraram em greve os trabalhadores das barcas e dos transportes urbanos. A União dos Operários em Fábricas de Tecidos solicitava ao Centro Industrial Brasileiro, maior número de dias de trabalho por semana, pagamento de salário e suspensão do aluguel das casas pertencentes às fábricas para os doentes atacados pela epidemia de gripe.

O Centro Nacional das Indústrias que tinha concordado com aumento salarial nesse mesmo ano, recusou-se a aceitar essas condições em virtude da crise e do acúmulo de estoques.

A União dos Operários em Fábricas de Tecidos se decidiu pela greve, em novembro, data que coincidiu com a tentativa de derrubada do Governo pelos anarquistas que pensavam deflagrar uma greve geral começando pela indústria têxtil, e obter o apoio dos militares. A conspiração foi denunciada por um espião do Governo e deu motivo à redobrada repressão pela polícia e exército, sendo dissolvida a União Geral dos Trabalhadores que havia substituído a Federação dos Operários do Rio de Janeiro. Em março os libertários se decidiam, contrariamente a sua ideologia, a formar o Partido Anarquista Comunista.

Em 19 de maio de 1919, 60 mil manifestantes se reuniram num comício na Praça Mauá, desfilaram pela Avenida Rio Branco tornando a fazer comício na Praça Marechal Floriano. O foco das críticas foi a exploração do proletariado no sistema capitalista.

Os operários de tecidos de São Paulo obtiveram jornada de oito horas e promessa de restrição do emprego de menores de 14 anos.

A União dos Operários em Fábricas de Tecidos organizou greves na capital e no estado do Rio de Janeiro. As companhias filiadas ao Centro Industrial Brasileiro estavam dispostas a negociar com a União. No entanto, nessa época, a maioria das fábricas era associada ao Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão e se negava a reconhecer a União, malogrando a greve. A América Fabril fez pressão para forçar os seus operários a ingressarem numa união da empresa que não aceitava membros que advogassem a derrubada da sociedade, fossem estrangeiros expulsos, bêbados, desordeiros ou que participassem de assembléias de massas. A polícia atacou em 9 de setembro de 1919 a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, a União Geral dos Metalúrgicos, a União dos Operários em Construção Civil, a Aliança dos Operários em Calçado, a União dos Barbeiros, a União dos Empregados em Padarias, a Aliança dos Empregados do Commercio e Indústria. Contudo não conseguiu impedir uma grande demonstração de protesto no dia seguinte, na Praça da República. Apesar da repressão cada vez mais violenta, as principais organizações sobreviveram e a liquidação do movimento operário de orientação anarquista e ativista só se materializou por volta de 1920. O congresso operário de 1919 resultou na fusão entre anarquistas e maximalistas e em 1920 se realizava o primeiro congresso sindicalista.

Em março desse ano, os funcionários da Estrada de Ferro Leopoldina entram em greve, obtendo a solidariedade da Federação dos Condutores de Veículos e da Federação dos Trabalhadores. O Governo usou não só a polícia como também o Terceiro Regimento de Infantaria e o Primeiro de Cavalaria. Centenas de operários foram presos e a resistência foi destruída em três dias.

A Associação Comercial, a Federação das Associações Comerciais e até a Associação dos Operários da América Fabril mandaram congratulações ao Presidente pela manutenção da ordem.

A greve dos operários das fábricas de tecidos contra a direção das empresas que pretendiam impedir a União dos Operários em Fábricas de Tecidos de cobrar as contribuições dos afiliados, resultou numa greve, à qual os industriais reagiram com a represália de rescindir a jornada de oito horas obtida em 1919 e restaurar os turnos de 12 horas.

O Centro Cosmopolita voltou à condição de sociedade de ajuda mútua, a União dos Operários em Construção Civil foi dissolvida e, em maio de 1920, somente oito das 26 organizações afiliadas à Federação dos Operários ainda existiam. Em 1920 o Congresso aprovou a Lei que concedia isenção de deportação, apenas para imigrantes que fossem residentes no País há cinco anos ou mais.

A derrota do movimento operário de inspiração anárquico-socialista estava na dependência dos elementos estruturais de fraqueza do operariado, já mencionados; do tipo de estado em que o grupo do café constituía a fração de classe hegemônica; do declínio da corrente imigratória na década de 20; do fracasso dos métodos empregados na luta. O último congresso anarquista, de 1920, decidiu a organização de sindicatos de indústria em vez de ofício.

Em 1920, o operariado do Rio de Janeiro atingia a 56.517, segundo o Censo das indústrias, empregados em 1.542 estabelecimentos sendo 19.264 na fiação e fabricação de tecidos; 631 na indústria de couro e peles; 1.444 na de madeira; 2.343 na de cerâmica; 7.306 na de alimentos; 10.639 na de vestuário e toucador; 2.749 na de mobiliário; 892 na de edificação; 1.944 na de construção de aparelhos de transporte; 285 na de artigos de luxo e relativos às ciências e letras (carimbos, placas esmaltadas, molduras, caixas de jóia, e instrumentos de música).

Se compararmos os 51.403 operários empregados nas 1.219 indústrias em 1920 com os 34.890 das 638 fábricas dos mesmos tipos do Censo de 1906, notamos que o crescimento do proletariado foi pequeno, provavelmente por causa da expansão do uso de máquinas e da força motriz. Se fizéssemos um paralelo dos dados do Censo demográfico de 1906 com os de 1920 teria havido uma baixa na mão-de-obra industrial de 115.779 para 56.517. Já assinalamos o fato de haver uma diferença de critério entre o Censo demográfico e o industrial relativos a 1906 quanto ao conceito de operário. De qualquer forma a mão-de-obra do setor secundário da economia aumentou pouco enquanto a população se expandia de 811.443 para 1.157.873, mais de 40%. A contribuição do imigrante nessa taxa de crescimento era considerável, pois havia 239.129 estrangeiros, residentes no Distrito Federal, sendo que 199.024 moravam na zona urbana da cidade e a maioria se empregava na indústria e no comércio. Somente um pequeno número era proprietário de indústria, loja, terra ou imóvel para renda. As condições eram, portanto, desfavoráveis ao operário na luta pela melhoria de padrão de vida porque havia demasiada oferta de mão-de-obra. Os operários das indústrias mais avançadas estavam em pior situação de barganha porque eram demasiadamente especializadas para mudar de atividade.

Em 1920 as empresas brasileiras empregavam 28.466 operários e possuíam uma energia de 33.774c.v. e as estrangeiras tinham mão-de-obra de 25.071 indivíduos e um potencial de 30.201c.v.. O valor da produção era quase equivalente, 278.394\$598 e 251.479\$256 das fábricas brasileiras e estrangeiras, respectivamente. O capital estrangeiro investido na indústria (126.858:497\$000) superava ligeiramente o dos brasileiros (123.385:437\$000). No Distrito Federal pertenciam aos italianos 69 estabelecimentos com o capital de 1.800:168\$000, força motriz de 248 c.v., mão-de-obra de 724 operários e produção de 6.613:782\$000.

No Brasil os italianos ocupavam o primeiro lugar com 42% do capital estrangeiro, mas no Rio de Janeiro a sua percentagem era modesta sendo dos portugueses o primeiro lugar.

Em 1920, os operários se distribuíam de tal forma que as empresas menores possuíam maior mão-de-obra.

Essa atomização das empresas que ainda era acentuada em 1920 dificultava um movimento operário unificado e revelava a persistência do artesanato. Num total de 21.140 casos estudados a média de salário dos maiores de 14 anos era de

6\$044 e dos menores de 2\$642, sendo que estes tinham os mesmos horários (trata-se de diaristas). A maioria dos operários era constituída dessa categoria. O salário médio dos adultos do sexo masculino era de 6\$720 e feminino de 5\$165 e das crianças 2\$479 e 2\$825. Dum total de 1.542 operários diaristas estudados, 1.042 trabalharam 10 meses. Sempre que havia crise reduzia-se o período de trabalho para evitar a formação de estoques. A análise dos custos feita em 1920 se encontra distorcida porque foram somados os salários dos operários aos ordenados do pessoal administrativo²³⁵.

Os industriais de tecidos, além de terem a seu serviço as forças de repressão do Estado, mantinham uma constante vigilância sobre os operários. A presença de um grande número de crianças, mulheres e recém-egressas da escravidão e do meio rural enfraqueciam o operariado de tecidos.

A mão-de-obra da indústria de toucador e vestuário não tinha consciência operária por ser constituída por grande número de crianças e mulheres, se dividir em pequenas unidades, em virtude do trabalho domiciliar e da sobrevivência da corporação. As indústrias de couro e de madeira também apresentavam características similares. O elevado grau de analfabetismo dos imigrantes e brasileiros era outro problema sério; em 1906 dos 600 mil brasileiros do Distrito Federal, 281.111 foram classificados como analfabetos, e dos 133.393 portugueses (principal grupo estrangeiro) 54.492 não sabiam ler nem escrever.

Por outro lado a liderança combativa anárquico-sindicalista constituía uma minoria da força de trabalho da indústria e a massa da mão-de-obra sentia a inutilidade do emprego da greve. Em 1920 tinham perdido as poucas conquistas obtidas por esse meio.

As indústrias estavam com estoques e com lucros e podiam dispensar operários sem prejuízo. Em 1913 a América Fabril contraiu empréstimos por debêntures apesar da crise e, em 1917, introduzia inovações, adquiria máquinas e bens imóveis e aumentava o capital. Entre 1920 e 1923 expandia o capital e negociava um empréstimo no estrangeiro, a despeito da paralização dos negócios.

235

^a BRASIL. Ministério da Agricultura e Indústria. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920; população do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. de Estatística, 1923. v. 2, p. 6-10.

^b BOLETIM COMEMORATIVO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908, op. cit. acima nota 209^c.

Em 1906 a Bangu estava com estoque em virtude da alta do câmbio e concorrência de artigos estrangeiros, porém tinha saldo em lucros suspensos. Em 1910 e 1911 e até 1913 a desvalorização da moeda fez desaparecer os estoques. Nesse último ano a empresa negociou empréstimo no Banco Comercial para ampliação e substituição de máquinas, requeridas pela introdução da força elétrica. Em 20 de maio de 1914 achava-se concluída a fábrica e, diante da crise, a Diretoria, com aprovação dos acionistas, decidiu diminuir o pessoal e cortar os dias de trabalho para não aumentar os estoques.

Em 1912 havia 2.754 operários e em abril de 1913 o mesmo número, mas em dezembro baixara para 2.569, em 1914 para 2.566, e nos três anos seguintes para 2.782, 2.643 e 2.879, respectivamente. Nesse ano a venda dos panos finos e a produção tinham aumentado, e houve lucro apesar das dificuldades de importação de matérias corantes e do alto preço do algodão e do combustível. Foram distribuídos 6% de dividendos e reequipada a indústria com novas máquinas. A diretoria mudou o tipo de combustível, passou a importar matéria-prima dos Estados Unidos e começou a fabricar tecidos finos a preços mais elevados, eliminando os estoques nesse ano.

A Brahma estava em luta pelo domínio do mercado com a Antarctica, sendo que em 1905 as duas empresas entraram em acordo e dividiram o mercado. A Brahma atribuiu à concorrente a campanha de descrédito, quando em 1907 o laboratório municipal do Rio de Janeiro deu um laudo desfavorável para sua cerveja. Nesse ano o acordo foi rescindido e apesar da Antarctica Paulista ter inundado o mercado em 1911, a Companhia Brahma apresentou lucros em 1910, 1911, 1912, 1913 e 1914. Em 1911 expandia o capital e em 1913 e 1914 as vendas. Em 1915 negociava outro empréstimo e mantinha boas taxas de lucro em todos os anos de guerra apesar de existir uma campanha, iniciada em 1917, contra a companhia pelo fato de ser estrangeira. O diretor Künning afirmava a sua cidadania brasileira e garantia que a empresa era uma sociedade anônima nacional. No entanto, havia muito capital alemão na companhia.

A Diretoria da Luz Stearica, atual Moinho da Luz, afirmava em 21 de março de 1914 que apesar da *pavorosa crise* a fábrica distribuiu dividendos iguais aos dos semestres anteriores à guerra. Em 1917 a Luz Stearica obtinha empréstimo e resgatava as debêntures e propunha pagar os salários dos diretores que não receberam remuneração nos três anos anteriores. De 1919 a 1925 foram distribuídos dividendos e em 1920, bônus. Em 1923 e 1925 a companhia estava em condições de resgatar as debêntures das dívidas contraídas e, nesse último ano, ao par. Em 1930 a Luz Stea-

rica aumentava o capital. Portanto, tanto nas fases de prosperidade como nas de crise, em que não convinha aumentar estoques, as indústrias estavam em boas condições para suportar greves e ainda manter os lucros²³⁶.

Década de 20 e o Desaceleramento Industrial

A Depressão do Pós-Guerra

A década de 20 se caracterizou pelo declínio das grandes plantações nos subúrbios do Rio de Janeiro, pela tendência à estagnação da produção secundária, e por uma política antiindustrial por parte do Governo. Os conflitos operários se reduziram, atestando a violência das medidas repressivas. No entanto surgiu outro tipo de conflito que arregimentava a baixa oficialidade do Exército — os tenentes — na luta contra as instituições características da República Velha.

Em 1919/20 Homero Batista, então Ministro da Fazenda, propunha o abandono da proteção tarifária às indústrias designadas como artificiais, aquelas que de-

236

^a COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatório da Companhia Progresso Industrial do Brasil da Directoria às Assembleas Gerais dos Acionistas*. Rio de Janeiro, Typ. União, 1907-11.

^b _____. _____. Rio de Janeiro, Typ. H. Ribeiro, 1912.

^c _____. _____. Rio de Janeiro, Typ. União, 1913-8.

^d COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PAU GRANDE. *Actas das Assembleas da Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande de 1915 a 1925*. v. 2. [mss.]

Arquivo da América Fabril.

^e COMPANHIA INDUSTRIAL DE SABÃO E VELAS, op. cit. acima nota 216.

Arquivo da Fábrica Moinho da Luz.

^f COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA. *Livros de Actas da Directoria da Companhia Cervejaria Brahma de 1905 a 1917*. v. 2. [mss.]

^g _____. *Livros de Actas da Directoria da Companhia Cervejaria Brahma de 1917 a 1935*. v. 3. [mss.]

^h _____. *Livros de Actas das Assembléias Gerais da Companhia Cervejaria Brahma de 1914 a 1929*. v. 2. [mss.]

Arquivo da Companhia Cervejaria Brahma.

pendiam da matéria-prima estrangeira. A burguesia industrial de São Paulo e do Rio de Janeiro combateu o projeto que foi derrotado no Legislativo.

Em 1920 o Rio de Janeiro enfrentava nova crise de crédito em virtude da convergência da recessão mundial e da escassez do meio circulante no segundo semestre do ano em consequência da mobilização sazonal de recursos para atender às necessidades da colheita do café e da borracha.

O declínio dos preços da exportação de £ 40.892 mil em 1919 e £ 47.677 mil em 1920 para £ 19.152 mil em 1921, e o da tonelagem que passou de 707.882 em 1919 para 606.272 em 1920 e 653.146 em 1921, acarretou déficits na balança mercantil em 1921 quando as importações se elevaram a £ 28.932 mil e 900.814t. Configurava-se uma situação de crise do comércio exterior após o ano de 1919, recorde de exportações²³⁷.

Em 1921 e 1922, no Distrito Federal, os valores em contos de réis papel das balanças dos bancos nacionais tornaram a superar os dos bancos estrangeiros, na seguinte proporção: 2.798.918:000\$000 e 3.755.655:000\$000 (nacionais) e 2.570.938:000\$000 e 2.472.983:000\$000 (estrangeiros) respectivamente²³⁸.

A depressão do pós-guerra reabriu o debate entre emissionistas e deflacionistas em torno da conveniência de criar um banco central como órgão controlador da moeda e do crédito. O Congresso resolveu manter o poder de emissão do Banco do Brasil, criando nesse estabelecimento uma Carteira de Redesconto que começou a operar em fevereiro de 1921. O Governo federal se reservava o direito de nomear o diretor da Carteira e estabelecia um teto para as emissões de 100.000:000\$000, os quais podiam ser acrescentados 50.000:000\$000 de emissões do Tesouro, em caso de emergência. Em junho de 1921 foi fundado um serviço de compensação de cheques com a finalidade de acelerar a circulação dos meios de pagamento e minorar a necessidade de aumentar o estoque de meio circulante.

Em março de 1921 foi iniciado o terceiro programa de valorização do café com a cooperação da Carteira de Redescontos (1921-24), financiado por um empréstimo externo de £ 9 milhões. Finalmente, o Governo suspendeu a grande maioria das obras públicas. A crise de 1920/21 enfraquecia o papel dos bancos estrangeiros e fortalecia o do Banco do Brasil e do Estado no controle do crédito. A política de ampliação de crédito teve um efeito positivo na retomada da expansão da indústria e da economia em geral; os preços do café melhoraram em função das más colheitas e ampliação da demanda norte-americana. O produto real que tivera uma taxa de crescimento de apenas 1,9%, e o produto industrial caíra 1,8% em 1922 se

²³⁷ PORTO, Hannibal. *Aspectos economicos do Brasil, retrospecto de 1921 a 1923*. Rio de Janeiro, Typ. Amario do Brasil, 1924. p. 181-2.

²³⁸ BRASIL. Ministério da Fazenda, op. cit. acima nota 231.

recuperaram em 1923, quando a taxa de crescimento do produto real se elevou para 8,6%. A política de crédito desempenhou um papel vital no apoio à indústria em 1914/15 e em 1920/21. Essa mudança de orientação do Governo, que negara auxílio à produção secundária na administração de Campos Salles, parece decorrer da importância adquirida por esse setor da economia e pelo gradual fortalecimento dos bancos nacionais durante a Guerra e em 1920/21, e do maior controle governamental sobre moeda e crédito através do Banco do Brasil. O período de predomínio dos bancos estrangeiros que se consolidou com a crise de 1900 fora desfavorável à indústria. Esses bancos estavam mais polarizados para manobras especulativas com o câmbio e alguns serviram de veículo da primeira valorização do café. Aliás, o financiamento da produção e comércio dessa mercadoria não sofria com essas dificuldades em virtude da sustentação de preços mediante recursos estrangeiros.

A tendência de o valor dos ativos dos bancos nacionais²³⁹ ser superior ao dos estrangeiros perdurava na década de 20.

Em 1924 iniciava-se novo período de recessão: o produto real crescia apenas a 1,4% e ficava estagnado no ano seguinte. Iniciava-se uma fase extremamente difícil para a indústria com a adoção de política deflacionária favorável à importação, associada à redução do crédito. Por outro lado, as tarifas alfandegárias não compensavam os prejuízos causados pela valorização cambial. Na realidade as tarifas tinham diminuído entre 1914 e 1924 porque o valor oficial para as mercadorias estabelecido pelo Governo como base das taxas era abaixo do real.

A taxa média do crescimento industrial caíra de 4,6% (1911-19) para 3,9% (1920-28). O ramo considerado mais responsável por esse declínio foi o da indústria de tecidos, pioneira da transformação industrial nos anos do Encilhamento e as fábricas tradicionais de fumo e de bebidas.

Em 1907 correspondia ao Distrito Federal 30,3% do valor total de produção e em 1919, 22,4%, enquanto que São Paulo adquiria a primazia, produzindo 15,9% do valor total na primeira data e 33,1% na segunda²⁴⁰.

²³⁹ Em 1925 e 1926 os valores em contos de réis papel dos bancos nacionais se elevavam a 3.741.290 e 4.118.528 e os dos estrangeiros se reduziam a 2.821.044 e 2.908.791, tendo, portanto, aumentado consideravelmente a diferença se comparada com 1921/22. No quinquênio de 1906-1910, a média da balança de importação e exportação de espécies metálicas e notas de bancos estrangeiros fora de £ 4.679.030; de 1911 a 1915 de £ + 1.671.096; de 1916 a 1920 de £ -24.445.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Diretoria de Estatística Comercial. Escritório de Informações do Brasil. *Comercio exterior do Brasil, movimento marítimo, movimento bancario 1922-1926*. Rio de Janeiro, 1927. v. 5.

²⁴⁰ VILLELA & SUZIGAN, op. cit. acima nota 196, p. 171-2.

A política de Washington Luiz de retorno ao padrão ouro, de cancelamento das funções de Banco Central, atribuídas ao Banco do Brasil, visava facilitar o pagamento da dívida externa e reduzir a inflação. Essa política deflacionária contrariava os interesses da indústria e do café.

De 1923 a 1928 o comércio exterior se expandira, os preços do café se mantiveram altos, a capacidade de importar bens de capital e de consumo continuou elevada, e a possibilidade do Governo pagar as dívidas externas ficou facilitada.

A política de deflação iniciada em 1924 e acentuada em 1926 com Washington Luiz foi desfavorável à indústria, que só se recuperou parcialmente com a desvalorização e a política da Caixa de Estabilização, em 1927. Em 1928 era fundado em São Paulo o Centro das Indústrias do Estado que se separou da Associação Comercial. Roberto Simonsen, expondo os objetivos desse órgão de defesa de classe, declarava que "a nossa indústria não é artificial pois enquanto o Brasil importa 20% das matérias-primas, a Inglaterra totaliza 65%."²⁴¹ Afirmava que as tarifas alfandegárias serviam mais ao Tesouro que à indústria e que não era verdadeira a acusação de que a indústria deslocava braços da agricultura pois 21% da população concentrava-se nessa última atividade e somente 3,8% na indústria.

A crise de 1929 colocava a política de retorno ao padrão ouro de Washington Luiz e do candidato oficial à presidência em conflito direto com os interesses dos cafeicultores exportadores e da burguesia industrial. A magnitude da crise, a resposta tardia e inadequada do Governo à pressão do grupo do café estavam na raiz do colapso da Velha República. Por outro lado, o bloco de frações de classe dominante que estava no poder tinha de levar em conta as novas forças políticas emergentes: militares e burguesia industrial. O declínio dos salários nos anos iniciais da Guerra, a elevação dos preços dos gêneros alimentícios, a depressão do poder aquisitivo culminaram com as greves de 1903, 1906, 1909 e a primeira greve geral de 1917 e com as revoltas de 1922 e de 1924, sendo que esta última despertou um movimento operário em São Paulo. Os tenentes, tinham uma atitude contrária à burguesia industrial e a do café, consideradas como forças oligárquicas e exploradoras, à associação de ambas ao capital estrangeiro, e à dominação que exerciam sobre o Estado. A tendência ao aumento salarial no Rio de Janeiro, no pós-guerra, a fim de evitar uma reação do operariado e as revoltas dos tenentes que forçaram o Governo a ampliar os recursos para as forças militares eram contrárias à política de equilíbrio orçamentário de Washington Luiz.

Em 1927 o Governo conseguia dois empréstimos no exterior, um com Rothchild de £ 8.750 mil, e outro com Dillon Read e a Companhia de Nova Iorque, no valor de US\$ 41.500 mil, e em 1928 negociava-se novo empréstimo. A situação da

²⁴¹ SIMONSEN, Roberto C. *A margem da profissão — orientação industrial brasileira*. [s.n.t.] p. 167-82. Apud. CARONE, Edgar. *A república velha (Instituições e classes sociais)* São Paulo, DIFEL, 1970. p. 86.

Caixa de Amortização melhorou substancialmente graças à entrada desses capitais externos e dos preços favoráveis do café. Parecia alcançada a estabilidade do câmbio, como passo prévio à conversibilidade e ao padrão ouro, quando caíram os preços do café e reduziram-se as compras desse produto. A lavoura de exportação, a indústria e o comércio apelaram para o Governo para que apoiasse a produção, ampliando as emissões. Os credores estrangeiros exigiam o pagamento dos empréstimos e o ouro da Caixa retornava a Nova Iorque e Londres.

A crise revelava a impossibilidade de depender do crédito de bancos estrangeiros e do comércio externo, na formulação da política monetária creditícia e da exportação do café. Enfraquecia a fração de classe dominante constituída pelo grupo do café e abria perspectivas para a burguesia industrial.

A Produção Rural do Rio de Janeiro na Década de 20

Em 1920 havia no Distrito Federal 2.088 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 61.419ha, 44,1% do total que era de 116.700ha, além de uma superfície de 6.200ha de matas e 22 capinzais.

Os estabelecimentos rurais mais numerosos eram os de pequena superfície, de menos de 41ha, na sua maioria hortas ou pomares.

Santa Cruz era a grande zona de criação de gado, sobretudo das propriedades de engorda do Estado. O rebanho de gado bovino compreendia em 1920, 23.367 cabeças, portanto, representava uma pequena parcela das reses abatidas para o consumo local que era, em 1912, de 218.189 cabeças. Do valor total dos estabelecimentos rurais de 37.839:000\$000, 10.992:546\$000 correspondia a Guaratiba; 9.452:365\$000 a Campo Grande e 8.024:920\$000 a Santa Cruz.

Vide Tabela 4.38 pág. 744

As grandes propriedades de café, cana-de-açúcar e gado estavam em declínio em função da rápida urbanização, a partir do início do século. O gado bovino se concentrava em Santa Cruz (7.629 cabeças), Irajá (3.100), Campo Grande (2.069), Guaratiba (1.955), Jacarepaguá (1.073) e Inhaúma (1.191). A criação de gado suíno ainda era uma atividade importante no Distrito Federal, em 1920. Havia 22.639 cabeças, das quais 10.967 estavam em Guaratiba, 4.687 em Campo Grande, 2.177 em Jacarepaguá, 1.929 em Irajá, 1.434 em Santa Cruz e 1.019 em Inhaúma. As 2.398 cabeças de gado ovino se distribuam pelos distritos rurais de forma mais equilibrada, destacando-se Guaratiba como zona criadora, com 519 cabeças. O abate de suínos para o consumo da capital era de 41.236 em 1912 e o de ovino de 18.395, sendo, portanto, considerável a contribuição do Distrito Federal quanto a este tipo de gado. O gado caprino se reduzia a 4.685 cabeças distribuídas por Guaratiba (1.648), Irajá (571), Campo Grande (424) e Jacarepaguá (337). As maiores percentagens do

estoque de asnos (16.161) ocorriam nos distritos urbanos centrais, sobretudo próximo ao cais, Gamboa (1.738), Espírito Santo (1.223), e Sant'Ana (1.462), e nos suburbanos, Engenho Velho (1.458), Irajá (1.184), Jacarepaguá (1.602) e no rural, Guaratiba (1.619). Havia pequeno número de cavalos no Distrito Federal, 7.220, encontrando-se em grande proporção em Guaratiba (1.272), Irajá (1.391) e Campo Grande (949).

A grande maioria dos estabelecimentos rurais (1.562) era não só administrada, como também de propriedade de brasileiros natos (1.300). Do total de 2.088 estabelecimentos rurais, 1.348 eram dirigidos pelos proprietários, 55 por administradores e 685 pelos arrendatários (valendo relativamente pouco). O predomínio de pequenas propriedades dirigidas pelos donos desestimulava a existência dos agregados que figuravam na estatística de 1870. O valor dos estabelecimentos rurais foi calculado em 1920 em 37.839:006\$000, muito inferior ao do capital empregado na indústria. O valor da criação de gado bovino era de 5.047:272\$000; o de equino, de 1.653.380\$000; o de asinino, de 4.521:529\$000; o de ovino, de 52:756\$000; o de caprino, de 93:700\$000, o do suíno, de 1.992:232\$000, perfazendo um total de 13.509:869\$000.

Os principais cultivos no Distrito Federal eram de plantas industriais. Havia 401 fazendas de cana-de-açúcar, concentradas em Campo Grande (115) e Guaratiba (248), com uma produção de 29.228t, e 537 de café, em declínio, que rendiam apenas 84,7%, o equivalente a 1.411 sacos. As plantações de algodão e coco eram insignificantes, e o Distrito Federal importava esses produtos em larga escala da Bahia e do Nordeste. A agricultura de subsistência estava se desenvolvendo, principalmente as de arroz (619,4t), de milho (3.287,3t), de feijão (767,1t), de batata-inglesa (60,7t, apenas) e de mandioca (9.294,8t). Entretanto, a batata e o trigo (2,6t) continuavam sendo importados em larga escala. A grande maioria desses cultivos (1.153 unidades) se localizava no distrito de Guaratiba, seguido pelo de Campo Grande (592) e de Santa Cruz (168).

No entanto, apesar dos resultados alcançados, o Rio de Janeiro importava, em 1912, 24.509.216kg de arroz, 80.644.620kg de açúcar, 17.583.086kg de batata, 20.245.150kg de farinha de mandioca, 34.118.595kg de feijão, 47.863.127kg de milho, e 2.622.205kg de toucinho. Apesar do progresso dos transportes, a indústria continuava centralizada nos distritos urbanos do núcleo inicial da cidade. Em 1912, 11.990 estabelecimentos de comércio e indústria estavam localizados na zona urbana, 3.716 na suburbana e 2.222 na rural.

As Transformações na Produção Industrial no Rio de Janeiro na Década de 20

Em relação à década de 20, dispomos quase que unicamente de indicadores indiretos sobre a indústria. O estudo que Annibal Villela e Wilson Suzigan realizaram sobre a evolução das importações de bens de capital para a indústria indica ter

ocorrido uma ampliação da capacidade produtiva no período de 1920 a 1929 e uma certa estagnação da produção, em termos *per capita*, até 1932²⁴².

A indústria sofreu vários anos de recessão decorrentes das crises comerciais de 1922/23 e 1924-26 e os efeitos da valorização da moeda. As atas da Diretoria e das Assembléias de algumas fábricas do Distrito Federal confirmam parcialmente essas inferências. Não encontramos dados globais diretos sobre esse período.

A fábrica Bangu nos relatórios de diretoria à Assembléia dos Acionistas apresentava as seguintes flutuações: em 1919 a produção era de 14.523.036m de tecidos e em 1920 de 14.895.676m. Em 1921 foram distribuídos dividendos e em 1919 e 1921 adquiriram máquinas. Em 1921 a crise era geral e a produção da fábrica caiu para 12.350.769m, no ano seguinte se recuperava, atingindo 15.862.223m. (Vários acessórios para as máquinas Jacquard eram importados nessa ocasião.) Em 1923 a produção continuou a subir para 16.369.339m e os dividendos foram concedidos. Em 1924 a produção desceu para 15.735.448m, mas a situação financeira era considerada sólida até setembro de 1925. A partir desse mês foi necessário diminuir um dia de trabalho por semana. A produção baixou de 8.071,409m no primeiro semestre de 1925 para 7.116,626m no segundo.

No primeiro semestre de 1926 a crise se agravou e foram cortadas novas horas de trabalho. Os preços baixaram, a produção reduziu-se para 6.343.487m no primeiro semestre de 1926 e para 4.015.693m no segundo.

Em 1927 havia uma grande euforia com a visita que Washington Luiz e o candidato Julio Prestes fariam à fábrica, e a firme convicção de que a cessação das oscilações cambiais iria resolver a crise. A produção se recuperou ligeiramente, para 4.667.408m no primeiro semestre, e 4.856.114m no segundo, e a fábrica passou a trabalhar novamente 48 horas por semana. Em maio de 1928 a situação piorou em consequência do *dumping* de produtos ingleses, favorecidos pelas taxas de baixas da antiquada tarifa alfandegária. A Diretoria se referia a uma importação desenfreada e condenava a doutrina do livre cambismo, mas elogiava a lei da reforma monetária de

242

^a VILLELA & SUZIGAN, op. cit. acima nota 196, p. 87-8.

^b BAER, Wener & VILLELA, Annibal Villanova. Industrial growth and industrialization, revisions in the stages of Brazil economic growth. In: ——. *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, Centre des Recherches Scientifiques, 1973.

18 de dezembro de 1926 que "(...) *poz termo as degradantes oscilações da moeda*" e a iniciativa do Presidente de apresentar projeto de modificação da tarifa alfandegária.

Em 1928 a produção atingiu níveis extremamente baixos, 3.522.093m no primeiro semestre, e 2.245.271m no segundo semestre.

O relatório da diretoria da Bangu de 1930 informava que "*a excessiva importação de tecidos de algodão que se desenvolveu no país em 1928, ainda cresceu desmesuradamente nos primeiros meses de 1929 porquanto, apesar da modificação da tarifa alfandegária, as novas taxas só começaram a vigorar em fins de março de 1929 em virtude de dispositivo taxativo do Código Aduaneiro.*"

A importação de tecidos de algodão, no primeiro trimestre de 1929 atingiu o valor de 78.504:550\$000 e para esse valor só o mês de março concorreu com a soma de 43.576:220\$000.

De março em diante a importação diminuiu, restringindo-se no segundo trimestre a apenas 10.116:861\$000 e no terceiro a 7.428:210\$000.

A Diretoria manteve o critério de não formar estoque, reduzir o trabalho dos operários e melhorar o equipamento gastando 658:735\$610 em máquinas novas. A produção no primeiro semestre de 1929 foi de 2.537.031m e no segundo de 1.941.705m.

A América Fabril ampliava o capital em 1923 e se expandia em 1924, mas sinalava paralisação quase completa dos negócios em 1925, agravada pela decisão de não diminuir horas ou dias de trabalho, pela desvalorização das ações e inexistência de lucros em 1929.

A Brahma experimentou grande expansão em 1922, quando esgotou sua capacidade de produção e teve de ampliar as instalações, continuando a progredir em 1923 e 1924. No ano seguinte suas vendas se reduziram de 20.000hl, perda atribuída ao problema de suprimento de garrafas. As vendas do segundo semestre de 1926 foram 10% mais altas do que as de igual semestre do ano anterior. O ano de 1927 foi qualificado de muito favorável e em 1928, apesar da crise geral do País, foi possível distribuir dividendos. Em 1929 ainda houve dividendos, porém os lucros diminuíram e as vendas foram prejudicadas pela crise e greve dos cocheiros e choferes.

As vendas se reduziram de 135.000hl em 1928 para 120.500hl, em 1929. A Antártica Paulista era acusada de forçar a queda dos preços. A fábrica Luz Stearica não se mostrava afetada pelas crises de 1925 e 1929, tendo numa fase anterior incorporado as concorrentes e obtido proteção alfandegária²⁴³.

Vide Tabela 4.39 pág. 745

Os dados sobre o valor da produção das indústrias sujeitas ao Imposto de Consumo apresentavam flutuações semelhantes às das fábricas que acabamos de analisar (vide Tabela 4.39). Em 1925 era de 790.260:000\$000; em 1926 de 772.196:000\$000; em 1927 de 942.145:000\$000; em 1928 de 1.133.986:000\$000 e em 1929 de 954.934:000\$000. Nota-se, portanto, a baixa já mencionada referente a 1925/26, decorrente do problema do câmbio e da política monetária desfavoráveis à indústria, da recuperação com a estabilização de moeda na fase inicial de aplicação do esquema de Washington Luiz e do efeito da depressão, sem a ajuda financeira do Governo à produção. O Distrito Federal continuava em segundo lugar em relação a São Paulo, cujos valores de produção obedeciam aos mesmos ciclos de 1925 a 1929 (1.382.722:000\$000; 1.271.714:000\$000; 1.467.455:000\$000; 1.663.101:000\$000; 1.537.347:000\$000). O Distrito Federal ainda mantinha um grande peso na produção global do Brasil (3.669.767:000\$000; 3.514.594:000\$000; 3.912.011:000\$000; 4.480.246:000\$000 e 4.144.380:000\$000).

Vide Tabela 4.40 pág. 746

243

^a COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatorio da Companhia Progresso Industrial do Brasil da Directoria às Assembleas Gerais de Accionistas*. Rio de Janeiro, Typ. União, 1922-30.

^b Faltam os volumes relativos aos anos de 1919, 1920, 1921.

COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA, op. cit. acima nota 2369.
Arquivo da Brahma.

^c COMPANHIA INDUSTRIAL DE SABÃO E VELAS, op. cit. acima nota 236^e.

^d COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PAU GRANDE. *Actas das Assembleas Gerais da Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande de 1885 a 1922*. v. 1. [mss.]
Arquivo América Fabril.

^e ——. *Actas das Assembleas Gerais da Companhia de Fiação e Tecido Pau Grande de 1932 a 1940*. v. 2. [mss.]
Arquivo América Fabril.

Na década de 20 a população do Brasil aumentou de 30.838.201, em 1920, para 35.445.753, em 1927, se bem que em ritmo menor do que no período anterior (de 1900 a 1906) e dessa data até 1920, porém a do Distrito Federal teve um crescimento mínimo de 1.167.560 a 1.394.584, provavelmente porque já havia sido absorvido o impacto da grande baixa da mortalidade no início do século e diminuído a corrente imigratória para a capital²⁴⁴.

Essa baixa taxa de crescimento da população, associada à valorização da moeda, e as restrições do crédito parecem ter sido os elementos mais responsáveis pela tendência de estagnação.

Dos gêneros submetidos ao Imposto de Consumo, os mais importantes quanto ao valor da produção eram: tecidos, calçados, bebidas alcoólicas e minerais, fumo, artefatos de tecidos, chapéus, chá e café, móveis, perfumarias, velas, conservas, armas de fogo e munições. Em 1926 novos itens entraram na lista como se pode observar na Tabela 4.26, destacando-se a indústria de artigos de couro.

Nem toda a produção reagiu da mesma forma à política monetária e à crise geral de 1929. Os artigos que mais sofreram oscilações de valor foram: tecidos, artefatos de tecidos, conservas, velas, chapéus, ferragens, luvas, bengalas, armas de fogo e munições, lâmpadas e pilhas, tintas, leques, boás, e peles (cuja produção estava menos apta a resistir à concorrência dos produtos estrangeiros). A fabricação de preparados de fumo, dada a superioridade do produto nacional, se mostrou, como seria natural, imune às variações do câmbio e continuou a se expandir, mesmo em 1929. Os ramos de bebidas alcoólicas, louças e vidros, calçados e perfumaria também resistiram à concorrência e à depressão e os dois últimos apresentaram um ritmo de progressão homogênea, mas somente fumo, calçados, café e chá, e instrumentos de música tiveram aumento em 1929. Desses ramos, os únicos de importância eram calçados e fumo. O valor da produção de tecidos se distanciou cada vez mais dos setores tradicionais, na década de 20. Representava 1/3 do valor total da produção do Rio de Janeiro (gêneros sujeitos ao imposto) em 1925. A fabricação de calçados, bebidas e móveis mantinha a importância que alcançou no século XIX; a de fumo e de perfumarias estava em expansão e a de velas e de chapéus, em declínio. De todos os ramos, o que mais sofreu com as oscilações do câmbio foi o de tecidos, que em 1925 representava 1/3 do valor global; em 1926, 1/4 e em 1929, pouco mais de 1/5²⁴⁵.

244

^a ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1935. Rio de Janeiro, IBGE, 1936.

^b ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, op. cit. acima nota 244^a.

245 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1932. Rio de Janeiro, IBGE, 1933.

A maior luta do Centro Industrial nos anos que precederam à crise de 1929 foi a favor do protecionismo. A tese dos livre-cambistas que ainda era defendida por organizações de representantes da agricultura de exportação, considerava como indústria legítima somente a que usava matéria-prima nacional, e ilegítima a que empregava insumos importados. A proteção à indústria, segundo essa corrente de pensamento, era um fator de encarecimento da vida em detrimento dos consumidores e em benefício de uma pequena casta de empresários. O Centro Industrial do Brasil transcrevia no Relatório de 1925 o parecer de Lindolpho Camara, antigo parlamentar, alto funcionário da Fazenda Nacional e várias vezes Inspetor da Alfândega²⁴⁶, sobre o projeto de revisão de tarifa aduaneira que refletia o ponto de vista dos fabricantes.

O autor do parecer argumentava que a tarifa de março de 1900 era a mesma de 1897, com pequenas modificações introduzidas em 1899 e que continuavam em vigor desde aquela data até 1922. A tarifa de 1890 era paga em papel; a de 1891 pelo valor legal do ouro; a de 1895 acrescentava taxas adicionais de 50% a 60%, a de 1898 estipulava que 10% dos direitos seriam cobrados em ouro; a de 1899, 15%; a de 1900, 25%; a de 1905, 35% para certas mercadorias e 50% para outras; a de 1915 unificava a taxa ouro em 40%; a de 1916 passava para 55% e a de 1922 para 60%.

O câmbio era calculado a 12 dinheiros por 1\$000, e a partir de 1897, as taxas eram anualmente aumentadas em relação a certas mercadorias concorrentes das nacionais com o pagamento de uma crescente percentagem em ouro.

O projeto de reforma da tarifa aduaneira que estava em debate no Congresso, segundo Lindolpho Camara, reduziria as taxas de 20% a 30%, em prejuízo da renda nacional. Nessa época o orçamento ainda dependia em larga escala dessa fonte de recursos. Como a redução prevista recaía principalmente sobre artigos de luxo, não se podia imaginar que houvesse um compensador aumento de consumo.

As principais indústrias do Distrito Federal seriam atingidas pela reforma. Os chapéus estrangeiros eram beneficiados com 21,87%, 2,87% e 19,64% a menos na taxa, conforme o tipo, sem que fosse prevista uma contrapartida de queda do Imposto de Importação de matéria-prima estrangeira, usada pela indústria nacional.

A razão ouro da tarifa sobre artigos de couro, inclusive calçados, seria reduzida de 60% a 50%, mas as taxas sobre matéria-prima seriam conservadas. O projeto elevava a razão ouro sobre a cevada de 15% a 30% e baixava a da cerveja comum de barril em 37,5% e a de garrafa em 66,6%. Os fios de algodão importados eram favorecidos com descontos na taxa alfandegária em 20%, 16,6% e 14,28%, mas os tecidos de algodão importados obtinham reduções maiores, variando de menos 20% a

²⁴⁶ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatório da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária do anno de 1925.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1925. p. 16-20.

menos 50%. As taxas sobre os produtos e fios de lã dessa matéria-prima seriam mantidas pela reforma de 1925, mas diminuídas as que recaíam sobre tecidos de lã e seda e de lã e algodão.

Também sofreu reduções sensíveis, de 23,07% a 68,75%, a importação de seda em rama, casulo e borra de seda, em detrimento da produção nacional que apenas se iniciava. Dessa forma, o projeto contradizia os interesses nacionais, mantendo ou pouco reduzindo as taxas sobre matéria-prima e baixando as que recaíam sobre artigos manufaturados estrangeiros concorrentes.

O projeto limitava a percentagem ouro do pagamento das taxas dos produtos alimentícios de luxo e elevava a de gêneros de consumo de massa, como milho e feijão.

Lindolpho Camara propunha, como alternativa ao projeto, manter as tarifas vigentes e graduar a percentagem a ser paga em ouro na base de 80% para mercadorias de luxo, adorno, fantasia, vício e jogo, 40% para os que interessassem à lavoura, às indústrias, e às artes e ofícios, tais como matérias-primas, máquinas e adubos; 20% para as mercadorias de consumo obrigatório de massa, gêneros alimentícios, vestuários, calçado, medicamentos, querosene, artigos escolares etc.. O cálculo do câmbio continuaria a ser feito à base de 12 dinheiros por 1\$000.

O Centro Industrial Brasileiro esposava esse parecer e historiava a luta que movia à reforma aduaneira que estava no momento estacionada no Senado. A tarifa aduaneira era baixa, as razões de 40%, 50% e 60% reduziam-se a 10% se, ao invés de se tomarem os valores das mercadorias em 1900 ou 1913, fossem usados os de 1923/24. A causa da carestia não era o imposto aduaneiro, mas o alto custo do transporte no Brasil.

A crise de 1926²⁴⁷ era atribuída à falta de crédito e à concorrência estrangeira. Uma comissão dos Centros de Indústria de Fiação e Tecidos de São Paulo e Rio de Janeiro solicitava de Arthur Bernardes, em 1926, a estabilização cambial e a elevação da taxa aduaneira; eram apoiados por memorial do Centro Industrial Brasileiro.

Os fabricantes alegavam que o valor da produção de tecidos de 1.000.000.000\$000 correspondia a 1/3 dos valores da produção da indústria em conjunto, e à metade da produção de café. Empregava 140 mil operários e fornecia meios de subsistência direta e indireta a meio milhão de habitantes.

²⁴⁷ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatório da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária do anno de 1926.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1928. v. 1, p. 38-40.

A súbita elevação da taxa cambial e a baixa do preço do algodão tinham desvalorizado os estoques; a concorrência dos tecidos estrangeiros aumentara; a baixa do valor dos produtos extrativos havia provocado o declínio da renda e do mercado consumidor e a falta de crédito ainda agravava a situação da indústria. Esta sugeria ao Governo que o Banco do Brasil passasse a emprestar às empresas sobre os estoques, que aceitasse descontos efetivos comerciais através das agências desse estabelecimento, e desse garantia de uma estabilização comercial.

A tarifa de 1900 estipulava uma proteção fiscal de 50% a 60% para os tecidos de lã e algodão e, em 1926, apesar do aumento da quota ouro para 60%, essa proteção se reduzia a apenas 20% em consequência da subestimativa do valor das mercadorias.

Os representantes da indústria, num memorial apresentado ao Governo, reclamavam da proteção oferecida ao café e ao comércio importador, mas recusada à produção secundária. No entanto se fosse necessário importar as manufaturas que se produziam no Brasil em 1926, faltariam suficientes cambiais²⁴⁸.

Os outros pontos essenciais de descontentamento da indústria eram: a multiplicação dos impostos interestaduais de consumo, de renda e municipal sobre produtos vendidos fora de sua área de jurisdição que colocava o Rio de Janeiro em condição de inferioridade em relação a Santos. No Relatório de 1925 o Centro descrevia a luta em vão que movera contra a elevação das taxas de consumo sobre cerveja, calçado, artefatos de tecidos, fumo preparado e outros artigos. O Imposto de Renda ainda não fora totalmente consolidado. O imposto sobre dividendos das companhias e sociedades anônimas foi um primeiro passo para a introdução dessa carga fiscal que datava de 1875. Na lei da receita de 1920, figuravam outros Impostos de Renda: sobre lucros líquidos das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, sobre lucros líquidos da indústria fabril e sobre lucros comerciais verifi-

248

^a CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos socios do anno de 1928 (1926-1928)* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1928. v. 2, p. 21-5, 46-57, 76-7.

^b _____. _____. _____. v. 1, p. 21-5, 66-93, 101, 204, 209, 212.

^c CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, op. cit. acima nota 246.

^d CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos socios do anno de 1931 (1928-1931)* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1931. v. 1, p. 21, 43, 201, 222.

cados em balanços, este último a partir de 1921. Na lei da receita de 1923 o Presidente foi autorizado a cobrar o selo proporcional sobre as vendas mercantis, a prazo ou à vista, efetuadas dentro do País, ao invés do imposto sobre o lucro líquido do comércio e da indústria. O Centro Industrial Brasileiro reclamava da não suspensão do imposto sobre os dividendos das sociedades anônimas fabris e mercantis, que dessa forma pagavam duas taxas: a dos dividendos e a do selo proporcional. O Congresso, em 1923, autorizou a cobrança, no ano seguinte, de novo Imposto de Renda sob forma mais ampla.

Em 1924 o Centro distribuía modelos do cálculo do imposto sobre a renda, segundo os quais para se obter o rendimento líquido tributável devia-se deduzir do lucro bruto 10% para o fundo de reserva, 10% para o fundo de depreciação além de 4% do capital aplicado. O Imposto de Renda era progressivo; até 100.000\$000, pagava-se 1.950\$000 quase 2% da renda, acima desse limite elevava-se para 4%.

O Relatório do Centro Industrial do Brasil relativo a 1926-28 discutia a inoportunidade do Imposto de Renda que fazia os capitais estrangeiros se afastarem do Brasil, criticava a dupla taxação da renda global e progressiva da renda líquida e a extensão desse Imposto à propriedade territorial e à agricultura.

Em 24 de agosto de 1926 o Centro Industrial do Brasil discutia o prazo para a declaração do Imposto de Renda e o plano de propor a constituição de uma comissão mista de industriais e representantes dos poderes públicos para estudar a situação precária da indústria que iria ser prejudicada com a cobrança desse Imposto.

No Relatório de 1925 o Centro se gabava de ter conseguido solução satisfatória para o Imposto de Exportação do Distrito Federal mas, em 1926, ainda pesava uma taxa de 2% *ad valorem* sobre os tecidos de lã que saíam do Rio de Janeiro. Em 1929 havia uma taxa geral de 1/2% contra a qual o Centro lançou uma campanha, conseguindo que ela fosse abolida em 1931. O Rio Grande do Sul ainda exigia um *imposto de indústrias e profissões* dos produtores de fora do estado. (O Paraná e o Pará também criaram impostos.) A taxa de consumo foi aumentada em 1926, particularmente em relação à cerveja e ao fumo. John Künning, da Brahma, alegava em defesa da indústria de cerveja que ela promovia uma série de outras atividades, tais como as de fabricação de garrafas, palhões, caixas de pinho, cápsulas de metal, etiquetas e as gráficas.

O capital nominal da indústria de cerveja era de 70.000:000\$000 e estimado em mais de 200.000:000\$000, a renda do Imposto de Consumo se elevava a 48.000:000\$000 por ano, além da contribuição de 2.400:000\$000 para os hospitais. Finalmente os industriais argumentavam que o teor alcoólico era de apenas 5%. As indústrias do Distrito Federal apenas representavam um capital declarado de 35.000:000\$000 e estimado em 100.000:000\$000, contribuía com 20.000:000\$000 de imposto e davam sustento a cerca de 20 mil pessoas. A indústria do fumo argumentava que sofria um declínio em decorrência da taxação excessiva, a produção baixara de 86.687.705kg para 53.339.840kg.

Outro problema para a indústria, no final da década de 20, era o das tarifas ferroviárias. O Relatório do Centro Industrial de 1926-28 analisava a desigualdade das tarifas da Estrada de Ferro Central do Brasil que prejudicava o Distrito Federal. As taxas eram 20% menores para as mercadorias exportadas das cidades do interior para o Rio de Janeiro do que deste porto para a zona rural. A reunião de outubro de 1926 do Centro Industrial discutia a supressão de vagões de carga pela Estrada de Ferro Central do Brasil para economizar carvão. Em 1928 os industriais continuavam a reclamar das tarifas ferroviárias, sem serem atendidos, solicitando que elas fossem cobradas por quilômetro.

Outra grande preocupação da indústria era com o encarecimento da energia elétrica. A diretoria do Centro Industrial reuniu-se em janeiro de 1929 para discutir a intervenção de Oliveira Passos, representante dos industriais, junto a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company Limited, solicitando a prorrogação da tabela de preços, cujo prazo de vigência terminara em dezembro de 1928, até abril de 1929, quando seria negociado novo acordo. Em 1928, 50% da energia era paga em ouro. Em outubro de 1929 a nova tabela ainda estava em debate e, em 1930, o Centro pedia ao Prefeito que apressasse as negociações sobre os preços da energia.

Outro problema dos industriais do Rio de Janeiro, na década de 20, era o da elevação dos salários e o da legislação social que o Governo promovia para enfraquecer o movimento operário, sobretudo o anarco-sindicalismo. Em 1925 o Centro Industrial convocou uma reunião de representantes da Federação das Associações Comerciais do Brasil, do Centro de Fiação e Tecelagem de Algodão, da Associação Bancária do Rio de Janeiro, do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo, da Associação Comercial de São Paulo, do Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, do Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro, da Liga do Comércio, da Associação das Companhias de Seguro, do Centro da Indústria de Calçados e Couros, da Sociedade de Construtores Cíveis do Rio de Janeiro, do Centro dos Industriais em Marcenaria, da Associação das Empresas Públicas Urbanas do Brasil, da Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos de São Paulo e da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, para discutir o Projeto de Lei 265 de 1923, sobre legislação social, e formar uma representação dessas entidades ao Presidente da República. A Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro fora convidada a participar porque "(...) *não sendo embora uma associação patronal, é inspirada por uma orientação inteligentemente conservadora, baseada num esclarecido esforço de conciliação e colaboração entre empregados e patrões*"²⁴⁹. O documento condenava a Lei de proteção contra acidentes de trabalho de 1919 que impunha à indústria um ônus insustentável, o descanso dominical para todos os operários e funcionários, julgando que era impossível para certas empresas cumprir esse dispositivo do Projeto de Lei. As férias anuais de 15 dias, segundo os industriais, acarretariam um acréscimo de custo e perda da produção que muitas fábricas não suportariam.

²⁴⁹ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, op. cit. acima nota 246.

O Projeto de Lei proibia o trabalho de menores de 14 anos e previa um horário de seis horas para os de 14 a 18 anos com uma hora de estudo obrigatória em escola mantida pela indústria, se esta empregasse 20 ou mais menores. Outros artigos proibiam o trabalho noturno feminino e que os dois sexos trabalhassem em comum; estabeleciam 30 dias de férias antes e 40 dias depois do parto com 2/3 do salário, a manutenção de uma creche pela empresa que empregasse 50 mulheres ou mais, e a existência de condições higiênicas e de habitabilidade no local de trabalho. Estava também prevista a substituição das sociedades de seguro, por Caixas de Aposentadorias e a concessão de percentagem no lucro das sociedades anônimas aos empregados.

Além desse Projeto de Lei geral, estavam no Congresso um projeto específico sobre acidentes de trabalho dos ferroviários com a indenização paga exclusivamente pelos patrões, e dois outros, de 1924, tornando obrigatório o contrato de trabalho com todas as garantias para empregados de restaurantes, café e casas de comércio e exigindo inquérito policial e processo judiciário em caso de acidente de trabalho. A posição dos industriais foi contrária aos projetos procurando atrasar a aprovação no Legislativo. Em 1926 o Centro Industrial enviou um memorial ao Conselho Nacional do Trabalho procurando demonstrar que as indústrias não estavam em condições de pagar férias e em julho desse ano discutia o aumento de custo da mão-de-obra em virtude da elevação salarial e redução de horas de trabalho. Em agosto a Diretoria do Centro Industrial decidiu usar de meios *mansos e pacíficos* contra a lei referente às férias. Os industriais alegavam que dos 365 dias do ano, 85 eram domingos e feriados estaduais e federais, dias santificados e carnaval, restando apenas 280 dias de trabalho. A sanção do regulamento das férias anuais (lei de 1925) se efetivou em outubro de 1926, mas em 1927 ainda estava em debate no Congresso.

O memorial do Centro Industrial propunha que as férias anuais remuneradas fossem aplicáveis somente a pequenas oficinas e ateliês e ao comércio. Alegava que as utilidades criadas pelo trabalho dos operários era de cerca de 600.000:000\$000, que o valor de produção em 1920 tinha sido de quase 3.000.000:000\$000 e que o prejuízo com o pagamento das férias anuais de 15 dias seria de 30.000:000\$000 por ano.

Em agosto e setembro de 1927 os industriais pleiteavam que a indenização por acidente de trabalho fosse paga multiplicando o salário por 300 dias em vez de 365, e que a taxa de 10\$000 por menor, para o fundo escolar, se restringisse aos analfabetos e não incluísse todos os menores.

Um representante da classe se dirigiu ao Governo para solicitar o abandono do salário mínimo, considerando que *"Paiz novo, o nosso, com grande deficiência de braços não existe o perigo do trabalhador ficar sujeito às leis de oferta e procura."*²⁵⁰. Era uma característica bem típica da indústria, o desemprego nas épocas

²⁵⁰ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, op. cit. acima nota 248b.

das crises cíclicas da economia. As leis de assistência e proteção aos menores tinham sido consolidadas pelo decreto 17.943, de 12 de outubro de 1927. Em 1931 o Centro Industrial resolveu pleitear, junto ao Legislativo, a restrição legal do trabalho industrial dos menores, a redução da idade para 16 anos ao invés de 18 para ser considerado menor, o aumento da duração do trabalho dos operários dessa categoria de seis para oito horas, e a permissão para trabalhar no turno da noite, no horário das 21 horas às cinco horas da manhã. Essa entidade alegava que no clima tropical o indivíduo de 16 anos já era um adulto, biologicamente. Os industriais recebiam que as Caixas de Aposentadorias e Pensões dos portuários e ferroviários, criadas em 1923 e 1926, fossem estendidas a todos os operários e começaram uma campanha contra essa possível iniciativa, em 1931.

*Custo de Vida, Níveis Salariais e Mobilidade Social
na Década de 20*

A partir de 1918 os salários tenderam a elevar-se, tendência que se manteve até 1930. De um modo geral o aumento foi superior ao do custo da alimentação, exceto para os operários de construção que apenas não perderam poder aquisitivo. No nível político a melhoria salarial enfraquecia o espírito de luta da mão-de-obra industrial.

A evolução dos salários da cervejaria Brahma apresentou um aumento contínuo de 1920 a 1929 (vide Tabela 4.37), inclusive nos setores de engarrafamento e expedição que só foi atingido pela crise em 1930. O setor de fabricação seguiu a mesma tendência, porém faltam dados relativos a 1930. No setor de máquinas houve uma elevação até 1928, exceto em 1924, e o nível salarial apenas se estabilizou em 1929 e 1930. (Vide Tabela 4.32.) O mestre de oficina e o chefe da seção de gelo receberam aumentos de 1923 a 1927 e de 1921 a 1927, respectivamente. O primeiro sofreu uma queda em 1928 e 1929 e o segundo em 1928, seguida de estabilização em 1929 e 1930. O salário do mestre pintor teve alta de 1921 a 1925; o do mestre de fabricação oscilou de 1921 a 1924, subiu em 1925, baixou em 1926, 1927 e 1928 e novamente subiu em 1929.

O mestre de máquinas foi dos poucos que não se beneficiaram de uma tendência à alta. O salário ficou no mesmo nível em 1920/21, teve aumento em 1923, baixa em 1924, aumento em 1925 e 1926, mais acentuada em 1927, mantendo-se inalterado até 1930, inclusive. O mestre torneiro conservou o mesmo salário de 1925 a 1928, teve um aumento em 1929 que se manteve no ano seguinte. A categoria de outras que engloba vários tipos de operários seguiu a tendência geral de elevação de 1921 a 1926, sofreu ligeiro declínio em 1927 e voltou a aumentar em 1928 e 1929, seguida de pequena queda em 1930.

O salário de químico seguiu uma tendência ascensional, de 1921 a 1926; o de arquiteto de 1922 a 1924; o de médico se manteve estável de 1924 a 1928; o de advogado não se alterou em 1922 e 1923, mas aumentou em 1924.

Os salários de gerente, de chefe de escritório e de tesoureiro tiveram aumentos anuais, exceto em 1924, quando declinaram, e em 1926 e 1927, quando se mantiveram no mesmo nível.

O setor de escritório evoluiu de forma diversa das outras categorias: declinou nos anos de 1922 e 1927, sofreu uma pequena baixa em 1929 e uma muito acentuada em 1930.

O vendedor sofreu declínio salarial apenas em 1929 e 1930.

Nas fábricas de tecidos da Companhia América Fabril (vide Tabela 4.39) a média salarial do setor de fiação (menores) baixou de 1922 a 1926, teve um aumento insignificante em 1927, tornou a cair em 1928, se recuperou em parte em 1929 e passou a declinar em 1930. O setor de fiação (maiores) sofreu uma queda menos acentuada do que a de menores mas teve as mesmas flutuações. As diferenças de variação do salário de maçoqueira foram: aumentos em 1925 e em 1928 e baixas em 1929, faltando dados em 1930. A categoria de outras (menores) declinou de 1921 a 1925, se recuperou em 1926, porém ainda em nível de menos da metade do valor de 1923. Em 1927 o salário foi quase equivalente ao de 1925. A elevação de 1928 foi seguida de uma baixa em 1929 que talvez seja decorrente da variação de amostras. A categoria de outras (maiores) teve aumento salarial de 1923 a 1925, uma alta de 1926 a 1927 e uma tendência à baixa de 1927 a 1930.

Na Bangu o setor de fiação apresenta uma ascensão salarial de 1920 a 1921, uma queda em 1922, uma alta em 1924 e desta data até 1927, um declínio. Em 1928 o aumento foi acentuado, seguido de uma queda em 1929. (Vide Tabela 4.38.)

O número de greves se reduzia consideravelmente na década de 20. Em fevereiro de 1921 os marítimos do Rio de Janeiro paralisaram o porto e conseguiram a adesão dos estivadores e trabalhadores de carvão mineral, mas foram reprimidos pela polícia e exército, sem alcançar resultados.

De 1922 a 1927 foi instaurado o estado de sítio que visava coibir as rebeliões militares, mas que serviu para reprimir os operários. A maioria dos líderes anarquistas foi deportada e um pequeno grupo aderiu ao Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922. No entanto, esse partido não soube dar uma liderança ao operariado e viveu, nesses primeiros anos, na ilegalidade, e em constantes dissensões entre várias correntes ideológicas, causando expurgos que enfraqueceram a sua atuação. Somente no final da década de 20, o partido formou o Bloco Operário Camponês e adotou uma atitude mais conciliadora e de aliança com outras correntes. Essa mudança de orientação se deu tarde demais para que fosse possível ao operariado participar, significativamente, na Revolução de 1930. A própria identificação do Brasil pelo partido como um País de sobrevivências feudais prejudicou a sua atuação.

Em 1922 a revolta dos tenentes e a formação do partido comunista exacerbaram a repressão do Estado.

Em abril de 1923 o Governo de Arthur Bernardes mandava prender oficiais do exército e marinha, suspeitos de tramarem um levante envolvendo operários e marinheiros. Várias organizações operárias sofreram represálias. Em fevereiro desse ano as corporações gráficas do Rio de Janeiro e de Niterói fizeram um comício no Centro Cosmopolita em solidariedade aos gráficos de várias cidades de São Paulo, que estavam em greve. Em janeiro de 1924 os operários realizaram uma Assembléia Extraordinária pela vitória na campanha de revisão e absolvição do marítimo José Leandro da Silva que participara da greve de 1921 e fora condenado em primeira instância.

A revolução dos tenentes, apesar de condenar a oligarquia do café, dos industriais e comerciantes associada ao capital estrangeiro, não se articulou com o movimento operário no Rio de Janeiro, em 1924.

Em 1926 os tecelões da Fábrica de Nossa Senhora da Piedade entraram em greve, pedindo melhores salários e protestando contra violências praticadas pelo gerente. O movimento resultou num acordo favorável aos operários. Em 12 de fevereiro de 1927 os grevistas da Fábrica Nossa Senhora das Vitórias regressaram ao trabalho sem serem atendidas suas aspirações.

Em 27 de abril de 1927 realizou-se um Congresso Operário-Sindical no Rio de Janeiro na sede da Associação de Resistência dos Cocheiros e Carroceiros. Estabeleceu os Estatutos da Federação Regional de Operários e o princípio de que o ingresso no Sindicato implicava na aceitação do princípio da luta da classe como meio de combate contra o capital. O Partido Trabalhista se constituiu em 1928.

Em 1929 reuniu-se o último Congresso Regional Sindical do Rio de Janeiro, antes da era getuliana. Apesar das declarações formais de luta, esta havia esmorecido. Nesse ano, houve a greve dos cocheiros e choferes. Enquanto entre 1908 e 1916 ocorreram 41 manifestações operárias no Rio de Janeiro, das quais 13 foram greves, de 1916 a 1927 reduziram-se a 36 com caráter predominante de reivindicação salarial²⁵¹.

Já mencionamos anteriormente que a população do Brasil cresceu entre 1920 e 1927 a uma taxa mais elevada do que a do Distrito Federal. Esse ritmo menor de expansão favorecia a melhoria salarial que caracterizou a década de 20.

O Censo de 1920 foi planejado por Bulhões de Carvalho que organizou a estatística oficial do Brasil. A seriedade da preparação técnica e a sua publicação perfeita não foram suficientes para inspirar confiança de alguns demógrafos posteriores.

²⁵¹ CANAVARROS, op. cit. acima nota 223^b.

Tudo indica que o recenseamento apresenta um número de habitantes maior do que o efetivamente existente naquela época. Esses erros podem ter sido causados em parte pelos agentes recenseadores, cuja remuneração foi estabelecida em relação ao número de pessoas enumeradas, em parte por alterações efetuadas pelas administrações locais em busca de prestígio político, e, finalmente, em parte por correções realizadas com o intuito de compensar omissões que parecem ter sido menores que as supostas²⁵².

Se compararmos os resultados do Censo municipal de 1906²⁵³ com o de 1920, constataremos que os distritos municipais da área urbana se multiplicaram como resultado da subdivisão constante das antigas freguesias. O processo de urbanização é mais rápido do que o do crescimento populacional propriamente dito, como indica a taxa de 36,2% e 38,6% de crescimento de prédios e domicílios, respectivamente, comparados com a população que aumentou 27,5%.

É, todavia, na área rural que a explosão demográfica se apresenta mais intensa. A localização das grandes indústrias e a necessária proximidade das residências operárias em áreas menos valorizadas pela especulação imobiliária provoca uma elevação fora do comum, de 263% na população de Irajá. Inhaúma aumenta 92% em termos de população num processo semelhante. No entanto, Irajá ainda guardou características rurais com a presença de grandes fazendas de criação de gado bovino e caprino. Campo Grande era, depois de Santa Cruz, o maior centro de criação de gado bovino do Distrito Federal. Ainda perduravam nesse distrito rural 115 plantações de cana-de-açúcar, apesar do declínio desse tipo de agricultura no Distrito Federal. Predominavam as pequenas propriedades dedicadas ao cultivo do arroz, milho, feijão, batata e mandioca. O crescimento de 67% no número de habitantes de Campo Grande pode ser atribuído à fragmentação da grande propriedade e ao deslocamento das indústrias e habitações proletárias do Centro para os distritos rurais. Sabemos que, do início do século até 1912, 2.222 estabelecimentos se transferiram para os distritos rurais, e que a remodelação do centro do Rio de Janeiro em 1909, 1910 e a campanha antivariólica destruíram grande número de *cabeças-de-porco* ou habitações precárias.

²⁵² MORTARA, Giorgio. Um enigma resolvido; a população do Brasil. *Estudos Brasileiros de Demografia*, Rio de Janeiro, FGV, 1:72-3, jul. 1947.

²⁵³ Recenseamento realizado em 1906 durante a administração de Pereira Passos, consultado no recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920, nas páginas 432 e 433.

A população da cidade como um todo cresceu praticamente 50%, como fruto da concentração industrial e da conseqüente formação da classe operária.

Vide Tabela 4.41 pág. 748

Vide Tabela 4.42 pág. 751

Vide Tabela 4.43 pág. 752

Vide Tabela 4.44 pág. 803

Vide Tabela 4.45 pág. 821

Vide Tabela 4.46 pág. 828

TABELAS

TABELA 4.1 – Exportações do Brasil (1906)

Produtos Animais, Minerais e Vegetais	VALOR (contos de réis papel)
Animais e Produtos Derivados	4.250.000\$000
Minerais e Derivados	11.266.000\$000
Vegetais e Derivados	96.926.000\$000
Total	112.442.000\$000

Fonte: GEORLETTE, F. G. *Les ports et leur fonction économique*.
Rio de Janeiro, Bruxelles, 1908. p. 25.

TABELA 4.2 – Exportações do Brasil (1906)

Vegetais e Derivados	VOLUME	VALOR (contos de réis papel)
Café	191.613t	94.167:000\$000
Tabaco em Folha	300.688kg	155:000\$000
Borracha	129.045kg	472:000\$000
Algodão	93.853kg	82:000\$000
Farinha de Mandioca	93.930kg	17:000\$000
Frutas	295.000kg	97:000\$000
Doces	95.896kg	111:000\$000
Cana-de-Açúcar	89.485kg	19:000\$000
Madeiras de Lei	404.168kg	101:000\$000
Farinha de Moagem	1.848kg	1.340:000\$000

Fonte: GEORLETTE, F. G. *Les ports et leur fonction économique*.
Rio de Janeiro, Bruxelles, 1908. p. 25.

TABELA 4.3 – Comércio Exterior do Porto do Rio de Janeiro e Brasil
(Contos de réis papel)
(Valores oficiais)

Ano	Importação		Exportação	
	Rio de Janeiro	Total Brasil	Rio de Janeiro	Total Brasil
1889	—	217.800	—	259.095
1890	—	255.520	—	280.665
1891	—	413.680	—	439.091
1892	—	527.104	—	618.319
1893	139.903	546.144	158.039	666.801
	—	328.589*	—	606.052*
1894	135.073	649.402	150.388	729.455
	—	341.539*	—	601.046*
1895	142.479	709.018	232.394	790.926
	—	370.087*	—	696.360*
1896	219.832	743.467	204.690	755.555
	—	553.947*	—	694.057*
1897	338.048	732.173	671.603	824.305
1898	—	792.457*	—	842.385*
1899	220.686	734.940	92.591	832.082
1900	—	548.939*	—	850.339*
1901	—	448.353	167.211	860.827
1902	206.394	471.114	135.067	735.940
1903	194.754	486.489	142.023	742.632
1904	197.846	512.588	136.985	776.367
1905	177.697	454.995	106.873	685.457
1906	203.411	499.287	112.442	799.670
1907	250.745	644.938	117.031	860.891
1908	229.247	567.272	97.721	705.791
1909	223.390	592.876	114.176	1.016.590
1910	264.415	713.863	115.360	939.413
1911	289.384	—	121.819	—
1912	371.294	—	158.918	—
1913	392.329	1.007.495	119.508	972.731
	232.491*	—	—	—
1914	227.175	561.853	95.011	750.980
	127.384*	—	52.505*	—
1915	244.193	582.996	176.355	1.042.298
	12,589,560**	30,088,391**	9,119,688**	53,950,944**
1916	358.009	810.759	196.676	1.136.888
	17,836,260**	40,369,436**	9,804,908**	56,462,103**

cont.

conclusão

Ano	Importação		Exportação	
	Rio de Janeiro	Total Brasil	Rio de Janeiro	Total Brasil
1917	365.126	837.738	267.155	1.192.175
	19,382,237**	44,509,646**	14,171,346**	14,171,346**
1918	460.426	989.404	251.490	1.137.100
	24,538,987**	52,816,883**	13,444,369**	61,167,975**
1919	581.217	1.334.258	348.172	2.178.719
	33,994,185**	78,177,235**	21,045,894**	130,085,438**
1920	966.795	2.090.633	—	—
	57,388,785**	125,004,856**	—	—
1921	739.955	1.689.839	—	—
	26,486,414**	60,468,156**	—	—
1922	779.358	1.652.630	429.191	2.332.084
	22,905,991**	48,640,937**	12,556,405**	68,577,610**
1923	1.022.720	2.267.159	627.170	3.297.033
	22,796,812**	50,543,046**	13,820,690**	73,183,948**
1924	1.219.493	2.789.557	729.506	3.863.554
	29,824,713**	68,336,622**	17,766,971**	95,103,020**
1925	1.385.760	3.376.832	635.254	4.021.965
	34,622,957**	84,443,168**	17,980,918**	102,875,387**
1926	1.095.850	2.705.553	537.404	3.190.559
	32,312,405**	79,875,825**	15,962,877**	94,254,315**
1927	1.305.620	3.273.163	546.134	3.644.117
	31,764,257**	79,634,046**	13,293,897**	88,688,829**
1928	1.475.660	3.694.990	584.578	3.970.273
	36,209,622**	90,668,685**	14,345,693**	97,426,148**
1929	1.294.013	3.527.738	508.021	3.860.482
	31,784,241**	86,653,227**	12,477,665**	94,831,249**
1930	972.297	2.343.705	346.587	2.907.354
	53,618,511**	53,618,511**	65,745,925**	65,745,925**

* Equivalência em mil réis ouro.

** Equivalência em libra.

Obs.: Os valores livres = bordo correspondem aos do custo no país de origem somado ao frete e despesas até o país do destino sem contar alfândega. A exportação do valor posto a bordo (FOB)

- Fonte: ^aBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. Escritorio de Informações do Brasil. *Commercio exterior do Brasil 1910-1914*. Paris [s.d.] v. 1.
- ^bBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. Comercio exterior do Brasil. In: ---. *Movimento marítimo*; resumo por mercadorias de janeiro a setembro de 1914-1915. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1915. v. 2.
- ^cBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. Comercio exterior do Brasil. In: ---. *Movimento marítimo, movimento bancário*; de janeiro a dezembro de 1915-1916. Rio de Janeiro, Oficina Grafica da Estatistica Commercial, 1920. v. 3.
- ^dBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. Comercio exterior do Brasil In: ---. *Movimento marítimo, movimento bancario*; de janeiro a dezembro de 1918-1922. Rio de Janeiro, Oficina Grafica da Estatistica Commercial, 1923. v. 4.
- ^eBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. Comercio exterior do Brasil. In: ---. *Movimento marítimo, movimento bancario*; de janeiro a dezembro de 1922-1926. Rio de Janeiro, Oficina Grafica da Estatistica Commercial, 1927. v. 5.
- ^fBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. Comercio exterior do Brasil. In: ---. *Movimento marítimo, movimento bancario*; de janeiro a dezembro de 1924-1928. Rio de Janeiro, Oficina Grafica da Estatistica Commercial, 1929. v. 6.
- ^gBRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio. Comercio exterior do Brasil. In: ---. *Movimento marítimo, movimento bancario*; de janeiro a dezembro de 1926-1930. Rio de Janeiro, Oficina do Dep. Nacional de Estatistica, 1931. v. 7.

TABELA 4.4 – Comércio Exterior do Porto do Rio de Janeiro e Brasil

(Toneladas)

Ano	Importação		Exportação	
	Rio de Janeiro	Total Brasil	Rio de Janeiro	Total Brasil
1910	1.800.000	3.965.417	—	—
1911	1.900.000	4.244.328	—	—
1912	2.300.000	5.207.130	—	—
1913	2.700.000	5.863.533	—	—
1914	1.500.000	3.398.724	—	—
1915	1.436.325	2.799.174	569.045	1.809.381
1916	1.379.758	2.641.670	720.043	1.870.921
1917	1.007.385	1.986.397	788.035	2.016.722
1918	907.018	1.737.983	566.365	1.771.853
1919	1.453.650	2.779.850	456.302	1.907.688
1920	1.863.642	3.275.854	653.781	2.101.381
1921	1.445.874	2.578.210	512.383	1.919.421
1922	1.809.981	3.264.497	634.690	2.121.602
1923	1.845.785	3.575.694	550.560	2.229.003
1924	2.237.196	4.427.561	424.769	1.834.859
1925	2.314.596	4.972.404	547.461	1.924.700
1926	2.410.609	4.945.852	561.281	1.858.432
1927	2.717.109	5.519.642	499.201	2.017.219
1928	2.856.035	5.838.625	604.321	2.075.048
1929	2.995.370	6.107.882	554.585	2.189.314
1930	2.469.589	4.881.013	468.275	2.273.688

Obs.: A tonelagem é considerada de janeiro a dezembro. Na importação foi tomado o peso líquido real excluídos os envoltórios e na exportação o peso bruto.

Fonte: ^aBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. Escritorio de Informaçõs do Brasil. *Commercio exterior do Brasil 1910-1914*. Paris [s.d.] v. 1.

^bBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. *Commercio exterior do Brasil*. In: ---, *Movimento marítimo*; resumo por mercadorias de janeiro a setembro de 1914-1915. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1915. v. 2.

^cBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. *Commercio exterior do Brasil*. In: ---, *Movimento marítimo, movimento bancario*; de janeiro a dezembro de 1915-1916. Rio de Janeiro, Oficina Grafica da Estatistica Commercial, 1920. v. 3.

^dBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. *Commercio exterior do Brasil*. In: ---, *Movimento marítimo, movimento bancario*; de janeiro a dezembro de 1918-1922. Rio de Janeiro, Oficina Grafica da Estatistica Commercial, 1923. v. 4.

^eBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. *Commercio exterior do Brasil*. In: ---, *Movimento marítimo, movimento bancario*; de janeiro a dezembro de 1922-1926. Rio de Janeiro, Oficina Grafica da Estatistica Commercial, 1927. v. 5.

^fBRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. *Commercio exterior do Brasil*. In: ---, *Movimento marítimo, movimento bancario*; de janeiro a dezembro de 1924-1928. Rio de Janeiro, Oficina Grafica da Estatistica Commercial, 1929. v. 6.

^gBRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio. *Commercio exterior do Brasil*. In: ---, *Movimento marítimo, movimento bancario*; de janeiro a dezembro de 1926-1930. Rio de Janeiro, Oficina do Dep. Nacional de Estatistica. 1931. v. 7.

TABELA 4.5 – Movimento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (1890-93)

(em quantidades)

ANO*	TÍTULOS	AÇÕES	DEBÊNTURES	LETRAS HIPOTECÁRIAS
1890		4.587	63	20
1891		4.047	2.506	17
1892		3.095	235	95
1893		1.507	180	50

* Os dados se referem a um semestre de cada ano, não tendo sido uniformes os meses levantados.

Fonte: LEVY, Maria Bárbara. *Historia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Apud. CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro. *Livro de cotações oficiais de titulos e valores*. Rio de Janeiro, 1890-3.

TABELA 4.6 – Número de Companhias e Freqüência de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 1886-93

ANOS	NÚMERO DE COMPANHIAS	FREQÜÊNCIA
1886	53	747
1887	50	995
1888	53	1.252
1889	58	2.310
1890	114	4.587
1891	61	6.670
1892	42	3.415
1893	43	1.747

Fonte: LEVY, Maria Bárbara. *Historia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Apud. CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro. *Livro de cotações oficiais de titulos e valores*. Rio de Janeiro, 1886-93.

TABELA 4.7 – Freqüência de Negociações e Volume por Setor de Atividade – 1890-93

Setor	1890				1891			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Bancos	43	37,7	2.350	51,3	25	41,0	2.230	33,4
Seguros	7	6,1	50	1,1	2	3,3	10	0,1
Tecidos	10	8,9	115	2,5	5	8,2	25	0,4
Alimentos e Bebidas	3	2,6	45	0,9	2	3,3	5	0,1
Construção Civil	5	4,3	35	0,7	5	8,2	155	2,3
Transportes	22	19,2	1.601	34,9	7	11,5	3.585	54,0
Serviços Públicos	8	7,0	100	2,2	6	9,9	585	8,7
Construção Naval	1	1,0	1	0,0	1	1,6	20	0,3
Recreação e Esporte	3	2,6	25	0,5	1	1,6	5	0,1
Colonização	2	1,8	85	2,0	1	1,6	10	0,1
Extração Mineral	2	1,8	55	2,0				
Agro-pecuária					3	5,0	25	0,4
Comércio	3	2,6	10	0,2				
Madeiras					1	1,6	5	0,1
Vestuário					1	1,6	5	0,1
Gráficas					1	1,6	5	0,1
Setores não Identificados	5	4,4	115	2,5				
Total	114	100,0	4.587	100,0	61	100,0	6.670	100,0

Setor	1892				1893			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Bancos	14	35,0	2.740	80,2	16	35,6	1.147	65,6
Seguros	3	7,5	15	0,5	5	11,1	30	1,7
Tecidos	3	7,5	25	0,7	5	11,1	45	2,6
Alimentos e Bebidas								
Construção Civil	2	5,0	20	0,6	3	6,7	20	1,1
Transportes	9	22,5	405	11,9	8	17,6	400	22,9
Serviços Públicos	3	7,5	155	4,5	5	11,1	80	4,5
Construção Naval	1	2,5	15	0,5				
Recreação e Esporte	1	2,5	10	0,3				
Colonização	1	2,5	5	0,1				
Extração Mineral	2	5,0	20	0,6	1	2,2	15	0,9
Agro-pecuária	1	2,5	5	0,2				
Comércio					2	4,4	10	0,6
Madeiras								
Vestuário								
Gráficas								
Setores não Identificados								
Total	40	100,0	3.415	100,0	45	100,0	1.747	100,0

- Nota: A = Número de negociações com títulos do setor durante um período.
 B = Participação relativa das negociações com os títulos do setor sobre o total em percentual.
 C = Volume das negociações com títulos do setor em mil réis.
 D = Participação relativa do volume do setor sobre o total em percentual.

Fonte: LEVY, Maria Bárbara. *Historia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. [no prelo] Apud. CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro. *Livro de cotações oficiais de titulos e valores*. Rio de Janeiro, 1886-93.

TABELA 4.8 – Alguns Indicadores Selecionados da Economia Brasileira – 1888-96^a

Anos	Meio de Pagamento		Taxa de Inflação (% ao ano) ^b	PIB (Cr\$ milhões) (a preços de 1949) ^b		PIB per capita (a preços de 1970) ^a
	Total (em Cr\$ mil a preços correntes)	Δ%		Total	Δ%	
1888	205,29	—	-5,7	21,27	—	65,85
1889	211,01	2,8	1,1	22,05	3,7	66,99
1890	297,73	41,1	27,8	22,17	0,5	66,09
1891	448,45	50,6	84,9	21,51	-3,0	62,77
1892	523,93	16,8	28,1	21,05	-2,1	59,98
1893	631,86	20,6	14,6	21,56	2,4	59,99
1894	712,36	12,7	17,1	21,02	-2,5	56,13
1895	678,07	-4,8	10,4	20,24	-3,7	53,68
1896	712,35	5,1	12,7	18,68	-7,7	48,37

Anos	Potência Instal. (em MW) ^c				Apólices e Obrigações Fed. em Circulação ^d em (1.000.000,00)	Saldo do Balanço Comercial (em 1.000\$000)
	Térmica		Hidráulica			
	Total	Δ%	Total	Δ%		
1888	0,400	—	—	—	0,437	—
1889	0,500	25,0	0,250	—	0,435	41.295
1890	1,017	103,4	0,250	—	0,539	25.145
1891	1,017	—	0,250	—	0,537	25.411
1892	3,034	198,3	0,375	50,0	0,542	91.215
1893	3,034	—	0,636	69,6	0,537	120.657
1894	3,293	8,5	1,285	102,0	0,535	80.053
1895	3,843	16,7	1,991	54,9	0,535	81.908
1896	4,083	6,2	3,592	80,4	0,534	12.088

Fonte: ^aLEVY, Maria Bárbara. *Historia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*.

^bCONTADOR, Claudio Roberto. *Mercado de ativos financeiros no Brasil (Perspectiva histórica e comportamento recente)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1974.

^cVILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

^dFERREIRA, Edésio Fernandes. *Administração da dívida pública e a política monetária no Brasil*. In: SEMINÁRIO INTERAMERICANO DE POLÍTICA MONETÁRIA E ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA, 1., Rio de Janeiro. *Política monetária e dívida pública*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1974.

TABELA 4.9 — Volume de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro — 1894-911

ANOS	TÍTULOS	CAMBIAIS	TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	AÇÕES, DEBÊNTURES E LETRAS HIPOTECÁRIAS
1894		621.430	38.325	57.793
1895		423.300	54.989	30.732
1896		28.809	48.797	31.266
1897		88.121	39.910	30.762
1898		185.297	50.303	32.078
1899		247.741	48.489	35.086
1900		615.036	31.887	20.434
1901		527.102	60.744	24.012
1902		381.018	62.347	31.202
1903		174.692	77.700	30.326
1904		102.907	74.462	27.027
1905		286.444	86.001	31.715
1906		192.781	59.581	26.291
1907		99.567	56.618	34.334
1908		79.130	60.576	32.948
1909		71.802	43.570	36.355
1910		70.928	49.589	59.626
1911		7.447	76.883	70.361

Fonte: LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Apud. CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro. *Relatorio*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1894-1911.

TABELA 4.10 – Estatística Resumindo a Situação Atual dos Estabelecimentos Hortícolas do Distrito Federal (dezembro de 1907)

DISTRITOS MUNICIPAIS	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS	SUPERFÍCIE CULTIVADA (em m ²)	NÚMERO DE OPERÁRIOS	VALOR DA PRODUÇÃO ANUAL
1º	3	108.000	120	96:000\$
2º	3	2.730	10	20:000\$
5º	7	2.094	24	37:200\$
6º	11	13.280	36	54:720\$
7º	15	20.252	40	102:000\$
8º	39	71.216	78	195:000\$
9º	12	370.182	52	88:600\$
12º	20	1.090.134	104	103:200\$
13º	13	33.025	58	73:680\$
14º	49	260.012	192	254:200\$
15º	48	186.722	300	253:540\$
16º	22	103.450	90	181:200\$
17º	16	47.042	34	38:400\$
18º	23	145.131	84	77:520\$
19º	22	908.350	82	95:200\$
20º	258	5.875.062	1.180	800:000\$
21º	36	517.340	112	85:920\$
22º	147	13.326.630	530	437:040\$
23º	112	45.670.120	412	256:240\$
24º	20	125.510	60	34:080\$
25º	36	1.640.550	240	170:160\$
Total	912	70.516.832	3.838	3.453:900\$

Fonte: RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1908. *Notícia sobre o desenvolvimento da industria fabril no Distrito Federal e sua situação actual*. Milano, Typ. de Treves, 1908.

TABELA 4.11 – Sociedades Anônimas e Companhias da Capital Federal em 1891

Designação	Nº de Cias.	Valor do Capital Social	Valor do Capital Realizado	Nº de Cias.	Valor do Capital Social	Cias. que faltam Conhecer o Capital Social	Nº de Filiais e Agências de Bancos e Cias. Estrangeiras	Nº Total de Bancos e Cias. no Quadro
Bancos e casas Bancárias	134	1.593.200:000\$	875.285:000\$	34	115.586:000\$	51	8	227
Companhias de Navegação	23	92.051:356\$	68.191:656\$	1	5.000:000\$	15	16	55
Seguros	26	50.600:000\$	8.610:000\$	3	4.900:000\$	10	32	71
Engenhos Centrais	16	17.350:000\$	11.851:000\$	4	2.800:000\$	17	—	37
Carris	39	91.390:000\$	65.175:000\$	6	8.050:000\$	6	—	51
Estradas de Ferro	43	771.743:600\$	294.167:100\$	4	66.000:000\$	13	4	64
Fiação e Tecidos	10	40.308:500\$	40.308:500\$	—	—	16	—	26
Diversas	426	1.328.020:000\$	688.345:500\$	168	444.023:500\$	270	—	864
Soma	717	3.984.663:456\$	2.031.933:756\$	220	646.959:500\$	398	60	1.395

Fonte: CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro. *Relatorio, apresentado ao Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda por José Claudio da Silva presidente da Camara Syndical.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1905.

TABELA 4.12 – Número de Companhias Existentes em 1891 – Brasil

Setor de Atividade	Número de Companhias	Capital Realizado
Bancos e Casas Bancárias	231	1.711.986\$000
Estradas de Ferro	117	943.593\$000
Serviço Público	72	533.536\$000
Agro-Pecuária	80	247.260\$000
Outros		161.099\$000
Indústrias	59	152.620\$000
Construção Civil	29	129.870\$000
Navegação	57	106.051\$000
Colonização	16	87.400\$000
Comércio	33	85.800\$000
Mecânica	12	59.600\$000
Seguros	72	56.500\$000
Fiação e tecidos	36	48.158\$000
Mineração	20	46.900\$000
Alimentos e Bebidas	61	45.066\$000
Material de Construção	35	43.850\$000
Açúcar	46	35.930\$000
Café	8	32.450\$000
Couros	7	21.900\$000
Vestuário e Armarinho	43	20.700\$000
Gráfica e Papel	27	18.080\$000
Hotel e Pensões	16	10.950\$000
Publicações	13	6.980\$000
Artes e Diversões	19	6.637\$000
Perfumes, sabão e velas	10	6.620\$000
Loterias	2	6.450\$000
Ferros, ferragens e metais	17	5.900\$000
Transportes Terrestres	9	4.800\$000
Importadora	10	4.400\$000
Fumo	6	4.200\$000
Decorações	7	3.800\$000
Química e Farmácia	7	3.750\$000
Marcenaria	5	3.000\$000
Representação	2	2.800\$000
Minerais não metálicos	5	2.700\$000
Cooperativas	10	2.590\$000
Hospitais	5	1.850\$000
Prestação de Serviço	8	1.850\$000
Madeiras	7	1.270\$000
Vidros e Louças	6	1.100\$000
Fertilizantes	1	800\$000
Turismo	2	400\$000
Indústria Química	1	400\$000
Borracha	2	400\$000
Hortigrangeiro	3	200\$000

Fonte: CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro. *Relatorio, apresentado ao Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda por José Claudio da Silva presidente da Camara Syndical.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1905.

TABELA 4.13 – Tecidos Fiação Nacional 1895 – (Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal) – Levantamento Feito para a Exposição de 1895

Nome e Natureza do Estabelecimento	Natureza do Produto	Estado	Município	Pessoal					Salário Médio	Data da Inauguração	Capital	Teares	Fusos
				Nacionais	Estrangeiros	Maiores	Menores	Total					
<i>Cia. de Tecelagem Sta. Luzia</i> (Fábrica de sacos sem costura, aniagem e canhamação)	Sacos trançados e sem costura. Tecidos de aniagem, 3 qualidades de canhamação	Rio de Janeiro	Macacos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<i>Cia. União Industrial São Sebastião</i> (Fábrica São João)	Tecidos lisos e trançados de juta, aniagem, canhamação, sacos para café, sal, etc.	Rio de Janeiro	Capital Federal	-	-	-	-	510	25000	1887	1.200.000\$	274	
<i>Cia. União Industrial São Sebastião</i> (Fábrica Bomfim)	Tecidos de algodão grosso para sacos, sacos confeccionados	Rio de Janeiro	Capital Federal	-	-	-	-	165	-	-	-	62	
<i>Cia. União Industrial São Sebastião</i> (Fábrica São Cristóvão)	Algodão denominado americano, brim, pano de listras, toalhas, colchas de fantasia, etc.	Rio de Janeiro	Capital Federal	202	57	177	82	250	-	1893	-	205 para algodãozinho, 30 para ratistrados	
<i>Cia. de Tecidos São Pedro de Alcântara</i> (Fiação, tecidos e tinturaria)	Tecidos crus e grossos, tintas, riscados, mescla, trançados, <i>oxford</i> de 4 lançadeiras	Rio de Janeiro	Petrópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<i>Cia. de Fiação e Tecidos Confiança Industrial</i>	Algodão para matéria-prima, tecidos denominados americanos	Rio de Janeiro	Capital Federal	-	-	-	-	557	-	1887	6.000.000\$	600	
<i>Cia. de Fiação e Tecidos Brasil Industrial</i>	Tecidos de algodão largo para lenços, toalhas	Rio de Janeiro	Macacos	-	-	655	280	935	25500	1870	6.000.000\$	850	27.000
<i>Cia. América Fabril</i> (Fiação e Tecidos)	Algodão meio alvejado, casemiras de algodão, xadrez, lona e colchas de algodão	Rio de Janeiro	Pau Grande – Raiz da Serra Petrópolis	-	-	450	80	530	-	-	2.400.000\$	100	2.600
<i>Cia. América Fabril</i> (F. Cruzeiro)	Algodão cru, liso e trançado	Rio de Janeiro	Capital Federal	-	-	350	100	450	35000	1895	-	440	9.400
<i>Cia. Petropolitana</i> (Fábrica de fiação, tecidos, tinturaria)	Algodão cru, liso, largo, trançado, mescla e azul, morins, cretones, riscados, casimira de algodão, <i>oxford</i> , etc.	Rio de Janeiro	Petrópolis	-	-	-	-	1.470	35000	1872	-	-	-
<i>Fábrica de Fiação, Tecelagem e Tinturaria Aliança</i>	Algodão em ramo, meadas e fios, morins de 10 qualidades, fustões, <i>oxford</i> , brins, mescla	Rio de Janeiro	Capital Federal	-	-	1.177	448	1.625	-	1880	10.000.000\$	920	26.500
<i>Cia. Progresso Industrial do Brasil</i> (Fábrica de fiação, tecelagem, tinturaria, branqueamento, estamperia)	Algodão americano, morins, chitas de padrões variados	Rio de Janeiro	Capital Federal	-	-	700	800	1.000	-	1893	3.000.000\$	334 fiação, 914 tecidos	7.866 fiação, 46.986 para torcer
												1.221	-

cont.

cont.

Nome e Natureza do Estabelecimento	Natureza do Produto	Estado	Município	Pessoal					Salário Médio	Data da Inauguração	Capital	Teares	Fusos
				Nacionais	Estrangeiros	Maiores	Menores	Total					
<i>Cia. Manufatura Fluminense (Fiação e Tecelagem)</i>	Algodão, morins não alvejados e bem acabados	Rio de Janeiro	Niterói	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<i>Cia. de Fiação e de Tecidos Corcovado</i>	Tecidos meio alvejados, fantasia, tintas, fios trançados	Rio de Janeiro	Capital Federal	-	-	416	64	480	-	1889	4.500.000\$	500	11.572
<i>Cia. União Industrial S. Sebastião (seção meias)</i>	Meias cruas, brancas, cores, para os 2 sexos, todas idades. Camisas de meia - brancas e de cores	Rio de Janeiro	Capital Federal	107	21	94	34	128	25500	-	-	-	-
<i>Cia. América Fabril (Fábrica Rio Grande fiação e meias)</i>	Meias, camisas de cores para os 2 sexos, toalhas, tecidos de meia	Rio de Janeiro	Estrela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Cia. Manufatureira Linha Estrela</i>	Linhas	Rio de Janeiro	Serra Petrópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Fábrica S. Félix</i>	Camisas de meia brancas e de cores, algodão natural, fios sortidos	Rio de Janeiro	Capital Federal	-	-	-	-	-	-	1891	4.500.000\$	-	-
<i>Cia. S. Lázaro (Fiação e Tecidos)</i>	Meias, camisas de meia, algodão, lã de várias cores	Rio de Janeiro	Capital Federal	-	-	-	-	-	-	1878	-	-	-
<i>Cia. Petrópolis Fabril</i>	Variado sortimento de linhas de diversos ramos, branca, de cores, várias numerações	Rio de Janeiro	Petrópolis	-	-	140	60	200	35000	1893	-	-	8.882
<i>Fábrica de Tecidos do Rink (Fiação e Tecelagem de Lã)</i>	Lã, tecidos para cortinas, panos mescla, diagonais, flanelas, casimiras, confecções diversas, feltro.	Rio de Janeiro	Capital Federal	125	25	130	20	150	35000	1879	-	40	408
<i>Fábrica de Tecidos de Lã Aurora</i>	Casimiras, sarjas, flanelas de diversos padrões	Rio de Janeiro	Niterói	-	-	-	-	-	-	1875	-	10	-
<i>Cia. Metropolitana (Fábrica de Seda)</i>	Grande variedade, diversos padrões, armures, surah, faille	Rio de Janeiro	Petrópolis	-	-	-	-	72	-	1893	-	46	-
<i>Cia. de Tecidos de Seda Brasileira</i>	Vários tecidos de seda, gorgorões, chamalotes, otomanas, crepes, etc.	Rio de Janeiro	Capital Federal/Estação da Piedade	-	-	-	-	40	25500	1893	-	25	-
<i>Cia. União Industrial São Sebastião (Seção de Rendas)</i>	Sortimento de rendas, imitação de guipures, ponto de Veneza, Bruxelas, etc., e filo	Rio de Janeiro	Capital Federal	30	10	40	40	80	35000	-	-	15	-

cont.

cont.

Nome e Natureza do Estabelecimento	Natureza do Produto	Produção Anual		Matéria-Prima	Observações
		Quantidade	Valor		
<i>Cia. de Tecelagem Sta. Luzia</i> (Fábrica de sacos sem costura, aniagem e canhamação)	Sacos trançados e sem costura. Tecidos de aniagem, 3 qualidades de canhamação	-	-	Importada do estrangeiro	-
<i>Cia. União Industrial São Sebastião</i> (Fábrica São João)	Tecidos lisos e trançados de juta, aniagem, canhamação, sacos para café, sal, etc.	6.400.000m	-	Juta da Índia, importada em fio	Esta fábrica está situada na Rua da Alegria bairro de S. Cristóvão. O trabalho na sua maior parte é pago por empreitada.
<i>Cia. União Industrial São Sebastião</i> (Fábrica Bomfim)	Tecidos de algodão grosso para sacos, sacos confeccionados	8.039.800 sacos	-	Fio nacional preparado na própria fábrica	Ponta do Cajú
<i>Cia. União Industrial São Sebastião</i> (Fábrica São Cristóvão)	Algodão denominado americano, brim, pano de listras, toalhas, colchas de fantasia, etc.	14.600m algodão 16.420m brim 7.300m toalhas 2.550m colchas	-	-	Fornecê cerca de 8.000kg de fio anualmente à seção de manufaturas de meias.
<i>Cia. de Tecidos São Pedro de Alcântara</i> (Fiação, tecidos e tinturaria)	Tecidos crus e grossos, tintas, riscados, mescla, trançados, <i>oxford</i> de 4 lançadeiras	-	-	Fio nacional; fabricado na própria fábrica	-
<i>Cia. de Fiação e Tecidos Confiança Industrial</i>	Algodão para matéria-prima, tecidos denominados americanos	7.000.000m	-	Nacional	O trabalho é de 10 horas. Os operários têm caixa de beneficência em Vila Isabel. A Cia. possui 124 habitações para operários.
<i>Cia. de Fiação e Tecidos Brasil Industrial</i>	Tecidos de algodão largo para lenços, toalhas	9.500.000m dos quais 468.000 toalhas	-	Nacional	Esta fábrica edificou 2 escolas, frequentadas por 135 crianças; associação de dança, recursos de saúde.
<i>Cia. América Fabril</i> (Fiação e Tecidos)	Algodão meio alvejado, casemiras de algodão, xadrez, lona e colchas de algodão	1.440m	-	Nacional	Linha férrea de 1km. A fábrica possui médico, farmácia, enfermaria, escolas com turnos diurno e noturno, 190 casas para operários.
<i>Cia. América Fabril</i> (F. Cruzeiro)	Algodão cru, liso e trançado	5.280.000m	-	Nacional	Rua Barão de Mesquita, bairro do Andaraí Grande (6.700m ² de terreno)
<i>Cia. Petropolitana</i> (Fábrica de fiação, tecidos, tinturaria)	Algodão cru, liso, largo, trançado, mescla e azul, morins, cretones, riscados, casimira de algodão, <i>oxford</i> , etc.	6.400.000m	3.200.000\$	-	Esta fábrica e outra da mesma Cia. fundada em 1885 tem farmácia, escola, armazém, caixa beneficente, banda, corpo de bombeiro, capela.
<i>Fábrica de Fiação, Tecelagem e Tinturaria Aliança</i>	Algodão em ramo, meadas e fios, morins de 10 qualidades, lustões, <i>oxford</i> , brins, mescla	8.220.000m	-	Nacional	Laranjeiras. A fábrica dispõe de 2 escolas.
<i>Cia. Progresso Industrial do Brasil</i> (Fábrica de fiação, tecelagem, tinturaria, branqueamento, estamparia)	Algodão americano, morins, chitas de padrões variados	3.600.000m	2.033.000\$	-	A Cia. a que pertence a fábrica foi organizada em 1889 pelo Banco Hypothecário, possui área de 20.300m, 95 casas, todos os meios de socorro; está situada em Bangü.

cont.

conclusão

Nome e Natureza do Estabelecimento	Natureza do Produto	Produção Anual		Matéria-Prima	Observações
		Quantidade	Valor		
<i>Cia. Manufatura Fluminense</i> (Fiação e Tecelagem)	Algodão, morins não alvejados e bem acabados	-	-	-	-
<i>Cia. de Fiação e de Tecidos Corcovado</i>	Tecidos meio alvejados, fantasia, tintas, fios trançados	7.000.000m	-	Nacional	Rua do Jardim Botânico, área de 16.504m ² . Construindo vila de 24 casas quase acabadas.
<i>Cia. União Industrial S. Sebastião</i> (seção meias)	Meias cruas, brancas, cores, para os 2 sexos, todas idades. Camisas de meia — brancas e de cores	55.000 dúzias	-	Fio nacional e estrangeiro	Área de 1.354m ² , motor de 30 cavalos, Rua Fonseca Teles.
<i>Cia. América Fabril</i> (Fábrica Rio Grande Fiação e meias)	Meias, camisas de cores para os 2 sexos, toalhas tecidos de meia	75.000 dúzias	-	Exclusivamente nacional	Maquinismo aperfeiçoado para confecção de camisas.
<i>Cia. Manufatureira Linha Estrela</i>	Linhas	-	-	-	-
<i>Fábrica S. Félix</i>	Camisas de meia brancas e de cores, algodão natural, fios sortidos,	-	-	-	-
<i>Cia. S. Lázaro</i> (Fiação e Tecidos)	Meias, camisas de meia algodão, lã de várias cores	-	-	-	Situada na praia de S. Cristóvão.
<i>Cia. Petrópolis Fabril</i>	Variado sortimento de linhas de diversos ramos, branca, de cores, várias numerações	1.460.000kg	-	-	-
<i>Fábrica de Tecidos do Rink</i> (Fiação e Tecelagem de lã)	Lã, tecidos para cortinas, panos mescla, diagonais, flanelas, casimiras, confecções diversas, feltro	30.000m	-	Fio importado do Cabo da Boa Esperança	Situada em rua do Centro. Possui 5 grupos de maquinismos denominados <i>self-ector</i> destinados à fiação de lã, 7 máquinas de fulagem, 4 caldeiras, tinturaria e o seu motor é de 160 cavalos.
<i>Fábrica de Tecidos de Lã Aurora</i>	Casimiras, sarjas, flanelas de diversos padrões	-	-	Fio importado	-
<i>Cia. Metropolitana</i> (Fábrica de Seda)	Grande variedade, diversos padrões, armures, surah, faille	220m	-	Fio importado da França e da Itália	Esta fábrica trabalha com 5 máquinas Jacquard e o seu consumo anual é de 2.000kg.
<i>Cia. de Tecidos de Seda Brasileira</i>	Vários tecidos de seda, gorgorões, chamalotes, otomanas, crepes, etc.	33.000m	-	Fio importado	-
<i>Cia. União Industrial São Sebastião</i> (Seção de Rendas)	Sortimento de rendas, imitação de guipures, ponto de Veneza, Bruxelas, etc., e filô	7.200m	-	-	Esta fábrica está situada na rua Francisco Eugenio, ocupa uma área de 1.617m. Consome cerca de 200kg do fio nacional e estrangeiro.

Fonte: BRASIL. Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas. *Relatorio do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1856.

TABELA 4.14 – Censo Industrial – Distrito Federal – 1907

Setores e Ramos	Número de Estabelecimentos	Capital Empregado	Operários	Valores				CV Força Motriz
				Matéria Prima	Produção	Combustível	Máquinas	
<i>Alimentos e Bebidas</i>								
Moagem de cereais	9	9.867.000\$000	580	22.561.874\$000	29.944.483\$000	746.206\$000	860.000\$000	2.750
Biscoitos	2	350.000\$000	100	84.300\$000	840.000\$000	6.600\$000	78.000\$000	30
				rel. a 28 fab.	rel. a 23 fab.	—	rel. a 15 fab.	1 fab.
Padeiras	145	546.000\$000	571	1.257.800\$000	1.887.900\$000	—	59.150\$000	6
		rel. a 27 fab.		rel. a 23 fab.	rel. a 3 fab.	—	—	—
Massas Alimentícias	16	894.000\$000	256	328.000\$000	1.827.009\$000	11.320\$000	238.500\$000	132
				rel. a 23 fab.	—	—	—	—
Conservas Doces	3 19	800.000\$000 1.564.000\$000	35 576	305.000\$000 —	578.000\$000 4.023.811\$000	11.350\$000	150.000\$000	30 119
Refinarias de açúcar	7	3.140.000\$000	185	2.554.492\$000	12.871.000\$000	119.242\$000	2.602.030\$000	785
				rel. a 6 usinas	rel. a 6 usinas	—	—	—
Chocolata e torrefação de café	4	907.000\$000	213	1.392.000\$000	1.820.000\$000	39.620\$000	1.095.100\$000	63
		rel. a 8 fab.		rel. a 3 fab.	rel. a 5 fab.	rel. a 3 fab.	rel. a 3 fab.	—
Torrefação de café	14	1.200.000\$000	142	1.069.000\$000	2.780.000\$000	22.160\$000	134.200\$000	62
Vinagre	6	134.000\$000	40	—	344.000\$000	—	—	6
Azeite e óleos	1	1.243.000\$000	76	—	1.400.000\$000	—	—	—
Águas gasosas								
Licores, xaropes	30	1.839.000\$000	375	1.289.250\$000	4.664.000\$000	12.140\$000	70.000\$000	64
				rel. a 27 fab.	rel. a 26 fab.	rel. a 4 fab.	—	—
Cerveja	24	7.610.000\$000	1.161	1.047.918\$000	9.318.000\$000	204.305\$000	—	828
				rel. a 13 fab.	rel. a 9 fab.	—	—	—
	280	30.189.000\$000	4.310	31.869.634\$000	72.258.203\$000	672.943\$000	5.286.980\$000	4.875
	25,43%	16,27%	11,91%		30,95%			
<i>Têxteis e Roupas</i>								
<i>Armerinho</i>								
Fiação de tecidos	22	76.032.259\$000	10.281	—	42.839.532\$000	—	—	10.757
Rendas e Bordados	1	45.000\$000	28	—	96.000\$000	—	—	5
(11 de algodão; 4 de lã; 2 de linho; 2 de mais; 1 de juta; 2 de anagami)	Subtotal fiação, tecidos e rendas	76.077.259\$000	10.309	14.388.525\$000	42.935.532\$000	1.837.036\$000	23.524.540\$000	10.762
				rel. a 20 fab.	rel. a 21 fab.	rel. a 21 fab.	rel. a 21 fab.	—
Roupa branca	13	570.000\$000	982	778.200\$000	3.395.000\$000	12.600\$000	222.800\$000	48
		rel. a 7 fab.		rel. a 7 fab.	rel. a 9 fab.	rel. a 4 fab.	rel. a 8 fab.	—
Espartilhos	9	335.000\$000	124	19.600\$000	554.000\$000	—	31.400\$000	3
				rel. a 4 fab.	rel. a 4 fab.	—	rel. a 4 fab.	1 fab.
Alfaietaria	91	680.500\$000	236	571.500\$000	1.259.000\$000	—	20.670\$000	—
		rel. a 22 fab.		rel. a 7 fab.	rel. a 21 fab.	—	rel. a 10 fab.	—
Chapéus (feltro, lã e palha)	15	4.456.000\$000	1.383	—	6.434.000\$000	—	—	—
Chapéus de pano e gorros	1	6.000\$000	12	—	15.000\$000	—	—	—
Chapéus para senhoras	37	1.398.000\$000	163	—	1.727.000\$000	—	—	—
	53	5.883.000\$000	1.558	1.988.604\$000	8.178.000\$000	124.000\$000	1.004.800\$000	392
				rel. a 11 fab.	rel. a 5 fab.	rel. a 7 fab.	rel. a 7 fab.	11 fab.

cont.

cont.

Setores e Ramos	Número de Estabelecimentos	Capital Empregado	Operários	Valores				CV Força Motriz
				Matéria Prima	Produção	Combustível	Máquinas	
Bengalas e chapéus de sol	15	3.027.000\$000	148	—	3.275.000\$000	—	—	—
Botões	1	160.000\$000	150	—	250.000\$000	—	—	—
Colchetes	1	30.000\$000	32	—	140.000\$000	—	—	—
Passamanaria	3	81.000\$000	40	—	157.000\$000	—	—	6
Gravatas	8	713.000\$000	428	—	1.995.000\$000	—	—	0,9
Luzes	4	134.000\$000	25	—	266.000\$000	—	—	1,5
	221	87.670.759\$000	14.033	17.754.429\$000	62.402.532\$000	1.773.636\$000	24.804.010\$000	11.213,4
	20,07%	47,26%	38,79%		26,73%			
Couro								
Sapins e arreios	16	1.095.000\$000	243	—	1.361.000\$000	—	—	40
Calçados	61	5.221.000\$000	3.345	5.662.759\$000	15.013.000\$000	34.378\$000	1.160.000\$000	154
				rel. a 27 fab.		rel. a 15 fab.	rel. a 24 fab.	rel. a 58 fab.
Sarcenias e chinelas	8	265.000\$000	178	520.000\$000	976.000\$000	—	—	28
Corrimões	1	1.200.000\$000	300	—	400.000\$000	3.720\$000	65.000\$000	200
Matas e botões	8	443.000\$000	93	—	978.000\$000	—	—	3
	94	8.224.000\$000	4.157	6.182.759\$000	18.729.000\$000	38.098\$000	1.255.000\$000	425
	8,53%	4,43%	11,49%		8,02%			
Madeira								
Serrarias	28	3.546.000\$000	931	1.600.000\$000	13.473.500\$000	1.900\$000	513.800\$000	1.096
				rel. a 3 fab.		rel. a 1 fab.	rel. a 10 fab.	
Móveis e Decorações	56	3.260.000\$000	928	653.000\$000	7.371.000\$000	8.200\$000	259.900\$000	174
				rel. a 11 fab.		rel. a 11 fab.	rel. a 11 fab.	rel. a 11 fab.
Tamancos	46	395.000\$000	221	—	951.000\$000	—	—	15 ad tem força manual, as restantes não mandam dados
	133	7.201.000\$000	2.078	2.253.000\$000	21.795.500\$000	10.000\$000	773.700\$000	1.270
	12,07%	3,88%	5,74%		9,33%			
Fumo								
Cigarros, rapé e tabaco	19	1.108.000\$000	390	178.000\$000	2.776.000\$000	1.944\$000	83.150\$000	99
					rel. a 11 fab.	rel. a 3 fab.	rel. a 4 fab.	
	1,72%	0,59%	1,07%		1,18%			
Metal								
Preços	2	300.000\$000	35	333.000\$000	519.000\$000	3.360\$000	119.600\$000	8
Alfinetes	1	20.000\$000	12	25.000\$000	40.000\$000	2.400\$000	10.000\$000	4
Funções e obras sobre metais	57	5.867.000\$000	2.514	—	13.123.500\$000	—	166.841\$000	513
		rel. a 56 fab.	rel. a 56 fab.		rel. a 56 fab.		rel. a 4 funções	rel. a 56 fab.
Artelatos de Folha de Flândres	12	736.000\$000	199	—	1.094.000\$000	—	—	10
Artelatos de arame	8	76.500\$000	54	—	181.000\$000	—	—	11
	80	6.999.500\$000	2.814	358.000\$000	14.957.500\$000	5.760\$000	288.441\$000	546
	7,26%	3,77%	7,78%		6,40%			
Sabão, Velas, Lamparinas e Vêus								
Sabão e velas inclusive 3 de velas de cera	14	9.326.000\$000	709	—	11.904.000\$000	498.000\$000	1.871.200\$000	675
Lamparinas	1	6.000\$000	12	—	32.000\$000	—	—	—
Vêus incandescentes	2	23.000\$000	11	—	45.000\$000	—	—	—
	17	9.355.000\$000	732	—	11.981.000\$000	498.000\$000	1.871.200\$000	675
	1,54%	5,04%	2,02%		5,13%			

cont.

CONT.

Setores e Ramos	Número de Estabelecimentos	Capital Empregado	Operários	Valores				CV Força Motriz
				Matéria Prima	Produção	Combustíveis	Máquinas	
<i>Materiais de Construção</i>								
Marmoraria e ornatos em cimento e gesso	13	406.500\$000	192	-	915.000\$000	-	-	-
Cal	10	170.000\$000	189	29.140\$000	306.900\$000	42.450\$000 rel. a 8 fab.	40.100\$000 rel. a 9 fab.	43
Tijolos e telhas	28	363.000\$000	318	-	765.000\$000	-	-	faltam inf.
Ladrilhos hidráulicos	14	1.276.000\$000	425	-	2.181.000\$000	-	-	56
Produtos cerâmicos	19	593.000\$000	314	-	921.000\$000	-	-	112
Vidros e cristais	1	1.200.000\$000	450	-	1.680.000\$000	-	-	900
Venezianas e biombo	1	15.000\$000	8	-	35.000\$000	-	-	-
	86	4.023.500\$000	1.896	29.140\$000	6.803.900\$000	42.450\$000	40.100\$000	1.111
	7,81%	2,16%	5,24%		2,91%			
<i>Meios de Transporte</i>								
Carros e Carroças	13	199.520\$000	145	264.000\$000	682.000\$000	12.244\$000	75.200\$000	21
Construção naval	7	355.000\$000	2.729	-	3.060.000\$000	-	-	2.252
	inclusive o do estado							
	20	554.520\$000	2.874	264.000\$000	3.742.000\$000	12.244\$000	75.200\$000	2.273
	1,81%	0,29%	7,87%		1,60%			
<i>Papel e Papelão</i>								
Papel e papelão para embrulho	7	446.000\$000	179	-	668.000\$000	-	-	faltam inf.
Caixas de papelão	7	192.417\$000 rel. a 3 fab.	157	123.820\$000	446.335\$000	1.224\$000 rel. a 2 fab.	135.650\$000	14
Papel pintado	8	1.596.000\$000 rel. a 6 fab.	228	-	1.670.000\$000	-	-	77
	22	2.234.417\$000	564	123.820\$000	2.734.335\$000	1.224\$000	135.650\$000	91
	1,99%	1,20%	1,55%		1,17%			
<i>Instrumentos de Trabalho</i>								
Balanças	1	404.000\$000	16	-	600.000\$000	-	-	faltam inf.
Manequins	4	6.000\$000	11	2.950\$000	25.200\$000	2.160\$000	5.840\$000	4
Aparelhos Elétricos	1	50.000\$000	68	25.000\$000	135.000\$000	7.500\$000	-	50
Formas para Calçados	3	75.000\$000	46	-	220.000\$000	-	-	62
Foles	2	21.000\$000	9	-	43.000\$000	-	-	faltam inf.
	11	556.000\$000	148	27.950\$000	1.073.200\$000	9.660\$000	5.840\$000	116
	0,99%	0,29%	0,40%		0,43%			rel. a 8 fab.

CONT.

cont.

Setores e Ramos	Número de Estabelecimentos	Capital Empregado	Operários	Valores				CV Força Motriz
				Matéria Prima	Produção	Combustível	Máquinas	
<i>Produtos Químicos e análogos</i>								
Produtos Químicos	28	2.900.000\$000	432	—	5.260.000\$000	—	273.600\$000	50
Perfumarias	11	37.000\$000	15	68.000\$000	89.633\$000	—	3.500\$000	26
			rel. a 1 fab.	rel. a 1 fab.			rel. a 1 fab.	
Formicida	1	100.000\$000	36	—	160.000\$000	—	—	vapor
Tintas para escrever	3	400.000\$000	49	250.000\$000	650.000\$000	1.000\$000	78.000\$000	45
					rel. a 2 fab.	rel. a 1 fab.		
Óleos	1	600.000\$000	54	—	800.000\$000	—	—	350
Grasas para sapatos	3	15.000\$000	7	—	36.000\$000	—	—	manual
Arsofatos de borracha	2	13.000\$000	18	—	36.000\$000	—	—	—
	47	4.060.000\$000	611	308.000\$000	7.021.633\$000	1.000\$000	356.000\$000	471
	4,26%	2,18%	1,68%		3,00%			
<i>Diversos</i>								
Fabricação de imagens	2	14.000\$000	9	—	40.000\$000	—	—	faltam inf.
Gelo	1	360.000\$000	450	—	1.450.000\$000	100.000\$000	1.800.000\$000	450
Objetos de vime	2	30.000\$000	20	50.000\$000	120.000\$000	—	—	faltam inf.
Cordalhe	4	1.260.000\$000	230	440.000\$000	1.110.000\$000	15.000\$000	254.000\$000	—
		rel. a 3 fab.	rel. a 3 fab.		rel. a 3 fab.	rel. a 1 fab.	rel. a 2 fab.	
Vassouras, espanadores, brochas, escovas e pincéis	12	186.500\$000	108	—	593.000\$000	—	—	11
Chumbo de caça	2	180.000\$000	46	—	538.000\$000	—	—	faltam inf.
Bilhares	3	150.000\$000	18	—	235.000\$000	—	—	—
		rel. a 2 fab.						
Bandeiras	1	8.000\$000	10	17.000\$000	40.000\$000	—	780\$000	—
Asfalto	2	9.450.000\$000	22	600.000\$000	700.000\$000	—	90.000\$000	8
Caixas para jóias	7	55.000\$000	33	—	98.000\$000	—	—	—
Jóias	2	46.000\$000	16	—	106.000\$000	—	—	—
Flores artificiais	21	503.000\$000	337	—	928.000\$000	—	—	—
Instrumentos de música	3	145.000\$000	36	—	156.000\$000	—	—	—

cont.

conclusão

Setores e Ramos	Número de Estabelecimentos	Capital Empregado	Operários	Valores				CV Força Motriz
				Matéria Prima	Produção	Combustível	Máquinas	
Louça de barro	4	198.000\$000	106	-	260.000\$000	-	-	faltam inf.
Pentes	1	70.000\$000	15	-	200.000\$000	-	-	faltam inf.
Fósforos	2	5.200.000\$000	80	-	460.000\$000	-	-	faltam inf.
Carimbos de borracha	1	18.000\$000	8	-	20.000\$000	-	-	faltam inf.
Roihas	1	5.440.000\$000	18	80.000\$000	150.000\$000	-	100.000\$000	8
	71	23.313.500\$000	1.562	1.187.000\$000	7.204.000\$000	115.000\$000	2.244.780\$000	477
	6,44%	12,56%	4,31%		3,08%			
Total geral	1.101	185.499.196\$000	38.169	80.535.732\$000	233.428.803\$000	3.181.968\$000	37.227.051\$000	23.842,4

Nota:

¹ Segundo a publicação dos resultados do Censo de 1907 publicados no Recenseamento do Brasil publicada em 1^o de setembro de 1920, vol. II, parte 2^a, 1924 havia 7 de doces e 12 de balas, confeitos e bombons.

Obs.: Não foram incluídas no cálculo total do número de empresas por receio de já estarem contidas nas categorias mais amplas de metalurgia e haver duplicação.

Fonte: ^aBRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. *Recenseamento de 1 de setembro de 1920, introdução, resumo historico dos inquéritos censitarios realizados no Brasil.* Rio de Janeiro, 1922. v. 1.

^bRIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1908. *Noticia sobre o desenvolvimento da industria fabril no Distrito Federal e sua situação actual.* Milano, Typ. de Treves, 1908.

^cBOLETIM COMEMORATIVO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908. Rio de Janeiro, Directoria Geral de Estatistica, 1908.

Contém a estatística de 1907.

TABELA 4.15 – Mão-de-obra das Indústrias (D.F.) – 1907

Setores	Número de Fábricas		Operários								Total Geral
			Nacionais			Estrangeiros					
	Total	Infor- mantes	Ho- mens	Mulhe- res	Crian- ças	Total	Ho- mens	Mulhe- res	Crian- ças	Total	

Alimentos e Bebidas

Moagem de cereais e farinha de trigo	4	3	499	5	23	527	57	2	4	63	590
Biscoitos	2	1	20	—	20	40	5	—	—	5	45
Padarias	145	32	322	3	5	330	238	1	2	241	571
Massas Alimentícias	8	4	49	20	2	71	30	25	—	55	126
Conservas (Doços)	3	1	30	—	—	30	5	—	—	5	35
Refinaria de açúcar	6	2	31	—	—	31	26	—	—	26	57
Chocolate e torrefação de café	3	3	50	44	26	120	77	8	—	85	205
Águas Gasosas Minerais	18	7	19	—	3	22	56	—	—	56	78
Torrefação de café	14	8	37	30	12	79	57	—	6	63	142
Cerveja	35	14	440	5	16	461	240	—	2	242	703
Bebidas alcobólicas	9	7	34	—	—	34	80	—	—	80	114

Tecidos Roupas Armerinhos

Tecidos de algodão	} 22	10	3.387	2.041	1.138	6.566	590	279	128	997	7.563
Tecidos de malha		3	80	92	57	229	4	3	1	8	237
Tecidos de lã		4	67	18	8	93	57	14	3	74	167
Tecidos de anagem		2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rendas		1	50	60	30	140	10	—	—	10	150
Roupas Brancas	13	7	62	506	12	580	7	—	—	7	587
Espartilhos	4	3	3	36	—	39	3	6	—	9	48
Alfaiaterias	91	26	73	58	1	132	78	25	1	104	236
Chapéus	11	8	318	191	86	595	284	18	6	308	903
Chapéus de sol e bengalas	18	7	48	11	4	63	29	9	—	38	101

cont.

cont.

Setores	Número de Fábricas		Operários								Total Geral
			Nacionais			Estrangeiros					
	Total	Infor- mantes	Ho- mens	Mulhe- res	Crian- ças	Total	Ho- mens	Mulhe- res	Crian- ças	Total	
<i>Cauro</i>											
Calçados	58	29	799	271	156	1.226	719	123	49	891	2.117
<i>Sabão e Velas</i>											
Sabão	14	7	31	—	—	31	107	—	—	107	138
Velas		2	150	—	50	200	130	—	—	130	330
<i>Materiais de Construção</i>											
Cal	10	10	168	1	—	169	20	—	—	20	189
Ladrilhos e mosaicos	19	8	66	—	2	68	66	—	2	68	136
Cerâmica	1	1	25	—	—	25	20	—	—	20	45
Vidros	1	1	136	32	133	301	123	4	6	133	434
<i>Meios de Transporte</i>											
Carros e Carroças	13	4	45	—	19	64	79	—	2	81	145
<i>Fumo</i>											
Fumo	19	7	75	68	22	165	36	12	5	53	218
<i>Metal</i>											
Fundição	10	7	605	—	148	753	245	—	1	246	999
Objetos de ferro para construção	2	2	750	—	80	830	470	—	—	470	1.300
Serralharia (fogões, pesos, balanças)	17	7	45	—	16	61	29	—	1	30	91
Pregos	2	1	11	—	11	22	13	—	—	13	35
Ferraduras	1	1	8	—	6	14	19	—	—	19	33
Alfinetes	1	1	2	—	4	6	2	—	4	6	12
Tipos	1	1	8	—	12	20	—	—	—	—	20
Estamparia em metal	5	1	6	39	—	45	4	—	—	4	49
Latas	1	1	30	—	10	40	20	—	—	20	60
											55
<i>Papel, Papelão</i>											
Papelão e papel para embrulho	2	2	22	—	2	24	31	—	—	31	55
Caixas de papelão	7	4	74	30	52	156	1	—	—	1	157
Papéis Pintados	8	3	28	—	14	42	9	—	—	9	51

cont.

cont.

Setores	Número de Fábricas		Operários								Total Geral
			Nacionais				Estrangeiros				
	Total	Infor- mantes	Ho- mens	Mulhe- res	Crian- ças	Total	Ho- mens	Mulhe- res	Crian- ças	Total	
<i>Produtos Químicos</i>											
Produtos Químicos	14	9	106	30	12	148	46	2	1	49	197
<i>Madeira</i>											
Serrarias	10	6	66	—	3	69	117	—	—	117	186
Móveis e Decorações	11	6	375	—	104	479	422	1	24	447	926
<i>Ferramentas, bens de capital</i>											
Manequins	4	1	5	1	3	9	2	—	—	2	11
Aparelhos Elétricos	1	1	32	—	—	32	34	—	—	34	66
<i>Diversos</i>											
Bilhares	2	2	1	—	—	1	11	—	—	11	12
Gelo	1	1	20	—	—	20	40	—	—	40	60
Perfumarias	11	2	7	5	—	12	2	—	1	3	15
Objetos de Vime	2	1	4	—	—	4	16	—	—	16	20
Cordoalha	4	3	29	17	19	65	28	23	—	51	116
Bandeiras	1	1	—	10	—	10	—	—	—	—	10
Rolhas	1	1	5	10	2	17	1	—	—	1	18
Malas, Artigos para viagem	27	10	71	4	25	100	30	—	—	30	130
Tintas de escrever	3	2	30	—	9	39	10	—	—	10	49
Asfalto	2	1	12	—	—	12	10	—	—	10	22
Flores Artificiais	6	4	25	42	6	73	5	1	—	6	79
Diversas Indústrias	47	11	37	5	7	49	45	75	3	123	172

cont.

cont.

Setores	Salários						Horas de Trabalho	
	Homens		Mulheres		Crianças		Dia	Noite
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo		
<i>Alimentos e Bebidas</i>								
Moagem de cereais e farinha de trigo	6\$000	5\$000	2\$000	2\$000	3\$000	1\$700	10/11	10:30/11
Biscoitos	4\$500	4\$500	-	-	1\$200	1\$200	10	-
Padarias	8\$000	2\$500	1\$500	1\$500	2\$000	1\$000	3/12	2/12
Massas Alimentícias	5\$000	4\$000	2\$000	2\$000	-	-	8/10	-
Conservas (Doces)	4\$200	4\$200	-	-	-	-	10	-
Refinaria de açúcar	5\$000	3\$000	-	-	-	-	10	-
Chocolate e torrefação de café	6\$000	5\$000	1\$050	1\$050	1\$020	1\$020	8/10	3
Águas Gasosas Minerais	5\$000	3\$000	-	-	1\$000	1\$000	8/12	-
Torrefação de café	8\$000	1\$666	2\$500	1\$600	4\$000	\$750	8/10	-
Cerveja	12\$000	1\$600	3\$500	3\$500	3\$000	2\$340	8/10	5/6
Bebidas Alcoólicas	10\$000	4\$000	-	-	-	-	10/12	-
<i>Tecidos Roupas Armazinhos</i>								
Tecidos de algodão	8\$000	3\$400	5\$500	2\$500	3\$000	1\$130	9/10	-
Tecidos de malha	4\$000	4\$000	3\$000	3\$000	2\$000	1\$500	9/10	-
Tecidos de lã	7\$000	5\$500	4\$000	3\$500	2\$000	1\$000	10	-
Tecidos de aniação	5\$000	5\$000	3\$800	3\$000	2\$000	2\$000	10	-
Rendas	6\$000	6\$000	2\$500	2\$500	1\$500	1\$500	10	-
Roupas brancas	8\$000	1\$000	5\$000	1\$500	2\$500	1\$500	8/10	-
Espartilhos	7\$000	7\$000	3\$000	2\$000	-	-	8/10	-
Alfaiatarias	15\$000	3\$000	5\$000	1\$200	3\$000	3\$000	8/12	2/3
Chapéus	8\$000	5\$000	4\$000	2\$500	2\$500	\$800	9/10	-
Chapéus de sol e bengalas	10\$000	3\$000	5\$000	3\$000	3\$000	3\$000	8/11	2
<i>Couro</i>								
Calçados	8\$000	4\$000	6\$000	2\$500	3\$000	1\$000	8/11	3
<i>Sabão e Velas</i>								
Sabão	6\$000	2\$000	-	-	-	-	6/11	-
Velas	6\$000	5\$000	-	-	2\$000	2\$000	9/10	10

cont.

cont.

Setores	Salários						Horas de Trabalho	
	Homens		Mulheres		Crianças		Dia	Noite
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo		
<i>Materiais de Construção</i>								
Cal	7\$000	3\$000	1\$000	1\$000	-	-	8/12	-
Ladrilhos e mosaicos	8\$000	6\$000	-	-	2\$500	1\$800	8/10	-
Cerâmica	4\$000	4\$000	-	-	-	-	8	-
Vidros	20\$000	3\$000	2\$000	2\$000	2\$000	\$800	9	-
<i>Meios de Transporte</i>								
Carros e Carroças	8\$000	6\$000	-	-	2\$000	1\$500	9:30/10	-
<i>Fumo</i>								
Fumo	6\$000	4\$000	3\$000	1\$600	2\$000	\$800	5/10	10
<i>Metal</i>								
Fundição	10\$000	5\$000	-	-	1\$500	\$800	9/10	-
Objetos de ferro para construção	5\$000	5\$000	-	-	2\$000	1\$000	9/10	-
Serralheria (fogões, pesos, balanças)	9\$000	4\$500	-	-	2\$200	\$800	8/10	3
Pregos	5\$000	5\$000	-	-	1\$500	1\$500	8:30	-
Ferraduras	7\$000	7\$000	-	-	1\$800	1\$800	9	-
Alfinetes	5\$000	5\$000	-	-	2\$000	2\$000	9	-
Típos	5\$000	5\$000	-	-	1\$200	1\$200	9	-
Estamparia em metal	5\$000	5\$000	1\$500	1\$500	-	-	8:30	-
Latas	5\$000	5\$000	-	-	2\$000	2\$000	9	-
<i>Papel, Papelão</i>								
Papelão e papel para embrulho	5\$000	3\$000	-	-	2\$500	2\$500	10	10
Caixas de papelão	5\$500	3\$000	2\$500	2\$000	1\$800	1\$500	9/10	-
Papéis pintados	7\$000	6\$000	-	-	3\$000	1\$500	9/10	-
<i>Produtos Químicos</i>								
Produtos Químicos	6\$000	4\$000	5\$000	2\$000	2\$000	2\$000	8/10	3

cont.

conclusão

Setores	Salários						Horas de Trabalho	
	Homens		Mulheres		Crianças		Dia	Noite
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo		
<i>Madeira</i>								
Serrarias	8\$000	5\$500	—	—	2\$500	2\$500	9/10	—
Móveis e Decorações	10\$000	5\$000	4\$000	4\$000	3\$500	\$800	8/9:30	—
Tamancos								
<i>Ferramentas, bens de capital</i>								
Manequins	5\$000	5\$000	2\$666	2\$666	1\$000	1\$000	9	—
Aparelhos Elétricos	6\$000	6\$000	—	—	—	—	9:30	—
<i>Diversos</i>								
Bilhares	8\$000	7\$500	—	—	—	—	8:30/9	—
Gelo	4\$000	4\$000	—	—	—	—	10	10
Perfumarias	5\$000	4\$000	1\$500	1\$500	—	—	9/10	—
Objetos de Vime	6\$000	6\$000	—	—	—	—	9:30	—
Cordoalha	6\$000	4\$000	4\$000	4\$000	2\$000	2\$000	8/10	—
Bandeiras	—	—	2\$666	2\$666	—	—	8	—
Rolhas	8\$000	3\$000	2\$500	1\$200	1\$200	1\$200	9	—
Malas, Artigos para viagem	9\$500	2\$000	4\$000	2\$000	2\$000	1\$500	8/12	—
Tintas de escrever	10\$000	4\$000	—	—	3\$500	1\$500	8/9	—
Asfalto	4\$500	4\$500	—	—	—	—	10	—
Flores Artificiais	7\$000	3\$000	6\$000	2\$000	2\$000	1\$000	8/9	—
Diversas Indústrias	6\$500	3\$000	—	—	1\$500	1\$000	8/10	—

Fonte: BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. *Recenseamento de 1 de setembro de 1920, introdução, resumo historico dos inqueritos censitarios realizados no Brasil.* Rio de Janeiro, 1922. v. 1.

TABELA 4.16 – Levantamento Industrial do Distrito Federal – 1909

Setores	Número de Estabelecimentos	Capital Empregado	Número de Operários	Valor de Produção	Força							
					Manual	Vapor	Petróleo	Gás (C.)	Elétrica	Hidráulica	Total de CV.	Outras fontes de energia
<i>Alimentos e Bebidas</i>												
Moagem de cereais	4	6.690.000	404	22.075.000							1.524cv	
Biscoitos	2	350.000	102	840.000							70cv	
Massas Alimentícias	15	599.000	184	1.187.000							68cv	
Docas	7	1.120.000	291	2.206.000							58cv	
Refinarias de açúcar	7	3.140.000	185	12.871.000	manual				785 c			785c
Chocolates	4	907.000	213	1.820.000							83cv	
Vinagre	5	79.000	19	144.000	manual							manual
Bebidas gasosas e alcoólicas	26	1.779.000	340	4.284.000	manual			8 c			32cv	+ 8c
Xaropes e licões	4	160.000	35	280.000	manual						32cv	
Cerveja*	24	7.610.000	1.151	9.318.000	manual			10 c	3 c		828cv	+ 13c
	98	22.434.000	2.924	55.135.000							2.875cv	+ 806c
	14,62%	13,26%	8,29%	25,18%								
<i>Tecidos Roupas e Armarinhos</i>												
Fiação e Tecidos	22	78.032.269	10.281	42.839.532							11.767cv	
Roupa branca	9	1.121.000	982	3.375.000	manual				20 c		25cv	+ 20c
Espartilhos	7	333.000	118	569.000	manual			3 c			2cv	+ 3c
Chapéus líl, lebre, etc.	15	4.459.000	1.383	6.434.000	manual						290cv	+ manual
Chapéus para senhoras e meninas	37	1.398.000	163	1.727.000	manual							manual
Chapéus de sol	15	3.027.000	149	3.275.000	manual							manual
Bonés	1	6.000	12	15.000								
<i>Subtotal chapéus</i>	68	8.890.000	1.707	11.451.000							290cv	
Bonés	1	160.000	150	250.000							30cv	+ 8c
Colchetas e grampos	1	30.000	32	140.000				8 c				
Passamanaria	1	45.000	28	98.000					5 c			5c
Gravatas	8	713.000	428	1.995.000	manual							6c
Luvas	4	178.000	49	240.000	manual							
	121	87.502.269	13.776	60.945.532				11 c	31 c		12.104cv	+ 42c
	18,05%	51,73%	39,09%	27,83%								
<i>Couro</i>												
Selas e arreios	18	1.095.000	242	1.381.000	manual			8 c	eletr.			8c
Calçados	57	5.561.000	3.627	14.904.000				72 c	eletr.		269cv	+ 72c
Malas e bolsas	8	443.000	93	979.000	manual			3 c				3c
Preparo de couros	1	1.200.000	300	400.000							200cv	
	82	8.298.000	4.262	17.644.000				83 c			369cv	+ 83c
	12,23%	4,90%	12,09%	8,05%								

cont.

cont.

Setores	Número de Estabelecimentos	Capital Empregado	Número de Operários	Valor de Produção	Força								
					Manual	Vapor	Petróleo	Gás (C.)	Elétrica	Hidráulica	Total de CV.	Outras Fontes de Energia	
<i>Madeira</i>													
Serrarias e carpintarias	28	3.546.000	931	13.473.500							1.096cv		
Móveis e Decorações	28	3.120.000	1.652	6.986.000							363cv		
Tamancarias	15	252.000	108	656.000	manual							manual	
	71	6.918.000	2.691	21.115.500							1.459cv		
	10,59%	4,09%	7,63%	9,64%									
<i>Fumo</i>													
Cigarros, rapé e tabaco	10	1.080.000	374	2.556.000	manual				15		37cv +	15c	
	1,49%	0,63%	1,06%	1,16%									
<i>Metal</i>													
Artigos chumbo e zinco	5	1.910.000	310	1.848.000				6	20		101 cv	26c	
Fundições e obras sobre metais	43	2.814.000	2.004	9.568.500	manual			11	20		264cv	31c	
Artigos de Folha de Flandres	12	736.000	199	1.094.000	manual			12	eletr.		10cv	12c	
Artigos de arame	8	76.500	54	181.000	manual			6	5			11c	
Alfinetes	2	188.000	35	161.000				8			4cv	8c	
Pregos	2	450.000	92	260.000							120cv		
	72	6.174.500	2.694	13.112.500				43	45		499cv +	88c	
	10,74%	3,65%	7,64%	5,98%									
<i>Sabão e Velas</i>													
Sabão e Velas	11	8.260.000	679	11.370.000	manual						425	manual	
Velas de cera	3	466.000	27	534.000	manual							manual	
Lamparinas	1	6.000	12	32.000	manual							manual	
Velas incandescentes	2	31.000	11	60.000	manual							manual	
	17	8.763.000	729	11.996.000									
	2,53%	5,18%	2,06%	5,47%									

cont.

cont.

Setores	Número de Estabelecimentos	Capital Empregado	Número de Operários	Valor de Produção	Força							
					Manual	Vapor	Petróleo	Gás (C.)	Elétrica	Hidráulica	Total de CV.	Outras fontes de energia
<i>Materiais de Construção</i>												
Marmoraria e gesso	13	406.500	192	915.000	manual							
Ladrilhos	14	1.276.000	425	2.181.000	manual					hidráulica	56 e outra	
Produtos cerâmicos	19	593.000	314	921.000	manual						112 e manual	
Vídras e Cristais	1	1.200.000	450	1.680.000	manual						20 e manual	
	47	3.475.500	1.381	5.697.000							188cv e manual	
	7,01%	2,05%	3,91%	2,60%								
<i>Meios de Transporte</i>												
Construção Naval	7	355.000	2.729	3.060.000	manual				elétrica		2.252cv e manual	
Material de Transporte	11	7.586.000	1.345	9.376.000	manual	vapor		35	150		215cv e 185c	
	18	7.941.000	4.074	12.436.000	manual						2.467cv + 185c	
	2,68%	4,69%	11,56%	5,68%								
<i>Papel</i>												
Papel e Papelão	5	344.000	146	503.000	manual	vapor				80 c	80c	
Papéis Pintados	6	1.596.000	228	620.000							30cv e 21c	
	11	1.940.000	374	1.123.000				21			30cv + 101c	
	1,64%	1,14%	1,06%	0,51%								
<i>Instrumentos de Trabalho</i>												
Artigos de ótica	3	270.000	23	210.000	manual						manual	
Balanças	1	400.000	16	600.000							10cv	
Aparelhos elétricos	1	50.000	33	160.000	manual						manual	
Formas para calçados	3	75.000	46	220.000	manual						62cv e manual	
Fótes	1	15.000	6	28.000	manual						manual	
Máquinas	2	65.000	24	126.000							8cv	
	11	875.000	148	1.344.000				gás			78cv e manual	
	1,64%	0,51%	0,42%	0,61%								

cont.

conclusão

Setores	Número de Estabelecimentos	Capital Empregado	Número de Operários	Valor de Produção	Força							
					Manual	Vapor	Petróleo	Gás (C.)	Elétrica	Hidráulica	Total de CV.	Outras fontes de energia
<i>Produtos Químicos e análogos</i>												
Produtos Químicos	26	2.900.000	432	5.260.000			4					
Perfumarias	8	615.000	159	9.100.000	manual			12		26cv	50cv	4c
Fornicida	1	100.000	36	150.000		vapor					26cv	12c
Tintas para escrever e outras	2	300.000	53	650.000	manual						12cv	vapor
Óleos e resinas	1	600.000	54	800.000							350cv	
Graxa para sapatos	3	15.000	7	26.000	manual							manual
Artefatos de borracha	2	13.000	18	36.000	manual							manual
	43	4.543.000	759	7.832.000							438cv +	16c
	6,41%	2,68%	2,15%	3,57%								
<i>Diversos</i>												
Gelo	1	360.000	32	1.450.000							450cv	
Cordoalha	3	1.260.000	230	1.110.000							230cv	
Vassouras espanadores, brochas, escovas, pinóis	12	186.500	108	593.000	manual						108cv +	11c
Bilhares	2	70.000	14	160.000	manual							manual
Caixas de jóias e remédios	2	11.000	9	40.000	manual							manual
Jóias	5	276.000	61	760.000	manual							manual
Flores Artificiais	21	503.000	337	928.000	manual							manual
Instrumentos de música	3	145.000	36	156.000	manual				elétrica			elétrica
Pentes	1	70.000	15	200.000	manual							manual
Fósforos	2	5.200.000	80	460.000		vapor						vapor
Fabricação e incamação de imagens	2	14.000	9	40.000	manual							manual
Fotografia	15	1.093.000	116	2.099.000	manual							manual
	69	9.188.000	1.047	7.996.000							788cv +	11c
	10,29%	5,43%	2,97%	3,65%								
Total geral	670	169.133.269	35.233	218.932.532								

* Há outras que não enviaram informações.

Fonte: CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Brasil e suas riquezas naturais e suas industrias*; industria de transportes e fabril. Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas M. Orosco, 1909. v. 3.

Contém a estatística de 1909.

TABELA 4.17 — Brasil — Produção em 1911 dos 14 Artigos de Fabricação Nacional sobre os quais Incide o Imposto de Consumo em 11.335 Estabelecimentos Fabris Existentes no Brasil

Artigos	Valor da Produção	Impostos Arrecadados sobre a Produção Excluídas as Verbas de Saldos para 1912
Bebidas	65.665.620:000	5.278.100:000
Conservas	9.582.476:000	804.465:000
Sal	10.768.386:000	1.895.110:000
Vinagre	1.299.348:000	205.302:000
Tecidos	190.470.763:000	8.876.000:000
Chapéus	29.675.541:000	1.949.742:000
Calçados	57.132.587:000	1.876.951:000
Preparados de Fumo	32.121.928:000*	5.726.107:000
Fósforos	18.117.100:000	10.499.994:000
Especialidades		
Farmacêuticas	11.177.762:000	602.255:000
Perfumarias	6.309.225:000	414.018:000
Velas	5.739.046:000	418.647:000
Cartas de Jogar	358.231:000	179.115:000
Bengalas	49.607:000	3.082:000

* Esse dado inclui preparados de fumo.

Fonte: CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Estatística da indústria fabril nacional em 1911*; cálculos baseados na arrecadação do imposto de consumo. Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas da Sociedade Anonima Progresso, 1913.

TABELA 4.18 – Distrito Federal – Produção em 1911 dos Artigos sobre os quais Incide o Imposto de Consumo e de Conformidade com a Estatística do Centro Industrial do Brasil

ARTIGOS	VALOR DA PRODUÇÃO
Bebidas	17.405:000\$000
Conservas	2.802:000\$000
Sal	—
Vinagre	144:000\$000
Tecidos	66.859:000\$000
Chapéus	13.091:000\$000
Calçados	18.325:000\$000
Preparados de Fumo	4.596:000\$000
Fósforos	460:000\$000
Especialidades Farmacêuticas	5.586:000\$000
Perfumarias	1.510:000\$000
Velas e Sabão	10.800:000\$000
Cartas de Jogar	—
Bengalas	—

Obs.: O Centro Industrial fez a estatística em conjunto, mas estimou que velas seja 1/3 do valor da produção.

O Centro Industrial não fez estatística sobre esses artigos (cartas de jogar em geral ligado a litografia, bengalas sob forma de artesanato).

Fonte: CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Estatística da industria fabril nacional em 1911*; calculos baseados na arrecadação do imposto de consumo. Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas da Sociedade Anonima Progresso, 1913.

TABELA 4.19 – Produção Industrial do Estado do Rio – Estatística do Centro Industrial do Brasil (1911)

(em contos de réis)	
Gêneros	Estado do Rio
<i>Alimentos e Bebidas</i>	
Bebidas	1.683:000\$
Vinagre	—
Conservas	775:000\$
<i>Tecidos, Roupas e Armarinho</i>	
Tecidos	22.925:000\$
Chapéus	52:000\$
<i>Couro</i>	
Calçados	18:000\$
<i>Sabão e Velas</i>	
Velas	
Sabão	1.086:000\$
<i>Fumo</i>	2.588:000\$
<i>Produtos Químicos</i>	
Perfumarias	68:000\$
<i>Especialidades Farmacêuticas</i>	110:000\$
<i>Fósforos</i>	7:976\$

Fonte: CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Estatística da indústria fabril nacional em 1911*; cálculos baseados na arrecadação do imposto de consumo. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Sociedade Anonima Progresso, 1913.

TABELA 4.20 – Porcentagem entre a Produção Nacional e o Consumo Geral nos Anos de 1911, 1912 e 1913, Relativamente aos Artigos que Pagam Imposto de Consumo

1911				
	Produção Nacional	* Importação	Consumo Geral	Relação
Fumos	30.853:957\$	228.854\$	31.082:811\$	99,26 %
Bebidas	65.655:620\$	40.545:114\$	106.200:734\$	61,83 %
Fósforos	18.117:100\$	2:133\$	18.119:233\$	99,98 %
Sal	10.768:386\$	1.676:229\$	12.444:615\$	86,51 %
Calçados	57.132:587\$	1.249:914\$	58.382:501\$	97,85 %
Velas	5.739:046\$	87:009\$	5.826:055\$	98,50 %
Perfumarias	6.309:225\$	5.364:860\$	11.674:085\$	54,04 %
Esp. Farmacêuticas	11.177:762\$	14.535:509\$	25.713:271\$	43,47 %
Vinagre	1.299:348\$	166:347\$	1.465:695\$	88,65 %
Conservas	9.582:476\$	8.891:206\$	18.473:682\$	51,87 %
Cartas de jogar	358:231\$	29:808\$	388:039\$	92,31 %
Chapéus	29.675:541\$	3.460:661\$	33.136:202\$	89,55 %
Bengalas	49:607\$	175:720\$	225:327\$	22,01 %
Tecidos	190.470:763\$	64.827:474\$	255.298:237\$	74,60 %
	437.199:649\$	141.240:838\$	579.272:403\$	75,47 %
1912				
	Produção Nacional	Importação	Consumo Geral	Relação
Fumos	34.798:617\$	318:634\$	35.117:251\$	99,09 %
Bebidas	84.774:363\$	45.606:616\$	130.380:979\$	65,03 %
Fósforos	17.100:620\$	4:396\$	17.105:016\$	99,97 %
Sal	9.674:491\$	2.261:389\$	11.935:880\$	81,05 %
Calçados	64.782:946\$	1.642:889\$	66.425:835\$	97,52 %
Velas	5.672:995\$	82:882\$	5.755:877\$	98,56 %
Perfumarias	7.212:448\$	5.117:310\$	12.329:758\$	58,49 %
Esp. Farmacêuticas	11.012:516\$	16.740:451\$	27.752:967\$	39,68 %
Vinagre	1.587:409\$	183:981\$	1.771:390\$	89,61 %
Conservas	11.664:492\$	10.207:001\$	21.871:493\$	53,33 %
Cartas de jogar	350:548\$	27:990\$	378:538\$	92,60 %
Chapéus	34.034:574\$	3.613:323\$	37.647:897\$	90,40 %
Bengalas	48:366\$	140:570\$	188:936\$	25,59 %
Tecidos	199.890:811\$	54.350:436\$	254.241:247\$	78,62 %
	482.605:196\$	143.367:067\$	625.972:263\$	77,09 %

cont.

conclusão

1913				
	Produção Nacional	Importação	Consumo Geral	Relação
Fumos	39.056:144\$	1.565:367\$	40.621:511\$	96,14%
Bebidas	101.296:394\$	47.638:377\$	148.934:771\$	68,05%
Fósforos	17.975:820\$	4:327\$	17.980:147\$	99,97%
Sal	9.622:431\$	2.351:365\$	11.973:776\$	80,36%
Calçados	68.225:296\$	2.424:640\$	70.649:936\$	96,56%
Velas	6.145:732\$	78:397\$	6.224:129\$	98,74%
Perfumarias	7.532:505\$	5.010:842\$	12.543:347\$	60,05%
Esp. Farmacêuticas	11.725:809\$	15.788:909\$	27.514:718\$	42,61%
Vinagre	1.753:322\$	180:684\$	1.934:006\$	90,65%
Conservas	13.325:096\$	9.827:647\$	23.152:743\$	57,55%
Cartas de jogar	392:682\$	25:669\$	418:351\$	93,86%
Chapéus	28.984:619\$	3.836:639\$	33.796:514\$	85,70%
Bengalas	46:090\$	135:849\$	181:939\$	25,38%
Tecidos	192.098:088\$	47.312:048\$	239.410:136\$	82,06%
Total	498.180:008\$	140.559:743\$	639.705:007\$	77,87%

Nota: Em tecidos, há ainda doze mil contos, mais ou menos, que não pagavam na forma da lei vigente, em 1911 até 1913, imposto de consumo. O total das mercadorias que não pagavam imposto de consumo era em 1912 – 476.144:000\$ – segundo a estatística do “Centro”.

Fumos – Esta taxa compreende – manufaturas de fumo, papel para cigarros e palhas para cigarros.

Perfumarias – Em 1913, estão incluídos os lança-perfumes, artigo que não era discriminado em 1911 e 1912.

Bengalas – Nesta importância estão incluídos os chicotes.

Tecidos – Só estão incluídos os tecidos de algodão, lã e juta.

* *Importação* – Dados extraídos da “Estatística do Ministério da Fazenda”.

Em 1911, segundo a estatística deste “Centro” (Vide pág. 231, deste relatório), a produção fabril nacional, que não pagava imposto de consumo, montava a 476.144:000\$000. Aceitando essa mesma cifra, como sendo, em 1913, (no mínimo), a da produção que não pagava imposto de consumo, teremos:

Produção fabril, que, na forma da lei, não pagou imposto de consumo	476.144:000\$000
Produção fabril, que pagou imposto de consumo	499.145:364\$000
Total, no mínimo, da produção fabril brasileira, em 1913	975.289:364\$000

Fonte: CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Estatística da indústria fabril nacional em 1911*; cálculos baseados na arrecadação do imposto de consumo. Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas da Sociedade Anonima Progresso, 1913.

TABELA 4.21 – Fábricas de Lã, Juta e Seda – Quadro Regional – 1915

Estados	Número de Fábricas	Capital	Empréstimos	Reservas	Força em Cavalos	Valor da Produção	Número de Operários	Teares	Fusos
Distrito Federal*	13	6.490.000	1.100.000	—	1.142**	11.210.000	1.565	868	1.000
Minas Gerais	3	350.000	—	—	141	1.030.000	165	64	760
Rio Grande do Sul	10	3.185.000	—	—	604	3.640.000	632	439	6.800
Rio de Janeiro	8	4.680.000	1.200.000	1.000.000	561	4.870.000	1.031	379	1.566
São Paulo	22	34.320.000	1.000.000	1.941.000	6.650	31.062.000	5.589	2.910	20.766
Santa Catarina	1	10.000	—	—	Manual	20.000	10	—	—
Bahia	1	1.100.000	—	521.000	74	1.100.000	200	115	—
Maranhão	2	900.000	—	—	120	1.500.000	240	150	—
Pará	1	600.000	—	—	—	500.000	80	50	—
Paraná	1	400.000	—	—	—	600.000	90	66	—
Pernambuco	2	1.030.000	—	352.000	110	1.400.000	220	150	—

* O Distrito Federal possui 11 fábricas de lã; 2 de juta, nenhuma de seda.

** As 2 fábricas de juta não forneceram informações sobre força empregada.

Fonte: CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Centro Industrial na Conferência Algodoeira*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1917.

TABELA 4.22 – Fábricas Têxteis do Brasil – Quadro Regional – 1915. Fiação e Tecidos de Algodão (inclusive malha, rendas, tiras bordadas e cortinados)

Estados	Número de Fábricas	Capital	Empréstimos	Reservas	Valor da Produção	Número de Operários
Alagoas	11	11.590.000	770.000	1.899.294	8.140.000	5.150
Bahia	13	11.981.000	5.274.000	4.629.154	13.060.000	5.205
Ceará	7	3.190.000	—	—	3.097.000	1.270
Distrito Federal	23*	59.500.000	30.289.000	15.359.862	66.270.000	16.045
Espírito Santo	4	1.220.000	—	—	880.000	258
Maranhão	12	9.820.000	328.000	98.433	8.680.000	4.050
Minas Gerais	53	24.949.000	2.468.000	1.610.419	23.491.000	9.021
Paraná	6	1.035.000	—	—	572.000	178
Pernambuco	—	18.700.000	9.115.000	963.915	15.830.000	6.630
Piauí	1	1.100.000	—	—	1.100.000	300
Rio Grande do Norte	1	3.500.000	—	—	700.000	250
Rio Grande do Sul	4	7.250.000	1.090.000	1.320.977	10.050.000	2.600
Rio de Janeiro	23	31.140.000	16.075.000	5.837.454	32.760.000	8.280
Santa Catarina	15	2.356.000	—	203.125	2.506.000	792
São Paulo	51	84.899.000	14.968.900	8.337.762	78.374.000	18.338
Sergipe	8	5.750.000	1.362.000	2.080.525	8.856.000	3.308

cont.

conclusão

Estados	Teares	Fusos	Força (Cavalos) **				
			Vapor	Hidr.	Gás.	Eletr.	Total
Alagoas	1.663	43.016	1.395	800	410	800	3.405
Bahia	5.461	137.122	3.799	600	—	1.000	5.399
Ceará	540	23.790	870	—	110	—	980
Distrito							
Federal	11.483	338.326	1.230	450	—	28.231	29.911
Espírito							
Santo	110	2.200	—	—	—	3.600	3.600
Maranhão	2.272	79.400	2.780	—	300	—	3.080
Minas							
Gerais	4.321	131.486	723	2.686	75	3.519	7.003
Paraíba							
do Norte	412	10.374	550	—	—	—	550
Paraná	44	1.320	15	—	—	125	140
Pernambuco	3.154	93.746	4.660	—	—	1.830	6.490
Piauí	160	2.556	30	—	—	—	30
Rio Grande							
do Norte	156	4.976	300	—	—	—	300
Rio Grande							
do Sul	1.112	31.824	1.680	—	—	679	2.359
Rio de							
Janeiro	5.405	176.610	904	3.400	1.600	1.920	7.824
Santa Catarina	173	5.032	40	30	—	68	138
São Paulo	12.743	378.138	2.467	3.450	—	15.079	20.996
Sergipe	1.846	52.710	1.840	—	510	—	2.350

* Das 17 fábricas de fição e tecidos de algodão apenas 14 enviaram dados. Todas as 6 fábricas de malha, renda, bordados remeteram informações completas.

** Força em cavalos na razão de 736 watts por cavalo.

Fonte: CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Centro Industrial na Conferência Algodoeira*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1917.

TABELA 4.23 — Fábricas Têxteis do Brasil (algodão, lã, juta e seda) — Quadro Regional — 1915

Estados	Número de Fábricas	Capital	Empréstimos	Reservas
Alagoas	11	11.590.000	770.000	1.899.294
Bahia	14	13.081.000	5.274.000	5.150.154
Ceará	7	3.190.000	—	—
Distrito Federal*	36	65.990.000	31.389.000	15.359.862
Espírito Santo	4	1.220.000	—	—
Maranhão	14	10.720.000	328.000	98.433
Minas Gerais	56	25.299.000	2.468.000	1.610.419
Paraíba do Norte	1	800.000	—	—
Pará	1	600.000	—	—
Paraná	7	1.435.000	—	—
Pernambuco	2	19.730.000	9.115.000	1.315.915
Piauí	1	1.100.000	—	—
Rio Grande do Norte	1	3.500.000	—	—
Rio Grande do Sul	14	10.435.000	1.090.000	1.320.977
Rio de Janeiro	31	35.820.000	17.275.000	6.837.454
Santa Catarina	16	2.366.000	—	203.125
São Paulo	73	119.219.000	15.968.900	10.278.762
Sergipe	8	5.750.000	1.362.000	2.080.525

cont.

conclusão

Estados	Valor da Produção	Número de Operários	Teares	Fusos	Força em Cavalos
Alagoas	8.140.000	5.150	1.663	43.016	3.045
Bahia	14.160.000	5.405	5.576	137.122	5.473
Ceará	3.097.000	1.270	540	23.790	980
Distrito Federal	77.480.000	17.610	12.351	339.326	31.053
Espírito Santo	880.000	258	110	2.200	3.600
Maranhão	10.180.000	4.290	2.422	79.400	3.200
Minas Gerais	24.521.000	9.186	4.385	881.486	7.144
Paraíba do Norte	1.200.000	582	412	10.374	550
Pará	500.000	80	50	—	—
Paraná	1.172.000	268	194	1.320	140
Pernambuco	17.230.000	6.850	3.304	93.746	6.607
Piauí	1.100.000	300	160	2.556	30
Rio Grande do Norte	700.000	250	156	4.976	300
Rio Grande do Sul	13.690.000	3.232	1.551	38.624	9.159
Rio de Janeiro	37.630.000	9.311	5.784	178.176	8.385
Santa Catarina	2.526.000	802	173	5.032	138
São Paulo	109.436.000	23.927	15.653	398.904	27.646
Sergipe	8.856.000	3.308	1.846	52.710	2.350

* 2 fábricas de juta e 3 de algodão não forneceram dados.

Fonte: CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Centro Industrial na Confecção Algodoeira*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio de Rodrigues, 1917.

TABELA 4.24 – Importações do Rio de Janeiro – 1913/14

(Valor a bordo mil-réis papel)

Importações	1913	1914
Classe I – Animais vivos	1.889:355\$000	828:478\$000
Classe II – Matérias-primas e artigos com aplicação às artes e indústrias	95.544:056\$000	50.866:361\$000
Classe III – Artigos manufaturados	222.238:077\$000	114.832:802\$000
Classe IV – Artigos destinados a alimentação e forragens	75.657:901\$000	60.708:249\$000
Total de Mercadorias	392.329:449\$000	227.175:890\$000
Equivalente em mil-réis ouro	232.491:524\$000	127.384:468\$000

Fonte: BRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. Escritorio de Informações do Brasil. *Commercio exterior do Brasil 1910-1914*. Paris [s.d.] v. 1.

TABELA 4.25 – Mudanças Sofridas pelas Exportações com o Início da Guerra

(Valor em Contos de Réis Papel, Posto a Bordo)

Exportações do Brasil	1913	1914
Classe I – Animais e seus produtos	5.476:906\$000	4.978:458\$000
Classe II – Minerais e seus produtos	9.008:342\$000	12.615:363\$000
Classe III – Vegetais e seus produtos	<u>105.023:510\$000</u>	<u>77.417:360\$000</u>
Total de Mercadorias	119.508:758\$000	95.011:181\$000
Classe IV – Espécies Metálicas e notas estrangeiras de Bancos	210.419:318\$000	221.355:261\$000
Equivalente em mil-réis ouro	124.692:917\$000	125.838:875\$000

Fonte: BRASIL. Ministerio da Fazenda. Directoria de Estatistica Commercial. Escritorio de Informações do Brasil. *Commercio exterior do Brasil 1910-1914*. Paris [s.d.] v. 1.

TABELA 4.26 – Grande Quadro Estatístico Comparativo, Referente ao Decênio 1905 a 1915 – (As Fábricas Brasileiras de Fiação e Tecidos de Algodão em 1905 e 1915) – Os Dados de 1905¹ são Extraídos da “Recapitulação” da Estatística Detalhada das Fábricas de Fiação e Tecelagem de Algodão, Levantada em 1905 pelo Sr. Cunha Vasco e Reproduzida no Fascículo III do Boletim do Centro Industrial do Brasil, em Dezembro de 1905

Estados	Número de Fábricas		Relação	Capitais e Reservas ²		Relação
	1905	1915		1905	1915	
Alagoas	5	11	+ 120%	4.626:586\$934	13.479:294\$000	+ 191%
Bahia	11	13	+ 18%	11.240:437\$141	16.610:154\$000	+ 47%
Ceará	4	7	+ 75%	1.900:000\$000	3.190:000\$000	+ 67%
Distrito						
Federal . . .	10	23	+ 130%	52.033:710\$030	74.859:862\$000	+ 43%
Espírito						
Santo		4			1.220:000\$000	
Maranhão	10	12	+ 20%	9.850:068\$315	9.918:433\$000	+ 0,6%
Minas Gerais . .	30	53	+ 77%	11.965:519\$403	26.559:419\$000	+ 121%
Paraná do						
Norte	1	1	= . . .	1.508:386\$000	800:000\$000	- 46%
Paraná		6			1.035:000\$000	
Pernambuco . . .	5	7	+ 40%	11.609:045\$050	19.663:915\$000	+ 69%
Piauí		1			1.100:000\$000	
Rio Grande						
do Norte . . .	1	1	= . . .	700:000\$000	3.500:000\$000	+ 400%
Rio Grande						
do Sul	2	4	+ 100%	5.800:000\$000	8.570:977\$000	+ 47%
Rio de						
Janeiro	11	23	+ 109%	27.511:590\$469	36.977:454\$000	+ 34%
Santa						
Catarina		15			2.559:125\$000	
São Paulo	18	51	+ 183%	23.678:290\$470	93.236:762\$000	+ 293%
Sergipe	2	8	+ 300%	3.016:319\$141	7.830:525\$000	+ 159%
Total	110	240	+ 118%	165.439:952\$953	321.110:920\$000	+ 94% cont.

cont.

Estados	Empréstimos		Relação	Força em Cavalos		Relação
	1905	1915		1905	1915	
Alagoas		770.000\$000		760	3.405	+ 348%
Bahia	4.418.000\$000	5.274.000\$000	+ 19%	2.560	5.399	+ 110%
Ceará				400	980	+ 145%
Distrito						
Federal	6.419.200\$000	30.289.000\$000	+ 371%	9.743	29.911	+ 207%
Espírito						
Santo					3.600	
Maranhão	860.000\$000	328.000\$000	- 61%	2.570	3.080	+ 19%
Minas Gerais	901.200\$000	2.468.000\$000	+ 13%	2.300	7.003	+ 204%
Paraíba do						
Norte	270.000\$000			500	550	+ 10%
Paraná					140	
Pernambuco	3.772.696\$630	9.115.000\$000	+ 141%	1.305	6.497	+ 397%
Piauí					30	
Rio Grande						
do Norte				150	300	+ 100%
Rio Grande						
do Sul		1.090.000\$000		600	2.359	+ 293%
Rio de						
Janeiro	6.984.980\$000	16.075.000\$000	+ 130%	6.030	7.824	+ 29%
Santa						
Catarina					138	
São Paulo	3.900.000\$000	14.968.900\$000	+ 283%	4.250	20.996	+ 394%
Sergipe	742.099\$350	1.362.000\$000	+ 83%	550	2.350	+ 327%
Total	28.268.175\$980	81.739.900\$000	+ 188%	31.718	94.562	+ 198% cont.

cont.

Estados	Produção ³		Relação	Operários		Relação
	1905	1915		1905	1915	
Alagoas	250.000\$000	8.140.000\$000	+ 3156%	1.845	5.150	+ 177%
Bahia	14.500.000\$000	13.060.000\$000	- 9%	3.920	1.270	+ 32%
Ceará	1.830.000\$000	3.097.000\$000	+ 69%	674	1.270	+ 88%
Distrito Federal	37.599.984\$000	66.270.000\$000	+ 76%	8.216	16.045	+ 95%
Espírito Santo		880.000\$000			258	
Maranhão	799.654\$000	8.680.000\$000	+ 985%	3.630	4.050	+ 11%
Minas Gerais	8.613.878\$500	23.491.000\$000	+ 172%	3.098	9.021	+ 191%
Paraíba do Norte	1.455.00\$000	1.200.000\$000	- 17%	513	582	+ 13%
Paraná		512.000\$000			178	
Pernambuco	11.162.780\$500	15.830.000\$000	+ 41%	2.890	6.630	+ 129%
Piauí		1.000.000\$000			330	
Rio Grande do Norte	802.000\$000	700.000\$000	- 12%	300	250	- 16%
Rio Grande do Sul	1.000.000\$000	10.050.000\$000	+ 905%	980	2.600	+ 165%
Rio de Janeiro	22.500.000\$000	32.760.000\$000	+ 45%	6.024	8.280	+ 37%
Santa Catarina		2.506.000\$000			792	
São Paulo	18.323.000\$000	78.374.000\$000	+ 327%	6.269	18.338	+ 192%
Sergipe	2.227.293\$000	8.856.000\$000	+ 297%	800	3.308	+ 313%
Total	121.043.590\$500	275.566.000\$000	+ 127%	39.159	82.257	+ 110%

Estados	Teares		Relação	Fusos		Relação
	1905	1915		1905	1915	
Alagoas	657	1.663	+ 153%	1.724	43.016	+ 2395%
Bahia	2.842	5.461	+ 92%	66.756	137.122	+ 105%
Ceará	371	540	+ 45%	15.896	23.790	+ 37%
Distrito Federal	7.360	11.562	+ 57%	209.200	338.326	+ 61%
Espírito Santo		110			2.200	
Maranhão	2.249	2.272	+ 1%	92.500	79.400	- 14%
Minas Gerais	2.295	4.321	+ 88%	45.382	131.486	+ 189%
Paraíba do Norte	256	412	+ 60%	8.700	10.374	+ 19%

cont.

conclusão

Estados	Teares		Relação	Fusos		Relação
	1905	1915		1905	1915	
Paraná	44	1.320
Pernambuco	1.864	3.154	+ 69%	44.138	93.746	+ 112%
Piauí	160	2.556
Rio Grande do Norte	132	156	+ 18%	3.776	4.976	+ 31%
Rio Grande do Sul	384	1.112	+ 189%	11.100	31.824	+ 186%
Rio de Janeiro	3.776	5.405	+ 43%	115.560	176.610	+ 52%
Santa Catarina	173	5.032
São Paulo	3.907	12.743	+ 226%	110.996	378.138	+ 240%
Sergipe	327	1.846	+ 464%	9.200	52.710	+ 472%
Total	26.420	51.134	+ 93%	734.928	1.512.626	+ 105%

Notas:

- ¹ Cunha Vasco – “A Indústria do Algodão no Brasil”, 1ª e 2ª edição de 1905, 1 volume.
- ² A relação entre capital, reservas e empréstimos englobadamente, comparando 1905 com 1915, é de + 107%.
- ³ Sendo, em réis, a produção indicada na estatística, de 1915, e em metros a consignada na estatística levantada em 1905 pelo Sr. Cunha Vasco, avaliou-se, em réis, a produção de 1905, tomando, por base, a média geral de \$500 por metro. Talvez essa média seja um pouco alta. Melhor, porém, será, para a sinceridade da comparação que se tem em vista, incorrer na censura de haver elevado um pouco o valor da produção de tecidos em 1905, do que na de havê-lo diminuído.

Nota Especial: Produção em metros em 1905, 242.087.181m.
Produção em metros em 1905, 470.783.335m.

Fonte: Centro Industrial do Brasil, antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, grêmio fundado em 1820.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Centro Industrial na Conferência Algodoeira.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1917.

TABELA 4.27 – Resultados do Inquérito Industrial de 1907 Comparados com os Dados Estatísticos Obtidos no Censo das Indústrias Realizado em 1.º de Setembro de 1920

Indústrias	Número de Estabelecimentos		Capital Empregado		
	1907	1920	1907	1920	Diferença (%)
Distrito Federal	638	1.219	162.125:259\$	414.583:373\$	155,7
I – Têxteis	38	59	77.523:759\$	185.730:344\$	139,6
Fiação e tecelagem	22	31 ¹	76.032:259\$	181.484:460\$	138,7
Rendas e bordados	1	6	45:000\$	1.550:094\$	3.344,7
Cordoaria	3	6	1.260:000\$	2.520:290\$	100,0
Vassouras, espanadores, brochas e pincéis	12	16	186:500\$	175:500\$	-5,9
II – Couros e peles	9	29	1.643:000\$	6.861:000\$	317,6
Cortumes	1	8	1.200:000\$	6.249:000\$	420,7
Malas e bolsas	8	21	443:000\$	612:000\$	38,1
III – Madeiras	31	26	3.621:000\$	14.588:757\$	302,9
Serrarias	28	23	3.546:000\$	14.387:910\$	305,8
Formas para calçados	3	3	75:000\$	200:847\$	167,8
IV – Metalurgia	76	131	6.679:000\$	19.735:981\$	195,5
Fundição e obras sobre metais	56	111 ²	5.867:000\$	15.248:096\$	159,9
Artefatos de folha de Flandres	12	14	736:000\$	4.261:894\$	479,1
Artefatos de arame	8	6	76:500\$	225:991\$	195,4
V – Cerâmica	34	82	3.069:000\$	5.964:710\$	94,4
Vidros e cristais	1	6 ³	1.200:000\$	3.148:600\$	162,4
Produtos cerâmicos	19	67 ⁴	593:000\$	1.552:870\$	161,9
Ladrilhos hidráulicos	14	9 ⁵	1.276:000\$	1.263:240\$	-1,0
VI – Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	63	125	13.619:500\$	37.094:571\$	172,4
Produtos químicos	26	16	2.900:000\$	1.603:574\$	-44,7
Perfumarias	8	59	615:000\$	5.116:236\$	731,9
Explosivos (<i>formicida</i>)	1	5	100:000\$	628:000\$	528,0
Tintas para escrever	2	4	300:000\$	1.004:500\$	234,8
Óleos	1	2	600:000\$	10.100:000\$	1.583,3
Graxa para sapatos	3	3	15:000\$	54:000\$	260,0
Sabão e velas	11	21	8.260:000\$	13.916:991\$	68,5
Artefatos de borracha	2	4	13:000\$	1.636:000\$	12.484,6
Papel e papelão	5	8 ⁶	344:000\$	2.805:270\$	715,5
Velas de cêra e lamparinas	4	3	472:000\$	230:000\$	-51,3

cont.

cont.

Indústrias	Número de Estabelecimentos		Capital Empregado		
	1907	1920	1907	1920	Diferença (%)
VII — Alimentação	107	157	23.514.000\$	75.275.610\$	220,1
Moagem de cereais	4	8	6.690.000\$	19.197.274\$	187,0
Massas alimentícias	16	15	894.000\$	953.000\$	6,6
Chocolate	4	3	907.000\$	2.516.000\$	177,4
Refinação de açúcar	7	9	3.140.000\$	6.256.118\$	99,2
Doces	7	21 ⁷	1.120.000\$	2.633.763\$	135,2
Vinagre e massa de tomate	6	3	134.000\$	85.000\$	-36,6
Cerveja	24	35	7.610.000\$	22.655.813\$	197,7
Bebidas alcoólicas e gasosas, licores e xaropes	30	23	1.939.000\$	1.681.150\$	-13,3
Fumos preparados	10	40	1.080.000\$	19.297.497\$	1.686,8
VIII — Vestuário e toucador	190	410	17.711.000\$	37.761.965\$	113,2
Chapéus de feltro, de lã e de palha	15	10	4.459.000\$	8.623.297\$	93,4
Chapéus de pano e gorros	1	21	6.000\$	621.784\$	10.263,1
Chapéus para senhoras	37	34	1.398.000\$	822.975\$	-41,1
Roupas brancas	9	61	1.121.000\$	6.015.745\$	436,6
Coletes para senhoras	7	10	333.000\$	74.271\$	-17,6
Gravatas	8	11	713.000\$	1.555.500\$	118,2
Flores artificiais	21	13	503.000\$	227.325\$	-54,8
Luvas e botões	5	4	338.000\$	322.600\$	-4,6
Chapéus de sol e bengalas	15	23	3.027.000\$	1.905.687\$	-37,0
Calçados	57	164 ⁸	5.561.000\$	17.004.911\$	205,8
Tamancos	15	59	252.000\$	387.870\$	53,9
IX — Mobiliário	30	126	3.190.000\$	5.039.720\$	58,0
Móveis e decorações	28	123 ⁹	3.120.000\$	4.940.515\$	58,3
Bilhares	2	3	70.000\$	99.205\$	41,7
X — Edificação	19	24	2.002.500\$	2.244.000\$	12,1
Marmorarias e ornatos em cimento e em gesso	13	19	406.500\$	1.291.000\$	217,6
Papéis pintados	6	5	1.596.000\$	953.000\$	-40,3
XI — Construção de					
aparelhos de transporte	34	41	9.036.000\$	11.231.374\$	24,3
Selins e arreios	16	14	1.095.000\$	401.330\$	-63,3

cont.

cont.

Indústrias	Número de Estabelecimentos		Capital Empregado		
	1907	1920	1907	1920	Diferença (%)
Barcos	7	3	355.000\$	3.295.760\$	828,4
Materiais de transporte	11	24	7.586.000\$	7.534.284\$	-0,7
XII – Produção e transmissão de forças físicas	1	2	360.000\$	12.681.511\$	3.422,6
Gelo	1	2	360.000\$	12.681.511\$	3.422,6
XIII – Indústrias relativas às ciências, letras e artes. Indústrias de luxo	5	7	156.000\$	373.830\$	139,6
Instrumentos de música	3	3	145.000\$	261.000\$	80,0
Caixas para jóias	2	4	11.000\$	112.830\$	925,7

Indústrias	Força Motriz H. P.			Número de Operários		
	1907	1920	Diferença (%)	1907	1920	Diferença (%)
Distrito Federal	21.561	65.582	203,2	34.890	51.403	47,3
I – Têxteis	10.993	28.675	160,8	10.647	18.299	71,9
Fiação e tecelagem	10.757	28.047	160,7	10.281	17.573	70,9
Rendas e bordados	5	45	800,0	28	248	785,7
Cordoaria	220	537	144,1	230	306	33,0
Vassouras, espanadores, brochas e pincéis	11	46	318,2	108	172	59,3
II – Couros e peles	203	2.313	1.039,4	393	631	60,6
Cortumes	200	2.249	1.024,5	300	347	15,7
Malas e bolsas	3	64	2.033,3	93	284	205,4
III – Madeiras	1.158	7.298	530,2	977	1.029	5,3
Serrarias	1.096	7.225	559,2	931	953	2,4
Formas para calçados	62	73	17,7	46	76	65,2
IV – Metalurgia	534	2.265	324,7	2.767	4.977	79,9
Fundição e obras sobre metais	513	1.986	287,1	2.514	4.137	64,6
Artefatos de folhas de Flandres	10	232	2.220,0	199	766	284,9

cont.

cont.

Indústrias	Força Motriz H. P.			Número de Operários		
	1907	1920	Diferença (%)	1907	1920	Diferença (%)
Artefatos de arame	11	47	327,3	54	74	37,0
V — Cerâmica	188	1.614	753,5	1.189	2.182	83,5
Vidros e cristais	20	900	4.400,0	450	1.145	154,4
Produtos cerâmicos	112	413	268,7	314	690	119,7
Ladrilhos hidráulicos	56	301	437,5	425	347	-18,4
VI — Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	943	2.864	203,7	1.623	1.855	14,3
Produtos químicos	50	191	282,0	432	123	-71,5
Perfumarias	26	497	1.811,5	159	613	285,5
Explosivos (<i>formicida</i>)	—	8	—	36	54	50,0
Tintas para escrever	12	25	108,3	53	137	158,5
Óleos	350	275	-21,4	54	92	70,4
Graxas para sapatos	—	—	—	7	19	171,4
Sabão e velas	425	514	20,9	679	408	-39,9
Artefatos de borracha	—	185	—	18	148	722,2
Papel e papelão	80	1.169	1.361,2	146	230	57,5
Velas de cêra e lamparinas	—	—	—	39	31	-20,5
VII — Alimentação	3.497	10.620	203,7	3.298	6.632	101,1
Moagem de cereais	1.524	5.737	276,4	404	1.330	229,2
Massas alimentícias	132	222	68,2	256	190	-25,8
Chocolate	63	348	452,4	213	315	47,9
Refinação de açúcar	785	1.125	43,3	185	291	57,3
Doces	58	534	820,7	291	377	29,6
Vinagre e massa de tomate	6	50	733,3	49	13	-73,5
Cerveja	828	1.925	132,5	1.151	1.549	34,6
Bebidas alcoólicas e gasosas, licores e xaropes	64	40	-37,5	375	212	-43,5
Fumos preparados	37	639	1.627,0	374	2.355	529,7
VIII — Vestuário e toucador	542	2.153	297,2	7.507	10.452	39,2
Chapéus de feltro, de lã e de palha	290	628	116,6	1.383	1.018	-26,4
Chapéus de pano e gorros	—	18	—	12	252	2.000,0
Chapéus para senhoras	—	8	—	163	299	83,4
Roupas brancas	25	282	1.028,0	982	2.902	195,5
Coletes para senhoras	2	5	150,0	119	67	-43,7
Gravatas	6	6	—	428	182	-57,5
Flores artificiais	—	5	—	337	208	-38,3
Luvax e botões	30	8	-73,3	199	72	-63,8

cont.

cont.

Indústrias	Força Motriz H.P.			Número de Operários		
	1907	1920	Diferença (%)	1907	1920	Diferença (%)
Chapéus de sol e bengalas	—	7	—	149	114	-23,5
Calçados	189	1.169	518,5	3.627	5.123	41,2
Tamancos	—	17	—	108	215	99,1
IX — Mobiliário	363	1.565	331,1	1.666	2.703	62,2
Móveis e decorações	363	1.555	328,4	1.652	2.687	62,7
Bilhares	—	10	—	14	16	14,3
X — Edificação	30	234	680,0	420	296	-29,5
Marmorarias e ornatos em cimento e em gesso	—	157	—	192	244	27,1
Papéis pintados	30	77	156,7	228	52	-77,2
XI — Construção de aparelhos de transporte	2.660	2.671	0,4	4.316	1.944	-55,0
Selins e arreios	8	40	400,0	242	194	-19,8
Barcos	2.252	529	-76,5	2.729	693	-74,6
Materiais de transporte	400	2.102	425,5	1.345	1.057	-21,4
XII — Produção e transmissão de forças físicas	450	3.227	617,1	42	301	610,7
Gelo	450	3.227	617,1	42	301	616,7
XIII — Indústrias relativas às ciências, letras e artes. Industrias de luxo	—	83	—	45	102	126,7
Instrumentos de música	—	76	—	36	29	-19,4
Caixas para jóias	—	7	—	9	73	711,1

Indústrias	Valor da Produção Anual		
	1907	1920	Diferença (%)
Distrito Federal	216.345.941\$	596.050.139\$	175,5
I — Têxteis	44.638.532\$	122.053.137\$	173,4
Fiação e tecelagem	42.839.532\$	116.257.064\$	171,4
Rendas e bordados	96.000\$	1.303.563\$	1.257,9
Cordoaria	1.110.000\$	3.127.216\$	181,7
Vassouras, espanadores, brochas e pincéis	593.000\$	1.365.294\$	130,2
II — Couros e peles	1.375.000\$	9.828.771\$	612,7
Cortumes	400.000\$	2.063.099\$	1.915,8
Malas e bolsas	979.000\$	1.765.672\$	80,4
III — Madeiras	13.693.500\$	17.909.339\$	30,8
Serrarias	13.473.500\$	17.418.495\$	29,3
Formas para calçados	220.000\$	490.844\$	123,1

cont.

cont.

Indústrias	Valor da Produção Anual		
	1907	1920	Diferença (%)
IV — Metalurgia	14.398:500\$	31.491:969\$	118,7
Fundição e obras sobre metais	13.123:500\$	24.560:068\$	87,1
Artefatos de folhas de Flandres	1.094:000\$	6.331:376\$	478,7
Artefatos de arame	181:000\$	600:525\$	231,8
V — Cerâmica	4.782:000\$	8.573:843\$	79,3
Vidros e cristais	1.680:000\$	4.506:494\$	168,2
Produtos cerâmicos	921:000\$	2.724:657\$	195,8
Ladrilhos hidráulicos	2.181:000\$	1.342:692\$	-38,4
VI — Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	20.281:000\$	39.543:340\$	95,0
Produtos químicos	5.260:000\$	1.421:487\$	-73,0
Perfumarias	910:000\$	8.539:041\$	838,4
Explosivos (<i>formicida</i>)	150:000\$	809:080\$	439,4
Tintas para escrever	650:000\$	1.975:000\$	203,8
Óleos	800:000\$	5.200:312\$	550,0
Graxa para sapatos	36:000\$	498:232\$	1.284,0
Sabão e velas	11.370:000\$	15.392:861\$	35,4
Artefatos de borracha	36:000\$	2.375:500\$	6.498,6
Papel e papelão	503:000\$	2.926:987\$	481,9
Velas de cêra e lâmparinas	566:000\$	404:840\$	-28,5
VII — Alimentação	57.691:009\$	225.908:845\$	291,6
Moagem de cereais	22.075:000\$	78.773:751\$	256,8
Massas alimentícias	1.837:009\$	4.304:596\$	134,3
Chocolate	1.820:000\$	8.541:263\$	369,3
Refinação de açúcar	12.871:000\$	37.368:358\$	190,3
Doces	2.206:000\$	9.509:410\$	331,1
Vinagre e massa de tomate	344:000\$	406:858\$	18,3
Cerveja	9.318:000\$	38.927:620\$	317,8
Bebidas alcoólicas e gasosas, licores e xaropes	4.664:000\$	4.451:088\$	-4,6
Fumos preparados	2.556:000\$	43.625:901\$	1.606,8
VIII — Vestuário e toucador	34.358:400\$	104.509:574\$	204,2
Chapéus de feltro, de lã e de palha	6.434:000\$	11.179:935\$	73,8
Chapéus de pano e gorros	15:000\$	1.823:318\$	12.055,5

cont.

cont.

Indústrias	Valor da Produção Anual		
	1907	1920	Diferença (%)
Chapéus para senhoras	1.727:000\$	2.177:136\$	26,1
Roupas brancas	3.375:000\$	16.463:769\$	387,8
Coletes para senhoras	559:000\$	784:594\$	40,4
Gravatas	1.995:000\$	3.181:400\$	59,5
Flores artificiais	928:400\$	913:205\$	-1,6
Luvras e botões	490:000\$	761:209\$	55,3
Chapéus de sol e bengalas	3.275:000\$	5.479:003\$	67,3
Calçados	14.904:000\$	60.236:389\$	304,2
Tamancos	656:000\$	1.509:616\$	130,1
IX — Mobiliário	7.146:000\$	14.110:059\$	97,5
Móveis e decorações	6.986:000\$	13.882:169\$	98,7
Bilhares	160:000\$	227:890\$	42,4
X — Edificação	2.535:000\$	2.273:464\$	-10,3
Marmorarias e ornatos em cimento e em gesso	915:000\$	1.554:332\$	69,9
Papéis pintados	1.620:000\$	719:132\$	-55,6
XI — Construção de aparelhos de transporte	13.797:000\$	16.609:020\$	20,4
Selins e arreios	1.361:000\$	1.677:924\$	23,3
Barcos	3.060:000\$	5.782:961\$	89,0
Materiais de transporte	9.376:000\$	9.148:135\$	-2,4
XII — Produção e transmissão de forças físicas	1.450:000\$	2.543:101\$	75,4
Gelo	1.450:000\$	2.543:101\$	75,4
XIII — Indústrias relativas às ciências, letras e artes. Indústrias de luxo	196:000\$	695:677\$	254,9
Instrumentos de música	156:000\$	446:684\$	186,3
Caixas para jóias	40:000\$	248:993\$	522,5

Indústrias	Número Médio de Operários por Estabelecimento		Porcentagem em relação ao valor Total da Produção	
	1907	1920	1907	1920
Distrito Federal	55	42	100,0	100,0
I — Têxteis	280	310	20,6	20,5
Fiação e tecelagem	467	567	19,8	19,5

cont.

cont.

Indústrias	Número Médio de Operários por Estabelecimento		Porcentagem em relação ao valor Total da Produção	
	1907	1920	1907	1920
Rendas e bordados	28	41	—	0,2
Cordoaria	77	51	0,5	0,5
Vassouras espanadoras, brochas e pincéis	9	11	0,3	0,3
II — Couros e peles	44	22	0,6	1,7
Cortumes	300	43	0,2	1,4
Malas e bolsas	12	14	0,4	0,3
III — Madeiras	32	40	6,3	3,0
Serrarias	33	41	6,2	2,9
Formas para calçados	15	25	0,1	0,1
IV — Metalurgia	37	38	6,6	5,3
Fundição e obras sobre metais	45	37	6,0	4,1
Artefatos de folhas de Flandres	17	55	0,5	1,1
Artefatos de arame	7	12	0,1	0,1
V — Cerâmica	35	27	2,2	1,4
Vidros e cristais	450	191	0,8	0,7
Produtos cerâmicos	17	10	0,4	0,5
Ladrilhos hidráulicos	30	39	1,0	0,2
VI — Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	26	15	9,4	6,6
Produtos químicos	17	8	2,4	0,2
Perfumarias	20	10	0,4	1,4
Explosivos (<i>formicida</i>)	36	11	0,1	0,1
Tintas para escrever	26	34	0,3	0,3
Óleos	54	46	0,4	0,9
Graxa para sapatos	2	6	—	0,1
Sabão e velas	62	19	5,3	2,6
Artefatos de borracha	9	37	—	0,4
Papel e papelão	29	29	0,2	0,5
Velas da cêra e lamparinas	10	10	0,3	0,1
VII — Alimentação	31	42	26,7	37,9
Moagem de cereais	101	166	10,2	13,2
Massas alimentícias	16	13	0,8	0,7
Chocolate	53	105	0,8	1,4
Refinação de açúcar	26	32	6,0	6,3
Doços	42	18	1,0	1,6
Vinagre e massa de tomate	8	4	0,2	0,1

cont.

conclusão

Indústrias	Número Médio de Operários por Estabelecimento		Porcentagem em relação ao valor Total da Produção	
	1907	1920	1907	1920
Cerveja	48	44	4,3	6,5
Bebidas alcoólicas e gazosas, licores e xaropes	12	9	2,2	0,8
Fumos preparados	37	59	1,2	7,3
VIII — Vestuário e toucador	40	25	15,9	17,5
Chapéus de feltro de lã e de palha	92	102	3,0	1,9
Chapéus de pano e gorros	12	12	—	0,3
Chapéus para senhoras	4	9	0,8	0,4
Roupas brancas	109	48	1,6	2,8
Coletes para senhoras	17	7	0,3	0,1
Gravatas	53	17	0,9	0,3
Flores artificiais	16	16	0,4	0,1
Luvras e botões	40	18	0,2	0,1
Chapéus de sol e bengalas	10	5	1,5	0,9
Calçados	64	31	6,9	10,1
Tamancos	7	4	0,3	0,3
IX — Mobiliário	56	21	3,3	2,4
Móveis e decorações	59	22	3,2	2,4
Bilhares	7	5	0,1	—
X — Edificação	22	12	1,2	0,4
Marmorarias e ornatos em cimento e em gesso	15	13	0,4	0,3
Papéis pintados	38	10	0,8	0,1
XI — Construção de aparelhos de transporte	127	47	6,4	2,8
Selins e arreios	15	14	0,6	0,3
Barcos	390	231	1,4	1,0
Materiais de transporte	122	44	4,4	1,5
XII — Produção e transmissão de forças físicas	42	150	0,7	0,4
Gelo	42	150	0,7	0,4
XIII — Indústrias relativas às ciências, letras e artes. Indústrias de luxo	9	15	0,1	0,1
Instrumentos de música	12	10	0,1	0,1
Caixas para jóias	4	18	—	—

Notas:

- ¹ Trinta e um estabelecimentos industriais, sendo 10 fábricas de fiação e tecelagem de algodão; 10 fábricas de tecidos de malha; 10 fábricas de tecidos de lã e 1 fábrica de tecidos de juta.
- ² Cento e onze estabelecimentos industriais, sendo 16 fundições de ferro e oficinas de construção de máquinas; 7 oficinas mecânicas de fabricação de peças e acessórios; 49 oficinas de fabricar fogões, caixas para água, grades, etc.; 4 fábricas de cofres de ferro; 6 fábricas de parafusos, fechaduras, cremones, etc.; 1 fábrica de balanças; 12 oficinas para fabrico de torneiras e outros artefatos, principalmente de bronze; 12 fábricas de utensílios e artefatos de diversos metais; 1 fábrica de canos e artefatos principalmente de chumbo; 2 oficinas de motores elétricos; e 1 fábrica de utensílios de ferro esmaltado.
- ³ Inclusive 1 fábrica de ampolas.
- ⁴ Sessenta e sete estabelecimentos industriais, sendo 7 fábricas de louça de barro e 60 olarias.
- ⁵ Inclusive 1 fábrica de ladrilhos cerâmicos.
- ⁶ Inclusive uma fábrica de papel prussiato.
- ⁷ Excluídas 12 fábricas de balas, confeitos e bombons, com o capital de 444:300\$000, 286 operários, 61 cavalos-vapor e produção anual equivalente a 1.817:811\$000.
- ⁸ Inclusive 11 fábricas de chinelos de trança.
- ⁹ Inclusive 6 fábricas de móveis de ferro, com o capital de 197:375\$000, 49 operários, 36 cavalos-vapor e produção anual no valor de 831:643\$000.

Fonte: BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*, agricultura e indústrias. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1924. v. 2, part. 2.

TABELA 4. 28 – Estabelecimentos Industriais Recenseados em 1º de Setembro de 1920, Segundo a Época da Fundação, Anterior a 1850 ou a Partir Dessa Data, em Períodos Quinquenais

Indústrias	Número total de Estabelecimentos Industriais recenseados	Número de Estabelecimentos Fundados									
		Em época igno- rada	Até 1849	Nos períodos quinquenais							
				1850 a 1854	1855 a 1859	1860 a 1864	1865 a 1869	1870 a 1874	1875 a 1879	1880 a 1884	1885 a 1889
Distrito Federal	1.542	—	22	6	3	8	9	15	13	27	36
I – Indústrias têxteis	73	—	—	—	—	—	—	1	—	3	5
1 Fiação e Tecelagem de algodão	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5
2 Fabricação de tecidos de malha	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3 Fabricação de bordados e rendas	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4 Fabricação de tecidos de lã (pura e mesclada)	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5 Cordoaria e tecidos de juta	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6 Fabricação de sacos	4	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—
7 Fabricação de estopa	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
8 Fabricação de vassouras, escovas, espanadores e pincéis	16	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
9 Fabricação de chapéus de palha	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
II – Indústrias de couro, de peles e de outras matérias duras do reino animal	29	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
1 Cortumes	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2 Fabricação de malas e artigos para viagem	21	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—

cont.

cont.

Indústrias	Número total de Estabelecimentos Industriais recenseados	Número de Estabelecimentos Fundados									
		Em época ignorada	Até 1849	Nos períodos quinquenais							
				1850 a 1854	1855 a 1859	1860 a 1864	1865 a 1869	1870 a 1874	1875 a 1879	1880 a 1884	1885 a 1889
III — Indústrias de madeira	95	—	2	—	1	—	2	1	—	4	1
1 Serrarias	23	—	—	—	1	—	1	1	—	3	—
2 Tanoarias	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3 Oficinas de torneiro em madeira	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4 Fabricação de caixas e caixões	27	—	1	—	—	—	1	—	—	1	1
5 Fabricação de formas para calçados	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6 Fabricação de paus para tamancos	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7 Fabricação de objetos de vime e bambu	7	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
8 Outras Indústrias ¹	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
IV — Metalurgia	131	—	3	1	—	1	1	2	—	4	3
1 Fundição de ferro; construção de máquinas.	16	—	1	—	—	—	1	—	—	1	—
2 Oficinas mecânicas e fabricação de peças acessórias	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3 Fabricação de fogões, caixas para água, grades, etc.	49	—	2	—	—	1	—	1	—	1	—
4 Fabricação de cofres de ferro.	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5 Ferragens (pregos, parafusos, fechaduras, etc.)	6	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1

cont.

cont.

Indústrias	Número total de Estabelecimentos Industriais recenseados	Número de Estabelecimentos Fundados										
		Em época ignorada	Até 1849	Nos períodos quinquênis								
				1850 a 1854	1855 a 1859	1860 a 1864	1865 a 1869	1870 a 1874	1875 a 1879	1880 a 1884	1885 a 1889	
6 Fabricação de artefatos de folha de flandres	14	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
7 Fabricação de telas metálicas e objetos de arame	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
8 Fabricação de balanças, de torneiras e outros artefatos principalmente de bronze . . .	13	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
9 Fabricação de utensílios e artefatos de diversos metais	12	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
10 Outras indústrias ²	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
V — Cerâmica	89	—	3	—	—	—	—	—	—	—	1	—
1 Fabricação de vidros e cristais ³ . . .	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
2 Polimento e lapidação de vidro, fabricação de espelhos	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3 Fabricação de louças de barro	7	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4 Olarias (tijolos, telhas e manilhas) . .	60	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5 Fabricação de ladrilhos hidráulicos ⁴	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

cont.

cont.

Indústrias	Número total de Estabelecimentos Industriais recenseados	Número de Estabelecimentos Fundados									
		Em época ignorada	Até 1849	Nos períodos quinquenais							
				1850 a 1854	1855 a 1859	1860 a 1864	1865 a 1869	1870 a 1874	1875 a 1879	1880 a 1884	1885 a 1889
VI – Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	232	—	6	1	2	3	—	3	3	2	6
1 Fabricação de produtos químicos. . . .	16	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
2 Fabricação de especialidades farmacêuticas . . .	54	—	—	1	1	—	—	2	—	2	2
3 Fabricação de perfumarias . . .	59	—	1	—	—	2	—	—	—	—	—
4 Fabricação de explosivos . . .	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
5 Fabricação de águas minerais artificiais . . .	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6 Fabricação de tintas minerais, vernizes e lápis.	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7 Fabricação de tintas para escrever . . .	4	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—
8 Refinação de sebo, óleos e gorduras de procedência animal	6	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
9 Fabricação de graxa para calçados . . .	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
10 Fabricação de sabão	20	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—
11 Fabricação de velas ⁵	3	—	2	—	—	—	—	1	—	—	—
12 Fabricação de artefatos de borracha . . .	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
13 Fabricação de beneficiamento do papel ⁶ . . .	4	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—

cont.

cont.

Indústrias	Número total de Estabelecimentos Industriais recenseados	Número de Estabelecimentos Fundados										
		Em época ignorada	Até 1849	Nos períodos quinquenais								
				1850 a 1854	1855 a 1859	1860 a 1864	1865 a 1869	1870 a 1874	1875 a 1879	1880 a 1884	1885 a 1889	
14 Fabricação de papelão	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
15 Fabricação de caixas de papelão	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
16 Fabricação de sacos de papel	4	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
17 Fabricação de cola vegetal e amido	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18 Outras indústrias ⁷	7	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
VII — Indústrias da alimentação	203	—	5	—	—	3	2	2	3	7	6	—
1 Moagem de cereais e fabricação de farinha de mandioca	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
2 Fabricação de massas alimentícias	15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3 Torrefação de café	24	—	—	—	—	1	1	—	2	—	—	1
4 Fabricação de chocolate	3	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—
5 Refinação de açúcar	9	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—
6 Fabricação de doces, confeitos e conservas de frutas	33	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
7 Fabricação de conservas de carne	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
8 Beneficiamento e enlatamento da manteiga	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
9 Fabricação de vinagre e massa de tomate	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
10 Fabricação de cerveja	35	—	2	—	—	—	—	—	1	3	1	cont.

cont.

Indústrias	Número total de Estabelecimentos Industriais recenseados	Número de Estabelecimentos Fundados										
		Em época ignorada	Até 1849	Nos períodos quinquenais								
				1850 a 1854	1855 a 1859	1860 a 1864	1865 a 1869	1870 a 1874	1875 a 1879	1880 a 1884	1885 a 1889	
11 Fabricação de bebidas alcoólicas, licores e xaropes	13	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1
12 Preparados de fumo (cigarros, charutos, etc.).	40	—	2	—	—	1	—	1	—	—	1	1
13 Outras indústrias ⁸	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
VIII — Indústrias do vestuário e toucador	422	—	2	1	—	1	2	4	3	3	3	8
1 Fabricação de chapéus de feltro	6	—	—	—	—	1	1	—	2	—	—	—
2 Fabricação de chapéus de pano e de gorros . . .	21	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
3 Fabricação de chapéus para senhoras	34	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—
4 Fabricação de roupas para homens	5	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
5 Fabricação de camisas e roupas brancas	61	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6 Fabricação de coletes para senhoras	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7 Fabricação de tecidos elásticos (suspensórios, ligas, etc.)	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
8 Fabricação de capas de borracha	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
9 Fabricação de cintas, polainas, perneiras, pastas, bolsas, carteiras, etc.	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

cont.

cont.

Indústrias	Número total de Estabelecimentos Industriais recenseados	Número de Estabelecimentos Fundados										
		Em época ignorada	Até 1849	Nos períodos quinquenais								
				1850 a 1854	1855 a 1859	1860 a 1864	1865 a 1869	1870 a 1874	1875 a 1879	1880 a 1884	1885 a 1889	
10 Fabricação de gravatas	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Fabricação de flores artificiais e coroas	13	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
12 Fabricação de luvas e botões de metal	4	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
13 Fabricação de chapéus de sol e bengalas . . .	23	-	1	-	-	-	1	1	-	1	1	
14 Fabricação de calçados de couro	153	-	-	-	-	-	-	1	-	-	4	
15 Fabricação de chinelos de trança	11	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	
16 Fabricação de tamancos . . .	59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
IX — Indústrias do mobiliário	135	-	1	-	-	-	1	1	1	-	3	
1 Fabricação de móveis de madeira	117	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	
2 Fabricação de camas e móveis de ferro	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3 Fabricação de colchões, travesseiros e cortinas . . .	9	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	
4 Fabricação de bilhares	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	
X — Indústrias da edificação	65	-	-	1	-	-	-	1	1	2	1	
1 Fabricação de cal	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
2 Marmorarias	16	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	

cont.

cont.

Indústrias	Número total de Estabelecimentos Industriais recenseados	Em época ignorada	Número de Estabelecimentos Fundados								
			Até 1849	Nos períodos quinquenais							
				1850 a 1854	1855 a 1859	1860 a 1864	1865 a 1869	1870 a 1874	1875 a 1879	1880 a 1884	1885 a 1889
3 Fabricação de ornatos em cimento e em gesso . . .	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4 Fabricação de escadas e esquadrias . . .	32	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
5 Fabricação de papéis pintados	5	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
XI — Construção de aparelhos de transporte	41	—	—	1	—	—	—	—	1	—	2
1 Fabricação de carros, carroças e outras viaturas ⁹ . . .	24	—	—	1	—	—	—	—	1	—	2
2 Fabricação de arreios e artigos de selaria . . .	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3 Construção de barcos	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
XII — Produção e transmissão de forças físicas	3	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
1 Fabricação de gelo e de gás para iluminação ¹⁰ . . .	3	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
XIII — Indústrias relativas às ciências, letras e artes.	24	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
1 Fabricação de carimbos e placas esmaltadas . . .	5	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—
2 Fabricação de "clichés," sobre-cartas e cartões postais.	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

cont.

cont.

Indústrias	Número total de Estabelecimentos Industriais recenseados	Número de Estabelecimentos Fundados										
		Em época ignorada	Até 1849	Nos períodos quinquênis								
				1850 a 1854	1855 a 1859	1860 a 1864	1865 a 1869	1870 a 1874	1875 a 1879	1880 a 1884	1885 a 1889	
3 Fabricação de instrumentos de música	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4 Fabricação de molduras para quadros	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5 Fabricação de estojos e caixas para jóias	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
6 Outras Indústrias ¹¹	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Indústrias	Número de Estabelecimentos Fundados nos Períodos Quinquênis					
	1890 a 1894	1895 a 1899	1900 a 1904	1905 a 1909	1910 a 1914	1915 a 1919
Distrito Federal.	47	47	87	123	328	771
1 — Indústrias têxteis	2	2	6	7	18	29
1 Fiação e tecelagem de algodão	—	—	—	3	2	—
2 Fabricação de tecidos de malha	—	—	1	1	2	6
3 Fabricação de bordados e rendas	—	—	2	—	2	2
4 Fabricação de tecidos de lã (pura e mesclada)	—	2	—	2	4	2
5 Cordoaria e tecidos de juta	1	—	1	—	3	2
6 Fabricação de sacos	—	—	1	—	—	—
7 Fabricação de estopa	—	—	—	1	1	4
8 Fabricação de vassouras, escovas, espanadores e pincéis	1	—	1	—	3	10
9 Fabricação de chapéus de palha	—	—	—	—	1	3

cont.

cont.

Indústrias	Número de Estabelecimentos Fundados nos Períodos Quinquenais					
	1890 a 1894	1895 a 1899	1900 a 1904	1905 a 1909	1910 a 1914	1915 a 1919
II – Indústrias de couro, de peles e de outras matérias duras do reino animal	1	–	1	1	9	15
1 Cortumes	–	–	–	–	2	6
2 Fabricação de malas e artigos para viagem	1	–	1	1	7	9
III – Indústrias de madeira	3	1	10	5	12	53
1 Serrarias	1	–	5	–	3	8
2 Tanoarias	–	–	1	1	2	7
3 Oficinas de torneiro em madeira	1	–	–	1	1	5
4 Fabricação de caixas e caixões	1	–	2	2	4	14
5 Fabricação de formas para calçados	–	1	–	–	1	1
6 Fabricação de paus para tamancos	–	–	1	–	–	8
7 Fabricação de objetos de vime e bambu	–	–	1	–	–	5
8 Outras indústrias ¹	–	–	–	1	1	5
IV – Metalurgia	9	–	11	14	35	47
1 Fundação de ferro: construção de máquinas	4	–	1	1	3	4
2 Oficinas mecânicas e fabricação de peças acessórias	–	–	2	–	1	4
3 Fabricação de fogões, caixas para água, grades, etc.	2	–	4	9	18	11
4 Fabricação de cofres de ferro	–	–	–	–	–	4
5 Ferragens (pregos, parafusos, fechaduras, etc.)	–	–	–	–	1	3
6 Fabricação de artefatos de folha de Flandres	–	–	1	1	5	5
7 Fabricação de telas metálicas e objetos de arame	–	–	2	1	–	2
8 Fabricação de balanças de torneiras e outros artefatos principalmente de bronze	2	–	–	1	2	6
9 Fabricação de utensílios e artefatos de diversos metais	1	–	1	1	2	7
10 Outras indústrias ²	–	–	–	–	3	1
V – Cerâmica	–	3	2	3	25	52

cont.

cont.

Indústrias	Número de Estabelecimentos Fundados - nos Períodos Quinquêniais					
	1890 a 1894	1895 a 1899	1900 a 1904	1905 a 1909	1910 a 1914	1915 a 1919
1 Fabricação de vidros e cristais ³	—	—	—	1	—	4
2 Polimento e lapidação de vidro, fabricação de espelhos	—	1	—	—	3	3
3 Fabricação de louças de barro	—	1	1	—	2	1
4 Olarias (tijolos, telhas e manilhas)	—	—	—	—	16	43
5 Fabricação de ladrilhos hidráulicos ⁴	—	1	1	2	4	1
VI — Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	8	10	14	17	46	111
1 Fabricação de produtos químicos	1	—	—	1	7	6
2 Fabricação de especialidades farmacêuticas	4	7	5	3	10	17
3 Fabricação de perfumaria	—	2	8	3	14	29
4 Fabricação de explosivos	—	—	—	2	—	1
5 Fabricação de águas minerais artificiais	—	—	—	—	5	5
6 Fabricação de tintas minerais, vernizes e lápis	1	—	—	3	—	7
7 Fabricação de tintas para escrever	—	—	—	—	—	2
8 Refinação de sebo, óleos e gorduras de procedência animal	—	—	—	—	2	3
9 Fabricação de graxa para calçados	—	—	—	1	—	2
10 Fabricação de sabão	1	—	—	4	2	11
11 Fabricação de velas ⁵	—	—	—	—	—	—
12 Fabricação de artefatos de borracha	—	—	—	—	—	4
13 Fabricação de beneficiamento do papel ⁶	—	1	—	—	2	—
14 Fabricação de papelão	—	—	—	—	—	3
15 Fabricação de caixas de papelão	1	—	1	—	1	11
16 Fabricação de sacos de papel	—	—	—	—	1	2
17 Fabricação de cola vegetal e amido	—	—	—	—	2	2
18 Outras Indústrias ⁷	—	—	—	—	—	6
VII — Indústrias da alimentação	7	6	13	29	33	87
1 Moagem de cereais e fabricação de farinha de mandioca	—	—	—	—	1	5

cont.

cont.

Indústrias	Número de Estabelecimentos Fundados nos Períodos Qüinqüenais					
	1890 a 1894	1895 a 1899	1900 a 1904	1905 a 1909	1910 a 1914	1915 a 1919
2 Fabricação de massas alimentícias	—	—	2	5	1	7
3 Torrefação de café	—	2	1	2	3	11
4 Fabricação de chocolate	—	—	—	—	—	1
5 Refinação de açúcar	—	2	1	—	2	2
6 Fabricação de doces, confeitos e conservas de frutas	2	—	—	1	10	19
7 Fabricação de conservas de carne	—	—	1	2	2	6
8 Beneficiamento e enlatamento da manteiga	—	—	—	1	1	4
9 Fabricação de vinagre e massa de tomate	—	—	—	—	1	2
10 Fabricação de cerveja	2	2	4	10	3	7
11 Fabricação de bebidas alcoólicas, licores e xaropes	2	—	—	1	2	5
12 Preparados de fumo (cigarros, charutos, etc.)	1	—	4	6	6	17
13 Outras indústrias ⁸	—	—	—	1	1	1
VIII — Indústrias do vestuário e tocador	7	15	18	25	95	238
1 Fabricação de chapéus de feltro	—	1	—	—	1	—
2 Fabricação de chapéus de pano e de gorros	—	—	3	4	3	10
3 Fabricação de chapéus para senhoras	1	2	—	2	9	8
4 Fabricação de roupas para homens	—	—	—	—	2	1
5 Fabricação de camisas e roupas brancas	1	3	3	2	8	43
6 Fabricação de coletes para senhoras	—	—	—	2	—	5
7 Fabricação de tecidos, elásticos (suspensórios, ligas, etc.)	—	—	—	—	—	3
8 Fabricação de capas de borracha	—	—	—	—	2	1
9 Fabricação de cintas, polainas, perneiras, pastas, bolsas, carteiras, etc.	—	—	1	—	1	3
10 Fabricação de gravatas	—	2	—	1	6	2
11 Fabricação de flores artificiais e coroas	2	1	—	2	3	4
12 Fabricação de luvas e botões de metal	—	—	—	1	—	1
13 Fabricação de chapéus de sol e bengalas	1	1	3	—	5	8

cont.

cont.

Indústrias	Número de Estabelecimentos Fundados nos Períodos Quinquenais					
	1890 a 1894	1895 a 1899	1900 a 1904	1905 a 1909	1910 a 1914	1915 a 1919
14 Fabricação de calçados de couro	2	3	5	9	38	91
15 Fabricação de chinelos de trança	—	1	1	—	3	5
16 Fabricação de tamancos	—	1	2	2	14	40
IX — Indústrias do mobiliário	2	5	—	11	25	85
1 Fabricação de móveis de madeira	2	4	—	10	21	76
2 Fabricação de camas e móveis de ferro	—	—	—	1	2	3
3 Fabricação de colchões, travesseiros e cortinas	—	1	—	—	1	5
4 Fabricação de bilhares	—	—	—	—	1	1
X — Indústrias da edificação	4	1	5	3	15	31
1 Fabricação de cal	2	—	—	2	1	3
2 Marmorarias	1	1	1	—	4	7
3 Fabricação de ornatos em cimento e em gesso	—	—	—	—	1	2
4 Fabricação de escadas e esquadrias	1	—	3	1	7	19
5 Fabricação de papéis pintados	—	—	1	—	2	—
XI — Construção de aparelhos de transporte	4	3	4	5	11	10
1 Fabricação de carros, carroças e outras viaturas ⁹	1	1	4	2	8	4
2 Fabricação de arreios e artigos de selaria	2	1	—	3	3	5
3 Construção de barcos	1	1	—	—	—	1
XII — Produção e transmissão de forças físicas	—	—	—	—	—	2
1 Fabricação de gelo e de gás para iluminação ¹⁰	—	—	—	—	—	2
XIII — Indústrias relativas às ciências, letras e artes.						
Indústrias de luxo	—	1	3	3	4	11
1 Fabricação de carimbos e placas esmaltadas	—	—	—	1	1	2
2 Fabricação de "clichés", sobre-cartas e cartões postais	—	—	1	—	1	2
3 Fabricação de instrumentos de música	—	—	1	1	1	—
4 Fabricação de molduras para quadros	—	1	—	1	—	1
5 Fabricação de estojos e caixas para jóias	—	—	—	—	1	2
6 Outras Indústrias ¹¹	—	—	1	—	—	4

cont.

cont.

Indústrias	Número de Estabelecimentos Fundados nos Períodos Quinquenais			De 1.000 Estabelecimentos tinham sido fundados		
	Até 1889	De 1890 a 1914	De 1915 a 1919	Até 1889	De 1890 a 1914	De 1915 a 1919
Distrito Federal	139	632	771	90	410	500
I — Indústrias têxteis	9	35	29	123	480	397
1 Fiação e tecelagem de algodão	5	5	—	500	500	—
2 Fabricação de tecidos de malha	—	4	6	—	400	600
3 Fabricação de bordados e rendas	—	4	2	—	667	333
4 Fabricação de tecidos de lã (pura e mesclada)	—	8	2	—	800	200
5 Cordoaria e tecidos de juta	—	5	2	—	714	286
6 Fabricação de sacos	3	1	—	750	250	—
7 Fabricação de estopa	—	2	4	—	333	667
8 Fabricação de vassouras escovas, espanadores e pincéis	1	5	10	62	313	625
9 Fabricação de chapéus de palha	—	1	3	—	250	750
II — Indústrias de couro, de peles e de outras matérias duras do reino animal	2	12	15	69	414	517
1 Cortumes	—	2	6	—	250	750
2 Fabricação de malas e artigos para viagem	2	10	9	95	476	429
III — Indústrias de madeira	11	31	53	117	330	553
1 Serrarias	6	9	8	261	391	348
2 Tanoarias	—	4	7	—	364	636
3 Oficinas de torneiro em madeira	—	3	5	—	375	625
4 Fabricação de caixas e caixões	4	9	14	148	333	519
5 Fabricação de formas para calçados	—	2	1	—	667	333
6 Fabricação de paus para tamancos	—	1	8	—	111	889
7 Fabricação de objetos de vime e bambu	1	1	5	143	143	714
8 Outras indústrias ¹	—	2	5	—	286	714
IV — Metalurgia	15	69	47	114	527	359
1 Fundição de ferro; construção de máquinas	3	9	4	187	563	250
2 Oficinas mecânicas e fabricação de peças acessórias	—	3	4	—	429	571

cont.

cont.

Indústrias	Número de Estabelecimentos Fundados nos Períodos Quinquênis			De 1.000 Estabelecimentos tinham sido fundados		
	Até 1889	De 1890 a 1914	De 1915 a 1919	Até 1889	De 1890 a 1914	De 1915 a 1919
3 Fabricação de fogões, caixas para água, grades, etc.	5	33	11	102	673	225
4 Fabricação de cofres de ferro	—	—	4	—	—	1.000
5 Ferragens (pregos, parafusos, fechaduras, etc.)	2	1	3	333	167	500
6 Fabricação de artefatos de folha de Flandres	2	7	5	143	500	357
7 Fabricação de telas metálicas e objetos de arame	1	3	2	167	500	333
8 Fabricação de balanças, de torneiras e outros artefatos principalmente de bronze	2	5	6	154	385	461
9 Fabricação de utensílios e artefatos de diversos metais	—	5	7	—	417	583
10 Outras indústrias ²	—	3	1	—	750	250
V — Cerâmica	4	33	52	45	371	584
1 Fabricação de vidros e cristais ³	1	1	4	167	167	666
2 Polimento e lapidação de vidro, fabricação de espelhos	—	4	3	—	571	429
3 Fabricação de louças de barro	2	4	1	286	571	143
4 Olarias (tijolos, telhas e manilhas)	1	16	43	16	267	717
5 Fabricação de ladrilhos hidráulicos ⁴	—	8	1	—	889	111
VI — Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos.	26	95	111	112	410	478
1 Fabricação de produtos químicos	1	9	6	62	563	375
2 Fabricação de especialidades farmacêuticas	8	29	17	148	537	315
3 Fabricação de perfumarias	3	27	29	51	458	491
4 Fabricação de explosivos	2	2	1	400	400	200
5 Fabricação de águas minerais artificiais	—	5	5	—	500	500
6 Fabricação de tintas minerais, vernizes e lápis	—	4	7	—	364	636

cont.

cont.

Indústrias	Número de Estabelecimentos Fundados nos Períodos Quinquenais			De 1.000 Estabelecimentos tinham sido fundados		
	Até 1889	De 1890 a 1914	De 1915 a 1919	Até 1889	De 1890 a 1914	De 1915 a 1919
7 Fabricação de tintas para escrever	2	—	2	500	—	500
8 Refinação de sebo, óleos e gorduras de procedência animal	1	2	3	167	333	500
9 Fabricação de graxa para calçados	—	1	2	—	333	667
10 Fabricação de sabão	2	7	11	100	350	550
11 Fabricação de velas ⁵	3	—	—	1.000	—	—
12 Fabricação de artefatos de borracha	—	—	4	—	—	1.000
13 Fabricação de beneficiamento do papel ⁶	1	3	—	250	750	—
14 Fabricação de papelão	1	—	3	250	—	750
15 Fabricação de caixas de papelão	—	3	11	—	214	786
16 Fabricação de sacos de papel	1	1	2	250	250	500
17 Fabricação de cola vegetal e amido	—	2	2	—	500	500
18 Outras Indústrias ⁷	1	—	6	143	—	857
VII — Indústrias da alimentação	28	88	87	138	433	429
1 Moagem de cereais e fabricação de farinha de mandioca	2	1	5	250	125	625
2 Fabricação de massas alimentícias	—	8	7	—	533	467
3 Torrefação de café	5	8	11	208	333	459
4 Fabricação de chocolate	2	—	1	667	—	333
5 Refinação de açúcar	2	5	2	222	556	222
6 Fabricação de doces, confeitos e conservas de frutas	1	13	19	30	394	576
7 Fabricação de conservas de carne	—	5	6	—	455	545
8 Beneficiamento e enlatamento da manteiga	—	2	4	—	333	667
9 Fabricação de vinagre e massa de tomate	—	1	2	—	333	667
10 Fabricação de cerveja	7	21	7	200	600	200
11 Fabricação de bebidas alcoólicas, licores e xaropes	3	5	5	250	417	333
12 Preparados de fumo (cigarros, charutos, etc.)	6	17	17	150	425	425
13 Outras Indústrias ⁸	—	2	1	—	667	333

cont.

cont

Indústrias	Número de Estabelecimentos Fundados nos Períodos Quinquenais			De 1.000 Estabelecimentos tinham sido fundados		
	Até 1889	De 1890 a 1914	De 1915 a 1919	Até 1889	De 1890 a 1914	De 1915 a 1919
VIII – Indústrias do vestuário e toucador	24	160	238	57	379	564
1 Fabricação de chapéus de feltro	4	2	–	667	333	–
2 Fabricação de chapéus de pano e de gorros	1	10	10	48	476	476
3 Fabricação de chapéus para senhoras	2	14	18	59	412	529
4 Fabricação de roupas para homens	2	2	1	400	400	200
5 Fabricação de camisas e roupas brancas	1	17	43	16	279	705
6 Fabricação de coletes para senhoras	–	2	8	–	200	800
7 Fabricação de tecidos elásticos (suspensórios, ligas, etc.)	–	–	3	–	–	1.000
8 Fabricação de capas de borracha	–	2	1	–	667	333
9 Fabricação de cintas, polainas, perneiras, pastas, bolsas, carteiras, etc.	–	2	3	–	400	600
10 Fabricação de gravatas	–	9	2	–	818	182
11 Fabricação de flores artificiais e coroas	1	8	4	77	615	308
12 Fabricação de luvas e botões de metal	2	1	1	500	250	250
13 Fabricação de chapéus de sol e bengalas	5	10	8	217	435	348
14 Fabricação de calçados de couro	5	57	91	33	372	595
15 Fabricação de chinelos de trança	1	5	5	90	455	455
16 Fabricação de tamancos	–	19	40	–	322	678
IX – Indústrias do mobiliário	7	43	85	52	318	630
1 Fabricação de móveis de madeira	4	37	76	34	316	650
2 Fabricação de camas e móveis de ferro	–	3	3	–	500	500
3 Fabricação de colchões, travesseiros e cortinas	2	2	5	222	222	556
4 Fabricação de bilhares	1	1	1	333	333	334
X – Indústrias da edificação	6	28	31	92	431	477
1 Fabricação de cal	1	5	3	111	556	333
2 Marmorarias	2	7	7	126	437	437
3 Fabricação de ornatos em cimento e em gesso	–	1	2	–	333	667

cont.

conclusão

Indústrias	Número de Estabelecimentos Fundados nos Períodos Quinquenais			De 1.000 Estabelecimentos tinham sido fundados		
	Até 1889	De 1890 a 1914	De 1915 a 1919	Até 1889	De 1890 a 1914	De 1915 a 1919
4 Fabricação de escadas e esquadrias	1	12	19	31	375	594
5 Fabricação de papéis pintados	2	3	—	400	600	—
XI — Construção de aparelhos de transporte	4	27	10	98	658	244
1 Fabricação de carros, carroças e outras viaturas ⁹	4	16	4	167	666	167
2 Fabricação de arreios e artigos de selaria	—	9	5	—	643	357
3 Construção de barcos	—	2	1	—	667	333
XII — Produção e transmissão de forças físicas	1	—	2	333	—	667
1 Fabricação de gelo e de gás para iluminação ¹⁰	1	—	2	333	—	667
XIII — Indústrias relativas às ciências, letras e artes.						
Indústrias de luxo	2	11	11	84	458	458
1 Fabricação de carimbos e placas esmaltadas	1	2	2	200	400	400
2 Fabricação de "clichés", sobre-cartas e cartões postais	—	2	2	—	500	500
3 Fabricação de instrumentos de música	—	3	—	—	1.000	—
4 Fabricação de molduras para quadros	—	2	1	—	667	333
5 Fabricação de estojos e caixas para jóias	1	1	2	250	250	500
6 Outras Indústrias ¹¹	—	1	4	—	200	800

Notas:

¹ Compreendidas as seguintes indústrias: fabricação de rolhas e artefatos de cortiça, 2 estabelecimentos; fabricação de saltos de madeira para calçados, 2 estabelecimentos; fabricação de pés para manequins, 1 estabelecimento; fabricação de manequins, 1 estabelecimento; e fabricação de paus para embrulhos, 1 estabelecimento.

- ² Compreendidas as seguintes indústrias: fabricação de canos e artefatos, principalmente de chumbo, 1 estabelecimento; reparação de motores elétricos, 2 estabelecimentos; e fabricação de utensílios de ferro esmaltado, 1 estabelecimento.
- ³ Inclusive 1 fábrica de ampolas.
- ⁴ Inclusive 1 fábrica de azulejos.
- ⁵ Compreendidas 1 fábrica de velas de sebo e de estearina e 2 fábricas de velas de cera.
- ⁶ Inclusive 1 fábrica de papel prussiato.
- ⁷ Compreendidas as seguintes indústrias: fabricação de carvão animal, 1 estabelecimento, fabricação de adubos, 1 estabelecimento; fabricação de lamparinas, 1 estabelecimento; fabricação de óleos vegetais, 2 estabelecimentos; fabricação de lixa, 1 estabelecimento; e fabricação de *confetti* e serpentinas, 1 estabelecimento.
- ⁸ Compreendidas as seguintes indústrias: beneficiamento de arroz, 1 estabelecimento; fabricação de biscoitos, 1 estabelecimento; e fabricação de conservas de peixe, 1 estabelecimento.
- ⁹ Inclusive 1 fábrica de vagões e 1 fábrica de elevadores, hélices para aviação, etc.
- ¹⁰ Compreendidas 2 fábricas de gelo e 1 de gás para iluminação.
- ¹¹ Compreendidas 1 oficina de montagem e consertos de instrumentos de precisão e ótica, 1 fábrica de fundas elásticas, 1 fábrica de leques e 2 fábricas de brinquedos.

Fonte: BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*; agricultura e indústrias. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1924. v. 2, part. 2.

TABELA 4.29 – Número de Estabelecimentos Industriais Recenseados, Capital Empregado, Principais Despesas Anuais e Valor da Produção em 1919

Indústria	Número de estabelecimentos industriais	Capital empregado	Principais Despesas Anuais	
			Total geral das despesas anuais: Salários, Ordenados, Impostos, Transportes e materiais	Salários e Ordenados
Distrito Federal	1.542	441.669:448\$	535.946:573\$	96.125:267\$
I – Indústrias têxteis	73	191.692:221\$	115.663:285\$	28.508:572\$
1 Fiação e tecelagem de algodão	10	165.017:001\$	82.084:817\$	23.025:087\$
2 Fabricação de tecidos de malha	10	4.635:173\$	4.923:362\$	1.114:649\$
3 Fabricação de bordados e rendas	6	1.550:094\$	1.080:345\$	311.919\$
4 Fabricação de tecidos de lã (pura e mesclada) . .	10	11.032:286\$	12.442:964\$	1.874:782\$
5 Cordoaria e tecidos de juta	7	3.320:290\$	3.879:504\$	516:057\$
6 Fabricação de sacos	4	3.891:261\$	7.861:004\$	811:133\$
7 Fabricação de estopa	6	1.825:000\$	1.724:260\$	439:600\$
8 Fabricação de vassouras, escovas, espanadores e pincéis	16	175:500\$	1.028:723\$	305:601\$
9 Fabricação de chapéus de palha	4	245:616\$	638:306\$	109:744\$
II – Indústrias de couro, de peles e de outras matérias duras do reino animal	29	6.861:000\$	8.860:323\$	952:946\$
1 Cortumes	8	6.249:000\$	7.448:437\$	528:998\$
2 Fabricação de malas e artigos para viagem	21	612:000\$	1.411:886\$	423:948\$
III Indústrias de madeira	95	15.617:724\$	15.624:294\$	3.522:929\$
1 Serrarias	23	14.387.910\$	12.875:433\$	2.459:720\$
2 Tanoarias	11	134:409\$	328:741\$	114:342\$

cont.

cont.

Indústria	Número de estabelecimentos industriais	Capital empregado	Principais Despesas Anuais	
			Total geral das despesas anuais: Salários, Ordenados, Impostos, Transportes e materiais	Salários e Ordenados
3 Oficinas de torneiro em madeira . . .	8	155:800\$	380:228\$	191:280\$
4 Fabricação de caixas e caixões . . .	27	331:278\$	985:297\$	305:511\$
5 Fabricação de formas para calçados . . .	3	200:847\$	409:241\$	209:160\$
6 Fabricação de paus para tamancos	9	4:752\$	47:731\$	24:840\$
7 Fabricação de objetos de vime e bambu	7	103:250\$	245:219\$	103:625\$
8 Outras Indústrias ¹ .	7	299:478\$	352:404\$	114:451\$
IV — Metalurgia	131	19.735:981\$	24.592:732\$	7.997:262\$
1 Fundição de ferro; construção de máquinas . .	16	9.000:771\$	9.689:925\$	3.553:144\$
2 Oficinas mecânicas e fabricação de peças acessórias . .	7	400:000\$	596:545\$	189:500\$
3 Fabricação de fogões, caixas para água, grades, etc.	49	839:364\$	1.961:187\$	767:958\$
4 Fabricação de cofres de ferro	4	164:500\$	603:163\$	145:200\$
5 Ferragens (pregos, parafusos, fechaduras, etc.)	6	1.095:001\$	1.893:012\$	425:592\$
6 Fabricação de artefatos de folha de Flandres	14	4.261:894\$	4.880:322\$	1.191:826\$
7 Fabricação de telas metálicas e objetos de arame	6	225:991\$	459:178\$	95:267\$
8 Fabricação de balanças, de torneiras e outros artefatos, principalmente de bronze . .	13	571:935\$	1.028:255\$	412:547\$ cont.

cont.

Indústria	Número de estabelecimentos industriais	Capital empregado	Principais Despesas Anuais	
			Total geral das despesas anuais: Salários, Ordenados, Impostos, Transportes e materiais	Salários e Ordenados
9 Fabricação de utensílios e artefatos de diversos metais	12	2.037:733\$	2.738:335\$	1.059:218\$
10 Outras Indústrias ²	4	1.138:792\$	742:810\$	157:010\$
V – Cerâmica	89	6.573:210\$	8.128:713\$	3.590:073\$
1 Fabricação de vidros e cristais ³	6	3.148:600\$	4.146:985\$	1.654:046\$
2 Polimento e lapidação de vidro, fabricação de espelhos . . .	7	608:500\$	796:963\$	353:774\$
3 Fabricação de louças de barro	7	91:500\$	337:176\$	213:224\$
4 Olarias, (tijolos, telhas e manilhas) . .	60	1.461:370\$	1.644:232\$	846:414\$
5 Fabricação de ladrilhos hidráulicos ⁴	9	1.263:240\$	1.203:357\$	522:615\$
VI – Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	232	47.431:306\$	45.570:752\$	6.082:307\$
1 Fabricação de produtos químicos . .	16	1.603:574\$	1.026:531\$	312:404\$
2 Fabricação de especialidades farmacêuticas	54	6.810:331\$	9.134:262\$	1.236:739\$
3 Fabricação de perfumarias .	59	5.116:236\$	5.961:060\$	788:440\$
4 Fabricação de explosivos . .	5	628:000\$	709:581\$	90:890\$
5 Fabricação de águas minerais artificiais . .	10	135:050\$	530:366\$	225:820\$
6 Fabricação de tintas minerais, vernizes e lápis	11	1.296:670\$	2.585:636\$	376:703\$

cont.

cont.

Indústria	Número de estabelecimentos industriais	Capital empregado	Principais Despesas Anuais	
			Total geral das despesas anuais: Salários, Ordenados, Impostos, Transportes e materiais	Salários e Ordenados
7 Fabricação de tintas para escrever . . .	4	1.004:500\$	1.248:817\$	308:036\$
8 Refinação de sebo, óleos e gorduras de procedência animal	6	142:152\$	131:713\$	44:520\$
9 Fabricação de graxa para calçados . . .	3	54:000\$	411:772\$	34:900\$
10 Fabricação de sabão	20	2.416:991\$	6.639:482\$	464:809\$
11 Fabricação de velas ⁵	3	11.690:000\$	6.621:233\$	413:000\$
12 Fabricação de artefatos de borracha . .	4	1.636:000\$	1.716:536\$	288:409\$
13 Fabricação e beneficiamento do papel ⁶	4	1.847:000\$	1.980:274\$	291:242\$
14 Fabricação de papelão . . .	4	958:270\$	474:156\$	144:722\$
15 Fabricação de caixas de papelão . . .	14	1.224:585\$	2.275:477\$	552:803\$
16 Fabricação de sacos de papel	4	91:000\$	195:612\$	42:800\$
17 Fabricação de cola vegetal e amido . . .	4	425:947\$	648:022\$	72:720\$
18 Outras indústrias ⁷	7	10.351:000\$	3.280:222\$	393:350\$
VII — Indústrias da alimentação	203	81.470:508\$	190.426:658\$	15.037:940\$
1 Moagem de cereais e fabricação de farinha de mandioca . .	8	19.197:274\$	66.084:589\$	2.499:436\$
2 Fabricação de massas alimentícias .	15	953:000\$	3.656:859\$	272:600\$
3 Torrefação de café	24	1.739:652\$	6.510:766\$	596:777\$
4 Fabricação de chocolate . .	3	2.516:000\$	7.940:473\$	1.285:940\$

cont.

cont.

Indústria	Número de estabelecimentos industriais	Capital empregado	Principais Despesas Anuais	
			Total geral das despesas anuais: Salários, Ordenados, Impostos, Transportes e materiais	Salários e Ordenados
5 Refinação de açúcar . . .	9	6.256:118\$	33.899:046\$	805:499\$
6 Fabricação de doces, confeitos e conservas de frutas	33	3.078:063\$	9.238:965\$	1.322:095\$
7 Fabricação de conservas de carne	11	3.010:495\$	1.958:694\$	234:542\$
8 Beneficiamento e enlatamento da manteiga . .	6	908:595\$	4.798:553\$	220:100\$
9 Fabricação de vinagre e massa de tomate . .	3	85:000\$	335:325\$	15:600\$
10 Fabricação de cerveja	35	22.655:813\$	21.375:796\$	4.162:423\$
11 Fabricação de bebidas alcoólicas, licores e xaropes . . .	13	1.546:100\$	2.890:676\$	565:522\$
12 Preparados de fumo (cigarros, charutos, etc.)	40	19.297:492\$	31.306:911\$	2.997:283\$
13 Outras indústrias ^a	3	226:906\$	430:005\$	60:123\$
VIII — Indústrias do vestuário e toucador	422	38.872:507\$	86.361:539\$	18.328:824\$
1 Fabricação de chapéus de feltro	6	8.377:681\$	8.788:395\$	1.333:154\$
2 Fabricação de chapéus de pano e de gorros	21	621:784\$	1.215:246\$	330:463\$
3 Fabricação de chapéus para senhoras . . .	34	822:975\$	1.572:669\$	400:031\$
4 Fabricação de roupas para homens . . .	5	484:254\$	1.499:821\$	257:140\$
5 Fabricação de camisas e roupas brancas . . .	61	6.015:745\$	13.939:070\$	2.885:969\$

cont.

cont.

Indústria	Número de estabelecimentos industriais	Capital empregado	Principais Despesas Anuais	
			Total geral das despesas anuais: Salários, Ordenados, Impostos, Transportes e materiais	Salários e Ordenados
6 Fabricação de coletes para senhoras	10	274:271\$	459:300\$	80:300\$
7 Fabricação de tecidos elásticos (suspensórios, ligas, etc.) . . .	3	354:509\$	539:154\$	88:498\$
8 Fabricação de capas de borracha	3	172:181\$	441:465\$	77:293\$
9 Fabricação de cintas, polainas, perneiras, pastas, bolsas, carteiras, etc.	5	345:214\$	459:458\$	100:800\$
10 Fabricação de gravatas . . .	11	1.555:500\$	2.427:925\$	394:816\$
11 Fabricação de flores artificiais e coroas	13	227:325\$	711:973\$	208:564\$
12 Fabricação de luvas e botões de metal . .	4	322:600\$	640:413\$	132:100\$
13 Fabricação de chapéus de sol e bengalas .	23	1.905:687\$	4.569:153\$	267:279\$
14 Fabricação de calçados de couro	153	16.625:711\$	46.654:809\$	11.160:347\$
15 Fabricação de chinelos de trança . .	11	379:200\$	1.337:889\$	265:250\$
16 Fabricação de tamancos . .	59	387:870\$	1.104:799\$	346:820\$
IX — Indústrias do mobiliário	135	5.121:570\$	10.888:502\$	5.702:001\$
1 Fabricação de móveis de madeira . . .	117	4.743:140\$	9.936:698\$	5.487:223\$
2 Fabricação de camas e móveis de ferro . . .	6	197:375\$	622:873\$	99:254\$

cont.

cont.

Indústria	Número de estabelecimentos industriais	Capital empregado	Principais Despesas Anuais	
			Total geral das despesas anuais: Salários, Ordenados, Impostos, Transportes e materiais	Salários e Ordenados
3 Fabricação de colchões, travesseiros e cortinas . . .	9	81:850\$	191:885\$	75:900\$
4 Fabricação de bilhares . . .	3	99:205\$	137:046\$	39:624\$
X — Indústrias da edificação	65	3.250:450\$	4.354:210\$	1.554:192\$
1 Fabricação de cal	9	328:700\$	287:063\$	143:820\$
2 Marmorarias . . .	16	1.260:300\$	970:200\$	348:446\$
3 Fabricação de ornatos em cimento e em gesso	3	30:700\$	80:439\$	21:092\$
4 Fabricação de escadas e esquadrias . .	32	677:750\$	2.404:934\$	938:186\$
5 Fabricação de papéis pintados . . .	5	953:000\$	611:574\$	102:648\$
XI — Construção de aparelhos de transporte	41	11.231:374\$	11.663:573\$	2.822:014\$
1 Fabricação de carros, carroças e outras viaturas ⁹ . . .	24	7.534:284\$	5.747:146\$	796:382\$
2 Fabricação de arreios e artigos de selaria . . .	14	401:330\$	1.423:674\$	341:895\$
3 Construção de barcos	3	3.295:760\$	4.492:753\$	1.683:734\$
XII — Produção e transmissão de forças físicas	3	12.681:511\$	12.608:079\$	1.526:746\$
1 Fabricação de gelo e de gás para iluminação ¹⁰	3	12.681:511\$	12.608:079\$	1.526:746\$
XIII — Indústrias relativas às ciências, letras e artes.				
Indústrias de luxo	24	1.130:086\$	1.203:913\$	499:461\$

cont.

cont

Indústria	Número de estabelecimentos industriais	Principais Despesas Anuais		
		Capital empregado	Total geral das despesas anuais: Salários, Ordenados, Impostos, Transportes e materiais	Salários e Ordenados
1 Fabricação de carimbos e placas esmaltadas . . .	5	72:150\$	112:917\$	72:600\$
2 Fabricação de "clichés", sobre-cartas e cartões postais	4	77:199\$	131:410\$	84:128\$
3 Fabricação de instrumentos de música	3	261:000\$	159:643\$	79:400\$
4 Fabricação de molduras para quadros	3	145:957\$	286:792\$	115:000\$
5 Fabricação de estojos e caixas para jóias	4	112:830\$	177:562\$	57:073\$
6 Outras indústrias	5	460:950\$	335:589\$	91:260\$

Indústrias	Principais Despesas Anuais			
	Impostos			
	Total	Federais	Estaduais	Municipais
Distrito Federal	30.964:760\$	28.464:563\$	866:910\$	1.633:287\$
I — Indústrias têxteis	5.445:252\$	5.120:992\$	16:000\$	308:260\$
1 Fiação e tecelagem de algodão	4.350:878\$	4.168:640\$	16:000\$	166:238\$
2 Fabricação de tecidos de malha	170:397\$	114:221\$	—	56:176\$
3 Fabricação de bordados e rendas	19:633\$	14:333\$	—	5:300\$
4 Fabricação de tecidos de lã (pura e mesclada)	150:663\$	117:064\$	—	33:599\$ cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Impostos			
	Total	Federais	Estaduais	Municipais
5 Cordoaria e tecidos de juta	14.284\$	5.469\$	—	8.815\$
6 Fabricação de sacos	693.046\$	667.612\$	—	25.434\$
7 Fabricação de estopa	8.540\$	1.872\$	—	6.668\$
8 Fabricação de vassouras, escovas, espanadores e pincéis	8.133\$	3.691\$	—	4.442\$
9 Fabricação de chapéus de palha	29.678\$	28.090\$	—	1.588\$
II — Indústrias de couro, de peles e de outras matérias duras do reino animal	33.897\$	17.007\$	—	16.890\$
1 Cortumes	16.395\$	8.127\$	—	8.268\$
2 Fabricação de malas e artigos para viagem	17.502\$	8.880\$	—	8.622\$
III — Indústrias de madeira	214.728\$	67.599\$	62.350\$	84.779\$
1 Serrarias	179.808\$	52.338\$	62.350\$	65.120\$
2 Tanoarias	6.099\$	2.379\$	—	3.720\$
3 Oficina de torneiro em madeira	4.328\$	1.801\$	—	2.527\$
4 Fabricação de caixas e caixões	12.048\$	5.186\$	—	6.862\$
5 Fabricação de formas para calçados	1.672\$	580\$	—	1.092\$
6 Fabricação de paus para tamancos	861\$	266\$	—	595\$
7 Fabricação de objetos de vime e bambu	6.844\$	3.632\$	—	3.212\$
8 Outras Indústrias ¹	3.068\$	1.417\$	—	1.651\$
IV — Metalurgia	190.603\$	72.992\$	—	117.611\$
1 Fundação de ferro; construção de máquinas	65.366\$	21.173\$	—	44.193\$

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Impostos			
	Total	Federais	Estaduais	Municipais
2 Oficinas mecânicas e fabricação de peças acessórias . .	5:799\$	2:024\$	—	3:775\$
3 Fabricação de fogões, caixas para água, grades, etc.	33:502\$	13:323\$	—	20:179\$
4 Fabricação de cofres de ferro	4:683\$	2:197\$	—	2:486\$
5 Ferragens (pregos, parafusos, fechaduras, etc.)	12:332\$	8:172\$	—	4:160\$
6 Fabricação de artefatos de folha de Flandres	28:891\$	8:168\$	—	20:723\$
7 Fabricação de telas metálicas e objetos de arame	3:171\$	1:517\$	—	1:654\$
8 Fabricação de balanças, de torneiras e outros artefatos, principalmente de bronze . .	9:794\$	4:376\$	—	5:418\$
9 Fabricação de utensílios e artefatos de diversos metais	22:053\$	9:819\$	—	12:234\$
10 Outras Indústrias ²	5:012\$	2:223\$	—	2:789\$
V — Cerâmica	123:562\$	74:300\$	—	49:262\$
1 Fabricação de vidros e cristais ³	55:666\$	41:668\$	—	13:998\$
2 Polimento e lapidação de vidro, fabricação de espelhos . . .	10:259\$	5:866\$	—	4:393\$
3 Fabricação de louças de barro	1:869\$	862\$	—	1:007\$
4 Olarias (tijolos, telhas e manilhas) . .	24:121\$	6:034\$	—	18:090\$

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Impostos			
	Total	Federais	Estaduais	Municipais
5 Fabricação de ladrilhos hidráulicos ⁴	31.644\$	19.870\$	—	11.774\$
VI — Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos .	1.470.878\$	1.283.715\$	7.700\$	179.463\$
1 Fabricação de produtos químicos . . .	18.286\$	9.428\$	—	8.858\$
2 Fabricação de especialidades farmacêuticas	503.062\$	469.892\$	—	33.170\$
3 Fabricação de perfumarias .	501.442\$	474.050\$	—	27.392\$
4 Fabricação de explosivos . .	7.946\$	1.200\$	—	6.746\$
5 Fabricação de águas minerais artificiais . .	45.632\$	37.078\$	—	8.554\$
6 Fabricação de tintas minerais, vernizes e lápis	26.065\$	8.025\$	7.700\$	10.340\$
7 Fabricação de tintas para escrever . . .	8.084\$	4.259\$	—	3.825\$
8 Refinação de sebo, óleos e gorduras de procedência animal	3.828\$	358\$	—	3.470\$
9 Fabricação de graxa para calçados . . .	1.852\$	657\$	—	1.195\$
10 Fabricação de sabão	35.812\$	14.433\$	—	21.379\$
11 Fabricação de velas ⁵	265.013\$	239.660\$	—	25.353\$
12 Fabricação de artefatos de borracha . .	6.527\$	2.944\$	—	3.583\$
13 Fabricação e beneficiamento do papel ⁶	3.696\$	1.164\$	—	2.532\$
14 Fabricação de papelão . . .	3.884\$	887\$	—	2.997\$

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Impostos			
	Total	Federais	Estaduais	Municipais
15 Fabricação de caixas de papelão . . .	18:069\$	8:315\$	—	9:754\$
16 Fabricação de sacos de papel	2:132\$	1:327\$	—	805\$
17 Fabricação de cola vegetal e amido . . .	4:302\$	2:050\$	—	2:252\$
18 Outras Indústrias ⁷	15:246\$	7:988\$	—	7:258\$
VII — Indústrias da alimentação	20.523:909\$	20.030:261\$	22:403\$	471:245\$
1 Moagem de cereais e fabricação de farinha de mandioca . .	160:114\$	85:328\$	15:519\$	59:267\$
2 Fabricação de massas alimentícias .	26:299\$	15:043\$	—	11:256\$
3 Torrefação de café	248:047\$	224:682\$	—	23:365\$
4 Fabricação de chocolate . .	58:453\$	47:528\$	—	10:925\$
5 Refinação de açúcar	113:549\$	75:398\$	405\$	37:746\$
6 Fabricação de doces, confeitos e conservas de frutas	681:419\$	646:584\$	1:279\$	33:556\$
7 Fabricação de conservas de carne	33:184\$	23:206\$	—	9:978\$
8 Beneficiamento e enlatamento da manteiga . .	11:926\$	6:226\$	—	5:700\$
9 Fabricação de vinagre e massa de tomate . .	11:295\$	5:200\$	5:200\$	895\$
10 Fabricação de cerveja	6.740:640\$	6.564:620\$	—	176:020\$
11 Fabricação de bebidas alcoólicas, licores e xaropes . . .	282:214\$	241:029\$	—	41:185\$

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Impostos			
	Total	Federais	Estaduais	Municipais
12 Preparados de fumo (cigarros, charutos, etc.)	12.155:369\$	12.094:877\$	—	60:492\$
13 Outras Indústrias ^B	1:400\$	540\$	—	860\$
VIII — Indústrias do vestuário e toucador	2.645:948\$	2.413:216\$	4:948\$	227:784\$
1 Fabricação de chapéus de feltro	698:771\$	673:710\$	—	25:061\$
2 Fabricação de chapéus de pano e de gorros . .	79:271\$	71:202\$	—	8:069\$
3 Fabricação de chapéus para senhoras . . .	63:279\$	48:829\$	—	14:450\$
4 Fabricação de roupas para homens . . .	22:681\$	—	19:601\$	3:080\$
5 Fabricação de camisas e roupas brancas . . .	378:839\$	1:543\$	337:043\$	40:253\$
6 Fabricação de coletes para senhoras . . .	11:100\$	—	7:278\$	3:822\$
7 Fabricação de tecidos elásticos (suspensórios, ligas, etc.) . .	3:302\$	—	1:342\$	1:960\$
8 Fabricação de capas de borracha . . .	2:499\$	—	1:204\$	1:295\$
9 Fabricação de cintas, polainas, perneiras, pastas, bolsas, carteiras, etc.	2:558\$	—	1:642\$	916\$
10 Fabricação de gravatas . . .	9:963\$	—	6:139\$	3:824\$
11 Fabricação de flores artificiais e coroas	12:300\$	—	7:548\$	4:752\$

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Impostos			
	Total	Federais	Estaduais	Municipais
12 Fabricação de luvas e botões de metal . . .	5:223\$	2:920\$	—	2:303\$
13 Fabricação de chapéus de sol e bengalas . .	223:042\$	209:415\$	—	13:627\$
14 Fabricação de calçados de couro	1.031.841\$	940:595\$	3:405\$	87.841\$
15 Fabricação de chinelos de trança . .	78:088\$	73:858\$	—	4:230\$
16 Fabricação de tamancos . .	23:191\$	10:890\$	—	12:301\$
IX — Indústrias do mobiliário	115:222\$	51:427\$	1:400\$	62:395\$
1 Fabricação de móveis de madeira . . .	101:307\$	45:511\$	1:400\$	54:396\$
2 Fabricação de camas e móveis de ferro . . .	5:321\$	1:878\$	—	3:443\$
3 Fabricação de colchões, travesseiros e cortinas . . .	6:585\$	2:990\$	—	3:595\$
4 Fabricação de bilhares . . .	2:009\$	1:048\$	—	961\$
X — Indústrias da edificação	54:890\$	23:860\$	—	31:030\$
1 Fabricação de cal	3:325\$	993\$	—	2:332\$
2 Marmorarias	12:134\$	4:273\$	—	7:861\$
3 Fabricação de ornatos em cimento e em gesso	647\$	332\$	—	315\$
4 Fabricação de escadas e esquadrias . .	23:158\$	7:158\$	—	16:000\$
5 Fabricação de papéis pintados . . .	15:626\$	11:104\$	—	4:522\$
XI — Construção de aparelhos de transporte	77:446\$	31:579\$	—	45:867\$

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Impostos			
	Total	Federais	Estaduais	Municipais
1 Fabricação de carros, carroças e outras viaturas ⁹	36:230\$	12:715\$	—	23:515\$
2 Fabricação de arreios e artigos de selaria . . .	17:447\$	12:860\$	—	4:587\$
3 Construção de barcos	23:769\$	6:004\$	—	17:765\$
XII — Produção e transmissão de forças físicas	50:340\$	9:152\$	—	41:188\$
1 Fabricação de gelo e de gás para iluminação ¹⁰	50:340\$	9:152\$	—	41:188\$
*XIII — Indústrias relativas às ciências, letras e artes.				
Indústrias de luxo	18:085\$	6:991\$	—	11:094\$
1 Fabricação de carimbos e placas esmaltadas	1:447\$	818\$	—	629\$
2 Fabricação de "clichés", sobre-cartas e cartões postais	1:308\$	500\$	—	808\$
3 Fabricação de instrumentos de música	6:619\$	2:431\$	—	4:188\$
4 Fabricação de molduras para quadros . . .	4:442\$	1:158\$	—	3:284\$
5 Fabricação de estojos e caixas para jóias . .	1:540\$	800\$	—	40\$
6 Outras indústrias ¹¹	2:729\$	1:284\$	—	1:445\$

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Transporte e Frete	Materiais		
		Total	Matéria prima e outros materiais	Combustível
Distrito Federal	13.298:136\$	395.558:410\$	384.983:267\$	10.575:143\$
I — Indústrias têxteis	2.922:494\$	78.786:967\$	75.838:971\$	2.947:996\$
1 Fiação e tecelagem de algodão . . .	1.050:766\$	53.658:086\$	51.319:234\$	2.338:852\$
2 Fabricação de tecidos de malha	76:600\$	3.561:716\$	3.463:500\$	98:216\$
3 Fabricação de bordados e rendas	23:800\$	724:993\$	707:825\$	17:168\$
4 Fabricação de tecidos de lã (pura e mesclada)	758:426\$	9.659:093\$	9.350:652\$	308:441\$
5 Cordoaria e tecidos de juta	722:997\$	2.626:166\$	2.569:292\$	56:874\$
6 Fabricação de sacos	191:248\$	6.165:577\$	6.089:956\$	75:621\$
7 Fabricação de estopa	39:000\$	1.237:120\$	1.204:500\$	32:620\$
8 Fabricação de vassouras, escovas, espanadores e pincéis	26:657\$	688:332\$	687:528\$	804\$
9 Fabricação de chapéus de palha	33:000\$	465:884\$	446:484\$	19:400\$
II — Indústrias de couro, de peles e de outras matérias duras do reino animal	236:244\$	7.637:236\$	7.543:294\$	93:942\$
1 Cortumes	231:700\$	6.671:344\$	6.578:191\$	93:150\$
2 Fabricação de malas e artigos para viagem . . .	4:544\$	965:892\$	965:100\$	792\$
III — Indústrias de madeira	1.250:082\$	10.636:555\$	10.525:195\$	111:360\$
1 Serrarias	1.122:040\$	9.113:865\$	9.006:965\$	106:900\$
2 Tanoarias	17:300\$	191:000\$	191:000\$	—
3 Oficinas de torneiro em madeira . . .	12:360\$	172:260\$	168:760\$	3:500\$
4 Fabricação de caixas e caixões	35:000\$	632:738\$	631:778\$	960\$

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Transporte e Frete	Materiais		
		Total	Matéria prima e outros materiais	Combustível
5 Fabricação de formas para calçados	21:781\$	176:628\$	176:628\$	—
6 Fabricação de paus para tamancos	3:250\$	18:780\$	18:780\$	—
7 Fabricação de objetos de vime e bambu	1:250\$	133:500\$	133:500\$	—
8 Outras Indústrias ¹	37:101\$	197:784\$	197:784\$	—
IV — Metalurgia	461:688\$	15.943:179\$	14.744:849\$	1.198:330\$
1 Fundição de ferro; construção de máquinas	329:599\$	5.741:816\$	4.807:127\$	934:689\$
2 Oficinas mecânicas e fabricação de peças acessórias	8:986\$	392:260\$	380:460\$	11:800\$
3 Fabricação de fogões, caixas para água, grades, etc.	27:620\$	1.132:107\$	1.091:028\$	41:079\$
4 Fabricação de cofres de ferro	5:540\$	447:740\$	447:600\$	140\$
5 Ferragens (pregos, parafusos, fechaduras, etc.)	15:190\$	1.439:898\$	1.379:139\$	60:759\$
6 Fabricação de artefatos de folha de flandes	28:267\$	3.631:338\$	3.604:961\$	26:377\$
7 Fabricação de telas metálicas e objetos de arame	3:086\$	357:654\$	356:504\$	1:150\$
8 Fabricação de balanças, de tomeiras e outros artefatos, principalmente de bronze	2:700\$	603:214\$	523:878\$	79:336\$
9 Fabricação de utensílios e artefatos de diversos metais	22:880\$	1.634:184\$	1.602:904\$	31:280\$
10 Outras Indústrias ²	17:820\$	562:968\$	551:248\$	11:720\$

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Transporte e Frete	Materiais		
		Total	Matéria prima e outros materiais	Combustível
V – Cerâmica	191:985\$	4.223:093\$	2.320:960\$	1.902:133\$
1 Fabricação de vidros e cristais ³	38:253\$	2.399:020\$	1.273:270\$	1.125:750\$
2 Polimento e lapidação de vidro, fabricação de espelhos	11:000\$	421:930\$	419:530\$	2:400\$
3 Fabricação de louças de barro	10:500\$	111:583\$	64:489\$	47:094\$
4 Olarias (tijolos, telhas e manilhas)	60:209\$	713:485\$	105:932\$	607:553\$
5 Fabricação de ladrilhos hidráulicos ⁴	72:023\$	577:075\$	457:739\$	119:336\$
VI – Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	2.258:414\$	35.759:153\$	34.552:729\$	1.206:424\$
1 Fabricação de produtos químicos	83:864\$	611:977\$	526:876\$	85:101\$
2 Fabricação de especialidades farmacêuticas	390:631\$	7.003:830\$	6.949:630\$	54:200\$
3 Fabricação de perfumarias	243:969\$	4.427:209\$	4.384:301\$	42:908\$
4 Fabricação de explosivos	21:945\$	588:800\$	557:400\$	31:400\$
5 Fabricação de águas minerais artificiais	31:655\$	227:259\$	226:176\$	1:083\$
6 Fabricação de tintas minerais, vernizes e lápis	504:568\$	1.678:300\$	1.638:100\$	40:200\$
7 Fabricação de tintas para escrever	109:000\$	823:697\$	814:540\$	9:157\$
8 Refinação de sebo, óleos e gorduras de procedência animal	5:400\$	77:965\$	70:835\$	7:130\$ cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Transporte e Frete	Materiais		
		Total	Matéria prima e outros materiais	Combustível
9 Fabricação de graxa para calçados	101.000\$	274.020\$	273.660\$	360\$
10 Fabricação de sabão	166.999\$	5.971.862\$	5.885.363\$	86.499\$
11 Fabricação de velas ⁵	3.960\$	5.939.260\$	5.454.234\$	485.026\$
12 Fabricação de artefatos de borracha	—	1.421.600\$	1.375.000\$	46.600\$
13 Fabricação e beneficiamento do papel ⁶	85.028\$	1.600.308\$	1.419.958\$	180.350\$
14 Fabricação de papelão	30.000\$	295.550\$	286.950\$	8.600\$
15 Fabricação de caixas de papelão	405.585\$	1.299.020\$	1.277.760\$	21.260\$
16 Fabricação de sacos de papel	240\$	150.440\$	150.440\$	—
17 Fabricação de cola vegetal e amido	33.600\$	537.400\$	511.400\$	26.000\$
18 Outras Indústrias ⁷	40.970\$	2.830.656\$	2.750.106\$	80.530\$
VII — Indústrias da alimentação	3.845.337\$	151.019.472\$	148.764.945\$	2.254.527\$
1 Moagem de cereais e fabricação de farinha de mandioca	311.165\$	63.113.874\$	63.074.220\$	39.654\$
2 Fabricação de massas alimentícias	45.800\$	3.312.160\$	3.303.920\$	8.240\$
3 Torrefação de café	178.732\$	5.487.210\$	5.350.195\$	137.015\$
4 Fabricação de chocolate	234.100\$	6.361.980\$	6.093.916\$	268.064\$
5 Refinação de açúcar	394.515\$	32.585.483\$	31.887.293\$	698.188\$
6 Fabricação de doces, confeitos e conservas de frutas	306.517\$	6.928.934\$	6.655.675\$	273.259\$
7 Fabricação de conservas de carne	1.660\$	1.689.308\$	1.682.420\$	6.888\$

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Transporte e Frete	Materiais		
		Total	Matéria prima e outros materiais	Combustível
8 Beneficiamento e enlatamento da manteiga	145:582\$	4.420:945\$	4.419:245\$	1:700\$
9 Fabricação de vinagre e massa de tomate	3:000\$	305:430\$	305:430\$	—
10 Fabricação de cerveja	1.791:301\$	8.681:432\$	7.955:335\$	726:097\$
11 Fabricação de bebidas alcoólicas, licores e xaropes	142:700\$	1.900:240\$	1.880:860\$	19:380\$
12 Preparados de fumo (cigarros, charutos, etc.)	259:183\$	15.895:076\$	15.819:134\$	75:942\$
13 Outras indústrias ⁵	31:082\$	337:400\$	337:300\$	100\$
VIII — Indústrias do vestuário e tocador	1.093:240\$	64.293:527\$	63.937:294\$	356:233\$
1 Fabricação de chapéus de feltro	19:860\$	6.736:610\$	6.453:013\$	283:597\$
2 Fabricação de chapéus de pano e de gorros	23:370\$	782:142\$	778:922\$	3:220\$
3 Fabricação de chapéus para senhoras	2:930\$	1.106:429\$	1.106:189\$	240\$
4 Fabricação de roupas para homens	—	1.220:000\$	1.220:000\$	—
5 Fabricação de camisas e roupas brancas	208:271\$	10.465:991\$	10.426:226\$	39:765\$
6 Fabricação de coletes para senhoras	1:200\$	366:700\$	366:700\$	—
7 Fabricação de tecidos elásticos (suspensórios, ligas, etc.)	15:354\$	432:000\$	432:000\$	—
8 Fabricação de Capas de borracha	134:936\$	226:737\$	226:737\$	—

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Transporte e Frete	Materiais		
		Total	Matéria prima e outros materiais	Combustível
9 Fabricação de cintas, polainas, perneiras, pastas, bolsas, carteiras, etc. . . .	4.000\$	352.100\$	351.600\$	500\$
10 Fabricação de gravatas	50.746\$	1.972.400\$	1.972.400\$	—
11 Fabricação de flores artificiais e coroas	651\$	490.458\$	479.128\$	11.330\$
12 Fabricação de luvas e botões de metal	58.200\$	444.890\$	444.550\$	340\$
13 Fabricação de chapéus de sol e bengalas	21.850\$	4.056.982\$	4.055.842\$	1.140\$
14 Fabricação de calçados de couro	499.536\$	33.963.085\$	33.947.384\$	15.701\$
15 Fabricação de chinelos de trança	33.342\$	961.209\$	960.809\$	400\$
16 Fabricação de tamancos	18.994\$	715.794\$	715.794\$	—
IX — Indústrias do mobiliário	106.004\$	4.965.275\$	4.946.735\$	18.540\$
1 Fabricação de móveis de madeira	105.776\$	4.242.392\$	4.225.992\$	16.400\$
2 Fabricação de camas e móveis de ferro	—	518.298\$	516.398\$	1.900\$
3 Fabricação de colchões, travesseiros e cortinas	—	109.400\$	109.400\$	—
4 Fabricação de bilhares	228\$	95.185\$	94.945\$	240\$
X — Indústrias da edificação	92.698\$	2.652.430\$	2.611.440\$	40.990\$
1 Fabricação de cal	—	139.918\$	102.948\$	36.970\$
2 Marmorarias	9.300\$	600.320\$	600.200\$	120\$
3 Fabricação de ornatos em cimento e em gesso	—	58.700\$	58.700\$	—

cont.

cont.

Indústria	Principais Despesas Anuais			
	Transporte e Frete	Materiais		
		Total	Matéria prima e outros materiais	Combustível
4 Fabricação de escadas e esquadrias	72:398\$	1.371:192\$	1.367:592\$	3:600\$
5 Fabricação de papéis pintados	11:000\$	482:300\$	482:000\$	300\$
XI — Construção de aparelhos de transporte				
1 Fabricação de carros, carroças e outras viaturas ⁹	95:300\$	8.668:813\$	8.461:043\$	207:770\$
2 Fabricação de arreios e artigos de selaria	87:180\$	4.827:354\$	4.705:674\$	121:680\$
3 Construção de barcos	8:120\$	1.056:209\$	1.055:319\$	890\$
XII — Produção e transmissão de forças físicas	—	2.785:250\$	2.700:050\$	85:200\$
1 Fabricação de gelo e de gás para iluminação ¹⁰	742:805\$	10.288:188\$	10.071:708\$	216:480\$
XIII — Indústrias relativas às ciências, letras e artes.				
Indústrias de luxo	1:845\$	684:522\$	664:104\$	20:418\$
1 Fabricação de carimbos e placas esmaltadas	—	38:870\$	38:810\$	60\$
2 Fabricação de "clichés", sobre-cartas e cartões postais	1:145\$	44:829\$	44:495\$	334\$
3 Fabricação de instrumentos de música	100\$	73:524\$	61:500\$	12:024\$
4 Fabricação de molduras para quadros	100\$	167:250\$	160:250\$	7:000\$
5 Fabricação de estojos e caixas para jóias	500\$	118:449\$	117:449\$	1:000\$
6 Outras indústrias ¹¹	—	241:600\$	241:600\$	—

cont.

cont.

Indústria	Valor da Produção	Valor da Produção deduzido o custo dos materiais
Distrito Federal	677.553:090\$	281.994:680\$
I — Indústrias têxteis	138.983:185\$	60.196:218\$
1 Fiação e tecelagem de algodão	94.346:666\$	40.688:580\$
2 Fabricação de tecidos de malha	5.674:121\$	2.112:405\$
3 Fabricação de bordados e rendas	1.303:563\$	578:570\$
4 Fabricação de tecidos de lã (pura e mesclada)	14.736:277\$	5.077:184\$
5 Cordoaria e tecidos de juta	4.627:216\$	2.001:050\$
6 Fabricação de sacos	13.731:070\$	7.565:493\$
7 Fabricação de estopa	2.322:000\$	1.084:880\$
8 Fabricação de vassouras, escovas, espanadores e pincéis	1.365:294\$	676:962\$
9 Fabricação de chapéus de palha	876:978\$	411:094\$
II — Indústrias de couro, de peles e de outras matérias duras do reino animal	9.828:771\$	2.191:535\$
1 Cortumes	8.063:099\$	1.391:755\$
2 Fabricação de malas e artigos para viagem	1.763:672\$	799:780\$
III — Indústrias de madeira	21.350:505\$	10.713:950\$
1 Serrarias	17.418:495\$	8.304:630\$
2 Tanoarias	435:492\$	244:492\$
3 Oficinas de torneiro em madeira	495:890\$	323:630\$
4 Fabricação de caixas e caixões	1.396:979\$	764:241\$
5 Fabricação de formas para calçados	490:844\$	314:216\$
6 Fabricação de paus para tamancos	72:860\$	54:080\$
7 Fabricação de objetos de vime e bambu	381:442\$	247:942\$
8 Outras indústrias ¹	658:503\$	460:719\$
IV — Metalurgia	31.491:969\$	15.548:790\$
1 Fundição de ferro; construção de máquinas	11.712:846\$	5.971:030\$
2 Oficinas mecânicas e fabricação de peças acessórias	830:464\$	438:204\$
3 Fabricação de fogões, caixas para água, grades, etc	2.901:519\$	1.769:412\$
4 Fabricação de cofres de ferro	747:280\$	299:540\$
5 Ferragens (pregos, parafusos, fechaduras, etc.)	2.381:608\$	941:710\$
6 Fabricação de artefatos de folha	6.331:376\$	2.700:038\$
7 Fabricação de telas metálicas e objetos de arame	600:525\$	242:871\$
8 Fabricação de balanças, de torneiras e outros artefatos, principalmente de bronze	1.383:094\$	779:880\$
9 Fabricação de utensílios e artefatos de diversos metais	3.523:817\$	1.889:633\$
10 Outras indústrias ²	1.079:440\$	516:472\$
V — Cerâmica	9.599:816\$	5.376:723\$
1 Fabricação de vidros e cristais ³	4.506:494\$	2.107:474\$
2 Polimento e lapidação de vidro, fabricação de espelhos	1.025:973\$	604:043\$

cont.

cont.

Indústria	Valor da Produção	Valor da Produção deduzido o custo dos materiais
3 Fabricação de louças de barro	438:504\$	326:921\$
4 Olarias (tijolos, telhas e manilhas)	2.286:153\$	1.572:668\$
5 Fabricação de ladrilhos hidráulicos ⁴	1.342:692\$	765:617\$
VI — Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	63.962:275\$	28.203:122\$
1 Fabricação de produtos químicos	1.421:487\$	809:510\$
2 Fabricação de especialidades farmacêuticas	14.854:970\$	7.851:140\$
3 Fabricação de perfumarias	8.539:041\$	4.111:832\$
4 Fabricação de explosivos	809:080\$	220:280\$
5 Fabricação de águas minerais artificiais	801:592\$	574:333\$
6 Fabricação de tintas minerais, vernizes e lápis	3.542:082\$	1.863:782\$
7 Fabricação de tintas para escrever	1.975:000\$	1.151:303\$
8 Refinação de sebo, óleos e gorduras de procedência animal	240:655\$	162:690\$
9 Fabricação de graxa para calçados	498:232\$	224:212\$
10 Fabricação de sabão	8.096:761\$	2.124:899\$
11 Fabricação de velas ⁵	7.681:840\$	1.742:580\$
12 Fabricação de artefatos de borracha	2.375:500\$	953:900\$
13 Fabricação e beneficiamento do papel ⁶	2.210:187\$	609:879\$
14 Fabricação de papelão	716:800\$	421:250\$
15 Fabricação de caixas de papelão	3.197:991\$	1.898:971\$
16 Fabricação de sacos de papel	322:500\$	172:060\$
17 Fabricação de cola vegetal e amido	771:045\$	233:645\$
18 Outras indústrias ⁷	5.907:512\$	3.076:856\$
VII — Indústrias da alimentação	242.138:325\$	91.118:853\$
1 Moagem de cereais e fabricação de farinha de mandioca	78.773:751\$	15.659:877\$
2 Fabricação de massas alimentícias	4.304:596\$	992:436\$
3 Torrefação de café	7.254:315\$	1.767:305\$
4 Fabricação de chocolate	8.541:263\$	2.179:283\$
5 Refinação de açúcar	37.368:358\$	4.782:875\$
6 Fabricação de doces, confeitos e conservas de frutas	11.327:221\$	4.398:287\$
7 Fabricação de conservas de carne	2.166:931\$	477:623\$
8 Beneficiamento e enlatamento da manteiga	5.186:815\$	765:870\$
9 Fabricação de vinagre e massa de tomate	406:858\$	101:428\$
10 Fabricação de cerveja	38.927:620\$	30.246:188\$
11 Fabricação de bebidas alcoólicas, licores e xaropes	3.649:496\$	1.749:256\$
12 Preparados de fumo (cigarros, charutos, etc.)	43.625:901\$	27.730:825\$
13 Outras indústrias ⁸	605:000\$	267:600\$
VIII — Indústrias do vestuário e toucador	107.439:362\$	43.145:835\$
1 Fabricação de chapéus de feltro	10.302:957\$	3.566:347\$
2 Fabricação de chapéus de pano e de gorros	1.823:318\$	1.041:176\$
3 Fabricação de chapéus para senhoras	2.177:136\$	1.070:707\$

cont.

cont.

Indústria	Valor da Produção	Valor da Produção deduzido o custo dos materiais
4 Fabricação de roupas para homens	2.034.742\$	814.742\$
5 Fabricação de camisas e roupas brancas	16.463.769\$	5.997.778\$
6 Fabricação de coletes para senhoras	784.594\$	417.894\$
7 Fabricação de tecidos elásticos (suspensórios, ligas, etc.)	654.000\$	222.000\$
8 Fabricação de capas de borracha	532.354\$	305.617\$
9 Fabricação de cintas, polainas, perneiras, pastas, bolsas, carteiras, etc	585.670\$	233.570\$
10 Fabricação de gravatas	3.181.400\$	1.209.000\$
11 Fabricação de flores artificiais e coroas	913.205\$	422.747\$
12 Fabricação de luvas e botões de metal	761.209\$	316.319\$
13 Fabricação de chapéus de sol e bengalas	5.479.003\$	1.422.021\$
14 Fabricação de calçados de couro	58.654.291\$	24.591.206\$
15 Fabricação de chinelos de trança	1.682.098\$	720.889\$
16 Fabricação de tamancos	1.509.616\$	793.822\$
IX - Indústrias do mobiliário	14.391.457\$	9.426.182\$
1 Fabricação de móveis de madeira	13.050.527\$	8.808.135\$
2 Fabricação de camas e móveis de ferro	831.642\$	313.344\$
3 Fabricação de colchões, travesseiros e cortinas	281.398\$	171.998\$
4 Fabricação de bilhares	227.890\$	132.705\$
X - Indústrias da edificação	5.939.479\$	3.287.049\$
1 Fabricação de cal	329.944\$	190.026\$
2 Marmóreas	1.399.332\$	799.012\$
3 Fabricação de ornatos em cimento e em gesso	155.000\$	96.300\$
4 Fabricação de escadas e esquadrias	3.336.071\$	1.964.879\$
5 Fabricação de papéis pintados	719.132\$	236.832\$
XI - Construção de aparelhos de transporte	16.609.020\$	7.940.207\$
1 Fabricação de carros, carroças e outras viaturas ⁹	9.148.135\$	4.320.781\$
2 Fabricação de arreios e artigos de selaria	1.677.924\$	621.715\$
3 Construção de barcos	5.782.961\$	2.997.711\$
XII - Produção e transmissão de forças físicas	13.820.432\$	3.532.244\$
1 Fabricação de gelo e de gás para iluminação ¹⁰	13.820.432\$	3.532.244\$
XIII - Indústrias relativas às ciências, letras e artes. Indústrias de luxo	1.998.494\$	1.313.972\$
1 Fabricação de carimbos e placas esmaltadas	196.817\$	157.947\$
2 Fabricação de "clichés", sobre-cartas e cartões postais	227.000\$	182.171\$
3 Fabricação de instrumentos de música	446.684\$	373.160\$
4 Fabricação de molduras para quadros	444.000\$	276.750\$
5 Fabricação de estojos e caixas para jóias	248.993\$	130.544\$
6 Outras indústrias ¹¹	435.000\$	193.400\$

cont.

cont.

Indústria	Porcentagem em Relação ao Valor				
	dos Salários e Ordenados	dos Impos- tos	do Transporte e frete	da Matéria-Prima	do Combustível
Distrito Federal	18,1	5,8	2,6	71,5	2,0
I — Indústrias têxteis	24,6	4,7	2,5	65,6	2,6
1 Fiação e tecelagem de algodão . . .	28,1	5,3	1,3	62,5	2,8
2 Fabricação de tecidos de malha	22,6	3,5	1,6	70,3	2,0
3 Fabricação de bordados e rendas	28,9	1,8	2,2	65,5	1,6
4 Fabricação de tecidos de lã (pura e mesclada)	15,1	1,2	6,1	75,1	2,5
5 Cordoaria e tecidos de juta	13,3	0,4	18,6	66,2	1,5
6 Fabricação de sacos	10,3	8,8	2,4	77,5	1,0
7 Fabricação de estopa	25,5	0,5	2,3	69,8	1,9
8 Fabricação de vassouras, escovas, espanadores e pincéis	29,7	0,8	2,6	66,8	0,1
9 Fabricação de chapéus de palha	17,2	4,7	5,2	69,9	3,0
II — Indústrias de couro, de peles e de outras matérias duras do reino animal	10,7	0,4	2,7	85,1	1,1
1 Cortumes	7,1	0,2	3,1	88,3	1,3
2 Fabricação de malas e artigos para viagem . . .	30,0	1,2	0,3	68,4	0,1
III — Indústrias de madeira	22,5	1,4	8,0	67,4	0,7
1 Serrarias	19,1	1,4	8,7	70,0	0,8
2 Tanoarias	34,8	1,8	5,3	58,1	—
3 Oficinas de torneiro em madeira . . .	50,3	1,1	3,3	44,4	0,0
4 Fabricação de caixas e caixões	31,0	1,2	3,6	64,1	0,1

cont.

cont.

Indústria	Porcentagem em Relação ao Valor				
	dos Salários e Ordenados	dos Impostos	do Transporte e frete	da Matéria-Prima	do Combustível
5 Fabricação de formas para calçados	51,1	0,4	5,3	43,2	—
6 Fabricação de paus para tamancos	52,0	1,8	6,8	39,4	—
7 Fabricação de objetos de vime e bambu	42,3	2,8	0,5	54,4	—
8 Outras Indústrias	32,5	0,9	10,5	56,1	—
IV — Metalurgia	32,5	0,8	1,9	59,9	4,9
1 Fundição de ferro; construção de máquinas	36,7	0,7	3,4	49,6	9,6
2 Oficinas mecânicas e fabricação de peças acessórias	31,7	1,0	1,5	63,8	2,0
3 Fabricação de fogões, caixas para água, grades, etc.	39,2	1,7	1,4	55,6	2,1
4 Fabricação de cofres de ferro	24,1	0,8	0,9	74,2	—
5 Ferragens (pregos, parafusos, fechaduras, etc.)	22,5	0,6	0,8	72,9	3,2
6 Fabricação de artefatos de folha de Flandres	24,4	0,6	0,6	73,9	0,5
7 Fabricação de telas metálicas e objetos de arame	20,7	0,7	0,7	77,6	0,3
8 Fabricação de balanças, de torneiras e outros artefatos, principalmente de bronze	40,1	1,0	0,3	50,9	7,7
9 Fabricação de utensílios e artefatos de diversos metais	38,7	0,8	0,8	58,5	1,2
10 Outras indústrias ²	21,1	0,7	2,4	74,2	1,6

cont.

cont.

Indústria	Porcentagem em Relação ao Valor				
	dos Salários e Ordenados	dos Impos- tos	do Transporte e frete	da Matéria-Prima	do Combus- tível
V – Cerâmica	44,2	1,5	2,4	28,5	23,4
1 Fabricação de vidros e cristais ³ . . .	39,9	1,3	0,9	30,7	27,2
2 Polimento e lapidação de vidro, fabricação de espelhos	44,4	1,3	1,4	52,6	0,3
3 Fabricação de louças de barro	63,2	0,6	3,1	19,1	14,0
4 Olarias (tijolos, telhas e manilhas)	51,5	1,5	3,7	6,4	36,9
5 Fabricação de ladrilhos hidráulicos ⁴	43,4	2,6	6,0	38,1	9,9
VI – Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos .	13,3	3,2	5,0	75,8	2,7
1 Fabricação de produtos químicos	30,4	1,8	8,2	51,3	8,3
2 Fabricação de especialidades farmacêuticas . .	13,5	5,5	4,3	76,1	0,6
3 Fabricação de perfumarias . . .	13,2	8,4	4,1	73,6	0,7
4 Fabricação de explosivos	12,8	1,1	3,1	78,6	4,4
5 Fabricação de águas minerais artificiais	42,6	8,6	6,0	42,6	0,2
6 Fabricação de tintas minerais, vernizes e lápis	14,6	1,0	19,5	63,3	1,6
7 Fabricação de tintas para escrever	24,7	0,7	8,7	65,2	0,7
8 Refinação de sebo, óleos e gorduras de procedência animal	33,8	2,9	4,1	53,8	5,4

cont.

cont.

Indústria	Porcentagem em Relação ao Valor				
	dos Salários e Ordenados	dos Impos-tos	do Transporte e frete	da Matéria-Prima	do Combustível
9 Fabricação de graxa para calçados	8,5	0,4	24,5	65,5	0,1
10 Fabricação de sabão	7,0	0,5	2,5	88,7	1,3
11 Fabricação de velas ⁵	6,2	4,0	0,1	82,4	7,3
12 Fabricação de artefatos de borracha	16,8	0,4	—	80,1	2,7
13 Fabricação e beneficiamento do papel ⁶	14,7	0,2	4,3	71,7	9,1
14 Fabricação de papelão	30,5	0,8	6,3	60,5	1,8
15 Fabricação de caixas de papelão	24,3	0,8	17,8	56,2	0,9
16 Fabricação de sacos de papel	21,9	1,1	0,1	76,9	—
17 Fabricação de cola vegetal e amido	11,2	0,7	5,2	78,9	4,0
18 Outras indústrias ⁷	12,0	0,5	1,2	83,8	2,5
VII — Indústrias da alimentação	7,9	10,8	2,0	78,1	1,2
1 Moagem de cereais e fabricação de farinha de mandioca	3,8	0,2	0,5	95,4	0,1
2 Fabricação de massas alimentícias	7,5	0,7	1,3	90,3	0,2
3 Torrefação de café	9,2	3,8	2,7	82,2	2,1
4 Fabricação de chocolate	16,2	0,7	3,0	76,7	3,4
5 Refinação de açúcar	2,4	0,3	1,2	94,1	2,0
6 Fabricação de doces, confeitos e conservas de frutas	14,3	7,4	3,3	72,0	3,0
7 Fabricação de conservas de carne	10,3	1,7	0,1	87,5	0,4

cont.

cont.

Indústria	Porcentagem em Relação ao Valor				
	dos Salários e Ordenados	dos Impos- tos	do Transporte e frete	da Matéria-Prima	do Combustível
8 Beneficiamento e enlatamento da manteiga	4,6	0,3	3,0	92,1	—
9 Fabricação de vinagre e massa de tomate	4,6	3,4	0,9	91,1	—
10 Fabricação de cerveja	19,5	31,5	8,4	37,2	3,4
11 Fabricação de bebidas alcoólicas, licores e xaropes	19,6	9,7	4,9	65,1	0,7
12 Preparados de fumo (cigarros, charutos, etc.) . .	9,6	38,8	0,8	50,5	0,3
13 Outras indústrias ⁸ . .	14,0	0,3	7,3	78,4	—
VIII — Indústrias do vestuário e toucador	21,2	3,1	1,3	74,0	0,4
1 Fabricação de chapéus de feltro	15,2	8,0	0,2	73,4	3,2
2 Fabricação de chapéus de pano e de gorros	27,2	6,5	1,9	64,1	0,3
3 Fabricação de chapéus para senhoras	25,4	4,0	0,2	70,4	—
4 Fabricação de roupas para homens	17,2	1,5	—	81,3	—
5 Fabricação de camisas e roupas brancas	20,7	2,7	1,5	74,8	0,3
6 Fabricação de coletes para senhoras	17,5	2,4	0,3	79,8	—
7 Fabricação de tecidos elásticos (suspensórios, ligas, etc.)	16,4	0,6	2,9	80,1	—
8 Fabricação de capas de borracha	17,5	0,6	30,6	51,3	—

cont.

cont.

Indústria	Porcentagem em Relação ao Valor				
	dos Salários e Ordenados	dos Impostos	do Transporte e frete	da Matéria-Prima	do Combustível
9 Fabricação de cintas, polainas, perneiras, pastas, bolsas, carteiras, etc. . . .	21,9	0,6	0,9	76,5	0,1
10 Fabricação de gravatas	16,3	0,4	2,1	81,2	—
11 Fabricação de flores artificiais e coroaas	29,3	1,7	0,1	67,3	1,6
12 Fabricação de luvas e botões de metal	18,5	0,8	9,8	70,9	—
13 Fabricação de chapéus de sol e bengalas	5,8	4,9	0,5	88,8	—
14 Fabricação de calçados de couro	23,9	2,2	1,1	72,8	—
15 Fabricação de chinelos de trança	19,8	5,9	2,5	71,8	—
16 Fabricação de tamancos	31,4	2,1	1,7	64,8	—
IX — Indústrias do mobiliário	52,5	1,1	1,0	45,2	0,2
1 Fabricação de móveis de madeira	55,2	1,0	1,1	42,5	0,2
2 Fabricação de camas e móveis de ferro	15,9	0,9	—	82,9	0,3
3 Fabricação de colchões, travesseiros e cortinas	39,6	3,4	—	57,0	—
4 Fabricação de bilhares	28,9	1,4	0,2	69,3	0,2
X — Indústrias da edificação	35,7	1,3	2,1	60,0	0,9
1 Fabricação de cal	50,1	1,1	—	35,9	12,9
2 Marmorarias	35,9	1,2	1,0	61,9	—
3 Fabricação de ornatos em cimento e em gesso	26,2	0,8	—	73,0	—

cont.

conclusão

Indústria	Porcentagem em Relação ao Valor				
	dos Salários e Ordenados	dos Impostos	do Transporte e frete	da Matéria-Prima	do Combustível
4 Fabricação de escadas e esquadrias	39,0	1,0	3,0	56,9	0,1
5 Fabricação de papéis pintados	16,8	2,6	1,8	78,8	—
XI — Construção de aparelhos de transporte	24,2	0,7	0,8	72,5	1,8
1 Fabricação de carros, carroças e outras viaturas	13,9	0,6	1,5	81,9	2,1
2 Fabricação de arreios e artigos de selaria	24,0	1,2	0,6	74,1	0,1
3 Construção de barcos	37,5	0,5	—	60,1	1,9
XII — Produção e transmissão de forças físicas	12,1	0,4	5,9	79,9	1,7
1 Fabricação de gelo e de gás para iluminação ¹⁰	12,1	0,4	5,9	79,9	1,7
XIII — Indústrias relativas às ciências, letras e artes.					
Indústrias de luxo	41,5	1,5	0,1	55,2	1,7
1 Fabricação de carimbos e placas esmaltadas	64,3	1,3	—	34,4	—
2 Fabricação de "clichés", sobre-cartas e cartões postais	64,0	1,0	0,9	33,9	0,2
3 Fabricação de instrumentos de música	49,8	4,2	—	38,5	7,5
4 Fabricação de molduras para quadros	40,1	1,6	—	55,9	2,4
5 Fabricação de estojos e caixas para jóias	32,1	0,9	0,3	66,1	0,6
6 Outras indústrias ¹¹	27,2	0,8	—	72,0	—

Notas:

- ¹ Compreendidas as seguintes indústrias: fabricação de rolhas e artefatos de cortiça, 2 estabelecimentos; fabricação de saltos de madeira para calçados, 2 estabelecimentos; fabricação de pés para manequins, 1 estabelecimento; fabricação de manequins, 1 estabelecimento; e fabricação de paus para embrulhos, 1 estabelecimento.
- ² Compreendidas as seguintes indústrias: fabricação de canos e artefatos, principalmente de chumbo, 1 estabelecimento; reparação de motores elétricos, 2 estabelecimentos; e fabricação de utensílios de ferro esmaltado, 1 estabelecimento.
- ³ Inclusive 1 fábrica de ampolas.
- ⁴ Inclusive 1 fábrica de azulejos.
- ⁵ Compreendidas 1 fábrica de velas de sebo e de estearina e 2 fábricas de velas de cera.
- ⁶ Inclusive 1 fábrica de papel prussiato.
- ⁷ Compreendidas as seguintes indústrias: fabricação de carvão animal, 1 estabelecimento; fabricação de adubos, 1 estabelecimento; fabricação de lamparinas, 1 estabelecimento; fabricação de óleos vegetais, 2 estabelecimentos; fabricação de lixa, 1 estabelecimento; e fabricação de *confetti* e serpentinhas, 1 estabelecimento.
- ⁸ Compreendidas as seguintes indústrias: beneficiamento de arroz, 1 estabelecimento; fabricação de biscoitos, 1 estabelecimento; e fabricação de conservas de peixe, 1 estabelecimento.
- ⁹ Inclusive 1 fábrica de vagões e 1 fábrica de elevadores, hélices para aviação, etc.
- ¹⁰ Compreendidas 2 fábricas de gelo e 1 de gás para iluminação.
- ¹¹ Compreendidas 1 oficina de montagem e consertos de instrumentos de precisão e ótica, 1 fábrica de fundas elásticas, 1 fábrica de leques e 2 fábricas de brinquedos.

Fonte: BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*; agricultura e industrias. Rio de Janeiro, Typ. da Estatistica, 1924. v. 2, part. 2.

TABELA 4.30 — Bangu — Média dos Salários por Seção — Ano Base = 1927

Seção	1888	1889	1890	1891	1892
Fiação					
N.º de Amostras					
Índice					
Maçaroqueira			184\$800		
N.º de Amostras			1		
Índice			81,3953		
Dobação ou Meação					190\$080
N.º de Amostras					1
Índice					131,5615
Cardas	152\$400			232\$320	264\$000
N.º de Amostras	1			2	1
Índice	115,4545			176,0000	200,0000
Teares					
N.º de Amostras					
Índice					
		(Acaba- mento)		(Engomador de tecidos)	
Outras ¹		238\$080	397\$280	269\$000	
N.º de Amostras		1	3	1	
Índice		156,9620	228,9597	174,0506	

Seção	1893	1894	1895	1896	1897
Fiação	423\$120	301\$200			163\$680
N.º de Amostras	1	2			2
Índice	603,7671	429,7945			233,5616
Maçaroqueira	80\$880	195\$340			
N.º de Amostras	2	1			
Índice	35,6272	86,2579			
Dobação ou Meação			197\$280	245\$520	224\$880
N.º de Amostras			1	1	4
Índice			136,5449	169,9336	155,6478
Cardas			208\$000	195\$840	
N.º de Amostras			1	1	
Índice			158,1818	148,3636	
Teares	211\$200	184\$800	238\$080		
N.º de Amostras	1	1	1		
Índice	129,4118	113,2353	145,8824		
Outras ¹	323\$040	286\$320	227\$200	270\$480	298\$320
N.º de Amostras	5	6	6	7	7
Índice	212,9747	188,7658	149,7890	178,3228	196,6772

cont.

cont.

Seção	1898	1899	1900	1901	1902
Fiação		142\$800			
N.º de Amostras		1			
Índice		203,7371			
Maçaroqueira					
N.º de Amostras					
Índice					
Dobação ou Meação		238\$080			
N.º de Amostras		1			
Índice		164,7841			
Cardas	195\$240			210\$720	
N.º de Amostras	1			1	
Índice	147,9091			159,6364	
Teares	211\$200				
N.º de Amostras	1				
Índice	129,4118				
Outras ¹	203\$520	248\$400	234\$342	239\$370	297\$840
N.º de Amostras	6	6	7	16	5
Índice	134,1772	163,7058	154,4976	157,8125	196,3508
Seção	1903	1904	1905	1906	1907
Fiação		94\$800		253\$680	
N.º de Amostras		1		1	
Índice		135,2740		361,9863	
Maçaroqueira			132\$000	184\$800	
N.º de Amostras			1	1	
Índice			58,1395	81,3953	
Dobação ou Meação		295\$920	343\$200	180\$000	261\$120
N.º de Amostras		2	1	1	2
Índice		204,8173	237,5415	124,5847	181,4230
Cardas	243\$360	128\$880			227\$040
N.º de Amostras	4	1			1
Índice	184,3636	97,6364			172,0000
Teares		211\$200			200\$880
N.º de Amostras		1			1
Índice		129,4118			123,0882
Outras ¹	283\$920	260\$640	204\$960	255\$360	259\$200
N.º de Amostras	7	12	4	5	11
Índice	187,1835	171,8354	135,1266	168,3544	170,8861

cont.

cont.

Seção	1908	1909	1910	1911	1912
Fiação	248\$400	138\$000	126\$960	95\$040	189\$600
N.º de Amostras	2	1	1	2	1
Índice	350,8475	194,9153	179,3220	134,2373	267,7966
Maçaroqueira					
N.º de Amostras					
Índice					
Dobação ou Meação	248\$640	167\$570	209\$760	263\$280	198\$000
N.º de Amostras	2	1	2	3	2
Índice	172,0930	115,9815	145,1827	182,2259	137,0432
Cardas		195\$840	184\$800	315\$600	
N.º de Amostras		1	1	2	
Índice		148,3536	140,0000	239,0909	
Teares					
N.º de Amostras					
Índice					
		(Jardim)			
Outras ¹	228\$000	200\$880	220\$058	243\$664	218\$496
N.º de Amostras	5	1	10	15	5
Índice	150,3165	132,4367	145,0804	160,6435	144,0506

Seção	1913	1914	1915	1916	1917
Fiação		115\$680	47\$520	134\$280	155\$040
N.º de Amostras		1	1	2	2
Índice		163,3898	67,1186	189,8610	218,9831
Maçaroqueira				199\$200	
N.º de Amostras				1	
Índice				87,7378	
Dobação ou Meação			237\$900	240\$000	216\$000
N.º de Amostras			4	1	1
Índice			164,6595	166,1130	149,5017
Cardas		369\$600		264\$000	
N.º de Amostras		1		1	
Índice		280,0000		200,0000	
Teares					
N.º de Amostras					
Índice					
		(Estampador de Pano)			
Outras ¹	264\$000	277\$200	248\$600	250\$200	204\$480
N.º de Amostras	1	2	6	2	7
Índice	174,0506	182,7532	163,8977	164,9525	134,8101

cont.

cont.

Seção	1918	1919	1920	1921	1922
Fiação	174\$480	85\$440	157\$440	192\$120	103\$500
N.º de Amostras	1	2	2	2	4
Índice	246,4407	120,6780	222,3729	271,3559	146,1864
Maçaroqueira					
N.º de Amostras					
Índice					
Dobação ou Meação				95\$520	121\$440
N.º de Amostras				1	1
Índice				66,1130	84,0532
Cardas		189\$600	192\$000	145\$200	
N.º de Amostras		1	1	1	
Índice		143,6364	145,4545	110,0000	
Teares	184\$800				
N.º de Amostras	1				
Índice	113,2353				
Outras ¹	191\$520	225\$200	218\$940	169\$128	158\$713
N.º de Amostras	4	3	4	10	13
Índice	126,2658	148,4705	144,3434	111,5691	104,6367

Seção	1923	1924	1925	1926	1927
Fiação		115\$680	57\$840	74\$160	70\$080
N.º de Amostras		1	1	6	7
Índice		163,3898	81,6949	104,7458	100,0000
Maçaroqueira			120\$000	193\$200	227\$040
N.º de Amostras			1	2	1
Índice			52,8541	85,0951	100,0000
Dobação ou Meação	77\$040	80\$520	117\$600	150\$000	144\$480
N.º de Amostras	1	2	3	1	5
Índice	53,3223	55,7309	81,3953	103,8206	100,0000
Cardas	156\$000			174\$000	132\$000
N.º de Amostras	1			2	1
Índice	118,1818			131,8182	100,0000
Teares	189\$600		192\$000		163\$200
N.º de Amostras	1		1		1
Índice	116,1765		117,6471		100,0000
Outras ¹	166\$048	142\$720	126\$480	136\$320	151\$680
N.º de Amostras	15	9	10	14	28
Índice	109,4726	94,0928	83,3861	89,8734	100,0000

cont.

cont.

Seção	1928	1929	1930	1931
Fiação	114\$720	98\$400	108\$000	81\$120
N.º de Amostras	10	4	12	8
Índice	162,0339	138,9831	152,5424	114,5763
Maçaroqueira	165\$120	180\$240		
N.º de Amostras	4	5		
Índice	72,7273	79,3869		
Dobação ou Meação	77\$040	156\$480		168\$000
N.º de Amostras	1	7		1
Índice	53,3223	108,3056		115,2791
Cardas	120\$000	205\$920	227\$040	
N.º de Amostras	1	2	1	
Índice	90,9091	156,0000	172,0000	
Teares	216\$000	144\$000	192\$000	
N.º de Amostras	1	1	1	
Índice	132,3529	88,2353	117,6471	
Outras ¹	165\$360	178\$320	180\$240	204\$000
N.º de Amostras	30	36	17	
Índice	109,0190	117,5333	118,8291	134,4937

cont.

cont.

Seção	1888	1889	1890	1891	1892
Carpinteiro chefe			531\$360		
N.º de Amostras			1		
Índice					
Of. Mec.					379\$440
N.º de Amostras					1
Índice					121,6154
Contramestre de Cardas					
N.º de Amostras					
Índice					
Of. Gravador					
N.º de Amostras					
Índice					
Mestre Engomador					
N.º de Amostras					
Índice					
Chefe de Dobação					
N.º de Amostras					
Índice					
Chefe de Remeteção					
N.º de Amostras					
Índice					

Seção	1893	1894	1895	1896	1897
Carpinteiro chefe					
N.º de Amostras					
Índice					
Of. Mec.	276\$000	462\$000	330\$480		328\$320
N.º de Amostras	2	1	3		3
Índice	88,4615	148,0769	105,9231		105,2308
Contramestre de Cardas	370\$080		300\$000	379\$440	
N.º de Amostras	1		1	1	
Índice					
Of. Gravador			231\$600		
N.º de Amostras			1		
Índice					
Mestre Engomador			480\$000		
N.º de Amostras			1		
Índice					
Chefe de Dobação			480\$000		
N.º de Amostras			1		
Índice					
Chefe de Remeteção					422\$400
N.º de Amostras					1
Índice					

cont.

cont.

Seção	1898	1899	1900	1901	1902
Of. Mec.	264\$000	543\$120	367\$920	425\$280	322\$080
Nº de Amostras	1	2	5	1	2
Índice	84,6154	174,0769	117,9231	136,3077	103,2308
Chefe do Jardim	303\$600				
Nº de Amostras	1				
Índice					
Of. Gravador		570\$000			
Nº de Amostras		1			
Índice					
Encarregado de Dobação		396\$240			
Nº de Amostras		1			
Índice					
Mestre de Obras			400\$080		
Nº de Amostras			1		
Índice					
Aj. de Contramestre de cardas			224\$400		
Nº de Amostras			1		
Índice					
Chefe da Sala de Pano					343\$680
Nº de Amostras					1
Índice					
Contramestre de Cardas					
Nº de Amostras					
Índice					
Seção	1903	1904	1905	1906	1907

Of. Mec.					
Nº de Amostras					
Índice					
Chefe do Jardim					
Nº de Amostras					
Índice					
Of. Gravador	569\$040		383\$280		455\$280
Nº de Amostras	1		2		1
Índice					
Encarregado de Dobação					
Nº de Amostras					
Índice					
Mestre de Obras					
Nº de Amostras					
Índice					
Aj. de Contramestre de Cardas					
Nº de Amostras					
Índice					
Chefe da Sala de Pano					
Nº de Amostras					
Índice					
Contramestre de Cardas	360\$000				475\$200
Nº de Amostras	1				1
Índice					

cont.

cont.

Seção	1908	1909	1910	1911	1912
Of. Mec.				252\$000	320\$160
N ^o de Amostras				1	4
Índice				80,7692	102,6154
Contramestre de Cardas				300\$000	
N ^o de Amostras				1	
Índice					
Chefe de Urdideiras				285\$360	
N ^o de Amostras				1	
Índice					
Sala de Pano Escritório					317\$040
N ^o de Amostras					1
Índice					
Cardas-Escritório					418\$560
N ^o de Amostras					1
Índice					
Of. Gravador					
N ^o de Amostras					
Índice					
Auxiliar da tintura					
N ^o de Amostras					
Índice					
Chefe das espolinhas					
N ^o de Amostras					
Índice					
Sub-chefe de Enfardação					
N ^o de Amostras					
Índice					
Seção	1913	1914	1915	1916	1917
Of. Mec.	336\$000			312\$000	396\$480
N ^o de Amostras	1			1	
Índice	107,6923			100,0000	127,0769
Contramestre de Cardas	380\$800				
N ^o de Amostras	1				
Índice					
Chefe de Urdideiras					
N ^o de Amostras					
Índice					
Sala de Pano Escritório					
N ^o de Amostras					
Índice					
Cardas-Escritório					
N ^o de Amostras					
Índice					
Of. Gravador	341\$520				
N ^o de Amostras	1				
Índice					
Auxiliar da tintu. a	528\$000				
N ^o de Amostras	1				
Índice					
Chefe das espolinhas		288\$000			
N ^o de Amostras		1			
Índice					

cont.

cont.

Seção	1913	1914	1915	1916	1917
Sub-chefe de Enfardação			528\$000		
N.º de Amostras			1		
Índice					

Seção	1918	1919	1920	1921	1922
Of. Mec.		444\$000	312\$000		
N.º de Amostras		1	1		
Índice		142,3077	100,0000		
Dobação Escritório		240\$000			
N.º de Amostras		1			
Índice		100,0000			
Chefe de Resíduos			192\$000		
N.º de Amostras			1		
Índice					
Gabinete Escritório			312\$000		
N.º de Amostras			1		
Índice					
Estamp. Pano					
Estampador					
N.º de Amostras					
Índice					
Tearas Almoarifado					
N.º de Amostras					
Índice					
Serviço Externo					
Agrimensura					
N.º de Amostras					
Índice					

Seção	1923	1924	1925	1926	1927
Of. Mec.					312\$000
N.º de Amostras					4
Índice					100,0000
Dobação Escritório					240\$000
N.º de Amostras					1
Índice					100,0000
Chefe de Resíduos					
N.º de Amostras					
Índice					
Gabinete Escritório					
N.º de Amostras					
Índice					

cont.

conclusão

Seção	1923	1924	1925	1926	1927
Estamp. Pano	480\$000				
Estampador					
N.º de Amostras	1				
Índice					
Teares Almoarifado					384\$000
N.º de Amostras					1
Índice					
Serviço Externo					288\$000
Agrimensura					
N.º de Amostras					1
Índice					

Seção	1928	1929	1930	1931
Of. Mec.	540\$000	312\$000	423\$120	
N.º de Amostras	2	1	1	
Índice	173,0779	100,0000	135,6154	
Chefe do Jardim	288\$000			
N.º de Amostras	1			
Índice				
Sala de Pano				
Escritório	360\$000			
N.º de Amostras	1			
Índice				
Chefe de Flanela		480\$000		
N.º de Amostras		1		
Índice				

Amostras de Salários de Operários = 560

Amostras de Salários de Chefes = 77

Total de Amostras = 637

¹ Operários de acabamento, engomação de fios, de lavanderia, da sala de pano, da enfardação, da estamparia, da tinturaria, de engomação de chitas, de resíduos, de branqueação, de remeteção, de Jiggers, de rolos, de morim, de electricidade, pedreiro, coveiro, guarda, serviço externo, empregados de escritório.

Fonte: COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Fichas de operarios.* [mss.]
Arquivo da Bangu.

TABELA 4.31 – América Fabril – Média dos Salários por Seção – Ano Base = 1927

Seção	1911	1912	1913	1914
Fiação (menores)		151\$920		
N.º de amostras		1		
Índice		173,4247		
Fiação (maiores)				
N.º de amostras				
Índice				
Maçaroqueira (menores)			148\$800	
N.º de amostras			1	
Índice			146,2264	
Maçaroqueira (maiores)				
N.º de amostras				
Índice				
Dobação ou meação (menores)				
N.º de amostras				
Índice				
Dobação ou meação (maiores)				
N.º de amostras				
Índice				
Professora				
N.º de amostras				
Índice		Eletri- cidade		
Outras (menores)	364\$320			
N.º de amostras	1			
Índice	417,0998			
Outras (maiores)				Pedreiro
N.º de amostras				303\$600
Índice				1
Chefe de fiandeiro (menores)				113,4627
N.º de amostras				
Índice				
Chefe de fiandeiro (maiores)				
N.º de amostras				
Índice				

cont.

cont.

Seção	1918	1919	1920	1921	1922
Fiação (menores)		151\$920	140\$580	143\$760	144\$360
N.º de amostras		1	4	4	2
Índice		173,4247	160,4795	164,1096	164,7945
Fiação (maiores)					
N.º de amostras					
Índice					
Maçaroqueira (menores)					136\$800
N.º de amostras					1
Índice					134,4340
Maçaroqueira (maiores)					
N.º de amostras					
Índice					
Dobação ou meação (menores)				242\$880	
N.º de amostras				1	
Índice				121,6189	
Dobação ou meação (maiores)					
N.º de amostras					
Índice					
Professora			Diretora 440\$000	385\$000	385\$000
N.º de amostras			1	1	2
Índice			181,8182	159,0909	159,0909
Tirador de es- pulas e corta- dor de algo- dão					
Outras (menores)	188\$280		202\$320	173\$280	190\$080
N.º de amostras	2		2	1	1
Índice	215,5565		231,6305	198,3834	217,6173
Servente		Sala de algodão			
Outras (maiores)	190\$080	227\$760	176\$000	259\$680	190\$080
N.º de amostras	1	1	3	2	1
Índice	71,0375	85,1194	65,7755	97,0487	71,0375
Chefe de fiandeiro (menores)	276\$480				
N.º de amostras	1				
Índice					
Chefe de fiandeiro (maiores)		276\$480			
N.º de amostras		1			
Índice					

cont.

cont.

Seção	1923	1924	1925	1926	1927
Fiação (menores)	146\$880	119\$520	113\$760	82\$560	87\$600
N.º de amostras	3	9	13	15	97
Índice	167,6712	136,4384	129,8630	94,2466	100,0000
Fiação (maiores)	151\$920			151\$920	129\$120
N.º de amostras	1			1	19
Índice	117,6580			117,6580	100,0000
Maçaroqueira (menores)	136\$800	98\$640	190\$080	124\$560	101\$760
N.º de amostras	1	1	1	1	2
Índice	134,4340	96,9340	186,7925	122,4057	100,0000
Maçaroqueira (maiores)	124\$560				130\$080
N.º de amostras	1				4
Índice	95,7565				100,0000
Dobação ou meação (menores)					124\$560
N.º de amostras					2
Índice					100,0000
Dobação ou meação (maiores)					234\$240
N.º de amostras					2
Índice					100,0000
	Cardas				
Outras (menores)	242\$880	162\$600	86\$760	103\$311	87\$346
N.º de amostras	1	2	4	13	17
Índice	278,0665	196,1562	99,3291	118,2779	100,0000
	Retorção				
Outras (maiores)	151\$920	227\$760	303\$240	261\$800	267\$577
N.º de amostras	1	5	4	6	21
Índice	56,7762	85,1194	113,3281	97,8410	100,0000
Chefe de retorção	276\$480	—	—	—	
N.º de amostras	1	—	—	—	
Índice					
Servente (maiores)					190\$080
N.º de amostras					24
Índice					100,0000
Chefe da seção de obras					132\$000
N.º de amostras					1
Índice					
Professora	198\$000			209\$000	242\$000
N.º de amostras	1			2	1
Índice	81,8182			86,3637	100,0000

cont.

cont.

Seção	1928	1929	1930	1931	1932
Fiação (menores)	81\$120	98\$872	92\$500	97\$399	78\$420
N.º de amostras	61	30	12	29	21
Índice	92,6027	112,8676	105,5936	111,1861	89,5205
Fiação (maiores)	153\$120	135\$210	148\$020	140\$297	124\$600
N.º de amostras	11	8	4	7	10
Índice	118,5874	104,7165	114,6375	108,6563	96,4994
Maçaroqueira (menores)	127\$200	124\$000	—	127\$920	—
N.º de amostras	5	1	—	3	—
Índice	125,0000	121,8553	—	125,7073	—
Maçaroqueira (maiores)	129\$600	138\$360	141\$840	141\$840	127\$920
N.º de amostras	11	2	3	3	2
Índice	99,6310	106,3653	109,0406	109,0406	98,3395
Dobação ou meação (menores)	—	—	—	124\$560	—
N.º de amostras	—	—	—	1	—
Índice	—	—	—	100,0000	—
Dobação ou meação (maiores)	237\$840	—	—	—	—
N.º de amostras	3	—	—	—	—
Índice	101,5369	—	—	—	—
Outras (menores)	167\$760	78\$960	162\$960	96\$000	107\$580
N.º de amostras	13	1	3	2	5
Índice	192,0637	90,3991	186,5684	109,9077	123,1653
Outras (maiores)	232\$560	226\$080	219\$840	280\$080	225\$980
N.º de amostras	24	22	10	10	14
Índice	86,9133	84,4916	82,1595	104,6727	84,4542
Chefe de retorcção					
N.º de amostras					
Índice					
Servente (maiores)	190\$080				
N.º de amostras	16				
Índice	100,0000				
Chefe da seção de obras					
N.º de amostras					
Índice					
Professora	275\$000				
N.º de amostras	3				
Índice	113,6364				

cont.

conclusão

Seção	1933	1934	1935
Fiação (menores)	54\$450	58\$650	75\$000
N.º de amostras	28	41	29
Índice	62,1575	66,9635	85,6164
Fiação (maiores)	110\$600	101\$000	125\$600
N.º de amostras	12	4	6
Índice	85,6568	78,2218	97,2739
Maçaroqueira (menores)	79\$950	—	—
N.º de amostras	1	—	—
Índice	78,5672	—	—
Maçaroqueira (maiores)	—	—	—
N.º de amostras	—	—	—
Índice	—	—	—
Dobação ou meação (menores)	—	—	—
N.º de amostras	—	—	—
Índice	—	—	—
Dobação ou meação (maiores)	103\$800	—	—
N.º de amostras	1	—	—
Índice	44,3135	—	—
Outras (menores)	85\$350	125\$250	—
N.º de amostras	2	2	—
Índice	97,7148	143,3952	—
Outras (maiores)	191\$200	131\$600	140\$800
N.º de amostras	5	13	12
Índice	71,4561	49,1821	52,6204
Total de amostra = 820			

Fonte: COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PAU GRANDE. *Fichas de operarios.* [mss.]

Arquivo da América Fabril.

TABELA 4.32 – Brahma – Média de Salário por Seção – Ano Base = 1943

Seção	1901	1902	1903	1904	1905
Escritório				290\$000	356\$250
N.º de Amostra				2	4
Índice				28,4832	34,9901
Engarrafamento				285\$000	350\$000
N.º de Amostra				2	1
Índice				34,2288	42,0354
Expedição				350\$000	425\$000
N.º de Amostra				1	1
Índice				46,3628	56,2977
Fabricação				250\$000	
N.º de Amostra				1	
Índice				17,6887	
Vendedor				1:000\$000	600\$000
N.º de Amostra				1	1
Índice				127,2728	76,3637
Outras ¹				225\$000	
N.º de Amostras				2	
Índice				23,6143	

Seção	1906	1907	1908	1909	1910
Escritório	360\$000	290\$000	367\$500	268\$333	431\$250
N.º de Amostra	2	2	4	3	4
Índice	35,3584	28,4832	36,0951	26,3571	42,3564
Engarrafamento		277\$500	400\$000		
N.º de Amostra		2	1		
Índice		33,3281	48,0405		
Expedição	500\$000				
N.º de Amostra	1				
Índice	66,2325				
Fabricação	210\$000		291\$000	325\$000	337\$500
N.º de Amostra	1		2	1	2
Índice	14,8585		20,5896	22,9953	23,8797
Vendedor			1:000\$000		
N.º de Amostra			1		
Índice			127,2728		
Outras ¹	260\$000		660\$000		
N.º de Amostras	1		1		
Índice	27,2876		69,2686		

cont.

cont.

Seção	1911	1912	1913	1914	1915
Escritório	416\$667	421\$250	428\$333	425\$357	470\$000
N.º de Amostras	3	8	15	14	5
Índice	40,9241	41,3743	42,0699	41,7776	46,1624
Engarrafamento	437\$500	408\$333	475\$000	—	—
N.º de Amostras	2	3	3	—	—
Índice	52,5443	49,0413	57,0481	—	—
Expedição	—	180\$000	233\$333	300\$000	—
N.º de Amostras	—	1	3	1	—
Índice	—	23,8437	30,9085	39,7395	—
Fabricação	310\$000	398\$333	447\$500	502\$500	560\$000
N.º de Amostras	2	3	3	2	2
Índice	21,9340	28,1839	31,6627	35,5593	39,6227
Cervejeiro	—	—	—	—	—
N.º de Amostras	—	—	—	—	—
Índice	—	—	—	—	—
Vendedor	—	—	500\$000	250\$000	—
N.º de Amostras	—	—	1	2	—
Índice	—	—	63,6364	31,3132	—
Advogados	—	575\$000	—	—	—
N.º de Amostras	—	2	—	—	—
Índice	—	27,3810	—	—	—
Chefe do escritório, Diretores e Gerentes	—	1:000\$000	—	—	—
N.º de Amostras	—	1	—	—	—
Índice	—	20,8333	—	—	—
Outras ²	—	252\$000	500\$000	240\$000	—
N.º de Amostras	—	2	2	2	—
Índice	—	26,4480	52,4762	25,1886	—
Máquinas	—	400\$000	377\$500	416\$666	500\$000
N.º de Amostras	—	1	2	3	1
Índice	—	45,0704	42,5352	46,9483	56,3680
Chefe da Seção de gelo	500\$000	600\$000	650\$000	—	—
N.º de Amostras	1	1	1	—	—
Índice	33,3333	40,0000	43,3333	—	—
Mestre pintor	—	—	387\$500	—	—
N.º de Amostras	—	—	1	—	—
Índice	—	—	—	—	—
Mestre de máquinas	—	—	600\$000	650\$000	700\$000
N.º de Amostras	—	—	1	—	1
Índice	—	—	21,8182	23,6364	25,4545

cont.

cont.

Seção	1916	1917	1918	1919	1920
Escritório	485\$714	450\$000	483\$000	462\$667	575\$929
N.º de Amostras	7	6	15	12	14
Índice	47,7058	144,1980	47,4392	45,4422	56,5665
Engarrafamento	—	—	—	423\$000	462\$000
N.º de Amostras	—	—	—	5	5
Índice	—	—	—	50,8028	55,4868
Expedição	250\$000	300\$000	333\$000	—	400\$000
N.º de Amostras	1	1	3	—	3
Índice	33,1163	39,7395	44,1109	—	52,9860
Fabricação	475\$000	500\$000	600\$000	600\$000	650\$000
N.º de Amostras	2	1	1	2	3
Índice	33,6085	35,3774	42,4528	42,4528	45,9906
Cervejeiro	—	—	—	—	362\$500
N.º de Amostras	—	—	—	—	2
Índice	—	—	—	—	19,0789
Vendedor	250\$000	200\$000	900\$000	533\$333	575\$000
N.º de Amostras	1	1	1	3	4
Índice	31,3132	25,4546	114,5455	67,8788	73,1818
Advogados	—	500\$500	—	—	—
N.º de Amostras	—	1	—	—	—
Índice	—	23,8095	—	—	—
Chefe do escritório, Diretores e Gerentes	1:000\$000	—	1:000\$000	1:500\$000	—
N.º de Amostras	1	—	1	1	—
Índice	20,8333	—	20,8333	31,2500	—
Outras ²	—	475\$000	205\$000	268\$750	350\$000
N.º de Amostras	—	2	3	4	3
Índice	—	49,8524	21,5153	28,2960	36,7334
Máquinas	550\$000	—	400\$000	220\$000	533\$333
N.º de Amostras	1	—	1	1	3
Índice	61,9718	—	45,0704	24,7887	60,0939
Chefe da Seção de gelo	—	—	—	—	600\$000
N.º de Amostras	—	—	—	—	1
Índice	—	—	—	—	40,0000
Mestre pintor	—	—	—	—	—
N.º de Amostras	—	—	—	—	—
Índice	—	—	—	—	—
Mestre de máquinas	—	—	—	750\$000	800\$000
N.º de Amostras	—	—	—	1	1
Índice	—	—	—	27,2727	29,0909

cont.

cont.

Seção	1921	1922	1923	1924	1925
Escritório	632\$352	607\$500	648\$958	751\$666	825\$000
N.º de Amostras	17	22	24	30	26
Índice	62,1082	59,6673	63,7393	73,8270	81,0297
Engarrafamento	467\$500	536\$000	566\$875	630\$000	680\$000
N.º de Amostras	4	5	4	5	5
Índice	56,1473	64,3743	68,0824	75,7638	81,5688
Expedição	317\$000	375\$000	410\$000	552\$083	630\$000
N.º de Amostras	5	5	8	8	5
Índice	41,9914	49,6744	54,3107	73,1317	83,4530
Fabricação	475\$000	512\$500	600\$000	712\$500	712\$500
N.º de Amostras	2	2	2	2	2
Índice	33,6085	36,2618	42,4528	50,4127	50,4127
Vendedor	637\$500	500\$000	850\$000	1.037\$500	675\$000
N.º de Amostras	4	1	2	4	2
Índice	81,1364	63,6364	108,1819	132,0455	85,9091
Cervejeiro	411\$666	400\$000	504\$166	508\$333	587\$500
N.º de Amostras	3	7	6	6	8
Índice	21,6666	21,0526	26,5351	26,7544	30,9211
Máquinas	450\$000	475\$000	550\$000	541\$666	558\$000
N.º de Amostras	3	3	3	3	3
Índice	50,7042	53,5211	61,9718	60,9577	62,8732
Veterinário	—	400\$000	—	500\$000	—
N.º de Amostras	—	1	—	1	—
Índice	—	—	—	—	—
Biólogo	—	—	—	—	—
N.º de Amostras	—	—	—	—	—
Índice	—	—	—	—	—
Químico	500\$000	600\$000	750\$000	900\$000	900\$000
N.º de Amostras	1	1	1	1	1
Índice	—	—	—	—	—
Arquiteto	—	700\$000	825\$000	1.000\$000	—
N.º de Amostras	—	1	1	1	—
Índice	—	—	—	—	—
Médico	—	—	—	500\$000	500\$000
N.º de Amostras	—	—	—	1	1
Índice	—	—	—	41,6667	41,6667
Advogado	—	1.000\$000	1.000\$000	1.100\$000	—
N.º de Amostras	—	1	1	2	—
Índice	—	47,6190	47,6190	52,3810	—
Gerente, chefe de escritório, tesoureiro	1:187\$000	1:445\$000	2:112\$000	1:850\$000	2:375\$000
N.º de Amostras	2	6	4	4	4
Índice	24,7292	30,1042	44,0000	38,5417	49,4792
Mestre de officio	—	—	575\$000	683\$000	700\$000
N.º de Amostras	—	—	1	3	3
Índice	—	—	44,2308	52,5642	53,8462
Chefe de seção de gelo	600\$000	675\$000	725\$000	900\$000	925\$000
N.º de Amostras	2	2	2	2	2

cont.

cont.

Seção	1921	1922	1923	1924	1925
Índice	40,0000	45,0000	48,3333	60,0000	61,6667
Mestre pintor	500\$000	550\$000	650\$000	800\$000	950\$000
N.º de Amostras	1	1	1	1	1
Índice	—	—	—	—	—
Mestre de fabricação	1:000\$000	1:200\$000	1:000\$000	1:200\$000	1:425\$000
N.º de Amostras	1	1	2	2	2
Índice	—	—	—	—	—
Mestre de máquina	850\$000	850\$000	1:012\$500	1:000\$000	1:050\$000
N.º de Amostras	2	2	2	2	2
Índice	30,9091	30,9091	36,8182	36,3636	38,1818
Chefe de expedição	1:000\$000	1:200\$000	1:400\$000	1:400\$000	1:400\$000
N.º de Amostras	1	1	1	1	1
Índice	—	—	—	—	—
Mestre de tomo	—	—	—	—	800\$000
N.º de Amostras	—	—	—	—	1
Índice	—	—	—	—	—
2.º Mestre Engenheiro	—	500\$000	625\$000	800\$000	900\$000
N.º de Amostras	—	1	1	1	1
Índice	—	—	—	—	—
Outras ³	366\$668	368\$000	449\$730	548\$571	636\$666
N.º de Amostras	9	9	13	14	11
Índice	38,4827	38,6225	47,2003	57,5739	66,8197
Mestre Correeiro	—	—	—	—	—
N.º de Amostras	—	—	—	—	—
Índice	—	—	—	—	—
Seção	1926	1927	1928	1929	1930
Escritório	862\$500	809\$500	850\$000	870\$238	958\$823
N.º de Amostras	24	25	23	21	17
Índice	84,7129	79,5073	83,4852	85,4729	94,1735
Engarrafamento	700\$000	631\$250	680\$000	741\$666	683\$333
N.º de Amostras	5	8	5	6	6
Índice	84,0709	75,8139	81,5688	89,0750	93,0784
Expedição	650\$000	650\$000	683\$333	791\$666	762\$000
N.º de Amostras	5	5	6	6	4
Índice	86,1023	86,1023	90,5178	104,7799	100,9384
Fabricação	806\$000	587\$500	—	700\$000	—
N.º de Amostras	2	4	—	1	—
Índice	57,0283	41,5684	—	49,5283	—
Vendedor	630\$000	775\$000	675\$000	794\$444	566\$666
N.º de Amostras	5	3	2	3	3
Índice	80,1818	98,6364	85,9091	101,1111	72,1212
Carvejeiro	612\$000	685\$000	745\$000	712\$000	666\$666
N.º de Amostras	10	7	5	4	3
Índice	32,2105	36,0526	39,2105	37,4337	35,0877
Máquinas	558\$000	583\$333	600\$000	633\$333	633\$333
N.º de Amostras	3	3	3	3	3

cont.

cont.

Seção	1926	1927	1928	1929	1930
Índice	62,8732	65,7277	67,6056	71,3315	71,3315
Veterinário	—	—	—	—	—
Nº de Amostras					
Índice					
Biólogo	1:100\$000	1:300\$000	1:400\$000	1:500\$000	—
Nº de Amostras	1	1	1	1	—
Índice					
Químico	1:000\$000	—	—	—	—
Nº de Amostras	1	—	—	—	—
Índice					
Arquiteto					
Nº de Amostras					
Índice					
Médico	500\$000	500\$000	700\$000	—	—
Nº de Amostras	1	1	1	—	—
Índice	41,6667	41,6667	58,3333	—	—
Advogado	—	—	—	—	—
Nº de Amostras					
Índice					
Gerente, chefe de escritório, tesoureiro	2:500\$000	2:500\$000			
Nº de Amostras	2	1			
Índice	52,0833	52,0833			
Mestre de ofício	700\$000	787\$500	700\$000	300\$000	—
Nº de Amostras	2	2	1	1	—
Índice	53,8462	60,5769	53,8462	23,0769	—
Chefe de seção de gelo	925\$000	1:025\$000	1:025\$000	1:025\$000	1:025\$000
Nº de Amostras	2	2	2	2	2
Índice	61,6667	68,3333	68,3333	68,3333	68,3333
Mestre pintor	—	—	—	—	—
Nº de Amostras	—	—	—	—	—
Índice	—	—	—	—	—
Mestre de fabricação	1:400\$000	1:312\$500	1:125\$000	2:000\$000	—
Nº de Amostras	2	2	1	1	—
Índice					
Mestre de máquina	1:100\$000	1:537\$000	1:575\$000	1:575\$000	1:575\$000
Nº de Amostras	2	2	2	2	2
Índice	40,0000	55,8909	57,2727	57,2727	57,2727
Chefe de expedição	1:400\$000	1:400\$000	1:800\$000	—	—
Nº de Amostras	1	1	1	—	—
Índice	—	—	—	—	—
Mestre de torno	800\$000	800\$000	800\$000	900\$000	900\$000
Nº de Amostras	1	1	1	1	1
Índice	—	—	—	—	—
2º Mestre Engenheiro	—	—	—	—	—
Nº de Amostras	—	—	—	—	—
Índice	—	—	—	—	—

cont.

conclusão

Seção	1926	1927	1928	1929	1930
Outras ³	658\$194	613\$076	707\$916	773\$846	768\$750
Nº de Amostras	12	13	12	13	8
Índice	69,0791	64,3439	74,2976	81,2171	80,6822
Mestre Correio	—	—	—	650\$000	650\$000
Nº de Amostras				1	1
Índice					
Total de amostras = 986 (de 1904 a 1930)					

Obs.: Salário do vendedor sofre grandes variações em função das comissões.

¹ Cocheiro, feitor de cocheiro e chofer da diretoria.

² Vigia do cais do porto, fiscal, cartazes, telefonista, seção marítima, depositário, carpinteiro, feitor de cocheiro.

³ Seções de encomendas, de gasosas, de ácido carbônico, de oficinas, de depósito, de tanoaria. Vigia, fiscal e empregado do cais do porto. Seção marítima, chofer do presidente da Companhia, feitor de cocheiro, ajudante de feitor, telefonista, fiscal de cartazes, técnico.

Fonte: COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA. Arquivo. *Fichas de operários*. [mss.]

TABELA 4.33 — América Fabril — Número de Menores por Seção de Acordo com o Ano de Admissão

Ano de Admissão	Seções que Possuem Menores	Nº de Menores por Seção	Percentual de Menores por Seção
1911	Eletricidade	1	100%
	Total do Ano	1	
	Percentual	25%	
1912	Fiação	1	50%
	Dobação ou meação	1	50%
	Total do Ano	2	
	Percentual	22,22%	

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seções que Possuem Menores	N.º de Menores por Seção	Percentual de Menores por Seção
1913	Fiação	1	50%
	Maçaroca	1	50%
	Teares	2	33,33%
	Total do Ano	4	
	Percentual	36,36%	
1914	Teares	1	25%
	Dobação ou meação	1	100%
	Total do Ano	2	
	Percentual	33,33%	
1917	Fiação	1	100%
	Maçaroca	1	100%
	Total do Ano	2	
	Percentual	20%	
1918	Fiação	2	100%
	Teares	3	42,85%
	Outras seções	3	60%
	Total do Ano	8	
	Percentual	57,14%	
1919	Teares	3	37,50%
	Fiação	1	100%
	Outras seções	3	37,50%
	Total do Ano	7	
	Percentual	41,17%	

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seções que Possuem Menores	N.º de Menores por Seção	Percentual de Menores por Seção
1920	Teares	3	60%
	Fiação	3	75%
	Outras seções	5	55,55%
	Total do Ano	11	
	Percentual	55%	
1921	Teares	2	33,33%
	Fiação	4	100%
	Outras seções	3	42,85%
	Total do Ano	9	50%
	Percentual	50%	
1922	Teares	1	9,09%
	Fiação	3	100%
	Maçaroca	1	50%
	Outras seções	2	40%
	Total do Ano	7	
Percentual	30,43%		
1923	Teares	5	41,66%
	Fiação	5	83,33%
	Maçaroca	3	60%
	Outras seções	2	33,33%
	Total do Ano	15	
Percentual	50%		

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seções que Possuem Menores	N.º de Menores por Seção	Percentual de Menores por Seção
1924	Fiação	10	100%
	Maçaroca	2	50%
	Outras seções	2	18,18%
	Total do Ano	14	
	Percentual	33,33%	
1925	Teares	2	14,28%
	Fiação	15	93,75%
	Maçaroca	3	50%
	Outras seções	6	60%
	Total do Ano	26	
	Percentual	56,52%	
1926	Teares	4	15,38%
	Fiação	17	94,44%
	Maçaroca	4	57,14%
	Outras seções	23	71,87%
	Total do Ano	48	
	Percentual	56,47%	
1927	Teares	16	16,49%
	Fiação	103	81,10%
	Maçaroca	5	16,12%
	Outras seções	23	26,74%
	Total do Ano	147	
	Percentual	43,10%	

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seções que Possuem Menores	N.º de Menores por Seção	Percentual de Menores por Seção
1928	Teares	11	13,09%
	Fiação	77	85,55%
	Maçaroca	11	37,93%
	Outras seções	19	22,09%
	Total do Ano	118	
	Percentual	40,83%	
1929	Teares	5	6,66%
	Fiação	76	77,55%
	Maçaroca	5	38,46%
	Outras seções	15	28,86%
	Total do Ano	101	
	Percentual	41,39%	
1930	Teares	2	22,22%
	Fiação	14	77,77%
	Outras seções	6	28,57%
	Total do Ano	22	
	Percentual	41,50%	
	1931	Teares	4
Fiação		34	80,95%
Maçaroca		3	50%
Outras seções		5	22,72%
Total do Ano		46	
Percentual		47,42%	

cont.

conclusão

Ano de Admissão	Seções que Possuem Menores	N.º de Menores por Seção	Percentual de Menores por Seção
1932	Teares	1	2,94%
	Fiação	21	65,62%
	Outras seções	7	28%
	Total do Ano	29	
	Percentual	30,20%	
1933	Fiação	28	68,29%
	Teares	2	5,71%
	Maçaroca	1	100%
	Outras seções	2	20%
	Total do Ano	33	
Percentual	37,93%		
1934	Fiação	44	93,61%
	Teares	1	6,25%
	Outras seções	2	10%
	Total do Ano	47	
	Percentual	56,62%	
1935	Fiação	29	82,85%
	Total do Ano	29	
	Percentual	59,18%	

Fonte: COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PAU GRANDE. *Fichas de admissão de operários.* [mss.]

Arquivo da América Fabril.

TABELA 4.34 – América Fabril (operários) – Atividade, Sexo, Raça, Instrução e Estado Civil

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Raça		
			Feminino	Masculino	Branco	Mulato	Negro
1911	Teares	Total Parcial Percentual Total = 3	2 66,66%	1 33,33%	3 100%	0 %	0 %
	Eletricidade	Total Parcial Percentual Total = 1	0 %	1 100%	1 100%	0 %	0 %
Total do Ano = 4							
1912	Teares	Total Parcial Percentual Total = 4	0 %	4 100%	4 100%	0 %	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 2	2 100%	0 %	2 100%	0 %	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	1 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 2	2 100%	0 %	1 50%	0 %	1 50%
Total do Ano = 9							
1913	Teares	Total Parcial Percentual Total = 6	4 66,66%	2 33,33%	5 83,33%	1 16,66%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 2	2 100%	0 %	2 100%	0 %	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 2	2 100%	0 %	1 50%	1 50%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	0 %	1 100%
Total do Ano = 11							
1914	Teares	Total Parcial Percentual Total = 4	2 50%	2 50%	4 100%	0 %	0 %

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Raça		
			Feminino	Masculino	Branco	Mulato	Negro
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 2	1 50%	1 50%	2 100%	0 %	0 %
Total do Ano = 6							
1917	Teares	Total Parcial Percentual Total = 4	2 50%	2 50%	3 75%	0 %	1 25%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	1 100%	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	1 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 4	3 75%	1 25%	4 100%	0 %	0 %
Total do Ano = 10							
1918	Teares	Total Parcial Percentual Total = 7	5 71,42%	2 28,57%	6 85,71%	1 14,28%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 2	2 100%	0 %	2 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 5	1 20%	4 80%	4 80%	0 %	1 20%
Total do Ano = 14							
1919	Teares	Total Parcial Percentual Total = 8	6 75%	2 25%	7 87,50%	1 12,50%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	0 %	1 100%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 8	4 50%	4 50%	5 62,50%	3 37,50%	0 %
Total do Ano = 17							

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Raça		
			Feminino	Masculino	Branco	Mulato	Negro
1920	Teares	Total Parcial Percentual Total = 5	4 80%	1 20%	5 100%	0 %	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 4	4 100%	0 %	1 25%	0 %	3 75%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	1 100%	0 %
	Diretora da Escola	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	1 100%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 9	5 55,55%	4 44,44%	6 66,66%	1 11,11%	2 22,22%
Total do Ano = 20							
1921	Teares	Total Parcial Percentual Total = 6	2 33,33%	4 66,66%	4 66,66%	2 33,33%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 4	3 75%	1 25%	0 %	0 %	4 100%
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	1 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 7	2 28,5	5 71,42%	6 85,71%	0 %	1 14,28%
Total do Ano = 18							
1922	Teares	Total Parcial Percentual Total = 11	6 54,54%	5 45,45%	9 81,81%	2 18,18%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 3	3 100%	0 %	2 66,66%	0 %	1 33,33%

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Raça		
			Feminino	Masculino	Branco	Mulato	Negro
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 2	2 100%	0 %	1 50%	0 %	1 50%
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 2	2 100%	0 %	2 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 5	4 80%	1 20%	2 40%	2 40%	1 20%
Total do Ano = 23							
1923	Teares	Total Parcial Percentual Total = 12	5 41,66%	7 58,33%	7 58,33%	3 25%	2 16,66%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 6	6 100%	0 %	2 33,33%	2 33,33%	2 33,33%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 5	4 80%	1 20%	2 40%	1 20%	2 40%
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 1	0 %	1 100%	1 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 6	1 16,66%	5 83,33%	5 83,33%	1 16,66%	0 %
Total do Ano = 30							
1924	Teares	Total Parcial Percentual Total = 16	10 60%	6 40%	14 87,50%	2 12,50%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 10	7 70%	3 30%	6 60%	1 10%	3 30%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 4	3 75%	1 25%	1 25%	0 %	3 75%

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Raça		
			Feminino	Masculino	Branco	Mulato	Negro
	Professora	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	1 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 11	5 45,45%	6 54,54%	8 72,72%	2 18,18%	1 9,09%
Total do Ano = 42							
1925	Teares	Total Parcial Percentual Total = 14	10 71,42%	4 28,57%	12 85,71%	2 14,28%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 16	7 43,75%	9 56,25%	9 56,25%	4 25%	3 18,75%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 6	5 83,33%	1 16,66%	3 50%	1 16,66%	2 33,33%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 10	0 %	10 100%	7 70%	0 %	3 30%
Total do Ano = 46							
1926	Teares	Total Parcial Percentual Total = 26	19 73,07%	7 26,92%	23 88,46%	3 11,53%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 18	7 38,88%	11 61,11%	10 55,55%	6 33,33%	2 11,11%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 7	6 85,71%	1 14,28%	4 57,24%	2 28,48%	1 14,28%
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 2	2 100%	0 %	2 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 32	10 31,25%	22 68,75%	21 65,62%	6 18,75%	5 15,62%
Total do Ano = 85							

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Raca		
			Feminino	Masculino	Branco	Mulato	Negro
1927	Teares	Total Parcial Percentual Total = 97	45 46,39%	52 53,60%	77 79,38%	12 12,37%	8 8,24%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 127	83 65,35%	44 34,64%	74 58,26%	32 25,19%	21 16,53%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 31	27 87,09%	4 12,90%	22 70,96%	6 19,35%	3 9,67%
	Servente	Total Parcial Percentual Total = 24	0 %	24 100%	14 58,33%	3 12,50%	7 29,16%
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	1 100%	0 %
	Dobação ou Meação	Total Parcial Percentual Total = 10	8 80%	2 20%	7 70%	2 20%	1 10%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 51	12 23,52%	39 76,47%	37 72,54%	4 7,84%	10 19,60%
Total do Ano = 341							
1928	Teares	Total Parcial Percentual Total = 84	34 40,47%	50 59,52%	63 74,99%	12 14,28%	9 10,71%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 90	49 54,44%	41 45,55%	55 61,11%	11 12,22%	24 26,66%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 29	29 100%	0 %	16 55,17%	12 41,37%	1 3,44%
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 3	3 100%	0 %	3 100%	0 %	0 %

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Raça		
			Feminino	Masculino	Branco	Mulato	Negro
	Dobação ou Meação	Total Parcial Percentual Total = 11	8 72,72%	3 27,27%	8 72,72%	1 9,09%	2 18,18%
	Servente	Total Parcial Percentual Total = 18	0 %	18 100%	11 61,11%	3 16,66%	4 22,22%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 54	15 27,77%	39 72,72%	38 70,37%	9 16,66%	7 12,96%
Total do Ano = 289							
1929	Teares	Total Parcial Percentual Total = 75	39 51,99%	36 47,99%	55 73,33%	14 18,66%	6 7,99%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 98	58 59,18%	40 40,81%	61 62,24%	13 13,26%	24 24,48%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 13	12 92,30%	1 7,69%	11 84,61%	1 7,69%	1 7,69%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 58	12 20,68%	46 79,31%	38 65,51%	7 12,06%	13 22,41%
Total do Ano = 244							
1930	Teares	Total Parcial Percentual Total = 9	5 55,55%	4 44,44%	9 100%	0 %	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 18	8 44,44%	10 55,55%	9 50%	5 27,77%	4 22,22%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 5	5 100%	0 %	4 80%	0 %	1 20%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 21	5 23,80%	16 76,19%	11 52,38%	7 33,33%	3 14,28%
Total do Ano = 53							

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Raça		
			Feminino	Masculino	Branco	Mulato	Negro
1931	Teares	Total Parcial Percentual Total = 27	8 29,62%	19 70,37%	23 85,18%	3 11,11%	1 3,70%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 42	30 71,42%	12 28,57%	20 47,61%	14 33,33%	8 19,04%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 6	6 100%	0 %	2 33,33%	4 66,66%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 22	8 36,36%	14 63,63%	12 54,54%	9 40,90%	1 4,54%
Total do Ano = 97							
1932	Teares	Total Parcial Percentual Total = 34	13 38,23%	21 61,76%	24 70,58%	8 23,58%	2 5,88%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 32	19 59,37%	13 40,62%	17 53,12%	13 40,62%	2 6,25%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 5	5 100%	0 %	4 80%	1 20%	0 100%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 25	11 44%	14 56%	18 72%	4 16%	3 12%
Total do Ano = 96							
1933	Teares	Total Parcial Percentual Total = 35	16 45,71%	19 54,28%	26 74,28%	8 22,85%	1 2,85%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 41	28 68,29%	13 31,70%	26 63,41%	12 29,26%	3 7,31%

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Raça		
			Feminino	Masculino	Branco	Mulato	Negro
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	1 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 10	4 40%	6 60%	6 60%	1 10%	3 30%
Total do Ano = 87							
1934	Teares	Total Parcial Percentual Total = 16	8 50%	8 50%	13 81,25%	3 18,75%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 47	20 42,55%	27 57,44%	26 55,31%	6 12,76%	15 31,91%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 20	15 75%	5 25%	15 75%	3 15%	2 10%
Total do Ano = 83							
1935	Teares	Total Parcial Percentual Total = 1	0 %	1 100%	1 100%	0 %	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 35	16 45,71%	19 54,28%	23 65,71%	9 25,71%	3 8,57%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 13	8 61,53%	5 38,46%	6 46,15%	3 23,07%	4 30,76%
Total do Ano = 49							
Total de amostras = 1674							
Total de amostras por categorias			867	807	1121	309	244
Percentual de amostras por categorias			51,79%	48,21%	66,97%	18,46%	14,28%

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Instrução		Estado Civil		
			Letrado	Analfabeto	Casado	Solteiro	Viúvo
1911	Teares	Total Parcial Percentual Total = 3	1 33,33%	2 66,66%	1 33,33%	1 33,33%	1 33,33%
	Eletricidade	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	1 100%	0 %	0 %
Total do Ano = 4							
1912	Teares	Total Parcial Percentual Total = 4	3 75%	1 25%	4 100%	0 %	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 2	0 %	2 100%	1 50%	0 %	1 50%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 1	0 %	1 100%	1 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 2	1 50%	1 50%	0 %	1 50%	1 50%
Total do Ano = 9							
1913	Teares	Total Parcial Percentual Total = 6	4 66,66%	2 33,33%	4 66,66%	2 33,33%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 2	1 50%	1 50%	0 %	1 50%	1 50%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 2	0 %	2 100%	2 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 1	0 %	1 100%	0 %	0 %	1 100%
Total do Ano = 11							
1914	Teares	Total Parcial Percentual Total = 4	3 75%	1 25%	2 50%	1 25%	1 25%

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Instrução		Estado Civil		
			Letrado	Analfabeto	Casado	Solteiro	Viúvo
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 2	1 50%	1 50%	0 %	1 50%	1 50%
Total do Ano = 6							
1917	Teares	Total Parcial Percentual Total = 4	4 100%	0 %	2 50%	1 25%	1 25%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	1 100%	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	1 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 4	2 50%	2 50%	3 75%	0 %	1 25%
Total do Ano = 10							
1918	Teares	Total Parcial Percentual Total = 7	6 85,71%	1 14,28%	3 42,85%	3 42,85%	1 14,28%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 2	2 100%	0 %	1 50%	1 50%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 5	5 100%	0 %	1 20%	4 80%	0 %
Total do Ano = 14							
1919	Teares	Total Parcial Percentual Total = 8	5 62,50%	3 37,50%	2 25%	5 62,50%	1 12,50%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 1	0 %	1 100%	1 100%	0 %	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 8	3 37,50%	5 62,50%	5 62,50%	2 25%	1 12,50%
Total do Ano = 17							

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Instrução		Estado Civil		
			Letrado	Analfabeto	Casado	Solteiro	Viúvo
1920	Teares	Total Parcial Percentual Total = 5	3 60%	2 40%	3 60%	2 40%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 4	4 100%	0 %	1 25%	3 75%	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	1 100%	0 %	0 %
	Directora da Escola	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	0 %	1 100%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 9	6 66,66%	3 33,33%	4 44,44%	5 55,55%	0 %
Total do Ano = 20							
1921	Teares	Total Parcial Percentual Total = 6	4 66,66%	2 33,33%	4 66,66%	2 33,33%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 4	4 100%	0 %	0 %	4 100%	0 %
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	0 %	1 100%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 7	7 100%	0 %	4 57,14%	3 42,85%	0 %
Total do Ano = 18							
1922	Teares	Total Parcial Percentual Total = 11	7 63,63%	4 36,36%	6 54,54%	4 36,36%	1 9,09%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 3	2 66,66%	1 33,33%	0 %	3 100%	0 %

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Instrução		Estado Civil		
			Letrado	Analfabeto	Casado	Solteiro	Viúvo
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 2	1 50%	1 50%	1 50%	1 50%	0 %
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 2	0 %	2 100%	1 50%	1 50%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 5	3 60%	2 40%	4 80%	1 20%	0 %
Total do Ano = 23							
1923	Teares	Total Parcial Percentual Total = 12	11 91,66%	1 8,33%	4 33,33%	8 66,66%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 6	4 66,66%	2 33,33%	3 50%	3 50%	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 5	3 60%	2 40%	2 20%	4 80%	0 %
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	1 100%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 6	4 66,66%	2 33,33%	3 50%	3 50%	0 %
Total do Ano = 30							
1924	Teares	Total Parcial Percentual Total = 16	12 75%	4 25%	9 56,25%	3 18,75%	4 25%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 10	7 70%	3 30%	1 10%	9 90%	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 4	1 25%	3 75%	2 50%	2 50%	0 %

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Instrução		Estado Civil		
			Letrado	Analfabeto	Casado	Solteiro	Viúvo
	Professora	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	1 100%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 11	7 63,63%	4 36,36%	7 63,63%	3 27,27%	1 9,09%
Total do Ano = 42							
1925	Teares	Total Parcial Percentual Total = 14	12 85,71%	2 14,28%	9 64,28%	5 35,71%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 16	11 68,75%	5 31,25%	1 6,25%	15 93,75%	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 6	2 33,33%	4 66,66%	1 16,16%	3 50%	2 33,33%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 10	9 90%	1 10%	4 40%	6 60%	0 %
Total do Ano = 46							
1926	Teares	Total Parcial Percentual Total = 26	19 73,07%	7 26,92%	15 57,59%	8 30,76%	3 11,53%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 18	16 88,88%	2 11,11%	2 11,11%	16 88,88%	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 7	7 100%	0 %	1 14,28%	6 85,71%	0 %
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 2	2 100%	0 %	1 50%	1 50%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 32	20 62,50%	12 37,50%	6 18,75%	25 78,12%	1 3,12%
Total do Ano = 85							

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Instrução		Estado Civil		
			Letrado	Analfabeto	Casado	Solteiro	Viúvo
1927	Teares	Total Parcial Percentual Total = 97	79 81,44%	18 18,55%	50 51,54%	45 46,39%	2 2,06%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 127	91 71,65%	36 28,34%	19 14,96%	108 85,03%	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 31	20 64,51%	11 35,48%	13 41,93%	16 51,61%	2 6,45%
	Servente	Total Parcial Percentual Total = 24	18 75%	6 25%	11 45,83%	13 54,16%	0 %
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	1 100%	0 %	0 %
	Dobação ou Meação	Total Parcial Percentual Total = 10	4 40%	6 60%	4 40%	4 40%	2 20%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 51	35 68,62%	16 31,37%	12 23,52%	35 68,62%	4 7,84%
Total do Ano = 341							
1928	Teares	Total Parcial Percentual Total = 84	56 66,66%	28 33,33%	35 41,66%	42 49,99%	7 8,33%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 90	60 66,66%	30 33,33%	6 6,66%	83 92,22%	1 1,11%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 29	19 65,51%	10 34,48%	6 20,68%	20 68,96%	3 10,34%
	Professor	Total Parcial Percentual Total = 3	3 100%	0 %	1 33,33%	2 66,66%	0 %
	Dobação ou Meação	Total Parcial Percentual Total = 11	7 63,63%	4 36,36%	7 63,63%	4 36,36%	0 %

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Instrução		Estado Civil		
			Letrado	Analfabeto	Casado	Solteiro	Viúvo
	Servente	Total Parcial Percentual Total = 18	13 72,72%	5 27,77%	7 38,88%	11 61,11%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 54	43 79,72%	11 20,37%	18 33,33%	34 62,96%	2 3,70%
Total do Ano = 289							
1929	Teares	Total Parcial Percentual Total = 75	32 42,66%	43 57,33%	35 46,66%	36 47,99%	4 5,33%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 98	30 30,61%	68 69,38%	15 15,30%	80 81,63%	3 3,06%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 13	3 23,07%	10 76,92%	1 7,69%	11 84,61%	1 7,69%
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 58	21 36,20%	37 63,79%	19 32,75%	36 62,06%	3 5,17%
Total do Ano = 244							
1930	Teares	Total Parcial Percentual Total = 9	7 77,77%	2 22,22%	5 55,55%	4 44,44%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 18	4 22,22%	14 77,77%	2 11,11%	16 88,88%	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 5	1 20%	4 80%	3 60%	2 40%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 21	5 23,80%	16 76,19%	8 38,09%	13 61,90%	0 %
Total do Ano = 53							

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Instrução		Estado Civil		
			Letrado	Analfabeto	Casado	Solteiro	Viúvo
1931	Teares	Total Parcial Percentual Total = 27	24 88,88%	3 11,11%	14 51,85%	13 48,14%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 42	32 76,19%	10 23,80%	7 16,66%	34 80,95%	1 2,38%
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 6	4 66,66%	2 33,33%	3 50%	3 50%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 22	14 63,63%	8 36,36%	12 54,54%	9 40,90%	1 4,54%
Total do Ano = 97							
1932	Teares	Total Parcial Percentual Total = 34	31 91,17%	3 8,82%	16 47,05%	17 50%	1 2,94%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 32	22 68,75%	10 31,25%	12 37,50%	20 62,50%	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 5	5 100%	0 %	2 40%	3 60%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 25	22 88%	3 12%	6 24%	19 76%	0 %
Total do Ano = 96							
1933	Teares	Total Parcial Percentual Total = 35	25 71,42%	10 28,57%	21 60%	12 34,28%	2 5,71%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 41	39 95,12%	2 4,87%	10 24,39%	31 75,60%	0 %
	Maçaroqueira	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	1 100%	0 %

cont.

conclusão

Ano de Admissão	Seção	Totais	Instrução		Estado Civil		
			Letrado	Analfabeto	Casado	Solteiro	Viúvo
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 10	8 80%	2 20%	2 20%	7 70%	1 10%
Total do Ano = 87							
1934	Teares	Total Parcial Percentual Total = 16	14 87,50%	2 12,50%	12 75%	3 18,75%	1 6,25%
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 47	47 100%	0 %	1 2,12%	46 97,87%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 20	14 70%	6 30%	11 55%	8 40%	1 5%
Total do Ano = 83							
1935	Teares	Total Parcial Percentual Total = 1	1 100%	0 %	0 %	1 100%	0 %
	Fiação	Total Parcial Percentual Total = 35	33 94,28%	2 5,71%	5 14,28%	30 85,71%	0 %
	Outras	Total Parcial Percentual Total = 13	13 100%	0 %	4 30,76%	9 69,23%	0 %
Total do Ano = 49							
Total de amostras = 1674							
Total de amostras por categorias			1.138	536	551	1.056	67
Percentual de amostras por categorias			67,98%	32,01%	32,92%	63,08%	4,00%

Fonte: COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PAU GRANDE. *Fichas de operarios.* [mss.]

Arquivo da América Fabril.

TABELA 4.35 — América Fabril — Forma de Remuneração (Nº de operários que recebem por empreitada, por diária, por hora ou por salário mensal, de acordo com a seção e o ano de admissão)

Ano de Admissão	Seção	Totais	Por Empreitada	Por Diária e por hora	Por Salário Mensal
1911	Teares	Subtotal	3	—	—
	Eletricidade	Subtotal	—	1	—
		Total	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>—</u>
		Percentual	75%	25%	%
1912	Teares	Subtotal	4	—	—
	Fiação	Subtotal	1	1	—
	Maçaroqueira	Subtotal	1	—	—
	Outras	Subtotal	<u>2</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
		Total	<u>8</u>	<u>1</u>	<u>—</u>
	Percentual	88,38%	11,11%	%	
1913	Teares	Subtotal	6	—	—
	Fiação	Subtotal	2	—	—
	Maçaroqueira	Subtotal	1	1	—
	Outras	Subtotal	<u>1</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
		Total	<u>10</u>	<u>1</u>	<u>—</u>
	Percentual	90,90%	9,09%	%	

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Por Empreitada	Por Diária e por hora	Por Salário Mensal
1914	Teares	Subtotal	4	—	—
	Outras	Subtotal	1	1	—
		Total	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>—</u>
		Percentual	33,33%	16,66%	%
1917	Teares	Subtotal	4	—	—
	Fiação	Subtotal	—	—	1
	Maçaroqueira	Subtotal	1	—	—
	Outras	Subtotal	3	—	1
		Total	<u>8</u>	<u>—</u>	<u>2</u>
		Percentual	80%	%	20%
1918	Teares	Subtotal	7	—	—
	Fiação	Subtotal	2	—	—
	Outras	Subtotal	1	4	—
		Total	<u>10</u>	<u>4</u>	<u>—</u>
		Percentual	71,42%	28,57%	%
1919	Teares	Subtotal	8	—	—
	Fiação	Subtotal	—	1	—
	Outras	Subtotal	4	2	2
		Total	<u>12</u>	<u>3</u>	<u>2</u>
		Percentual	70,58%	17,64%	11,76%

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Por Empreitada	Por Diária e por hora	Por Salário Mensal
1920	Teares	Subtotal	5	—	—
	Fiação	Subtotal	—	4	—
	Maçaroqueira	Subtotal	1	—	—
	Diretora da Escola	Subtotal	—	—	1
	Outras	Subtotal	4	5	—
		Total	10	9	1
		Percentual		50%	45%
1921	Teares	Subtotal	6	—	—
	Fiação	Subtotal	—	4	—
	Professor	Subtotal	—	—	1
	Outras	Subtotal	2	4	1
		Total	8	8	2
		Percentual		44,44%	44,44%
1922	Teares	Subtotal	11	—	—
	Fiação	Subtotal	—	2	1
	Maçaroqueira	Subtotal	1	1	—
	Professor	Subtotal	—	—	2
	Outras	Subtotal	3	2	—
		Total	15	5	3
		Percentual		65,21%	21,73%

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Por Empreitada	Por Diária e por hora	Por Salário Mensal	
1923	Teares	Subtotal	12	—	—	
	Fiação	Subtotal	—	4	2	
	Maçaroqueira	Subtotal	2	3	—	
	Professor	Subtotal	—	—	1	
	Outras	Subtotal	—	3	3	
		Total		<u>14</u>	<u>10</u>	<u>6</u>
		Percentual		46,66%	33,33%	20%
1924	Teares	Subtotal	16	—	—	
	Fiação	Subtotal	—	10	—	
	Maçaroqueira	Subtotal	4	1	—	
	Outras	Subtotal	3	8	—	
		Total		<u>23</u>	<u>19</u>	<u>—</u>
		Percentual		54,76%	45,23%	%
	1925	Teares	Subtotal	14	—	—
Fiação		Subtotal	—	13	3	
Maçaroqueira		Subtotal	5	1	—	
Outras		Subtotal	2	8	—	
		Total		<u>21</u>	<u>22</u>	<u>3</u>
		Percentual		45,65%	47,82%	6,52%
						cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Por Empreitada	Por Diária e por hora	Por Salário Mensal
1926	Teares	Subtotal	26	—	—
	Fiação	Subtotal	—	17	1
	Maçaroqueira	Subtotal	6	1	—
	Professor	Subtotal	—	—	2
	Outras	Subtotal	2	20	10
		Total	34	38	13
		Percentual	40%	44,70%	15,29%
1927	Teares	Subtotal	97	—	—
	Fiação	Subtotal	—	127	—
	Maçaroqueira	Subtotal	23	8	—
	Servente	Subtotal	—	24	—
	Professor	Subtotal	—	1	—
	Dobação ou Meação	Subtotal	5	5	—
	Outras	Subtotal	14	35	2
	Total	139	200	2	
	Percentual	40,76%	58,65%	0,59%	
1928	Teares	Subtotal	84	—	—
	Fiação	Subtotal	—	90	—
	Maçaroqueira	Subtotal	10	19	—
	Servente	Subtotal	1	17	—

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Por Empreitada	Por Diária e por hora	Por Salário Mensal
	Professor	Subtotal	—	—	3
	Dobação ou Meação	Subtotal	8	3	—
	Outras	Subtotal	16	38	—
		Total	119	167	3
		Percentual	41,18%	57,79%	1,04%
1929	Teares	Subtotal	75	—	—
	Fiação	Subtotal	—	98	—
	Maçaroqueira	Subtotal	9	4	—
	Outras	Subtotal	21	37	—
		Total	105	139	—
		Percentual	36,20%	63,79%	%
1930	Teares	Subtotal	9	—	—
	Fiação	Subtotal	16	2	—
	Maçaroqueira	Subtotal	2	3	—
	Outras	Subtotal	8	13	—
		Total	35	18	—
		Percentual	66,03%	33,96%	%
1931	Teares	Subtotal	27	—	—
	Fiação	Subtotal	6	36	—
	Maçaroqueira	Subtotal	—	6	—

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Por Empreitada	Por Diária e por hora	Por Salário Mensal	
	Outras	Subtotal	10	12	—	
		Total	43	54	—	
	Percentual		44,32%	55,67%	%	
	1932	Teares	Subtotal	34	—	—
		Fiação	Subtotal	1	31	—
		Maçaroqueira	Subtotal	2	3	—
Outras		Subtotal	6	19	—	
Total			43	53	—	
Percentual		44,79%	55,20%	%		
1933	Teares	Subtotal	35	—	—	
	Fiação	Subtotal	—	41	—	
	Maçaroqueira	Subtotal	—	1	—	
	Outras	Subtotal	2	8	—	
	Total		37	50	—	
Percentual		42,52%	57,47%	%		
1934	Teares	Subtotal	16	—	—	
	Fiação	Subtotal	—	47	—	
	Outras	Subtotal	5	15	—	
	Total		21	62	—	
	Percentual		25,30%	74,69%	%	

cont.

conclusão

Ano de Admissão	Seção	Totais	Por Empreitada	Por Diária e por hora	Por Salário Mensal
1935	Teares	Subtotal	1	—	—
	Fiação	Subtotal	—	35	—
	Outras	Subtotal	1	12	—
		Total	2	47	—
		Percentual	4,08%	95,91%	%
		Totais Parciais	725	912	37
		Total de Amostras = 1674			
		Percentual	43,31%	54,48%	2,21%

Fonte: COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PAU GRANDE. *Folhas de pagamento.* [mss.]

TABELA 4.36 – Bangu (operários) – Atividade, Sexo, Instrução, Raça

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Instrução	
			Masculino	Feminino	Letrado	Analfabeto
1890	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	1 100%	— %	1 100%	— %
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	1 100%
	Outras ¹	Subtotal Percentual Total = 3	3 100%	— %	2 66,66%	1 33,33%
Total do Ano = 5						
1891	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	1 100%	— %
Total do Ano = 1						
1892	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	1 100%	— %
	Outras ²	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	1 100%	— %
Total do Ano = 2						
1893	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	1 100%	— %
	Outras ³	Subtotal Percentual Total = 5	5 100%	— %	3 60%	2 40%
Total do Ano = 6						
1894	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	1 100%
	Outras ⁴	Subtotal Percentual Total = 2	1 50%	1 50%	1 50%	1 50%
Total do Ano = 3						

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Instrução	
			Masculino	Feminino	Letrado	Analfabeto
1895	Outras ⁵	Subtotal Percentual Total = 8	5 62,50%	3 37,50%	4 50%	4 50%
Total do Ano = 8						
1896	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	1 100%	— %
	Outras ⁶	Subtotal Percentual Total = 4	2 50%	2 50%	4 100%	— %
Total do Ano = 5						
1897	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	1 100%	— %
	Outras ⁷	Subtotal Percentual Total = 7	6 85,71%	1 14,28%	4 57,14%	3 42,85%
Total do Ano = 8						
1899	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	1 100%	— %	— %	1 100%
	Outras ⁸	Subtotal Percentual Total = 3	3 100%	— %	2 66,66%	1 33,33%
Total do Ano = 4						
1900	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	2 100%	— %
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	1 100%	— %	1 100%	— %
	Outras ⁹	Subtotal Percentual Total = 5	3 %	2 %	3 %	2 %
Total do Ano = 8						

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Instrução	
			Masculino	Feminino	Letrado	Analfabeto
1901	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	1 100%
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	1 100%	— %	— %	1 100%
	Outras ¹⁰	Subtotal Percentual Total = 5	5 100%	— %	— %	5 100%
Total do Ano = 7						
1902	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 2	1 50%	1 50%	1 50%	1 50%
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	1 100%
	Outras ¹¹	Subtotal Percentual Total = 3	3 100%	— %	2 66,66%	1 33,33%
Total do Ano = 6						
1903	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	1 100%	— %	— %	1 100%
	Outras ¹²	Subtotal Percentual Total = 8	7 87,50%	1 12,50%	8 100%	— %
Total do Ano = 9						
1904	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	1 100%	— %	1 100%	— %
	Outras ¹³	Subtotal Percentual Total = 8	7 87,50%	1 12,50%	3 62,50%	5 37,50%
Total do Ano = 9						

.cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Instrução	
			Masculino	Feminino	Letrado	Analfabeto
1905	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	1 100%
	Outras ¹⁴	Subtotal Percentual Total = 1	1 100%	— %	1 100%	— %
Total do Ano = 2						
1907	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	1 100%	— %	1 100%	— %
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	1 100%	— %	— %	1 100%
	Outras ¹⁵	Subtotal Percentual Total = 10	5 50%	5 50%	5 50%	5 50%
Total do Ano = 12						
1908	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	1 100%
	Outras ¹⁶	Subtotal Percentual Total = 1	1 100%	— %	— %	1 100%
Total do Ano = 2						
1909	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 2	1 50%	1 50%	2 100%	— %
	Outras ¹⁷	Subtotal Percentual Total = 6	2 33,33%	4 66,66%	3 50%	3 50%
Total do Ano = 8						
1910	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 3	— %	3 100%	3 100%	— %
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 2	1 50%	1 50%	— %	2 100%

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Instrução	
			Masculino	Feminino	Letrado	Analfabeto
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	2 100%	— %
	Outras ¹⁸	Subtotal Percentual Total = 11	7 63,63%	4 36,36%	8 72,72%	3 27,27%
Total do Ano = 18						
1911	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 3	— %	3 100%	2 66,66%	1 33,33%
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 3	3 100%	— %	3 100%	— %
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	1 50%	1 50%
	Outras ¹⁹	Subtotal Percentual Total = 12	9 75%	3 25%	11 8,33%	1 91,66%
Total do Ano = 20						
1912	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 6	3 50%	3 50%	6 100%	— %
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 3	— %	3 100%	3 100%	— %
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	1 100%	— %
	Outras ²⁰	Subtotal Percentual Total = 9	5 55,55%	4 44,44%	7 77,77%	2 22,22%
Total do Ano = 19						
1920	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 8	5 62,50%	3 37,50%	7 87,50%	1 12,50%

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Instrução	
			Masculino	Feminino	Letrado	Analfabeto
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	1 50%	1 50%
	Outras ²¹	Subtotal Percentual Total = 6	4 66,66%	2 33,33%	4 66,66%	2 33,33%
Total do Ano = 16						
1921	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 12	3 25%	9 75%	10 83,33%	2 16,66%
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	1 50%	1 50%
	Maçaroça	Subtotal Percentual Total = 1	1 100%	— %	— %	1 100%
	Outras ²²	Subtotal Percentual Total = 14	10 71,42%	4 28,57%	9 64,28%	5 35,71%
Total do Ano = 29						
1922	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 9	1 11,11%	8 88,88%	7 77,77%	2 22,22%
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 8	— %	8 100%	2 25%	6 75%
	Maçaroça	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	1 50%	1 50%
	Outras ²³	Subtotal Percentual Total = 13	8 61,53%	5 38,46%	6 46,15%	7 53,84%
Total do Ano = 32						
1923	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 7	2 28,57%	5 71,42%	6 85,71%	1 14,28%

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Instrução	
			Masculino	Feminino	Letrado	Analfabeto
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 12	— %	12 100%	7 58,33%	5 41,66%
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	1 100%	— %
	Outras ²⁴	Subtotal Percentual Total = 19	13 68,42%	6 31,57%	17 89,47%	2 10,52%
Total do Ano = 39						
1924	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 18	8 44,44%	10 55,55%	15 83,33%	3 16,66%
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 10	— %	10 100%	5 50%	5 50%
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 3	2 66,66%	1 33,33%	1 33,33%	2 66,66%
	Outras ²⁵	Subtotal Percentual Total = 22	15 68,18%	7 31,81%	17 77,27%	5 22,72%
Total do Ano = 53						
1925	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 8	2 25%	6 75%	6 75%	2 25%
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 11	1 9,09%	10 90,90%	3 27,27%	8 72,72%
	Outras ²⁶	Subtotal Percentual Total = 23	15 65,21%	8 34,78%	15 65,21%	8 34,78%
Total do Ano = 42						
1926	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	— %	2 100%

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Sexo		Instrução	
			Masculino	Feminino	Letrado	Analfabeto
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	1 50%	1 50%
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 0	— %	— %	— %	— %
	Outras ²⁷	Subtotal Percentual Total = 7	7 100%	— %	5 71,42%	2 28,58%
Total do Ano = 11						
1928	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 9	8 88,88%	1 11,11%	8 88,88%	1 11,11%
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 22	4 18,18%	18 81,81%	15 68,18%	7 31,81%
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 2	1 50%	1 50%	2 100%	— %
	Outras ²⁸	Subtotal Percentual Total = 9	8 88,88%	1 11,11%	7 77,77%	2 22,22%
Total do Ano = 42						
1929	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 11	7 63,63%	4 36,36%	10 90,90%	1 9,09%
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 16	1 6,25%	15 93,75%	13 81,25%	3 18,75%
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 3	3 100%	— %	2 66,66%	1 33,33%
	Outras ^{29*}	Subtotal Percentual Total = 10	8 80,00%	2 20,00%	9 90,00%	1 10,00%
Total do Ano = 40						
Total geral por categoria			234	232	320	146
Percentual de amostras por categoria			50,21%	49,79%	68,67%	31,33%

* vide observações 1 a 29 nas páginas subseqüentes

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Raça			Observações
			Branco	Mulato	Negro	
1890	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	¹ Correioiro, carpinteiro, chefe e electricista.
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	— %	1 100%	
	Outras ¹	Subtotal Percentual Total = 3	— %	3 100%	— %	
Total do Ano = 5						
1891	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	
Total do Ano = 1						
1892	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	² Seção de acabamento.
	Outras ²	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	
Total do Ano = 2						
1893	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	³ Azeiteiros, contra-mestre de fição, guarda, ajudante de carpinteiro e enfiador.
	Outras ³	Subtotal Percentual Total = 5	— %	4 80%	1 20%	
Total do Ano = 6						
1894	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	⁴ Ascensorista e dobadora.
	Outras ⁴	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	— %	
Total do Ano = 3						

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Raça			Observações
			Branco	Mulato	Negro	
1895	Outras ⁵	Subtotal Percentual Total = 8	— %	6 75%	2 25%	⁵ Seção de carretéis, gravador, dobador, pedreiro, foguista, seção de acabamento e chefe de seção de meação.
Total do Ano = 8						
1896	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	— %	1 100%	⁶ Enfardador, varredor e cardeiro.
	Outras ⁶	Subtotal Percentual Total = 4	— %	2 50%	2 50%	
Total do Ano = 5						
1897	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	⁷ Guarda, estampador, mecânico, carregador, varredor e auxiliar de escritório.
	Outras ⁷	Subtotal Percentual Total = 7	— %	2 28,57%	5 71,42%	
Total do Ano = 8						
1899	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	⁸ Guarda, eletricista e mecânico.
	Outras ⁸	Subtotal Percentual Total = 3	— %	3 100%	— %	
Total do Ano = 4						
1900	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	— %	⁹ Guarda, lavadeira, dobradeira, foguista e mecânico.
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	— %	1 100%	
	Outras ⁹	Subtotal Percentual Total = 5	— %	4 80%	1 20%	
Total do Ano = 8						

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Raça			Observações
			Branco	Mulato	Negro	
1901	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	¹⁰ Dobador, electricista, servente de pedreiro, carpinteiro e seção de descarga de óleo.
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	
	Outras ¹⁰	Subtotal Percentual Total = 5	— %	4 80%	1 20%	
Total do Ano = 7						
1902	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	— %	¹¹ Escriturário, estampador e foguista.
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	
	Outras ¹¹	Subtotal Percentual Total = 3	— %	3 100%	— %	
Total do Ano = 6						
1903	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	¹² Contra-mestre, guarda, urdideiras, remetedor, servente, mecânico e estampador.
	Outras ¹²	Subtotal Percentual Total = 8	— %	6 75%	2 25%	
Total do Ano = 9						
1904	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	— %	1 100%	¹³ Fiandeira, engomador, dobador, enfardador, tintureiro, almoxarife, estampador e carregador.
	Outras ¹³	Subtotal Percentual Total = 8	— %	6 75%	2 25%	
Total do Ano = 9						
1905	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Raça			Observações
			Branco	Mulato	Negro	
	Outras ¹⁴	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	¹⁴ Gravador.
Total do Ano = 2						
1907	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	¹⁵ Distribuidor de carréis, auxiliar de escritório, remetedor, dobador, encaçador, mecânico e chefe cardador.
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	
	Outras ¹⁵	Subtotal Percentual Total = 10	— %	9 90%	1 10%	
Total do Ano = 12						
1908	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	¹⁶ Passador.
	Outras ¹⁶	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	
Total do Ano = 2						
1909	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	— %	¹⁷ Encarregado de carréis, chefe de quartirão, guarda, dobador, fiandeiro e ajudante de maçarqueira.
	Outras ¹⁷	Subtotal Percentual Total = 6	— %	4 66,66%	2 33,33%	
Total do Ano = 8						
1910	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 3	— %	3 100%	— %	
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	— %	
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	— %	

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Raça			Observações
			Branco	Mulato	Negro	
	Outras ¹⁸	Subtotal Percentual Total = 11	— %	8 72,72%	3 27,27%	¹⁸ Enfardador, dobador, tintureiro, varredor, escriturário, urdidora, servente e seção de acabamento.
Total do Ano = 18						
1911	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 3	— %	2 66,66%	1 33,33%	¹⁹ Ajudante de máquina, seção de acabamento, varredor, dobador, estampador, carregador de maço-roca, confeccionador de amostras, cardador e manipulador de tintas.
	Maço-roca	Subtotal Percentual Total = 3	— %	2 66,66%	1 33,33%	
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	— %	1 50%	1 50%	
	Outras ¹⁹	Subtotal Percentual Total = 12	— %	9 75%	3 25%	
Total do Ano = 20						
1912	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 6	— %	5 83,33%	1 16,66%	²⁰ Servente, dobador, tintureiro, engomador, reme-tedor, escriturário, costu-reira e trabalhador com gig-geres.
	Maço-roca	Subtotal Percentual Total = 3	— %	3 100%	— %	
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	
	Outras ²⁰	Subtotal Percentual Total = 9	— %	6 66,66%	3 33,33%	
Total do Ano = 19						
1920	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 8	— %	5 62,50%	3 37,50%	
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	— %	

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Raça			Observações
			Branco	Mulato	Negro	
	Outras ²¹	Subtotal Percentual Total = 6	— %	3 50%	3 50%	²¹ Dobação ou meação, servente, enfardação, descarga e acabamento.
Total do Ano = 16						
1921	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 12	— %	1 8,33%	11 91,60%	²² Batedor, mestre, tintureiro, estamperia, confecção de amostras, apanhador de algodão, passador, dobação e máquina universal.
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	— %	— %	2 100%	
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	1 100%	— %	
	Outras ²²	Subtotal Percentual Total = 14	1 7,14%	5 35,71%	8 57,14%	
Total do Ano = 29						
1922	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 9	— %	1 11,11%	8 88,88%	²³ Manipulador de tintas, engomador, remetedor, estamperia, dobação, máquina de corda, varredor, lavanderia, ajudante de maçaroca e outras não especificadas.
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 8	— %	1 12,50%	7 87,50%	
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 2	— %	1 50%	1 50%	
	Outras ²³	Subtotal Percentual Total = 13	— %	4 30,76%	9 69,23%	
Total do Ano = 32						
1923	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 7	— %	4 57,14%	3 42,85%	
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 12	— %	4 33,33%	8 66,66%	

cont.

cont.

Ano de Admissão	Seção	Totais	Raça			Observações
			Branco	Mulato	Negro	
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	— %	— %	1 100%	²⁴ penteador, alvejador de pano, eletricidade, acabamento, tirador de espulas, descarga, ajudante de mecânico, escriturário, dobação, remetedor, sala de pano, servente e outras não especificadas.
	Outras ²⁴	Subtotal Percentual Total = 19	— %	8 42,10%	11 57,89%	
Total do Ano = 39						
1924	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 18	1 5,55%	3 16,66%	14 77,77%	²⁵ Dobação, tirador de espulas, jardineiro, acabamento de fazendas, rolos, meadas, carretéis de cores, tintureiro, servente, cardieiro, azeiteiro, varredor, estamparia e baterdor.
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 10	— %	3 30%	7 70%	
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 3	— %	1 33,33%	2 66,66%	
	Outras ²⁵	Subtotal Percentual Total = 22	— %	5 22,72%	17 77,27%	
Total do Ano = 53						
1925	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 8	— %	1 12,50%	7 87,50%	²⁶ Lavanderia, tirador de espulas, remeteção, espulhinhas, acabamento, estamparia e branqueador de fazendas.
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 11	— %	1 9,09%	10 90,09%	
	Outras ²⁶	Subtotal Percentual Total = 23	— %	1 4,34%	22 95,65%	
Total do Ano = 42						
1926	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 2	— %	— %	2 100%	
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	— %	— %	2 100%	
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 0	— %	— %	— %	

cont.

conclusão

Ano de Admissão	Seção	Totais	Raça			Observações
			Branco	Mulato	Negro	
	Outras ²⁷	Subtotal Percentual Total = 7	— %	— %	7 100%	²⁷ Tirador de espulas e dobação.
Total do Ano = 11						
1928	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 9	— %	3 33,33%	6 66,66%	²⁸ Branqueador, tintura de fios, escriturário, engomador de chitas, alvejamento, carretéis de cores, estampa-ria e ajudante de passador de cordões.
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 22	— %	4 18,18%	18 81,81%	
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 2	— %	2 100%	— 100%	
	Outras ²⁸	Subtotal Percentual Total = 9	— %	— %	9 100%	
Total do Ano = 42						
1929	Tecelagem	Subtotal Percentual Total = 11	— %	2 18,18%	9 81,81%	²⁹ Oficial mecânico, dobação, cardas, alvejamento e tintura de fios.
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 16	— %	— %	16 100%	
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 3	— %	— %	3 100%	
	Outras ²⁹	Subtotal Percentual Total = 10	— %	— %	10 100%	
Total do Ano = 40						
Total geral de Amostras = 466						
Total geral por categoria			2	192	272	
Percentual de amostras por categoria			0,43%	41,20%	58,37%	

Fonte: COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Fichas de Operários.* [mss.]

Arquivo da Bangu.

TABELA 4.37 – América Fabril (operários) – Motivo da Demissão

Seção	Totais	Por Motivo Político	Por Livre Vontade	Por Motivo de Saúde	Por Cometer Atos de Violência	Por Faltar ao Trabalho	Por Outros Motivos
1911 Teares	Subtotal Percentual Total = 3	0 %	2 66,66%	1 33,33%	0 %	0 %	0 %
Eletricidade	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	0 %	1 100%	0 %	0 %	0 %
Total do Ano = 4							
1912 Teares	Subtotal Percentual Total = 4	0 %	3 75%	1 25%	0 %	0 %	0 %
Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	0 %	1 50%	0 %	0 %	0 %	1 50%
Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	0 %	0 %	0 %	1 100%	0 %
Outras ¹	Subtotal Percentual Total = 2	0 %	0 %	2 100%	0 %	0 %	0 %
Total do Ano = 9							
1913 Teares	Subtotal Percentual Total = 6	0 %	4 66,66%	2 33,33%	0 %	0 %	0 %
Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	0 %	1 50%	0 %	0 %	1 50%	0 %
Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 2	0 %	1 50%	0 %	0 %	0 %	1 50%
Outras ²	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	1 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Total do Ano = 11							

cont.

cont.

Seção	Totais	Por Motivo Político	Por Livre Vontade	Por Motivo de Saúde	Por Cometer Atos de Violência	Por Faltar ao Trabalho	Por Outros Motivos
1914 Teares	Subtotal Percentual Total = 4	0 %	4 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Outras ³	Subtotal Percentual Total = 2	0 %	1 50%	1 50%	0 %	0 %	0 %
Total do Ano = 6							
1917 Teares	Subtotal Percentual Total = 4	0 %	2 50%	1 25%	0 %	0 %	1 25%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	1 100%
Maçaroça	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	1 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Outras ⁴	Subtotal Percentual Total = 4	0 %	1 25%	0 %	1 25%	1 25%	1 25%
Total do Ano = 10							
1918 Teares	Subtotal Percentual Total = 7	0 %	6 85,71%	0 %	0 %	0 %	1 14,28%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 2	0 %	1 50%	0 %	0 %	0 %	1 50%
Outras ⁵	Subtotal Percentual Total = 5	0 %	4 80%	0 %	0 %	1 20%	0 %
Total do Ano = 14							

cont.

cont.

Seção	Totais	Por Motivo Político	Por Livre Vontade	Por Motivo de Saúde	Por Cometer Atos de Violência	Por Faltar ao Trabalho	Por Outros Motivos
1919 Teares	Subtotal Percentual Total = 8	1 12,50%	6 75%	0 %	0 %	0 %	1 12,50%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	1 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Outras ⁶	Subtotal Percentual Total = 8	0 %	6 75%	2 25%	0 %	0 %	0 %
Total do Ano = 17							
1920 Teares	Subtotal Percentual Total = 5	0 %	4 80%	0 %	0 %	0 %	1 20%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 4	0 %	4 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	1 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Diretora da Escola	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	0 %	0 %	0 %	1 100%	0 %
Outras ⁷	Subtotal Percentual Total = 9	0 %	6 66,66%	0 %	0 %	0 %	3 33,33%
Total do Ano = 20							
1921 Teares	Subtotal Percentual Total = 6	0 %	6 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Fiação	Subtotal Percentual Total = 4	0 %	3 75%	0 %	0 %	0 %	1 25%
Professor	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	0 %	0 %	0 %	1 100%	0 %
Outras ⁸	Subtotal Percentual Total = 7	0 %	3 42,85%	1 14,28%	0 %	2 28,57%	1 14,28%
Total do Ano = 18							

cont.

cont.

Seção		Totais	Por Motivo Político	Por Livre Vontade	Por Motivo de Saúde	Por Cometer Atos de Violência	Por Faltar ao Trabalho	Por Outros Motivos
1922	Teares	Subtotal Percentual Total = 11	0 %	9 81,81%	0 %	0 %	0 %	2 18,18%
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 3	0 %	3 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 2	0 %	2 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
	Professora	Subtotal Percentual Total = 2	0 %	0 %	0 %	0 %	2 100%	0 %
	Outras ⁹	Subtotal Percentual Total = 5	0 %	2 40%	0 %	0 %	2 40%	1 20%
Total do Ano = 23								
1923	Teares	Subtotal Percentual Total = 12	0 %	11 91,66%	0 %	0 %	0 %	1 8,33%
	Fiação	Subtotal Percentual Total = 6	0 %	4 66,66%	0 %	0 %	0 %	2 33,33%
	Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 5	0 %	4 80%	1 20%	0 %	0 %	0 %
	Professor	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	0 %	0 %	0 %	1 100%	0 %
	Outras ¹⁰	Subtotal Percentual Total = 6	0 %	5 83,33%	0 %	0 %	1 16,66%	0 %
Total do Ano = 30								

cont.

cont.

Seção	Totais	Por Motivo Político	Por Livre Vontade	Por Motivo de Saúde	Por Cometer Atos de Violência	Por Faltar ao Trabalho	Por Outros Motivos
1924 Teares	Subtotal Percentual Total = 16	0 %	13 81,25%	2 12,50%	0 %	0 %	1 6,25%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 10	0 %	7 70%	0 %	0 %	0 %	3 30%
Maçaroça	Subtotal Percentual Total = 4	0 %	2 50%	1 25%	0 %	0 %	1 25%
Professor	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	1 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Outras ¹¹	Subtotal Percentual Total = 11	0 %	9 81,81%	1 9,09%	0 %	0 %	1 9,09%

Total do Ano = 42

1925 Teares	Subtotal Percentual Total = 14	0 %	10 71,42%	2 14,28%	0 %	0 %	2 14,28%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 16	0 %	14 87,50%	1 6,25%	0 %	1 6,25%	0 %
Maçaroça	Subtotal Percentual Total = 6	0 %	5 83,33%	0 %	0 %	0 %	1 16,66%
Outras ¹²	Subtotal Percentual Total = 10	0 %	5 50%	0 %	0 %	0 %	5 50%

Total do Ano = 46

cont.

cont.

Seção	Totais	Por Motivo Político	Por Livre Vontade	Por Motivo de Saúde	Por Cometer Atos de Violência	Por Faltar ao Trabalho	Por Outros Motivos
1926 Teares	Subtotal Percentual Total = 26	0 %	20 76,92%	1 3,84%	0 %	0 %	5 19,23%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 18	0 %	17 94,44%	0 %	0 %	0 %	1 5,55%
Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 7	0 %	7 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Professor	Subtotal Percentual Total = 2	0 %	0 %	0 %	0 %	2 100%	0 %
Outras ¹³	Subtotal Percentual Total = 32	0 %	29 90,62%	1 3,12%	0 %	0 %	2 6,25%

Total do Ano = 85

1927 Teares	Subtotal Percentual Total = 97	0 %	89 91,75%	1 1,03%	0 %	1 1,03%	6 6,18%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 127	0 %	113 88,97%	3 2,36%	0 %	3 2,36%	8 6,29%
Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 31	0 %	28 90,32%	0 %	1 3,22%	0 %	2 6,45%
Servente	Subtotal Percentual Total = 24	0 %	20 83,33%	0 %	0 %	0 %	4 16,66%
Professor	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	1 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Dobação ou Meação	Subtotal Percentual Total = 10	0 %	4 40%	0 %	0 %	2 20%	4 40%
Outras ¹⁴	Subtotal Percentual Total = 51	0 %	43 84,31%	2 3,92%	0 %	1 1,96%	5 9,80%

Total do Ano = 341

cont.

cont.

Seção	Totais	Por Motivo Político	Por Livre Vontade	Por Motivo de Saúde	Por Cometer Atos de Violência	Por Faltar ao Trabalho	Por Outros Motivos
1928 Teares	Subtotal Percentual Total = 84	0 %	74 88,09%	1 1,19%	0 %	0 %	9 10,71%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 90	0 %	76 84,44%	0 %	1 1,11%	1 1,11%	12 13,33%
Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 29	0 %	26 89,65%	0 %	0 %	0 %	3 10,34%
Professor	Subtotal Percentual Total = 3	0 %	0 %	0 %	0 %	3 100%	0 %
Dobação ou Meação	Subtotal Percentual Total = 11	0 %	9 81,81%	0 %	0 %	0 %	2 18,18%
Servente	Subtotal Percentual Total = 18	0 %	10 55,55%	1 5,55%	0 %	0 %	7 38,88%
Outras ¹⁵	Subtotal Percentual Total = 54	0 %	45 83,33%	2 3,70%	1 1,85%	4 7,40%	2 3,70%
Total do Ano = 289							
1929 Teares	Subtotal Percentual Total = 75	0 %	68 90,66%	2 2,66%	0 %	1 1,33%	4 5,33%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 98	0 %	86 87,62%	1 1,03%	2 2,06%	1 1,03%	8 8,24%
Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 13	0 %	12 92,30%	0 %	0 %	0 %	1 7,69%
Outras ¹⁶	Subtotal Percentual Total = 58	0 %	39 67,24%	2 3,44%	1 1,72%	8 13,79%	8 13,79%
Total do Ano = 244							

cont.

cont.

Seção	Totais	Por Motivo Político	Por Livre Vontade	Por Motivo de Saúde	Por Cometer Atos de Violência	Por Faltar ao Trabalho	Por Outros Motivos
1930 Teares	Subtotal Percentual Total = 9	0 %	6 66,66%	2 22,22%	0 %	1 11,11%	0 %
Fiação	Subtotal Percentual Total = 18	0 %	17 94,44%	0 %	0 %	1 5,55%	0 %
Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 5	0 %	5 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Outras ¹⁷	Subtotal Percentual Total = 21	0 %	15 71,42%	1 4,76%	0 %	4 19,04%	1 4,76%
Total do Ano = 53							
1931 Teares	Subtotal Percentual Total = 27	0 %	21 77,77%	2 7,40%	0 %	0 %	4 14,81%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 42	0 %	36 85,71%	1 2,38%	1 2,38%	0 %	4 9,52%
Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 6	0 %	6 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Outras ¹⁸	Subtotal Percentual Total = 22	0 %	19 86,36%	0 %	0 %	0 %	3 13,63%
Total do Ano = 97							
1932 Teares	Subtotal Percentual Total = 34	0 %	32 94,11%	1 2,94%	0 %	0 %	1 2,94%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 32	0 %	26 81,25%	2 6,25%	0 %	0 %	4 12,50%
Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 5	0 %	5 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Outras ¹⁹	Subtotal Percentual Total = 25	0 %	23 92,00%	0 %	1 4,00%	0 %	1 4,00%
Total do Ano = 96							

cont.

conclusão

Seção	Totais	Por Motivo Político	Por Livre Vontade	Por Motivo de Saúde	Por Cometer Atos de Violência	Por Faltar ao Trabalho	Por Outros Motivos
1933 Teares	Subtotal Percentual Total = 35	1 2,85%	32 91,42%	1 2,85%	0 %	0 %	1 2,85%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 41	0 %	40 97,56%	0 %	1 2,43%	0 %	0 %
Maçaroca	Subtotal Percentual Total = 10	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %
Outras ²⁰	Subtotal Percentual Total = 11	1 9,09%	9 81,81%	0 %	0 %	0 %	1 9,09%
Total do Ano = 87							
1934 Teares	Subtotal Percentual Total = 16	0 %	15 93,75%	0 %	0 %	0 %	1 6,25%
Fiação	Subtotal Percentual Total = 47	0 %	40 85,10%	3 6,38%	1 2,2%	0 %	3 6,38%
Outras ²¹	Subtotal Percentual Total = 20	0 %	18 90%	0 %	0 %	0 %	2 10%
Total do Ano = 83							
1935 Teares	Subtotal Percentual Total = 1	0 %	1 100%	0 %	0 %	0 %	0 %
Fiação	Subtotal Percentual Total = 35	0 %	30 85,71%	0 %	1 2,85%	0 %	4 11,42%
Outras ²²	Subtotal Percentual Total = 13	0 %	11 84,61%	1 7,69%	0 %	0 %	1 7,69%
Total do Ano = 49							
Total de amostras = 1.674							
Total de amostras p/categorias Percentual		3 0,10%	1.403 83,81%	51 3,05%	12 0,72%	48 2,87%	158 9,44%

Observações:

- 1 Dobação ou meação.
- 2 Dobação ou meação.
- 3 Pedreiro e dobação ou meação.
- 4 Vedadeiras, chefe de fiandeiro e dobação ou meação.
- 5 Tirador de espulas, chefe de fiandeiro, remeteção, servente e cortador de algodão.
- 6 Sala do algodão, retorção, sala de pano, dobação ou meação, remeteção, cardas e chefe de fiandeiros.
- 7 Remeteção, dobação ou meação, batedor de algodão, aprendiz de fiação, vigia e aprendiz de remetedor.
- 8 Remeteção, soldador de agulhas, dobação ou meação e cardas.
- 9 Dobação ou meação, servente, penteadeira.
- 10 Cardas, tirador de espulas, distribuidor de espulas, retorção, ajudante de conservação e chefe de retorção.
- 11 Servente, limador, auxiliar da sec. de agulhas, penteadeiras, conservação da fábrica, ajudante de mercerização, cardas, porteiro, retorção e dobação ou meação.
- 12 Penteadeira, tirador de espulas, carroceiro, engomador, cardas, emendador, pedreiro e carpinteiro.
- 13 Tirador de espulas, aprendiz de tirador, ajudante de eletricista, aprendiz de remetedor, aprendiz de fiação, servente, dobação ou meação, distribuidor de espulas, ajudante de engomador, ajudante de pintor, penteadeiras, ajudante de maçarqueira, cardas, limador, pintor, remeteção e auxiliar de professor.
- 14 Penteadeiras, apr. de remetedor, carpinteiro, tirador de espulas, retorção, remeteção, sala de panos, cardas, apr. de teares, ajudante de eletricista, apr. de tirador, maçarqueiras finas, dobrador de pano, chefe da sec. obras, carroceiro, ajud. de maçarqueira, limador, vedadeiras, ajud. de engomador, apr. de fiação, torneiro, batedor de algodão.

- ¹⁵ Aprendiz de teares, ajudante de eletricista, servente de obra, mecânico ajust., prensador de algodão, maçarogueira fina, conservação da fábrica, agulhas, cocheiro, penteadeiras, carpinteiro, sala dos rolos, remeteção, pedreiro, batedor de algodão, conservação da fábrica, vedadeiras, eletricidade, ajud. de engomador, sala de pano, dobrador de pano, apr. de remetedor, retorção, ajud. de maçarogueira, pintor, sala do algodão, mestre carpinteiro, engomador.
- ¹⁶ Pedreiro, servente de obra, carpinteiro, pintor, servente, penteadeira, conservação da fábrica, sala de algodão, cardas, maçarogueiras finas, remeteção, mata-mosquito, ajud. de engomador, ajud. de eletricista, engomador, prensador de algodão, ajud. de oficina, tirador de espulas, apr. de remetedor, retorção, sala de pano, dobrador de algodão, dobação ou meação.
- ¹⁷ Pedreiro, pintor, eletricidade, ajudante da sala de pano, servente, maçarogueira fina, sala de algodão, conservação da fábrica, penteadeira, cardas, aprendiz de teares, oficina, caldeira, remeteção, mata-mosquito, ajudante de engomador e vigia.
- ¹⁸ Oficina, maçarogueira fina, conservação da fábrica, cardas, sala de algodão, remeteção, dobação ou meação, vedadeiras e carpinteiro.
- ¹⁹ Eletricidade, conservação da fábrica, penteadeiras, sala de algodão, maçarogueira fina, sala do pano, remeteção, dobação ou meação, passadores.
- ²⁰ Retorção, sala de pano, dobação ou meação, eletricidade, oficina, sala do algodão, penteadeiras, conservação da fábrica.
- ²¹ Retorção, maçarogueiras finas, penteadeiras, conservação da fábrica, sala de panos, dobação ou meação.
- ²² Eletricidade, maçarogueiras finas, cardas, conservação da fábrica, sala de pano e retorção.

Fonte: COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PAU GRANDE. *Folhas de pagamento.* [mss.]

Arquivo da América Fabril.

TABELA 4.38 – Estabelecimentos Rurais – Distrito Federal – 1920

Distritos	Áreas	Número de Unidades
Menos de 41 ha		
Guaratiba		1.108
Campo Grande		573
Santa Cruz		161
Outros		150
Total		1.992
41 a 100 ha		
Guaratiba		33
Campo Grande		10
Outros		16
Total		59
101 a 200 ha		
Guaratiba		6
Irajá		3
Outros		6
Total		15
201 a 400 ha		
Campo Grande		5
Outros		5
Total		10
401 a 1.000 ha		
Guaratiba		4
Outros		5
Total		9
1.001 a 2.000 ha		
Santa Cruz		1
Total		1
2.001 a 5.001 ha		
Santa Cruz		1
Total		1
10.001 a 25.000 ha		
Santa Cruz		1
Total		1
TOTAL GERAL		2.088

Fonte: BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920; agricultura e industrias.* Rio de Janeiro, Typ. da Estatistica, 1924. v. 2, part. 2.

TABELA 4.39 – Produção Industrial – Indústrias Sujeitas ao Imposto de Consumo – 1925-29 – Valor da Produção Segundo as Unidades Políticas

UNIDADES POLÍTICAS	VALOR DA PRODUÇÃO (Contos de réis)				
	1925	1926	1927	1928	1929
Distrito Federal	790.260	772.196	942.145	1.133.986	954.934
Alagoas	56.826	53.184	52.388	52.552	50.843
Amazonas	7.043	9.380	6.547	6.357	7.736
Bahia	140.505	76.604	103.883	117.086	125.881
Ceará	14.769	12.841	17.292	18.149	21.191
Espírito Santo	13.964	11.449	11.216	10.057	10.518
Goiás	2.091	1.913	1.955	2.702	2.410
Maranhão	26.882	21.924	20.335	8.075	21.042
Mato Grosso	3.871	2.560	2.843	3.035	3.195
Minas Gerais	338.879	373.580	330.387	358.521	329.735
Pará	28.486	27.528	32.947	37.951	37.050
Paráíba	22.256	23.298	19.658	21.513	18.572
Paraná	58.294	67.815	66.091	73.442	69.555
Pernambuco	163.996	195.640	195.930	225.458	232.332
Piauí	1.672	836	2.311	1.220	1.211
Rio de Janeiro	246.372	223.031	243.535	293.798	255.417
Rio Grande do Norte	6.453	6.548	5.959	6.558	4.616
Rio Grande do Sul	264.185	245.642	281.354	330.991	344.095
Santa Catarina	55.061	76.246	74.067	81.417	81.076
São Paulo	1.382.722	1.271.714	1.467.455	1.663.101	1.537.347
Sergipe	45.180	40.665	33.713	34.277	35.624
Total	3.669.767	3.514.594	3.912.011	4.480.246	4.144.380
Produção sem discriminação regional ¹	106.066	150.154	183.461	205.671	249.397
Total Geral	3.775.833	3.664.748	4.095.472	4.685.917	4.393.777

Nota: Não se inclui nesta tabela o valor de energia elétrica, também sujeita ao imposto de consumo.

¹ Sal, especialidades farmacêuticas, jóias e obras de ourivesaria.

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1936. Rio de Janeiro, IBGE, 1937.

TABELA 4.40 – Valor da Produção Industrial do Distrito Federal, por Espécie, Sujeita ao Imposto de Consumo nos Anos de 1925 a 1929

ESPÉCIE	1925	1926	1927
Fumo	70.362:737\$	80.446:398\$	82.362:132\$
Bebidas	99.240:176\$	123.959:197\$	119.717:077\$
Calçados	126.620:260\$	126.468:738\$	132.334:538\$
Perfumarias	17.581:177\$	18.097:950\$	22.528:994\$
Conservas	9.910:083\$	5.962:744\$	7.601:532\$
Vinagre e azeite	998:636\$	1.161:981\$	1.044:624\$
Velas	14.415:449\$	7.106:024\$	6.347:390\$
Bengalas	95:067\$	107:973\$	101:416\$
Tecidos	261.571:966\$	161.213:800\$	265.081:819\$
Artefatos de tecidos	52.340:633\$	70.720:108\$	81.760:099\$
Papel e artefatos de papel	1.672:682\$	11.844:123\$	11.235:679\$
Chapéus	40.622:680\$	33.000:346\$	56.501:250\$
Louças e vidros	684:211\$	1.108:583\$	1.131:090\$
Ferragens	9.720:594\$	9.425:631\$	7.267:443\$
Café e chá	38.068:002\$	45.714:519\$	47.656:427\$
Manteiga	—	4.818:860\$	6.089:296\$
Móveis	25.039:323\$	22.939:605\$	24.978:513\$
Armas de fogo e suas munições	5.208:456\$	1.696:655\$	3.644:955\$
Lâmpadas, pilhas e aparelhos elétricos	4.372:237\$	3.368:942\$	2.964:662\$
Queijo e requeijão	159:198\$	161:880\$	5.920:752\$
Tintas	5.235:138\$	6.096:128\$	6.435:789\$
Leques de qualquer espécie e ventarolas	3.964:931\$	3.709:236\$	2.033:702\$
Boás, pelos, peles, etc	616:119\$	73:071\$	49:557\$
Luvas	1.449:684\$	1.106:613\$	1.299:281\$
Artefatos de borracha	—	328:709\$	727:491\$
Navalhas e pincéis para barba	—	186:126\$	369:356\$
Pentes, escovas e espanadores	—	1.135:042\$	1.895:596\$
Caixas de qualquer feitio	—	—	31:415\$
Brinquedos	—	316:305\$	315:292\$
Artefatos de couro e outros materiais	—	16.499:338\$	24.095:278\$
Objetos de adorno	—	3.807:503\$	5.024:768\$
Aparelhos sanitários	—	5.082:600\$	7.023:400\$
Azulejos, ladrilhos ou mosaicos	—	2.396:954\$	3.339:888\$
Instrumentos de música	310:093\$	1.263:906\$	1.633:666\$
Fogões	—	870:750\$	1.499:850\$
Artefatos de ferro estanhado e malhado de alumínio	—	—	—
Total	790.259:532\$	772.196:338\$	942.145:019\$

cont.

conclusão

ESPÉCIE	1928	1929
Fumo	84.085:317\$	92.572:254\$
Bebidas	135.461:614\$	141.801:885\$
Calçados	140.771:822\$	160.208:724\$
Perfumarias	29.192:976\$	27.785:092\$
Conservas	2.293:420\$	7.559:440\$
Vinagre e azeite	1.068:078\$	1.085:976\$
Velas	6.415:290\$	9.904:247\$
Bengalas	100:915\$	86:835\$
Tecidos	324.724:187\$	176.925:109\$
Artefatos de tecidos	110.808:042\$	83.397:596\$
Papel e artefatos de papel	31.920:741\$	16.125:812\$
Chapéus	71.647:143\$	61.124:012\$
Louças e vidros	1.507:276\$	1.155:404\$
Ferragens	9.220:670\$	7.132:960\$
Café e chá	47.495:493\$	51.805:996\$
Manteiga	7.169:140\$	5.312:918\$
Móveis	25.926:930\$	23.508:745\$
Armas de fogo e suas munições	2.628:104\$	2.099:282\$
Lâmpadas, pilhas e aparelhos elétricos	4.882:602\$	5.615:409\$
Queijo e requeijão	5.737:792\$	5.205:738\$
Tintas	5.493:396\$	8.728:273\$
Leques de qualquer espécie e ventarolas	1.684:423\$	1.866:036\$
Boás, pelos, peles, etc.	1.065:852\$	1.566:399\$
Luvas	948:594\$	915:830\$
Artefatos de borracha	1.175:845\$	358:999\$
Navalhas e pincéis para barba	300:549\$	839:560\$
Pentes, escovas e espanadores	1.756:932\$	2.218:943\$
Caixas de qualquer feitio	93:853\$	75:743\$
Brinquedos	377:640\$	334:777\$
Artefatos de couro e outros materiais	33.856:204\$	19.634:347\$
Objetos de adorno	4.204:604\$	3.236:385\$
Aparelhos sanitários	10.129:400\$	4.139:800\$
Azulejos, ladrilhos ou mosaicos	4.632:196\$	4.288:230\$
Instrumentos de música	3.283:922\$	5.893:310\$
Fogões	1.526:850\$	1.873:800\$
Artefatos de ferro estanhado e malhado de alumínio	20.397:720\$	18.550:217\$
Total	1.133.985:532\$	954.934:083\$

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Estatística da produção industrial do Brasil (dos produtos sujeitos ao imposto de consumo arrecadado pelo Governo Federal) 1915-29.* Rio de Janeiro, Tip. do Dep. Nacional de Estatística, 1933.

TABELA 4.41 – Preços dos Alimentos e Índices do Custo da Alimentação de Acordo com Ponderações Baseadas no Consumo de Três Classes Sociais

Ano	ÍNDICES DE PREÇOS			Número de preços observados
	Ponderação de 1856	Ponderação de 1919	Ponderação de 1949	
1820	100.0000	100.0000	100.0000	8
1821	97.0436	84.3976	87.1962	7
1822	95.5847	92.4513	94.6250	7
1823	101.1141	87.8292	96.3656	9
1824	106.9847	90.6225	96.5888	8
1825	104.2376	112.0657	109.2759	7
1826	110.9757	173.6692	150.0363	5
1827	144.1383	185.5780	173.1311	7
1828	177.4301	205.9378	193.8953	8
1829	158.8534	258.5761	229.8897	7
1830	140.9910	224.7700	202.4253	5
1831	142.1306	222.3555	201.7974	3
1832	104.0941	123.5582	105.1920	3
1833	171.6304	217.4286	208.0961	5
1834	191.8345	246.8112	255.3258	6
1835	137.9456	211.8917	205.4985	7
1836	150.2346	235.7072	222.0599	7
1837	251.1081	293.3746	289.9477	6
1838	349.9053	332.7526	333.9509	6
1839	273.5666	310.9513	307.8905	7
1840	289.9849	368.3212	353.7254	5
1841	289.9824	368.3175	353.7235	5
1842	375.8106	247.1853	291.3306	9
1843	123.0115	306.2141	321.9357	9
1844	423.0660	260.6221	280.2518	9
1845	438.7577	292.7678	316.4720	9
1846	539.9327	340.8674	378.4691	9
1847	522.2507	322.8034	368.3286	9
1848	581.0211	357.1217	387.8529	9
1849	461.2520	318.8818	339.2985	9
1850	372.6422	280.8421	298.7318	9
1851	340.8492	291.3181	297.1594	9

cont.

cont.

Ano	ÍNDICES DE PREÇOS			Número de preços observados
	Ponderação de 1856	Ponderação de 1919	Ponderação de 1949	
1852	394.1658	322.2124	336.4423	9
1853	685.7012	398.9586	450.4982	9
1854	892.3898	475.0929	538.4790	9
1855	883.3513	532.8892	592.9595	9
1856	1094.4958	573.3259	652.5357	9
1857	1120.1586	531.8768	610.3156	9
1858	1096.1784	530.6621	580.2578	9
1859	1300.2231	555.1955	656.1770	9
1860	1310.0849	534.4947	646.8082	9
1861	1065.7744	507.7617	624.7633	9
1862	860.0358	525.2292	642.4609	9
1863	804.4201	458.0800	549.9892	9
1864	906.7189	536.5682	632.6912	9
1865	1065.9863	650.2603	768.2459	9
1866	1399.7011	740.2598	875.8133	9
1867	1326.5136	807.6444	934.9022	9
1868	1437.1464	957.0948	1086.6496	9
1869	1820.6601	913.7219	1070.4301	9
1870	1676.9013	949.9221	1065.4367	9
1871	1443.7624	893.3118	1003.0819	9
1872	1557.7368	891.0104	1056.7983	9
1873	1515.8703	923.3524	1087.9555	9
1874	2023.5769	923.2755	1131.4584	9
1875	1713.6716	872.3795	1008.3271	9
1876	1942.5620	973.0607	1083.9580	9
1877	2441.1840	1117.7216	1335.7036	9
1878	2785.2021	1067.9851	1351.2793	9
1879	2557.0756	1055.5737	1249.7194	9
1880	2294.4179	1053.7463	1240.3786	9
1881	2346.0268	1076.8608	1262.2988	9
1882	2491.6108	1117.5463	1298.8374	9
1883	2468.8960	1112.4001	1291.5698	9
1884	2383.4194	997.0905	1207.2568	9
1885	2550.0595	1149.1926	1478.8498	2
1886	2297.9360	923.2258	1138.3210	9
1887	2315.7973	882.6420	1108.2150	9
1888	2273.3413	830.9968	1076.7011	9
1889	3131.7627	914.8791	1248.6198	9
1890	3215.1220	984.7506	1292.8579	9
1891	3643.9624	1257.4514	1615.5185	9

cont.

cont.

Ano	ÍNDICES DE PREÇOS			Número de preços observados
	Ponderação de 1856	Ponderação de 1919	Ponderação de 1949	
1892	4957.7558	1804.4699	2381.2612	9
1893	5899.4677	1925.9499	2591.3188	9
1894	6773.4404	1865.0009	2516.9951	9
1895	6164.6445	1765.1992	2382.0390	9
1896	8358.9121	2259.4834	3149.2836	9
1897	9323.7676	2677.2983	3722.2221	9
1898	8990.0566	2827.5971	3781.4809	9
1899	8783.4433	2771.7934	3531.2558	9
1900	7973.8877	2405.4492	3170.3061	9
1901	7277.3574	1974.6533	2739.8310	9
1902	6646.9160	1823.8542	2518.2065	9
1903	6332.2500	1862.6779	2470.0537	9
1904	6656.7851	1971.5532	2704.6650	9
1905	6097.9834	1764.4477	2368.7763	9
1906	6532.1543	2153.5131	3201.0693	2
1907	6843.7216	2041.8867	2762.3969	9
1908	6899.3105	2086.7988	2756.0835	9
1909	6543.5019	1985.8930	2691.4580	9
1910	5956.4287	1839.8310	2531.6430	2
1911	7233.2334	2055.6689	2899.7924	9
1912	7044.8867	2219.0415	3047.2368	9
1913	7219.0117	2173.6469	2940.1582	9
1914	7263.9433	2051.5566	2880.2036	9
1915	9107.7226	2922.3837	4010.4218	8
1916	10842.6015	3083.5849	4151.1630	9
1917	12828.0488	3735.3906	5031.0175	9
1918	17036.1289	4441.1836	5955.3515	9
1919	26787.0508	5849.7548	9216.5429	3
1920	26107.6055	6420.8672	9327.5215	3
1921	15833.0176	5417.7812	7482.0263	9
1922	16470.5977	5216.2949	7536.8261	9
1923	19764.9141	7049.3466	9567.3144	9
1924	28766.6992	8681.1484	12291.6191	9
1925	37737.9141	9371.9980	14151.8633	9
1926	23923.8945	8461.8691	11606.0586	9
1927	23273.8984	8646.3633	11952.6836	9
1928	26454.4531	8661.9004	12490.5000	9
1929	27134.8750	9136.0898	13107.6289	9
1930	23728.9336	7468.9394	10221.7344	9

Fonte: ^aPREÇOS. *Jornal do Commercio*, 1840-1930.

^bRIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. *Livros de contabilidade*. [mss.]

^cORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA. *Maços de contas*. [mss.]

^dPonderação de 1856 baseada na alimentação de escravos da Fabrica Moinho da Luz em:
LUZ STEARICA. *Diario de 1856*. [mss.]

^ePonderação de 1919 baseada num estudo do custo de vida do Ministerio da Agricultura em:

AFFONSECA JR., Leo. *O custo de vida na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ministerio da Agricultura, 1919.

^fPonderação de 1919 baseada num estudo da Fundação Getúlio Vargas em:

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, 3(3):1-36, mar. 1949.

TABELA 4.42 – Ponderações da Alimentação de Três Classes Sociais

PRODUTOS	PONDERAÇÕES		
	1856	1919	1949
1. Açúcar	1.98	15.48	9.52
2. Arroz	11.34	8.41	11.90
3. Bacalhau	2.28	5.26	4.76
4. Café	3.40	4.87	9.52
5. Charque	16.80	11.68	7.14
6. Farinha de trigo	5.65	29.00	28.58
7. Farinha de mandioca	37.62	2.04	4.76
8. Feijão	20.93	2.23	9.52
9. Manteiga	0.0	21.03	14.30

Obs.: Os índices aqui apresentados devem ser encarados com as seguintes restrições:

- Cada um dos três índices corresponde a uma classe social diferente, conforme observado no texto anterior.
- O grau de confiabilidade nos valores dos índices reduz-se para anos muito distantes daqueles das ponderações, devido às mudanças nas estruturas de consumo.
- Os valores dos índices calculados podem não ser muito representativos para os anos em que o número de preços observados é reduzido (cinco ou mais produtos podem ser tomados como uma boa média).

Fonte: ^aLUZ STEARICA. *Diario de 1856*. [mss.]

^bAFFONSECA JR., Leo. *O custo de vida na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ministerio da Agricultura, 1919.

TABELA 4.43^a – Índices dos Salários Classificados Segundo o Valor Nominal em 1930 e Índices do Custo da Alimentação Correspondentes a Três Categorias Sócio-Profissionais – Série Salarial de 200

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Servente de Obra	Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1858 Ano Base 1916
1820	—	2.0190
1821	—	1.8503
1822	—	1.9483
1823	—	1.8564
1824	—	1.8833
1825	—	1.8674
1826	—	2.2544
1827	6.2312	2.6994
1828	7.6975	3.2992
1829	9.8968	3.6316
1830	8.7971	3.5792
1831	9.2859	3.8697
1832	9.1444	2.8558
1833	9.7028	4.0527
1834	8.7971	5.1011
1835	11.5040	4.2350
1836	12.0961	4.2800
1837	13.1957	4.8585
1838	13.1957	5.4515
1839	13.1957	6.2886
1840	12.0961	5.9408
1841	13.1958	5.4860
1842	14.8452	5.2850
1843	14.7765	5.4528
1844	15.3950	5.0493
1845	14.0714	5.5397
1846	14.8109	6.4034
1847	16.8089	6.2476
1848	17.3500	6.2408

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Servente de Obra	Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1858 Ano Base 1916
1849	17.0445	5.5121
1850	19.0606	6.0534
1851	16.8613	5.6364
1852	19.9628	6.5446
1853	21.8238	8.3079
1854	21.9930	9.8649
1855	22.1894	13.5007
1856	25.5276	13.4177
1857	27.4913	15.6432
1858	31.8031	15.2973
1859	30.2904	18.2592
1860	33.2186	17.3155
1861	33.5852	16.1525
1862	34.5605	16.0025
1863	35.4888	13.4503
1864	35.7388	15.4967
1865	38.6188	17.9073
1866	37.5918	21.3394
1867	35.1889	20.8914
1868	35.2805	24.0571
1869	37.1682	22.8381
1870	37.3882	22.6483
1871	39.7708	20.6908
1872	41.5904	25.3319
1873	45.1469	26.7007
1874	48.1098	26.0660
1875	53.6081	24.3541
1876	55.8285	28.2398
1877	54.9827	35.4527

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Servente de Obra	Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1858 Ano Base 1916
1878	52.4625	37.0760
1879	54.9826	33.3729
1880	54.9827	27.1508
1881	56.3572	30.2072
1882	54.3358	32.5289
1883	54.9827	32.8419
1884	55.3754	29.7691
1885	60.4809	38.2954
1886	55.4678	26.2067
1909	97.0704	65.3438
1910	96.7194	64.5589
1911	100.4030	79.7522
1912	100.6741	77.3075
1913	101.0307	80.4902
1914	117.8198	80.4850
1915	98.0005	93.3534
1916	100.0000	100.0000
1917	89.3470	117.3157

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Ajudante de Enfermeiro	Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1858 Ano Base 1916
1802	—	—
1803	—	—
1804	—	—
1805	—	—
1806	—	—
1807	—	—
1808	3.1999	—

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Ajudante de Enfermeiro	Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1858 Ano Base 1916
1809	6.4223	—
1810	—	—
1811	—	—
1812	—	—
1813	—	—
1814	—	—
1815	—	—
1816	—	—
1817	—	—
1818	—	—
1819	—	—
1820	—	—
1821	—	—
1822	—	—
1823	—	—
1824	—	1.8674
1825	6.9233	—
1826	—	2.6994
1827	—	3.2992
1828	—	3.6316
1829	—	3.5792
1830	—	3.8697
1831	—	2.8558
1832	—	4.0527
1833	—	5.1011
1834	—	4.2350
1835	—	4.2800
1836	—	4.8585
1837	—	5.4515

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Ajudante de Enfermeiro	Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1858 Ano Base 1916
1838	—	6.2886
1839	24.9999	5.9408
1840	—	5.8468
1841	—	5.2850
1842	—	5.4528
1843	—	5.0493
1844	—	5.5397
1845	—	6.4034
1846	—	6.2476
1847	—	6.2408
1848	—	5.5121
1849	—	6.0534
1850	—	5.6364
1851	—	6.5446
1852	—	8.3079
1853	—	9.8649
1854	—	13.5007
1855	18.2500	13.4177
1856	21.2858	15.6432
1857	22.4999	15.2973
1858	23.8234	18.2592
1859	38.7462	17.3155
1860	29.9999	16.1525
1861	28.6666	16.0025
1862	—	13.4503
1863	—	15.4967
1864	—	17.9073
1865	—	—
1866	—	21.3394

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Ajudante de Enfermeiro	Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1858 Ano Base 1916
1867	—	20.8914
1868	—	24.0571
1869	—	22.8381
1870	—	22.6483
1871	—	20.6908
1872	—	25.3319
1873	—	26.7007
1874	—	26.0660
1875	—	24.3541
1876	—	28.2398
1877	—	35.4527
1878	—	37.0760
1879	—	33.3729
1880	—	27.1508
1881	—	30.2072
1882	49.9799	32.5289
1883	52.4249	32.8419
1884	52.6063	29.7691
1885	49.9999	38.2954
1886	49.9999	26.2067
1887	49.9999	25.4969
1888	49.9999	25.4392
1889	56.6666	30.2328
1890	—	32.1019
1891	—	38.2792
1892	—	58.3127
1893	—	68.4384
1894	—	65.6911
1895	59.9999	59.6681

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Ajudante de Enfermeiro	Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1858 Ano Base 1916
1896	59.9999	72.0436
1897	60.0000	87.8013
1898	61.2499	93.6294
1899	64.9998	84.9824
1900	67.4998	76.5325
1901	67.4998	67.9461
1902	74.9998	60.3706
1903	—	54.9298
1904	—	57.2674
1905	—	54.8909
1906	—	74.8767
1907	—	70.3899
1908	—	70.8080
1909	150.0000	65.3438
1910	149.9998	64.5589
1911	154.9998	79.7522
1912	160.9089	77.3075
1913	149.9998	80.4902
1914	110.0000	80.4850
1915	105.0000	93.3534
1916	100.0000	100.0000
1917	115.7142	117.3157
1918	128.8871	139.4522
1919	123.3332	173.0197
1920	129.9999	179.2987
1921	189.9999	177.0979
1922	179.9999	164.3169
1923	189.9999	205.6459
1924	219.9999	275.0890

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Ajudante de Enfermeiro	Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1858 Ano Base 1916
1925	273.3332	326.5182
1926	293.7498	269.1100
1927	259.9998	269.1573
1928	274.9998	288.3130
1929	203.3331	308.8917
1930	209.9998	252.1012

ANOS	Índice dos Salários – Ano Base 1916			Índice de Preços de Alimentos Ponderação de 1858 Ano Base 1916
	Hortelão	Porteiro	Barbeiro	
1802	—	3.2590	—	—
1803	—	3.1973	6.5557	—
1804	—	3.2590	—	—
1805	—	3.2590	—	—
1806	—	3.4121	—	—
1807	—	3.6049	—	—
1808	—	3.6049	—	—
1809	—	4.6541	—	—
1810	—	5.7033	—	—
1811	—	5.7033	—	—
1812	—	5.7033	—	—
1813	—	6.3203	—	—
1814	—	6.3183	—	—
1815	—	6.3203	—	—
1816	—	5.6182	—	—
1817	—	6.3203	—	—
1818	—	7.1106	—	—
1819	—	7.9009	—	—

cont.

cont.

ANOS	Índice dos Salários – Ano Base 1916			Índice de Preços de Alimentos Ponderação de 1858 Ano Base 1916
	Hortelão	Porteiro	Barbeiro	
1820	—	7.9009	—	2.0190
1821	—	8.8390	—	1.8503
1822	—	9.4808	—	1.9483
1823	—	9.4808	—	1.8564
1824	—	9.4808	—	1.8833
1825	—	—	—	—
1826	—	—	—	—
1827	—	—	—	—
1828	—	—	—	—
1829	—	—	—	—
1830	—	—	—	—
1831	—	—	—	—
1832	—	—	21.3328	2.8558
1833	—	—	—	5.1011
1834	5.7136	—	—	4.2350
1835	9.5226	—	—	—
1836	—	—	—	4.8585
1837	6.6653	—	15.9996	5.4515
1838	7.1420	—	15.9994	6.2886
1839	7.8562	5.9248	15.9994	5.9408
1840	7.1420	—	15.9944	5.8468
1841	7.1419	5.9256	15.9994	5.2850
1842	7.1420	5.1849	16.9691	5.4528
1843	7.1419	5.9248	15.9994	5.0493
1844	7.1419	5.7756	15.9994	5.5397
1845	7.1419	5.9248	15.9994	6.4034
1846	7.1419	5.9248	15.9994	6.2476
1847	7.1419	5.9248	15.9994	6.2408
1849	7.1419	5.9248	19.5549	5.5121

cont.

cont.

ANOS	Índice dos Salários – Ano Base 1916			Índice de Preços de Alimentos Ponderação de 1858 Ano Base 1916
	Hortelão	Porteiro	Barbeiro	
1850	–	8.8883	–	6.0534
1851	–	9.7851	–	5.6364
1852	–	11.4807	–	6.5446
1853	–	11.8511	–	8.3079
1854	15.7124	11.8511	29.3326	9.8649
1855	15.7123	11.8511	35.1989	13.5007
1856	15.7123	11.8511	39.9990	13.4177
1857	15.9980	11.8511	39.9988	15.6432
1858	16.2817	11.8511	45.1270	15.2973
1859	18.6989	14.0818	45.0484	18.2592
1860	21.4259	16.0121	53.3318	17.3155
1861	21.4259	16.0188	53.3318	16.1525
1862	19.9976	17.0060	53.3318	16.0025
1863	17.3447	14.8139	53.3318	13.4503
1864	14.2840	15.7398	53.3318	15.4967
1865	16.0604	18.5174	53.3318	17.9073
1866	17.4978	20.6337	53.3318	21.3394
1867	17.8549	20.6337	53.3318	20.8914
1868	17.8549	20.8321	53.3318	24.0571
1869	17.8549	22.2209	53.3318	22.8381
1870	17.8549	22.2209	53.3318	22.6483
1871	21.4259	22.2209	53.3318	20.6908
1872	22.3186	22.2209	53.3318	25.3319
1873	25.7094	22.7500	53.3318	26.7007
1874	24.9969	22.2209	53.3318	26.0660
1875	24.9969	28.3934	53.3318	24.3541
1876	28.5679	31.4796	53.3318	28.2398
1877	28.5679	30.1765	53.3318	35.4527
1878	28.5679	31.2381	53.3318	37.0760

cont.

cont.

ANOS	Índice dos Salários – Ano Base 1916			Índice de Preços de Alimentos Ponderação de 1858 Ano Base 1916
	Hortelão	Porteiro	Barbeiro	
1879	28.5679	33.9480	53.3318	33.3729
1880	28.5679	31.4796	53.3318	27.1508
1881	28.5679	31.4796	53.3318	30.2072
1882	35.7099	39.7194	53.3318	32.5289
1883	36.5399	30.5097	53.3318	32.8419
1884	40.0226	31.4796	53.3318	29.7691
1885	42.8519	33.3315	53.3318	38.2954
1886	42.8519	31.4796	53.3318	26.2067
1887	38.4615	31.4796	53.3318	25.4969
1888	35.7099	31.4790	53.3318	25.4392
1889	35.7099	34.2573	53.3318	30.2328
1890	35.7099	35.1832	53.3318	32.1019
1891	37.1978	29.6521	55.7560	38.2792
1892	41.9586	35.7475	59.9983	58.3127
1893	46.1253	40.4297	65.5538	68.4384
1894	46.7205	40.8864	66.6648	65.6911
1895	46.4804	67.5173	66.6648	59.6681
1896	46.4224	55.5525	66.6648	72.0436
1897	47.9108	70.5474	69.4425	87.8013
1898	49.9939	42.5873	73.3313	93.6294
1899	49.9939	92.5873	73.3313	84.9824
1900	49.9939	92.5872	73.3313	76.5325
1901	49.9939	92.5872	73.3313	67.9461
1902	49.9939	86.4148	72.7757	60.3706
1903	51.1842	88.3285	73.3313	54.9298
1904	49.9939	92.5872	73.3313	57.2674

cont.

cont.

ANOS	Índice dos Salários – Ano Base 1916			Índice de Preços de Alimentos Ponderação de 1858 Ano Base 1916
	Hortelão	Porteiro	Barbeiro	
1905	49.9981	92.5872	73.3313	54.8909
1906	45.8277	90.3051	73.3313	74.8767
1907	41.0664	67.4036	73.3313	70.3899
1908	38.0905	85.9240	76.7168	70.8080
1909	48.6548	92.5872	79.9978	65.3438
1910	55.7072	92.5872	79.9978	64.5589
1911	85.0545	92.0581	79.9978	79.7522
1912	84.5130	93.3280	79.9978	77.3075
1913	92.8457	99.9942	106.6638	80.4902
1914	81.6670	99.9942	106.6638	80.4850
1915	82.7534	99.9942	106.6638	93.3534
1916	100.0000	100.0000	100.0000	100.0000
1917	114.2719	95.2327	93.3308	117.3157
1918	114.2710	92.5874	93.3308	139.4522
1919	117.8429	97.7723	99.9973	173.0197
1920	121.4139	96.2909	106.6638	179.2987
1921	142.8399	122.2154	133.3298	177.0979
1922	142.8399	122.2154	133.3298	164.3169
1923	151.7674	136.4390	143.3296	205.6459
1924	135.6979	145.6704	173.3288	275.0890
1925	166.0513	170.3609	186.6618	326.5182
1926	178.5498	170.3608	199.9948	269.1100
1927	178.5498	177.7678	199.9948	269.1573
1928	185.0918	185.1748	239.9938	288.3130
1929	175.4880	185.1748	239.9938	308.8917
1930	172.3338	185.1748	286.6593	252.1012

cont.

cont.

ANOS	ÍNDICE DE SALÁRIOS DE				
	Operários de Empacotamento	Operários de Cartuchos	Operários da Seção Máquinas	Operários das Prensas	Índice de Preços dos Alimentos Ponderação de 1858 Ano Base 1916
1898	83.5208	80.3836	34.2793	91.6661	93.6294
1899	79.0137	86.3247	34.0173	106.1348	84.9824
1900	105.6334	79.3912	32.7509	90.5792	76.5325
1901	—	—	—	—	—
1902	121.1264	101.5547	27.5653	94.2024	60.3706
1903	130.2813	89.3153	28.6570	86.9560	60.3706
1904	145.5396	110.2657	27.6927	86.9560	54.9298
1905	—	—	—	—	—
1906	—	—	—	—	—
1907	169.0137	105.8550	27.2924	86.9560	70.3899
1908	130.2813	148.5941	28.6570	90.9415	70.8080
1909	142.9573	117.7306	49.3174	123.9125	65.3438
1910	—	—	87.3360	92.7532	64.5589
1911	152.1126	136.2885	91.3752	—	79.7522
1912	115.8447	70.7905	109.1700	95.5834	77.3075
1913	91.9010	122.5272	109.1700	88.7676	80.4902
1914	120.1405	116.1097	33.4878	76.8111	80.4850
1915	109.5067	116.9037	43.4763	71.7387	93.3534
1916	100.0000	100.0000	100.0000	100.0000	100.0000
1917	143.1686	100.6284	24.0173	73.2604	117.3157
1918	183.4906	122.5934	53.5041	79.1299	139.4522
1919	222.3587	151.1743	54.1073	131.5211	173.0197
1920	195.7742	148.8587	62.3633	181.1586	179.2987
1921	254.9643	166.7218	73.6896	210.5063	177.0979
1922	268.4100	198.0373	75.0543	213.0425	164.3169
1923	260.1404	151.6109	70.4145	221.3758	205.6459

cont.

cont.

ANOS	ÍNDICE DE SALÁRIOS DE				
	Operários de Empacotamento	Operários de Cartuchos	Operários da Seção Máquinas	Operários das Prensas	Índice de Preços dos Alimentos Ponderação de 1858 Ano Base 1916
1924	361.4333	191.9285	78.7933	242.2693	275.0890
1925	317.6051	197.7506	87.1721	280.4336	326.5182
1926	312.0066	196.4935	84.7431	288.4945	269.1100
1927	308.7790	205.5354	96.3151	280.2524	269.1573
1928	306.1615	185.2464	94.2955	282.9698	283.3130
1929	-	-	-	-	-
1930	713.0765	291.1012	134.8568	412.6625	252.0121

ANOS	ÍNDICES DE SALÁRIOS Ano Base - 1916			
	Tanoeiros	Operários dos Alambiques	Operários das Caldeiras	Índice do Custo de Alimentos Ponderação 1858
1898	66.6663	107.5140	-	93.6294
1899	79.5196	139.1325	-	84.9824
1900	79.9996	117.9186	-	76.5325
1901	-	-	-	-
1902	67.9996	99.9996	-	60.3706
1903	86.6663	136.3000	-	54.9298
1904	71.1108	131.3580	-	57.2674
1905	-	-	-	-
1906	-	-	-	-
1907	93.3329	112.7163	49.9997	70.3899
1908	87.1329	121.3868	60.6246	70.8080
1909	81.6664	113.5833	61.8330	65.3438
1910	-	-	-	-
1911	-	112.7165	62.4997	79.7522

cont.

conclusão

ANOS	ÍNDICES DE SALÁRIOS Ano Base – 1916			
	Tanoeiros	Operários dos Alambiques	Operários das Caldeiras	Índice do Custo de Alimentos Ponderação 1858
1912	98.6664	108.8146	65.8329	77.3075
1913	127.9996	116.1845	73.4718	80.4902
1914	—	96.8493	75.6941	80.4850
1915	74.7771	93.3523	87.9162	93.3534
1916	100.0000	100.0000	100.0000	100.0000
1917	114.6662	94.0747	89.3745	117.3157
1918	124.8995	118.0053	55.5876	139.4522
1919	134.2328	161.6179	103.1245	173.0197
1920	173.9994	248.8431	141.1105	179.2987
1921	205.7860	254.9125	158.4018	177.0979
1922	200.9394	269.2188	200.5546	164.3169
1923	208.2660	284.3922	180.3232	205.6459
1924	212.6660	303.2939	191.6659	275.0890
1925	242.5992	337.8892	209.4658	326.5182
1926	248.3325	333.9181	193.7492	269.1100
1927	266.6660	368.8428	222.5824	269.1573
1928	254.7766	365.4614	221.7120	288.3130
1929	—	—	—	—
1930	372.5702	422.1291	229.9989	252.1012

Fonte: Quanto a salários

^aRIO DE JANEIRO (Cidade) Santa Casa da Misericórdia. [mss.]^bORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA. [mss.]^cFABRICA MOINHO DA LUZ. Arquivo. Antiga Luz Stearica.^dIbid, tabela 4.42^a, b, c.

Quanto aos índices de custo de alimentação, foram acrescentados o toucinho e a carne nos anos de 1919 e 1949. Os preços dos gêneros que compõem as três ponderações foram obtidos em:

Ibid, tabela 4.41^a, b, c

TABELA 4.43b – Série Salarial de 300

ANOS	Índice de Salários – Ano Base 1916 Enfermeira	Índice de Preços dos Alimentos Ponderação 1949 Ano Base 1916
1802	1.9840	—
1803	2.8929	—
1804	—	—
1805	—	—
1806	—	—
1807	—	—
1808	2.9765	—
1809	2.9765	—
1810	—	—
1811	—	—
1812	—	—
1813	—	—
1814	—	—
1815	—	—
1816	—	—
1817	—	—
1818	—	—
1819	—	—
1820	—	—
1821	—	—
1822	—	—
1823	—	—
1824	—	—
1825	—	—
1826	—	2.7978
1827	—	3.2344
1828	—	3.7223
1829	—	4.3051
1830	—	4.1135
1831	—	4.3678
1832	—	2.9237
1833	—	4.6364
1834	—	5.6851
1835	—	4.6170
1836	—	4.7378
1837	—	5.7831
1838	—	6.6034
1839	—	7.1157
1840	—	7.1157
1841	—	6.9990
1842	—	6.0823

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários – Ano Base 1916 Enfermeira	Índice de Preços dos Alimentos Ponderação 1949 Ano Base 1916
1843	—	6.4988
1844	—	5.8458
1845	—	6.4343
1846	—	7.4521
1847	—	7.2527
1848	—	7.6367
1849	—	6.6809
1850	—	6.8801
1851	—	16.6135
1852	—	7.5328
1853	—	9.4796
1854	—	11.4599
1855	—	14.7985
1856	—	14.8322
1857	—	16.0126
1858	—	16.1277
1859	—	18.5608
1860	—	17.5624
1861	—	16.4592
1862	—	16.5719
1863	—	14.2014
1864	—	16.1275
1865	—	18.9406
1866	—	22.6630
1867	—	22.6087
1868	—	25.9294
1869	—	24.5561
1870	—	24.7617
1871	—	22.6562
1872	—	27.1368
1873	—	28.7062
1874	—	28.0607
1875	—	25.8952
1876	52.0287	30.0059
1877	39.1457	36.5636
1878	44.4944	37.0235
1879	50.7381	34.4341
1880	41.3163	29.7184
1881	—	31.9289
1882	49.3935	34.1117
1883	54.0360	34.5605

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários – Ano Base 1916 Enfermeira	Índice de Preços dos Alimentos Ponderação 1949 Ano Base 1916
1884	48.0320	31.2950
1885	50.2307	38.6640
1886	55.8119	27.8712
1887	55.8119	27.3177
1888	55.8119	26.5681
1889	55.8119	30.4511
1890	44.9595	33.1797
1891	44.6713	40.2034
1892	46.5093	58.3074
1893	51.3640	66.6793
1894	52.5919	66.1753
1895	63.5038	61.5685
1896	74.4160	74.0100
1897	—	88.8470
1898	—	93.8587
1899	—	88.1544
1900	—	78.8049
1901	—	67.7004
1902	—	61.4305
1903	—	57.4051
1904	—	59.7551
1905	—	56.2768
1906	—	72.2003
1907	—	68.5965
1908	—	69.0999
1909	—	65.4103
1910	—	63.7162
1911	—	75.9155
1912	—	75.4502
1913	—	77.6767
1914	—	75.3434
1915	—	92.5765
1916	100.0000	100.0000
1917	116.2749	119.8163
1918	116.2749	141.2806
1919	122.4761	182.1839
1920	153.4829	187.6978
1921	213.9458	177.9289
1922	213.9458	170.0610
1923	216.2713	211.4644
1924	231.2210	275.6825

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários – Ano Base 1916 Enfermeira	Índice de Preços dos Alimentos Ponderação 1949 Ano Base 1916
1925	258.1303	324.7214
1926	293.0128	275.2405
1927	294.8731	275.1581
1928	302.3148	285.0353
1929	302.3148	305.8797
1930	302.3148	254.2053

ANOS	Índice de Salários – Ano Base 1916 Cozinheiro	Índice do Custo de Alimentação Ponderação de 1949 Ano Base 1916
1802	—	—
1803	2.0834	—
1804	—	—
1805	—	—
1806	2.0834	—
1807	2.0834	—
1808	2.0104	—
1809	2.0834	—
1810	3.7999	—
1811	4.0000	—
1820	—	2.2050
1821	—	1.9220
1822	—	2.0864
1823	—	2.0000
1824	—	2.0049
1825	—	2.2093
1826	—	2.7978
1827	—	3.2344
1828	—	3.7223
1829	—	4.3051
1830	—	4.1135
1831	—	4.3678
1832	—	2.9237
1833	—	4.6364
1834	—	5.6851
1835	—	4.6170
1836	—	4.7378
1837	—	5.7831
1838	—	6.6034

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários – Ano Base 1916 Cozinheiro	Índice do Custo de Alimentação Ponderação de 1949 Ano Base 1916
1839	7.9224	7.1157
1840	7.9959	7.1115
1841	—	6.9990
1842	—	6.0823
1843	—	6.4978
1844	—	5.8458
1845	—	6.4343
1846	—	7.4521
1847	—	7.2527
1848	—	7.6367
1849	—	6.6809
1850	—	6.8801
1851	—	6.6135
1852	—	7.5328
1853	—	9.4796
1854	—	11.4594
1855	—	14.7985
1856	—	14.8322
1857	—	16.0126
1858	29.9999	16.1277
1859	29.9999	18.5608
1860	—	17.3624
1861	—	16.1525
1862	—	16.5719
1863	29.9999	14.2014
1864	17.9285	16.1275
1865	25.0000	18.9406
1866	25.0000	22.6630
1867	26.2500	22.6087
1868	27.4999	25.9294
1869	27.5000	24.5561
1870	28.7500	24.7617
1871	30.0000	22.6562
1872	30.0000	27.1368
1873	36.9047	28.7062
1874	39.9999	28.0607
1875	32.5331	25.8952
1876	38.9719	30.0059
1877	39.9999	36.5636
1878	39.9999	37.0235
1879	39.9999	34.4341

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Cozinheiro	Índice do Custo de Alimentação Ponderação de 1949 Ano Base 1916
1880	39.9999	29.7184
1881	39.9999	31.9239
1882	39.9999	34.1117
1883	42.7272	34.5605
1884	39.9999	31.2950
1885	39.9999	38.6640
1886	39.9999	27.8712
1887	44.9999	27.3177
1888	44.9999	26.5681
1889	44.9999	30.4561
1890	45.0815	33.1797
1891	46.1538	40.2034
1892	47.1430	58.3074
1893	54.5827	66.6793
1894	54.9999	66.1753
1895	59.9999	61.5685
1896	64.9999	74.0100
1897	66.8181	88.8470
1898	69.9999	93.8587
1899	69.9999	88.1544
1900	77.4999	78.8049
1901	81.2499	67.7004
1902	79.3332	61.4305
1903	76.4999	57.4051
1904	84.9999	59.7551
1905	84.9999	56.2768
1906	84.9999	72.2005
1907	84.9999	68.5965
1908	84.9999	69.0999
1909	84.9999	65.4103
1910	87.5000	63.7162
1911	99.9999	75.9155
1912	99.9999	75.4502
1913	99.9999	77.6767
1914	99.9999	75.3434
1915	99.9999	92.5765
1916	100.0000	100.0000
1917	99.9999	119.8163
1918	104.9999	141.2806
1919	107.4999	182.1839
1920	114.9999	187.6978

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Cozinheiro			Índice do Custo de Alimentação Ponderação de 1949 Ano Base 1916
1921				177.9289
1922				170.0610
1923				211.4644
1924				275.6825
1925				324.7214
1926				275.2405
1927				275.1581
1928				285.0353
1929				305.8797
1930				254.2053

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916			Índice do Custo dos Alimentos Ponderação de 1949 Ano Base 1916
	Carpinteiro	Pintor	Pedreiro	
1802	—	—	—	—
1803	—	—	—	—
1804	—	—	—	—
1805	—	—	4.9362	—
1806	—	—	—	—
1807	12.5580	7.1769	—	—
1808	—	—	—	—
1809	—	—	—	—
1810	—	—	—	—
1811	—	—	—	—
1812	6.9206	—	—	—
1813	6.7348	—	—	—
1814	—	—	—	—
1815	6.6976	—	—	—
1816	—	—	—	—
1817	—	—	—	—
1818	—	—	—	—
1819	—	—	—	—
1820	—	—	—	2.2050
1821	—	—	—	1.9228
1822	—	—	—	2.0864
1823	—	—	—	2.0000
1824	—	—	—	2.0049

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916			Índice do Custo dos Alimentos
	Carpinteiro	Pintor	Pedreiro	Ponderação de 1949 Ano Base 1916
1825	—	—	—	2.2093
1826	—	—	—	2.7978
1827	—	—	8.9170	3.2344
1828	—	—	9.4124	3.7223
1829	24.3984	20.3346	10.2970	4.3051
1830	34.3252	—	11.0075	4.1135
1831	30.0407	—	12.6367	4.3678
1832	18.5056	—	9.9361	2.9237
1833	10.9702	—	7.7626	4.6364
1834	14.5187	—	9.7132	5.6851
1835	25.1160	—	7.2810	4.6170
1836	20.9300	—	15.2864	4.7378
1837	23.9876	20.0954	18.0429	5.7831
1838	25.0323	—	16.3214	6.6034
1839	25.2904	23.9231	17.0324	7.1157
1840	23.9200	25.8369	17.5268	7.1115
1841	28.2323	22.0092	16.0560	6.9990
1842	24.5778	21.5308	17.0193	6.0823
1843	38.4514	27.9900	16.9667	6.4988
1844	26.7186	22.4877	16.5574	5.8458
1845	24.5431	—	16.1356	6.4343
1846	25.9299	22.2485	18.1298	7.4521
1847	26.3382	—	20.9212	7.2527
1848	29.4276	—	21.1382	7.6367
1849	30.5578	—	23.6120	6.6809
1850	30.1392	—	18.8426	6.8801
1851	27.6695	22.9662	19.2231	16.6135
1852	29.1049	22.9662	20.9769	7.5328
1853	30.2785	—	21.3356	9.4796
1854	32.2227	53.8272	20.9269	11.4599
1855	31.5766	44.8560	24.8365	14.7985
1856	36.3766	—	27.1297	14.8322
1857	37.6402	—	27.9226	16.0126
1858	42.0342	—	26.5735	16.1277
1859	46.7303	23.9223	26.9731	18.5608
1860	54.8367	—	31.8467	17.5624
1861	50.2321	30.2627	33.8580	16.4592
1862	47.8775	—	34.7925	16.5719

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916			Índice do Custo dos Alimentos
	Carpinteiro	Pintor	Pedreiro	Ponderação de 1949 Ano Base 1916
1863	50.2321	—	34.7925	14.2014
1864	39.7671	—	33.1206	16.1275
1865	46.0462	45.0950	35.0314	18.9406
1866	47.6159	43.0617	33.2115	22.6630
1867	62.7903	—	43.5239	22.6087
1868	59.3018	—	46.8147	25.9294
1869	—	—	31.8467	24.5561
1870	—	—	31.8467	24.7617
1871	57.6884	—	40.0358	22.6562
1872	67.7735	—	44.4527	27.1368
1873	65.4064	53.5708	48.8317	28.7062
1874	78.9362	—	42.4623	28.0607
1875	77.4412	—	43.8474	25.8952
1876	83.7204	—	45.6182	30.0059
1877	—	—	48.7758	36.5636
1878	64.0460	—	38.8749	37.0235
1879	—	—	39.7245	34.4341
1880	—	—	38.5345	29.7184
1881	—	—	43.6055	31.9289
1882	85.4790	—	45.6632	34.1117
1883	66.9762	—	45.3816	34.5605
1884	75.3482	71.7696	57.0057	31.2950
1885	73.2552	62.3497	55.3337	38.6640
1886	74.9296	—	55.6256	27.8712
1887	81.1040	—	55.7318	27.3177
1888	83.7203	—	50.9548	26.5681
1889	83.7203	71.7669	54.4049	30.4561
1890	83.7203	71.7669	52.5471	33.1797
1891	107.2666	—	73.4924	40.2034
1892	125.5806	82.7342	77.2283	58.3074
1893	143.0222	—	83.2358	66.6793
1894	141.2781	—	76.1788	66.1753
1895	139.7082	116.6255	104.9030	61.5685
1896	129.7476	—	95.0916	74.0100

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916			Índice do Custo dos Alimentos
	Carpinteiro	Pintor	Pedreiro	Ponderação de 1949 Ano Base 1916
1897	146.5105	—	101.3170	88.8470
1898	135.5531	113.5693	106.6823	93.8587
1899	135.2288	110.5131	103.6586	88.1544
1900	125.5805	102.0472	104.7403	78.8049
1901	133.8029	129.6337	103.7321	67.7004
1902	131.0223	114.8313	99.7275	61.4305
1903	125.5805	100.1783	102.0116	57.4051
1904	—	100.9209	111.6183	59.7551
1905	135.6631	116.7869	108.6745	56.2768
1906	138.2689	114.7425	103.7419	72.2003
1907	140.1125	101.0612	116.9325	68.5965
1908	138.7925	116.6256	119.1186	69.0999
1909	138.2879	111.6913	102.3686	65.4103
1910	134.3448	114.9942	96.2268	63.7162
1911	132.5572	110.6447	98.9589	75.9155
1912	141.6654	102.4959	96.1102	75.4502
1913	143.0221	115.5041	79.3512	77.6767
1914	—	—	62.1011	75.3434
1915	74.1895	102.4879	77.7335	92.5765
1916	100.0000	100.0000	100.0000	100.0000
1917	84.4180	91.6342	76.8871	119.8163
1918	62.7902	53.8271	63.6935	141.2806
1919	67.4413	56.8175	71.6553	182.1839
1920	69.7669	59.8079	92.8864	187.6978
1921	97.6738	71.7695	106.1559	177.9289
1922	125.5806	103.6671	106.1559	170.0610
1923	139.5339	—	112.7906	211.4644
1924	165.6965	—	132.6949	275.6825
1925	191.8592	—	145.9645	324.7214
1926	209.3009	—	159.2339	275.2405
1927	209.3010	—	159.2339	275.1588
1928	230.2310	—	175.1573	285.0353
1929	230.2310	—	175.1573	305.8799
1930	244.1844	209.3280	175.1573	254.2055

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916		Índice do Custo dos Alimentos Ponderação de 1949 Ano Base 1916
	Enfermeiro	Capelão	
1802	2.5192	3.9214	—
1803	2.8168	3.9214	—
1804	2.2926	3.9214	—
1805	2.4972	3.5292	—
1806	2.7512	3.9214	—
1807	1.8604	6.9801	—
1808	2.4240	6.2742	—
1809	2.7310	3.5683	—
1810	3.0207	5.6466	—
1811	3.3562	3.7644	—
1812	4.0401	5.6466	—
1813	4.8480	3.7644	—
1814	5.3319	3.7644	—
1815	—	7.5289	—
1816	—	7.5289	—
1817	9.6960	7.5289	—
1818	9.6959	7.5289	—
1819	3.8056	7.5289	—
1820	4.3092	7.5289	—
1821	7.7245	3.7644	2.2050
1822	6.9371	6.5579	1.9228
1823	7.5836	5.8819	2.0864
1824	7.7567	5.8820	2.0000
1825	3.4905	—	2.0049
1826	—	—	2.2093
1827	—	—	2.7978
1828	—	8.4229	3.2344
1829	—	5.8820	3.7223
1830	—	—	4.3051
1831	—	—	4.1135
1832	5.6285	—	4.3678
1833	—	—	2.9237

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916		Índice do Custo dos Alimentos Ponderação de 1949 Ano Base 1916
	Enfermeiro	Capelão	
1834	—	4.7055	4.6364
1835	—	4.7055	5.6851
1836	—	—	4.6170
1837	—	—	4.7378
1838	—	—	5.7831
1839	15.6152	—	6.6034
1840	—	—	7.1157
1841	15.1499	14.5578	7.1115
1842	16.1598	14.7049	6.9990
1843	19.7305	14.7049	6.4988
1844	20.2000	14.2593	5.8458
1845	20.2000	12.8197	6.4343
1846	20.6207	11.9041	7.4521
1847	22.7249	13.4446	7.2527
1848	17.9629	12.0442	7.6367
1849	21.4061	13.7247	6.6809
1850	23.3536	14.2146	6.8801
1851	22.2198	14.5783	16.6135
1852	22.2198	9.8034	7.5328
1853	24.2318	9.8034	9.4796
1854	21.4565	9.8034	11.4599
1855	22.2194	18.2062	14.7985
1856	26.5959	15.6851	14.8322
1857	31.5371	16.4838	16.0126
1858	33.8040	18.3811	16.1277
1859	36.2402	20.8315	18.5608
1860	33.2350	20.5859	17.5624
1861	39.9713	20.8306	16.4592
1862	33.4070	21.0057	16.5719
1863	44.1863	21.0757	14.2014
1864	42.5608	24.9153	16.1275
1865	40.3963	23.8094	18.9406

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916		Índice do Custo dos Alimentos Ponderação de 1949 Ano Base 1916
	Enfermeiro	Capelão	
1866	35.3479	24.5080	22.6630
1867	35.3479	23.8094	22.6087
1868	37.8749	24.5102	25.9294
1869	44.1864	25.2101	24.5561
1870	44.7261	24.5102	24.7617
1871	38.0455	26.2872	22.6562
1872	42.0114	26.1431	27.1368
1873	40.3969	26.1434	28.7062
1874	47.9742	26.9591	28.0607
1875	47.8047	50.2758	25.8952
1876	48.7820	32.3510	30.0059
1877	50.4999	41.1151	36.5636
1878	50.4999	53.3053	37.0235
1879	48.6654	56.7560	34.4341
1880	46.6901	58.8198	29.7184
1881	45.2090	58.8198	31.9289
1882	41.5854	58.8200	34.1117
1883	38.1777	63.1088	34.5605
1884	48.7682	58.3909	31.2950
1885	47.2675	58.8198	38.6640
1886	46.3439	58.2316	27.8712
1887	49.4159	58.8198	27.3177
1888	47.9899	60.5004	26.5681
1889	46.0373	58.8200	30.4561
1890	38.5657	58.8198	33.1797
1891	43.1788	58.8198	40.2034
1892	43.6986	63.1088	58.3074
1893	49.5330	73.0652	66.6793
1894	53.0449	73.3517	66.1753
1895	60.6958	82.9716	61.5685
1896	71.7331	89.2101	74.0100
1897	107.8170	90.3922	88.8470

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916		Índice do Custo dos Alimentos
	Enfermeiro	Capelão	Ponderação de 1949 Ano Base 1916
1898	84.8397	89.0700	93.8587
1899	84.8396	111.5845	88.1544
1900	84.8396	98.3131	78.8049
1901	87.0039	98.3131	67.7004
1902	94.9903	90.9354	61.4305
1903	89.9908	82.9359	57.4051
1904	99.9897	92.1510	59.7551
1905	97.6869	88.3352	56.2768
1906	99.9897	87.7107	72.2003
1907	99.9897	86.9578	68.5965
1908	99.9897	106.8559	69.0999
1909	99.6261	94.1117	65.4103
1910	99.9897	94.1117	63.7162
1911	97.6869	95.5822	75.9155
1912	99.9897	99.9936	75.4502
1913	100.9997	99.9936	77.6767
1914	99.9897	99.9936	75.3434
1915	99.9897	99.9936	92.5765
1916	100.0000	100.0000	100.0000
1917	93.5932	99.9938	119.8163
1918	99.9899	99.9938	141.2806
1919	102.4138	102.9348	182.1839
1920	112.1099	105.8758	187.6978
1921	139.3798	105.8758	177.9289
1922	139.3798	105.8758	170.0610
1923	144.6823	112.2926	211.4644
1924	160.5898	123.5218	275.6825
1925	171.8834	138.2268	324.7214
1926	193.4869	152.9318	275.2405
1927	197.8154	152.9318	275.1588
1928	197.9595	191.1647	285.0353
1929	197.5005	196.0664	305.8799
1930	201.4946	196.0664	254.2055

cont.

conclusão

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916				Índice de Preços dos Alimentos Ponderação (1949)
	Estivador	Eletricista	Operário de Armazém	Operário Mecânico	
1898	—	—	—	79.8061	13.8587
1899	—	—	—	77.0758	88.1544
1900	—	—	—	76.9219	78.8049
1901	—	—	—	—	—
1902	—	—	—	78.7552	61.4305
1903	—	—	—	96.1524	57.4051
1904	—	—	—	110.5753	59.7551
1905	—	—	—	—	—
1906	—	—	—	—	—
1907	—	—	36.4524	115.3829	68.5965
1908	—	—	40.5409	101.9216	69.0999
1909	—	47.3812	36.4524	111.5368	65.4103
1910	—	—	—	—	—
1911	116.5635	62.3437	—	107.6908	75.9155
1912	124.6450	95.3166	91.8206	115.3830	75.4502
1913	123.7514	93.6817	78.8160	112.4983	77.6767
1914	93.7168	96.8406	68.3071	103.8447	75.3434
1915	107.5879	127.3889	68.3071	99.9985	92.5765
1916	100.0000	100.0000	100.0000	100.0000	100.0000
1917	122.6246	110.1405	63.0528	103.6523	119.8163
1918	106.1503	120.8083	91.6236	113.2676	141.2806
1919	163.7067	133.8311	93.5940	137.0172	182.1839
1920	231.5726	160.7083	83.7420	150.5107	187.6978
1921	212.0342	161.8858	53.1515	152.8824	177.9289
1922	296.5891	221.3895	67.5079	154.6131	170.0610
1923	339.1994	213.9083	60.7259	165.2380	211.4644
1924	330.4264	—	77.1837	184.2381	275.6825
1925	334.2260	—	65.5158	203.8865	324.7214
1926	396.4321	120.5127	81.6094	254.5271	275.2405
1927	410.3033	110.7225	45.0827	200.4330	275.1581
1928	365.8149	—	59.4978	267.0197	285.0353
1929	—	—	—	—	—
1930	615.4552	311.2199	73.0230	136.9211	254.2053

Fonte: Ibid, tabela 4.43^a.

TABELA 4.43c – Série Salarial de 400

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916		Índice de Preços dos Alimentos Ponderação 1949 Ano Base 1916
	Médico	Advogado	
1802	7.6922	—	—
1803	7.6922	—	—
1804	9.8087	—	—
1805	7.6922	—	—
1806	8.7911	—	—
1807	7.6922	—	—
1808	7.6922	4.2665	—
1809	7.6922	—	—
1810	9.8722	—	—
1811	11.5382	—	—
1812	17.3073	—	—
1813	11.5382	—	—
1814	11.5382	—	—
1815	12.3074	—	—
1816	12.3075	—	—
1817	11.5382	—	—
1818	11.5382	—	—
1819	11.5382	—	—
1820	11.5382	4.2665	2.2050
1821	11.5382	4.2665	1.9228
1822	11.5382	4.2665	2.0864
1823	17.9483	4.2665	2.0000
1824	13.4611	4.2665	2.0049
1825	—	—	2.2093
1826	—	—	2.7978
1827	—	—	3.2344
1828	—	—	3.7223
1829	—	—	4.3051

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916		Índice de Preços dos Alimentos Ponderação 1949 Ano Base 1916
	Médico	Advogado	
1830	—	—	4.1135
1831	—	—	4.3678
1832	—	—	2.9237
1833	—	—	4.6364
1834	—	—	5.6851
1835	—	—	4.6170
1836	—	4.5060	4.7378
1837	—	4.9442	5.7831
1838	—	5.1666	6.6034
1839	15.3841	—	7.1157
1840	—	—	7.1115
1841	15.3841	—	6.9990
1842	19.2305	—	6.0823
1843	19.2305	—	6.4978
1844	19.2305	—	5.8458
1845	19.2305	—	6.4343
1846	19.2305	6.9442	7.4521
1847	19.2305	6.9442	7.2527
1848	21.2380	6.9442	7.6367
1849	23.0764	6.9115	6.6809
1850	23.0764	6.9442	6.8801
1851	23.0764	6.9442	6.6135
1852	23.0764	6.9442	7.5328
1853	20.7688	6.9998	9.4796
1854	23.0764	7.9332	11.4594
1855	24.8066	—	14.7985
1856	26.9226	—	14.8322
1857	26.9226	—	16.0126
1858	25.0848	—	16.1277

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916		Índice de Preços dos Alimentos Ponderação 1949 Ano Base 1916
	Médico	Advogado	
1859	27.9716	—	18.5608
1860	46.8522	—	17.5624
1861	46.1529	—	16.4592
1862	44.3778	—	16.5719
1863	46.1529	—	14.2014
1864	46.1529	—	16.1275
1865	46.1529	—	18.9406
1866	46.1529	—	22.6630
1867	46.1529	—	22.6087
1868	46.1529	—	25.9294
1869	46.1529	—	24.5561
1870	46.1525	—	24.7617
1871	41.5366	—	22.6562
1872	41.5362	—	27.1368
1873	41.5369	—	28.7062
1874	41.1753	—	28.0607
1875	43.0221	—	25.8952
1876	73.6344	—	30.0059
1877	49.3872	—	36.5636
1878	49.8452	—	37.0235
1879	50.6727	—	34.4341
1880	48.8998	—	29.7184
1881	46.4375	—	31.9289
1882	44.6772	—	34.1117
1883	42.2807	—	34.5605
1884	49.9988	—	31.2950
1885	51.9218	—	38.6640
1886	49.9996	—	27.8712

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916		Índice de Preços dos Alimentos Ponderação 1949 Ano Base 1916
	Médico	Advogado	
1887	53.8455	—	27.3177
1888	59.5858	—	26.5681
1889	63.7921	—	30.4561
1890	64.3714	—	33.1797
1891	63.6462	—	40.2034
1892	63.4600	—	58.3074
1893	79.1191	—	66.6793
1894	78.6481	16.6665	66.1753
1895	82.9768	—	61.5685
1896	86.5365	49.9999	74.0100
1897	86.2480	49.9999	88.8470
1898	88.4596	49.9999	93.8587
1899	92.3058	99.9998	88.1544
1900	95.9980	99.9998	78.8049
1901	93.3091	99.9998	67.7004
1902	101.5363	99.9998	61.4305
1903	97.2287	100.0000	57.4051
1904	99.4062	99.9990	59.7551
1905	92.3058	99.9990	56.2768
1906	92.3058	99.9988	72.2003
1907	121.3498	99.9989	68.5965
1908	103.9831	99.9988	69.0999
1909	103.4460	100.0000	65.4103
1910	103.8440	—	63.7162
1911	107.0747	—	75.9155
1912	115.3822	—	75.4502
1913	118.0970	—	77.6767
1914	119.1580	—	75.3434

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916		Índice de Preços dos Alimentos Ponderação 1949 Ano Base 1916
	Médico	Advogado	
1915	114.0506	—	92.5765
1916	100.0000	100.0000	100.0000
1917	102.9565	—	119.8163
1918	146.1510	—	141.2806
1919	147.1124	—	182.1839
1920	145.7460	100.0000	187.6978
1921	147.6893	108.3321	177.9289
1922	137.7594	108.3321	170.0610
1923	132.5797	112.4988	211.4644
1924	150.7661	124.9986	275.6825
1925	157.6888	137.4985	324.7214
1926	180.1737	149.9984	275.2405
1927	184.6115	—	275.1581
1928	207.6880	—	285.0353
1929	207.6880	—	305.8797
1930	204.3913	—	254.2053

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916		Índices do Custo da Alimentação Ponderação de 1949
	Professor	Ferreiro	
1897	105.8699	—	88.8470
1898	105.8698	75.1415	93.8587
1899	105.8698	45.3301	88.1544
1900	105.8698	53.6724	78.8049
1901	105.8698	—	67.7004
1902	96.8572	60.9817	61.4305
1903	95.2828	68.0873	57.4051

cont.

conclusão

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916		Índices do Custo da Alimentação Ponderação de 1949
	Professor	Ferreiro	
1904	103.0465	81.4944	59.7551
1905	105.8697	—	56.2768
1906	105.8697	—	72.2003
1907	105.8697	90.4764	68.5965
1908	104.8110	120.1496	69.0999
1909	103.7523	116.6226	65.4103
1910	105.8697	—	63.7162
1911	105.8697	—	75.9155
1912	105.8697	120.2262	75.4502
1913	104.4723	121.6064	77.6767
1914	105.8697	89.5416	75.3434
1915	105.8697	90.2188	92.5765
1916	100.0000	100.0000	100.0000
1917	114.6924	74.4258	119.8163
1918	114.6924	105.0958	141.2806
1919	121.7504	127.2289	182.1839
1920	132.3374	117.1593	187.6978
1921	142.9244	131.8564	177.9289
1922	142.9244	128.0533	170.0610
1923	149.7618	136.8139	211.4644
1924	145.1701	153.2394	275.6825
1925	148.8060	159.6526	324.7214
1926	159.9811	178.6656	275.2405
1927	159.9811	178.5197	275.1581
1928	159.9811	194.2943	285.0353
1929	151.2038	—	305.8797
1930	169.1841	282.6545	254.2053

Fonte: Ibid., tabela 4.43^a.

TABELA 4.43d – Série Salarial de 500

ANOS	Índice dos Salários	Índice de Preços dos Alimentos
	Ano Base 1916	Ponderação de 1949
	Andador	Ano Base 1916
1804	0.6601	—
1805	0.4249	—
1806	3.1398	—
1807	2.9774	—
1808	3.4196	—
1809	3.3851	—
1810	4.4300	—
1811	3.6994	—
1812	3.9792	—
1813	2.9844	—
1814	3.9792	—
1815	3.6476	—
1816	3.3161	—
1817	3.9792	—
1818	4.2279	—
1819	4.4766	—
1820	3.3980	2.2050
1821	4.7475	1.9220
1822	4.1450	2.0864
1823	4.9740	2.0000
1824	4.9740	2.0049
1825	—	2.2093
1826	—	2.7978
1827	—	3.2344
1828	—	3.7223
1829	—	4.3051
1830	—	4.1135
1831	—	4.3678
1832	—	2.9237
1833	—	4.6364
1834	—	5.6851
1835	—	4.6170
1836	—	4.7378
1837	—	5.7831
1838	—	6.6034
1839	12.9532	7.1157
1840	—	7.1115

cont.

cont.

ANOS	Índice dos Salários	Índice de Preços dos Alimentos
	Ano Base 1916	Ponderação de 1949
	Andador	Ano Base 1916
1841	12.9532	6.9990
1842	12.9532	6.0823
1843	13.4859	6.4978
1844	14.1330	5.8458
1845	14.8964	6.4343
1846	16.0900	7.4521
1847	16.4074	7.2527
1848	16.8393	7.6367
1849	16.8393	6.6809
1850	17.5948	6.8801
1851	20.2935	6.6135
1852	20.5291	7.5328
1853	22.0150	9.4796
1854	22.3909	11.4594
1855	22.6684	14.7985
1856	23.8914	14.8322
1857	26.4248	16.0126
1858	25.7750	16.1277
1859	25.7264	18.5608
1860	25.7136	17.3624
1861	25.9688	16.4592
1862	26.3489	16.5719
1863	25.7685	14.2014
1864	26.6839	16.1275
1865	26.6838	18.9406
1866	26.6910	22.6630
1867	26.6839	22.6087
1868	27.6550	25.9294
1869	28.9504	24.5561
1870	29.8564	24.7617
1871	31.7345	22.6562
1872	31.7344	27.1368
1873	31.0164	28.7062
1874	43.0478	28.0607
1875	37.9022	25.8952
1876	38.7227	30.0059
1877	39.5418	36.5636
1878	39.7235	37.0235

cont.

cont.

ANOS	Índice dos Salários	Índice de Preços dos Alimentos
	Ano Base 1916	Ponderação de 1949
	Andador	Ano Base 1916
1879	—	34.4341
1880	—	29.7184
1881	—	31.9239
1882	—	34.1117
1883	—	34.5605
1884	39.0700	31.2950
1885	39.9703	38.6640
1886	40.4166	27.8712
1887	42.3170	27.3177
1888	47.2811	26.5681
1889	51.2245	30.4561
1890	43.1346	33.1797
1891	44.4330	40.2034
1892	43.7718	58.3074
1893	51.7808	66.6793
1894	53.5771	66.1753
1895	63.6007	61.5685
1896	66.4152	74.0100
1897	75.1940	88.8470
1898	84.4234	93.8587
1899	84.7147	88.1544
1900	84.7147	78.8049
1901	85.1810	67.7004
1902	80.7906	61.4305
1903	76.5652	57.4051
1904	87.8882	59.7551
1905	86.2691	56.2768
1906	86.2691	72.2005
1907	86.2691	68.5965
1908	85.4271	69.0999
1909	85.8505	65.4103
1910	84.7145	63.7162
1911	88.6004	75.9155
1912	—	75.4502
1913	90.7162	77.6767
1914	100.4131	75.3434
1915	100.3132	92.5765
1916	100.0000	100.0000

cont.

cont.

ANOS	Índice dos Salários	Índice de Preços dos Alimentos
	Ano Base 1916	Ponderação de 1949
	Andador	Ano Base 1916
1917	97.8651	119.8163
1918	99.9998	141.2806
1919	104.9221	182.1839
1920	107.9376	187.6978
1921	129.0153	177.9289
1922	129.0153	170.0610
1923	131.7355	211.4644
1924	132.8307	275.6825
1925	147.4091	324.7214
1926	164.2484	275.2405
1927	159.5381	275.1581
1928	158.0308	285.0353
1929	159.3262	305.8797
1930	158.0308	254.2053

ANOS	Índice de Salários	Índice do Custo dos Alimentos
	Ano Base 1916	Ponderação de 1949
	Boticário	Ano Base 1916
1802	5.1399	—
1803	5.1199	—
1804	5.3399	—
1805	5.9999	—
1806	5.9999	—
1807	5.9999	—
1808	5.9999	—
1809	5.9999	—
1810	5.9999	—
1811	7.8998	—
1812	8.5332	—
1813	8.5332	—
1814	8.5332	—
1815	10.1333	—
1816	8.1778	—
1817	5.1199	—
1818	6.8267	—

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Boticário	Índice do Custo dos Alimentos Ponderação de 1949 Ano Base 1916
1819	6.8268	—
1820	11.3333	2.2050
1821	10.0000	1.9228
1822	8.0527	2.0864
1823	—	2.0000
1824	10.0000	2.0049
1825	—	2.2093
1826	—	2.7978
1827	—	3.2344
1828	—	3.7223
1829	—	4.3051
1830	—	4.1135
1831	—	4.3678
1832	—	2.9237
1833	—	4.6364
1834	—	5.6851
1835	—	4.6170
1836	—	4.7378
1837	—	5.7831
1838	—	6.6034
1839	—	7.1157
1840	—	7.1115
1841	—	6.9990
1842	—	6.0823
1843	—	6.4978
1844	—	5.8458
1845	32.3992	6.4343
1846	—	7.4521
1847	—	7.2527
1848	—	7.6367
1849	—	6.6809
1850	—	6.3801
1851	—	6.6135
1852	—	7.5328
1853	—	9.4796
1854	—	11.4594
1855	—	14.7985
1856	—	14.8322

cont.

cont.

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Boticário	Índice do Custo dos Alimentos Ponderação de 1949 Ano Base 1916
1857	—	16.0126
1858	—	16.1277
1859	—	18.5608
1860	—	17.5624
1861	—	16.4592
1862	—	16.5719
1863	—	14.2014
1864	—	16.1275
1865	40.0000	18.9406
1866	54.9999	22.6630
1867	59.9999	22.6087
1868	74.9999	25.9294
1869	79.9999	24.5561
1870	79.9999	24.7617
1871	69.9999	22.6562
1872	36.0655	27.1368
1873	39.9999	28.7062
1874	42.1659	28.0607
1875	39.9999	25.8952
1876	39.9999	30.0059
1877	39.9999	36.5636
1878	40.0000	37.0235
1879	39.9999	34.4341
1880	39.9999	29.7184
1881	39.9999	31.9289
1882	39.9999	34.1117
1883	39.9999	34.5605
1884	39.9999	31.2950
1885	39.9999	38.6640
1886	39.9999	27.8712
1887	39.9999	27.3177
1888	46.6666	26.5681
1889	50.3108	30.4561
1890	39.9999	33.1797
1891	40.9999	40.2034
1892	42.9730	58.3074
1893	54.9089	66.6793
1894	48.5998	66.1753

cont.

conclusão

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Boticário	Índice do Custo dos Alimentos Ponderação de 1949 Ano Base 1916
1895	60.1598	61.5685
1896	63.9998	74.0100
1897	69.8332	88.8470
1898	79.9998	93.8587
1899	78.3998	88.1544
1900	80.8694	78.8049
1901	82.4998	67.7004
1902	85.4998	61.4305
1903	80.9998	57.4051
1904	89.9998	59.7551
1905	89.9998	56.2768
1906	94.1664	72.2003
1907	98.5182	68.5965
1908	99.9998	69.0999
1909	99.9997	65.4103
1910	99.9997	63.7162
1911	99.9997	75.9155
1912	99.9997	75.4502
1913	99.9997	77.6767
1914	99.9997	75.3434
1915	99.9997	92.5765
1916	100.0000	100.0000
1917	99.9999	119.8163
1918	99.9999	141.2806
1919	103.9999	182.1839
1920	107.9999	187.6978
1921	123.9999	177.9289
1922	123.9999	170.0610
1923	127.9999	211.4644
1924	139.9999	275.6825
1925	164.9999	324.7214
1926	189.9998	275.2405
1927	173.3332	275.1581
1928	209.9998	285.0353
1929	209.9998	305.8797
1930	209.9999	254.2053

Fonte: Ibid, tabela 4.43^a.

TABELA 4.43^e – Série Salarial de 600

ANOS	Índice dos Salários Ano Base 1916		Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1919 Ano Base 1916
	Escriturário	Sacristão	
1802	2.6583	1.1132	—
1803	2.6447	1.7777	—
1804	2.3761	0.7408	—
1805	4.4415	1.0814	—
1806	3.9684	1.3703	—
1807	3.4576	1.5923	—
1808	3.4763	1.5923	—
1809	3.4082	—	—
1810	4.0898	—	—
1811	4.7715	—	—
1812	4.0898	—	—
1813	4.0898	—	—
1814	4.0898	—	—
1815	3.6215	—	—
1816	3.6154	—	—
1817	3.4681	—	—
1818	3.5152	—	—
1819	3.5991	—	—
1820	3.5009	—	2.5870
1821	3.4109	—	2.3491
1822	3.9426	—	2.4722
1823	4.1988	—	1.9772
1824	4.3079	—	2.1249
1825	—	—	—
1826	—	—	—
1827	—	—	—

cont.

cont.

ANOS	Índice dos Salários Ano Base 1916		Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1919 Ano Base 1916
	Escriturário	Sacristão	
1828	—	51.5999	—
1829	—	65.6794	—
1830	—	53.3332	—
1831	—	—	—
1832	—	—	—
1833	—	—	—
1834	—	—	—
1835	—	—	—
1836	—	—	—
1837	—	—	—
1838	—	—	—
1839	—	22.2221	8.1969
1840	—	—	—
1841	17.3816	22.2221	6.6957
1842	17.3817	22.2222	5.7758
1843	17.3816	24.0739	7.1204
1844	17.3816	22.9827	6.5626
1845	17.3816	24.0741	6.8314
1846	14.8255	24.0741	7.6523
1847	14.8255	18.0000	6.7779
1848	14.8255	24.0741	7.6367
1849	14.8255	20.8391	7.3406
1850	15.1237	27.0368	7.2815
1851	15.5215	21.4410	7.4219
1852	15.8481	16.4742	8.3825
1853	14.9278	17.2389	9.7953
1854	17.9952	22.1691	11.4120
1855	16.3847	22.2016	16.1951
1856	16.8720	22.2222	15.7954

cont.

cont.

ANOS	Índice dos Salários Ano Base 1916		Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1919 Ano Base 1916
	Escriturário	Sacristão	
1857	19.1655	23.0398	19.5457
1858	22.5348	22.8405	20.6074
1859	22.8477	26.6046	22.8516
1860	24.2485	22.2202	20.7127
1861	26.2834	22.2201	18.0187
1862	25.3374	23.7019	16.9331
1863	26.1744	25.9243	15.2605
1864	25.2397	25.9243	17.6562
1865	26.1744	25.9243	20.4520
1866	28.3217	29.6288	24.5116
1867	40.8983	33.3332	25.4849
1868	42.2824	38.3321	29.2049
1869	37.6941	39.2576	28.3066
1870	39.5342	39.2576	29.7311
1871	40.8966	44.8132	27.0152
1872	44.4441	44.8132	26.1138
1873	47.9870	42.9599	28.6673
1874	44.6608	45.1841	26.8399
1875	45.1265	49.8755	27.8158
1876	45.9265	51.8517	35.1110
1877	49.0777	51.8517	37.9905
1878	45.4817	51.8517	37.9156
1879	47.3019	57.2528	36.9845
1880	46.1934	52.9310	29.8052
1881	48.1281	40.9810	33.5889
1882	49.1817	39.2587	37.1128
1883	50.1500	40.9872	38.1172
1884	50.0248	44.4443	32.1868
1885	42.0228	44.4443	39.6545

cont.

cont.

ANOS	Índice dos Salários Ano Base 1916		Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1919 Ano Base 1916
	Escriturário	Sacristão	
1886	51.3618	44.4487	27.0610
1887	42.1670	44.4487	27.0056
1888	41.4062	46.6070	25.8754
1889	33.1766	53.0247	28.9869
1890	39.4756	49.6310	32.3628
1891	10.8397	55.1851	39.1552
1892	47.3140	57.7777	58.4369
1893	57.0018	65.1850	69.6528
1894	57.9775	72.7777	68.1001
1895	64.0411	94.0739	60.4486
1896	67.5842	98.9899	68.9867
1897	79.0238	109.2594	81.0548
1898	98.7940	122.2221	89.4750
1899	90.7940	122.2221	90.2408
1900	92.2663	122.2221	78.7460
1901	95.7017	122.2221	65.0060
1902	87.5688	116.1109	57.3347
1903	73.8263	109.9998	54.9651
1904	95.7017	122.2221	55.9115
1905	95.7017	122.2221	56.3741
1906	95.7017	137.2220	69.8740
1907	93.4011	142.2220	68.8440

cont.

conclusão

ANOS	Índice de Salários de Chefes das Seções de Fábrica	Índice dos Preços da Alimentação Ponderação 1919 Ano Base 1916
1898	85.5053	89.4750
1899	69.9602	90.2408
1900	72.3024	78.7460
1901	—	65.0060
1902	97.6073	57.3347
1903	105.9909	54.9651
1904	116.6317	55.9115
1905	—	56.3741
1906	—	69.8740
1907	118.7411	68.8448
1908	127.9846	72.3095
1909	122.2634	65.0750
1911	112.3330	80.9735
1912	189.2706	79.0048
1913	133.3392	84.0624
1914	105.8650	78.4057
1915	98.8389	84.5680
1916	100.0000	100.0000
1917	101.1606	113.0000
1918	125.7654	136.5720
1919	199.9115	157.3533
1920	131.2153	168.2479
1921	116.6031	161.8550
1922	175.6268	152.2965
1923	191.0506	207.5618
1924	302.2671	268.0932
1925	133.0131	275.5826
1926	136.4137	262.6747
1927	133.6342	259.6468
1928	136.0439	269.5240
1929	—	279.0475
1930	193.9302	250.1617

Fonte: Ibid, tabela 4.43^a.

TABELA 4.43^f – Série Salarial de 700

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Administrador de Hospital	Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1919 Ano Base 1916
1872	—	26.1138
1873	—	28.6673
1874	—	26.8399
1875	58.5226	27.8158
1876	60.4112	35.1110
1877	62.4999	37.9905
1878	62.4998	37.9156
1879	61.9563	36.9845
1880	62.4998	29.8052
1881	60.2726	33.5889
1882	61.9046	37.1128
1883	49.9999	38.1172
1884	56.7707	32.1868
1885	53.6763	39.6545
1886	49.9999	27.0610
1887	49.9999	27.0056
1888	49.9999	25.8754
1889	48.2142	28.9869
1890	46.8749	32.3628
1891	52.2221	39.1552
1892	57.4998	58.4369
1893	62.0832	69.6528
1894	59.1344	68.1001
1895	69.2306	60.4486
1896	73.9129	68.9867
1897	80.2081	81.0548
1898	87.4998	89.4750
1899	82.6085	90.2408
1900	87.4998	78.7460
1901	99.2185	65.0060

cont.

conclusão

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Administrador de Hospital	Índice de Preços de Alimentação Ponderação de 1919 Ano Base 1916
1902	97.9685	57.3347
1903	90.5976	54.9651
1904	103.1247	55.9115
1905	103.1247	56.3741
1906	103.1247	69.8740
1907	79.4999	68.8440
1908	81.2498	72.3095
1909	81.2498	65.0750
1910	81.2498	64.2168
1911	81.2498	80.9735
1912	82.9543	79.0048
1913	84.6589	84.0624
1914	100.0000	78.4057
1915	100.0000	84.5680
1916	100.0000	100.0000
1917	100.0000	113.6835
1918	100.0000	136.5720
1919	109.3749	157.3533
1920	118.7499	168.2479
1921	137.4999	161.8550
1922	137.4999	152.2965
1923	143.7499	207.5618
1924	162.4999	268.0932
1925	169.6427	275.5826
1926	167.8570	262.6747
1927	162.4999	259.6468
1928	187.4999	269.5240
1929	187.4999	279.0475
1930	187.4999	250.1617

Fonte: Ibid, tabela 4.43^a.

TABELA 4.439 – Série Salarial de 3.000

ANOS	Índice de Salários Ano Base 1916 Diretor Gerente de Fábrica	Índice de Custo dos Alimentos Ponderação 1919 Ano Base 1916
1898	142.8449	89.4750
1899	142.8449	90.2408
1900	142.8449	78.7460
1901	—	—
1902	142.8449	57.3347
1903	119.0374	54.9651
1904	142.8450	55.9115
1905	—	—
1906	—	—
1907	121.4182	68.8448
1908	142.8449	72.3095
1909	142.8449	65.0750
1910	—	—
1911	—	—
1912	142.8449	79.0048
1913	142.8449	84.0624
1914	121.4182	78.4057
1915	99.9914	84.5680
1916	100.0000	100.0000
1917	99.9914	113.6835
1918	121.4182	136.5720
1919	142.8449	157.3533
1920	142.8449	168.2479
1921	142.8449	161.8550
1922	142.8449	152.2965
1923	—	—
1924	—	—
1925	—	—
1926	—	—
1927	—	—
1928	247.5979	269.5240
1929	—	—
1930	311.0211	250.1617

Fonte: Ibid, tabela 4.43^a.

TABELA 4.44 – Salários Nominais no Rio de Janeiro – Médias Anuais por Profissão

ANOS	Servente de Obra	Pedreiro	Mestre Pedreiro	Carpinteiro	Mestre Carpinteiro
1802	—	—	—	—	—
1803	—	—	—	—	—
1804	—	—	—	—	—
1805	4.8000	9.2999	—	—	—
1806	—	—	—	—	—
1807	—	—	—	18.0000	—
1808	—	—	—	—	—
1809	—	—	—	—	—
1810	—	—	—	—	—
1811	—	—	—	—	—
1812	—	—	—	9.9200	9.7600
1813	—	—	—	9.6533	—
1814	—	—	—	—	—
1815	—	—	—	9.6000	—
1816	—	—	—	—	—
1817	—	—	—	—	—
1818	—	—	—	—	—
1819	—	—	—	—	—
1820	—	—	—	—	—
1821	—	—	—	—	—
1822	—	—	—	—	—
1823	—	—	—	—	—
1824	—	—	—	—	—
1825	—	—	—	—	—
1826	—	—	—	—	—
1827	6.7999	16.7999	47.9999	—	—
1828	8.3999	17.7333	53.3537	—	—
1829	10.7999	19.3999	59.9999	34.9714	—
1830	9.5999	20.7384	84.9999	49.1999	—
1831	10.1333	23.8079	72.7332	43.0587	—
1832	9.9789	18.7199	42.7999	26.5249	48.0000
1833	10.5882	14.6249	43.2799	15.7241	47.2614
1834	9.5999	18.2999	45.0461	20.8104	47.9999
1835	12.5538	13.7176	47.9999	35.9999	47.9999
1836	13.1999	28.7999	—	29.9999	47.9999
1837	14.3999	33.9933	51.9999	34.3825	59.9999
1838	14.3999	30.7499	50.0571	35.8799	55.1999
1839	14.3999	32.0895	43.7142	36.2499	58.9090
1840	13.1999	33.0210	44.1599	34.2856	47.9999
1841	14.3999	30.2499	59.9999	40.4666	41.9999
1842	16.1999	32.0648	29.3333	35.2285	48.0000
1843	16.1249	31.9672	20.0000	55.1141	41.3999
1844	16.7999	31.1945	19.9999	38.2970	27.7777
1845	15.3555	30.3998	24.9884	35.1788	27.9884
1846	16.1624	34.1570	29.9999	37.1665	27.0000
1847	18.3428	39.4161	29.9999	37.7518	29.9999
1848	18.9333	39.8249	30.0000	42.1799	—
1849	18.5999	44.4856	—	43.7999	—
1850	20.7999	35.4999	30.0000	43.1999	—
1851	18.3999	36.2167	—	39.6599	—
1852	21.7845	39.5209	29.9999	41.7174	44.9999
1853	23.8153	40.1968	—	43.3995	44.9999
1854	23.9999	39.4262	—	46.1863	73.9999

cont.

cont.

ANOS	Servente de Obra	Pedreiro	Mestre Pedreiro	Carpinteiro	Mestre Carpinteiro
1855	24.2142	46.7925	78.0000	45.2602	49.3845
1856	27.8571	51.1129	78.0000	52.1402	62.4999
1857	29.9999	52.6068	50.0000 ¹	53.9514	74.9999
1858	34.7052	50.0651	105.0000 ¹	60.2495	75.2499
1859	33.0545	50.8180	—	66.9806	74.9999
1860	36.2499	59.9999	29.9999	78.5999	75.0000
1861	36.6499	63.7893	—	71.9999	—
1862	37.7142	65.5498	—	68.6249	—
1863	38.7272	47.1999 ²	78.0000	71.9999	—
1864	39.0000	62.3999	84.0000	56.9999	—
1865	42.1428	65.9999	88.4999	66.0000	—
1866	41.0221	62.5713	89.9999	68.2499	—
1867	38.4000	81.9999	89.9999	90.0000	—
1868	38.4999	88.1999	90.0000	84.9999	—
1869	40.5599	59.9999	89.9999	—	—
1870	40.7999	59.9999	89.9999	—	—
1871	43.3999	75.4284	89.9999	82.6873	—
1872	45.3856	83.7499	101.2499	97.1427	—
1873	49.2666	91.9999	104.9999	93.7499	—
1874	52.4999	79.9999	104.9999	113.1427	—
1875	58.4999	82.6094	104.9999	110.9998	—
1876	60.9229	85.9456	104.9998	120.0000	—
1877	59.9999	91.8946	104.9999	—	—
1878	57.2498	73.2411	120.0000	91.7999	—
1879	60.0000	74.8419	—	—	—
1880	59.9999	72.5998	—	—	—
1881	61.4999	82.1537	—	—	—
1882	59.2940	86.0305	—	122.5208	—
1883	59.9999	85.4999	119.9999	95.9999	—
1884	60.4285	107.3999	128.5713	107.9999	—
1885	65.9999	104.2499	119.9998	104.9999	—
1886	60.5293	104.7998	119.9998	107.3999	—
1887	59.9999	104.9999	119.9999	116.2499	—
1888	59.9999	95.9999	119.9999	119.9999	—
1889	59.9999	102.4999	119.9998	119.9999	—
1890	59.4443	98.9999	119.9998	119.9999	—
1891	74.0624	138.4613	119.9998	153.7499	—
1892	89.0623	145.4997	131.5383	180.0000	—
1893	89.9999	156.8180	149.9998	204.9999	—
1894	107.9999	143.5225	146.1536	202.4999	—
1895	102.1571	197.6395	169.9998	200.2498	—
1896	92.4759	179.1545	179.9999	185.9728	—
1897	128.3728	190.8833	—	209.9998	—
1898	119.9409	200.9916	—	194.2941	—
1899	111.9229	195.2949	—	193.8293	—
1900	107.4999	197.3328	—	179.9999	—
1901	107.9999	195.4334	—	191.7854	—
1902	108.3749	187.8886	—	187.7999	—
1903	107.4544	192.1919	—	179.9999	—
1904	105.7499	210.2911	—	—	—
1905	110.4999	204.7450	—	194.4517	—
1906	107.3071	195.4518	—	198.1868	—
1907	103.5550	220.3032	—	200.8292	—
1908	106.1737	224.4219	—	198.9372	—
1909	105.9282	192.8645	—	198.2140	—

— cont.

cont.

ANOS	Servente de Obra	Pedreiro	Mestre Pedreiro	Carpinteiro	Mestre Carpinteiro
1910	105.5451	181.2933	—	192.5622	—
1911	109.5649	186.4406	—	189.9999	—
1912	109.8607	181.0736	—	203.0551	—
1913	110.2498	149.4994	—	204.9997	—
1914	128.5710	116.9997	—	—	—
1915	106.9431	146.4516	—	106.3391	—
1916	109.1249	188.3998	—	143.3332	—
1917	97.5000	144.8570	—	120.9999	—
1918	—	119.9999	—	89.9999	—
1919	—	135.0000	—	96.6666	—
1920	—	174.9999	—	99.9999	—
1921	—	199.9999	—	140.0000	—
1922	—	199.9999	—	180.0000	—
1923	—	212.4999	—	199.9999	—
1924	—	249.9999	—	237.4999	—
1925	—	275.0000	—	275.0000	—
1926	—	299.9999	—	299.9999	—
1927	—	299.9999	—	300.0000	—
1928	—	329.9999	253.0000	329.9999	—
1929	—	329.9999	—	329.9999	—
1930	—	329.9999	—	349.9999	—

ANOS	Escriturário	Administrador de Hospital	Advogado	Feitor	Operário de Empacotamento
1802	10.8330	—	—	—	—
1803	10.7776	—	—	—	—
1804	9.6832	—	—	—	—
1805	18.0999	—	—	—	—
1806	16.1721	—	—	—	—
1807	14.0905	—	—	—	—
1808	14.1667	—	12.7999	—	—
1809	13.8891	—	—	—	—
1810	16.6669	—	—	—	—
1811	19.4446	—	—	—	—
1812	16.6669	—	—	—	—
1813	16.6669	—	—	—	—
1814	16.6669	—	—	—	—
1815	14.7584	—	—	—	—
1816	14.7334	—	—	—	—
1817	14.1334	—	—	—	—
1818	14.3253	—	—	—	—
1819	14.6669	—	—	—	—
1820	14.2669	—	12.7999	8.0000	—
1821	13.9002	—	12.7999	8.9332	—
1822	16.0667	—	12.7999	9.6000	—
1823	17.1108	—	12.7999	—	—
1824	17.5556	—	12.7999	—	—
1825	—	—	—	—	—
1826	—	—	—	—	—
1827	—	—	—	—	—
1828	—	—	—	—	—
1829	—	—	—	—	—
1830	—	—	—	—	—
1831	—	—	—	—	—
1832	—	—	—	—	—

cont.

cont

ANOS	Escriturário	Administrador de Hospital	Advogado	Feitor	Operário de Empacotamento
1833	-	-	-	-	-
1834	-	-	-	-	-
1835	-	-	-	-	-
1836	-	-	13.5184	-	-
1837	-	-	14.8330	-	-
1838	-	-	15.5000	-	-
1839	70.8329	-	-	19.9999	-
1840	-	-	-	20.0000	-
1841	70.8329	-	-	30.0000	-
1842	70.8330	-	-	-	-
1843	70.8329	-	-	29.8333	-
1844	70.8329	-	-	24.1949	-
1845	70.8329	-	-	23.8470	-
1846	60.4164	-	20.8329	19.9999	-
1847	60.4164	-	20.8329	-	-
1848	60.4164	-	20.8329	-	-
1849	60.4164	-	20.7349	-	-
1850	61.6316	-	20.8329	-	-
1851	63.2526	-	20.8329	-	-
1852	64.5834	-	20.8329	-	-
1853	60.8333	-	20.9999	-	-
1854	73.3333	-	23.7999	-	-
1855	66.7702	-	-	-	-
1856	68.7561	-	-	-	-
1857	78.1024	-	-	-	-
1858	91.8330	-	-	-	-
1859	93.1078	-	-	24.0000	-
1860	98.8165	-	-	-	-
1861	107.1089	-	-	-	-
1862	103.2536	-	-	-	-
1863	106.6647	-	-	-	-
1864	102.8556	-	-	-	-
1865	106.6648	-	-	25.0000	-
1866	115.4153	-	-	-	-
1867	166.6669	-	-	-	-
1868	172.3072	-	-	40.0000	-
1869	153.6091	-	-	-	-
1870	161.1079	-	-	-	-
1871	166.6598	-	-	-	-
1872	205.5536	-	-	72.0000	-
1873	195.5544	-	-	74.9999	-
1874	181.9996	-	-	79.9999	-
1875	183.8971	234.0904	-	43.4999	-
1876	187.1573	242.0449	-	62.6460	-
1877	199.9990	249.9994	-	89.9999	-
1878	185.3449	249.9994	-	89.9999	-
1879	192.7624	247.8255	-	68.2499	-
1880	188.2450	249.9994	-	89.9999	-
1881	196.1293	241.0904	-	89.9999	-
1882	200.4230	247.6185	-	89.9999	-
1883	204.3687	199.9998	-	77.8234	-
1884	206.9230	227.0828	-	89.9999	-
1885	171.2494	214.7055	-	89.9999	-
1886	209.3071	199.9998	-	89.9999	-
1887	171.8369	199.9998	-	89.9999	-
1888	168.7365	199.9998	-	89.9999	-

cont.

cont.

ANOS	Escriturário	Administrador de Hospital	Advogado	Feitor	Operário de Empacotamento
1889	135.1997	192.8569	-	89.9999	-
1890	160.8692	187.4997	-	89.9999	-
1891	166.4280	208.8886	-	89.9999	-
1892	192.8116	229.9995	-	-	-
1893	232.2907	248.3328	-	-	-
1894	236.2670	236.5379	50.0000	-	-
1895	260.9772	276.9224	-	-	-
1896	275.4155	295.6516	149.9998	-	-
1897	322.0336	320.8327	149.9998	-	-
1898	369.9989	349.9995	149.9998	-	29.6499
1899	369.9988	330.4342	299.9998	-	28.0499
1900	375.9987	349.9993	299.9999	-	37.4999
1901	389.9987	396.8743	299.9999	-	-
1902	356.8558	391.8743	299.9999	-	42.9999
1903	300.8532	362.3906	299.9998	-	46.2499
1904	389.9984	412.4991	300.0000	-	51.6666
1905	389.9984	412.4991	300.0000	-	-
1906	389.9984	412.4991	299.9996	-	-
1907	380.6234	317.9993	299.9997	231.4284	59.9999
1908	377.4984	324.9993	299.9996	250.3843	46.2499
1909	371.6649	324.9993	299.9998	254.9997	50.7499
1910	357.8059	324.9993	-	255.0000	-
1911	359.9977	324.9993	-	-	54.0000
1912	357.8059	331.8175	-	-	41.1249
1913	357.2199	338.6358	-	-	32.6249
1914	388.6718	399.9992	-	-	42.6499
1915	401.6309	399.9992	-	-	38.8749
1916	407.4994	399.9998	-	-	35.4999
1917	392.3523	399.9998	-	-	50.8249
1918	389.9995	399.9998	-	-	64.9901
1919	452.8566	437.4998	-	-	78.9374
1920	484.9991	474.9997	299.9999	-	69.4999
1921	527.0822	549.9997	324.9998	-	90.5124
1922	552.0822	549.9997	324.9998	-	95.2856
1923	501.3320	574.9997	337.4998	-	92.3499
1924	539.9989	649.9996	374.9998	-	128.3089
1925	578.9991	678.5710	412.4998	-	112.7499
1926	637.4991	671.4282	449.9998	-	110.7624
1927	637.4991	649.9996	-	-	109.6166
1928	659.9987	749.9996	-	-	108.6874
1929	633.3321	749.9996	-	-	-
1930	691.6652	749.9996	-	-	253.1423

ANOS	Sacristão	Médico Aposentado	Professor	Operário de Pressas	Tanoeiro
1802	2.5049	-	-	-	-
1803	3.9999	-	-	-	-
1804	1.6670	-	-	-	-
1805	2.4333	-	-	-	-
1806	3.0832	-	-	-	-

cont.

cont.

ANOS	Sacristão	Médico Aposentado	Professor	Operário de Prensas	Tanoeiro
1807	3.5829	--	--	--	--
1808	3.5829	--	--	--	--
1809	--	--	--	--	--
1810	--	--	--	--	--
1811	--	--	--	--	--
1812	--	--	--	--	--
1813	--	--	--	--	--
1814	--	--	--	--	--
1815	--	--	--	--	--
1816	--	--	--	--	--
1817	--	16.6669	--	--	--
1818	--	--	--	--	--
1819	--	--	--	--	--
1820	--	--	--	--	--
1821	--	--	--	--	--
1822	--	--	--	--	--
1823	--	12.5167	--	--	--
1824	--	12.5000	--	--	--
1825	--	--	--	--	--
1826	--	--	--	--	--
1827	--	--	--	--	--
1828	11.6100	--	--	--	--
1829	14.7779	--	--	--	--
1830	--	--	--	--	--
1831	--	--	--	--	--
1832	--	--	--	--	--
1833	12.0000	--	--	--	--
1834	--	--	--	--	--
1835	--	--	--	--	--
1836	--	--	--	--	--
1837	--	--	--	--	--
1838	--	--	--	--	--
1839	49.9999	--	--	--	--
1840	--	--	--	--	--
1841	49.9999	--	--	--	--
1842	50.0000	--	--	--	--
1843	54.1665	--	--	--	--
1844	51.7113	--	--	--	--
1845	54.1669	--	--	--	--
1846	54.1669	--	--	--	--
1847	40.5001	--	--	--	--
1848	54.1669	--	--	--	--
1849	46.8881	--	--	--	--
1850	60.8329	--	--	--	--
1851	48.2423	--	--	--	--
1852	37.0670	--	--	--	--
1853	38.7877	--	--	--	--
1854	49.8806	--	--	--	--
1855	49.9537	--	--	--	--
1856	50.0000	--	--	--	--
1857	51.8397	--	--	--	--
1858	51.3913	--	--	--	--
1859	59.8605	--	--	--	--
1860	49.9957	--	--	--	--

cont.

cont.

ANOS	Sacrifício	Médico Aposentado	Professor	Operário de Prensas	Tanoeiro
------	------------	-------------------	-----------	---------------------	----------

1861	48.9953	-	-	-	-
1862	53.3295	-	-	-	-
1863	58.3299	-	-	-	-
1864	58.3299	-	-	-	-
1865	68.3299	-	-	-	-
1866	68.6649	-	-	-	-
1867	74.9999	-	-	-	-
1868	88.2474	-	-	-	-
1868	88.3299	-	-	-	-
1870	88.3299	-	-	-	-
1871	100.8300	-	-	-	-
1872	100.8300	-	-	-	-
1873	96.6600	-	-	-	-
1874	101.6640	50.0000	-	-	-
1875	112.2200	50.0000	-	-	-
1876	116.6666	-	-	-	-
1877	116.6666	-	-	-	-
1878	116.6666	48.9999	-	-	-
1879	128.8180	30.0000	-	-	-
1880	119.0950	110.0000	-	-	-
1881	92.2075	131.8383	-	-	-
1882	88.3323	200.0000	-	-	-
1883	92.2215	200.0000	-	-	-
1884	99.9998	200.0000	-	-	-
1885	99.9998	200.0000	-	-	-
1886	100.0099	200.0000	-	-	-
1887	100.0099	200.0000	-	-	-
1888	104.8680	200.0000	-	-	-
1889	111.6700	192.3679	-	-	-
1890	119.3057	175.0000	-	-	-
1891	124.1666	157.1428	-	-	-
1892	130.0000	152.1739	-	-	-
1893	146.6666	150.0000	-	-	-
1894	163.7500	150.0000	-	-	-
1895	211.6666	122.7272	-	-	-
1896	222.7172	99.9999	-	-	-
1897	245.8333	-	299.9998	-	-
1898	275.0000	-	299.9996	63.2498	48.9999
1899	275.0000	-	299.9995	73.2333	59.6399
1900	275.0000	-	299.9995	62.4899	59.9999
1901	275.0000	-	299.9995	-	-
1902	281.2500	99.9999	274.4609	64.9998	50.9999
1903	247.5000	112.5000	269.9995	59.9999	64.9999
1904	275.0000	108.3333	281.9993	59.9999	53.3333
1905	275.0000	100.0000	299.9994	-	-
1906	308.7500	100.0000	299.9994	-	-
1907	320.0000	100.0000	299.9994	59.9999	69.9999
1908	320.0000	100.0000	299.9993	62.7499	65.3499
1910	298.1818	-	299.9994	85.5000	61.2500
1911	216.6666	-	299.9994	-	-
1912	250.0000	-	299.9994	64.0000	-
1913	250.0000	75.0000	296.0394	61.2498	86.0000
1914	250.0000	75.0000	299.9994	52.9999	-

cont.

cont.

ANOS	Sacristão	Médico Aposentado	Professor	Operário de Prensas	Tanoeiro
1915	231.2500	75.0000	299.9994	49.4999	56.0830
1916	225.0000	75.0000	283.3330	180.0664 ⁴	75.0000 ⁷
1917	225.0000	75.0000	324.9998	50.5499	85.9999
1918	250.0000	75.0000	324.9998	54.5999	93.6749
1919	250.7500	75.0000	344.9998	90.7499	100.6749
1920	275.0000	75.0000	374.9998	124.9999	130.4999
1921	340.0000	75.0000	404.9998	145.2499	154.3399
1922	340.0000	75.0000	404.9998	146.9999	150.7050
1923	356.2500	75.0000	424.3748	152.7499	156.1999
1924	405.0000	75.0000	411.3633	167.1665	159.4999
1925	432.5000	181.2500 ⁵	421.6663	193.4999	181.9499
1926	460.0000	287.5000	453.3329	153.4499 ⁶	186.2499
1927	490.0000	287.5000	453.3329	193.3749	200.0000 ⁷
1928	600.0000	287.5000	453.3329	195.2499	191.0830 ⁷
1929	612.5000	287.5000	428.4610	—	—
1930	650.0000	287.5000	479.4111	285.4282	279.4284

ANOS	Hortelão	Porteiro	Andador	Cozinheiro	Enfermeira
1802	—	4.4000	—	—	2.1329
1803	—	4.3167	—	4.1669	3.1100
1804	—	4.4000	2.1234	—	—
1805	—	4.4000	1.3670 ⁸	—	—
1806	—	4.6067	10.0999	4.1669	—
1807	—	4.8669	9.5776	4.1669	—
1808	—	4.8669	10.9999	4.0209	3.1999
1809	—	6.2834	10.8889	4.1669	3.1999
1810	—	7.6999	14.2499	7.5999	—
1811	—	7.6999	11.8999	8.0000	—
1812	—	7.6999	12.7999	—	—
1813	—	8.5330	9.5999	—	—
1814	—	8.5303	12.7999	—	—
1815	—	8.5329	11.7334	—	—
1816	—	7.5850	10.6669	—	—
1817	—	8.5330	12.7999	—	—
1818	—	9.5999	13.5999	—	—
1819	—	10.6669	14.3999	—	—
1820	—	10.6669	10.9333	—	—
1821	—	11.9334	15.2714	—	—
1822	—	12.7999	13.3332	—	—
1823	—	12.7999	15.9999	—	—
1824	—	12.7999	16.0000	—	—
1825	—	—	—	—	—
1826	—	—	—	—	—

cont.

cont.

ANOS	Hortelão	Porteiro	Andador	Cozinheiro	Enfermeira
1827	—	—	—	—	—
1828	—	—	—	—	—
1829	—	—	—	—	—
1830	—	—	—	—	—
1831	—	—	—	—	—
1832	—	15.4799 ⁸	—	—	—
1833	—	—	—	—	—
1834	8.0000	—	—	—	—
1835	13.3333	—	—	—	—
1836	—	—	—	—	—
1837	9.3333	—	—	—	—
1838	10.0000	—	—	—	—
1839	11.0000	7.9999	41.6664	15.8449	—
1840	10.0000	—	—	15.9919	—
1841	9.9999	8.0000	41.6664	—	—
1842	10.0000	7.0000	41.6664	—	—
1843	9.9999	7.9999	43.3797	—	—
1844	9.9999	7.7976	45.4613	—	—
1845	9.9999	7.9999	47.9169	—	—
1846	9.9999	7.9999	51.7563	—	—
1847	9.9999	7.9999	52.7774	—	—
1848	9.9999	7.9999	54.1664	—	—
1849	9.9999	7.9999	54.1664	—	—
1850	—	11.9999	56.5967	—	—
1851	—	13.2107	65.2777	—	—
1852	—	15.4999	66.0353	—	—
1853	—	15.9999	70.8149	—	—
1854	22.0000	15.9999	72.0241	—	—
1855	21.9999	15.9999	72.9167	—	—
1856	21.9999	15.9999	76.8509	—	—
1857	22.3999	15.9999	84.9999	—	—
1858	22.7692	15.9999	82.9096	59.9999	—
1859	26.1817	19.2815	82.7534	59.9999	—
1860	29.9999	21.6176	82.7122	—	—
1861	29.9999	21.6266	83.5332	—	—
1862	28.0000	22.9999	84.7559	—	—
1863	24.2856	19.9999	82.8888	59.9999	—
1864	20.0000	21.2499	85.8332	35.8570	—
1865	22.4999	24.9999	85.8329	50.0000	—
1866	24.2499	27.8571	85.8562	50.0000	—
1867	24.9999	27.8571	85.8334	52.5000	—
1868	24.9999	28.1249	88.9571	54.9999	—

cont.

cont.

ANOS	Hortelão	Porteiro	Andador	Cozinheiro	Enfermeira
1869	24.9999	29.9999	93.1240	55.0000	—
1870	24.9999	29.9999	96.0382	57.5000	—
1871	29.9999	29.9999	102.0795	60.0000	—
1872	31.2499	29.9999	102.0791	60.0000	—
1873	35.9975	30.7142	99.7694	73.8094	—
1874	34.9999	29.9999	138.4705	79.9999	—
1875	34.9999	38.3332	121.9189	65.0663	—
1876	39.9999	42.4999	124.5558	77.9438	55.9329
1877	39.9999	40.7406	127.1928	79.9999	42.0832
1878	39.9999	42.1738	127.7774	79.9999	47.8332
1879	39.9999	45.8332	127.7774	79.9999	54.5454
1880	39.9999	42.4999	126.6471	79.9999	44.4166
1881	39.9999	42.4999	127.1414	79.9999	—
1882	49.9999	53.6242	126.2615	79.9999	53.0999
1883	51.1537	41.1904	129.1660	85.4544	58.0908
1884	56.0398	42.4999	125.6753	79.9999	51.6363
1885	59.9999	45.0000	128.5711	79.9999	53.9999
1886	59.9999	42.4999	130.0067	79.9999	59.9999
1887	53.8526	42.4999	136.1197	89.9999	59.9999
1888	49.9999	42.4999	152.0876	89.9999	59.9999
1889	49.9999	46.2499	164.7721	89.9999	59.9999
1890	49.9999	47.5000	138.7496	90.1630	48.3332
1891	52.0832	40.0326	142.9263	92.3076	48.0234
1892	58.7492	48.2618	140.7994	94.2861	49.9993
1893	64.5832	54.5832	166.5618	109.1655	55.2183
1894	65.4166	55.1998	172.3398	109.9998	56.5383
1895	65.0832	91.1535	204.5824	119.9998	68.2690
1896	64.9992	74.9998	213.6355	129.9998	80.0001
1897	67.0832	95.2379	241.8740	133.6362	—
1898	69.9999	124.9998	271.5618	139.9999	—
1899	69.9999	124.9997	272.4990	139.9999	—
1900	69.9999	124.9997	272.4990	154.9998	—
1901	69.9999	124.9997	273.9990	162.4998	—
1902	69.9999	116.6665	259.8765	158.6665	—
1903	71.6666	112.4997	246.2846	152.9998	—
1904	69.9999	124.9997	282.7072	169.9998	—
1905	70.0058	124.9997	277.4989	169.9998	—
1906	64.1666	121.9997	277.4989	169.9998	—
1907	57.4999	90.9999	277.4989	169.9998	—
1908	53.3332	116.0038	274.7905	169.9998	—
1909	68.1249	124.9997	276.1526	169.9998	—
1910	77.9995	124.9997	272.4982	175.0000	—

cont.

cont.

ANOS	Hortelão	Porteiro	Andador	Cozinheiro	Enfermeira
1911	119.0906	124.2854	284.9981	199.9998	—
1912	118.3324	125.9998	281.9159	199.9998	—
1913	129.9997	134.9997	291.8037	199.9998	—
1914	114.3476	134.9997	322.9954	199.9998	—
1915	115.8688	134.9997	322.6740	199.9998	—
1916	139.9999	134.9999	321.6660	199.9999	107.4999
1917	159.9999	128.5713	314.7993	199.9999	124.9999
1918	159.9999	124.9999	321.6660	209.9999	124.9999
1919	164.9999	131.9999	337.4993	214.9999	131.6665
1920	169.9999	129.9999	347.1992	229.9999	164.9999
1921	199.9999	164.9999	414.9991	279.9999	229.9998
1922	199.9999	164.9999	414.9991	279.9999	229.9998
1923	212.4999	184.2704	423.7491	292.4999	232.4998
1924	189.9999	196.6659	427.2719	329.9999	248.5713
1925	232.4998	229.9999	474.1657	329.9999	277.4998
1926	249.9998	229.9998	528.3322	367.4999	314.9998
1927	249.9998	239.9998	513.1807	469.9999	316.9997
1928	259.9998	249.9998	508.3322	419.9999	324.9998
1929	245.7141	249.9998	512.4990	359.9998	324.9998
1930	269.9998	249.9998	508.3322	391.4284	324.9998

ANOS	Capelão	Ajudante de Enfermeiro	Enfermeiro	Médico	Boticário
1802	6.6669	—	4.1572	16.6669	12.8499
1803	6.6669	—	4.6483	16.6669	12.7999
1804	6.6669	—	3.7833	21.2527	13.3499
1805	6.0000	—	4.1209	16.6669	14.9999
1806	6.6669	—	4.5400	19.0478	14.9999
1807	11.8669	—	3.0700	16.6669	14.9999
1808	10.6669	3.1999	4.0001	16.6669	14.9999
1809	6.0666	6.4223	4.5067	16.6669	14.9999
1810	9.5999	—	4.9839	21.3902	14.9999
1811	6.3999	—	5.5384	24.9999	19.7497
1812	9.5999	—	6.6669	37.5000	21.3330
1813	6.3999	—	8.0000	25.0000	21.3330
1814	6.3999	—	8.7986	24.9999	21.3329
1815	12.7999	—	—	26.6667	25.3334
1816	12.7999	—	—	26.6669	20.4446
1817	12.7999	—	16.0000	24.9999	12.7999

cont.

cont.

ANOS	Capelão	Ajudante de Enfermeiro	Enfermeiro	Médico	Boticário
1818	12.7999	—	15.9999	24.9999	17.0669
1819	12.7999	—	6.2799	24.9999	17.0670
1820	12.7999	—	7.1109	24.9999	28.3334
1821	6.3999	—	12.7467	24.9999	25.0000
1822	11.1492	—	11.4474	24.9999	20.1388
1823	9.9999	—	12.5142	38.8888	19.6428
1824	10.0000	—	12.7999	29.1664	25.0000
1825	—	6.9233	5.7600	—	—
1826	—	—	—	—	—
1827	—	—	—	—	—
1828	14.3199	—	—	—	—
1829	10.0000	—	—	—	—
1830	—	—	—	—	—
1831	—	—	—	—	—
1832	—	—	9.2880	—	—
1833	—	—	—	—	—
1834	7.9999	—	—	—	—
1835	7.9999	—	—	—	—
1836	—	—	—	—	—
1837	—	—	—	—	—
1838	—	—	—	—	—
1839	—	24.9999	25.7678	33.3330	—
1840	—	—	—	—	—
1841	24.7499	—	24.9999	33.3330	—
1842	24.9999	—	26.6664	41.6669	—
1843	24.9999	—	32.5586	41.6669	—
1844	24.2424	—	33.3334	41.6669	—
1845	21.7949	—	33.3334	41.6669	80.9980
1846	20.2382	—	34.0276	41.6669	—
1847	22.8572	—	37.4999	41.6669	—
1848	20.4764	—	29.6418	46.0167	—
1849	23.3334	—	35.3236	49.9999	—
1850	24.1663	—	38.5373	49.9999	—
1851	24.7846	—	36.6664	49.9999	—
1852	16.6669	—	36.6664	49.9999	—
1853	16.6669	—	39.9998	44.9999	—
1854	16.6669	—	35.4069	49.9999	—
1855	30.9525	18.2500	36.6657	53.7487	—
1856	26.6663	21.2858	43.8877	58.3334	—
1857	28.0242	22.4999	52.0423	58.3334	—
1858	31.2498	23.8234	55.7822	54.3514	—
1859	35.4157	38.7462	59.8024	60.6063	—

cont.

cont.

ANOS	Capelão	Ajudante de Enfermeiro	Enfermeiro	Médico	Boticário
1860	34.9982	29.9999	54.8433	101.5151	—
1861	35.4142	28.6666	65.9593	99.9999	—
1862	35.7119	—	55.1272	96.1537	—
1863	35.8310	—	72.9148	99.9999	—
1864	42.3587	—	70.2325	62.2221	—
1865	40.4785	—	66.6607	61.5384	100.0000
1866	41.6662	—	58.3299	62.4999	137.4999
1867	40.4785	—	58.3299	62.4999	149.9999
1868	41.6699	—	62.4999	65.1242	187.4999
1869	42.8599	—	72.9149	62.4999	199.9999
1870	41.6699	—	73.8056	62.4999	199.9999
1871	44.6910	—	62.7815	89.9978	174.9999
1872	44.4461	—	69.3259	89.9968	90.1639
1873	44.4466	—	66.6617	89.9983	99.9999
1874	45.8333	—	79.1654	89.2148	105.4149
1875	85.4741	—	78.8858	93.2163	99.9999
1876	55.0000	—	80.4985	159.5442	99.9999
1877	69.8999	—	83.3332	107.0077	99.9999
1878	90.6246	—	83.3332	108.0000	100.0005
1879	96.4910	—	80.3060	109.7929	99.9999
1880	99.9998	—	77.0464	105.9516	99.9999
1881	99.9998	—	74.6024	100.6165	99.9999
1882	100.0000	49.9799	68.6229	107.5794	99.9999
1883	107.2914	52.4249	62.9996	113.2770	99.9999
1884	99.2706	52.6036	80.4756	108.3329	99.9999
1885	99.9997	49.9999	77.9992	112.4995	99.9999
1886	98.9997	49.9999	76.4752	108.3346	99.9999
1887	99.9998	49.9999	81.5445	116.6675	99.9999
1888	102.8569	49.9999	79.1913	129.1050	116.6665
1889	100.0000	56.6666	75.9693	138.2188	125.7772
1890	99.9998	—	63.6399	139.4741	99.9999
1891	99.9997	—	71.2523	137.9028	102.4998
1892	107.2914	—	72.1100	137.4993	107.4327
1893	124.2184	—	81.7377	171.4279	137.2724
1894	124.7055	—	87.5329	170.4075	121.4997
1895	141.0602	59.9999	100.1581	179.7865	150.3996
1896	151.6663	59.9999	118.3716	187.4992	159.9997
1897	153.6760	60.0000	177.9159	186.8742	174.5830
1898	151.4282	61.2499	139.9996	191.6661	199.9997
1899	189.7052	64.9998	139.9994	199.9996	195.9995
1900	167.1424	67.4998	139.9994	207.9995	202.1735
1901	167.1424	67.4998	143.5709	202.1735	206.2496

cônt.

cont.

ANOS	Capelão	Ajudante de Enfermeiro	Enfermeiro	Médico	Boticário
1902	154.5996	74.9998	156.7497	219.9994	213.7495
1903	140.9995	—	148.4997	210.6662	202.4996
1904	156.6661	—	164.9996	215.3841	224.9995
1905	150.1790	—	161.1996	199.9996	224.9995
1906	149.1172	—	164.9996	199.9996	235.4161
1907	147.8373	—	164.9996	262.9296	246.2957
1908	181.6660	—	164.9996	225.3009	249.9997
1909	159.9995	150.0000	164.3996	224.1373	249.9994
1910	159.9995	149.9998	164.9996	224.9995	249.9994
1911	162.4995	154.9998	161.1996	231.9995	249.9994
1912	169.9994	160.9089	164.9996	249.9994	249.9994
1913	169.9994	149.9998	166.6663	255.8816	249.9994
1914	169.9994	110.0000	164.9996	258.1806	249.9994
1915	169.9994	105.0000	164.9996	247.1142	249.9994
1916	169.9998	100.0000	164.9999	216.6664	249.9998
1917	169.9998	115.7142	154.4443	223.0766	249.9998
1918	169.9998	128.8871	164.9999	316.6664	249.9998
1919	174.9998	123.3332	168.9998	318.7495	259.9998
1920	179.9998	129.9999	184.9999	315.7889	269.9998
1921	179.9998	189.9999	229.9998	319.9994	309.9998
1922	179.9998	179.9999	229.9998	298.4843	309.9998
1923	190.9089	189.9999	238.7498	287.2613	319.9998
1924	209.9998	219.9999	264.9998	326.6660	349.9998
1925	234.9997	273.3332	283.6361	363.3326	412.4998
1926	259.9998	293.7498	319.2854	390.3836	474.9997
1927	259.9997	259.9998	326.4282	399.9991	433.3330
1928	324.9996	274.9998	326.6660	449.9990	524.9997
1929	333.3330	203.3331	325.9085	449.9990	524.9997
1930	333.3330	209.9998	332.4995	442.8561	524.9997

ANOS	Operário de Cartuchos	Operário de Máquinas	Barbeiro	Pintor
1845	—	—	11.9999	—
1846	—	—	11.9999	37.1999
1847	—	—	11.9999	—
1848	—	—	11.9999	—
1849	—	—	14.6666	—
1850	—	—	—	—
1851	—	—	—	38.4000
1852	—	—	—	38.4000

cont.

cont.

ANOS	Operário de Cartuchos	Operário de Máquinas	Barbeiro	Pintor
1853	—	—	—	—
1854	—	—	22.0000	90.0000
1855	—	—	26.3999	75.0000
1856	—	—	30.0000	—
1857	—	—	29.9999	—
1858	—	—	33.8461	—
1859	—	—	33.7872	40.0000
1860	—	—	39.9999	—
1861	—	—	39.9999	50.5999
1862	—	—	39.9999	—
1863	—	—	39.9999	—
1864	—	—	39.9999	—
1865	—	—	39.9999	75.3997
1866	—	—	39.9999	72.0000
1867	—	—	39.9999	—
1868	—	—	39.9999	—
1869	—	—	39.9999	—
1870	—	—	39.9999	—
1871	—	—	39.9999	—
1872	—	—	39.9999	—
1873	—	—	39.9999	89.5713
1874	—	—	39.9999	—
1875	—	—	39.9999	—
1876	—	—	39.9999	—
1877	—	—	39.9999	—
1878	—	—	39.9999	—
1879	—	—	39.9999	—
1880	—	—	39.9999	—
1881	—	—	39.9999	—
1882	—	—	39.9999	—
1883	—	—	39.9999	—
1884	—	—	39.9999	120.0000
1885	—	—	39.9999	104.2499
1886	—	—	39.9999	—
1887	—	—	39.9999	—
1888	—	—	39.9999	—
1889	—	—	39.9999	120.0000
1890	—	—	39.9999	120.0000

cont.

cont.

ANOS	Operário de Cartuchos	Operário de Máquinas	Barbeiro	Pintor
1891	—	—	41.8181	—
1892	—	—	44.9999	138.3330
1893	—	—	49.1666	—
1894	—	—	49.9999	—
1895	—	—	49.9999	194.9999
1896	—	—	49.9999	—
1897	—	—	52.0832	—
1898	60.7499	62.7999	54.9999	189.8899
1899	65.2399	62.3199	54.9999	184.7799
1900	59.9999	59.9999	54.9999	170.6247
1901	—	—	54.9999	216.7499
1902	76.7499	50.4999	54.5832	192.0000
1903	67.5000	52.4999	54.9999	167.4999
1904	83.3333	50.7333	54.9999	168.7415
1905	—	—	54.9999	195.2697
1906	—	—	54.9999	191.8515
1907	79.9999	49.9999	54.9999	168.9762
1908	112.2999	52.4999	57.5391	195.0000
1909	88.9749	90.3499	59.9999	186.7499
1910	—	160.0000	59.9999	192.2724
1911	103.0000	167.3999	59.9999	184.9999
1912	53.4999	200.0000	59.9999	171.3749
1913	92.5999	200.0000	79.9999	193.1249
1914	87.7499	61.3499	79.9999	—
1915	88.3499	79.6499	79.9999	171.3616
1916	75.5749	183.1998	74.9999	167.1998
1917	76.0499	43.9999	69.9999	153.2140
1918	92.6499	98.0199	69.9999	89.9999
1919	114.2499	99.1249	74.9999	94.9999
1920	112.4999	114.2499	79.9999	99.9999
1921	125.9999	134.9999	99.9999	119.9999
1922	149.6666	137.4999	99.9999	173.3333
1923	114.5799	128.9999	107.4999	—
1924	145.0499	144.3499	129.9999	—
1925	149.4499	159.6999	139.9999	—
1926	148.4999	155.2499	149.9999	—
1927	155.3333	176.4499	149.9999	—
1928	139.9999	172.7499	179.9999	—
1929	—	—	179.9999	—
1930	219.9996	247.0585	214.9999	350.0000

cont.

cont.

ANOS	Empregado e Chefe de Escritório	Operário de Máquinas	Ferreiro	Diretor e Gerente de Fábrica	Chefes de Seção de Fábrica
1889	—	—	—	—	—
1890	—	—	—	—	—
1891	—	—	—	—	—
1892	—	—	—	—	—
1893	—	—	—	—	—
1894	—	—	—	—	—
1895	—	—	—	—	—
1896	—	—	—	—	—
1897	—	—	—	—	—
1898	—	207.4990	122.5000	1499.9997	275.3175
1899	605.9997	200.3999	73.8999	1499.9995	225.2641
1900	699.9998	199.9999	87.4999	1499.9997	232.8058
1901	—	—	—	—	—
1902	700.0000	204.7665	99.4160	1499.9997	314.2846
1903	—	249.9999	110.9999	1249.9997	341.2789
1904	700.0000	287.4999	132.8570	1500.0000	375.5408
1905	—	—	—	—	—
1906	—	—	—	—	—
1907	18.5000	299.9999	147.4999	1274.9997	382.3329
1908	—	264.9999	195.8749	1499.9997	412.0959 ¹⁰
1909	—	289.9999	190.1249	1499.9997	393.6745
1910	—	—	—	—	—
1911	—	280.0000	209.9999 ⁹	1000.0000 ⁹	361.6997
1912	600.0000	300.0000	195.9998	1499.9997	609.4298 ¹⁰
1913	—	292.4999	198.2498	1499.9997	429.3371
1914	—	270.0000	145.9760	1274.9997	340.8734
1915	600.0000	259.9999	147.0800	1049.9997	318.2502
1916	600.0000	259.9999	163.0000	1049.9997	321.9880
1917	—	269.4999	121.3333	1049.9997	325.7258
1918	—	294.4999	171.3333	1274.9997	404.9503
1919	300.0000	356.2499	207.4160	1499.9997	643.6923 ¹⁰
1920	280.0000	391.3333	190.9999	1499.9997	422.4985
1921	296.1998	397.4999	214.9599	1499.9997	375.4488
1922	359.9998	401.9999	208.7599	1499.9997	565.4985
1923	213.7500	429.6249	223.0420	—	615.1613
1924	293.1399	479.0250	249.8198	—	973.2658 ¹⁰
1925	299.9999	530.1124	260.2749	—	428.2873
1926	299.9999	661.7799	291.2710	—	539.2368
1927	299.9999	521.1331	291.0332	—	430.2871
1928	—	694.2610	316.7499	2599.9990	438.0461
1929	—	—	—	—	—
1930	311.2498	355.9999	460.7998	3266.0000	624.4334

cont.

conclusão

ANOS	Operário do Alambique	Operário de Caldeira	Carregador do Cais	Eletricista	Operário do Armazém	Valor com Gratificação dos Operários do Armazém
1889	-	-	-	-	-	-
1890	-	-	-	-	-	-
1891	-	-	-	-	-	-
1892	-	-	-	-	-	-
1893	-	-	-	-	-	-
1894	-	-	-	-	-	-
1895	-	-	-	-	-	-
1896	-	-	-	-	-	-
1897	-	-	-	-	-	-
1898	61.9999	-	-	-	-	-
1899	80.2333	-	-	-	-	-
1900	67.9999	-	-	-	-	-
1901	-	-	-	-	-	-
1902	57.6666	-	-	-	-	-
1903	78.5999	-	-	-	-	-
1904	75.7500	-	-	-	-	-
1905	-	-	-	-	-	-
1906	-	-	-	-	-	-
1907	64.9999	59.9999	-	-	185.0000	-
1908	69.9999	72.7499	-	-	184.9999	205.7500
1909	65.4999	74.1999	-	57.0000	185.0000	-
1910	-	-	-	-	-	-
1911	65.0000	75.0000	75.0000	75.0000	-	-
1912	62.7499	78.9999	80.1999	114.6666	466.0000	-
1913	66.9999	88.1666	79.6249	112.6999	400.0000	-
1914	55.8499	90.8333	60.2999	116.5000	346.6666	-
1915	53.8333	105.4999	69.2249	153.2499	346.6666	-
1916	57.6666	119.9999	64.3422	120.2999	319.9999	507.5000
1917	54.2499	107.2499	78.8999	132.4999	320.0000	-
1918	68.0499	66.7054	68.2999	145.3333	373.3333	465.0000
1919	93.1999	123.7499	105.3332	160.9999	399.9999	475.0000
1920	143.4999	169.3333	148.9999	193.3333	277.7776	425.0000
1921	146.9999	190.0830	136.4284	194.7499	269.7500	-
1922	155.2499	240.6666	190.8332	266.3333	269.9999	342.6106
1923	163.9999	216.3888	218.2498	257.3333	258.5249	308.1910
1924	174.8999	230.0000	212.6050	-	351.8499	391.7159
1925	194.8499	251.3600	215.0498	-	258.5249	332.5000
1926	192.5599	232.5000	255.0748	144.9777	393.6000	414.1770
1927	212.6999	267.1000	263.9999	133.2000	228.7999	-
1928	210.7499	266.0555	235.3749	-	258.5000	301.9582
1929	-	-	-	-	-	-
1930	243.4284	275.9999	396.0000	374.3999	370.6000	-

Notas: ¹ Só um dado.

² Poucos dados.

³ 65.9528 (gratificação).

⁴ 69.0000 (gratificação).

⁵ Houve o pagamento de mais um médico aposentado de 1925 a 1930.

⁶ 199.0620 (gratificação).

⁷ Falta o salário do mês 12.

⁸ Só um dado.

⁹ Só um dado.

¹⁰ Foi incluído no salário uma gratificação.

Obs.: De 1845 a 1859 só consta um salário de médico. De 1860 a 1863 dois. A partir de 1863 um.

A partir de 1919 trata-se de salário de empregado de escritório; os dados anteriores são de chefe de escritório.

Fonte: Ibid, tabela 4.43^a.

TABELA 4.45 — Categorias (Séries Segundo Salários Nominais) Profissões (Por Categorias) Salários Reais (Por Profissão e Média por Categoria)

Categorias	Profissões	Salários Ind. Custos Alimentação	Média
1820			
Categoria 1			
Série 0 a 9	Enfermeiro	3.5220	3.7422
	Feitor	3.9624	
Categoria 2			
Série 10 a 14	Andador	4.9584	5.5228
	Advogado	5.8049	
	Capelão	5.8049	
Categoria 3			
Série 24 a 28	Médico	9.6637	10.3080
	Boticário	10.9522	

cont.

cont.

Categorias	Profissões	Salários Ind. Custos Alimentação	Média
------------	------------	--	-------

1839

Categoria 1

Série 0 a 15	Servente de Obra	0.6358	0.5408
	Hortelão	0.4857	
	Porteiro	0.3532	
	Barbeiro	0.5298	
	Cozinheiro	0.6996	

Categoria 2

Série 15 a 40	Pedreiro	1.0076	1.0071
	Carpinteiro	1.1383	
	Pintor	1.2560	
	Ajudante de Enfermeiro	0.7850	
	Enfermeiro	0.8091	
	Advogado	—	
Médico	1.0467		

Categoria 3

Série 40 a 60	Andador	5.0832	3.0491
	Sacristão	1.6817	
	Escriturário	2.3825	

1870

Categoria 1

Série 20	Hortelão	1.1038	1.2142
	Porteiro	1.3246	

cont.

cont.

Categorias	Profissões	Salários Ind. Custos Alimentação	Média
Categoria 2			
Série 30 a 60	Servente de Obra	1.2811	1.6094
	Pedreiro	1.8840	
	Barbeiro	1.2560	
	Capelão	1.3085	
	Enfermeiro	2.3175	
Categoria 3			
Série 80 a 100	Sacristão	2.9710	4.0897
	Médico	2.1022	
	Andador	3.2302	
	Boticário	6.7270	
	Escriturário	5.4181	

1880

Categoria 1			
Série 0 a 60	Servente de Obra	2.2099	1.6715
	Hortelão	1.4732	
	Porteiro	1.5653	
	Barbeiro	1.4732	
	Enfermeiro	1.6359	
	Ajudante de Enfermeiro	—	
Categoria 2			
Série 60 a 130	Cozinheiro	2.0761	
	Pedreiro	1.8840	
	Carpinteiro	—	
	Pintor	—	

cont.

cont.

Categories	Profissões	Salários Ind. Custos Alimentação	Média
	Enfermeiro	1.9994	
	Boticário	2.5951	2.5701
	Médico	2.7495	
	Médico Aposentado	2.8546	
	Sacristão	3.0906	
	Capelão	2.5951	
	Andador	3.2866	
Categoria 3			
Série 130 a 250	Escriturário	6.3158	7.3518
	Administrador de Hospital	8.3878	

1894

Categoria 1			
Série 40 a 80	Hortelão	0.9958	
	Barbeiro	0.7611	
	Porteiro	0.8403	0.9252
	Enfermeira	0.8607	
	Enfermeiro	1.3325	
	Advogado	0.7611	
Categoria 2			
Série 100 a 170	Cozinheiro	1.6622	
	Servente de Obra	1.6320	
	Pedreiro	2.1688	
	Mestre Pedreiro	2.2086	

cont.

cont.

Categorias	Profissões	Salários Ind. Custos Alimentação	Média
	Médico	2.5751	2.1313
	Médico Aposentado	2.2667	
	Boticário	1.8360	
	Sacristão	2.4745	
	Capelão	1.8845	
	Andador	2.6043	
Categoria 3 Série 200	Carpinteiro	2.9736	3.3055
	Escriturário	3.4694	
	Administrador de Hospital	3.4734	
1917			

Categoria 1 Série 50 a 70	Operário do Empacotamento	0.4332	0.6890
	Operário do Alambique	0.4624	
	Servente de Obra	0.8311	
	Tanoeiro	0.7331	
	Carregador Cais	0.6585	
	Enfermeira	1.0655	
	Médico Aposentado	0.6393	
Categoria 2 Série 100 a 200	Hortelão	1.3354	
	Porteiro	1.0731	
	Operário Eletricista	1.1059	

cont.

cont.

Categorias	Profissões	Salários Ind. Custos Alimentação	Média
	Operário de Caldeiras	0.8951	
	Operário de Máquinas	2.2493	
	Cozinheiro	1.6692	
	Pedreiro	1.2090	1.3958
	Carpinteiro	1.0099	
Série 200	Enfermeiro	1.2890	
	Ajudante de Enfermeiro	0.9658	
	Médico	1.8618	
	Boticário	2.0865	
Categoria 3			
Série 300	Operário Armazém	2.8148	
	Administrador de Hospital	3.5185	
	Andador	2.7691	4.2408
	Chefe Seção de Fábrica	2.8652	
Série 1.000	Diretor Gerente de Fábrica	9.2362	

1930

Categoria 1

Série 200	Hortelão	1.0714	
	Porteiro	0.9920	
	Barbeiro	0.8531	
	Ajudante de Enfermeiro	0.8333	
	Operários do Empacotamento	1.0045	
	Operários de Cartuchos	0.8730	0.8669
	Operários de Máquinas	0.9803	
	Operários de Prensas	1.1326	
	Operários de Tinas	—	

cont.

conclusão

Categorias	Profissões	Salários Ind. Custos Alimentação	Média
	Operários de Alambiques	0.9659	
	Operários de Caldeiras	1.0952	
Categoria 2			
Série 300	Cozinheiro	1.5398	
	Pedreiro	1.2982	
	Carpinteiro	1.3768	
	Pintor	1.3768	
	Enfermeira	1.2785	
	Enfermeiro	1.3080	
	Operários Especializados de Máquinas	1.4004	1.4067
	Operários Especializados de Armazém	1.4579	
	Operários Especializados de Eletricista	1.4728	
	Carregadores Cais	1.5598	
Categoria 3			
Série 400	Ferreiro	1.8420	
	Professor	1.9164	
	Médico	1.7703	
	Advogado	—	
Série 500	Andador	2.0320	3.3572
	Boticário	2.0986	
Série 600	Escriturário	2.7649	
	Sacristão	2.5983	
	Chefe Seção Fábrica	2.4961	
Série 700	Administrador de Hospital	2.9986	
Série 3.000	Diretor Gerente de Fábrica	13.0556	

Fonte: Ibid, tabela 4.43^a.

TABELA 4.46 – População do Rio de Janeiro Segundo os Censos de 1906 e 1920

Distritos Municipais	População		Prédios		Domicílios	
	1906	1920	1906	1920	1906	1920
URBANOS:						
Candelária	4.454	3.962	1.235	880	695	476
São José	44.878	27.714	1.991	1.634	2.335	1.759
Santa Rita	45.929	38.164	2.557	2.879	2.521	3.075
Sacramento	24.812	27.370	2.887	2.766	2.914	2.668
Glória	59.102	68.330	5.486	5.683	5.736	6.059
Sant'Anna	79.315	40.632	6.189	3.296	6.510	3.473
Santo Antonio	42.009	49.325	3.107	3.394	3.489	4.257
Espírito Santo	59.117	77.798	6.401	8.142	6.342	8.419
Engenho Velho	91.494	48.948	10.548	5.298	10.123	5.130
Lagoa	47.992	57.558	5.585	6.331	5.351	6.126
São Cristovão	45.098	59.332	4.133	6.144	4.085	6.126
Gávea	12.750	15.270	1.329	1.858	1.308	1.835
Engenho Novo	62.898	41.727	7.296	4.938	7.229	4.870
Santa Theresza		8.326		744		822
Copacabana		22.761		2.880		2.914
Gambôa		50.699		4.109		4.444
Andaraí		84.171		10.551		10.569
Tijuca		11.484		1.294		1.228
Méier		57.252		7.191		7.062
TOTAL	619.648	790.823	58.744	80.012	58.638	81.312
Percentagem diferencial	27,5		36,2		38,6	
RURAIS:						
Irajá	27.410	99.586	4.243	14.696	4.201	14.515
Jacarepaguá	17.265	19.751	2.049	3.114	1.947	2.951
Inhaúmas	68.557	131.886	9.198	17.421	9.140	17.268
Guaratiba	17.928	23.609	2.788	3.117	2.868	3.076
Campo Grande	31.248	52.405	4.098	6.744	3.905	6.653
Santa Cruz	15.380	16.506	1.903	2.405	1.844	2.286
Ilha do Governador	5.616	8.785	980	1.290	837	1.196
Ilha de Paqueta	2.283	2.916	372	438	306	369
Outras Ilhas		1.332		208		183
TOTAL	185.687	356.776	25.631	49.433	25.048	48.487
Percentagem diferencial	92,1		92,8		93,6	
TOTAL GERAL	805.335	1.147.599	84.375	129.445	83.686	129.799
Percentagem diferencial	42,4		53,4		35,5	

Fonte: MORTARA, Giorgio. Um enigma resolvido; a população do Brasil. *Estudos Brasileiros de Demografia*, Rio de Janeiro, FGV, 1(7): 72:3, jul. 1947.

Recenseamento realizado em 1906 durante a administração de Pereira Passos.

**V – PERÍODO DE DEPRESSÃO E DA SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL, 1930-45**

5. PERÍODO DE DEPRESSÃO E DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, 1930-45

O Comércio Externo de 1930 a 1945

Os anos de 1929 a 1932 caracterizaram-se pelo drástico declínio do movimento comercial do Brasil e do porto do Rio de Janeiro e pela baixa dos preços dos principais produtos de exportação, reduzindo a capacidade de compra do País. O café, que atingia 71% do total das exportações em 1929, teve uma queda de preço de 22,5 centavos de dólar por libra, para 8 centavos de dólar por libra, entre setembro desse ano e 1931.

O porto do Rio de Janeiro, que se convertera gradualmente no principal centro importador e redistribuidor, também sofreu o impacto da crise, conservando o déficit da balança comercial.

A falta de crédito, a redução do mercado interno (apesar dos aspectos anticíclicos da política do café que sustentava até certo ponto o nível de renda) e o decréscimo da importação de matérias-primas e equipamentos limitaram a taxa média de crescimento industrial do Brasil, de 1929 a 1932, a 1% ao ano.

De 1933 a 1939 essa taxa global se elevou para 11,2% e as importações de matérias-primas e equipamentos sofreram uma grande expansão. O conflito mundial criou sérios obstáculos à importação, reorientou as exportações, tornando importantes as de minerais estratégicos e as de tecidos, que chegaram a representar quase 20% do total, provocando a recuperação das exportações de produtos tropicais. A taxa nacional de crescimento da indústria baixou para 5,4% entre 1940 e 1945.

Em 1930 e 1931 as exportações e importações do porto do Rio de Janeiro (valor a bordo em contos de réis) caíram drasticamente, e somente em 1932 a tendência se inverteu e iniciou-se a recuperação. Porém a partir de 1933 se acentuava a característica já marcada do período anterior (1881-929), de expansão das importa-

ções em progressão crescente e de declínio das exportações (1933/34) e ligeiro aumento nos dois anos subseqüentes até 1939/40. Em 1941 ocorreu uma elevação das exportações. A partir de 1942 os valores na Tabela 5.3 são em cruzeiros²⁵⁴. A tendência de uma taxa relativamente elevada da exportação se manteve durante a guerra. Em 1943 diminuiu consideravelmente o déficit da balança comercial do Rio de Janeiro, mas em 1944/45 já se restabelecera nas proporções usuais.

As exportações se ampliaram durante a guerra em consequência da conquista de mercados antes supridos pelas nações beligerantes e aumento da demanda de matérias-primas estratégicas e produtos tropicais. O ano de maior aproximação entre exportação e importação foi o de 1942.

A balança comercial do Brasil e do Rio de Janeiro divergiam em virtude da existência de saldo positivo para o País, mesmo nos anos de crise (1930/31), e negativo, quase constantemente, para o Rio de Janeiro. Somente em 1937 e 1938 houve déficit da balança global por causa da valorização da moeda, decorrente do próprio sucesso da política governamental da defesa dos preços do café, da transferência de capital para a indústria e da proteção indireta aos níveis de emprego e de renda, graças a essa orientação.

Somente em 1940 tornou a ocorrer um déficit, aliás pequeno, da balança comercial do Brasil. Nesses anos a característica do Rio de Janeiro de ter uma importação tendendo sempre a superar a exportação tornou-se menos prejudicial para a

254

- ^a BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. Directoria de Estatística Econômica e Financeira. *Commercio exterior do Brasil, resumo por paises de procedencia e portos de destino*. Rio de Janeiro, 1935. v. 2.
- ^b ---. *Commercio exterior do Brasil, resumo por mercadorias, 1932-1936*. Rio de Janeiro, 1934. v. 4.
- ^c BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. Serviço de Estatística Econômica e Financeira. *Commercio exterior do Brasil por mercadorias segundo os portos, 1939-1940*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1943. v. 3.
- ^d ---. *Commercio exterior do Brasil, por portos segundo mercadorias, 1941-1942*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1947. v. 5.
- ^e ---. *Commercio exterior do Brasil, importação e exportação por portos de destino e procedencias, 1943-1944*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1948. v. 3.
- ^f ---. *Commercio exterior do Brasil, por portos, segundo as mercadorias, 1945-1946*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1950. v. 5.
- ^g ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1946. Rio de Janeiro, IBGE. 1947. p. 281.

indústria porque houve uma política deliberada de proteção à atividade do setor secundário da economia, cujo poder já não podia ser totalmente ignorado como durante a Velha República, sobretudo numa fase de abalo do grupo dominante, hegemônico, dos interesses do café e da ascensão de setores militares originários de várias classes e detentores de uma ideologia desligada e até mesmo contrária à economia exportadora, agrícola, tradicional.

Entre as principais importações do porto do Rio de Janeiro na década de 30 e 40 figurava em primeiro lugar e à grande distância dos demais produtos, trigo em grão, ingrediente essencial da alimentação da classe burguesa e matéria-prima para a indústria de moagem nacional e estrangeira, localizada no Rio. O declínio das importações desse produto no início da guerra decorria das dificuldades de transporte.

Vide Tabela 5.1 pág. 879

Nesse tipo de sociedade era natural que se desse prioridade às importações de gêneros alimentícios de luxo, se bem que durante o conflito tenham diminuído, as de frutas européias, uísque etc.. Em segundo lugar na pauta das importações estavam situados os combustíveis, tais como: carvão de pedra, gasolina e óleos minerais usados para esse fim, no transporte, na indústria e na iluminação.

O consumo de carvão de pedra baixou durante a crise de 1930-32, começou a se recuperar a partir de 1933 mas somente houve um crescimento substancial, em 1935, e novo aumento considerável, em 1937.

A gasolina teve uma tendência à baixa de 1931 a 1933, atingindo o ponto de menor consumo em 1932. Em 1934 e 1935 elevou-se a importação, sem atingir o nível de 1930 que foi superado no ano seguinte. Em 1942 houve um declínio em relação ao ano anterior, em virtude da guerra, mantendo-se o consumo num mesmo nível até o fim do conflito mundial, quando ocorreu nova alta.

Os óleos minerais combustíveis foram atingidos pela crise somente nos anos de 1932 e 1934. A recuperação se verificou a partir de 1935, havendo em 1942 uma queda em relação ao ano anterior.

O consumo de automóveis apresentou uma tendência ascensional de 1930 a 1936 e de marcado declínio durante a guerra, mais particularmente a partir de 1942, recuperando-se as importações em 1946, quase ao nível de 10 anos antes.

A evolução das compras de automóveis acompanhou a do combustível. (Durante a guerra apareceu o gasôênio como substituto.)

O consumo de combustível correspondeu à taxa do crescimento da indústria no Rio de Janeiro que foi baixa no primeiro quinquênio da década de 30, moderada no segundo e mais elevada durante a Guerra Mundial. A indústria do Rio de Janeiro teve um desenvolvimento divergente do desenvolvimento global do País.

Em 1934, a pasta de madeira para fabricação de papel figurava em sexto lugar quanto ao valor das importações, e apresentou um aumento contínuo de 1930 até 1946, exceto uma baixa insignificante em 1943 e 1946. A indústria de papel foi uma das que mais prosperou no período da guerra face ao estímulo do processo de substituição de importações.

Houve um aumento de consumo das anilinas e fuscinas usadas na indústria de tecidos, mesmo nos anos de crise de 1931 a 1934 e que se acentuou em 1935. Em 1936 o consumo dessa matéria-prima declinou, porém passou a mais do dobro entre 1941 e 1944, baixando novamente em 1945 e 1946. Esse padrão de consumo estava diretamente ligado ao crescimento da indústria têxtil durante a guerra, por efeito da substituição de importações e conquista de novos mercados na América do Sul, África e Estados Unidos. O valor da importação do fio de lã para tecelagem, que ocupava o sétimo lugar em 1934, teve um aumento de 1930 a 1936, exceto em 1934 quando ocorreu uma ligeira queda. O consumo dessa matéria-prima sofreu um descenso drástico durante a guerra, reduzindo-se em 1944 a menos de 1/11 do seu valor em 1936.

Em 1946 ocorreu uma recuperação das compras que se elevaram para pouco mais da metade do nível de 1936.

A indústria de lã foi atingida negativamente pela guerra em consequência das dificuldades de importação, enquanto que a de tecidos de algodão se beneficiava da falta de concorrência estrangeira no mercado interno e externo e da existência de matéria-prima básica nacional.

Certas importações de menor valor eram significativas do ponto de vista da indústria nacional, como a de cevada torrefada ou malte para a cerveja ou a de peles e couros curtidos. A de malte, manteve-se estável de 1930 a 1934, exceto em 1932 quando ocorreu um pequeno declínio, no auge da crise. Em 1935 houve uma alta acentuada seguida de declínio gradual, sendo que em 1941 estava de novo no nível aproximado do início da década de 30. Os anos de 1943 a 1946 foram de um grande crescimento da importação de malte. As compras de couro e peles no exterior declinaram de 1930 a 1934, aumentaram de 1935 a 1937, baixaram de 1938 a 1945, exceto em 1941, e tornaram a subir em 1946. Essas flutuações correspondem a fases de decadência da indústria (1935-37) em virtude da concorrência e de expansão durante a guerra. O Rio de Janeiro costumava exportar o couro cru proveniente do Sul e importar o couro curtido, para consumo da manufatura e indústria locais. A importação de peles de castor e coelho praticamente desapareceu na década de 40, face à substituição dessa matéria-prima pelo feltro na produção de chapéus. A importação de calçados declinou para Cr\$ 69.689,00 em 1943, elevando-se no final da guerra, para Cr\$ 257.562,00 em 1944 (valores a bordo em

Cr\$ 1.000,00). As compras de chapéus de palha do Chile e de palha de arroz também permaneceram em níveis baixos em 1941, 1942 e 1943²⁵⁵.

A importação de tecidos de algodão, concorrente à produção nacional, tendeu a se reduzir na década de 30 de 17.749:387\$000 em 1930 para 8.159:273\$000 em 1934; 5.636:360\$000, em 1935. Em 1936 houve pequeno aumento para 7.070:012\$000, seguido de queda do valor das compras em 1937 e 1938, para 5.884:250\$000 e 5.289:377\$000, respectivamente. Em 1943 e 1944, praticamente não houve importação.

As indústrias de alimentos e bebidas, (exceto as de cerveja e moagem de trigo), as de artigos de madeira, palha, e fumo pouco dependiam da importação de matéria-prima ou de produtos concorrentes. A de produtos de metal, sofria da concorrência estrangeira que declinou durante a guerra.

De 1930 a 1936 as indústrias farmacêutica e de perfumaria importaram insumos de valores insignificantes. De 1941 a 1946 houve um aumento substancial de Cr\$ 162.856.188,00 (Cr\$ 1.000,00) para Cr\$ 284.145.808,00.

A importação de máquinas e aparelhos industriais aumentou substancialmente em 1938, mais do que dobrando. Em 1941 e 1942 o valor se reduziu a 1/3 do valor de 1938. Em 1942 recomeçou a se elevar, em 1943 se aproximava do valor de 1938 e em 1944 quase dobrava, caindo novamente em 1946. Do ponto de vista do comércio externo não houve um estrangulamento quanto à demanda de máquinas.

As exportações do Rio de Janeiro na década de 30 correspondiam às de um porto inserido numa região de agricultura tropical, de pecuária, de cultivo de frutas cítricas e de sementes oleofinosas.

O café em grão, em embalagem de sacos de 60kg, era o principal produto da pauta de vendas para o exterior, a uma grande distância dos demais.

O valor dessa exportação aumentou consideravelmente em 1931 em relação ao ano anterior e mais moderadamente em 1932, caindo em 1933 e 1934 e permanecendo num nível inferior ao de 1933 até 1941. O movimento ascensional prosseguiu nos anos da guerra e, em 1945, o valor superou o de 1932, o mais alto de todo o período de 1930 a 1944. Em conjunto, a política de valorização sustentou os pre-

²⁵⁵ Em 1941 foram importados 516 e, em 1942, 565 chapéus do Chile, no valor de 41.315 (Cr\$ 1.000,00) e 36.557 (Cr\$ 1.000,00) respectivamente, além de 4.440 e 3.760, chapéus de palha de arroz, custando 121.006 e 163.371. Em 1943 era importado um chapéu simples e em 1944, 1408, pelos preços de 216 e 141.347 (Cr\$ 1.000,00), respectivamente. Em 1943 foram adquiridos 2.318 chapéus do Chile e 1.489 de palha de arroz, em 1944, 5.143 e 1.021, pelos valores de 174.208 e 76.857 (1943) e 396.705 e 36.500 (1944).

Nesses dois anos a compra de calçados estrangeiros se reduzia a 565kg e 1.298kg, 69.689 (Cr\$ 1.000,00) e 257.562 (Cr\$ 1.000,00).

ços no período de 1933 a 1941 e a guerra provocou sua expansão nos anos subsequentes. O valor da exportação da laranja manteve uma tendência ascensional no período de pré-guerra, declinando de 1941 a 1943, para tornar a ascender de 1944 a 1946. Enquanto as exportações de café provinham de um *hinterland* mais distante, nessa época melhor articulado pela rede ferroviária com o Rio de Janeiro, a laranja era um produto dos subúrbios da cidade e da região circunvizinha. A zona rural do porto do Rio de Janeiro que fora dedicada às grandes plantações escravagistas de açúcar, gradualmente substituídas a partir de 1840 pelas de café, e no final do século pela horticultura e fruticultura em pequena escala, nas décadas de 30 e 40 passou a se incorporar à agricultura capitalista de cítricos para exportação.

Outra exportação valiosa da época em estudo, era a de mamona que se desenvolveu a partir de 1935, tomou impulso em 1937, sofreu um declínio em 1938 e aumentou novamente com a Guerra Mundial. A exportação de farelos teve um aumento de 1930 a 1932, uma baixa nos dois anos seguintes e uma alta considerável em 1935 e 1936, tornando-se insignificante durante o primeiro quinquênio dos anos 40. A exportação do couro apresentou uma tendência ascensional de 1930 a 1937 com pequenas oscilações para baixo em 1932 e 1935. Em 1941 e 1942 houve uma alta acentuada seguida de uma queda em 1943 para 1/25 do ano anterior. Em 1944 e 1945 o valor se recuperou para 1/3 e metade do de 1942, respectivamente.

Em 1946 atingiu um valor ligeiramente superior ao dobro do valor de 1942. O couro foi a matéria-prima semi-elaborada que teve maiores oscilações.

Durante a guerra desenvolveu-se o processo de cortume, reduziu-se proporcionalmente a compra no exterior, passou-se a consumir o produto nacional e a exportar menos. O aumento da manufatura e indústria e da exportação de sapatos reforçaram essa baixa das vendas para mercados exteriores da matéria-prima bruta e elaborada.

A exportação de manganês oriundo de Minas Gerais sofreu um colapso quase total de 1930 (14.486.477\$000) a 1934 (133.607\$000), ressurgiu em 1935, mais do que duplicou em 1936 e tornou-se uma das principais exportações com o incremento da demanda dos países beligerantes.

A Segunda Guerra Mundial deu origem a novas exportações e aumentou substancialmente outras, modificando de forma radical o panorama da década de 30.

A exportação de manufaturas pelo porto do Rio se expandiu em peso, de 1.712.787kg em 1939 para 5.094.864kg em 1940 e quanto ao valor, em mil-réis papel, de 21.929:165\$000 para 69.035:153\$000. A Argentina importou do Brasil a maior soma de mercadorias, em peso e valor, em substituição aos produtos britânicos. A maior parte dos produtos manufaturados brasileiros começou a ser exportada pelo porto do Rio de Janeiro, a partir de 1940, como se pode observar na Tabela 5.1.

A exportação mais importante era a de tecidos de algodão, insignificante até 1936 (valendo, inclusive, os tecidos sintéticos), apenas 6.051.002\$000, em 1937, declinando para 4.435.616\$000, em 1938 e aumentando para 16.800.339\$000, em 1939, por efeito do processo de substituição de importações. Em 1939 o valor quase quadruplicava em relação a 1938, e, em 1940, mais do que decuplicava. Em 1941, mais do que triplicava em relação ao ano anterior, e quase quadruplicava de novo entre 1941 e 1942. Em 1943 o valor era insignificante e em 1944 voltava, aproximadamente, ao nível de 1942. Em 1945 a exportação mais do que dobrava em relação a 1944 e, em 1946, baixava para cerca do valor de 1944. O ano de 1943 foi o pior quanto aos transportes, prejudicando o movimento comercial. Os tecidos de algodão eram vendidos para todos os países da América do Sul, Guianas Francesa e Holandesa, Trinidad, Guatemala, Nicarágua, Panamá, São Domingos, Cuba, Porto Rico, Jamaica, Antilhas francesas e holandesas, Estados Unidos, México, Espanha, Grã-Bretanha, União Sul-africana, Camerum, Congo, Angola.

Em 1939 e 1940 estavam em segundo lugar quanto ao valor da exportação pelo Rio de Janeiro, as drogas, medicamentos e preparações farmacêuticas (2.798.346\$000 e 14.057.597\$000).

Em 1940 as lâmpadas comuns figuravam em terceiro lugar e em quarto, as emplas e bulbos de lâmpadas. As exportações de tecidos de algodão representavam em 1940, aproximadamente 2/3 do valor total.

Algumas das manufaturas e indústrias tradicionais passaram a exportar em 1940, conforme já indicamos, e outras tiveram um grande aumento das vendas no exterior, nesse ano.

Vide Tabela 5.3 pág. 881

Vide Tabela 5.4 pág. 882

As exportações de carbureto de cálcio, provavelmente em virtude da ampliação de vendas de produtos farmacêuticos, aumentaram pouco (de 130.308\$000 para 150.984\$000). As vendas de mobílias também tiveram pequena expansão de 2.700\$000 para 3.000\$000.

As exportações de alguns produtos baixaram (como as de charutos) compensadas pelo aumento, mais do que proporcional, das vendas de cigarros para o exterior. Declinaram as exportações de obras impressas, talvez apenas em aparência, decorrente da mudança de nomenclatura porque a exportação de livros se elevou.

Na pauta de exportação do Rio de Janeiro de 1945 e 1946 não figuravam artigos da classe I (animais vivos); constava um valor de Cr\$ 689.124.153,00 e Cr\$ 555.527.577,00, respectivamente, de mercadorias da classe II (matérias-primas), algumas das quais eram semi-elaboradas. Os itens mais importantes, de origem vegetal, eram: cera de carnaúba, mamona, amidos e féculas e matérias-primas não classificadas para a indústria. Figuravam em primeiro plano da lista de artigos de ori-

gem animal, peles e couros e, de origem mineral, pedras preciosas, semi-preciosas e raras, em particular diamantes brutos. Dentre as matérias-primas para têxteis, destacavam-se fios e resíduos de algodão e matérias-primas não classificadas para indústrias (tintas, vernizes, material para fabricação de sabão). O valor da classe III (gêneros alimentícios) em 1945 era de Cr\$ 190.321.241,00, menos de 1/3 do valor da classe II, e, em 1946, passou a Cr\$ 1.210.459.288,00, mais do dobro do valor da classe II. Essa mudança decorreu dos incrementos substanciais das exportações de café em grão, de laranjas, de cereais e de legumes, em particular de feijão, polvilho, farinha de mandioca e tapioca. As exportações de manufaturas Cr\$ 1.342.467.987,00 e Cr\$ 663.780.563,00 que tinham superado em valor as outras duas classes em 1945, reduziram-se à metade em 1946, ficando situadas abaixo de gêneros alimentícios e acima de matérias-primas.

O valor dos gêneros alimentícios passou para quase o dobro do valor das manufaturas, indicando a fragilidade da conquista dos mercados exteriores por essa categoria de produtos. De qualquer forma, o comércio exterior desempenhou um papel vital na transformação da produção agrícola, manufatureira-industrial do Rio de Janeiro na década de 40.

O Crédito, a Política Monetária, Cambial e Fiscal de 1930 a 1945

A evolução industrial no período de 1929 a 1937 estava intimamente vinculada à política monetária, fiscal, cambial e de crédito, pautada pela preocupação primordial de valorizar o café e de superar a depressão.

Em outubro de 1929 acentuou-se a queda do preço do café que representava, nesse ano, 71% do total das exportações do Brasil. Os estoques desse produto tinham aumentado em virtude da safra recorde de 1929/30. Apesar do saldo da balança comercial em 1929, a paralisação da entrada de capitais estrangeiros criava dificuldades no balanço de pagamentos de um país que era tradicionalmente importador de manufaturas, de tecnologia e exportador de produtos tropicais e que sofria, portanto, das consequências de termos de intercâmbio desfavoráveis. Havia, ainda, os compromissos da dívida externa e das remessas de particulares e imigrantes. Paralelamente aos problemas do comércio exterior, essenciais no modelo da economia brasileira, houve um sensível aumento dos encaixes, uma grande redução dos depósitos à vista e uma conseqüente contração dos meios de pagamento.

Washington Luiz continuava tentando manter a política do padrão ouro e de conversibilidade apesar dos gritos de alarme da agricultura de exportação, da indústria e do comércio, pedindo expansão do crédito e dos meios de pagamento para fazer face à recessão. Por outro lado, os capitais estrangeiros do *funding loan* tendiam a se retirar, solapando as bases da política monetária governamental. O valor em dólares das exportações do Brasil declinou de US\$ 416,6 milhões em 1929, para US\$ 108,1 milhões em 1932.

No entanto, o corte das importações permitiu a existência de um saldo comercial em 1930, porém o pagamento das dívidas e outros compromissos superavam o valor da disponibilidade da balança. Em decorrência da escassez de moeda estrangeira, o câmbio se elevou acima da taxa oficial da Caixa de Estabilização e do Banco do Brasil e houve uma corrida a essas instituições, cujas reservas tinham sido consideradas como suficientes.

A partir da década de 30, e especialmente depois de 37, tornou-se problema essencial o financiamento da expansão da capacidade produtiva com o objetivo de propiciar novos canais de acumulação. Tratava-se de criar instrumentos financeiros e mecanismos institucionais suficientemente eficazes para atrair o capital disponível, transferindo-o para a atividade industrial. Esta transferência ocorreu das unidades superavitárias para as potencialmente deficitárias, de modo a imprimir maior dinamismo na economia.

As possibilidades de captação de investimentos externos, estavam virtualmente limitadas, o que aumentava a imprescindibilidade de criar uma estrutura financeira adequada para atrair o financiamento interno.

A estrutura financeira deveria, pois, ser capaz não só de proporcionar às atividades industriais investimentos satisfatórios, como também permitir transferências intersetoriais para o processo de desenvolvimento. Para isso eram necessários instrumentos financeiros de liquidez compatível com a demanda de recursos financeiros, por parte das empresas e de rentabilidade e segurança necessárias para amparar e diversificar os investimentos no mercado financeiro.

Na medida em que os instrumentos financeiros não eram suficientemente eficazes para cumprir as finalidades de transferência dentro do sistema privado e deste para o setor público, eram realizadas violentas modificações no sistema de preços relativos que através da inflação reacomodava o processo de investimento.

As instituições financeiras existentes estavam moldadas para servir à economia primário-exportadora, e apenas precariamente podiam servir às novas necessidades de acumulação industrial. Ao longo do processo foram sendo forçados novos instrumentos e instituições financeiras sempre num mecanismo de reação à evasão de capital por condições adversas do mercado. Em cada etapa do processo de desenvolvimento foi exigida uma adequação da estrutura financeira²⁵⁶.

Em outubro de 1930 foi decretado o monopólio cambial do Banco do Brasil para fazer face à crise.

²⁵⁶ TAVARES, Maria da Conceição. Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento — o caso do Brasil. In: ——. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. p 127-32.

Nesse mesmo ano o monopólio cambial do Banco do Brasil e da Caixa de Estabilização foram extintos e o remanescente de suas reservas destinado ao pagamento das dívidas externas pelo Governo da revolução.

Em 1930 houve um déficit orçamentário, em função da diminuição das rendas dos impostos sobre importação e do aumento das despesas com funcionalismo público e com as agitações políticas que acarretavam a queda da Velha República. Não sendo possível, em época de crise, aumentar os impostos sem agravar a recessão, foi decidido contrair os meios de pagamento para promover a deflação e o equilíbrio orçamentário. Foram retirados cerca de 15% do total dos meios de pagamento, em 1930, em parte decorrente das medidas do Governo e em parte resultante da redução nos depósitos à vista por causa da depressão.

Essa política e a atitude dos depositantes concorreram para agravar a crise em 1931, ano em que o preço do café continuou a baixar.

Em agosto de 1931 o Governo viu-se forçado pelo pequeno saldo da balança comercial e falta de entrada de capitais, a realizar acordo para consolidação da dívida externa e, em setembro, foi estabelecido o controle de câmbio através do Banco do Brasil e a escala de prioridades para a compra de cambiais.

A política de sustentação do café foi reassumida pelo Governo federal, em 1931.

De 1927 a 1929 tinham-se acumulado estoques no valor de 4.200.000:000\$000 que em 1929 representavam mais de 10% do produto territorial bruto²⁵⁷. Nesses anos as grandes entradas de capitais estrangeiros minimizavam os efeitos inflacionários da valorização do café. No entanto, a paralisação da entrada de capitais e o desaparecimento das reservas de £ 31.100 mil, de 29 de setembro de 1929 a dezembro de 1930, tornaram impossível a sustentação dos preços do café. O aumento do volume físico de vendas do café de 25%, decorrente do barateamento do produto entre 1929 e 1931, compensava em parte o prejuízo dos cafeicultores e exportadores. A desvalorização da moeda em 40% também contrabalançava em parte a queda do preço do café de 60%. No entanto, esses mecanismos não eram suficientes para impedir o abandono dos cafezais e uma debacle desse setor vital da economia. A retomada da política de valorização, em 1931, implicava no fato de o Governo comprar e queimar os excedentes da produção, assumir a responsabilidade das dívidas dos cafeicultores e conceder prazo aos devedores. Entre 1931 e 1939 destruiu-se 1/3 da produção (65 milhões de sacas de 60kg). O preço do café que atingira o ponto mais baixo em 1933, manteve uma cotação quase inalterada até 1937, dada a inelasticidade do café em relação ao aumento de renda nos Estados Unidos.

²⁵⁷ FURTADO, op. cit. acima nota 88.

Até 1929 o financiamento da valorização se fazia por meio de empréstimos externos pagos pelo imposto sobre saca vendida. Em 1931 foi necessário recorrer aos meios internos de financiamento e o Governo lançou em circulação 1.000.000:000\$000 para aquisição do café e sua destruição, o que iria contrabalançar em parte a redução de gastos dos investidores, de 2.000.000:000\$000.

O economista Carlos Peláez nega a importância da valorização do café na recuperação da economia, alegando que a compra do café foi financiada por novos impostos, primeiro sobre saca exportada e, após 1933, em espécie. Annibal Villela e Wilson Suzigan argumentaram que esses impostos poderiam ter sido transferidos ao menos em parte, para o comprador estrangeiro pois o preço dependia mais da oferta do que da demanda. O fato da renda do setor do café ser menor em 1932 do que em 1928/29 apoiava essa tese.

Peléez afirma que não houve emissões ou déficits orçamentários provocados pelas despesas de sustentação do café. No entanto em 1937, a emissão de 500.000:000\$000 se destinava a esse fim²⁵⁸. De fato, o que se verifica é que mais do que um aumento no volume de meios primários de pagamento, foi a aceleração da circulação da moeda, produto evidente do fortalecimento do mercado interno ocorrido nesta época, que contribuiu para a superação da crise.

A nosso ver é importante também considerar que a valorização do café influiu na manutenção dos níveis de renda, na redução do desemprego numa atividade vital que tinha repercussões sobre todo o sistema e, que, portanto, teria efeito indireto sobre os investidores.

Annibal Villela e Wilson Suzigan salientaram que a expansão primária dos meios de pagamento se limitou a 100:000\$000 pela Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, mas reconhecem que houve um aumento importante no volume dos meios de pagamento em virtude de uma recuperação dos depósitos à vista. Parece que essa retomada da taxa de crescimento dos depósitos estava vinculada ao menos em parte à política de valorização que vinha sendo solicitada ao Governo desde o final da presidência de Washington Luiz e que era um compromisso da revolução.

Segundo Annibal Villela e Wilson Suzigan, o abrandamento da recessão por volta de 1932 seria fruto exclusivo do grande déficit orçamentário resultante da seca do nordeste, da revolução de São Paulo e da redução da receita governamental, decorrente do declínio das exportações e da receita das importações. Nessa época, aproximadamente metade da receita do Estado ainda vinha das importações.

Como o País não podia pedir emprestado ao exterior, após a terceira operação de consolidação da dívida, foram emitidos 400.000:000\$000 para financiar o déficit. Voltamos, portanto, a constatar a importância do café na política monetária.

²⁵⁸ PELÁEZ, Carlos Manuel. *Historia da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro, APEC, 1972.

ria, pois era o nível de exportações e importações o que regulava as emissões e, em última análise, o café se constituía na principal exportação. A sustentação do preço implicava em redução de exportações e importações e repercutia sobre o déficit, que por sua vez forçava a emissão. Julgamos que a importância da valorização do café sobre a recuperação da economia em 1932 não pode ser analisada exclusivamente do ângulo de o financiamento da compra dos excedentes não ter sido inflacionário. Dessa forma, deixa-se de considerar a influência do café sobre a manutenção de emprego e nível de renda e sobre a balança e, indiretamente, sobre o orçamento, na medida em que os impostos sobre o comércio externo ainda retinham uma importância capital.

De 1933 a 1936 a taxa de câmbio foi mantida a níveis desvalorizados que atendiam aos interesses dos cafeicultores e da indústria. O Governo procurou reduzir o déficit orçamentário, diminuindo as despesas do Estado.

A discussão sobre se uma política de não intervenção no preço do café seria uma melhor alternativa teórica para o desenvolvimento econômico do Brasil não tem qualquer relevância histórica porque parte do falso pressuposto de que o Governo tinha total autonomia de decisões e poderia escolher a teoria mais adequada. Na realidade, o Governo revolucionário se opusera a Washington Luiz e ao candidato oficial, em parte quanto à questão do café. A queda da Velha República estava diretamente ligada à recusa de sustentação do preço do café, à falta de flexibilidade e resposta tardia aos apelos de crédito por parte de cafeicultores, exportadores e industriais em 1929, rígida manutenção da teoria da conversibilidade e do padrão ouro. De qualquer forma é inegável o fato de que o Brasil saiu da crise muito cedo, em 1932; teve menor perda de renda monetária do que os Estados Unidos, entre 1929 e 1932; alcançou um crescimento industrial a taxas elevadas, a partir de 1933, e no nível político conseguiu um compromisso entre os interesses ainda dominantes do café e os em ascensão da burguesia industrial.

Em 1932 foi criada a Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil, destinada a regular a oferta e demanda de moeda. Nesse ano o Governo pretendia forçar o recolhimento ao Banco do Brasil do encaixe em moeda corrente que excedesse determinado limite em relação ao valor global dos depósitos. No entanto, essa política não alcançou os objetivos deflacionários que visava, porque o Banco do Brasil utilizava esses novos recursos para empréstimos. Segundo Vilela e Suzigan, além desse elemento de expansão dos meios de pagamento, houve um aumento extraordinário, em 1933, dos depósitos à vista.

A nova regulamentação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, em fins de 1935, deu maior facilidade para o desconto dos títulos industriais e comerciais. As emissões da Carteira de Redescontos constituíram outro fator inflacionário. Portanto, a intenção deflacionária do Governo não se concretizou na prática.

Em 1937 a política do café foi um fator inflacionário direto, em virtude da emissão de 500.000.000\$000 para esse fim.

Em conjunto, a década de 30 correspondeu ao enfraquecimento do grupo dominante, e até então hegemônico, do café. O próprio auto-financiamento da valorização indicava esse enfraquecimento. Por outro lado, a indústria conquistou um acesso ao crédito cada vez maior, que correspondia à importância crescente do valor da produção do setor secundário da economia. Nessa década ela era favorecida pela desvalorização da moeda, apesar dos esforços governamentais contrários a essa tendência, pelo declínio das exportações e correspondente redução de importações, pela manutenção dos níveis de renda, através da política do café, pela elevação dos preços dos produtos manufaturados, face à escassez da oferta e à conservação da demanda.

Em 1937/38 houve uma valorização da moeda decorrente da recuperação econômica, um aumento das importações e um déficit da balança comercial que forçaram a volta ao monopólio cambial do Banco do Brasil.

Em 1937 foi modificada a política do café sendo abandonada a valorização e aumentado o volume físico das exportações.

Entre 1938 e 1944 as destruições se reduziam a 13 milhões de sacas e de 1938 a 1940 os preços caíram e a quantidade das exportações foi aumentada. No entanto, de 1937 a 1940 as condições do comércio exterior permaneceram adversas.

Entre 1941 e 1945 houve grandes déficits orçamentários, exceto em 1943/44, financiados por papel-moeda apesar dos grandes saldos da balança comercial. Os primeiros surgiram em virtude dos incrementos dos gastos militares e importantes investimentos governamentais em obras públicas, de infra-estrutura industrial, de transportes, e de equipamentos e instalações.

A partir de 1939 reapareceu o saldo comercial e foram liquidados os atrasados comerciais graças à redução das importações.

Nos anos de 1939/40 os Impostos de Consumo e de Renda relegaram a segundo plano os alfandegários na receita governamental.

Houve contração dos meios de pagamento em 1939 e uma estabilização em 1940. De 1941 em diante ocorreu um aumento e diversificação das exportações e redução das importações. As emissões para financiar os déficits e os saldos da balança comercial foram responsáveis pela expansão dos meios de pagamento durante a guerra.

De 1938 a 1946 a rede bancária brasileira ampliou-se extraordinariamente. No primeiro desses anos havia 860 bancos nacionais e 79 estrangeiros, um capital realizado em milhões de cruzeiros, de Cr\$ 1.041 milhões e Cr\$ 161 milhões, respectivamente. Nos últimos anos desse período existiam 2.075 bancos nacionais e 36 estran-

geiros e o capital realizado era de Cr\$ 3.696 milhões e Cr\$ 114 milhões, respectivamente²⁵⁹.

No período em estudo, a indústria foi beneficiada pelo declínio do domínio do café sobre o crédito que caracterizara os anos de 1906 a 1929, e pela nacionalização do sistema bancário, considerando-se que os estabelecimentos de crédito estrangeiros raramente financiavam a indústria.

Vide Tabela 5.5 pág. 883

Até 1934 era limitado o círculo dentro do qual transitavam os Títulos da Dívida Pública. Esses eram inacessíveis aos pequenos investidores não só por serem caros, como também pelas suas condições de aquisição. A ação das sociedades de crédito financeiro, organizando a venda de apólices a prazo, transformou bastante o panorama do mercado.

A criação das sociedades de crédito financeiro estava ligada à busca de substituição de investimentos estrangeiros, retraídos durante a crise, por capitais originários da poupança popular. *“Confiantes no nosso progresso, os capitaes estrangeiros nos procuravam e iam nos ajudando a realizar a obra do progresso material do Brasil. Esses capitaes vinham para cá, mas, exigiam remuneração forte, mais alta, por certo, do que a que podiam aspirar, se investidos nos seus paizes de origem. Dahi a enorme somma a dispender, annualmente, para assegurar os juros e dividendos das debentures e acções das companhias estrangeiras installadas entre nós. Precisamos reagir e afirmar a vontade de vencer a crise tanto quanto possível, com a prata da casa”* dizia um jornal, exortando a manutenção da política de poupança interna²⁶⁰.

A Situação e as Transformações da Pecuária e da Agricultura no Distrito Federal de 1930 a 1945

Nesse período verificou-se no Distrito Federal uma grande baixa no abate de carne bovina de 79.788.071kg em 1936 para 31.786.113kg em 1938, sendo a queda ainda de maiores proporções em relação aos suínos, de 5.088.188kg para 1.284.977kg. Os rebanhos de ovelhas, já em declínio de longa data, quase desapare-

²⁵⁹ VILLELA & SUZIGAN, op. cit. acima nota 196, p. 65.

²⁶⁰

^a GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 6 jul. 1939.

^b BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Recenseamento geral do Brasil de 1º de setembro de 1940*. Rio de Janeiro, 1950. v. 3, p. 128. (Série Nacional, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços).

ceram na década de 30. A quantidade de carne desse tipo para o abastecimento do Rio de Janeiro se reduziu de 233.264kg em 1936 para 20.930kg, em 1938. Somente a quantidade de carne de caprinos, que era pequena, teve um incremento nesses anos. As estatísticas apresentam resultados até certo ponto distorcidos porque em 1936 foi incluído o gado abatido em Mendes e Nova Iguaçu, destinado ao consumo da cidade. No entanto, mesmo descontando os dados de 1936, houve um marcado declínio do abate no Rio de Janeiro, de 1937 a 1938. A esse descenso correspondeu uma alta dos preços da tonelada da carne bovina, suína, e ovina. Essa escassez de carne provinha provavelmente da retração do mercado decorrente da crise, da decadência da pecuária nos subúrbios e no Estado do Rio de Janeiro. Segundo o Censo de setembro de 1940 existiam no Distrito Federal 7.994 estabelecimentos agro-pecuários, excluindo os que só produziam para o consumo doméstico ou cuja renda não atingisse Cr\$ 500,00 por ano e incluídos os que se destinavam à lavoura, criação, engorda ou guarda de gado, criação de aves, abelhas, bichos de seda, cultivo de flores, hortaliças e extração de produtos vegetais. A grande maioria desses estabelecimentos era dedicada à agricultura, 6.762 unidades daquele total. Apenas sete foram classificados na categoria de grande escala, compreendendo lavouras e pastagens que ocupavam uma área de 1.081ha, tendo uma média de 154ha por fazenda. Em agropecuária só havia estabelecimentos de pequena escala, num total de 1.193, abrangendo uma superfície de 13.789ha. Os estabelecimentos exclusivamente de criação eram em número reduzido, 12 de grande escala (1.310ha) 116 de pequena (59ha). A maioria destes estabelecimentos pertencia ao Governo e se concentrava em Santa Cruz. Outras modalidades de exploração só compreendiam 11 estabelecimentos (58ha).

A distribuição por categorias de superfície tornava mais patente a tendência, já assinalada anteriormente, de atomização de propriedade rural e de desaparecimento das grandes plantações de café e de cana-de-açúcar.

Vide Tabela 5.6 pág. 883

Do total de 48.578ha, 33.524ha correspondiam às categorias de 2 a 50ha. A grande maioria dos proprietários de imóveis e terras rurais continuava sendo de brasileiros natos (3.732) num total de 5.278 propriedades individuais. O Governo possuía 1.035 estabelecimentos, as pessoas jurídicas 1.101, sobretudo ordens religiosas, e os condomínios, 352. Tinha havido uma grande mudança entre 1920 e 1940 quanto ao responsável pela exploração, aumentando o número de arrendatários (3.687) e ocupantes (1.002), que eram administradores, e diminuindo o de proprietários. O valor da produção era de Cr\$ 51.590,00 (Cr\$ 1 mil) relativo aos 7.994 estabelecimentos recenseados.

As quantidades dos cinco produtos predominantes em ordem decrescente de sua contribuição eram: laranja 12.927.117 centos, banana 9.255.987 cachos, mandioca e aipim 20.801t; milho 1.501t, cana-de-açúcar, em declínio, 4.652t.

A transformação do meio rural do Rio de Janeiro se completava com o desaparecimento das plantações, a expansão da horticultura e fruticultura que produziam para o mercado local e da empresa capitalista de cultivo de laranjas e bananas para exportação.

Essa desarticulação da economia da plantação dentro do Distrito Federal estava vinculada ao grande desenvolvimento industrial e a mudança da função do porto do Rio de Janeiro, de exportação de produtos tropicais para grande importador.

Nos custos de produção, Cr\$ 227,00 correspondiam a impostos, Cr\$ 1.664,00 a transporte, Cr\$ 192,00 à aquisição de máquinas e material agrícola, Cr\$ 871,00 à compra de animais, Cr\$ 871,00 a adubos, fertilizantes, sementes, mudas e inseticidas e Cr\$ 18.080,00 a salários.

Ao contrário do que ocorrera na indústria os salários eram o elemento mais caro das despesas do empresário na agropecuária o que revelava a falta de mecanização que vinha da tradição do escravismo.

Desde 1870 já não apareciam nos Censos os agregados urbanos, suburbanos e rurais e diminuíam os arrendatários, meeiros e parceiros. Essa transformação da mão-de-obra do campo, decorria de duas tendências: a do parcelamento da grande propriedade com a extinção da economia de plantação escravagista e a da expansão recente da lavoura de maior escala para exportação à base de mão-de-obra assalariada. Naturalmente coexistiam formas intermediárias de relações de produção no campo. Nas pequenas unidades, o trabalho era feito pelos membros da família não remunerados, nas grandes unidades que produziam em larga escala para o mercado eram usados trabalhadores assalariados. As culturas temporárias do tipo da cana-de-açúcar, aipim, usavam mão-de-obra temporária, flutuante, de acordo com a época da colheita e entressafas. Em 1950 havia apenas 155 parceiros e 573 ocupantes no meio rural dos subúrbios do Rio de Janeiro. Em 1940 as pessoas ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura eram 18.878 de 1.764.141 da população global do Rio de Janeiro e no Censo de 1950 que só considerou a população de 10 anos ou mais, 17.938, num total geral de 2.377.451 e de 1.912.673, de indivíduos. A população rural não se manteve estacionária porque o dado de 1950 não incluía os dependentes das famílias suburbanas, agrícolas, menores de 10 anos, mas o crescimento foi pequeno.

O valor da produção agropecuária também não se elevou consideravelmente entre 1940 e 1950. Houve, portanto, uma fase de expansão da grande plantação de cana-de-açúcar, seguida de outra, que se iniciou por volta de 1840, de florescimento da agricultura escravagista; de uma terceira de crescimento da horticultura e fruticultura para o mercado local a partir da década de 90 do século XIX; de uma quarta de grandes plantações de cítricos para exportação e de uma quinta de declínio no pós-guerra. Nas três últimas fases enumeradas predominou, por um lado a unidade

familiar que não empregava trabalho remunerado, e por outro a grande propriedade que usava mão-de-obra assalariada, permanente ou temporária. A agricultura de tipo capitalista tendeu a ser hegemônica nas décadas de 30 e 40.

A comparação dos dados globais de 1920 e de 1940 fica prejudicada porque no primeiro desses Censos foram desprezados os estabelecimentos cuja produção anual não atingia a Cr\$ 500,00. Nos totais de 1940 estavam incluídos 4.789ha de matas, 8.781ha de terras não aproveitadas, 1.524ha de terras improdutivas e 56ha de pastos artificiais.

Apesar dessas discrepâncias de critério, pode-se observar que se manteve de 1920 a 1940 a tendência de predomínio de proprietários de terras nacionais e de parcelamento das unidades agrícolas. Em 1920 a direção das empresas agrícolas estava na sua maioria nas mãos dos proprietários e em 1940, dos arrendatários e ocupantes.

Entre 1940 e 1950 o número global de propriedades agropecuárias do Distrito Federal reduziu-se de quase 1/3, de 7.994 para 5.266. Nesse intervalo de tempo ocorreu uma expansão dos estabelecimentos classificados como de grande escala que passaram de sete para 96 em agricultura e de 12 para 35 em pecuária.

Em 1920 existiam 852 propriedades de 10 a 100ha que ocupavam 9.894ha; em 1940, 842 com uma superfície de 17.690ha, e em 1950, 886 sobre um total, menor de 1/3, com uma área de colheita de 857. A classificação no Censo de 1950 foi feita por superfície de colheita e, em 1940, por área total. Em 1950 foi considerada agricultura em grande escala aquela em que a área de colheita em 1949 fosse igual ou superior a 20ha. A criação em grande escala era a de rebanho de 200 ou mais cabeças no conjunto das espécies, classificadas como iguais ou superiores a bovinos. A equivalência era de 200 ovinos e caprinos, de 100 eqüinos e suínos, de 50 asininos e muares ou de certo número de reprodutores, excluindo-se os animais de trabalho.

Em 1950 os estabelecimentos agrícolas continuavam a predominar; 4.637 contra 321 de agropecuária e 92 de pecuária; (137 não deram informações e 79 tinham outras modalidades de exploração da terra).

A propriedade do imóvel continuou sendo predominantemente individual (3.877). O número de imóveis do Governo se reduziu de 1.035 para 295, os condomínios tiveram ligeiro aumento de 352 para 475.

Em 1940 havia a categoria de pessoa jurídica com 1.101 unidades e, em 1950, as sociedades anônimas, cooperativas e outras, correspondentes aos condomínios, com 356 estabelecimentos, e as Instituições pias e religiosas, com 121. Essa forma de propriedade teve uma redução, mais do que proporcional à diminuição do número global de unidades rurais.

Em 1950 figurava a condição legal da terra e em 1940 a qualidade do responsável ou administrador, portanto as informações não eram estritamente comparáveis.

As terras próprias constituíam a maioria, 2.807 e as arrendadas 1.847, as ocupadas, 573 e as de condição mista, 39.

A quase totalidade (95,78%) das propriedades rurais não dispunha de força animal ou mecânica, o que era compreensível, levando-se em conta o predomínio de pequenos proprietários, tendo um valor de produção escasso.

Do rebanho de bovinos de 10.850 cabeças dos 526 estabelecimentos que forneceram informação, 4.184 pertenciam aos estabelecimentos de menos de 10ha, 3.574 aos de 10 a 100ha, 1.719 aos de 100 a 1.000ha, 1.373 aos de 1.000 a 10.000ha.

Os dados parecem indicar uma pequena penetração do tipo de produção capitalista no setor de criação. Em 140 estabelecimentos que forneceram informações havia apenas 423 eqüinos. Somente oito proprietários declararam a posse de 30 asininos; 30, de 76 muaras, exclusive animais de sela; 34, de 264 ovinos; 313, de 1.076 caprinos, e 2.303, de 23.899 suínos.

Em 1950 a população rural se concentrava no 14^o Distrito (Campo Grande e Guaratiba) onde estavam situadas 2.493 lavouras e outros tipos de propriedade. O restante das propriedades agrárias se distribuía em ordem decrescente, conforme a Tabela 5.7.

Vide Tabela 5.7 pág. 884

Havia apenas remanescentes de vida rural em Santa Tereza, Glória, Lagoa, Andaraí, Engenho Novo e Penha, representados por 34 propriedades de produção agropecuária.

O 1^o Distrito, (paróquias da Candelária, São José, São Domingos, Sacramento, Ajuda, Santana e Gamboa) e a paróquia do Espírito Santo pertencente ao 2^o Distrito, constituíam a zona portuária, o centro comercial-industrial e a área de habitação de operários e empregados do comércio, apesar da remodelação da cidade no início do século, que acarretou a demolição de grande número de cortiços.

As paróquias do Rio Comprido, Engenho Velho, Santo Antônio, Santa Tereza, Glória, Lagoa, Gávea, Copacabana, São Cristóvão que correspondiam ao 2^o, 3^o, 4^o, 5^o e 6^o Distritos eram sobretudo zonas residenciais da população mais

abastada se bem que a Gávea tivesse indústrias de tecidos e bairros operários e Santo Antônio, moradias populares²⁶¹.

O Processo de Industrialização no Rio de Janeiro de 1930 a 1945

A Crise de 1929 a 1932

A década de 20 fora desfavorável à indústria sendo pequeno o ritmo de crescimento da produção como já foi analisado. A indústria se defrontava com tarifas aduaneiras baixas que favoreciam o influxo de mercadorias estrangeiras, instabilidade cambial com tendência a alta, tarifas ferroviárias elevadas, aumento de custo de energia, multiplicação dos impostos municipais, interestaduais e federais, leis trabalhistas, elevação salarial, absorção de recursos pela política de valorização do café. Esses eram os principais problemas que figuravam nos relatórios do Centro Industrial do Brasil, órgão de representação das principais indústrias com sede no Rio de Janeiro e sucessor da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria.

Jorge Street, secretário do Centro Industrial do Brasil, respondendo a um artigo de Moraes Barros, Presidente da Liga Agrícola, publicado no *Estado de São Paulo* sob o título *O Presidente da Associação Comercial contra a Lavoura*, afirmava que: *"estão investidos na indústria manufatureira do Brasil 3 milhões de contos de réis (3.000.000.000\$) dos quais só à indústria do algodão tocavam um milhão e quinhentos mil contos (1.500.000.000\$). Esse é o facto. Que importa agora que essas riquezas, segundo obsoletas theorias, só devessem ser criadas daqui a 50 ou 100 anos? Elas já ahi estão, immensas e reaes e cumpre defende-las. Esse é o facto, repito"*²⁶².

Jorge Street argumentava ainda que o arroz, a alfafa, o açúcar, o algodão, o gado vacum, produtos importantes de São Paulo além do café, eram altamente pro-

261

a ----, ----, Rio de Janeiro, 1950. p. 128-31. (Série Nacional, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)

b ----, *Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro, 1956. t. 2, v. 24. (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços).

262 CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária do anno de 1928*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1928. v. 1, p. 76-7.

tegidos e apresentava uma tabela mostrando que o primeiro daqueles produtos de origem estrangeira pagava 47%, 62% ou 76%, conforme a qualidade, de imposto de importação; as batatas 39%, 45% e 65%; o gado vacum 51% e 41%; a alfafa 53%; o algodão em rama 40%, e o açúcar 400%. No entanto, fios e tecidos de algodão estrangeiros estavam sujeitos apenas a 8% e 33% de direitos, e tecidos finos, de larga produção nacional, a 33% em média.

Os industriais tinham de pagar o algodão do norte 15% a 20% mais caro do que em Londres e Liverpool, apesar do produto brasileiro ser de segunda qualidade.

O artigo de Street salientava que as indústrias brasileiras possuíam teares das melhores marcas, maçarocadeiras ultra-finas e dispunham de fibra longa de Seridó, o que permitia a produção de fios de alto padrão. Somente não se fabricavam no Brasil os tecidos de grande luxo para os quais o mercado era muito reduzido.

A majoração de 30% dos direitos aduaneiros pagos pelos tecidos só incidiria sobre o valor das taxas e não da mercadoria, como Moraes e Barros supunha, havendo, portanto, somente um acréscimo de 7% no preço de venda. Concluindo, Street tornava a insistir que a exportação do café que era protegida rendia 2.025.000:000\$000 ou £ 63 milhões (a 7 1/2 dinheiros de câmbio) e a produção da indústria nacional, segundo as estatísticas oficiais, deduzidas as matérias-primas, tinha um valor de 2.400.000:000\$000 ao câmbio de 7 1/2 dinheiros, cerca de £ 75 milhões e, portanto, merecia igual proteção.

*“Ora economicamente fallando, introduzir ouro em um paiz ou impedir que o ouro delle sahia, são cousas de effeitos semelhantes. Logo a produção industrial brasileira, na nossa economia, tem uma situação pelo menos igual à do café”*²⁶³.

Apenas a indústria de tecidos de algodão, que empregava matéria-prima nacional e produzia 80 milhões de kg de tecidos (680 milhões de m), poupava divisas no montante de 1.280.000:000\$000 ou £ 40 milhões (a 7 1/2 dinheiros), que seriam empregadas na importação, representando, portanto, na economia, uma função igual a 65% do valor da exportação do café.

No Relatório de 1928 a 1931²⁶⁴, o Centro Industrial do Brasil analisava o agravamento da situação de 1928 para 1929 e o fracasso da estabilização do café

²⁶³ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, op. cit. acima nota 248^b, p. 1, 46-57, 76-7.

²⁶⁴ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária do anno de 1931.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1931. p. 14-8.

que culminou com a quase total paralisação da indústria. Não houve uma fábrica que pudesse manter o trabalho normal, sem interrupção. Não faltou "quem sugerisse a destruição do nosso grandioso parque industrial e a livre entrada da produção estrangeira, como base para a reconstrução econômica e financeira da Pátria". O Centro teve, de novo, de lutar contra o livre cambismo e a velha tese da indústria ser ilegítima e fictícia quando importava matéria-prima. O Centro considerava a valorização do café, pela retenção de safras, como responsável pela crise.

Em 8 de janeiro de 1929 na reunião da Diretoria do Centro Industrial, os industriais ainda se congratulavam com o programa financeiro do Governo federal, que no segundo ano de vigência conseguira fixar o valor da moeda, e, em fevereiro, elogiavam o Decreto de 18 de dezembro de 1926, sobre estabilidade e conversibilidade da moeda na base de 200mg ouro por mil-réis²⁶⁵. Os empresários se mostravam satisfeitos sobretudo com a impossibilidade da banca internacional praticar a especulação, em detrimento dos produtores nacionais.

O discurso de Mario Andrade Ramos, transcrito no Relatório, refletia a posição do Centro Industrial. O economista, acima citado, julgava que a política governamental deveria ser de implantar a conversibilidade quando o encaixe fosse de 55% e não de 37%, como ocorria no início de 1929. Deveria ser programado o abandono gradual da retenção de estoques pelo Instituto do Café, acompanhado de um declínio dos preços e expansão das vendas, para o Brasil recuperar o controle de 75% do mercado consumidor desse produto e haver uma seleção de tipos superiores para exportação. O Banco do Brasil deveria ter o capital aumentado, e constituir três Carteiras: uma de emissão, substitutiva de Caixa de Estabilização, uma comercial e outra hipotecária. Dessa forma, o Banco perderia o caráter quase exclusivamente comercial que tivera até essa época. Finalmente, o discurso salientava que o empréstimo em libras para constituir o lastro-ouro dos bilhetes do Tesouro Nacional deveria ser usado através de notas emitidas pelo Banco do Brasil no valor de 402.096:000\$000, num plano de aplicação do Governo federal, a cargo da Carteira Hipotecária, que desse prioridade às seguintes metas: £ 400 mil destinadas à extinção do *tifo icteróide*; £ 600 mil ao custeio de uma campanha de alfabetização e instrução moral e cívica; £ 1 milhão ao financiamento da eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil; uma soma equivalente deveria ser empregada na modernização da Leopoldina; £ 500 mil investidos na imigração de poloneses, ucranianos e alemães para trabalhar no cultivo do trigo, a fim de poupar divisas com a importação desse produto.

A Carteira Hipotecária deveria abrir crédito até 30 anos de prazo, em benefício das indústrias e agricultura.

²⁶⁵ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, *op. cit.* acima nota 248^a, p. 108-9, 120.

Em reunião da Diretoria de 26 de novembro de 1929, foi debatido o convite da Associação Comercial do Rio de Janeiro ao Centro para se solidarizar com as homenagens e aplausos das classes conservadoras à solução dada pelo Governo à crise do café. Tratava-se do abandono da política de valorização do produto por meio de compra e estocagem de excedentes.

Outro artigo de Mario de Andrade Ramos foi inserido no Relatório de 1929, por ser representativo das idéias da burguesia industrial. O documento historiava os empréstimos negociados pelo Brasil no exterior, em cada crise da balança comercial, que se refletia no orçamento, dependente em larga medida dos impostos sobre a importação. Caracterizavam-se por serem sempre abaixo do par e com juros que variavam de 4 1/2% a 5%. No Império houve 12 (1839, 1843, 1852, 1858, 1863, 1865, 1871, 1875, 1883, 1886, 1888, 1889) no valor de 70.831.228 libras. Após a Proclamação da República foram obtidos dois *fundings loans*; o de 1898 e o de 1914, ambos em condições mais onerosas pois implicavam na garantia da Alfândega do Rio e, subsidiariamente, dos outros portos, mas consolidando a dívida anterior. De 1914 a 1921 não foram contratados novos empréstimos externos e, a partir de 3 de junho de 1919, o Governo começou a resgatar os títulos de rescisão da garantia das estradas de ferro.

Em 1921 foi feito o primeiro empréstimo nos Estados Unidos de US\$ 50 milhões, em 1922, o segundo de US\$ 25 milhões, com a mesma firma, Dillon & Read e Companhia, este último dando como garantia a receita da Estrada de Ferro Central do Brasil²⁶⁶. Em 1926 e 1927, foram negociados mais dois, no valor total de US\$ 101.500 mil. A dívida externa fundada até 1927 apresentava um saldo devedor de £ 106.968.592; fr. 333.557.086 e US\$ 152.800.427 e, em abril de 1929, o valor total era de 5.724.303:301\$000.

A maior parte dessas somas se destinava a pagar juros e amortizações de outros empréstimos, compromissos do Tesouro, déficit dos orçamentos; e, portanto, não era usada na solução dos problemas econômicos. Segundo Mario de Andrade Ramos, na crise de 1929, o Brasil deveria recorrer, não mais a empréstimos, mas a outras medidas como restringir os gastos, reduzir a burocracia pois já tinha empenhado a renda de todas as alfândegas, o imposto do consumo, a renda bruta da Estrada de Ferro Central do Brasil e o Imposto de Renda.

Numa análise da crise feita por Mario de Andrade Ramos, em reunião da Diretoria do Centro Industrial do Brasil, o valor do passivo das falências nas praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Recife, Porto Alegre foi estimado em 1.500.000:000\$000, em fins de dezembro de 1929. No Rio de Janeiro as falências alcançavam a soma de 267.480:766\$000, as concordatas de 549.177:923\$000 ou um total de 816.658:689\$000, além de um considerável número de indústrias pa-

²⁶⁶ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária do anno de 1931.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1931. v. 2, p. 261-70, 274-5.

realizadas ou com a capacidade de produção reduzida em 50%. Milhares de operários estavam dispensados e a indústria mais atingida era a de tecidos.

Os industriais queixavam-se de que *“Os impostos do consumo, de indústrias e profissões, do selo, de renda, de exportação, municipais, etc., no meio dessa depressão geral, são a única coisa que se mantem no mesmo nível específico, tornando assim cada dia mais pesados e dolorosos os encargos dos que labutam.”*²⁶⁷.

Segundo Mario de Andrade Ramos e os industriais do Centro Industrial, os fatores principais da crise dos tecidos seriam: deficiente organização, super-produção e a retração do crédito. Afirmavam que *“Para todas as indústrias, em geral, para todo commercio ha como causa maior de dificuldades a falta de aparelhamento bancário e dos benefícios justos e indispensáveis que essa força propulsiva, quando regularizada, traz ao desenvolvimento da vida economica e financeira da nação.”*²⁶⁸. Andrade Ramos acusava concretamente o Banco do Brasil de ter empregado em 1929, cerca de 200.000:000\$000 a um pequeno número de privilegiados que justamente na sua maioria falira. Com a retração do crédito e quase fechamento das Carteiras de Descontos e Redescontos no Banco do Brasil e nos demais bancos, nacionais e estrangeiros, não era possível movimentar as massas de mercadorias que representavam de cinco a 20 vezes os capitais das empresas. A proposta de Andrade Ramos que foi adotada consistia em constituir uma comissão de estudos de nove membros, dois do Centro Industrial do Brasil, dois da Associação Comercial, dois da Associação Bancária, dois técnicos contratados em missão financeira especial, sob a presidência de uma personalidade do Governo federal, para fazer o anteprojeto da lei Bancária, da reforma do Banco do Brasil e do contrato do mesmo com o Governo federal, transformando-o em Banco Central com Carteira de Conversão e emissão de notas, lastro ouro e demais meios para efetivar uma política monetária. O Banco do Brasil era também criticado por não estar comprando, vendendo e mantendo o câmbio.

A indústria ainda pensava em termos de sustentar o lastro ouro, em dezembro de 1929, elogiando o Governo federal por não ter decretado moratória, não ter emitido dinheiro, títulos e apólices, nem fechado a Caixa de Estabilização. Os industriais reclamavam, basicamente, contra as leis sociais que aumentavam os custos de produção e os impostos; a elevação do preço da energia elétrica e do transporte, a falta de proteção alfandegária adequada, a escassez de crédito, a flutuação cambial e a política de valorização do café. Essas reivindicações eram justificadas em virtude da importância da produção industrial, da poupança de divisas e da fonte de empregos que ela representava.

Em reunião de 15 de abril de 1930, o Centro Industrial do Brasil elogiava o Presidente do Banco do Brasil, Guilherme da Silveira, por não ter reformado o débi-

²⁶⁷ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, op. cit. acima nota 266.

²⁶⁸ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, op. cit. acima nota 266.

to dessa instituição no exterior, de £ 5 milhões e haver adotado a alternativa de remeter ouro da Caixa de Estabilização para saldar os compromissos. Os industriais julgavam que a solução da crise seria a redução das despesas públicas, das importações de trigo, carvão, gasolina, querosene, bacalhau, automóveis, e o aumento das exportações do café, graças à baixa dos preços do algodão, da carne, do açúcar e do mate.

Em 1930 o Centro Industrial estimava que a diminuição de £ 20 milhões no valor da exportação do café representava uma queda de, no mínimo, 20% nas rendas públicas.

Na reunião do Centro Industrial de julho de 1930, os industriais discutiram o agravamento da crise. Quarenta mil operários estavam sem emprego no Rio de Janeiro e 60 mil em São Paulo, dezenas de fábricas fechadas, muitas com o horário de trabalho reduzido e as falências e concordatas se multiplicavam. Consideravam que se tinha chegado quase a *um beco sem saída* por causa dos *extremos do exagero* na valorização do café, sem os recursos necessários, levando à imobilização de capitais nessa mercadoria estocada e sem possibilidade de venda a curto prazo, o que reduziria inicialmente o consumo dos bens de luxo, e em seguida, dos de primeira necessidade. A indústria tivera que limitar a produção para impedir a acumulação de mercadorias. O déficit da balança de pagamentos, de cerca de £ 36 milhões em 1930, a cessação dos empréstimos, a saída do ouro do *funding loan* (£ 14.800 mil em seis meses) a diminuição de 17 1/2% do total da circulação, aprofundavam a crise deflagrada pelo café.

Uma reunião extraordinária da Diretoria do Centro Industrial, em 7 de outubro de 1930, resultou em uma moção de solidariedade e apoio ao Governo e de condenação às recentes desordens e em outra, em novembro de 1930, era relatada a missão do Presidente da entidade, Francisco de Oliveira Passos, de expressar em nome dos industriais o contentamento pela volta da paz e a estima pelo Governo Provisório. O Presidente do Centro Industrial elogiara, em particular, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, já efetivada, e a do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e manifestara a esperança de que o Governo extinguisse os impostos interestaduais, consolidasse o Conselho dos Contribuintes, criado por lei em janeiro de 1927, como órgão deliberativo. O Centro Industrial se solidarizava com a posição adotada por Lindolfo Collor em discurso do Rotary, de substituir o conceito de luta de classes pelo de colaboração de classes, prometendo o amparo do Governo ao capital e ao trabalho, afirmando que "as forças reacionárias do capital e as tendências subversivas do operariado são igualmente nocivas à pátria e não podem contar com o beneplácito dos poderes públicos"²⁶⁹. Francisco de Oliveira Passos discursou nesse banquete do Rotary sobre as reivindicações da indústria.

²⁶⁹ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, op. cit. acima nota 266, p. 272, 275, 290-5, 338, 355-56.

Considerou o protecionismo como já vitorioso e tendo produzido resultados inegáveis, mas ainda faltava ao Governo tomar as seguintes medidas a favor da indústria:

- 1) Supressão dos impostos interestaduais;
- 2) Estabelecimento do Conselho de Contribuintes e Delegados do poder público para julgamento das infrações fiscais;
- 3) Criação do crédito industrial que garantiria a expansão harmoniosa quantitativa e qualitativa do trabalho e da produção;
- 4) Revisão da legislação obreira, adaptando o código de menores ao meio brasileiro;
- 5) Nacionalização da indústria de transportes marítimos e terrestres;
- 6) Restrições das importações.

Em relação ao item quatro, os industriais desejavam que só fossem considerados menores os indivíduos até 16 anos de idade, em vez de 18; que o horário de trabalho se ampliasse de seis para oito horas; que a pensão em caso de doença, invalidez, ou velhice, baseada no pagamento de contribuição tríplice do operário, patrão e Estado, substituísse as férias anuais de 15 dias. Condenavam as tentativas de reviver o livre-cambismo e de promover a desnacionalização da cabotagem como alavanca do soerguimento da lavoura cafeeira²⁷⁰.

O Governo Provisório atendeu à maioria das aspirações da indústria, suprimindo impostos interestaduais que dificultavam a integração nacional, estabelecendo o Conselho Fiscal da Fazenda, expandindo o crédito industrial, restringindo os bancos estrangeiros e as manobras especulativas, abolindo a política de valorização do café, designando o Presidente do Centro Industrial do Brasil como membro do Conselho Nacional do Trabalho, suspendendo a aplicação da lei de férias, nacionalizando os transportes e restringindo as importações. Nessa ocasião, também foi tomada a medida de nacionalizar o trabalho: o imigrante tinha de ser casado com mulher brasileira, ter filhos brasileiros e residir no País por mais de 10 anos para ficar em situação de igualdade em relação ao brasileiro nato.

Os industriais conservavam uma desconfiança em relação aos imigrantes, considerados como mais revolucionários do que os operários naturais do País. Se bem que as conquistas operárias tenham sido consolidadas no Código de Trabalho, nesse período o operariado foi colocado sob o controle do Ministério do Trabalho. A política de valorização do café foi reimplantada, mas nessa época o crédito à indústria já estava assegurado com a regulamentação da Caixa de Redescantos do Banco do Brasil (1935) e com a expansão das instituições de crédito.

²⁷⁰ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, op. cit. acima nota 266, p. 358-64.

A partir de 1933 a indústria entrava num ritmo de crescimento alto, interrompido apenas em 1937/38 e retomado durante a guerra.

O Crescimento Industrial no Rio de Janeiro de 1932 a 1937/38

Os dados estatísticos de produção são muito escassos nesse período. Já nos referimos, no capítulo anterior, ao capital das indústrias sujeitas ao Imposto de Consumo no período de 1920 a 1929 que apresentava uma tendência à estagnação. Os dados relativos às indústrias sujeitas ao Imposto de Consumo, em 1935, não forneciam informações sobre capital, mas somente sobre o número de empresas (4.735), das quais 2.817 dispunham de seis operários; 391, de seis a 12 operários e 532, de mais de 12. O Rio Grande do Sul e Minas Gerais apresentavam um número maior de empresas, 8.059 e 8.733, respectivamente, e a distância do Rio de Janeiro em relação a São Paulo se acentuara, contando esta unidade da federação com 16.837 empresas. O total de indústrias no Brasil sujeitas ao Imposto de Consumo era de 58.681²⁷¹.

A situação de inferioridade do Rio de Janeiro também se refletia na produção de eletricidade. Enquanto São Paulo tinha 110 empresas, o Distrito Federal possuía apenas duas, e o Estado do Rio 56. Havia 14 usinas geradoras de energia termo-elétrica no Estado e na cidade do Rio de Janeiro, e 23 em São Paulo; somente 63 hidroelétricas, no Estado do Rio de Janeiro e 137 em São Paulo. O potencial de energia térmica do Estado do Rio de Janeiro e capital federal era de 16.445kw e o de São Paulo de 13.738kw; o de hidráulica era de 174.115kw no Rio de Janeiro e 363.174kw em São Paulo. As usinas privadas tinham, respectivamente, 2.427kw e 5.685kw. Essas estatísticas indicavam um menor dinamismo no Rio de Janeiro em comparação com outros centros industriais.

Temos algumas informações sobre o valor da produção relativas a 1938. Nesse levantamento feito pelo Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho constam os principais ramos industriais do Rio de Janeiro, faltando o de produção de alimentos, bebidas e fumo, velas, perfumarias, louças e outros menores.

Podemos ter uma idéia parcial do crescimento da indústria, comparando os valores da produção em 1928 e 1929 com os de 1938 para os itens constantes desses levantamentos.

Vide Tabela 5.8 pág. 884

Esses dados parciais mostram um declínio do valor em contos de réis de metade desses ramos da produção e do valor global em confronto com um ano relativamente normal do fim da década de 20, o de 1928, e um pequeno aumento, em

²⁷¹ ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1936. Rio de Janeiro, IBGE, 1937.

comparação com o ano de crise, 1929. Cresceram os ramos de tecidos, papel, papelão e derivados, móveis, artefatos de metal e ferragens. Tanto quanto se pode julgar por esses dados parciais, o Rio de Janeiro não acompanhou a taxa elevada de crescimento da produção industrial do Brasil que, segundo Villela e Suzigan, era de 11,2% ao ano entre 1933 e 1939²⁷².

É verdade que em 1937/38 houve um aumento das importações prejudicando a indústria se tivéssemos dados referentes a 1936 seria preferível para a comparação. O levantamento industrial do Rio de Janeiro de 1938 compreendia ramos não incluídos nos inquéritos sobre indústrias sujeitas ao Imposto de Consumo, tais como o de máquinas e aparelhos, com um valor em contos de réis da produção, de 112.491:000\$000. Este englobava máquinas para lavoura, reparação de máquinas, material rodante, material elétrico, obras de serralheiro. O ramo contava com 16.943:000\$000, de valor de produção; o de artefatos de madeira (20.609:000\$000); o de artefatos de cortiça (238:000\$000) e o de artes gráficas (54.664:000\$000).

Os fatores que contribuíram para essa taxa reduzida de crescimento da indústria no Rio de Janeiro foram a retomada da valorização do café, polarizando recursos para São Paulo e dando mais peso político a esse Estado dentro do sistema brasileiro; a expansão da burocracia e correspondente crescimento dos impostos para sustentá-la; a alta do custo de mão-de-obra com a Consolidação das Leis do Trabalho; a menor oferta de operários; o declínio do Estado do Rio de Janeiro, e a perda da hegemonia da capital sobre regiões antes dependentes, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que passaram a ter centros industriais próprios e dinâmicos. Na década de 20 essa perda da área de dominação do Rio de Janeiro já se esboçava com o estabelecimento dos impostos interestaduais.

A importação de equipamentos para as indústrias têxteis foi limitada por legislação em 1931 com vigência até 1937. Por outro lado as indústrias que mais cresceram no Brasil, nesses anos, foram as de cimento e metalurgia, que não eram muito importantes na cidade do Rio de Janeiro. O comércio exterior desta cidade, ao contrário do intercâmbio do Brasil em geral, se caracterizou entre 1933 e 1939 pelo predomínio das importações sobre as exportações e, portanto, de maneira desfavorável ao crescimento da indústria.

O Processo Industrial no Rio de Janeiro no Período de 1938 a 1945

O Censo de 1940 oferece uma visão geral da indústria em 1939, e o de 1950 em 1949, sendo ambos até certo ponto comparáveis.

Infelizmente não há informações disponíveis para o período específico da Segunda Guerra Mundial. Segundo a tese de WERNER BAER, VILLELA, SUZIGAN e

²⁷² VILLELA & SUZIGAN, op. cit. acima nota 196, p. 216.

WARREN DEAN²⁷³, contrária à da substituição de importações como principal mecanismo da expansão industrial, o crescimento da produção secundária teria declinado após 1939. De acordo com Villela e Suzigan, a taxa média anual de aumento da produção industrial do Brasil, de 1940 a 1945, caiu para a metade da taxa de 1933-39, isto é, para 5,6%.

Em 1939 havia, no Distrito Federal, 4.169 estabelecimentos industriais e 3.873 empresas. Foram designados como estabelecimentos industriais as unidades de produção e como empresas as entidades jurídicas. Para este estudo interessava somente a primeira categoria.

As indústrias de produtos alimentares continuavam a ocupar a primeira posição do ponto de vista numérico, seguidas pelas de madeira e produtos afins e de vestuário, calçado e toucador. Quanto ao capital realizado, medido em Cr\$ 1 mil, a indústria de tecidos tinha perdido o primeiro lugar para a de produção e distribuição de eletricidade, gás e gelo e refrigeração, abastecimento de água e esgoto (Cr\$ 1.105.599,00), ocupando o segundo lugar com Cr\$ 479.288,00. Havia uma grande decalagem entre tecidos e o ramo de indústrias de alimentação (Cr\$ 253.701,00). As indústrias químicas e farmacêuticas tiveram um grande aumento e atingiram Cr\$ 198.388,00, estando, logo abaixo, as metalúrgicas (Cr\$ 118.763,00). Quanto ao valor da produção, as indústrias de alimentos situavam-se em primeiro lugar com Cr\$ 731.532,00; as de construção civil em segundo (Cr\$ 621.267,00); as de produtos químicos e farmacêuticos em terceiro (Cr\$ 354.667,00) e as de tecidos, em quarto (Cr\$ 299.426,00).

As 93 indústrias têxteis eram as que dispunham de maior soma de cavalos-vapor (39.376). Essa situação era perfeitamente explicável, considerando-se que essa indústria só se desenvolveu a partir da década de 80 do século XIX, à base de tecnologia avançada, facilidade de crédito na fase de implantação, mão-de-obra assalariada e produção para um mercado integrado pelos meios de comunicação. Aliás o mesmo aconteceu com as principais indústrias de bebidas da capital. As 68 unidades desse ramo possuíam 6.916 c.v., uma média de 101 c.v. para cada unidade. As 15 indústrias de borracha também pertenciam à fase de desenvolvimento industrial recente, dentro das condições acima resumidas, e dispunham em média de 120 c.v.. A indústria de papel e papelão também apresentava uma média elevada de 97 c.v.. A potência em cavalos-vapor das demais fábricas era insignificante. As indústrias mecânicas tinham uma média de 63 c.v.; as de couro e peles de 42 c.v.; as de transforma-

273

^a BAER, Werner & VILLELA, Annibal Villanova. Croissance industrielle et industrialisation: nouvelles perspectives sur les étapes du développement économique du Brésil. In: ---, *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, CNRS, 1973.

^b DEAN, Warren. *The industrialization of São Paulo, 1880-1945*. Austin, The Univ. of Texas, 1969.

^c VILLELA & SUZIGAN, op. cit. acima nota 196, p. 219.

ção de minérios não metálicos, 41 c.v.; as extrativas de produtos minerais, 33 c.v.; a de construção civil, 31 c.v.; as de madeira e produtos afins, 30 c.v.; as de alimentos, 24 c.v.; as de produtos químicos e farmacêuticos e gráficas, 19 c.v.; as de metalurgia e produtos afins, 18 c.v.; as de produção e distribuição de eletricidade, gás, gelo e refrigeração, 17 c.v.; as de vestuário, calçado e toucador, de apenas 4 c.v.. As indústrias extrativas de produtos vegetais e as de óleos e graxas vegetais não forneceram informações.

Os dados estatísticos sobre energia indicavam que a estrutura da produção continuava basicamente a mesma da década de 80 do século XIX. Os setores pioneiros integrados na produção industrial eram os de tecidos, bebidas, borracha, papel e papelão. A maioria das atividades mais importantes, tais como produção de alimentos, artigos de couro, calçados, chapéus, roupas, e artigos de madeira continuavam sendo parte industriais, parte manufatureiras ou artesanais. É claro que as médias de força acima mencionadas encobriam grandes diferenças dentro desses setores, como por exemplo no de alimentos, no qual moagem de cereais, usinas de açúcar, alambiques de aguardente, torrefação de café tinham características industriais. A produção de malas, bolsas, calçados se enquadrava nas três modalidades acima mencionadas; a de roupas e chapéus permanecia predominantemente manufatureira e artesanal. As serrarias apresentavam características industriais, porém, a produção de tamancos e as tanoárias mantinham uma organização quase exclusivamente artesanal.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fez um levantamento da mão-de-obra industrial no Rio de Janeiro em 1944 e 1945 que compreende 1.476 unidades. Se comparamos as indústrias que figuravam nessa fonte com o Censo de 1940 verificamos que houve um declínio da indústria de produtos alimentares de 775 para 479; no ramo de bebidas, de 63 para 57; de produtos químicos e farmacêuticos, de 373 para 231; de móveis, de 352 para 199; um aumento de tecidos, de 88 para 212; uma queda da metalurgia, de 309 para 200; de materiais de construção de 372 para 367; de material elétrico e aparelhos, de 27 para 23²⁷⁴. O declínio do número de unidades não implicava, obrigatoriamente, em baixa da produção. Havia um processo de concentração de unidades que já se notava a partir do final do século XIX.

O número de operários não diminuiu na proporção de unidades, o que dava base a essa hipótese. O número de operários do ramo de produtos alimentares baixou de 12.782 para 8.283; do de bebidas aumentou de 1.839 para 3.911; do de produtos químicos e farmacêuticos se elevou de 6.453 para 8.905; do de móveis de 5.584 para 5.861; do de tecidos de 21.298 para 34.477; do de metalurgia de 8.053 para 10.457; do de materiais de construção de 28.219 para 38.315, e do de material elétrico de 1.183 para 2.421. A única discrepância é o que se refere ao ramo de produtos alimentares, que sofreu com as dificuldades de importação de matéria-prima e exportação de alimentos durante a guerra. A moagem de trigo foi afetada drasticamente nesse período²⁷⁵.

²⁷⁴ ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1946. Rio de Janeiro, IBGE, 1947.

²⁷⁵ ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1946, op. cit. acima nota 274.

A comparação dos Censos de 1940 e 1950, relativos aos anos de 1939 e 1949, revelava um crescimento relativamente pequeno do número de estabelecimentos de apenas 1,3 vezes, de 4.169 para 5.693, e bem mais elevado, de 5,4 vezes, do valor da produção de Cr\$ 3.321.643,00 para Cr\$ 17.962.029,00 (Cr\$ 1 mil). O número de operários não aumentou proporcionalmente ao valor da produção, passou de 123.459, em 1º de setembro de 1940, para 171.463, em 1º de janeiro de 1950, ou seja, 1,4 vezes. Portanto, houve não só uma concentração de empresas como também um aumento da mecanização.

A classificação das empresas quanto ao número de operários, pessoal ocupado, capital empregado e força motriz dava uma idéia da permanência de várias formas de produção em 1950.

Vide Tabela 5.9 pág. 885
 Vide Tabela 5.10 pág. 889
 Vide Tabela 5.11 pág. 891
 Vide Tabela 5.12 pág. 896
 Vide Tabela 5.13 pág. 898
 Vide Tabela 5.14 pág. 899

Havia ainda uma grande faixa de empresas nas categorias de sem pessoal a 10 pessoas que não empregava operários, tinham um insignificante capital aplicado e quase não dispunha de força motriz. Não se pode determinar pelos dados fornecidos a percentagem do total de 2.949 empresas que apresentavam essas características. A atividade industrial deveria predominar naquelas empresas que usavam de 11 operários para cima, sendo que a maioria dessas empresas se concentrava nas faixas de 21 a 250 pessoas ocupadas. A faixa de 101 a 250 correspondia a maior soma de capital aplicado, ao maior número global de operários e ao valor mais elevado da potência. Esse tipo de empresa ainda constituía uma pequena minoria, de 248 unidades. Em 1935, havia 2.817 unidades com até seis operários; 391 entre seis e 12, e 532 com mais de 12. Portanto, deu-se uma grande mudança de escala de produção o que refletia transformações na organização da empresa²⁷⁶.

O capital aplicado em 1939 era de Cr\$ 2.895.267,00 (Cr\$ 1 mil) para um total de 4.169 unidades de produção, e se elevou para Cr\$ 6.319.672,00 em 1949. Do total de 5.693 unidades em 1949, 1.956 estavam na categoria de Cr\$ 100 mil a Cr\$ 2.500 mil de capital aplicado, e 1.727 na de menos de Cr\$ 50 mil. Essa distri-

²⁷⁶

^a ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1936. Rio de Janeiro, IBGE, 1937. ano 3, p. 265.

^b BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro, 1956. v. 3, p. 230-1.

buição do capital evidenciava a existência de dois polos da produção secundária que quase se equilibravam quanto ao número de unidades mas que contrastavam, quanto ao capital aplicado Cr\$ 35.730,00 na segunda categoria e Cr\$ 461.432,00 na primeira, e quanto ao número de operários 9.548 e 34.919, respectivamente. As 87 unidades com Cr\$ 1.725.937,00 de capital aplicado tinham um total de 28.818 operários e as seis unidades com Cr\$ 1.488.780,00 de capital aplicado dispunham de 13.506 operários²⁷⁷.

Tinha desaparecido a categoria de unidades sem empregados e operários, e a média dos operários da primeira categoria, de menos de Cr\$ 50 mil, levava a supor a inexistência de unidades de tipo artesanal dispendo apenas dos instrumentos de trabalho não considerados como capital e sem operários assalariados.

A alta do valor da produção entre os dois Censos se distribuiu desigualmente, da seguinte forma: no ramo de mecânica o valor se multiplicou 10 vezes, no de mobiliário, 7,9 vezes, no de bebidas, sete vezes; no de peles e couros, seis vezes, no de material elétrico, 6,2 vezes, nos de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, 5,8 vezes, nos de material de transporte, borracha, produtos químicos e farmacêuticos 5,5 vezes, no de tecidos 5,3 vezes, no de madeira 4,9 vezes, nos de alimentos e fumo, 4,7 vezes, nos de papel e papelão e de transformação de minerais não metálicos, 4,6 vezes, e no de construção civil, 3,8 vezes²⁷⁸.

Verifica-se, portanto, que os ramos novos, tais como os de mecânica e material elétrico, e os tradicionais, oriundos da década de 80 do século XIX e que mais sofriam com a concorrência estrangeira, foram os que apresentaram maior dinamismo.

Uma grande mudança que ocorreu durante a guerra foi o declínio do valor da produção das indústrias extrativas de produtos minerais, de Cr\$ 13.719,00 para Cr\$ 9.531,00 e de produtos vegetais de Cr\$ 70,00 em 1939, para o desaparecimento em 1949. Portanto, as indústrias de tipo extrativo que precediam a revolução industrial, tendiam a se extinguir e as de transformação a se expandir, com um aumento global médio de 5,6 vezes.

A indústria de tecidos também se beneficiou da conquista de novos mercados externos, como já tinha ocorrido na Primeira Guerra Mundial quando penetrou em Buenos Aires substituindo o produto inglês. Alimentos e fumo produzidos no Brasil que não enfrentavam grande problema de concorrência, apresentaram uma taxa de crescimento menor. A construção civil foi relegada a segundo plano durante a guerra, quando o maior esforço se concentrava na substituição de importações e na pro-

²⁷⁷ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit. acima nota 261^b, p. 102.

²⁷⁸ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit. acima nota 261^b, p. 25.

dução de gêneros tropicais e materiais estratégicos. Outro fator de prosperidade do setor secundário da economia foi a transformação do sistema de crédito com a expansão da rede bancária brasileira e a redução drástica da estrangeira que estava mais voltada para a especulação e o café. O abandono da compra de café e queima de estoques também permitia uma maior polarização do crédito para a indústria. Finalmente, a expansão salarial favorecia uma ampliação do mercado interno.

Em 1920 o capital investido na indústria do Distrito Federal se elevava a 23.362:218\$000, sendo 16.238:265\$000 estrangeiro, 68% do total e 7.123:953\$000 brasileiro. A participação estrangeira ainda era maior no valor da produção, o total de 64.915:591\$000 se repartia em 46.618:656\$000 (71%), estrangeiro e 18.296:935\$000, nacional. Dentre os capitais estrangeiros pesava mais o português com 12.306:372\$000 e 33.176:961\$000 de valor da produção, ficando em segundo lugar o italiano com 1.800:168\$000 e 6.613:782\$000, respectivamente, em terceiro lugar o espanhol 1.016:938\$000 e 3.881:008\$000, em quarto o sírio 570:640\$000 e 1.919:605\$000 e, por último, o alemão 544:147\$000 e 1.027:300\$000.

Em 1939 o capital estrangeiro realizado totalizava Cr\$ 1.301.634,00 (Cr\$ 1 mil), sendo Cr\$ 105.070,00 em firmas individuais e sociedades de pessoas e Cr\$ 1.196.564,00 em sociedades de capital misto e outras não especificadas representando 59,1% do total, enquanto que o brasileiro se restringia a Cr\$ 1.007.028,00, dividido em empresas exclusivamente nacionais, Cr\$ 612.974,00 e mistas Cr\$ 394.054,00. Havia ocorrido, no entanto, uma substancial redução do capital estrangeiro investido em indústrias, de 68% em 1920 para 56% em 1939. No recenseamento de 1939 não constavam dados sobre o valor da produção segundo a nacionalidade. O capital estrangeiro predominava nas indústrias mecânica, de transformação de minerais não metálicos, de papel e papelão, de vestuário, calçados e toucador, de produtos alimentares, de bebidas e estimulantes, e na de produção e distribuição de eletricidade e gás. Os dados relativos às indústrias extrativas de produtos vegetais, borracha, óleos e graxas vegetais e gráficas foram propositalmente omitidas para evitar individualização.

Em 1949 o capital brasileiro de Cr\$ 223.960,00, compreendendo Cr\$ 182.228,00 investido em empresas exclusivamente nacionais e Cr\$ 41.732,00 em empresas mistas, representava 53% do total e relegava o estrangeiro à segunda posição. Este era de Cr\$ 194.481,00, dos quais Cr\$ 159.015,00 aplicado em empresas estrangeiras e Cr\$ 35.466,00 em sociedades mistas.

No período de 1929 a 1939 o nível de preços do Brasil cresceu apenas 31% e, entre 1940 e 1944, 86%, portanto, uma média de 21,5% ao ano, a uma taxa maior do que a do aumento da produção.

O capital estrangeiro predominava nos ramos de material elétrico, madeira, mobiliário, produtos alimentares e bebidas. Perdera a hegemonia em várias atividades industriais, até mesmo em algumas de tecnologia mais avançada e de infra-estru-

tura como eletricidade e gás²⁷⁹. Durante a guerra declinou a vinda do capital estrangeiro e o Governo adotou uma posição nacionalista que se refletia nos investimentos diretos e nas facilidades de crédito à produção secundária.

A Situação do Comércio no Período da Segunda Guerra Mundial

O valor das vendas do comércio varejista, atacadista e misto em 1939 (Cr\$ 7.803.500,00) e 1949 (Cr\$ 40.841.566,00) superava grandemente o da produção industrial nessas datas que era de Cr\$ 3.321.643,00 e Cr\$ 17.962.029,00, respectivamente.

O aumento global do valor das vendas foi de 5,2 vezes, ligeiramente menor do que o da produção industrial que foi de 5,6 vezes.

Houve no comércio varejista um processo de concentração comparável ao que ocorreu na indústria. O número de estabelecimentos varejistas se elevou pouco, de 11.500 para 15.612, apenas 1,3 vezes, enquanto que o valor das vendas passou de Cr\$ 1.489.901,00 para Cr\$ 9.451.984,00, multiplicando-se 6,3 vezes.

Vide Tabela 5.15 pág. 900

O número de casas do comércio atacadista se multiplicou 2,6 vezes e o valor das vendas 5,8 vezes, passando de 1.391 firmas para 3.581 e de 4.390.064 para 25.800.604. O comércio misto, que operava simultaneamente a varejo e por atacado, sofreu uma redução do número de estabelecimentos de 1.004 para 756 e teve

279

- ^a BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria. Directoria Geral de Estatistica. *Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920*; industria. Rio de Janeiro, Typ. da Estatistica, 1927. v. 5, part. 1, p. 53-4.
- ^b BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Recenseamento geral do Brasil de 1 de setembro de 1940*. Rio de Janeiro, 1950. (Série Regional, Distrito Federal, Censo Demográfico de População e Habitação).
- ^c ----. ----. Rio de Janeiro, 1950. p. 237. (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços).
- ^d BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit. acima nota 261^b, p. 19.

alta relativamente pequena do valor das vendas, de 1.923.595 para 5.588.978, multiplicando o primeiro valor por menos de 2,9 vezes²⁸⁰.

Portanto, o comércio atacadista e semi-atacadista foi o principal responsável pela menor taxa de crescimento das vendas. Esse tipo de negócio foi o mais afetado pelas restrições de importação impostas pela guerra. O capital realizado no comércio varejista (Cr\$ 1.977.275,00) e no atacadista (Cr\$ 4.973.465,00) somava Cr\$ 6.950.740,00, ligeiramente superior ao do capital investido nas indústrias nesse mesmo ano Cr\$ 6.319.692,00. Tinha, portanto, desaparecido a grande diferença a favor do comércio que caracterizava todo o período anterior à revolução industrial, quando o comércio monopolizava o capital e marginalizava a indústria, impedindo a sua expansão. Findara o domínio da burguesia comercial no Rio de Janeiro, firmava-se o da burguesia financeira e industrial.

Em 1949, no comércio varejista, predominavam as empresas com capital entre Cr\$ 5 mil e Cr\$ 25 mil, em número de 5.001, representando quase a metade do total (13.809). A grande maioria das empresas (13.242) não possuía filiais. Dentre os estabelecimentos atacadistas (3.206 ao todo) havia uma concentração (717) no nível de Cr\$ 1 milhão a Cr\$ 5 milhões (Cr\$ 1 mil) de capital realizado: 677, no nível de Cr\$ 100 mil a Cr\$ 250 mil e 510, no de Cr\$ 500 mil a Cr\$ 1 milhão.

No comércio por atacado predominava a grande empresa e no de varejo, a pequena. A grande maioria das firmas atacadistas (2.977) também era constituída por um só estabelecimento. Não havia ainda a formação de trustes com uma série de empresas afiliadas e de atividades variadas. Não tinham atividade suplementar 12.159 das empresas varejistas e 2.605 das atacadistas.

O pessoal ocupado no comércio varejista e atacadista somava a 15.041 empregados administrativos e 23.654 não administrativos em 1939, e a 18.594 e 36.970 nessas duas categorias em 1949. No comércio atacadista, em 1939, era de 3.002 e 15.719 nas duas categorias acima citadas e de 6.651 e 32.181 em 1950; no misto era de 2.028 e 12.766, em 1939 e de 1.627 e 11.835 em 1949. Já em 1939 a indústria absorvia um maior número de pessoas (123.459) do que o comércio (72.210).

No entanto, em 1949/50 a diferença diminuía, sendo a mão-de-obra da indústria de 171.463 e a do comércio de 107.858. Mesmo acrescentando o comércio de corretagem de imóveis e valores imobiliários, a indústria ainda levava vantagem. Os dados existentes quanto a corretagem são relativos a 1940 com 3.085 e a 1950 com 3.272 pessoas ocupadas²⁸¹.

²⁸⁰ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro, 1956. t. 2, v. 34, p. 80-1, 168, 236.

²⁸¹ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit. acima nota 261^b, p. 168, 174, 202, 204.

Em 1939 havia no Rio de Janeiro 3.613 empresas brasileiras com um capital realizado de Cr\$ 90.083,00 e 585 mistas com Cr\$ 37.367,00, formando um total de Cr\$ 127.450,00 (Cr\$ 1 mil), enquanto que o capital estrangeiro representava 57% do total, no valor de Cr\$ 177.326,00 dos quais Cr\$ 111.614,00 estavam invertidos em 6.591 unidades exclusivamente estrangeiras e Cr\$ 65.712,00 associado ao brasileiro em 585 unidades.

No comércio por atacado o capital nacional de Cr\$ 267.569,00 estava distribuído entre 394 firmas exclusivamente brasileiras com Cr\$ 160.385,00 e 308 mistas com Cr\$ 107.184,00. O capital estrangeiro atingia a Cr\$ 281.766,00, 51% do total, distribuído entre 447 empresas de capital exclusivamente estrangeiro (Cr\$ 122.318,00) e 308 empresas mistas (Cr\$ 159.448,00).

As empresas por atacado e varejo, classificadas como mistas quanto à atividade no Censo de 1940, compreendiam um capital total de Cr\$ 346.999,00, sendo Cr\$ 133.337,00 brasileiro, dividido em duas parcelas, uma de Cr\$ 68.717,00, correspondente a 279 empresas exclusivamente nacionais e outra de Cr\$ 64.620,00, referente a 206 empresas nacionais e estrangeiras. O capital estrangeiro que montava a Cr\$ 213.662,00, 61% do total, estava aplicado em 408 empresas estrangeiras (Cr\$ 123.174,00 de capital) e 206 estrangeiras e brasileiras (Cr\$ 90.488,00).

No ramo do varejo, o capital estrangeiro predominava no comércio de gêneros alimentícios, bebidas e estimulantes, e no de fios têxteis, tecidos, artefatos de tecidos, vestuário e artigos de uso pessoal. No ramo atacadista e no misto o capital estrangeiro era majoritário no comércio de fios têxteis, artefatos de tecidos, vestuário e artigos de uso pessoal e ligeiramente superior ao nacional no comércio misto de gêneros alimentícios, bebidas e estimulantes²⁸².

Os portugueses eram os maiores investidores estrangeiros com Cr\$ 239.940,00 (Cr\$ 1 mil), seguidos à grande distância pelos sírios (Cr\$ 23.932,00) e, em terceiro lugar, pelos italianos (Cr\$ 12.739,00), alemães (Cr\$ 11.897,00), espanhóis (Cr\$ 7.239,00), japoneses (Cr\$ 72,00) e outras nacionalidades (Cr\$ 37.135,00 ao todo). Essas cifras se referem às firmas exclusivamente estrangeiras.

Em 1949 só se considerou o comércio por atacado e o varejo e eliminou-se a categoria do misto, combinando os dois tipos. O comércio a varejo do Distrito Federal apresentava um capital aplicado em 11.691 empresas, de Cr\$ 627.401,00, sendo Cr\$ 310.038,00 nacional e Cr\$ 317.363,00 estrangeiro (50,5% do total do capital). Houve, portanto, um declínio da participação estrangeira em decorrência da política nacionalista de Getúlio Vargas, da expropriação de firmas estrangeiras durante a guerra, da lista negra em que foram colocadas firmas suspeitas durante o conflito mundial, e da queda das importações de artigos manufaturados e gêneros alimentícios do exterior.

²⁸² BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit. acima nota 279c, p. 264-5.

O capital estrangeiro predominava em 1949 nos ramos de ferragens e material de construção, móveis, artigos de habitação e uso doméstico, combustíveis e lubrificantes, produtos alimentícios e bebidas, artigos usados. O capital brasileiro se concentrava nas firmas exclusivamente nacionais, (4.778) com Cr\$ 277.656,00 investidos, restando apenas Cr\$ 32.382,00 nas empresas de sociedade nacional e estrangeira. O capital estrangeiro mantinha a mesma tendência, Cr\$ 271.079,00, nas unidades exclusivamente estrangeiras, e Cr\$ 46.284,00, nas mistas.

No comércio por atacado o efeito dos fatores acima assinalados se fez sentir de forma ainda mais acentuada. (O total de 1.494 empresas com um capital realizado de Cr\$ 575.511,00 se repartia em Cr\$ 304.752,00 de brasileiras (53%) e Cr\$ 270.759,00 de estrangeiras (47%).) Desses dois últimos totais, apenas Cr\$ 76.416,00 do brasileiro e Cr\$ 117.642,00 do estrangeiro estavam investidos nas firmas mistas.

No comércio por atacado, o capital estrangeiro era majoritário nos ramos de fios têxteis, tecidos e artefatos de tecidos, de vestuário e armarinho, produtos alimentícios e bebidas e artigos usados.

O total de empresas comerciais em 1939 era de 12.831 e em 1949 de 13.385 e o capital realizado no comércio, de Cr\$ 1.201.152,00 e de Cr\$ 1.202.912,00, apresentando uma taxa de crescimento insignificante e uma certa multiplicação de unidades. Não se pode fazer uma comparação global entre os dois Censos, em vista da mudança de critério na divisão das categorias comerciais²⁸³.

Em conjunto, as grandes transformações que ocorreram no comércio foram a nacionalização e a perda de importância relativa, quanto ao pessoal ocupado e ao capital, do comércio em relação à indústria. Essas mudanças refletiam a nacionalização dos bancos e do crédito, o maior acesso da indústria ao crédito, e as consequências da guerra e da mudança da composição política do Governo.

A Mão-de-Obra e o Custo de Vida no Período de 1930 a 1945

Segundo o estudo do custo de vida e dos salários elaborados por Roberto C. Simonsen para o período de 1914 a 1938, em São Paulo, o aumento dos salários se conservou abaixo da alta do custo de vida de 1914 a 1929 e acima da de 1930 a 1935.

Em 1936, 1937 e 1938 houve novamente uma perda do poder aquisitivo.

Vide Tabela 5.16 pág. 901

²⁸³ BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit. acima nota 261^b, p. 171, 199.

Os estudos específicos de custo de vida no Rio de Janeiro são raros nesse período. O mais antigo de que temos conhecimento foi o do Ministério da Fazenda, de uma família de sete pessoas de padrão de vida alto. O orçamento teórico mensal dessa família incluía alimentação, aluguel de casa de oito peças, combustível e luz, salários de duas criadas, vestuário, calçado, roupa de cama, farmácia, utensílios de casa, móveis, educação dos filhos, diversão. O estudo foi feito de 1912, ano base, a 1945, quando o Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda foi transferido para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A composição do consumo foi baseada num levantamento feito no Rio de Janeiro em 1912, e a coleta de dados se processou anualmente. O aluguel era pesquisado nos bairros de Ipanema, Leblon, Copacabana, Leme, Jardim Botânico, Urca, Laranjeiras, Santa Tereza, Centro, Rio Comprido, Tijuca, Andaraí, Vila Isabel, Grajaú, Engenho Novo, Méier, Cascadura, Ramos e Penha. Os preços dos gêneros alimentícios eram coletados nos últimos dias de cada mês nos bairros do Andaraí, Jardim Botânico, Centro, Copacabana, Laranjeiras, Rio Comprido, São Cristovão, Tijuca, Urca e Vila Isabel. A média aritmética ponderada era usada no cálculo do custo de vida. Os salários das duas empregadas eram colhidos nos mesmos bairros. No item de vestuário foram incluídos roupas e tecidos. A educação compreendia taxas, mensalidades, e material escolar²⁸⁴.

Vide Tabela 5.17 pág. 902

Vide Tabela 5.18 pág. 903

A alimentação, o tipo de casa, vestuário, e os salários de duas empregadas caracterizavam esse orçamento como de família da burguesia.

De acordo com esse índice, o valor do custo de vida, medido em cruzeiros, em números absolutos se elevou consideravelmente durante a Primeira Guerra Mundial de Cr\$ 706,30, em 1914, para Cr\$ 1.018,10, em 1918. Continuou aumentando durante o pós-guerra até 1927 de Cr\$ 1.018,10 para Cr\$ 1.888,90, com altas acentuadas na crise de 1925 e na de 1927. Os anos de 1928 a 1933 apresentaram um declínio. Entretanto, a partir de 1934 o custo de vida retomava um sentido ascensional. Na Segunda Guerra a subida foi de Cr\$ 2.415,80 para Cr\$ 4.470,00, portanto, bem mais acentuada do que no período do primeiro conflito mundial, quase sete vezes mais alta. Em 1946, de janeiro a setembro, o custo de vida continuava a crescer em ritmo acelerado. Essas tendências a curto prazo acompanhavam de perto as da economia urbana e do comércio externo. Houve alta do custo de vida quando declinaram e encareceram as importações durante as guerras e se acelerou o processo de industrialização, e novamente a partir da retomada do crescimento industrial em 1933/34, após a depressão de 1929-33.

²⁸⁴ BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho. *Levantamento do custo de vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1946.

O custo de vida da classe operária não dependia na mesma proporção de alimentos, utensílios, roupas, sapatos importados mas as tendências a curto prazo devem ter sido as mesmas. Na Segunda Guerra Mundial alguns ingredientes da dieta operária tradicional tornaram-se inacessíveis, como bacalhau e pão.

A evolução do custo de vida do Rio de Janeiro seguiu as linhas gerais da inflação que se limitou a 31% de 1929 a 1939 e passou a 129,0% de 1939 a 1945 e a 86% de 1940 a 1947²⁸⁵. Segundo MIRCEA BUESCU²⁸⁶ de 1929 a 1933 houve uma queda dos preços de 28,9%, e desta última data até 1939, uma recuperação de igual proporção. Entre 1939 e 1945 o meio circulante aumentou de 252,7%, e o crédito de 269,3%. As Letras do Tesouro a curto prazo, as obrigações de guerra, de subscrição compulsória e, em 1944, os certificados de equipamento serviram para minorar as pressões altistas dos saldos favoráveis da balança comercial que, aliás, mantinham o câmbio estável. Os índices do custo de vida do Rio de Janeiro também seguem os de Roberto C. Simonsen para São Paulo, citados anteriormente.

Os índices de salários do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), baseados nos salários médios reais para o Brasil, apresentaram um declínio de 100%, em 1940, para 93%, em 1942; 87% em 1944 e 92% em 1946, compatíveis com os índices de inflação e de custo de vida do Rio de Janeiro que eram para esses anos 363%, 453%, 456% (1912 = 100).

Os estudos da evolução dos gastos familiares de operários na cidade de São Paulo de 1934 a 1952 mostravam um agravamento do custo de vida de 1934 para 1936/37 e 1939. Entre essas datas a percentagem de alimentação se elevava de 51,0% do orçamento para 53,0% e 56,8%²⁸⁷.

As tendências a curto prazo dos salários foram de melhora do poder aquisitivo na década de 20, atenuando as lutas operárias e de piora de 1934 a 1946, sendo mais aguda a partir de 1942 quando a guerra agravou a carestia dos gêneros alimentícios. Em 1941 a inflação obrigou a mudança do conto de réis para o cruzeiro.

O Governo de Getúlio Vargas procurou controlar o movimento operário, sob a égide do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Entretanto, tentou com-

²⁸⁵ FURTADO, op. cit. acima nota 34, p. 240.

²⁸⁶ BUESCU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1974. p. 171.

²⁸⁷ RODRIGUES, José Albertino R. Padrão de vida da população brasileira. *Revista de Estudos Socio-Economicos*, São Paulo, Dep. Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Economicos, 1(3):39, nov. 1961. *Apud*. MENSARIO ESTADÍSTICO ATUARIAL DO IAPI. Rio de Janeiro, IAPI, 8(96), nov. 1960. (Tab. p. 45).

pensar a partir de 1934 o agravamento do custo de vida por meio de leis de salário mínimo, abono familiar, fixação de preços, e subsídios a certos produtos de consumo básico, além dos benefícios da legislação trabalhista e da restrição a imigração e concorrência estrangeiras.

A Lei nº 185 de 14 de janeiro de 1936 instituiu as comissões de salário mínimo, e o Decreto-lei nº 399 de 30 de abril de 1938 aprovava o regulamento para a execução da Lei nº 185. Porém, somente o Decreto-lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940, instituiu o salário mínimo, e em 19 de maio de 1941 foi estabelecido o abono familiar. A portaria nº 36, de 8 de janeiro de 1943, fixava os limites máximos de preços e elevava o valor dos salários mínimos. O Decreto-lei nº 5.473, de 11 de maio de 1943, criava o salário adicional para a indústria e o Decreto-lei nº 5.670, de 15 de julho de 1943, prorrogava a vigência do salário mínimo. Nesse ano foi feita revisão geral dos salários e o Decreto nº 5.978, de 10 de novembro de 1943, alterava a tabela do salário adicional e o Decreto-lei nº 5.979 da mesma data instituiu o salário de compensação. Finalmente o Decreto-lei nº 6.297, de 28 de fevereiro de 1944, alterava a tabela do salário adicional para a indústria, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.978 de 10 de novembro de 1943.

O Decreto-lei nº 2.168, que estabeleceu o salário mínimo em 1º de maio de 1940, abrangeu 1.338.568 trabalhadores da indústria, comércio, transportes e crédito, sendo 604.140 da primeira atividade. Os Decretos nºs 5.977, 5.978 e 5.979, todos de 10 de novembro de 1943, consolidavam o aumento e procuravam reduzir as diferenças regionais. Abrangiam 2.131.041 trabalhadores dos ramos acima mencionados, sendo 1.050.850 da indústria.

O aumento do salário no comércio, transporte e crédito, no Distrito Federal, foi de Cr\$ 202,50 em 1939 (salário médio) para Cr\$ 240,00 em 1940 (salário mínimo) e para Cr\$ 380,00 em 1943 (salário mínimo).

Vide Tabela 5.19 pág. 905

Se comparamos o aumento do custo de vida do Distrito Federal com o dos salários, verifica-se que houve uma perda de poder aquisitivo no período entre 1939 e 1940; o aumento do salário foi de 1,85% e o do custo de vida foi de 350% a 363%. De 1939 a 1943 ocorreu uma melhora, a elevação dos salários foi de 88% e a do custo de vida, de 350% a 556%. Com base nesses dados teria havido forte deterioração do poder aquisitivo dos assalariados de nível mínimo no primeiro período.

Vide Tabela 5.20 pág. 905

Aparentemente o operário da indústria sofreu ainda maior declínio do poder aquisitivo, pois o aumento do salário entre 1937 e 1943 foi de 51% e o do custo de vida de 327% para 503%.

É preciso, no entanto, notar que os salários de 1939 e 1937 eram médios, e os de 1940 e 1943, mínimos, o que deve ter diminuído a taxa real do aumento. Por outro lado o custo de vida do Distrito Federal, que foi usado na comparação acima era o da família de padrão de consumo burguês. Mesmo descontando essas deturpações, fica claro que houve uma tendência à perda de poder aquisitivo de 1937 a 1939.

O salário mínimo de 240\$000, no Distrito Federal, foi estabelecido em 1940 mediante um levantamento feito em 1938 do salário médio que vigorava (no caso do Distrito Federal era de 202\$500) e do custo das necessidades mínimas. No cálculo da ração padrão mínima, foram incluídos carne, leite, pão misto de trigo, manteiga, gêneros que não eram típicos do consumo do operário, segundo o estudo que fizemos. Essa ração teórica, estabelecida em 1939, se aproximava da ração do orçamento familiar burguês de custo de vida, da cidade do Rio de Janeiro, dando certa validade à comparação feita anteriormente. A coleta dos dados sobre salários se fez de 19 de setembro a 19 de novembro de 1938, em 1.017 dos 1.478 municípios (68,8% do total) sendo usados 230.067 fichas de informações. Foram estudados os gastos de habitação, vestuário, farmácia, médico. Finalmente, foram levantadas as seguintes séries:

- 1) Arrecadação de impostos e dívida externa;
- 2) Produção agrícola, industrial, depósitos de bancos, operações de hipoteca, transmissão de propriedades;
- 3) População e densidade demográfica;
- 4) Salários apurados no inquérito.

Foram calculados cinco tipos de índices para estimar o salário mínimo de cada região: índice aritmético ponderado sem salário; índice geométrico ponderado sem salário; os mesmos índices com salários, e índice reduzido ao efetivo populacional em base teórica ajustada (compensação). Portanto, o cálculo do salário mínimo se baseou, por um lado nas necessidades vitais e por outro nas condições econômicas e populacionais de cada região.

Vide Tabela 5.21 pág. 906

O salário mínimo teórico para o Distrito Federal²⁸⁸, obtido mediante os estudos acima descritos, foi de 246\$000 e o realmente efetivado foi de 240\$000, sendo o salário médio vigente em 1939 de 202\$500. Nota-se, portanto, como o salário era insuficiente para atender as necessidades vitais. Os menores de 18 anos receberiam 50% dos adultos e seriam classificados de aprendizes. Abaixo de 14 anos, o menor não podia trabalhar.

²⁸⁸ BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho. *Alguns aspectos da política do salário mínimo*. Rio de Janeiro, 1946. p. 78-81.

A tabela do salário mínimo estipulava para o Distrito Federal um salário de adulto de 240\$000 por mês, com 200 horas de trabalho, salário diário de 9\$600, por dia de oito horas, e salário-hora de 1\$200. Nessa fixação final do salário mínimo, foram tomadas como base uma despesa de alimentação de 50% do total, de habitação de 20%, de vestuário de 8%, de higiene de 12% e de transporte de 10%.

O salário adicional para os operários da indústria foi de 10\$000 no Distrito Federal. Nesse ano o salário mensal mínimo tinha sido aumentado para 300\$000, passando a 310\$000 para 200 horas de trabalho útil; a 12\$400 por dia de oito horas e a 1\$550 por hora. O próprio Coordenador da Mobilização Econômica, órgão constituído durante a guerra, propusera o adicional em portaria, confirmada pelo Decreto-lei de 11 de maio de 1943.

A revisão do salário mínimo em 1940 sugeriu um acréscimo de 60\$000 no Rio de Janeiro e de 55\$000 em São Paulo, sendo que os salários do operariado no Rio de Janeiro eram mais elevados do que em São Paulo, apesar dos protestos dos industriais que se consideravam prejudicados pela concorrência do maior centro industrial do País. Nesse ano o salário mínimo do Distrito Federal era ainda de 240\$000. Na estipulação do salário adicional para a indústria em 1943, mediante estudo do custo de vida, verificou-se que o da habitação e o do transporte (respectivamente 20% e 10% do orçamento familiar operário) estavam estáveis desde 1938 até essa data, o do vestuário sofrera um aumento de três vezes e o da higiene de 2,5 vezes (8% e 12% do orçamento familiar)²⁸⁹.

A alta do custo da alimentação seria coberta pelo aumento de 60\$000 do salário mínimo, no Distrito Federal. O Inquérito da Confederação Nacional de Indústrias, feito simultaneamente ao do Ministério do Trabalho, tinha sugerido um aumento de Cr\$ 50,00. Finalmente o Decreto-lei nº 3.977, de 10 de novembro de 1943, estipulou o salário mensal do Distrito Federal em Cr\$ 380,00, nas mesmas condições de trabalho do anterior, e o Decreto-lei nº 5.978, fixou o salário adicional do operário da indústria em Cr\$ 30,00, perfazendo o total de Cr\$ 410,00. Foram, portanto, abandonadas as sugestões do Ministério do Trabalho e da Confederação Nacional das Indústrias para uma revisão dos salários.

O Decreto nº 5.978 de 1943 continha uma tabela de aumentos dos salários superiores aos mínimos. O critério de elevação se baseava em aumentos decrescentes dos salários mais altos.

Vide Tabela 5.22 pág. 907

Em 1949 foi feito novo inquérito do salário mínimo porque o de 1943 já não atendia as necessidades vitais. Houve um aumento em dezembro de 1951 seguido de

²⁸⁹ BRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, op. cit. acima nota 288, p. 167-71.

outro em 1954, de 100%, considerado excessivo pelos militares e industriais e contribuindo diretamente para a crise final do segundo governo de Getúlio Vargas. Os militares julgavam que a inflação seria compensada com um aumento de 54%. O aumento do custo de vida do Rio de Janeiro foi calculado em 11% em 1950 e 11% em 1951, muito acima do nível de inflação do período de 1946 a 1949, que não ultrapassou 6% ao ano. Em 1949 ocorria nova desvalorização do cruzeiro²⁹⁰.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fez um estudo dos números índices mensais, do período de 1937 a 1945, de 19 gêneros alimentícios de primeira necessidade, de acordo com os preços a varejo no Distrito Federal. Foi usada a fórmula do índice geométrico ponderado, tendo como base janeiro de 1935 igual a 100²⁹¹. A média anual aritmética evoluiu da seguinte forma:

Vide Tabela 5.23 pág. 907

Lista dos gêneros alimentícios cujos preços foram levantados no Distrito Federal de 1937 a 1945.

- | | |
|-------------------|-------------------------|
| 1. Abóbora | 11. Farinha de Mandioca |
| 2. Açúcar | 12. Farinha de Milho |
| 3. Arroz | 13. Feijão |
| 4. Banana | 14. Laranja |
| 5. Banha | 15. Leite |
| 6. Batata Doce | 16. Manteiga |
| 7. Batata Inglesa | 17. Ovos |
| 8. Café | 18. Pão |
| 9. Carne de Vaca | 19. Peixe |
| 10. Carne Seca | |

Desses gêneros, a carne de vaca, o leite, a manteiga e os ovos não faziam parte da alimentação do operariado. No entanto, foram considerados como parte de ração tipo do salário mínimo.

O aumento salarial do nível mínimo, não industrial, foi de 88% entre 1939 e 1943 e o industrial foi de 51%, entre 1937 e 1943. A elevação do custo da ração tipo, composta dos 19 gêneros alimentícios já mencionados foi de 185% entre 1935 e 1945; de 51% entre 1935 e 1943, e de 35% entre 1937 e 1943. Se adicionarmos à alta da alimentação de 35%, entre 1937 e 1943, a de 300% do vestuário, a de 250% de higiene, entre 1938 e 1943 (considerando que não houve incremento de habitação e transporte) e se adotarmos as percentagens dos vários itens do orçamento fa-

²⁹⁰ SKIDMORE, Thomas. *Politics in Brazil, 1930-1964; an experiment in democracy*. London, Oxford Univ. Press, 1967. p. 134.

²⁹¹ BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, op. cit. acima nota 284, p. 46.

miliar do estudo de 1943²⁹², concluiremos que o aumento global aproximado, foi de 75% sobre 110 ou de 68,18% sobre 100.

Houve, portanto, perda acentuada do poder aquisitivo real para os operários industriais de salário mínimo e aumento para os demais trabalhadores de salário mínimo, em outros ramos de atividades. No período de 1943 a 1945 a deterioração se acentuou porque o salário mínimo foi mantido e o custo de vida continuou a crescer substancialmente. O estudo de variação da ração tipo já mencionado, indicava essa tendência.

Vide Tabela 5.24 pág. 907
Vide Tabela 5.25 pág. 908
Vide Tabela 5.26 pág. 908
Vide Tabela 5.27 pág. 908

Os dados das fábricas Brahma, Moinho da Luz e Corcovado (de cerveja, vela e sabão e tecidos, respectivamente) confirmam as tendências assinaladas nos quadros elaborados pela Conjuntura e Desenvolvimento e pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, transcritos no final do capítulo.

Na fábrica Moinho da Luz, antiga indústria de Sabão e Velas e Luz-Stearica, numa amostra de salários das folhas de pagamento dos anos de 1933, 1938, 1940, 1943 e 1945, observa-se uma tendência à alta ininterrupta de todas as seções exceto mecânica. Os dados relativos a menores, empregados em empacotamento, moldagem de velas, prensas e cartuchos, no ano de 1933, se restringiram às duas primeiras atividades em 1934 e 1943 e desapareceram em 1945. Essa amostra limitada seguia a tendência geral de elevação.

Os salários dos chefes das seções de cartucho e moldagem sofreram uma queda em 1943 faltando dados em 1945, o do chefe de empacotamento declinou em 1943 e 1945 e o do chefe da mecânica permaneceu inalterado de 1933 a 1940 e teve alta em 1943 e 1945.

Nota-se, portanto, uma melhoria do poder aquisitivo de 1933 a 1938, período em que o custo de vida se elevou de 46,3% a 67,6% apenas, segundo os dados do estudo do Ministério da Fazenda e Trabalho transformando-se o ano base de 1912 para 1943 que foi usado para os salários.

Vide Tabela 5.28 pág. 909
Vide Tabela 5.29 pág. 915
Vide Tabela 5.30 pág. 919
Vide Tabela 5.31 pág. 924

²⁹² Em 1943 as percentagens dos vários itens do orçamento familiar eram de 60% de alimentação, 20% de habitação, 10% de transportes, 8% de vestuário e 12% de higiene (médico e farmácia). Teria havido, segundo o Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria um aumento de 35% das parcelas de alimentação (60% do total) de 300% da parcela de vestuário (8%) e 250% da de higiene (12%). No conjunto o aumento foi de 68,18%.

Houve, portanto, aumento de poder aquisitivo dos operários adultos da seção de cartuchos e dos chefes de cartuchos, de empacotamento, e de moldagem de velas. Os operários de empacotamento e o chefe da seção de prensas tiveram uma perda de poder aquisitivo insignificante. Na realidade a deterioração do poder aquisitivo dos operários das outras seções deve ter sido menor do que aparece na tabela porque o padrão de custo de vida considerado no estudo dos Ministérios da Fazenda e Trabalho, era relativo a uma família de padrão burguês.

No período de 1938 a 1943 o aumento do custo de vida dos operários foi de 68,18%, conforme já mencionamos anteriormente.

Vide Tabela 5.32 pág. 925

Os operários adultos e menores de todas as categorias e os chefes, tiveram perda de poder aquisitivo muito acentuada nesse intervalo de tempo (1938 a 1943) em virtude do encarecimento da vida decorrente do conflito mundial.

No período de 1943 a 1945 ocorreu uma melhora acentuada, exceto nas seções de alambique, empacotamento e mecânica.

Vide Tabela 5.33 pág. 926

Somente os operários de prensa tiveram aumento do poder aquisitivo.

Os salários dos operários, técnicos e vendedores da fábrica Brahma apresentaram uma tendência à estabilidade de 1931 a 1933 nas seções de engarrafadores, expedidores, cervejeiros, e químicos. Nas seções de fabricação, máquinas e quanto aos vendedores e mestre do engarrafamento, essa estabilidade se prolongou até 1934 inclusive. Os salários de mestres de máquinas, de torneiro, de expedição, e do encarregado da correaria ficaram no mesmo nível até 1936 inclusive. O chefe do gelo permaneceu com o salário inalterado de 1931 a 1937. A categoria de outras que compreende vários tipos de operários de seções menos importantes, apresentou pequenas oscilações que podem decorrer da relativa heterogeneidade das amostras.

Os empregados do escritório constituíam exceção à tendência geral. Os seus salários baixaram de 1931 a 1933 e, novamente, de 1935 a 1937.

Houve, portanto, declínio do poder aquisitivo no período de 1931 a 1937, pois o custo de vida se elevou de 28% nesse intervalo de tempo e a tendência dos salários foi de estabilidade.

Vide Tabela 5.34 pág. 927

Houve melhoria apenas nas categorias de engarrafamento, fabricação e máquinas.

No período de 1938 a 1943 houve uma deterioração geral do padrão de vida.

Vide Tabela 5.35 pág. 928

Vide Tabela 5.36 pág. 929

Todas as categorias obtiveram aumentos reais significativos exceto nas seções de engarrafadores, expedidores, operários de máquinas e do encarregado de correaria, e do chefe de máquinas, onde houve perda, mestre de ofício, empregados de escritório, vendedores e diretores gerentes e chefes de escritório cujos salários declinaram. No entanto, esse é um caso à parte, porque diretores e gerentes recebiam participação nos lucros.

Os salários dos operários da fábrica Corcovado foram elevados de 1934 a 1935 (das seções de tinturaria e remeteção); de 1934 a 1936 (das seções de urdideiras e retorção) e dos menores; de 1934 a 1937 (da seção de maçaroqueiras); de 1934 a 1939 (das seções de meadeiras e teares). Faltam dados relativos a cardas em 1934.

A tendência foi de aumento do poder aquisitivo entre 1934 e 1937-39.

Vide Tabela 5.37 pág. 930

Apenas os operários das seções de depósito de fio e de fiação perderam poder aquisitivo. Dessas seções a única que tinha grande número de operários era a de fiação.

No período de 1938 a 1943 houve perda de poder aquisitivo de todas as categorias.

Vide Tabela 5.38 pág. 930

As categorias de depósito de fio, cardas, tiveram aumento.

No período de 1930 a 1932 — hegemonia do tenentismo — não houve uma política definida para o operário. O Ministério do Trabalho encorajou a sindicalização, mas o Estado promoveu simultaneamente a repressão aos líderes trabalhistas ativistas. Nessa época não havia partidos ou organização de massas e o Governo assumiu o papel de árbitro entre o capital e o trabalho. Em 1932 o Ministro do Trabalho, Lindolpho Collor, resignou em virtude do adiamento das eleições e foi substituído por um ex-chefe de Polícia do Rio de Janeiro.

A revolta constitucionalista de 1932 não teve participação operária significativa.

Em 1933 existiam no Distrito Federal 68 sindicatos que para obter o reconhecimento oficial tiveram de renunciar a objetivos e campanhas políticas.

Nesses anos de depressão econômica havia o receio do desemprego que inibia qualquer movimento operário e, por outro lado, o Governo procurava impedir uma perda excessiva do poder aquisitivo do operariado como observamos nos salários das fábricas Brahma, Moinho da Luz e Corcovado. A inflação era relativamente reduzida no início da década de 30.

A autonomia dos sindicatos incorporada à constituição corporativista de 1934, não foi implementada. Em 4 de abril de 1935 a lei de segurança nacional permitiu o fechamento da Confederação Unitária do Brasil, e, em julho do mesmo ano, da Aliança Nacional Libertadora que se tornara atuante a partir de 1934.

O golpe de 1935 no Rio de Janeiro foi exclusivamente militar. As greves planejadas pelos revolucionários não se materializaram. No entanto, o golpe foi usado como pretexto para repressão policial e os sindicatos ficaram sob estrito controle do Estado. Em 1937 os operários não participaram das campanhas eleitorais.

No período de maior deterioração do poder aquisitivo, de 1938 a 1943, a guerra justificou maior intervenção do Estado no âmbito econômico e do operariado.

As medidas já descritas de implantação do salário mínimo em 1940, de elevação deste em 1943, de concessão do abono familiar; o controle dos preços, e a expansão da indústria causaram uma melhoria do poder aquisitivo de 1943 a 1945 estimulando o processo de substituição das importações.

Não houve grandes avanços da legislação trabalhista no Estado Novo, porém sofreu uma simplificação e unificação e a sua aplicação se estendeu consideravelmente²⁹³.

As principais inovações desse período foram a organização sindical em três níveis: sindicatos de aldeia ou cidade, federações de sindicatos de determinada atividade ou indústria no nível estadual e confederação nacional, e a criação do Imposto Sindical. Essas duas medidas representaram instrumentos de controle do Estado sobre o operariado.

A tentativa de Getúlio Vargas de mobilizar o operariado em 1945 foi um fracasso em vista da falta de participação política e da autonomia do operariado no Estado Novo, além da relativa melhoria de padrão de vida de 1943 a 1945.

²⁹³ HARDING, Thomas. *History of organized labor in Brazil*. Ann Arbor, Michigan, Univ. Microfilms, 1973.

TABELAS

TABELA 5.1 – Principais Importações Quanto ao Valor e Matéria-Prima, para a Indústria – Porto do Rio de Janeiro – Valor em mil réis papel de 1930 a 1939 e Cr\$ 1.000 de 1940 a 1946

	1930	1931	1932	1933	1934
Trigo em grão	126.663.034	125.413.091	120.409.632	109.345.148	106.432.148
Carvão de Pedra	74.623.792	67.577.343	50.614.550	54.065.700	57.061.365
Gasolina a granel	57.743.656	26.294.153	20.275.073	28.943.595	37.711.808
Óleos minerais usados como combustível	23.011.332	32.730.888	27.904.386	29.136.836	27.145.993
Automóveis p/passageiros	3.526.701	1.578.608	4.379.208	15.406.884	19.567.277
Pasta de madeira p/fabricação de papel	4.566.379	6.368.954	10.190.166	10.733.102	14.668.463
Anilinas e fucsinas	4.293.513	7.068.370	8.108.055	12.375.948	13.904.164
Fios de lã para tecelagem	8.152.294	10.640.514	7.051.279	15.211.600	12.084.905
Pele e Couros preparados	12.207.128	10.280.147	6.629.368	9.916.293	7.606.819
Cevada Torrefata ou malte	5.342.996	5.344.433	4.401.338	5.525.286	5.212.776

	1935	1936	1937	1938	1939
Trigo em grão	179.015.815	242.698.798	255.045.042	194.505.020	139.616.422
Carvão de Pedra	89.086.363	109.199.111	148.261.719	172.987.472	141.236.069
Gasolina a granel	52.989.146	61.240.252	62.463.559	57.536.268	66.360.401
Óleos minerais usados como combustível	37.108.764	47.997.984	falta	falta	falta
Automóveis p/passageiros	24.240.055	47.579.671	36.776.756	24.737.476	323.429 (gasôênio) 26.437.406 (automóveis)
Pasta de madeira p/fabricação de papel	15.240.163	23.110.730	falta	falta	falta
Anilinas e fucsinas	25.596.445	18.508.269	22.934.491	20.775.900	falta
Fios de lã para tecelagem	15.470.294	17.169.697	22.969.848	21.150.121	16.535.251
Pele e Couros preparados	10.966.936	14.194.028	17.381.126	12.668.889	14.333.744
Cevada Torrefata ou malte	9.557.580	7.553.042	9.665.561	12.254.945	26.737

cont.

conclusão

	1940	1941	1942	
Trigo em grão	164.612.352	174.148.060	229.338.600	
Carvão de Pedra	190.775.368	170.580.280	173.311.124	
Gasolina a granel	92.880.053	105.547.331	69.189.471	
Óleos minerais usados como combustível	falta	63.004.449	44.553.809	
Automóveis para passageiros	35.150	26.423.073	13.574.816	
	(gasogênio)			
	20.508.373			
	(automóveis)			
Pasta de madeira p/fabricação de papel	falta	38.361.894	39.305.501	
Anilina e fuscinas	falta	40.850.444	40.706.746	
Fios de lã para tecelagem	16.905.012	falta	falta	
Peles e Couros preparados	8.900.297	9.330.317	14.051.371	
Cevada Torrefata ou malte	71.901	5.104.741	7.151.623	
	1943	1944	1945	1946
Trigo em grão	286.367.969	420.032.083	439.449.564	241.744.487
Carvão de Pedra	159.716.375	116.267.720	196.691.632	255.827.810
Gasolina a granel	81.130.970	86.339.079	81.336.004	133.993.950
Óleos minerais usados como combustível	não aparece com essa designação		417.851.239*	630.089.485*
Automóveis p/passageiros	11.110	1.224.348	141.946	243.614
	(gasogênio)		(gasogênio)	(gasogênio)
			11.759.483	38.787.175
			(automóveis)	(automóveis)
Pasta de madeira p/fabricação de papel	38.091.600	51.070.754	71.587.206	70.786.459
Anilina e fuscinas	falta	41.116.357	17.996.932	29.476.246
Fios de lã para tecelagem	5.713.744	1.515.731	não houve	9.316.790
Peles e Couros preparados	8.321.470	4.486.785	11.504.016	22.343.483
	1.614.748	1.933.715		
	9.936.218	6.420.500	Não especificados	
Cevada Torrefata ou malte	4.729.563	11.511.488	30.415.879	40.613.208

* Óleos e materiais betuminosos combustíveis.

Fonte: BRASIL. Ministerio da Fazenda. Tesouro Nacional. Directoria de Estatística Economica e Financeira. *Commercio exterior do Brasil, por mercadorias segundo os portos, 1939-1940.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1943. v. 3.

TABELA 5.2 – Exportações de Manufaturados (Porto do Rio de Janeiro)

(valor em mil-réis)

Mercadorias	1939	1940	Principal País Importador
Botões	—	20:974\$000	Argentina e Uruguai
Velas	—	4:576\$000	Bolívia, Colômbia, Peru, Guiana Francesa.
Caixas de Madeira	—	751:557\$000	União Sul-Africana, Moçambique, Uruguai.
Cartão Forrado	—	412:896\$000	Argentina e Peru.
Papel (não especificado)	—	62:818\$000	
Empolas de Vidro para Laboratório	—	820:783\$000	Argentina, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.
Empolas ou Bulbos para Lâmpadas Elétricas	—	1.150:843\$000	Argentina, Chile, Uruguai.
Desperdícios de Lã	—	128:082\$000	Alemanha, França, Grã-Bretanha, Estados Unidos.
Lâmpadas Comuns	—	1.981:233\$000	Argentina, Colômbia e Peru.

Fonte: BRASIL. Ministerio da Fazenda. Tesouro Nacional. Directoria de Estatística Economica e Financeira. *Commercio exterior do Brasil, por mercadorias segundo os portos, 1939-1940.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1943. v. 3.

TABELA 5.3 – Exportações do Rio de Janeiro (Manufaturados)

(valor em mil-réis)

Mercadorias	1939	1940
Cigarros	13:101\$000	31:679\$000
Jornais e Revistas	39:211\$000	61:212\$000
Livros	48:733\$000	108:755\$000
Galochas	147:482\$000	360:779\$000

cont.

conclusão

Mercadorias	1939	1940
Azulejos	78:147\$000	896:852\$000
Vidros Não Especificados	84:082\$000	113:153\$000
Tecidos Não Especificados	140:226\$000	443:388\$000
Chapéus Simples de Feltro	11:610\$000	129:745\$000
Glicerina	3:300\$000	464:772\$000
Produtos Químicos Inorgânicos	26:962\$000	325:279\$000
Farinha de Sangue	103:940\$000	536:349\$000
Algodão Hidrófilo	182:936\$000	536:463\$000
Artigos de Escritório	20:952\$000	614:976\$000

Fonte: BRASIL. Ministerio da Fazenda. Tesouro Nacional. Directoria de Estatística Economica e Financeira. *Comercio exterior do Brasil, por mercadorias segundo os portos, 1939-1940.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1943. v. 3.

TABELA 5.4 – Principais Exportações do Porto do Rio de Janeiro (valor a bordo em contos de réis de 1930 a 1940 e Cr\$ 1.000,00 de 1941 a 1946)

Cursos	Conto em Cr\$	Laranja	Faveas	Manganga	Stão de Marrons	Tecidos de Algodão
1930 10.317.822	288.771.342	11.881.347	6.738.722	14.838.477	(*)	(*)
1931 11.078.426	486.426.402	26.777.828	6.082.822	—	(*)	(*)
1932 9.842.177	617.832.790	27.810.881	10.488.887	—	(*)	(*)
1933 11.288.127	388.668.026	32.888.102	7.981.018	—	(*)	(*)
1934 11.074.407	288.781.882	34.248.881	7.838.680	123.907	(*)	(*)
1935 10.888.828	218.121.748	40.974.788	18.380.088	6.852.378	2.238.217	(*)
1936 14.184.028	284.720.870	51.808.887	18.478.888	18.242.421	7.833.837	(*)
1937 26.961.001	308.118.772	78.288.881	48.018.038	44.730.244	10.882.818	8.187.882
1938 18.481.826	348.482.187	72.844.882	84.702.028	18.312.874	8.908.313	2.477.208
1939 14.811.144	262.888.848	61.777.888	8.821.120	20.282.238	4.822.888	16.800.238
1940 28.624.288	274.888.882	41.284.428	8.807.828	20.811.077	8.880.884	42.276.018
1941 82.808.700	306.718.148	22.028.778	(*)	27.481.488	15.428.828	148.081.042
1942 81.218.878	428.124.880	20.482.227	(*)	84.088.422	11.177.211	887.186.882
1943 2.420.880	477.782.718	20.081.172	(*)	80.723.287	Falta	2.318.010
						4.181.808 Lanas
						(*)
						(*)
						(*)
						777.628.840
						784.028.182
1944 20.082.781	478.982.288	41.721.082	(*)	22.748.822	Falta	1.028.808 Tecidos de Algodão
						2.127.248 Lanas
						80.888.788 Tecidos de Algodão
						48.420.181 Tecidos Cruz
						212.207.482 Tecidos Tvercos
						88.888.884 Tecidos Não Especific.
						422.848.978 Total
1945 11.237.088	872.877.028	82.222.028	288.880	94.112.882	12.268.887	1.087.848.888
28.187.818						
80.888.874						
Total						
1946 88.048.041	881.247.872	121.287.881	428.287	28.042.280	8.020.888	488.848.888
21.280.882						
Cursos em Bruto						
Cursos Preparados						
Total						
128.220.880						

* Não houve exportação.

Fonte: BRASIL. Ministerio da Fazenda. Tesouro Nacional. Directoria de Estatística Economica e Financeira. *Comercio exterior do Brasil, por mercadorias segundo os portos, 1939-1940.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1943. v. 3.

TABELA 5.5 – Rede Bancária Brasileira (em 31/12)

Anos	Estabelecimentos		Capital Realizado (em Cr\$ milhões)	
	Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiro	Estrangeiro
1938	860	79	1041	162
1940	1280	80	1128	162
1941	1566	80	1231	160
1942	1848	80	1395	153
1943	2137	44	1922	177
1944	2420	39	2883	108
1945	2035	39	3354	108
1946	2075	36	3696	114

Fonte: REVISTA BANCÁRIA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 1935-49.

TABELA 5.6 – Propriedades Rurais Segundo Categoria de Superfície – Distrito Federal – 1939

Categoria			Unidades	Superfície Ocupada
menos	de	1 ha	2.069	1.715 ha
2	a	5 ha	2.110	7.169 ha
5	a	10 ha	1.530	11.497 ha
10	a	20 ha	588	7.476 ha
20	a	50 ha	219	7.382 ha
50	a	100 ha	35	2.832 ha
100	a	200 ha	16	2.198 ha
200	a	500 ha	15	faltam dados
500	a	1.000 ha	1	faltam dados

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1930/40. Rio de Janeiro, IBGE, 1941.

TABELA 5.7 – Distribuição da Propriedade Rural por Distrito – Rio de Janeiro – 1950

Distritos	Propriedades Rurais
13º (Anchieta e Realengo)	910
15º (Santa Cruz)	845
12º (Jacarepaguá)	830
17º (Ilhas)	42
07º (Tijuca)	40
09º (Méier, Inhaúma e Piedade)	38
10º (Irajá, Pavuna, Madureira)	35

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro, 1956. (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços).

TABELA 5.8 – Valor da Produção das Indústrias Sujeitas ao Imposto de Consumo

Ramos das Indústrias	(em contos de réis)		
	1928	1929	1938
Móveis	25.926:	23.508:	49.070:
Papel, Papelão e Artefatos de Papel e Papelão	31.920:	16.124:	33.973:
Tecidos	324.724:	176.925:	334.997:
Chapéus e Bengalas	71.647: 100:	61.124: 86.835:	14.358:
Calçados	140.771:	160.208:	97.659:
Objetos de Adorno	4.204:	3.236:	1.178:
Artefatos de Tecidos	110.808:	83.397:	23.046:
Artefatos de Ferro (Estanhado Esmaltado) e de Alumínio	20.397:	18.550:	68.897: (inclusive artigos de metal)
Aparelhos e Instalações Sanitárias	10.129:	4.139:	199:
Ferragens	9.220:	7.132:	25.721:
Totais	749.846:	641.178:	809.305:

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1930/40. Rio de Janeiro, IBGE, 1941.

TABELA 5.9 – Principais Resultados dos Censos de 1940 e 1950, Segundo a Classe e o Gênero de Indústria

Classe e Gênero de Indústria	Censo de 1940					
	Em 19-IX-1940		Ano de 1939			
	Estabelecimentos	Operários	Valor (Cr\$ 1.000)			
			Matérias-primas e material de embalagem	Combustíveis e lubrificantes	Salários pagos a operários	Produção
<i>Totais</i>	4.169	123.459	1.506.051	46.700	377.921	3.321.643
<i>Indústrias extrativas</i>	58	1.275	1.878	709	3.490	13.789
Produtos minerais	(x)	1.272	1.855	709	3.470	13.719
Produtos vegetais	(x)	3	23	—	20	70
<i>Indústria de transformação</i>	3.723	91.873	1.293.226	39.130	268.606	2.654.850
Transformação de minerais não-metálicos	220	6.282	54.799	8.705	20.375	153.431
Metalúrgica	309	8.053	81.481	2.277	23.927	168.031
Mecânica	33	1.003	11.956	252	4.290	23.188
Material elétrico e material de comunicações	27	1.183	22.196	41	3.381	45.587
Material de transporte (construção e montagem)	40	1.378	13.197	92	3.706	25.483
Madeira	247	1.996	30.259	410	6.967	51.551

cont.

cont.

Classe e Gênero de Indústria	Censo de 1940					
	Em 1º-IX-1940		Ano de 1939			
	Estabelecimentos	Operários	Valor (Cr\$ 1.000)			
			Matérias-primas e material de embalagem	Combustíveis e lubrificantes	Salários pagos a operários	Produção
Mobiliário	352	5.584	31.930	159	17.814	68.141
Papel e papelão	62	2.125	25.220	1.349	4.724	46.918
Borracha	16	389	15.345	371	1.610	30.855
Couros e peles e produtos similares	48	1.241	25.261	234	3.551	39.011
Química e farmacêutica	373	6.453	169.760	2.607	17.253	388.836
Têxtil	88	21.298	105.636	6.498	54.878	299.426
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	551	9.844	117.722	4.007	27.357	207.280
Produtos alimentares	775	12.782	465.629	8.153	32.656	731.532
Bebidas	63	1.839	29.111	2.985	9.748	109.419
Fumo	8	1.857	6.125	252	4.728	59.737
Editorial e gráfica	336	6.569	68.930	541	26.005	162.918
Diversas	175	1.997	18.669	197	5.636	43.506
<i>Construção Civil</i>	372	28.219	197.843	4.999	90.296	621.267
<i>Serviços industriais de utilidade pública</i>	16	2.092	13.104	1.862	15.529	31.737

cont.

cont.

Classe e Gênero de Indústria	Censo de 1950					
	Em 1º-I-1950		Ano de 1949			
	Estabe- lecimentos	Operários	Valor (Cr\$ 1.000)			
			Matérias- primas e material de embalagem	Combus- tíveis e lubrifi- cantes	Salários pagos a operários	Produção
<i>Totais</i>	5.693	171.463	8.816.254	115.668	2.285.778	17.962.029
<i>Indústrias extrativas</i>	18	127	1.394	43	1.703	9.531
Produtos minerais	18	127	1.394	43	1.703	9.531
Produtos vegetais	—	—	—	—	—	—
<i>Indústrias de transformação</i>	4.897	134.067	7.905.514	100.773	1.741.082	14.828.113
Transformação de minerais não-metálicos	348	11.489	177.767	26.808	139.877	705.636
Metalúrgica	325	10.606	427.511	7.181	139.444	912.097
Mecânica	77	2.632	111.825	578	34.886	241.724
Material elétrico e material de comunicações	64	2.769	128.760	1.735	34.385	295.195
Material de transporte (construção e montagem)	34	1.544	83.927	516	24.451	144.175
Madeira	259	2.602	147.753	526	35.603	256.762

cont.

conclusão

Classe e Gênero de Indústria	Censo de 1950					
	Em 1º-I-1950		Ano de 1949			
	Esta- bele- cimentos	Operários	Valor (Cr\$ 1.000)			
			Matérias- primas e material de embalagem	Combustíveis e lubrificantes	Salários pagos a operários	Produção
Mobiliário	410	8.100	237.222	421	121.210	525.715
Papel e papelão	87	2.953	104.532	2.696	28.073	212.022
Borracha	22	853	91.293	1.262	11.603	164.686
Couros e peles e produtos similares	62	2.176	144.604	1.710	34.413	236.373
Química e farmacêutica	515	10.265	1.093.127	8.782	119.011	2.172.044
Têxtil	98	27.025	700.490	17.331	312.085	1.626.527
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	810	16.711	755.960	708	183.238	1.290.304
Produtos alimentares	895	12.073	2.759.922	22.877	152.468	3.416.254
Bebidas	84	4.592	230.467	5.480	83.928	776.616
Fumo	10	2.171	149.914	577	39.475	294.223
Editorial e gráfica	459	10.136	395.869	822	190.399	1.177.451
Diversas	338	5.370	164.571	763	56.533	380.309
<i>Construção civil</i>	774	30.478	833.798	9.817	404.709	2.302.516
<i>Serviços industriais de utilidade pública</i>	4	6.791	75.548	5.035	138.284	821.869

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro, 1956. t. 2, v. 24. (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)

TABELA 5.10 — Capitais Aplicados, Pessoal Ocupado e Força Motriz, em 1º-1-1950, e Salários, Despesas de Consumo, Custo dos Serviços Contratados e Valor da Produção e da Transformação Industrial dos Estabelecimentos, no Ano de 1949, Segundo a Constituição Jurídica, a Classe e o Gênero de Indústria

Nº de Ordem	Em 1º-1-1950							Força Motriz (c.v.) ¹
	Constituição Jurídica, Classe e Gênero de Indústria	Estabelecimentos	Capitais Aplicados (Cr\$ 1.000)	Pessoal Ocupado				
				Total	Administração	Empregados	Operários	
1	<i>Totais</i>	5.693	6.319.672	203.322	9.559	23.300	171.463	276.319
<i>Constituição Jurídica</i>								
2	Firmas Individuais	2.056	276.670	23.344	1.844	1.800	19.700	12.657
3	Sociedades de Pessoas	697	289.861	15.188	1.270	1.071	12.847	16.201
4	Em nome coletivo	639	245.641	12.943	1.170	680	10.993	14.301
5	Em comandita simples	33	27.945	1.294	47	113	1.224	1.022
6	De capital e indústria	25	15.075	861	53	78	730	678
7	Sociedades de Capital	(x)	5.402.399	157.699	5.438	18.201	134.080	231.009
8	Em comandita por ações	(x)	11.705	459	5	109	345	1.198
9	Anônimas	598	4.175.480	96.201	822	12.199	83.190	174.863
10	Por quotas de responsabilidade limitada	2.318	1.215.214	61.039	4.611	5.993	50.535	64.948
11	Sociedades Cooperativas	4	19.712	409	—	119	—	267
12	Dúctas Sociais	(x)	7.963	272	7	40	226	164
13	Entidades Públicas	10	324.067	6.410	—	2.069	4.341	16.031
<i>Classe e Gênero de Indústria</i>								
14	Indústrias Extrativas	18	7.162	182	24	31	127	220
15	Produtos minerais	18	7.162	182	24	31	127	220
16	Produtos vegetais	—	—	—	—	—	—	—
17	Indústrias de Transformação	4.697	4.832.618	168.408	7.088	17.263	134.087	236.966
18	Transformação de minerais não metálicos	348	363.184	12.758	436	633	11.489	27.279
19	Metálicas	325	565.122	12.261	476	1.179	10.806	30.465
20	Mecânicas	77	71.321	3.136	103	401	2.632	4.972
21	Material elétrico e material de comunicações	64	100.940	3.068	72	247	2.769	4.736
22	Material de transporte (construção e montagem)	34	56.172	1.728	53	131	1.544	4.666
23	Madeira	259	78.446	3.113	353	158	2.802	7.703
24	Molebriário	410	103.743	9.116	653	683	8.100	6.187
25	Papel e papelão	87	130.868	3.300	130	217	2.953	10.710
26	Borracha	22	50.526	1.070	40	177	663	4.126
27	Couro e peles e produtos similares	62	74.349	2.314	78	60	2.176	6.206
28	Químicas e farmacêuticas	515	445.237	13.996	778	2.953	10.265	13.277
29	Têxtil	98	836.903	29.163	143	1.996	27.029	63.104
30	Vestuário, calçado e artigos de tecidos	810	181.205	18.964	1.119	1.154	16.711	4.933
31	Produtos alimentares	696	614.464	15.404	1.426	1.806	12.072	24.907
32	Bebidas	84	341.662	6.656	145	919	4.592	11.802
33	Fumo	10	76.320	2.456	13	272	2.171	1.460
34	Editorial e gráfico	469	563.535	14.486	702	3.648	10.136	13.340
35	Diversas	328	157.721	6.379	468	641	6.370	6.052
36	Construção Civil	774	337.442	35.317	1.447	3.392	30.478	21.200
37	Serviços Industriais de Utilidade Pública	4	1.142.450	9.415	—	2.624	6.791	17.933

cont.

conclusão

Nº de Ordem	Constituição Jurídica, Classe e Gênero de Indústria	Operários Ocupados (Média Mensal) ¹	Ano de 1949								Custo dos Serviços Contratados (Cr\$ 1.000) ³	Valor da Produção (Cr\$ 1.000)	Valor de Transformação Industrial (Cr\$ 1.000)
			Salários (Cr\$ 1.000)		Despesas de Consumo (Cr\$ 1.000)								
			Total	Operários	Total	Matérias-Primas	Material de Embalagem	Combustíveis e Lubrificantes	Energia Elétrica Adquirida				
1	Total	168.306	2.958.819	2.285.778	9.011.954	8.171.981	644.793	115.668	80.032	474.909	17.962.029	8.475.166	
<i>Constituição Jurídica</i>													
2	Firmas Individuais	19.138	286.718	226.579	676.301	645.318	16.641	7.684	6.558	57.687	1.401.779	667.791	
3	Sociedades de Pessoas	12.301	190.182	160.044	717.366	671.620	29.979	10.398	5.381	12.296	1.290.742	561.081	
4	Em nome coletivo	10.453	161.714	136.788	585.965	554.024	17.373	9.845	4.723	10.140	1.092.877	496.572	
5	Em comandita simples	1.140	17.297	13.759	96.901	77.221	7.496	441	440	1.312	118.469	31.556	
6	De capital e indústria	708	11.171	9.497	45.800	40.375	5.107	100	218	100	943	79.598	
7	Sociedades de Capital	132.045	2.318.806	1.802.743	7.378.161	6.821.787	597.450	96.996	61.918	371.363	14.747.536	6.998.112	
8	Em comandita por ações	359	9.732	7.673	14.563	14.112	62	114	276	—	36.178	21.616	
9	Anônimas	82.777	1.538.446	1.164.464	4.799.970	4.262.117	421.728	76.449	40.678	165.194	9.820.300	4.856.146	
10	Por quotas de responsabilidade limitada	48.900	770.427	630.606	2.563.628	2.345.568	176.872	21.433	20.965	206.179	4.891.158	2.121.351	
11	Sociedades Cooperativas	287	8.558	5.153	181.792	181.372	59	110	261	—	190.307	8.515	
12	Outras Sociedades	214	2.276	1.769	5.330	5.231	40	16	43	1.126	14.311	7.853	
13	Entidades Públicas	4.320	172.480	99.500	53.004	46.833	114	476	5.781	32.436	317.254	231.814	
<i>Classe e Gênero de Indústria</i>													
14	Indústrias Extrativas	130	2.280	1.703	1.489	217	1.177	43	52	—	9.531	8.042	
15	Produtos minerais	130	2.280	1.703	1.489	217	1.177	43	52	—	9.531	8.042	
16	Produtos vegetais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
17	Indústrias de Transformação	131.856	2.222.925	1.741.082	8.077.081	7.262.398	643.118	100.773	-70.774	101.031	14.828.113	6.650.021	
18	Transformação de minerais não metálicos	10.876	164.328	139.677	211.487	169.989	7.778	26.808	6.912	930	705.636	493.219	
19	Metálicas	10.419	178.625	139.646	442.169	411.956	16.874	7.181	7.473	3.060	1.917.687	466.266	
20	Mecânicas	2.474	63.998	34.686	113.644	111.378	447	578	1.141	6.027	241.724	122.153	
21	Material elétrico e material de comunicações	2.825	44.146	34.385	132.155	120.894	8.086	1.735	1.860	21.825	295.195	141.215	
22	Material de transporte (construção e montagem)	1.358	27.790	24.451	85.091	83.906	21	516	648	394	144.178	58.700	
23	Madeiras	2.482	39.621	35.803	150.214	147.287	498	528	1.935	1.328	256.782	108.220	
24	Mobiliário	7.781	133.166	121.210	240.348	236.249	973	421	2.702	3.473	525.715	281.897	
25	Papel e papelão	2.800	32.679	28.073	109.252	103.272	1.260	2.696	2.024	526	212.022	102.244	
26	Borracha	532	15.808	11.603	93.687	90.647	646	1.262	1.132	5	164.896	70.994	
27	Couro e peles e produtos similares	2.203	38.122	34.413	147.025	143.364	1.260	1.710	711	38	236.373	89.310	
28	Química e farmacêutica	10.867	199.973	119.011	1.106.741	768.782	327.265	8.782	4.832	1.765	2.172.044	1.083.538	
29	Têxtil	27.490	356.168	312.086	730.010	687.381	13.109	17.331	12.198	8.551	1.628.527	687.986	
30	Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	16.079	214.424	183.238	759.580	740.514	16.446	708	2.912	16.008	1.290.304	516.116	
31	Produtos alimentares	11.913	193.903	152.468	2.795.980	2.603.487	156.435	22.877	13.181	852	3.418.254	619.642	
32	Bebidas	4.296	114.307	83.928	238.826	191.273	39.194	5.480	2.879	—	776.616	637.790	
33	Fumo	2.262	49.715	36.475	180.919	106.339	44.676	577	228	—	294.223	143.304	
34	Editorial e gráfica	10.213	294.655	190.399	402.419	392.195	3.674	822	5.728	29.374	1.177.451	748.668	
35	Diversas	5.148	72.101	66.533	167.837	158.163	6.408	763	3.303	6.685	380.309	208.787	
36	Construção Civil	29.533	498.942	404.709	847.122	833.798	—	9.817	2.507	341.678	2.302.516	1.113.716	
37	Serviços Industriais de Utilidade Pública	6.787	224.772	138.284	86.282	76.548	—	5.035	5.699	32.200	821.869	703.387	

¹ Exclusiva a potência dos motores primários da indústria de energia elétrica, compreendida na classe *Serviços Industriais de Utilidade Pública*, no total de 20.000 c.v.

² Média calculada de acordo com o período de atividade do estabelecimento.

³ Inclusive despesas com trabalhadores em domicílio.

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro, 1956. t. 2, v. 24. (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços).

TABELA 5.11 – Capitais Aplicados, Pessoal Ocupado e Força Motriz, em 1º-1-1950, e Operários, Salários, Despesas de Consumo e Custo dos Serviços Contratados, e Valor da Produção dos Estabelecimentos, no Ano de 1949, Segundo Grupos de Capitais Aplicados, Grupos de Pessoal Ocupado e Grupos de Valor da Produção

Grupos de Capitais Aplicados, Grupos de Pessoal Ocupado e Grupos de Valor da Produção	Em 1º-1-1950					Ano de 1949				
	Estabelecimentos	Capitais Aplicados (Cr\$ 1.000)	Pessoal Ocupado		Força Motriz (c.v.) ¹	Operários Ocupados (Média Mensal) ²	Salários (Cr\$ 1.000)		Despesas de Consumo e Custo dos Serviços Contratados (Cr\$ 1.000) ³	Valor da Produção (Cr\$ 1.000)
			Total	Operários			Total	Operários		
<i>Totais</i>	5.693	6.319.672	203.322	171.463	276.319	168.305	2.958.819	2.285.778	9.486.863	17.962.029
<i>Grupos de Capitais Aplicados (Cr\$)</i>										
Menos de 50.000	1.727	35.730	12.618	9.548	3.096	9.415	124.455	109.392	421.788	776.271
50.000 a menos de 100.000	860	60.854	11.026	9.037	5.070	8.514	116.995	101.874	416.250	733.576
100.000 a menos de 500.000	1.956	461.432	41.463	34.919	29.021	34.081	506.477	424.849	1.727.863	3.028.465
500.000 a menos de 1.000.000	474	324.462	17.633	14.983	16.092	14.744	231.296	184.126	698.287	1.361.980
1.000.000 a menos de 2.500.000	304	482.433	20.807	17.837	30.546	16.868	290.582	225.507	994.720	1.812.346
2.500.000 a menos de 5.000.000	155	528.074	17.522	14.806	21.681	14.340	272.168	202.078	1.025.890	1.850.580

cont.

cont.

Grupos de Capitais Aplicados, Grupos de Pessoal Ocupado e Grupos de Valor da Produção	Em 1º-1-1950					Ano de 1949				
	Estabelecimentos	Capitais Aplicados (Cr\$ 1.000)	Pessoal Ocupado		Força Motriz (c.v.) ¹	Operários Ocupados (Média Mensal) ²	Salários (Cr\$ 1.000)		Despesas de Consumo e Custo dos Serviços Contratados (Cr\$ 1.000) ³	Valor da Produção (Cr\$ 1.000)
			Total	Operários			Total	Operários		
5.000.000 a menos de 10.000.000 . . .	80	585.179	16.598	13.583	22.958	13.340	280.677	192.719	859.813	1.587.645
10.000.000 a menos de 50.000.000	87	1.725.937	33.038	28.818	71.577	29.293	547.501	421.709	2.347.579	3.960.687
50.000.000 a menos de 100.000.000	9	626.791	13.982	12.533	41.603	12.698	209.876	164.257	644.809	1.239.481
100.000.000 e mais	6	1.488.780	16.635	13.506	29.877	13.098	336.572	220.203	272.361	1.366.324
Sem declaração de capitais aplicados .	35	—	2.000	1.893	4.798	1.914	42.220	39.064	77.503	244.674
<i>Grupos de Pessoal Ocupado</i>										
Sem pessoal ocupado	6	563	—	—	14	8	82	82	209	474
1 pessoa	262	14.149	262	34	350	122	1.544	1.221	28.524	52.034

cont.

cont.

Grupos de Capitais Aplicados, Grupos de Pessoal Ocupado e Grupos de Valor da Produção	Em 1 ^o -1-1950					Ano de 1949				
	Estabelecimentos	Capitais Aplicados (Cr\$ 1.000)	Pessoal Ocupado		Força Motriz (c.v.) ¹	Operários Ocupados (Média Mensal) ²	Salários (Cr\$ 1.000)		Despesas de Consumo e Custo dos Serviços Contratados (Cr\$ 1.000) ³	Valor da Produção (Cr\$ 1.000)
			Total	Operários			Total	Operários		
2 a 5 pessoas . . .	1.360	118.020	5.049	3.063	5.268	3.370	42.611	35.642	287.489	446.071
6 a 10 pessoas . . .	1.321	222.510	10.019	7.465	9.107	7.499	102.807	90.521	539.189	864.901
11 a 20 pessoas . .	1.059	316.546	15.729	12.783	13.330	12.574	186.214	158.157	734.565	1.269.202
21 a 50 pessoas . .	960	664.410	30.361	25.594	27.113	25.113	399.674	323.773	1.299.363	2.409.921
51 a 100 pessoas .	363	611.085	24.848	21.190	24.851	20.518	345.063	263.867	1.125.332	2.094.745
101 a 250 pessoas	248	1.073.626	37.923	32.850	51.771	31.111	547.559	424.605	2.165.876	3.705.352
251 a 500 pessoas	72	680.868	24.510	20.615	32.437	20.942	406.790	293.864	1.057.565	2.175.857
501 a 1.000 pessoas	24	655.122	15.936	14.053	30.438	12.756	244.400	184.181	1.283.472	1.974.607
1.001 pessoas e mais	18	1.962.773	38.685	33.816	81.640	34.292	682.075	509.865	965.279	2.968.865

cont.

cont.

Grupos de Capitais Aplicados, Grupos de Pessoal Ocupado e Grupos de Valor da Produção	Em 1 ^o -1-1950					Ano de 1949				
	Estabelecimentos	Capitais Aplicados (Cr\$ 1.000)	Pessoal Ocupado		Força Motriz (c.v.) ¹	Operários Ocupados (Média Mensal) ²	Salários (Cr\$ 1.000)		Despesas de Consumo e Custo dos Serviços Contratados (Cr\$ 1.000) ³	Valor da Produção (Cr\$ 1.000)
			Total	Operários			Total	Operários		
<i>Grupos de Valor da Produção (Cr\$)</i>										
Menos de 50.000 .	271	18.774	758	346	503	330	2.590	1.581	3.033	8.433
50.000 a menos de 100.000	361	17.234	1.302	794	646	776	5.543	4.767	10.963	27.401
100.000 a menos de 250.000	805	70.781	4.429	3.207	3.564	3.065	32.638	28.945	59.027	137.080
250.000 a menos de 500.000	891	139.241	7.557	5.886	6.204	5.717	67.830	60.145	168.871	329.556
500.000 a menos de 1.000.000 . . .	1.167	291.812	14.599	11.712	12.706	11.380	163.211	140.085	472.059	838.935
1.000.000 a menos de 5.000.000 . . .	1.628	1.041.209	51.128	43.860	47.108	42.081	660.926	547.807	1.839.874	3.495.463
5.000.000 a menos de 10.000.000 . .	294	561.979	23.391	19.934	22.365	19.370	342.468	260.342	1.074.430	2.032.516

cont.

conclusão

Grupos de Capitais Aplicados, Grupos de Pessoal Ocupado e Grupos de Valor da Produção	Em 1 ^o -1-1950					Ano de 1949				
	Estabelecimentos	Capitais Aplicados (Cr\$ 1.000)	Pessoal Ocupado		Força Motriz (c.v.) ¹	Operários Ocupados (Média Mensal) ²	Salários (Cr\$ 1.000)		Despesas de Consumo e Custo dos Serviços Contratados (Cr\$ 1.000) ³	Valor da Produção (Cr\$ 1.000)
			Total	Operários			Total	Operários		
10.000.000 a menos de 50.000.000	226	1.410.603	51.242	44.399	73.808	43.996	773.706	598.809	2.390.737	4.624.749
50.000.000 a menos de 100.000.000 . .	29	840.226	18.185	15.007	38.362	15.564	321.366	208.837	1.042.495	2.021.618
100.000.000 e mais	20	1.897.943	30.705	26.298	71.053	26.006	588.053	434.100	2.422.002	4.446.278
Sem valor da produção	1	29.870	26	20	—	20	488	360	3.372	—

Nota: O valor da produção da indústria de energia elétrica foi computado nos estabelecimentos de distribuição. Os estabelecimentos produtores (usinas) foram registrados sem valor de produção a fim de evitar duplicação de dados.

¹ Exclusive a potência dos motores primários da indústria de energia elétrica, compreendida na classe *Serviços Industriais de Utilidade Pública*, no total de 20.000 c.v.

² Média calculada de acordo com o período de atividade do estabelecimento.

³ As despesas de consumo compreendem matérias-primas, material de embalagem, combustíveis, lubrificantes e energia elétrica adquirida.

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro, 1956. t. 2, v. 24. (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)

conclusão

Constituição Jurídica, Classe e Gênero de Indústria	Potência dos Motores Primários							
	Estabelecimentos com declaração	Totais*			Destinados à produção de energia elétrica*		Não destinados à produção de energia elétrica	
		Potência total (c.v.)	De reserva					
			Estabelecimentos com declaração	Potência (c.v.)	Estabelecimentos com declaração	Potência (c.v.)	Estabelecimentos com declaração	Potência (c.v.)
Material elétrico e material de comunicações	—	—	—	—	—	—	—	—
Material de transporte (construção e montagem)	—	—	—	—	—	—	—	—
Madeira	6	540	2	138	1	208	6	332
Mobiliário	—	—	—	—	—	—	—	—
Papel e papelão	—	—	—	—	—	—	—	—
Borracha	1	8	—	—	—	—	1	8
Couros e peles e produtos similares	—	—	—	—	—	—	—	—
Química e farmacêutica	6	785	1	35	1	35	6	750
Têxtil	2	190	1	160	1	160	1	30
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	3	323	—	—	—	—	3	323
Produtos alimentares	16	528	3	7	1	8	15	520
Bebidas	4	723	1	250	1	250	2	473
Fumo	—	—	—	—	—	—	—	—
Editorial e gráfica	1	20	—	—	—	—	1	20
Diversas	3	98	1	15	2	95	1	3
Construção civil	85	6.490	—	—	—	—	85	6.490
Serviços industriais de utilidade pública	1	20.000	—	—	1	20.000	—	—

* Inclusive a potência dos motores primários da indústria de energia elétrica, compreendida na classe *Serviços Industriais de Utilidade Pública*, no total de 20.000 c.v.

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro, 1956. t. 2, v. 24. (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)

TABELA 5.13 — Produção Industrial. Estabelecimentos Investigados pelos Inquéritos Econômicos do IBGE — PESSOAL ATIVO, Segundo o Sexo e a Categoria — 1944/45 — Alguns Ramos Industriais no Distrito Federal

Discriminação	Estabelecimentos Informantes	Pessoal Ativo									
		Total	Segundo o Sexo		Segundo a Categoria						
			Masculino	Feminino	Proprietários	Técnico e Administrativo	Operários	Transportes	Serviços Braçais	Viajantes e Compradores	Caixeiros e Vendedores
1944											
Produtos alimentícios ¹	91	6.968	4.938	2.030	301	852	3.660	508	1.081	59	507
Bebidas	48	4.683	4.581	102	102	661	2.852	648	174	33	213
Produtos químicos e farmacêuticos	221	12.140	6.102	6.038	514	2.890	6.574	252	1.025	396	489
Móveis, tapeçarias e decorações	187	6.360	6.117	243	341	512	5.007	65	339	6	90
Indústria têxtil	203	37.301	18.830	18.471	407	1.848	33.248	209	1.025	112	454
Calçados	125	6.672	5.707	965	279	318	5.786	29	79	58	123
Metalurgia, máquinas, ferragens e semelhantes	200	11.571	10.440	1.131	404	1.139	9.501	139	240	27	121
Materiais de construção	101	9.316	8.068	1.248	220	1.264	6.133	323	1.231	17	128
Construção e instalação	247	26.722	26.402	320	560	2.195	21.812	250	1.891	6	8
Material elétrico e aparelhos	21	2.415	1.930	485	40	548	1.754	8	40	—	27
Vídeos e seus artefatos	15	2.931	2.435	496	41	107	2.510	26	225	12	10
Brinquedos	7	249	178	71	13	17	207	5	—	—	7
Armarinho e miudezas	10	952	497	455	20	60	827	2	6	4	33
1945											
Produtos alimentícios ¹	479	12.749	10.492	2.257	948	1.122	6.499	606	1.178	115	2.281
Bebidas	57	4.947	4.800	147	126	684	3.137	562	212	35	191
Produtos químicos e farmacêuticos	231	13.569	7.022	6.577	469	3.226	7.916	285	704	441	568
Móveis, tapeçarias e decorações	199	6.854	6.606	248	338	547	5.402	87	371	6	103
Indústria têxtil	212	37.239	18.211	19.028	398	1.829	32.887	231	1.359	93	444
Calçados	139	6.310	5.304	1.006	299	327	5.421	25	55	46	137
Metalurgia, máquinas, ferragens e semelhantes	200	12.248	10.921	1.327	366	1.244	9.838	130	489	27	154
Materiais de construção	103	9.319	7.885	1.434	218	1.268	6.355	276	1.034	16	152
Construção e instalação	264	47.659	45.805	1.854	580	8.742	26.227	6.074	6.014	8	14
Material elétrico e aparelhos	23	3.153	2.665	488	40	672	2.367	10	44	1	19
Vídeos e seus artefatos	17	2.969	2.347	622	35	131	2.396	30	360	5	12
Brinquedos	8	296	196	101	23	20	247	3	—	—	3
Armarinho e miudezas	12	912	531	381	17	52	796	3	23	2	17

¹ A diferença observada entre os resultados apresentados para 1944 e 1945 foi determinada pela inclusão, no último ano, dos dados relativos à "Padaria e estabelecimentos congêneres", os quais não foram computados em 1944.

TABELA 5.14 – Produção Industrial – 1950 – Rio de Janeiro

Grupo de Pessoal Ocupado	Estabelecimentos	Capitais Aplicados (Cr\$ 1.000)	Pessoal Ocupado		Força Motriz (c.v.)
			Total	Operários	
Sem pessoal	6	563	—	—	
1 pessoa	262	14.149	262	34 (média 0,1)	350
2 a 5 pessoas	1.350	118.020	5.049	3.063 (média 2,2)	3.370
6 a 10 pessoas	1.321	222.510	10.019	7.465 (média 5,6)	9.107
11 a 20 pessoas	1.059	316.546	15.729	12.783 (média 12,0)	13.330
21 a 50 pessoas	960	664.410	30.361	25.594 (média 26,5)	27.113
51 a 100 pessoas	363	611.085	24.848	21.190 (média 58,0)	24.851
101 a 250 pessoas	248	1.073.626	37.923	32.850 (média 132,0)	51.771
251 a 500 pessoas	72	680.868	24.510	20.615 (média 286,0)	32.437
501 a 1.000 pessoas	24	655.122	15.936	14.053 (média 585,0)	30.438
1.001 pessoas e mais	18	1.962.773	38.685	33.816 (média 1.878,0)	81.640

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro, 1956. t. 2, v. 24. (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)

TABELA 5.15 – Produção Industrial – Distrito Federal – 1938

(em contos de réis)

Ramos	Valor da Produção
<i>Madeira</i>	
Serrarias e beneficiamento de madeira	16.943
Móveis de madeira	49.070
Artefatos de madeira	20.609
Móveis e artefatos de vime	358
<i>Cortiça</i>	
Artefatos de cortiça	238
Outros produtos	82
Subtotal de madeira e cortiça	87.300
<i>Papel e Papelão</i>	
Papel e papelão	18.751
Artefatos de papel e papelão	15.222
Subtotal de papel e papelão	33.973
<i>Artes Gráficas e Encadernação</i>	
	54.664
<i>Indústrias Têxteis</i>	
Tecidos	298.290
Fiação e Tecelagem	15.111
Beneficiamento (tinturaria, estamperia)	3.623
Outros produtos	17.973
Subtotal de fiação e tecidos	334.997
<i>Vestuário</i>	
Chapéus de homem	6.610
Chapéus de senhora	593
Chapéus de sol e bengalas	7.155
Calçados	97.659
Botões	2.063
Roupas feitas	23.046
Objetos de adorno	1.178
Sem especificação	13.120
Subtotal de vestuário	151.424

cont.

conclusão

Ramos	Valor da Produção
<i>Artigos de Metais Comuns</i>	
Artefatos de alumínio	3.278
Artefatos de ferro e esmalte	8.198
Aparelhos e instalações sanitárias	199
Artigos de metal	57.421
Móveis de ferro	7.144
Galvanoplastia	<u>436</u>
Subtotal de artigos de metais comuns	76.676
<i>Máquinas e Aparelhos, Inclusive Elétricos</i>	
Máquinas para lavoura e indústria	7.030
Reparação de máquinas e aparelhos	4.604
Ferragens, ferramentas, cutelaria	25.721
Fabricação e reparação de material elétrico	31.104
Material rodante de estrada de ferro e <i>tramways</i>	28.662
Obras de serralheiro	<u>15.370</u>
Subtotal de máquinas e aparelhos elétricos inclusive	112.491

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1939/40. Rio de Janeiro, IBGE, 1941.

TABELA 5.16 – Índices de Custo de Vida e de Salários

Ano	Custo de Vida	Salário (1914 = 100)
1930	237	240
1931	228	235
1932	229	275
1933	227	270
1934	245	276
1935	256	283
1936	291	283
1937	312	300
1938	318	315

Fonte: SIMONSEN, Robert C. *A evolução industrial do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. p. 56.

TABELA 5.17 – Custo de Vida na Cidade do Rio de Janeiro – 1912-46 – Orçamento Mensal para uma Família de 7 Pessoas

1 – Números Absolutos

Anos	VALOR EM CR\$						Total
	Aluguel de casa	Alimentação	Combustível e luz	Criados	Vestuário	Móveis, utensílios, roupa de cama, de mesa, etc.	
1912	200,00	302,70	68,40	50,00	50,00	30,00	691,10
1913	200,00	321,70	64,10	40,00	50,00	30,00	705,80
1914	200,00	318,40	67,90	40,00	50,00	30,00	706,30
1915	210,00	346,80	77,80	45,00	55,00	32,00	706,60
1916	210,00	374,50	99,60	45,00	60,00	34,00	823,10
1917	220,00	420,10	120,70	45,00	65,00	36,00	906,80
1918	240,00	464,30	160,80	70,00	70,00	38,00	1.018,10
1919	260,00	484,40	142,10	50,00	75,00	40,00	1.051,50
1920	300,00	515,40	142,00	55,00	100,00	45,00	1.157,40
1921	300,00	542,10	133,80	60,00	100,00	50,00	1.185,90
1922	350,00	541,60	178,60	70,00	100,00	60,00	1.299,60
1923	400,00	611,60	166,40	75,00	100,00	70,00	1.433,00
1924	500,00	739,50	151,70	80,00	120,00	80,00	1.671,20
1925	550,00	766,20	154,70	90,00	140,00	85,00	1.785,90
1926	610,00	714,50	164,10	100,00	160,00	88,00	1.836,60
1927	610,00	737,90	165,90	120,00	160,00	95,00	1.888,90
1928	610,00	741,60	133,60	120,00	160,00	93,00	1.858,20
1929	610,00	732,90	127,70	120,00	160,00	93,00	1.843,60
1930	550,00	648,60	128,60	120,00	144,00	85,00	1.676,20
1931	500,00	614,40	162,00	120,00	140,00	80,00	1.616,40
1932	460,00	659,90	161,70	120,00	140,00	80,00	1.621,60
1933	460,00	646,60	161,50	120,00	140,00	80,00	1.608,10
1934	500,00	715,80	127,00	120,00	190,00	82,50	1.735,30
1935	500,00	747,10	126,20	120,00	235,00	90,00	1.828,30
1936	600,00	846,00	126,80	139,20	250,00	137,50	2.099,50
1937	620,00	935,10	126,80	178,80	250,00	157,50	2.200,20
1938	635,00	934,90	126,80	186,70	259,60	210,80	2.353,80
1939	650,00	953,30	126,80	200,00	260,50	225,20	2.415,80
1940	665,00	1.066,80	134,30	210,00	368,00	226,80	2.510,90
1941	760,40	1.088,10	166,80	220,00	298,10	269,10	2.803,10
1942	810,00	1.223,90	191,10	240,00	321,00	347,80	3.133,80
1943	810,00	1.412,00	224,00	240,00	407,50	370,30	3.473,10
1944	810,00	1.635,90	210,05	240,00	536,90	410,80	3.843,65
1945	810,00	1.956,10	205,10	240,00	699,40	559,40	4.470,00

cont.

conclusão

Anos	VALOR EM CR\$							
	Aluguel de casa	Alimentação	Combustível e luz	Criados	Vestuário	Móveis, utensílios, roupa de cama, de mesa, etc.	Total	
1946	Jan.	810,00	2.137,38	210,26	240,00	848,96	587,83	4.834,43
	Fev.	810,00	2.124,60	209,18	240,00	848,96	587,83	4.820,57
	Mar.	810,00	2.082,42	210,18	240,00	848,96	587,83	4.779,39
	Abr.	810,00	2.157,78	209,42	240,00	848,96	587,83	4.853,99
	Mai.	810,00	2.156,28	210,94	240,00	848,96	587,83	4.854,01
	Jun.	810,00	2.203,59	207,10	240,00	848,96	587,83	4.897,48
	Jul.	810,00	2.257,46	210,54	240,00	923,26	642,55	5.083,81
	Ago.	810,00	2.267,46	211,32	240,00	923,26	642,55	5.094,59
	Set.	810,00	2.414,66	208,52	240,00	923,26	642,55	5.238,99

Fonte: BRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio. Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho. *Levantamento do custo de vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1946. p. 95-8.

TABELA 5.18 – Custo de Vida na Cidade do Rio de Janeiro – 1912-46 – Orçamento Mensal para uma Família de 7 Pessoas

2 – Números Relativos

Anos	ÍNDICES						
	Aluguel de casa	Alimentação	Combustível e luz	Criados	Vestuário	Móveis, utensílios, roupa de cama, de mesa, etc.	Total
1912	100	100	100	100	100	100	100
1913	100	106	99	100	100	100	102
1914	100	115	94	100	100	100	101
1915	105	115	114	112	110	107	111
1916	105	124	164	112	120	113	119
1917	110	139	176	112	130	120	131
1918	120	153	235	112	140	127	147
1919	130	100	208	125	150	133	152
1920	150	170	208	137	200	150	167

cont.

conclusão

Anos	ÍNDICES							
	Aluguel de casa	Alimen- tação	Combustível e luz	Criados	Vestuário	Móveis, utensílios, roupa de cama, de mesa, etc.	Total	
1921	150	170	260	150	200	167	172	
1922	175	179	196	175	200	200	208	
1923	10	202	243	187	220	233	202	
1924	250	244	222	200	240	267	245	
1925	75	244	226	225	280	283	257	
1926	305	263	240	250	320	393	267	
1927	305	236	243	300	320	317	277	
1928	305	244	195	300	302	310	263	
1929	35	245	187	300	320	310	262	
1930	275	242	188	300	288	253	243	
1931	250	214	237	300	280	267	234	
1932	230	263	236	300	280	267	235	
1933	230	218	236	300	280	267	233	
1934	250	214	186	300	280	375	251	
1935	250	236	184	300	470	33	285	
1936	800	347	185	348	500	458	304	
1937	31	279	185	427	500	525	327	
1938	317	309	75	467	509	703	341	
1939	325	309	185	500	621	751	350	
1940	832	315	196	525	536	756	363	
1941	380	333	244	550	597	897	406	
1942	405	350	279	600	642	1.159	453	
1943	406	404	238	600	815	1.234	503	
1944	405	541	307	600	1.074	1.370	556	
1945	405	646	300	600	1.399	1.865	647	
	Jan.	405	706	307	600	1.698	1.959	700
	Fev.	405	702	306	600	1.698	1.959	698
	Mar.	405	688	307	600	1.698	1.959	692
	Abr.	405	713	306	600	1.698	1.959	702
	Mai.	405	712	308	600	1.698	1.959	702
	Jun.	405	728	303	600	1.698	1.959	709
	Jul.	405	746	308	600	1.847	2.142	736
	Ago.	405	749	309	600	1.847	2.142	737
	Set.	405	798	305	600	1.847	2.142	758

Fonte: BRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio. Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho. *Levantamento do custo de vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1946. p. 95-8.

TABELA 5.19 – Salários das Pessoas Empregadas no Comércio, Transporte, Estabelecimentos de Crédito – Aumento Salarial no Período de 1939 a 1943

Unidades Federadas	1939	1940	1943	Aumento Percentual	
	Censo dos Salários Feito Pelas Comissões do Salário Mínimo (Salário Médio)	Níveis Mínimos Fixados Pelo Decreto-Lei Nº 2.162 de 01.05.40	Níveis Mínimos Fixados Pelo Decreto-Lei Nº 5.977 de 10.11.43		
				1940/39	1943/39
Distrito Federal	202,50	240,00	380,00	1,85	88
São Paulo	220,60	220,00	360,00	–	63
Rio Grande do Sul	212,80	200,00	320,00	–	50
Pernambuco	144,80	150,00	240,00	0,35	66
Brasil (médio)	164,79	159,52	258,10	–	57

Fonte: BRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio. Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho. *Alguns aspectos da política do salário mínimo*. Rio de Janeiro, 1946.

TABELA 5.20 – Salários dos Operários da Indústria – Aumento Salarial no Período de 1939 a 1943

Unidades Federadas	1937	1943	Aumento Percentual 1943/37
	Censo do IAPI (Salários Médios)	Níveis Mínimos Fixados pelo Decreto-Lei Nº 5.978 de 10.11.43	
Distrito Federal	270,67	410,00	51
São Paulo	248,50	390,00	57
Rio Grande do Sul	244,61	370,00	51
Pernambuco	148,93	330,00	122
Brasil	160,81	311,42	87

Fonte: BRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio. Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho. *Alguns aspectos da política do salário mínimo*. Rio de Janeiro, 1946.

TABELA 5.21 – Gastos Mensais no Distrito Federal Segundo o Inquérito do Salário Mínimo (1938)

	Nº de Pessoas Recenseadas	Renda Total	Despesa Total	Despesa Per Capita Cr\$	Porcentagem Despesa Receitas
1º Alimentação					
Distrito Federal	59.285	5.547.901	2.580.986	43,50	46,5%
Total	262.864	17.921.826	9.912.063	37,70	55,3%
2º Habitação					
Distrito Federal	48.188	4.563.194	1.241.747	25,80	27,2%
Total	219.766	15.584.227	3.465.995	15,80	22,2%
3º Vestuário					
Distrito Federal	44.548	5.044.510	423.010	9,50	8,4%
Total	213.628	16.052.606	1.433.421	6,70	8,9%
4º Farmácia					
Distrito Federal	37.079	3.452.504	126.803	3,40	3,7%
Total	145.044	10.010.159	413.653	2,90	4,1%
5º Médico					
Distrito Federal	11.544	1.121.633	30.161	2,60	2,7%
Total	34.894	2.878.002	74.219	2,10	2,6%
6º Diversos (Transportes, etc.)					
Distrito Federal					11,5%

Fonte: BRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio. Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho. *Alguns aspectos da política do salário mínimo.* Rio de Janeiro, 1946. p. 78-81.

TABELA 5.22 – Aumentos Salariais Segundo o Decreto Nº 5.978 de 1943

Salários Cr\$	Aumentos
300,10 a 340,00	80,00 a 90,00
340,00 a 390,00	75,00 a 85,00
390,00 a 420,00	70,00 a 80,00
430,00 a 470,00	65,00 a 75,00
470,00 a 510,00	60,00 a 70,00
510,00 a 550,00	55,00 a 65,00
550,00 a 600,00	50,00 a 60,00

Fonte: BRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio. Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho. *Alguns aspectos da política do salário mínimo*. Rio de Janeiro, 1946. p. 78-81.

TABELA 5.23 – Média Anual Aritmética de 19 Gêneros Alimentícios – Índices de 1937 a 1945 (Preços a Varejo no Distrito Federal) 1935 = 100

Ano	Índice	Ano	Índice
1937	116	1942	134
1938	122	1943	151
1939	117	1944	226
1940	113	1945	285
1941	124		

Fonte: BRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio. Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho. *Levantamento do custo de vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1946. p. 46.

TABELA 5.24 – Variação da Ração Tipo (Calculada como Base do Salário Mínimo em Função dos Preços Médios Vigorantes nas Diversas Capitais)

Anos	São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Niterói e Distrito Federal		Capitais do Norte, de Rio Branco a Salvador		Cuiabá, Goiânia, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre	
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%
1940	2,92	100	2,59	100	2,57	100
1941	2,79	96	2,84	110	2,77	108
1942	3,13	107	3,25	125	3,14	122
1943	3,90	134	3,88	150	3,64	142
1944	5,04	173	5,08	196	4,72	184
1945	6,36	218	5,87	227	5,60	218

Fonte: BRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio. Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho. *Levantamento do custo de vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1946. p. 46.

TABELA 5.25 – Índice do Salário Real Deflacionado no Distrito Federal – 1940-45

Anos	Salário Mínimo Real	Salário Médio Real Trabalhadores Não Especializados	Salário Médio Real Trabalhadores das Ferrovias
1940	100	100	100
1943	96	—	82
1944	81	87	—
1945	—	—	78

Fonte: DESENVOLVIMENTO & CONJUNTURA. Rio de Janeiro, 5(7):69, 78, jul. 1961.

TABELA 5.26 – Índice dos Salários Reais Médios do Brasil

Ano	Índice
1940	100
1942	93
1944	87
1946	92
1948	84
1950	101

Fonte: MENSÁRIO ESTATÍSTICO ATUARIAL DO IAPI. Rio de Janeiro, IAPI, 8(96):31, nov. 1960.

TABELA 5.27 – Índice dos Salários Mínimos e Médios – 1944-54

Salário	1944	1952	1954
Mínimo	100	114	163
Médio	100	111	151

Fonte: ^a DESENVOLVIMENTO & CONJUNTURA. Rio de Janeiro, 5(2):91, fev. 1961.

Essas três últimas tabelas se encontram reproduzidas em: Timothy Harding *The Political History of Organized Labor*, Ann Arbor, Michigan, 1973.

^b HARDING, Thomas. *The political history of organized labor*. Ann Arbor, Michigan, Univ. Microfilms, 1973.

TABELA 5.28 – Brahma – Variação Salarial por Seção – 1931 a 1945 – Ano Base 1943

Seções	1931	1932	1933	1934	1935
Escritório	953\$333	953\$125	913\$888	933\$333	930\$000
nº de amostras	15	16	18	18	20
índice	93,6343	93,6139	89,7601	91,7699	91,3426
Engarrafamento	637\$500	637\$500	637\$500	670\$000	725\$000
nº de amostras	4	4	4	5	6
índice	76,5645	76,5645	76,5645	80,4678	87,0734
Expedição	833\$333	833\$333	833\$333	718\$750	787\$500
nº de amostras	3	3	3	4	4
índice	110,3875	110,3875	110,3875	95,2093	104,3162
Fabricação	700\$000	700\$000	700\$000	700\$000	750\$000
nº de amostras	1	1	1	1	1
índice	49,5283	49,5283	49,5283	49,5283	53,0661
Cervejeiro	700\$000	700\$000	750\$000	—	—
nº de amostras	3	2	2	—	—
índice	36,8421	36,8421	39,4737	—	—
Máquinas	633\$333	633\$333	633\$333	633\$333	650\$000
nº de amostras	3	3	3	3	3
índice	71,3315	71,3315	71,3315	71,3315	73,2394
Vendedor	450\$000	450\$000	450\$000	450\$000	470\$000
nº de amostras	2	2	2	2	5
índice	53,4546	53,4546	53,4546	53,4546	59,8182
Procurador					
nº de amostras					
índice					
Químico	1:000\$000	1:000\$000	1:000\$000	800\$000	
nº de amostras	1	1	1	1	
índice					
Estatístico					300\$000
nº de amostras					2
índice					
Advogado				2:500\$000	
nº de amostras				1	
índice				119,0476	
Biólogo					
nº de amostras					
índice					
Médico					
nº de amostras					
índice					

cont.

cont.

Seções	1931	1932	1933	1934	1935
Diretores, Gerentes, Chefes de Escritório	—	2.500\$000	—	—	—
nº de amostras	—	1	—	—	—
índice	—	52,0833	—	—	—
Chefe do Gelo (1º e 2º)	1.025\$000	1.025\$000	1.025\$000	1.025\$000	1.025\$000
nº de amostras	2	2	2	2	2
índice	68,3333	68,3333	68,3333	68,3333	68,3333
Mestre de Máquinas	1.575\$000	1.575\$000	1.575\$000	1.575\$000	1.575\$000
nº de amostras	2	2	2	2	2
índice	57,2727	57,2727	57,2727	57,2727	57,2727
Mestre de Fabricação					1.400\$000
nº de amostras					1
índice					
Mestre Torneiro	900\$000	900\$000	900\$000	900\$000	900\$000
nº de amostras	1	1	1	1	1
índice					
Chefe de Expedição				2.000\$000	2.000\$000
nº de amostras				1	1
índice					
Mestre de Oficina					
nº de amostras					
índice					
Encarregado da Correaria	650\$000	650\$000	650\$000	650\$000	650\$000
nº de amostras	1	1	1	1	1
índice	68,4211	68,4211	68,4211	68,4211	68,4211
Mestre do Engarrafamento	2.350\$000	2.200\$000	2.200\$000	2.200\$000	2.500\$000
nº de amostras	1	1	1	1	1
índice	143,8168	134,6389	134,6389	134,6389	152,9988
Outros¹	856\$200	915\$000	793\$750	905\$555	812\$499
nº de amostras	8	10	8	9	16
índice	89,8603	96,0315	83,3060	95,0403	85,2738

cont.

cont.

Seções	1936	1937	1938	1939	1940
Escritório	934\$375	922\$297	912\$837	1.029\$390	970\$270
nº de amostras	24	37	37	41	37
índice	91,7684	90,5860	89,6569	101,1045	95,2978
Engarrafamento	807\$000	857\$142	862\$500	850\$000	850\$000
nº de amostras	7	7	8	8	6
índice	96,9217	102,9438	103,5253	102,0860	102,0860
Expedição	555\$000	564\$285	637\$500	604\$166	692\$187
nº de amostras	10	14	16	18	16
índice	73,5181	74,7481	84,4465	80,0309	91,6906
Fabricação	800\$000	950\$000	1.000\$000	1.000\$000	1.000\$000
nº de amostras	1	2	1	1	1
índice	56,6038	67,2170	70,7547	70,7547	70,7547
Cervejeiro	—	800\$000	1.000\$000	1:175\$000	1:425\$000
nº de amostras	—	1	1	2	2
índice	—	42,1053	52,6316	61,8421	75,0000
Máquinas	650\$000	691\$666	833\$333	866\$666	916\$666
nº de amostras	3	3	3	3	3
índice	73,2394	77,9342	93,8967	97,6525	103,2863
Vendedor	470\$000	435\$714	481\$250	425\$000	616\$666
nº de amostras	5	7	8	6	6
índice	59,8182	56,4545	61,2500	54,0909	78,4840
Procurador					1.000\$000
nº de amostras					1
índice					
Químico				850\$000	1.000\$000
nº de amostras				2	2
índice					
Estatístico					
nº de amostras					
índice					
Advogado					
nº de amostras					
índice					
Biólogo		1.600\$000			
nº de amostras		1			
índice					
Médico		850\$000	850\$000	850\$000	1.000\$000
nº de amostras		1	1	1	1
índice		70,8333	70,8333	70,8333	83,3333

cont.

cont.

Seções	1936	1937	1938	1939	1940
Diretores, Gerentes, Chefes de Escritório	—	—	3.000\$000	3.000\$000	4.250\$000
nº de amostras	—	—	1	1	2
índice	—	—	62,5000	62,5000	88,5427
Chefe do Gelo (1º e 2º)	1.025\$000	1.025\$000	1.500\$000	1.500\$000	1.500\$000
nº de amostras	2	2	1	1	1
índice	68,3333	68,3333	100,0000	100,0000	100,0000
Mestre de Máquinas	1.575\$000	2.150\$000	2.150\$000	2.150\$000	2.150\$000
nº de amostras	2	2	2	2	2
índice	57,2727	78,1818	78,1818	78,1818	78,1818
Mestre de Fabricação					
nº de amostras					
índice					
Mestre Torneiro	900\$000	950\$000	1.050\$000	1.050\$000	1.150\$000
nº de amostras	1	1	1	1	1
índice					
Chefe de Expedição	2.000\$000	2.000\$000	2.250\$000	2.250\$000	2.500\$000
nº de amostras	1	1	1	1	1
índice					
Mestre de Oficina		800\$000	900\$000	1.000\$000	1.100\$000
nº de amostras		1	1	1	1
índice		61,5385	69,2308	76,9231	84,6154
Encarregado da Correaria	650\$000	700\$000	750\$000	800\$000	800\$000
nº de amostras	1	1	1	1	1
índice	68,4211	73,6842	78,9474	84,2105	84,2105
Mestre do Engarrafamento	2.500\$000	2.500\$000	2.500\$000	2.500\$000	2.500\$000
nº de amostras	1	1	1	1	1
índice	152,9988	152,9988	152,9988	152,9988	152,9988
Outros ¹	757\$142	765\$217	800\$000	885\$416	950\$482
nº de amostras	14	23	23	24	29
índice	79,4639	80,3114	83,9620	92,9266	99,7553

cont.

cont.

Seções	1941	1942	1943	1944	1945
Escritório	970\$512	972\$348	1.018\$145	1.075\$882	1.282\$175
n.º de amostras	39	66	62	68	74
índice	95,3216	95,5019	100,0000	105,6708	125,9325
Expedição	655\$769	724\$904	754\$916	848\$043	1.021\$047
n.º de amostras	13	21	24	23	21
índice	86,8665	96,0245	100,0000	112,3361	
Engarrafamento	928\$571	827\$000	832\$631	877\$125	1.141\$235
n.º de amostras	7	25	19	16	17
índice	111,5225	99,3237	100,0000	105,3438	137,0637
Fabricação	850\$000	1.250\$000	1.850\$000	1.633\$333	2.000\$000
n.º de amostras	2	3	2	3	2
índice	60,1415	88,4434	100,0000	115,5660	141,5095
Carvejeiro	2.675\$000	3.000\$000	3.000\$000	3.000\$000	3.300\$000
n.º de amostras	2	1	1	1	1
índice	140,7895	157,8947	157,8947	157,8947	173,6842
Máquinas	850\$000	862\$500	887\$500	928\$571	1.191\$000
n.º de amostras	2	4	4	7	5
índice	95,7746	97,1831	100,0000	104,6267	134,1972
Vendedor	1.200\$000	903\$846	1.061\$111	1.242\$857	1.500\$000
n.º de amostras	1	13	9	7	15
índice	152,7273	115,0350	100,0000	158,1819	190,9092
Médico	—	1.100\$000	1.200\$000	1.300\$000	1.900\$000
n.º de amostras	—	2	2	2	1
índice	—	91,6667	100,0000	108,3333	158,3333
Advogado	—	2.500\$000	2.100\$000	3.000\$000	4.000\$000
n.º de amostras	—	2	2	1	1
índice	—	119,0476	100,0000	142,8571	190,4762
Estatístico	—	350\$000	—	—	—
n.º de amostras	—	—	—	—	—
índice	—	—	—	—	—
Diretores, Chefes de Escritório, Gerentes	2.000\$000	3.400\$000	4.800\$000	4.000\$000	4.150\$000
n.º de amostras	2	5	5	2	2
índice	41,6667	70,8333	100,0000	83,3333	86,4583

cont.

cont.

Seções	1941	1942	1943	1944	1945
Mestre de Engarrafamento	—	—	1:634\$000	2:050\$000	—
nº de amostras	—	—	1	1	—
índice	—	—	—	—	—
Encarregado da Seção Interna		1:000\$000	1:100\$000	1:100\$000	1:320\$000
nº de amostras		1	1	1	1
índice	—	90,9091	100,0000	100,0000	120,0000
Engenheiro	2:000\$000	—	—	—	—
nº de amostras	1	—	—	—	—
índice	—	—	—	—	—
Mestre de Oficina	1:200\$000	1:250\$000			
nº de amostras	1	1			
índice					
Encarregado da Correaria	800\$000	850\$000	950\$000	1:050\$000	1:300\$000
nº de amostras	1	1	1	1	1
índice	84,2105	89,4737	100,0000	110,5263	136,8421
Encarregado da Fábrica				1:000\$000	1:300\$000
nº de amostras				1	1
índice					
Mestre de Máquina	2:400\$000	2:750\$000	2:750\$000	2:750\$000	3:050\$000
nº de amostras	2	2	2	2	
índice	87,2727	100,0000	100,0000	100,0000	110,9091
Mestre de Expedição				3:000\$000	3:300\$000
nº de amostras				1	1
índice					
Mestre Torneiro	1:250\$000	1:300\$000			
nº de amostras	1	1			
índice					
Mestre Pintor	2:400\$000				
nº de amostras	1				
índice					
Mestre de Ofício	1:250\$000	1:300\$000	1:300\$000	1:400\$000	1:680\$000
nº de amostras	1	1	1	1	
índice	96,1538	100,0000	100,0000	107,6923	129,2308

cont.

conclusão

Seções	1941	1942	1943	1944	1945
Chefe da Seção do Gelo	1:500\$000	1:500\$000	1:500\$000	1:750\$000	2:050\$000
nº de amostras	1	1	1	1	1
índice	100,0000	100,0000	100,0000	116,6867	136,6667
Outras²	1:044\$047	989\$705	952\$812	1:055\$762	1:273\$431
nº de amostras	22	51	48	59	58
índice	109,5753	103,8720	100,0000	110,8049	133,6498

Total de Amostras = 1662

¹ Depositário, seção marítima, bombeiro, fiscal, empregado no cais do porto, oficinas, propagandista do chopp, ajudante de feitor, cobrador, gasosas, chofer da diretoria, consultor técnico, tanoeiro, novo fabricante, carpintaria, feitor de cocheiro, ajudante de depositário, 3º feitor de cocheira, exportação, correspondente, chofer dos fiscais, aprendiz, caixotaria, departamento do cais, empregado.

² Fiscal, oficinas, ajudante de feitor, gasosas, seção marítima, caldeireiro, departamento do cais, chofer da diretoria, eletricista, exportação, tanoeiro, depositário, cozinha, servente do restaurante, fiscal de obras, caixotaria, laboratório, chofer dos fiscais, mecânico, telefonista, 3º feitor de cocheira, bombeiro, fiscal dos vigias, novo fabricante, carpintaria, pintor, serviço do restaurante, 1º garçon, 2º garçon, cozinheiro, ajudante do encarregado do pessoal da fábrica, ácido carbônico, correspondente e fiscal da conferência do armazém.

Fonte: COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA. Arquivo. *Folhas de pagamento.* [mss.]

TABELA 5.29 – Fábrica Corcovado – Variação Salarial por Seção – Ano Base 1943

Seções	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941
Tinturaria	184,00	197,32	265,50	250,75	241,40	241,20	240,00	248,80
nº de amostras	27	36	10	53	35	55	85	43
índice	45,96	49,29	66,31	62,63	60,29	60,24	59,94	62,14
Depósito do Fio	200,00	183,12	195,55	230,08	211,25	184,75	235,24	379,93
nº de amostras	7	18	9	9	11	42	24	31
índice	71,63	65,58	70,03	82,40	75,66	66,16	84,25	136,07
Meação	140,00	167,25	186,56	195,33	230,83	149,20	215,04	234,83
nº de amostras	1	4	10	25	12	12	20	45
índice	75,27	89,92	100,30	105,01	124,10	80,21	115,61	126,25

cont.

cont.

Seções	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941
Tecelagem	219,90	275,32	302,87	395,95	437,29	470,86	353,48	476,09
nº de amostras	16	15	30	38	63	49	85	107
índice	47,13	59,01	64,87	84,81	93,66	100,91	75,75	102,03
Maçaroqueira	186,50	188,22	324,47	360,70	332,12	377,71	294,49	410,20
nº de amostras	21	12	43	41	84	19	78	72
índice	40,67	41,04	70,75	78,65	72,42	82,36	64,21	89,44
Fiação	160,33	161,32	163,83	181,00	177,03	222,10	241,40	241,40
nº de amostras	73	76	99	123	106	38	171	134
índice	39,12	39,37	39,98	44,16	43,20	54,19	58,90	58,90
Carda	—	173,77	—	269,37	244,44	219,48	232,20	246,60
nº de amostras	—	24	—	40	40	44	94	173
índice	—	41,49	—	64,32	64,32	52,40	55,44	58,88
Remeteção	254,37	318,42	344,90	372,77	329,55	374,58	366,32	373,07
nº de amostras	10	12	66	53	59	40	50	95
índice	54,49	68,20	73,87	79,84	70,59	80,23	78,46	79,91
Urdidura	209,19	218,04	272,19	315,08	310,76	272,17	257,71	363,32
nº de amostras	13	8	35	39	63	27	67	41
índice	49,81	51,92	64,81	75,02	73,99	64,80	51,84	86,51
Retorção	146,84	156,44	290,00	271,05	153,55	156,60	236,66	242,40
nº de amostras	19	29	6	12	36	32	24	75
índice	35,96	38,31	71,01	66,37	37,60	38,34	57,95	59,36
Espuladeira	191,00	185,50	230,01	225,46	223,81	197,72	229,42	276,38
nº de amostras	9	12	42	57	58	20	88	45
índice	—	—	—	—	—	—	—	—
Menores	61,50	60,25	122,84	92,82	94,07	131,97	116,46	121,37
nº de amostras	33	55	415	644	690	508	919	632
índice	32,97	32,28	65,86	49,76	50,43	70,75	62,44	65,07
Urdidura (Aju- dantes)	—	192,06	—	—	—	—	—	—
nº de amostras	—	9	—	—	—	—	—	—
índice	—	51,63	—	—	—	—	—	—
Cascafício	—	—	—	—	—	207,61	270,15	253,54
nº de amostras	—	—	—	—	—	36	38	37
índice	—	—	—	—	—	—	—	—
Expedição	—	—	—	—	—	214,00	237,14	263,40
nº de amostras	—	—	—	—	—	15	21	6
índice	—	—	—	—	—	—	—	—
Caldeira	—	—	—	—	—	220,00	230,00	240,00
nº de amostras	—	—	—	—	—	3	4	1
índice	—	—	—	—	—	—	—	—

cont.

cont.

Profissão	1942			1943		
	Salário Médio	Nº de Funcionários	Percentual	Salário Médio	Nº de Funcionários	Percentual
Tinturaria	308.382	69	77.02	400.342	91	100.00
Depósito de Fio	180.927	44	64.79	279.212	70	100.00
Ajudante de Urdideiras	297.600	7	80.00	372.000	8	100.00
Meaçã	148.800	2	80.00	186.000	1	100.00
Tecelagem	318.857	7	68.33	466.594	7	100.00
Maçaroqueira	312.565	58	68.15	458.613	40	100.00
Fiação	300.259	94	73.27	409.790	126	100.00
Penteadeira	—	0	—	401.309	11	100.00
Carda	322.067	149	76.90	418.793	167	100.00
Remetecã	496.000	1	106.24	466.859	12	100.00
Urdidura	361.666	12	86.11	419.970	35	100.00
Meaçã	223.199	2	—	—	0	—
Retorçã	244.729	91	59.93	408.348	99	100.00
Tirador	297.600	4	110.70	268.831	60	100.00
Aprendiz de Remetedor	—	0	—	346.579	4	100.00
Aprendiz de Fiação	—	0	—	—	0	—
Menores	148.799	51	79.77	186.516	72	100.00

cont.

conclusão

Profissão	1944			1945		
	Salário Médio	Nº de Funcionários	Percentual	Salário Médio	Nº de Funcionários	Percentual
Tinturaria	508.399	12	126.99	520.799	21	130.08
Depósito de Fio	345.847	22	123.86	514.351	10	184.21
Ajudante de Urdideiras	—	0	—	—	0	—
Meação	508.399	15	273.33	508.399	10	273.33
Tecelagem	512.740	4	109.88	527.688	9	113.09
Maçaroqueira	515.288	27	112.35	508.399	30	110.85
Fiação	512.105	87	124.96	515.136	67	125.70
Penteadeira	—	0	—	—	0	—
Carda	520.577	67	124.30	526.40	85	125.69
Remeteção	613.800	2	131.47	252.959	3	54.18
Urdidura	508.399	28	121.05	520.070	17	123.83
Meação	—	0	—	—	0	—
Retorção	403.079	62	98.70	355.135	60	86.96
Tirador	314.195	146	116.87	279.158	78	103.84
Aprendiz de Remetedor	322.625	11	93.08	—	0	—
Aprendiz de Fiação	252.959	29	—	—	0	—
Menores	252.959	15	135.62	252.959	37	135.62

Obs.: Amostra total da Corcovado – 10.038 operários.

Fonte: FABRICA CORCOVADO. Arquivo. *Folhas de pagamento.* [mss.]

TABELA 5.30 – Moinho da Luz – Variação Salarial por Seção – Ano Base 1943

	Número de Amostras e Salário Médio por Trimestre								Salário Médio em 1933	Índice
	Nº Amostras	1º Trimestre	Nº Amostras	2º Trimestre	Nº Amostras	3º Trimestre	Nº Amostras	4º Trimestre		
Alambique										
Chefe										
Adultos	5	216,00	5	216,00	5	216,00	5	216,00	216,00	56,33
Menores										
Caldeira de sabão										
Chefe										
Adultos	5	260,00	5	260,00	5	260,00	6	264,00	261,00	65,56
Menores										
Caldeira a vapor										
Chefe	1	480,00	1	600,00	1	600,00	1	600,00	570,00	71,25
Adultos	6	248,33	5	252,00	5	252,00	5	252,00	251,08	71,75
Menores										
Cartuchos										
Chefe	1	400,00	1	400,00	1	400,00	1	450,00	412,50	83,33
Adultos	2	185,00	2	200,00	2	170,00	2	195,00	187,50	56,35
Menores								90,00	90,00	
Empacotamento										
Chefe	1	400,00	1	400,00	1	400,00	1	450,00	412,50	83,33
Adultos	9	182,22	9	185,56	10	241,00	8	185,00	198,45	59,56
Menores	15	80,50	17	78,97	22	76,02	18	82,50	75,50	61,90
Mecânicos										
Chefe	1	820,00	1	820,00	1	820,00	1	820,00	820,00	86,32
Adultos	4	432,00	5	404,00	5	404,00	5	368,00	402,00	84,10
Menores										
Moldagem de velas										
Chefe	1	400,00	1	400,00	1	400,00	1	450,00	412,50	83,33
Adultos	13	236,15	14	230,71	15	232,00	14	233,57	233,11	69,14
Menores	15	112,50	15	112,50	16	112,50	22	107,39	111,22	86,59
Prensas										
Chefe	1	460,00	1	460,00	1	460,00	1	500,00	470,00	62,67
Adultos	9	215,00	8	225,00	12	215,00	13	213,85	217,21	63,22
Menores										

cont.

cont.

	Número de Amostras e Salário Médio por Trimestre								Salário Médio em 1938	Índice
	Nº Amostras	1º Trimestre	Nº Amostras	2º Trimestre	Nº Amostras	3º Trimestre	Nº Amostras	4º Trimestre		
Alambique										
Chefe										
Adultos	5	238,00	5	238,00	6	235,00	6	235,00	236,50	61,68
Menores										
Caldeira de sabão										
Chefe										
Adultos	4	235,00	4	365,00	3	360,00	4	365,00	331,25	83,20
Menores										
Caldeira a vapor										
Chefe	1	700,00	1	700,00	1	700,00	1	750,00	712,50	89,06
Adultos	4	270,00	4	270,00	4	270,00	4	270,00	270,00	77,15
Menores										
Cartuchos										
Chefe	1	700,00	1	700,00	1	1.000,00	1	1.000,00	850,00	171,72
Adultos	2	285,00	2	285,00	2	285,00	2	285,00	285,00	85,65
Menores										
Empacotamento										
Chefe	1	700,00	1	700,00	1	1.000,00	1	1.000,00	850,00	171,72
Adultos	3	266,67	4	270,00	3	273,33	4	255,00	266,25	79,91
Menores	23	87,39	28	86,64	35	97,29	34	96,18	91,38	71,15
Mecânicos										
Chefe	1	820,00	1	820,00	1	820,00	1	820,00	820,00	86,32
Adultos	8	352,50	8	352,50	7	394,29	7	394,29	373,39	78,12
Menores										
Moldagem de velas										
Chefe	1	700,00	1	700,00	1	1.000,00	1	1.000,00	850,00	171,72
Adultos	10	240,00	15	236,00	16	217,50	16	242,50	234,00	69,41
Menores	25	96,43	24	98,75	27	116,67	26	118,27	107,53	83,72
Prensas										
Chefe	1	600,00	1	600,00	1	600,00	1	700,00	625,00	83,33
Adultos	13	246,92	15	248,00	14	242,86	17	248,24	246,51	71,75
Menores										

cont.

cont.

	Número de Amostras e Salário Médio por Trimestre								Salário Médio em 1940	Índice
	Nº Amostras	1º Trimestre	Nº Amostras	2º Trimestre	Nº Amostras	3º Trimestre	Nº Amostras	4º Trimestre		
Alambique										
Chefe										
Adultos	5	238,00	5	238,00	5	265,00	5	265,00	251,50	65,59
Menores										
Caldeira de sabão										
Chefe										
Adultos	4	365,00	4	365,00	4	365,00	4	365,00	365,00	91,68
Menores										
Caldeira a vapor										
Chefe	1	750,00	1	750,00	1	750,00	1	750,00	750,00	93,75
Adultos	4	270,00	4	270,00	4	270,00	4	270,00	270,00	77,15
Menores										
Cartuchos										
Chefe	1	1.000,00	1	1.000,00					1.000,00	202,05
Adultos	2	285,00	2	285,00	2	285,00	1	300,00	288,75	80,78
Menores										
Empacotamento										
Chefe	1	1.000,00	1	1.000,00					1.000,00	202,05
Adultos	3	286,66	4	286,66	8	260,00	10	256,00	272,33	81,73
Menores	20	96,82	24	93,13	18	96,67	18	93,33	94,99	73,96
Mecânicos										
Chefe	1	820,00	1	820,00	1	820,00	1	820,00	820,00	86,32
Adultos	5	408,00	5	408,00	5	408,00	5	408,00	408,00	85,36
Menores										
Moldagem de velas										
Chefe	1	1.000,00	1	1.000,00					1.000,00	202,05
Adultos	10	290,00	11	274,55	27	261,48	24	264,17	272,55	80,84
Menores	20	119,40	27	113,33	9	108,33	6	110,00	112,77	87,80
Pressas										
Chefe	1	700,00	1	700,00	1	700,00	1	700,00	700,00	93,33
Adultos	12	262,31	13	249,23	15	285,33	15	285,33	270,55	78,75
Menores										

cont.

cont.

	Número de Amostras e Salário Médio por Trimestre								Salário Médio em 1943	Índice
	Nº Amostras	1º Trimestre	Nº Amostras	2º Trimestre	Nº Amostras	3º Trimestre	Nº Amostras	4º Trimestre		
Alambique										
Chefe										
Adultos	8	360,00	8	360,00	8	365,00	8	448,75	383,44	100,00
Menores										
Caldeira de sabão										
Chefe										
Adultos	3	393,33	4	370,00	4	386,67	3	442,50	398,13	100,00
Menores										
Caldeira a vapor										
Chefe	1	800,00	1	800,00	1	800,00	1	800,00	800,00	100,00
Adultos	21	320,00	20	322,00	19	331,05	17	426,76	349,95	100,00
Menores										
Cartuchos										
Chefe	1	480,00	1	480,00	1	480,00	1	540,00	495,00	100,00
Adultos	40	311,00	2	300,00	2	310,00	2	410,00	332,75	100,00
Menores										
Empacotamento										
Chefe	1	480,00	1	480,00	1	480,00	1	540,00	495,00	100,00
Adultos	10	304,00	9	304,44	9	313,33	10	411,00	333,19	100,00
Menores	28	120,00	29	120,00	31	120,00	29	153,75	128,44	100,00
Mecânicos										
Chefe	1	950,00	1	950,00	1	950,00	1	950,00	950,00	100,00
Adultos	5	460,00	5	460,00	5	462,00	5	530,00	478,00	100,00
Menores										
Moldagem de velas										
Chefe	1	480,00	1	480,00	1	480,00	1	540,00	495,00	100,00
Adultos	3	300,00	44	310,00	44	322,50	41	416,10	337,15	100,00
Menores	3	120,00	3	120,00	1	120,00	1	153,75	128,44	100,00
Prensas										
Chefe	1	750,00	1	750,00	1	750,00	1	750,00	750,00	100,00
Adultos	17	320,00	19	317,89	18	322,22	12	414,17	343,57	100,00
Menores										

cont.

conclusão

	Número de Amostras e Salário Médio por Trimestre								Salário Médio em 1945	Índice
	Nº Amostras	1º Trimestre	Nº Amostras	2º Trimestre	Nº Amostras	3º Trimestre	Nº Amostras	4º Trimestre		
Alambique										
Chefe										
Adultos	8	477,50		477,50		498,83		498,83	488,17	127,31
Menores										
Caldeira de sabão										
Chefe										
Adultos	3	506,67		506,67		535,55		576,16	531,26	133,44
Menores										
Caldeira a vapor										
Chefe	1	950,00		950,00		950,00		950,00	950,00	118,75
Adultos	12	450,83		450,83		459,85		482,76	461,07	131,75
Menores										
Cartuchos										
Chefe										
Adultos	2	430,00		430,00		420,39		470,30	437,67	131,53
Menores										
Empacotamento										
Chefe										
Adultos	8	438,75		443,44		461,30		451,14	448,66	134,66
Menores	8	153,75		150,31		155,35		166,33	156,44	121,80
Mecânicos										
Chefe	1	1.100,00		1.100,00		1.100,00		1.100,00	1.100,00	115,79
Adultos	5	584,00		584,00		590,05		593,52	587,89	122,99
Menores										
Moldagem de velas										
Chefe										
Adultos	35	443,14		434,45		426,03		464,08	441,83	131,05
Menores										
Prensas										
Chefe	1	900,00		900,00		900,00		900,00	900,00	120,00
Adultos	11	510,91		509,76		520,12		553,53	523,58	152,39
Menores										

Fonte: FABRICA MOINHO DA LUZ. Arquivo. *Folhas de pagamento.* |mss. |

Antiga Luz Stearica.

TABELA 5.31 – Fábrica Moinho da Luz – 1933-38

Índices dos Salários dos Operários Adultos				Índice do Custo de Vida		
Seções	1933	1938	Relação 1938/33	1933	1938	Relação 1938/33
Alambique	56,33	61,68	5,35	46,3%	67,7%	21,4%
Caldeira de sabão	65,56	83,20	17,64			
Caldeiras a vapor	71,75	77,15	5,40			
Cartuchos	56,35	85,65	29,30			
Empacotamento	59,56	79,91	20,35			
Mecânica	84,10	78,12	- 5,98			
Moldagem de velas	69,14	69,41	0,27			
Prensas	63,22	71,75	8,53			

Índices dos Salários dos Chefes de Seção				Índice do Custo de Vida		
Seções	1933	1938	Relação 1938/33	1933	1938	Relação 1938/33
Caldeira a vapor	71,25	89,06	17,81	46,3%	61,7%	21,4%
Cartuchos	83,33	171,72	88,39			
Empacotamento	83,33	171,72	88,39			
Mecânica	86,32	86,32	—			
Moldagem de velas	83,33	171,72	88,39			
Prensas	62,67	83,33	20,66			

Menores:						
Empacotamento	61,90	71,15	9,25			
Moldagem de velas	86,59	83,72	- 2,87			

Fonte: FABRICA MOINHO DA LUZ. Arquivo. *Folhas de pagamento.* [mss.]
Antiga Luz Stearica.

TABELA 5.32 – Fábrica Moinho da Luz – 1938-43

Índices dos Salários dos Operários Adultos				Custo de Vida
Seções	1938	1943	Relação 1943/38	Relação 1943/38
Alambique	61,68	100	38,32	68,18%
Caldeira de sabão	83,20	100	16,80	
Caldeira a vapor	77,15	100	22,85	
Cartuchos	85,65	100	14,35	
Empacotamento	79,91	100	20,09	
Mecânica	78,12	100	21,88	
Moldagem de velas	69,41	100	35,59	
Prensas	71,15	100	28,85	

Índices dos Salários dos Chefes de Seção				Custo de Vida
Seções	1938	1943	Relação 1943/38	Relação 1943/38
Empacotamento	171,72	100	- 71,72	68,18%
Mecânica	86,32	100	13,68	
Moldagem de velas	171,72	100	- 71,72	
Prensas	83,33	100	16,67	

Índices dos Operários Menores				Custo de Vida
Seções	1938	1943	Relação 1943/38	Relação 1943/38
Empacotamento	61,90	100	38,10	68,18%
Moldagem de velas	86,59	100	13,41	

Fonte: FABRICA MOINHO DA LUZ. Arquivo. *Folhas de pagamento.* [mss.]

Antiga Luz Stearica.

TABELA 5.33 – Fábrica Moinho da Luz – 1943-45

Índices dos Salários dos Operários Adultos				Índices de Custo de Vida		
Seções	1943	1945	Relação 1945/43	1943	1945	Relação 1945/43
Alambique	100	127,31	27,31	100%	139%	39%
Caldeira de sabão	100	133,44	33,44			
Caldeira a vapor	100	131,75	31,75			
Cartuchos	100	131,53	31,53			
Empacotamento	100	121,80	21,80			
Mecânica	100	122,99	22,99			
Moldagem de velas	100	131,05	31,05			
Prensas	100	152,39	52,39			

Índices dos Salários dos Chefes				Índices de Custo de Vida		
Seções	1943	1945	Relação 1945/43	1943	1945	Relação 1945/43
Caldeira a vapor	100	118,75	18,75	100%	139%	39%
Empacotamento	100	134,66	34,66			
Mecânica	100	115,79	15,79			
Prensas	100	120,00	20,00			

Fonte: FABRICA MOINHO DA LUZ. Arquivo. *Folhas de pagamento.* |mss. |

Antiga Luz Stearica.

TABELA 5.34 – Companhia Cervejaria Brahma – 1931-37

Índices dos Salários dos Operários Adultos				Índice de Custo de Vida		
Seções	1931	1937	Relação 1937/31	1931	1937	Relação 1937/31
Engarrafamento	76,56	102,94	26,38	46,5%	63,3%	16,8%
Expedição	110,38	74,74	- 35,54			
Fabricação	49,52	67,21	17,69			
Cervejeiro	36,84	42,10	5,26			
Máquina	71,33	77,93	6,60			
Outras	89,86	80,31	- 9,55			
Chefes Mestres Encarregados						
Gelo	68,33	68,33	—			
Máquina	57,27	78,18	20,91			
Correaria	68,42	73,68	5,26			
Engarrafamento	143,81	152,99	9,18			
Escritório e Vendedor						
Escritório	93,63	90,58	- 3,05			
Vendedor	53,45	56,45	3,00			

Fonte: COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA. Arquivo. *Fichas de operários.* |mss.|

TABELA 5.35 – Companhia Cervejaria Brahma – 1938-43

Índices de Salários dos Operários Adultos, Chefes, Mestres, Empregados de Escritório				Custo de Vida
Seções	1938	1943	Relação 1943/38	Relação 1943/38
Engarrafamento	103,52	100	- 3,52	68,18%
Expedição	84,44	100	15,56	
Fabricação	70,75	100	29,25	
Cervejeiro	52,63	100	47,37	
Máquina	93,89	100	6,11	
Outras	83,96	100	16,04	
Chefes, Mestres, Encarregados				
Gelo	100,00	100	—	
Máquinas	78,18	100	21,82	
Oficina	69,23	100	30,77	
Correaria	78,94	100	21,06	
Engarrafamento	152,99	100	- 52,99	
Escritório	89,65	100	10,35	
Vendedor	61,25	100	38,75	

Fonte: COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA. Arquivo. *Fichas de operários.* [mss.]

TABELA 5.36 – Companhia Cervejaria Brahma – 1943-45

Índices dos Salários dos Operários Adultos, Chefes de Seção, Mestres Encarregados, Empregados de Escritório e Vendedores				Índice de Custo de Vida		
Seções	1943	1945	Relação 1945/43	1943	1945	Relação 1945/43
Engarrafamento	100	137,06	37,06	100%	139%	39%
Expedição	100	135,25	35,25			
Fabricação	100	141,50	41,50			
Cervejeiro	100	173,68	73,68			
Máquinas	100	134,19	34,19			
Chefes, Mestres Encarregados						
Correaria	100	136,84	36,84			
Máquinas	100	110,90	10,90			
Ofício	100	129,23	29,23			
Empregados de Escritório, Vendedores						
Escritório	100	125,93	25,93			
Vendedor	100	190,90	90,90			
Médico	100	158,33	58,33			
Advogado	100	190,47	90,47			
Diretores Gerentes						
Chefes de Escritório	100	86,45	13,55			

Fonte: COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA. Arquivo. *Fichas de operários.* [mss.]

TABELA 5. 37 – Fábrica Corcovado – 1934-37

Índices dos Salários dos Operários				Índice de Custo de Vida		
Seções	1934	1937	Relação 1937/34	1934	1937	Relação 1937/34
Tintureiros	45,96	62,63	16,67	49,9%	63,3%	13,4%
Depósito do fio	71,63	82,40	10,77			
Meadeiros	75,27	105,01	29,74			
Teares	47,13	84,81	37,68			
Maçaroqueiras	40,67	78,65	37,98			
Fiação	39,12	44,16	5,04			
Urdideiras	49,81	75,02	25,21			
Retorção	35,96	66,37	30,41			
Remeteção	54,49	79,84	25,35			
Menores	32,97	49,76	16,79			

Fonte: FABRICA CORCOVADO. Arquivo. *Folhas de pagamento.* [mss.]

TABELA 5.38 – Fábrica Corcovado – 1938-45

Índice dos Salários dos Operários				Índice do Custo de Vida
Seções	1938	1943	Relação 1943/38	Relação 1943/38
Retorcedeira	37,60	100	62,40	68,18%
Tinturaria	60,29	100	39,71	
Fiação	43,20	100	56,80	
Cordas	58,36	100	41,64	
Urdideiras	73,99	100	26,01	
Remeteção	70,10	100	29,90	
Tecelagem	93,66	100	6,34	
Depósito do fio	75,66	100	- 24,34	
Meadeiras	124,10	100	24,10	
Maçaroqueira	72,42	100	27,58	
Menores	50,43	100	49,57	

Seções	1943	1945	Relação 1945/43	Relação 1945/43
Tintureiros	100	130,08	30,08	39%
Depósito do fio	100	184,21	84,21	
Teares	100	113,09	13,09	
Maçaroqueira	100	110,85	10,85	
Fiação	100	125,70	25,70	
Cordas	100	125,69	25,69	
Remeteção	100	54,18	- 45,82	
Urdideiras	100	123,83	23,83	
Retorção	100	86,96	- 13,04	
Tirador	100	103,84	3,84	
Menores	100	135,62	35,62	

Fonte: FABRICA CORCOVADO. Arquivo. *Folhas de pagamento.* [mss.]

CONCLUSÕES



CONCLUSÕES

A fundação da cidade do Rio de Janeiro obedeceu fundamentalmente ao objetivo estratégico da Coroa de defender a soberania régia na zona meridional da Colônia. Esta decisão foi tomada na metrópole em função da política internacional portuguesa. No século XVII ocorreu a expansão do cultivo da cana-de-açúcar e da produção do açúcar e da aguardente em consequência da invasão holandesa do nordeste. Nesse século a cidade adquiriu maior autonomia local, na medida em que se fortaleceram o proprietário de plantação e de engenho e o comerciante exportador que era o principal prestamista da agricultura tropical. Essa autonomia se manifestou no repúdio à companhia monopolista de comércio, constituída por acionistas que eram comerciantes metropolitanos, ao sistema de frotas, ao aumento de fretes, ao uso obrigatório de navios de maior tonelagem de origem europeia, à proibição de escravizar os índios, e aos monopólios comerciais internos. Também se externou na prática aberta do contrabando, no empenho para a fundação da Colônia do Sacramento com vistas a ampliar esta prática e na instalação da Casa da Moeda no Rio de Janeiro para monetarizar o sistema e abolir o uso do açúcar, desvalorizado como meio de troca. O prestígio do Rio de Janeiro foi ampliado pela sua participação decisiva na reconquista de Angola e Luanda pela necessidade dos Bragança de pleitear o seu reconhecimento e o seu apoio financeiro nas guerras contra a Holanda e a Espanha.

Na primeira metade do século XVIII a importância comercial do Rio de Janeiro se expandiu assim como a sua área de dominação que se estendia até a zona da mineração, e ao sul até a Colônia do Sacramento. Na crise de meados do século, a política de Pombal procurou cercear a autonomia municipal, fortalecer o mercantilismo e os comerciantes metropolitanos e promoveu o renascimento da agricultura tropical.

A atitude dos comerciantes locais foi a de combater as companhias monopolistas, as formas mais eficientes de cobrança de impostos, e a participação de comerciantes estrangeiros como acionistas das companhias comerciais.

No Rio de Janeiro, o período que abrange o final do século XVIII até 1880 se caracterizou pelo predomínio do capital mercantil e usurário, pela economia de plantação escravagista no *hinterland* da capital e nos subúrbios, e seus reflexos na zona urbana. As crises do século XIX — 1857/58, 1864 e 1873-75 — ocorreram ao nível da circulação e assumiram um caráter preponderantemente bancário. Ainda não existe um consenso sobre a natureza da economia de plantação escravagista, podendo-se distinguir três correntes principais de interpretação: a que considera essa economia como capitalista, a que a classifica como pré-capitalista, senhorial, ou patriarcal, e a que a identifica como um modo de produção específico. No estudo da economia escravagista do Rio de Janeiro verificamos o seu caráter não capitalista, mesmo quando urbana e em desintegração, na segunda metade do século XIX. A absorção do capital no comércio de exportação do açúcar e café, na importação de escravos e no crédito à plantação impedia o desenvolvimento da produção secundária, prejudicada também pela concorrência dos produtos manufaturados portugueses e ingleses, pela escassez de mão-de-obra especializada pela falta de um mercado colonial, e mais tarde nacional, integrado. Os dados do Almanack Laemmert revelavam a penúria de artesãos livres no Rio de Janeiro. Os processos movidos pelas corporações indicavam como causa do declínio dessas instituições e da qualidade da mão-de-obra, a concorrência do trabalho escravo doméstico, dos escravos de ganho e de aluguel, treinados pelos proprietários e que deviam entregar, parcial ou totalmente, os seus salários aos donos. A presença do escravo na produção secundária deprimia o lucro e o salário. O comércio de artigos manufaturados por vendedores ambulantes, geralmente escravos e libertos, e nas casas dos senhores de escravos, fazia concorrência às corporações, às manufaturas e às lojas.

Os autores que defendem a tese do caráter capitalista da economia de plantação escravagista procuraram se apoiar nas seguintes características desse tipo de produção: a venda do produto no mercado; a obtenção de lucro; a eficiência e a rentabilidade do sistema e a formação de mão-de-obra especializada; o uso da máquina e da técnica, e a existência de um padrão de vida equivalente entre o escravo e o trabalhador livre.

Sem dúvida a economia de plantação escravagista foi altamente rentável por longo período, baseada na dependência dos preços dos produtos tropicais e do escravo no mercado internacional e das condições do meio geográfico, e não em virtude da renovação técnica e da introdução da máquina, em maior escala. Aliás, uma característica típica da economia de plantação escravagista foi a de esgotar o solo e ser incapaz de competir com novas frentes que se abriam em outras regiões. É o caso da economia do açúcar do Nordeste e a do café do Vale do Paraíba.

A economia de plantação escravagista não foi totalmente incompatível com a especialização da mão-de-obra e com o emprego de máquinas e de técnicas, mas estas conservaram um caráter marginal. (As transformações na produção do açúcar e do álcool e do beneficiamento do café foram extremamente lentas.) Como

analisamos no Capítulo 2, o investimento na produção do café passou a ser mais rentável do que na do açúcar em face das menores exigências de máquinas, técnicas e especialistas. Este fato constituía um elemento positivo em vista da falta de especialistas escravos, o que levava à prática de alugar feitores e demais técnicos de produção ao nível industrial, resultando numa diferença considerável nos preços de escravos ladinos e escravos boçais, e mais ainda, de escravos especializados em trabalho fabril. (A maioria dos investidores na região do Rio de Janeiro tinha de alugar feitores.) Quanto ao padrão de vida do escravo e do trabalhador livre, parece-nos óbvio que o primeiro, quando usado na produção fabril, condicionava a vida do operário livre, geralmente imigrante, que ficava sujeito à servidão temporária para pagar sua viagem e sustento. (A documentação da fábrica Moinho da Luz evidencia amplamente esse ponto.) Um dado significativo quanto ao padrão de vida do escravo em geral é o fato do índice de mortalidade destes no Rio de Janeiro, no período 1850-70, ser superior em 1/3 ao restante da população, apesar de o escravagismo urbano ser mais flexível do que o rural e apresentar formas de transição, tais como o escravo de ganho e de aluguel assalariados, e os africanos livres e sujeitos a trabalho forçado, mas remunerado. Provavelmente, a diferença real deveria ser maior do que a verificada nos documentos, pois muitos proprietários não registravam a morte de seus escravos na paróquia e os enterravam sumariamente nas fazendas ou em locais abandonados fora dos cemitérios urbanos. Acreditamos que o escravagismo no Brasil tenha sido menos rígido do que em muitos estados do sul dos Estados Unidos, por várias razões tais como a permissão do uso de escravos nas fábricas, maior tolerância do assalariamento de escravos, e o desinteresse por parte dos comerciantes de se converterem em proprietários de terras e escravos para adquirir *status*, o que permitia maiores alternativas de investimento do capital comercial.

Uma das formas principais de apropriação do excedente da produção tropical e da exploração mineira e da pecuária, no período colonial, era por via fiscal, por meio de uma série de impostos sobre a produção, a comercialização e o transporte dos produtos, e por intermédio de empréstimos e donativos forçados. Uma parte do excedente obtido dessa forma revertia para comerciantes que arrematavam em hasta pública a arrecadação de certos impostos. Outro processo de carrear o excedente colonial para os comerciantes e seus associados no reino, era o monopólio comercial e o controle da balança, de forma que fosse sempre favorável à metrópole. No entanto, nos séculos XVII e XVIII, os comerciantes locais dos principais portos do Brasil começaram a captar parte desse excedente através não só da participação no comércio com a África mas também do contrabando. As diferenças de preços de compra e venda eram extremamente elevadas, e os juros dos empréstimos aos produtores diretos e aos consumidores muito altos. Esses comerciantes eram antimonopolistas, mas não tinham grandes estímulos para modificar o modo de produção que lhes proporcionava lucro. Também deve-se considerar que o seu capital de investimento era limitado em virtude da drenagem do excedente pelo Estado e pelos comerciantes metropolitanos.

A Igreja e as ordens religiosas também captavam uma parte do excedente dos produtores diretos e eram elas próprias produtoras diretas e proprietárias imobiliárias detentoras de mão-de-obra e prestamistas.

No subperíodo compreendido entre final do século XVIII e a vinda da família real para o Rio de Janeiro, a produção secundária se limitava basicamente à atividade artesanal controlada pelas corporações e à associada à agricultura tropical: refinação do açúcar, destilação da aguardente, torrefação do café e beneficiamento do arroz.

De início, no subperíodo de 1809 a 1849, a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação foi o instrumento da política de restauração da liberdade e promoção da indústria através da concessão de isenção de impostos de importação de matérias-primas e máquinas, de exportação de produtos manufaturados, de privilégios aos artesãos, de prêmios e monopólios aos inventores e aperfeiçoadores de máquinas, de créditos provenientes de loterias promovidas pelo Governo, de subvenção para a vinda de mestres de Portugal para o Brasil, do estabelecimento de um Colégio de Fábricas para divulgar tecnologia e de uma fábrica modelo no Rio de Janeiro.

No entanto, a própria Junta se pronunciou de forma inequívoca sobre o papel do Estado, declarando que este era primordialmente de fomento à agricultura tropical, escravagista de exportação, sustentáculo da economia do Brasil. Segundo a Junta, o capital para o artesanato, manufatura e indústria deveria provir de fontes particulares. Quando muito, o Governo poderia beneficiar a produção secundária que fosse inovadora com a concessão de subsídios temporários provenientes do produto de, no máximo, duas loterias por ano, dando prioridade às empresas que empregassem mão-de-obra livre. As primeiras listas de fábricas (vidro, papel, tecidos, transportes) que receberam crédito de loterias apareceram na década de 40 do século XIX quando a repressão ao tráfico negreiro pela Inglaterra atingira o auge, e a demanda de escravos pela cafeicultura começara a se expandir consideravelmente. A pesquisa que fizemos demonstra o predomínio da atividade artesanal, o uso escasso de máquinas, a dimensão reduzida das empresas, quase todas de tipo familiar-privado-nacional. As atividades mais importantes num conjunto de 103 empresas que receberam provisão de fábrica no Rio de Janeiro entre 1809 e 1849 eram a produção de chapéus, sabão, vela e graxa. Os ramos de sapatos, mobílias e alimentos, que também eram significativos na época, não obtiveram provisão de fábrica. O capital provinha do lucro do comércio e das oficinas artesanais que produziam e vendiam sob encomenda para um mercado limitado ou de indústrias transferidas. A provisão de fábrica era concedida pelo Governo em função da escala de produção, do número de operários e das instalações e máquinas. Nas informações prestadas à Junta pelas empresas que solicitavam essa provisão, pode-se verificar que o capital comercial que as financiava não influía nas relações de produção, contribuindo apenas para aumentar a escala de operações da empresa e alargar o mercado consumidor. O sistema bancário não oferecia crédito diretamente à

produção primária e secundária; apenas dava respaldo às casas comissárias que emprestavam aos fazendeiros, tendo como garantia a colheita e os escravos. Mais de 50% da mão-de-obra das empresas que forneceram informações à Junta do Comércio era constituída por escravos. Uma boa parte delas só dispunha de mestres e aprendizes livres ou escravos regidos por corporações e uma minoria já apresentava certa especialização de funções como diretor, caixeiros, mestres de cada operação em que se desdobrava o processo produtivo e mão-de-obra livre e escrava na fábrica e fora dela, sendo que esta última trabalhava de forma domiciliar ou artesanal e vendia o produto à empresa.

O escravagismo urbano desempenhava um papel preponderante no declínio das corporações no Rio de Janeiro, no período de 1820-40. Essa decadência afetou negativamente o padrão salarial, sobretudo dos mestres que perdiam uma posição privilegiada. No subperíodo de 1850 a 1888 surgiram as sociedades anônimas e multiplicaram-se os bancos. As tarifas alfandegárias Alves Branco (1844), estabelecidas em função da necessidade de equilibrar o orçamento, serviram indiretamente para beneficiar a produção secundária no Rio de Janeiro.

A abertura das ferrovias do café de 1846 a 1880, ligando a zona da mata, o Espírito Santo, o nordeste paulista ao Rio de Janeiro, serviram indiretamente à formação de um mercado interno suprido pela capital.

Finalmente, a repressão do tráfico negreiro pela Inglaterra e a epidemia altamente mortífera de 1850 criavam um ambiente de pânico em relação ao abastecimento de mão-de-obra escrava.

A abolição efetiva do tráfico em 1850, a alta taxa de mortalidade dos negros, as epidemias de 1850, 1855, 1857, 1860, 1865, 1867 e 1868, e a concorrência de mão-de-obra para as plantações de café rurais causaram um rápido declínio da população escrava urbana na segunda metade do século XIX, apesar do suprimento que provinha do Nordeste ser bastante substancial, a julgar pelos dados estatísticos do período, 1877-81. Esses fatores associados à liberação do capital empregado no tráfico negreiro, criavam a primeira brecha na economia de plantação escravagista e permitiam modestas tentativas de desenvolver a manufatura e a indústria.

A Guerra do Paraguai, incrementando a demanda e a inflação numa época de declínio da população do Rio de Janeiro, em virtude das epidemias de 1865, 1867 e 1868, criou condições favoráveis a um surto do artesanato, da manufatura e da indústria, ainda marginal. Por outro lado, o conflito contribuiu para acelerar o declínio do escravagismo em face da liberação dos escravos que serviram na frente de combate. Nesses anos houve uma perda de poder aquisitivo dos assalariados em decorrência da inflação e do abastecimento das tropas.

Apesar dessas transformações, ainda prevalecia o capital comercial que não produzia mudança nas relações de produção. Nas sociedades anônimas ele se concentrava nas empresas de comércio e serviço. A atuação dos bancos no campo da produção continuava escasso e não existia uma política de tipo colbertista nem nessa época.

O investimento já realizado no escravo e na terra e uma capacidade mínima de reprodução e de auto-sustentação do escravo, mantendo cultivos de subsistência, permitiam a sobrevivência da plantação, a níveis baixos de rentabilidade. Quando a fertilidade do solo se reduzia, a concorrência de regiões mais adequadas se incrementava ou o preço do produto baixava no mercado internacional.

No entanto, a acumulação de capital decorrente da cafeicultura, apesar das crises de superprodução e do sistema escravagista, criava as pré-condições para a revolução industrial no Rio de Janeiro.

A transição da manufatura para a indústria e do capital comercial para o financeiro e industrial só ocorreu com a abolição da escravatura e a crise de 1888/89 a 1894. Esta foi mais grave do que as anteriores, decorrentes de flutuações de preços do café no mercado internacional, do declínio do valor do escravo (1864 e 1873-78) e das dificuldades de financiamento, porque além desses fatores houve a abolição da escravatura, a queda da produção do Vale do Paraíba, a seca do Nordeste e nos anos subsequentes a recuperação da lavoura de São Paulo acarretou a superprodução e o declínio do preço do café que por sua vez prolongou a depressão. A magnitude da crise foi agravada pelas despesas com a repressão à Revolta da Armada e do sul do País. A crise foi tão profunda que abriu uma brecha no sistema de dominação que permitiu a ascensão temporária ao poder de grupos que não eram oriundos da classe dos proprietários de terra: os militares e os membros do Partido Republicano do Rio de Janeiro na sua maioria profissionais liberais.

Nos anos de 1889 a 1894 quando os cafeicultores de São Paulo conseguiram eleger Prudente de Moraes, houve uma ampliação da burocracia, do estabelecimento militar e das funções do Estado. A burguesia comercial tradicional que financiava a colheita e exportação do café, açúcar e borracha perdeu prestígio; uma nova burguesia comercial interessada em investimentos nos transportes, serviços e indústria foi beneficiada pela mudança de conjuntura.

De 1889 a 1894 a inflação limitou as importações de produtos manufaturados sem impedir a de máquinas e tecnologia, a circulação monetária se acelerou em função da política emissora, da abertura de crédito à produção secundária, da abolição da escravatura, do declínio da taxa de mortalidade, do aumento da imigração, e da migração do campo para a cidade e dos subúrbios para o centro urbano, em face da desagregação da cafeicultura. A integração do mercado interno,

graças à expansão das rodovias, ferrovias, marinha mercante e da construção naval e de outros meios de transportes constituiu elemento indispensável à transição da manufatura para a indústria. Nesse mesmo período, também se formou o mercado de mão-de-obra em proporções significativas, desaparecendo as formas de serviço pré-capitalista, como a do agregado urbano. De um modo geral o poder aquisitivo dos assalariados baixou em virtude da rápida inflação.

A revolução técnica ocorreu nesse mesmo período com a introdução da eletricidade, de máquinas importadas, do transporte moderno já mencionado, e de especialistas.

A retomada da hegemonia da oligarquia do café por volta de 1894, já recuperada da crise de 1888 — que afetara mais profundamente o Rio de Janeiro — e do deslocamento do centro político para São Paulo, deu início à política anti-industrial e de deflação. Em 1906, o Acordo de Taubaté sacrificava os interesses do Rio de Janeiro. A decadência da cafeicultura no Vale do Paraíba modificara a função do porto do Rio de Janeiro de grande exportador para o de importador e redistribuidor, com uma tendência constante ao déficit da balança comercial, o que era desfavorável ao desenvolvimento da produção secundária, nessa cidade.

Quanto ao Encilhamento, a descrição tradicional deste período como sendo uma fase de especulação desenfreada, sem resultados consistentes, é inteiramente falsa quanto ao Rio de Janeiro. Justamente aqueles setores de ponta, quando da transformação de manufatura em indústria, tais como fábricas de tecidos e bebidas, foram os que melhor resistiram e perduraram com as suas ações na Bolsa. Na realidade, os resultados do Encilhamento foram na sua essência irreversíveis. Houve apenas, após 1894, uma redução da taxa de capitalização das empresas modernas e uma recessão.

A população da cidade do Rio de Janeiro no período da Revolução Industrial sofreu um aumento substancial de mais de 100% em 30 anos, entre 1890 e 1920, que correspondeu ao declínio da plantação, à migração do campo para a cidade, à entrada dos imigrantes, e ao declínio da mortalidade. Nesse período, o artesanato decaiu, os trabalhadores e artesãos foram expulsos do centro da cidade, os subúrbios se transformaram perdendo seu caráter predominantemente rural. A tendência demográfica desse período contrastava com a das décadas de 20 e 50 do século XIX.

O período de Campos Salles, ao contrário da imagem tradicional, foi favorável à indústria em consequência das barreiras alfandegárias criadas nesses anos, da baixa das tarifas ferroviárias e do incremento da cultura destinada ao abastecimento do Rio de Janeiro. Foi o período de florescimento da horticultura nos subúrbios, sobre os escombros da grande plantação. Esses fatores contribuíram para uma melhoria do padrão de vida dos assalariados no Rio de Janeiro.

A Primeira Guerra Mundial forçou a mudança da política governamental. O crédito foi novamente aberto à indústria, em vista da crise das importações de manufaturados. A produção secundária foi favorecida pela existência do mercado interno, insatisfatoriamente suprido e pela conquista de mercados externos.

Em 1917 o processo de proletarização e empobrecimento da mão-de-obra atingiu o auge com a inflação e o encarecimento dos gêneros alimentícios. Apesar dessa perda do poder aquisitivo do proletariado, o processo de substituição de importações foi um mecanismo essencial para o surto de prosperidade industrial desses anos em virtude do consumo dos setores médios e altos de renda, de mercados internos dependentes e de novos mercados externos, cuja demanda já não era suprida pelos produtores estrangeiros.

Enquanto no período de 1820 a 1880 não houve grande mobilidade entre os vários níveis de renda, a partir dessa data até 1917 houve uma tendência à baixa do poder aquisitivo dos trabalhadores em decorrência da quebra da proteção das corporações, da integração do mercado de mão-de-obra e da abundância de oferta de trabalhadores. Do final do século XIX à década de 20, formaram-se novos partidos, desenvolveu-se o anarquismo e o anarco-sindicalismo e se afirmou o conflito entre capital e mão-de-obra.

O anarquismo era favorecido não só pela coexistência do artesanato, manufatura e indústria que dificultava a organização e o controle de mão-de-obra, mas também pelo fato do Estado não representar a burguesia industrial. Somente a reforma constitucional de 1926 atribuiu competência exclusiva à União para legislar sobre trabalho. O Estado se manifestava, portanto, mais ao nível policial do que legislativo até o fim da década de 20. Nesse período, houve uma prioridade do investimento na agricultura tropical do café e uma relativa estabilidade monetária que preservou o poder aquisitivo dos assalariados. O Governo procurou controlar o movimento operário, após 1926, mediante pequenas concessões quanto à duração da jornada do trabalho, ao trabalho do menor e da mulher, e às férias quinzenais. Também foi usado o mecanismo de repressão, por intermédio da lei que permitia a expulsão dos estrangeiros que participassem de qualquer tipo de manifestação política.

O fracasso das greves e da estratégia anarquistas nos anos anteriores contribuiu para um declínio do ativismo operário. Nesse período verificaram-se as crises típicas do capitalismo, bem diversas das do século XIX, já mencionadas, por se situarem predominantemente ao nível da produção. A de 1906 já fora motivada pela super-produção do café, as de 1922/23, de 1924-26, e de 1929 tiveram esse mesmo caráter.

Nesse período, o Governo procurou recorrer a empréstimos externos (1915, 1927, 1928), à política de sustentação do café, iniciada ao nível estadual em 1906 e à deflação e volta ao padrão-ouro, em 1920, 1921 e 1924. Nesses anos não houve harmonia das classes dominantes como afirmam alguns autores²⁹⁴, mas a imposição pela oligarquia do café, de uma política de defesa do produto, considerada prejudicial pelos industriais do Rio de Janeiro (amplamente documentado no Capítulo IV).

O principal argumento usado pelos empresários era o do valor da produção de tecidos que representava uma poupança de divisas equivalente à renda da exportação do café. Os industriais do Rio de Janeiro queixavam-se ainda do encarecimento do custo da energia elétrica, das tarifas ferroviárias, da multiplicação dos impostos, do ônus da legislação trabalhista e da falta de proteção alfandegária adequada à empresa nacional. Apoiaram a política de Washington Luiz de volta ao padrão ouro, considerando que a defesa da produção nacional deveria se situar na política alfandegária e não na inflação. O tipo de oposição ao Governo da década de 20 foi ao nível das revoltas dos tenentes que eram contrários tanto à oligarquia do café quanto aos industriais nacionais e ao capital estrangeiro. Esses movimentos não apelaram para o apoio operário e até mesmo recusaram-no, em São Paulo.

O principal problema da manufatura e indústria do Rio de Janeiro, nesses anos, residia na perda do mercado interno. O Rio Grande do Sul e outros Estados criaram impostos que tornavam proibitiva a exportação de manufaturas do Rio de Janeiro para esses mercados. São Paulo fazia uma concorrência crescente ao Rio de Janeiro e as tarifas ferroviárias eram discriminatórias, prejudicando os produtos da capital no mercado do Estado.

O deslocamento da cafeicultura mais rentável para São Paulo favoreceu a acumulação capitalista nessa cidade e na região a ela subordinada, estando na raiz da expansão industrial. O café gerava um alto nível de renda e condicionava o poder de compra. As crises cíclicas favoreciam a transferência periódica do lucro da cafeicultura para outras atividades mais rentáveis, temporariamente, sobretudo quando o estado promovia a desvalorização da moeda para proteger essa atividade agrícola e que redundava em aumento dos preços das manufaturas.

O período de 1930 a 1945 foi o da consolidação da indústria. Inicialmente o Governo Provisório satisfaz as aspirações da indústria, e suspendeu a política de sustentação do preço do café. Aparentemente, porém, contradiz esses interesses, pois retoma-a, abandona o padrão ouro e promove a legislação trabalhista. Essa

²⁹⁴ ERICKSON, Kenneth Paul et alii. Research on the urban working class and organized labor in Argentina, Brazil, Chile, what is left to be done? *Latin American Research Review*, Austin, The Univ. of Texas, 9(2): 115-42, Summer 1974.

contradição é apenas aparente, pois a nova política do café implicou num efeito anticíclico e acarretou uma transferência de capital da atividade agrícola exportadora para a industrial.

Entre 1920 e 1940 o crescimento da população urbana foi insignificante apesar da indústria, não havendo, portanto, uma marginalização maciça.

A análise da evolução salarial e do custo da alimentação no período de 1820 a 1930 revelou uma crise por volta de 1840, resultante da desintegração das corporações, e três períodos de declínio do poder aquisitivo: durante a Guerra do Paraguai, o Encilhamento e a Primeira Guerra Mundial. Na década de 20 houve uma melhora do poder aquisitivo; de 1930 até aproximadamente 1937 manteve-se ou sofreu pequena perda; de 1938 a 1943 verificou-se uma profunda deterioração e de 1943 a 1945 houve uma nova melhora. Devemos observar que a política de Vargas durante a Depressão e o conflito mundial conseguiu não só evitar um declínio excessivo do padrão de vida como também melhorá-lo no final, apesar da inflação. Essa política certamente teve efeito sobre a industrialização em consequência da substituição de importações.

O tão discutido efeito anticíclico da política do café parece definitivamente esclarecido pelo próprio Celso Furtado. Se bem que não tivesse ocorrido um aumento substancial de meios de pagamento para financiar as quotas de sacrifício do café, houve uma aceleração da circulação evidenciada no crescimento dos depósitos à vista e a curto prazo e uma transferência do ônus da sustentação do preço do produto ao comprador externo, cuja demanda era inelástica. Quanto ao fluxo de capital da atividade agrícola exportadora para a industrial, este foi negado por CARLOS PELÁEZ²⁹⁵ que atribuiu importância exclusiva na análise da recuperação econômica aos subsídios às exportações de tecidos, ao financiamento dos déficits orçamentários e à balança comercial favorável. (É claro que uma tese não exclui a outra.) Os subsídios tiveram um impacto positivo mas limitado e no caso do Rio de Janeiro a balança comercial foi deficitária. Aliás o próprio Peláez reconheceu a transferência de capital da produção e comércio do café para a do algodão e apenas negou, sem provas concludentes, a transferência para a indústria. Finalmente, esta última atividade foi beneficiada pela retração das importações.

A legislação trabalhista do período de domínio dos tenentes no poder, de 1930 a 1932, e o encorajamento oficial à sindicalização foram acompanhados de

295

PELAÉZ, Carlos Manuel. *Historia da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro, APEC, 1972.

uma repressão, até certo ponto clandestina, dos líderes trabalhistas militantes. Os partidos, as organizações radicais foram banidas e o Estado assumiu plenamente o papel de árbitro entre o capital e o trabalho.

Portanto, como analisou BORIS FAUSTO²⁹⁶ apesar da Revolução de 30 não poder ser caracterizada como burguesa-industrial ou como pequena burguesa, ela beneficiou esta classe e certos segmentos dos setores médios. Concordamos com esse autor quanto ao fato de a Revolução de 30 ter posto um fim à hegemonia da burguesia do café, sem ser produto da oposição de um setor industrial supostamente interessado em expandir o mercado interno, mas sim resultado da necessidade de reajustar a estrutura do País, cujo funcionamento voltado para um único gênero de exportação se tornava cada vez mais precário.

Os tenentes, embora não se identificassem com a pequena burguesia tiveram pontos em comum com essa classe, entendida como pequena indústria, comércio e propriedade agrícola. Sua preocupação máxima residiu na derrubada das oligarquias agrárias, da grande indústria, do capital estrangeiro e do latifúndio. O movimento anarquista dos operários afastava o tenentismo do proletariado.

Em 1934, mantido até certo ponto o nível de emprego graças à sustentação da principal atividade do País, a crise já se achava superada. Ao contrário do que ocorreu no País como um todo, o crescimento industrial do Rio de Janeiro foi mais moderado de 1934 a 1938 e mais acelerado de 1939 a 1945. O processo de substituição de importações e de conquista de mercados externos de novo desempenhou um papel essencial, mais importante do que na Primeira Guerra Mundial.

Uma vez que o Rio de Janeiro perdera mercados internos antes subordinados a esse centro, tornava-se indispensável a aquisição de outros, externos. Em vista deste fato, passou a exportar produtos manufaturados e frutos cítricos, resultado da transformação do meio agrário do Estado que se tornou parcialmente capitalista nessa época.

Após a derrubada do tenentismo em 1932, formou-se uma coalisão do núcleo agrário exportador e da burguesia industrial que impedia uma mudança radical das relações de produção com base na propriedade agrária.

O processo de substituição de importações teve maior impacto na Segunda Guerra Mundial por causa da natureza do parque industrial preexistente e da maior capacidade do Estado de assumir uma política operária e de industrialização.

²⁹⁶ BORIS, Fausto. *A revolução de 1930*; historiografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1970.

Após os anos de estabilidade monetária do início da década de 30, a inflação surgiu durante o conflito mundial, porém o Governo foi muito mais eficiente na defesa do poder aquisitivo dos assalariados do que no passado. Em 1936 criou-se o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, implementado em 1938. Em agosto desse ano o seguro social se estendeu a todos os assalariados urbanos. Ainda no mesmo ano foram instaladas as comissões de levantamento de dados para estabelecer o salário mínimo. Este foi implantado em 1940, e concedeu-se um salário mínimo especial aos industriários em 1943.

O abono familiar, o serviço de alimentação da Previdência Social para os membros dos institutos (1940), e o tabelamento de preços eram poderosos mecanismos compensatórios da inflação. Essas medidas que aplacavam as demandas operárias mais urgentes, somadas às de controle dos sindicatos, repressão de líderes ativistas, supressão de partidos, e negação do direito de greve favoreciam a indústria impedindo as paralizações da produção, sem mobilizar politicamente o proletariado. Este, aliás, era mais susceptível de ser controlado na medida em que se concentrava em unidades industriais maiores.

As iniciativas do período de Vargas para limitar a participação de imigrantes na mão-de-obra e o próprio declínio da vinda destes durante a Guerra contribuíam para enfraquecer o ativismo. O crescente recrutamento da mão-de-obra fabril no meio rural atingido pela crise da agricultura tropical de exportação e incorporado de maneira imperfeita à agricultura capitalista, dificultava a formação de um espírito de solidariedade e agravava o distanciamento do operário especializado e não especializado.

A política de industrialização do Estado Novo compreendia tarifas protetoras, quotas de importação, manipulação do câmbio e investimentos diretos do Estado em setores básicos como petróleo, aço, navegação, peças de aviação, máquinas de caminhão. Os anos da Segunda Guerra Mundial correspondiam a uma fase de nacionalização das empresas comerciais e industriais no Rio de Janeiro, principalmente em virtude do aumento do investimento do Estado, do declínio da entrada de capitais europeus e de uma tendência de substituição do capital de investimento por empréstimo externo, sobretudo norte-americano.

O poder aquisitivo do operariado no Rio de Janeiro teve pequeno declínio de 1931 a 1937 em consequência da taxa de inflação moderada e da rápida recuperação da crise. De 1938 a 1943 a inflação se elevou consideravelmente e o poder aquisitivo dos operários, profissionais liberais, diretores e gerentes de fábrica se deteriorou acentuadamente. De 1943 a 1945 a política salarial e de controle dos preços e a instalação de restaurantes populares aliada à expansão industrial favoreceu a melhora do poder aquisitivo na capital.

Alguns dos aspectos mais importantes do período foram a nacionalização dos bancos, que permitiu uma ação mais coerente de impulso à indústria, e a política de captação de recursos financeiros internos em substituição aos empréstimos externos.

Vargas procurou ampliar a coalisão da burguesia do café e industrial mediante a incorporação de um setor novo da pequena burguesia; a burocracia estatal e a sindical semi-oficial e, finalmente em 1945, a do operariado, sob o impacto da crise econômica e política motivada pelo fim da Guerra e do novo alinhamento de forças internas.

A própria eficácia da desmobilização política operária de 1935 a 1944 condenou ao insucesso a tentativa de usar essa classe como contrapeso às pressões militares e civis que rompiam o equilíbrio da coalisão.

Finalmente, deve ser considerado em que medida a teoria da dependência se aplica ao estudo do Rio de Janeiro. Obviamente, a dependência não pode ser interpretada de forma mecânica de determinante exclusiva, mas sem dúvida ela limitou drasticamente as opções do Brasil em momentos de crise e transformação econômica.

No século XVI havia uma dependência absoluta. No século seguinte a prosperidade econômica regional e o enfraquecimento da metrópole reduziram a subordinação da capitania e cidade do Rio de Janeiro. No século XVIII a monarquia procurou exercer um controle mais efetivo, mas simultaneamente o Rio de Janeiro ampliou a sua área de dominação econômica e política na colônia. No século XIX, a transferência da sede do Império Português para o Brasil não acarretou uma mudança substancial na participação da burguesia agrária, comercial e usúria colonial no poder. No entanto, a hegemonia portuguesa declinou e após a independência foi substituída pela inglesa.

Nas décadas de 40 e 50 do século XIX, a política imperial foi nitidamente condicionada pela pressão britânica. As decisões de proteger certas indústrias estratégicas foram, ao menos em parte, respostas ao receio de represálias em face da não renovação do tratado com a Inglaterra e da implantação das tarifas Alves Branco. A crise da mão-de-obra escrava estava ligada, por um lado, à alta mortalidade da época, ordinária e epidêmica, e por outro, à repressão do tráfico negreiro. O declínio da economia de plantação escravagista estava condicionado pelos preços do escravo e do café no mercado internacional que só davam lucros às frentes agrícolas novas e altamente bem dotadas para essa produção. (O Encilhamento, período decisivo na transição da manufatura para a indústria no Rio de Janeiro, estava diretamente vinculado à crise do café.)

A industrialização era dependente da mão-de-obra imigrante, da tecnologia dos especialistas, da maquinaria e do capital estrangeiros, da conquista de novos mercados externos e das oportunidades de substituir importações nos dois conflitos mundiais e na crise de 1929. No entanto, já mencionamos como a reação às guerras mundiais foi diferente. A dependência também se refletia nas balanças de pagamentos e comercial. O próprio esforço de nacionalização só se realizou numa época de enfraquecimento das potências dominantes engajadas no conflito e por essa razão se revestiu de extrema fragilidade e ficou subordinado ao Estado que, por sua vez, entrou em crise em 1945.

ANÁLISE DAS FONTES PRIMÁRIAS

ANÁLISE DAS FONTES PRIMÁRIAS

Comércio Exterior do Porto do Rio de Janeiro

Período Pré-Estatístico

As principais fontes utilizadas foram as balanças comerciais do final do século XVIII, consultadas, no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional, Seção dos Manuscritos, e em Lisboa, nos Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo do Ministério das Obras Públicas e Arquivo do Tribunal de Contas.

O registro das frotas, para o período 1739-63, foi localizado por nós no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e os marcos dos navios relativos ao período 1764-805, pelo Dr. Corcino Medeiros dos Santos no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, cujos dados também são utilizados por nós nessa pesquisa.

Os registros de entradas de embarcações no porto do Rio de Janeiro constam de códices do Arquivo Histórico do Estado da Guanabara. Foi usado em particular o códice 57-3-5 de 1793 a 1802.

Os almanaques históricos da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792, 1794 e 1799, elaborados por Antonio Duarte Nunes, contêm listas de entradas de embarcações no porto do Rio de Janeiro e informações incompletas sobre carga.

As tabelas de comércio de cabotagem e longo curso, do Rio de Janeiro, de 1813 a 1817, elaboradas por John Luccock — negociante inglês estabelecido no Rio de Janeiro, que teve acesso a fontes oficiais hoje desaparecidas — constituem uma documentação essencial. Estão contidas na sua obra *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brazil taken during a residence of ten years in that country from 1808 to 1818*.

Período Estatístico

Os levantamentos mais antigos que encontramos foram os de 1843. A série de balanças comerciais do Rio de Janeiro de 1843 a 1893 foram elaboradas pelo Ministério da Fazenda, sendo usados os valores oficiais das importações e exportações.

As balanças comerciais eram apresentadas nos relatórios anuais deste Ministério. De 1893 a 1894 os valores oficiais passaram a ser estabelecidos pelo Tesouro Federal, mas a estatística continuou a cargo do Ministério da Fazenda até 1907. De 1901 a 1907 foram da responsabilidade do Serviço de Estatística Comercial desse Ministério.

De 1908 a 1912 as estatísticas do comércio exterior passaram a ser publicadas no *Anuário Estatístico do Brasil*, da Diretoria de Estatística do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio. De 1910 a 1928, novamente o Ministério da Fazenda apresentou os dados sobre comércio, por intermédio da sua Diretoria de Estatística, e daquele ano até 1930 esse encargo passou para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De 1930 a 1945 a Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, ficou incumbida dessa tarefa. Os dados usados são abaixo dos valores reais do mercado.

Os quadros das exportações de café feitas pela Província do Rio de Janeiro, no período 1840-59; da procedência do café exportado, no período 1852-59, e do açúcar exportado pela Província do Rio de Janeiro, no período 1846-52, provêm do trabalho fundamental de Sebastião Ferreira Soares, *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e a carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*.

Os quadros relativos ao comércio de longo curso e de cabotagem, com valores oficiais, procedência e distinção dos gêneros nacionais e estrangeiros, para o período 1863-66, foram elaborados pela Comissão de Estatística do Ministério dos Negócios de Agricultura, e o quadro da importação e exportação da Província do Rio de Janeiro, de 1864 a 1867, foram publicados no Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1867.

Produção e Comércio Interno

Período Pré-Estatístico

Os almanaques da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792, 1794 e 1799, já citados; os *Almanack Laemmert*, 1840-89; o *Almanack Imperial do Comércio e das Corporações*, de 1842, e o *Almanack dos Negociantes do Império do Brasil*, de 1827, fornecem dados sobre o número e o tipo de empresas agrícolas e de criação, artesãos, oficinas e fábricas, e sobre comércio a varejo e por atacado. Não dão indicações sobre número de assalariados ou operários, capital, potência instala-

da ou valor da produção, nem definem as classificações usadas. Os códices de registro de ofícios e casas de comércio de 1790, 1791, 1792, 1822, existentes no Arquivo Histórico do Estado da Guanabara, apresentam o mesmo tipo de dados dos almanaques, mas são de modo geral mais completos, pois o registro era obrigatório e os almanaques eram apenas guias comerciais genéricos. Os levantamentos feitos pela Prefeitura compreendiam casas comerciais, oficinas, fábricas, artesãos, capinzais, fazendas, e hortas distribuídas por freguesia. Apresentam as mesmas deficiências quanto a capital, produção, energia e mão-de-obra. O mais antigo que encontramos data de 1852 no Relatório apresentado à Câmara Municipal, de 1855.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria incumbiu o seu sócio, o Conde de Gestas, de fazer um inquérito sobre as fábricas existentes, em 1836, no Rio de Janeiro, sendo publicado sob o título de *Memória sobre o estado atual da indústria na cidade do Rio de Janeiro e lugares circunvizinhos*, no Auxiliador da Indústria Nacional 1837.

A tabela das sociedades anônimas registradas no Tribunal do Comércio da Corte, 1851-65, publicada no Relatório do Ministério dos Negócios da Justiça, 1866, é uma fonte de grande importância.

As relações das fábricas protegidas pelo Estado mediante loterias ou prestações dos cofres oficiais constituem outra fonte sobre a produção secundária do Rio de Janeiro, no período de 1841 à década de 50 do mesmo século. Encontram-se no Relatório da Repartição dos Negócios do Império, de 1850 (quadro dos privilégios concedidos entre 1841 e 1848); Relatório do Ministério dos Negócios do Império, de 1857 (quadro dos privilégios concedidos em 1856); Relatório do Ministério dos Negócios do Império, de 1858 (quadro dos privilégios concedidos em 1857). As tabelas elaboradas pelo Ministério da Fazenda com o objetivo de cobrança de imposto alfandegário ou sobre capital ou aluguel de imóvel, que datam de 1856/57 e 1957/58 para o Brasil e 1857 para o Rio de Janeiro, são os primeiros que contêm dados sobre capital, e às vezes número de operários, como na Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda de 1857, no Anexo 50, Estatística de Casas de Commercio e outras de que trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 361 de 15 de junho de 1844, do Município da Corte e diversas províncias do Império, Exercício 1856-1857, Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda, de 1859 no Anexo 64, Estatística de Casas de Commercio e outras de que trata o Capítulo 1º do Regulamento nº 561 de 15 de junho de 1844 do Município da Corte e Províncias do Império em 20 de abril de 1859; Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda acima mencionado, no Anexo 68, fornece a relação das fábricas estabelecidas no município da Corte que gozavam da concessão de despacho livre de matérias-primas, em 15 de abril de 1897.

Os Relatórios das Feiras realizadas no Rio de Janeiro em 1861, 1866, 1873, 1875 e 1881, freqüentemente davam uma idéia da manufatura, artesanato, indústria, capital, valor da produção e, por vezes, do número de operários, força motriz e principais atividades. Um resumo dos relatórios de todas as feiras e uma versão inte-

gral da realizada em 1908 foram apresentados no trabalho intitulado *Notícia sobre o Desenvolvimento de Indústria Fabril no Districto Federal e sua Situação Actual*, publicado pela Prefeitura do Distrito Federal para ser distribuído durante a Exposição Nacional de 1908.

Os relatórios integrais mais informativos são os Relatório Geral e Relatório dos Júris da Exposição Nacional de 1861; Catálogo da Segunda Exposição de 1866; Das Keiser reich Brasilien und der Wiener Weltanstellung von 1873.

Rozendo Moniz Barreto, *Exposição Nacional de 1875. Notas e Observações, Relatório do Ministério de Indústria e Viação e Obras Públicas*, de 1896 contém o Relatório da Exposição de 1895.

Livro da Feira, Segunda Feira Anual no Districto Federal, setembro 1919, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.

Período Estatístico

O primeiro Censo industrial foi em 1907, feito pelo Centro Industrial do Brasil, por solicitação do Ministério de Viação e Obras Públicas, e incluía um levantamento hortícola do Rio de Janeiro. Várias versões diferentes entre si foram publicadas, e a primeira parece ter sido a da *Notícia sobre o Desenvolvimento Industrial Fabril no Districto Federal e sua Situação Actual*, publicada em 1908, que era incompleta. A versão editada juntamente com o Censo de 1920 fazia supressões propositais, a fim de tornar comparáveis os dados de 1907 com os desse ano. (*Recenseamento do Brazil*, realizado em 1º de setembro de 1920, Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, Diretoria Geral de Estatística.) A terceira versão da estatística de 1907 consta do Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Somente confrontando-se essas três versões pode-se ter uma visão de conjunto mais completa dos dados relativos a 1907.

A estatística de 1920 promovida pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio compreendia os primeiros Censos agrícolas e comerciais, além do industrial. Os dois outros recenseamentos relativos ao período em estudo são o Recenseamento Geral do Brasil de 1º de setembro de 1940, e o Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

As comparações entre os quatro Censos de 1907, 1920, 1940 e 1950 só podem ser feitas mediante um reajuste dos dados em face das diferenças de critério, sendo portanto restritas aos elementos semelhantes. Além dos Censos oficiais foram usados os levantamentos feitos das indústrias sujeitas ao Imposto de Consumo que podem ser consultados nas seguintes fontes: Estatística da Indústria Fabril Nacional em 1911 (cálculos baseados na arrecadação do Imposto de Consumo do Centro Industrial do Brasil 1913); Relatório da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembléia Ordinária do ano de 1915; Quadro Estatístico da pro-

dução das fábricas de tecidos em 1914; Quadro discriminando por Estado da produção de tecidos de algodão e o consumo de algodão em rama; Quadro da percentagem entre a produção nacional e o consumo geral nos anos de 1911, 1912 e 1913 relativamente aos artigos que pagam o Imposto de Consumo. Encontramos informações relativas ao número de empresas industriais sujeitas ao Imposto de Consumo e ao valor da produção nos anos de 1925, 1926, 1927, 1928 no Anuário Estatístico do Brasil, de 1936.

Dados semelhantes, incluindo o ano de 1929, podem ser obtidos na Estimativa da Produção Industrial do Brasil dos produtos sujeitos ao Imposto de Consumo arrecadado pelo Governo federal de 1915 a 1929, Anuário Estatístico do Brasil, 1933.

O número de empresas e o valor da produção das indústrias sujeitas ao Imposto de Consumo, relativos aos anos de 1928, 1929 e 1938, foram publicados no Anuário Estatístico do Brasil, 1939, 1940 e 1946, e nos Relatórios da Directoria para serem apresentados às assembléias ordinárias anuais do Centro Industrial do Brasil, antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de 1915 a 1931. Estas últimas fontes davam informações sobre a indústria, as crises, as posições e as iniciativas tomadas pelos empresários face ao Governo e aos operários.

Os Relatórios da Companhia Progresso Industrial, (Bangu), da Directoria às Assembléias Gerais de acionistas (1893-95; 1897; 1898; 1899; 1900; 1904; 1905 e 1906; 1907-11; 1912; 1913-18; 1922-28 tratam da produção, do capital, dos estoques, dos operários. (Faltam os volumes relativos aos anos de 1919, 1920 e 1921. Os relatórios e livros de atas de outras fábricas são manuscritos e figuram na parte relativa a esse tipo de fontes.)

Algumas fontes específicas foram usadas na análise do comércio interno de 1865 a 1913:

Relatório da Prefeitura do Districto Federal, no Anuário Estatístico Municipal do Rio de Janeiro, (1912-16).

Anuário Estatístico do Brasil, Economia e Finanças Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, (1908-12) 1917.

Boletim da Prefeitura do Districto Federal, Secretaria do Gabinete do Prefeito, 1915.

Boletim da Prefeitura do Districto Federal, Secretaria do Gabinete do Prefeito, Março de 1917, (Resumo dos comerciantes volantes).

Os Relatórios da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos forneciam informações sobre o capital das empresas industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, em 1899 e 1905.

Fontes Manuscritas

Arquivo da Companhia Cervejaria Brahma

- Livros das Actas de Reunião da Directoria e Conselho Fiscal da Companhia Cervejaria Brahma dos períodos 1905-11; 1911-17; 1917-35 e 1935-49.
- Livros das Actas das Assembléias Gerais da Companhia Cervejaria Brahma dos períodos 1905-13; 1914-29; 1930-43 e 1944-51.
- Livros de Actas do Conselho Fiscal, 1905-45.
- Livros de Actas da Directoria, 1944/45.

Arquivo da Fábrica Moinho da Luz Antiga Indústria de Sabão e Velas e Luz Stearica

- Diários da Fábrica Moinho da Luz: 1856-58; 1859-64; 1865-71; 1871-74; 1874-78 e 1879-84. Houve um período de paralização da fábrica. Existem volumes anuais de 1889 a 1943.
- Livros de Actas das Assembléias Gerais da Fábrica Luz Stearica, de 1854 a 1872.
- Livros de Actas da Companhia Industrial de Sabão e Velas, de 1890 a 1931.

Arquivo da América Fabril Antiga Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande

- Livros de Actas das Assembléias Gerais da Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande de 1885 a 1922 e de 1923 a 1940.

Esse tipo de documento fornece, entre outras, informações sobre capital, emprego e dispensa de operários, mudanças de administração, estoques, preços.

*Estrutura, Instrumentos Financeiros e Sistema Institucional**Período Pré-Estatístico*

O estudo do crédito no período mais remoto se baseia em parte nas representações do comércio do Rio de Janeiro: *Representação dos homens de negócio e*

mais comerciantes do Rio de Janeiro ao Rei; Representações dos Mercadores com lojas de Varejo; Representação dos Negociantes que se encontram nesta Praça, documentos que se encontram na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

A legislação sobre a Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócios e sobre a Junta do Comércio e as narrativas de viajantes constituem outras fontes importantes. O principal guia para a seleção desse último material é o livro de Paul Berger, *Bibliografia do Rio de Janeiro de Viajantes e Autores Estrangeiros*.

Os almanaques, já citados, também fornecem informações sobre os comerciantes, as casas de comissão, de escravos etc..

Período Estatístico

As fontes principais relativas à estrutura financeira, em época mais recente, são as do Poder Executivo e Legislativo. A coleção de leis do Império, o Diário Oficial, os Anais da Câmara dos Deputados, os Relatórios das Comissões, principalmente os das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça e de Finanças, os Anais do Senado, as mensagens presidenciais são fontes de fácil acesso e de caráter sistemático que favorece a consulta.

Jornais e revistas, especializadas ou não, de associações profissionais ou editoriais, representam o complemento das fontes oficiais e se revestem de uma forte influência ideológica. Os principais periódicos consultados foram:

a) do Rio de Janeiro, não especializados: *Jornal do Commercio, Gazetilha do Jornal do Commercio, Jornal do Brazil, Correio da Manhã, A Capital, Gazeta de Notícias, Diário da Noite, Diário Carioca, A Noite, O Globo, O Jornal, O País*.

b) do Rio de Janeiro, especializados: *Gazeta da Bolsa, Gazeta Commercial e Financeira, Conjuntura Econômica, O Economista*.

c) do Estrangeiro: *Financial Times*.

Os relatórios de instituições também apresentam dados de grande importância, como por exemplo, o Relatório da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos da Capital Federal (apresentado ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, 1893), os Relatórios do Banco do Brasil e os Relatórios do London and Brazilian Bank.

O levantamento das fontes estatísticas publicadas nos relatórios e periódicos permite avaliar o mercado financeiro, verificar o grau de endividamento inter-setorial, a variedade de fontes de crédito e a ampliação dos tipos de ativos financeiros. Trata-se da utilização de técnicas quantitativas em fontes seriais completas já existentes.

Fontes Manuscritas

O suporte da pesquisa financeira foram os manuscritos encontrados no Arquivo Histórico da BVRJ (Bolsa de Valores do Rio de Janeiro), organizado sob a coordenação da professora Maria Bárbara Levy. A série dos livros de Registro das Cotações que se inicia em 1848, assim como os livros de leilões de Promessa de Venda de Câmbio, contribuíram para a apreciação de diversos períodos.

As Atas de reunião das diretorias de instituições financeiras fornecem dados sobre a organização das instituições e os instrumentos financeiros.

A correspondência da Câmara Sindical é um material muito rico sobre todos os aspectos do sistema institucional fornecendo informações sobre os instrumentos financeiros e seu funcionamento. Inicia-se em 1893 e abrange todo o período estudado.

Demografia

Período Pré-Estatístico

As narrativas dos viajantes e as crônicas da época fornecem estimativas precárias sobre a população.

Período Estatístico

A estatística mais antiga é o *Resumo Total da População que Existia no Ano de 1799, Mapa Mandado Organizar pelo Conde de Rezende*. Trata-se de uma relação feita pelos párocos a partir dos rois das paróquias, não compreende militares dos regimentos de linha, os vagabundos e não inclui as freguesias suburbanas. Fornece informações sobre habitantes livres, escravos, cor, sexo, idade, estado civil, óbitos. O resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil contém inquéritos realizados nos anos de 1750, 1760, 1799 e 1808.

A *População da Corte do Rio de Janeiro em 1821* compreende o número de fogos, de habitantes livres e escravos das freguesias urbanas e suburbanas do Rio de Janeiro (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo XXIII, p. 133 a 142). Documento original no Arquivo Nacional.

Relatórios dos Ministérios do Império apresentados às Assembléias Legislativas (1808-1870). Precedidos pela fala do Ministro, esses relatórios se fazem acompanhar de anexos, referentes ao balanço das atividades das diferentes Juntas subordinadas ao dito Ministério. Destas, a mais importante para todo o período é a da Junta Central de Higiene Pública. Segue esse relatório uma ordem quase constante, analisando a situação da Saúde Pública da Corte, a relação das principais moléstias ordinárias e

epidêmicas e é sempre ultimado por um Quadro da Estatística Mortuária do Município Neutro. A partir de 1870, surge um anexo referente à estatística que, sem dúvida, serviu para estimular a criação e regulamentação da Diretoria Geral de Estatística, através do Decreto nº 4.676 de 14 de janeiro de 1871. Esse anexo traz uma *Memória* intitulada: *Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e de cada Província de per si, Tentadas desde os Tempos Coloniais até Hoje* realizada por Joaquim Norberto de Souza e Silva, que é, fora de dúvida, uma resenha preciosa.

Relatórios do Ministério da Justiça. As falas do Ministro da Justiça não são sempre acompanhadas por anexos, publicados na maioria das vezes separadamente. Existem nos acervos do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional duas coleções que nem sempre se completam em relação aos anexos. Para nós os anexos mais importantes são os referentes aos Relatórios do Chefe de Polícia da Corte, que acumulava, então, as funções de Prefeito da capital do Império, obrigado que era a recolher os rois paroquiais contendo o número de almas e dos fogos. O fogo é composto pela família do chefe do fogo (pais e filhos) podendo haver outros dependentes e escravos, mas pode haver um *fogo* sem chefe de família, trata-se dos fogos dos celibatários, de casas habitadas unicamente por escravos, colégios ou regimentos (...) Maria Luiza Marçílio *Tendances et Structures des Menages dans la Capitainerie de São Paulo* (1765-1828) CNRS – Paris, 1971, apresentava essas listas em feição estatística. Em 1857, o Chefe de Polícia Dr. Antonio Thomaz de Godoy dirigiu um inquérito populacional bastante questionável, porém importante enquanto termo de comparação com dados recolhidos de outras fontes.

Estatísticas Oficiais do Século XIX

As estatísticas oficiais do século XIX – 1821, 1838, 1849, 1856, 1870, 1872, 1890 – se encontram nas seguintes fontes:

- Aspectos Estatísticos do Districto Federal, Recenseamento do Rio de Janeiro, Districto Federal, 1906, Anuario Estatístico do Brazil. Território e população do Rio de Janeiro.

O Censo de 1821 foi dirigido pelo Ouvidor da comarca Joaquim José de Queiroz; o de 1838 se realizou por ordem do Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcellos; o de 1849, por ordem do Ministro da Justiça e Negócios do Estado, Conselheiro Euzélio Mattoso Camara e sob a orientação de Roberto Haddock Lobo.

O levantamento de 1856 foi publicado inicialmente no Relatório do Ministério dos Negócios da Justiça e Eclesiásticos. Esse inquérito censitário foi feito pelo Superintendente da Polícia. Os Censos de 1870 e 1872 foram os primeiros realizados sistematicamente, baseados em critérios seguros e apresentando homogeneidade de critérios.

Estatísticas Oficiais do Século XX

- Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920, População do Rio de Janeiro, Distrito Federal. Contém na Introdução, publicada em 1922, um resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil.
- Recenseamento geral do Brasil realizado em 1º de setembro de 1940, Censo demográfico, população e habitação; Censos econômicos agrícola, industrial, comercial e dos serviços.
- Os recenseamentos a partir de 1870 são bem mais completos, contendo informações sobre sexo, idade, condição (livre, escravo liberto) educação, saúde, origem (se estrangeira, de que proveniência) estado civil, distribuição por freguesia, circunscrição e classificação sócio-profissional.

Fontes Manuscritas

Livros paroquiais existentes com relação ao século XIX.

Poucas paróquias possuem registros completos contendo batismo, casamento, óbito, homens livres, escravos, antes de 1838. As demais paróquias apresentam lacunas mais ou menos importantes, relativas a períodos diferentes. O estado dos livros paroquiais é em geral ruim, sendo que a paróquia do Irajá restaurou os seus, e parte dos da paróquia de Santa Rita foram recopiados.

Os dados paroquiais permitem uma análise da mortalidade e natalidade, segundo as paróquias, os sexos, a condição de livre, liberto ou escravo, da intensidade das práticas religiosas (batismo, casamento).

As principais fontes manuscritas relativas a epidemias no século XIX foram encontradas na Biblioteca do Arquivo do Estado da Guanabara: *Epidemias de várias moléstias*, Códices 42-4-58/65; 42-3-26/33; 43-3-35.

Condições de Vida, Mobilidade Social

Preços

A seleção dos produtos baseou-se no critério de sua importância na alimentação e no da comparabilidade das mercadorias escolhidas por Katia Mattoso para estudo semelhante em Salvador.

Os gêneros escolhidos foram os seguintes:

1. Feijão preto (Na contabilidade da Santa Casa de Misericórdia não figura a variedade e a proveniência).

No *Jornal do Commercio* as designações variam, sendo escolhidas as semelhantes: superior até 1872; novo de 1877 a 1889; de Porto Alegre de 1890 a 1915; superior de 1918 a 1925; especial de 1925 a 1926; superior de 1928 a 1930.

2. Arroz (de Iguape de 1865 a 1888; nacional de 1889 a 1910; nacional superior de 1910 a 1914; nacional especial de 1916 a 1927; nacional especial agulha de 1928 a 1929; brilhado de segunda de 1929 a 1930).
3. Carne seca do Prata.
4. Farinha de Mandioca (de Magé de 1864 a 1868; de Suruy de 1869 a 1870; de Magé de 1870 a 1878; de Suruy de 1879 a 1889; de Magé de 1890 a 1900; de Suruy 1901; de Magé de 1902 a 1903; especial fina de 1908 a 1916; de Porto Alegre especial de 1918 a 1925; de primeira de 1926 a 1927; de Porto Alegre especial de 1929 a 1930).
5. Farinha de Trigo (de Baltimore de 1864 a 1869; de Richmond em 1870; de Baltimore em fins de 1870; americana de primeira de 1871 a 1908; Moinho Fluminense de S. Leopoldo ou Moinho Inglês de São Leopoldo de 1908 a 1930).
6. Açúcar mascavinho (de Campos e na falta deste, mascavinho do Nordeste de Pernambuco ou Maceió).
7. Café (primeira boa, em 1865; primeira regular de 1866 a 1887; tipo 6).
8. Bacalhau em tina (de Halifax, Gaspe, C. R. C. Peixeling — qualidade inferior de bacalhau).
9. Carne fresca de vaca. Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.
10. Manteiga (da França Magny Isigny até 1916 e de fins de 1916 a 1930 de Minas Gerais e do Estado do Rio).
11. Toucinho de Minas Gerais.
12. Azeite de iluminação.
13. Pano de algodão (Morim).

A maioria dessas denominações referem-se ao mesmo produto. Quanto ao açúcar, durante vários anos o mascavinho de Campos deixou de aparecer no mercado do Rio de Janeiro, substituído pelo mascavo do Nordeste.

A farinha de mandioca de Magé e Suruy é do mesmo tipo da de Porto Alegre, porém o abastecimento da praça do Rio de Janeiro passou a ser feito pelo Sul, a partir de certa data.

O levantamento de dados foi feito nos arquivos da Santa Casa da Misericórdia; da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e no *Jornal do Commercio*.

Santa Casa da Misericórdia

Livros de Receita e Despesa n.ºs 18 (1815 a 1819); 19 (1820 a 1824); 21 (1828 a 1829); 23 (1833 a 1835); 27 (1837 a 1838); 29 (1839 a 1840); 31 (1841 a 1842); 31 (1843 a 1844); 35 (1845 a 1846). Os Livros de Receita e Despesa n.ºs 37, 39, 43 e 44 não contêm dados sobre preços e todos os demais livros a partir de 1847 já não existem. Nesses livros nem sempre é registrada a quantidade da mercadoria e às vezes a unidade de medida é difícil de ser conhecida.

Ordem Terceira de São Francisco da Penitência

Livros de Receita e Despesa do nº 1 ao nº 322, que compreendem o período de 1827 a 1930. Nessas fontes foram pesquisados apenas os preços de quatro produtos que não apareciam nas listas do *Jornal do Commercio*: carne fresca de vaca, toucinho, pano de algodão e azeite de iluminação. Os registros nesses livros são mais detalhados do que nos da Santa Casa da Misericórdia. Também foram levantadas, nessas fontes documentárias, as séries de salários.

O *Jornal do Commercio* publicou, a partir de 1840, uma lista semanal ou quinzenal de preços do mercado, intitulada de 1840 a 1870 *Preços correntes da Praça*, 1870 a 1900 *Revista do Mercado* e de 1900 a 1930 duas *Revista do Mercado e Gêneros de Consumo*.

Salários

As séries das 39 categorias sócio-profissionais foram levantadas nos arquivos da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, na Santa Casa da Misericórdia, na Fábrica de Velas e Sabão Moinho da Luz de 1820 a 1930. Para o período mais recente foram encontradas folhas de pagamento da Fábrica Corcovado (1934 a 1945) da Moinho da Luz (1933 a 1945), e fichas dos operários da fábrica Companhia Cervejaria Brahma (1904 a 1935), Progresso Industrial (Bangu), 1888 a 1900, América Fabril (Maviles e Bonfim) 1911 a 1935. Essas duas últimas fontes forneceram também dados sobre motivos de demissão, cor, sexo, grau de instrução.

Mobilidade Social

Além da análise de preços de alimentação, salários e poder aquisitivo, foram usadas as fontes legislativas sobre regulamentação das condições do trabalho operário, os jornais operários e sem vinculação com essa classe social, os Relatórios da Directoria do Centro Industrial do Brasil, antiga Sociedade Auxiliadora de indústria nacional já mencionada, os processos movidos pelas corporações. Infelizmente não foi possível encontrar documentação dos sindicatos. Para o período de 1930 a 1945 foram também consultados os estudos de custo de vida dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho e do Instituto de Previdência Social.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias Impressas

Almanaques

- ALMANACK DE ARTE E CAPITAL. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1872-74.
- ALMANACK DE ARTE E PROVINCIAS. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1850; 1852-1871; 1875; 1881.
- ALMANACK DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1845.
- ALMANACK DOS NEGOCIANTES DO IMPERIO. Rio de Janeiro, Plancher-Seignot, 1827; 1842.
- ALMANACK IMPERIAL DO COMMERCIO E DAS CORPORACOES CIVIS E MILITARES DO IMPERIO DO BRASIL. Rio de Janeiro, P. Plancher-Seignot, 1829.
- ALMANACK LAEMMERT. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1840-89.
- ALMANACK NACIONAL DO COMMERCIO DO IMPERIO DO BRASIL. Rio de Janeiro, E. Seignot Plancher, 1832.
- ALMANAQUE DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE 1824. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1969. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 278:197-360, jan./mar. 1968.
- NUNES, Antonio Duarte. Almanaque histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o anno de 1792. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 266:159-290, jan./mar. 1965.

- . Almanaque histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o anno de 1794. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 266:281-4, jan./mar. 1965.
- . Almanaque histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o anno de 1799. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 267:93-214, abr./jun. 1966.
- SURIGUÉ, Sebastião Fabregas. *Almanak Geral do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Commercial Fluminense de F. S. Surigué, 1836.

Anuários Estatísticos

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, 1908-1912; 1916; 1917; 1933; 1936; 1937; 1941; 1947.

Artistas Chapelheiros

- ARMADA, Joaquim Alvaro. *Contra protesto dos abaixo assignados fabricantes e commerciantes de chapéus desta corte*. Rio de Janeiro, Arquivo da Federação Nacional de Indústria, 1876.

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Arquivo. *Os artistas chapeleiros e o contra protesto dos commerciantes de chapéus*. [s.n.t., dat.]

Documento impresso.

- . *Representação dos artistas chapeleiros, apresentados ao conselho da sociedade auxiliadora da Industria Nacional*. Rio de Janeiro, 1876.
- . *À sociedade auxiliadora da Industria Nacional oferecem os artistas chapeleiros*. Rio de Janeiro, Typ. Economica de Machado, 1876.

Censos e Levantamentos da População e Economia

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Recenseamento geral do Brasil de 1º de setembro de 1940*. Rio de Janeiro, 1950. v. 3. (Série Nacional, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial)

- . ----. Rio de Janeiro, 1950. t. 2, v. 24. (Série Nacional, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial)
- . ----. Rio de Janeiro, 1950. t. 1, v. 24. (Série Regional, Distrito Federal, Censos Demográficos de População e Habitação)
- . ----. Rio de Janeiro, 1950. t. 2, v. 24. (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)

- . *Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro, 1956. v. 3. (Série Nacional, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
- . ----. Rio de Janeiro, 1956. t. 2, v. 24. (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
- . ----. Rio de Janeiro, 1956. t. 2, v. 34 (Série Regional, Distrito Federal, Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Indústria. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920; agricultura e indústria*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1920. v. 2, part. 2.
- . *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920; introdução, resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*. Rio de Janeiro, 1922. v. 1.
Contém os censos de 1870, 1872, 1890, 1900, 1906 e 1907, este último das indústrias feito pelo Centro Industrial do Brasil.
- . *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920; população do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1923. v. 2.
- . ----. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1924.
- . *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 1º de setembro de 1920*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1927. v. 5, part. 1.
- . *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1924.
- BRASIL. Ministério dos Negócios da Justiça e Eclesiásticos. *Relatorio do Ministerio dos Negocios da Justiça e Eclesiásticos*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1856. (Anexo D: Relatorio da Secretaria da Polícia da Corte apresentado por Lindolf Ferreira França) Contém o levantamento da população do Rio de Janeiro de 1856.
- DISTRICTO FEDERAL. Prefeitura. Directoria de Estatística. *Aspectos estatísticos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, 1950.
Contém o recenseamento da população do Rio de Janeiro, de 1838, feito por ordem do Ministro do Império, Conselheiro Bernardo Pereira de Vasconcellos e o de 1849 feito sob a direção de Roberto Jorge Haddock Lobo por ordem do Ministro da Justiça e Negócios do Estado, Conselheiro Euzébio Mattoso Camara.
- LOBO, Roberto Haddock. *Reflexões acerca da mortalidade na cidade do Rio de Janeiro em todo o anno de 1847*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial, 1848.
- MAPA da Corte e província do Rio de Janeiro feito por ordem do Ouvidor da Comarca Joaquim José de Queiroz. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 33:133-42, 1821.

RESUMO total da população que existia no anno de 1799 compreendidas as quatro freguezias desta Cidade do Rio de Janeiro até o último de dezembro do dito anno também dos que nasceram e faleceram no mesmo anno de 1799. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de M. G. Ribeiro, 21:288, 1858.

Comércio

MAPA da importação e re-exportação da carne seca no mercado do Rio de Janeiro nos anos de 1872 e 1873 e seu consumo no último quinquênio. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 42:135, 1874.

MERCADO da carne seca. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 51:46, 1883.

MERCADO de aguardente. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 51:45, 1883.

RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. O governador geral protesta contra a Companhia Comercial, 7 de março de 1655. In: ----. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, 1928. v. 2, p. 237, 244.

----. Memorial do governador geral do Brasil de protesto contra a Companhia Comercial, 23 de junho de 1650. In: ----. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, 1928. v. 3, p. 11, 62.

Comércio Exterior

BRASIL. Ministério da Fazenda. Diretoria de Estatística Comercial. Escritório de Informações do Brasil. *Commercio exterior do Brasil 1910-1914*. Paris [s.d.] v. 1.

----. *Commercio exterior do Brasil 1915-1919*. Paris, 1919.

----. *Commercio exterior do Brasil, movimento marítimo, movimento bancário 1922-1926*. Rio de Janeiro, 1927. v. 5.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. Diretoria de Estatística Econômica e Financeira. *Commercio exterior do Brasil resumo, por mercadorias 1932-1936*. Rio de Janeiro, 1937. v. 4.

----. *Commercio exterior do Brasil, resumo por países de procedência e portos de destino*. Rio de Janeiro, 1935. v. 2.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. Serviço de Estatística Econômica e Financeira. *Commercio exterior do Brasil por mercadorias segundo os portos, 1939-1940*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1943. v. 3.

----. *Commercio exterior do Brasil, importação e exportação por portos de destino e procedência, 1943-1944*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1948. v. 3.

- . *Commercio exterior do Brasil, por portos segundo mercadorias, 1941-1942.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1947. v. 5.
- . *Commercio exterior do Brasil, por portos segundo mercadorias, 1945-1946.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1950. v. 5.

Companhia Progresso Industrial do Brasil

COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Relatorio da Companhia Progresso Industrial do Brasil da Directoria ás Assembleas Gerais de Acionistas.* Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1890.

- . ----. Rio de Janeiro, Typ. M. Maximino, 1891-7.
- . ----. Rio de Janeiro, Typ. de H. Ribeiro, 1896; 1912.
- . ----. Rio de Janeiro, Typ. Altina, 1901-1903.
- . ----. Rio de Janeiro, Typ. R. Macedo, 1904.
- . ---. Rio de Janeiro, Imp. da Fabrica, 1905-6.
- . ----. Rio de Janeiro, Typ. União, 1898-1900; 1907-11; 1913-1930.

Exposições e Feiras

- BARRETO, Rosendo Moniz. *Exposição Nacional de 1875 notas e observações.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1876.
- BOLETIM COMEMORATIVO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908. Rio de Janeiro, Directoria Geral de Estatística, 1908.
Contém a estatística de 1907.
- CASTRO, Agostinho Victor Borja. *Relatório da Segunda Exposição de 1866, publicado por ordem do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1869. part. 2.
- CATÁLOGO DA SEGUNDA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1866. Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1866.
- DAS KAISERREICH BRASILIEN AUF DER WIENER WELTAUSSTELLUNG VON 1873. Rio de Janeiro, Universal Buchdruckerei von E. & H. Laemmert, 1873.
- FEIRA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL, 2., Rio de Janeiro, 1919. *Livro da Feira.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1922.
- REGO, Antonio José de Souza. *Relatório da Segunda Exposição de 1866, publicada por ordem do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1869. part. 1.

RELATÓRIO GERAL E RELATÓRIO DOS JURYS DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1861.
Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1861. *Relatório da Exposição Nacional de 1861.*
Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

RIO DE JANEIRO. Exposição Nacional, 1908. *Notícia sobre o desenvolvimento da indústria fabril no Distrito Federal e sua situação actual.* Milano, Typ. de Treves, 1908.
Contém a estatística de 1907.

Fontes Relativas a Preços dos Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro

GÊNEROS de consumo. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1900-30.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 1840-1930.

PREÇOS correntes da Praça. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro 1870-1900.

PREÇOS de mercado. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1840-70.

REVISTA do mercado. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1870-1900.

Franqueza da Indústria

LISBOA, José da Silva. *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil.* Salvador, Typ. M. A. da Silva, 1811. p. 2, 3, 8, 10, 11, 16, 19, 34, 44. part. 6.

Irmandades e Corporações

AUTO da Correição dos ouvidores do Rio de Janeiro 16 de abril de 1624. *Revista de Documentos para a História do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo do Distrito Federal, 1:397, 1894.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis usos e curiosidades.* Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1877.

REGIMENTO dos Ourives. *Boletim do Serviço de Museus*, Rio de Janeiro, Div. do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, 2(3):52-6, 1969.

REGISTRO do compromisso da Irmandade de São Jorge dos Ferreiros desta cidade do Rio de Janeiro. *Revista de Documentos para a História da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo do Distrito Federal, 4, dez. 1897.

ROHAN, Amadeu de Beaurepaire. *Memória histórica da Igreja e da Irmandade de São José.* Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1923.

Leis e Decretos

- BRASIL. Leis, decretos, etc. *Lei n. 2.565 de 29 de maio de 1875.* Rio de Janeiro, 1875.
- SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da legislação portuguesa.* Lisboa, Typ. Maignre, 1828-30.
- SILVA, José Justino de Andrade. *Collecção chronologica da legislação portuguesa.* Lisboa, J. J. A. Silva, 1854-5.

Memórias, Notas e Depoimentos de Autores Contemporâneos

- ANTONIL, André João; pseud. de Giovanni Antonio Andreoni, S. I. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Lisboa, Officina Real Deslandiana, 1711.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro, sac. *Memórias históricas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1943-51. 10 v.
- GESTAS, Aymar Marie Jacques, conde de. A memoria sobre o estado atual da industria na cidade do Rio de Janeiro e lugares circunvizinhos. *O Auxiliador da Industria Nacional*, Rio de Janeiro, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, (3):72-92, 1837.
- LISBOA, Balthazar da Silva. Extracto dos Annaes do Rio de Janeiro pelo Illustrissimo Conselheiro Baltazar da Silva Lisboa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Americana, 4:248-64, jan. 1863.
- . *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Americana, 5:403-28, jan. 1864.
- LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and the southern part of Brazil taken during a residence of ten years in that country from 1808 to 1818.* London, S. Leigh, 1820.
- MEMORIAS publicas e economicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos, por observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 47:44-5, 1884. part. 1.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864.* Rio de Janeiro, E. E. Laemmert, 1864.
- . *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimentícios no Império do Brasil.* Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1860.

Moeda

- MAPPA de toda a qualidade de moedas que nesta capitania circulam na Real Casa da Moeda do Rio de Janeiro do anno de 1798. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 46:191-3, 1883.

Prefeitura: Relatórios, Boletins e Atas

- BOLETIM DA CAMARA MUNICIPAL. Rio de Janeiro, Camara Municipal, abr. 1884.
- BOLETIM DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Rio de Janeiro, Typ. Officinas Graphics do Paiz, :109, 1915.
- DISTRICTO FEDERAL. Relatório do Prefeito do Distrito Federal, parte estatística elaborada pelo Director da Directoria do Interior e Estatística. In: ---. *Relatorio do Director do Matadouro de Santa Cruz*. Rio de Janeiro, 1897.
- DISTRICTO FEDERAL. Prefeitura do Distrito Federal. Directoria Geral de Estatística. Relatório da Prefeitura do Distrito Federal, Directoria Geral de Estatística, Prefeito Milciades de Sá Freire e Director Aureliano Gonçalves de Souza Portugal. In: ---. *Anuario de Estatistica Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. Villas Boas, 1919. v. 3. (fascículo 2; 1912-1916)
- ITAÛNA, Candido Borges Monteiro, visconde de. *Relatorio apresentado a Camara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil de Rodrigues, 1855.
- RIO DE JANEIRO. Camara Municipal da Corte. Ata da 16ª Sessão Ordinária da Camara em 10 de julho de 1885, acompanhada de mapa feito pelo vereador Dr. Pereira Lopes, das reses abatidas de 1882 a 1884. *Boletim da Camara Municipal*, Rio de Janeiro, Camara Municipal, 1885.
- . *Relatorio apresentado a Ilma. Camara Municipal da Corte pelo Dr. José Ferreira Nobre*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1883.
- . *Relatorio da Camara Municipal da Corte, apresentado pelo Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, Presidente da Camara*. Rio de Janeiro, Typ. Cruzeiro, 1881.
- . *Relatorio da Camara Municipal da Corte do Diretor Interino do Matadouro Publico, Antonio Barroso Ferreira*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1884.
- RIO DE JANEIRO. Conselho Municipal da Intendencia do Distrito Federal. *Relatorio do Conselho Municipal, apresentado pelo Coronel Henrique Valadares, setembro de 1893*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1894.
- RESUMO da estatística de volantes. *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, :131, mar. 1917.
- Publicações do Arquivo Público Nacional*
- RIO DE JANEIRO. Arquivo Publico Nacional. *Documentos parlamentares; sessão de 26 de novembro de 1908*. Rio de Janeiro, 1908.

- . *Publicações do Archivo Publico Nacional*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1906. v. 5.
- . ----. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1911. v. 11.
- . ----. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1939. v. 36.
- . *Registro de estrangeiros, 1823-1830*. São Paulo, Ougarit, 1961.
- . *Registro de estrangeiros, 1831-1839*. São Paulo, Linografica Ed., 1962.
- . Relação de algumas cartas das sesmarias concedidas em território da capitania do Rio de Janeiro, 1714-1800. In: ----. *Publicações do Archivo Publico Nacional*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1968. v. 61.
- . Tombo das cartas de sesmaria do Rio de Janeiro. In: ----. *Publicações do Arquivo Publico Nacional*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1967. v. 60.

Relatórios da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos da Capital Federal

- CAMARA SYNDICAL DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL, Rio de Janeiro. *Relatório, anexo ao apresentado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda por José Cláudio da Silva presidente da Camara Syndical*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1899.
- . *Relatório apresentado ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda por José Cláudio da Silva presidente da Camara Syndical*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1905.

Relatórios de Viagens ao Rio de Janeiro e Histórias do Brasil por Autores Estrangeiros

- ANDREWS, Christopher Columbus. *Brazil its conditions and prospects*. New York, D. Appleton, 1887.
- ASHE, Thomas. *A commercial view and geographical sketch, of the Brazils in South America, and of the Island of Madeira*. London. Allen, 1812.
- BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil*. Paris, Education et Jurisprudence, 1815. v. 3.
- BLANCHARDIÈRE, René Courte de la, sac. *Nouveau voyage fait au Pérou*. Paris, L'Imp. de Delaquette, 1751.
- BOUGAINVILLE, Louis Antoine de. *Voyage autour du monde par la frégate du Roi La Boudeuse, et la Flûte l'Etoile - en 1766, 1767, 1768 & 1769*. 2. ed. Paris, Saillant & Nyon, 1772. t. 6.
- CAILLE, Nicolas Luis de la, sac. *Journal historique du voyage fait au Cap de Bonne - Espérance*. Paris, Guillyn, 1763.

- GRANT, Andrew. *History of Brazil*. London, P. Beyer, 1809.
- PRIOR, James. *Voyage along the eastern coast of Africa, to Mosambique, Johanna and Quiloa to St. Helena; to Rio de Janeiro, Bahia, and Pernambuco in Brazil; in the Nisus frigate*. London, R. Phillips, 1819.
- RAYNAL, Guillaume Thomas François. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce européen dans les deux Indes*. Genève [s.d.] 1781. v. 5.
- SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é 1824-1826 huma vez e nunca mais*. Rio de Janeiro, G. Costa [s.d.]
- TAUNAY, Hippolyte. *Le Brésil ou histoire, moeurs usages et coutumes des habitants de ce royaume*. Paris, NEPVEU, 1822. p. 102-6. (Passage des panoramas, 26)
- WEECH, J. Friedrich von. *Brasilien gegenwärtiger zustand und Colonial system besonders in bezug auf Landbau und Handel zunächst für auswanderer*. Hamburg, Bei Hoffman und Campe, 1828. Livro 1.
- . ----. Hamburg, Bei Hoffman und Campe, 1828. Livro 3.
- . *Reise über England und Portugal nach Brasilien und den Vereinigten Staaten des La Plata Stromes während den Jahren 1823 bis 1827*. München, Gedruckt bei Fr. X. Auer, 1831. part. 1.

Relatórios e Publicações do Centro Industrial do Brasil

- CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Brasil e suas riquezas naturais e suas industrias; industria de transportes e fabril*. Rio de Janeiro, Officinas Graphics M. Orosco, 1909.
- . *O Centro Industrial na Conferência Algodoeira*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1917.
- . *Estatística da industria fabril nacional em 1911; cálculos baseados na arrecadação do imposto de consumo*. Rio de Janeiro, Officinas Graphics da Sociedade Anonima Progresso, 1913.
- . *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembléa Geral Ordinária do anno de 1906*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1906.
- . *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembléa Geral Ordinária do anno de 1915*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal de Commercio de Rodrigues, 1915.

- . *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembléa Geral Ordinária do anno de 1925.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1925.
- . *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembléa Geral Ordinária do anno de 1926.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1928. v. 1, p. 38-40.
- . *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembléa Geral Ordinária do anno de 1928 (1926-1928).* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1928. 2 v.
- . *Relatorio da Directoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado à Assembléa Geral Ordinária do anno de 1931.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1931. v. 2.

Relatórios de Ministérios e Vice-Reis

- BRASIL. Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. *Relatorio do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1896.
- BRASIL. Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio. Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho. *Alguns aspectos da política do salário mínimo.* Rio de Janeiro, 1946.
- BRASIL. Ministerio dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas. *Relatorio do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas, apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão, 13ª Legislatura pelo Ministro e Secretario do Estado da mesma repartição, Manoel Pinto Souza Dantas.* Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1867.
- . *Relatorio do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas, apresentado na 3ª Sessão, 15ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1873.
- BRASIL. Ministerio dos Negocios da Fazenda. *Proposta e Relatorio, apresentados à Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão, 10ª Legislatura pelo Ministro da Fazenda João Mauricio Wanderley.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1857.
- . *Proposta e Relatorio, apresentados à Assembléa Geral Legislativa na 3ª Sessão, 10ª Legislatura pelo Ministro da Fazenda Francisco de Sales Torres Homem.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.
- . *Relatorio apresentado ao Vice-presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro dos Negocios da Fazenda Felisberto Firmino de Oliveira Freire.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1894.
- BRASIL. Ministerio dos Negocios do Imperio. *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio, apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Sessão Ordinaria de 1836 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado José Ignacio Borges.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1836.

- . *Relatorio do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão, 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Visconde de Mont'Alegre.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1850.
- . *Relatorio do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão, 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira de Coutto Ferraz.* Rio de Janeiro, Typ. Universal Laemmert, 1857
- . *Relatorio do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 1ª Sessão, 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1869.
- . *Relatorio do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão, 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Marquez de Olinda.* Rio de Janeiro, Typ. Laemmert, 1858.
- . *Relatorio do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão, 8ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Visconde de Mont'Alegre.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1851.
- . *Relatorio do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão, 18ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Leão Velloso.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883.
- . *Relatorio do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão, 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira.* In: ----. *Relatorio da Directoria Geral de Estatística.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1872.
- . *Relatorios do Ministerio dos Negocios do Imperio, apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 2ª e 3ª Sessões, 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1870-71.
- BRASIL. Ministerio dos Negocios da Justiça e Eclesiásticos. *Relatorio do Ministro dos Negocios da Justiça e Eclesiásticos.* In: ----. *Relatorio da Secretaria de Policia da Corte, apresentado por Ernesto Ferreira França Lindolf.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1856.
- . *Relatorio do Ministro dos Negocios da Justiça e Eclesiásticos, apresentado na 4ª Sessão, 12ª Legislatura.* Rio de Janeiro, Typ. Universal H. Laemmert, 1866.
- LAVRADIO, Luiz de Almeida Soares Portugal Alarção Eça Mello Silva e Mascarenhas, marques do. *Relatorio. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 4:453-76, 1842.
- . *Relatorio. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 76, 1913.

*Fontes Primárias Manuscritas**Arquivo da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*

BOLSA DE VALORES DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Histórico. *Movimento dos leilões de promessa de venda e câmbio de 1954 a 1961.* [mss.]

---. *Série de livros de registro das cotações de 1848 a 1945.* [mss.]

Arquivos de Fábricas do Rio de Janeiro

— Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande, atual América Fabril.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PAU GRANDE. *Fichas das Fábricas Maviles e Bonfim pertencentes a América Fabril localizadas no Rio de Janeiro 1911-1935.* [mss.]

---. *Livros das Actas das Assembleas de Accionistas de 1885 a 1940.* 3 v. [mss.] (1885-1913; 1913-1923; 1923-1940)

— Companhia Cervejaria Brahma

COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA. *Fichas dos operários 1901 a 1945.* [mss.]

---. *Livros de Actas da Directoria da Companhia Cervejaria Brahma 1944-1945.* v. 1. [mss.]

---. *Livros de Actas das Assembleas Gerais da Companhia Cervejaria Brahma 1905-1949.* 4. v. [mss.] (1905-1913; 1914-1929; 1930-1943; 1944-1949).

---. *Livros de Actas das Reuniões da Directoria com o Conselho Fiscal da Companhia Cervejaria Brahma 1905-1949.* 4 v. [mss.] (1905-1911; 1911-1917; 1917-1935; 1935-1949)

---. *Livros de Actas do Conselho Fiscal 1905 a 1945.* v. 1. [mss.]

— Companhia Progresso Industrial do Brasil, atual Bangu

COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL. Arquivo. *Fichas de operários 1888-1945.* [mss.]

— Fábrica Corcovado

FÁBRICA CORCOVADO. Arquivo. *Folhas de pagamento dos operários 1934-1945.* [mss.]

— Fábrica Moinho da Luz, antiga Indústria de Sabão e Velas Luz Stearica

COMPANHIA INDUSTRIAL DE SABÃO E VELAS. *Diários da Companhia Luz Stearica 1856-1943.* 59 v. [mss.] (1856-1859; 1860-1864; 1865-1871; 1871; 1871-1874; 1874-1878; 1879-1884; 1884-1887; 1887; 1887-1891; 1891-1892; 1892-1893; 1893-1894; 1894-1895; 1895-1897; 1897-1899; 1900-1943)

- . *Folhas de pagamento de operários da Companhia Luz Stearica.* [mss.] 1898-1900; 1903-1909; 1912-1914; 1924-1928; 1933; 1939; 1940; 1943; 1945)
Antiga Luz Stearica, atual Moinho da Luz.
- . *Livros de Actas das Assembleas Gerais da Companhia Industrial de Sabão e Velas de 1890-1931.* [mss.] 2 v. (1890-1930; 1931)
- . *Livros de Actas das Assembleas Gerais da Companhia Luz Stearica 1854-1872.* 1 v. [mss.]
- . *Livros de Actas das Assembleas Gerais da Companhia Luz Stearica 1931-1940.* 1 v. [mss.]

*Arquivo Nacional – Junta do Comércio, Agricultura,
Fábricas e Navegação, 1808-1849*

RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional. Junta do Comercio, Agricultura, Fabricas e Navegação. Caixa 393, pacote 1, maço 1 matrícula dos comerciantes. [mss.]

- . Caixa 423, pacote 3; documentação relativa a fabricas de: fiação, tecidos, estam-
paria de papel no Rio de Janeiro. [mss.]
- . Caixa 424, pacotes 1 e 2, documentação relativa a fabricas de: fiação, estam-
paria de papel no Rio de Janeiro. [mss.]
- . Caixa 425, pacote 1, documentação relativa a fabricas de chapéus no Rio de Janei-
ro. [mss.]
- . Caixa 425, pacote 2, documentação relativa a fabricas de sabão e velas no Rio de
Janeiro. [mss.]
- . Caixa 426, pacote 1, documentação relativa a fabricas de açúcar e aguardente no
Rio de Janeiro. [mss.]
- . Caixa 426, pacote 2, documentação relativa a fabricas de gêneros alimentícios, be-
bidas, rapé no Rio de Janeiro. [mss.]
- . Caixa 426, pacote 3, documentação relativa a fabricas de galões e fios de ouro no
Rio de Janeiro. [mss.]
- . Caixa 427, pacote 1, documentação relativa a fabricas de vidros, louças, tijolos,
cordoaria, pentes, meias de algodão no Rio de Janeiro. [mss.]
- . Caixa 427, pacote 2, documentação relativa a fabricas de madeira e de metal, prin-
cipalmente de ferro no Rio de Janeiro. [mss.]
- . Caixa 427, pacote 3, documentação relativa a fabricas de fiação, de produtos de
barro e argila no Rio de Janeiro. [mss.]

- . Caixa 428, pacote 1, documentação relativa a estaleiros e laboratórios no Rio de Janeiro. |mss|
- . Caixa 428, pacote 2, documentação relativa a fabricas de asfalto, goma elástica, couro, graxa, pianos, moagem de trigo e as tipografias.

Balanças Gerais do Comércio do Reyno de Portugal

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Arquivo. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1776.* |mss.| SGC 5-1.

---. ---. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1777.* |mss.| SGC 5-1.

RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1796.* |mss.| 11, 4, 20

---. ---. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1797.* |mss.| 11, 4, 21.

---. ---. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1798.* |mss.| 11, 4, 8.

---. ---. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1799.* |mss.| 11, 4, 9.

---. ---. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal em 1800.* |mss.| 11, 4, 10.

---. ---. *Balança Geral do Reyno de Portugal com seus domínios 1801.* |mss.| 11, 4, 11.

Cartas Régias, Alvarás e Despachos do Conselho Ultramarino

(Relatório da Alfândega de Setubal ao Conselho Ultramarino)

LISBOA. Arquivo Histórico Ultramarino. *Carta regia de Felipe II mandando processar os membros da Câmara do Porto por liderar rebelião contra os agentes fiscais que cobravam o imposto do Consulado, Madrid, 2 de março de 1603.* |mss.|

---. *Despacho do reino, consulta do Conselho Ultramarino sobre a Companhia de Commercio.* |mss.|

Código 13, folio 108

---. *Relatorio do Juiz da Alfandega de Setubal do Conselho Ultramarino, 1602.*

Papéis avulsos — caixa 1

—, *Reuniões do Conselho Ultramarino de 1 de junho de 1653 e 20 de junho de 1653 que revelam a posição desse colegiado em relação a Companhia de Commercio.* [mss.]

Código 15, folios 54, 55, 239-40

LISBOA. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Carta regia de Felipe II de 29 de novembro de 1601 referindo-se as rebeliões no Porto contra o Consulado.*

Papéis avulsos — caixa 1.

LISBOA. Biblioteca Academica de Ciencias. *Alvará de 1592 criando o Consulado.* [mss.]

Código 321, folio 100-101

Casas de Operários

BRASIL. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Arquivo. *Códices 30.3.35 e 40.4.48 intitulados, casas para operários e classes pobres do Rio de Janeiro.* [mss.]

Códices de Ofícios e Licenças de Comércio

BRASIL. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Arquivo. *Código sapateiros — autos 1771-1772.* [mss.]

—, *Códices de registros de licenças de commercio e ofícios do Senado da Camara do Rio de Janeiro, 1790, 1791, 1792, 1822.* [mss.]

—, *Documentos sobre ofícios de juizes e escrivães de sapateiros 1813-1827.* [mss.]

Fontes de Salários e Preços

RIO DE JANEIRO. Ordem Terceira de São Francisco da Penitencia. Arquivo. *Livros de receita e despesa do n. 1 ao 222 que compreendem o período de 1827 a 1930.* [mss.]

RIO DE JANEIRO. Santa Casa de Misericordia. Arquivo. *Livros de receita e despesa n. 18 (1815 a 1824)* [mss.]

—, *Livros de receita e despesa n. 19 (1820 a 1824)* [mss.]

—, *Livros de receita e despesa n. 21 (1828 a 1829)* [mss.]

—, *Livros de receita e despesa n. 23 (1833 a 1835)* [mss.]

- . *Livros de receita e despesa n. 27 (1837 a 1838)* [mss.]
- . *Livros de receita e despesa n. 29 (1839 a 1840)* [mss.]
- . *Livros de receita e despesa n. 31 (1841 a 1842)* [mss.]
- . *Livros de receita e despesa n. 35 (1845 a 1846)* [mss.]

Movimento de Navios

LISBOA. Camara Municipal. Arquivo. *Marco dos navios 1764 a 1805.* [mss.]

---. *Marco dos navios.*

Códices n. 1-35. *Apud.* SANTOS, Corcino Medeiros dos.
Veja bibliografia.

LISBOA. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Livro de Lembranças das entradas e saídas das frotas portuguesas e outros navios para a America e outros estados da India 1739-1763.* [mss.]

Código 158 folios.

População do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Paroquias. Arquivo. *Livros Paroquiais (batismo, casamentos, óbitos – homens livres, escravos)* [mss.]

Representações dos Comerciantes

RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Discursos sobre a decadência em que se acha a nossa América relativo aos seus estabelecimentos e commercio, 1777.* [mss.]

---. *Representação dos homens de negocios e mais comerciantes do Rio de Janeiro ao Rei, 25 de abril, 1815.* [mss.]

Ref.: II, 34, 27, 24.

---. *Representação dos mercadores com lojas de varejo.* [mss.]

Ref.: II 34, 25, 23

---. *Representação dos negociantes de fazendas do Rio de Janeiro sobre os prejuizos que lhes causara a concorrência com os ingleses e pedindo a S. A. R. a sua pensão.* [mss.]

Fontes Secundárias

Livros

AFFONSECA JR., Leo. *O custo de vida na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Ministerio da Agricultura, 1919.

- ALDEN, Dauril. *Royal government in colonial Brazil*. Berkeley, Univ. of California Press, 1968.
- ALLAIN, Émile. *Rio de Janeiro*. Paris, L. Frinzine, 1886.
- AMARAL, Luis. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional, 1940. v. 2. (Brasiliana).
- ANTUNES, Deoclecio de Paranhos. *Estudos de História Carioca*. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, Secretaria de Educação e Cultura, 1968.
- . Transformações no quadro urbano e evolução do Rio de Janeiro. In: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. *Aspectos da Geografia Carioca*. Rio de Janeiro, 1962.
- ATAYDE, Raymundo A. de. *Pereira Passos o reformador do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, A Noite [s.d.]
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo, Melhoramentos, 1958. v. 2.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal economico*. Lisboa, Classica, 1929.
- BAER, Werner & VILLELA, Anibal Villanova. Croissance industrielle et industrialisation: Nouvelles perspectives sur les étapes du development economique du Brésil. In: ———. *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, CNRS, 1973.
- BARRETO, Carlos Xavier Pais. *A cidade do Rio de Janeiro e suas dúvidas*. Rio de Janeiro, Aurora, 1959.
- BARRETO FILHO, João de Melo & LIMA, Hermeto. *História da polícia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, A Noite, 1939.
- BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- BELTRÃO, Heitor. *Um capítulo da história da praça do Rio de Janeiro, considerações de ordem histórica e jurídica*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1929.
- BERGER, Paul. *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros*. Rio de Janeiro, S. José, 1964.
- BORIS, Fausto. *A revolução de 1930; historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- BOXER, Charles Ralph. *The golden age of Brazil*. Berkeley, Univ. of California Press, 1962.
- . *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola*. London, Univ. of London, 1952.

- BOYER, Richard E. & KEITH, A. Davies. *Urbanization in Latin America: statistics and sources*. Los Angeles, Univ. of California, 1973. Supplement to the Statistical Abstract of Latin America.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *O Rio de Janeiro e sua região*. Rio de Janeiro, 1964.
- BRASIL ATUAL. Rio de Janeiro, Tip. Fluminense, 1929.
- O BRASIL SUAS RIQUEZAS NATURAIS SUAS INDUSTRIAS. Rio de Janeiro, Morisco, 1907.
- BUESCU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1974.
- . *História econômica do Brasil; pesquisas e análises*. Rio de Janeiro, APEC, 1970.
- . *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro, APEC, 1973.
- CAIRE, Aristides. *Fruticultura no Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1917.
- CALOGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro, P. Mello, 1930.
- . *La politique monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1910.
- CAMPOS, Candido. *O Brasil em 1910*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1910.
- CANAVARROS, Otávio. *O movimento de preços e salários no Rio de Janeiro e sua articulação com a conjuntura social 1850-1930*. Rio de Janeiro. [s.ed.] 1972. [Tese de mestrado apresentada a USP, mimeo.]
- CANDAL, Arthur. *A industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas*. Brasília, Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, 1969.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, UEC, 1975. v. 2. [mimeo.]
- CANO, Wilson & CINTRA, Luiz Carlos. *Algumas medidas de política econômica relacionadas à industrialização brasileira 1874-1970*. Campinas, UEC, 1975. [mimeo.]
- CARONE, Edgar. *A primeira república*. São Paulo, DIFEL, 1969.
- . *A república nova (1930-1934)*. São Paulo, DIFEL, 1974.
- . *A república velha (Instituições e classes sociais)*. São Paulo, DIFEL, 1970.

- CARREIRA, Antonio. *As Companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa da África e o nordeste brasileiro.* Porto, Portuguesa, 1969.
- CARVALHO, Delgado. *História da Cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, F. Alves, 1926.
- CARVALHO, Luiz Antonio da Costa. *As realizações do Governo de Getúlio Vargas no campo do direito.* Rio de Janeiro, Dep. de Imp. e Propaganda, 1942.
- CARVALHO, Veridiano. *A praça do Rio 1890-1891.* Rio de Janeiro, Laemmert, 1892.
- COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1965.
- CONTADOR, Cláudio Roberto. *Mercado de ativos financeiros no Brasil (perspectiva histórica e comportamento recente)* Rio de Janeiro, IBMEC, 1974.
- COSTA, Luis Edmundo da. *Recordações do Rio antigo.* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1950.
- . *O Rio de Janeiro do meu tempo.* 2. ed. Rio de Janeiro, Conquista, 1957.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1952.
- DEAN, Warren. *The industrialization of São Paulo, 1880-1945.* Austin, Univ. of Texas, 1969.
- DIAS, Demosthenes de Oliveira. *São Sebastião do Rio de Janeiro.* is.l., s.ed. | 1964.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil.* São Paulo, Edgalit, 1962. (Temas brasileiros)
- DIAS, Floriano Aguiar. *Consolidação das leis do trabalho.* Rio de Janeiro, Forense, 1959.
- DUNLOP, Charles Julius. *Rio antigo.* Rio de Janeiro, 1955.
- DRUMMOND, Victor. *Rio de Janeiro a capital do Brasil (1763-1822)* Rio de Janeiro, Sec. Geral de Educação e Cultura [s.d.] v. 1.
- ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial, feitorias, baleeiros, técnicos, monopólios, comércio e iluminação.* São Paulo, USP/Melhoramentos, 1968.
- . *Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras do Brasil século XVIII.* Rio de Janeiro, MEC, 1961.
- FACÓ, Ruy. *A classe operária.* Rio de Janeiro, Horizonte, 1948.

- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930, historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1924.
- FERREIRA, Augusto Mauricio de Queirós. *Meu velho Rio*. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal. Sec. Geral de Educação e Cultura [s.d.]
- . *O que ficou do passado*. Rio de Janeiro, Americana, 1954.
- . *Templos históricos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Laemmert, [s.d.]
- FERREIRA, João da Costa. *A cidade do Rio de Janeiro e seu tempo; ensaio urbanológico*. [s. l., s.ed.] 1934.
- FERREZ, Gilberto. *As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.
- . *A muito leal e histórica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Paris, M. Mouillot, 1965.
- . *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto 1555-1800*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.
- FISHLOW, Albert. *Origins and consequences of import substitutions in Brazil*. In: MARCO, Luiz Eugenio di. *International economics and development*. New York, Academic Press, 1972.
- FLEIUSS, Max. *História da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, Melhoramentos, 1928.
- FLEURY, M. R. Henry L. *Nouveau manuel de depouillement et d'exploration de l'état civil ancien*. Paris, Institut National d'Études Démographiques, 1965.
- FREIRE, Felisbelo Firmino de Oliveira. *História da cidade do Rio de Janeiro (1500-1900)*. Rio de Janeiro, Typ. do Brasil, 1912. v. 1.
- . ----. Rio de Janeiro, Typ. do Brasil, 1914. v. 2.
- FREITAS, José Bezerra de. *Legislação do trabalho e previdência social*. Rio de Janeiro, C. Branco, 1937.
- FROTA, Guilherme Andréa. *Noções de história da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ESPEG, 1969.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

- GENOVESE, Eugene. *The political economy of slavery*. New York, Pantheon Book of Random House, 1967.
- GEORLETTE, F. G. *Les ports et leur fonction économique*. Rio de Janeiro, Bruxelles, 1908.
- GERSON, Brasil. *O ouro o café e o Rio*. Rio de Janeiro, Brasiliana, 1970.
- GIBSON, Hugh. *Rio*. New York, Doubleday, Doran, 1937.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Prix et Monnaies au Portugal*. Paris, A. Colin, 1955.
- GOUVEA, Hilário & LIMA E CASTRO, J. C. *O contracto de saneamento do solo do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Brasil, 1891.
- GRAHAM, D. H. & HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record, 1872-1970*. São Paulo, IPE/USP, 1971.
- GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernization in Brazil 1850-1914*. Cambridge, Gt. Brit., Cambridge Univ. Press, 1968.
- HARDING, Thomas. *History of organized labor in Brazil*. Ann Arbor, Michigan, Univ. Microfilms, 1973.
- HARDOY, Jorge Enrique. *Las ciudades en America Latina seis ensayos sobre la urbanización contemporanea*. Buenos Aires, Pardos, 1970.
- . *Urbanization in Latin America approaches and issues*. New York, Anchor Books, 1975.
- HARDOY, Jorge Enrique & SCHAEDEL, Richard P. *Las ciudades de America Latina y sus areas de influencia através de la historia*. Buenos Aires, SIAP, 1975.
- HASENBALG, Carlos A. et alii. *O setor financeiro no Brasil, aspectos históricos*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1970.
- HAUSER, Philip M. *La investigación social en las zonas urbanas*. Barcelona, Labor, 1972.
- JAFET, Eduardo. *Fortalecimento dos mercados internos*. [Tese apresentada ao Congresso Brasileiro de Indústria, São Paulo, 1944. mimeo.]
- JOBIM, José. *História das indústrias no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941.
- JOHNSON JR., Harold B. A preliminary inquiry into money, prices and wages¹ in Rio de Janeiro, 1763-1823. In: ———. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, Univ. of California Press, 1973.
- JOSLIN David. *A century of banking in Latin America*. London, Oxford Univ. Press, 1963.

- LABROUSSE, Ernest. Voies nouvelles vers une histoire de la bourgeoisie occidentale aux XVII^e et XIX^e siècles (1700-1850) In: CONGRESO INTERNAZIONALE DE SCIENZE STORICHE, 10, Roma, 1955.
- LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, IBGE, 1948. v. 3.
- LATIF, Mirian de Barros. *Uma cidade nos trópicos "São Sebastião do Rio de Janeiro"*. São Paulo, Martins [s.d.]
- LEUENROTH, Edgar. *O anarquismo: roteiro de libertação social*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963.
- LEVY, Maria Bárbara. Alguns aspectos de demografia histórica do Rio de Janeiro (1808-1889) In: COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 1., Paris, 1971. *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, CNRS, 1973.
- . A emissão governamental e a crise de 1875. In: ---. *História dos bancos comerciais no Brasil; estudo preliminar*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1972. [mimeo.]
- . Formação de mão-de-obra no Brasil. In: SEMINÁRIO DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, 1972. *Ciclo de preleções - Fórum sobre recursos humanos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, CTP, 1972.
- . *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977.
- . *História dos bancos comerciais no Brasil; estudo preliminar*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1972. [mimeo.]
- LIMA, Heitor Ferreira. *História econômica e industrial no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1970. (Brasílica, 347)
- LINHARES, Maria Yeda & LEVY, Maria Bárbara. Problemas de método em história demográfica. In: COLÓQUIO DE METODOLOGIA DO BRASIL, 3., Campinas, 1972. [mimeo.]
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Alguns aspectos da história da Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócios, século XVII e XVIII. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5., Coimbra, 1965. v. 2.
- . As frotas do Brasil. In: KONETZKE, Richard & KELLENBENZ, Hermann. *Jahrbuch für Geschichte von Staat Wirtschaft und Gessellschaft Lateinamerikas*. Köln Gratz, Böhlau Verlag, 1967. v. 4.
- . *Processo administrativo ibero-americano*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1962.
- LUZ, Nícia Villela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1961.

- MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal – alguns aspectos.* Porto, Portuguesa, 1957.
- MACEDO, Roberto da Mota. *Apontamentos para uma bibliografia carioca.* Rio de Janeiro, Centro Carioca, 1943.
- . *Cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, DASP 1967.
- . *Curiosidades cariocas.* Rio de Janeiro, Alba, 1942.
- . *Efemeridades cariocas.* Rio de Janeiro |s.ed.| 1943.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarchists, immigrants and the Brazilian labor movement 1890-1920.* |s.n.t., mimeo.|
- MATHIAS, Herculano Gomes. *Viagem pitoresca ao velho e ao novo Rio.* Rio de Janeiro |s.ed.| 1965.
- MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, visconde de. *Autobiografia.* Rio de Janeiro, Z. Valverde, 1948.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira.* Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1975. |Tese de doutoramento – UNICAMP|
- MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios; contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil.* São Paulo, Dep. de Cultura, 1939. (Coleção XXV).
- MORAIS, Evaristo. *Apontamentos de direito operário.* 2. ed. São Paulo, USP, 1975.
- MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo.* São Paulo, DIFEL, 1970.
- ÓNODY, Oliver. *A inflação brasileira (1820-1958).* Rio de Janeiro |s.ed.| 1960.
- PASSOS, Alexandre. *O Rio no tempo do "onça" (século XVI ao XVIII).* Rio de Janeiro, J. R. dos Santos. 1930.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira.* Rio de Janeiro, APEC, 1972.
- PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB, 1922-1928.* Rio de Janeiro, Vitoria, 1962.
- PINHEIRO, Maciel. *O Rio de Janeiro através das revistas do Instituto Histórico e Geográfico.* Rio de Janeiro, Brasileira, 1965.
- LE PORT DE RIO DE JANEIRO. |s.n.t.|
- PORTO, Hannibal. *Aspectos econômicos do Brasil, retrospecto de 1921 a 1923.* Rio de Janeiro, Typ. Anuario do Brasil, 1924.

- PRADO, JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- RIO de Janeiro, terras e águas de Guanabara. São Paulo, F. Franzara, 1945.
- RIOS FILHO, Adolfo Morales de. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro, A Noite [s.d.]
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1968.
- ROSA, Ferreira da. *Rio de Janeiro*. [s.l., s.ed.] 1905.
- ROSA, Virginio Santa. *O que foi o tenentismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- SAES, Decio Azevedo Marques de. *O civilismo das camadas médias urbanas na primeira república brasileira (1889-1930)*. Campinas, UEC, 1973. [mimeo.]
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O comércio do Porto do Rio de Janeiro com o de Lisboa de 1763 a 1808 (contribuição ao estudo da importância comercial do Porto do Rio de Janeiro no século XVIII)* [s.n.t., mimeo.]
- SANTOS, Francisco Noronha. *Chorografia do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Typ. Villas Boas, 1902.
- . *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965.
- SARTHOU, Carlos. *Passado e presente da baía de Guanabara*. Rio de Janeiro, F. Bastos, 1964.
- SENNA, Ernesto. *O velho comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garnier Irmãos [s.d.]
- SIMONSEN, Roberto C. *A evolução industrial do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1939.
- . *História econômica do Brasil (1500-1820)* 4. ed. São Paulo. Ed. Nacional, 1962.
- . A margem da profissão, orientação brasileira. [s.n.t.] p. 167-82. Apud. CARONE, Edgar. *A república velha (Instituições e classes sociais)* São Paulo, DIFEL, 1970. p. 86.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Ed. Nacional/USP, 1968.
- SKIDMORE, Thomas. *Politics in Brazil, 1930-1964; an experiment in democracy*. London, Oxford Univ., 1967.
- SOARES, Ubaldo. *A escravidão da Santa Casa de Misericórdia*. Rio de Janeiro, Fundação Romão de Mattos Duarte, 1958

- SOMBRA, Severino. *História monetária do Brasil colonial*. Rio de Janeiro, 1938.
- STEIN, Stanley. *The Brazilian cotton manufacture: textile enterprises in a underdeveloped area 1850-1950*. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press, 1971.
- TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *No Rio de Janeiro de Dom Pedro II*. Rio de Janeiro, Agir, 1947.
- . *O senado do império*. São Paulo, Martins [s.d.]
- TAVARES, Maria da Conceição. Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento — o caso do Brasil. In: ———. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- TOURINHO, Eduardo. *Revelação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- TROTTA, Frederico. *A fundação da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sec. Geral de Educação e Cultura [s.d.]
- VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, USP, 1951. (História da civilização brasileira)

Periódicos

- ALDEN, Dauril. The growth and decline of indigo production in colonial Brazil: a study in comparative economic history. *The Journal of Economic History*, 21 (1), Mar. 1965.
- . Manoel Luiz Vieira: an entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's eighteenth century agricultural renaissance. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, North Carolina, Duke Univ. Press, 39 (4):521-37, Nov. 1959.
- . The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. *Hispanic American Historical Review*, Durham, North Carolina, Duke Univ. Press, 43 (2):157-205, May 1963.
- BACKHEUSER, Everardo. Crescimento da cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 3 (29):734, 1945.
- . Geografia carioca, a população colonial da cidade. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 4 (37):31, 1945.
- . Geografia carioca, explorações econômicas. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 3 (36):1549, 1945.

- . Geografia carioca, primeiros delineamentos urbanos. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 3 (35):1415, 1945.
- BEIGUELMAN, Paula. Estudo do modelo teórico da Velha República. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, set./nov. 1966.
- BORGES, Thomas Pompeu Acioly. A conjuntura no Brasil desde 1822 estudos especiais. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, FGV, 2 (4):19-27, abr. 1948.
- BOXER, Charles Ralph. Brazilian gold and British traders in the first half of the eighteenth century. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, North Carolina, Duke Univ. Press, 49 (3):462, Aug. 1969.
- CARACTERIZAÇÃO do território do Estado da Guanabara. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 24 (188), 1966.
- CARVALHO, José Murilo. Composição social dos partidos políticos imperiais. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, (2):1-34, dez. 1974.
- . As forças armadas na primeira República: o poder desestabilizador. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, (1):113-88, mar. 1974.
- CASTELLS, Manuel. *L'urbanisation dépendente en Amérique Latine*. Paris [s.ed.] 1971. (Espaces et sociétés, 3)
- COARACY, Vivaldo. Açúcar moeda. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, 52 (1):15-18, jul. 1958.
- . Engenhos cariocas. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, 2:11-6, 574-5, ago. 1957.
- CURIOSIDADES cariocas. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 30 XII, 1963.
- DESENVOLVIMENTO E CONJUNTURA. Rio de Janeiro, Confederação Nacional da Indústria, 5:69, jul. 1961.
- DESENVOLVIMENTO E CONJUNTURA. Rio de Janeiro, Confederação Nacional da Indústria, 5 (2):91, 1961.
- ERICKSON, Kenneth Paul et alii. Research on the urban working class and organized labor in Argentina, Brazil, Chile, What is left to be done? *Latin America Research Review*, Austin, The Univ. of Texas, 9 (2):115-42, Summer 1974.
- FALCÃO, Pedro Barreto. Evolução industrial. *Revista Brasileira de Economia e Estatística*, Rio de Janeiro, IBGE. Diretoria de Estatística e Produção. Ministério da Agricultura, 3 (3), jul. 1938.
- . Evolução Industrial. *Revista Brasileira de Economia e Estatística*, Rio de Janeiro, IBGE. Diretoria de Estatística e Produção. Ministério da Agricultura, 3 (4); Out. 1938.

- FALCÃO, Waldemar. O Ministério do Trabalho no decênio do Governo de Vargas. *Legislação do Trabalho*, Rio de Janeiro, Dep. de Imprensa e Propaganda, (44):31-9, dez. 1940.
- FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas do Rio de Janeiro — as bandeiras dos ofícios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, (140):13-135, 1921.
- FONSECA, Godim da. O velho Rio de Janeiro. *Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, dez. 1973.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 6 jul. 1939.
- GAZETILHA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1891.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal e as frotas do açúcar e do ouro (1670-1770) *Revista de História*, São Paulo, 7 (14-15):684, jul./set. 1953.
- GOMES, Pimentel. O Rio de Janeiro no mundo. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 9 (103):724, 1951.
- GONÇALVES, Aureliano Restier. Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro 1500-1900. *Revista de Documentos para a História da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, 3, 1952.
- GONÇALVES, Lopes. Instituições do Rio de Janeiro Colonial — as corporações e bandeiras de ofícios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 206:171-91, jan./mar. 1950.
- JOCHMANN, João. A indústria no Rio de Janeiro. *Revista de Finanças Públicas*, Rio de Janeiro, 15 (169):5-7, jun. 1955.
- O JORNAL do Rio de Janeiro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1965. Suplemento do IV Centenário do Rio de Janeiro.
- KLEIN, Herbert. The trade in African slaves to Rio de Janeiro, 1796-1811. *The Journal of African History*, Cambridge, Gt. Brit., Cambridge Univ. Press, 10 (4):533-48, 1969.
- LEFF, Nathaniel H. Economic development and regional inequality, origins of the Brazilian case. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Mass., 86(2), May 1972.
- . Estimativa da renda provável do Brasil no século XIX com base nos dados sobre a moeda. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, FGV, 26 (2):45-61, abr./jun. 1972.
- . Tropical trade and development in the nineteenth century: the Brazilian experience. *The Journal of Political Economy*, Chicago, Ill., The Univ. of Chicago, 81 (3), May/June 1973.

- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer et alii. Estudo das categorias socio profissionais dos salários e do custo de alimentação no Rio de Janeiro 1820-1930. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, FGV, 27 (4), out./dez. 1973.
- . Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro 1820-1930 — resultados preliminares. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, FGV, 25 (4), out./dez. 1971.
- LOPEZ, Juarez Rubens Brandão. Fixação do operário de origem rural na industria. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 2 (6):37-45, nov. 1957.
- LUZ, Nícia Villela. O industrialismo e o desenvolvimento econômico do Brasil 1808-1920. *Revista de História*, São Paulo, USP, 14 (56):271-85, out./dez. 1963.
- MENSARIO ESTATÍSTICO ATUARIAL. Rio de Janeiro, IAPI, 8 (95):31, nov. 1960.
- . Rio de Janeiro, IAPI, 9 (99), mar. 1961.
- NEUHAUS, Paulo. A doutrina do crédito legítimo e o primeiro Banco Central Brasileiro. *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, Rio de Janeiro, IBMEC, 1 (1):157-75, jan./abr. 1975.
- NEVES, Maria Cecília B. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro; notas de pesquisas. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, 13 (2):49-67, jun. 1973.
- MORSE, Richard. A evolução das cidades Latino Americanas. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, Brasiliense, 22, 1975.
- MORTARA, Georgio. Um enigma resolvido. A população do Brasil. *Estudos Brasileiros de Demografia*, Rio de Janeiro, FGV, 1:72-3, jul. 1973.
- PALMEIRA, Luiz Carlos. Arquitetos do Senado da Câmara. *Boletim do Serviço de Museus*, Rio de Janeiro, Div. do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, 2 (3):31-41, 1969.
- PINTO, Maria Magdalena Vieira. O Distrito Federal e as regiões geo-econômicas. *Boletim Geografico*, Rio de Janeiro, IBGE, 24 (185), 1966.
- PINTO, Maria Novais. A cidade do Rio de Janeiro: evolução física e humana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, abr./jun. 1965.
- POLÍTICA salarial no Brasil. *Boletim do DIEESE*, São Paulo, Dep. Intersindical de Estatística e Estudos Sociais e Econômicos, 1 (8), dez. 1968.
- RHODES, Anacleto Fragoso. Rendimento do Matadouro para os anos de 1883, 1884, 1885. *Boletim da Câmara Municipal*, Rio de Janeiro, 51, fev. 1881.
- ROCHA, Ruy Albertino Nunes. Esboço da legislação operária no Brasil. *Legislação do Trabalho*, Rio de Janeiro, Dep. Imprensa e Propaganda (14), jun. 1968.

- RODRIGUES, José Albertino R. Padrão de vida da população brasileira. *Revista de Estudos Socio Econômicos*, 1 (3):39, nov. 1961. *Apud.* MENSARIO ESTATÍSTICO ATUARIAL DO IAPI. Rio de Janeiro, IAPI, 8 (95), nov. 1960. (Tab. p. 45).
- SALARIOS e trabalho. *Desenvolvimento e Conjuntura*, Rio de Janeiro, Confederação Nacional da Indústria, 5 (2):87-95, fev. 1961.
- SANTOS, Agenor Noronha dos. Um litígio entre marceneiros e entalhadores – autos de execução de 1759-1761. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (6), 1946.
- SANTOS, Francisco Marques dos. A ourivesaria no Brasil antigo. *Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 4 (12):625-67, maio/jun. 1940.
- SILVA, Helio Schlittler. Tendências características do comércio exterior do Brasil no séc. XIX. *Revista Histórica da Economia Brasileira*, São Paulo, Confederação Nacional da Indústria, 1 (1), jun. 1963.
- SINGER, Paul J. Força de trabalho e emprego no Brasil, 1920-1969. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, Brasiliense, (3), 1971.
- SOUZA, José Antonio Soares de. *O Brasil e as manufaturas portuguesas (1796-1809)*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1958.
- . A receita e a despesa da comarca do Rio de Janeiro em 1800 e 1801. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 238, jan./mar. 1958.
- VALVERDE, Orlando. Geografia econômica do estado do Rio de Janeiro. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 16 (145), 1958.
- WEFFORT, Francisco C. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (7):132-58, maio. 1966.

Composto e montado no IBMEC e impresso na Lídio Ferreira
Júnior Artes Gráficas e Editora Ltda. – Rua dos
Inválidos, 143, Rio de Janeiro, RJ.

CARTA DO DISTRICTO FEDERAL

ORGANISADA PELA COMISSÃO DA CARTA CADASTRAL

Levantamento provisório de 1893-94

RIO

Revisão de 1907

JANE



EULALIA MARIA LAHMEYER LOBO

1924-2024



HUCITEC
EDITORA

PPGH

HECUS POLIS NEPHES NEMIC